2. requerimentos, RE ou LI, que contiverem falsa indicação de dados, sem prejuízo do encaminhamento da matéria para o Ministério Público Federal e da adoção de outras sanções administrativas;

d) o controle deste contingente será feito manualmente, e o exportador somente poderá processar seu Registro de Exportação, no SISCOMEX, após autorização formal do DECEX, com a indicação obrigatória do código de enquadramento 80200 no campo 2-a;" (NR)

.....

"§ 13. .....

.....

IV - deverão ser consignados, conforme o caso:

a) relativamente ao código de enquadramento 80200 no campo 2-a, o destaque mercadoria 10 em seqüência ao código 0210.99.00 da NCM -exclusivamente outras carnes de aves, salgadas ou em salmoura, destinadas para países da União Européia, "intra-cota"-, para os RE relativos ao período-cota 2008/2009;

1. Os RE já autorizados, com destaque 02, permanecem válidos e caso haja necessidade de se promover alteração de qualquer campo, o destaque não poderá ser modificado

b) relativamente ao código de enquadramento 80300 no campo 2-a, o destaque mercadoria 11 em seqüência ao código 0210.99.00 da NCM -exclusivamente outras carnes de aves, salgadas ou em salmoura, destinadas para países da União Européia, "intra-cota"-, para os RE relativos ao período-cota 2008/2009;

1. Os RE já autorizados, com destaque 02, permanecem válidos e caso haja necessidade de se promover alteração de qualquer campo, o destaque não poderá ser modificado;" (NR)

.....

"Art. 4º .....

.....

§ 2º .....

I - o registro de exportação no SISCOMEX deverá consignar, conforme o caso:

a) relativamente ao código de enquadramento 80200 no campo 2-a, a classificação 1602.31.00 da NCM seguida do destaque da mercadoria 10 - exclusivamente outras preparações contendo carne de perus cozidos, destinados para a UE, "intra cota"- , ou a classificação 1602.32.00 da NCM com destaque mercadoria 10 - exclusivamente outras preparações contendo 57% ou mais de carne de galos ou galinhas cozidos, destinados para UE, "intra cota"- , para os RE relativos ao período-cota 2008/2009;

1. os RE já autorizados, com destaque 02, permanecem válidos e caso haja necessidade de se promover alteração de qualquer campo, o destaque não poderá ser modificado

b) relativamente ao código de enquadramento 80300 no campo 2-a, a classificação 1602.31.00 da NCM seguida do destaque da mercadoria 11 - exclusivamente outras preparações contendo carne de perus cozidos, destinados para a UE, "intra cota"- , ou a classificação 1602.32.00 da NCM com destaque mercadoria 11 - exclusivamente outras preparações contendo 57% ou mais de carne de galos ou galinhas cozidos, destinados para UE, "intra cota"- , para os RE relativos ao período-cota 2008/2009;

1. os RE já autorizados, com destaque 02, permanecem válidos e caso haja necessidade de se promover alteração de qualquer campo, o destaque não poderá ser modificado; " (NR)

.....

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 10, DE 4 DE MARÇO DE 2009

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, designada pela Portaria nº 30, de 20 de fevereiro de 2009, com base no disposto no parágrafo 2º, do artigo 28, do Decreto nº 6.180/2007, nas reuniões realizadas em 12/12/2008 e 17/12/2008, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos esportivos, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captarem recursos, mediante doações e patrocínios.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPPELLI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1. Processo: 58000.003575/2007-49
Proponente: Santos Futebol Clube-SP
Título: Projeto Meninos da Vila
Prazo prorrogado para captação: até 31/03/2009
Valor: R$ 4.171.957,33
2. Processo: 58000.004124/2007-29
Proponente: UVB - União de Veteranos de Basquetebol
Título: Campeonato Paulista de Basquetebol Veterano
Prazo prorrogado para captação: até 31/07/2009
Valor: R$ 678.796,87
3. Processo: 58000.001589/2008-17
Proponente: UVB - União das Associações de Veteranos de Basquetebol de São Paulo
Título: Projeto Atletas Veteranos em João Pessoa
Prazo prorrogado para captação: até 31/07/2009
Valor: R$ 292.817,44

Ministério do Meio Ambiente

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE BARCARENA
EM LIQUIDAÇÃO

DELIBERAÇÃO Nº 6, DE 9 DE MARÇO DE 2009

O liquidante da Companhia de Desenvolvimento de Barcarena - CODEBAR, em liquidação, no uso de suas atribuições legais, e considerando as decisões da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 12 de fevereiro de 2009, arquivada na JUCEPA sob o nº 20000198786, em 03 de março de 2009, resolve tornar públicas as seguintes deliberações: I) Prorrogação do prazo de liquidação da empresa, por mais 180 (cento e oitenta) dias, contados, inclusive, a partir de 14 de fevereiro de 2009; II) Eleição do Senhor ORLANDO GONÇALVES PAMPLANO, militar da reserva, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 015494621-4 MD/EB e do CPF 233.414.087-20, residente e domiciliado à Rua Sete Lagoas, nº 1694, Nossa Senhora de Fátima - CEP: 39.270-000 - Pirapora / MG, em substituição ao Sr. Paulo Alberto de Souza Lopes Freire, bem como pelo pagamento de ajuda de custo de remoção para o Liquidante substituído correspondente a duas remunerações; III) Fixação da remuneração global do Liquidante, pelo período que vai de 12 de fevereiro de 2009 a 10 de agosto de 2009, no montante de R$ 95.100,00 (noventa e cinco mil e cem reais), aí incluídos: a) honorários mensais equivalentes ao Cargo de DAS 101.5 na Administração Pública Federal, estabelecido em R$ 8.988,00 pela Lei n° 11.907/2009; b) indenização de férias não gozadas proporcionais; c) adicional de férias proporcionais; d) 13° salário proporcional; e) auxílio alimentação no valor mensal de R$ 484,00; f) auxílio moradia no valor de até R$ 1.800,00 mensais, conforme disposto no Decreto n° 3.255, de 11.11.1999; g) ajuda de custo por remoção correspondente a duas remunerações, com base nos Pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do Departamento de Extinção e Liquidação - DELIQ e do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST.

ORLANDO GONÇALVES PAMPLANO

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 9, DE 6 DE MARÇO DE 2009

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das atribuições previstas no art. 19, inciso IV do Anexo I ao Decreto n° 6.100, de 26 de abril de 2007 que aprova a sua Estrutura Regimental; Considerando o disposto na Lei n.º 9.985, de 18 de junho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Considerando que o Parque Nacional da Chapada Diamantina/BA atendeu ao Art. 27 da Lei 9.985, de 10 de junho de 2000, no que concerne a elaboração de seu Plano de Manejo. Considerando que o Art. 16 do Decreto n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002, prevê que o Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta na sede da unidade de conservação e no centro de documentação do órgão executor. resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

Art. 2.º Tornar disponível o texto completo do Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada Diamantina, em meio digital, na Sede da Unidade de Conservação e na Sede do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Art. 3º A Zona de Amortecimento constante neste Plano de Manejo, que será estabelecida posteriormente por instrumento jurídico específico é uma proposta de zoneamento para o entorno da Unidade de Conservação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

PORTARIA Nº 10, DE 6 DE MARÇO DE 2009

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, nomeado pela Portaria do Ministério do Meio Ambiente nº 532, de 30 de julho de 2008, de acordo com o texto da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso IV, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto 6.100, de 26 de abril de 2007, ambos publicados no Diário Oficial da União do dia subseqüente; Considerando o art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, §1°, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal; institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências; Considerando as proposições feitas nos Processos IBAMA nº 02001.007117/2004-71 e n° 02045.000154/2004-42; resolve:

Art. 1º Alterar o art. 2º, da Portaria IBAMA nº 87, de 07 de dezembro de 2005, que cria o conselho da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João / Mico-Leão-Dourado, para que passe a vigorar com a seguinte redação: "Art. 2° O Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/ Mico-Leão-Dourado será integrado pelos representantes dos seguintes órgãos, entidades e organizações não governamentais:

I - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio;

II - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

III - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

IV - Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;

V - Instituto Estadual de Meio Ambiente - INEA;

VI - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER;

VII - Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento - SEAPPA;

VIII - Departamento de Recursos Minerais - DRM;

IX - Prefeitura Municipal de Araruama - PMA;

X - Prefeitura Municipal de Cabo Frio - PMCF;

XI - Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu - PMCM;

XII - Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu - PMCA;

XIII - Prefeitura Municipal de Rio Bonito - PMRB;

XIV - Prefeitura Municipal de Rio das Ostras - PMRO;

XV - Prefeitura Municipal de Silva Jardim - PMSJ;

XVI - Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, como titular, e Serviço Autônomo de Águas e Esgotos de Casimiro de Abreu - SAAE, como suplente;

XVII - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, como titular, e Universidade Federal Fluminense - UFF, como suplente;

XVIII - Associação de Pescadores de Juturnaíba - APEJ;

XIX - Colônia de Pescadores Z4, como titular, e Associação de Pescadores do São João - APSJ, como suplente;

XX - Associação Livre dos Aquicultores - ALA, como titular, e Associação de Pescadores e Aquicultores do São João, como suplente;

XXI - Sindicato Rural de Casimiro de Abreu;

XXII - Sindicato Rural de Silva Jardim;

XXIII - Associação Unidos Venceremos de Pequenos Agricultores de Cambucaes - AUVPAC, como titular, e Associação dos Trabalhadores Rurais do Sebastião Lan II, como suplente;

XXIV - Associação de Produtores Rurais da Fazenda Visconde, como titular, e Associação de Produtores Rurais do Projeto Integrado de Colonização e Reforma Agrária de Aldeia Velha, como suplente;

XXV - Prisma Mineradora Ltda, como titular, e Carioca Engenharia, como suplente;

XXVI - Transpetro S.A, como titular, e Furnas Centrais Elétricas, como suplente;

XXVII - Concessionária Prolagos, como titular, e Concessionária Águas de Juturnaíba, como suplente;

XXVIII - Movimento Ecológico de Rio das Ostras - MERO;

XXIX - Associação Mico-Leão Dourado - AMLD;

XXX - Organização Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável - OADS;

XXXI - Instituto Ciência Ambiental - ICA;

XXXII - Sociedade Ecológica de Aldeia Velha - SALVE;

XXXIII - RPPN Matumbo, como titular, e RPPN Bom Retiro, como suplente;

XXXIV - Comitê de Bacias Hidrográficas da Região dos Lagos e do Rio São João;

XXXV - Associação de Moradores do Centro Hípico - AMOCH;

XXXVI - Associação de Moradores de Barra de São João - AMBSJ;

XXXVII - Associação de Moradores do Bairro Aquarius - AMBA, como titular, e Associação de Moradores de Santo Antônio e Adjacências - AMSAA, como suplente."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 9 DE MARÇO DE 2009

Estabelece orientação aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal quanto à contratação de serviço de avaliação ambiental, para fins de caracterização de insalubridade e periculosidade.

O SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 34 do Anexo I do Decreto nº 6.081, de 12 de abril de 2007, revigorado pelo Decreto nº 6.222, de 4 de outubro de 2007, resolve:

MMA

Instituto Chico Mendes

Apoio: IBAMA

Plano de Manejo

Parque Nacional da Chapada Diamantina

Versão Preliminar - Documento de Trabalho

Parte I

Brasília, 2007

MMA

Instituto Chico Mendes

Apoio: IBAMA

Plano de Manejo

Parque Nacional da Chapada Diamantina

Versão Preliminar - Documento de Trabalho

Parte I

Brasília, 2007

Presidente da República
Luis Inácio Lula da Silva

Ministra do Meio Ambiente
Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima

Presidente Interino do Instituto Chico Mendes
João Paulo Ribeiro Capobianco

Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral / Instituto Chico Mendes
Marcelo Bastos Françozo

Chefe-Substituto do Parque Nacional da Chapada Diamantina / Instituto Chico Mendes
Cezar Neubert Gonçalves

APOIO:
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
Basileu Margarido Neto - Presidente Interino

INSTITUTO CHICO MENDES /
DIRETORIA DE UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL

PLANO DE MANEJO PARA O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA

CREDITOS AUTORAIS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO

- Margarene Maria Lima Beserra – Engenheira Agrônoma – Diretoria de Unidades de Conservação Integral (DIPI), do Instituto Chico Mendes - Coordenadora
- Lourdes M. Ferreira – Ecóloga – DIPI/Instituto Chico Mendes
- Cezar Neubert Gonçalves – Biólogo - Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD)/Instituto Chico Mendes
- Pablo Lacaze de C. Casella – Biólogo – PNCD/Instituto Chico Mendes
- Valquíria Gonçalves – Engenheira Florestal – Consultora PNUD/Equipe-base - DIPI/Instituto Chico Mendes
- Juliana Garcia Ferreira – Engenheira Agrônoma – PNCD/Instituto Chico Mendes
- Luiz Antonio Coslope – Biólogo – PNCD/Instituto Chico Mendes

PESQUISADORES CONTRATADOS: Consultores Contratados pela TSN[1]/MRS Estudos Ambientais Ltda.

- Estudos de Mamíferos de Médio e Grande Portes
  - Paulo André Lima Borges – Biólogo
- Estudos de Arqueologia
  - Rosiclér Theodoro da Silva – Arqueóloga
- Estudos de Aspectos Histórico-culturais e de Socioeconomia
  - Vanessa Maria de Castro - Geógrafa, Responsável pelos Estudos
  - Polyana Faria Pereira - Advogada
  - Luciana Arutim Adamo – Bióloga

PROJETO ESPECÍFICO DE PREVENÇÃO E COMBATE DE FOGO

- Alessandro Marcuzzi – Geógrafo – Ex-chefe do PNCD/Instituto Chico Mendes

REPRESENTANTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA / BAHIA

- Cléa M. Boaventura Maciel

COLABORADORES

- Vitória Evangelista Monteiro – Geógrafa - Elaboração de mapas formato A3
- Suely Monteiro – Bióloga – Revisão do Encarte 2
- Antônia Lúcia Monteiro – Geógrafa – Apoio às revisões gerais
- Alessandro Neiva – Engenheiro Ambiental – Editoração final

---

[1] TSN: Transmissora Sudeste Nordeste: empresa de transmissão de energia elétrica que, com recursos oriundos de compensação ambiental, contratou estes quatro estudos, por meio da MRS Estudos Ambientais Ltda, financiou a Oficina de Planejamento Participativo (OPP) com diversos grupos de interesse relacionados ao Parque e adquiriu uma imagem de satélite para os trabalhos deste Plano de Manejo.

CHEFIAS DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA
- Cezar Neubert Gonçalves – Chefe-Substituto Atual (agosto de 2007)
- Alessandro Marcuzzi – Chefe Parque até o início de agosto de 2007
- Iêda Marques – Chefe do Parque até o início de 2006
- Humberto Barrios – Chefe do Parque até o início de 2004

CAPA: Fátima Feijó

AGRADECIMENTOS
Ao CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA (CONPARNA-CD), na pessoa de todos os conselheiros, antigos e atuais:
CONSELHEIROS/2007:

- Associação de Condutores de Visitantes de Andaraí (ACVA): Antônio Roque dos Santos e Adriano Macedo
- Cooperativa dos Garimpeiros de Andaraí (COOGAN): Geraldo dos Santos Filho e Laudimir Santos Bacelar
- Associação de Pescadores de Andaraí: Edvaldo de Souza Santos
- Associação de Condutores de Visitantes de Mucugê (ACVM): Wellinton Silva Camandaroba
- Associação de Condutores de Visitantes de Ibicoara (ACVIB): Janildes Silva Xavier
- Associação dos Empresários de Turismo da Chapada Diamantina (ASSET): Antonio Jorge A. Matos e Antonio Carlos Armiato
- Grupo Ambientalista de Palmeiras (GAP): Jóas Brandão e Manoel Messias de Jesus Filho
- Grupo Ambientalista de Lençóis (GAL): Wellington S. Santa Ana
- Associação de Condutores de visitantes de do Vale do Capão (ACV-VC): Anilton Marques da Rocha
- Associação Comunitária Avante Lençóis: Valneide Souza e Nelma Pereira de Jesus
- Brigada Voluntária de Lençóis (BVL): Emanoel Silva Longuinhos
- Instituto Mandala para a Harmonia do Ser (MANDALA): Regina Malkut e Lilia Grimardi
- Associação dos Irrigantes de Mucugê e Ibicoara: Hercílio de Assis Pereira e Evilásio da Silva Fraga
- Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBA): Maria Thereza S. Stradmann e Renato Pegas P. da Cunha
- Fundação Movimento Ondazul (ONDAZUL): Ronan Rebouças C. Brito e Ana Lucia de Moraes
- Associação de Apicultores do Vale do Capão (FLOR NATIVA): Pedro Constan e Thomas Peterhans
- Associação Comercial do Turismo Sustentável do Vale do Capão (ACOMTUV): Roseane Palavizini e Claude Gilbert Samuel
- Associação Comunitária do Cercado (CERCADO): Jacques Gagnon e Helena Straus
- Brigada Ambientalista Voluntária de Combate a Incêndios Florestais de Barra da Estiva (BRAVOS): Valeria Medeiros Dias e Alex Sandro Novaes Ribeiro
- Associação de Cultura Popular (QUEBRA COCO): Iêda Lúcia Marques de Almeida
- Associação Comunitária do Vale do Pati: Juan Antonio Astete
- Comunidade da Fazenda Velha: Ednaldo S. de Oliveira e Erivaldo Pires Costa
- Comunidade do Baixão: Valdemir Silva Xavier
- Associação Comunitária de São Pedro: Gerson Oliveira Souza
- Comunidade da Estrada Velha do Garimpo: Florentino Jesus Gonçalves
- Associação de Condutores de Visitantes de Lençóis (ACVL): Delma Alcântara e Aide Andrade Souza
- 11º. Grupamento de Bombeiros Militares de Lençóis (11º. GBM): Cel. Emílio Santiago e Cel. Júlio Cezar

- 42ª. Companhia Independente da Policia Militar de Lençóis (42ª. CIPM/ Lençóis): Major Osival Moreira Cardoso e Ten. PM Fernando
- Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR): Rilza Ribeiro Rola
- Centro de Recursos Ambientais (CRA): Indaya Silva e Silva e Sonia R. S. Portugal
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA): José Júlio Souza Castro
- Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH): Ângela Leony e Emanuel Dutra
- Coordenação de Defesa Civil do Estado da Bahia (CORDEC): Antonio Rodrigues dos Santos
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): Suyanne Andrade
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): Sara Faria
- Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS): Abel Conceição
- Prefeitura Municipal de Andaraí: Josenice Silva
- Prefeitura Municipal de Ibicoara: Roseangela Barbosa
- Prefeitura Municipal de Itaetê: Isis Chaves
- Prefeitura Municipal de Lençóis: Ana Paula Sena Freire
- Prefeitura Municipal de Mucugê: Oremildes Oliveira
- Prefeitura Municipal de Palmeiras: Linalda Maria Silva e Carlos Alberto Rodrigues de Souza

<u>CONSELHEIROS/2006:</u>

- Associação de Condutores de Visitantes de Andaraí (ACVA): Antonio Roque dos Santos e Adriano Macedo
- Sociedade Beneficente dos Garimpeiros de Andaraí (SBGA): Geraldo dos Santos Filho e Laudimir Santos Bacelar
- Associação de Pescadores de Andaraí: Edvaldo de Souza Santos
- Associação de Condutores de Visitantes de Mucugê (ACVM): Wellinton Silva Camandaroba
- Associação de Condutores de Visitantes de Ibicoara (ACVIB): Janildes Silva Xavier
- Associação dos Empresários de Turismo da Chapada Diamantina (ASSET): Antonio Jorge A. Matos
- Grupo Ambientalista de Palmeiras (GAP): Jóas Brandão e Manoel Messias de Jesus Filho
- Grupo Ambientalista de Lençóis (GAL): Alexandre E. de Henrique e Wellington S. Santa Ana
- Associação de Condutores de Visitantes de do Vale do Capão (ACV-VC): Anilton Marques da Rocha
- Associação Comunitária Avante Lençóis: Valneide Souza e Nelma Pereira de Jesus
- Brigada Voluntária de Lençóis (BVL): Luiz Iglesias
- Instituto Mandala para a Harmonia do Ser (MANDALA): Regina Malkut e Lilia Grimardi
- Associação dos Irrigantes de Mucugê e Ibicoara: Orlando Feiler e Hercílio de Assis Pereira
- Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBA): Maria Thereza S. Stradmann e Rogério Mucugê Miranda
- Fundação Movimento Ondazul (ONDAZUL): Ronan Rebouças C. Brito e Ana Lucia de Moraes
- Associação de Apicultores do Vale do Capão (FLOR NATIVA): Thomas Peterhans
- Associação Comercial do Turismo Sustentável do Vale do Capão (ACOMTUV): Roseane Palavizini e Claude Gilbert Samuel
- Associação Comunitária do Cercado (CERCADO): Jacques Gagnon e Helena Straus
- Brigada Ambientalista Voluntária de Combate a Incêndios Florestais de Barra da Estiva (BRAVOS): Valeria Medeiros Dias
- Associação de Cultura Popular (QUEBRA COCO): Iêda Lúcia Marques de Almeida
- Associação Comunitária do Vale do Pati: Juan Antonio Astete
- Comunidade da Fazenda Velha: Ednaldo S. de Oliveira
- Comunidade do Baixão: Valdemir Silva Xavier
- Comunidade Capão do Correia: Ednasio S. Almeida

- Associação Comunitária de São Pedro: Gerson Oliveira Souza
- Comunidade da Estrada Velha do Garimpo: Florentino Jesus Gonçalves
- Associação de Condutores de Visitantes de Lençóis (ACVL): Delma Alcântara
- 11º. Grupamento de Bombeiros Militares de Lençóis (11º. GBM): Cel. Emilio Santiago
- 42ª. Companhia Independente da Policia Militar de Lençóis (42ª. CIPM/Lençóis): Major Osival Moreira Cardoso e Ten. PM Fernando
- Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR): Rilza Ribeiro Rola
- Centro de Recursos Ambientais (CRA): Indaya Silva e Silva
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA): José Júlio Souza Castro
- Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH): Ângela Leony e Emanuel Dutra
- Coordenação de Defesa Civil do Estado da Bahia (CORDEC): José Jorge Melo e Emildo Moreno Sobral
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): Ciro Maia
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): Sara Faria
- Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS): Abel Conceição
- Prefeitura Municipal de Andaraí: Josenice Silva
- Prefeitura Municipal de Ibicoara: Roseangela Barbosa
- Prefeitura Municipal de Itaetê: Isis Chaves
- Prefeitura Municipal de Lençóis: Ana Paula Sena Freire
- Prefeitura Municipal de Mucugê: Oremildes Oliveira
- Prefeitura Municipal de Palmeiras: Linalda Maria Silva e Carlos Alberto Rodrigues de Souza

<u>CONSELHEIROS/2005:</u>

- Associação de Condutores de Visitantes de Andaraí (ACVA): Mirailton Damasceno Souza
- Sociedade Beneficente dos Garimpeiros de Andaraí (SBGA): Geraldo dos Santos Filho
- Associação de Pescadores de Andaraí: Edvaldo de Souza Santos
- Associação de Condutores de Itaetê (ACVI): Aide Novães Medeiros
- Associação de Condutores de Visitantes de Mucugê (ACVM): Nilton Assis
- Associação de Condutores de Visitantes de Ibicoara (ACVIB): Janildes Silva Xavier
- Associação dos Empresários de Turismo da Chapada Diamantina (ASSET): Antonio Jorge A. Matos
- Grupo Ambientalista de Palmeiras (GAP): Vânia Evangelista Santos e Manoel Messias de Jesus Filho
- Associação dos Moradores da Comunidade Campina: Edílson Raimundo
- Associação de Pais, Educadores e Agricultores de Caeté-Açu (APEA-CA): Janivaldo Vieira dos Santos
- Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão (ACV-VC): Wanderlino Macedo
- Associação Comunitária Avante Lençóis: Caroline Marques
- Associação de Guias e Ecoturismo da Chapada Diamantina (AGE-CD): José Orestes Terra
- Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Lençóis (STR): Zenária Fernandes de Jesus dos Anjos e José Rodrigues de Oliveira
- Instituto Barro Branco Interação de Apoio Técnico Institucional (IBBIO): Liane Sant'Ana e Vera M. Weigand
- Brigada Voluntária de Lençóis (BVL): Erasmo Bágio
- Instituto Mandala para a Harmonia do Ser (MANDALA): Regina Malkut
- Associação de Apicultores de Mucugê: Marcelo Pinheiro
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mucugê: Hércio da Rocha Santos
- Associação dos Irrigantes de Mucugê e Ibicoara: Orlando Feiler
- Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBA): Maria Thereza S. Stradmann
- Fundação Movimento Ondazul (ONDAZUL): Ana Lucia de Moraes
- Associação de Apicultores do Vale do Capão (FLOR NATIVA): Thomas Peterhans
- Associação Comercial do Turismo Sustentável do Vale do Capão (ACOMTUV): Roseane Palavizini

- Associação Comunitária do Cercado (CERCADO): Jacques Gagnon e Helena Straus
- Grupo Ecológico Movimento das Águas (GEMA): Cássio Antonio Batista Santos
- Brigada Ambientalista Voluntária de Combate a Incêndios Florestais de Barra da Estiva (BRAVOS): Valeria Medeiros Dias
- Associação de Cultura Popular (QUEBRA COCO): José Carlos Souza
- Associação Comunitária do Vale do Pati: Juan Antonio Astete
- Comunidade da Fazenda Velha: Erivaldo Pires Costa
- Comunidade do Baixão: Valdemir Silva Xavier
- Comunidade Capão do Correia: Ednasio S. Almeida
- Associação Comunitária de São Pedro: Gerson Oliveira Souza
- Comunidade da Estrada Velha do Garimpo: Florentino Jesus Gonçalves
- Associação de Condutores de Visitantes de Lençóis (ACVL): Adilson Almeida e Delma Alcântara
- 11º. Grupamento de Bombeiros Militares de Lençóis (11º. GBM): Ten. Edson Dias Carregosa Filho
- 42ª. Companhia Independente da Policia Militar de Lençóis (42ª. CIPM/Lençóis): Major Osival Moreira Cardoso
- Companhia de Desenvolvimento e ação Regional (CAR): Rilza Ribeiro Rola
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA): José Júlio Souza Castro
- Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH): Ângela Leony e Emanuel Dutra
- Universidade Estadual da Bahia (UESB): Renato Leda
- Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS): Fábio Bandeira
- Empresa de Turismo da Bahia S.A. (BAHIATURSA): Lílian Andrade
- Coordenação de Defesa Civil do Estado da Bahia (CORDEC): José Jorge Melo
- Universidade Federal da Bahia (UFBA): Isabel Galo e Osmário Souza
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): Ciro Maia
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): Liziane Peres Magili
- Prefeitura Municipal de Andaraí: Josenice Silva
- Prefeitura Municipal de Ibicoara: Roseangela Barbosa
- Prefeitura Municipal de Itaetê: Isis Chaves
- Prefeitura Municipal de Lençóis: Ana Paula Sena Freire
- Prefeitura Municipal de Mucugê: Oremildes Oliveira
- Prefeitura Municipal de Palmeiras: Linalda Maria Silva e Carlos Alberto Rodrigues de Souza

<u>CONSELHEIROS/2004:</u>

- 11º. Grupamento de Bombeiros Militares de Lençóis (11º. GBM) – Ten. Edson Dias Carregosa Filho e Jean Vianey dos Santos Freire
- Associação Biodinâmica e Agricultura Orgânica da Bahia (AAAO Bahia): Adeodato Menezes
- Associação Biodinâmica dos Agricultores e Agricultoras de Ibicoara (ABDI): Adeodato Menezes
- Associação de Condutores de Visitantes de Andaraí (ACVA): Mirailton Damasceno Souza e Herculano Oliveira Macedo
- Associação de Condutores de Itaetê (ACVI): Paulo Ferreira da Cruz e Joselito Pereira
- Associação de Condutores de Visitantes de Ibicoara (ACVIB): Janildes Silva Xavier
- Associação de Condutores de Visitantes de Lençóis (ACVL): Adilson Almeida
- Associação de Condutores de Visitantes de Mucugê (ACVM): Adão Novaes Silva e Anderson Martins
- Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão (ACV-VC): Wanderlino Macedo e José Luiz Brito da Silva Borges
- Associação de Guia e Ecoturismo da Chapada Diamantina (AGE-CD): Maurício da Mota Junior e Olívia Ann Nycola Taylor
- Comunidade da Fazenda Velha: Erivaldo Pires Costa

- Comunidade Capão do Correia: Ednasio S. Almeida
- Associação de Moradores da Comunidade de Campina: Marluce Sacilotto
- Associação Comunitária de São Pedro: Gerson Oliveira Souza
- Associação de Pais, Educadores e Agricultores de Caeté-Açu (APEA-CA): Janivaldo Vieira dos Santos
- Associação dos Empresários de Turismo da Chapada Diamantina (ASSET): José Anselmo S. C. Macedo e Antonio Jorge A. Matos
- Associação Biodinâmica Agricultura: Telma Ribeiro e Adeodato Menezes
- BARBADO (Organização Não-governamental): Claude Gilbert Samuel e Regina Mulkut
- Centro de Estudos Socioambientais (PANGEA): Sergio Veiga de Santana
- Brigada Voluntária da Chapada Diamantina: Augusto Gallinares e André Guedes Costa
- Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR): Rilza Ribeiro Rola e Joaquim Fagundes Santos
- Centro de Recursos Ambientais (CRA): Emanuel Dutra e Ângela Leony
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA): Reinaldo Oliveira Curi e José Júlio Souza Castro
- Associação de Apicultores do Vale do Capão (FLOR NATIVA): Pedro Constan e Thomas Peterhans
- Fundação Chapada Diamantina: Roy Richard Funch e Carlos de Almeida Toledo
- Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBA): Maria Thereza S. Stradmann e Renato Pegas Paes da Cunha
- Grupo Ambientalista de Palmeiras (GAP): Joás Brandão e Manoel Messias de Jesus Filho
- Grupo Ambientalista de Lençóis (GAL): Alexandre E. de Henrique
- Sociedade Beneficente dos Garimpeiros de Andaraí (SBGA): Geraldo dos Santos Filho
- Grupo Ecológico de Mucugê Bahia (GEMBA): Humberto Brandão de Souza e Cristina Gomes Pereira
- Associação de Cultura Popular (QUEBRA COCO): Ciana Marques
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) - GEREX I: Cléa Margarida Boaventura Maciel
- Instituto Barro Branco Interação de Apoio Técnico Institucional (IBBIO): Sandra Regina Maldonado e Rosângela de Andrade
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): Rita de Cássia F. Monteiro e Manoel M. Alcântara
- Ministério Público Estudual
- Fundação Movimento Ondazul (ONDAZUL): Eliane Oliveira e Ronan Caires de Brito
- Prefeitura Municipal de Andaraí: Vânia Márcia Bicalho Doria e Amarildo Cirineu
- Prefeitura Municipal de Ibicoara: Jorge de Almeida Lima e Jonilson Oliveira Novais
- Prefeitura Municipal de Itaetê: Suzete Vieira dos Santos e Helenice Cruz dos Santos
- Prefeitura Municipal de Lençóis: Vera Maria Weigand e Heraldo Barbosa Filho
- Prefeitura Municipal de Mucugê: Antonio Carlos Hora Medrado e Euvaldo Ribeiro
- Prefeitura Municipal de Palmeiras: Elaine Maria A. Cavalcanti e José Duarte Filho
- Projeto Sempre–Viva: Euvaldo Ribeiro
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andaraí
- Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Lençóis (STR): Zenária Fernandes de Jesus dos Anjos e José Rodrigues de Oliveira
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibicoara: Silvaldo Silva Luz
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mucugê: Hércio da Rocha Santos e Antônio Francisco Oliveira
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmeiras: Nivaldino P. dos Santos
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibicoara: Telma Ribeiro
- Superintendência de Recursos Hídricos (SRH): Luzinaldo Araújo P. Junior e Maurício Gonçalves Lima
- Universidade Estadual da Bahia (UESB): Renato Leone Miranda Leda e Claudionor Dutra
- Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS): Lígia Funch e Ana Lúcia Cunha Dornelles

A todas as pessoas que contribuíram na indicação de trilhas, atrativos e outras opções para aplicação nos trabalhos de planejar as ações para a visitação no Parque Nacional da Chapada Diamantina, especialmente por meio das seguintes pessoas:

- Da Associação de Condutores de Visitantes de Andaraí (ACVA):

- Adriano Oliveira Macedo;
- Antônio Roque Santos Alves;
- Dackson Luz Lima;
- Francisco Silva Soledade;
- Gilcimar Santos Evangelista;
- Henrique Carlos Cavalcanti;
- Herculano Oliveira Macedo;
- Marcus Vinícius;
- Nilvando Amorim.

- Da Associação de Condutores de Visitantes de Ibicoara (ACVIB):

- Antônio Silva Cardoso;
- Aristóteles Silva Xavier;
- Edriano Alves de Souza;
- Elder Silva Martins;
- Gilson Soares Neto;
- Henrique Martins Xavier;
- Janildes Silva Xavier;
- Joel Silva Pereira;
- Marcone Aguiar Domingues;
- Osiel Silva Pereira;
- Pauliano Dantas Alves;
- Robson Prado Souza;
- Ronei Aguiar Souza;
- Tiago Martins Xavier;
- Valdemir Silva Xavier

- Da Associação de Condutores de Visitantes de Itaetê (ACVI):

- Ivanildo Lima dos Santos;
- Marcos Almeida Bispo;
- Marcos Davi Silva Castro;
- Valdete Oliveira Santos.

- Associação dos Condutores de Visitantes de Mucugê (ACVM):

- Douglas Lima;
- Euvaldo Ribeiro Júnior;
- Fabiano Vieira Basto;
- Luiz Basílio Ribeiro;
- Orenildes Seres Oliveira;
- Rogério Mucugê Miranda;
- Wellinton Silva Camandaroba.

- Associação dos Condutores de Visitantes do Vale do Capão (ACV-VC):

- Adelson Marques da Rocha;
- Adroaldo Vasconcelos Júnior;
- Anilton Marques da Rocha;
- Cristiane Braga Pascoli;
- Thiago Rygoni;
- Vagner Dias dos Santos;
- Vilton Marques da Rocha.

- Associação Comercial do Turismo Sustentável do Vale do Capão (ACOMTUV):

- Claude Gilbert Samuel;
- Roseane Simões Palavizini.

- Associação dos Empresários de Turismo da Chapada Diamantina (ASSET):

- Antônio Jorje Andrade Matos.

- Prefeitura Municipal de Lençóis:

- Luiz Augusto Senna Brito.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Agradecemos à Dione Angélica Araújo Côrte que, deste os tempos em que coordenava uma coordenação na ex-Coordenação Geral de Ecossistemas (CGECO), da Diretoria de Ecossistemas (DIREC), do IBAMA, foi incansável, durante todos os anos de elaboração deste Plano de Manejo, na defesa e na alocação de recursos para que os trabalhos não fossem interrompidos.

SIGLAS

AABB	Associação Atlética Banco do Brasil
ACOMTUV	Associação Comercial de Turismo Sustentável do Vale do Capão
ACV	Associação de Condutores de Visitantes
ACVA	Associação de Condutores de Visitantes de Andaraí
ACVA	Associação de Condutores de Visitantes de Andaraí
ACV-CD	Associação de Condutores de Visitantes da Chapada Diamantina
ACVI	Associação de Condutores de Visitantes de Itaetê
ACVIB	Associação de Condutores de Visitantes de Ibicoara
ACVM	Associação de Condutores de Visitantes de Mucugê
ACV-VC	Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão
ACV-XI	Associação de Condutores de Visitantes de Xique-xique de Igatu
AEE	Áreas Estratégicas Externas
AEI	Áreas Estratégicas Internas
AGE-CD	Associação dos Guias de Ecoturismo da Chapada Diamantina
AGGE	Ações Gerenciais Gerais Externas
AGGI	Ações Gerenciais Gerais Internas
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANAC	Agência Nacional da Aviação Civil
AP	Antes do Presente
APA	Área(s) de Proteção Ambiental
APEA-CA	Associação dos Pais, Educadores e Agricultores de Caeté-Açú
APP	Área de Preservação Permanente
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ARL	Área de Reserva Legal
ASSET	Associação dos Empresários de Turismo da Chapada Diamantina
BA	Bahia
BAHIAPESCA	Programa de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca do Estado da Bahia
BAHIATURSA	Empresa de Turismo da Bahia S.A.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial
BRAL	Brigada de Resgate Ambiental de Lençóis
BVL	Brigada Voluntária de Lençóis
CBPM	Companhia Baiana de Prospecção Mineral
CDA	Coordenação do Desenvolvimento Agrário do Estado da Bahia
CECAV	Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas, da DIREC, IBAMA
CENAP	Centro Nacional de Pesquisa para Conservação dos Predadores Naturais
CEPRAM	Conselho Estadual de Meio Ambiente
CEU	Centro Excursionista Universitário
CEX	Compensação de Exportação
CI	Instituto Conservation International do Brasil
CIDE	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico
CIPM	Companhia Independente da Polícia Militar
CNSA	Cadastro Nacional de Sitio Arqueológico
COELBA	Companhia de Energia Elétrica do Estado da Bahia SA
CONACIF	Comissão Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONPARNA-CD	Conselho Consultivo do Parque Nacional Chapada Diamantina
COOGAN	Cooperativa dos Garimpeiros de Andaraí
CORDEC	Coordenação de Defesa Civil do Estado da Bahia
CRA	Centro de Recursos Ambientais
CSR	Centro de Sensoriamento Remoto do IBAMA
CTEACS	Câmara Técnica de Educação Ambiental e Comunicação Social do Conselho Consultivo
CV	Centro de Visitantes

DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
DERBA	Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Bahia
DIPRO	Diretoria de Proteção do IBAMA
DIREC	Diretoria de Ecossistemas do IBAMA
DNIT	Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transporte
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário
EFA	Escola Família Agrícola
EMATER	Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
AER	Avaliação Ecológica Rápida
ESREG	Escritório Regional do IBAMA
ETA	Estação de Tratamento de Água
FAEPE	Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão da UFLA
FBPN	Fundação O Boticário de Proteção à Natureza
FLONA	Floresta Nacional
FNCS	Floresta Nacional de Contendas do Sincorá
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GAL	Grupo Ambientalista de Lençóis
GAMBA	Grupo Ambientalista da Bahia
GAP	Associação Grupo Ambientalista de Palmeiras
GBM	Grupamento dos Bombeiros Militares
GEMBA	Grupo Ecológico de Mucugê Bahia
GPS	Sistema de Posicionamento Global (da sigla em inglês)
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDHM-E	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para educação
IDHM-L	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para Saúde (ou longevidade).
IDHM-R	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para Renda
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITERBA	Instituto de Terras da Bahia
ITR	Imposto Territorial Rural
LT	Linha(s) de Transmissão de Energia Elétrica
MC	Morro do Chapéu
MECA	Movimento em Defesa da Ecologia na Chapada Diamantina
MG	Minas Gerais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MN	Monumento Natural
MPF	Ministério Público Federal
MTUR	Ministério do Turismo
NOA	Núcleo de Operações Aéreas do IBAMA
OGM	Organismo(s) Geneticamente Modificado(s)
ONG	Organização(ões) Não-governamental(is)
OPP	Oficina de Planejamento Participativo
POA	Plano Operativo Anual

PAB	Piso de Atenção Básica
PAM	Produção Agrícola Municipal
PE	Parque Estadual
PED	Ponto de Embarque e Desembarque
PEMC	Parque Estadual Morro do Chapéu
PEUP	Plano Emergencial de Uso Público
PF	Posto de Fiscalização
PI	Proteção Integral
PI	Posto de Informação
PIC	Posto de Informação e Controle
PM	Parque Municipal
PM	Plano de Manejo
PM	Policia Militar
PME	Plano de Manejo Espeleológico
PN	Parque Nacional
PNCD	Parque Nacional da Chapada Diamantina
PNM	Parque Natural Municipal
PNMA	Programa Nacional do Meio Ambiente
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPM	Produção Pecuária Municipal
PRAD	Programa de Recuperação de Área Degradada
PRD	Partido Republicano Democrata
PREVFOGO	Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, da DIPRO, do IBAMA
PRF	Policia Rodoviária Federal
PROBIO	Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PRONABIO	Programa Nacional da Diversidade Biológica
PRUA	Plano de Referência Urbanístico e Ambiental
RADAMBRASIL	Projeto de Levantamento dos Recursos Naturais do Brasil
RB	Reserva da Biosfera
RBCAAT	Reserva da Biosfera da Caatinga
RBMA	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
ROI	Relatório de Ocorrência Incêndios
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAA	Sistema de Abastecimento de Água
SAN	Sede Administrativa do Segmento Norte
SAS	Sede Administrativa do Segmento Sul
SBGA	Sociedade Beneficente dos Garimpeiros de Andaraí
SE	Sudeste
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SEMARH	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SES	Sistema de Esgotamento Sanitário
SF	Setor de Fiscalização
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SFC	Superintendência de Florestas e Unidades de Conservação
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPSS	*Statistical Package for the Social Sciences*
SPU	Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento
SRH	Superintendência de Recursos Hídricos da Bahia

SUM	Sociedade União dos Mineiros de Lençóis
SUPES	Superintendência Estadual do IBAMA
SUS	Sistema Único de Saúde
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TC	Termo de Compromisso
TELEMAR	Empresa Brasileira de Telecomunicações
TNC	Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil
TSN	Transmissora Sudeste Nordeste
UC	Unidade de Conservação
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UTM	Universal Transverse Mercator
ZA	Zona de Amortecimento
ZEE	Zoneamento Ecológico e Econômico
ZHC	Zona Histórico-cultural
ZOT	Zona de Ocupação Temporária
ZP	Zona Primitiva
ZR	Zona de Recuperação
ZUC	Zona de Uso Conflitante
ZUEsp	Zona de Uso Especial
ZUEx	Zona de Uso Extensivo
ZUI	Zona de Uso Intensivo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 01

ENCARTE 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA
1.1 - Enfoque Internacional..... 06
1.1.1 - O Parque Nacional da Chapada Diamantina e as Reservas da Biosfera..... 06
1.1.2 - Oportunidades de Compromissos com Organismos e Acordos Internacionais..... 07
1.2 - Enfoque Federal..... 08
1.2.1 - O Parque Nacional e o Cenário Federal..... 08
1.2.2 - O Parque Nacional da Chapada Diamantina e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza..... 10
1.3 - Enfoque Estadual..... 12
1.3.1 - Implicações Ambientais..... 12
1.3.2 - Implicações Institucionais..... 13
1.3.3 - Potencialidades de Cooperação..... 14

ENCARTE 2 - ANÁLISE DA REGIÃO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA
2.1 - Descrição..... 17
2.1.1 - Descrição da Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina..... 17
2.1.2 - Zona de Amortecimento do Parque Nacional da Chapada Diamantina..... 17
2.2 - Caracterização Ambiental..... 20
2.2.1 - Vegetação da Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina..... 20
2.2.1.1 - Campos Rupestres..... 22
2.2.1.2 - Cerrado..... 23
2.2.1.3 - Florestas Estacionais Semideciduais e Formações Florestais Relacionadas 24
2.2.1.4 - Caatinga..... 24
2.2.1.5 - Áreas Alagadas..... 25
2.2.2 - Fauna da Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina..... 25
2.2.2.1 - Invertebrados..... 25
2.2.2.2 - Vertebrados..... 26
2.2.2.2.1 - Peixes..... 26
2.2.2.2.2 - Anuros..... 26
2.2.2.2.3 - Répteis..... 27
2.2.2.2.4 - Aves..... 27
2.2.2.2.5 - Mamíferos..... 27
2.2.3 - Micota (fungos) da Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina..... 28
2.2.4 - Aspectos Abióticos da Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina..... 28
2.2.4.1 - Clima..... 28
2.2.4.2 - Geologia..... 29
2.2.4.3 - Geomorfologia e Relevo..... 29
2.2.4.4 - Hidrografia..... 30
2.2.4.5 - Solos..... 30
2.2.5 - Arqueologia..... 30
2.2.5.1 - Sítios Pré-históricos..... 31
2.2.5.1.1- Contexto Pré-histórico..... 31
a - Tradições Rupestres..... 31
b - Tradição Nordeste..... 33
c - Tradição Agreste..... 34
d - Tradição São Francisco..... 35
e - Tradição Planalto 36
2.2.5.2 - Sítios Arqueológicos Pré-históricos Identificados..... 37
2.2.5.1.2- Contexto Etnográfico..... 37

a - Sítio Serra do Capão 1 ... 40
b - Sítio Serra do Capão 2 ... 40
c - Sítio da Liminha ... 41
d - Sitio Mucugê 2 ... 41
e - Sitio Mucugê 3 ... 42
f - Sitio Ibicoara 2 ... 42
g - Sítio Volta da Serra ... 43
2.3 - Aspectos Histórico-culturais ... 43
2.3.1 - Ocupação da Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina ... 44
2.3.1.1 - Ciclo do Ouro ... 44
2.3.1.2 - Ciclo do Diamante ... 45
2.3.2 - Descrição de Algumas Ocupações da Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina ... 46
2.3.2.1 - Andaraí ... 48
2.3.2.2 - Igatu ... 48
2.3.2.3 - Itaetê ... 48
2.3.2.4 - Ibicoara ... 49
2.3.2.5 - Lençóis ... 49
2.3.2.6 - Mucugê ... 49
2.3.2.7 - Palmeiras ... 49
2.3.3 - Surgimento de Alternativas Econômicas ao Fim do Ciclo do Diamante ... 49
2.3.4 - Coronelismo ... 51
2.3.5 - Passagem da Coluna Prestes pela Chapada Diamantina ... 54
2.3.6 - Histórico do Turismo na Região ... 55
2.3.7 - Heranças do Garimpo e Outras Influências na Cultura Local ... 57
2.3.8 - Arquitetura ... 58
2.3.9 - Artesanato ... 60
2.3.10 - Religiosidade ... 60
2.3.11 - Festas ... 61
2.3.12 - Culinária ... 66
2.3.13 - Usos Tradicionais da Flora e Fauna Local ... 67
2.3.14 - Cosmologia do Uso da Terra ... 68
2.3.15 - Lendas ... 68
2.3.15.1 - Pai Inácio ... 68
2.3.15.2 - Encanto do Diamante ... 69
2.3.15.3 - Pedra Viva ... 69
2.3.15.4 - Lagoa Encantada ... 69
2.3.15.5 - Chamamento ... 69
2.4 - Uso e Ocupação da Terra e Problemas Ambientais Decorrentes ... 69
2.4.1 - Zona Rural ... 70
2.4.1.1 - Agricultura ... 70
2.4.1.2 - Pecuária ... 71
2.4.1.3 - Mineração ... 72
2.4.1.4 - Assentamentos Agrícolas ... 73
2.4.1.5 - Monocultura Irrigada ... 74
2.4.1.6 - Pesca ... 74
2.4.1.7 - Atividades Florestais ... 74
2.4.1.8 - Extrativismo Vegetal ... 75
2.4.1.9 - Disseminação de Espécies Exóticas ... 76
2.4.1.9.1 - Caramujo Africano ... 76
2.4.1.9.2 - Peixes ... 76
2.4.1.9.3 - Abelhas ... 77
2.4.1.9.4 - Capim-gordura ... 77
2.4.1.9.5 - Pinheiros ... 77
2.4.1.9.6 - Agave e Piteira ... 77
2.4.1.9.7 - Jaqueira ... 78

2.4.1.9.8 - Pressão Sobre a Fauna..... 78
2.4.2 - Zona Urbana..... 79
2.4.2.1 - Saneamento..... 79
2.4.2.2 - Padarias..... 79
2.4.2.3 - Olarias..... 79
2.4.2.4 - Serrarias..... 80
2.4.3 - Turismo..... 80
2.4.4 - Atividades Industriais..... 81
2.4.5 - Planos Governamentais para a Região..... 81
2.4.5.1 - Assistência Social..... 81
2.4.5.2 - Educação..... 81
2.4.5.3 - Saúde..... 82
2.4.5.4 - Encargos Especiais..... 82
2.4.5.5 - Projeto da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)..... 82
2.4.5.6 - A Situação dos Empreendimentos no que Tange às Normas Ambientais..... 82
2.5 - Aspectos Socioeconômicos dos Municípios de Entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina..... 83
2.5.1 - Andaraí..... 83
2.5.1.1 - Caracterização do Município..... 83
2.5.1.2 - População..... 84
2.5.1.3 - Educação..... 85
2.5.1.4 - Saúde..... 85
2.5.1.5 - Saneamento Básico..... 86
2.5.1.6 - Estrutura Fundiária..... 86
2.5.2 - Ibicoara..... 86
2.5.2.1 - Caracterização do Município..... 86
2.5.2.2 - População..... 86
2.5.2.3 - Educação..... 88
2.5.2.4 - Saúde..... 88
2.5.2.5 - Saneamento Básico..... 89
2.5.2.6 - Estrutura Fundiária..... 89
2.5.3 - Itaetê..... 89
2.5.3.1 - Caracterização do Município..... 89
2.5.3.2 - População..... 89
2.5.3.3 - Educação..... 90
2.5.3.4 - Saúde..... 91
2.5.3.5 - Saneamento Básico..... 92
2.5.3.6 - Estrutura Fundiária..... 92
2.5.4 - Lençóis..... 92
2.5.4.1 - Caracterização do Município..... 92
2.5.4.2 - População..... 92
2.5.4.3 - Educação..... 93
2.5.4.4 - Saúde..... 94
2.5.4.5 - Saneamento Básico..... 94
2.5.4.6 - Estrutura Fundiária..... 95
2.5.5 - Mucugê..... 95
2.5.5.1 - Caracterização do Município..... 95
2.5.5.2 - População..... 95
2.5.5.3 - Educação..... 97
2.5.5.4 - Saúde..... 97
2.5.5.5 - Saneamento Básico..... 97
2.5.5.6 - Estrutura Fundiária..... 97
2.5.6 - Palmeiras..... 98
2.5.6.1 - Caracterização do Município..... 98
2.5.6.2 - População..... 98
2.5.6.3 - Educação..... 99

2.5.6.4 - Saúde..... 100
2.5.6.5 - Saneamento Básico..... 100
2.5.6.6 - Estrutura Fundiária..... 100
2.5.7 - Visão Integrada das Características Municipais..... 101
2.5.7.1 - População..... 101
2.5.7.2 - Fluxos Migratórios..... 103
2.5.7.3 - Índice de Desenvolvimento Humano..... 103
2.5.7.4 - Educação..... 104
2.5.7.5 - Saúde..... 107
2.5.7.6 - Saneamento Básico..... 107
2.5.7.7 - Estrutura Fundiária..... 107
2.5.7.8 - Meio Ambiente..... 110
2.6 - Visão da Comunidade sobre o Parque Nacional da Chapada Diamantina..... 111
2.7 - Alternativas de Desenvolvimento Econômico Sustentável..... 112
2.8 - Legislações Federal, Estadual e Municipal Pertinentes..... 114
2.9 - Potencial de Apoio ao Parque Nacional da Chapada Diamantina..... 116
2.9.1 - Infra-estrutura de Saúde..... 116
2.9.2 - Infra-estrutura de Turismo..... 116
2.9.3 - Rede de Serviços..... 117
2.9.4 - Parcerias Governamentais..... 117
2.9.5 - Parcerias Não-governamentais..... 118

ENCARTE 3 - ANÁLISE DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA
3.1 - Informações Gerais sobre o Parque Nacional da Chapada Diamantina..... 121
3.1.1 - Acessos..... 121
3.1.2 - Origem do Nome e Histórico de Criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina..... 123
3.1.2.1 - Origem do Nome..... 123
3.1.2.2 - Histórico de Criação do Parque..... 123
3.2 - Caracterização dos Fatores Abióticos e Bióticos..... 128
3.2.1 - Clima..... 128
3.2.2 - Geologia..... 129
3.2.2.1 - Aspectos Históricos (Geológicos e Antrópicos)..... 129
3.2.3 - Geomorfologia..... 130
3.2.4 - Solos..... 132
3.2.4.1 - Latossolos..... 132
3.2.4.2 - Cambissolos..... 135
3.2.4.3 - Solos Litólicos..... 135
3.2.4.4 - Solos Podzólicos..... 135
3.2.4.5 - Solos Aluviais..... 135
3.2.5 - Espeleologia..... 135
3.2.5.1 - Descrição das Cavernas Localizadas no Interior do Parque Nacional da Chapada Diamantina..... 136
3.2.5.1.1 - Caverna do Mastruz (ou da Paz) 136
3.2.5.1.2 - Gruta (Caverna) do Lapão..... 136
3.2.5.1.3 - Mina do Brejo (zona urbana do Distrito de Igatu)..... 137
3.2.5.1.4 - Complexo Caverna do Criminoso..... 137
3.2.5.1.5 - Caverna da Araponga..... 139
3.2.5.1.6 - Caverna da Lapinha (do Castelo) 140
3.2.6 - Hidrografia..... 140
3.2.6.1 - Aspectos Gerais..... 140
3.2.6.2 - Sub-bacias Hidrográficas do Parque Nacional da Chapada Diamantina e Região..... 143
3.2.6.2.1 - Sub-bacia do Rio Santo Antônio..... 143
3.2.5.2.2 - Sub-bacia do Rio Preto..... 143

3.2.5.2.3 - Sub-bacia do Pati..... 143
3.2.5.2.4 - Sub-bacia de Andaraí..... 144
3.2.5.2.5 - Sub-bacia Cotinguiba..... 144
3.2.5.2.6 - Sub-bacia do Rio Piabas..... 144
3.2.5.2.7 - Sub-bacia do Rio Capãozinho..... 144
3.2.5.2.8 - Sub-bacia do Rio Sertãozinho..... 144
3.2.5.2.9 - Sub-bacia do Rio Cumbuca..... 144
3.2.5.2.10 - Sub-bacia do Rio Una..... 144
3.2.5.2.11 - Sub-bacia Nascentes do Rio Paraguaçu..... 144
3.2.7 - Vegetação do Parque Nacional da Chapada Diamantina..... 145
3.2.7.1 - Campos Rupestres..... 145
3.2.7.2 - Florestas..... 146
3.2.7.3 - Cerrado..... 150
3.2.7.4 - Áreas Alagadas..... 150
3.2.7.5 - Ambientes Transicionais..... 151
3.2.7.6 - Áreas com Vegetação Alterada pela Ação Antrópica..... 151
3.2.8 - Fauna..... 152
3.3 - Patrimônio Cultural Material e Imaterial..... 156
3.3.1 - Sítios Arqueológicos..... 156
3.3.1.1 - Sitio Mucugezinho..... 156
3.3.1.2 - Sítio Cachoeira do Roncador..... 156
3.3.1.3 - Sítio Serra do Beco..... 158
3.3.1.4 - Sítio Serra do Pati..... 158
3.3.1.5 - Sitio Mucugê..... 158
3.3.1.6 - Sítio Serra da Chapadinha 1..... 158
3.3.1.7 - Sítio Serra da Chapadinha 2..... 159
3.3.2 - Sítios Arqueológicos Prováveis ou Sítios Citados na Literatura..... 159
3.3.3 - Patrimônio Arqueológico Histórico..... 161
3.3.3.1 - Sítios de Mineração..... 161
3.3.3.2 - Sítios Rurais..... 164
3.3.3.2.1 - Fazenda Roncador..... 164
3.4 - Socioeconomia..... 166
3.4.1 - Descrição Geral das Comunidades Situadas no Interior do Parque Nacional da Chapada Diamantina..... 166
3.4.1.1 - Poném..... 167
3.4.1.2 - Toalhas..... 167
3.4.1.3 - Estrada Velha do Garimpo..... 168
3.4.1.4 - Fazenda Velha..... 169
3.4.1.5 - Vale do Pati (ou Pati) 171
3.4.1.6 - São Pedro..... 172
3.4.1.7 - Capão do Correia..... 173
3.4.1.8 - Baixão..... 174
3.4.2 - População..... 175
3.4.3 - Educação..... 175
3.4.4 - Saúde..... 176
3.4.5 - Saneamento Básico..... 176
3.4.6 - Uso Atual da Terra..... 176
3.4.7 - Economia..... 179
3.4.8 - Visão da População sobre o Parque..... 180
3.5 - Situação Fundiária..... 182
3.5.1 - Terras Devolutas..... 183
3.5.2 - Grandes Imóveis..... 183
3.5.3 - Pequenos Imóveis..... 183
3.5.4 - Terras do Banco do Brasil..... 184
3.5.5 - Recursos..... 184
3.6 - Fogos e Outras Ocorrências Excepcionais..... 184

3.6.1 - Fogo..... 184
3.6.1.1 - Histórico de Ocorrência do Fogo..... 185
3.6.1.2 - Gestão do Fogo..... 185
3.6.1.3 - Impactos Causados pelos Incêndios..... 187
3.6.2 - Trombas d´Água..... 188
3.7 - Atividades Desenvolvidas no Parque Nacional da Chapada Diamantina..... 188
3.7.1 - Atividades Apropriadas..... 188
3.7.1.1 - Fiscalização..... 188
3.7.1.2 - Pesquisa..... 189
3.7.1.3 - Conscientização Ambiental..... 191
3.7.1.4 - Relações Públicas e Divulgação..... 192
3.7.1.5 - Visitação..... 192
3.7.2 - Atividades ou Situações Conflitantes..... 193
3.8 - Aspectos Institucionais do Parque Nacional da Chapada Diamantina..... 195
3.8.1 - Pessoal..... 195
3.8.2 - Infra-estrutura, Equipamentos e Serviços..... 196
3.8.3 - Estrutura Organizacional..... 198
3.8.4 - Recursos Financeiros..... 199
3.8.5 - Cooperação Institucional..... 199
3.9 - Declaração de Significância..... 200

ENCARTE 4 – PLANEJAMENTO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA
4.1 - Visão Geral do Processo de Planejamento..... 207
4.2 - Histórico do Planejamento..... 207
4.3 - Avaliação Estratégica do Parque Nacional da Chapada Diamantina..... 208
4.3.1 - Matriz de Avaliação Estratégica..... 209
4.3.2 - Análise da Situação Atual do Parque Nacional da Chapada Diamantina..... 209
4.3.2.1 - Ambiente Interno..... 209
4.3.2.1.1 - Forças Restritivas..... 209
4.3.2.1.2 - Forças Impulsoras..... 214
4.3.2.2 - Ambiente Externo..... 214
4.3.2.2.1 - Ameaças..... 214
4.3.2.2.2 - Oportunidades..... 215
4.3.2.2.3 - Premissas..... 215
4.4 - Objetivos Específicos de Manejo..... 215
4.5 - Zoneamento..... 217
4.5.1 - Organização do Zoneamento..... 217
4.5.1.1 - Zona Intangível..... 217
4.5.1.2 - Zona Primitiva..... 219
4.5.1.3 - Zona de Uso Extensivo..... 220
4.5.1.4 - Zona de Uso Conflitante..... 225
4.5.1.5 - Zona de Ocupação Temporária..... 226
4.5.1.6 - Zona de Uso Intensivo..... 229
4.5.1.7 - Zona Histórico-cultural..... 231
4.5.1.8 - Zona de Recuperação..... 232
4.5.1.9 - Zona de Uso Especial..... 234
4.5.1.10 - Zona de Amortecimento..... 235
4.5.2 - Quadro Síntese do Zoneamento..... 242
4.6 - Normas Gerais do Parque Nacional da Chapada Diamantina..... 270
4.7 - Planejamento por Área de Atuação..... 272
4.7.1 - Ações Gerenciais Gerais..... 273
4.7.1.1 - Ações Gerenciais Gerais Internas (AGGI)..... 273
4.7.1.2 - Ações Gerenciais Gerais Externas (AGGE) 293
4.7.2 - Áreas Estratégicas Internas (AEI) 301
4.7.2.1 - AEI Pai Inácio..... 301

4.7.2.1.1 - Segmento Sede Administrativa e Centro de Visitantes Pai Inácio..... 302
4.7.2.1.2 - Segmento Trilha Pai Inácio - Barro Branco....., 307
4.7.2.1.3 - Segmento Posto de Abastecimento Pai Inácio..... 309
4.7.2.1.4 - Segmento Linha de Transmissão Subestação Lençóis-Campos de São João 310
4.7.2.1.5 - Segmento Poném..... 310
4.7.2.2 - AEI Mandassaia..... 311
4.7.2.2.1 - Segmento Mandassaia..... 311
4.7.2.2.2 - Segmento Comunidade Toalhas..... 312
4.7.2.2.3 - Segmento Linha de Transmissão Lençóis..... 313
4.7.2.2.4 - Segmento Trilha e Gruta do Lapão..... 314
4.7.2.3 - AEI Morro do Selim (Morrão) 316
4.7.2.3.1 - Segmento Trilha Conceição dos Gatos – Trilha Capão – Pai Inácio..... 317
4.7.2.3.2 - Segmento Trilha Capão - Pai Inácio..... 319
4.7.2.3.3 - Segmento Trilha Lençóis – Capão..... 322
4.7.2.3.4 - Segmento Morro do Selim (Morrão) 324
4.7.2.3.5 - Segmento Acampamento Águas Claras..... 326
4.7.2.4 - AEI Cumes..... 328
4.7.2.5 - AEI Escaladas..... 330
4.7.2.6 - AEI Serra do Sobradinho..... 331
4.7.2.6.1 - Segmento Trilha da Cachoeira da Fumaça por Cima..... 332
4.7.2.6.2 - Segmento Trilha da Cachoeira da Fumaça por Baixo..... 336
4.7.2.6.3 - Segmento Trilha da Cachoeira da Fumaça de Frente..... 342
4.7.2.6.4 - Segmento Trilha da Cachoeira do Sossego..... 344
4.7.2.6.5 - Segmento Trilha da Cachoeira do Bodão (21) 348
4.7.2.6.6 - Segmento Ribeirão do Meio..... 353
4.7.2.7 - AEI Roncador..... 356
4.7.2.7.1 - Segmento Estrada Velha do Garimpo..... 357
4.7.2.7.2 - Segmento Marimbus..... 364
4.7.2.7.3 - Segmento Rabudo..... 366
4.7.2.7.4 - Segmento Trilha Capivari – Michila – Samuel – Roncador..... 366
4.7.2.7.5 - Segmento Trilha Andaraí – Garapa por Cima..... 369
4.7.2.7.6 - Segmento Comunidade Fazenda Velha..... 370
4.7.2.7.7 - Segmento Comunidade Estrada Velha do Garimpo..... 372
4.7.2.7.8 - Segmento Matas do Remanso..... 373
4.7.2.8 - AEI Pati..... 374
4.7.2.8.1 - Segmento Vale do Pati..... 374
4.7.2.8.2 - Segmento Trilha Andaraí - Pati..... 380
4.7.2.8.3 - Segmento Trilha Capão - Pati..... 381
4.7.2.8.4 - Segmento Trilha Mucugê - Pati..... 384
4.7.2.8.5 - Segmento Trilha Guiné - Pati..... 387
4.7.2.9 - AEI Pedra do Urubu..... 388
4.7.2.9.1 - Segmento Trilha da Pedra do Urubu..... 389
4.7.2.9.2 - Segmento Cachoeira do Ramalho..... 391
4.7.2.9.3 - Segmento Captação de Água de Andaraí..... 393
4.7.2.9.4 - Segmento Trecho da Linha de Transmissão BA-142..... 394
4.7.2.10 - AEI Ruínas de Igatu..... 394
4.7.2.10.1 - Segmento Trilha Capa Bode – Igatu..... 395
4.7.2.10.2 - Segmento Trilha Andaraí – Igatu..... 397
4.7.2.10.3 - Segmento Trilha Rampa do Caim..... 399
4.7.2.10.4 - Segmento Ruínas de Igatu..... 401
4.7.2.11 - AEI Capa Bode..... 402
4.7.2.11.1 - Segmento Sede Administrativa e Centro de Visitantes Capa Bode..... 403
4.7.2.12 - AEI Paraguaçu..... 408
4.7.2.12.1 - Segmento Mar de Espanha..... 409
4.7.2.12.2 - Segmento Trilha Cachoeira da Sibéria..... 414
4.7.2.13 - AEI Candombá..... 416

4.7.2.13.1 - Segmento Trilha das Cachoeiras do Rio Preto e das Rodas..... 416
4.7.2.13.2 - Segmento Trilha Poço do Gavião..... 420
4.7.2.13.3 - Segmento Trilha do Esbarrancado..... 423
4.7.2.14 - AEI São Pedro..... 425
4.7.2.14.1 - Segmento Comunidade São Pedro..... 426
4.7.2.14.2 - Segmento Rodovia BA-142..... 428
4.7.2.14.3 - Segmento Cachoeira do Córrego de Pedra..... 429
4.7.2.15 - AEI Andorinhas..... 431
4.7.2.16 - AEI Capão do Correia..... 434
4.7.2.17 - AEI Encostas da Chapadinha..... 435
4.7.2.18 - AEI Baixão..... 439
4.7.2.18.1 - Segmento Comunidade do Baixão..... 439
4.7.2.19 - AEI Sempre-viva..... 442
4.7.3 - Áreas Estratégicas Externas (AEE) 445
4.7.3.1 - AEE Lençóis..... 445
4.7.3.2 - AEE Marimbus..... 448
4.7.3.3 - AEE Capim Gordura..... 450
4.7.3.4 - AEE Andaraí..... 451
4.7.3.5 - AEE Igatu..... 454
4.7.3.6 - AEE Mucugê..... 456
4.7.3.7 - AEE Assentamentos..... 458
4.7.3.8 - AEE Rumo/Colônia..... 459
4.7.3.9 - AEE Chapadinha..... 452
4.7.3.10 - AEE Brejão..... 463
4.7.3.11 - AEE Ibicoara..... 466
4.7.3.12 - AEE Cafeeira..... 469
4.7.3.13 - AEE Pólo Agrícola..... 472
4.7.3.14 - AEE Guiné..... 475
4.7.3.15 - AEE Palmeiras..... 479
4.7.3.16 - AEE Capão..... 481
4.7.3.17 - AEE Cercado..... 484
4.7.3.18 - AEE Itaetê..... 488
4.7.3.19 - AEE Seabra..... 489
4.8 - Cronograma Físico para as Ações Gerenciais Gerais Internas e Externas..... 496
4.9 - Cronograma Físico para as Áreas Estratégicas Internas e Externas..... 522

ENCARTE 5 – PROJETOS ESPECÍFICOS

5.1 - Identificação do Projeto – Fogo..... 625
5.2 - Objetivos do Projeto..... 625
5.2.1 - Objetivo Geral..... 625
5.2.2 - Objetivos Específicos em Prevenção..... 625
5.2.3 - Objetivos Específicos em Combates..... 625
5.3 - Justificativa..... 625
5.4 - Contextualização..... 625
5.4.1 - Clima..... 626
5.5 - Descrição do Projeto..... 627
5.5.1 - Prevenção..... 627
5.5.2 - Combates..... 629
5.5.3 - Fiscalização..... 631
5.6 - Insumos Necessários..... 632
5.7 - Identificação do Projeto – Escalada em Rocha..... 633
5.8 - Objetivos do Projeto..... 634
5.9 - Justificativa do Projeto..... 634
5.10 - Descrição do Projeto..... 634
5.11 - Recomendações Técnicas e Normas..... 646
5.12 - Glossário..... 648

BIBLIOGRAFIA 650

ANEXOS

I Lista Preliminar de Espécies Endêmicas da Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 658

II Lista Preliminar das Espécies Arbóreas Encontradas em Florestas no Interior ou em Áreas Próximas do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 662

III Epífitas Vasculares Constatadas em Algumas Trilhas Percorridas Durante os Trabalhos para a Elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 669

IV Espécies de Mamíferos Encontrados no Interior e no Entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 672

V Resultados das Reuniões Abertas Realizadas para Subsidiar a Elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada Diamantina, em Sedes Municipais, Distritos, Povoados e Comunidades..... 675

VI Relatório do Seminário com Pesquisadores do Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 693

VII Relatório da Oficina de Planejamento Participativo (OPP) do Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 730

VIII Relatório de Fiscalização do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 763

IX Parque e Populações: Um Modelo de Realocação Humanizado e Sustentável... 767

LISTA DE FIGURAS

1 - Zona de Amortecimento do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 21
2 - Cerâmica Identificada na Localidade de Barra dos Negros, Município de Morro do Chapéu, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil, e Associada a Grupos de Agricultores-ceramistas..... 32
3 - Manifestação Rupestre (petroglifos) Identificada no Município de Ipupiara, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 32
4 - Representações Rupestres da Tradição Agreste, Sub-tradição Cariris-Velhos. Pedra Furada, Venturosa, Estado de Pernambuco..... 34
5 - Representações de Pequenos Antropomorfos Estilizados com Provável Representação de Cena da Tradição Agreste no Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 35
6 - Tradição Agreste, Sub-tradição Cariris-Velhos. Grafismos Puros Tipo Carimbo, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 35
7 - Tradição São Francisco, Nordeste do Brasil..... 36
8 - Representações Geométricas mais Elaboradas, como Círculos Concêntricos e Cruzes, em Policromia, Nordeste do Brasil..... 36
9 - Representações de Zoomorfos (cervídeos) Típicos da Tradição Planalto, Nordeste do Brasil..... 36
10 - Figuras Identificadas no Morro do Chapéu, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. A) Na chapada Diamantina são comuns figuras de lagartos associados a possíveis representações de corpos celestes. B) grafismos indicados por M. Beltrão como representações astronômicas..... 37
11 - Representações de Figuras Geométricas. Círculo Concêntrico com Divisão Interna e Nuvens de Pontos Apresentando Policromia, Nordeste do Brasil..... 37
12 - Grupos Indígenas que Ocuparam o Entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil, nos Séculos XVI e XVII..... 38
13 - Presença de Processos Hidro-geoquímicos sobre as Pinturas Rupestres. Sítio Serra do Capão 1. Município de Mucugê, Povoado de Guiné, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 40
14 - Ocorrência de Casa de Insetos e de Processo de Despreendimento da Rocha no Sítio Serra do Capão 2. Município Mucugê, Povoado de Guiné, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 41
15 - Detalhe das manifestações rupestres (antropomorfo estilizado e abstrato) presentes no sítio arqueológico da Liminha. Distrito de Igatu. Município de Andaraí, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 41
16 - Sítio Mucugê 2, Município de Mucugê, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Uso indevido do Abrigo, com Fios de Energia Elétrica no Teto e Cartazes nas Paredes e sobre as Pinturas, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 42
17 - Figura Zoomorfa Identificada no Sítio Mucugê 3, Município de Mucugê, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 42
18 - Pinturas Rupestres com Temática Zoomorfa, Geométrica e Carimbos de Prováveis Pés ou Patas. Município de Itaetê, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. 43
19 - Antropomorfos Estilizados e Zoomorfos Sobrepostos a uma Pequena Camada de Calcita. Município de Itaetê, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 43
20 - Figura Zoomorfa bem Elaborada na Coloração Vermelha com Provável Contorno Amarelo. Presente no sítio Volta da Serra, Município de Palmeiras, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 43
21 - Muro de Pedras Construído por Escravos para Dividir Terras no Gerais do Rio Preto, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 46
22 - América do Sul, Brasil, Bahia, Região da chapada Diamantina, região das lavras Diamantinas, Parque Nacional da Chapada Diamantina e Municípios Pertencentes 47
23 - À Esquerda, Escultura em Homenagem aos Garimpeiros. À Direita: Feira ao Ar Livre, no Centro da Cidade de Andaraí, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 48

24 - Ruínas de Casas de Pedra, à Esquerda. Casa de Pedra Habitada, à Direita, no Distrito de Igatu, Município de Andaraí, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 48
25 - Marcha da Coluna Prestes pela Chapada Diamantina, com Destaque na Região que Compõe o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 56
26 - Vista de Areal no Leito do Rio Coisa Boa Causado pelo seu Assoreamento, Próximo à Cidade de Andaraí, no Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 57
27 - Ruas Estreitas de Lençóis, um dos Municípios que têm Parte de sua Área Inserida no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil 58
28 - Sobrados da Cidade de Lençóis, Entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 58
29 - Locas ou Tocas, na Foto à Esquerda. À Direita, Estrutura das Casas de Pedra, Recobertas por Palha, Construídas de Fragmentos de Rochas, no Entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 59
30 - Jazida de Diatomita no Distrito de Cascavel, Município de Ibicoara. À Esquerda: Extração do Minério no Leito de um Curso d'agua; à Direita: Calcinação do Minério como Parte do Processo de Pré-beneficiamento antes da Industrialização, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 73
31 - Áreas Cultivadas no Entorno da Barragem do Apertado, no Rio Paraguaçu, Próximo aos Limites do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 82
32 - Acessos ao Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 122
33 - Geologia do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 131
34 - Relevo do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 133
35 - Geomorfologia do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 134
36 - Solos do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 138
37 - Cavidades Naturais (Cavernas, Grutas e Outras) do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 141
38 - Hidrografia do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 147
39 - Sub-bacias do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 148
40 - Vegetação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 154
41 - Diagrama de Ordenação dos Dados (eixos 1 – 45,68% – e 2 – 24,37%) das Espécies Arbóreas Florestais de Seis Áreas (losangos) do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 155
42 - Tipos de Vegetação e Espécies do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 155
43 - Áreas de Pressão de Caça Intensiva no Interior do Parque Nacional da Chapada Diamantina e no seu Entorno, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 157
44 - Sítios Pré-históricos de Manifestações Rupestres no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 160
45 - Sítios de Mineração do Patrimônio Arqueológico Histórico do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 165
46 - Sítios Rurais do Patrimônio Arqueológico Histórico do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 166
47 - Comunidades Locais do Interior do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 177
48 - Zoneamento do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 237

49 - Zoneamento, Detalhe A, do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 238
50 - Zoneamento, Detalhe B, do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 239
51 - Zoneamento, Detalhe C, do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 240
52 - Zoneamento, Detalhe D, do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 241
53 - Setores de Fiscalização do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 278
54 - Organograma funcional do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 289
55 - Situação Fundiária – Área de Imóveis do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 489
56 - Área Estratégica Interna e Externa do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 491
57 - Área Estratégica Interna e Externa, Detalhe A, do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. 492
58 - Área Estratégica Interna e Externa, Detalhe B, do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. 493
59 - Área Estratégica Interna e Externa, Detalhe C, do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. 494
60 - Área Estratégica Interna e Externa, Detalhe D, do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. 495
61 - Alcance Visual de Cada Ponto de Monitoramento.do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 628
62 - Localização dos Mirantes de Incêndios no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 630
63 - Mapa de Localização das Brigadas, Mirantes e Distribuição de Veículos, Durante a Temporada de Risco de Incêndios no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasi..... 631
64 - Parede do Beco do Guiné com Traçado das Vias e da Área Interditada no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 636
65 - Detalhe das Vias. O “x” Representa as Proteções Fixas e o Triângulo Paradas Móveis no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 636
66 - Representação Gráfica da Via de Escalada 1 da Parede do Beco do Guiné no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 637
67 - Representação Gráfica da Via de Escalada 2 da Parede do Beco do Guiné no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 637
68 - Vias de Acesso e Escalada das Paredes do São Pedro no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 638
69 - Detalhe das Vias 1 e 2 no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 638
70 - Inicio da Via Fogueira das Vaidades no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 639
71 - Via Estrela da Manhã no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil 639
72 - Vias 1, 2 e 3 do Varandão no Cânion do rio Paraguaçu no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil 640
73 - Via 4 (Liseba) e 5 (Sebosa) no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 640
74 - 6) Via Bumbum de Elefante e 7) Rede de Intrigas no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 641
75 - Via 8) Saci Perereco no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 641

76 - Vias 9) Tabacudo, 10) Hidroapelão e 11) Xixi de Garimpeiro no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 642
77 - Via 12) Beija-flor no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 642
78 - Paredões Rochosos do Capão do Correia com Potencial para Abertura de Vias de Escalada no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 642
79 - Via do Arco Localizada no Capão do Correia no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 643
80 - Vias de Escalada 2 (Juelinho) e 3 (Golpe Ninja) Próximas da Estrada, no Capão do Correia no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 644
81 - Via 1 (Vai que dá), Via 2 (Fuga Pela Aresta) e Via 3 (Aqui tem) do Setor Califórnia no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil 645
82 - Via 4 (Crotalus) e Via 5 (Bothrops) do Setor Califórnia no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 645

LISTA DE TABELAS

1 - Situação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, no Escopo do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, no Cenário Federal..... 10
2 - População Residente nas Áreas Rural e Urbana do Município de Andaraí, entre os Anos de 1970, 1980, 1991 e 2000, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 84
3 - Número de Estabelecimentos por Utilização das Terras e Condição do Produtor do Município de Andaraí, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 86
4 - População Residente em Ibicoara, Áreas Rural e Urbana (1970, 1980, 1991 e 2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 87
5 - Número de Estabelecimentos por Utilização das Terras e Condição do Produtor do Município de Ibicoara, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 89
6 - População Residente em Itaetê, nas Áreas Rural e Urbana (1970, 1980, 1991 e 2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 90
7 - Número de Estabelecimentos por Utilização das Terras e Condição do Produtor no Município de Itaetê, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 92
8 - População Residente no Município de Lençóis, Áreas Rural e Urbana (1970, 1980, 1991 e 2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 93
9 - Número de Estabelecimentos por Utilização das Terras e Condição do Produtor do Município de Lençóis, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 95
10 - População Residente em Mucugê, Áreas Rural e Urbana (1970, 1980, 1991 e 2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 96
11 - Número de Estabelecimentos por Utilização das Terras e Condição do Produtor do Município de-Mucugê, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 98
12 - População Residente em Palmeiras, Áreas Rural e Urbana (1970, 1980, 1991 e 2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 98
13 - Número de Estabelecimentos por Utilização das Terras e Condição do Produtor do Município de Palmeiras, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 100
14 - População Residente nos Seis Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina (1970, 1980, 1991 e 2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 101
15 - População Residente nas Áreas Urbana e Rural nos Seis Municípios do Parque Nacional da Chapada Diamantina nos anos (1970, 1980, 1991 e 2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 101
16 - População Residente por Situação do Domicílio, Sexo, Forma de Declaração da Idade (2000), dos Municípios do Entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 102
17 - Distribuição da Ocupação por Setor de Atividade (2003) da População dos Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 103
18 - Índice de Desenvolvimento Humano (1991 e 2000) dos Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.. 104
19 - Tempo de Escolaridade da População dos Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 105
20 - Número de Escolas com Pré-escola, Número de Alunos e Docentes dos Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 106
21 - Número de Escolas com Ensino Fundamental, Número de Alunos e Docentes dos Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 106
22 - Número de Escolas com Ensino Médio, Número de Alunos e Docentes dos Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 106
23 - Número de Alunos por Docente nos Ensinos Fundamental, Médio e Pré-escola, nos Municípios do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia,

Nordeste do Brasil..... 107
24 - Área de Café Plantado e Quantidade de Café Produzido nos Seis Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 109
25 - Quantidade Produzida na Extração Vegetal dos Seis Municípios, em Conjunto, que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 110
26 - Espécies Arbóreas Características dos Diferentes Tipos de Formação Florestal da Chapada Diamantina..... 149
27 - Recursos Financeiros Recebidos entre os Anos de 2003 a Agosto de 2007 pelo Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 199

LISTA DE QUADROS

1 - Nível Territorial dos Seis Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 17
2 - Sítios Arqueológicos Confirmados na Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 39
3 - Prováveis Sítios Arqueológicos na Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 39
4 - Lista de Pesquisas Licenciadas pelo IBAMA para o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil e seu Entorno..... 189
5 - Situação, de Agosto de 2007, do Quadro de Pessoal do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 196
6 - Situação de Agosto de 2007 dos Equipamentos do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 196
7 - Estrutura Organizacional Vigente, em agosto de 2007, no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 199
8 - Matriz de Avaliação Estratégica para o Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 210
9 - Resumo da definição do zoneamento do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 242
10 - Pessoal Necessário para o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 291
11 - Mobiliário, Equipamentos e Materiais Necessários à Sede Administrativa Pai Inácio, Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 304
12 - Mobiliário, Equipamentos e Materiais Necessários Para o Centro de Operações Pai Inácio, Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 305
13 - Veículos Necessários Para o Segmento Sede Administrativa e CV Pai Inácio, Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 307
14 - Mobiliário, Equipamentos e Materiais para o Alojamento Pai Inácio, Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 307
15 - Mobiliário, Equipamentos e Materiais Necessários à Sede Administrativa Capa Bode, Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 404
16 - Mobiliário, Equipamentos e Materiais Necessários ao Centro de Operações Capa Bode, Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 405
17 - Mobiliário, Equipamentos e Materiais Necessários ao Centro de Visitantes Capa Bode, no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 406
18 - Mobiliário, Equipamentos e Materiais Necessários ao Alojamento Baixão, Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 441
19 - Brigadas Voluntárias do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 629
20 - Material de Consumo e Equipamentos do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 632

LISTA DE GRÁFICOS

1 - População das Áreas Urbana e Rural dos Municípios onde está Inserido o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 70
2 - Produção Agrícola nos Seis Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 71
3 - Quantidades da Produção Agrícola nos Seis Municípios que Abrangem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 71
4 - População Residente em Andaraí, Áreas Rural e Urbana, nos Anos de 1970, 1980, 1991 e 2000, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 84
5 - Tempo de Escolaridade do Município de Andaraí – 2000, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 85
6 - População Residente em Ibicoara, Áreas Rural e Urbana (1970, 1980, 1991 e 2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 87
7 - Município de Ibicoara por Grupo de Idade (2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 88
8 - Tempo de Escolaridade do Município de Ibicoara (2000), Estado do Bahia, Nordeste do Brasil..... 88
9 - População Residente em Itaetê, Áreas Rural e Urbana (1970, 1980, 1991 e 2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 90
10 - Município de Itaetê por Grupo de Idade (2000), no Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 91
11 - Tempo de Escolaridade do Município de Itaetê (2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 91
12 - População Residente em Lençóis, Áreas Rural e Urbana (1970, 1980, 1991 e 2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 93
13 - Município de Lençóis por Grupo de Idade, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 94
14 - Tempo de Escolaridade do Município de Lençóis (2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 94
15 - População Residente em Mucugê, Áreas Rural e Urbana (1970, 1980, 1991 e 2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 96
16 - Município de Mucugê por Grupo de Idade (2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 96
17 - Tempo de Escolaridade do Município de Mucugê (2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 97
18 - População Residente em Palmeiras, Áreas Rural e Urbana (1970, 1980, 1991 e 2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 99
19 - Município de Palmeiras por Grupo de Idade (2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 99
20 - Tempo de Escolaridade do Município de Palmeiras (2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 100
21 - População das Áreas Urbana e Rural (2000) dos Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 102
22 - Distribuição da População nos Seis Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 102
23 - Distribuição da População por Faixa Etária Conjuntamente nos Seis Municípios do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 103
24 - Comparação do IDH entre os Anos de 1991 e 2000 dos Seis Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 105
25 - Produção Agrícola nos Seis Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 108
26 - Quantidades Produzidas de Produtos Agrícolas nos Seis Municípios do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 108
27 - Área Plantada e Produtos Agrícolas nos Seis Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 109

28 - Rebanho nos Seis Municípios do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 110
29 - Precipitação Pluviométrica Mensal do Município de Lençóis, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil, Utilizando-se as Médias dos Anos de 1999 a 2004..... 129
30 - Precipitação Pluviométrica Mensal do Distrito de Cascavel, do Município de Ibicoara, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil, Utilizando-se as Médias dos Anos de 1964 a 2004..... 129
31 - Principais Usos da Terra nas Comunidades Internas do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil..... 170
32 - Gráfico da Precipitação Pluviométrica de Lençóis, Utilizando-se as Médias dos Anos de 1999 a 2004..... 626
33 - Gráfico da Precipitação Pluviométrica de Caascavel, Utilizando-se as Médias dos Anos de 1964 a 2004..... 627

Introdução

INTRODUÇÃO

O Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD) situa-se no centro do Estado da Bahia (BA) e foi criado pelo Decreto Federal N°. 91.655, de 17 de setembro de 1985, ocupando uma área de aproximadamente 152.400ha. Seu objetivo, segundo o Decreto de Criação, é proteger amostras representativas da serra do Sincorá, uma das feições que compõem a chapada Diamantina que, por sua vez, faz parte da serra do Espinhaço. Além disto, o Parque é uma área rica em nascentes, em uma região seca, e tem exuberante beleza cênica, tornando-o atraente para o turismo. Passados 22 anos de sua criação, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o órgão responsável por sua gestão, apresenta aqui o Plano de Manejo para o Parque, o qual deverá nortear a gestão desta Unidade de Conservação (UC).

Segundo a Lei Federal Nº. 9.985/2000, que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), também conhecida como Lei do SNUC (MMA, 2004), o plano de manejo de uma UC é o "documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade" (Art. 1º., Inciso XVII).

Um parque nacional é uma UC de proteção integral, ou seja, onde é admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais (Art. 7º. § 1º., da Lei do SNUC). Ainda segundo a referida Lei, um parque nacional "tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico" (caput do Art. 11). Por outro lado, o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros (Decreto Federal Nº. 84.017/1979) estabelece as normas específicas desta categoria de UC, tanto com relação ao uso público como com relação às demais atividades a serem exercidas.

Até o momento, o PNCD não contava com nenhum instrumento de planejamento, sendo o presente Plano de Manejo o seu primeiro. Para assegurar o cumprimento da Lei do SNUC, em relação aos parques nacionais, o IBAMA consolidou em 2002 uma metodologia voltada para a elaboração de planos de manejo, a qual foi publicada como Roteiro Metodológico de Planejamento – Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica (Galante *et alii*, 2002). Por meio da metodologia e conforme a Lei do SNUC e o seu Regulamento (Decreto Federal Nº. 4.340/2002), um plano de manejo deve ser constituído em diagnóstico, zoneamento e programas de manejo, os quais contarão com atividades e normas de funcionamento da UC.

O presente Plano de Manejo foi construído quase na sua totalidade por uma equipe do IBAMA, envolvendo funcionários lotados no PNCD, na Superintendência Estadual do IBAMA (SUPES), em Salvador, e na Diretoria de Ecossistemas (DIREC), em Brasília. Contou também com a participação de diversos setores da sociedade, em diferentes momentos previstos na metodologia citada. Tais momentos constituíram-se nas reuniões abertas, forma de consulta popular realizada nas sedes municipais de inúmeras comunidades do entorno do Parque, por meio da Oficina de Planejamento Participativo (OPP) e do Seminário com Pesquisadores que trabalharam e trabalham no Parque e no seu entorno. Ressalte-se o apoio inestimável de diversos outros colaboradores e do Conselho Consultivo do PNCD (CONPARNA-CD) que, em diferentes momentos apoiaram a elaboração deste Plano.

Finalmente, há de se citar que o Plano contou também na sua elaboração com quatro estudos desenvolvidos com o apoio de uma empresa do setor de energia elétrica, a Transmissora Sudeste Nordeste (TSN). Com recursos oriundos de compensação ambiental (mecanismo previsto na Lei do SNUC), a TSN contratou a empresa MRS Estudos Ambientais para realizar alguns estudos especificamente com vistas à elaboração deste PM, quais sejam: i) arqueologia, ii) aspectos histórico-culturais, iii) mastofauna de médio e grande portes e iv) socioeconomia, os quais passaram a fazer parte integrante do escopo.

FICHA TÉCNICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (UC)

Nome da UC: Parque Nacional da Chapada Diamantina.
Unidade Gestora Responsável: Superintendência Estadual do IBAMA na Bahia.
Endereço: Avenida Juracy Magalhães Junior, 608 – Rio Vermelho. Salvador/BA. CEP: 41940-060.

Endereço da Sede: Rua Barão do Rio Branco, nº. 25. Palmeiras/BA. CEP: 46930-000.

Telefone: 55 xx (75) 3332-2420.

Telefax: 55 xx (75) 3332-2229.

E-mail: parnadiamantina@yahoo.com.br; parnadiamantina.ba@ibama.gov.br.

Superfície: 152.132ha.

Perímetro: 356,16km.

Superfície da Zona de Amortecimento: 318.357ha.

Perímetro da Zona de Amortecimento: 529km.

Municípios Abrangidos pela UC e Percentuais: abrange os Municípios de Andaraí, Ibicoara, Itaetê, Lençóis, Mucugê e Palmeiras, com os seguintes percentuais:

- Andaraí – 18,59% da área do Município é Parque e 23% do Parque estão no Município;
- Ibicoara – 2,69% da área do Município é Parque e 1,84% do Parque estão no Município;
- Itaetê – 0,18% da área do Município é Parque e 0,14% do Parque estão no Município;
- Lençóis – 18,42% da área do Município é Parque e 14,58% do Parque estão no Município;
- Mucugê: 32,38% da área do Município é Parque e 54,47% do Parque estão no Município;
- Palmeiras –13,09% da área do Município é Parque e 5,97% do Parque estão no Município.

Estado Abrangido pela UC: Bahia.

Coordenadas Geográficas: 12°20'-12°25' S e 41°35'- 41°15' W.

Data de Criação e Número do Decreto: Decreto Federal N°. 91.655, de 17/09/1985.

Descrição Resumida dos Limites: i) norte: rodovia BR-242, entre a estrada BA-850 (que dá acesso a Lençóis) e o acesso secundário para o povoado de Campos de São João; ii) oeste: encosta da serra do Sincorá; iii) sul: segue ao norte da serra da Águia até atingir o córrego Riachão, passando pelo córrego Jibóia e o rio Samina; iv) leste: toma a base da encosta, corta o rio Invernada, atinge o rio Cumbuca e chega ao rio Mucugê, ao córrego Sertãozinho ou Moreira, até a sua foz no rio Paraguaçu. Volta para o rio Cumbuca, cruza a estrada BA-142, direção a Andaraí, e daí, por um caminho, até o povoado de Igatu; contorna o seu sítio urbano e segue até a BA-142. Atinge a ponte do rio Coisa Boa, na BA-142, e cruza-o, seguindo-o por 700m até um ponto em linha reta da ponte da BA-142. Segue em linha reta de cerca de 2.300m até um ponto no rio Paraguaçu, situado a 1.000m, em linha reta, de uma ponte sua sobre a BA-142. Segue pelo rio Paraguaçu até a ponte na BA-142, seguindo-a em direção a Andaraí, até a ponte sobre o córrego do Padre. Daí segue em linha reta, em sentido ONO, por cerca de 4.500m, até a cota aproximada de 1.009m. Sai segue por linha reta de cerca de 6.950m, em sentido NE, até a ponte sobre o rio Santo Antônio, na BA-142. Segue pela BA-142 em direção à BR-242, até uma estrada carroçável que leva à fazenda Lagoa Encantada, seguindo-a por cerca aproximada de 5.500m. Segue por uma linha reta, em direção ONO, por cerca de 5.700m até a cota de 431m. No sentido norte, segue por cerca de 1.800m, até a cota 445m. Em linha reta, no sentido NO, vai até um ponto na margem esquerda do rio São José, em frente à foz de um tributário seu pela margem direita. Segue o rio São José, até um ponto na sua margem esquerda, junto à foz de um seu pequeno afluente; atravessa o rio São José e segue pelo afluente até o caminho para Lençóis. Segue pelo caminho, sentido Lençóis, até cruzar o rio Ribeirão; seguindo-o por cerca de 1.500m e depois por uma linha reta de cerca de 1.500m até a cota de 696m. Depois, sentido oeste, segue em linha reta de cerca de 2.300m, até a cota de 954m. Ainda no sentido norte, segue outra linha reta de cerca de 6.600m, até atingir o caminho de tropeiros que sobe a serra dos Lençóis, vindo da Cidade de Lençóis. Ultrapassa-o, rumo norte, cerca de 300m e vira para SEE, em direção a Lençóis, paralelamente ao caminho de tropeiros, e, a 300m segue para o leste, por cerca de 1.600m, até a BA-850, que liga Lençóis à BR-242; segue pela margem esquerda da BA-850 até a confluência desta com a BR-242, ponto inicial desta descrição.

Biomas: Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica.

Ecossistemas: floresta ombrófila densa; floresta estacional semidecidual; mata ciliar; áreas

alagadas; cerrado senso estrito; cerrado campo sujo; cerrado campo limpo; campo rupestre e ecótonos. Ainda ocorrem ambientes próprios das diversas cavidades naturais, as quais existem no Parque.

Atividades Desenvolvidas:

- **Educação Ambiental**: ocorrem somente atividades pontuais, portanto, realizadas esporadicamente.
- **Fiscalização**: não ocorre rotineiramente, mas sim a partir de demanda gerada, principalmente, por denúncias.
- **Controle de Incêndios**: são realizadas atividades de prevenção, controle e, principalmente, combate a incêndios florestais nos períodos críticos da seca (de agosto a fevereiro e de setembro a dezembro).
- **Pesquisas**: ocorrem esporadicamente, sendo predominantes os estudos sobre a vegetação, embora alguns tenham abordado a fauna (aves, insetos, aracnídeos, anfíbios, répteis e pequenos mamíferos), o impacto da visitação e a socioeconomia.
- **Visitação**: a atividade não está regulamentada, mas ocorre intensamente em diversas áreas do Parque, como caminhadas, banhos, natação, escalada, rapel, acampamentos, fotografia, contemplação, ciclismo, entre outras.
- **Atividades Conflitantes**: uso indevido de fogo; caça, pesca, apanha e captura de animais silvestres; agricultura; pecuária; presença de animais domésticos; captação de água; pastagem; extração mineral (garimpo - manual e mecanizado - de diamantes, retirada de areia, argila, pedra e cristais); linhas de transmissão de energia elétrica; rodovia asfaltada; populações humanas residentes; abertura e reabertura de trilhas para visitação; coleta indevida de plantas e demais materiais biológicos; desmatamento e corte seletivo de madeira e, finalmente, trânsito de veículos automotores.

Contextualização da Unidade de Conservação

- ✓ Enfoque Internacional
- ✓ Enfoque Federal
- ✓ Enfoque Estadual

ENCARTE 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA (PNCD)

1.1 - Enfoque Internacional

O PNCD não pertence a nenhuma faixa de fronteira, mas o requer considerações sobre o seu enfoque internacional, especialmente por fazer parte de limites das chamadas reservas da biosfera (RB), sistemas de proteção ambiental complementares às redes de UC nos países que as adotam como estratégia de proteção da diversidade biológica.

1.1.1 - O Parque Nacional da Chapada Diamantina e as Reservas da Biosfera

As reservas da biosfera são criadas pela Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura (UNESCO, na sigla em inglês) com o objetivo de auxiliar o planejamento e a instrumentalização de ações de preservação de biomas ou regiões que são declarados como tal. Assim, as RB são amostras de ecossistemas onde são buscadas soluções que promovam a conciliação da conservação da diversidade com o uso sustentável (Bo, 2003).

As RB não são consideradas UC pela Lei do SNUC, mas objetivam adequar-se aos sistemas de proteção ambiental de cada país ou região onde são criadas. Portanto, cada país ou região tem autonomia para indicar como as RB devem ser geridas, observando a existência da rede internacional das Reservas, a qual procura dar diretrizes gerais para que a sua efetiva implantação. Nesse sentido, as diretrizes buscam estimular a adoção de medidas inovadoras e diferenciadas, buscando a convivência harmônica entre a sociedade humana e os ambientes naturais.

Consultando a página da UNESCO na Internet, é possível a obtenção de vários dados e foi com base nisso que se conseguiu o que está colocado a seguir no presente item (UNESCO, 2007). Portanto, conforme dados da UNESCO (2007), é possível afirmar que atualmente há seis RB no Brasil, quais sejam: i) Amazônia Central, ii) Cerrado (primeira etapa), iii) Pantanal, iv) Mata Atlântica, v) Caatinga e vi) Cadeia do Espinhaço. O PNCD está incluído nas RB da Caatinga e da Mata Atlântica, constituindo as zonas-núcleo de ambas. Por conceito, a zona-núcleo de uma RB deve abranger UC com rigor máximo na sua proteção. No futuro, as áreas de Cerrado da chapada Diamantina, onde se encontra o PNCD, comporão, junto com outras regiões, a Fase IV da RB do Cerrado, representando, também, o extremo norte da Cadeia do Espinhaço. Assim, o Parque passaria a fazer parte de três RB, aumentando ainda mais a sua relevância ambiental.

A RB da Mata Atlântica (RBMA) foi estabelecida em 1992, sendo a primeira para o Brasil. Ela abrange 14 estados (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). A partir de 1993, passou a englobar a RB do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (Câmara, 1996; Costa, 1997; Costa-Neto, 1997).

A maior parte das áreas da RBMA inclui regiões urbanas, por isso, está sob pressão intensa provocada pela presença de cerca de 100 milhões de habitantes (dados de 2002), que vivem nas áreas urbanas e nas industriais dentro de seus limites ou por estarem vizinhas a eles. Do total de cerca de 5.500 municípios brasileiros, mais de 3.000 estão localizados na região compreendida pela RBMA. Em função disso, associados à RBMA, há graves problemas ambientais, os quais incluem poluição hídrica, emissão de poluentes atmosféricos, crescimento urbano descontrolado, caça e desmatamento irregular de remanescentes florestais, entre muitos outros (Cencig, 2004; Lino *et alii*, 2003).

Na Bahia, a RBMA é composta por uma faixa que ocupa todo o litoral, por uma área situada na chapada Diamantina, que abrange o PNCD, e por um corredor ao longo do rio Paraguaçu que une os dois segmentos. As ações de implantação ficaram, inicialmente, restritas a três áreas-piloto: o Parque Metropolitano Pirajá/São Bartolomeu, a região da Reserva Biológica de Una (federal) e a região do Parque Nacional de Monte Pascoal. Mais recentemente, as ações de implantação passaram a incluir o estabelecimento do Corredor Central da Mata Atlântica, o qual abrange a

região litorânea do Estado, com foco principal nas áreas da região conhecida como Extremo Sul da Bahia (Araújo *et alii*, 1998).

Aparentemente, não há ações de implantação previstas para a região da chapada Diamantina, embora o PNCD seja considerado zona-núcleo da RBMA no segmento que abrange a sua região e represente 3,75% do total desta zona no conjunto da reserva.

A RB da Caatinga (RBCAAT) foi criada em 2001, em função da extrema necessidade de proteção do Bioma, pouco resguardado na forma de UC, de maneira a contribuir para a manutenção de parte dos seus recursos naturais e condições ambientais na forma pouco alteradas. Abrange os Estados do Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, além de parte do norte do Estado de Minas Gerais (Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga, 2004).

Na área do PNCD, a RBCAAT forma um corredor que acompanha toda a serra do Sincorá, conectando uma extensa área do sudoeste da Bahia até o vale do rio São Francisco. A região da chapada Diamantina constitui-se em uma área úmida encravada no meio do semi-árido, representando o norte da serra do Espinhaço. Na serra do Sincorá, onde se encontra o PNCD, as terras mais baixas, ao seu redor, são cobertas de diversas fisionomias de Caatinga.

A RBCAAT sofre com desmatamentos; caça e pastagem além da sua capacidade de suporte; extração de produtos minerais; uso excessivo e desordenado de seus recursos hídricos, assim como, grande crescimento populacional. Também no caso da RBCAAT, o PNCD é considerado parte integrante da sua zona-núcleo, abrangendo aproximadamente 15,19% da Reserva. Esta RB ainda não tem implantado nenhum projeto ou ação, nem mesmo para a área do PNCD, no seu escopo.

Mais recentemente, em 2005, foi criada a RB da Serra do Espinhaço, Fase I, englobando MG. Assim, por enquanto, as ações relativas a esta RB estão restritas ao Estado de Minas Gerais, mas há indícios de que em sua Fase II haverá ampliação desta RB para englobar a região da Chapada e do PNCD.

De tudo que foi exposto, é possível que o PNCD seja a única UC incluída em duas diferentes RB já consolidadas, com perspectivas de vir a fazer parte de mais duas, totalizando quatro, quando houver a implantação de fases sucessivas da RB do Cerrado e da RB da Serra do Espinhaço. Tal situação colocaria o PNCD em situação inigualável no cenário nacional, atestando o complexo mosaico de ambientes de transição que o caracterizam, fato difícil de se repetir em outra região. Assim tais inclusões são perfeitamente justificáveis pela diversidade de ambientes existentes na chapada Diamantina e no Parque, propriamente dito, reflexo da dinâmica lá instalada há milhares de anos, bem como mostrando a relevância desta UC nos cenários nacional e mundial.

1.1.2 - Oportunidades de Compromissos com Organismos e Acordos Internacionais

A inclusão do PNCD em pelo menos duas RB, como abordado anteriormente, abre um cenário de oportunidades de colaboração com organismos internacionais, como no caso da UNESCO, no que lhe compete apoiar as ações de implantação das Reservas. Por outro lado, a inserção do PNCD em duas RB e, em breve, em quatro delas, torna o Parque um caso único e com grande potencial para, sozinho ou junto com a UNESCO, buscar diversos parceiros internacionais que apóiam não somente as RB, mas também financiadores de programas multilaterais em geral. No caso, podem ser citadas as diversas ONG ambientalistas nacionais e internacionais, bem como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Quanto a possíveis acordos internacionais, uma possibilidade imediata que se apresenta é o Protocolo de Kyoto, do qual o Brasil é signatário. Daí resulta a possibilidade da obtenção de recursos pertinentes ao crédito-carbono e/ou seqüestro de carbono, serviço que resulta das ações de combate aos incêndios que assolam a área e o qual é executado anualmente no PNCD,

durante a estação seca. Cite-se que, no caso dos incêndios, a equipe do Parque despende praticamente toda a sua energia e todos os parcos recursos da UC em tais ações.

1.2 - Enfoque Federal

1.2.1 - O Parque Nacional e o Cenário Federal

No contexto federal, já existem algumas UC que contemplam a proteção de amostras dos três biomas inseridos nos limites do PNCD: a Mata Atlântica, a Caatinga e o Cerrado. A Mata Atlântica ocupava, originalmente, cerca de 15% do território brasileiro, correspondendo a uma área de 1,3 milhão de km² (Leitão-Filho, 1993). A maioria das UC aí existentes protege, principalmente, a sua área core, e o caso do PNCD não contempla tal área core. A Caatinga está pouquíssimo protegida, apesar de ser um bioma exclusivamente brasileiro, ocupando cerca de 11% do território nacional (Drumond *et alii*, 2004), ou seja, cerca de 800.000km² (Prado, 2003). O Cerrado, bioma que ocupa 25% do Brasil (Cavalcanti *et alii*, 1999), ou seja, 2.000.000km² apresenta, quase sempre, UC que contemplam casos especiais de suas manifestações. A situação do PNCD não é diferente, pois é um grande mosaico de tipos únicos de vegetação, em uma combinação única entre estes três biomas. Assim, nenhum outro parque nacional, ou mesma outra UC federal, contempla a diversidade de ambientes encontrados no PNCD.

Some-se a isso o fato da maior parte do Parque (cerca de 65%), além das características próprias daqueles biomas, ser coberta por campos rupestres (Funch, 2006), abrigando uma grande quantidade de espécies exclusivas da chapada Diamantina como, por exemplo, o lírio *Hippeastrum solandrifoliu*; as bromélias *Alcantarea nahoumii*, *Cryptanthus diamantinense*, *Orthophythum amoenum* e *O. burlemarsii*; a onze-horas *Portulaca wendermanii*; as orquídeas *Sophronitis bahiensis*, *S. pfisterii*, *S. sincorana* e *Thelychista ghyllanyi*; o candombá *Vellozia sincorana*; a canela-de-ema *V. punctulata*; a variedade de erva-mate *Ilex paraguariensis* var. *sincorensis*, entre numerosas outras. Alguns gêneros de planta são restritos à UC ou a áreas próximas, como a conhecida malvácea *Rayleya bahiensis* e a orquídea *Adamantinia miltonioides*, por exemplo.

O cerrado senso restrito tem ocorrência limitada no PNCD, sendo encontrado praticamente apenas em uma pequena área na vertente ocidental da serra do Sincorá, mas o campo limpo e o campo sujo são a segunda formação vegetal mais extensa dentro dos limites do PNCD, sendo conhecidos localmente por gerais. Porém, os gerais do PNCD diferem dos Gerais, ecossistemas extensos e característicos dos afluentes da margem esquerda do rio São Francisco, mais precisamente localizados entre o sudoeste da BA e o noroeste do Estado de Minas Gerais. Por sua vez, as florestas do Parque são compostas por matas de grotão (vales encaixados), matas de encosta, matas ciliares e matas de planalto (mais detalhes nos Encartes 2 e 3).

Outra particularidade é a existência de extensas áreas alagadas, com vegetação típica local, predominando macrófitas aquáticas e com muitas aves aquáticas típicas de tais ambientes. O destaque no caso é para uma grande região alagada, que recebe a denominação local de Marimbus, na área leste do PNCD, formada pela junção de três rios: São José, Santo Antônio e Utinga, os quais se espraiam em uma depressão no terreno entre Andaraí e Lençóis, ultrapassando a área do Parque. Tal fenômeno é conhecido como Pantanal da Chapada Diamantina, conferindo mais importância para o PNCD no cenário federal, já que situação semelhante não encontra paralelo em nenhuma outra região.

A região onde se encontra inserido o PNCD foi considerada, nacionalmente, como extremamente prioritária para a conservação da Caatinga, conforme apontado nos estudos realizados em todos os biomas brasileiros. No caso da Caatinga, os resultados encontram-se no livro Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação, cuja coordenação coube ao MMA, com o apoio da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE, o Instituto Conservation International do Brasil (CI), Fundação Biodiversitas e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) Semi-Árido (Silva *et alii*, 2004a).

Segundo a avaliação relativa às prioridades de proteção para a Caatinga (Silva *et alii*, 2004b), a área onde se encontra o PNCD, que se refere à chapada Diamantina, foi classificada de acordo com algumas áreas temáticas, que lhes conferiu importância diferenciada. Assim, o PNCD está no grupo de extrema importância para a conservação da vegetação, (Giulietti *et alii*, 2004); das aves (Pacheco *et alii*, 2004) e dos mamíferos (Oliveira *et alii*, 2004); para os anfíbios e répteis, a área do PNCD foi nomeada como sendo de importância muito alta (Rodrigues *et alii*, 2004) e importância alta e muito alta no que se refere à biota aquática, a qual inclui a ictiofauna, ou seja, os peixes (Rosa *et alii*, 2004).

No contexto das prioridades de conservação do bioma Cerrado (Cavalcanti *et alii*, 1999), a chapada Diamantina foi considerada prioritária, especialmente do ponto de vista da botânica e da avifauna. No mesmo estudo, a área foi apontada como área a ser inventariada para anfíbios e répteis, por não contarem com quase estudo nenhum, pela sua relevância como área de transição entre os biomas Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica e por serem consideradas como praticamente inexploradas. Com relação à avifauna, o estudo considerou a chapada da Diamantina como sendo de *interesse extraordinário para a conservação da avifauna do Cerrado* (p. 19).

A série de estudos conduzidos no Brasil, que objetivaram a identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação da diversidade biológica dos diversos biomas, faz parte do cumprimento de compromissos assumidos pelo Brasil em relação à Convenção da Diversidade Biológica. A Convenção foi firmada entre diversos países durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, reunião denominada Rio -92, realizada, portanto, em 1992.

Com relação à divisão do bioma Caatinga por ecorregiões, a área do Parque faz parte da Ecorregião da Caatinga, Complexo da Chapada Diamantina (Velloso *et alii*, 2002), a parte mais alta de todo o Bioma. Possui relevo bastante acidentado, encostas íngremes, vales estreitos e profundos, topos aplainados, serras altas e com muitas cabeceiras que drenam para fora da Chapada. Predominam os campos rupestres nas áreas mais altas, havendo cerrado de altitude, matas nas encostas e vales com ambientes da Caatinga, com grande riqueza de espécies, entre elas algumas endêmicas, raras e novas. Constitui área muito frágil ameaçada pela agricultura, mineração e extrativismo de plantas ornamentais (como sempre-vivas, orquídeas e bromélias), bem como pela crescente pressão do turismo, especialmente as modalidades ligadas à natureza conservada (Velloso *et alii*, 2002).

Outro aspecto importante é a presença de sítios arqueológicos pré-históricos (oriundos da ocupação pré-colombiana e, geralmente, representados por pinturas rupestres) e históricos (vestígios da ocupação recente, pós-indígena, como a exploração garimpeira ou pecuarista), situação ainda pouco estudada no contexto da ocupação pretérita dessa região do Nordeste brasileiro, indicando haver diferenças significativas quando seu patrimônio é comparado ao que já se sabe dos estudos, especialmente no Parque Nacional da Serra da Capivara e, mais recentemente, no Parque Nacional da Serra das Confusões.

Ainda no cenário nacional, deve ser destacado o incontável número de nascentes existentes na área do PNCD, que descem da serra do Sincorá e drenam para fora dos limites do Parque, alimentando diversos rios perenes e que formam uma rica drenagem. Um caso especial a ser mencionado é o caso das nascentes do Parque que fornecem água para o rio Paraguaçu, rio importante para a BA, que alimenta inúmeros municípios ao longo do seu percurso e o qual abastece cerca de 60% da população metropolitana de Salvador (SRH, 2004). Tal condição confere situação ímpar para o PNCD, quando se observa que toda a sua região se insere em ambientes semi-áridos.

As inúmeras nascentes do PNCD drenam para fora dos seus limites, para o bioma Caatinga, onde a água tem papel essencial durante todo o ano, tanto para a fauna e a flora, bem como para as populações humanas residentes em tais ambientes. Neste contexto, a Caatinga depende da proteção do PNCD e, por conseguinte, da chapada Diamantina, pois a conservação dos seus

cursos hídricos depende da proteção de suas cabeceiras que, por sua vez, se encontram, em geral, fora da zona do Bioma. E é aí que está a importância do PNCD, pois as cabeceiras de inúmeros cursos d'água que drenam a Caatinga nascem nas florestas montanas do Parque, na chapada Diamantina, portanto. Isso confirma a necessidade da conservação de tais florestas, que, por sua vez, é vital para a manutenção da principal fonte de água da região da Caatinga (Giulietti *et alii*, 2004). Daí porque fica notória a relevância do PNCD.

Associando-se toda a relevância no escopo nacional, que o PNCD assume, em razão das suas particularidades ambientais, com sua grande diversidade de ambientes e de aspectos histórico-culturais torna a serra do Sincorá especial e única e reforça a importância do Parque, já que abrange cerca de 60% desta Serra.

1.2.2 - O Parque Nacional da Chapada Diamantina e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

Consultando a página do IBAMA na Internet, é possível fazer algumas comparações (Tabela 1) sobre o quanto o PNCD, com os seus 152.400ha de área, representa em relação à área continental do Brasil (que é 854.546.635,67ha), em relação ao SNUC, entre outras comparações, conforme dados do IBAMA (2007). Observe que as UC de proteção integral federais representam menos da metade do total, apenas 17,33%, o que significa dizer que o Brasil possui muito mais UC de uso sustentável, no âmbito federal. Os parques nacionais, por sua vez, representam apenas 2% do território nacional, enquanto o PNCD representa 0,89% dos parques nacionais no Brasil. Tais dados reforçam ainda mais o papel o PNCD no cenário brasileiro, aumentando a responsabilidade de se zelar pelo seu efetivo funcionamento.

Tabela 1: Situação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, no Escopo do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, no Cenário Federal. Fonte: IBAMA (2007).

Categorias de Dados	Unidades de Conservação (UC) Federais	UC de Proteção Integral (PI)	Parques Nacionais (PN)	PN da Chapada Diamantina
UC Brasileiras	727 UC	126 UC	62 PN	Não se aplica
Área Total	61.811.153,68ha	28.147.214,93ha	17.074.743,00ha	152.400,00ha
Equivalência da Área em Relação à Área Continental Brasileira	7,23%	3,29%	2,00%	0,017%
Equivalência da Área em Relação ao Sistema de UC Federais	Não se aplica	17,33%	8,53%	0,25%
Equivalência da Área em Relação às UC de PI	Não se aplica	Não se aplica	60,66%	0,54%
Equivalência da Área em Relação aos PN	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	0,89%

Com relação a aspectos da hidrografia, no contexto do Sistema Brasileiro de UC, o PNCD constitui caso único, pois configura proteção da confluência de vários biomas e ecossistemas daí derivados. Não há outra UC federal que proteja uma amostra tão significativa da serra do Sincorá, que constitui o PNCD. Assim, o Parque preenche uma lacuna importantíssima dentro do Sistema, sem o qual não haveria como se conhecer minimamente todas as especificidades que tais ambientes comportam. Nem mesmo outras UC situadas na chapada Diamantina, onde se encontra a serra do Sincorá, ambas formadoras do complexo que é serra do Espinhaço, inclusive

muitas vezes chamada de cadeia do Espinhaço, tal é sua magnitude em termos de extensão e dos mais variados ecossistemas, todos únicos.

O PNCD constitui-se na mais extensa UC da chapada Diamantina, a qual representa, como referido anteriormente, o extremo norte da cadeia do Espinhaço (Nolasco, 2002). O Espinhaço se estende do sul do Estado de Minas Gerais até o centro-norte da BA. Com relação a outras UC federais existentes nesta mesma cordilheira são os Parques Nacionais da Serra do Cipó e das Sempre-Vivas e as Áreas de Proteção Ambiental do Carste de Lagoa Santa e do Morro da Pedreira, todas no Estado de Minas Gerais. Elas caracterizam-se por apresentar campos rupestres como vegetação dominante, com mosaicos vegetacionais complexos e muitos endemismos, à semelhança do que ocorre com o PNCD. Tais ambientes possuem tantas particularidades que são também chamados refúgios ecológicos, sem se veicular conceitos mais rígidos com tal expressão.

Para alguns autores, todas estas UC do Espinhaço pertenceriam ao bioma Cerrado, embora outros considerem tais refúgios ecológicos como biomas à parte, em razão das suas especificidades e da sua extensão. No caso do PNCD, trabalhos mais recentes indicam que ele integraria o bioma Caatinga, fazendo parte da mencionada ecorregião Complexo da Chapada Diamantina (Velloso *et alii*, 2002). Os campos rupestres são a marca do PNCD, pois predominam na sua cobertura vegetal (Funch, 2006). Também tais campos representam cerca de 22,45% da área das UC federais onde esta tipologia vegetal ocorre, podendo-se mencionar que os campos rupestres ainda ocorrem nos Parques Nacionais da Serra da Canastra (em menor escala), do Grande Sertão Veredas (ambos no Estado de Minas Gerais), da Chapada dos Guimarães (Estado de Mato Grosso) e da Chapada dos Veadeiros (Estado de Goiás).

Na região da chapada Diamantina, onde está o PNCD, há três outras UC federais: a Floresta Nacional de Contendas do Sincorá (FNCS), a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Córrego dos Bois e a RPPN Adília Paraguaçu (IBAMA, 2006). Distante apenas 47 km do extremo sul do PNCD, a FNCS tem 11.034,34ha cobertos, principalmente, por caatinga arbórea e arbustiva, grande parte alterada pela ação antrópica pregressa. Seu limite ocidental inclui uma pequena porção da serra do Sincorá (Mattei, 2006). É possível pensar em uma ligação entre a FNCS e o PNCD, na forma de um corredor ecológico, o qual incorporaria extensas áreas da serra do Sincorá, apenas mantendo a proteção legal restrita aos preceitos estabelecidos pelo Código Florestal (Lei N.º 4.771/1965), e nas áreas onde houver floresta estacional semidecidual ou decidual, pela Lei da Mata Atlântica (Lei N.º 11.428/2006).

A RPPN Córrego dos Bois está situada no Distrito de Caeté-Açu (localmente chamado de Capão ou Vale do Capão, sendo neste Plano chamado apenas de Capão), Município de Palmeiras. Tem 50ha de extensão e ocupa uma relativamente plana coberta por vegetação secundária em diversos estágios de regeneração, além de apresentar trechos de mata ciliar junto ao curso d'água que lhe dá nome. Faz limite com o PNCD e ainda não conta com plano de manejo, embora os proprietários estejam trabalhando para conseguir elaborá-lo.

A RPPN Adília Paraguaçu Batista foi criada em 06/08/2002, com 70ha e está situada próxima à sede municipal de Mucugê. Localiza-se na margem direita do rio Paraguaçu, na fazenda Capão do Andrade, próximo à sede da Associação Atlética Banco do Brasil (AABB) de Mucugê. Não há muitas informações disponíveis sobre esta UC, mas a área é coberta por campos rupestres e por vegetação ciliar. Também faz limites com o PNCD, a exemplo da RPPN Córrego dos Bois.

Como já foi dito antes, a situação de área de transição entre três biomas, por conter muitos ambientes de encosta e em altas altitudes e, finalmente, por apresentar ampla área com campos rupestres, atribui ao PNCD situação única com altas taxas de endemismos, espécies novas, raras, ameaçadas e em perigo de extinção. Tais características serão apresentadas e discutidas com mais detalhes nos Encartes 2 e 3, somadas à densa rede de drenagem.

Há inúmeras nascentes no Parque, descendo da serra do Sincorá e drenando para fora, e outras que, apesar de nascerem fora da UC, atravessam-na e, em todos os casos, ganhando mais vazão em razão da situação de proteção dos ambientes do Parque. Estas características serão bastante evidenciadas, servindo para enfatizar, ainda mais, o papel do PNCD no âmbito do SNUC. Há de se ressaltar, ainda, a inigualável beleza cênica do Parque, especialmente cunhada pelo relevo movimentado, pelas incontáveis cachoeiras e pelas variadas feições da vegetação, associação que não existe em nenhuma outra UC do SNUC.

1.3 - Enfoque Estadual

1.3.1 - Implicações Ambientais

Embora o PNCD represente apenas cerca de 0,30% da área da BA, as características ambientais e históricas da área onde se insere são notáveis. Além disto, a área tem forte apelo turístico, o que, uma vez ordenado, poderá trazer uma fonte de desenvolvimento duradouro para a região, especialmente por meio do turismo ligado à natureza. Porém, no momento, o turismo ocorre de forma desordenada, colocando em risco a manutenção dos ecossistemas locais.

A região da chapada Diamantina, onde o PNCD está localizado, engloba 33 municípios, segundo a SEI (2006), embora haja outras delimitações de seus limites, de acordo com o enfoque que se quer dar à abordagem (ver Encarte 2). Localizada no centro da BA, ocupa 41.751km². Deste total, o PNCD representa 3,64% da área da Chapada. Além da biodiversidade já referida rapidamente e que será tratada em detalhes nos Encartes 2 e 3, a região da Chapada é um grande "reservatório de água" no semi-árido, com nascentes que contribuem para formar os rios de Contas e Paraguaçu, cujas bacias estão inseridas integralmente na BA, além de tais nascentes formarem as bacias dos rios Paramirim, Salitre e Jacaré, tributários da margem direita do rio São Francisco. O PNCD está integralmente inserido na bacia do rio Paraguaçu.

Na chapada Diamantina, além do PNCD, da FNCS e das duas RPPN federais, há uma série de outras UC criadas pelo Estado e pelos municípios. As UC estaduais criadas até a presente data incluem os Parques Estaduais (PE) das Sete Passagens e de Morro do Chapéu, a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) das Nascentes do Rio das Contas, o Monumento Natural (MN) da Cachoeira do Ferro Doido e as Áreas de Proteção Ambiental (APA) da Serra do Barbado, Brejões-Vereda do Romão Gramacho e Marimbus-Iraquara.

O PE das Sete Passagens fica localizado no Município de Miguel Calmon. O Parque tem cerca de 2.800ha e conta com a sua situação fundiária regularizada, conselho consultivo formado e com plano de manejo em execução. O PE de Morro do Chapéu, localizado no município homônimo, com área de aproximadamente 48.000ha, ainda não teve sua situação fundiária regularizada e não conta com plano de manejo. Atualmente, o governo do Estado está desenvolvendo estudos visando à redefinição de seus limites.

A ARIE das Nascentes do Rio das Contas, entre os Municípios de Piatã e Rio de Contas, com 6.160ha, está em situação similar ao PE Morro do Chapéu, mas já conta com conselho consultivo formado. O MN da Cachoeira do Ferro Doido fica no Município de Morro do Chapéu e o ocupa uma área de aproximadamente 400ha. Ainda não tem plano de manejo e sua situação não está regularizada. A APA dos Brejões-Vereda do Romão Gramacho, também no Município de Morro do Chapéu, ocupa uma área de cerca de 11.900ha, e a APA da Serra do Barbado, que tem 62.652 ha, fica localizada nos Municípios de Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires. As duas APA têm planos de manejo elaborados e a última conta com conselho consultivo instalado.

A APA Marimbus-Iraquara, localizada ao norte e nordeste do PNCD, abrange os Municípios de Andaraí, Lençóis, Palmeiras, Iraquara e Seabra. Seus limites são contíguos aos do PNCD numa extensão de aproximadamente 65km. Foi criada pelo Decreto Estadual № 2.216, de 14 de junho de 1993, e ocupa uma extensão de 125.400ha. Abrange campos rupestres, cerrados, caatingas e florestas estacionais (CRA, 2003). A UC conta com plano de manejo, sendo que seu zoneamento

foi aprovado pela Resolução N.º 1440/1997, do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM). Seu conselho consultivo está em processo de instalação.

Há poucos dados disponíveis sobre as UC municipais da chapada Diamantina. A discussão que se segue trata apenas daquelas localizadas próximas aos limites do PNCD. A princípio, todas poderiam ser enquadradas na categoria parque natural municipal (PNM), mas como a maioria foi criada antes da Lei do SNUC (9.985/2000), não traz em seu nome o título de PNM, sendo, em geral, tratadas apenas por parque municipal. O mais antigo Parque Municipal é o de Mucugê, conhecido por Projeto Sempre-viva. Criado em 1999, ocupa uma área de 450ha, tendo toda a sua área regularizada e contando com plano de manejo elaborado e em implementação. É a UC com melhor estrutura entre as existentes na região, contando com centro de visitantes, sede, alojamentos, estação meteorológica e outras facilidades, e com inúmeras pesquisas científicas já concluídas e outra série em andamento.

O Parque Municipal do Serrano, no Município de Lençóis, tem cerca de 60ha de extensão e conta com conselho consultivo criado. O seu plano de manejo está em fase de elaboração e sua situação fundiária está resolvida. Seus ambientes são formados principalmente por campos rupestres e matas ciliares, muitas em processo de regeneração.

O Município de Palmeiras tem dois parques municipais, quais sejam: o Parque Municipal do Pai Inácio e o do Riachinho. O Parque Municipal do Pai Inácio ocupa cerca de 90ha do morro homônimo, não dispondo de plano de manejo e tendo sua situação fundiária ainda em estudo, devido à existência de ocupantes prévios da área. É peculiar entre as UC municipais da região por ter uma ONG ambientalista atuando na gestão da área desde o ano 2001, por força de uma liminar conseguida pela promotoria local. O Parque Municipal do Riachinho, no Distrito de Caeté-Açu, o Capão, tem área aproximada de 100ha. Sua poligonal está sendo avaliada pela atual gestão municipal, com vistas a ocupar apenas áreas devolutas, de modo a evitar problemas fundiários. Também não conta com plano de manejo.

No Município de Andaraí, no Distrito de Igatu, foi criado, em 15 de maio de 2007, o Parque Urbano de Igatu, para a conservação ambiental, histórica e lazer. É composto por duas glebas de 14,29ha e 22,53ha, o que totaliza 36,82ha. Pretende proteger o bairro histórico Luis dos Santos e o local denominado Manga do Céu. Ainda não tem conselho consultivo constituído e nem plano de manejo.

Finalmente, a última UC municipal localizada junto aos limites do PNCD é o Parque Natural Municipal (PNM) do Espalhado, no Município de Ibicoara, que já foi criado com a terminologia alinhada ao recomendado pela Lei do SNUC. Foi criado em 2003, com uma área de 611ha e tem a situação fundiária resolvida. A Prefeitura Municipal está buscando recursos para elaboração do plano de manejo.

Apesar da pequena extensão das UC municipais vizinhas ao PNCD, que somadas não atingem 1.200ha, são de grande importância por manter íntegra a continuidade de áreas de grande beleza cênica ou importância ecológica, como o morro do Pai Inácio e a cachoeira do Riachinho, ambos em Palmeiras; as trilhas do rio Lençóis, em Lençóis; as cachoeiras da Piabinha e de Tiburtino, em Mucugê, e a cachoeira do Buracão, em Ibicoara. A existência destas UC permitirá o controle da visitação nestas áreas e a preservação dos ambientes locais, ampliando a efetividade ecológica natural do PNCD e funcionando como um filtro ambiental aos seus limites.

1.3.2 - Implicações Institucionais

A região da chapada Diamantina tem sido foco de numerosas ações do governo da BA. Destacam-se a atuação dos órgãos relacionados ao turismo, em especial a BAHIATURSA (que é a instituição estadual de turismo), e as ações que visam à implantação do chamado Pólo Agrícola, localizado próximo à Cidade de Mucugê (Pólo Agrícola de Mucugê e Ibicoara). No que se refere ao turismo, a ação foi centrada, inicialmente, na região próxima à Cidade de Lençóis e utilizou recursos federais do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), que financiou a

construção do Aeroporto Horácio de Matos, no Distrito de Afrânio Peixoto, (conhecido localmente somente por Tanquinho). Ainda em relação aos recursos do PRODETUR, consta que em sua fase II há previsão para o asfaltamento da estrada que liga Palmeiras a Mucugê.

Mais recentemente, o governo do Estado vem tentando desenvolver ações que promovam o turismo em outras áreas da Chapada, tendo dividido a região em três possibilidades de circulação, chamadas circuitos: o Circuito do Diamante, que envolve a região de entorno do PNCD, além do próprio Parque; a Chapada Norte, que engloba a região entre os Municípios de Morro do Chapéu e Jacobina, e o Circuito do ouro, que abrange a região entre os Municípios de Piatã e Rio de Contas.

O Pólo Agrícola de Mucugê e Ibicoara começou a ser instalado na década de 1990. As ações governamentais que levaram ao fortalecimento deste Pólo incluíram o asfaltamento da rodovia BA-142 e a construção da barragem do Apertado, no rio Paraguaçu. Estas duas obras foram realizadas sem o devido licenciamento, o que levou a fortes atritos entre o IBAMA e os órgãos estaduais. Problemas similares de licenciamento têm ocorrido freqüentemente na região, em função da implantação dos projetos agrícolas locais, a maioria de grande porte e com localização próxima do PNCD.

Desde o início do ano de 2006, negociações entre o IBAMA e o Centro de Recursos Ambientais (CRA), que cuida da agenda ambiental da BA, têm conduzido as ações para a definição do zoneamento agroambiental do Pólo Agrícola. Existe uma previsão de expansão para o norte, na direção à Cidade de Palmeiras. Outros projetos em andamento, que estão ligados a esta questão, incluem o projeto de implantação da barragem da Casa Branca, no Distrito de Guiné, do Município de Mucugê, e a construção da linha de transmissão Brumado-Ituaçu-Cascavel. O primeiro projeto pretende implantar uma barragem que inundará uma área de aproximadamente 370ha nas proximidades dos limites do PNCD, indicando que existe a chance de inundar parte da sua área. Concluída, a barragem exigirá a realocação de aproximadamente 100 famílias e a alteração do traçado da estrada que liga Mucugê a Guiné. Atualmente, o projeto está em estudo pelo setor de licenciamento do IBAMA.

1.3.3 - Potencialidades de Cooperação

Entre as possibilidades de financiamento por instituições governamentais, há possibilidades junto ao MMA, nas iniciativas do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), que financia projetos a partir de editais para demanda espontânea e dirigida. Também há possibilidades diversas relativas à Agenda 21, a qual contempla ainda iniciativas municipais, que poderiam veicular suas necessidades na interface com o PNCD, por exemplo. Outra possibilidade no MMA é junto ao Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO), vinculado ao Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO), que também lança editais periódicos para demandas dirigidas.

O PNCD inclusive já se beneficiou de uma iniciativa do PROBIO, quando contou com pesquisas no escopo de uma ampla Avaliação Ecológica Rápida (AER), coordenada pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e cuja parte dos resultados está sendo usada no presente Plano de Manejo (Encartes 2, 3 e 4). Como o PROBIO trabalha através de editais, é interessante que seja analisada, constantemente, a possibilidade de apresentação de projetos para atender as demandas apresentadas, buscando preencher as lacunas de conhecimento sobre a biodiversidade da região que ainda existam.

Ainda no escopo do PROBIO, o Programa financiou toda a série de estudos que geraram as ações e áreas prioritárias para a conservação dos principais biomas brasileiros e, nestes sentido, o PNCD foi contemplado tanto nos estudos de prioridades para a Caatinga, como para o Cerrado, principalmente neste último. Trabalhos como estes são muito importantes, pois geram informações científicas sem precedentes e em um curto espaço de tempo, o que é difícil conseguir na maioria das instituições brasileiras. Assim, a UC tem informações primárias para o seu planejamento e para a sua implementação.

Iniciativas no âmbito do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) II, outro programa do MMA, que trabalhou em parceria com o governo da Bahia, envolvendo o PNCD, foi o Projeto chamado Nascentes do Paraguaçu, rio que tem parte de seus tributários e suas nascentes dentro do Parque e que o corta também, fazendo parte, portanto, do seu conjunto de recursos naturais Tal Projeto envolveu o Parque usando as reuniões do seu Conselho Consultivo como fórum de discussão durante o seu desenvolvimento, pois está concluído. Entre suas inúmeras ações junto às comunidades locais, incluiu algumas ações de apoio e incentivo às brigadas voluntárias de combate a incêndios florestais, problema grave no PNCD e seu entorno. Nestes moldes, são parcerias com grande aplicação para os trabalhos do Parque.

Grandes programas como o que trabalhará a transposição do rio São Francisco, que envolve diversos ministérios e recursos de agências multilaterais, são fontes importantes para alavancar recursos para a UC. Mesmo que a ênfase dos investimentos da transposição seja para áreas e UC que estão mais diretamente ligadas ao rio São Francisco, o Parque pode e deve se beneficiar das ações relativas à aplicação de recursos como no caso daqueles oriundos da compensação ambiental pelos impactos negativos que a obra acarretará.

Ainda, com relação a recursos de compensação ambiental, será possível a parceria com as instituições que, certamente, desenvolverão obras e outros programas, seja na agricultura, na geração e distribuição de energia, na construção e pavimentação de estradas, obras de barramento e similares que vão gerar recursos de tal natureza. Como tais casos são citados aqui, não se está falando somente da obrigatoriedade que tais empreendedores têm em fazer a compensação ambiental. Seria interessante uma associação em outros aspectos, até mesmo preventivos, a serem trabalhados juntos e antes mesmo que tais iniciativas venham acontecer.

No que se refere às ONG essencialmente nacionais, há que se ressaltar exemplos como os trabalhos do Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBA), o qual tem acento no Conselho Consultivo do PNCD e que tem desenvolvido alguns projetos especialmente no seu entorno e o apóia em várias iniciativas, como em capacitação de guias, nas questões das brigadas de incêndio e, vale ressaltar, em um amplo projeto de levantamento das comunidades do entorno e do interior do Parque. Outra ONG que iniciou apoio ao PNCD foi a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza (FBPN), uma das raras ONG ambientalistas brasileiras a financiar projetos de conservação, especialmente em UC. A FBPN chegou a aprovar um grande projeto para PNCD, envolvendo parte das comunidades locais, mas um problema com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) impediu a sua implementação, mas a fonte continua apropriada para outras iniciativas.

O Projeto do PNCD com a FBPN era na linha do ecodesenvolvimento, o qual foi elaborado e proposto pela equipe do Parque, em 2005, com a ajuda de técnicos da DIREC, envolvidos com o PM. O Projeto propunha a realocação de parte das populações humanas que vivem no interior do PNCD para local similar e que, com assistência, orientação e acompanhamento da equipe do Parque, deveriam desenvolver novos paradigmas no modo de usar a terra e no modo de vida. A liberação dos recursos dependia de uma sinalização do INCRA, quanto à disponibilização de uma faixa de terra em local previamente identificado pelas comunidades e pela equipe do Parque. Tal compromisso foi tentado durante todo o ano de 2006 e parte de 2007, e não tendo saído, os recursos foram perdidos, já que a FBPN não podia mais esperar tal correspondência. Entretanto, ficaram abertas todas as possibilidades em propostas de tal natureza ou de várias outras, conforme amplamente sinalizado pela Fundação, que tem dois períodos no ano para solicitações, as quais não são mutuamente excludentes.

Finalmente, a ação de algumas ONG ambientalistas internacionais, que já atuam no Brasil, deve ser buscada. Organizações como o CI, o Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil (TNC) e Fundação Ford podem dar apoio tanto financeiro como logístico. A TNC, por exemplo, teve uma atuação decisiva na elaboração e execução da AER, citada acima e que foi coordenada pela UEFS.

Contextualização da Unidade de Conservação

- ✓ Enfoque Internacional
- ✓ Enfoque Federal
- ✓ Enfoque Estadual

ENCARTE 2 - ANÁLISE DA REGIÃO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA

2.1 - Descrição

2.1.1 - Descrição da Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina

A chapada Diamantina é uma região que engloba a área central do Estado da Bahia. Enquanto unidade de relevo, segundo a SEI (2006), a chapada Diamantina, onde o Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD) está localizado, ocupa uma área de 41.751km² que engloba 33 municípios. Em 2005 a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) realizou a Avaliação Ecológica Rápida (AER), em uma área de 35.392,9km² dentro da ecorregião que forma o Complexo da Chapada Diamantina, que se estende por 50.610km², conforme definido por Velloso *et alii*. (2002). Os limites usados nos dois estudos foram baseados nas informações vegetais encontradas, as quais diferenciam esta área das regiões circundantes, que formam a Depressão Sertaneja Meridional Velloso *et alii.* (op. cit.).

Para efeito da definição da região do PNCD, serão considerados somente seis municípios da chapada Diamantina, onde está inserido o Parque: Andaraí, Ibicoara, Itaetê, Lençóis, Mucugê e Palmeiras, conforme descrito no Quadro 1, distribuídos em uma área de 8.970km².

Quadro 1: Nível Territorial dos Seis Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo demográfico (2000).

Estado da Federação	Mesorregião	Microrregião	Municípios	Distritos
Bahia	Centro-Sul-Baiano	Seabra	Andaraí	Igatu
				Ubiraitá
			Ibicoara	Cascavel
			Itaetê	-
			Lençóis	Afrânio Peixoto
				Coronel Octaviano Alves (Tanquinho)
			Mucugê	Guiné
				João Correia
			Palmeiras	Caeté-Açu (Capão)

2.1.2 - Zona de Amortecimento do Parque Nacional da Chapada Diamantina

A zona de amortecimento (ZA) do PNCD foi definida de acordo com o Artigo 25 da Lei Nº. 9.985 de 18 de julho de 2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), conforme transcrição abaixo:

> *Art. 25. As unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos.*
> *§ 1º O órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos de uma unidade de conservação.*
> *§ 2º Os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas de que trata o § 1º poderão ser definidas no ato de criação da unidade ou posteriormente.*

Esta mesma lei, em seu artigo 2º, inciso XVIII, estabelece que a ZA é "*o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade*". Para atingir este objetivo, os limites da ZA do PNCD foram estabelecidos considerando-se as atividades exercidas no entorno e as características ambientais da região. A ZA abrange as áreas contidas na seguinte poligonal: Inicia-se na ponte da BR-242 sobre o rio Preto, no município de Palmeiras nas coordemadas 219372; 8622693 (ponto 1); Segue pelo rio Preto sentido norte, depois pelo rio Santo Antonio até o encontro com o canal que leva a lagoa Encantada, coordenadas 246170.845;

8606006 (ponto 2); segue por este outro canal até a lagoa Encantada e contorna a margem leste desta lagoa até as coordenadas 249623; 8602852 (ponto 3); daí segue em linha reta sentido sul até encontrar um caminho nas coordenadas 249659; 8602389 (ponto 4); segue por este caminho sentido sul até um córrego nas coordenadas 250089; 8599449 (ponto 5); segue por este córrego sentido leste até um caminho nas coordenadas 255133; 8599928 (ponto 6); daí segue por este caminho sentido sudoeste até as coordenadas 254367.738; 8596243.800 (ponto 7); daí segue linha reta sudoeste até as coordenadas 253769; 8595514 (ponto 8); segue pelo mesmo caminho sentido oeste até encontrar a BA-142 nas coordenadas 254247; 8593370 (ponto 9); segue pela BA-142 sentido nordeste até encontrar uma outra estrada de terra nas coordenadas 255326; 8594176 (ponto 10); segue por esta estrada de terra até esta encontrar o rio Paraguaçu nas coordenadas 256919; 8583219 (ponto 11); cruza o rio Paraguaçu até aoutra margem nas coordenadas 256689; 8582886 (ponto 12); segue por uma estrada sentido sudoeste até encontrar a BA-142 nas coordenadas 254434; 8575320 (ponto 13); Segue pela BA-142 até as coordenadas 258050; 8568817 (ponto 14) ; daí segue em linha reta nos sentido sul até encontrar o córrego no ponto 258090; 8568778 (ponto 15); segue por este córrego até o rio da Invernada, daí segue por este até o rio de Una e depois por este, sentido sul, até o rio Santo Antônio; continua por este rio até encontrar com uma estrada de terra na localidade do Campo Redondo, próximo de Ibicoara, nas coordenadas 258310; 8513772 (ponto 16); segue pela estrada sentido Ibicoara até o encontro com o rio Sincorá nas coordenadas 255340; 8512958 (ponto 17); segue por este rio sentido norte até as coordenadas 247947; 8518179 (ponto 18); daí acompanha aproximadamente o divisor de águas em linhas retas passando pelas coordenadas 247709; 8517974 (ponto 19); 247506; 8517105 (ponto 20); 248488; 8515918 (ponto 21); 248630; 8514477 (ponto 22); e 249046; 8512515 (ponto 23), onde encontra, a rodovia que liga Ibicoara a BA-142; segue por esta rodovia sentido oeste até a BA-142, cruza esta e segue pelo caminho de terra logo a frente deste até as coordenadas 229174; 8510829 (ponto 24); neste ponto, encontra a estrada de terra que se dirige para Abaira, acompanhando o divisor de águas, e segue no sentido norte-noroeste até as coordenadas 225968; 8549906 (ponto 25), onde fica o entroncamento desta estrada com a estrada carroçável que liga Mucugê a Boninal; segue por esta no sentido oeste até as coordenadas 218921; 8547474 (ponto 26), onde encontra outra estrada de terra e segue por esta sentido norte até encontrar com o rio Tatá, nas coordenadas 215215; 8579812 (ponto 27); neste segue sentido norte até o rio Cochó, próximo da comunidade de Barra; acompanha o Cochó até encontrar uma estrada de terra nas coordenadas 212483; 8596793 (ponto 28); segue por esta estrada sentido norte até encontrar outro rio, nas proximidades da comunidade de Cruz, nas coordenadas 213817; 8599636 (ponto 29);segue por este rio sentido oeste até as coordenadas 213057; 859962 (ponto 30). Deste ponto segue sentido norte por um pequeno riacho afluente até encontrar uma estrada de terra na comunidade Taquari, nas coordenadas 213643; 8602695 (ponto 31); segue por esta estrada sentido nordeste até encontrar um córrego nas proximidades da serra Negra, nas coordenadas 217037; 8609029 (ponto 32); segue por este córrego até encontrar com o córrego da Serra Negra; segue por este, sentido norte, até as coordenadas 218048; 8612455 (ponto 33); daí segue em linha reta, sentido nordeste, até a nascente do córrego do Sobrado, nas coordenadas 218985; 8612881 (ponto 34); daí segue por este córrego até sua foz no rio Lavrinha; acompanha este curso d'água até alcançar o rio Preto; segue por este no sentido norte até reencontrar o ponto 1, fechando o polígono.

A poligonal descrita acima abrange a maior parte da bacia do alto rio Paraguaçu. Para a definição dos limites foram utilizados acidendes naturais de forma a serem prontamente reconhecidos em campo, adotando, preferencialmente, referências como cursos d'água e estradas, além de acidentes geográficos. Devido às características topográficas locais, a extensão da ZA a oeste do PNCD é maior que a leste, já que a bacia de drenagem dos rios existentes nesta área é orientada para o PNCD, entrando no Parque pela região de Mucugê e saindo próximo à cidade de Andaraí. A porção norte do PNCD abrange a bacia do rio Santo Antônio, o qual também drena para o PNCD na região entre Lençóis e Andaraí, onde fica a região alagada conhecida por Marimbus. A sudeste, os limites da ZA acompanham o rio Una e, ao sul, procuram seguir uma falha geológica existente próximo à cidade de Ibicoara.

Para atender ao disposto no parágrafo único do artigo 49 da Lei N.º 9.985/ 2000, que diz, textualmente, "*A zona de amortecimento das unidades de conservação de que trata este artigo*

(Grupo de Proteção Integral), *uma vez definida formalmente, não pode ser urbanizada*". Considerando a existência de áreas urbanas na poligonal descrita acima, a ZA do Parque foi definida considerando a necessidade de expansão urbana das cidades localizadas nesta área, Figura 1. Excluem-se da ZA os seguintes sítios urbanos:

- Lençóis: Começa nas coordenadas 240343; 8610860, junto ao córrego Águas Claras; acompanha esse córrego, no sentido leste, até a sua foz no rio São José. Acopanha este rio no sentido sul até encontrar a foz do riacho do Meio. Segue no sentido oeste até atingir as coordenadas 240256; 8608791. Segue por uma linha reta no sentido noroeste até atingir o riacho Lava Pé, nas coordenadas 239940; 8609496; segue por linha reta, sentido norte, até atingir o rio Lençóis, nas coordenadas 239757; 8609949; deste ponto, segue em linha reta, sentido nordeste, até atingir o ponto 1 desta descrição, fechando assim o polígono. Linha reta até atingir o ponto 1, fechando assim o polígono.
- Andaraí: Começa na confluência do córrego do Padre com a BA-142, nas coordenadas 246954; 8581578; acompanha este córrego até sua foz no rio Baiano; segue até atingir a cota de altitude de 360m, no ponto 247372; 8581586; acompanha esta cota de altitude até a coordenada 247489; 8585415; segue por linha reta, com aproximadamente 930m de extensão, sentido noroeste, até atingir a rodovia BA-142. Segue em linha reta, por aproximadamente 1853m, sentido sudoeste, até a cota de altitude de 440m, nas coordenadas 245591; 8584974; acompanha essa cota até se encotrar os limites do Parque Nacional da Chapada da Diamantina, nas coordenadas 246674; 8581688; acompanha esses limites até o ponto 1, fechando o polígono.
- Igatu, município de Andaraí: conforme descrito pela Lei Municipal 12/96, o perímetro urbano de Igatu inicia-se no vértice 1, de coordenadas 248518,241; 8574334,102 e situado no limite da margem esquerda do rio Coisa Boa e confluência do córrego da fumaça (antigo córrego do "Militão"), sentido montante; deste, segue com azimute de 162°05'14" e distância de 886,08m, até o vértice 2, de coordenadas N 8.573.490,974m e E 248.790,772m, confrontando com o PNCD, deste, segue com azimute de 188°15'36" e distância de 43,86 m., pelo rio Coisa Boa, até o vértice 3, de coordenadas N 8.573.447,570m e E 248.784,471m; deste, segue com azimute de 194°36'24" e distância de 83,18m, segue pelo rio Coisa Boa, até o vértice 4, de coordenadas N 8.573.367,080m e E 248.763,495m; deste, segue com azimute de 198°18'14" e distância de 130,06m, pelo rio Coisa Boa, até o vértice 5, de coordenadas N 8.573.243,599m e E 248.722,648m; deste ponto, segue com azimute de 190°14'25" e distância de 80,51m, segue ainda pelo Rio Coisa Boa, até o vértice 6, sempre confrontando com o PNCD - Parque Nacional da Chapada Diamantina, de coordenadas N 8.573.164,371m e E 248.708,335m; deste, segue com azimute de 189°20'40" e distância de 50,42m, segue ainda pelo Rio Coisa Boa, até o vértice 7, de coordenadas N 8.573.114,618m e E 248.700,148m; deste, segue com azimute de 208°06'11" e distância de 774,35m, ainda com o Rio Coisa Boa, até o vértice 8, de coordenadas N 8.572.431,558m e E 248.335,382m; deste, segue com azimute de 302°49'48" e distância de 666,72m, situado no limite com a margem esquerda do rio dos Pombos sentido montante, até o vértice 9, de coordenadas N 8.572.793,017m e E 247.775,153m; deste, segue com azimute de 314°07'23" e distância de 269,32m, pelo rio dos Pombos, até o vértice 10, sempre na confrontação do PNCD, de coordenadas N 8.572.980,517m e E 247.581,824m; deste, segue com azimute de 0°02'18" e distância de 613,31m, confrontando neste ponto 11 com SUCALCA (antigo aqueduto) até o vértice 11, de coordenadas N 8.573.593,828m e E 247.582,234m; deste, segue com azimute de 6°02'53" e distância de 542,00m até o vértice 12, de coordenadas N 8.574.132,811m e E 247.639,340m; deste, segue com azimute de 120°59'26" e distância de 328,70m, até o vértice 13 de coordenadas N 8.573.963,567m e E 247.921,116m; deste, segue com azimute de 59°29'07" e distância de 553,45m até o vértice 14, de coordenadas N 8.574.244,588m e E 248.397,916m; deste, ainda confrontando com áreas do PNCD - Parque Nacional da Chapada Diamantina, segue com azimute de 53°21'11" e distância de 149,97m, até o vértice 1, de coordenadas N 8.574.334,102m e E 248.518,241m, ponto inicial da descrição deste perímetro.
- Mucugê: Inicia-se nas coordenadas 241686; 8660503, no alto do morro do Cruzeiro; prossegue por linha reta de 2100m até uma elevação situada a sudeste, ns coordenadas

243750; 8560052; de onde prossegue em linha reta de 2600m até a rodovia BA-142, na cota 960m; prossegue em direção noroeste em linha reta de 3190 m até um topo de morro situado nas coordenadas 241509; 8563729; daí, segue em linha reta 1690m até a rodovia BA-142, nas coordenadas 241327; 8562031; deste ponto, segue em linha reta, sentido sul, por 1600m até o ponto 1, fechando o polígono.

- Cascavel, município de Ibicoara: Inicia-se na BA-142, nas coordenadas 235544; 8533882, seguindo no sentido sul até uma estrada de acesso a uma plantação, nas coordenadas 237824; 8527916; seguindo por uma linha reta até a nascente de um riacho nas coordenadas 239514; 8527564; segue por este riacho até as coordenadas 241204; 8530224, sentido sul-sudoeste até uma estrada carroçável; segue por esta estrada até as coordenadas 243072; 8530180, seguindo por estrada carroçável até as coordenadas 244892; 8528814; daí segue em linha reta, no sentido nordeste, até atingir o rio Paraguaçu, nas coordenadas 246179; 8529656; acompanha este rio sentido noroeste até atingir a barragem do Apertado; acompanha as margens oeste desta barragem até atingir um pequeno afluente desta margem, nas coordenadas 2399040, 8536484. Segue por este curso d'água até atingir a BA-142, no ponto 1, ponto inicial da descrição deste polígono.
- Guiné, município de Mucugê: Começa nas margens do rio Guiné, nas coordenadas 222792; 8588969 (Ponto 1), e segue por linha reta de 1300m, no sentido sudoeste, até a cota de 1040m, nas coordenadas 222239; 8587720 (Ponto 2); acompanha esta cota, no sentido sul, até as coordenadas 224676; 8584956, seguindo em linha reta de 1550m, no sentido oeste-noroeste, até as margens do rio Guiné, nas coordenadas 224399; 8588713; segue no sentido noroeste, acompanhando a margem do rio Guiné, até o ponto 1, fechando esta poligonal.
- Vale do Capão, município de Palmeiras: as áreas urbanas desta área são compostas por dois círculos: o primeiro, correspondente a vila de Caeté-Açu, com 600 m de raio a partir das coordenadas 229037; 8603676; o segundo, no povoado de Campos, com 500m de raio a partir das coordenadas 228660; 8606411.
- Campos de São João, município de Palmeiras: corresponde a uma área circular com 500m de raio a partir das coordenadas 226786; 8622379.

Na Figura 1, tem-se a delimitação da Zona de Amortecimento do PNCD.

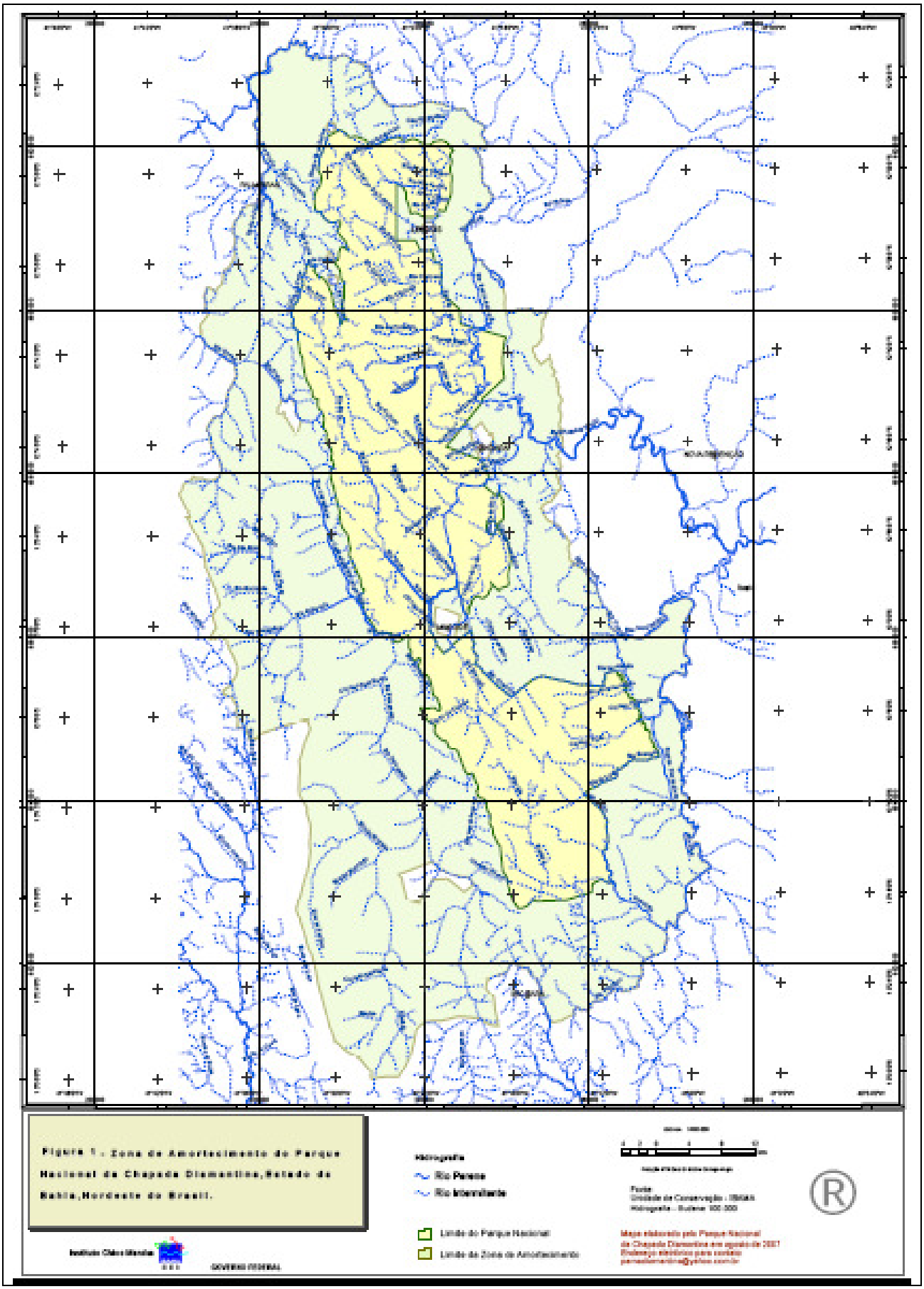
2.2 - Caracterização Ambiental

2.2.1 - Vegetação da Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina

Para a caracterização da vegetação da região da unidade de conservação (UC), utilizou-se como referência, o trabalho realizado por Velloso *et alii*. (2002) para toda a região da chapada Diamantina.

A vegetação pode ser caracterizada como um mosaico de diferentes formações, que foi denominado por estes autores como "Complexo da Chapada Diamantina". Sob esta denominação estão incluídas as formações xerofíticas encontradas em altitudes que variam de aproximadamente 500m a 900m, típicas do bioma Caatinga; formações campestres encontradas de solos rasos até os solos profundos, desde formações florestais até desprovidas de árvores com intensa cobertura de gramíneas, normalmente associadas ao bioma Cerrado; formações com características deciduais, semideciduais ou mesmo perenifoliadas, associadas a solos profundos ou a cursos e corpos d'água, associadas ao bioma Mata Atlântica; e, finalmente, formações rupestres, que ocorrem sobre rocha exposta ou sobre litossolos, em geral acima de 1000m, mas com ocorrências em altitudes menores (por exemplo, próximo a Andaraí), conhecidos como campos rupestres, cuja classificação depende de cada autor. Podem estar associadas ao bioma Cerrado, como podem ser consideradas como uma categoria a parte, neste caso, sendo tratadas como "refúgios ecológicos" (Harley, 1995). Complementam o quadro da vegetação diversas formações transicionais entre os tipos referidos anteriormente, algumas formações similares à restingas litorâneas, normalmente encontradas sobre solos arenosos, e áreas alagadas onde predominam macrófitas aquáticas (Funch *et alii*., 2005). Por outro lado, extensas áreas da chapada Diamantina já se encontram antropizadas, tendo perdido suas características originais (Funch *et alii.,* 2005).

Figura 1: Zona de Amortecimento do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.



Um ponto ressaltado por diversos autores é a presença de um grande número de espécies endêmicas da região, em especial nas áreas de campo rupestres (Conceição *et alii*., 2005). Em outros casos, há espécies que são endêmicas da Cadeia do Espinhaço, incluindo as serras do Estado de Minas Gerais e da chapada Diamantina (Harley & Simmons, 1986). Diversos fatores têm sido levantados para justificar a existência destes endemismos, como a existência de refúgios ecológicos durante os períodos glaciais e a ocorrência de ambientes fragmentados (insularizados). De qualquer modo, os endemismos tanto podem estar relacionados a processos de especiação ocorridos nas regiões montanhosas, o que talvez tenha acontecido com diversas espécies da canela-de-ema, gênero *Vellozia*, como podem representar relictos de espécies que talvez tenham apresentado uma distribuição maior no passado, como, por exemplo, as orquídeas *Adamantinia miltonioides* e *Leptotes vellozicola* ou a malvácea *Rayleya bahiensis* (Cristobál, 1981; van den Berg & Gonçalves, 2004; van den Berg *et alii*., 2005). O atual estágio do conhecimento sobre a flora local não permite estabelecer um quadro preciso sobre os padrões de distribuição das espécies em área restrita, exceto em alguns poucos grupos taxonômicos. Em Melastomataceae, por exemplo, Santos & Silva (2005) mostraram que das 123 espécies que encontraram na região de rio de Contas, 59 são restritas à região da chapada Diamantina (16 restritas ao município citado) e duas ocorrem também na Cadeia do Espinhaço. Já Souza & Queiroz (2004) citam a existência de 30 espécies endêmicas do gênero *Calliandra*, de um total de 40 registradas para a região. Em ambos os casos, assim como na maioria dos exemplos de endemismos na chapada Diamantina, os táxons ocorrem predominantemente em áreas de campo rupestre. Como exceção a esta regra podem ser citadas *Cattleya tenuis* e *Encyclia kundergraberii*, duas orquídeas encontradas exclusivamente em matas secas, preferencialmente próximas a cursos d'água (Berg van den & Azevedo, 2005). Em outros casos, alguns endemismos podem ser caracterizados pela abundância das espécies em sua área de ocorrência, embora esta área possa ser bem pouco extensa.

É o caso da orquídea *Sophronitis sincorana* e do candomba *Vellozia sincorana* (comuns na Serra do Sincorá, especialmente na região entre o Morro do Esbarrancado, distrito de Guiné, Mucugê, e as serras do Município de Ibicoara); ou da bromélia raio-de-sol *Orthophytum mucugense* (que ocorre predominantemente próximo a quedas d'água, formando grandes aglomerados). Por outro lado, um levantamento extensivo abordando as pteridófitas da chapada Diamantina apontou a existência de apenas uma espécie endêmica a samambaia *Doryopteris trilobata*, de um total de 124 espécies encontradas (Nonato, 2005). Da mesma maneira, algumas famílias que ocorrem com freqüencia em formações vegetais da região não apresentam, até o presente momento, espécies endêmicas conhecidas, como é o caso de Vochysiaceae (Passos & França, 2003). O Anexo 1 mostra uma lista preliminar de endemismos da chapada Diamantina. Esta lista foi compilada da literatura, mas está incompleta devido à dificuldade de se conseguir dados sobre diversos grupos. Por exemplo, embora Souza & Queiroz (2004) tenham citado a existência de 30 espécies endêmicas de *Calliandra*, não foi possível ter acesso à obra em que são listadas estas espécies (Souza, 2001 apud Souza & Queiroz, 2004). Mesmo assim, até onde foi possível apurar, esta é a primeira compilação deste tipo realizada para a região da chapada Diamantina.

2.2.1.1 - Campos Rupestres

Os campos rupestres da chapada Diamantina fazem parte de um conjunto de formações que ocorrem sobre afloramentos rochosos em toda a cadeia do Espinhaço. Normalmente, ocorrem acima de 900m, mas há alguns em altitudes entre 700m e 800m e, na região da cidade de Andaraí, é possível encontrar este tipo de vegetação em altitudes aproximadas de 500m. São circundados por Cerrado ou, na maioria dos casos da Chapada, por Caatinga (Conceição *et alii*., 2005). Floristicamente são ligados tanto às formações rupestres do Planalto das Guianas e do Planalto Central Brasileiro como às restingas litorâneas (Harley, 1995; Giulietti *et alii*., 1997; Conceição, 2003; Conceição *et alii*., 2005). Os campos rupestres têm sido destacados, na literatura especializada, por sua grande heterogeneidade florística e pela ocorrência de um grande número de endemismos restritos a este tipo de formação (ver acima). Esta diversidade é ressaltada por Conceição et alii. (2005), que encontraram 441 espécies em um levantamento nos campos rupestres da chapada Diamantina, incluindo tanto áreas da Serra do Sincorá, onde está localizado o PNCD, como da Serra das Almas, localizada a oeste da primeira serra. Os dados relativos a Serra do Sincorá serão discutidos detalhadamente no Encarte 3. Entre as espécies

encontradas pelos autores do trabalho citado, 65% são raras (isto é, restritas a apenas uma das 11 unidades amostrais levantadas). A similaridade entre as duas serras foi de apenas 7,5%, o que reforça a heterogeneidade referida anteriormente.

Entre as famílias botânicas mais representativas nos Campos Rupestres, destacam-se (em ordem alfabética) Amaryllidaceae, Bromeliaceae, Clusiaceae, Cyperaceae, Eriocaulaceae, Malpighiaceae, Myrsinaceae, Myrtaceae, Orchidaceae, Poaceae, Rubiaceae e Velloziaceae. A ocorrência e a distribuição das espécies destas famílias, no entanto, é fortemente ligada ao tipo de substrato encontrado e a outros fatores ambientais, como localização geográfica. Conceição *et alii*. (2005) mostram que Velloziaceae, Amaryllidaceae, Clusiaceae e Orchidaceae, na Serra do Sincorá, são encontrados preferencialmente em áreas com rocha exposta. Na Serra das Almas, As três primeiras são menos freqüentes, enquanto Rubiaceae se destaca neste tipo de ambiente.

Da mesma forma as áreas de solo arenoso, na primeira serra citada, têm uma grande prevalência de Poaceae e Cyperaceae, enquanto Malpighiaceae se destaca na segunda.

2.2.1.2 - Cerrado

O Cerrado é uma vegetação de savânica que ocorre predominantemente no Centro-Oeste brasileiro, mas que também apresenta expressivas áreas a Sudeste, a Norte e a Nordeste. Ao Sul do país, há apenas pequenos encraves no Estado do Paraná. Esta formação vegetal inclui diversas fitofisionomias como: i) campos limpos (áreas campestres, predominantemente herbáceas, desprovidas de árvores ou arbustos); ii) florestas, ou matas, ciliares (que margeiam os cursos de alguns rios); iii) campos sujos (vegetação herbácea com ocorrência de arbustos e árvores esparsas); iv) cerrado estrito senso (vegetação herbácea com muitas árvores baixas dispersas); v) cerradão (vegetação florestal, com predomínio de árvores altas, mas com vegetação herbácea abundante); vi) além das veredas (formações ripárias, ao longo de cursos d'água ou áreas úmidas, onde predominam os buritis - *Mauritia vinifera)*.

Os solos da região são normalmente ácidos e ricos em alumínio, mas o desenvolvimento de técnicas de adubação e tratamento de solo tem permitido o uso agrícola de extensas áreas. Como conseqüência, grandes extensões de áreas de domínio do Cerrado tem sido transformadas em monoculturas, como as de soja, algodão, milho, sorgo entre outras (CPRM, 1994; Harley *et alii*., 2005).

No Estado da Bahia, a maior extensão de cerrado ocorre na região oeste, onde a vegetação encontrada é uma continuação do Cerrado existente nos Estados de Goiás, Tocantins e Minas Gerais. Em outras regiões do estado ocorrem encraves de cerrados pr[oximos a área core deste tipo de vegetação, principalmente no sudeste e sudoeste do estado, próximo às restingas litorâneas, e nas serras da chapada Diamantina. Neste último caso, os ambientes associados a este bioma ocorrem em altitudes que variam entre 800m e 1000m (Harley *et alii*., 2005), com destaque para uma vasta área entre os municípios de Barra da Estiva, ao sul do PNCD, e Morro do Chapéu, ao norte do PNCD.

Grillo (2000), em um levantamento restrito à região de Palmeiras, próximo ao Morro do Calumbi, mostrou a existência de 186 espécies de plantas, tendo caracterizado as formações locais como campo limpo, campo sujo e cerrado estrito senso. Além deste trabalho, o único estudo extensivo realizado, até o momento, nas áreas de cerrado da chapada Diamantina, foi efetuado por Harley *et alii*. (2005). Neste levantamento, que não incluiu áreas internas do PNCD, mas sim as áreas vizinhas, foram encontradas 213 espécies, 165 gêneros e 63 famílias botânicas em cinco pontos de amostragem. O número de espécies, em cada ponto, variou de 28, na região do povoado de campos de São João (Palmeiras), até 125 em rio de Contas. Como no caso dos campos rupestres, esta variação no número de espécies também reflete uma grande heterogeneidade de ambientes. Outro indicativo desta riqueza é que apenas 59 espécies (27,7%) foram encontradas em mais de uma das unidades amostradas (UA). Mesmo uma análise considerando apenas estas espécies se observa uma grande heterogeneidade entre as UA, exceto nas duas áreas de Mucugê. De fato, das 59 espécies que ocorrem em duas ou mais UA, 30 são encontradas nestas duas e 22 são restritas a elas. Não surpreende que tenham apresentado a maior similaridade

entre si (Índice de Jaccard (IJ) = 0,60). O Índice de Jaccard é um índice matemático que compara o quanto dois conjuntos de dados são similares entre si. Seus valores variam de 0 a 1, onde 0 indica a inexistência de similaridade entre os dados comparados e 1 indica que os dados são idênticos entre si. Ou seja, quanto mais próximo de 1 for o valor, mais semelhantes são os conjuntos comparados. Após estas duas UA, a maior similaridade foi encontrada entre Barra da Estiva e Rio de Contas (IJ = 0,323). As demais apresentaram IJ muito menor entre si.

Harley *et alii.* (2005) destacam a existência de diversas espécies arbóreas, nas áreas amostradas, que são citadas para outras áreas do bioma Cerrado, com especial destaque para a região oeste do Estado da Bahia (Felfili & Silva Júnior, 2001). Por outro lado, diversas espécies, a maioria de porte herbáceo, têm distribuição mais restrita, sendo provavelmente endêmicas da chapada Diamantina, como é o caso de *Gomphrena mollis*, *Ditassa acerosa*, *Jacaranda irwinii*, *J. morii*, *Acritopappus confertus* e *Calliandra bahiana*, enquanto outras são restritas a áreas com solos rochosos, como *Lychnophora salicifolia* ou *Calliandra longipinna*. Estas espécies não foram citadas em levantamentos similares já realizados em outras áreas de Cerrado.

Fisionomicamente, as seis áreas amostradas por Harley *et alii*. (2005) foram classificadas como campo limpo (Campos de São João, Mucugê – ponto 68 – os números referem-se aos pontos amostrados durante a AER), cerrado ralo (Mucugê, ponto 41), cerrado denso (rio de Contas) e cerrado rupestre (Barra da Estiva). Os três primeiros tipos fisionômicos foram definidos por Ribeiro & Walter (1998). O último tipo refere-se a locais onde os solos são rasos e há afloramentos rochosos, sendo a vegetação relacionada com os campos rupestres encontrados nas serras vizinhas. Este fato é atestado pela presença de espécies como *Banisteriopsis harleyi*, *Esterhazya splendida*, *Lagenocarpus velutinus*, *Microlicia sincorensis*, *Spigelia pulchella* e *Stipnopappus tomentosum*, entre outras. Chama a atenção, na maioria das áreas (exceto em rio de Contas), a predominância da vegetação herbácea, com poucas árvores, especialmente em Campos de São João e nos dois pontos de Mucugê. Os autores citaram, como possíveis causas para este fato, a ocorrência de queimadas constantes ou o baixo nível do lençol freático, condições que não favorecem o estabelecimento de árvores.

Apesar dos dados apontados acima, ainda faltam levantamentos mais detalhados sobre as formações savânicas da chapada Diamantina. Também faltam dados sobre as formações dominadas por palmeiras. Observações preliminares mostram a existência de populações relictuais de buritis (*Mauritia vinifera*) no norte do PNCD e áreas vizinhas. Também existem grandes populações de *Attalea seabrensis*, uma espécie endêmica da chapada Diamantina que forma corredores ripários peculiares sobre os quais não foi possível encontrar nenhuma bibliografia.

2.2.1.3 - Florestas Estacionais Semideciduais e Formações Florestais Relacionadas

As florestas que são tratadas neste tópico estão relacionadas ao bioma Mata Atlântica. Embora haja formações florestais com elementos característicos do bioma Caatinga na região, as áreas mais extensas são compostas por florestas estacionais deciduais e semideciduais, por florestas ombrófilas abertas e densas e por florestas pluvionebulares, todas relacionadas à Mata Atlântica. Também há florestas ciliares, que funcionam como corredores ecológicos e são encontradas em todos os biomas.

O mapa de vegetação da chapada Diamantina, elaborado pela Superintendência de Florestas e Unidades de Conservação (SFC), órgão ligado à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia, mostra a existência de grandes fragmentos florestais, em especial na área leste da serra do Sincorá, o que foi parcialmente confirmado pelo levantamento da AER (Rocha *et alii.*, 2005). O estudo mais profundo sobre as florestas próximas à área do PNCD foi efetuado por Funch *et alii.* (2005).

2.2.1.4 - Caatinga

A Caatinga ocupa grande parte da região semi-árida do Nordeste brasileiro, estendendo-se também por parte do Estado de Minas Gerais. É uma vegetação xerofítica, adaptada aos períodos prolongados de seca que acontecem na sua área de ocorrência, com um grande número de

árvores e arbustos baixos, deciduais, muito ramificados e freqüentemente espinhosos, além de formas de vida peculiares como cactos colunares ou globosos e bromélias terrestres (Queiroz *et alii.,* 2005).

Na chapada Diamantina, as áreas de Caatinga se estendem principalmente a oeste das formações serranas, as quais agem como uma barreira à umidade que vem do oceano. No entanto, as formações caracterizadas como Caatinga, nesta região, são bastante heterogêneas e incluem uma série de ambientes que são, provavelmente, ecótonos ou transições com outros tipos de vegetação. Como no caso do Cerrado, o único trabalho mais amplo a abordar a Caatinga da chapada Diamantina foi o levantamento realizado durante a AER coordenada pela UEFS (Queiroz *et alii.*, 2005), na qual se baseará a seguinte discussão. No referido trabalho, o que chama a atenção é a heterogeneidade florística e a ocorrência de muitas espécies pioneiras ou de ampla distribuição geográfica na maioria das áreas. Os autores creditaram isto à antropização que as áreas teriam sofrido no passado. Dos seis pontos amostrados, ao menos quatro estariam nesta situação: os três pontos amostrados em Palmeiras e o ponto amostrado em Ibiqüera a leste do PNCD. Este último ponto apresentou características tipicamente florestais, com árvores de até 30m de altura, apesar de estar localizada sobre um afloramento calcário. As áreas de Palmeiras apresentaram predominância de arbustos ou arvoretas, sendo que na região de Conceição dos Gatos (citada no trabalho como Conceição do Gado) encontrou-se um estrato arbóreo com cerca de 15m de altura, com características de uma floresta seca.

Queiroz *et alii.* (2005) amostraram, ainda, mais dois pontos: em Jussiape, foi amostrada uma área conhecida como Marion, com características distintas das áreas vizinhas de Caatinga. Os autores caracterizaram a área como uma floresta depauperada, com a presença de táxons que não são encontrados com freqüência em outras áreas de Caatinga, como Burmanniaceae, Cyperaceae, Ebenaceae, Eriocaulaceae, Humiriaceae, Primulaceae e Xyridaceae, além de gêneros como *Astrocasia*, *Esenbeckia*, *Guazuma*, *Clidemia*, *Coccosypselum*, *Pera*, *Swartzia* e *Xylopia*. Esta formação é conhecida como carrasco e ocorre em diversas áreas da chapada Diamantina. Sua composição florística e a sua fisionomia peculiar requer novos estudos para que se possa ter um conhecimento de suas relações com outras formações vegetais da região. O último ambiente amostrado por Queiroz *et alii.* (2005) foi uma área com solos arenosos, formando dunas interiores em alguns pontos. Os autores citam a existência de espécies novas para a ciência, talvez endêmicas deste local, além de um grande número de espécies encontradas em outras áreas da Caatinga com solos arenosos.

2.2.1.5 - Áreas Alagadas

Os rios da chapada Diamantina frequentemente formam planícies aluviais de inundação. Muitas delas permanecem alagadas durante a maior parte do ano, compondo áreas úmidas onde se desenvolve uma vegetação composta predominantemente por macrófitas aquáticas. A mais extensa delas está localizada no rio Santo Antônio, sendo localmente conhecida por Marimbus, que tem parte inserida no PNCD e parte na APA Marimbus-Iraquara. Fica próximo à cidade de Andaraí, e apresentam, além dos macrófitos aquáticos, ilhas de vegetação de porte arbóreo (ver Encarte 3). Outras áreas alagadas extensas são encontradas no rio Paraguaçu, entre a barragem do Apertado e a estrada BA-142. Até onde foi possível apurar, nenhuma destas áreas foi estudada ainda, não sendo possível fazer uma descrição mais precisa das mesmas.

2.2.2. Fauna da Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina

A fauna ainda é pouco conhecida, sendo que a maior parte dos conhecimentos sobre o tema são proveniente da AER, que abordou parte da região (Juncá et alii., 2005). Para alguns grupos específicos, como aves, já há uma série de levantamentos que permitem se ter uma boa visão sobre a situação do grupo, embora ainda faltem estudos complementares (Parrini et alii., 1996; Carvalhaes, 2001; Carvalhaes e Machado, no prelo; Machado, 2005). Na maioria dos casos, no entanto, os levantamentos e as informações existentes ainda são preliminares.

2.2.2.1 - Invertebrados

Todos os grupos de invertebrados tratados pela AER foram insetos, incluindo as vespas sociais (Vespidae), as abelhas (Apoidea), alguns besouros (Scarabaeidae e Histeridae) e alguns dípteros

(Asilidae, *assassin flies*). A estes se somam os Simuliidae (borrachudos) e insetos aquáticos, como efêmeras (Ephemeroptera) e libélulas (Odonata), entre outros amostrados por Hamada (2005). A falta de dados sobre outros grupos taxonômicos evidencia o grande desconhecimento existente sobre os invertebrados na região, já que classes inteiras (como Arachnida – aranhas, escorpiões e opiliões, por exemplo – e Diplopoda – gongolôs e piolhos-de-cobra –, entre outros grupos de artrópodes) não foram inventariadas ainda. Mesmo alguns filos, como Molusca (lesmas e caracóis), ainda não foram abordados, até onde foi possível apurar, não tem levantamento sistemático algum sobre sua composição taxonômica na região. Mesmo assim, os levantamentos realizados já mostraram alguns resultados interessantes. Os dados da AER mostram que, entre as vespas sociais, foram encontradas 23 espécies, pertencentes a três tribos, das quais 13 não haviam sido citadas previamente para a Chapada Diamantina (Melo *et alii*., 2005). As abelhas apresentaram 125 espécies, sendo 24 novas para a região e pelo menos uma nova para a ciência (Aguiar *et alii*., 2005). Lopes & Louzada (2005) encontraram 22 espécies de Scarabaeidae (escaravelhos) e seis espécies de Hesteridae (rola-bosta), enquanto Bravo *et alii*. (2005) encontraram 14 espécies de Asilidae. Finalmente, Hamada (2005), em um levantamento não ligado a AER, encontrou 44 famílias de insetos aquáticos, incluindo 13 espécies de Simuliidae (cinco novas para a ciência) e 21 espécies/morfotipos de Ephemeroptera. Estes grupos taxonômicos são muito diversos tanto do ponto de vista filogenético como ecológico. Apesar disto, alguns padrões são recorrentes à maioria deles, como a grande diferenciação taxonômica entre as fitofisionomias encontradas na região, onde a maioria das espécies foi restrita a alguns poucos ambientes. Os autores concordam que a preservação da diversidade da chapada Diamantina, pelo menos para os insetos, depende da preservação de amostras significativas dos ecossistemas locais.

2.2.2.2 - Vertebrados

As conclusões referidas acima, para os grupos de insetos amostrados na Chapada Diamantina, podem ser estendidas para os vertebrados. O desconhecimento sobre a composição faunística de diversos grupos é atestado pelo número relativamente grande de espécies novas identificadas durante a AER, em especial quando se considera que os autores dos artigos ressaltam, diversas vezes, que muitos grupos foram subamostrados. Na AER foram examinadas todas as classes de vertebrados: peixes, anfíbios (anuros), répteis, aves e mamíferos.

2.2.2.2.1 - Peixes

Os peixes da região apresentam uma riqueza surpreendentemente alta, apresentando um elevado número de espécies endêmicas. Santos (2005) informou que, das 45 espécies encontradas no levantamento, 12 eram novas para a ciência. Entre as 75 espécies encontradas na região, em diversos levantamentos, o autor ressaltou a existência de um gênero da família Characidae, descrito recentemente (Zanata & Akama, 2004 apud Santos, 2005), e de uma subfamília (Copionodontinae, família Trichomycteridae), ambos de ocorrência restrita aos rios da chapada Diamantina.

Na comparação entre as diversas áreas amostradas, o autor cita um número maior de espécies (22) na "Área de Mata", região que inclui o Marimbus, no município de Andaraí. Mostrou também a existência de dois grupos de unidades amostrais, que são visíveis no dendrograma que apresentou: o primeiro grupo inclui os rios da Bacia de Irecê, da Área de Mata (Bacia do Paraguaçu), da Serra de Rio de Contas e da Baixada de Jussiape (ambos na Bacia do Rio de Contas), que apresentaram condições fisiográficas (rios de maior porte, relevo pouco acidentado) e físicas (pequena quantidade de sedimentos) semelhantes. O segundo grupo incluiu rios na região de Morro do Chapéu e na Serra do Sincorá, nos Gerais de Mucugê e no Mosaico Seabra (todos na Bacia do Paraguaçu), caracterizado por cursos d'água pequenos, amostrado próximos às suas cabeceiras, e com baixa diversidade de espécies.

2.2.2.2.2 - Anuros

O levantamento dos anuros encontrou 44 espécies distribuídas em quatro famílias (Juncá, 2005). A família Hylidae apresentou o maior número de espécies (22), seguida por Leptodactylidae (17), Bufonidae (4) e Microhylidae (1). A autora destaca o fato de terem sido encontradas seis espécies novas para a ciência, além de uma espécie já conhecida previamente, porém endêmica da

chapada Diamantina (*Rupirana cardosoi*), todas oriundas de áreas de campo rupestre ou floresta. As áreas de caatinga e cerrado foram menos representadas, no geral, quanto à diversidade específica, mas autora cita que houve períodos desfavoráveis de coleta, com baixa precipitação, que podem ter influenciado os resultados. Apesar disto, o segundo maior número de espécies foi registrado justamente em uma área de caatinga (município de Morro do Chapéu), enquanto a maior diversidade específica foi obtida para uma área de floresta estacional semidecidual (município de Lençóis). A similaridade entre as unidades amostrais foi baixa, variando de 0,04 a 0,50 (Coeficiente de Comunidade). Ao considerar os tipos de vegetação amostrados, a maior similaridade foi obtida entre as áreas de mata e caatinga, com 0,32. Por outro lado, as áreas de campo rupestre apresentaram baixa similaridade com todas as demais formações vegetais (de 0,11 a 0,23).

2.2.2.2.3 - Répteis

O inventário dos répteis (Juncá, 2005) mostrou a existência de 44 espécies, sendo 25 de serpentes, 17 de lagartos e duas de anfisbênios (cobras-cegas). Destacaram-se as famílias Colubridae, entre as serpentes, com 20 espécies, e Gekkonidae, entre os lagartos, com quatro. Neste último caso, porém, houve uma distribuição mais eqüitativa da riqueza, com três famílias de lagartos apresentando três espécies (Tropiduridae, Teiidae, Scincidae). As duas espécies de anfisbênios encontrados foram pertencentes à família Amphibaenidae. Neste grupo zoológico, a metodologia da AER levou a uma subamostragem em diversas áreas, como na região do cerrado de Palmeiras, onde nenhuma espécie de lagarto ou anfisbênio foi encontrada, o mesmo tendo ocorrido com as serpentes na região de caatinga de Jussiape. Apesar disto, a autora destaca a presença de espécies citadas previamente apenas para regiões de caatinga em áreas de florestas semideciduais, além de terem sido encontradas espécies não citadas previamente para a região da chapada Diamantina.

2.2.2.2.4 - Aves

As aves pertencem ao grupo de vertebrado que é melhor conhecido pela ciência (Accioly, 2000) e formaram o grupo mais diverso entre os examinados durante a AER, com 132 espécies (Machado, 2005). Mesmo assim, este número foi muito inferior ao obtido em outros levantamentos realizados na região, que variaram de 359 a 370 espécies (o último número se refere à área do PNCD, exclusivamente - ver Encarte 3). O autor credita este fato à metodologia, que possivelmente não conseguiu registrar espécies de menor ocorrência. A família com o maior número de espécies foi a Emberezidae, com 31 espécies, seguida de Tyrannidae, com 14 espécies. Também chamou a atenção para o fato de ter-se encontrado um número de espécies maior nas áreas de cerrado (duas áreas com 55 espécies em cada uma), em locais com vegetação aberta, do que em áreas de floresta (31 espécies). Diferentemente dos grupos discutidos até agora, as aves não apresentaram novidades notáveis, exceto a presença de três espécies típicas de regiões de mata atlântica (*Thalurania glaucopis*, *Trogon surrucura* e *Knipolegus nigerrimus*). Entre as espécies citadas como endêmicas para a Chapada Diamantina, apenas uma, beija-flor-de-gravatinha-vermelha *Augastes lumachellus*, foi encontrada. As outras duas são o papa-formiga-do-sincorá *Formicivora grantsaui* e um tapaculo *Scytalopus* sp não descrito. A categorização das espécies quanto a sua sensibilidade ambiental mostrou que a maioria dos táxons constatados tinha baixa sensibilidade a distúrbios, sendo que apenas 28% delas foram moderadamente sensíveis e nenhuma altamente sensível. Novamente, a metodologia talvez tenha influenciado os resultados.

2.2.2.2.5 - Mamíferos

Os mamíferos apresentaram 55 espécies no levantamento da AER, sendo 16 roedores, 20 quirópteros (morcegos), oito marsupiais, um lagomorfo, dois artiodáctilos, um primata e cinco carnívoros. A estes se somam três espécies de quiróptera citados pela literatura, o que eleva o total para 58 (Oliveira & Pessôa, 2005). Este número representa o total referido na literatura, mas o total de espécies é provavelmente maior, como demonstra um levantamento realizado através de um estudo específico para este plano de manejo, contratado pelo IBAMA (ver Encarte 3). Os autores enfocaram sua discussão nos mamíferos de pequeno porte, especialmente nos marsupiais, roedores e quirópteros, mostrando que não há registro de espécies de mamíferos endêmicas da região, embora haja espécies registradas apenas para áreas de caatinga, como o

mocó *Kerodon rupestris*, ou para áreas de mata Atlântica, comoa cuíca *Monodelphis domestica*. Entre os quirópteros, predominaram espécies amplamente distribuídas, embora algumas espécies aparentemente sejam localmente restritas em sua distribuição.

Todos os resultados discutidos aqui reforçam um aspecto que é tema recorrente quando se discute a biota da chapada Diamantina e que será referido diversas vezes ao longo deste Plano de Manejo (PM): há uma grande variabilidade ambiental e ecológica na região, com elementos oriundos tanto do bioma Cerrado, como do bioma Caatinga quanto do bioma Mata Atlântica. O PNCD e as demais UC na região procuram preservar partes desta diversidade, mas a área atualmente destinada para conservação ainda é insuficiente e com proteção suscetível. Por outro lado, o conhecimento sobre a biota ainda é insuficiente e não permite que se tenha um panorama claro dos ecossistemas locais.

2.2.3 - Micota (fungos) da Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina

O reino Fungi é composto por cerca de 80.000 espécies conhecidas, embora estimativas conservadoras considerem que este número pode, na verdade, chegar a 1.500.000 espécies. São caracterizados por apresentarem um processo de nutrição por absorção e têm uma importância vital para os processos biológicos, atuando como decompositores, parasitas e simbiontes. Este reino, no entanto, raramente é tratado em AER ou outros levantamentos gerais sobre ecossistemas regionais devido, principalmente, a dificuldades na coleta dos materiais e à falta de especialistas na identificação das espécies. A inclusão deste grupo na AER realizada pela UEFS representou a primeira abordagem sistemática do grupo para a Chapada Diamantina (Gusmão *et alii*., 2005). O referido levantamento, porém, não incluiu apenas as espécies do reino Fungi, mas também abordou os Myxomycetes (filo Myxomycota, reino Protista). Estes organismos têm, como característica marcante, o corpo trófico composto por um plasmódio de fusão plurinucleado. Ou seja, seu corpo não possui células individuais como acontece com a maioria dos seres vivos. Foram encontradas 99 espécies, sendo 72 fungos e 27 Myxomycetes. Entre os fungos, 14 táxons foram Basidiomycota (cogumelos). Mofos, podridões e bolores compuseram o restante dos fungos, sendo 01 Ascomycota, 54 Hyphomycetes e 03 Coelomycetes. Entre os Myxomycetes, 12 táxons foram citados para a Bahia pela primeira vez. Os autores referem que quatro espécies foram mais amplamente distribuídas: *Arcyria cineria*, *Clastoderma debaryanum*, *Echinostelium minutum* e *Licea operculata*. Entre os microfungos (Hyphomycetes e Coelomycetes), quatro espécies (*Beltrania rhombica*, *Circinotrichum olivaceum*, *Cladosporium oxysporium* e *Vermiculariopsiella immersa*) foram mais comuns, sendo referidos pelos autores como freqüentes em levantamentos similares. Porém, a maioria das espécies encontradas nunca havia sido citada para a Bahia e quatro são citadas pela primeira vez para o Brasil (*Fusariella atrovirens*, *Kiliophora ubiensis*, *Paraceratocladium silvestre* e *Pleurocethiopsis setiformis*). Entre os Basidiomycetes e Ascomycetes, a maioria das espécies encontradas foi lignocelulítica (que se alimentam de madeira) e relativamente comum. A comparação entre as diferentes unidades de paisagem amostradas evidencia uma diversidade maior de fungos em áreas de floresta estacional semidecidual. Os Myxomycetes, no entanto, foram mais freqüentes em área de caatinga arbustiva.

2.2.4 - Aspectos Abióticos da Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina

2.2.4.1 - Clima

A chapada Diamantina é um importante ponto de convergência de massas de ar oriundas de centros de ação distintos, sazonalmente potencializados, que geram um mosaico climático bastante rico e que deriva subunidades geradas pela disposição e configuração do relevo. Quatro massas de ar atuam nesta região: Equatorial Continental; Tropical Continental; Tropical Atlântica e Polar. A ação conjunta das mesmas, associada às altitudes elevadas, proporciona um clima Tropical Semi-úmido, enquanto à sua volta predomina o semi-árido.

A região do PNCD apresenta um clima caracterizado por alternância de estações chuvosas curtas e irregulares com estações secas prolongadas. A pluviosidade local é fortemente condicionada pelo relevo, com índices pluviométricos maiores na região da serra do Sincorá, chegando a atingir 1600mm nas proximidades de Lençóis, e níveis menores nas regiões mais baixas, chegando a 600mm anuais. Na região próxima a cidade de Boninal, embora o relevo apresente altitudes da

ordem de 1000m, existe uma "sombra" orográfica, registrando-se índices pluviométricos em torno dos 800mm. Os meses com maior incidência de chuvas são registrados entre novembro e maio, com médias maiores em dezembro (126,2mm em Cascavel, município de Mucugê; 273,4mm em Lençóis). Segundo Vale *et alii*, 2007, os totais pluviométricos situam-se entre 750mm e 1000mm, mal distribuídos ao longo do ano, caracterizando acentuada sazonalidade relacionada às influências dos sistemas atmosféricos citados. As chuvas concentram-se no verão, podendo inclusive ocorrer tempestades violentas. No entanto, o mês mais chuvoso, antecede o início dessa estação. O outono é ainda esporadicamente chuvoso e do inverno até a primavera, prevalece um longo período seco. É importante registrar a ocorrência diária de nevoeiros, entre as 4hs ou 5hs e mesmo entre até 12hs, dependendo das condições atmosféricas gerais. Também são comuns chuvas orográficas, nas regiões mais altas, que freqüentemente se apresentam como garoas leves, intermitentes, conhecidas localmente por "neblina". Durante a primavera são registrados os menores índices pluviométricos, época de proliferação de incêndios florestais devastadores, que anualmente atingem alguns setores do parque.

A temperatura média na região de Lençóis é de 22,9°C, mas há uma grande variação sazonal em toda a chapada Diamantina, com médias mensais variando de 15°C até 26°C. No inverno, algumas regiões próximas à Mucugê, Igatu, Rio de Contas e Piatã registram temperaturas próximas de 0°C. As temperaturas máximas diárias ocorrem, normalmente, entorno das 13hs ou 14hs (Vale *et alii*, 2007; CPRM,1994, 2003)

Na região do PNCD existem quatro estações metereológicas ligadas ao Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) sendo duas convencionais instaladas em Lençóis, Morro do Chapéu e Caetitê e uma automática em Itaberaba. Existem outras duas estações, que não estão ligadas ao INMET, mas estão instaladas na ZA do PNCD. Uma em Cascavel, distrito do município de Ibicoara, instalado possivelmente para atender ao pólo agrícola e a outra estação encontra-se na sede do Parque Municipal de Mucugê.

2.2.4.2 - Geologia

Em linhas gerais, a chapada Diamantina é formada, basicamente, por terrenos sedimentares do proterozóico, muito erodidos, e por algumas bacias sedimentares do terciário ou quaternário. Predominam na região rochas siliciclásticas e rochas vulcânicas félsicas do proterozóico médio, que ocorrem os terrenos que contituem as áreas mais altas da região. Rochas carbonáticas do proterozóico superior são encontradas nas regiões a leste da Chapada e numa extensa área que engloba a cidade de Iraquara, formando um carste notavelmente rico em cavernas. As formações mais antigas ocorrem na região de Contendas do Sincorá, Tanhaçu e Brumado, ao sul, e Jacobina, ao norte, sendo compostas por *greenstone belts*[1] e complexos vulcano-sedimentares do proterozóico inferior ou arqueano. Finalmente, as bacias sedimentares são encontradas em áreas próximas a Bonito e Mulungu do Morro, formando coberturas detriticas do período tércio-quaternario. De igual sorte, terrenos mais recentes, do quaternário e do holoceno, são encontrados em áreas aluvionares ao longo dos rios.

2.2.4.3 - Geomorfologia e Relevo

A chapada Diamantina constitui-se em uma unidade de relevo própria, sendo o prolongamento da Cadeia do Espinhaço, que se inicia em Minas Gerais e penetra a Bahia na região de Guamambi, com o nome de Serra Geral. Esta última unidade de relevo é separada da chapada Diamantina pelo vale do rio Paramirim, afluente da margem direita do rio São Francisco.

[1] Significa, literalmente, cinturões de rochas verdes. É um termo utilizado na geologia para descrever associações de rochas de origem metamórficas (provindas de modificações em outros tipos de rochas) que, por sua vez, são oriundas de rochas vulcânicas e sedimentares, com idades que remontam a era Pré-Cambriana, mais especificamente do período Arqueano (3,8 – 2,5 bilhões de anos atrás). São encontrados em terrenos estáveis da crosta, que não sofreram mudanças significativas, pelo menos, 500 milhões de anos (crátons). São importantes economicamente por apresentarem depósitos de minerais e grande quantidade, especialmente de ouro, além de prata, chumbo, cobre, níquel, cromo e zinco. Na Bahia, destaca-se o Greenstone Belt do rio Itapicuru.

A chapada Diamantina é caracterizada por ser uma área elevada em relação às áreas que a circundam, com altitudes acima de 500m. Diversas partes desta região estão situadas a mais de 1000m. Ao leste e ao oeste ocorrem escarpas que se constituem em verdadeiras cadeiras montanhosas, compondo anticlinais aplanados e esvaziados. Destaca-se a serra do Sincorá, onde está situado o PNCD, e que ocupa a vertente oriental da Chapada. As formações situadas a oeste não são contínuas, mas formam uma seqüência complexa de cadeias montanhosas que se sucedem até a região de Sento Sé, próximo à barragem de Sobradinho, no rio São Francisco. As montanhas são interrompidas por numerosos vales profundos por onde escoam os rios que nascem na região, formando pedimentos funcionais retocados pela drenagem. Mais ao norte, as áreas de carste formam planaltos cársticos com relevo predominantemente plano. Ao sul e na porção central da chapada, ocorre um planalto, com aproximadamente 1000m de altitude, o Pediplano Cimeiro da chapada Diamantina, com relevo plano a suavemente ondulado, que forma os "gerais", com destaque para a região entre Ibicoara, Barra da Estiva, Mucugê, Palmeiras, Boninal, Piatã e Rio de Contas.

2.2.4.4 - Hidrografia

A chapada Diamantina, pelas características referidas acima, apresenta um grande número de nascentes, que contribuem para formar os rios de Contas e Paraguaçu, cujas bacias estão inseridas integralmente no Estado da Bahia, além de formarem as bacias dos Rios Paramirim, Salitre e Jacaré, tributários da margem direita do Rio São Francisco. O PNCD está integralmente inserido na Bacia do Paraguaçu, apresentando um número considerável de microbacias em seus limites.

A bacia do Paraguaçu abrange aproximadamente 55.300km². O rio Paraguaçu corre predominantemente no sentido oeste - leste por uma extensão de 550km. Suas nascentes estão localizadas no município de Barra da Estiva, na serra do Sincorá, nas coordenadas UTM 24L 0241731 e 8496919, a cerca de 1200m de altitude. Sua foz situa-se na baia de Iguape, a qual está ligada a parte oeste da baia de Todos os Santos. Esta bacia hidrográfica é dividida em Alto, Médio e Baixo Paraguaçu. O Alto Paraguaçu, com cerca de 12.860km², estende-se por 22 municípios, dos quais cinco abrangendo o PNCD (Mucugê, Ibicoara, Andaraí, Palmeiras e Lençóis). Os principais afluentes do rio Paraguaçu, neste trecho, são o rio Santo Antonio, o rio Utinga e o rio Preto. O médio e o baixo Paraguaçu ocupam 42.457km², abrangendo 55 municípios, dos quais apenas Itaetê tem parte de seu território englobado pelo Parque. Na região próxima ao PNCD, o principal afluente deste trecho da bacia do Paraguaçu é o rio de Una.

Os principais usos d'água do rio Paraguaçu e seus afluentes são o abastecimento público, a dessedentação de animais, a recreação de contato primário – em especial na chapada Diamantina e no seu estuário, a pesca, a agricultura irrigada – em especial na região localizada entre os municípios de Mucugê e Ibicoara e a exploração mineral. O rio Paraguaçu e seus afluentes têm diversos barramentos ao longo de seus cursos, incluindo a barragem do Apertado, em Mucugê, e a barragem de Bandeira de Melo, em Itaetê. Além disto, o rio recebe os insumos agrícolas nas áreas onde há irrigação e os esgotos domésticos da maioria das cidades. (SRH, 2004; Rocha *et alii*, 2005; Macedo *et alii*, 2003).

2.2.4.5 - Solos

Os solos encontrados na região são influenciados pela geomorfologia local. Uma amostra disto são as extensas áreas cobertas por neossolos litólicos distróficos ou eutróficos, que dominam as regiões montanhosas. O pediplano central é recoberto, principalmente, por latossolos. Ao norte, próximo a Jacobina e Morro do Chapéu, predominam cambissolos. Finalmente, há pequenas áreas ao sul a ao leste onde predominam argissolos. É importante notar que esta descrição geral não leva em conta as variações locais na pedologia, que muitas vezes são dramáticas em espaços muito curtos. Uma análise mais detalhada é apresentada no Encarte 3, que discute o PNCD com maior profundidade.

2.2.5 - Arqueologia

A arqueologia da chapada Diamantina foi objeto de estudos específicos contratados para a elaboração deste PM, pela Transmissora Sudeste Nordeste (TSN), como medida compensatória

devida ao IBAMA. A TSN contratou a empresa MRS Estudos Ambientais, que por sua vez contratou os consultores cujos relatórios são a base destes itens. São apresentados, a seguir, os resultados relativos às áreas situadas na ZA e na área circundante do PNCD. Desta forma, os temas de arqueologia estão baseados nos estudos de Silva (2007).

No que se refere ao patrimônio cultural material (patrimônios arqueológicos pré-históricos e históricos) na área do PNCD e em sua ZA, as fontes consultadas (bibliografia, pesquisadores, IPHAN) e instituições (universidades, centros e Institutos de pesquisas e museus) mencionam sobre algumas pesquisas desenvolvidas no entorno do Parque, como na localidade de morro do Chapéu, barra dos Negros, APA de Marimbus/Iraquara, entre outras localizadas na parte sudoeste e sudeste do Parque. Entretanto, a vistoria de campo realizada, identificou inúmeros sítios arqueológicos entre pré-históricos e históricos. Esta informação atesta para esta área alto potencial cultural, já comprovado para algumas áreas já pesquisadas. Quanto aos sítios pré-históricos, estes se caracterizam pela diversidade nas manifestações rupestres, com pinturas de colorações vermelho, amarelo (ocre), preto, branco e com temáticas bastante variadas, entre figuras zoomorfas, antropomorfas, geométricas, fitomorfas e abstratas de diferentes tamanhos (Silva, 2007). Um dos trabalhos pioneiros a analisar estes aspectos, na Bahia, foram os estudos de Calderón (1983). Ressalta-se que nenhum destes apresentava-se cadastrado ou conhecido pelos pesquisadores que desenvolvem pesquisas arqueológicas para a elaboração deste PM. No que se refere à arqueologia histórica, não há um registro de pesquisas para a região do Parque. Recentemente, pesquisas de resgate arqueológico são realizadas nos centros históricos de Igatu e em Mucugê, investigações essas ainda em andamento (Marjorie C. Nolasco da UEFS, com. pess, 2007).

2.2.5.1 - Sítios Pré-Históricos

2.2.5.1.1 - Contexto Pré-histórico

Para a região mais próxima do entorno do PNCD as pesquisas arqueológicas tiveram início somente em 1982, na “depressão sanfranciscana, no noroeste do estado da Bahia, à margem direita do médio São Francisco”, com o Projeto Central, nos municípios de Central, Irecê e Xique-Xique, sob a coordenação da arqueóloga Maria da Conceição Beltrão. Este projeto, em sua primeira fase, mapeou os sítios arqueológicos pré-históricos e históricos destes municípios e realizou escavações arqueológicas em áreas abrigadas (abrigo da Toca da Esperança), proporcionando as primeiras informações sobre as ocupações humanas nesta região e “coleções de materiais líticos, cerâmicos, ósseos e malacológico, além de numerosos registros de manifestações rupestres”, que remontam ao período de 2.000 e 6.500 anos A.P. Ao longo de execução deste projeto foram cadastrados 52 sítios arqueológicos, conforme CNSA/IPHAN.

Na década de 1990, as primeiras pesquisas arqueológicas tiveram início no município de Morro do Chapéu, que apresenta um rico patrimônio arqueológico pré-histórico com inúmeros sítios com manifestações rupestres e a céu aberto, associado a grupos de agricultores-ceramistas, como o sítio identificado por Cardoso (2006, apud Silva, 2007) na localidade de Barra dos Negros (Figura 2).

Posteriormente, com a criação da APA Estadual Marimbus/Iraquara, em 1993, começaram a se desenvolver pesquisas arqueológicas a região da Chapada Diamantina mais próxima ao PNCD. Foram identificados sítios arqueológicos em áreas abrigadas com manifestações rupestres. Na região de Ipupiara, a noroeste da área do Parque, por meio de uma ação de Prefeitura Municipal e da Delegacia Civil de Ipupiara, foram identificados, pelo menos, quatro novos sítios arqueológicos, inclusive com petroglifos (Figura 3).

a - Tradições Rupestres

O primeiro registro bibliográfico de arte rupestre na região nordeste data de 1598, tratam das gravuras encontradas pelo capitão-mor da Paraíba, Feliciano Coelho de Carvalho, no rio Arasoagipe (Município de Araçaí). Essas gravuras foram descritas em “Diálogos das Grandezas do Brasil” como: “uma cruz, caveiras de defunto e desenhos de rosas e molduras”.

Figura 2: Cerâmica Identificada na Localidade de Barra dos Negros, Município de Morro do Chapéu, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil, e Associada a Grupos de Agricultores-ceramistas. Fonte: Cardoso (2006).

Figura 3: Manifestação Rupestre (petroglifos) Identificada no Município de Ipupiara, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: Cardoso (1998).

Posteriormente, surgem outros registros, como Elias Herchman, em 1641, que relata ter observado inscrições rupestres em rochedos na então Capitania da Paraíba, porém, não mencionando exatamente a localidade. A partir do final do século XVIII, as pinturas e gravuras rupestres do Nordeste foram visitadas, copiadas, comentadas, fotografadas, publicadas e feitas algumas tentativas de interpretação, porém, sem a devida sistematização metodológica e classificação, até mesmo porque é neste período que começam a surgir os primeiros "especialistas" em arte rupestre.

Geralmente, quando se fala em arte, vêm à mente imagens de objetos belos, de contemplação, místicos e com valores artístico e/ou utilitário. Entretanto, dentro da perspectiva arqueológica, este termo tem de ser visto de maneira mais ampla, uma vez que o arqueólogo tem de buscar entender o significado das manifestações não deixando de considerar o conhecimento e a finalidade da mesma. Caso essa perspectiva não seja observada, torna-se quase que impossível ao arqueólogo tentar compreender o significado da arte pariental dos e nos sítios arqueológicos rupestres. Em arqueologia, o termo arte não privilegia a análise estética, mas busca o significado da mesma.

O termo rupestre vem do latim rupes-is (rochedo) e, portanto, quando se une os dois termos, arte rupestre, significa tratar de todos os tipos de manifestações culturais deixadas pelo homem em um substrato rochoso, em outras palavras, "todas as inscrições (pinturas ou gravuras), deixadas pelo

homem em suportes fixos de pedra (paredes de abrigos, grutas, matacões), e podem ser classificadas basicamente em "grafismos, pinturas rupestres, petroglifos e geoglifos".

A arte rupestre é uma manifestação cultural detentora de informações, passíveis de serem recuperadas, uma vez que possuem implícito um sentido, objetivo e organização na execução dos eventos. É por este motivo que, no estudo da arte rupestre, existe a fase de descrição e interpretação, que deve ser a última fase da pesquisa.

Apesar de a fase interpretativa ser de suma importância para a compreensão do registro rupestre dentro do contexto cultural do sítio, esta fase ainda é pouco utilizada na pesquisa arqueológica. A fase descritiva estar presente na maior parte das pesquisas, principalmente porque o termo tradição é bem aceito para as macro-regiões de registros rupestres no Brasil, apesar de ocorrer discordância entre alguns autores sobre sua definição.

Na região nordeste, o termo tradição foi utilizado primeiramente por Calderon, nos sítios estudados na Bahia em 1970, para definir "o conjunto de características que se repetem em diferentes sítios associados de maneira similar, atribuindo cada uma delas ao complexo cultural de grupos étnicos diferentes, que as transmitiam e difundiam gradualmente, modificadas através do tempo e do espaço".

Posteriormente, alguns autores consideraram os tipos de figuras presentes nos painéis, as proporções relativas que existem entre esse tipos e as relações que se estabelecem entre os diversos grafismos que compõem o painel. Ou seja, a "tradição ordena os registros gráficos por grupos que representam identidades culturais de caráter geral". Outros pesquisadores definem tradição como sendo a categoria mais abrangente entre as unidades rupestres descritivas, implicando certa permanência de traços distintivos, geralmente temáticos.

O conceito de tradição compreende a "representação visual de todo um universo simbólico primitivo que pode ter sido transmitido durante milênios sem que, necessariamente, as pinturas de uma tradição podem não pertencer aos mesmos grupos étnicos, além do que podem estar separadas por cronologias muito distantes".

A partir das pesquisas desenvolvidas na década de 1970 no sudeste do Piauí, surge a iniciativa em sistematizar as informações, tendo em vista a existência de dois grandes horizontes culturais de pinturas rupestres identificados naquela região: tradição Nordeste e tradição Agreste, porém existem outras, com a tradição São Francisco e Planalto.

b - Tradição Nordeste

Definida na década de 1970, por Guidon, Maranca, Pessis, Monzon, Ogel-Ross e Arnaud a partir das pesquisas realizadas a sudeste do Estado do Piauí, e pode estar associada à arte figurativa de grupos de caçadores.

Distribui-se além do sudeste do Estado do Piauí, no Rio Grande do Norte (região do Seridó); na chapada Diamantina (região do Município de Central), no Estado de Sergipe (área de Xingó) no Estado da Paraíba, em Pernambuco e com algumas alterações no Ceará (alto Vale do São Francisco), Mato Grosso (serra dos Coroados) e Norte de Minas Gerais (Vale do Peruaçu).

Caracteriza-se pelo equilíbrio na presença de cenas com antropomorfos pequenos e zoomorfos, na variedade de temas, na riqueza de enfeites e atributos que acompanham as figuras antropomorfas, indicando diversas hierarquias e provavelmente tribos. Podem ocorrer também cenas de antropomorfos ao redor de árvores.

Especificamente, para a região da chapada Diamantina e no município de Central, a tradição Nordeste apresenta-se nas serras fronteiriças da depressão sanfranciscana, havendo maior ocorrência da temática zoomorfos, além da presença de antropomorfos com os braços levantados e cenas de caça. Este detalhe caracteriza a subtradição Central 13, identificada por Calderón e Beltrão em abrigos rochosos nos municípios de Lençóis e Morro do Chapéu.

Predomina nesta tradição a coloração vermelha, mas é comum a utilização de outras cores como a branca, a amarela, a preta e a cinza. Cronologicamente, as primeiras representações desta tradição foram datadas em 12.000 a.p. (antes do presente) no sudeste do Estado do Piauí, sendo que em 6.000 a.p. esta tradição acaba nessa região e aparecem manifestações rupestres filiadas a outras tradições, indicadoras de outros grupos étnicos e com características culturais diferentes.

Especificamente, para a região da chapada Diamantina e do município de Central, a tradição Nordeste apresenta-se nas serras fronteiriças da depressão sanfranciscana, havendo maior ocorrência da temática zoomorfos, além da presença de antropomorfos com os braços levantados e cenas de caça. Este detalhe caracteriza a subtradição Central, identificada por Calderón e Beltrão em abrigos rochosos nos municípios de Lençóis e Morro do Chapéu.

c - Tradição Agreste

É considerada menos expressiva que a tradição Nordeste no que se refere à técnica e à temática, apesar de também estar associada a grupos de caçadores. A tradição Agreste recebe este nome devido a sua área de dispersão, principalmente nos sopés de serra, várzea e brejos da região agreste de Pernambuco e sul da Paraíba, mas também foi identificada em áreas sertanejas do semi-árido, no sudeste e sul do Piauí.

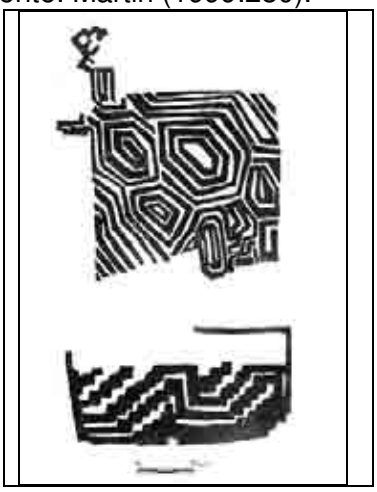
Esta tradição substitui aos poucos a tradição Nordeste sendo representada a sul do Piauí entre 6.000a.p. e 2.000a.p.. Caracteriza-se por figuras monocromas (vermelhas) de diversas tonalidades, proveniente de óxido de ferro e ocre natural. As figuras, geralmente, foram toscamente executadas, representando grandes antropomorfos ou animais pouco naturalistas isolados de difícil identificação, sem formar cenas e em algumas ocasiões apresentam desenhos puntiformes. Por vezes, essas pinturas são acompanhadas por impressões de mãos em positivo e, às vezes, pés, distribuídas em vários lugares dos painéis, mas preferencialmente na parte superior dos abrigos. Dependendo das subtradições que esta tradição rupestre possui, essas marcas podem ter sido realizadas com mãos propositadamente pintadas com um desenho e não apenas manchadas de tinta, como um carimbo (Figuras 4 e Figura 5).

Figura 4: Representações Rupestres da Tradição Agreste, Sub-tradição Cariris-Velhos. Pedra Furada, Venturosa, Estado de Pernambuco. Fonte: Martin (1999:284).

Também aparece nesta tradição os grafismos puros bem elaborados e cuidadosamente desenhados, como se houvesse a impressão de representar algo complicado e/ou labiríntico, em forma de grades, espirais e linhas sinuosas de vários tamanhos e que, aparentemente, não possuem relação entre si, e que lembram a pintura corporal de alguns grupos indígenas (Figura 6).

Figura 5: Representações de Pequenos Antropomorfos Estilizados com Provável Representação de Cena da Tradição Agreste no Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: Barberi (1995: 185).

Figura 6: Tradição Agreste, Sub-tradição Cariris-Velhos. Grafismos Puros Tipo Carimbo, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: Martin (1999:280).



Devido sua extensão geográfica e a variedade de representações rupestres identificadas nesta tradição, ela foi dividida em subtradições, sendo que a mais próxima da área da Chapada Diamantina, é a sub-tradição Sobradinho. Neste local, esta subtradição se caracteriza pela reduzida quantidade de pinturas figurativas em avançado estado de esquematização num nicho natural dentro do qual aparece uma figura humana esquematizada de grande tamanho com um pássaro no ombro, a qual Calderón denominou de tradição simbolista e que pode ser observada "em diversos pontos da Chapada, especialmente nos sopés desta, perto da estrada que vai de Irecê ao Morro do Chapéu" (Idem).

d - Tradição São Francisco

É representada principalmente ao longo do vale do São Francisco no Estado de Minas Gerais, Bahia e Sergipe, bem como nos Estados de Goiás e Mato Grosso.

Caracteriza-se pela presença de policromia, figuras geométricas simples e elaboradas, por grafismos abstratos e puros (geométricos) por vezes policrômicos na forma de carimbos e representação de zoormorfos. Também pode ocorrer a presença de grafismos geométricos sobrepostos a figuras zoormorfas e antropomorfas, havendo o predomínio da bicromia e até mesmo a tricromia, nas partes mais altas dos paredões mais vistosos. Os raros zoomorfos são caracterizados por peixes, pássaros, cobras, lagartos e talvez tartarugas. Ausência de veados e cenas, mas pode ocorrer a presença de biomorfos e sinais. No estado de Minas Gerais essa tradição é mais representativa com a ocorrência de pés humanos, armas (lanças e propulsores), instrumentos (cestas tipiti, panela marcas etc.). Possui semelhanças com a tradição geométrica e Agreste do nordeste, principalmente próximas as nascentes do São Francisco, talvez sob forte influência da tradição Planalto, a quantidade de zoormorfos aumenta, mantendo-se a bicromia com a figura chapada amarela e um contorno vermelho, conforme ilustram as Figuras 7 e 8.

Figura 7: Tradição São Francisco, Nordeste do Brasil. Fonte: Coribe/BA (Schmitz, 1984 *In:* Martin, 1999:290).

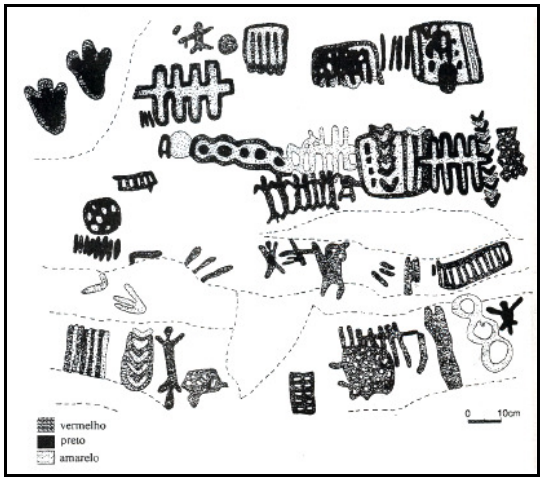
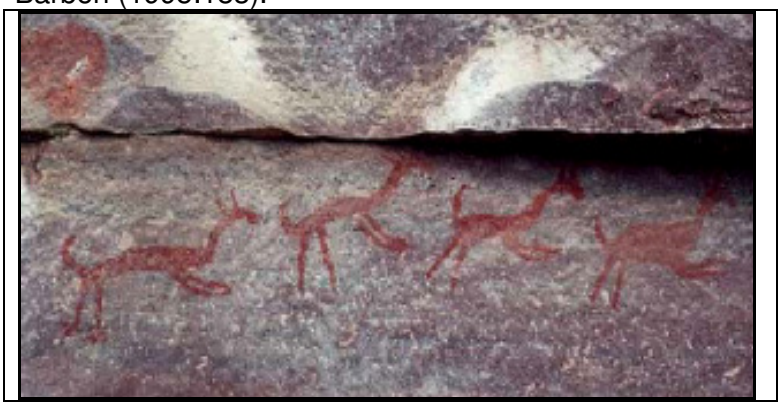


Figura 8: Representações Geométricas mais Elaboradas, como Círculos Concêntricos e Cruzes, em Policromia, Nordeste do Brasil. Fonte**:** Barberi (1995:192).

e - Tradição Planalto

Essa tradição tem seu foco principal no centro de Minas Gerais, à margem esquerda do rio São Francisco, mas suas fronteiras se estendem desde o norte do estado de São Paulo até a Bahia, alcançando o centro-sul de Goiás. A quase totalidade dos sítios só apresenta grafismos pintados, geralmente em vermelho (raramente preto, branco ou amarelo). Não se sabe exatamente quando surgiu, mas esta tradição foi extinta talvez entre 3.000 e 2.000 anos atrás na região de Minas Gerais (Figura 9).

Figura 9: Representações de Zoomorfos (cervídeos) Típicos da Tradição Planalto, Nordeste do Brasil. Fonte: Barberi (1995:183).



As figuras zoomorfas monocrômicas são as de maior destaque, porém não são raros os sinais geométricos. Aparecem também antropomorfos monocrômicos (vermelho, amarelo, branco ou preto) em pequena quantidade e esquematizados, formando conjuntos de pequenas figuras filiformes, que parecem cercar os zoormorfos. Entre os animais se destacam os quadrúpedes (cervídeos), mas também podem haver representações de peixes e/ ou pássaros. Observa-se a ausência de aves (emas), cobras e cenas explicítas. Também são mencionadas as ocorrencias de sinais geométricos como “nuvens de pontos”, bastonetes, “pentes” etc.

Em regiões fronteiras, os sítios com manifestações rupestres apresentam influências externas, como figuras bicrômicas, principalmente nas proximidades do vale do São Francisco. Na região de Goiás, a tradição Planalto possui algumas diferenças e variações, como a ausência de cenas e a presença de sobreposições de elementos.

Além das tradições descritas acima, existem outras, as quais ainda se encontram em fase de estudos mais detalhados, como por exemplo, os sítios localizados na área de Central na Bahia, onde a pesquisadora M. C. Beltrão identificou nos abrigos, manifestações rupestres com grafismos puros que parecem indicar acontecimentos celestes (temáticas astronômicas). Entretanto, as pesquisas sobre estes abrigos não foram totalmente concluídas e as informações não fornecem subsídios suficientes para a definição de uma nova tradição, Figura 10 e Figura 11.

Figura 10: Figuras Identificadas no Morro do Chapéu, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. a) Na chapada Diamantina são comuns figuras de lagartos associados a possíveis representações de corpos celestes. b) grafismos indicados por M. Beltrão como representações astronômicas. Fonte: Martin (1999:294).

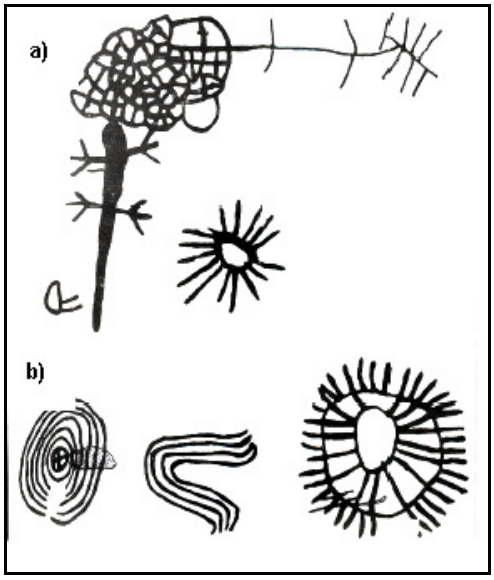


Figura 11: Representações de Figuras Geométricas. Círculo Concêntrico com Divisão Interna e Nuvens de Pontos Apresentando Policromia, Nordeste do Brasil. Fonte: Barberi (1999:191).

2.2.5.2 - Sítios Arqueológicos Pré-históricos Identificados

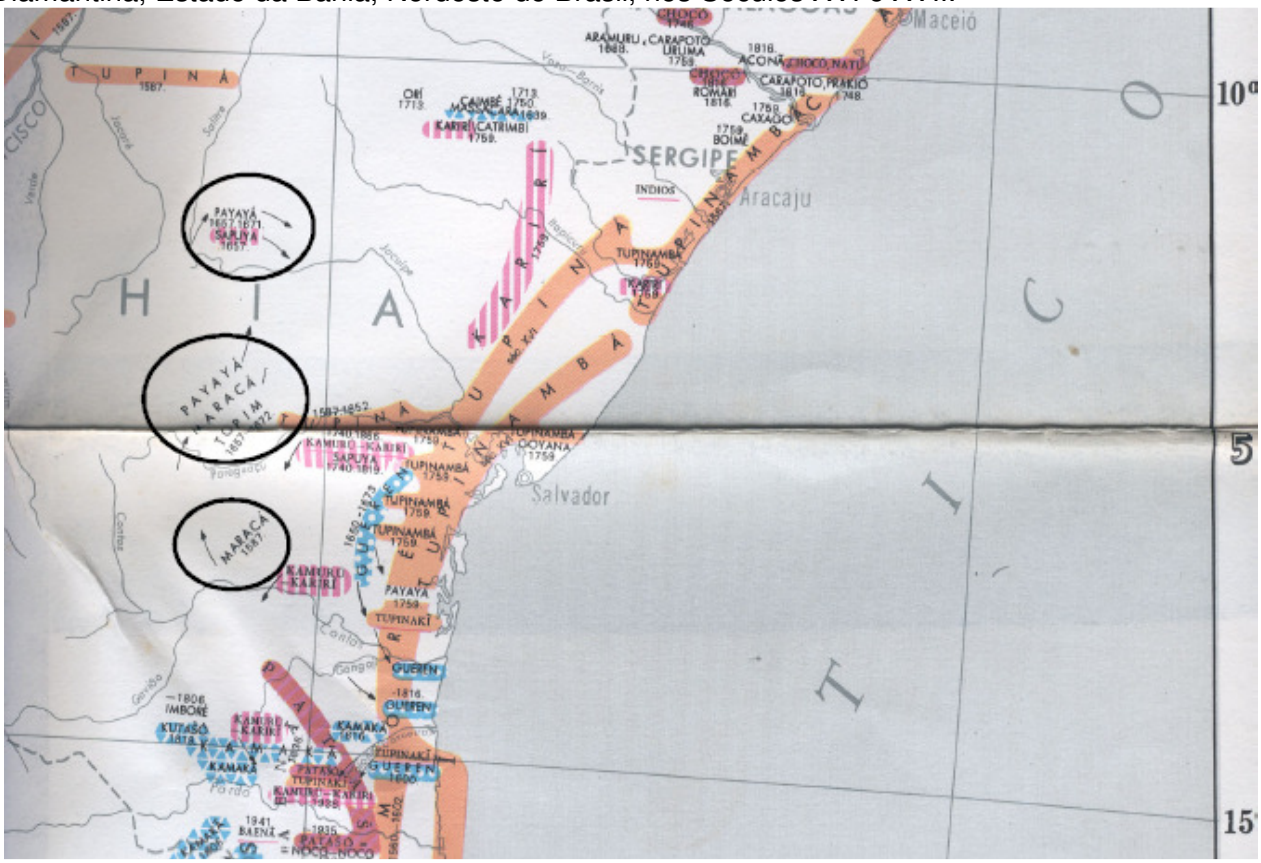
O trabalho em campo pôde identificar 15 sítios arqueológicos, além de 15 pontos prováveis que, na verdade são localidades de onde obteve-se informações sobre a ocorrência de vestígios culturais (fragmentos cerâmicos, líticos ou manifestações rupestres), porém o acesso não foi possível. São descritos a seguir os sítios ocalizados na região do PNCD. Os sitios localizados no interior da UC serão tratados no Encarte 3.

2.2.5.2.1 - Contexto Etnográfico

No que diz respeito ao contexto etnográfico da área da chapada Diamantina, a bibliografia consultada apresentou-se escassa, não sendo detectada ocupação indígena nesta área, embora haja referencias a presença de grupos provenientes da expulsão do litoral por grupos Tupi. Informação semelhante foi obtida em entrevista efetuada com Roque Laraia, que afirmou não haver comprovações, até o momento, deste acontecido.

Os registros arqueológicos identificados para a área do Parque atestam que essa região foi ocupada no passado por diferentes grupos étnicos, entretanto, as informações reportam a presença de grupos Payayá, Maracá e Topim (ao norte), de língua desconhecida, à margem esquerda do rio Paraguaçu e praticamente extintos na segunda metade do século XVII. Há, ainda, citações sobre a presença das etnias Tapuia, Botocudo e Tapuio ao sul; Coroados a oeste no vale do São Francisco e Pataxó, Camacã, Gongogi, Imboré, Mongoió e Cutoxó a leste, Figura 12.

Figura 12: Grupos Indígenas que Ocuparam o Entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil, nos Séculos XVI e XVII.



As referências encontradas sobre estes grupos, principalmente Payayá e Maracá, datam de meados dos séculos XVI; XIX e Início do XX, nas Revistas do Instituto Histórico Geográfico, em livros, em documentos da Biblioteca Nacional e em crônicas da Missão dos Padres da Companhia de Jesus, em 1910, estes últimos os "responsáveis pela aculturação" de grande parte dos indígenas que viviam principalmente no litoral nordestino. No que diz respeito ao grupo Topim, não há referências bibliográficas.

Em uma breve análise do mapa do IBGE (1981) pode-se observar que grupo Maracá, em 1587, encontrava-se na região entre os rios de Contas e Paraguaçu, e entre 1657-1672 encontrava-se à margem esquerda do rio Paraguaçu, juntamente com o grupo Payayá. Este último também apresenta-se entre as cabeceiras dos rios Salitre e Jacuípe, indicando um provável deslocamento para leste pelo rio Jacuípe. A partir deste período não há informações sobre estes grupos, acreditando-se que foram extintos.

Conforme mencionado anteriormente foram identificados 14 sítios arqueológicos, todos com manifestações rupestres. Destes, oito estão situados nos limites do PNCD e serão descritos no Encarte 3. As tradições designam um determinado conjunto caracterizado pelos tipos de manifestações representados e pela proporção relativa que esses tipos guardam entre si. "Constituem o nível mais amplo de classificação e devem apresentar uma ampla distribuição geográfica". As tradições rupestres compreendem "a representação visual de todo um universo simbólico primitivo que pode ter sido transmitido durante milênios sem que, necessariamente, as pinturas de uma tradição pertençam aos mesmos grupos étnicos, além do que poderiam estar separados por cronologias muito distantes".

Associar os sítios arqueológicos (Quadro 2 e Quadro 3) identificados às tradições rupestres estabelecidas para a região nordeste demandaria estudos minuciosos, implicando em mais tempo, recursos e pessoal específico, uma vez que foi observada intensa diversidade cultural das manifestações rupestres. Desta maneira, optou-se, por realizar o cadastramento do sítio no banco

de dados do IPHAN, o registro fotográfico, a coleta das coordenadas UTM e uma breve descrição dos sítios arqueológicos pré-históricos.

Quadro 2: Sítios Arqueológicos Confirmados na Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil, Conforme Silva (2007).

Localidade (Nome do sítio)	Município	Coordenadas UTM	Informações	Afinidades Culturais	Estado de Conservação
Serra do Capão 1	Mucugê	24L 0227402E 8586720 N	Manifestações Rupestres.	São Francisco e Agreste.	Bem preservado a parcialmente comprometido
Serra do Capão 2	Mucugê	24L 0227502E 8586820	Manifestações Rupetres.	São Francisco.	Bem preservado a parcialmente comprometido
Sitio da Liminha	Andaraí	24L 0250682E 8576772	Manifestações Rupetres.	Tradição Agreste.	Bem preservado a parcialmente comprometido
Mucugê 3	Mucugê	24L 023461E 8560952N	Manifestações Rupetres.	São Francisco e Provável_mente Nordeste.	Parcialmente comprometido
Ibicoara 2	Itaetê	24L 261902E 8560952N	Manifestações Rupetres.	São Francisco, Nordeste e Agreste.	Bem preservado.
Volta da Serra	Palmeiras	24L 021014E 8605128N	Manifestações Rupetres.	Agreste.	Bem preservado a parcialmente comprometido

Quadro 3: Prováveis Sítios Arqueológicos na Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil, Conforme Silva (2007).

Localidade (Nome do sítio)	Município	Coordenadas UTM	Informações	Estado de Conservação
Pedra do Chapéu-Rio Capivara.	Andaraí	--	Cerâmica e manifestações rupestres	Sem informações
Rio Tinguá e Santo Antônio.	Andaraí	--	--	Sem informações
Povoado do Remanso.	Povoado do Remanso/ Lençóis	24L 0246831E 8599159N	Lítico	Comprometido
Lavrinha.	Palmeiras	24L 0243223L 8597720N	Manifestações rupestres	Bem preservado
Pedra do Caboclo / Sopé da Serra.	Itaetê	24L 024138E 8588740N	Manifestações rupestres	Sem informações
Margem esquerda do rio Piaba a montante do rio Lavrinha, no alto da Serra.	Andaraí	--	Manifestações rupestres	Sem informações

a - Sítio Serra do Capão 1

Encontra-se nas coordenadas UTM 24L0227402E / 8586720N, em um pequeno afloramento com aproximadamente 3x6m, em área de cerrado no sopé da serra do Capão, povoado de Guiné. Trata-se de um sítio com manifestações rupestres de colorações vermelha, amarelo e provavelmente branco e com temáticas abstratas e geométricas. Não foi observada a presença de outros vestígios culturais em superfície neste abrigo.

Este sítio apresenta-se parcialmente comprometido devido à retirada da vegetação nativa do entorno do afloramento, acelerando o surgimento de películas de diversas colorações (processos hidro-geoquímicos), há ocorrência de casa de insetos e de camadas de fuligem sobre as pinturas, decorrente de queimadas. As queimadas também provocam nos afloramento o desprendimento (desplacamento) da rocha devido ao calor (Figura 13).

Figura 13: Presença de Processos Hidro-geoquímicos sobre as Pinturas Rupestres. Sítio Serra do Capão 1. Município de Mucugê, Povoado de Guiné, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil, Conforme Silva (2007). Foto: Rosiclér T. da Silva.

A partir de uma análise preliminar (visual), este sítio possui afinidades com os sítios da tradição São Francisco e possivelmente Agreste. Por este motivo este sítio deve ser objeto de estudos detalhados, além de aplicadas medidas imediatas para sua preservação, uma vez que encontra-se em área de pastagem aberta e sujeito a queimadas.

b - Sítio Serra do Capão 2

Identificado nas coordenadas UTM 24L 0227502E ; 8586720N, distante aproximadamente 100m do sítio Serra do Capão 1. Este sítio possui as mesmas características ambientais e de implantação do sítio anterior, sendo observada apenas a presença de manifestações rupestres nas colorações vermelha e amarela, em temáticas abstratas e geométricas nas paredes do abrigo. Estas, por sua vez, apresentam-se parcialmente comprometidas pela formação de liquens (Figura 14), casa de insetos e desprendimento da rocha. Pelas características culturais apresentadas, acredita-se que este sítio possui afinidades com a tradição São Francisco e, por isso, deverá ser objeto de pesquisas intensivas e de medidas conservacionistas, antes de sua abertura para visitação pública.

Figura 14: Ocorrência de Casa de Insetos e de Processo de Despreendimento da Rocha no Sítio Serra do Capão 2. Município Mucugê, Povoado de Guiné, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil, Conforme Silva (2007). Foto: Rosiclér T. da Silva.

c - Sítio Arqueológico da Liminha

Localizado nas coordenadas UTM 24L 0250682E ; 8576772N, à margem direita do rio Piaba, povoado de Igatu, município de Andaraí. Trata-se de um paredão com poucas pinturas rupestres, ver a Figura 15, na coloração vermelha, com as temáticas antropomorfa e geométrica. No mesmo afloramento rochoso, próximo as pinturas, foi observado um pequeno "rancho" de garimpeiros abandonado a pouco tempo onde, eventualmente, poderia conter vestígios de pinturas que foram mascaradas pela fuligem das fogueiras. As manifestações rupestres presentes neste pequeno abrigo, possuem afinidades com as representações da tradição Agreste.

Figura 15: Detalhe das manifestações rupestres (antropomorfo estilizado e abstrato) presentes no sítio arqueológico da Liminha. Distrito de Igatu. Município de Andaraí, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: Silva (2007).

d - Sitio Mucugê 2

Trata-se de um abrigo com algumas diferenciações em relação aos outros sítios tendo em vista sua profundidade. Localiza-se no entorno da cidade de Mucugê, coordenadas UTM 24L 0241341E ; 8561922N e, assim como o sítio Mucugê 1, apresenta-se seriamente comprometido por pichações políticas realizadas no afloramento e pelo uso inadequado por parte da comunidade, que utiliza o local para a realização de pequenos eventos como festas de aniversários ou reunião de amigos nos finais de semana. Nas paredes dos abrigos e, em alguns casos, sobre as pinturas pode-se observar a presença de cartazes (Figura 16).

Este abrigo possui aproximadamente 2x5m, estando as manifestações rupestres nas paredes. São da coloração amarela e vermelha e apresentam temática geométrica e, provavelmente, antropomorfa, a qual se apresenta bastante "borrada". Pelas pinturas observadas, acredita-se que possa haver elementos das tradições São Francisco e provavelmente Nordeste.

Figura 16: Sítio Mucugê 2, Município de Mucugê, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Uso indevido do Abrigo, com Fios de Energia Elétrica no Teto e Cartazes nas Paredes e sobre as Pinturas, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: Silva (2007).

e - Sitio Mucugê 3

Este sítio encontra-se nas proximidades da estrada de acesso à cidade de Mucugê, de onde pode ser observado (Figura 17). Localiza-se nas coordenadas UTM 24L 023461E ; 8560952N e possui aproximadamente 2x5m, onde estão distribuídas as pinturas rupestres que apresentam figuras zoomorfas, antropomorfas estilizadas, geométricas e pontos na coloração vermelha. Tais representações rupestres possuem afinidades com a tradição São Francisco, porém há elementos das tradições Nordeste e Agreste. Pelo fato do sítio encontrar-se próximo à cidade, o sítio é freqüentemente visitado pela comunidade que acaba deixando marcas sobre as pinturas.

Figura 17: Figura Zoomorfa Identificada no Sítio Mucugê 3, Município de Mucugê, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: Silva (2007).

f - Sitio Ibicoara 2

Localiza-se nas coordenadas UTM 24L 261902E ; 8560952N, município de Ibicoara, ao sul do Parque. Trata-se de um abrigo com manifestações rupestres nas colorações vermelha e amarela, com temáticas que variam de antropomorfas, provavelmente astronômicas e zoomorofas, abstratas, carimbos de pés ou patas, pontos e geométricas com elementos das tradições São Francisco, Nordeste e Agreste. Ressalta-se que muitas das pinturas se apresentam de tamanho reduzido (Figura 18 e 19).

Este sítio encontra-se pouco visitado, entretanto, já começa apresentar conseqüências da ação das chuvas, originando uma fina camada de calcita sobre o afloramento. Pela observação em

campo, constatou-se que este processo ocorre há muito tempo, tendo em vista que algumas pinturas estão sobre esta camada.

Figura 18: Pinturas Rupestres com Temática Zoomorfa, Geométrica e Carimbos de Prováveis Pés ou Patas. Município de Itaetê, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: Silva (2007).

Figura 19: Antropomorfos Estilizados e Zoomorfos Sobrepostos a uma Pequena Camada de Calcita. Município de Itaetê, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: Silva (2007).

g - Sítio Volta da Serra

Este sítio, localizado nas coordenadas aproximadas de UTM 24L 021614E ; 8605128N, foi identificado pela equipe do Parque. De acordo com as informações orais repassadas por eles, "as manifestações rupestres encontram-se em dois blocos completamente isolados na base da Serra da Passaginha, em um local onde a vegetação é de transição entre cerrado e caatinga". De maneira geral, as pinturas rupestres apresentam-se em bom estado de conservação, apesar de que em alguns locais as pinturas apresentarem-se parcialmente comprometidas em conseqüência de sua exposição às intempéries, que vem acelerando o processo de desplacamento do afloramento, formação de uma camada de calcita sobre as pinturas, além da proliferação de liquens e fungos sobre algumas pinturas. As pinturas caracterizam-se predominância da coloração vermelha (vários tons) e em menores proporções amarela e provavelmente preta. Pôde-se observar também a imensa variedade temática com zoormorfos bem representados e estilizados, antropomorfos estilizados, traços, pontos alinhados, círculos, carimbos de mãos e tridáctilos (Figura 20).

Figura 20: Figura Zoomorfa bem Elaborada na Coloração Vermelha com Provável Contorno Amarelo. Presente no sítio Volta da Serra, Município de Palmeiras, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: Silva (2007).

2.3 - Aspectos Histórico-Culturais

Os aspectos histórico-culturais da região do PNCD foram objeto de estudos específicos contratados para a elaboração deste PM. Os estudos foram elaborados pela MRS Estudos Ambientais, com recursos oriundos de medida compensatória, pago pela TSN ao IBAMA. São apresentados, a seguir, os resultados relativos às áreas situadas na ZA e na área circundante do PNCD.

2.3.1 - Ocupação da Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina

Datam do século XVI, as primeiras passagens de bandeirantes pela chapada Diamantina em busca de ouro, pedras preciosas e índios para escravização. Há referências, citadas por Silva (2007), da ocorrência de cinco bandeiras mais importantes que desbravaram o sertão da Bahia: Manuel Ramalho em 1552, mandado por Tomé de Souza em busca de ouro e esmeralda; Francisco Bruza Espinoza em 1553, fez a primeira considerável penetração; Vasco Rodrigues Caldas em 1560, alcançou a região onde hoje provavelmente estão os municípios de Itaetê e Andaraí, sendo esta a primeira penetração na região da chapada Diamantina; Gabriel Soares de Souza em 1591, capitão-mor governador do descobrimento e conquista do rio São Francisco, partiu das margens de Jaguaripe, subiu em direção ao norte até Jacobina, onde descobriu ouro e supostamente prata, daí prosseguindo pelos rios Salitre e São Francisco, em busca da nascente desse último; e Belchior Sarayva Dias Moréia, que prosseguiu as pesquisas de Gabriel Soares de Souza explorando uma larga faixa do Sertão, que se estende da serra de Itabaiana às cabeceiras do Paramirim sem penetrar na região montanhosa, mais tarde conhecida como chapada Diamantina.

A ocupação dessas terras implicava em lutas e massacres contra os indígenas, pois estes defendiam seus territórios. Os bandeirantes recebiam sesmarias pelas terras indígenas conquistadas. As terras da cabeceira do rio Paraguaçu e a serra do Sincorá foram ocupadas pelo colonizador por meio do massacre aos índios Maracás.

Na segunda metade do século XVI, devido ao aumento de sesmarias e aldeamentos de colonos com cultivo do solo e expansão pastoril, surgiram as primeiras fazendas de gado e arraiais ao logo do curso de vários rios, como Paraguaçu e Roncador.

No século XVII, a reação à ocupação holandesa, sob forma de guerrilhas, na faixa compreendida entre os rios Real e São Francisco, preparou o caminho para colonização da região norte do Estado. O governo português doou essas terras em regime de sesmarias à Casa da Ponte dos Guedes de Brito, como ressarcimento pelos gastos nas guerras contra holandeses na Bahia e em Pernambuco. A soma da sua nova propriedade ao já vasto patrimônio fundiário possuído fez com que Guedes de Brito estendesse seus domínios do norte da chapada Diamantina ao sul de Minas Gerais, tendo o rio São Francisco como limite oeste.

Na última década do século XVII, toda a bacia do Paraguaçu estava doada a proprietários privados, inclusive a região onde hoje se localiza a cidade de Lençóis. Fechava-se, assim, um cinturão em torno da chapada Diamantina, sem, porém, desbravá-la.

2.3.1.1 - Ciclo do Ouro

É com o advento do ciclo da mineração que se efetiva o processo de colonização do interior, não apenas baiano, como brasileiro. As descobertas de ouro em Minas Gerais e na Bahia são contemporâneas. Silva (2007) faz uma descrição detalhada deste processo e lista as diversas obras onde ele foi relatado.

Especulações supõem que antes mesmo de 1701, a coroa portuguesa já sabia da existência do ouro perto de Jacobina, Estado da Bahia, ao norte da Chapada, mas o medo da cobiça espanhola, do abandono das culturas de fumo e cana e do agravamento dos problemas dos quilombos fizeram com que o governo de D. Rodrigo da Costa (1702-1705) mandasse sustar a exploração de ouro na Bahia e no Espírito Santo, numa tentativa de impedir o êxodo da população.

Na segunda década do século XVIII, o bandeirante paulista Sebastião Rapouso descobriu ouro na nascente do rio de Contas Pequeno. Novas pepitas foram descobertas rio abaixo, surgindo um assentamento humano no local da atual cidade de Livramento de Nossa Senhora. Embora proibida a mineração na região prosseguia clandestinamente.

O maior vetor de povoamento foi a liberação da exploração aurífera, por meio da Carta Régia de 5 de agosto de 1720, em Jacobina, autorizando sua transformação em vila, e posteriormente, em

Rio de Contas, que atraiu bandeirantes baianos, paulistas e mineiros, formando os primeiros núcleos urbanos do sertão baiano.

Em 1726, foram criadas casas de fundição nas, então vilas, Jacobina e Rio de Contas. Estas fundições funcionaram até 1752, quando nova provisão criou a casa de fundição de Araçuaí, Estado de Minas Gerais, mandando que ali fosse fundido o ouro de Jacobina e Rio de Contas. Em 1755, toda a fundição de ouro foi centralizada em Salvador.
As atividades então predominantes eram a pecuária e o garimpo, até que, por necessidade de subsistência das vilas formadas pela população em intenso crescimento, a policultura agrícola foi ampliada, desenvolvendo circuitos comerciais.
Ainda no século XVIII, veio o declínio da produção aurífera, quase completamente desativada no início do século XX, embora tenham ocorrido algumas descobertas tardias e de pouca importância na parte noroeste da chapada, na serra do Assuruá.

2.3.1.2 - Ciclo do Diamante

Como no caso do ciclo do ouro, Silva (2007) faz uma descrição detalhada deste processo e lista as diversas obras onde ele foi relatado.

Na Bahia, a data do descobrimento do primeiro diamante ainda gera dúvidas. Em 1729, registrou-se a descoberta de diamantes em Serro Frio (ou Distrito Diamantino), em Minas Gerais. Inicialmente, a pedra não foi empregada comercialmente. Dois anos depois, a coroa lusitana reivindicou os diamantes como de sua propriedade e proibiu temporariamente a extração fora de Serro Frio, por meio da Carta Régia datada de 16 de março de 1731, pois devido a grande produção africana, o preço do diamante no mercado internacional teve queda de 75%.

As providências tomadas pelos portugueses foram radicais, como o isolamento do distrito de Serro Frio por um anel de fiscalização, cassação da licença para a exploração do ouro, cobrança per capita nos garimpos de diamantes, legislação específica e punitiva a ser aplicada na expulsão de negros livres, homens e mulheres do distrito, entre outras. Essa pressão sobre os mineradores tornou-se um empecilho à produção de diamantes. A partir de 1º de janeiro de 1740, a coroa autorizou a exploração por contrato com empreiteiros. Devido ao alto custo, a exploração cessou em 1771. Apesar disso, a procura pela pedra preciosa continuou clandestinamente.

Há informações de que, afirma que, em 1732, o Conde de Sabugosa enviou uma carta ao governo português, participando-o da descoberta de diamantes na região da Jacobina, Estado da Bahia, em pontos distintos dos que se retirara ouro.

Contudo, segundo a tradição, os descobrimentos de 1817 feitos pelo Capitão-Mor Félix Ribeiro Novais, na serra do Gagau, são considerados os primeiros, seguidos da descoberta dos naturalistas alemães Spix e Martius, em 1820, que confirmaram o potencial diamantino da serra do Sincorá, mas que devia ser mantido em segredo devido à proibição da exploração.

Ainda no século XIX, outros terrenos como os da serra do Assuruá, morro do Chapéu, chapada Velha, serra das Aroeiras e do rio Cumbucas, também foram declarados diamantíferos.

Em 1844, foi atribuído ao garimpeiro José Pereira do Prado (Cazuza do Prado) a descoberta de diamantes no rio Mucugê. Ao passar pelo seu afluente, rio Cumbucas, ele reconheceu o cascalho diamantino pela semelhança com o qual trabalhara na chapada Velha, e resolveu averiguar a presença de diamantes. Seu afilhado, Cristiano Nunes os achou. Um de seus companheiros de viagem, Pedro Antônio da Cruz, foi responsabilizado pela venda desses diamantes em Chapada Velha. Durante a tentativa de venda, foi acusado de assassinar algum capangueiro - comprador de pedras. Para se defender, foi obrigado a revelar a descoberta feita em Mucugê e, ainda, ensinar o acesso ao local.

A partir de então, foi iniciada a exploração de diamantes em larga escala, com a migração de grande contingente populacional para as bordas dos garimpos, despovoando os antigos centros

de mineração auríferos baianos e diamantíferos mineiros, consolidando o povoamento de regiões ainda desertas da Bahia.

Entre as décadas de 1840 e 1860, mais de 50 mil pessoas emigraram de várias partes do país para esta região. Importante ressalva refere-se à migração de fazendeiros, pois traziam séquitos de escravos que passaram a trabalhar nas minas. Como os escravos eram considerados bens do dono da terra, não foram incluídos no registro populacional. Esses garimpeiros tinham as mais diversas origens sociais e estaduais, predominavam os mineiros (de Serro Frio e Diamantina, em busca de fugir do controle feito pela coroa) e baianos do Recôncavo (fazendeiros de açúcar) entre bandeirantes paulistas e das mais diversas nacionalidades.

Há relatos da existência de milhares de escravos na região, existindo pelo menos um núcleo de quilombo conhecido. Variantes antigas e específicas da cultura negra são mantidas na região, mescladas com a cultura indígena, principalmente na religião.

Entre 1842 e 1875, em função do trabalho escravo na região, foram realizadas obras quilométricas, entre elas:

- aquedutos, também conhecidos como regos ou sucalcas, que atravessam serras para conduzir e distribuir água;
- barragens, como a do rio Laranjeiras, em Igatu; brejo de César Sá, próximo à vila do Barro Branco, e o tanque do Estrela do Céu, perto de Lençóis; Mar da Espanha, em Mucugê; ou rio Baiano, em Andaraí;
- modificações de canais fluviais, como em Mar da Espanha, área de garimpo em Mucugê.
- estradas, como a observada no trecho Vale do Capão – Lençóis e a de Igatu.
- muros divisores de terras, como os localizados nos gerais do rio Preto, a caminho do Vale do Pati (Figura 21).

Figura 21: Muro de Pedras Construído por Escravos para Dividir Terras no Gerais do Rio Preto, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Foto: Luciana Adamo.

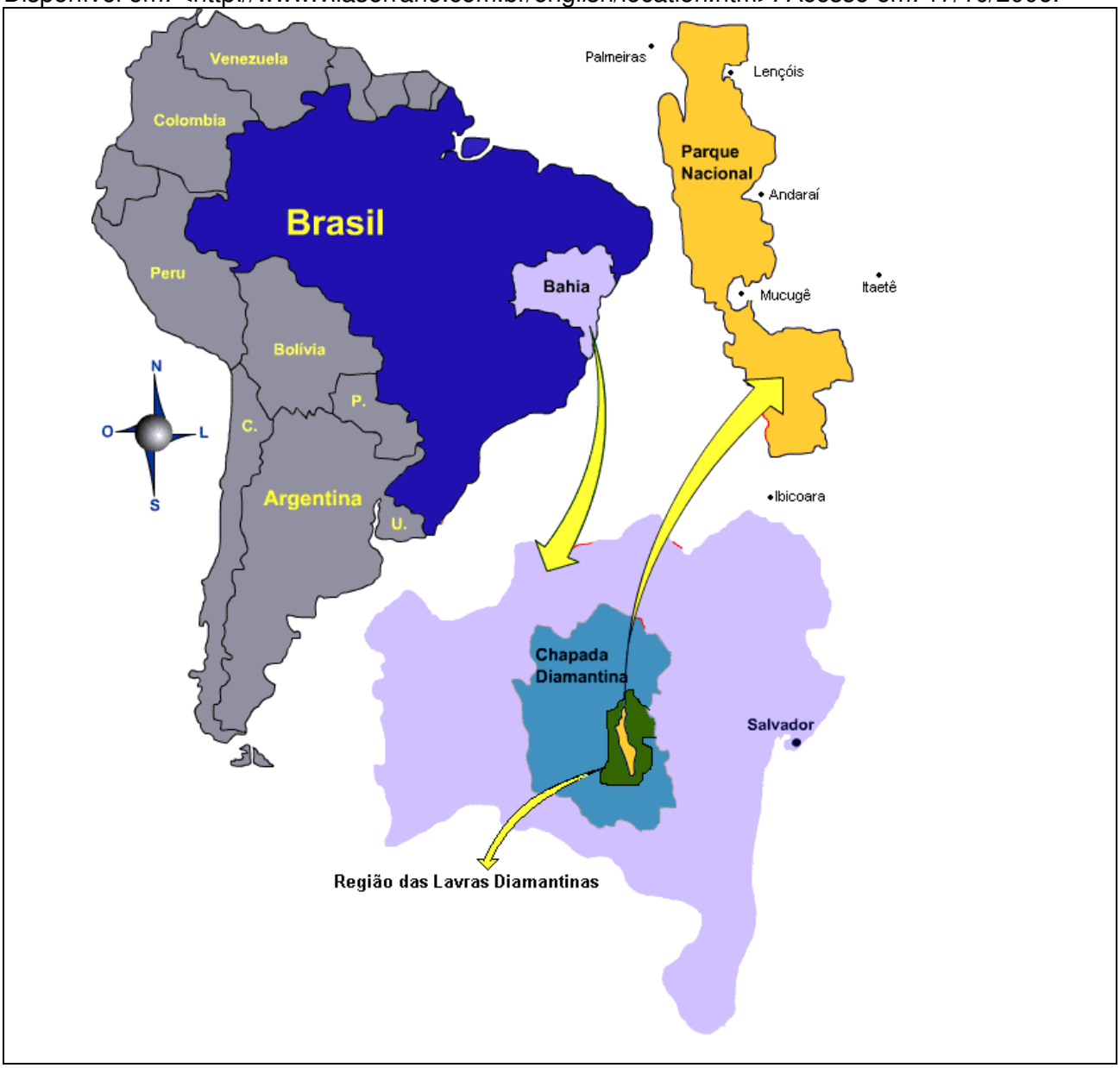
- pontes, como a que foi destruída sobre o rio Mucugezinho na trilha morro do Pai Inácio - Lençóis.

Muitos povoados desenvolveram-se, alguns com vidas efêmeras, pois nasceram e desapareceram com os garimpos. Concentravam famílias de diferentes classes sociais, aventureiros e gananciosos. A crise de moradia e a índole nômade dos garimpeiros fizeram com que grutas naturais fossem transformadas em habitação e famílias inteiras vivessem, durante anos, em barracas de pano.

Esses aglomerados humanos propiciaram basicamente a criação das quatro vilas que compuseram as Lavras Diamantinas: em 1847, a Vila de Santa Izabel do Paraguaçu (hoje Mucugê); em 1856, a Comercial Vila dos Lençóis (hoje Lençóis); 1884, a Vila de Andaraí (atual Andaraí) e, em 1890, a Vila Bela das Palmeiras (agora Palmeiras). O diamante deu origem à história das lavras da Bahia e ao nome da região central do estado – chapada Diamantina.

A região Lavras Diamantinas, expressão bastante utilizada durante o auge da exploração diamantífera na região, como mostra a Figura 22, engloba a área que hoje é o Parque Nacional da Chapada da Diamantina e ao mesmo tempo está contida na região geográfica da chapada Diamantina.

Figura 22: América do Sul, Brasil, Bahia, Região da chapada Diamantina, região das lavras Diamantinas, Parque Nacional da Chapada Diamantina e Municípios Pertencentes. Fonte: Disponível em: <http://www.vilaserrano.com.br/english/location.htm>. Acesso em: 17/10/2006.



A importância das lavras cresce de tal forma que o governo Provincial estuda a possibilidade de transferir a capital para aquela região. O governo francês chega a abrir um vice-consulado em Lençóis, o qual é considerado por alguns apenas como um entreposto comercial.

2.3.2 - Descrição de Algumas Ocupações da Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina

A região da UC abrange os seis municipios que têm area no PNCD (Andaraí, Ibicoara, Itaete, Lençóis, Mucugê e Palmeiras) e mais três (Nova Redenção, Boninal e Seabra) que têm pequenas porções de seus territórios inseridos na ZA. A seguir, são apresentados dados históricos das seis primeiras cidades citadas. Os textos estão baseados em Castro *et alii.* (2007a), onde é apresentada uma revisão detalhada da bibliografia disponível sobre o tema.

2.3.2.1 - Andaraí

Localizada ao lado do rio Paraguaçu, Andaraí foi fundada em 1845 pelo Capitão Joaquim de Figueiredo, vindo de Minas Gerais com toda família e empregados em busca das riquezas recém-descobertas na região. Localizada às margens da estrada que liga Lençóis e Mucugê, o nome da cidade significa "rio dos morcegos" em tupi, a língua dos primeiros habitantes do local, os índios Cariri (Figura 23).

Figura 23: À Esquerda, Escultura em Homenagem aos Garimpeiros. À Direita: Feira ao Ar Livre, no Centro da Cidade de Andaraí, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fotos: V. M. de Castro.

2.3.2.2 - Igatu

Igatu (do tupi guarani "águas boas"), antiga Xique-Xique está localizada a 12 km de Andaraí. Próximo ao rio Piabas, afluente do rio Paraguaçu, outrora muito diamantífero. Foi ponto de parada durante as viagens entre Andaraí e Mucugê. Por não haver barro suficiente para construção das casas, os garimpeiros utilizaram o único material abundante na região, construindo, então, suas casas de pedras. Essas construções, apesar de muitas estarem em ruínas, são característica marcante do local, que é hoje um dos dois distritos de Andaraí, chamado apenas de Igatu. Já no século XVIII possuía escolas, esgoto, água encanada, luz elétrica gerada por turbina hidráulica e cabo telefônico. Com sua decadência, esses serviços desapareceram (Figura 24).

Figura 24: Ruínas de Casas de Pedra, à Esquerda. Casa de Pedra Habitada, à Direita, no Distrito de Igatu, Município de Andaraí, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fotos: V. M. de Castro.

2.3.2.3 - Itaetê

Dessa região nasceu também o município de Itaetê (do dialeto indígena "pedra duríssima"), antes distrito de Andaraí. O prolongamento da linha férrea que ligava o anterior povoado de Bandeira de

Melo à cidade de Cachoeira, fazendo desse um terminal ferroviário, motivou o desenvolvimento desse povoado, mais tarde tornando-se o município de Itaetê.

2.3.2.4 - Ibicoara

O antigo povoado de São Bento foi outro ponto de parada dos tropeiros e viajantes que transitavam para as minas de Mucugê e Andaraí, para vender mercadorias. Com seus animais de carga, pousavam nessas redondezas para descansar e seguir viagem. Diferente da maioria dos povoados que se desenvolveram inicialmente por meio do garimpo, o município conhecido desde 1941 por Ibicoara (vocábulo indígena que pode significar "barro branco" ou "cova na terra"), se desenvolveu em função da criação de gado e da cultura do café.

2.3.2.5 - Lençóis

Em 1845, devido à intensa procura por diamantes, leitos de rios, córregos ou brejos da região circunvizinha de Lençóis foram escavados. Próximo a Lençóis foram encontrados diamantes tão bons quanto de Mucugê. A ocupação dessa região também foi rápida e intensa, logo surgiu o povoado de Lençóis, que ficou conhecido como a "capital das lavras", pertencente a Santa Izabel do Paraguaçu.

Existem duas versões da origem do nome da região de Lençóis. A primeira consta que o nome da cidade de Lençóis vem dos lajeados por onde o rio Lençóis passa espumando, serra abaixo, como se fora um lindo lençol todo bordado, todo rendado feito pelas mãos de fadas. A segunda e mais conhecida versão diz que os garimpeiros armavam suas barracas de toldo, semelhantes a lençóis estendidos, às margens dos rios mais ricos em diamantes. Quem chegasse por cima da serra do Sincorá avistava os tetos das barracas estendidas lá em baixo, como se fora uma cidade de lençóis.

2.3.2.6 - Mucugê

Suas terras integravam primitivamente a grande propriedade do Sargento-Mor Francisco José da Rocha Medrado, que ali desenvolveu a criação de gado.

Nas primeiras décadas do século XIX, a descoberta de diamantes no leito do rio Mucugê criou o povoado de Mucugê da chapada Diamantina. A sede, criada freguesia com a invocação de São João do Paraguaçu, por Lei Provincial de 17/05/1847, foi elevada a condição de cidade através do Ato Estadual de 02/10/1890, com a denominação de São João do Paraguaçu, topônimo alterado por Lei Estadual de 23/08/1917, para Mucugê.

2.3.2.7- Palmeiras

Em 1864, foram descobertos diamantes na fazenda das Palmeiras, o que a transformou em um próspero povoado. Assim, em 1891 após desmembrar-se de Lençóis, recebeu o nome de Vila Bela das Palmeiras. Palmeiras se tornou, a partir desse momento, um centro que atraía famílias tradicionais de Minas Gerais, de outros locais da Bahia, franceses, como é o caso da família Cathalat, e descendentes de portugueses das famílias Menezes e Pina. Até meados do século XIX, os donos de terras e escravos, a exemplo dos milionários Benedito Chagas e Major Cândido José da Silva Leão, exerciam imenso poder da região, sobre tudo e todos, de modo que nada era feito sem os seus consentimentos. Em 13 de dezembro de 1930, a Vila chega à condição de cidade, tendo nome simplificado para Palmeiras.

Além das descobertas de diamantes nessa região, sua ocupação foi definida por diferentes fatores, tais como a fertilidade do seu solo vermelho e a ocorrência de água nos vales e cavernas. A descoberta de um poço com água abundante no leito do riacho Água de Rega, por um tropeiro chamado Manoel Félix, fez surgir povoados caracterizados pela responsabilidade do abastecimento alimentício de parte da região.

2.3.3 - Surgimento de Alternativas Econômicas no Fim do Ciclo do Diamante

Após 25 anos, duração aproximada da fase áurea do ciclo do diamante começa um processo de desmoronamento da economia e de decadência das cidades. Os primeiros sinais da decadência

do garimpo na Chapada manifestaram-se entre os anos de 1859 e 1862, quando aconteceu um declínio populacional devido à seca na região, acompanhada por epidemias de cólera e varíola.

Após a seca, veio a Guerra do Paraguai, na qual participaram os chamados batalhões patrióticos, oriundos da Chapada. Finalizada a Guerra do Paraguai e a Guerra Franco-Prussiana, que contribuíram com a queda dos preços dos diamantes, em 1871 e 1872 foram descobertas a mina de Cabo, na África do Sul, e a mina de Salobro, no Estado da Bahia. Essa seqüência de eventos trouxe o declínio do garimpo e a primeira grande emigração da Chapada, devido à baixa dos preços do diamante. Parte migrou para São Paulo e parte para Mato Grosso. Entre os que não migraram, grande parte deixou o garimpo, passando a se dedicar às plantações de café, frutas e cereais.

A decadência econômica da região não foi mais grave devido ao repentino valor atribuído ao carbonado, que era comprado pelos europeus por preços quase iguais ao do diamante, pois a Bahia era o único produtor mundial. O carbonado é uma rocha negra, encontrada também nas Lavras, mineral de dureza incomparável, utilizado para perfuração de rochas, na indústria, como elemento resistente para as máquinas e construções que alavancavam a Revolução Industrial, utilizado na perfuração de túneis como o Canal de Suez e na construção do metrô em Londres. O auge da mineração do carbonado foi próximo a 1920, quando na região foram registrados cerca de 60.000 habitantes.

Esse também foi o período de ouro dos Coronéis, detalhado adiante. O assassinato de um dos coronéis mais influentes da região das lavras Diamantinas, Horácio de Matos, coincide com a seca de 1932, que trouxe o impaludismo (malária) como epidemia associada, uma das mais difíceis para a região.
Em 1944, o advento das brocas de tungstênio faz o carbonado perder valor, iniciando, assim, novo declínio e uma segunda emigração mais intensa. Em 1970, a população chega a 38.474 habitantes. O maior núcleo habitado é Andaraí, variando entre 19 a 22 mil habitantes devido ao desenvolvimento da agricultura. Em Igatu ficam cerca de 300 famílias e em Lençóis, cerca de 3 mil habitantes. Mucugê, em seu núcleo urbano, fica praticamente abandonada.

Em Lençóis, teve início a atividade turística, estimulada pelo seu tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como Patrimônio Nacional. Inclusive, a solicitação do tombamento da cidade de Lençóis contou com a colaboração de Walfrido Moraes (escritor e jornalista que destaca as Lavras Diamantinas em sua principal obra) e aconteceu no Segundo Encontro de Governadores sobre a Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em outubro de 1970.

Mucugê, Andaraí e Palmeiras buscaram alternativas econômicas na agricultura de café, batata, milho e tomate, por meio da agricultura irrigada. Igatu e Mucugê iniciaram atividades de extrativismo vegetal e comércio da sempre-viva-de-mucugê *Syngonanthus mucugensis* (planta nativa da região e cobiçada como artigo de decoração porque a flor se mantém viçosa por muito tempo), que foi exportada em grandes quantidades para Europa e para o sul do Brasil, como artigo de decoração, alçando o *status* de ameaçada de extinção.

Na década de 1980, foi estimada uma reserva de 1,6 milhões de quilates de diamantes na região, apontando a necessidade da utilização de dragas para viabilização econômica e otimização do processo de extração. O garimpo mecanizado instalou-se na região, trazendo pessoas que trabalhavam com dragas de Mato Grosso, Goiás e Paraná, principalmente.

A criação do Parque, em 1985, trouxe a primeira proibição dessas atividades, tanto do extrativismo vegetal quanto do mineral, que não foi acatada pelos garimpeiros. Protestos ambientalistas reivindicavam fiscalizações acirradas, pois os rios sofriam com o assoreamento e a sujeira, e o ambiente sofria com a poluição sonora pela utilização de explosivos e as alterações ambientais decorrentes. O rio Paraguaçu estava comprometido, penalizando as cidades próximas às suas margens, com suas águas barrentas.

Em março de 1996, frente aos constantes desrespeitos dos donos de dragas, agentes dos órgãos ambientais do Estado e da União, em uma ação conjunta da Polícia Federal com o governo do Estado e o IBAMA, fecharam a atividade das dragas em operações de exploração de jazidas e garimpos de rio e de barranco. Hoje persiste um pequeno número de garimpeiros que trabalham por meio de processo manual, que reconhecem as melhoras ambientais seguidas da proibição, mas apontam a falta de opções economicamente rentáveis. Existem, ainda, indícios da utilização de pequenas dragas dentro do PNCD, segundo constatação dos funcionários do IBAMA.

Associados aos "altos e baixos" do garimpo existem períodos históricos ligados à agricultura (principalmente do café) e ao extrativismo vegetal (madeira, carvão e sempre-viva). Entretanto, são relegados como atividades secundárias, não existindo estudos que avaliem seus efeitos na região.

Atualmente a economia da região tem dois pilares, um baseado no turismo e um na agricultura. A agricultura concentra-se na monocultura irrigada da região entre Mucugê e Ibicoara, e estes dois Municípios e todos os demais da região do PNCD usufruem do turismo ligado à natureza e ao patrimônio histórico-cultural.

2.3.4 - Coronelismo

O coronelismo foi um fenomeno que marcou a história política e a cultura de diversas regiões do Brasil, sendo especialmente forte na região Nordeste do Brasil. A descrição que se segue é baseada no trabalho de Pang (1979, apud Castro *et alii.*, 2007a).

O coronelismo brasileiro tem origem no período e teve seu auge entre 1850 e 1950. O termo coronel tem significado literal, ou seja, é um posto militar originado nas milícias coloniais do fim do século XVIII, apesar de muitos acharem que o título provém da Guarda Nacional. O coronel, de modo geral, era comandante militar de uma brigada da Guarda Nacional ou de um regimento em um município. Era, freqüentemente, dono de terras (senhor de engenho ou fazendeiro de gado), o componente dominante da classe dirigente do Brasil agrário, porém, membros de outras classes sociais, tais como comerciantes, advogados, médicos, burocratas, professores, industriais e, até mesmo, padres tinham o posto de coronel da Guarda.

Entretanto, o cerne do coronelismo não tem relação com o papel dos comandantes da Guarda Nacional, mas sim com os aspectos sócio-políticos do monopólio do poder por parte das classes dominantes e auxiliares, nos regimes monárquico e republicano no Brasil. O coronelismo na região do PNCD surgiu para comandar a política local e regional e, freqüentemente, para funcionar como estado informal no sertão baiano. O amadurecimento do coronelismo como instituição unicamente brasileira teve lugar durante a Primeira República (1889-1930), as quatro décadas críticas de transição de uma fase socioeconômica para outra.

O município era o baluarte político-administrativo de um coronel. Os presidentes e governadores da época dependiam dos coronéis para garantir sua eleição.

O sucesso de um coronel como oligarca local não dependia diretamente da quantidade de terras que possuía, ao contrário do que se pode supor, dependia basicamente de sua habilidade em trocar favores sociais, políticos e econômicos por votos.

A região das Lavras Diamantinas, como ficou conhecida no centro-oeste da Bahia em virtude do descobrimento de diamantes no século XIX, foi considerada tão importante quanto a capital. A cidade de Lençóis tornou-se a capital de Lavras, e em certa época cogitou-se construir ali a nova capital da Bahia. Os planos de construção de uma estrada de ferro ligando a costa a Lençóis nunca foram executados, conseqüentemente, a comunicação entre a capital e a zona de mineração permaneceu difícil.

A família Sá dominou a política de Lençóis até 1920. Esse clã, cujo chefe era o coronel Felisberto Augusto de Sá, provinha de Minas, assim como muitas outras famílias locais. O clã Sá, de Minas, era poderoso em pelo menos três estados: Bahia, Minas e Ceará. Francisco, irmão de Felisberto,

era casado com a filha de Acióli, o patriarca político do Ceará, e no governo Artur Bernardes (1922-1926) veio a ser ministro da viação. Quando o chefe do ramo baiano do clã dos Sá morreu, em 1897, seus filhos – Aureliano, César de Andrade e dois outros – herdaram o comando de Lençóis. Lili (Aureliano) e César eram os líderes políticos, ambos foram intendentes da cidade, e César chegou a ser senador estadual.

Em Mucugê, a dinastia de Rocha Medrado (coronel Douca – que viria a ser o sogro do coronel Horácio de Matos) governou o município sem ser desafiada. Em Andaraí, o portão de entrada da área de mineração, o coronel Aureliano Brito de Gondim e seu clã dominava a política da cidade. Na Chapada Velha, outra família proveniente de Minas, os Matos, estabeleceram o controle na década de 1840. O patriarca da família Matos era o coronel Clementino. As oligarguias tradicionais anteriores a 1889 continuaram a manter o poder durante mais duas décadas.

Em 1913, o patriarca do clã Matos morreu. Em seu leito de morte, Clementino designou seu sobrinho Horácio, e não seus filhos, para sucedê-lo na liderança do clã. Horácio de Queiroz Matos nascera em 1882, filho de Quintiliano Pereira de Matos e irmão de Clementino. O jovem Horácio cresceu sem instrução escolar em Capim Duro, no distrito de Chapada Velha, o reduto do clã. Saindo de casa para se tornar comerciante, Horácio estabeleceu-se em Morro do Chapéu, onde tornou-se amigo do principal coronel, Francisco Dias Coelho, o maior comerciante de diamantes da Bahia. Por volta de 1910, Coelho obteve para Horácio o posto de tenente-coronel da Guarda Nacional, uma segura indicação de que o jovem estava sendo preparado para a futura liderança política de Morro. Porém o chamado do patriarca do clã, em seu leito de morte, levou Horácio de volta à sua terra.

Em 1914, as Lavras Diamantinas eram dominadas por um grupo de coronéis chamado grupo seabrista (era composto pelos senadores estaduais César Sá e Monselhor Hermelino Leão, e dois chefes regionais, o coronel Manoel Fabrício, de Campestre, e o coronel Militão Coelho, de Barra do Mendes). Militão estivera envolvido numa guerra de clãs com os Matos. Diante da certeza da liderança do clã, Horácio promoveu uma trégua para mostrar suas boas intenções de homem pacífico. Após a restauração da paz, uma outra briga foi iniciada. Por rixas políticas, Vítor de Matos, irmão de Horácio, foi assassinado e o coronel Manuel Fabrício foi acusado de mandante do crime. O código da família Matos prezava a honra, a lealdade e a justiça.

Horácio foi relutante em iniciar novo derramamento de sangue. Tentou buscar justiça através do governo do estado. Meses depois, sem nenhum resultado com a tentativa pacífica, resolveram partir para a força.
Após meses de luta, a guerra continuava sem perspectiva de terminar. Os grupos de Sá e Militão resolveram prestar ajuda a seu aliado Manuel Fabrício e reforço policial para socorrer o coronel Manuel Fabrício.

Em meados de 1914, o conjunto das forças estaduais e dos exércitos particulares do Partido Republicano Democrata (PRD) foi definitivamente derrotado pelo clã Matos. A cidade de Campestre (atual Seabra), onde Manuel Fabrício e seus jagunços haviam se entrincheirado, ficou cercada pelas forças de Horácio durante quarenta e dois dias. Com duas expedições da polícia fracassadas e com a intenção de Horácio de lutar até o fim, o Governador Seabra foi convencido a reconsiderar sua estratégia militar. A nova estratégia estadual foi tentar uma trégua em Lavras Diamantinas e reconhecer o *status quo* reinante. Foi nomeada uma comissão, e após várias reuniões, foram aceitas as exigências de Horácio.

O coronel Horácio de Matos, um dos nomes mais lembrados do coronelismo baiano e sem dúvida o mais lembrado da região das Lavras Diamantinas, tinha como principal atividade a de comerciante e, não, fazendeiro.

No período áureo do coronelismo baiano, em 1920, Horácio de Matos, senhor incontestado de Lavras Diamantinas, foi nomeado delegado regional de polícia, posto geralmente dado a um bacharel. O aspecto fora do comum, na nomeação de Horácio, foi o de seu amplo poder para dirigir doze municípios: Lençóis, Palmeiras, Seabra, Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas,

Paramirim, Bom Sucesso, Guarani, Wagner, Macaúbas e Piatã.

De modo geral, o promotor público e o juiz de direito das comarcas eram importantes agentes do governador. O delegado de polícia, o chefe da violência institucionalizada, era subordinado ao promotor e ao juiz. No caso de Horácio, seu título era mais baixo, mas na realidade, era ele quem escolhia juízes e promotores dos municípios que comandava. Horácio foi nomeado diretor regional do PRD, e ainda no início da década de 1920 casou-se com uma filha de Douca Medrado, o lendário chefe de Mucugê, reforçando assim a aliança política de Horácio, fazendo-o o homem mais poderoso do sertão da Bahia. O governador da Bahia concordou em ofereceu a Horácio o cargo de senador estadual.

Entre dezembro de 1924 e fevereiro de 1925, os exércitos particulares do coronel Horácio de Matos confrontaram-se com as forças do estado da Bahia, do novo governador Góis Calmon. Foi a chamada Batalha de Lençóis. O Governador tentou afastar Horácio e colocar um outro coronel (Otávio Passos) no poder, destituindo Matos dos cargos do senado estadual e da delegacia regional. A Força Pública e os homens do coronel Otávio Passos armaram um ataque a Lençóis. A cidade foi evacuada e Horácio lá se entrincheirou com seus homens. Na primeira batalha o comandante da Força Pública morreu e seus homens se dispersaram. Em fins de fevereiro de 1925, o confronto armado entre o governo de Góis Calmon e Horácio de Matos havia terminado, tendo o estado fracassado na tentativa de tirar Horácio do poder.

Em 1926, a Coluna Prestes segue para a chapada Diamantina. Neste momento o governo federal precisa de Horácio de Matos. Ele e seus jagunços, além do coronel Franklin de Albuquerque, perseguem a Coluna do coração da Bahia até a fronteira com a Bolívia.

Foi a primeira vez que os bravos homens da Chapada são convocados a servir o país, lutando contra os revoltosos (Coluna Prestes) a favor de Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República, que também foi ministro da Guerra quando no primeiro mandato de Getúlio Vargas como Presidente da República.

Horácio é recebido como herói e vira prefeito de Lençóis. Constrói, então, as primeiras escolas da região, estradas, calçamentos, rede elétrica e, para facilitar a circulação de dinheiro na região, chega a emitir papéis coloridos como moeda corrente local.

O coronel Horácio de Matos apoiou o Presidente da República Washington Luís durante a Revolução de 1930, inclusive enviando suas tropas, no entanto, suas tentativas foram vãs. Com a queda do Presidente, o trabalho prioritário dos governos revolucionários do nordeste foi o expurgo e exílio dos adeptos de Washington Luís e o desarmamento dos coronéis. O primeiro alvo de desarmamento na Bahia foi Horácio de Matos e a região das Lavras Diamantinas.

Concordando prontamente com as exigências do novo regime, Horácio fez publicar em seu jornal, *O Sertão,* um conselho aos seus seguidores no sentido de entregarem as armas e a munição. Suas ordens aos cento e vinte coronéis e subchefes eram claras: entregar as armas e não resistir. A tarefa de recolher as armas em Lavras levou pouco mais de um mês. Voltando a Salvador, Horácio foi elogiado por sua colaboração.

Cerca de duas semanas após o desarmamento, o interventor federal em Salvador ordenou a detenção de Horácio. Em fins de dezembro de 1930, os principais coronéis de Lavras e da região do São Francisco foram detidos pelo regime revolucionário. Em 1931, com os ânimos mais calmos, os coronéis da Bahia foram soltos e voltaram para suas terras, com exceção de Horácio de Matos, que recebeu ordens de permanecer em Salvador.

Em 16 de maio de 1931, o coronel Horácio de Matos foi assassinado. Morreu na rua, na cidade de Salvador, nos braços de sua filha. Após a morte de Horácio e com a economia destruída e sem liderança política, a chapada Diamantina entra em um período de estagnação e grande parte de seus moradores vai embora trabalhar na lavoura ou em outras minas e sertões. O apogeu dessa era morreu com ele. Com a revolução de 1930, iniciou-se uma nova fase política.

2.3.5 - Passagem da Coluna Prestes pela Chapada Diamantina

No século XX, um evento que marcou a história da chapada Diamantina foi a passagem da Coluna Prestes. Os eventos foram narrados em detalhe por Bandeira (2006, apud Castro *et al*., 2007a), e são transcritos a seguir.

No limiar dos anos 20, existia em uma parte da população brasileira um sentimento de necessidade de mudança, de não mais suportar os governos autoritários de Epitácio Pessoa e posteriormente Artur Bernardes, que favoreciam, sobretudo, os interesses oligárquicos.

Tanto na população civil quanto na oficialidade, a insatisfação era geral. Desta forma, o espírito revolucionário crescia cada vez mais. Conspiravam-se e preparavam-se levantes militares no sul do país. Neste contexto, os tenentes e capitães do Exército insuflavam a corporação e, com adesão dos civis, os levantes militares se tornaram mais freqüentes. Esses movimentos armados ficaram conhecidos como tenentismo.

O capitão Luiz Carlos Prestes, um jovem oficial, juntamente com o tenente Mário Portela Fagundes reuniram alguns homens e rebelaram-se na noite de 28 de outubro de 1924. Nos dias subseqüentes, outros regimentos do Exército do Rio Grande do Sul e também rebeldes paulistas incorporaram-se à rebelião, dando início, assim, à marcha revolucionária, conhecida como Coluna Prestes. A Coluna Prestes, que foi também uma resultante do tenentismo, começou em 28 de outubro de 1924, quando ainda era composta por capitães e tenentes da classe média insatisfeitos com a República Velha.

O movimento deslocou-se pelo interior do país pregando reformas políticas e sociais e combatendo o governo do então presidente Artur Bernardes e, posteriormente, de Washington Luís, exigindo voto secreto e em defesa do ensino público. Inicialmente, os rebeldes marcharam no sentido sul/centro-oeste/nordeste, depois marcharam no sentido nordeste/sul.

Fazia quase um ano que a Coluna Prestes marchava pelo interior do país, quando as forças legalistas perceberam que era impossível combatê-la nos moldes militares que vinham sendo aplicados como estratégicos e, após desentendimentos no alto comando do Exército, o Ministro da Guerra, general Setembrino de Carvalho, nomeia o general Álvaro Guilherme Mariante para comandar as operações das tropas legalistas na Bahia que, a partir de então, contavam com os Batalhões Patrióticos que eram compostos por civis, militares e jagunços de coronéis do sertão da Bahia e de Goiás.

Nesse contexto, o coronel Horácio de Matos recebeu um telegrama do então presidente Artur Bernardes solicitando-lhe empenho no combate aos rebeldes. A partir daí, Horácio de Matos convoca seus companheiros às pressas e cria o Batalhão Patriótico Lavras Diamantinas, o qual estava organizado em 14 de março de 1926, ficando sediado em Lençóis.

Ao todo, eram quatro companhias com um efetivo de 23 oficiais e 592 praças, que se subdividiram e se deslocaram para Seabra, Estiva (hoje Afrânio Peixoto, distrito de Lençóis) e Canarana.

Entrando na chapada Diamantina por Morro do Chapéu, em 23 de março de 1926, a Coluna Prestes seguiu para o sul do estado, passando ainda por Jussara, por São Gabriel, Irecê, Lapão, Ibititá, Ibipeba, Barra do Mendes, Barro Alto, Souto Soares, Iraquara, Seabra, Boninal, Piatã, Abaíra, Rio de Contas, Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio.

O pânico se espalhou por toda a região. A falta de notícias corretas e atualizadas deixava as pessoas desorientadas e, via de regra, abandonavam suas casas e escondiam-se no mato, sobretudo as que residiam na linha por onde a marcha dos revoltosos passaria. Prevaleciam os comentários sobre a Coluna Prestes de que os rebeldes incendiavam as propriedades, saqueavam e cometiam crimes contra as pessoas, o que causava ainda mais medo na população da região.

Durante a passagem por Irecê, em 24 de março de 1926, a Coluna Prestes recebeu uma visita pessoal de Horácio de Matos para um acordo. Não foi feito nenhum acordo entre Prestes e Horácio (Bandeira, 2004).

Em 18 de abril de 1926, quando a Coluna Prestes cruzou a fronteira da Bahia adentrando em Minas Gerais, uma grande tropa esperava pelos rebeldes neste estado. O plano do general Mariante era liqüidar por completo os revoltosos em Minas Gerais, porque, inclusive, marchava na retaguarda da Coluna Prestes uma tropa composta por homens do coronel Horácio de Matos, empurrando-a para a cilada. Luiz Carlos Prestes, prevendo o embate, determinou um retorno para a Bahia.

Em 1º de maio de 1926, a Coluna entra novamente na Bahia, chegando pelo extremo sul da chapada Diamantina no dia 03 de maio de 1926, entrando por Tanhaçu e seguem em direção ao norte do estado, passando por Ituaçu, Barra da Estiva, Ibicoara, Mucugê, Palmeiras, Iraquara, Souto Soares, Barro Alto, Barra do Mendes, Ibititá, Uibaí e Central.

Evidências da passagem da Coluna pela região do Parque estão no mapa elaborado por Bandeira (2004), Figura 25, que mostra o percurso feito pela Coluna e pelas Potreadas. Potreadores eram pequenos grupos de soldados se destacavam da tropa em busca não só de cavalos para a montaria e de gado para a alimentação, mas também de informações, que eram transmitidas ao comando. Esses dados constituíram elementos valiosos para a elaboração de mapas detalhados sobre cada região atravessada pelos rebeldes, permitindo que a tática da Coluna fosse traçada com precisão e profundo conhecimento do terreno (Prestes, 2006, apud Castro *et alii*., 2007a). Assim, reduziam-se os riscos de que os rebeldes acabassem pegos de surpresa pelo inimigo.

Os revoltosos saem definitivamente da chapada Diamantina no dia 18 de maio de 1926 após o vigoroso ataque dos legalistas do Batalhão Patriótico Lavras Diamantinas liderada pelo coronel Horácio de Matos. A Coluna Prestes conseguiu atravessar a Bahia, cruzou o Piauí, alcançou Goiás e finalmente chegou ao Mato Grosso em outubro de 1926.

Entre fevereiro e março de 1927, afinal, após uma penosa travessia do Pantanal, parte da Coluna chegou ao Paraguai, enquanto o restante ingressou na Bolívia. Tendo em vista as condições precárias da Coluna, os revolucionários decidiram exilar-se. Durante sua marcha de quase dois anos, haviam percorrido cerca de 25.000 quilômetros.

Em 5 de julho de 1927, os exilados inauguraram em Gaiba, na Bolívia um monumento em homenagem aos mortos da campanha da Coluna. Instadas pelos protestos do governo brasileiro, autoridades bolivianas tentaram destruir o monumento, mas foram impedidas de fazê-lo ante a atitude enérgica de Luiz Carlos Prestes.

2.3.6 - Histórico do Turismo na Região

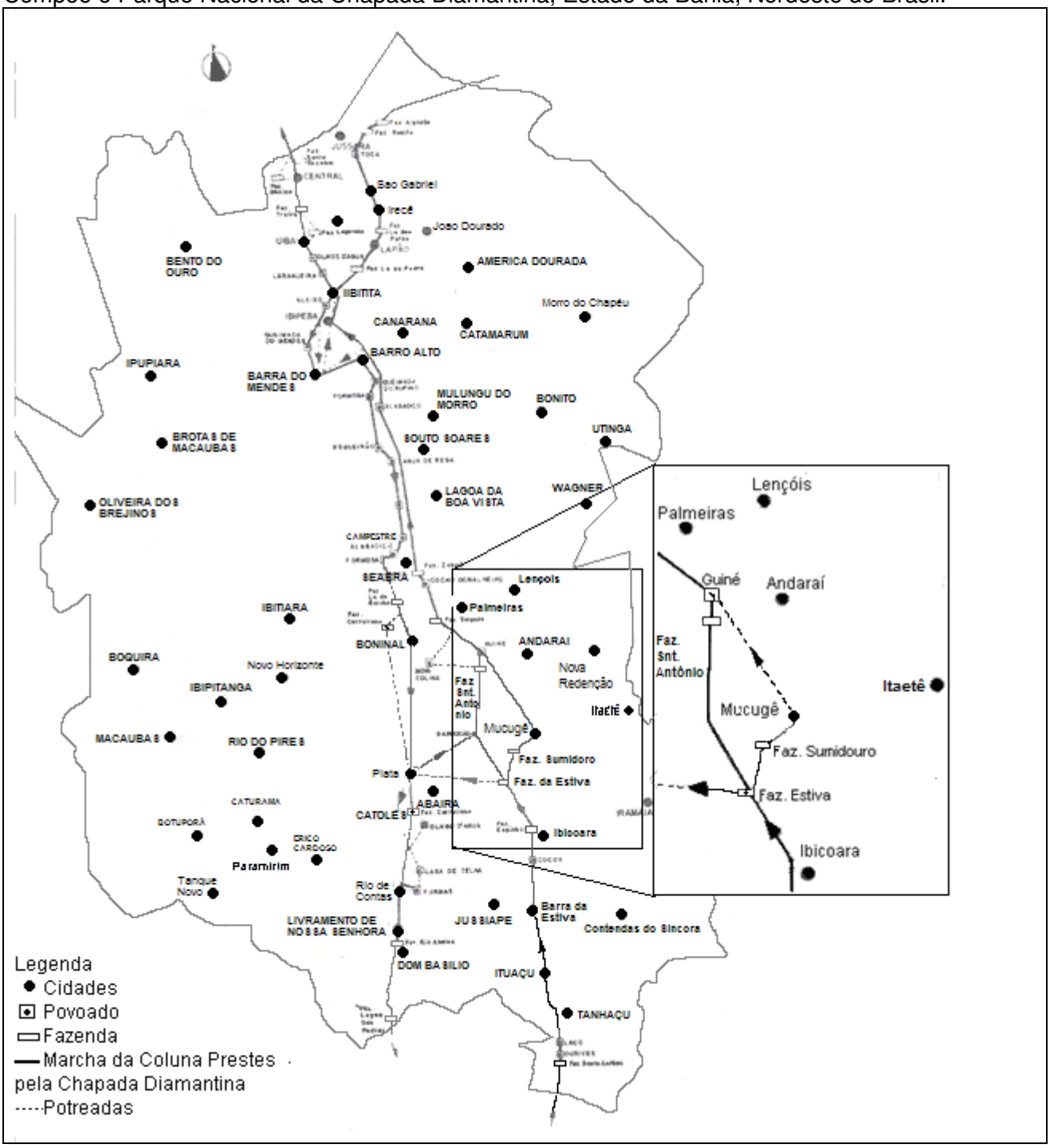
No final do século XX, a atividade de turismo começou a se firmar como atividade economica na chapada Diamantina. Brito (2005, apud Castro *et alii*., 2007a) faz uma análise detalhada da história da implantação do turismo na região e dos conflitos resultantes, que é reproduzida abaixo.

A decadência das cidades era o reflexo da queda da monoatividade do diamante. A situação de crise também levou moradores a venderem suas casas por preços baixos e com estes parcos recursos migrarem, sobretudo, para São Paulo.

A indicação do turismo como alternativa econômica à decadência da atividade mineral e à conseqüente crise vivida pelo município de Lençóis foi feita pelo prefeito Olímpio Barbosa Filho, em 1961.

A proposta do prefeito, com a Criação do Conselho Municipal de Turismo, era adiantada para a época e de difícil exeqüibilidade, uma vez que a cidade de Lençóis não possuía acesso à estrada, que é hoje a BR-242, e muito menos o apoio do governo do estado para ações de infra-estrutura, ou de parte da população local.

Figura 25: Marcha da Coluna Prestes pela Chapada Diamantina, com Destaque na Região que Compõe o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.



O prefeito Olímpio Barbosa afirmou que quando pessoas da cidade foram chamadas para compor o Conselho Municipal de Turismo, não eram raras afirmações do tipo: “Lençóis não tem praia, como vamos chamar o pessoal de fora se aqui não tem praia! ‘Chamar eles’ para ver sobrado caindo, cachoeira no mato e macaco no galho das árvores!”

Em 1973, a cidade de Lençóis é tombada pelo IPHAN, tornando-se Patrimônio Histórico. A partir de 1974, verifica-se a primeira tentativa de ação planejada do governo do Estado na região, com o objetivo de interiorizar e promover o desenvolvimento do turismo ao deslocar para a chapada Diamantina uma equipe técnica integrante do projeto “Identificação do Potencial Turístico do Estado”.

Dando continuidade ao processo de interiorização do turismo, a Empresa de Turismo da Bahia (BAHIATURSA) criou o programa Caminhos da Bahia, cujo passo inicial na chapada Diamantina foi a implantação da Pousada do Rio de Contas e da Pousada de Lençóis.

A Pousada de Lençóis, localizada em um casarão, foi inaugurada em 20 de fevereiro de 1979, com 18 apartamentos. Foi administrada pelo governo do Estado por três anos e meio.

Neste período, a cidade de Lençóis, que além da Pousada de Lençóis contava com duas pensões, atendia um fluxo composto principalmente por viajantes de Brasília e da região Centro-Oeste com destino ao litoral, que ali pernoitavam, a partir da inauguração da BR-242.

A cidade recebia também a visita de estudantes universitários, pesquisadores – com realização de trabalhos principalmente sobre geologia, fauna e flora, técnicos do governo e pessoas buscando melhor qualidade de vida.

Na segunda metade do século XX, observa-se no Brasil o surgimento de movimentos sociais ligados à defesa do meio ambiente, que resultou na criação, na década de 1980, do SOS Chapada, que desenvolvia trabalhos chamando a atenção para os problemas ambientais existentes na região.

Logo depois, em 1985, a criação do Parque, o relato dos visitantes, a veiculação do patrimônio histórico e das belezas naturais e, mais tarde, a ação do governo do estado da Bahia para dotar a região de infra-estrutura, promoveram a intensificação do turismo na chapada Diamantina.

2.3.7 - Heranças do Garimpo e Outras Influências na Cultura Local

A área do Parque Nacional da Chapada Diamantina, nos últimos 163 anos, sofreu com a colonização pelo garimpo de diamantes, promovendo completa modificação na dinâmica local. Devido à ocupação intensa e desordenada, a exploração do minério e construções de moradias foram responsáveis por acelerar processos erosivos e de assoreamento de cursos d'água. Foram formados novos e diferenciados depósitos e cicatrizes decorrentes do processo de lavra. Essas modificações atingiram a dinâmica e a relação entre a água superficial e subterrânea, afetando as nascentes do rio Paraguaçu, a distribuição e tipo de solo e, conseqüentemente, a biota local (Nolasco, 2002), Figura 26.

Figura 26: Vista de Areal no Leito do Rio Coisa Boa Causado pelo seu Assoreamento, Próximo à Cidade de Andaraí, no Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Foto: V. M. de Castro.

O garimpo foi também responsável pelo surgimento de cidades como as de Mucugê, Lençóis, Andaraí, Palmeiras, Ibicoara e Itaetê, e de trilhas, antes utilizadas para desbravar leitos de rios e riachos e que hoje são utilizadas pelos turistas por conduzirem das serras aos aluviões de rios. Em todas as áreas foram deixados registros da passagem de garimpeiros, na forma de depósitos ou cicatrizes erosivas (Nolasco, 2002).

Não foram apenas deixadas marcas geológicas e hidrológicas, mas também foram herdadas influências culturais devido à grande diversidade de etnias que ocupavam a região, adicionada à concentração de renda pela oligarquia diamantífera, composta por forasteiros enriquecidos e pela oligarquia fundiária, que também se tornou diamantífera (Neves, 1997 apud Castro *et alii*., 2007a).

2.3.8 - Arquitetura

O urbanismo de regiões mineiras de todo mundo é semelhante, tem trama irregular, ruas estreitas e enladeiradas (Figura 27). O padrão arquitetônico é mineiro: construções mais leves e coloridas, com estrutura geralmente de madeira, com vedação de pau-a-pique ou adobe.

As construções mais antigas são térreas. Os sobrados denotam influências neoclássicas e neo-góticas. Fachadas de edifícios apresentam portas e janelas tanto em arcos plenos quanto em arcos abatidos e apontados (Azevedo, 1980 apud Castro *et alii.*, 2007a). Com exceção de Lençóis, onde um rápido crescimento demográfico, aliado a escassez de terreno plano favoreceu o aparecimento de lotes estreitos e construções em altura, predomina o casario térreo, Figura 28.

Figura 27: Ruas Estreitas de Lençóis, um dos Municípios que têm Parte de sua Área Inserida no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Foto: Vanessa M. de Castro.

Figura 28: Sobrados da Cidade de Lençóis, Entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fotos: V. M. de Castro.

O *status* social das residências da oligarquia mineradora se afirma pela decoração e pelo material de revestimento, como pisos assoalhados, forro de tábuas, janelas guarnecidas de treliças, vidros ou venezianas, e fachadas emolduradas por cunhais e frisos decorados, simbolizando poder polarizado e ostentado. Casas modestas têm piso em lajotas de barro cozido ou terra batida, janelas cegas, sem forro ou decoração.

No entanto, a arquitetura característica da região é constituída por “locas” ou “tocas” e ranchos de alvenaria e pedra seca, recobertos por palha. Esses dois tipos de habitação estão entre os mais primitivos existentes no país. As locas ou tocas são grutas naturais transformadas em habitações temporárias à margem do garimpo para utilização pelos garimpeiros. Na antiga cidade de Xique-Xique de Igatu, distrito de Andaraí, hoje conhecida apenas por Igatu, essas tocas ainda hoje podem ser encontradas ocupadas. Devido ao terreno pedregoso e escassez de barro para construção das casas, estas foram construídas de fragmentos de rochas, Figura 29.

Se comparadas às igrejas de Minas Gerais e de Salvador, por exemplo, as construções religiosas da região são pobres. Grande era a preocupação da coroa quanto ao fato de padres abandonarem seus deveres e irem às zonas de mineração e contrabandearem diamantes por meio de suas Ordens. Esses padres eram expulsos das Lavras Diamantinas por meio de cartas régias. É provável que os templos lavristas tenham se inspirado em igrejas mineiras da primeira metade do século XIX.

Outro retrato da arquitetura da região é o cemitério Santa Izabel em Mucugê. Foi criado em 1855, após um surto de cólera que atingiu a região. Na época, um grande número de epidemias aumentava o índice de mortalidade dos povoados e, para evitar contaminações, foi proibido, em todo o país, que os corpos fossem enterrados nas igrejas. O cemitério é popularmente conhecido como cemitério Bizantino, em referência à arquitetura bizantina (proveniente do Império de

Bizâncio, capital do Império Turco-Otomano), porém há controvérsias se realmente a arquitetura do cemitério seria bizantina (Castro *et alii.,* 2007a).

Figura 29: Locas ou Tocas, na Foto à Esquerda. À Direita, Estrutura das Casas de Pedra, Recobertas por Palha, Construídas de Fragmentos de Rochas, no Entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fotos: Vanessa M. de Castro.

O cemitério de Igatu possui traços arquitetônicos semelhantes aos do cemitério Santa Izabel, em Mucugê. Existe um outro cemitério em Igatu, que foi destinado aos doentes de varíola, chamado cemitério de bexiguentos. Existe a lenda de que havia pessoas que eram até enterradas vivas. Outra particularidade da região é que em certas localidades de Palmeiras e Seabra não há cemitérios, assim, os túmulos ficam junto às casas de moradia.

Com um conjunto arquitetônico bem preservado com características coloniais que inclui nobres relíquias do ciclo do diamante, as cidades de Lençóis e Mucugê foram tombadas pelo IPHAN como Patrimônio Nacional, nos anos de 1973 e 1980, respectivamente. Os processos de tombamento das cidades de Palmeiras e Igatu, distrito de Andaraí, estão em andamento. Já os moradores de Andaraí foram contra o tombamento, alegando que seria um empecilho ao desenvolvimento da cidade.

O tombamento arquitetônico e o posterior funcionamento da Pousada de Lençóis, enquanto primeiros sinais da preparação da cidade de Lençóis para a chegada do turismo, contribuíram para o resgate da importância simbólica dos lampiões. Depois de terem vivido seus dias de glória como equipamentos de iluminação pública das casas das famílias mais ricas de Lençóis e tendo funcionado a querosene de 1.888 até 1.920 e a carbureto até meados da década de 1930, foram substituídos pela energia elétrica. A partir daí, passaram a ser vistos como velhos objetos que perderam a função decorativa e conferidora da distinção aos proprietários dos imóveis, tornando-se um estorvo à fachada das residências, sendo retirados e jogados no ferro velho quando os imóveis eram reformados.

Nesta condição foram doados numa campanha de arrecadação de ferro velho para a 2ª Guerra Mundial. Como os responsáveis não vieram buscá-los, três décadas depois, os lampiões readquiriram a importância como elementos do patrimônio arquitetônico da cidade, sendo reformados e reinstalados a partir do final da década de 1970, continuando a fazer parte do patrimônio histórico de Lençóis e passando a ser um dos seus símbolos.

2.3.9 - Artesanato

Desde logo após o estabelecimento dos núcleos populacionais, até o início do século XX, o artesanato era a base da economia urbana. Contudo, atualmente a produção desses objetos diminuiu devido, entre outros fatores, à escassez e conseqüente encarecimento de matérias-primas como ouro, prata, níquel, zinco, cobre e ferro. São produzidos objetos cerâmicos, tecidos de algodão, renda, bordados e crochê, utensílios de madeira, couro, arame, gramíneas, cipós, palmas, plumas e fibras (Castro *et alii.,* 2007a).

Embora não seja um lugar de tradição em artesanato, Lençóis já teve suas rendeiras de bilro e bordadeiras. Atualmente, o principal representante do artesanato da região são as garrafinhas de areia colorida e o artesanato em pedra (casinhas, chaveiros, quadros e porta-retratos).

Observa-se a importação e venda de um artesanato padrão, feitos com arames, pedras, sementes, e outros materiais muito pouco representativos do local, característico de lugares turísticos, vendidos nas lojas, em barracas e pelos *hippies* nas calçadas da praça Horácio de Matos, em Lençóis, e na praça central do Capão.

O artesanato que marca as cidades mais voltadas para o turismo, na chapada Diamantina, é o *souvenir*. Aquele produto que geralmente tem pouca ou nenhuma utilização prática e sim simbólica, e que serve para recordar o destino turístico.

2.3.10 - Religiosidade

A religiosidade dos habitantes da Chapada é peculiar. Há predominância da religião católica entre a população, em média, 75,18% dos moradores dos seis municípios que compõem o Parque (Castro *et alii.,* 2007a), fortemente expressa durante os principais festejos locais ou regionais, que têm como tema seus padroeiros e outros santos de grande devoção.

Sendo uma região de predominância de católicos, existem muitas festas religiosas. Estas festas, que em geral são homenagens aos santos, estão enumeradas. Estes festejos católicos são constituídos basicamente de novena, procissão e quermesse. A novena é um encontro para orações, realizado durante nove dias. Costumeiramente é uma tradição católica, realizada por devoção a algum santo. A procissão acontece no último dia da novena, em que há um cortejo acompanhando a imagem do santo homenageado. A quermesse é a última parte da festa, onde acontecem comemorações com música, leilões e venda de produtos para arrecadar fundos para a igreja.

Outra manifestação religiosa característica da Chapada é o jarê. É um culto de dimensões religiosas e sagradas, um sincretismo de traços rituais da umbanda e do catolicismo, impregnada pelo simbolismo negro e indígena. O jarê chegou às lavras diamantinas por intermédio dos escravos e libertos vindos do recôncavo baiano, que traziam o candomblé dos orixás com caboclos indígenas incorporados à sua cosmologia e ao seu ritual. Os que chegavam de Minas Gerais, além dos orixás, traziam elementos formadores da futura umbanda. Os que vieram do São Francisco chegaram com atitudes, pensamentos e valores do catolicismo rural.

É um culto surgido da necessidade dos garimpeiros, sempre místicos e religiosos, em desvendar os mistérios do diamante. Segundo eles, os diamantes têm dono certo e o garimpeiro nem sempre tem o merecimento de encontrar um. Para saber da sorte consultavam as velhas nagôs[2] da cidade, assim começa o jarê. (Castro *et alii*., 2007a). Os cultos são celebrados com cânticos para orixás, danças embaladas pelo toque de atabaques e tambores, sacrifício de animais, ingestão de comidas e bebidas como o caruru e o vatapá.

A principal celebração do jarê acontece no dia 27 de setembro, quando os santos gêmeos Cosme e Damião são homenageados, simultaneamente com a Igreja Católica. O nome Cosme significa “o enfeitado" e Damião, "o popular". Alguns relatos atestam que esses santos foram originários da Arábia, mas de pais cristãos. Seus nomes verdadeiros eram Acta e Passio. Eram médicos e ficaram conhecidos por suas curas extraordinárias, consideradas miraculosas. Tratavam os doentes sem nada cobrar, por isso chamados de anárgiros[3]. “Foram martirizados na Síria, porém é desconhecida a forma como morreram. Perseguidos por Diocleciano, foram trucidados e muitos fiéis transportaram seus corpos para Roma, onde foram sepultados no maior templo dedicado a eles, feito pelo Papa Félix IV (526-30 d.C.), na Basílica no Fórum de Roma com as iniciais SS - Cosme e Damião”. Seu culto já estava estabilizado no Mediterrâneo no século V. No Brasil, em 1530, a igreja de Iguaraçu, em Pernambuco, consagrou Cosme e Damião como padroeiros (Castro *et alii*., 2007).

[2] Os nagôs são descendentes da República Popular do Benin, ou seja, da região nagô da Nigéria e do Daomé, na África. Onde o orixá *Ibeji* é cultuado.

[3] Significa sem prata, sem dinheiro.

[3] Hagiografia é o estudo da biografia dos santos, beatos e servos de Deus proclamados por algumas igrejas cristãs, sobremodo o catolicismo, pela sua vida e pela prática de virtudes heróicas

No candomblé e, conseqüentemente, no jarê os santos gêmeos são associados ao *Ibeji* (ib: "nascer"; eji: "dois"), divindade dual que representa a manifestação dos gêmeos na cultura nagô e traz prosperidade e proteção. Quando nascem gêmeos em uma família dessa cultura, imediatamente após o nascimento, o pai das crianças deve consultar o babalaô (divindade da adivinhação e do destino, figura de importante papel religioso e social) para que seja prescrito o destino de seus filhos gêmeos e as obrigações que deverão ser cumpridas pelos pais. Estas obrigações normalmente são danças e pedidos de donativos.

2.3.11 - Festas

A seguir, está descrito o calendário com as principais festas da região do PNCD, que traz, por ordem cronológica, as festas periódicas que acontecem nos municípios.

06 de janeiro - Festa de Reis: Acontece em todos os municípios que formam o PNCD, como nas demais regiões do país. É uma celebração aos Três Reis Magos, que anunciaram o nascimento de Jesus. Como partes dos festejos, são feitas as visitas dos grupos de Ternos de Reis às residências das suas localidades.

O Terno de Reis é uma manifestação folclórica que, mesmo enfrentando dificuldade, está presente nos quatro municípios pesquisados. Os reiseiros são músicos que saem em visitação as residências desde o dia 25 de dezembro, até o dia 05 de janeiro, usando chapéus enfeitados com fitas de seda, flores de plástico, espelho e penas de pavão. Primeiro batem o reis na porta da casa que será visitada (Louvor dos Santos Reis aos donos da casa), depois cantam músicas alegres como chulas e batuques, tocando instrumentos como violas, pandeiros, caixas, cuícas, ganzás, triângulos e gaitas, em troca recebem comida, bebida e contribuição financeira para a festa realizada dia 06 de janeiro, a Festa de Santo Reis, também chamada de Reisado (Castro *et alii*., 2007a).

Pode-se mencionar, em Lençóis, o reisado do distrito de Octaviano Alves (Tanquinho de Lençóis), com mais de 46 anos de comemoração e o Terno de Reis Zabumba, com mais de 25 anos. Em Andaraí, o Terno de Reis, além de fazer a apresentação durante o Reisado, também integra o cortejo que participa da Festa do Divino Espírito Santo, que ocorre em junho. O Terno de Reis de Palmeiras não tem conseguido participar do Reisado com regularidade. Em Mucugê a festa acontece na sede, distritos e povoados. As manifestações características da festa são chamadas de reis dos bichos (reis dos homens) e os reis das mulheres. O primeiro é semelhante ao descrito Terno de Reis, onde grupos de homens vestidos a caráter que saem às ruas e visitam algumas casas tocando e cantando, acompanhados de bichos (homens vestidos máscaras) que assustam as pessoas.

O Reis das mulheres é um grupo de mulheres bem animadas vestidas de acordo ao tema, que saem as ruas cantando e dançado acompanhadas de músicos que acompanham com os seus instrumentos.

A apresentação da Burrinha de Ouro era realizada desde a metade do século XX. Músicos tocam para que os participantes fantasiados sigam a Burrinha (armação revestida de pano, com cabeça de madeira, ou material leve e orelhas de lata, presa na cintura de um indivíduo simulando montaria), visitando as casas.

06 de janeiro - Festa do Bom Jesus: é o padroeiro da cidade de Palmeiras. Realiza-se missa e procissão.

15 de janeiro - Emancipação de Palmeiras: A emancipação da cidade é festejada solenemente.

Durante o mês de janeiro, em Palmeiras, ocorrem as festas dos padroeiros do município e do Vale do Capão, respectivamente Senhor Bom Jesus e São Sebastião. A primeira festa consta de missa e procissão dos fiéis com a condução do andor do padroeiro. A segunda, ao lado do ritual religioso, é a realização de quermesse, leilão e, depois, o forró (Castro *et alii*., 2007a).

20 de janeiro - São Sebastião: Festa do padroeiro dos povoados do Capão, município de Palmeiras, e de Igatu, município de Andaraí. Ao lado do ritual religioso acontece a realização de quermesse, leilão e depois forró.

02 de fevereiro - Festa do Senhor dos Passos: é um dos principais eventos de Lençóis. Realiza-se neste evento apresentações de Marujada.

A festa do Senhor de Passos, padroeiro dos garimpeiros, continua sendo o principal evento da cidade de Lençóis e ocorre no mês de fevereiro. Consta da realização de novena, missa campal, festa de largo (com barracas para venda de comida e bebida e execução de música) e procissão. Essa festa que, além de significativa presença popular, já teve a participação de Ternos de Reis e Grupo de Índios de São Francisco de Assis[4], ainda conta com a participação da Marujada[5] e da Lira Philarmonica de Lençóis, que executa o hino do Senhor Bom Jesus dos Passos e a Canção do Garimpeiro (Castro *et alii*., 2007a).

A tendência de transformação da Festa do Senhor dos Passos em mais um evento no calendário dos festejos municipais visa atrair os turistas durante a baixa estação para garantir a ocupação dos meios de hospedagem e do movimento do comércio em geral, de forma a reduzir os períodos de sazonalidade característicos desta atividade. Por esse motivo, foram incluídas barracas comerciais no decorrer da Avenida do Senhor dos Passos e contratadas bandas para apresentações nas ruas, o que descaracterizou o baile tradicional da cidade, sobrepondo-se ao motivo religioso da comemoração. Com isto, muitas pessoas deixam de ir para a Igreja participar dos atos religiosos e vão direto para as barracas e para a festa do largo (Castro *et alii*., 2007a).

Nos nove dias de festejos, realiza-se a alvorada festiva às 5 horas da manhã, com a queima de fogos e o repique de sinos, que também ocorre ao meio-dia e às 18 horas. Acontece a missa e a procissão do Senhor dos Passos passando em frente à sede da Sociedade União dos Mineiros (SUM).

Embora tenha perdido muito da sua força, a Festa do Senhor dos Passos é a evocação de um passado de glória de uma atividade que se choca com um presente que a reduz à garimpagem, na maioria das vezes clandestina.

Carnaval: Entre fevereiro e março acontece a festa comemorativa em Mucugê, Palmeiras e Itaetê. O Carnaval de Mucugê destaca-se pela apresentação da Audiência do Diabo, com o Mucutum Zezé. Em Palmeiras acontece o Carnachapada.

A festa de carnaval é realizada nos quatro municípios, sendo a de Palmeiras considerada a melhor da região. A expectativa dos moradores pelo inicio da festa é grande, pois são atraídas pessoas e toda região, principalmente das cidades próximas. A festa acontece ao ar livre, durante o dia, com bandas movidas por trios elétricos. Dessa forma, a festa é muito representativa para a economia local, pois os comerciantes aproveitam a oportunidade para garantir um incremento na renda mensal, com vendas de comida, bebidas e estadia. O carnaval de Palmeiras também é chamado de folia *roots*, pelo fato de atrair pessoas também com interesse de ficar em contato com a natureza no feriado do carnaval.

Durante o carnaval de Mucugê, entre outras brincadeiras, ocorre a encenação da Audiência do Diabo-Mucutum Zezé (Chefe milagroso do inferno, tradição derivada dos antigos quilombos encenada em praça pública).

[4] O Grupo de Índios é uma manifestação folclórica que foi criada como forma de homenagem aos índios que viveram na região. Nas apresentações são representados o contato dos marujos portugueses com os indígenas.

[5] A Marujada é uma manifestação folclórica que foi criada em menção à Escola de Sagres e às conquistas de Portugal, acompanha o cortejo com cantos de mar e de guerra. Os marujos desenvolvem também coreografias, no que se chama de Chegança de Marujos.

Aos componentes do grupo (chamados cães ou diabos) são dados nomes de doenças ou problemas como desemprego e violência. Eles desfilam com o corpo coberto de lama, usam máscara e dançam tocando zabumba pelas principais ruas da cidade. Em seguida, dirigem-se para a praça onde é encenada uma audiência, na qual todos relatam suas diabruras ao Satanás. Aqueles que não praticaram diaburas são castigados, negando-se a estes a participação no fervor (samba). Para salvá-los da punição, a figura simbólica de São Gabriel batalha contra o mal e vence o mal.

Posteriormente, o Macutum Zezé ressuscita cada um dos diabinhos que, sob o comando do chefe, fogem pelas ruas. Nesse momento surgem pessoas vestidas de branco e segurando uma cruz, que interceptam as ruas para impedir a fuga. A festa é encerrada com um banho para retirar a lama do corpo.

Ainda em Mucugê, a apresentação de grupos de forró nos hotéis vem se constituindo uma das principais atrações, especialmente entre turistas estrangeiros. Os proprietários dos hotéis levam os sanfoneiros para que os turistas assistam ao espetáculo e também aprendam a dançar com os guias. Estas apresentações integram a programação dos turistas em Mucugê.

Semana Santa: Festa cristã comemorativa da semana da morte e ressurreição de Jesus Cristo. Faz-se a encenação da queima de Judas e a Lamentação das Almas (principalmente em Andaraí, Lençóis e Mucugê).

A Lamentação das Almas é um ritual celebrado em Igatu, Mucugê, Palmeiras e Lençóis. Neste último município, durante os anos 70, chegaram a existir 20 grupos. Hoje, esta presença se restringe a um grupo de pessoas que saem anualmente no período da Semana Santa. Estas pessoas vestem-se de branco e andam pelas ruas, batendo matracas, rezando pelas almas dos mortos nos cruzeiros e cemitérios. Na sexta-feira à noite, finalizam, retornando à Igreja onde rezam aos pés do Senhor Morto.

19 de maio - Emancipação de Andaraí: A emancipação da cidade é festejada solenemente.

Festa do Divino Espírito Santo: No mês de junho acontece essa importante festa em Andaraí. Realizam-se novenas, missa solene, procissão, festa de largo, apresentações musicais e bailes. Durante este evento também ocorre a Rabeia.

A Festa do Divino Espírito Santo chegou a Andaraí levada por garimpeiros de Minas Gerais, pouco antes do final do século XIX. A festa foi assumida pelas mulheres pertencentes à irmandade de Nossa Senhora da Glória, que realizavam novenas, uma missa e festejos públicos. A figura do imperador da festa surgiu no início do século passado, bem como sua escolha, por sorteio, na missa em que já é feita sua coroação. Também foram incorporadas à festa a distribuição do pão do Divino e a venda de lembranças da festa.

Durante este evento também ocorre a Rabeia, explicada a seguir. Antecede a Festa do Divino em 30 dias e mobiliza toda a população da cidade, uma das maiores da chapada Diamantina. É um componente exclusivo de Andaraí.

Também conhecida como o Domingo do Mastro, a Rabeia é a festa de condução, pelas ruas da cidade, do mastro em que será hasteada a bandeira do Divino Espírito Santo. A tradição existe há 110 anos, sempre nos meses de março ou abril. Começou com as mulheres de Andaraí. Com o passar dos anos, a tradição foi mudada e, hoje, são os homens da cidade que vão à mata cortar o tronco da árvore e carregá-lo pelas ruas da cidade, enfeitado com fitas, flores e adereços, até a praça da Igreja do Rosário. As baianas seguem o cortejo, que é fechado por uma banda de música e pela população. Todos que quiserem ajudar a carregar o mastro podem fazê-lo. A bandeira do Divino, que durante 30 dias fica hasteada na ponta do mastro trazido na rabeia, percorre as ruas da cidade poucos dias antes da festa, em visita às casas da sede do município e dos povoados e cidades vizinhas a Andaraí. É tempo de os baianos da chapada Diamantina

oferecerem donativos à festa, para o chamado bando precatório da bandeira do Divino (Castro *et alii*., 2007a).

17 de maio - Emancipação de Mucugê: A emancipação da cidade é festejada solenemente, com desfile, apresentações folclóricas e festa dançante.

Festa do Coração de Maria: Durante todo o mês de maio em Mucugê realizam-se orações diárias, acompanhadas da alvorada de fogos, bingos e leilões beneficentes, missa solene e procissão.

Sagrado Coração de Jesus: Na nona sexta-feira de Santíssimo Sacramento, é realizada a festa para honrar o coração de Jesus, comungando e dando-lhe a devida reparação para reparar as indignidades que recebidas.

01 a 09 de julho - Santa Izabel: Em Mucugê é festejado o dia da santa que deu nome ao cemitério da cidade.

10 e 11 de julho - São Bento: Festa em homenagem ao santo, que é o padroeiro de Ibicoara, e é realizada na Igreja Matriz.

Festa Junina: Durante o mês de junho acontece a festa junina em todas as cidades do Parque Nacional da Chapada Diamantina. No dia 13 de junho a comemoração é em homenagem a Santo Antônio. No dia 24 de junho, em homenagem a São João e no dia 29 de junho a São Pedro. A data mais festejada do mês é a de São João, que é comemorado com fogueiras, bandeirolas, música e comidas típicas (bolo de fubá, mungunzá - o mingau de milho branco, amendoim, curau de milho verde e milho cozido).

Seguindo o comportamento das outras administrações municipais do interior baiano, as prefeituras dos municípios estudados também acabam prestigiando determinados eventos como é o caso da festa de São João, realizada visando principalmente a atração de um grande número de visitantes tanto de fora como da própria chapada Diamantina.

Em Lençóis, o São João, que era uma festa de bairro, transformou-se também em uma festa de largo, com barraquinhas e bandas, para atender as conveniências turísticas. Antes de 2000 o São João era festejado de casa em casa, as comemorações ocorriam em cada bairro e depois continuavam no teatro de arena, como destino final, Visando articular esta festa com a atividade turística, a Prefeitura de Lençóis, desde 2000, transferiu a quadrilha dos bairros para o teatro de arena para o turista ver, retirando assim a realização da festa nos bairros (Castro *et alii*., 2007a).

No dia 17 acontece a Cavalgada Tanquinho-Lençóis com a participação de 200 cavaleiros que conduzem o estandarte de São João que ficará em Lençóis durante todo o mês de junho.

Em Mucugê, a população se mobiliza e enfeita as casas com flores, fogueiras, bandeirolas e personagens de papel colorido. As praças viram cenário para as quadrilhas (Castro *et alii*., 2007a).

20 de julho - Emancipação de Ibicoara: A emancipação da cidade é festejada solenemente.

22 de agosto - Dia do Folclore: Em Mucugê, é realizada pelas as escolas do município uma semana de comemorações quando se realizam apresentações nas ruas.

20 a 25 de agosto - Emancipação de Itaetê: A emancipação da cidade é festejada solenemente.
27 de setembro - Cosme e Damião: Festa religiosa do Jarê, quando acontece o Caruru dos Santos com o ritual dos Sete Meninos.

No dia 27 de setembro é dia de São Cosme e São Damião, as igrejas e os templos das religiões afro-brasileiras são enfeitadas com bandeirolas e alegres desenhos. O culto aos santos, trazido pela colonização portuguesa, foi misturado às crenças africanas, ficando como parte forte das

comemorações do jarê o *Caruru dos Santos*, que se divide em duas fases: caruru-dos-meninos (com ritual) e caruru-dos-grandes, à vontade. O ritual dedicado aos santos gêmeos São Cosme e São Damião acontece no caruru-dos-meninos, é realizado por crianças. É o chamado ritual dos sete meninos. Os adultos participam do caruru-dos-grandes, em que não há um ritual específico.

Um mês depois, no dia 25 de outubro, as cerimônias se repetem, embora com menos intensidade: comemora-se a festa de São Crispim e Crispiniano, são irmãos também mabaças e confundidos na crendice popular com Cosme e Damião.

Assim como as festas, os grupos folclóricos também passam por períodos de dificuldade econômica e alegam falta de apoio por parte do poder municipal. Soma-se a isto os problemas enfrentados na transmissão do legado cultural que com a morte dos mais velhos, não há continuidade por parte dos jovens, fato que também tem contribuído para o desaparecimento de muitas destas manifestações culturais (Castro *et alii*., 2007a).

27 a 29 de setembro - São Miguel: Festa religiosa realizada em Ibicoara em homenagem ao santo.

06 a 15 de outubro - Santa Terezinha: Em Mucugê acontece a festa religiosa em homenagem a Padroeira Santa Terezinha.

25 a 27 de nobembbro - Nossa Senhora das Graças: Em Lençóis, Andaraí e Itaeté realiza-se festa religiosa em homenagem à Santa.

08 a 9 de novembro - Nossa Senhora do Patrocínio: Em Ibicoara é realizada a festa religiosa em homenagem à Santa.

07 a 09 de dezembro - Nossa Senhora da Conceição: Festa religiosa realizada em Andaraí, Lençóis e Ibicoara em homenagem à Santa que é padroeira de Ibicoara.

17 a 18 de dezembro - Emancipação de Lençóis: A emancipação da cidade é festejada solenemente.

Além das festas religiosas e de emancipação municipal, vale destacar no município de Andaraí, a realização do mais concorrido Reveillon da região, realizado no Balneário do Paraguaçu, localizado numa das margens do rio do mesmo nome. O Reveillon de Andaraí conta com a participação de mais de 6.000 pessoas (Castro *et alii*., 2007a).

Festival de Inverno: Realizado em Lençóis, em 2006 já estava em sua 8ª edição, utiliza uma estrutura com a cidade como cenário. São organizadas apresentações de música, dança, teatro e caminhadas. Trata-se de mais um acontecimento para manter a atividade comercial durante o período de baixa estação.

2.3.12 - Culinária

Na chapada Diamantina, além dos pratos da culinária baiana, ainda são preservadas peculiaridades herdadas dos antigos garimpeiros. Os garimpeiros viviam em curriolos, emburradas e engrunadas (garimpos em leito de rio, áreas com rochas e subterrâneos, respectivamente), lugares onde precisava-se de praticidade na alimentação, e não de luxo, de modo que se misturava tudo que se tinha à mão em panela de ferro sobre trempe, pedra ou chão.

Os pratos mais famosos são o godó de banana, a malamba, o arroz de garimpeiro, o refogado de palma e o pastel de palmito de jaca. O godó de banana existe há mais de meio século. Os garimpeiros picavam bananas verdes e colocavam para cozinhar com toucinho e, eventualmente, farinha.

O arroz de garimpeiro tem passado semelhante. Chamava-se arroz de poço porque era servido num carumbé - gamela cônica na qual se conduz o cascalho que vai ser lavado nas catas de ouro

ou diamante. Eram misturados arroz vermelho, toucinho, pedacinhos de carne, fritava-se tudo. O óleo depositado no fundo ainda era, por vezes, aproveitado, misturado com farinha.

Também são conhecidos pratos como:

- Pastel de Palmito de Jaca: é a fruta dura e ainda verde, picada e temperada, frita em massa de pastel.
- Angu à moda do Escravo: polenta com carne de porco picada e mamão verde.
- Sopa de Fruta Pão: fruta encontrada na região e que possui um grande valor nutritivo.
- Salada de batata-da-serra: um tipo de batata, encontrada exclusivamente nas serras, muito usada pelos garimpeiros, pois contém muita água, semelhante à parte branca da melancia.
- Cortado de mamão verde: mamão verde refogado.
- Muqueca de Maturi: Polpa da castanha do caju com coco ralado, leite de coco e dendê.

2.3.13 - Usos Tradicionais da Flora e Fauna Local

Segundo a pesquisa de campo, é comum o uso de conhecimentos tradicionais sobre a medicina popular na área rural dos municípios do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Durante os relatos, apenas os nomes vulgares foram mencionados, no entanto, posteriormente foi feita pesquisa sobre as plantas citadas. Dentre essas, apenas três foram identificadas cientificamente. A seguir estão os nomes populares, os nomes científicos e o uso de cada uma delas:

- Algodão Ipomoea fistulos: ingerir o sumo das folhas do algodão com leite para a cura de inflamação interna. O banho com sua folha é contra erisipela, hematoma, vermelhidão da pele, frieiras, micose e como cicatrizante (Castro et alii., 2007a).
- Arruda-da-serra: o seu chá é usado contra sinusite e dor de cabeça e contra pulgas e carrapatos em cachorros.
- Carubina: o chá cura feridas no corpo e doenças de pele.
- Escada-de-macaco Bauhinia sp.: é uma planta nativa, encontrada abundantemente na mata atlântica de diversas regiões do Brasil, sendo também conhecida como cipó-unha-de-boi ou escada-de-jabuti, devido à peculiaridade de sua casca, muito similar a uma escada. É empregada na medicina popular para combater processos infecciosos e dolorosos em ossos e problemas de coluna, pois tem princípios ativos que atuam como analgésicos (Castro *et alii.*, 2007a).
- Melosa: o chá é usado para alívio de dores de cabeça.
- Pedreste: o chá é usado para cura de asma, bronquite, dor de cabeça, resfriado e reumatismo.
- Poliga: inala-se o sumo da folha para descongestionamento das vias respiratórias.
- As raízes de algumas Aráceas são utilizadas para confeccionar piquás, que são estojos para guardar diamantes.

Além das plantas, alguns animais também têm usos populares, tais como:

- O leite de mocó Kerodon rupestris, mamífero roedor comum na região, segundo a pesquisa de campo, é conhecido como remédio para portadores da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS).
- O couro do veado macho é o único indicado para a confecção dos tambores do jarê.
- O sebo (gordura) de veado é utilizado para fazer a criança andar mais precocemente.
- A banha (gordura) de cascavel é recomendada para tratamento de úlcera.
- A banha do teiú Tupinambis sp. é recomendada para tratamento de erupções cutâneas, como tersóis.

Na região há ainda a utilização de frutas nativas para consumo *in natura*, tais como:

- Boquinha-doce: Pertence à família Myrtaceae, que é de complexa determinação do gênero. É provável que pertença ao mesmo gênero da Pitanga (Eugenia).
- Camboim: Bastante consumida, lembra a jaboticaba, embora tenha o sabor mais marcante. Assim como a boquinha-doce, também pertence à família Myrtaceae. É provável que pertença ao mesmo gênero da jaboticaba (Myrciaria).
- Licuri Syagrus coronata: É uma palmeira que pode chegar a até 12 m de altura, também conhecida por ouricuri, aricuri, nicuri e alicuri. Pode ser encontrada do Pernambuco ao sul da

Bahia. É utilizada na região da chapada Diamantina como alimento. Em outras regiões da Bahia, como em Jacobina, o licuri é utilizado como complemento alimentar, e é fonte de geração de renda para muitas famílias. A castanha é utilizada para fazer sabão e as folhas são matéria-prima para a confecção de produtos artesanais.

- Mangaba Hancornia speciosa: a mangabeira é uma árvore de galhos pequenos que produz flores perfumadas, parecidas com o jasmim. A fruta é uma baga de cor vermelho-amarelada, muito usada no preparo de sucos, doces, sorvetes e picolés.
- Mucugê Couma rigida: Planta frutífera, da mesma família da mangaba, comum na região. Ocorre por uma ampla área, chegando a América Central. A planta deu nome ao rio que passa por Mucugê e posteriormente o nome foi dado à cidade.

2.3.14 - Cosmologia do Uso da Terra

Nos levantamentos de campo, pode ser observado que no cultivo, principalmente na agricultura de subsistência, são utilizadas técnicas de cosmologia, no que se refere à época de plantio, poda e colheita. As técnicas são utilizadas sem caráter científico, mas por terem sido ensinadas pelas gerações anteriores.

Das comunidades do entorno do Parque, as que mais dependem da agricultura familiar de subsistência são Estrada Velha do Garimpo, Capão do Correia, Baixão e Fazenda Velha. De forma geral, as culturas mais comuns durante o mês de agosto são mandioca, café e banana, respectivamente, seguidas de hortaliças e frutas.

Eles confiam que na lua nova as seivas concentram-se no caule e nas raízes, no quarto crescente flui em direção às folhas, na lua cheia alcança a maior penetração e, na minguante, reflui em direção ao caule e às raízes. As práticas mais comuns seriam evitar podas na lua cheia, em compensação, essa lua é considerada como a melhor fase para semear plantas frutíferas e colheita de frutos, pois eles conteriam o máximo de seiva e estariam mais suculentos, como a banana e o café. O processo inverso é válido para colheita de legumes e raízes, na fase crescente, porque a seiva não os deixaria tão rígidos, facilitando o cozimento, como a mandioca.

A idéia de aproveitamento de fluxo e refluxo da seiva determina outras práticas importantes na agricultura. Aproveita-se o refluxo, no quarto minguante, por exemplo, para cortar bambus e madeiras para a fabricação de móveis, implementos e cercas. A idéia é que, se as árvores são cortadas quando a seiva está nas folhas, o tronco resulta mais frágil e mais vulnerável ao ataque por fungos e cupins (Castro *et alii.*, 2007a).

A explicação para o fato, segundo pesquisadores, deriva apenas do aproveitamento correto da luminosidade lunar. Essa luminosidade, embora menos intensa do que a solar, penetra mais fundo no solo e pode acelerar o processo de germinação das sementes. Assim, as plantas que recebem mais luminosidade lunar na sua primeira fase de vida tendem a brotar rapidamente desenvolvendo mais folhas e flores, podendo realizar a fotossíntese com mais eficiência e gerando frutos melhores. Além da luminosidade lunar, as culturas também são influenciadas pela atração que a lua exerce sobre os líquidos. As comunidades pescadoras, além da utilização da cosmologia no cultivo, destaca essa prática também na pesca. As melhores luas para a pescaria são a lua nova e cheia, para pescarias diurnas, e minguante, para pescarias noturnas. A fase crescente é neutra (Castro *et alii.*, 2007a).

2.3.15 - Lendas

O imaginário popular produziu um rico repertório de Lendas e histórias na chapada Diamantina. Algumas destas histórias são reproduzidas a seguir. A maioria dos textos está baseado em Pousada Lendas do Capão (2006 apud Castro *et alii.*, 2007a).

2.3.15.1 - Pai Inácio

Um escravo chamado Inácio havia se apaixonado pela filha de seu senhor, um dos coronéis do garimpo e teve um caso com a bela portuguesa e por este motivo, condenado à morte pelo pai da moça. Fugindo dos jagunços do coronel, o escravo Inácio tentou se esconder num morro, acuado por seus perseguidores, não lhe restou alternativa a não ser saltar do alto do morro, que hoje leva

o seu nome. Para evitar a morte abriu um guarda-chuva, que lhe fora dado de recordação por sua amada, e desceu ao solo suavemente e sem ferimentos. Muitos dizem que ele morreu, mas os mais otimistas defendem que o escravo escondeu-se em uma pequena gruta no morro e depois fugiu para bem longe dali (Pousada Lendas do Capão, 2006 *apud* Castro *et alii*., 2007a).

Silva (1999, apud Castro *et alii*., 2007a) conta a lenda de Pai Inácio em seu conto Pai Inácio e Sinhá Dona, como transcrito a seguir: "Sobre o morro existe uma lenda do tempo da escravidão. Não sei se já lhes contei a história de Pai Inácio. No tempo dos barões do diamante, na então movimentadíssima Comercial Vila dos Lençóis, existia um escravo, em todos os sentidos, especial. Pai Inácio era jovem, elegante, e possuía um guarda-chuva. Com tal gabarito se portava aquele homem, tão especial ele era, que teve um caso de amor com a própria sinhá-dona, a patroa do patrão. Deixo ao leitor a imaginação dos pormenores românticos de uma história de amor que parecia querer desafiar todos os limites, todos os padrões do antigo sistema. Quando o caso veio à tona, Pai Inácio fugiu para a caatinga brava levando apenas seu guarda-chuva. Seu barão, que foi o último a saber, ficou furioso, juntou seus jagunços, os homens mais temidos da região, e saiu pelo mundo para ajustar contas com Pai Inácio, aquele ingrato, aquele aproveitador, aquele filho da égua.

Pai Inácio havia desafiado a própria essência do sistema. Era um homem marcado para morrer de bala perdida. O senhor furibundo, com sua gangue de furibundos, virou todo aquele sertão pelo avesso. E foram na gruta do Lapão, que atravessaram de ponta a ponta, na gruta das Areias Coloridas, na Toca dos Noivos, no garimpo do Ribeirão do Inferno, no garimpo do Veneno, na Pratinha, nas cascatas do Serrano, na bela praia do rio São José, no Zaidá, na cachoeira da Fumaça, que, depois, segundo dizem, um americano descobriu e rebatizou com seu próprio nome, de cachoeira Glass. Todos os esconderijos possíveis e nada. Por fim, só faltava procurar no mais bonito monte da região, o morro que ganharia seu nome. Quando os jagunços percebem que estavam sendo observados do alto, o tempo todo, resolvem pegar a trilha da subida. Como todo homem livre arrancado da mãe África, Pai Inácio era um homem encurralado. Já não podia tomar o caminho de volta e não lhe restava senão o abismo a sua frente. Os jagunços subiram e ganharam o morro. No último momento, quando tudo parecia perdido, salvou-se Pai Inácio pulando no espaço com seu guarda-chuva aberto como um pára-quedas".

2.3.15.2 - Encanto do Diamante

"Conta-se que há uma forte união entre os diamantes e os astros. Os garimpeiros antigos contavam que para cada estrela no céu existia um diamante na terra. O garimpeiro só achava o diamante se os astros permitissem. Para que isso acontecesse era preciso ocorrer o 'bambúrrio', uma encantamento entre o garimpeiro, a pedra e os astros (estrelas), era essa união que dava sorte ao garimpeiro para achar os diamantes – 'E quando o garimpeiro vê a luz correr na serra ele sabe: é o chamado do diamante. Ele foi escolhido. Homem, diamante e estrela: está fechado o triângulo da magia.' Assim nasce o 'encantamento'" (Pousada Lendas do Capão, 2006 apud Castro *et alii*., 2007a).

2.3.15.3 - Pedra Viva

"A lenda conta que as pedras preciosas da Chapada tinham o poder de se esconder dos maus Garimpeiros, ou seja, elas só apareciam nas bateias de seus supostos donos, aqueles predestinados a serem seus donos" (Pousada Lendas do Capão, 2006 apud Castro *et alii*., 2007a).

2.3.15.4 - Lagoa Encantada

"Conta que uma linda jovem apaixonada, sem ter seu amor correspondido, olhou-se nas águas da Lagoa para tentar certificar-se da ingratidão do seu amado, que a rejeitava. Constatada a injustiça que sofria, desistiu de viver e jogou-se nas águas profundas. Uma síncope impediu que a jovem se afogasse, prendendo seus cabelos longos no tronco de uma árvore, com a cabeça fora d'água. A jovem foi encontrada ainda viva, protegida pela Lagoa. Seu amado porém, comovido com a atitude da jovem, foi ao seu encontro. Conta-se que desde então viveram em felicidade" (Pousada Lendas do Capão, 2006 apud Castro *et alii*., 2007a).

2.3.15.5 - Chamamento

"Segundo a crença do Chamamento, os diamantes atraem seus donos por causa de sua luz e seu som peculiar. O Chamamento consiste no fenômeno no qual o garimpeiro, quando se aproxima de sua pedra, escuta leves batidas nela e vê uma intensa luz sobre a serra" (Pousada Lendas do Capão, 2006 apud Castro *et alii*., 2007a).

2.4 - Uso e Ocupação da Terra e Problemas Ambientais Decorrentes

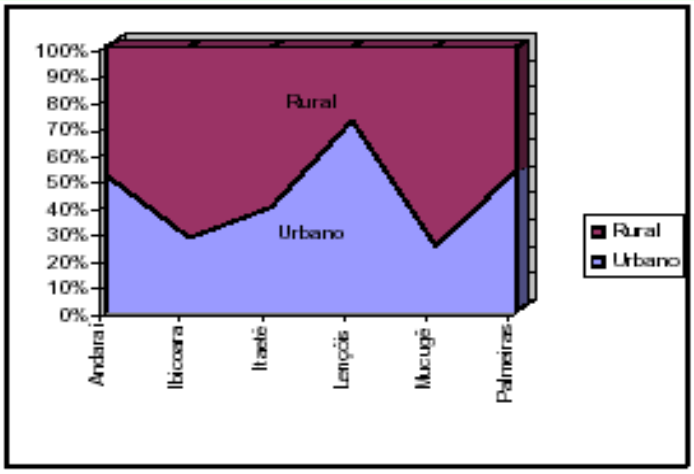
Os municípios da região do PNCD podem ser considerados, todos, dependentes das atividades produtivas primárias, com destaque as atividades agropecuárias. Contudo, é evidente que há diferenças entre eles e até mesmo entre microrregiões de um mesmo município. Para efeito deste documento, é importante alguma generalização, uma vez que seu escopo não é o de um inventário econômico, mas sim relacionar os diversos usos da terra com seus respectivos impactos ambientais na região do PNCD.

Os dados apresentados a seguir são baseados nos levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e foram compilados por Castro *et alii*. (2007b).

2.4.1 - Zona Rural

Os municípios da região têm, ainda, uma população rural muito expressiva. Quando não compõe a porção majoritária das populações municipais da região, atingem valores próximos da metade (Gráfico 1). Embora o êxodo rural já tenha moldado um novo cenário urbano na região, esse fenômeno, na chapada Diamantina, não adquiriu as dimensões vistas em regiões mais urbanizadas do país.

Gráfico 1: População das Áreas Urbana e Rural dos Municípios onde está Inserido o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).



2.4.1.1 - Agricultura

A análise de dados secundários de cada município integrante do Parque Nacional da Chapada Diamantina revela as diferentes vocações, as quais foram constatadas, também, em pesquisa de campo. Nos municípios de Mucugê e Ibicoara, por exemplo, concentra-se a agricultura de irrigação que adota tecnologias modernas. A dinâmica de produção nestes dois municípios promove impactos, diretos ou indiretos, na economia e no meio ambiente. A produção nesses dois municípios corresponde à maior parte dos seis municípios do Parque, ou seja, 88% (Gráfico 2).

O principal produto de culturas temporárias da região é a batata inglesa, que corresponde a 57% do total. Foram colhidas 174 mil toneladas em 5.400 hectares, no ano de 2004. O tomate vem em segundo lugar, com 44.342 mil toneladas, e utiliza uma área de 613 hectares. Em terceiro lugar, a mandioca, com 24.224 toneladas, em uma área de 1.972 hectares (Gráfico 3).

A região do Parque Nacional da Chapada da Diamantina possui uma estrutura de produção agrícola que se baseia também na agricultura familiar, como nas outras regiões brasileiras. Em todos os municípios podem ser encontradas atividades de agricultura familiar, mesmo nos municípios de Mucugê e Ibicoara que detêm produção agrícola de alta tecnologia.

Este é o modelo agrícola predominante na chapada Diamantina, desenvolvido em pequenas propriedades, feito por famílias e dedicado, principalmente, à subsistência. Os excedentes, quando existentes, são comercializados nas feiras livres das cidades e povoados. As culturas são feitas com tecnologias arcaicas, mantendo tradição da queima dos restos de cultura ou utilizando para alimentação das criações, o que torna o solo cada vez mais pobre.

Gráfico 2: Produção Agrícola nos Seis Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2004).

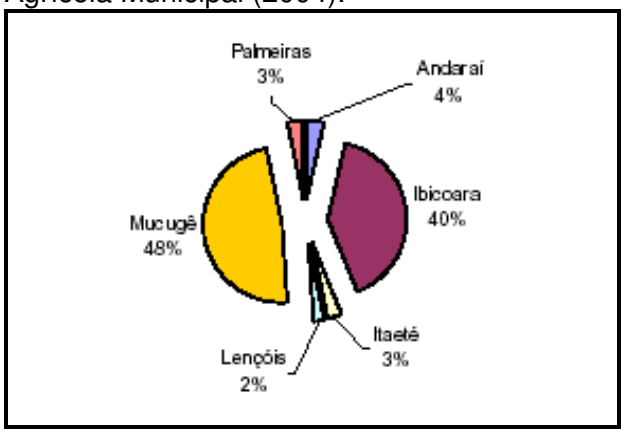
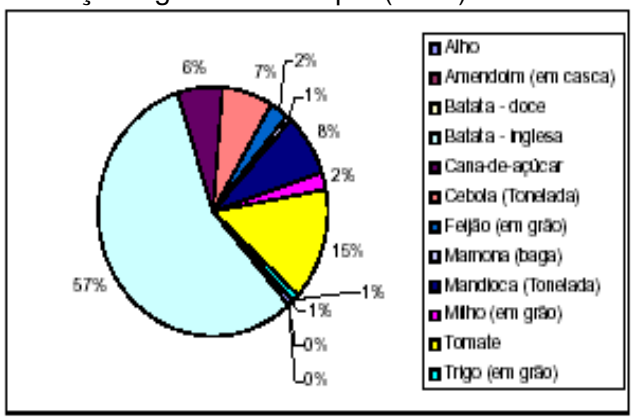


Gráfico 3: Quantidades da Produção Agrícola nos Seis Municípios que Abrangem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2004).



O uso de pouco ou nenhum insumo agrícola moderno, e de espécies de baixa qualidade genética, que em geral é uma parcela da colheita anterior, resultando em uma baixa produtividade e que implicaria na necessidade de uma área maior para plantio. Como fatores limitantes devem ainda ser considerados, o clima pouco favorável com um período de seis a oito meses estiagem, baixo nível de capacitação gerencial e tecnológica do produtor, debilidade na organização profissional e social, acesso precário aos meios de produção, ao crédito, assistência técnica quantitativa e qualitativa deficiente e políticas publicas de apoio ausentes ou pouco adequadas para os diversos segmentos.

No entanto, é claro que esta região não conseguiu se manter isolada da influência da agricultura moderna e, assim, existem na região diversas propriedades – pequenas e médias – que se utilizam de insumos químicos para suas culturas agrícolas. É importante destacar as culturas de tomate e pimentão, ao norte do PNCD (municípios de Palmeiras, Iraquara e Seabra); as culturas de alho e arroz, a oeste do Parque (município de Boninal); e a produção de café, a sul e sudoeste da UC (municípios de Mucugê, Ibicoara e Barra da Estiva).

Tanto em pequenas quanto em médias propriedades o principal impacto ambiental é decorrente da supressão de vegetação. São freqüentes, na Chapada Diamantina, o cultivo de roças em áreas que deveriam ser consideradas de preservação permanente (áreas marginais a corpos d'água, em declives muito acentuados ou em topos de morros). Já no caso das propriedades em que há a utilização de biocidas e adubos químicos é muito comum o emprego destes agrotóxicos sem receituário agronômico e sem acompanhamento técnico. A venda fracionada (prática ilegal em todo o país) de agrotóxicos é muito difundida entre os pequenos comerciantes da região. Tais práticas têm conseqüências óbvias: um alto potencial de poluição de corpos d'água (subterrâneos e superficiais), de solos, do ar e grande risco à saúde pública.

2.4.1.2 - Pecuária

Desde a recente ocupação européia da chapada Diamantina, impulsionada predominantemente pela mineração artesanal, a pecuária teve e tem papel fundamental na produção de alimentos para a crescente população da região.

As tecnologias aplicadas nas pecuárias da chapada Diamantina são rudimentares até hoje, empregando quase que exclusivamente a pecuária extensiva nos chamados "pastos nativos", que são grandes áreas de vegetação nativa (as "soltas" ou "largas"), via de regra de propriedade alheia ou, mais comumente, em terras devolutas. Nestas vastas extensões de terra, o gado encontra o alimento necessário para sua subsistência principalmente nas estações secas do ano. Não se trata de um pasto muito nutritivo, mas somente capaz de não permitir que os animais pereçam por inanição. De fato, há indícios de que os animais assim criados sofrem algum grau de desnutrição, uma vez que se prolongado o tempo em que os animais passam nestas soltas, ocorrem casos de enfraquecimento de ossos e alguns animais podem morrer no retorno ao seu pasto de origem.

Os impactos desta prática secular podem ser alguns visíveis e outros apenas especulados. A própria extensão e existência desta vegetação herbácea (gramínea) com poucos arbustos e menos árvores ainda, tal qual encontrada hoje nos chamados gerais, pode ser atribuída à pecuária tradicional da região, uma vez que há relatos históricos de naturalistas e viajantes que indicam ter sido uma prática rotineira o emprego do fogo em áreas florestais de modo a tornarem-nas áreas abertas, gramíneo-arbustivas (Castro *et alii*., 2007b).

2.4.1.3 - Mineração

Embora o tema mineração esteja sendo tratado na zona rural, as atividades de exploração mineral podem ser consideradas atividades primárias predominantemente ligadas a trabalhadores de cidades.

Como a própria história da chapada Diamantina conta, a ocupação deste território pelas populações européias (pós-indígenas) deu-se principalmente pela busca dos diamantes que aqui abundavam. Mas a mineração local não é só a exploração de diamantes. Para a construção civil da região foram (e ainda são) necessários outros recursos minerais como: areia, argila e pedra. Via de regra, nas cidades e povoados do entorno do Parque, todos estes recursos são explorados artesanalmente.

Como já relatado anteriormente, a exploração do diamante foi responsável pela ocupação da região da chapada Diamantina, sendo a prática mineradora mais significativa da região, e embora tenha diminuído muito, em especial de 10 anos para cá. Em Andaraí e Lençóis, são muitos os garimpeiros artesanais que ainda sobrevivem do diamante. Em Palmeiras, esta prática garimpeira também está ativa, mas em pequena escala. O garimpo mecanizado, por sua vez, foi muito comum nas de décadas de 1980 e 1990, utilizando grandes maquinários conhecidos como dragas, mas atualmente está restrito ao uso eventual de pequenas máquinas portáteis de menor potencia. A extração de diamantes é uma mineração inerentemente impactante, uma vez que os diamantes normalmente estão em meio a sedimentos rochosos que são a base estruturante dos solos e sobre os quais crescem toda a vegetação, além de demandar a mudança de cursos de rios ou riachos. As proporções são diversas, uma vez que o poder de desagregação dos sedimentos pelas máquinas é, normalmente, inúmeras vezes maior do que o do garimpo manual. Em ambos os casos, além do impacto sobre a vegetação que se situa acima do substrato a ser explorado deve-se considerar os danos sobre os corpos hídricos, com a movimentação de sedimento, trazendo também danos a fauna aquática. No momento do fechamento deste PM, nenhum empreendimento ou atividade de mineração de diamantes está licenciado. Entretanto, foi concedido, pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em 2007, um alvará de pesquisa para lavra de diamantes industriais para a Cooperativa de Garimpeiros de Andaraí (COOGAN), e, segundo informações dos diretores desta cooperativa, está em andamento o pedido para a expedição da licença ambiental.

A areia é retirada, quase que exclusivamente, manualmente dos leitos ou margens de rios e riachos, sendo um recurso comum e abundante para a demanda regional; as jazidas de argila são mais variáveis em sua localização e abundância, podendo haver até escassez em algumas localidades, devido às características pedológicas e geomorfológicas predominantemente rochosas e/ou arenosas da região; as pedreiras com materiais úteis para a construção civil têm uma característica de exploração intermediária entre o artesanal e o industrial. As menores pedreiras geralmente têm um caráter coletivo, havendo mais do que um grupo responsável pela sua exploração; no entanto há também pedreiras maiores, já constituídas em empresas. Os danos ambientais destas atividades são: a areia, normalmente, é extraída das margens de rios, após a retirada da vegetação nativa destas áreas de preservação permanente. Os danos poderiam ser bem menores se a exploração fosse realizada em áreas assoreadas dos rios. A exploração da argila demanda a remoção de toda a vegetação e do substrato, o que também acontece com a extração de pedras. Desta forma, ocorre uma drástica mudança nas camadas pedológicas e a sucessão vegetal (quando ocorre) tem outras espécies ou outras dinâmicas ecológicas. Estes impactos são inerentes a atividade, porém poderiam ser minimizados se houvesse o licenciamento das atividades.

Uma outra atividade mineradora da região deve ser citada por sua importância no cenário nacional, é a extração de diatomita. Este minério tem origem biológica e é utilizado como matéria prima em diversos segmentos industriais, sendo encontrada no leito de corpos d'água lênticos (com pouca velocidade). Sua extração inevitavelmente afeta o corpo d'água e sua área de preservação permanente. Na região de Cascavel, município de Ibicoara, há duas lavras de diatomita, ambas no entorno do PNCD. Inicialmente, estas jazidas foram exploradas em desacordo com a legislação ambiental. Atualmente, uma das minas encontra-se licenciada e a outra está em processo de licenciamento. As jazidas da Chapada Diamantina, segundo a empresa que as explora, estão entre as mais produtivas e importantes do país e fornecem matéria prima para indústrias nacionais, concorrendo com o quase monopólio dos produtores internacionais.

Figura 30: Jazida de Diatomita no Distrito de Cascavel, Município de Ibicoara. À Esquerda: Extração do Minério no Leito de um Curso d'agua; à Direita: Calcinação do Minério como Parte do Processo de Pré-beneficiamento antes da Industrialização, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: Fábio André Faraco, IBAMA.

2.4.1.4 - Assentamentos Agrícolas

Em alguns municípios do entorno do PNCD a ocorrência de projetos de assentamentos agrícolas para reforma agrária é uma realidade muito presente. Simbolicamente, em Itaetê, foi feito o primeiro assentamento agrícola do país onde hoje é o distrito Colônia (o nome vem justamente de "Colônia do INCRA") e neste mesmo município parece ser a maior concentração de assentamentos do estado da Bahia. Além de Itaetê, também em Andaraí, Ibicoara e Lençóis há assentamentos em seus territórios.

Estes projetos de assentamento no entorno do Parque, em sua totalidade, não possuem licenciamento ambiental ou anuência do IBAMA (órgão gestor do PNCD) em nenhuma circunstância. A forma de ocupação destes assentamentos historicamente tem se mostrado equivocada, uma vez que nem a questão ambiental tem sido respeitada, nem a sustentabilidade econômica tem sido alcançada.

Alguns assentados alegam que após receberem seus lotes são pressionados para prontamente desmatá-los e iniciar sua produção. Neste ritmo, remanescentes de Mata Atlântica, áreas de preservação permanente e reservas legais acabam exploradas levando-os a uma situação de ilegalidade.

Os assentamentos da região parecem inseridos num ciclo vicioso que se inicia com a pressão para desmatamento dos lotes; terceirização para madeireiras explorarem as melhores árvores (com maior valor de mercado) com um preço irrisório repassado ao assentado; utilização das árvores restantes para estaca, lenha e carvão; queima do resto de vegetação da área do lote; plantio da roça ou pasto; e, com ausência de assistência técnica ou manejo adequado da terra, esgotamento do solo ou inviabilidade econômica da produção, levando-os à venda ou abandono do lote ou ao retorno ao trabalho na cidade.

2.4.1.5 - Monocultura Irrigada

Entre os municípios de Ibicoara e Mucugê, na região Cascavel (distrito de Ibicoara), encontra-se o grande pólo agrícola da região. Trata-se de mais de 7.000 hectares plantados em sistema de monocultura irrigada com pivô central e grande aporte de insumos agrícolas (fertilizantes químicos, biocidas, maquinários modernos e unidades agroindustriais). Este pólo é um dos principais produtores de batata do Nordeste, mas além desta também é destaque a grande produção de milho, tomate, feijão e olerícolas.

A monocultura, em si, já pode ser considerada uma prática de impacto ambiental negativo, uma vez que uniformiza a paisagem dificultando, potencialmente, o fluxo biológico entre as unidades paisagísticas. Além disso, por serem monoculturas com grande aporte de insumos artificiais, também há um significativo potencial de contaminação do solo, ar e água, que acarretariam na contaminação biológica e humana em sua área de influência. Outro impacto ambiental potencial é decorrente da prática de irrigação irregular, que pode causar lixiviação e/ou erosão do solo, levando-o à salinização e conseqüente esgotamento agronômico, além do consumo exacerbado da própria água.

2.4.1.6 - Pesca

A pesca predominante na região de entorno do PNCD é artesanal para complemento nutricional de algumas famílias ou por simples prática de lazer. Contudo, em comunidades circunvizinas ao alagado Marimbus (entre Lençóis e Andaraí), pode-se considerar que haja pesca profissional ou semi-profissional, uma vez que alguns pescadores comercializam seu pescado para sustento integral ou parcial da família. Há, inclusive, uma associação de pescadores em Andaraí organizada e estabelecida institucionalmente há alguns anos. Nas comunidades do Remanso e Pau de Colher, município de Lençóis, também há pescadores que sobrevivem desta prática, havendo uma associação de pescadores em Remanso, com a comercialização de excedentes na feira de Lençóis.

Ainda há que se relatar uma prática de pesca ilícita no entorno do PNCD, sobretudo na barragem do Apertado ou em outras barragens ou açudes de maior porte. Trata-se da pesca predatória por pessoas de regiões longínquas que vêm para a região esporadicamente e levam quantidades muito grandes de peixes (relata-se até o uso de pequenos caminhões frigoríficos) para comercializar em suas regiões de origem. Algumas denúncias citam o uso de grandes extensões de redes de espera e bombas.

A sobrepesca e a introdução de espécies exóticas são os principais fatores que desencadeam impactos ambientais negativos decorrentes da pesca. Algumas espécies já estão praticamente extintas da região, enquanto outras, introduzidas, se proliferam. Como sabidamente a introdução de espécies exóticas é uma das ameaças mais graves para a perda de biodiversidade, os dois problemas ocorrem simultaneamente na região, ameaçando severamente a diversidade de peixes dos corpos hídricos da região.

2.4.1.7 - Atividades Florestais

As atividades ligadas ao setor florestal ainda são incipientes. A alguns projetos de silvicultura em

andamento em áreas próximas a Palmeiras, Iraquara e Iramaia. Não foi possível encontrar informações sobre a existência de outros projetos, mas a região tem forte potencial para a silvicultura. Por outro lado, alguns projetos do governo estadual e de ONG têm procurado fortalecer a produção de mudas de espécies nativas através do estabelecimento ou fortalecimento de hortos florestais. Projetos de reflorestamento em áreas de APP ou de outra natureza têm demandado o fornecimento de essências nativas, o que pode se constituir em fonte de rende para algumas comunidades, além de garantir o fornecimento de lenha para uso próprio, já que um dos principais motivos que levam comunidades do interior a extrair madeira da natureza é o uso de fogões a lenha, ainda muito comuns. Algumas das atividades citadas mais abaixo, como as padarias, as olarias ou as serrarias, poderiam ter suas necessidades satisfeitas com projetos de reflorestamento.

2.4.1.8 - Extrativismo Vegetal

Além das atividades de extração de lenha e madeira, referidas anteriormente, algumas outras atividades extrativas também são praticadas na região. A maioria delas tem forte impacto ambiental. Destacam-se, aqui, a coleta de sempre-vivas, de plantas ornamentais, de frutos nativos e de plantas medicinais.

A coleta de sempre-vivas é uma atividade tradicional na região, mas que teve conseqüências nefastas para estas espécies. Das mais de 80 espécies de Eriocaulaceae citadas para a Chapada Diamantina, apenas duas se destacam pelo interesse econômico: *Syngonanthus mucugensis* (sempre-viva-de-mucugê) e *Syngonanthus curralensis* (sempre-viva-de-morro-do-chapéu). Ocasionalmente, outras espécies são coletadas, em geral do mesmo gênero ou do gênero Paepalanthus, sendo chamadas, coletivamente, de botãozinho, mas estas espécies tem menor valor. *Syngonanthus curralensis* tem uso restrito a um artesanato local, restrito a algumas comunidades do município de Morro do Chapéu, e vendido na região. A segunda espécie (*S. mucugensis*) alimenta um esquema de contrabando centrado na região de Ibicoara e nos distritos de Rumo e Colônia (Itaetê). Informações obtidas pelo IBAMA e pela polícia dão conta de que o material coletado no parque nacional (principal área de ocorrência desta sempre-viva) é remetido para Minas Gerais, onde seria beneficiado e posteriormente exportado para o exterior, em especial para o extremo oriente. O uso conhecido dado a esta planta é ornamental, sendo aproveitada para confecção de enfeites e arranjos, mas há rumores que haveria outros usos, talvez medicinais, não divulgados. Isto justificaria o alto preço pago pelos contrabandistas por cada quilo de sempre-viva e explicaria porque mesmo os capítulos quebrados ou brácteas soltas são levados junto com o material em bom estado.

A coleta de plantas ornamentais, excluídas as sempre-vivas, ocorre de forma esporádica, embora haja denúncias da ocorrência de tráfico de determinadas plantas, principalmente orquídeas. A Serra do Sincorá, assim como as serras situadas a oeste da Chapada Diamantina (Serra da Tromba, Serra do Barbado, Serra do Bastião, etc.) são ricas em espécies vistosas e interessantes. Destacam-se as orquídeas *Sophronitis sincorana*, *S. bahiensis*, *S. pfisterii*, *Cattleya elongata*, *Cyrtopodium* spp e *Zygopetalum* spp. Também são procuradas as bromélias (principalmente *Orthophytum* spp e *Neoregelia bahiana*) e os cactos (*Arrojadoa* spp, *Pierrebraunia bahiensis*, *Melocactus* spp). Nas regiões de caatinga arbórea ou em carrascos, também são encontradas algumas plantas que são perseguidas por traficantes, como as orquídeas *Cattleya tenuis*, *Trichocentrum cebolleta* e *Oncidium varicosum*; as bromélias *Cryptanthus* spp e *Billbergia* sp; e novamente cactos do gênero *Melocactus*. Todas estas espécies já têm técnica de cultivo bem estabelecidas e poderiam ser uma opção de renda para as comunidades, mas o que ocorre atualmente é que tais plantas ou são coletadas e vendidas em feiras livres da região sem nenhum cuidado, geralmente morrendo em seguida, ou são levadas pelos contrabandistas para centros maiores. Em qualquer caso, a comunidade não ganha praticamente nada e há uma sensível perda de material genético. Outras famílias com plantas de potencial ornamental na Chapada Diamantina ainda não foram devidamente estudadas, e assim pouco se sabe sobre o a possibilidade de efetivamente cultiva-las. Outro material de interesse ornamental, do qual o IBAMA já apreendeu diversos carregamentos, é a inflorescência e a espata a ela associada de algumas palmeiras, principalmente do gênero *Syagrus*. Embora este material possa ser coletado sem matar as palmeiras, a remoção sistemática pode prejudicar a reprodução das espécies

afetadas, em especial no caso de *Syagrus harleyi*, espécie endêmica da região. Normalmente, o comércio destas inflorescências está associado à venda de frutos secos de Lecythidaceae (sapucaias) ou *Zeyheria* (também utilizado como ornamental). Em ambos os casos, exploração racional dos frutos não traria maiores danos às espécies, mas não foi possível apurar se isto acontece.

A flora da Chapada Diamantina tem diversas espécies que produzem frutos comestíveis ou substâncias medicinais. No primeiro caso, poucas espécies têm uso comercial. Destaca-se a mangaba (*Hancornia speciosa*) que é coletada por moradores de cidades como Lençóis e Andaraí na época da safra e vendida nas feiras livres. Outras espécies que sofrem o mesmo processo são o camboim (Myrtaceae), o caju (*Anacardium occidentale*), a jaca-de-pobre (*Duguetia furfuracea*) e o Mucugê (*Couma rigida*). Esta última espécie é atualmente rara, mas relatos indicam que seu comércio já foi mais intenso no passado. Outra espécie de uso corrente é a batata da serra, embora, neste caso, sejam consumidos tubérculos subterrâneos, e não frutos. Na verdade, há duas espécies diferentes que têm este nome: uma Apocynaceae (provavelmente do gênero *Mandevilla*) e uma liana do genero *Ipomoea*. É possível que ambas sejam endêmicas da Chapada e seu cultivo não é conhecido. Quanto ao uso medicinal, várias espécies são utilizadas tradicionalmente, pelas populações locais, como medicinais, mas ainda há poucos estudos sobre a eficácia efetiva destas plantas. Em alguns casos, o uso tradicional pode trazer problemas para a conservação de espécies, como a mangaba, da qual é extraído um látex que seria cicatrizante. Há denúncias de danos a populações inteiras destas plantas pela extração desordenada deste material, levando as árvores à morte.

Para completar o quadro dos usos dados pela população à flora local, deve ser citado o uso de canelas-de-ema ou candombás (*Vellozia* spp) como material comburente. Estas plantas apresentam um óleo combustível que as torna altamente inflamáveis (um dos grandes transtornos, quando há incêndios na vegetação da região, é apagar o fogo que fica queimando por dias em candombás). Embora o uso, atualmente, seja menor que no passado, ainda é possível encontrar tocos de canbombá a venda em algumas feiras livres. O dano por este uso causado às populações destas espécies é, com certeza, muito menor do que o causado pelos incêndios, mas mesmo assim há um possível comprometimento de algumas populações.

2.4.1.9 - Disseminação de Espécies Exóticas

2.4.1.9.1 - Caramujo Africano

Foi identificada pelo IBAMA na cidade de Andaraí uma grande quantidade do caramujo-africano Achatina fulica. É uma espécie exótica com grandes possibilidades de se instalar no PNCD, já que o ambiente é muito semelhante às condições do local de origem do mesmo (África Oriental), além de poder infestar outras cidades da região. Este caramujo pode transmitir ao homem, vermes, que causam peritonite ou um tipo de menigite, apesar de ainda não ter sido registrado nenhum caso no Brasil. Caso o caramujo esteja com os vermes, a transmissão para o homem pode se dar por contato direto com o caramujo ou pela ingestão de frutas, veduras e legumes que tenham tido contato com o muco (secreção) do caramujo.
Para a agricutura é considerado uma praga, pela forma voraz com que destroem uma plantação e para o Parque representa uma ameaça a bodiversidade e é muito difícil de ser erradicado.

2.4.1.9.2 - Peixes

Nos rios da bacia do Paraguaçu, na região da UC, foi constatada a presença de espécies exóticas de peixes, principalmente tucunarés *Cichla cf. temensis*, tilápias *Tilapia* sp, apanharis *Astronotus ocellatus* e trutas, provavelmente do gênero *Oncorhynchus*. A presença destas espécies é oriunda da prática, comum em todo o estado da Bahia, de soltar alevinos de peixes utilizados em criações comerciais em cursos e corpos d'água naturais, como rios e lagos, além de barragens. Conhecida como peixamento, esta prática conta, inclusive, com apoio de órgãos oficiais ligados a extensão rural, como a Bahia Pesca S.A. (BAHIAPESCA), ligada a Secretaria Estadual de Agricultura do Estado da Bahia (SEAGRI). Algumas prefeituras da região da UC, como Palmeiras, também realizaram ações de liberação de alevinos em barragens.
Tucunaré – das espécies citadas acima, a mais agressiva ao ambiente é o tucunaré, uma vez que é um peixe carnívoro muito agressivo. Esta espécie já foi constatada em toda a região do

Marimbus e no alto curso do rio Santo Antonio, em Andaraí, e na barragem do Apertado, próximo a Mucugê. E importante citar que, embora represente uma ameaça ao ecossistema, a presença do tucunaré é bem vista pelos pescadores profissionais, por sua carne saborosa e valorizada na culinária, e amadores, devido a combatividade dos peixes quando pescado usando caniços como petrecho para sua captura.

Apanhari – também conhecido por apaiari ou oscar, é um peixe oriundo da bacia Amazônica ou da bacia do rio Paraguai, e como o tucunaré é carnívoro e agressivo, embora aparentemente não tanto quanto a última espécie.

Tilápias – são herbívoras e, como os apanharis, são provavelmente menos agressivos ao ambiente que os tucunarés, porém concorrem com as espécies nativas pelos recursos naturais dos cursos d'água.

Trutas – foram introduzidas no Vale do Capão, em Palmeiras, mas não há informações sobre sua ocorrência fora desta área. Como se trata de um peixe de águas frias é possível que não se propague pela região.

2.4.1.9.3 - Abelhas

Outro animal exótico amplamente difundido pela região do Parque é a abelha européia *Apis mellifera mellifera* ou africanizada *Apis mellifera scutellata*. A primeira subespécie citada foi introduzida no Brasil em 1839, para criação de para a produção de mel e cera. A abelha africanizada foi introduzida em São Paulo, em 1956. Ambas escaparam das criações e espalharam-se rapidamente pela natureza. Em muitas regiões, a abelha africanizada, mais agressiva, suplantou a abelha européia. As duas subespécies concorrem com as abelhas nativas e, ao fazê-lo, podem ser responsáveis pela redução na incidência destas espécies, interferindo na dinâmica de ecossistemas e favorecendo, em muitos casos, a dispersão de espécies vegetais exóticas. Além disto, são responsáveis por acidentes envolvendo seres humanos, animais domésticos e, possivelmente, a fauna autóctone.

2.4.1.9.4 - Capim-gordura

A espécie vegetal exótica mais amplamente disseminada pelo PNCD e região é o capim gordura *Melinis minutiflora*. Esta espécie foi introduzida no Brasil, provavelmente, entorno dos anos de 1800 e se espalhou por diversas regiões. É uma espécie que coloniza principalmente ambientes abertos, mas pode ocorrer em bordas de mata, em locais mais iluminados. É utilizada como forrageira e há referências quanto ao seu uso como planta medicinal. Na chapada Diamantina, ela ocupa os taludes das encostas da serra do Sincorá, além de ocorrer em extensas áreas em trechos que foram minerados no passado, ocupando o espaço de espécies nativas, especialmente de formações relacionadas ao Cerrado e em campos rupestres.

2.4.1.9.5 - Pinheiros

A presença de pinheiros ou pinus *Pinus* spp, na região do PNCD, ainda é pontual e localizada, mas, em diversas áreas onde há indivíduos desta espécie, é possível constatar a presença de um grande número de plântulas. Embora as diversas espécies de pinus sejam largamente cultivadas no Brasil para a produção de madeira e papel, entre outros usos, as ocorrências destas plantas na chapada Diamantina estão relacionadas ao seu emprego como ornamental. Na região do vale do Cercado, próximo ao morro do Pai Inácio, junto ao limites do Parque, relatos de moradores e condutores de visitantes dão conta de que havia pouco mais de uma dezena de indivíduos plantados ao longo da estrada de acesso a esta área. Atualmente, o número de árvores presentes no local chega à casa das centenas de indivíduos, que estão se dispersando pelas encostas das montanhas locais e ao longo de um riacho afluente do rio Santo Antonio. Os proprietários das áreas já foram multados pelo Centro de Recursos Ambientais (CRA), órgão de fiscalização ambiental do Estado da Bahia, uma vez que o local integra a Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual Marimbus-Iraquara, e a presença desta espécie ameaça descaracterizar os ambientes naturais, mas apesar disto, não houve remoção destas plantas. Além deste local, a presença de pinus também foi constatada em uma área próxima da serra do Sincorá, junto aos limites do PNCD, em Mucugê, num trecho a poucas dezenas de metros de uma estrada carroçável que

parte da rodovia BA-142 e leva a comunidade de Caraíbas. Neste caso, porém, o número de indivíduos ainda é muito pequeno e é possível a sua eliminação com relativa facilidade.

2.4.1.9.6 - Agave e Piteira

A agave *Agave sisalana* e a piteira *Furcraea* sp. são duas espécies da família das agaváceas que são cultivadas na chapada Diamantina. A agave foi muito cultivada, no passado, para a produção de fribras de sisal. As plantações abandonadas, quando não erradicadas, tornam-se um ponto de propagação da espécie para as áreas vizinhas. Esta propagação é lenta, pois se dá, normalmente, de forma vegetativa, através de pequenos bulbos que surgem no alto das inflorescências e que se espalham quando estas caem. Aos poucos, as agaves acabam sufocando a vegetação nativa, formando maciços praticamente monoespecíficos. A piteira é usada como ornamental e tem o mesmo sistema de propagação. Na região, há pelo menos um ponto de invasão desta espécie na área do perímetro urbano de Mucugê, onde há uma vigorosa população desta espécie próximo da igreja desta cidade.

2.4.1.9.7 - Jaqueira

Finalmente, a jaqueira *Artocarpus heterophyllus*, embora seja uma árvore frutífera bastante apreciada, está se estabelecendo em algumas matas da chapada Diamantina como invasora, em especial na região a leste do PNCD. Os frutos desta espécie são consumidos por animais nativos ou domesticados e as sementes são dispersas desta forma. Outro modo de dispersão é o surgimento de plantulas embaixo das árvores adultas. Com o tempo, uma população de jaqueiras acaba se estabelecendo, ocupando o espaço da vegetação nativa.

2.4.1.9.8 - Pressão Sobre a Fauna

A caça, apesar de ser uma atividade ilegal, ainda é muito praticada em todo o Brasil. No PNCD e região, esta atividade tem grande peso. Os caçadores podem divididos em duas grandes classes: caçadores de subsistência e caçadores por esporte e diversão.

Os caçadores de subsistência, muitas vezes, têm conhecimentos empíricos sobre a capacidade de suporte da população, sabem o quanto podem retirar sem causar grande perda para a população da espécie de interesse, pois sua fonte de proteína do amanhã dependerá da manutenção desta população. Ele, muitas vezes, sabe qual animal está adulto e qual fêmea vai parir, qual deve abater e qual não deve abater. Na região, eles são minoria. Outro tipo de caça de subsistência é representado por pessoas que abatem os animais nativos para vender sua carne a interessados. Há informações de que, em diversas cidades, como Lençóis ou Andaraí, algumas pessoas se especializaram em atender a encomendas feitas por terceiros, e aferem boa parte de seus rendimentos com esta atividade.

A maioria dos caçadores que freqüentam a região pratica a caça por esporte e diversão. Eles não têm a preocupação com a manutenção das populações, pois normalmente não moram na região ou na área onde caçam e nem dependem da prática para sobrevivência. São oriundos das cidades e povoados da capada Diamantina ou de regiões vizinhas, havendo relatos de caçadores que vêm de cidades como Irecê ou Vitória da Conquista. Em muitos casos, caçam impunemente quantidades enormes de animais silvestres, sem se importarem com qual espécie estão abatendo ou, ao contrário, procuram apenas uma espécie, normalmente os veados. Assim, podem fazer estoque de iguarias em seus *freezeres*.

Em todas as áreas visitadas, durante os levantamentos de campo para a elaboração deste PM, foram encontrados diferentes aparatos de caça de mamíferos. Nas áreas como o Buracão (Região de Ibicoara), nas proximidades dos projetos de assentamentos rurais do Salobinho e Mocambo (Região de Andaraí), no Vale do Pati (Região de Mucugê, no interior do PNCD), e no Marimbus (Região de Andaraí) foram registrados acentuados movimentos de caçadores.

Em áreas com abrigos de caçadores, constatou-se a presença de varais de madeira para a limpeza e salga das caças abatidas. Foram vistas de 4 a 6 diferentes cutias abatidas em um acampamento abandonado de caçador.

A pressão da caça na região é tão intensa, que a perspectiva para diversas espécies, tais como o queixada *Tayassu pecari*, o caititu *Tayassu tajacu*, a capivara *Hydrochaeris hydrochaeris*, a onça-pintada *Panthera onca*, a *Mazama goazoupira*, o bugio *Alouatta caraya* e a paca *Cuniculus paca*, é a extinção no caso de não se realizarem trabalhos para manutenção destas populações.

Um outro tipo de pressão sobre a fauna é representado pelo tráfico de animais silvestres, que ocorre em toda a região. O grupo animal que sofre maior pressão são as aves, em especial os passeriformes. Ao longo de vários anos, a equipe do PNCD e fiscais de outras regiões do país fizeram diversas apreensões de animais na área. Estas apreensões permitem dividir, de forma simplista, os envolvidos em dois grupos: há coletores que pegam os animais na região, guardam-nos e os vendem a atravessadores, e há os atravessadores, que utilizam a região como rota do trafico e, ocasionalmente, compram animais dos coletores. O IBAMA e a administração do PNCD já dispõem de diversas informações sobre o tema e há previsão de se realizarem operações específicas combater estes delitos.

2.4.2 - Zona Urbana

2.4.2.1 - Saneamento

Dos seis municípios do entorno do PNCD, em uma cidade, Lençóis, há sistema de coleta e tratamento do esgoto. Nas cidades de Palmeiras, Andaraí e Mucugê há planos para que o sistema de coleta e tratamento de esgoto se instale. Nas cidades de Ibicoara, Itaetê e nos povoados, ou distritos de todos os municípios, não há perspectivas de que sistemas de tratamento de esgoto sejam construídos. Assim, em várias localidades e mesmo nas cidades com tratamento e coleta, já que a clandestinidade continua, é comum a emissão direta, *in natura*, dos esgotos residenciais em corpos hídricos superficiais. Muito provavelmente também há a contaminação dos mananciais subterrâneos, sem, contudo, haver estudos ou análises técnicas que o comprovem.

Em todas as sedes municipais há sistema de tratamento de água, mas o mesmo não ocorre em distritos e povoados dos municípios. Nas localidades afastadas ou até mesmo nas periferias das sedes a água utilizada nas residências é, normalmente, oriunda diretamente dos rios, córregos, poços ou cisternas.

O destino final dos resíduos sólidos é outro grande problema de saneamento nos municípios do entorno. A realidade do acondicionamento final do lixo são os lixões, com exceção da cidade de Mucugê, onde há uma separação de alguns materiais recicláveis e enterramento em valas do restante na "usina de reciclagem" da cidade. Nos lixões das demais cidades e povoados do entorno o lixo é depositado, via de regra, a céu aberto em locais inadequados para este depósito. Assim como no caso do esgoto, o depósito inadequado do lixo tem um grande potencial de contaminação de solo, ar e água, além da contaminação de pessoas e animais quando o lixão não é cercado e protegido contra o livre acesso.

Mais uma vez não se tem mensuradas ou estimadas tais contaminações, não obstante, por comparação com outros tantos casos já conhecidos em todo o planeta o ambiente sob influência destes lixões possivelmente está significativamente contaminado por anos de deposição inadequada do lixo.

2.4.2.2 - Padarias

A produção de pães nas cidades e distritos do entorno é dependente de fornos à lenha e esta é, predominantemente, oriunda da vegetação nativa da região. A extração e o transporte de toda a lenha necessária para as panificadoras da região são feitos irregularmente, sem autorização de qualquer autoridade competente, o mesmo ocorre com o controle de emissão de gases pela queima desta lenha.

Como se trata de uma atividade de relevante importância à sociedade da região, é necessário que este setor encontre sua adequação à legislação ambiental, quer seja com formas alternativas de energia, quer seja com o plantio de árvores para produção de lenha e controle de emissão de gases.

As condições atuais da produção de pães são responsáveis por um grande consumo de lenha e, conseqüentemente, da exploração de espécies lenhosas da flora da região o que gera impactos ambientais negativos nas localidades exploradas; a queima da lenha é responsável pela emissão descontrolada de gases, cujo impacto ambiental não se tem mensurado.

2.4.2.3 - Olarias

As olarias apresentam-se num cenário quase que idêntico ao do item anterior, no que toca sua abrangência, importância e impactos. Deve-se acrescer, no entanto, o fato de que neste caso trata-se de produções artesanais, geralmente familiares sem se constituírem em empresas formais. Além deste, outro fator importante e distinto do item anterior é a matéria-prima para a produção de tijolos e telhas: a argila, cuja exploração já traz em si mesmo impactos ambientais consideráveis, como citado na mineração para extração de argila.

2.4.2.4 - Serrarias

Apesar da exploração madeireira na região não se mostrar de grande proporção, ela existe pontualmente. Pode-se ligá-la à ampliação de algumas fronteiras agrícolas da região, mas também a alguns madeireiros tradicionais cujo ofício exclusivo está ligado ao corte e beneficiamento de madeiras.

Não é comum encontrar o desdobramento e beneficiamento de madeira no próprio local de corte das árvores, daí as serrarias serem comumente localizadas nas áreas urbanas.

O corte e transporte das árvores que servem a estas pequenas empresas (poucas delas formalmente constituídas) são feitos irregularmente, sem autorização de órgãos competentes, conseqüentemente o armazenamento e a comercialização da madeira oriunda destas árvores são igualmente ilegais.

Além da venda de madeira da própria região, muitas das serrarias locais comercializam madeira serrada vinda de outras regiões do país, sobretudo da região norte, também geralmente sem documentação adequada.

As serrarias da região, embora também geradoras de emprego e renda e importantes para as cidades enquanto fornecedoras de madeira são fontes de escoamento direto de produtos florestais de exploração ilegal, concorrendo ao corte seletivo predatório quando não ao próprio desmatamento de florestas da Chapada Diamantina. Os danos ao meio ambiente são claros e a frágil condição econômica de trabalhadores rurais é explorada nesta danosa cadeia produtiva.

2.4.3 - Turismo

Na década de 80 a descoberta da chapada Diamantina pelo turismo teve seu maior impulso. A criação do Parque Nacional foi fundamental neste processo, uma vez que o turismo de natureza é, via de regra, atraído para unidades de conservação desta categoria.

Inicialmente incipiente na região, o turismo ganhou força na cidade de Lençóis, atraindo para a cidade microempresários de diversas localidades que investiram no setor. Assim surgiram as primeiras pousadas e restaurantes da cidade e, simultaneamente, os primeiros condutores de visitantes. Com o crescimento da demanda e o aumento contínuo no número de visitantes, cada vez mais pessoas envolveram-se nas atividades turísticas, tanto da sociedade local como oriundas de outras regiões do país. Contribui para isto a forte divulgação da área na mídia, em especial na televisão. Embora concentrada em Lençóis, esta expansão acabou atingindo outras cidades, principalmente do entorno do PNCD, como Palmeiras, Andaraí, Mucugê e, mais recentemente, Ibicoara.

Em Palmeiras, um fenômeno interessante aconteceu no distrito de Caeté-Açú (Vale do Capão), onde houve uma proliferação de pousadas e serviços turísticos que não se refletiu na sede municipal, ainda carente de estrutura para atendimento ao turista. Em Andaraí, o distrito de Igatu está, aos poucos, se transformando em um pólo de atração turística. Na região de Itaetê, que possui grandes atrativos, as ações voltadas ao turismo estão centradas nos distritos de Colônia e

Rumo, que ficam próximos à Serra do Sincorá. Fora do entorno do PNCD, outros pólos turísticos estão surgindo próximo à cidade de Rio de Contas, ao sul, e na região de Morro do Chapéu e Jacobina, ao norte. Ambos ressentem-se, no entanto, da falta de infra-estrutura e das longas distâncias em relação a Salvador e outros centros. Em Lençóis e nas demais cidades do Entorno, estes problemas foram minimizados pela construção do aeroporto em Tanquinho e por obras nas estradas, que facilitaram o acesso, além de outros investimentos realizados pelo governo do estado, a maioria deles utilizando recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR).

Os condutores locais perceberam a necessidade de se organizarem e começaram a surgir as Associações de Condutores de Visitantes (ACV). As ACV são entidades de classe, que representam os condutores de uma determinada cidade ou distrito, e que procuram qualificar seus associados e defender seus interesses, além de desenvolverem ações na área de combate a incêndios (a maioria das brigadas voluntárias surgiu ou permanece ligada a alguma ACV), informação e conscientização ambiental e monitoria voluntária de trilhas. Houve uma tentativa de unificar as ações em uma única entidade que representasse todos os condutores, a ACV-CD, mas diversos problemas acabaram inviabilizando a implantação da entidade. Assim, cada cidade, além de algumas localidades, como Igatu (Andaraí) e o Vale do Capão (Palmeiras), têm sua própria ACV, atualmente. A partir do ano de 2005, as associações passaram a tentar novamente organizar a ACV-CD, processo que ainda está em andamento. A profissão de condutor de visitantes está em processo de regulamentação através de lei estadual. Infelizmente, a maioria dos condutores não tem formação específica e ressentem-se da falta de atenção das autoridades para com suas necessidades, apesar do esforço das ACV e de outras ONG, além de ações isoladas de alguns órgãos.

Apesar do setor turístico ainda não ter desenvolvido plenamente o seu potencial, já há problemas na Chapada Diamantina que são oriundos do crescimento desordenado do turismo. A concentração das atividades na cidade de Lençóis criou outros problemas sociais, já que o turismo não consegue, sozinho, absorver a mão-de-obra local. Frequentemente, aqueles que chegam de outras regiões do país estão melhor preparados para atender as demandas das empresas que trabalham com turismo, o que acaba criando ressentimentos dos nativos da região, que não conseguem ocupar os postos de trabalho. A isto se soma um processo de favelização que já pode ser visto, não só em Lençóis, mas também em outras cidades da região, e que traz conseqüências diretas sobre os ecossistemas locais, uma vez que esta população frequentemente tem que fazer uso de lenha, da caça, e de outros recursos extraídos da natureza, muitas vezes no interior do PNCD. Outra conseqüência é o surgimento de problemas sociais que não eram conhecidos na região, como o uso de drogas pesadas (cocaína, crack) e prostituição infantil.

2.4.4 - Atividades Industriais

As atividades industriais, na chapada Diamantina, ainda são incipientes e pouco expressivas. Alguns grandes empreendimentos estão em fase de instalação, como é o caso da fábrica de cimento no município de Ituaçu ou o pólo industrial de Cascavel, em Ibicoara. Em Palmeiras, está em andamento a instalação de fábricas de tomate-seco e há um projeto de uma cerâmica. Em Colônia, há uma fábrica de biodiesel em processo de licenciamento. Em geral, os projetos existentes ou previstos são indústrias ligadas ao chamado agronegócio ou de processamento de materiais de origem mineral.

2.4.5 - Planos Governamentais para a Região

Os programas governamentais que recebem financiamento da União em cada município que compõe o Parque, estão detalhados no Anexo 2. Aqui serão apresentadas somente as rubricas que receberam recursos da União, sendo elas:

2.4.5.1 - Assistência Social

- Atendimento à Criança e ao Adolescente em Ações Socioeducativas e de Convivência;
- Capacitação e Concessão de Bolsa para Jovens de 15 a 17 anos como Agentes de Desenvolvimento Social e Humano - Concessão de Bolsa para Jovens de 15 a 17 anos em

Situação de Vulnerabilidade e/ou Risco Social;
- Serviços de Concessão, Manutenção, Pagamento e Cessação dos Benefícios de Transferência Direta de Renda;
- Bolsa Família;

2.4.5.2 - Educação
- Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica;
- Apoio ao Transporte Escolar no Ensino Fundamental.

2.4.5.3 - Saúde
- Atendimento Assistencial Básico nos Municípios Brasileiros;
- Piso de Atenção Básica (PAB) para a Saúde da Família;
- Piso de Atenção Básica (PAB) para Assistência Farmacêutica Básica;
- Registro e Controle de Doenças;
- Vigilância Sanitária.

2.4.5.4 - Encargos Especiais
- Compensação de exportação (CEX); Cota-Parte dos Estados e Distrito Federal do Salário-Educação;
- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) (Constituição Federal, art.212);
- Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (Constituição Federal, art.159);
- Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE);
- Transferência para Municípios - Imposto Territorial Rural (ITR);
- Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.2°);
- Transferências do Fundo Especial dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 7.525, de 1986 - Art.6º).

2.4.5.5 - Projeto da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
A unidade Mandioca e Fruticultura Tropical (Cruz das Almas - BA), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conduz um projeto em Ibicoara de introdução e avaliação de cultivares de citros em parceria com a Bagisa S.A Agropecuária e Comércio. Segundo pesquisadores do órgão, essa região tropical de maior altitude proporciona maior qualidade aos frutos e a nova variedade (tangerineira 'Diamantina' - híbrido natural de tangerineira com laranjeira doce, surgido na Flórida em 1979) pretende estimular o consumo de citros no Brasil. A inclusão dos cítricos pode promover mais uma revolução na Chapada, região tradicional na produção de café e hortaliças, porque além de ser uma cultura de alto rendimento, poderá atrair pequenos produtores na atividade.

2.4.5.6 - A Situação dos Empreendimentos no que Tange às Normas Ambientais
Os empreendimentos mais preocupantes no entorno do Parque pois estão relacionados à construção de barragens para utilização na agricultura irrigada nos municípios de Mucugê e Ibicoara. De acordo com os produtores, as barragens estão seguindo as normas legais, porém, ambientalistas e antigos moradores da região argumentam que a água na região tem ficado escassa além de outros impactos ao meio ambiente. O que ficou evidenciado é que nessa região, de alta produção agrícola, existe pressão para aprovação de projetos que beneficiam a agricultura mecanizada e irrigada por pivô central, por exemplo, a construção de barragens, Figura 31.

Está em andamento o processo de licenciamento, no IBAMA, da barragem da Casa Branca no rio Capãozinho, em Mucugê, dentro da ZA do Parque. Ainda em Mucugê, a obra de expansão da rede elétrica na fazenda Batalha, realizada pela Coelba, está com pendências ambientais.

Outra questão importante a levar em consideração é a utilização de agrotóxicos e fertilizantes. Com o aumento da produção, a tendência é aumentar a utilização desses produtos.

Figura 31: Áreas Cultivadas no Entorno da Barragem do Apertado, no Rio Paraguaçu, Próximo aos Limites do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Foto: Luciana Adamo.

O projeto federal Luz para Todos prevê a instalação de linhas de transmissão e o suprimento de energia elétrica em diversos povoados dos municípios integrantes do PNCD. Estas obras devem ter acompanhamento por parte do órgão gestor do PNCD e demais órgãos ambientais.

As obras de recuperação da BA-142, nos trechos Andaraí – Mucugê (54 km) e Barra da Estiva–Ituaçu–Tanhaçu (25km), foram concluídas. O trecho Andaraí-Mucugê-Ituaçu foi refeito. Esta estrada nunca foi licenciada.

O processo de construção do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) de Igatu, no município de Andaraí, do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Andaraí, do SAA e do SES de Palmeiras é realizado com o acompanhamento de arqueólogos, segundo a solicitação do IPHAN, devido às condições existentes quanto à característica histórica da região. Segundo o relatório de andamento dos empreendimentos, da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (Embasa), concluído em junho de 2006, as obras do SAA de Igatu foi concluído, apesar de não ter havido anuência prévia do IBAMA. As obras do SES de Palmeiras estão em andamento e o SAA está em projeto. Em Andaraí, o SES este em início de obras e o SAA, ainda em projeto.

Pela pesquisa do IBGE-Meio Ambiente, 2002, nos municípios de Itaetê e Mucugê foi caracterizada a contaminação da água por pesticidas e fertilizantes. Nos municípios de Andaraí, Ibicoara, Itaetê, Mucugê e Palmeiras, a contaminação da água se deu por despejo de esgoto doméstico. Nos municípios de Ibicoara e Itaetê, ocorreu poluição da água decorrente de mineração/garimpo. E no município de Palmeiras ocorreu poluição de recursos hídricos por resíduos sólidos.

2.5 - Aspectos Socioeconômicos dos Municípios de Entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina

Os aspectos socioeconomicos de cada de município onde esta inserido o PNCD, apresentados seguir, são baseados nos levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e foram compilados por Castro *et aiil*. (2007b).

2.5.1 - Andaraí

2.5.1.1 - Caracterização do Município

Andaraí está localizada na região Nordeste do Brasil, no estado da Bahia. Faz parte da mesorregião geográfica Centro Sul Baiano, pertencente à microrregião geográfica de Seabra. Andaraí tornou-se município em 1884. Com área de 1.895,2 km², representando 0,34% da área do estado, sua densidade demográfica é de 7,3 habitantes por km². O município tem dois distritos: Igatu e Ubiraitá.

2.5.1.2 - População

O crescimento populacional de Andaraí é oscilante entre os anos 1970 a 2000. Em três décadas, a população reduziu 30,7%; sendo que nas duas últimas (1980 -2000) a redução foi de 36,9%. O êxodo rural intensificou-se a partir da década de 1980, quando 81,07% da população residia na área rural. Em 1991 este percentual reduziu para 59,22%, e em 2000, representava 48,39%. A cidade, desta forma, foi mudando o seu perfil populacional. Em 1970, 18,74% da população total era urbana. No ano de 2000, passou para 51,61%.

Em 2005, a população estimada de Andaraí era de 13.633 habitantes. O município encontra-se com um crescimento negativo entre 2000 a 2005. Há mais mulheres na área urbana do que na área rural. O município permaneceu com um padrão permanente do quantitativo de homens e mulheres no decorrer das décadas, Tabela 2.

Tabela 2: População Residente nas Áreas Rural e Urbana do Município de Andaraí, entre os Anos de 1970, 1980, 1991 e 2000, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).

Sexo	Situação do domicílio	Variável x Ano							
		População residente (Habitante)				População residente (%)			
		1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Total	Total	20.047	22.010	14.285	13.884	100	100	100	100
	Urbana	3.756	4.167	5.825	7.166	18,74	18,93	40,78	51,61
	Rural	16.291	17.843	8.460	6.718	81,26	81,07	59,22	48,39
Homens	Total	10.073	11.223	7.210	7.079	50,25	50,99	50,47	50,99
	Urbana	1.766	2.024	2.834	3.538	8,81	9,2	19,84	25,48
	Rural	8.307	9.199	4.376	3.541	41,44	41,79	30,63	25,5
Mulheres	Total	9.974	10.787	7.075	6.805	49,75	49,01	49,53	49,01
	Urbana	1.990	2.143	2.991	3.628	9,93	9,74	20,94	26,13
	Rural	7.984	8.644	4.084	3.177	39,83	39,27	28,59	22,88

Da população de Andaraí, 98,14% origina-se da região Nordeste, sendo que a contribuição do estado da Bahia corresponde a 97,54% (IBGE, Censo demográfico - 2000). Isso demonstra que o município tem um movimento migratório baixo de outras localidades, a não ser do próprio estado da Bahia.

Andaraí é de origem garimpeira, portanto, possui perfil característico de cidades garimpeiras. Neste sentido, a oscilação populacional é moldada de acordo com a oferta de trabalho direta ou indiretamente ligada à extração do minério, Gráfico 4.

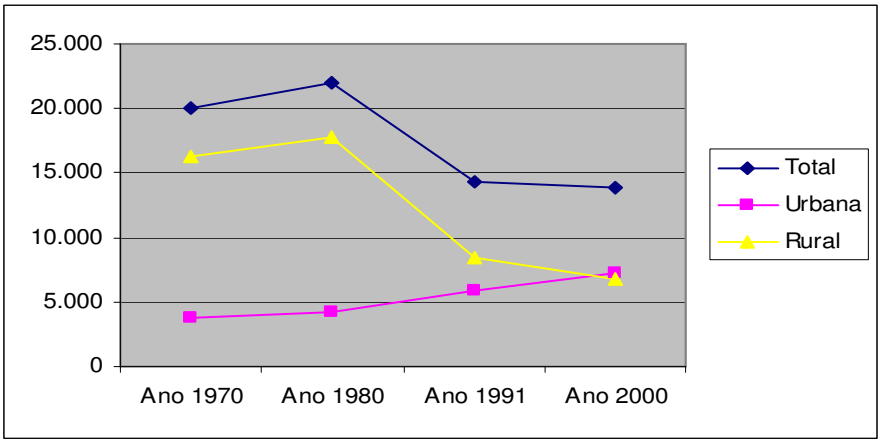
A população de Andaraí apresenta faixa etária concentrada em até 30 anos de idade (71%). Com relação a gênero, até a faixa etária de 45 anos de idade há um percentual maior de homens do que de mulheres. Após os 45 anos de idade, as mulheres apresentam percentual maior do que o dos homens.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal passou de 0,476, em 1997, para 0,569, em 2000. Mesmo obtendo alguma melhoria com o passar dos anos, o município encontra-se em 388º lugar no estado da Bahia e, no cenário nacional, em 5.115º lugar, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2003.

2.5.1.3 - Educação

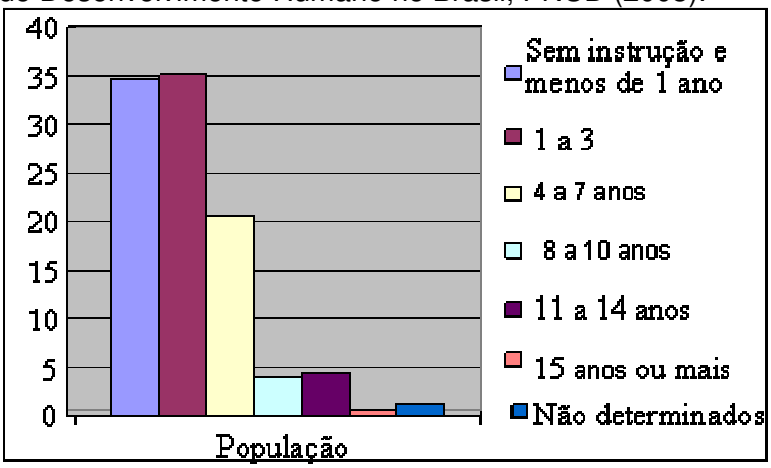
Em 2004 havia seis escolas com ensino pré-escolar, com 393 crianças matriculadas e 18 professores. Com ensino fundamental, havia 37 escolas, com 3.595 alunos matriculados e 126 professores. Já com ensino médio, havia uma escola com 623 alunos matriculados e 14 docentes. (Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), Censo Educacional, 2004).

Gráfico 4: População Residente em Andaraí, Áreas Rural e Urbana, nos Anos de 1970, 1980, 1991 e 2000, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).



O índice de pessoas com mais de quinze anos de idade que nunca freqüentaram a escola ou freqüentaram por menos de um ano é de 34,51% (Gráfico 5). Pessoas que estudaram de um a três anos correspondem a 35,04% e, entre 4 e 7 anos, são 20,70%. Apenas 0,58% da população freqüentaram a escola por 15 anos ou mais.

Gráfico 5: Tempo de Escolaridade do Município de Andaraí – 2000, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD (2003).



A Taxa de Analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais é de 35,76%, índice maior do que a média entre os municípios do estado da Bahia (23,15%) e também do Brasil (13,63%).

2.5.1.4 - Saúde

No ano de 2002, havia quatro estabelecimentos de saúde pública no município. Todos prestando serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS), sendo que um deles comporta internações, possuindo 48 leitos. No município existiam 13 postos de trabalhos médicos, 4 postos de trabalho de enfermeiros, 1 posto de trabalho odontológico e 15 postos de trabalho de auxiliar de enfermagem (Fonte: IBGE, Assistência Médica Sanitária 2002).

2.5.1.5 - Saneamento Básico

A situação dos domicílios em Andaraí é a seguinte: 42,57% têm água encanada, 9,37% têm acesso a esgoto e 32,11% dos domicílios contam com coleta de lixo. Em 2000, 61,31% dos domicílios de Andaraí não possuíam banheiro ou sanitário.

Na área rural, a coleta de lixo, água encanada e acesso à rede geral de esgoto são praticamente inexistentes, assim como nos seis municípios que compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina.

2.5.1.6 - Estrutura Fundiária

Devido à forte tradição do garimpo em Andaraí, a agricultura e pecuária há alguns séculos são atividades secundárias. Verifica-se que entre os seis municípios que compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, a produção agrícola corresponde apenas a 4% do total do uso atual da terra.

A disposição das terras, no Censo Agropecuário de 1996, encontrava-se da seguinte forma: terras próprias eram 1.459, somente uma terra arrendada, cinco terras em parceria, e terras ocupadas perfaziam um total de 144. De acordo com a Tabela 3, o número de estabelecimentos por utilização das terras e condições de produção revela uma concentração de lavouras temporárias.

Tabela 3: Número de Estabelecimentos por Utilização das Terras e Condição do Produtor do Município de Andaraí, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (1996).

Utilização das terras	Condição do produtor				
	Total	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
Lavouras permanentes	110	92	-	-	18
Lavouras temporárias	1.376	1.240	-	5	131
Lavouras temporárias em descanso	277	262	-	-	15
Pastagens naturais	644	618	-	-	26
Pastagens plantadas	757	746	-	-	11
Matas e florestas naturais	965	952	-	-	13
Matas e florestas artificiais	22	22	-	-	-
Terras produtivas não utilizadas	224	209	-	1	14
Terras inaproveitáveis	892	844	-	1	47

2.5.2 - Ibicoara

2.5.2.1 - Caracterização do Município

Ibicoara está localizado na região Nordeste, no estado da Bahia. Faz parte da mesorregião geográfica Centro Sul Baiano e pertence à microrregião geográfica de Seabra. Com área de 977,1km², sua densidade demográfica é de 14,79 habitantes por km². Cascavel é o único distrito do município.

2.5.2.2 - População

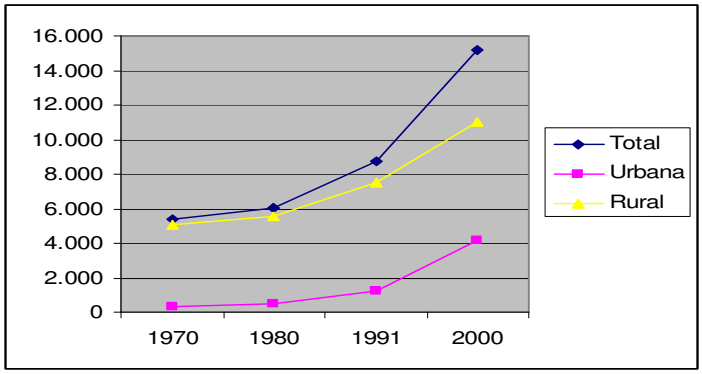
Ibicoara teve um evento de crescimento populacional significativo entre os anos 1970 e 2000. Nesses trinta anos a população aumentou 180,83%, sendo que o maior aumento aconteceu entre 1991 e 2000, de 119,27%. Em 1970, a população residente na área rural representava 94,11%, em 2000 este percentual caiu para 72,75%. A área urbana de Ibicoara, que contava com apenas 5,89% (ou 318 habitantes) da população, obteve um incremento entre 1970 e 2000, passando a representar 27,25%. Apesar da redução da porcentagem da população rural, o município continua mantendo características rurais, Tabela 4.

Tabela 4: População Residente em Ibicoara, Áreas Rural e Urbana (1970, 1980, 1991 e 2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).

Sexo	Situação do domicílio	Variável x Ano							
		População residente (Habitante)				População residente (Percentual)			
		1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Total	Total	5.401	6.025	8.726	15.168	100	100	100	100
	Urbana	318	452	1.253	4.133	5,89	7,5	14,36	27,25
	Rural	5.083	5.573	7.473	11.035	94,11	92,5	85,64	72,75
Homens	Total	2.473	2.968	4.333	7.748	45,79	49,26	49,66	51,08
	Urbana	139	226	585	2.007	2,57	3,75	6,7	13,23
	Rural	2.334	2.742	3.748	5.742	43,21	45,51	42,95	37,85
Mulheres	Total	2.928	3.057	4.393	7.420	54,21	50,74	50,34	48,92
	Urbana	179	226	668	2.127	3,31	3,75	7,66	14,02
	Rural	2.749	2.831	3.725	5.293	50,9	46,99	42,69	34,9

Em 2005, a população estimada para Ibicoara foi de 16.985 habitantes, o que representa um crescimento de 10,7 % no número de habitantes, em relação a 2000. Esse aumento pode ser um reflexo do setor de agronegócios na região. O município vem se destacando na economia de agronegócios e, em função disso, o fluxo migratório poderá sofrer modificações significativas sazonais, principalmente no período de colheitas, quando é demandada mais mão-de-obra, Gráfico 6.

Gráfico 6: População Residente em Ibicoara, Áreas Rural e Urbana (1970, 1980, 1991 e 2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).

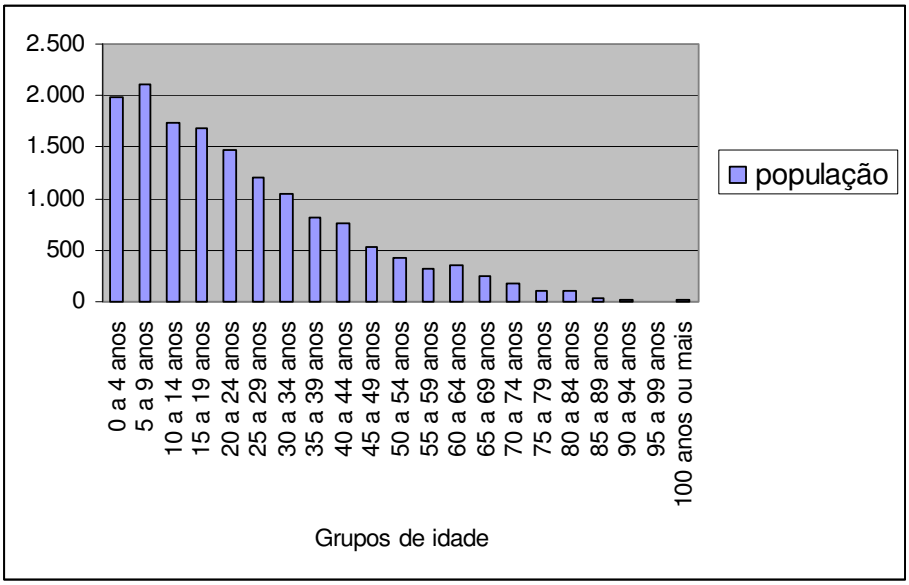


Da população de Ibicoara, 97,25% originam-se da região Nordeste, sendo 91,2% do estado da Bahia. Isso demonstra que o município tem, na atualidade, um movimento migratório baixo, a não ser dentro do próprio estado.

A faixa etária da população de Ibicoara é muito concentrada em até 29 anos de idade (67,20%), Gráfico 7. Com relação a gênero, até a faixa etária de 59 anos de idade há um percentual maior de homens do que de mulheres. Na faixa etária a partir de 60 anos predomina a porcentagem de mulheres (3,31% de homens e 3,74% de mulheres).

O IDH municipal passou de 0,508, em 199,1 para 0,632, em 2000. Mesmo obtendo melhoria, o município encontra-se na 171ª posição, no cenário estadual, e 4.078ª, no cenário nacional (Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil).

Gráfico 7: Município de Ibicoara por Grupo de Idade (2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).

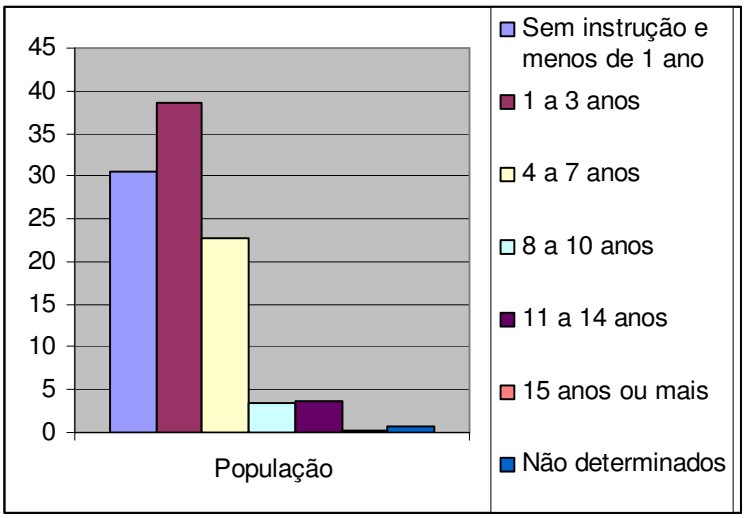


2.5.2.3 - Educação

Em 2004, havia cinco escolas com ensino pré-escolar, 328 crianças matriculadas e 16 professores. Com ensino fundamental, havia 8 escolas, 3.143 alunos matriculados e 124 professores. Já com ensino médio, havia uma escola, 439 alunos matriculados e 19 docentes (INEP - Censo Educacional, 2004).

O índice de pessoas com mais de quinze anos de idade que nunca freqüentaram a escola ou freqüentaram por menos de um ano é de 30,63%, Gráfico 8. Pessoas que estudaram de um a três anos correspondem a 38,64%, e entre 4 e 7 anos, 22,66%. Apenas 0,31% da população freqüentaram a escola por 15 anos ou mais.

Gráfico 8: Tempo de Escolaridade do Município de Ibicoara (2000), Estado do Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD (2003).



A Taxa de Analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais é de 28,29%, índice maior do que a média entre os municípios do estado da Bahia (23,15%) e também do Brasil (13,63%).

2.5.2.4 - Saúde

No ano de 2002, havia três estabelecimentos de saúde pública no município. Todos prestam serviços ao SUS. No entanto, nenhum deles comportava internações. No município existiam 4

(quatro) postos de trabalhos médicos, 3 (três) postos de trabalho de enfermeiros, 2 (dois) postos de trabalho odontológico e 9 (nove) postos de trabalho de auxiliar de enfermagem (Fonte: IBGE, Assistência Médica Sanitária 2002).

2.5.2.5 - Saneamento Básico

No ano de 2000, a situação dos domicílios em Ibicoara era a seguinte: 39,85% possuíam água encanada, 14% possuíam acesso à rede geral de esgoto, 25,05% dos domicílios contavam com coleta de lixo e 55,33% não possuiam banheiro nem sanitário (Fonte: IBGE, Censo Demográfico - 2000).

2.5.2.6 - Estrutura Fundiária

A disposição das terras, segundo o Censo Agropecuário de 1996, encontrava-se da seguinte forma: terras próprias eram 1.217, oito terras arrendadas, 60 terras em parceria e terras ocupadas perfaziam um total de 72. De acordo com a Tabela 5, o número de estabelecimentos por utilização das terras e condições de produção demonstra uma concentração em lavouras permanentes.

Tabela 5: Número de Estabelecimentos por Utilização das Terras e Condição do Produtor do Município de Ibicoara, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (1996).

Utilização das terras	Condição do produtor				
	Total	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
Lavouras permanentes	1.058	969	-	29	60
Lavouras temporárias	436	394	1	33	8
Lavouras temporárias em descanso	189	183	-	2	4
Pastagens naturais	536	524	-	6	6
Pastagens plantadas	156	153	-	2	1
Matas e florestas naturais	304	301	-	1	2
Matas e florestas artificiais	4	4	-	-	-
Terras produtivas não utilizadas	478	472	-	4	2
Terras inaproveitáveis	987	930	1	33	23

2.5.3 - Itaetê

2.5.3.1 - Caracterização do Município

Itaetê está localizado na região Nordeste, no estado da Bahia. Faz parte da mesorregião geográfica Centro Sul Baiano. Pertence à microrregião geográfica de Seabra (IBGE, 2006). Com área de 1.194,2km², sua densidade demográfica é de 11,55 habitantes por km². O município não possui distritos.

2.5.3.2 - População

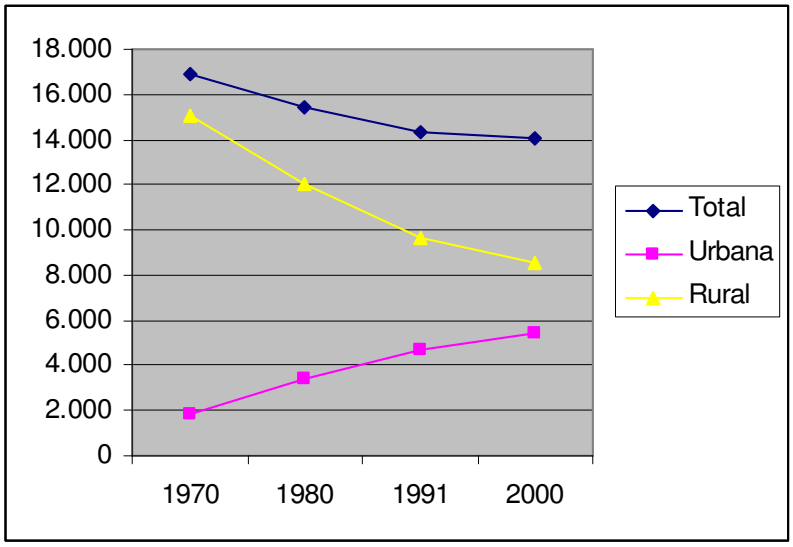
Itaetê teve crescimento populacional negativo entre os anos 1970 a 2000. Em 30 anos, a população diminuiu 17,24%. A população rural diminuiu 43,36% nos mesmos 30 anos, em 1970, a população residente na área rural representava 89,23% e em 2000, este percentual caiu para 61,06%. Nesse mesmo ano, a população na área urbana de Itaetê, que em 1970 era de apenas 10,77%, passou a representar 38,94% da população total, Tabela 6.

Em 2005, a população estimada para Itaetê foi de 13.824 habitantes, o que representou uma queda no número de habitantes, em relação a 2000. Da população de Itaetê, 98,07% originam-se da região Nordeste, sendo que do estado da Bahia corresponde a 97,3%. Isso demonstra que o município tem, atualmente, um movimento migratório baixo, Gráfico 9.

Tabela 6: População Residente em Itaetê, nas Áreas Rural e Urbana (1970, 1980, 1991 e 2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).

Sexo	Situação do domicílio	Variável x Ano							
		População residente (Habitante)				População residente (Percentual)			
		1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Total	Total	16.924	15.440	14.296	14.006	100	100	100	100
	Urbana	1.823	3.408	4.676	5.454	10,77	22,07	32,71	38,94
	Rural	15.101	12.032	9.620	8.552	89,23	77,93	67,29	61,06
Homens	Total	8.465	7.693	7.142	7.102	50,02	49,83	49,96	50,71
	Urbana	878	1.663	2.240	2.630	5,19	10,77	15,67	18,78
	Rural	7.587	6.030	4.902	4.472	44,83	39,05	34,29	31,93
Mulheres	Total	8.459	7.747	7.154	6.904	49,98	50,17	50,04	49,29
	Urbana	945	1.745	2.436	2.824	5,58	11,30	17,04	20,16
	Rural	7.514	6.002	4.718	4.080	44,40	38,87	33,00	29,13

Gráfico 9: População Residente em Itaetê, Áreas Rural e Urbana (1970, 1980, 1991 e 2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).



A faixa etária da população de Itaetê é muito concentrada em até 29 anos de idade (65,60%), Gráfico 10. Na faixa etária de 20 a 24 anos, existe uma queda brusca no número da população em relação às faixas anteriores. Uma das hipóteses para esse fato é a saída do jovem em busca de emprego em outras cidades.

Com relação ao sexo, a população de homens, em Itaetê, predomina sobre a de mulheres. Na população acima de 60 anos, a porcentagem de mulheres é maior (5,41% de mulheres e 4,7% de homens).

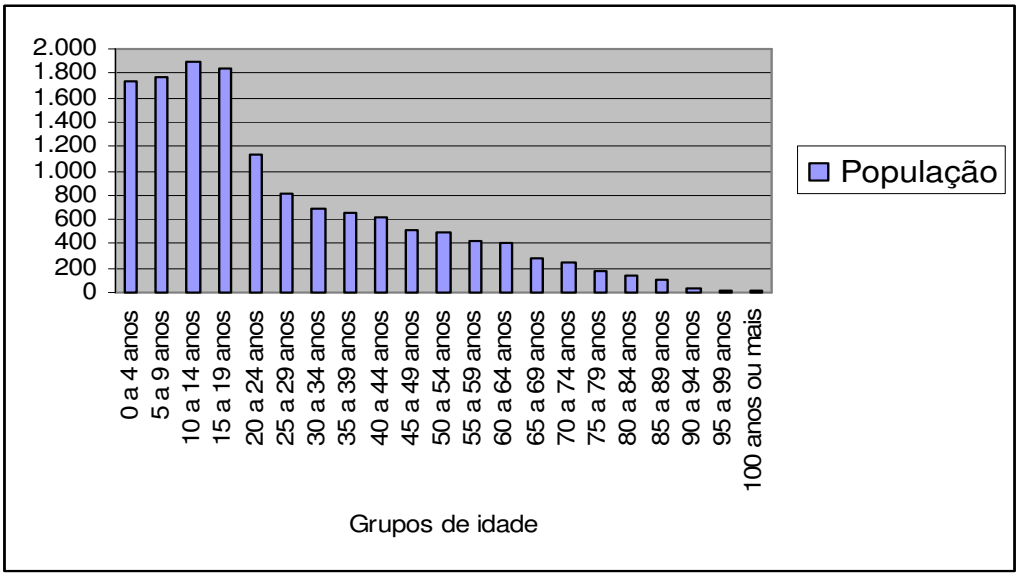
O IDH municipal passou de 0,452, em 1991, para 0,582, em 2000. Mesmo obtendo melhoria, o município encontra-se na 360ª posição, no cenário estadual, e em 4.942ª posição, no cenário nacional (Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil).

2.5.3.3 - Educação

Em 2004, havia seis escolas com ensino pré-escolar, com 184 crianças matriculadas e 10 professores. Com ensino fundamental, havia 38 escolas, com 4.429 alunos matriculados e 169

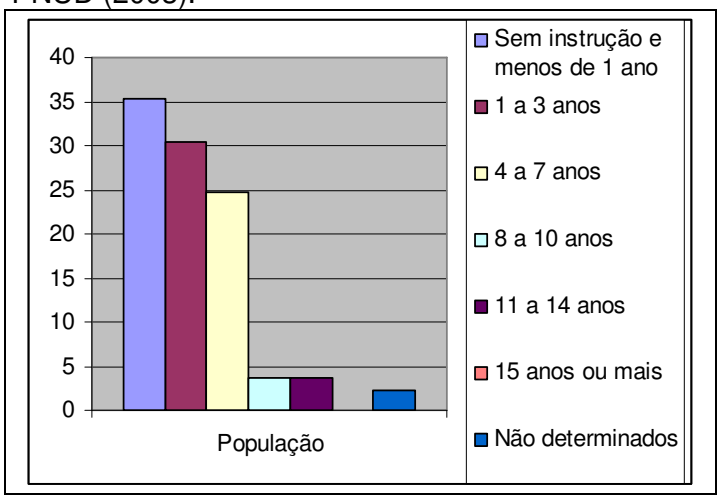
professores. Já com ensino médio, havia duas escolas, com 688 alunos matriculados e 33 docentes (INEP - Censo Educacional, 2004).

Gráfico 10: Município de Itaetê por Grupo de Idade (2000), no Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).



O índice de pessoas com mais de quinze anos de idade que nunca freqüentaram a escola ou freqüentaram por menos de um ano é de 35,23%, Gráfico 11. Pessoas que estudaram de um a três anos correspondem a 30,40% e entre 4 e 7 anos, são 24,72%. Apenas 0,04% da população freqüentaram a escola por 15 anos ou mais.

Gráfico 11: Tempo de Escolaridade do Município de Itaetê (2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD (2003).



A Taxa de Analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais é de 37,85%, maior do que a média entre os municípios do estado da Bahia (23,15%) e também do Brasil (13,63%).

2.5.3.4 - Saúde

No ano de 2002, havia sete estabelecimentos de saúde pública no município, sendo que um deles comportava internações, com 14 leitos disponíveis pelo SUS. No município existiam 10 (dez) postos de trabalhos médicos, 5 (cinco) postos de trabalho de enfermeiros, 2 (dois) postos de trabalhos odontológicos e 9 (nove) postos de trabalho de auxiliares de enfermagem (Fonte: IBGE, Assistência Médica Sanitária 2002).

2.5.3.5 - Saneamento Básico

No ano de 2000, a situação dos domicílios urbanos em Itaetê era a seguinte: 52,76% possuíam água encanada; 3,12% possuíam acesso à rede geral de esgoto; 19,74% dos domicílios urbanos contavam com coleta de lixo e 50,39% dos domicílios não possuíam banheiro nem sanitário (Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2000).

2.5.3.6 - Estrutura Fundiária

A disposição das terras, no Censo Agropecuário de 1996, encontrava-se da seguinte forma: terras próprias eram 679, 5 terras arrendadas, 12 terras em parceria e terras ocupadas perfaziam um total de 23.

De acordo com a Tabela 7, o número de estabelecimentos por utilização das terras e condições de produção revela uma concentração em lavouras temporárias e pastagens naturais.

Tabela 7: Número de Estabelecimentos por Utilização das Terras e Condição do Produtor no Município de Itaetê, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (1996).

Utilização das terras	Condição do Produtor				
	Total	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
Lavouras permanentes	109	109	-	-	-
Lavouras temporárias	435	412	1	8	14
Lavouras temporárias em descanso	258	250	1	3	4
Pastagens naturais	585	568	1	1	15
Pastagens plantadas	138	128	-	-	10
Matas e florestas naturais	323	316	-	-	7
Matas e florestas artificiais	11	11	-	-	-
Terras produtivas não utilizadas	204	196	1	1	6
Terras inaproveitáveis	589	569	1	1	18

2.5.4 - Lençóis

2.5.4.1 - Caracterização do Município

Lençóis está localizado na região Nordeste, no estado da Bahia. Faz parte da mesorregião geográfica Centro Sul Baiano. Pertence a microrregião geográfica de Seabra (IBGE, 2006). Com área de 1.240,3km², sua densidade demográfica é de 7,17 habitantes por km². O município tem dois distritos: Afrânio Peixoto e Coronel Octaviano Alves.

2.5.4.2 - População

Lençóis teve um evento de crescimento populacional recorde entre os anos 1970 a 2000, Tabela 8.

Em 30 anos a população aumentou 73,65%. Em 1970, a população residente na área rural representava 49,72% e em 2000, este percentual caiu para 28,23%. A partir daí, a cidade foi mudando o seu perfil populacional. Em 1970, 50,28% da população total concentrava-se em área urbana, e, em 2000, este número mudou para 71,77%.

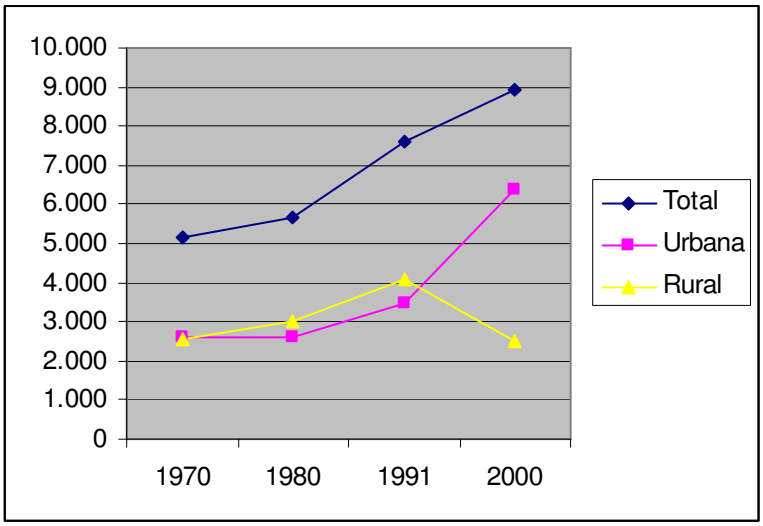
A população de Lençóis origina-se da região Nordeste (96,49%), sendo 95,64% do estado da Bahia. Isto indica um baixo fluxo migratório, a não ser dentro próprio estado. Mas mesmo assim a cidade recebe migrantes de outras localidades e nacionalidades.

Tabela 8: População Residente no Município de Lençóis, Áreas Rural e Urbana (1970, 1980, 1991 e 2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).

Sexo	Situação do domicílio	Variável x Ano							
		População residente (Habitante)				População residente (Percentual)			
		1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Total	Total	5.131	5.639	7.584	8.910	100	100	100	100
	Urbana	2.580	2.617	3.481	6.395	50,28	46,41	45,9	71,77
	Rural	2.551	3.022	4.103	2.515	49,72	53,59	54,1	28,23
Homens	Total	2.648	2.815	3.763	4.417	51,61	49,92	49,62	49,57
	Urbana	1.234	1.234	1.641	3.108	24,05	21,88	21,64	34,88
	Rural	1.414	1.581	2.122	1.309	27,56	28,04	27,98	14,69
Mulheres	Total	2.483	2.824	3.821	4.493	48,39	50,08	50,38	50,43
	Urbana	1.346	1.383	1.840	3.287	26,23	24,53	24,26	36,89
	Rural	1.137	1.441	1.981	1.206	22,16	25,55	26,12	13,54

O Gráfico 12 indica um processo de êxodo rural intenso na região de Lençóis, entre os anos 1991 e 2000, quando a população urbana quase dobrou. Em 2005, a população estimada de Lençóis foi de 9.741 habitantes, o que representou um crescimento populacional de 9,24% entre 2000 e 2005.

Gráfico 12: População Residente em Lençóis, Áreas Rural e Urbana (1970, 1980, 1991 e 2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).



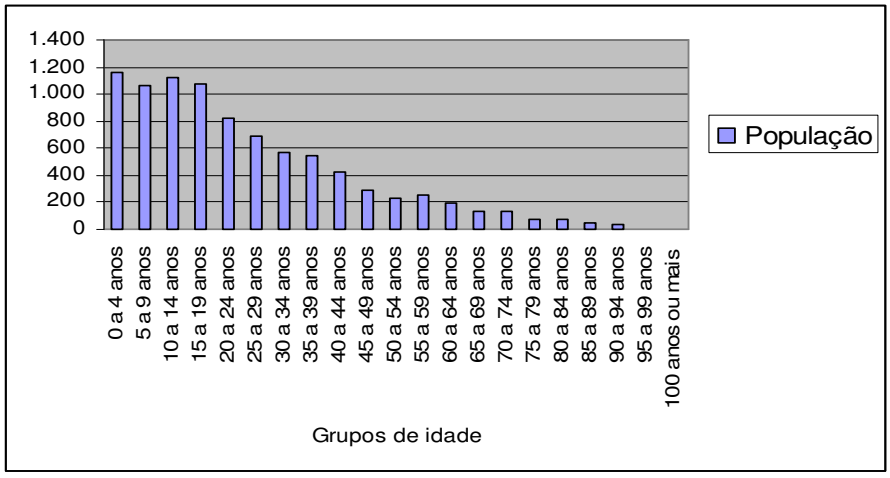
A faixa etária da população de Lençóis é muito concentrada em até 29 anos de idade (66,48%), Gráfico 13. Com relação a gênero, o número total de mulheres é ligeiramente maior que o de homens. Na população acima de 60 anos, o número de mulheres predomina (as mulheres, nesta faixa, representam 3,43% e os homens 3,43%).

O IDH municipal passou de 0,51 em 1991 para 0,614 em 2000. Mesmo obtendo melhoria, o município encontra-se na 240ª posição, no cenário estadual, e na 4.408ª, no cenário nacional (Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil).

2.5.4.3 - Educação

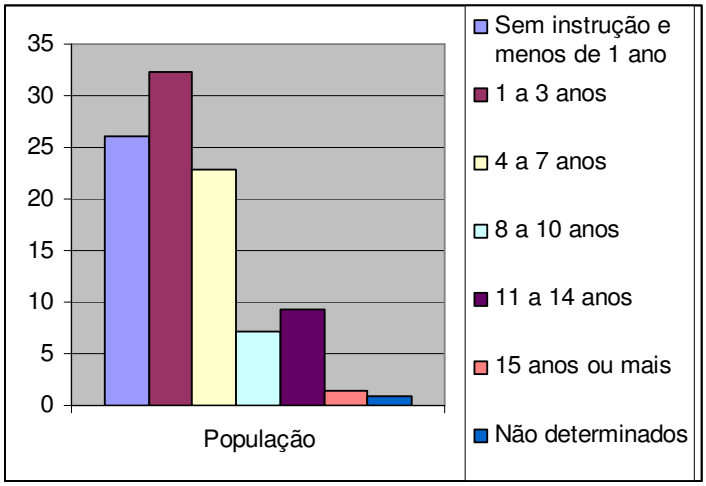
Em 2004, havia 12 escolas com ensino pré-escolar, com 396 crianças matriculadas e 31 professores. Com ensino fundamental havia 27 escolas, com 2.755 alunos matriculados e 131 professores. Já com ensino médio, havia uma escola com 448 alunos matriculados e 27 docentes (INEP - Censo Educacional, 2004).

Gráfico 13: Município de Lençóis por Grupo de Idade, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).



O índice de pessoas com mais de quinze anos de idade que nunca freqüentaram a escola ou freqüentaram por menos de um ano é de 26,01%, Gráfico 14. Pessoas que estudaram de um a três anos correspondem a 32,29%, e entre 4 e 7 anos são 22,81%. Apenas 1,47% da população freqüentaram a escola por 15 anos ou mais.

Gráfico 14: Tempo de Escolaridade do Município de Lençóis (2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD (2003).



A Taxa de Analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais é de 28,53%, índice maior do que a média entre os municípios do estado da Bahia (23,15%) e também do Brasil (13,63%).

2.5.4.4 - Saúde

Em 2002, havia cinco estabelecimentos de saúde pública no município, sendo que um deles comportava internações, com 14 leitos disponíveis pelo SUS. No município existiam 11 postos de trabalhos médicos, 4 postos de trabalho de enfermeiros, um posto de trabalhos odontológicos; e 19 postos de trabalho de auxiliares de enfermagem (Fonte: IBGE, Assistência Médica Sanitária 2002).

2.5.4.5 - Saneamento Básico

No ano de 2000, a situação dos domicílios urbanos em Lençóis era a seguinte: 69,63% possuíam água canalizada; 37,73% possuíam acesso à rede geral de esgoto; 55,75% dos domicílios contavam com coleta de lixo; e 39,01% dos domicílios não possuiam banheiro nem sanitário (Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2000).

2.5.4.6 - Estrutura Fundiária

A disposição das terras, no Censo Agropecuário de 1996, encontrava-se da seguinte forma: terras próprias eram 424, 2 terras arrendadas, 8 terras em parceria e terras ocupadas perfaziam um total de 45. De acordo com a Tabela 9, o número de estabelecimentos por utilização das terras e condições de produção demonstra uma concentração em lavouras temporárias e permanentes.

2.5.5 - Mucugê

2.5.5.1 - Caracterização do Município

Mucugê está localizado na região Nordeste, no estado da Bahia. Faz parte da mesorregião geográfica Centro Sul Baiano e pertence à microrregião geográfica de Seabra (IBGE, 2006). Sua área, de 2.482,3km², é a maior dentre os municípios que compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina. Sua densidade demográfica é de 5,51 habitantes por km². O município tem dois distritos: Guiné e João Correia.

Tabela 9: Número de Estabelecimentos por Utilização das Terras e Condição do Produtor do Município de Lençóis, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (1996).

Utilização das terras	Condição do produtor				
	Total	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
Lavouras permanentes	307	288	-	2	17
Lavouras temporárias	384	339	1	4	40
Lavouras temporárias em descanso	218	195	-	2	21
Pastagens naturais	124	114	-	1	9
Pastagens plantadas	62	56	-	2	4
Matas e florestas naturais	230	214	-	4	12
Matas e florestas artificiais	6	6	-	-	-
Terras produtivas não utilizadas	141	121	-	3	17
Terras inaproveitáveis	455	404	1	6	44

2.5.5.2 - População

Mucugê teve um evento de grande crescimento populacional entre os anos 1970 a 2000. Em 30 anos a população aumentou 91,73%. Entre 1970 e 1980, houve uma queda de 3,17% no número de habitantes. A maior taxa de crescimento populacional, 57,89%, ocorreu entre 1980 e 1991, na década em que foi criado o Parque Nacional da Chapada Diamantina (1985). Em 1970, a população residente na área rural representava 85,28% e, em 2000, este percentual caiu para 74,40% (Tabela 10 e Gráfico 15).

Em 2005 a população estimada para Mucugê foi de 15.780 habitantes, o que representa um crescimento populacional de 21,77% entre os anos 2000 e 2005. Da população de Mucugê, 98,56% origina-se da região Nordeste, sendo 98,56% do estado da Bahia.

A faixa etária da população de Mucugê é muito concentrada em até 29 anos de idade (68,45%), Gráfico 16. O número de homens no município é maior que o número de mulheres. A população de homens em Mucugê predomina sobre a de mulheres, na maioria das faixas etárias. Por exemplo, de 10 a 14 anos de idade, há 8,44% de homens e mulheres são 4,38%. Com relação à

população com mais de 60 anos, a porcentagem de mulheres é maior (4,31% de mulheres e 3,03% de homens).

Tabela 10: População Residente em Mucugê, Áreas Rural e Urbana (1970, 1980, 1991 e 2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).

Sexo	Situação do domicílio	Variável x Ano							
		População residente (Habitante)				População residente (Percentual)			
		1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Total	Total	6.759	6.545	10.33	12.96	100	100	100	100
	Urbana	995	1.321	2.230	3.317	14,72	20,18	21,58	25,6
	Rural	5.764	5.224	8.104	9.642	85,28	79,82	78,42	74,4
Homens	Total	3.208	3.142	5.020	6.905	47,46	48,01	48,58	53,28
	Urbana	441	613	1.074	1.797	6,52	9,37	10,39	13,86
	Rural	2.767	2.529	3.946	5.108	40,94	38,64	38,18	39,42
Mulheres	Total	3.551	3.403	5.314	6.054	52,54	51,99	51,42	46,72
	Urbana	554	708	1.156	1.520	8,2	10,82	11,19	11,73
	Rural	2.997	2.695	4.158	4.533	44,34	41,18	40,24	34,98

Gráfico 15: População Residente em Mucugê, Áreas Rural e Urbana (1970, 1980, 1991 e 2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).

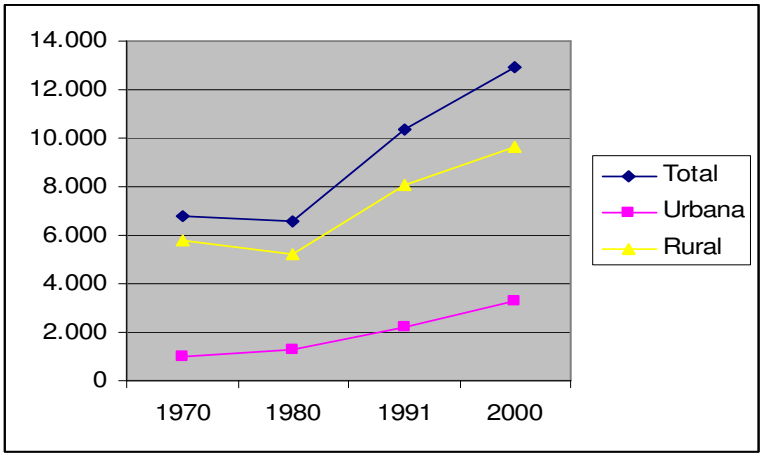
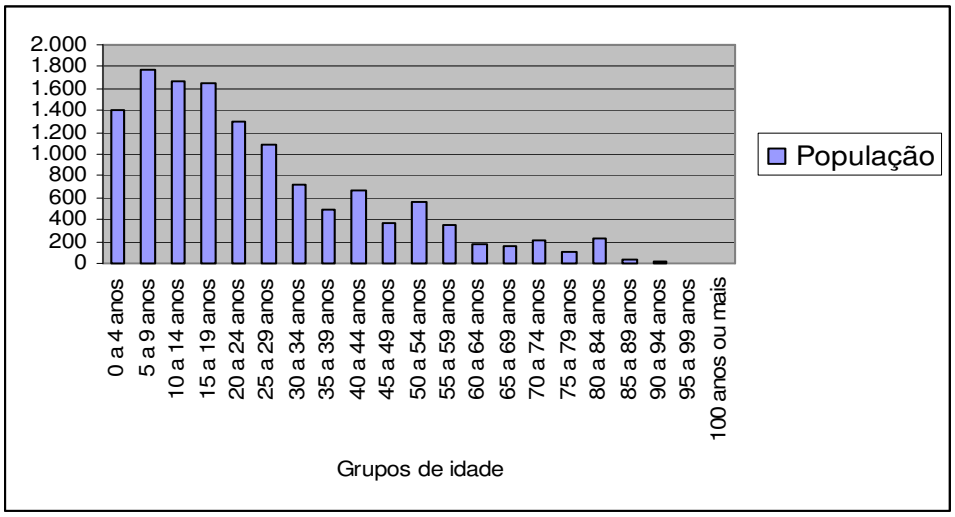


Gráfico 16: Município de Mucugê por Grupo de Idade (2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).



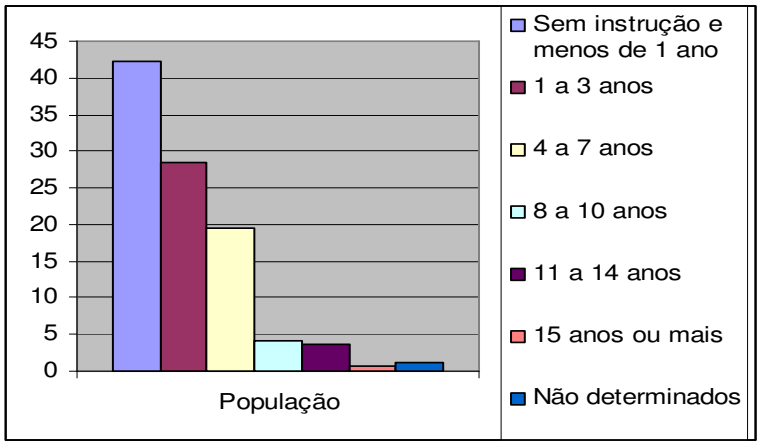
O IDH municipal passou de 0,51 em 1991 para 0,621 em 2000. Mesmo obtendo melhoria, o município encontra-se na 208ª posição no cenário estadual e na 4.285ª posição no cenário nacional (Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil).

2.5.5.3 - Educação

Em 2004, havia 40 escolas com ensino pré-escolar, com 436 crianças matriculadas e 47 professores. Com ensino fundamental, havia 43 escolas, com 1.942 alunos matriculados e 134 professores. Já com ensino médio, havia quatro escolas, com 436 alunos matriculados e 50 docentes (INEP - Censo Educacional, 2004).

O índice de pessoas com mais de quinze anos de idade que nunca freqüentaram a escola ou freqüentaram por menos de um ano é de 42,31%, Gráfico 17. Pessoas que estudaram de um a três anos correspondem a 28,54%, e entre 4 e 7 anos são 19,46%. Apenas 0,62% da população freqüentaram a escola por 15 anos ou mais.

Gráfico 17: Tempo de Escolaridade do Município de Mucugê (2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD (2003).



A Taxa de Analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais é de 33,90%, índice maior do que a média entre os municípios do estado da Bahia (23,15%) e também do Brasil (13,63%).

2.5.5.4 - Saúde

Em 2002, havia cinco estabelecimentos de saúde pública no município, sendo que um deles comportava internações, tendo 14 leitos disponíveis pelo SUS. No município existiam 11 postos de trabalhos médicos, 4 postos de trabalho de enfermeiros, um posto de trabalho odontológico e 19 postos de trabalho de auxiliar de enfermagem. (Fonte: IBGE, Assistência Médica Sanitária 2002).

2.5.5.5 - Saneamento Básico

No ano de 2000 a situação dos domicílios urbanos em Mucugê era a seguinte: 64,30% possuíam água encanada, 13,53% possuíam acesso à rede geral de esgoto, 35,77% dos domicílios contavam com coleta de lixo e 44,70% dos domicílios não possuíam banheiro nem sanitário (Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2000).

2.5.5.6 - Estrutura Fundiária

A disposição das terras, no Censo Agropecuário de 1996, encontrava-se da seguinte forma: terras próprias eram 1.182, 5 terras arrendadas, 170 terras em parceria e terras ocupadas perfaziam um total de 29. De acordo com a Tabela 11, o número de estabelecimentos por utilização das terras e condições de produção revela concentração em lavouras temporárias.

Tabela 11: Número de Estabelecimentos por Utilização das Terras e Condição do Produtor do Município de-Mucugê, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (1996).

Utilização das terras	Condição do produtor				
	Total	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
Lavouras permanentes	638	622	-	10	6
Lavouras temporárias	1.013	826	4	163	20
Lavouras temporárias em descanso	224	214	-	6	4
Pastagens naturais	656	634	1	13	8
Pastagens plantadas	281	269	1	10	1
Matas e florestas naturais	337	333	-	1	3
Matas e florestas artificiais	9	9	-	-	-
Terras produtivas não utilizadas	368	362	-	4	2
Terras inaproveitáveis	349	338	1	10	-

2.5.6 - Palmeiras

2.5.6.1 - Caracterização do Município

Palmeiras está localizado na região Nordeste, no estado da Bahia. Faz parte da mesorregião geográfica Centro Sul Baiano, e pertence a microrregião geográfica de Seabra

2.5.6.2 - População

Segundo dados do IBGE (2006), o município possui uma área de 695,8 km², com densidade demográfica é de 10,08 habitantes por km². Palmeiras teve um evento de crescimento populacional significativo entre os anos 1970 a 2000. Em 30 anos a população aumentou 17,10%. Em 1970, a população residente na área rural representava 62,91% e, em 2000, este percentual caiu para 46,81%. A cidade, desta forma, foi mudando o seu perfil populacional. Em 1970, 37,09% da população era urbana e passou, no ano de 2000, para 53,19%, Tabela 12 e Gráfico 18.

Tabela 12: População Residente em Palmeiras, Áreas Rural e Urbana (1970, 1980, 1991 e 2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).

Sexo	Situação do domicílio	Variável x Ano							
		População residente (Habitante)				População residente (Percentual)			
		1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Total	Total	6.387	6.621	7.142	7.518	100	100	100	100
	Urbana	2.369	2.656	3.600	3.999	37,09	40,11	50,41	53,19
	Rural	4.018	3.965	3.542	3.519	62,91	59,89	49,59	46,81
Homens	Total	3.110	3.238	3.465	3.719	48,69	48,9	48,52	49,47
	Urbana	1.041	1.244	1.687	1.914	16,3	18,79	23,62	25,46
	Rural	2.069	1.994	1.778	1.805	32,39	30,12	24,89	24,01
Mulheres	Total	3.277	3.383	3.677	3.799	51,31	51,1	51,48	50,53
	Urbana	1.328	1.412	1.913	2.085	20,79	21,33	26,79	27,73
	Rural	1.949	1.971	1.764	1.714	30,52	29,77	24,7	22,8

Em 2005, a população estimada de Palmeiras foi de 7.754 habitantes. O município cresceu 3,04% entre os estado da Bahia, o que indica baixo fluxo migratório, a não ser dentro do próprio estado. A faixa etária da população de Palmeiras é muito concentrada em até 29 anos de idade (61,40%), Gráfico 19. Após os 45 anos de idade, existe predominância do número de mulheres sobre o número de homens.

O IDH municipal passou de 0,566, em 199, para 0,679 em 2000. O município encontra-se na 44ª posição no cenário estadual e na 3.316ª posição, no nacional, o que o classifica como o

possuidor do melhor IDH entre os seis municípios que compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina (Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2003).

Gráfico 18: População Residente em Palmeiras, Áreas Rural e Urbana (1970, 1980, 1991 e 2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).

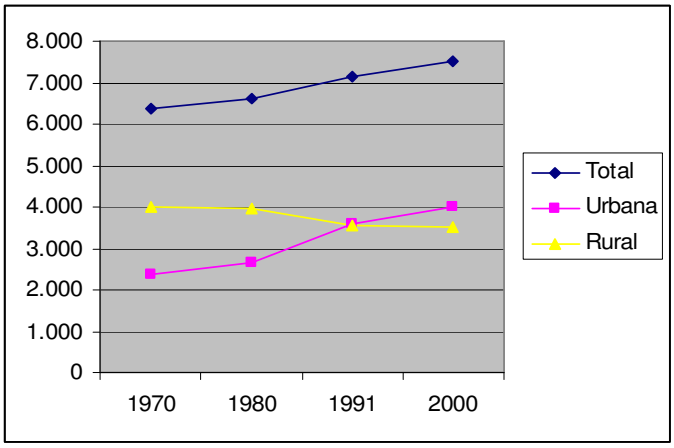
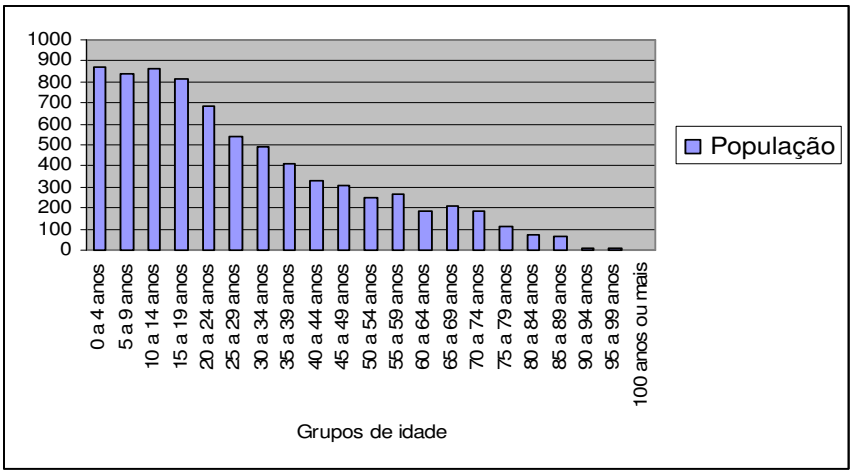


Gráfico 19: Município de Palmeiras por Grupo de Idade (2000), Estado da População, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).



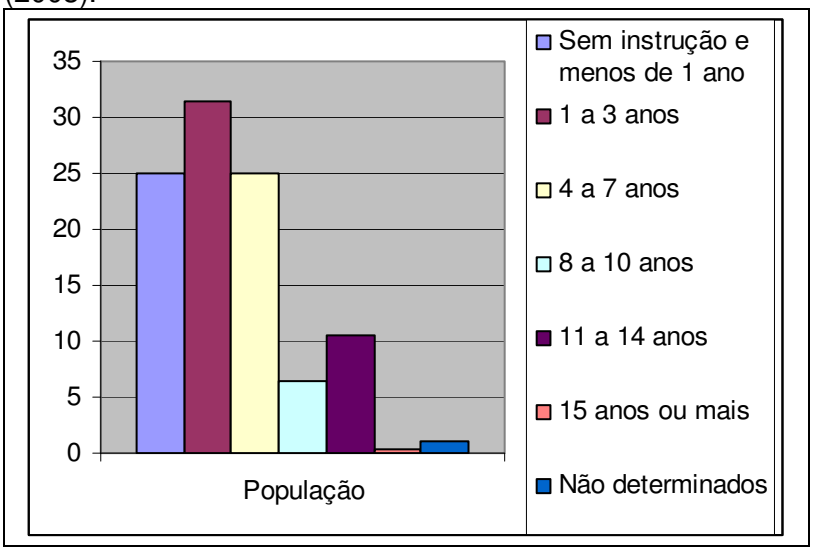
2.5.6.3 - Educação

Em 2004, havia 20 escolas com ensino pré-escolar, com 346 crianças matriculadas e 41 professores. Com ensino fundamental, havia 25 escolas, com 1.799 alunos matriculados e 114 professores. Já com ensino médio, havia uma escola, com 315 alunos matriculados e 22 docentes (INEP - Censo Educacional, 2004).

O índice de pessoas com mais de quinze anos de idade que nunca freqüentaram a escola ou freqüentaram por menos de um ano é de 25,04%, Gráfico 20. Pessoas que estudaram de um a três anos correspondem a 31,36% e, entre 4 e 7 anos, são 25,01%. Apenas 0,42% da população freqüentaram a escola por 15 anos ou mais.

A Taxa de Analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais é de 23,32%, índice maior do que a média entre os municípios do estado da Bahia (23,15%) e também do Brasil (13,63%).

Gráfico 20: Tempo de Escolaridade do Município de Palmeiras (2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD (2003).



2.5.6.4 - Saúde

Em 2002, havia cinco estabelecimentos de saúde pública no município, sendo que um deles comportava internações, com 14 leitos disponíveis pelo SUS. No município existiam 11 postos de trabalhos médicos, 4 postos de trabalho de enfermeiros, um posto de trabalhos odontológicos e 19 postos de trabalho de auxiliar de enfermagem. (Fonte: IBGE, Assistência Médica Sanitária 2002).

2.5.6.5 - Saneamento Básico

No ano de 2000, a situação dos domicílios em Palmeiras era a seguinte: 64,09% possuíam água encanada, 0,81% possuíam acesso à rede geral de esgoto, 51,67% dos domicílios urbanos contavam com coleta de lixo e 30,05% dos domicílios não possuíam banheiro nem sanitário (Fonte: IBGE – Censo Demográfico).

2.5.6.6 - Estrutura Fundiária

A disposição das terras, no Censo Agropecuário de 1996, encontrava-se da seguinte forma: terras próprias eram 448; terras arrendadas, 3; terras em parceria, 46; e terras ocupadas perfaziam um total de 17. De acordo com a Tabela 13, o número de estabelecimentos por utilização das terras e condições de produção revela concentração em lavouras temporárias e permanentes e pastagens naturais.

Tabela 13: Número de Estabelecimentos por Utilização das Terras e Condição do Produtor do Município de Palmeiras, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (1996).

Utilização das terras	Condição do produtor				
	Total	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
Lavouras permanentes	296	295	-	1	-
Lavouras temporárias	296	240	2	43	11
Lavouras temporárias em descanso	68	68	-	-	-
Pastagens naturais	230	228	1	1	-
Pastagens plantadas	113	112	1	-	-
Matas e florestas naturais	201	200	-	1	-
Matas e florestas artificiais	9	9	-	-	-
Terras produtivas não utilizadas	145	145	-	-	-
Terras inaproveitáveis	387	376	-	9	2

2.5.7 - Visão Integrada das Características Municipais

2.5.7.1 - População

A dinâmica populacional da região segue, no conjunto, um crescimento populacional baixo, se comparado à média nacional ou do próprio estado. Entre os anos 1970 e 2000, o crescimento populacional dos seis municípios foi de 18,04%, considerando que Andaraí e Itaetê tiveram crescimento negativo neste mesmo período, Tabela 14. O município que teve o maior crescimento populacional no mesmo período foi Ibicoara, que correspondeu a 267%. Mucugê também teve um crescimento populacional significativo neste período (103%).

Principalmente após a década de 1970, a população tornou-se mais urbana nos seis municípios que compõem o Parque, Tabela 15. A cidade de Itaetê tinha somente 10,77% da população morando na área urbana em 1970. Em 2000, o percentual passa para 38,94%, Gráfico 21.

Tabela 14: População Residente nos Seis Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina (1970, 1980, 1991 e 2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).

Município	Ano			
	1970	1980	1991	2000
Andaraí	20.047	22.010	14.285	13.884
Ibicoara	5.401	6.025	8.726	14.453
Itaetê	16.924	15.440	14.296	14.006
Lençóis	5.131	5.639	7.584	8.910
Mucugê	6.759	6.545	10.334	13.682
Palmeiras	6.387	6.621	7.142	7.518
Total Geral	**60.649**	**62.280**	**62.367**	**72.453**

Tabela 15: População Residente nas Áreas Urbana e Rural nos Seis Municípios do Parque Nacional da Chapada Diamantina nos anos (1970, 1980, 1991 e 2000), Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).

Município	Urbana (%)				Rural (%)			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Andaraí	18,74	18,93	40,78	51,61	81,26	81,07	59,22	48,39
Ibicoara	5,89	7,5	14,36	27,79	94,11	92,5	85,64	72,21
Itaetê	10,77	22,07	32,71	38,94	89,23	77,93	67,29	61,06
Lençóis	50,28	46,41	45,9	71,77	49,72	53,59	54,1	28,23
Mucugê	14,72	20,18	21,58	24,24	85,28	79,82	78,42	75,76
Palmeiras	37,09	40,11	50,41	53,19	62,91	59,89	49,59	46,81

Lençóis apresenta comportamento diferenciado. Em 1970, 50,28% da população era urbana. Entre 1980 e 1991, o percentual da população urbana decresceu, situação anômala para as conjunturas locais e nacionais. Em 2000, a população urbana chegou a 71,77% do total, o maior percentual urbano entre os seis municípios, naquele ano.

A população total dos municípios que compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina é de 72.453 habitantes. Ibicoara tem o maior percentual (21%) e Palmeiras o menor percentual (10%). Andaraí, Itaetê e Mucugê têm o mesmo percentual de habitantes (19%) e Lençóis, 12%, Gráfico 22.

Com relação à distribuição por sexo, atualmente não existem diferenças significativas quanto aos percentuais de gênero entre os seis municípios que compõem o Parque. Os homens correspondem a 50,52% e as mulheres são 49,48% da população desses municípios (Tabela 16).

Gráfico 21: População das Áreas Urbana e Rural (2000) dos Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).

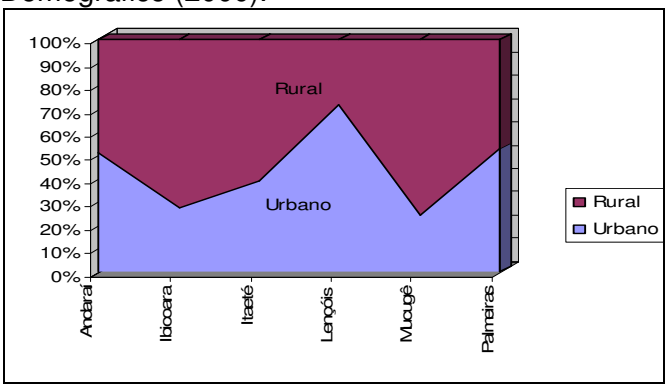


Gráfico 22: Distribuição da População nos Seis Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).

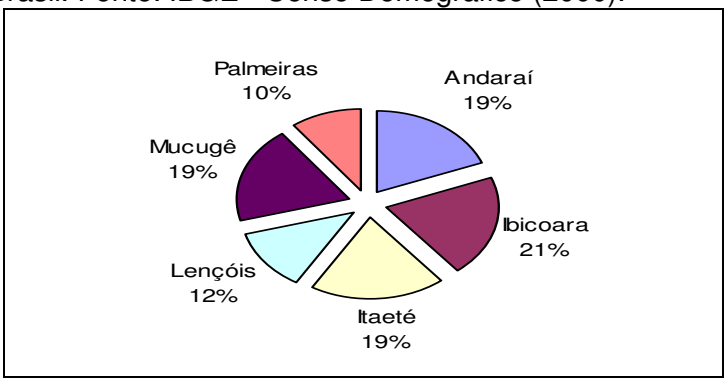


Tabela 16: População Residente por Situação do Domicílio, Sexo, Forma de Declaração da Idade (2000), dos Municípios do Entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).

Município	População residente (número)			População residente (%)	
	Total	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Andaraí	13.884	7.079	6.805	50,99	49,01
Ibicoara	14.453	7.382	7.071	51,08	48,92
Itaetê	14.006	7.102	6.904	50,71	49,29
Lençóis	8.910	4.417	4.493	49,57	50,43
Mucugê	13.682	6.905	6.777	50,47	49,53
Palmeiras	7.518	3.719	3.799	49,47	50,53
Total	**72.453**	**36.604**	**35.849**	**50,52**	**49,48**

A faixa etária da população dos seis municípios tem uma concentração maior até 24 anos de idade, depois se inicia uma escala descendente, Gráfico 23. Isso caracteriza a população da região como jovem.

Com o auxílio da Tabela 17, complementados com os dados de agricultura, extrativismo, histórico e os dados do turismo em cada município é possível identificar suas vocações econômicas.

Gráfico 23: Distribuição da População por Faixa Etária Conjuntamente nos Seis Municípios do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).

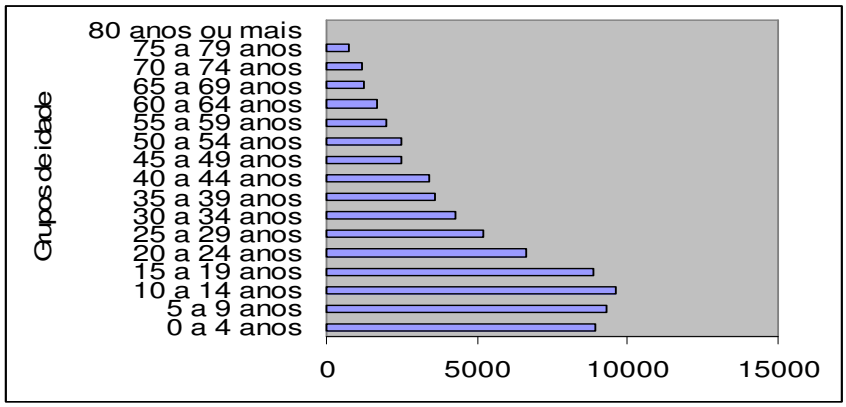


Tabela 17: Distribuição da Ocupação por Setor de Atividade (2003) da População dos Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas, 2003 (Nota: X < 3)

Municípios	Setor primário (%)	Setor secundário (%)	Setor terciário (%)
Andaraí	7,8	-	24
Ibicoara	44,01	1,93	53,47
Itaetê	2,12	0,98	23,43
Lençóis	1,32	1,85	65,16
Mucugê	9,28	1,76	10,72
Palmeiras	-	3,66	37,19

Andaraí não tem destaques em investimentos econômicos, sejam eles no turismo ou na produção agrícola, o que pode desestimular a população local, provocando emigrações. É importante ressaltar que os dados do Cadastro Central de Empresas não representam fielmente a realidade local, uma vez que atividades informais podem ser facilmente constatadas na região.

2.5.7.2 - Fluxos Migratórios

A Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina apresenta baixo fluxo migratório. A maioria é originada do estado da Bahia (95,8%). A cidade de Lençóis é a que mais apresenta moradores nascidos em outros países, em 2000 eram 45 pessoas. Um dos maiores atrativos de imigração para as cidades de Lençóis e Mucugê é a atividade turística em ascendência.

A agricultura se destaca nas cidades de Mucugê e Ibicoara, onde boa parte da população depende desta atividade. No entanto, a mecanização da agricultura pode causar crescimento do desemprego principalmente em Ibicoara. A falta de alternativas econômicas desta cidade pode ser prejudicial, pois a possível diminuição na geração de emprego pode acarretar a decadência de outras atividades que são impulsionadas pela agricultura.

Esse fato pode gerar uma nova corrente migratória para fora do município. Foi o que ocorreu com Andaraí, na década de 80, quando a produção minerária decaiu. Sem fontes de renda, boa parte da população se viu obrigada a deixar a cidade e a população diminuiu 35,09% entre os anos de 1980 a 1991.

2.5.7.3 - Índice de Desenvolvimento Humano

Para aferir o nível de desenvolvimento humano dos municípios, as dimensões consideradas são educação, longevidade e renda. Para a avaliação da dimensão educação, o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) considera dois indicadores: a taxa de alfabetização

de pessoas (capazes de ler e escrever um bilhete simples) acima de 15 anos de idade (peso dois) e a taxa bruta de freqüência à escola (peso um).

Para a avaliação da dimensão longevidade, o IDH-M considera o mesmo indicador do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de países: a esperança de vida ao nascer. O indicador de longevidade sintetiza as condições de saúde e salubridade daquele local, uma vez que, quanto mais mortes houver nas faixas etárias mais precoces, menor será a expectativa de vida observada no local.

Para a avaliação da dimensão renda, o critério usado é a renda municipal *per capita*. No caso brasileiro, o cálculo da renda municipal *per capita* é feito a partir das respostas ao questionário expandido do Censo. Os índices são calculados primeiramente para cada uma das três dimensões analisadas: IDHM-E para educação, IDHM-L para saúde (ou longevidade) e IDHM-R para renda. Para tanto, são determinados os valores de referência mínimo e máximo de cada categoria, que serão equivalentes a 0 e 1, respectivamente, no cálculo do índice. Os sub-índices de cada município serão valores proporcionais dentro dessa escala: quanto melhor o desempenho municipal naquela dimensão, mais próximo o seu índice estará de 1. O IDH-M de cada município é fruto da média aritmética simples desses três sub-índices.

Observando o (IDH-M), a Tabela 18 demonstra que os seis municípios que compõem o Parque encontram-se com IDH inferior ao nacional e ao do Estado da Bahia. Há uma melhora pequena nas décadas de 1990 e 2000, principalmente nos índices longevidade e educação.

Tabela 18: Índice de Desenvolvimento Humano (1991 e 2000) dos Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, PNUD (2003).

Município	IDH-M		IDH-M Renda		IDH-M Longevidade		IDH-M Educação	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	0,696	0,766	0,681	0,723	0,662	0,727	0,745	0,849
Bahia	0,59	0,688	0,572	0,62	0,582	0,659	0,615	0,785
Andaraí	0,47	0,569	0,465	0,509	0,484	0,513	0,46	0,685
Ibicoara	0,508	0,632	0,416	0,572	0,567	0,619	0,541	0,704
Itaetê	0,452	0,582	0,407	0,457	0,546	0,617	0,402	0,673
Lençóis	0,51	0,614	0,502	0,572	0,468	0,52	0,561	0,75
Mucugê	0,51	0,621	0,48	0,504	0,609	0,693	0,442	0,665
Palmeiras	0,566	0,679	0,5	0,562	0,589	0,693	0,61	0,782

Referente ao índice de Renda, os municípios de Ibicoara e Lençóis têm o maior valor. No entanto, proporcionalmente, Ibicoara teve maior crescimento, o menor foi em Itaetê. Quanto à Longevidade, o maior índice foi o de Mucugê; o menor foi em Andaraí. O Índice de Educação foi o que teve maior crescimento nos seis municípios, e dentre estes, o de maior crescimento foi Palmeiras, e o menor, Mucugê.

A classificação dos seis municípios de acordo com o IDH de 2000 é a seguinte: Palmeiras (0,679) em primeiro lugar; Ibicoara (0,632) em segundo; Mucugê (0,621) em terceiro; Lençóis (0,614) em quarto; Itaetê (0,582) em penúltimo; e Andaraí (0,569) em último lugar, Gráfico 24.

2.5.7.4 - Educação

A partir da comparação entre a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais dos municípios que compõem o Parque, a média dessa taxa para os municípios baianos (23,15%) e a média brasileira (13,63%), tem-se que em todos os casos, a taxa desses municípios é superior. Palmeiras, Ibicoara e Lençóis, respectivamente, são os que detêm as melhores posições, Tabela 19.

Gráfico 24: Comparação do IDH entre os Anos de 1991 e 2000 dos Seis Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, PNUD (2003).

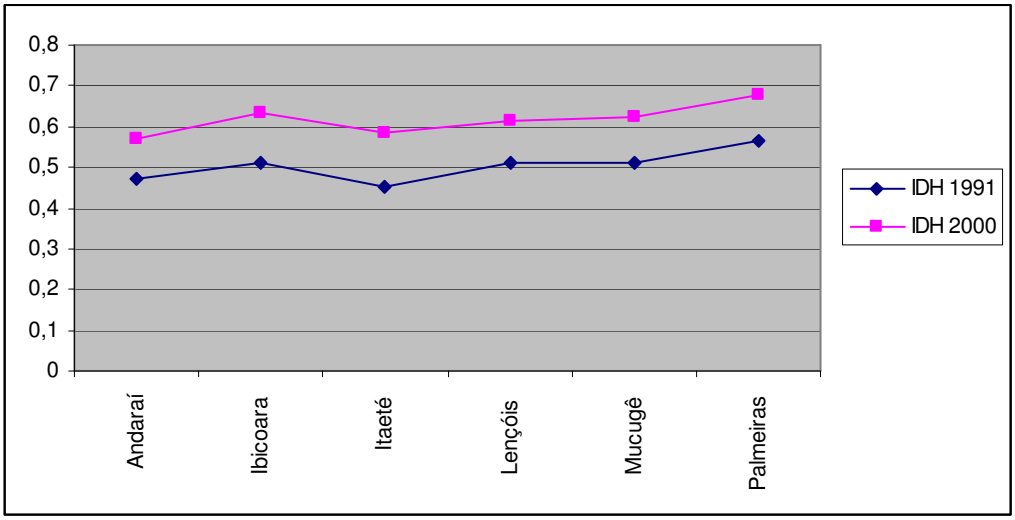


Tabela 19: Tempo de Escolaridade da População dos Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).

	Tempo de Escolaridade			
Municípios	**Taxa de Analfabetismo da população com 15 anos ou mais**	**1 a 7 anos de estudos**	**15 ou mais anos de estudos**	**Média de Anos de estudos**
Andaraí	35,76%	55,74%	0,58%	2,5
Ibicoara	28,29%	61,30%	0,31%	2,4
Itaetê	37,85%	55,12%	0,04%	2,1
Lençóis	28,53%	55,10%	1,47%	4,1
Mucugê	33,90%	48,0%	0,62%	2,1
Palmeiras	23,32%	56,37%	0,42%	3,7

Lençóis e Palmeiras são os municípios onde a população tem mais anos de estudos, dado que pode ser influenciado pelo fato de atraírem imigrantes com maior nível de escolaridade, como os donos de pousadas e agências de turismo que geralmente possuem curso superior. Em Palmeiras, esse índice é incrementado ainda pelo nível de escolaridade dos funcionários do Parque.

As matrículas dos alunos de ensino pré-escolar (Tabela 20) e fundamental são predominantes em escolas públicas municipais, sobre estaduais, federais e/ou privadas. Para o ensino médio, são oferecidas apenas escolas públicas estaduais, com exceção de Mucugê onde são encontradas três escolas públicas municipais de ensino médio (IBGE – Censo Demográfico, 2000).

Mucugê se destaca ainda pelo alto número de escolas encontradas nos três níveis de ensino, mas principalmente nos casos da pré-escola e ensino fundamental, fato que pode ser explicado pela disponibilidade de escolas rurais distribuídas pela extensão do município. Essa maior disponibilidade de escolas influência positivamente na qualidade do ensino, pois o docente dedica maior atenção individual quanto menor o número de alunos em uma sala de aula.

No entanto, em Itaetê, que possui quase o mesmo número de escolas de ensino fundamental, são atendidos 66% a mais de alunos em comparação a Mucugê. No ensino médio, com a metade do número de escolas, Itaetê atende 35% a mais de alunos que Mucugê, Tabela 21. No entanto,

apesar do maior atendimento, o alto número de alunos em sala compromete a qualidade do ensino, por sobrecarga do docente.

Lençóis é o município onde a proporção alunos por docentes para o ensino médio é mais discrepante. Enquanto os outros municípios tem uma média de 22,2, em Lençóis são 51,3 alunos por docente, Tabela 22. O destaque dado ao ensino pré-escolar não é o mesmo em Itaetê, onde o menor número de alunos é atendido nesse nível de ensino, Tabela 23.

Ibicoara é o município com o menor número de escolas nos três níveis de ensino, entretanto é o terceiro município em número de alunos atendidos. Ibicoara ainda apresenta a maior porcentagem da população com até sete anos de estudos e a segunda menor taxa de analfabetismo.

Tabela 20: Número de Escolas com Pré-escola, Número de Alunos e Docentes dos Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).

Pré-escola			
Municípios	**Número de escolas**	**Número de Alunos**	**Número de docentes**
Andaraí	6	393	18
Ibicoara	5	328	16
Itaetê	6	184	10
Lençóis	12	396	31
Mucugê	40	436	47
Palmeiras	20	346	41

Tabela 21: Número de Escolas com Ensino Fundamental, Número de Alunos e Docentes dos Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).

Ensino fundamental			
Municípios	**Número de escolas**	**Número de Alunos**	**Número de docentes**
Andaraí	37	3595	126
Ibicoara	8	3143	124
Itaetê	38	4429	169
Lençóis	27	2755	131
Mucugê	43	1942	134
Palmeiras	25	1799	114

Tabela 22: Número de Escolas com Ensino Médio, Número de Alunos e Docentes dos Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).

Ensino Médio			
Municípios	**Número de escolas**	**Número de Alunos**	**Número de docentes**
Andaraí	1	623	14
Ibicoara	1	439	19
Itaetê	2	688	33
Lençóis	1	448	27
Mucugê	4	436	50
Palmeiras	1	315	22

Segundo o Censo Demográfico de 2000, IBGE, dados sobre escolas, matrículas ou docentes de ensino superior não são fornecidos. No entanto, em Lençóis há um *Campus* Avançado da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) que oferece cursos de graduação e pós-

graduação rotativos, como o Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* (especialização) em Antropologia e Turismo: Patrimônio Cultural e Ambiental, oferecido desde o ano 2000. Suas atividades giram em torno da implementação do Memorial da Chapada Diamantina, inaugurado em 1998, com material produzido pela área de Geociências da UEFS, através do Projeto Lençóis. Este projeto prevê a instalação e manutenção de quatro museus - o Museu de Geologia, o Museu de Garimpo, o Museu de Jarê (religião local) e o Museu do Coronelismo. Os dois primeiros museus já estão em atividade.

Tabela 23: Número de Alunos por Docente nos Ensinos Fundamental, Médio e Pré-escola, nos Municípios do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000).

Nível de Ensino	Andaraí	Ibicoara	Itaetê	Lençóis	Mucugê	Palmeiras
Pré-escola	19,6	21	20,6	15	10,4	11,8
Ens. Fundamental	26,2	23,1	24,4	18	13,5	14,5
Ens. Médio	21,8	35,5	28,5	51,3	9,8	15,4

2.5.7.5 - Saúde

Dentre os municípios analisados, Ibicoara e Palmeiras não têm estabelecimentos de saúde que comportem internação. Os demais têm apenas um estabelecimento, sendo que o município que mais disponibiliza leitos é Andaraí, 48 leitos (IBGE - Censo Demográfico, 2000).

Mucugê é o município com maior registro de internações, 1.816 pessoas em 2001 (superando Andaraí em 26%), com apenas 14 leitos disponíveis. Isso reflete no maior número de óbitos hospitalares em 2004, obtido pelo município. Foram registrados 24 óbitos hospitalares em Mucugê (IBGE - Censo Demográfico, 2000).

A Taxa de Mortalidade média dos seis municípios, ou seja, o número de óbitos hospitalares proporcionais aos atendimentos, é de 1,34%, a qual comparada às taxas do estado da Bahia (2,08%) e do Brasil (3,16%), pode ser considerada baixa (DATASUS, 2004).

2.5.7.6 - Saneamento Básico

Nos seis municípios pesquisados a situação do saneamento é precária. Segundo dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE), em média, 46,74% dos domicílios da região não possuem banheiro ou sanitário. A média nacional é de 8,27% e no estado da Bahia, a proporção é de 24,05%.

Em média, 55,53% dos domicílios possuem água canalizada pela rede geral dos municípios. Somente 13,42% possuem ligação à rede geral de esgoto sanitário. Deve ser dado destaque ao município de Lençóis, que possui 37,73% dos domicílios com esgoto sanitário e à Palmeiras, com apenas 0,81%.

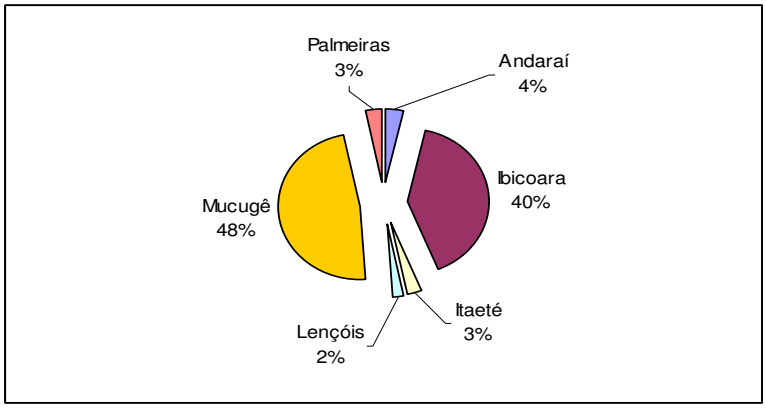
Quanto ao lixo, em média 36,34% dos domicílios contam com coleta. O restante do lixo, em sua maioria é queimado ou jogado em terrenos abandonados.

2.5.7.7 - Estrutura Fundiária

A análise de dados secundários de cada município integrante do Parque Nacional da Chapada Diamantina revela as diferentes vocações, as quais foram constatadas, também, em pesquisa de campo. Nos municípios de Mucugê e Ibicoara, por exemplo, concentra-se a agricultura de irrigação que adota tecnologias modernas. A dinâmica de produção nestes dois municípios promove impactos, diretos ou indiretos, na economia e no meio ambiente. A produção nesses dois municípios corresponde à maior parte dos seis municípios do Parque, ou seja, 88%, Gráfico 25.

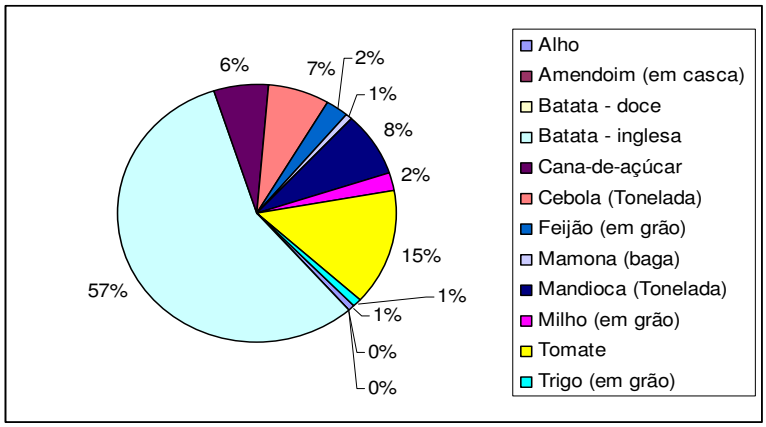
O principal produto de culturas temporárias da região é a batata inglesa, que corresponde a 57% do total. Foram colhidas 174 mil toneladas em 5.400 hectares, no ano de 2004. O tomate vem em segundo lugar, com 44.342 mil toneladas, e utiliza uma área de 613 hectares. Em terceiro lugar, a mandioca, com 24.224 toneladas, em uma área de 1.972 hectares, Gráfico 26.

Gráfico 25: Produção Agrícola nos Seis Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2004).



A produção da batata inglesa no Brasil é de 3.047.083 toneladas. Entre as regiões brasileiras, a maior produção é da região sudeste (1.755.336 toneladas), já a região nordeste produz 180.630 toneladas, sendo que Mucugê colhe 90.000 toneladas e Ibicoara, 84.000 toneladas, ou seja, os dois municípios são responsáveis por 96,3% da produção de batata inglesa na região Nordeste. O Gráfico 27 relaciona a área plantada e os produtos agrícolas nos seis municípios conjuntamente.

Gráfico 26: Quantidades Produzidas de Produtos Agrícolas nos Seis Municípios do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2004).



O café é outro produto de grande importância, principalmente histórica, na região. Um dos fatores que contribuíram para a criação do Parque foi a expansão da lavoura de café sobre áreas ainda preservadas e de grande riqueza biológica. Ibicoara, como maior produtor agrícola da região, é também o maior produtor de café com 58,2%, seguido de Mucugê, com 30,6%, Tabela 24.

A região do Parque Nacional da Chapada Diamantina possui uma estrutura de produção agrícola que se baseia também na agricultura familiar, como nas outras regiões brasileiras. Em todos os municípios podem ser encontradas atividades de agricultura familiar, mesmo nos municípios Mucugê e Ibicoara que detêm produção agrícola de alta tecnologia.

Com relação ao efetivo de rebanhos, entre os seis municípios do Parque, há uma predominância de bovinos, principalmente na região de Itaetê (28.116 cabeças), Gráfico 28. Em segundo lugar, Andaraí, com 20.504 cabeças de bovinos, e em terceiro, Ibicoara, com 9.452 cabeças. O segundo segmento de rebanhos mais encontrado nos seis municípios é de galos, frangos, frangas e pintos, com a maior concentração também no município de Itaetê.

Gráfico 27: Área Plantada e Produtos Agrícolas nos Seis Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2004).

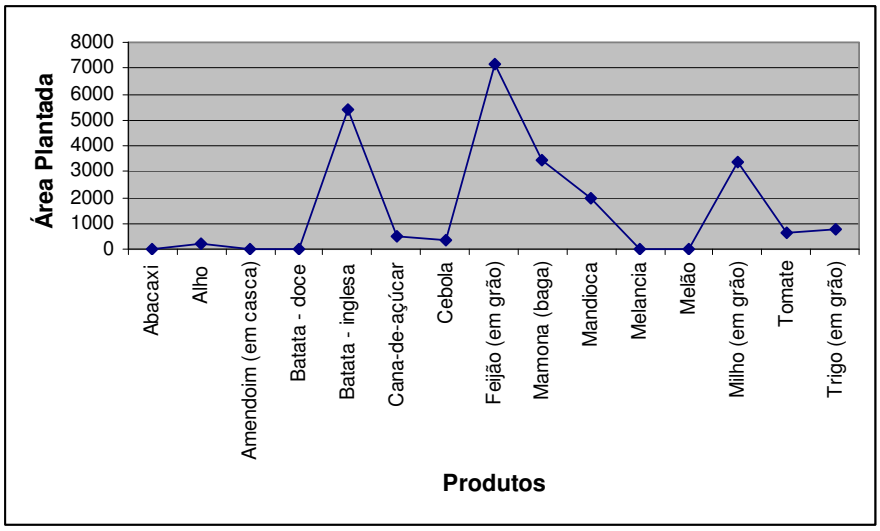


Tabela 24: Área de Café Plantado e Quantidade de Café Produzido nos Seis Municípios que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2004).

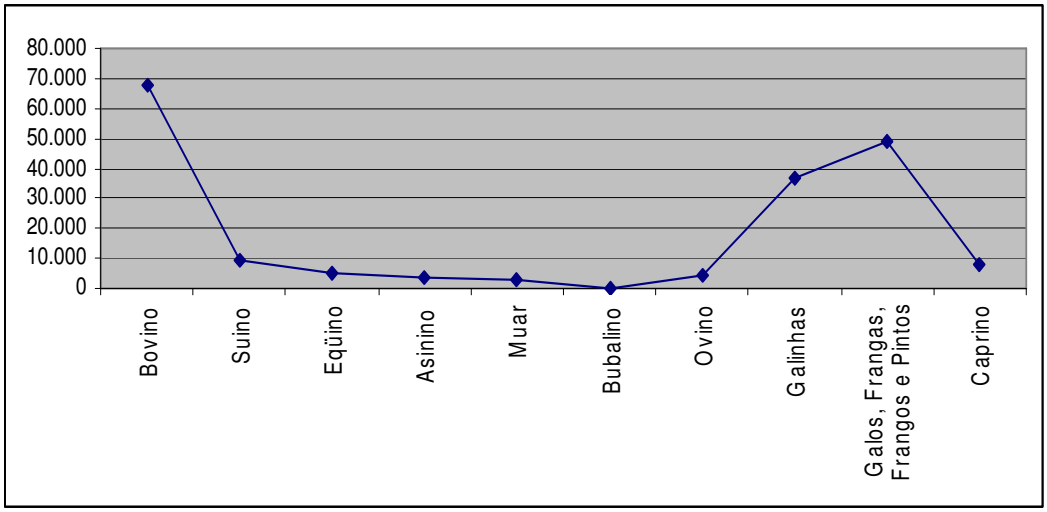
Lavoura permanente = Café (beneficiado)						
Brasil e Municípios	**Variável x Ano**					
	Quantidade produzida (Tonelada)			**Área plantada (Hectare)**		
	1990	**1995**	**2000**	**1990**	**1995**	**2000**
Brasil	2.929.711	1.860.269	3.807.124	2.937.804	1.980.133	2.292.165
Andaraí	6	4	81	21	21	45
Ibicoara	3.971	2.800	5.040	5.673	4.000	7.000
Itaetê	-	-	104	-	-	57
Lençóis	645	289	720	2.150	1.350	1.200
Mucugê	291	86	2.652	969	400	1.310
Palmeiras	123	36	60	410	170	200

O percentual dos rebanhos em cada município é: Itaetê tem 43% do total, vindo em seguida, Ibicoara com 23%, e em terceiro, Andaraí, com 19% do total. Os demais municípios: Palmeiras (6%), Mucugê (5%) e, por último, Lençóis, com 4% do total.

Outra atividade econômica da região que, apesar de não atingir o Parque diretamente, pode ser lesiva ao meio ambiente, é a extração vegetal. Os principais produtos extraídos, conforme mostra a Tabela 25, são: produtos alimentícios, notadamente o umbu, mais intensamente nos municípios de Itaetê e Mucugê; o carvão vegetal; a lenha; e a madeira em tora. A extração destes três últimos produtos é considerada mais lesiva ao meio ambiente, uma vez que é necessário o corte de árvores. Constatou-se em campo que a vegetação utilizada com esta finalidade é nativa da região e não plantada.

Pelos dados acima percebe-se, de 1995 a 2004, um decréscimo na quantidade de produto extraído. As hipóteses para explicar essa diminuição podem ser tanto o aumento da fiscalização, quanto a diminuição no número de áreas disponíveis para a extração.

Gráfico 28: Rebanho nos Seis Municípios do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal (2004).



Itaetê é o maior produtor de lenha e de carvão entre os seis municípios que compõem o Parque. Em 2004 foi responsável pela extração de 237.897 metros cúbicos (65,5%) e 285 toneladas (68,2%), respectivamente. E, o maior produtor de madeira é o município de Lençóis, com uma extração de 10.235 metros cúbicos em tora (44,9%) no ano de 2004.

Tabela 25: Quantidade Produzida na Extração Vegetal dos Seis Municípios, em Conjunto, que Compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. Fonte: IBGE - Quantidade de extração vegetal e Silvicultura (2004).

Variável = Quantidade produzida na extração vegetal				
Municípios= Andaraí, Ibicoara, Itaetê, Lençóis, Mucugê e Palmeiras				
Ano	Tipo de produto extrativo			
	Alimentícios (ton)	Carvão vegetal (ton)	Lenha (m^3)	Madeira em tora (m^3)
2004	169	418	363.228	22.794
2000	259	697	415.581	29.064
1995	290	1261	502.996	31.699

O garimpo ainda persiste na região, principalmente o manual. A forma de garimpo mais comum encontrada é a lavagem (retrabalhamento do rejeito de um garimpo antigo). Há algumas denúncias de utilização de dragas no entorno e no interior do Parque, mais notada no município de Andaraí e Lençóis (principalmente na região da Estrada Velha do Garimpo) e Caeté-Açu.

Ainda há reservas diamantíferas significativas, não nas serras, mas nas áreas de aluvião dos rios da região. Entretanto, são explorações economicamente viáveis apenas por meio de dragas. Os principais compradores dos diamantes, tanto brutos quanto lapidados, são turistas estrangeiros.

2.5.7.8 - Meio Ambiente

No ano de 2002, o IBGE publicou um estudo contendo informações básicas sobre temas vinculados ao meio ambiente, a partir da visão dos gestores municipais. Dentre os pontos levantados, a pesquisa buscou diagnosticar os recursos ambientais nos municípios brasileiros, as pressões atuantes sobre estes recursos, além dos programas e projetos de manejo sustentável apresentados como resposta aos impactos verificados.

A região do Parque Nacional da Chapada Diamantina reflete os principais problemas ambientais do país e apresenta características singulares, em função dos aspectos particulares do seu processo de povoamento. A forma mais comum de alteração e degradação do meio ambiente é a

poluição dos recursos hídricos pelo despejo de esgoto doméstico, prática que ocorre em todos os municípios integrantes do Parque.

Outras formas de poluição comuns são: a poluição dos recursos hídricos por utilização de agrotóxicos ou fertilizantes (ocorrente em Andaraí, Itaetê e Mucugê, segundo informações dos gestores municipais), queimadas (em Ibicoara, Mucugê e Palmeiras), desmatamento (em Itaetê, Mucugê e Palmeiras), poluição da água por mineração (Ibicoara e Itaetê), assoreamento dos corpos d'água (em Andaraí e Itaetê), pesca predatória (em Andaraí e Itaetê), expansão desordenada da atividade agrícola (em Itaetê e Mucugê).

Em alguns municípios já são perceptíveis alterações da paisagem decorrentes dos impactos sobre os recursos ambientais. Isto significa um risco de deterioração para um dos mais importantes ativos da região.

A análise dos dados apresentados indica que a expansão não sustentável de atividades agropecuárias e a ocupação urbana e rural não planejadas são as principais causas de poluição, impactado os recursos hídricos tanto em função da utilização de defensores químicos e do despejo de esgoto doméstico nos cursos d'água, quanto produzindo desmatamento e queimadas.

Quanto à existência de órgãos responsáveis por políticas públicas relacionadas ao meio ambiente nos municípios, tem-se que:

- O município de Andaraí não possui Secretaria Municipal do Meio Ambiente, mas possui órgão similar para o Meio Ambiente, que está subordinado à Secretaria de Turismo do município. Também não possui Conselho Municipal de Meio Ambiente.
- O município de Ibicoara possui Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que está ligada à Secretaria de Turismo do município. O Município possui Conselho Municipal de Meio Ambiente, de caráter deliberativo e que se reúne mensalmente. A proporção de representação da sociedade civil é de 50%. As entidades que possuem representação no Conselho são associações ambientalistas; entidades de ensino e pesquisa e entidades religiosas.
- Em Itaetê não há Secretaria Municipal do Meio Ambiente, nem órgão ou departamento similar para Meio Ambiente. O Município não possui Conselho Municipal de Meio Ambiente.
- O município de Lençóis não possui Secretaria Municipal do Meio Ambiente, mas possui órgão ou similar para o meio ambiente. O Município possui Conselho Municipal de Meio Ambiente, de caráter deliberativo e que se reúne mensalmente. A proporção de representação da sociedade civil é maior que 50%. As entidades que possuem representação no Conselho são: associações ambientalistas; entidades empresariais e outras entidades.
- O município de Mucugê possui Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que está ligada à Secretaria de Turismo do município. O município possui Conselho Municipal de Meio Ambiente, de caráter deliberativo e que não possui freqüência regular para reuniões. A proporção de representação da sociedade civil é de 50%. As entidades que possuem representação no Conselho são as associações ambientalistas.
- O município de Palmeiras possui Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que está associada à Secretaria de Turismo de município. O município possui Conselho Municipal de Meio Ambiente, de caráter deliberativo e que não possui freqüência regular para reuniões. A proporção de representação da sociedade civil é menor que 50%.

2.6 - Visão da Comunidade sobre o Parque Nacional da Chapada Diamantina

Durante o processo de elaboração deste PM, foram realizadas 30 reuniões abertas à comunidade, com a participação de 1021 pessoas. O objetivo foi oportunizar a manifestação das comunidades vizinhas e residentes no PNCD. As contribuições colhidas nestas reuniões permitiram identificar o potencial de colaboração e os problemas existentes em cada lugar, além de procurar sintetizar a visão de cada comunidade sobre o Parque.

Durante as reuniões, além das manifestações voluntárias ocorridas após as preleções feitas pela equipe que coordenava os trabalhos, as opiniões e sugestões foram obtidas através da manifestação dos participantes em dinâmicas de grupo.

Em linhas gerais, a população urbana regional manifestou conhecer a existência do PNCD, mas há dificuldades em reconhecer os limites da unidade e de entender a razão de sua existência. Em muitas comunidades do interior, as preocupações manifestadas pela população têm relação com o papel fiscalizatório do IBAMA e com danos ambientais. Além disto, há um sentimento contraditório em relação ao PNCD, declarado ao mesmo tempo como sendo um problema ou um fator limitante para as atividades da comunidade e algo positivo por garantir a preservação ambiental da região, além de vir a oferecer oportunidades de trabalho na região.

Embora não fosse este o objetivo inicial, na maioria das ocasiões as dinâmicas de grupo permitiram visualizar a presença de diferentes grupos de interesse ou localidades. Em geral, estes grupos de interesse estão ligados a diferentes classes e movimentos sociais ou a atividades econômicas. As observações apresentadas a seguir foram baseadas nas dinâmicas de grupo e dão um indicativo da opinião dos diferentes setores da sociedade da região da UC sobre o PNCD.

Grupos cujos participantes eram majoritariamene vinculados ao turismo manifestaram considerar o PNCD essencial para a sustentabilidade econômica local, preservação ambiental, oportunidade de sustentabilidade municipal, saúde, educação e qualidade de vida. Outros participantes, por sua vez, demonstraram a insatisfação de ver que o setor turístico está, cada vez mais, sendo explorado por pessoas provenientes de outras regiões do Brasil e por estrangeiros. Por exemplo, houve posiocionamentos onde os participantes consideraram-se injustiçados pelo fato de não poderem realizar mais suas atividades, como plantar suas culturas próximo dos rios, enquanto o mesmo não aconteceria com as pousadas, que se instalaram nestes locais.

As manifestações contraditórias sobre a UC também podem ser percebidas em colocações de grupos onde estavam presentes representantes de grandes projetos agrícolas, com monoculturas irrigadas, para os quais o PNCD representa é um grande problema (não tendo sido especificado qual o tipo de problema), mas que poderá trazer beneficios quando os problemas forem resolvidos.

Os setores da comunidade ligados a atividade garimpeira manifestaram considerar a criação do PNCD uma imposição do governo, sem oferta de alternativas a eles, sendo uma iniciativa de poucas pessoas que causaram o prejuízo a muitos, um atraso para a sua cidade e, contraditoriamente, uma área preservada. Na mesma linha, outros grupos vêem o Parque como algo que chegou para tirar a liberdade da população de usufruir da área e retirar seus recursos minerais, citando, além do diamante, recursos florestais como a madeira, frutos e flores nativas (em especial, as sempre-vivas).

Em suma, as reuniões demonstraram o receio e desconfiança de diversos setores da população regional por não saberem exatamente o que a administração do PNCD e o IBAMA pretendem fazer e nos reflexos disto sobre a economia local. Por outro lado, a grande maioria reconhece a importância do Parque para a preservação dos recursos naturais da região e o aprovam desde que ofereça oportunidade de trabalho, ou que não limite ou inviabilize a ampliação de suas atividades e o desenvolvimento econômico e social da região.

2.7 - Alternativas de Desenvolvimento Econômico Sustentável

Na região do Parque não há um artesanato que se destaque, que seja identificado como típico dessa localidade, contudo, pode representar uma alternativa viável, desde que passe por uma revitalização, valorizando aspectos que tragam diferenciais à atividade.

O que vem sistematicamente sendo realizado na região é a apicultura. O mel na região é bastante vendido e de excelente qualidade. A produção de mel na região pode, ainda, ser mais diversificada, gerando novas oportunidades, com a confecção de geléias, doces, compotas, cosméticos, velas e produtos terapêuticos.

A atividade de produção de doces caseiros com frutas da região tem grande potencial e pode, em algumas localidades, significar uma alternativa de desenvolvimento econômico por meio da formação de cooperativas de doceiras. Também a culinária diferenciada poderá representar uma outra possibilidade. Bem como o beneficiamento de frutas, que já é uma atividade representativa em algumas localidades, por meio da desidratação de frutas, criação de compotas, geléias, licores e outros.

Há alambiques caseiros, em alguns lugares, que produzem uma cachaça de qualidade reconhecida regionalmente. Estes alambiques, e outros que ainda não reconhecidos, podem ser potencializados e representar uma alternativa para as comunidades da região circunvizinha ao PNCD.

A floricultura é outra atividade com potencial para implantação na região. Já há cultivos comerciais em funcionamento em Ibicoara e Mucugê, aos quais poderiam ser agregadas técnicas de baixo insumo e impacto ambiental. A domesticação de espécies nativas de grande valor ornamental desponta como uma possibilidade de futuro promissora.

Não há, ainda, atividades de turismo rural bem desenvolvidas em nenhum dos municípios. No entanto, esse setor pode ser bastante desenvolvido e gerar renda aos agricultores familiares, em especial em alguns assentamentos de reforma agrária. A vinculação deste tipo de turismo com atrativos naturais e beleza cênica própria da região, indica ser o caminho para o sucesso desta alternativa. Essa atividade poderá movimentar a economia local, por intermédio da hospedagem e alimentação, que poderá ser quase toda produzida nas propriedades.

Já existem iniciativas de produção de café tipo gourmet na região, inclusive com iniciativas orgânicas e biodinâmicas. Entretanto, sua participação na economia regional ainda é incipiente. Para que ocupe um papel de destaque na economia, são necessários apoio técnico, capacitação e organização dos produtores, bem como a criação de produtos derivados do café.

A produção de alimentos com técnicas de baixo impacto ambiental (orgânicos, biodinâmicos, naturais etc.) tem grande visibilidade nesta região, embora sejam necessários maiores investimentos e organização dos produtores para que alcance maior amplitude.

Como já existe uma tradição de produção em cooperação das mulheres de farinha e polvilho, há um potencial de crescimento da atividade, que pode ser diversificada com a produção de biscoitos caseiros.

O potencial turístico voltado para à natureza conservada confere a região do PNCD um papel bem relevante no cenário nacional e ainda continua crescendo. É bastante explorado na região, mas existem aspectos que devem ser reformulados, como melhor divisão de benefícios e menor impacto para os recursos utilizados. Por outro lado, tem que oferecer opções mais acessíveis para propiciar a inclusive de outras faixas da população. A Região já desponta também na oferta do turismo de outras naturezas, tais como aspectos ligados à saúde, à espiritualidade, alimentaçao adequada, atividades físicas em contato com a natureza e diversas atividades relacionadas com o tema. Há também um potencial para o turismo de eventos, sejam nacionais ou internacionais, na região do entorno do Parque. Lençóis, Capão e Mucugê já comportariam essas atividades.

A criação de UC particulares, nos moldes das RPPN que, se bem manejadas e desde que voltadas para a visitação, poderão também possibilitar a geração de alternativas sustentáveis para os pequenos proprietários que desejarem dar uma nova destinação às suas áreas que não seja a clássica produção agrícola.

A criação de consórcios municipais auxiliaria na gestão do entorno da UC, na infra-estruturação dos circuitos turísticos e no tratamento dos resíduos sólidos. Tornariam essas iniciativas possíveis e menos onerosas. Os órgãos ambientais e uma associação envolvendo a população e entidades da sociedade civil em contato direto com o consórcio também auxiliariam na tomada de decisões e no destino dos recursos.

A melhoria de alguns serviços e infra-estrutura, públicos e privados, como transportes, hospedagem, alimentação, vias de acessos, capacitação dos empreendedores e funcionários, entre outros, agrega valor a todas as potencialidades na criação de produtos e alternativas de desenvolvimento sustentável.

2.8 - Legislações Federal, Estadual e Municipal Pertinentes

A Constituição Federal Brasileira, no seu artigo 225, como referência máxima da legislação no país, respalda a definição e aplicação de toda a legislação ambiental. A Lei Federal N.º 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamenta este artigo, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e dá outras providencias, aplicáveis ao PNCD.

A Lei Federal N.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Considera, ainda, que infrações ocorridas dentro de UC e relativas a espécies ameaçadas de extinção serão consideradas circunstâncias agravantes para a fixação da pena.

O Decreto Federal N.º 99.274/90, ao regulamentar aspectos da Lei Federal N.º 6.938/81 que criou a política nacional de meio ambiente, estabeleceu a existência de áreas circundantes de 10km ao redor de UC onde o licenciamento de atividades impactantes ao meio ambiente deve ser condicionado a normas expedidas pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Estas normas foram definidas pela Resolução CONAMA N.º 13/90. Desta forma, o licenciamento ambiental nestas áreas deve ser precedido de anuência do órgão gestor da UC. É importante destacar a diferença entre a área circundante da UC e a sua Zona de Amortecimento (ZA). A Zona de Amortecimento deve ser definida no Plano de Manejo e pode ter mais ou menos de dez quilômetros em cada ponto, dependendo das conclusões dos estudos realizados. Finalmente, a Superintendência do IBAMA no estado da Bahia editou, em 2005, a Portaria 32/05, que estabeleceu critérios e procedimentos para a apresentação, análise e controle de processos de anuência para as UC Federais neste estado. A medida visou disciplinar e uniformizar a concessão de anuências para empreendimentos em áreas circundantes de UC.

O código florestal, Lei Federal N.º 4771/65 e alterações posteriores, estabeleceu uma serie de premissas que devem ser seguidas com relação a exploração de recursos florestais. Dois preceitos importantes criados por esta Lei foram as Áreas de Reserva Legal (ARL) e as Áreas de Preservação Permanente (APP). A ARL é uma *"área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas".* A extensão mínima prevista por esta Lei, para as ARL, é de 20% da extensão das propriedades rurais.

Por sua vez, APP é uma *área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas*. A lei estabele uma série de normas para definir o que é uma APP e há diversas resoluções do CONAMA que dispõe sobre o assunto, como as Resoluções CONAMA N.º 302/02, que definiu APP em reservatórios artificiais; 303/02, que estabeleceu parâmetros, definições e limites para estas áreas; e 369/06, que definiu casos de utilidade pública para supressão vegetal em APP.

Outra lei que disciplina aspectos da política florestal e que tem aplicação na região da chapada Diamantina é a Lei Federal N.º 11.428/06, que trata da conservação, a proteção, a regeneração e a utilização de áreas do Bioma Mata Atlântica. O Decreto Federal N.º 750/93, embora anterior a lei citada anteriormente, também disciplina aspectos do manejo e exploração das áreas deste bioma.

Finalmente, o Decreto N.º 4297/02 estabeleceu critérios para o Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE) no Brasil, previsto no Código Florestal, tem por objetivo geral organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas,

projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas.

A Lei Federal N.º 7.802/89 dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Esta Lei foi alterada pela Lei Federal N.º 9974/00 e regulamentada pelo Decreto Federal N.º 4.074/02.

A Lei Federal N.º 7804/89, que alterou política nacional de meio ambiente, instituiu, em seu artigo 17, o Cadastro de Defesa Ambiental, sob responsabilidade do IBAMA. Este cadastro é obrigatórios para pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.

A Lei Federal N.º 11.460/07 estabeleceu normas para o plantio de organismos geneticamente modificado (OGM) em UC. Para a categoria de proteção integral, esta Lei prevê a possibilidade de plantio de OGM apenas em ZA e obedecidos diversos condicionantes.

Em âmbito estadual, a Constituição do Estado da Bahia, no capítulo “Do meio ambiente”, artigo 213, § 4°, dispõe que o Estado instituirá um sistema de administração de qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e poderá repassar recursos e delegar competências aos Conselhos e órgãos de defesa do meio ambiente de cada município.

A Constituição do Estado da Bahia, em seu artigo 216, § 2° considera que as cidades históricas de Lençóis e Mucugê e a Chapada Diamantina, dentre outras, constituem patrimônio estadual e sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem o manejo adequado do meio ambiente, inclusive quanto ao uso de seus recursos naturais, históricos e culturais. Para proteção do patrimônio histórico e do meio ambiente, qualquer projeto e investimento nas áreas acima será precedido de parecer técnico emitido por organismo competente e da homologação pelas Câmaras Municipais.

A legislação estadual sobre a gestão de recursos florestais inclui a Lei Estadual 6569/94, que instituiu a política florestal estadual; os decretos estaduais nº 6785/97 e nº 9.405/05, que regulamentam a lei citada anteriormente; e as Portarias 30/05, 29/05 e 57/06, que dispõem sobre normas para a produção, exploração, comercialização, transporte e armazenamento de produtos florestais, além de darem outras providências. Finalmente, a Resolução do Conselho Estadual de Proteção Ambiental (CEPRAM) N.º 1.009/94 dispos sobre proibição do corte, armazenamento e comercialização de Aroeira *Astronium urundeuva* , Baraúna *Schinopsis brasiliensis* e Angico *Anadenanthera macrocarpa* no Estado da Bahia.

A legislação estadual sobre agrotóxicos, por sua vez, é composta pela Lei Estadual 6.455/93, a qual dispõe sobre o controle da produção, da comercialização, do uso, do consumo, do transporte e armazenamento destas substancias, de seus componentes e afins no território do Estado. Além disto, o Decreto Estadual nº 6.033/96 regulamentou aspectos desta Lei.

Entre os instrumentos legais previstos pela legislação estadual para o licenciamento ambiental, destaca-se a Resolução CEPRAM N.º 3527/05, que disciplinou os procedimentos para emissão de licenças para empreendimentos que necessitem de anuência de órgãos federais, como aqueles situados em áreas circundantes de UC Federal. Outra resolução do CEPRAM aprovou o termo de referência para elaboração do Zoneamento do Pólo Agrícola de Mucugê-Ibicoara. Aprovada em 21/12/2006, a resolução tinha o início dos trabalhos previsto para o primeiro semestre de 2007.

Dos municípios integrantes do Parque, Andaraí e Itaetê não possuem legislação específica para a questão ambiental. A prefeitura de Andaraí, entretanto, editou a Lei Municipal N.º 12/06, a qual

delimitou o perímetro urbano do distrito de Igatu. Este era o ponto com maiores problemas de delimitação na poligonal do Parque, já que o decreto que o criou diz, textualmente, "contorna o sítio urbano de Igatu", mas até a lei referida, não havia delimitação deste sítio urbano. O trabalho de delimitação foi resultado de uma ação conjunta da equipe do Paque e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Andaraí.

Ibicoara conta com artigo na Lei Orgânica do Município que trata da questão ambiental e com o Código Ambiental de Ibicoara, Lei Municipal N.º 10/03, que definiu objetivos, diretrizes e instrumentos para a Política Municipal de Meio Ambiente. Em Lençóis, O Plano Diretor Urbano, Lei Municipal N.º 631/05, aborda as questões ambientais do município e dá diretrizes para diversos aspectos relevantes das áreas urbanas. Em Mucugê, a legislação específica para a questão ambiental e representada por um capítulo inserido em sua Lei Orgânica, pelo Código Ambiental Municipal e por uma Lei para criação de Unidades de Conservação. Em Palmeiras, além do capítulo inserido em sua Lei Orgânica, há o Plano de Referencia Urbanístico e Ambiental (PRUA), que dá normas para ocupação urbana no município e estipula os perímetros urbanos da cidade e dos distritos.

2.9 - Potencial de Apoio ao Parque Nacional da Chapda Diamantina

2.9.1 - Infra-estrutura de Saúde

Nas seis sedes dos municípios que emprestam área ao PNCD há postos de saúde com médicos, com condições variadas de realizar o pronto atendimento da população local. Em alguns distritos também há postos de saúde como é o caso do Guiné (município de Mucugê), Capão (município de Palmeiras) e Rumo (município de Itaetê). No entanto, os hospitais mais próximos estão em Iraquara ou Seabra.

2.9.2 - Infra-estrutura de Turismo

A principal e primeira cidade turística da chapada Diamantina é Lençóis, onde se encontra a melhor infra-estrutura turística das cidades do entorno do PNCD. Esta estrutura é constituída por cerca de vinte agências de turismo, três hotéis de alto padrão, dezenas de hotéis e pousadas de médio padrão, algumas áreas de acampamento, dezenas de bares e restaurantes, e duas associações de condutores de visitantes, além de outros condutores não associados. A agência do Banco do Brasil local opera câmbio monetário turístico.

No distrito de Tanquinho (município de Lençóis) existe um aeroporto de passageiros responsável pela vinda de turistas para toda a região.

O distrito de Caeté-Açu (município de Palmeiras) – conhecido como Vale do Capão – é outro importante pólo de atração turística da região em uma versão mais rural do que Lençóis. Ali se encontram também dezenas de pousadas, algumas das quais de alto padrão, e muitas áreas para acampamento. Há também uma boa rede de bares e restaurantes, algumas agências de turismo, uma associação de condutores de visitantes entre outros condutores não associados.

A cidade de Mucugê se apresenta como uma opção turística alternativa ao já tradicional eixo turístico Lençóis-Vale do Capão e, por isso, também exibe uma infra-estrutura turística apreciável. Nesta cidade existem hotéis de médio a alto padrão e pousadas de médio padrão; alguns bares e restaurantes, uma agência de turismo e uma associação de condutores de visitantes além de outros condutores não associados.

Em Andaraí há algumas pousadas de médio e baixo padrão, alguns restaurantes, uma agência de turismo, uma associação de condutores de visitantes além de outros condutores não associados.

O distrito de Igatu (município de Andaraí), apesar de ser um pequeno povoado (com menos de 400 habitantes), tem se mostrado um iminente pólo de atração turística e já tem uma pousada de médio-alto padrão, além de outras pousadas familiares, alguns bares e restaurantes.

Ibicoara é uma cidade que pretende se desenvolver turisticamente e alguma infra-estrutura já é visível como pousadas de médio e baixo padrão, uma agência de turismo, uma associação de condutores de visitantes além de outros condutores não associados.

Itaetê tem quatro pousadas e algumas pensões familiares na sede do município; no povoado da Colônia há duas pousadas simples e no distrito do Rumo há 2 hotéis também simples. Os restaurantes do município são de pequeno porte, não voltados para o público turístico. Existe uma associação de condutores de visitantes.

Palmeiras, embora seja cidade com potencial turístico, não têm, ainda, infra-estrutura adequada para esta atividade.

2.9.3 - Rede de Serviços

Em todas as cidades e alguns povoados há agência dos Correios. Em Lençóis, Mucugê e Itaetê há agências do Banco do Brasil e em Andaraí e Ibicoara há caixas de auto-atendimento deste banco; em Ibicoara e Palmeiras há agências do Banco Bradesco, enquanto as demais cidades têm agências postais deste banco, vinculadas às agências dos Correios; em Andaraí há ainda uma agência do Banco do Nordeste.

Em todas as cidades há pequenos pelotões da Polícia Militar e é em Lençóis a sede da 42º Companhia Turística da Polícia Militar (CIPM) responsável.

Em Tanquinho (município de Lençóis), junto ao aeroporto, existe um 11º Grupamento dos Bombeiros Militares (GBM) que além de atenderem ao aeroporto são responsáveis por toda a região político-administrativa da Chapada Diamantina. Em Andaraí, Ibicoara, Itaetê, Lençóis, Mucugê há postos de combustíveis nas cidades. Nos distritos de Tanquinho (Lençóis) e Cascavel (Ibicoara) e nas proximidades do Morro do Pai Inácio (Palmeiras) também há postos de combustível.

Generalizadamente em todas as cidades e distritos há mercados, supermercados, quitandas, feiras-livres e lojas de materiais de construção, todos de pequeno porte, pois outras cidades maiores que funcionam como centros comerciais regionais concentram empresas de maior porte, como Seabra, Itaberaba e Barra da Estiva.

A prestação de serviços como mecânicos de automóveis, eletricistas, construtores, marceneiros e afins ocorrem em todas as cidades, contudo prestadores de serviços mais especializados são encontrados nas cidades maiores da região.

Em todas as cidades e distritos há fornecimento regular de energia elétrica e comunicação telefônica, entretanto ainda há povoados rurais que não possuem um e/ou outro destes serviços, sobretudo a telefonia ainda é ausente nestes povoados. Nas cidades é possível encontrar locais em que o acesso via satélite à internet é possível.

A rede de transporte coletivo é extremamente precária na região, restringindo-se a basicamente linhas de ônibus entre cidades distantes que atendem as cidades da região (como o exemplo das linhas que vêm ou vão para São Paulo ou Salvador e servem à população das cidades ou povoados que necessitam se deslocar para localidades próximas, são os conhecidos ônibus “pinga-pinga”); alguns automóveis privados (micro-ônibus ou vans) são utilizados no transporte entre as cidades do entorno do PNCD e os centros comerciais regionais, a exemplo das linhas entre Palmeiras e Seabra; Lençóis e Seabra; Guiné (Mucugê) e Seabra; Ibicoara e Vitória da Conquista; Andaraí e Itaberaba; Andaraí e Mucugê; entre outros. Pela deficiência no transporte público na região, a carona ainda é a única forma de transporte possível para as famílias de algumas localidades da região.

2.9.4 - Parcerias Governamentais

Na esfera estadual, pode-se destacar a presença da Superintendência de Florestas e Unidades de Conservação (SFC), responsável pela gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual

Marimbus-Iraquara; e do Centro de Recursos Ambientais (CRA)/Base Caatinga, com sede em Lençóis; ambas instituições pertencentes ao sistema da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH).

Os municípios da região do PNCD têm secretarias ou coordenações de meio ambiente, responsáveis pela gestão ambiental municipal, um dos componentes primordiais do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), embora a gestão ambiental plena (na qual os poderes públicos municipais têm o controle e fiscalização das atividades capazes de provocar degradação ambiental) ainda não seja realidade para nenhum dos órgãos locais.

Instituições de ensino superior e pesquisa como a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB), bem como a Universidade Federal da Bahia (UFBA) têm atuação por parte de alguns de seus pesquisadores na região da Chapada Diamantina e em seu Parque Nacional; são, portanto, entidades de importância elevada na produção do conhecimento necessário à conservação da região, objetivos capitais desta unidade de conservação.

2.9.5 - Parcerias Não-governamentais

No âmbito não governamental há que se destacar a existência de diversas formas de organização da sociedade civil local. Organizações não governamentais socioambientais (ONG), associações de categorias, sindicatos e brigadas de combate a incêndios florestais desenvolvem imprescindível papel na conservação ambiental da chapada Diamantina.

O Grupo Ambientalista de Palmeiras (GAP), com atuação principal no âmbito deste município, mas também regionalmente; são ações relacionadas ao problema do lixo, à produção de mudas de espécies nativas e denúncias junto ao poder público.

Em Lençóis a atuação do grupo Grãos de Luz – Griô, em sensibilização cultural e ambiental, e a do Grupo Ambientalista de Lençóis (GAL) com a questão do lixo e sensibilização ambiental.

Em Boninal, Associação Quebra-Côco de Cultura Popular executa um trabalho de resgate e fortalecimento das manifestações folclóricas da região, e já contribuiu, em diversas oportunidades, com ações da Gestão do Parque.

Outra entidade que teve expressiva participação na região foi o Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBA), que desenvolveu projetos patrocinados pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA). Estes projetos forneceram informações sobre o PNCD e região e foram a base para projetos posteriores que buscavam a implantação de atividades econômicas menos impactantes ao ambiente.

Em todos os municípios do Parque há associações de condutores de visitantes (as conhecidas ACV); assim em Andaraí há a ACVA e a ACV-XI – de Xique-xique de Igatu; em Ibicoara a ACVIB; em Itaetê a ACVI; em Lençóis a ACVL, também a Associação de Guias de Ecoturismo da Chapada Diamantina (AGE-CD); em Mucugê a ACVM; em Palmeiras há o Guia GAP (vinculado ao GAP) e a ACV-VC do Vale do Capão. Estas associações foram formadas para auto-gerenciar a atividade dos condutores de visitantes que atuam na região turística da Chapada Diamantina, capacitando-os e organizando-os. Em algumas ACV existe uma divisão que se dedica aos combates a incêndios florestais, dessa forma, então, algumas brigadas voluntárias de combate a incêndios florestais têm forte vinculação às ACV. São exemplos disso as brigadas de Andaraí, Ibicoara e Vale do Capão.

Há, porém, aquelas brigadas que não se vinculam nem a uma ACV nem ao setor de condutores formalmente, constituindo-se legalmente como entidades autônomas, dedicadas às ações ambientais inerentes destas brigadas. Como ocorrem com a Brigada de Igatu, Brigadas da Colônia (Itaetê), Rumo (Itaetê), Brigada Voluntária de Combate a Incêndios Florestais de Lençóis (BVL), Brigada de Resgate Ambiental de Lençóis (BRAL), Brigada Marchas e Combates

(Mucugê), Brigada do Guiné (Mucugê), Brigada do GAP (Palmeiras), Brigada do Campos de São João (Palmeiras), Brigada BRAVOS (Barra da Estiva) e Bicho do Mato (Ibicoara)

Diversas associações comunitárias podem ser citadas como parceiras potenciais, sendo que em muitos casos já foram feitas tratativas para executar ações conjuntas. É caso das associações dos povoados do Remanso, da Fazenda Velha, do Pati, do Baixão, da Estrada Velha, do São Pedro, de Igatu, do Capão (APEA-CA), e de Campos de São João, além da Associação de Pescadores de Andaraí, entre outras.

Análise da Região da Unidade de Conservação

- ✓ Descrição
- ✓ Caracterização Ambiental
- ✓ Aspectos Históricos-culturais
- ✓ Uso e Ocupação da Terra e Problemas Ambientais Decorrentes
- ✓ Aspectos Socioeconômicos dos Municípios do Entorno
- ✓ Visão das Comunidades sobre o Parque Nacional
- ✓ Alternativas de Desenvolvimento Econômico Sustentável
- ✓ Legislações Federal, Estadual e Municipal Pertinentes
- ✓ Potencial de Apoio ao Parque Nacional

ENCARTE 3 - ANÁLISE DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA

3.1 - Informações Gerais sobre o Parque Nacional da Chapada Diamantina

3.1.1 - Acessos

O acesso ao Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD), pode ser feito por via aérea ou estradas federais e estaduais, partindo-se de todas as capitais brasileiras até a Cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia. O aeroporto de Salvador é servido por vôos comerciais freqüentes e regulares. Ainda por via aérea, a partir de Salvador, pode-se chegar à Cidade de Lençóis, pelo seu aeroporto, conhecido como Tanquinho, cuja rota é operada por empresa regional. Neste caso, porém, é preciso consultar o aeroporto, pois a empresa que opera tal rota costuma suspender os vôos em épocas de baixa temporada de visitação ao Parque.

Por terra, o acesso à região do PNCD, a partir de Salvador, é feito pela estrada federal BR-324, que liga a Capital a Feira de Santana. A partir de Feira de Santana, há duas opções, uma a partir da estrada BR-116 até a Cidade de Itaberaba, e a segunda pela estrada estadual BA-052, conhecida como Estrada do Feijão, até Ipirá e daí até Itaberaba. De Itaberada segue-se pela BR-242 (estrada Brasília – Salvador), no sentido Salvador/Brasília, até chegar-se à região da chapada Diamantina. A distância entre Salvador e Lençóis é de 409km.

Uma vez na região, o acesso ao PNCD pode ser feito pelas principais cidades do entorno, quais sejam: Andaraí, Mucugê e Ibicoara podem ser acessadas pela BA-142**,** que começa no trevo desta estrada com a BR-242. A partir deste ponto, são 52km até Andaraí, 86km até Mucugê e 142km até Ibicoara. A Cidade de Lençóis é acessada pela BA-850, que se inicia no Km 215 da BR-242, e tem cerca de 12km de extensão até a Cidade. O acesso a Itaetê pode ser feito a partir da BA-142 até o trevo que fica no Km 65. A partir daí, toma-se a BA-245 e percorre-se cerca de 35km até a sede municipal. Finalmente, o acesso a Palmeiras, onde fica a sede do Parque, é feito pela BR-242, até o Km 253, onde se toma a BA-851, em uma extensão de 8km. A distância entre Salvador e a atual sede do PNCD, em Palmeiras, é de 448km, enquanto que a distância entre Brasília e Palmeiras é de cerca de 1.100km.

O acesso ao PNCD também é possível a partir de Vitória da Conquista, seguindo até Itaetê pelas estradas BR-116 e 330 e pela BA-245, em um trecho de 306km. O acesso a partir de Vitória da Conquista também é possível via Anajé, Tanhaçu e Barra da Estiva, pela BA-142, chegando-se a Ibicoara ou Mucugê, em um trecho de 223 ou 261km, respectivamente.

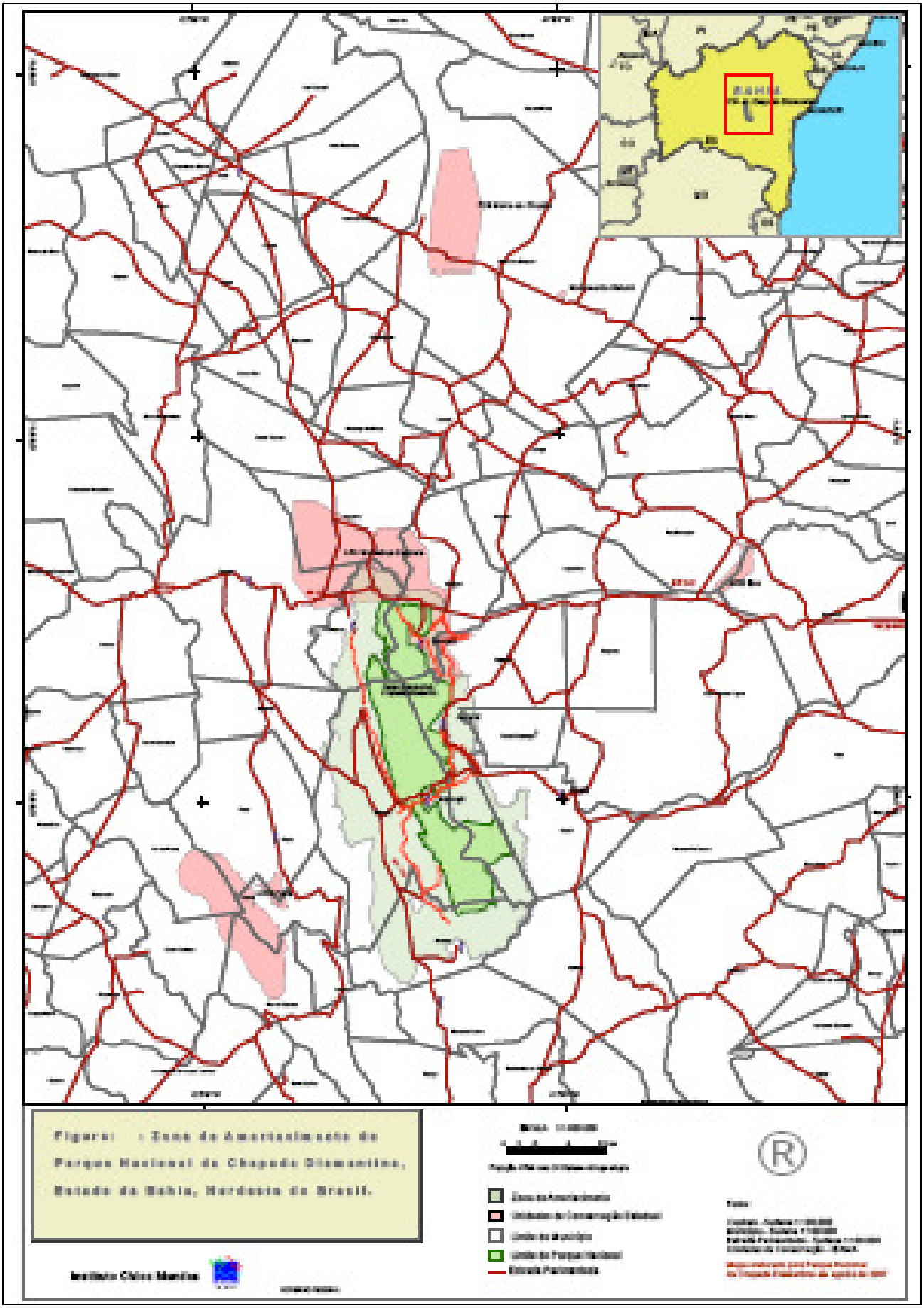
A partir de Brasília, além de vôos regulares para Salvador, o acesso terrestre tem início na BR-020, em um trecho de 293km até Posse e depois Alvorada do Norte e Rosário, todas na BR-020. Logo depois de Rosário, na divisa dos Estados de Goiás e Bahia, toma-se a direção de Luis Eduardo de Magalhães, onde a BR-020 encontra a BR-242. Seguindo por esta estrada, passa-se por Barreiras, Ibotirama, Seabra e daí até o entroncamento desta BR-242 para Palmeiras, Lençóis e Andaraí, nesta orem, neste sentido.

Ainda a partir de Brasília, por há uma segunda opção terrestre, que é tomar o acesso, na BR-020, logo depois da divisa entre Goiás e Bahia, para São Desidério e Santa Maria da Vitória, tomando-se a BR-349, chegando-se a Barreiras onde se volta para a BR-242, passando-se por Ibotirama e Seabra.

A partir de todas as cidades do entorno do PNCD, o acesso para o seu interior é feito por incontáveis trilhas e caminhos, a maioria deles históricos e centenários, em todo o seu perímetro. Cite-se que praticamente não há como o Parque ser acessado por carro, em função dos impedimentos causados pela topografia. Até o fechamento do presente PM, não havia nenhuma estrutura do IBAMA que funcionasse como portaria ou controle de acesso ao Parque, o que está sendo previsto neste PM.

A Figura 32 mostra as possibilidades de como o PNCD pode ser acessado de diversos pontos citados no texto ou a partir das referências que ele mostra.

Figura 32: Acessos ao Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.



3.1.2 - Origem do Nome e Histórico de Criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina

3.1.2.1 - Origem do Nome

O Parque tem o mesmo nome da chapada Diamantina, por se encontrar totalmente dentro da Chapada. Porém, tudo indica que o nome Chapada Diamantina seja uma referência à atividade garimpeira do diamante, uma das primeiras e mais importantes economias da região do Parque.

Uma única informação foi encontrada acerca do momento na história em que a serra do Espinhaço, em seu prolongamento na Bahia, passou a ser chamada chapada Diamantina. Trata-se de uma publicação do ano de 1980 do então Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) do Estado da Bahia, acerca da região onde está inserido o PNCD. Assim, conforme Azevedo (1980), a denominação da chapada como Diamantina remonta ao período em que os garimpeiros originários do Estado de Minas Gerais começaram a migrar para a região, depois da descoberta do ouro em Rio de Contas pelos paulistas, o que teria acontecido no início do século XVIII, bem no início do ano de 1700. Até então, aparentemente, a denominação era serra do Espinhaço. Os mineiros, que migravam para a direção nordeste, em função dos achados de ouro, primeiramente, chegavam à região pelo vale do rio São Francisco ou pelas cumeadas da serra do Espinhaço para, então, atingir a "chapada que mais tarde seria adjetivada de diamantina" (Azevedo, 1980, p. 9 e 10).

Após isso, já em documentos do século XVIII há referência às lavras diamantíferas daquela região do Estado da Bahia que, no conjunto, foi denominada historicamente Lavras Diamantinas. As Lavras Diamantinas eram formadas por diversas vilas, localidades e povoados, os quais tiveram papel muito importante em toda a história regional e local, relativa à exploração de diamantes, à formação do seu povo e da sua cultura. Sua importância e força chegaram a compor fatos históricos de âmbito nacional, bem como a serem importantes centros da economia brasileira à época (Moraes, 1984; Nolasco, 2002). Parte dos povoados e das localidades mais importantes formou, por exemplo, os Municípios de Andaraí, Lençóis, Mucugê e Palmeiras (Nolasco, 2002), entre outros, igualmente importantes para o PNCD.

O termo chapada para a região do PNCD é utilizado não somente como uma denominação geomorfológica, mas também para se referir a uma região administrativa do Estado da Bahia (BA). Na geomorfologia, chapada é uma referência às formações de origem sedimentar que foram erodidas naturalmente e, como resultado, apresenta o topo aplainado, elevado, com bordas escarpadas. Como fenômeno geomorfológico, a chapada Diamantina é composta por vários planaltos (ou relevos serranos) e estende-se do vale do rio de Contas até as proximidades do rio São Francisco, próximo à Cidade de Xique-Xique (Nolasco, 2002).

Porém, o PNCD ocupa apenas a área norte da serra do Sincorá. No Parque, isso abrange a área de seis municípios: Andaraí, Ibicoara, Itaetê, Lençóis, Mucugê e Palmeiras. Assim, a chapada Diamantina, propriamente dita, abrange uma área muito mais extensa que a área do Parque Nacional, chegando a englobar entre 33 e 58 municípios, dependendo da abordagem, que pode ser geomorfológica ou região administrativa da BA.

3.1.2.2 - Histórico de Criação do Parque

Para reconstituir a história relativa à criação do PNCD, foram consultados diversos documentos e materiais dos arquivos da DIREC e do Parque, bem com o que existe na literatura publicada sobre o assunto. A reconstituição incluiu, também, conversas com duas pessoas que foram muito importantes na criação do Parque, pois fizeram parte da equipe técnica deste processo. São o botânico Roy Funch e o Engenheiro Agrônomo Sérgio Brant Rocha, este último um dos técnicos do governo federal, que trabalharam na criação do PNCD.

Ainda para reconstituir a história de criação do PNCD, foram considerados, também, os relatórios de aspectos histórico-culturais e de socioeconomia, contratados pela Transmissora Sudeste Nordeste (TSN) junto à empresa MRS Estudos Ambientais Ltda, especificamente para apoio à elaboração do presente PM, os quais constam de Castro *et alii* (2007a) e Castro *et alii* (2007b) e foram contratados como fruto de recursos oriundos de compensação ambiental.

Quanto ao papel do Sérgio Brant, como é mais conhecido, ele era funcionário do então Instituto

Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF), instituição responsável pela política ambiental brasileira, inclusive pelo Sistema de Unidades de Conservação (SNUC), que incluía (e ainda hoje inclui) a criação e implementação das UC. Cite-se que a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) já tinha sido criada nesta época e tinha a atribuição de cuidar das questões de poluição e outras ações de regulamentações ambientais nas áreas urbanas, mesmo que depois tenha também começado a criar UC. Assim, toda a história que envolve a criação do PNCD tem o IBDF à frente do processo. Em 1989, quando foi criado, o IBAMA absorveu as atribuições do IBDF.

A chapada Diamantina foi estudada por alguns pesquisadores nos séculos XIX e XX, podendo-se citar os naturalistas Martius, Teodoro Sampaio e Spix. Todos atestaram a riqueza natural e a diversidade desta região singular, alertando, já àquela época, para os riscos da devastação da região, o que veio a se confirmar mais tarde. Anos depois, na segunda metade do século XX, destaca-se a participação do Ornitólogo brasileiro Augusto Ruschi, especialista em beija-flores, que defendeu a necessidade da criação de uma UC para preservar o beija-flor-de-gravata-vermelha *Augastes lumachellus* (também conhecido como gravatinha-vermelha), endêmico da Chapada.

Alguns anos mais tarde, a proteção, na forma de unidade de conservação, da chapada Diamantina foi indicada pela equipe do Projeto RADAMBRASIL de Levantamento dos Recursos Naturais do Brasil, que estudou a região, no início dos anos 80, para elaboração do volume relativo à região, denominado Folha SD.24 (RADAMBRASIL, 1981a). Mas a atuação do Projeto RADAMBRASIL não parou por aí. Em função do conhecimento gerado pelos seus trabalhos na chapada Diamantina, o IBDF solicitou ao Projeto RADAMBRASIL, também em 1981, a elaboração de um relatório específico como parte dos levantamentos e caracterização da área, de modo a subsidiar os trabalhos de criação do Parque (RADAMBRASIL, 1981b).

O mencionado levantamento do Projeto RADAMBRASIL foi muito importante, pois continha informações e conclusões valiosas sobre a área que hoje constitui o PNCD. Foi exposto no documento que as áreas sobre as quais se constituiriam o Parque não possuíam vocação agrícola e não deviam ser indicadas para pastagem plantada, pela má qualidade dos solos e explicava que tais condições tornavam-se piores com a associação aos fatores climáticos adversos, característicos da região. O relatório indicava que as áreas deveriam ser recomendadas para preservação dos recursos naturais. Descrevendo a vegetação da área, o relatório afirmava que o interesse científico sobre a biota é imenso e que o tesouro florístico e ecológico deveria ser protegido, defendido e preservado (RADAMBRASIL, 1981a).

A criação do PNCD também passou por diversas manifestações defendendo a necessidade da proteção da Chapada. Nesse sentido, têm-se os esforços do movimento ambientalista da chapada Diamantina, que surgiu no início da década de 1980 e se fortalecia na região, sendo a defesa da criação de um parque nacional na Chapada uma das suas bandeiras de trabalho. Cite-se que a iniciativa local que ganhou mais espaço na região e na mídia baiana foi encabeçada pelo ambientalista Humberto Brandão de Souza, de Mucugê. Ele elaborou um projeto onde defendia a proteção da chapada Diamantina, por meio da criação de um parque nacional, justificando impedir a extinção da fauna e da flora locais. Na sua proposta, o Parque deveria ter uma área com cerca de 500km², ficando restrita ao norte de Mucugê.

Humberto conseguiu chamar atenção e ter apoio da população local, autoridades governamentais e não-governamentais, chegando inclusive a ser convidado para vários eventos públicos comemorativos do meio ambiente para, junto com o botânico Roy Funch, também ferrenho e notório defensor da criação do Parque, e junto com a representação estadual do IBDF na Bahia, debater e explicar as propostas de criação do parque. O projeto e a militância de Humberto Brandão ganharam notoriedade, para além da região, sendo que ele chegou a ser convocado para ir a Brasília, ao IBDF, para expor e defender suas idéias. Até hoje ele guarda farto material sobre o assunto e sobre o projeto, tendo contribuído bastante nos trabalhos que, a partir de determinado ponto, ficam mais especificamente restritos à equipe do IBDF, juntamente com Roy Funch.

A publicação mais conhecida, porém, que trata especificamente da necessidade de criação de um parque nacional na região da chapada Diamantina é de 1982, escrito pelo já citado Roy Funch

(Funch, 1982). Ele é um botânico norte-americano que veio ao Brasil como voluntário do Corpo da Paz (do inglês, *Peace Corps*) para trabalhar com o IBDF. Terminada sua missão, decidiu ficar no Brasil e foi morar na Cidade de Lençóis.

Além de botânico e especializado em fitofisiologia e na vegetação e ecologia da Chapada, Roy é bioquímico. Ele continua gerando e acumulando conhecimento sobre a ecologia da região, tendo concluído recentemente seu doutoramento, o qual inclui estudos sobre os tipos de vegetação da Chapada, e base para a discussão e a indicação de alterações dos limites atuais do PNCD, propostos por ele.

Voltando a esse primeiro livro do Roy, sobre a chapada Diamantina, ele objetivou, com a abordagem sobre a região e suas principais características ambientais e histórico-culturais, sensibilizar e sugerir ao IBDF "uma delimitação da maior extensão possível de área a ser preservada e talvez institucionalizada como Parque Nacional" (Funch, 1982, p.10).

Funch (1982) apresentou estudos preliminares sobre geologia, mineralogia, clima, vegetação, fauna, indicação da área prioritária para preservação e importância de sua proteção, uso e posse da terra e ainda, mapas e fotos aéreas. Quanto aos minerais da região, que já tinham feito de Lençóis um das cidades mais ricas da Bahia, Funch (1982) relatou que o diamante, após quase um século e meio de exploração intensiva, estava praticamente esgotado e que existiam poucas chances de novas ocorrências minerais de valor comercial (p.14). Sua proposta para os limites do Parque, assim como a do Humberto, também indicava uma área entre Mucugê e Campos de São João, próximo a Palmeiras, o que corresponde à atual área norte do PNCD.

No seu livro, Funch relata que, com o fim do ciclo da mineração na região, pequenos grupos de garimpeiros ainda prosseguiam na busca de diamantes, e complementa que muitos garimpeiros "já em idade avançada e sem qualificação para exercer atividades em outras áreas, permanecem na garimpagem por absoluta falta de opção" (p.32), apesar de cada vez com menos rendimentos, devido à escassez da pedra. Cite-se que os dados históricos da literatura consultada afirmam que já em 1871, a produção diamantífera da região entrou em decadência (e.g. Moraes, 1984; Bomfim & Cavedon, 1994; Nolasco, 2002), que não foi mais catastrófica por causa da repentina valorização do carbonado, encontrado em abundância na região. O carbonado é um mineral amorfo, de composição química e dureza do diamante (Nolasco, 2002) e que também tem muitas aplicações industriais.

A mobilização popular a favor da criação do PNCD e outros fatos paralelos tornaram a sua história um caso único e muito especial, quando comparada à criação de outras UC, pelo IBDF e pela SEMA naquela época. Os dados mostram que o Parque foi criado com grande mobilização social e eventos técnico-científicos de esclarecimentos para a sociedade, especialmente local, criação esta feita a partir de uma demanda da região (Teixeira & Linsker, 2005). Por isso, sem dúvida alguma, o PNCD pode ser considerado o primeiro parque nacional brasileiro a ser criado com consulta popular, mesmo que não tenham sido os moldes do que hoje é chamado consulta pública, como define a Lei do SNUC (Lei № 9.985/2000).

Segundo Teixeira & Linsker (2005) pela farta documentação encontrada, a criação do PNCD resultou "de uma grande mobilização de ambientalistas e moradores da região da Chapada Diamantina", especialmente porque havia uma "forte preocupação" com a proteção da sua fauna e da sua flora, em função da ameaça constante pelas "atividades predatórias, como o garimpo ou ainda a criação extensiva de gado" bovino (p. 18). Tais autores reconhecem, ainda, que a criação do PNCD também beneficiou "as cidades, protegendo seu rico patrimônio histórico e cultural" (p. 18).

A área sugerida para tornar-se parque nacional, de acordo com Funch (1982) e dados do IBDF (Rocha, 1985) era aquela que apresentava baixa densidade populacional. Sendo que, segundo este autor, à época as comunidades de Caeté Açu (o Capão, que hoje é distrito do Município de Palmeiras) e Vale do Pati (abrangido pelo PNCD) eram os mais populosos, com um total aproximado de 300 habitantes. Porém, o Capão acabou ficando fora dos limites definidos para o PNCD.

Em relação à ocupação na época dos estudos de criação do Parque, os dados de Funch (1982) mostram o seguinte cenário, dentre dos limites que ele propunha como Parque: um total de oito chamadas zonas habitadas: Caeté-Açu (o Capão); Rio Grande (povoado entre a Cidade de Palmeiras e Caeté Açu); áreas entre Palmeiras, Guiné e Mucugê; Pati (que acabou ficando dentro dos limites do Parque); Barro Branco; Pai Inácio e Campos de São João. O Capão tinha entre trinta e quarenta casas; uma escola e cerca de trinta pequenas roças no vale. Já o Rio Grande tinha cerca de dez casas e muitas roças nas margens do rio Preto, mas o lugarejo não está incluído na serra do Sincorá. A área entre Palmeiras, Guiné e Mucugê continha muitas roças e fazendas, mas também não estava contida na serra do Sincorá. Já no que chamou de área do Pati, descreve-a como um vale profundo, nas cabeceiras do rio Cachoeirão, próximo à Andaraí, contendo os povoados de Pati, Cachoeirão, Piabas e Ruinha, com várias pequenas roças. Menciona que as terras estavam abandonadas e que haviam sido arrecadadas (adquiridas) pelo Banco do Brasil como pagamento de financiamentos para o plantio de café, os quais os tomadores não conseguiram pagar. No que se refere ao Barro Branco, uma serra atrás da Cidade de Lençóis, havia apenas oito casas com uma área cultivada menor que 5ha, enquanto Pai Inácio era menor ainda, com apenas três ou quatro roças, próximas ao morro do Pai Inácio, junto à estrada BR-242, no Km 232. Já para Campos de São João, situado no Km 236 da mesma estrada, BR-242, o autor não chegou a mencionar números para sua ocupação.

Os estudos e pesquisas do IBDF para a criação do Parque também incluíram um levantamento amostral da situação da titularidade nas terras da região, inclusive do custo do hectare, mostrando a total desvalorização das terras, já que não possuíam aptidão para a agricultura e nem para a pecuária, em função da baixa fertilidade dos solos e topografia muito acidentada, excetuando-se uma determinada região plana próxima à Cidade de Mucugê (Rocha, 1985). Um sobrevôo realizado pela equipe de criação do Parque, do IBDF, na qual o Roy Funch participou ativamente, constatou que mais de 90% da área que seria objeto de proposta de criação do parque nacional estavam sem qualquer tipo de ocupação humana.

Entre os esforços para a criação do Parque, necessidade de esclarecimentos à população e convencimento das autoridades, o IBDF, o governo estadual, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a UEFS e diversos líderes populares de Lençóis publicaram e distribuíram para a população uma carta explicativa sobre os fatos e convidando-a para um simpósio programado para ocorrer em Lençóis, em novembro de 1983, onde um conjunto de apresentações detalharia os acontecimentos e passaria conhecimento sobre a importância da chapada Diamantina e do Parque.

A carta foi confeccionada na forma de um folheto chamado *Parque Nacional da Chapada Diamantina - Carta Informativa*. A carta continha um breve resumo sobre a serra do Sincorá, como algumas de suas características ambientais e socioeconômicas mais importantes, especialmente como as contribuições sobre as condições de clima ameno, recarga de água para os principais rios que drenam milhares de quilômetros até desaguarem na Baía de Todos os Santos, a inviabilidade econômica do garimpo manual, a condição de viabilidade do garimpo somente se mecanizado e em grandes rios a leste da Chapada, o crescente interesse científico sobre a Chapada e sua principal vocação para o turismo.

Assim, foi realizado na Cidade de Lençóis o Simpósio sobre a Preservação do Patrimônio Natural da Chapada Diamantina, promovido pelo IBDF e pelo Governo do Estado da Bahia, com o apoio da UFBA, da UEFS e da Prefeitura Municipal de Lençóis. O evento teve uma importância tão grande, ambiental, e política, que contou na sua abertura com o Presidente do IBDF, Mauro Silva Reis, com o Governador do Estado da Bahia, João Durval Carneiro, e com dois representantes do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, seu Diretor, Carlos Alberto Ribeiro de Xavier, e a Botânica Graziela Maciel Barroso.

As apresentações do Simpósio, aberto à população local, como foi dito acima, contaram com um conjunto variado de apresentações sobre a chapada Diamantina e sobre políticas governamentais, estaduais e federais, de questões relativas à região e ao Parque, todas conduzidas por convidados ilustres do Estado, da região e de outros estados. As apresentações tiveram a seguinte abordagem: i) aspectos culturais e econômicos da chapada Diamantina; ii) promoção do desenvolvimento da

região da Chapada; iii) atividades de mineração na Chapada; iv) política estadual de preservação dos recursos naturais; v) aproveitamento do potencial turístico da Chapada e interiorização do turismo no Estado da Bahia; vi) aspectos históricos e socioeconômicos da Chapada; vii) caracterização geográfica e geológica da Chapada; viii) legislação de proteção ambiental; ix) potencial florístico da Chapada; x) apresentação sobre a descoberta e descrição de uma espécie nova de planta da Chapada; xi) orquídeas nativas da Bahia em extinção; xii) a vegetação da Chapada; xiii) memória do ciclo do garimpo; xiv) política de preservação do patrimônio artístico e cultural; xv) levantamento faunístico da Chapada e sua preservação; xvi) compatibilização dos usos do solo e qualidade ambiental na Chapada e xvii) o projeto de criação do Parque na Chapada pelo IBDF, que apresentou e discutiu com os presentes os limites propostos. O evento contou, também, com a apresentação de um audiovisual sobe a chapada Diamantina, saídas de campo para visitar alguns dos atrativos da área e apresentações da Filarmônica e grupos folclóricos.

O Simpósio pretendeu não somente levar conhecimento sobre a importância da chapada Diamantina, mas também tornar pública a iniciativa governamental sobre a criação do Parque, pois serviu para apresentar e discutir os limites já indicados pelos estudos e pesquisas das mais diversas fontes. Vale destacar que estavam presentes, além da população local, o Prefeito de Lençóis, que assinava o apoio ao evento no seu folheto de divulgação, bem como os Prefeitos de Andaraí e Mucugê, que tinham sido convidados formalmente para o Simpósio. Após as apresentações, os participantes, inclusive os Prefeitos, endossaram a proposta do IBDF, sem restrições, conforme pode ser constatado nos documentos dos arquivos da DIREC. Por outro lado, outro resultado do Simpósio foi a recomendação do combate à instalação de garimpos na região.

Portanto, diante do que foi exposto acima, não resta dúvida sobre o papel do Simpósio como consulta popular para a criação do PNCD, caráter de vanguarda no processo de criação de uma UC na época, quando tal procedimento não era demandado como o é hoje, por meio da Lei do SNUC.

Após o Simpósio, no final do ano de 1983, por meio do Ofício Nº. 407/83-P, de 01 de dezembro de 1983, o Presidente do IBDF, Mauro Silva Reis, encaminhou ao Secretário de Agricultura do Estado da Bahia, Fernando Cincurá de Andrade, cópia da proposta de criação do PNCD, constituída da exposição de motivos e do projeto de decreto de criação, objetivando obter uma manifestação acerca dos limites propostos para o Parque. Ao mesmo tempo solicitou providências junto ao Instituto de Terras da Bahia (ITERBA) para realização do levantamento fundiário da área, mas isso nunca chegou a acontecer.

Ainda em relação à mobilização social a favor da criação do Parque, em julho de 1985, o Prefeito de Lençóis, Emmanoel Calmon Maciel, encaminhou ao Governador do Estado da Bahia, João Durval Carneiro, uma carta, de 08 de julho de 1985, que recebeu da sociedade local, com um abaixo assinado de sete páginas e com uma declaração a favor da criação do Parque, e na qual pedia o seu encaminhamento ao Governador.

Em 12 de julho de 1985, a Presidente do IBDF, Maria Tereza Jorge Pádua, enviou um ofício (Of. Nº. 800/85-P) ao Ministro da Agricultura, Pedro Simon, com o projeto de decreto para criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, bem como a sua caracterização e justificativa para criação, contendo características básicas do relevo, solos, hidrografia, vegetação, fauna, situação fundiária, história e atividades econômicas da região.

Entre as razões expostas pelo IBDF, nas justificativas de criação do Parque, estava a relevância dos aspectos naturais e histórico-culturais, principalmente em razão do passado de mineração da região. Foram ressaltados na caracterização e na justificativa para criação do Parque: a beleza cênica, a fauna diversificada, a importância de proteção dos recursos hídricos, a decadência da mineração e a conseqüente falta de alternativas econômicas da região, o provável potencial turístico, a geração de empregos na região, e o fato de a área apresentar-se “praticamente sem ocupação humana, sendo que cerca de 90% da mesma não possui um único habitante” (Rocha, 1985).

Diante de todos os esforços empreendidos para que o PNCD fosse criado, em 17 de setembro de

1985, o decreto de criação foi assinado pelo Presidente da República, José Sarney, e, um dia após, foi publicado no Diário Oficial da União sob o número 91.655.

Concluindo, pelos documentos analisados, pode-se perceber que os estudos e a justificativa para criação do Parque foram tanto centrados no apelo popular, quanto nos estudos socioeconômicos e turísticos, na preservação da beleza cênica e do patrimônio histórico-cultural, na diversidade biológica e na preservação dos recursos hídricos.

3.2 - Caracterização dos Fatores Abióticos e Bióticos

3.2.1 - Clima

O clima na área do PNCD é do tipo tropical semi-úmido, o que o faz totalmente diferente do clima característico do seu entorno, o qual é claramente árido (Teixeira & Linsker, 2005). Apresenta variações de úmido a subúmido, condicionado especialmente pelo relevo. Nos planaltos, o clima é de transição entre semi-úmido a semi-árido, dependendo da localização da área em relação às montanhas, que retêm naturalmente a umidade (Teixeira & Linsker, 2005).

O contraste climático que existe na região – PNCD (na serra do Sincorá, em plena chapada Diamantina) e o seu entorno deve-se ao fato da chapada Diamantina funcionar como uma barreira natural que segura as nuvens que vêm do mar e que, não encontrando resistência alguma na região conhecida como Sertão, passam direto e chegam com muita umidade até o topo das montanhas e, portanto, no Parque (Teixeira & Linsker, 2005). Assim, de acordo com tais autores, os topos das montanhas mais altas barram as nuvens carregadas de chuva que vêm do oceano Atlântico, provocando muitas chuvas nas encostas, planaltos adjacentes e nos vales, o que os tornam verdes durante quase todo o ano. Estas condições têm mais influência na área leste do PNCD, deixando o oeste mais seco, o qual chega a ter ambientes típicos da Caatinga.

A precipitação na área do PNCD é especialmente resultante do efeito das chuvas orográficas, ou seja, nuvens carregadas de água do mar chegam à região e, barradas pelas elevações da serra do Sincorá, sobem e são resfriadas nas partes mais altas do relevo. A diferença de temperatura faz com que a umidade seja perdida na forma de chuva. Tal efeito produz um alto índice pluviométrico, com maior intensidade no leste do Parque e menor no oeste.

A área do Parque possui praticamente duas estações: uma chuvosa – o verão - e uma seca – o inverno. Os meses mais chuvosos são de novembro a maio, sendo dezembro o mês com maior índice pluviométrico, quando podem ocorrer até mesmo tempestades. No verão são comuns os dias com sol intenso e elevada radiação (Vale *et alii*, 2007). O período seco - o inverno propriamente dito – vai de maio a outubro. Os meses mais secos são agosto, setembro, outubro e novembro, porém as condições de tempo no PNCD são bem amenas em função da altitude (Funch, 1982; Teixeira & Linsker, 2005).

Tomando-se os dados do entorno, pode-se dizer que as precipitações são mais intensas na região entre a Cidade de Lençóis e o rio Garapa, no Município de Andaraí, com médias acima de 1.400mm anuais. Na maior parte do Parque, as precipitações variam entre 1.000 e 1.300mm. Apenas uma pequena porção em seu extremo sudeste, na serra da Chapadinha, e outra área compreendida entre o Morro Azul, no Município de Mucugê, e a serra do Candombá, no Município de Palmeiras, apresentam precipitações da ordem de 900mm. Especialmente pela manhã, são comuns chuvas orográficas e garoas, estas últimas conhecidas localmente como neve ou neblinas.

Embora não haja registros meteorológicos no interior do PNCD, os dados das estações de Cascavel e de Lençóis mostram a variabilidade climática regional (Gráficos 29 e 30), o que se aplica à área da UC. Assim, tomando por base os dados das duas estações, pode-se dizer que a média anual é de 745mm na primeira e de 1.215mm na segunda. A temperatura média registrada em Lençóis é de 22,9°C, mas há grandes variações sazonais. Assim, como já foi dito, as condições climáticas do PNCD estão condicionadas ao seu relevo. Para Teixeira & Linsker (2005), a altitude do PNCD contribui para a ocorrência de temperaturas amenas, com médias anuais entre 20ºC e 24ºC.

As menores altitudes ocorrem na borda leste, enquanto há intensa variação de norte para o sul. A

borda oeste é mais homogênea, sendo composta, em sua maior extensão, pelos contrafortes da serra do Sincorá, e um alto paredão acantilado apresenta temperaturas mais baixas, neblina mais constante e chuvas no seu limite são indicativas de eventos conhecidos como trombas d'água. As trombas d'água são uma onda fluvial confinada, extremamente perigosa, pois promove uma subida imediata no nível dos rios, chegando a causar acidentes fatais.

Gráfico 29: Precipitação Pluviométrica Mensal do Município de Lençóis, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil, Utilizando-se as Médias dos Anos de 1999 a 2004.

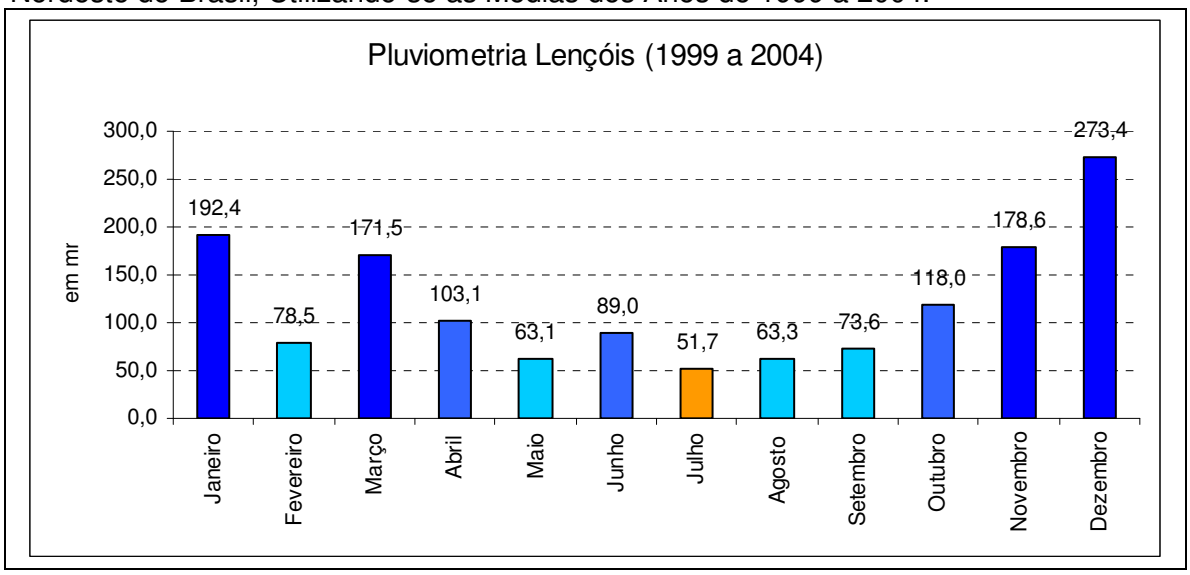
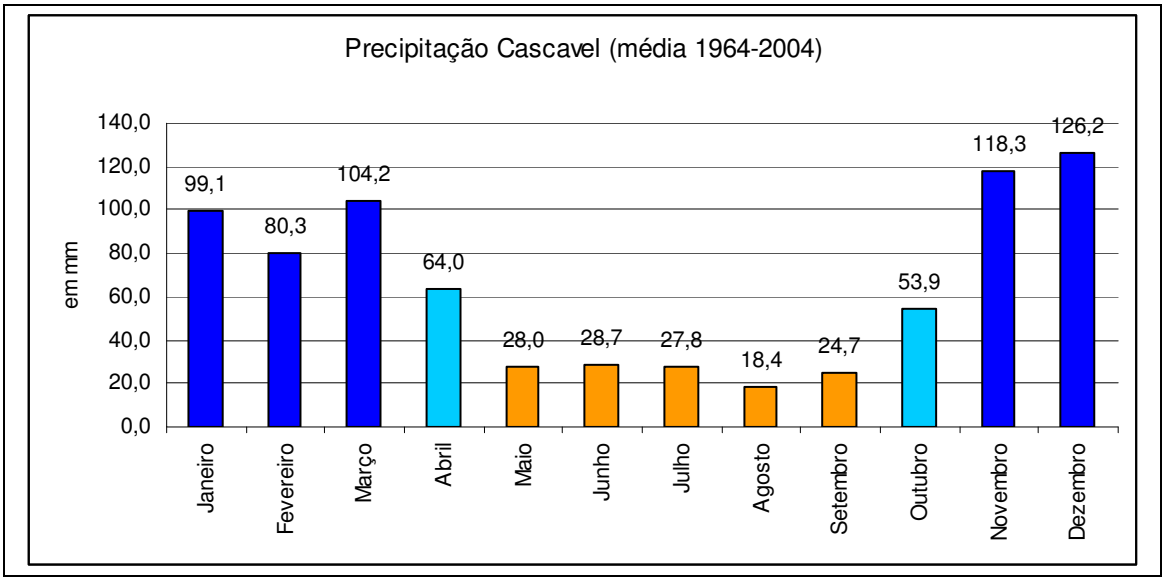


Gráfico 30: Precipitação Pluviométrica Mensal do Distrito de Cascavel, do Município de Ibicoara, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil, Utilizando-se as Médias dos Anos de 1964 a 2004.



3.2.2 - Geologia

3.2.2.2 - Aspectos Históricos (Geológicos e Antrópicos)

A geologia do PNCD retrata uma dinâmica bastante antiga e peculiar (Figura 33). As rochas mais antigas que ocorrem no Parque Nacional pertencem ao grupo Paraguaçu. São siltitos e argilitos, com arenitos e conglomerados subordinados. Há cerca de 1,6 bilhões de anos, no que hoje é a porção oeste do Parque, iniciou-se a implantação de uma planície aluvial com rios entrelaçados, associada lateralmente a um deserto, onde predominavam dunas e interdunas com inúmeros lagos temporários. Nesse estágio foram depositados areias e cascalhos de origem fluvial, intercalados com areias transportadas pelo vento, de dunas e outros ambientes. Em seguida esses sedimentos

foram recobertos por sedimentos transicionais e marinhos, depositados na forma de lamas, com siltes e areias mais subordinados.

Acima dos sedimentos do grupo Paraguaçu, encontra-se a formação Tombador, composta de arenitos e conglomerados diamantíferos, originados da movimentação tectônica que gerou o levantamento da "cordilheira" formada pela serra de Jacobina e pelo "complexo geológico" de Contendas-Mirante. Durantes os períodos de maior instabilidade do terreno, leques de cascalhos eram produzidos pela erosão dos blocos alçados da crosta formando os conglomerados considerados como fonte de diamantes. Os conglomerados são formados por seixos de arenitos, quartzo e quartzito verde. O salão de areias coloridas, em Lençóis, é formado pela alteração de seixos de diversas composições.

Entre 1,3 bilhões e 1,2 bilhões de anos atrás, o mar Caboclo invadiu a formação Tombador, retrabalhando os sedimentos continentais. Prova desta invasão está nas marcas de ondas simétricas e estratificações cruzadas, tipo "espinha de peixe", encontradas nos arenitos da formação Caboclo na estreita faixa que baliza a serra do Sincorá entre Lençóis e Andaraí. Há 970 milhões de anos, a acumulação de sedimentos foi interrompida por uma glaciação, responsável pelos conglomerados e pelitos da formação Bebedouro e também pela inundação marinha que atingiu a área que constitui, atualmente, a porção leste do Parque, criando condições necessárias para a implantação da plataforma carbonática da formação Salitre, representada pelos calcários e dolomitos existentes nos vales do Paraguaçu, Una e Utinga.

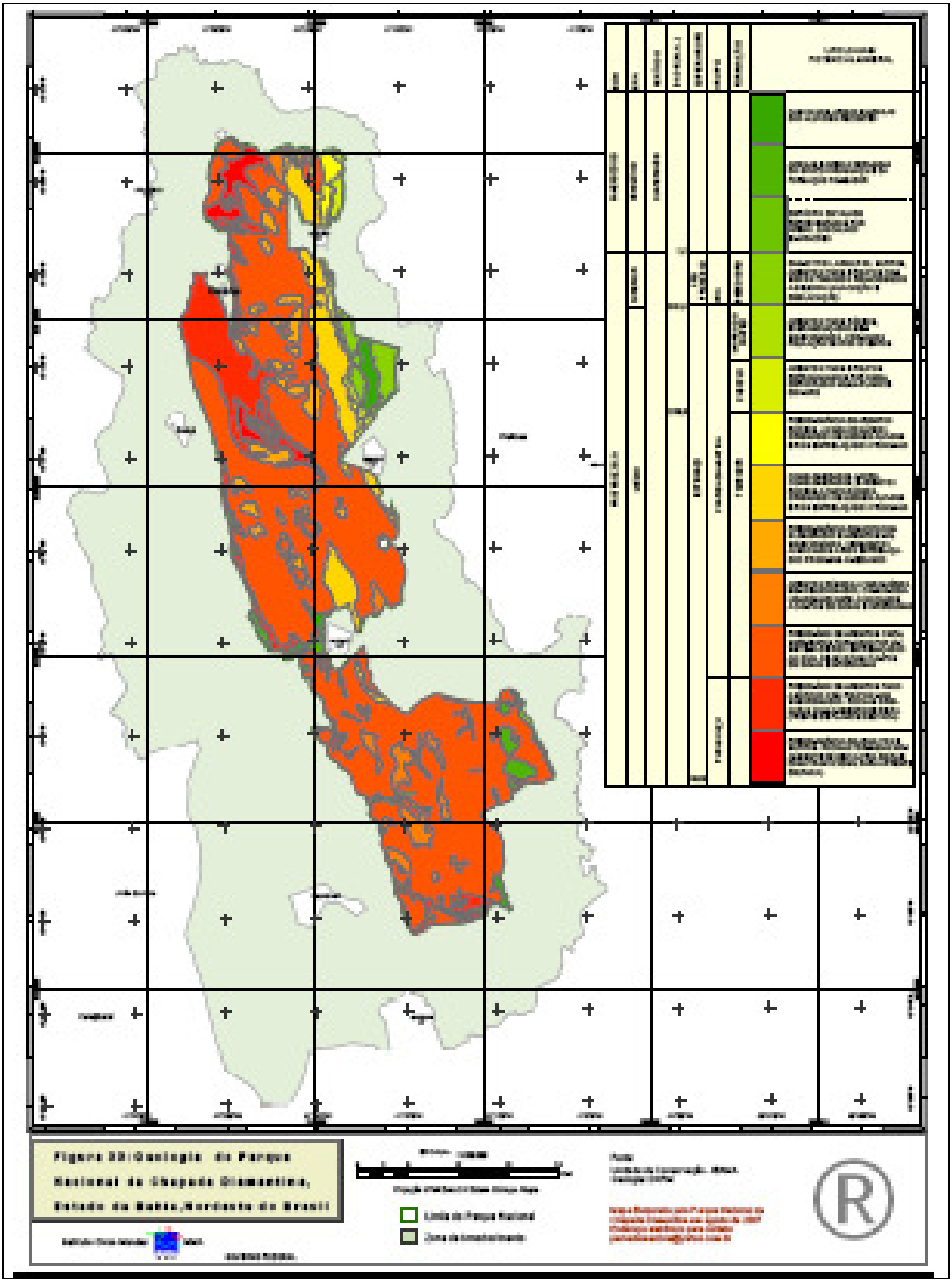
Recentemente, desde 250 anos atrás, devido à descoberta do diamante, houve uma gigantesca modificação na paisagem iniciada nos leitos e margens dos rios, onde se encontravam os conglomerados da formação Tombador, até as encostas das serras. Todo o solo foi retirado e abriram-se cicatrizes profundas, extraindo os cascalhos ricos em diamantes e carbonado. Isso transformou as matas ciliares e matas de encostas em campos rupestres, mais resistentes às condições ambientais desfavoráveis. Essas cicatrizes podem ser facilmente observadas em Lençóis, Andaraí e Igatu. Outros locais muito modificados pela ação antrópica foram os barrancos latossólicos ricos principalmente em carbonados. Os maiores são os de Igatu (barranco dos Morais) e de Lençóis (barranco das Companhias). Pode-se concluir que foi a ação dos garimpeiros que modelou a paisagem deixando-a como ela é hoje. A macro-estrutura foi gerada pelas transformações geomorfológicas, facilmente visíveis a partir do topo do morro do Pai Inácio, porém dentro das falhas e fraturas, nos locais de acumulação de diamantes, foi o homem que revolveu cascalho deixando montoeiras de fragmentos de rochas e muito pouco solo armazenador de água.

3.2.3 - Geomorfologia

A chapada Diamantina, enquanto unidade de relevo, compreende 33 municípios e está localizada na região central da Bahia, com uma superfície de 41.994km². É constituída, geologicamente, por rochas quartzíticas, areníticas, siltíticas e conglomerados, pertencentes às formações Paraguaçu, Tombador, Caboclo, Morro do Chapéu e Bebedouro, do grupo Chapada Diamantina, como detalhado no item anterior. O topo da Chapada é aplainado, caracterizando-se como um chapadão, com exuberantes escarpas nos dois lados. As altitudes variam entre 500 a 1.000m, formando um divisor natural de águas. Nas regiões escarpadas, diversos picos atingem entre 1.600 e 1.800m, com alguns pontos acima de 2.000m. Por um lado, deságuam na bacia do São Francisco e por outro, na própria região, onde nascem os dois maiores rios baianos: o de Contas e o Paraguaçu. A região escarpada, situada a leste do platô referido acima, constitui a serra do Sincorá, onde se encontra, predominantemente, a área do PNCD. O relevo e outros aspectos da geomorfologia do PNCD são mostrados nas Figuras 34 e 35.

A serra do Sincorá representa um planalto em estruturas dobradas e subhorizontais fortemente erodidas. Alonga-se no sentido norte-sul, com largura média de 25km, sendo que três feições principais de relevo são encontradas no PNCD, como se segue:

Figura 33: Geologia do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.



a) superfície de topo: superfície estrutural originária das formações do grupo Chapada Diamantina, inclinada para leste e seccionada por vales estruturais escavados a partir de suas fraturas, chegando a atingir 400m de profundidade. O relevo é aplainado com trechos de topografia irregular com cristas salientes e ressaltos erosivos, que formam escarpas secundárias de menor extensão, mas com mais de 200m de altura. Os solos são litólicos e muito raros devido aos afloramentos de rocha e ao fato de não haver acumulações aluviais;

b) escarpas frontais: são divididas em duas subfeições, paredão rochoso e tálus. A primeira compreende a parte superior da escarpa, de alta declividade quase vertical e com secções de fraturas verticais, com um desnível que chega até 400m na escarpa ocidental do Parque Nacional, que é praticamente contínua de norte a sul. A escarpa oriental é mais suave, uma série de patamares inclinados que vão decaindo de altitude. O tálus apresenta inclinação em torno de 45° e é constituído por matacões desprendidos do paredão. Assim como os paredões, o tálus é mais desenvolvido do lado oeste;

c) alvéolos: são vales resultantes de erosão fluvial em zonas de maior fraqueza estrutural e litológica, que se alargaram formando microrregiões rebaixadas de relevo ondulado e circundadas por encostas escarpadas que foram formadas. Os alvéolos mais importantes da região do Parque Nacional são o do rio Mucugezinho (ao norte do Parque), o do Capão (região centro-norte) e o do Campo Redondo (extremo sul).

Além do relevo planáltico, no Parque Nacional encontra-se também uma zona de planície e depressão situada na borda leste abrigando os vales dos rios Santo Antônio e seu afluente, São José, em Lençóis, ambos afluentes do rio Paraguaçu. Esta planície é formada por relevo de extensos interflúvios tabulares de rochas do grupo Una, de baixo gradiente, o que dificulta a drenagem e forma a área pantanosa conhecida como marimbus. O marimbus, portanto, são planícies alagadas, comumente chamadas várzeas alagadas, possuindo também trechos alagáveis. Além dos rios mencionados, o marimbus inclui também parte do curso do rio Utinga (um dos afluentes do rio Santo Antônio) também em Lençóis, e do rio Paraguaçu, em Andaraí (MINTER/SUDENE, 1976; Moraes, 1984).

3.2.4 - Solos

A nomenclatura dos solos adotada neste PM é mais antiga, bem como a sua descrição para o PNCD, e está baseada em Bomfim & Cavedon (1994).

O solo é um corpo natural organizado, com características próprias em permanente evolução, formando um sistema dinâmico e complexo. Pode ser considerado um ecossistema por abrigar espécies vegetais e animais, as quais alteram sua biologia, assim como as mudanças externas de temperatura e umidade que mudam as condições físico-químicas internas.

No Parque predominam solos pouco profundos e arenosos, muito frágeis e susceptíveis à erosão, principalmente nas áreas atingidas por incêndios, chuvas intensas, ciclos sazonais de umidade e seca e pisoteio pelo gado, principalmente bovino (Figura 36).

3.2.4.1 - Latossolos

São solos minerais, ácidos, não hidromórficos, com horizontes A e B latossólicos subdivididos em subhorizontes espessos com transição gradual e difusa entre eles. São considerados em estágio avançado de evolução, ricos em argila, óxidos de ferro e alumínio. Ocorrem sob vegetação florestal, ocupam a parte nordeste do Parque, em relevo suave ondulado a ondulado, horizonte A moderado e textura argilosa. Também são encontrados ao sul, no Baixão e a sudoeste, no Capão do Correia, por estarem em zonas mais úmidas com temperaturas mais amenas apresentam horizonte A proeminente e são mais ricos em matéria orgânica. Na região de Lençóis, ocorrem associados a areias quartzozas originadas da formação Tombador.

Figura 34: Relevo do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

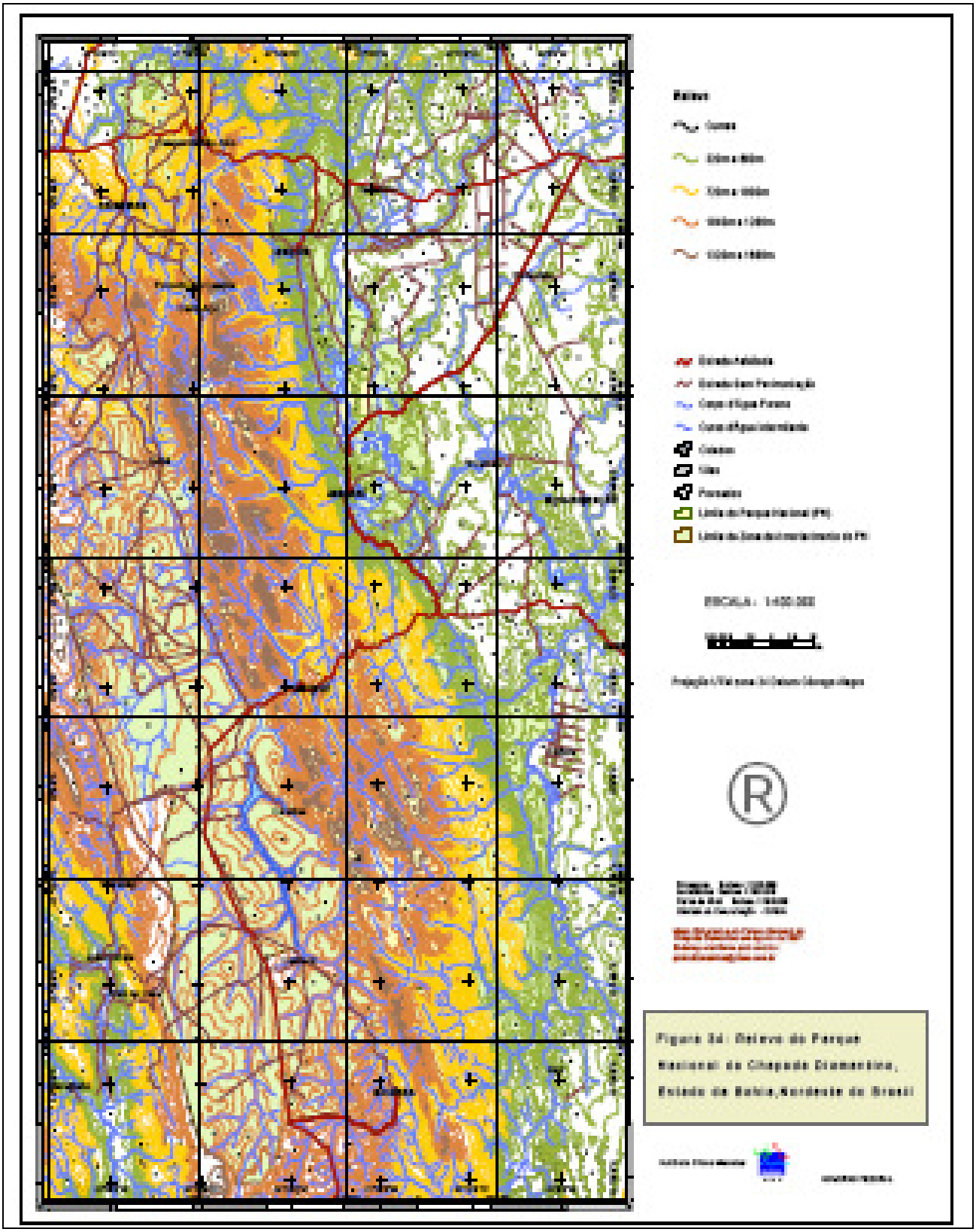
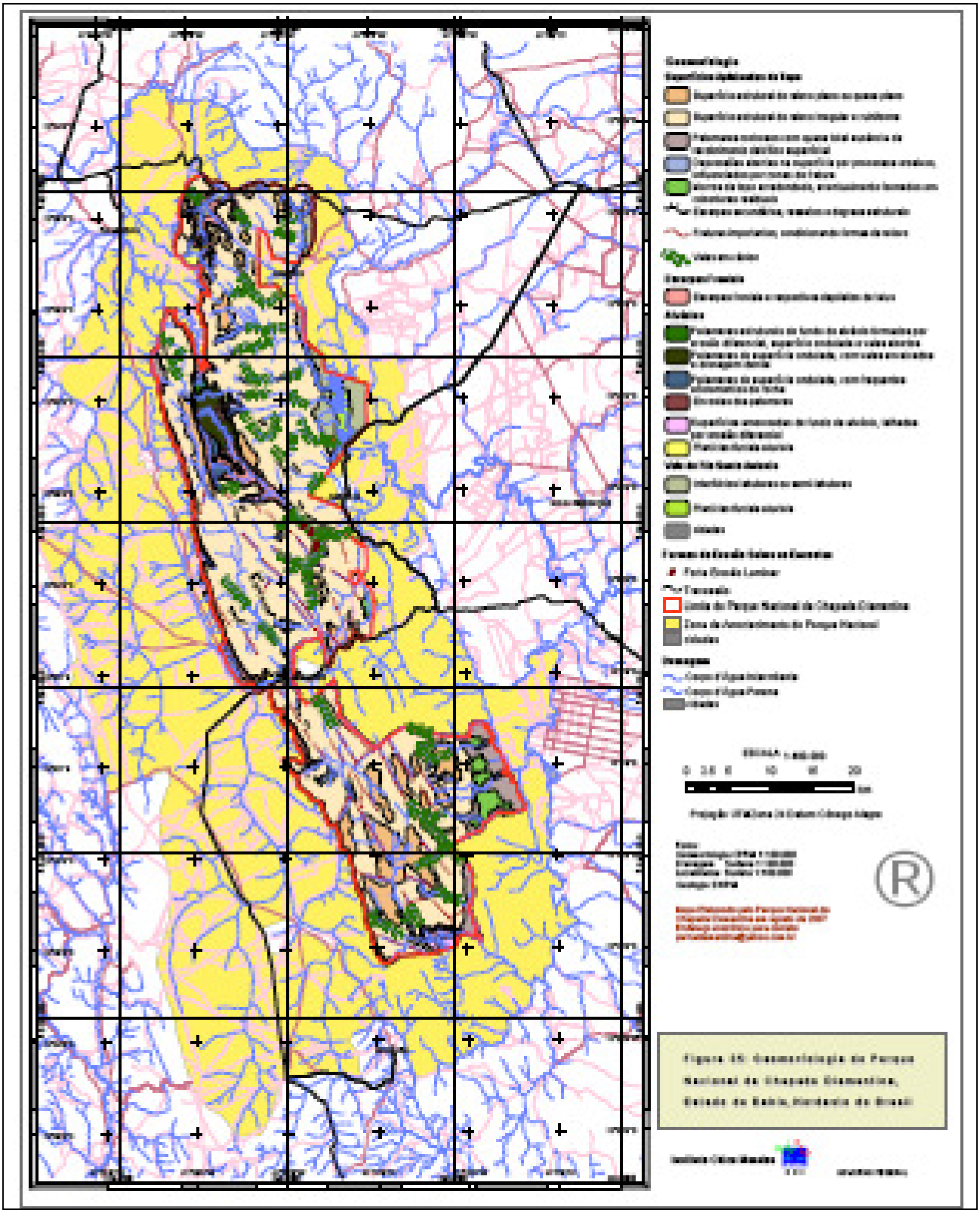


Figura 35: Geomorfologia do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.



3.2.4.2 - Cambissolos

Solos minerais com horizonte B incipiente, sua espessura depende da localização e posição na paisagem. Na maioria são álicos, ácidos e muito susceptíveis à erosão. É comum encontrarem-se matacões e fragmentos de rocha na superfície do solo. São encontrados no vale do Pati, onde são relativamente profundos nas vertentes muito íngremes cobertas por florestas, de coloração bruno-amarelada e estrutura moderada em blocos sub-angulares. Quando secos tem consistência dura e molhados são plásticos e pegajosos. Nos gerais dos Vieira são menos profundos, de coloração amarelada, com grande influência do material de origem na estrutura e consistência, o horizonte B é de estrutura maciça menos desenvolvida que no vale do Pati; horizonte A moderado e, às vezes, proeminente.

Nas partes de relevo suave ondulado e ondulado, de vegetação campestre e matas de galeria ao longo dos córregos, ocorre o Cambissolo húmico, com grande quantidade de matéria orgânica superficial e de cor preta a cinza escuro. Nas regiões vizinhas a Lençóis e Andaraí encontra-se Cambissolos latossólicos, com horizonte B mais espesso, estrutura maciça porosa ou em blocos subangulares, coloração vermelha, horizonte A moderado, profundo, argiloso e sob, invariavelmente, vegetação florestal, constituindo refúgios de flora e fauna. Também existem Cambissolos álicos associados à latossolos no limite do Parque, a leste e no sopé das escarpas onde afloram rochas do grupo Paraguaçu em relevo fortemente acidentado e grande susceptibilidade à erosão, sob vegetação campestre, com muitos matacões de arenito expostos.

3.2.4.3 - Solos Litólicos

Solos minerais, rasos (máximo 50cm), pouco desenvolvidos, com horizonte A e C, sem horizonte B. A vegetação é rasteira, típica de campos rupestres ou de campos de altitude. O solo exibe coloração preta devido ao acumulo de matéria orgânica. Os solos são álicos, quando originários de rochas areníticas, e são distróficos, quando provém de siltitos e argilitos do grupo Paraguaçu. Ocorrem em toda a área do Parque, em todas as formas de relevo, e ocupa a maior área mapeada na serra do Sincorá.

3.2.4.4 - Solos Podzólicos

Solos minerais, com horizontes A, B enriquecido por matéria orgânica ou húmus e C. o horizonte A se subdivide em A1 e A2, este bastante arenoso por perder toda a matéria orgânica para o horizonte B por lixiviação. Ocorrem em áreas altas, são provenientes das rochas da formação Tombador, cobertos por vegetação campestre junto a pequenos córregos e em manchas nos gerais do Machobongo. São susceptíveis à erosão em sulcos ou voçorocas, facilmente degradados em relevo plano ou suave ondulado, portanto devem-se evitar trilhas sobre esse tipo de solo. As sempre-vivas-de-mucugê crescem, preferencialmente, sobre podzólicos associados a litólicos húmicos.

3.2.4.5 - Solos Aluviais

São pouco desenvolvidos e originam-se de sedimentos aluviais não consolidados, em camadas estratificadas, com horizonte A sobre C. Ocorrem nas várzeas dos rios Santo Antônio e Paraguaçu e no marimbus.

3.2.5 - Espeleologia

As áreas vizinhas ao Parque Nacional, especialmente no norte e no leste, onde predominam solos e formações calcárias, são ricas em cavidades naturais subterrâneas. No PNCD, ainda faltam estudos sistemáticos sobre o tema. Entretanto, objetivando uma caracterização preliminar, foi feito um levantamento rápido, por amostragem, especificamente voltado para o presente PM, o qual foi conduzido por um técnico do IBAMA, do Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo das Cavernas (CECAV), da DIREC, com o apoio de um outro da equipe do PNCD, cujos dados constam de Ferreira (2005). Como nem todas as cavidades puderam ser visitadas e avaliadas, aquelas visitadas são descritas de modo a dar subsídios ao seu futuro manejo, para o que é exigência legal que seja elaborado um plano de manejo espeleológico para cada cavidade natural, a qual venha ser objeto de uso: proteção direcionada, pesquisa e visitação, por exemplo (Figura 37).

3.2.5.1 - Descrição das Cavernas Localizadas no Interior do Parque Nacional da Chapada Diamantina

3.2.5.1.1 - Caverna do Mastruz (ou da Paz)

Trata-se de uma caverna essencialmente estrutural em arenito fino intercalado com arenito em textura média da formação Paraguaçu. Aparentemente, o arenito nesta camada possui cimento acentuadamente cálcico, uma vez que além de ser uma caverna de característica estrutural, apresenta alto componente dissolutivo evidenciado, sobretudo, pelo aspecto desgastado das rochas e pela deposição sob forma de espeleotemas clássicos. O cimento cálcico, em questão, seria o elemento de agregação dos sedimentos arenosos. Este material tanto pode ter origem no momento da formação da rocha quanto em épocas tardias. Por causa da composição cálcica, tendem a sofrer o processo de dissolução, comum nos calcários. Este processo é acelerado dependendo da característica mais ou menos ácida das águas de percolação (infiltração). O cimento dissolvido em um ponto pode ser acumulado sob a forma de espeleotemas em outro local. A alternância entre camadas finas e grossas parece ter favorecido o processo de intemperismo e dissolução, o que ocasionou pequenos buracos na rocha com texturas mais grossas, possivelmente por interferência de liquens e comunidades pioneiras.

O desenvolvimento da cavidade aproveita uma fissura vertical de cerca de 10m, altura aproximada da boca (entrada). A largura da entrada aproxima-se dos 4m e o desenvolvimento linear dos 15m. Está situada no topo da encosta escarpada da serra do Mastruz, onde é bastante provável a presença de outras cavidades similares. Em alguns setores desta cavidade percebeu-se a presença de água nas paredes, escoando principalmente por exsudação. Foram encontrados poucos pontos com goteiras e apenas uma poça de pequeno tamanho. Ao que tudo indica, a cavidade não está diretamente conectada com o sistema hidrológico local, servindo no máximo de recarga secundária ao aqüífero. Contudo, foi encontrado em seu trecho final um depósito sob a forma de fluxo de detritos. Este indica que possivelmente a caverna participara de forma ativa no sistema hidrológico local e que, por ocasião de um escorregamento e chuvas intensas, foi interrompida.

Ainda sobre a deposição e fenômenos correlatos, percebe-se na cavidade um fator dissolutivo acentuado para este tipo de litologia, como já mencionado. Foram encontrados espeleotemas do tipo coralóide (principalmente) e algumas poucas estalactites, de 4cm em média. Tais espeleotemas, apesar de aparentemente verdadeiros, possuem coloração acentuadamente escura e desenvolvimento incipiente. O aspecto enegrecido de tais formações tanto pode ser oriundo de impurezas no momento da deposição, como matéria orgânica, quanto pode ser fruto de interferência de queimadas na boca da cavidade, com a conseqüente contaminação por fuligem (hipótese mais provável).

Quanto aos aspectos biológicos, aparentemente possui pouca representatividade. Foram encontrados um pequeno artrópode amarelo-claro (aparentemente um opilião), o roedor mocó e teias cônicas de aranha. Já por outro lado, devido à luminosidade em seu interior, ocorrem musgos e outros tipos de organismos clorofilados.

3.2.5.1.2 - Gruta (Caverna) do Lapão

Esta caverna constitui-se basicamente de arenitos intercalados com conglomerados. Por vezes tem-se a impressão de que os conglomerados predominam na cavidade, constituindo na maioria das vezes depósitos sob a forma de caos de blocos. Situa-se no interior da formação Tombador, com indicação de evento deposicional referente a conglomerados sendo que possivelmente ocorreu incisão até os arenitos.

O desenvolvimento desta caverna é surpreendente, sobretudo se analisada a litologia na qual está inserida. Em linha reta são 620m e, aproximadamente, 900m em extensão real. Não se trata de uma cavidade labiríntica, mas preferencialmente linear. Possui salões amplos, cujos tetos superam por vezes os 20m de altura. Também são percebidos vários abismos que, somados aos inúmeros depósitos em caos de blocos, torna o percurso mais inseguro. São duas as entradas para a caverna.

Uma menor e mais discreta, situada a montante. A segunda, cuja abertura supera os 45m de altura

e 30m de largura, situa-se a jusante, onde o rio já se encontra descoberto.

Dividindo-se a caverna em duas metades: i) montante 1 e ii) jusante (2), percebe-se na segunda metade o aparecimento do fluxo de água que, segundo informações, é perene e pode se avolumar rapidamente nas ocasiões de grandes precipitações, fato este evidenciado pelas marcas nas paredes da caverna e pelos grandes fluxos de detritos observados.

Quanto à ornamentação da cavidade, percebe-se um acúmulo maior de espeleotemas próximo à entrada de menor envergadura (montante 1), porém com ocorrência esparsa em toda a caverna. Verifica-se a presença, sobretudo, de coralóides incipientes, várias proto-estalactites e algumas estalagmites. Os primeiros ocorrem predominantemente em blocos abatidos, podendo haver um componente biológico em sua formação, que seria em função da proximidade da entrada da caverna e da luz. Apresentam-se mais ou menos desenvolvidos e esbranquiçados. Apenas em um setor específico da caverna (trecho médio) encontram-se espeleotemas coralóides com coloração escura a negra. As estalactites apresentam também coloração clara, com tamanhos nunca superiores a 4cm e com exemplares relativamente bem dispersos pela caverna do Lapão.

Também foram encontradas duas formações aparentemente de deposição pavimentária verdadeira, ou seja, estalagmites cálcicas. A dúvida paira pelo fato delas estarem danificadas e com aspecto muito similar a cristais de quartzo (brilho, dureza e cor). Contudo, a existência de círculos concêntricos permite inferir tratar-se de estalagmites verdadeiras. Apresentam também deposição nas laterais em forma de couve-flor, e sua projeção vertical indica pequenas estalactites. Por último, por se tratar de uma feição de interesse, ressalta-se a existência de uma clarabóia logo na entrada jusante 2 da caverna. Somando-se à grande envergadura desta entrada, o efeito que a clarabóia produz é muito belo, sendo um atrativo à parte.

Os aspectos faunísticos da gruta do Lapão foram muito pouco explorados. Talvez por este motivo não se tenha obtido um número tão grande de exemplares, condizentes com o grande tamanho da cavidade. Foram observados alguns poucos morcegos, duas espécies de aranha, um besouro e, segundo relatos, em sua entrada havia um ninho de gavião. Ao que parece, já foi encontrado também um espécime de escorpião despigmentado por um pesquisador que, por não estar devidamente licenciado para pesquisa, não há dados para averiguação do fato, por enquanto.

3.2.5.1.3 - Mina do Brejo (zona urbana do Distrito de Igatu)

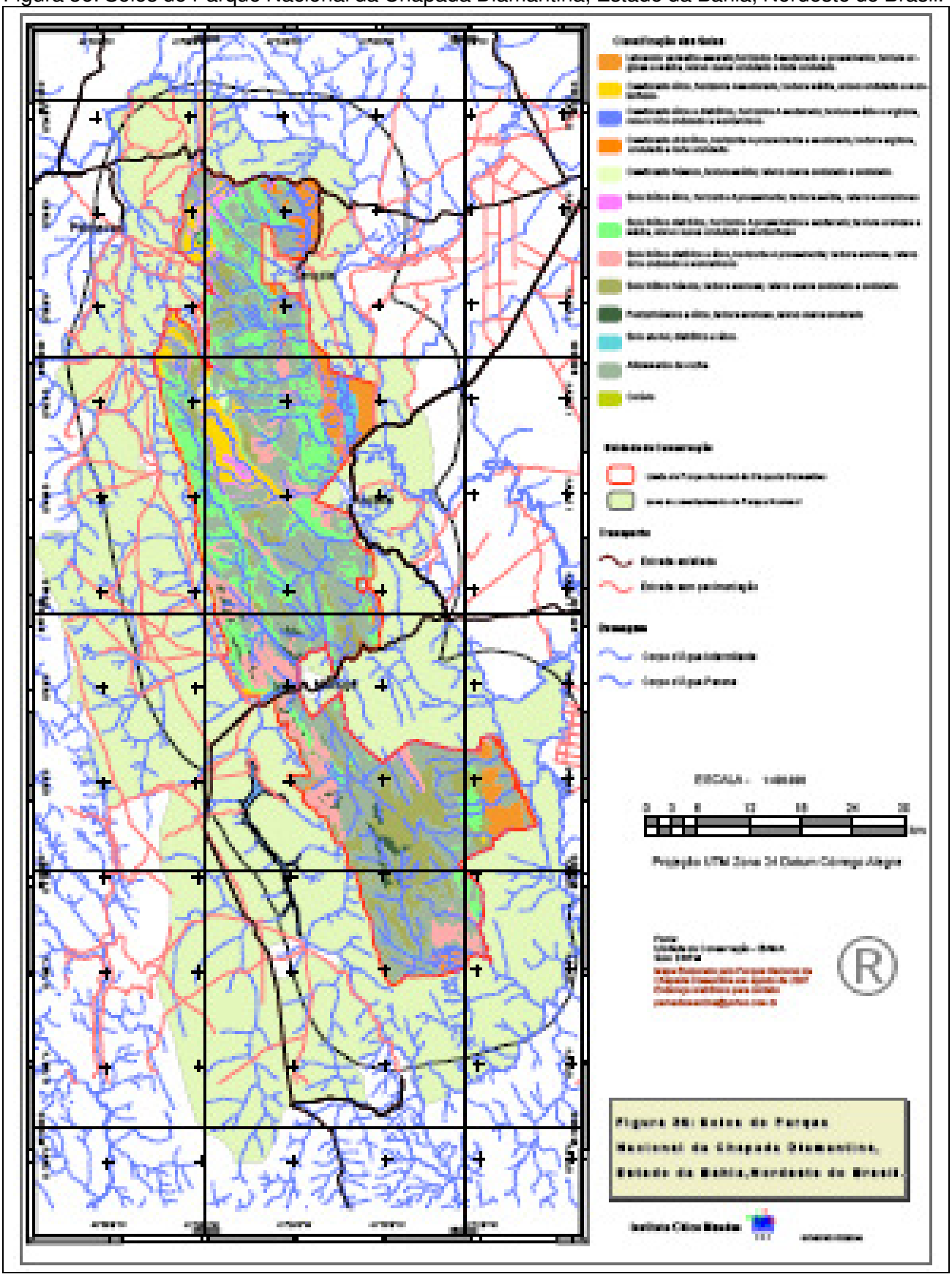
A entrada aberta e em exploração, atualmente, encontra-se na zona urbana do Distrito de Iguatu, fora do PNCD, enquanto o seu desenvolvimento e a outra entrada estão no Parque, do Município de Andaraí. Esta gruna, ou seja, mina explorada pelo garimpo subterrâneo, não apresenta qualquer indício de origem natural. É possível que antes da ação antrópica possuísse algum desenvolvimento natural, onde os garimpeiros iniciaram seu trabalho de escavação.

Atualmente se trata de uma mina, de razoável prolongamento, apresentando amplos salões de desabamentos e a presença de um fluxo d'água perene em seu interior. Em sua entrada mais próxima da área urbana de Igatu, encontra-se um pequeno poço, provavelmente construído para o represamento dos sedimentos e diamantes. Sua outra abertura, que não foi visitada em virtude da obstrução do conduto, situa-se no interior do PNCD. Segundo o relato do guia, não há mais trabalho de garimpo neste local. Hoje, a perspectiva é de sua utilização para o turismo, uma vez que se refere historicamente a um momento muito rico do passado da região. Além disso, está muito próxima do núcleo urbano e turístico de Igatu. Por fim, trata-se de um passeio instigante, similar ao espeleoturístico.

3.2.5.1.4 - Complexo Caverna do Criminoso

Este complexo cavernícola encontra-se nas proximidades de Igatu, envolto pela área do Parque. Foram encontradas várias entradas para acessar as cavidades. Trata-se de uma região com muitos afloramentos recortados pela drenagem e pelo garimpo (antigo e atual) aonde predominam arenitos e conglomerados intercalados da formação Tombador, com conglomerados isolados em relevos residuais.

Figura 36: Solos do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.



Morfologicamente, a área condiz com um grande campo de rochas aflorantes com encaixamento proeminente da drenagem e fluxo, ora superficial, ora subterrâneo. Muitos blocos abatidos demonstram que a área é propícia a quedas de matacões e desmoronamentos. São inúmeros os buracos e fendas entre as rochas, demonstrando a potencialidade para a descoberta de novas entradas de cavernas. Aparentemente, o aspecto paisagístico sugere que todos os cavernamentos que por ventura sejam encontrados fazem parte, juntamente com os já conhecidos, do mesmo sistema hidrológico.

O eixo principal drena em direção aos rios Piabas e Paraguaçu, sendo que as cavidades servem de afluentes e os maciços de área de recarga. A presença constante de indícios de garimpos, recentes ou pretéritos, mostra que a área ainda é muito cobiçada pela abundante riqueza contida entre suas rochas. Do ponto de vista histórico e cultural, este elemento valoriza a área. Contudo, do ponto de vista ambiental, traz conseqüências gravíssimas à manutenção do ecossistema cavernícola. Foi possível observar, por exemplo, a grande diferença entre a água que drena um garimpo e a que se origina de uma região preservada, a primeira mostrando muito sedimento em suspensão, com conseqüente alteração na cor da água.

A investigação da caverna especificamente revelou um quadro de grande atividade espeleogenética, ou seja, de franco desenvolvimento. Este fato torna tais ambientes mais sensíveis, requisitando maiores cuidados em seu manejo. A medida prioritária nestas condições é zelar pela qualidade das águas que penetram e modelam estas cavernas. O sistema cavernícola do local, além de muito interligado entre si e com a drenagem superficial, também se encontra em uma fase transitória entre sua estruturação básica e a deposição, ou seja, de fase freática para vadosa. Por isso, não foi possível encontrar espeleotemas ou demais indícios de deposição química. As paredes encontram-se lavadas e os únicos sedimentos encontrados são se origem terrígena (areia, cascalho e blocos). Por outro lado, foram observados alguns representantes da fauna cavernícola, como um opilião e um besouro ligeiramente despigmentado.

3.2.5.1.5 - Caverna da Araponga

Situada no vale onde se inserem os chamados Três Irmãos (Passagem Funda, Vale do Rio Lençóis), a caverna da Araponga desenvolve-se próxima ao topo da segunda escarpa, ou seja, a serra dos Cristais, em altura similar a de diversas outras cavidades descritas aqui. Tal fato pode evidenciar a conjunção de dois fatores que resultaram na formação destas cavernas.

O primeiro fator refere-se provavelmente à composição química dos sedimentos que compuseram as rochas nestes locais (tanto o cimento, quanto os clastos), dada pelo evento deposicional. Neste caso, a lixiviação causada pela água de percolação poderia criar uma desestruturação de certas camadas, intensificando a erosão subterrânea e por fim originando cavernas em tais pontos. O segundo fator relaciona-se ao tempo, indicando que as cavidades que ora se situam no topo, estão relativamente envelhecidas, no estágio final da evolução normal. Ou seja, o avanço dos processos erosivos na região teria encaixado a drenagem e alçado relativamente a caverna. Sendo assim, o tempo de vida destas formações estaria se esgotando, predispondo-as a desmoronamentos.

O acesso à caverna é por trilha até uma fazenda próxima, de onde se segue pelo depósito de sopé da escarpa, sem trilha marcada, em subida íngreme e com vegetação densa. Chegando-se às imediações da caverna, a trilha redefine-se, sendo possível visualizar o vale abaixo. A entrada da cavidade é bem estreita, aproveitando o acamamento do maciço arenítico, em interseção com uma falha vertical, possuindo blocos abatidos junto à boca. O maciço arenítico é homogêneo, de textura média a fina, pertencente à formação Tombador.

A poucos metros abaixo da entrada, o salão toma forma, ampliando-se. Desenvolve-se então seguindo o leito de um córrego interno, tanto a montante quanto a jusante. Percebe-se logo a presença de deposição química, especialmente no teto. Predominam espeleotemas do tipo coralóide. A montante, à medida que se caminha, aumenta a presença de espeleotemas, tanto em quantidade quanto em variedade. Foram encontrados exemplares de estalactites (algumas espiraladas), estalagmites, coralóides, cortinas (incipientes), capas calcíticas (teto e pavimento) e formações similares a bolhas.

O desenvolvimento a partir da entrada para montante supera os 60m, com a presença de um córrego ora aparente, ora subjacente. Já a jusante, bifurca em Y, dando ambos os braços em um abismo de falha, cujo desnível não foi possível averiguar. Aparenta possuir uma profundidade considerável, uma vez que o tempo de queda do cascalho supera os 5 segundos. No abismo deságua o córrego subterrâneo supracitado.

Quanto à fauna, foram encontrados exemplares relevantes, contudo pouco abundantes. Teias em cone, sons de grilos, outros insetos diversos e, especialmente, girinos aparentemente despigmentados, os quais se encontravam em uma poça de fraco escoamento. Seria necessária a análise por um bioespeleólogo, para aferir a importância de tais espécimes.

3.2.5.1.6 - Caverna da Lapinha (do Castelo)

Caverna situada no alto da serra da Lapinha (também chamada de morro do Castelo), no Vale do Pati, com trilha de acesso bem íngreme. Sua posição no maciço aproxima-se do topo, possuindo uma entrada principal de grande envergadura e duas bocas (entradas) adicionais, no lado oposto da Serra. Assim como na maioria das demais cavidades encontradas no PNCD, esta caverna desenvolve-se em arenito bem homogêneo, com um forte controle estrutural que lhe conforma o aspecto de seus condutos.

Seu desenvolvimento prolonga-se por mais de 160m, levando-se em conta os dois braços que desembocam nas entradas distais. Possui salões amplos, com muitos blocos abatidos e areia depositada. Sedimentos de origem química (espeleotemas) não foram encontrados em demasia (apenas coralóides e pequenas estalactites). Contudo, identificou-se em trechos do pavimento da caverna minerais disformes de cor clara e brilhante. Analisando-se detidamente, foi possível observar clivagens paralelas nestes pequenos minerais (4cm, no máximo). Aparentemente sugerem tratar-se de deposição de calcita, sendo que em contraposição não se apresentavam coesos ao pavimento e sim granulados sobre sedimentos finos inconsolidados.

A caverna encontra-se bem seca, sem formação atual de espeleotemas. Existe um pequeno fluxo de água em exsudação na parede lateral, próxima à entrada principal. Contudo, sua importância é restrita, uma vez que a água é tragada pelos sedimentos arenosos do pavimento. Em virtude das aberturas em lados opostos da Serra, há também um fluxo de ar importante, garantindo uma renovação constante pelo vento.

Foram observados poucos exemplares da fauna. Teias de aranha em cone e andorinhas que utilizam a caverna como abrigo para ninhos foram os únicos indícios de utilização da caverna pela fauna. Em sua entrada, observou-se um pequeno roedor entre os blocos e um bando de pássaros multicoloridos.

3.2.6 - Hidrografia

3.2.6.1 - Aspectos Gerais

Como já foi abordado antes, o PNCD possui rica bacia hidrográfica, com importância que transcende somente a sua área, sendo fundamental para a ecologia do bioma Caatinga (Figura 38).

O PNCD está inserido totalmente na bacia do rio Paraguaçu, a qual drena uma área total de 56.300km², sendo que a chapada Diamantina representa, sozinha, quase a quarta parte desta área total (Bomfim & Cavedon, 1994). O PNCD engloba grande parte dos contribuintes do alto curso da bacia, entre eles os mais volumosos, como os rios Santo Antônio – o afluente mais importante do rio Paraguaçu (Bomfim & Cavedon, 1994), Cumbuca, Una e Preto. Ao entrar no Parque, o rio Paraguaçu não passa de um pequeno córrego e, ao sair de seus limites, apresenta-se como um rio caudaloso.

Porém, os rios Paraguaçu e Santo Antônio, antes de entrarem no PNCD, drenam uma área de 7.500km², aproximadamente, passando por núcleos urbanos, áreas de plantio de soja, feijão e arroz com intensa irrigação (Bomfim & Cavedon, 1994). Tal situação requer atenção no manejo, especialmente no que se refere à manutenção das condições de qualidade da água da UC. É preciso atenção aos rios que entram no Parque, tais como, os rios Mucugezinho, Lençóis, São José,

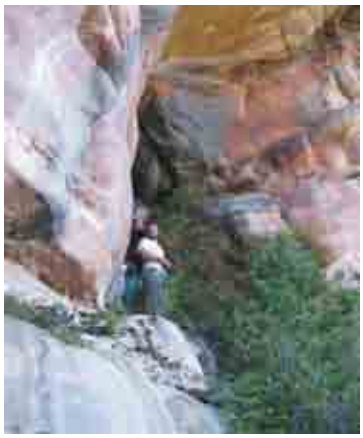
Grande, Utinga, Lavrinha e Capivara, entre inúmeros outros, pois trazem variados graus de contaminação, inclusive por altas taxas de coliformes fecais (Bomfim & Cavedon, 1994). Tais autores analisaram, preliminarmente, toda a área do PNCD e parte do seu entorno e constataram que a qualidade da água é de excelente a boa na região mais alta do Parque, enquanto a maior contaminação por coliformes fecais está relacionada a uma maior concentração de moradias locais e ao uso intenso pelo turismo.

Os rios do Parque apresentam algumas características comuns. A maioria deles é encaixada em fraturas e falhas nos arenitos e conglomerados do grupo Tombador, possuindo alta energia. Seus leitos geralmente são preenchidos por matacões e seixos, apresentam número incomum de cachoeiras e cascatas, os maiores atrativos do Parque. Os rios sofreram grande ação garimpeira, apresentando ainda hoje cicatrizes, como blocos rolados, antigos barramentos e profundos poços originados pela retirada de sedimentos das cavidades naturais na rocha do leito do rio (as chamadas marmitas).

Figura 37: Cavidades Naturais (Cavernas, Grutas e Outras) do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil (Fotos: Cristiano F. Ferreira).

Caverna do Mastruz (ou da Paz)

Posição da caverna do Mastruz, no topo da vertente. Seta indica entrada (boca) da caverna.



Detalhe da entrada da caverna do Mastruz, com controle estrutural evidenciado pela verticalidade. Ao mesmo tempo, percebem-se paredes com evidências de dissolução.

Percebe-se um tipo de formação inusitada, formada na parede da cavidade, provavelmente por erosão diferencial (não se trata de deposição química) e que pode ter sido desenvolvida em decorrência de comunidades pioneiras (bioácidos).

Gruta (Caverna) do Lapão

Entrada da caverna do Lapão, com impressionante envergadura para cavidade arenítica/conglomerática.

Clarabóia existente logo na maior entrada da caverna, compondo o belo cenário.

Vista da maior entrada, com depósitos em caos sob o qual flui córrego. Turistas no canto, à direita.

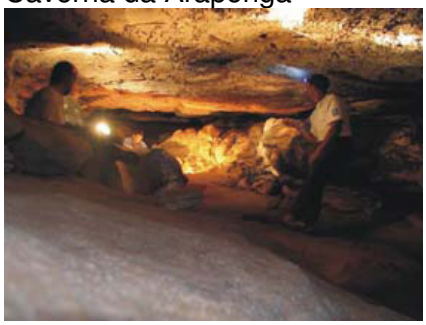
Complexo Caverna do Criminoso

Entrada "a" da caverna do Criminoso. Notar aspecto disforme, com muitos blocos abatidos e alternância entre arenitos e conglomerados (mais abundantes).

Conduto com rio canalizado e marcas de espuma nas paredes. Indicativo de repentinas e volumosas inundações, tornando-a arriscada para fins turísticos.

Pequeno inseto despigmentado encontrado em zona afótica.

Caverna da Araponga



Salão na caverna da Araponga, com espeleotemas no teto.

Espeleotemas do tipo cortina entremeados com coralóides.

Exemplares de espeleotemas, similares a estalactites, contudo com aspecto espiralado (de 3 a 4 centímetros).

Caverna da Lapinha (do Castelo)

Percebe-se a entrada da caverna do Castelo. Situada próximo ao topo do maciço, possui grande envergadura (turistas no centro da foto).

Detalhe da entrada, com blocos abatidos em primeiro plano.

É possível observar o caráter eminentemente estrutural da caverna, com o acamamento condicionando o teto e o pavimento e fissuras verticais as paredes.

Alguns rios do Parque apresentam outras características um pouco distintas, como o rio São José e o rio Preto (de Palmeiras). Neles deságuam os rios que descem da serra, que se caracterizam por apresentarem menor energia que os primeiros e estarem inseridos em relevo de menor declividade. São estes os rios que sofreram as maiores transformações decorrentes do garimpo, tanto pela deposição dos sedimentos decorrentes de garimpos dos rios de serra, como também pela brutal ação das dragas, que abriram imensas crateras (catras) em seus leitos e também contribuíram para

o seu assoreamento.

Outro ponto incomum da hidrografia local é a já citada área pantanosa, o marimbus. Trata-se de um tipo de pantanal, formado pelo baixo curso dos rios Santo Antônio e São José e, para alguns autores, também formado pelo rio Utinga. O marimbus possui características distintas de qualquer outro lugar da chapada Diamantina, tanto em termos hidrográficos, vegetacionais e faunísticos. É uma região extremamente plana, extensa e alagada, acrescida de outras periodicamente alagáveis, bem como de inúmeras lagoas formadas pelos antigos meandros do rio Santo Antônio. É ponto de reprodução dos peixes que sobem o rio Paraguaçu e local de alta concentração de indivíduos de espécies da fauna, como aves, mamíferos, répteis e anfíbios.

Os rios do Parque caracterizam-se por períodos de cheias, as quais são seguidas de períodos secos, dentro do ciclo de precipitação anual, ou seja, permanecem cheios de novembro a abril e secos de maio a outubro. Por serem regiões com solos pouco profundos e muitos afloramentos rochosos e também em razão das grandes modificações causadas pelo garimpo, grande parte da água desce direto para os rios, causando cheias repentinas, sendo comum a ocorrência das chamadas trombas d'água, ou seja, elevação subida, veloz e perigosa do nível da água. De maneira similar, alguns rios também secam com extrema rapidez devido à pequena retenção de água no subsolo de algumas áreas do Parque, fruto também das modificações pelo garimpo.

Os rios mais expressivos do PNCD são o rio Paraguaçu e o rio Santo Antônio, de acordo com Bomfim & Cavedon (1994). Segundo tais autores, o rio Paraguaçu corta o Parque na sua parte central, em um trecho de cerca de 20km, e o rio Santo Antônio corta a área do Parque a leste, em uma extensão inferior a 10km. Tais autores ainda caracterizam a hidrografia do Parque comentando acerca dos principais afluentes dos rios Paraguaçu e Santo Antônio, cujas nascentes estão no interior da UC. Entre os afluentes destacam-se: i) o rio São José, que corre de norte para sul, com inúmeros contribuintes pela margem direita, ii) o rio Preto, que corre de noroeste para sudeste, e iii) o rio Mucugê, na parte sul do Parque. Ainda no sul, merecem destaque os formadores do rio Una, os quais deságuam no rio Paraguaçu próximo a Itaetê.

3.2.6.2 - Sub-bacias Hidrográficas do Parque Nacional da Chapada Diamantina e Região

Para efeito do presente PM, adotou-se a divisão do alto curso da bacia do rio Paraguaçu em sub-bacias, conforme mostrado na Figura 39. Considerou-se também, para efeitos didáticos, a bacia do rio Paraguaçu antes de entrar no PNCD como uma sub-bacia à parte, chamada de Nascentes do Rio Paraguaçu.

3.2.6.2.1 - Sub-bacia do Rio Santo Antônio

Agrega todos os rios da parte norte, nordeste e leste do Parque, até a foz do rio Santo Antônio. É a maior em área no interior do Parque. Praticamente todos os rios desta bacia foram garimpados no passado. Nesta sub-bacia estão alguns dos atrativos naturais mais visitados, como: a cachoeira da Fumaça, a cachoeira do Sossego, a cachoeira do Roncador, a cachoeira da Primavera, o balneário Mucugezinho, o Poço do Diabo e o marimbus.

3.2.6.2.2 - Sub-bacia do Rio Preto

O rio Preto, da região de Mucugê, é afluente do rio Paraguaçu, pela sua margem esquerda (Bomfim & Cavedon, 1994). A sub-bacia compreende a extensa região dos gerais do rio Preto até a sua foz no rio Paraguaçu (porção oeste do Parque). Caracteriza-se principalmente pela grande área de captação destes gerais alagadiços que, mesmo não possuindo solos muito profundos, serve como um considerável reservatório de água, contribuindo com quantidade significativa de água para o rio Paraguaçu durante todo o ano. Apesar de seu baixo curso ter sido fortemente explorado pelo garimpo, seu médio e alto cursos praticamente não foram garimpados, mas sofreram considerável impacto ambiental negativo em função da criação de gado, especialmente bovinos. O rio Preto possui inúmeras cachoeiras.

3.2.6.2.3 - Sub-bacia do Pati

É composta pelos rios do Vale do Pati, sendo os mais importantes o rio Piabas, o rio Calixto e o rio Cachoeirão. É uma sub-bacia onde a agricultura familiar e o turismo predominam como principal

atividade. Nestes rios encontram-se diversos atrativos como a cachoeira Cachoeirão, a cachoeira do Calixto, a cachoeira dos Funis e a foz do rio Pati, avistada do mirante natural chamado Rampa do Caim.

3.2.6.2.4 - Sub-bacia de Andaraí

Constituída pelos rios da vertente leste do Parque, que deságuam no rio Paraguaçu nas proximidades de Andaraí, esta sub-bacia, que é de pequenas dimensões, tem como um de seus principais rios o rio Baiano. Foi uma área fortemente explorada pelo garimpo. As cachoeiras do Ramalho e do Bocório estão inseridas nesta sub-bacia.

3.2.6.2.5 - Sub-bacia Cotinguiba

Esta sub-bacia encontra-se no centro do Parque e é constituída de alguns córregos que descem das áreas elevadas da serra e deságuam no rio Paraguaçu, ao sul da sub-bacia do Pati e a leste da sub-bacia do rio Preto.

3.2.6.2.6 - Sub-bacia do Rio Piabas

É composta pelo rio Piabas e seus afluentes, como o rio Coisa Boa e outros da região de Igatu e dos gerais da área denominada Capa Bode. Foi uma das áreas mais exploradas pelo garimpo no passado. Como principais atrativos turísticos destacam-se as cachoeiras das Três Barras e dos Cristais.

3.2.6.2.7 - Sub-bacia do Rio Capãozinho

A sub-bacia é constituída do rio Capãozinho e seus afluentes, a oeste do Parque e com poucos rios provenientes de seu interior. Caracteriza-se por uma extensa planície, onde predominam a agricultura familiar e a pecuária. Entretanto, existe uma nova tendência e uma forte pressão para a entrada da agricultura irrigada nesta sub-bacia.

3.2.6.2.8 - Sub-bacia do Rio Sertãozinho

Corresponde a uma pequena área drenada pelo rio Sertãozinho e seus afluentes, a sudoeste da Cidade de Mucugê.

3.2.6.2.9 - Sub-bacia do Rio Cumbuca

A sub-bacia é composta pelos rios Cumbuca (afluente do rio Paraguaçu pela margem direita) e Mucugê e seus afluentes. O rio Cumbuca também é citado como Cumbucas, Combuca, Combucas, Cambuca ou Cambucas, grafias que podem ser vistas em diferentes mapas e outros materiais já publicados. A sub-bacia situa-se ao sul e a leste da Cidade de Mucugê. Foi nesta região onde foram encontrados os primeiros diamantes da chapada Diamantina. Nesta sub-bacia são encontradas as cachoeiras do Cardoso, dos Funis e das Andorinhas, todas no rio Cumbuca.

3.2.6.2.10 - Sub-bacia do Rio Una

Corresponde a toda a área sul e sudeste do Parque e é formada pela grande área de captação que forma os gerais de Machobongo, pelos diversos rios que descem a vertente sudeste do Parque e pelos demais afluentes do rio Uma, situados ao sul e sudeste do Parque, fora de seus limites. Além do rio Una, destacam-se também os rios Riachão, Samina, Timbó, Timbozinho, Invernada, Santo Antônio e Mucugezinho. Cite-se que o rio Jibóia é parte da sub-bacia, sendo afluente do rio Una (Bomfim & Cavedon, 1994). Dentre os atrativos desta sub-bacia destacam-se a cachoeira Encantada (no rio Samina), a cachoeira do Herculano, a cachoeira Roncadeira, a cachoeira Invernada, a cachoeira Bom Jardim, a cachoeira Fumacinha, a cachoeira Véu de Noiva, a cachoeira Escondida, o lago do Baixão, a cachoeira do Buracão e a cachoeira do Licuri.

3.2.6.2.11 - Sub-bacia Nascentes do Rio Paraguaçu

Corresponde à porção do alto Paraguaçu antes de sua entrada no Parque. Corresponde ao amplo planalto localizado a sudoeste do Parque, área onde predomina a agricultura irrigada, encabeçada por grandes agroempresas monocultoras, que produzem principalmente batata. Pelo tipo de cultivo empregado, torna-se emergencial uma análise séria do grau de contaminação dos corpos d'água superficiais e dos lençóis freáticos da região. Outro item de destaque desta sub-bacia é a barragem do Apertado, construída pelo governo do Estado da Bahia de maneira altamente polêmica como,

por exemplo, sem retirada da vegetação da área inundada e sem finalizar o processo de licenciamento ambiental. Tal barragem propiciou o início da expansão agrícola da região. Porém, existem inúmeras barragens menores nos rios e córregos que compõem a sub-bacia.

3.2.7 - Vegetação do Parque Nacional da Chapada Diamantina

O PNCD está situado na serra do Sincorá, porção oriental da chapada Diamantina e prolongamento da serra do Espinhaço. Todo o complexo da serra do Espinhaço é também conhecido como cadeia do Espinhaço. Como a maior parte do Parque está situada em altitudes acima de 900m, a área apresenta um clima mais úmido do que a média da região, fator que condiciona muito os tipos de vegetação encontrados no PNCD (Bomfim & Cavedon, 1994).
Os primeiros dados sobre a vegetação na serra do Sincorá remontam a Sampaio (1955) e a Luetzelburg (1922). No entanto, a primeira compilação da vegetação da região foi apresentada por Harley & Simmons (1986), que abordaram a região de Mucugê e arredores, dando ênfase aos campos rupestres locais. Como referido no Encarte 2, os autores mostraram a existência um grande número de espécies endêmicas na flora local. Levantamentos mais recentes têm demonstrado que este endemismo está provavelmente ligado à existência de refúgios durante as glaciações ocorridas no Pleistoceno. Mostram, ainda, que são necessários mais estudos para determinar até que ponto as espécies são endêmicas da região da serra do Sincorá, da chapada Diamantina ou de toda a cadeia do Espinhaço (Encarte 2).

O primeiro mapeamento da vegetação do PNCD consta de Bomfim & Cavedon (1994), cujos dados foram atualizados posteriormente por Funch (2006), como parte de sua tese de doutoramento. Ele apresentou um mapa detalhado dos tipos de vegetação do PNCD (Figura 40), a partir do qual seguem a discussão e os dados abaixo, com adaptações e modificações seguindo Juncá *et alii* (2005), em especial quanto às tipos, ou fisionomias, florestais.

3.2.7.1 - Campos Rupestres

Os campos rupestres estão entre os tipos de vegetação mais típicos da chapada Diamantina, cobrindo extensas áreas ao longo das serras e escarpas da região. No PNCD, eles representam 63,4% da área (91.440ha) da cobertura vegetal (Funch, 2006). Também são deste autor, todas as referências aos percentuais que cada fisionomia vegetal ocupa da área do PNCD, apresentadas neste texto (Funch, 2006).

Os campos rupestres são caracterizados por apresentarem vegetação predominantemente herbácea ou arbustiva, que cresce sobre afloramentos rochosos ou solos rasos. A composição florística nestes ambientes é fortemente condicionada pelo relevo, pelo substrato e por outros fatores ambientais, como a altitude e a precipitação. Desta forma, a variação encontrada de local para local costuma ser alta. Conceição *et alii.* (2005) demonstraram que, de 272 espécies encontradas em seis pontos com campo rupestre da serra do Sincorá (três dentro do PNCD), 242 são restritas à Serra.

Mesmo comparando-se apenas os pontos amostrados no interior do Parque (região da cachoeira da Fumaça, gerais da Fumaça e Guiné), a similaridade entre elas ficou abaixo de 50%. Esta grande heterogeneidade é devida à presença de muitas espécies com baixa freqüência (raras). Por outro lado, há casos em que uma espécie é localmente abundante, mas sua ocorrência é restrita a poucas áreas ou a uma região determinada, constituindo microendemismos (ver Encarte 2). Estão nesta categoria diversas espécies de canelas-de-ema do gênero *Vellozia*, cujas sementes normalmente são autocóricas (ou, aquelas que independem, para a dispersão, de outros agentes) e apresentam pequeno poder dispersivo (Garcia & Diniz, 2003). Duas outras espécies enquadram-se neste grupo, como a sempre-viva-de-mucugê *Syngonanthus mucugensis*, restrita a uma região da serra do Sincorá entre Mucugê e Ibicoara, e a orquídea *Adamantinia miltonioides*. No caso da orquídea, a exata distribuição geográfica não é divulgada devido ao risco que isto representa para a sua conservação.

Na região do PNCD e no seu entorno, um campo rupestre, em geral, pode ocorrer em três ambientes diferentes, segundo Conceição (2003). Primeiramente, sobre afloramento rochoso, com plantas crescendo diretamente sobre a rocha, colonizando a área e formando as chamadas ilhas de

vegetação, normalmente com plantas herbáceas das famílias Velloziaceae, Bromeliaceae, Orchidaceae, Eriocaulaceae, Cyperaceae e com arbustos das famílias Lamiaceae, Clusiaceae, Melastomataceae, entre outras. As plantas pioneiras, no entanto, são geralmente briófitas, que colonizam fendas ou áreas mais protegidas, além de fungos liquenizados que recobrem as rochas nuas (Conceição *et alii*., 2005).

O terceiro e último ambiente de ocorrência do campo rupestre são valas ou fendas nas rochas, normalmente profundas, que permitem o desenvolvimento de uma vegetação de porte arbustivo e arbóreo. Em tais locais, onde as condições permitem maior acúmulo de solo, pode se constituir em uma verdadeira floresta, a chamada mata de grotão (Conceição, 2003).

3.2.7.2 - Florestas

A cobertura florestal da chapada Diamantina está ligada à presença de cursos d'água e a ambientes mais altos, desde que o solo seja suficientemente profundo para permitir o desenvolvimento das árvores. Desta forma, no PNCD, as florestas ocorrem nos vales e em alguns topos de morro. Há, ainda, uma extensa área florestal que acompanha a vertente leste da serra do Sincorá, entre as Cidades de Lençóis e Andaraí. Ao todo, as florestas cobrem 13,1% (19.964,4ha) da área do PNCD.

Há diferenças nas tipologias florestais encontradas no PNCD e, baseando-se na classificação de Funch *et alii* (2005), são elas:

a) <u>matas ciliares</u>: são florestas perenifólias que acompanham as calhas dos rios, geralmente com largura inferior a 25m;

b) <u>matas de encosta</u>: estão localizadas nas encostas das serras, em áreas de declividade acentuada, tornando-se gradualmente menos úmidas até atingir o topo das elevações; apresentam uma deciduidade maior do que a encontrada nas matas ciliares;

c) <u>matas de grotão</u>: são as florestas perenifólias, associadas às fendas estreitas e profundas nas encostas, ocorrendo em áreas de solos arenosos e ácidos, com muita matéria orgânica;

d) <u>matas de planalto</u>: são aquelas que ocupavam a face leste da chapada Diamantina e que agora se encontram muito devastadas; são marcantemente deciduais e ocorrem sobre latossolo vermelho-amarelo.

Com base nos estudos sobre os tipos da vegetação, Funch *et alii* (2005) descrevem as espécies que são mais características de cada uma, conforme consta da Tabela 26. Por outro lado, com base na compilação dos dados obtidos de seis áreas florestais localizadas no interior do PNCD ou próximas, tem-se os resultados apresentados no Anexo II, onde estão listadas 212 espécies arbóreas.

Os estudos mostram que há diferenças sensíveis na composição florística das florestas amostradas, mas os dados devem ser vistos com alguma cautela, pois observa-se um grande número de táxons não identificados até o nível específico e, por outro lado, houve uma diferença sensível no esforço amostral dos levantamentos realizados pela AER em comparação com os levantamentos realizados nos vales dos rios Capivara, Fumaça e Bodão.

Para entender melhor as diferenças, uma matriz com dados das espécies que ocorram em mais de um dos seis sítios listados no Anexo II, excluindo as não determinadas, foi avaliada utilizando técnicas de análise multivariada (Jaccard como medida de semelhança e análise de coordenadas principais para ordenação). O resultado da análise é mostrado na Figura 41 onde pode ser visualizada a dispersão dos pontos nos dois lados do diagrama, com as matas de planalto da região leste da chapada Diamantina na esquerda e as matas ciliares ao longo dos vales dos rios, no interior do PNCD, à direita. No primeiro grupo – matas de planalto da região leste da chapada Diamantina -, as florestas foram, provavelmente, submetidas a uma ação antrópica mais intensa que no segundo. Por outro lado, os ambientes ocupados por estas florestas são mais homogêneos, com solos profundos e um clima marcado pela estacionalidade.

Figura 38: Hidrografia do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

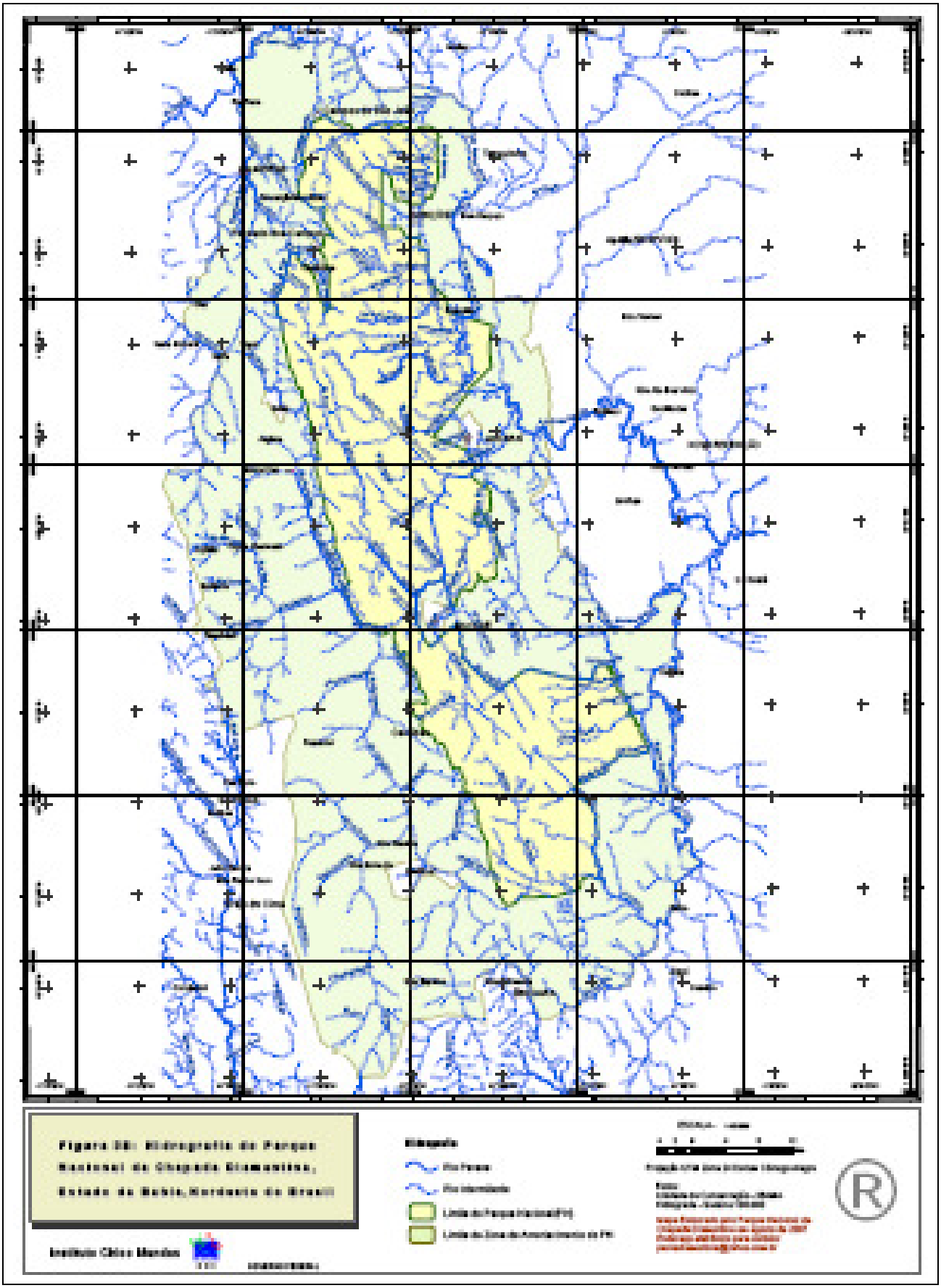
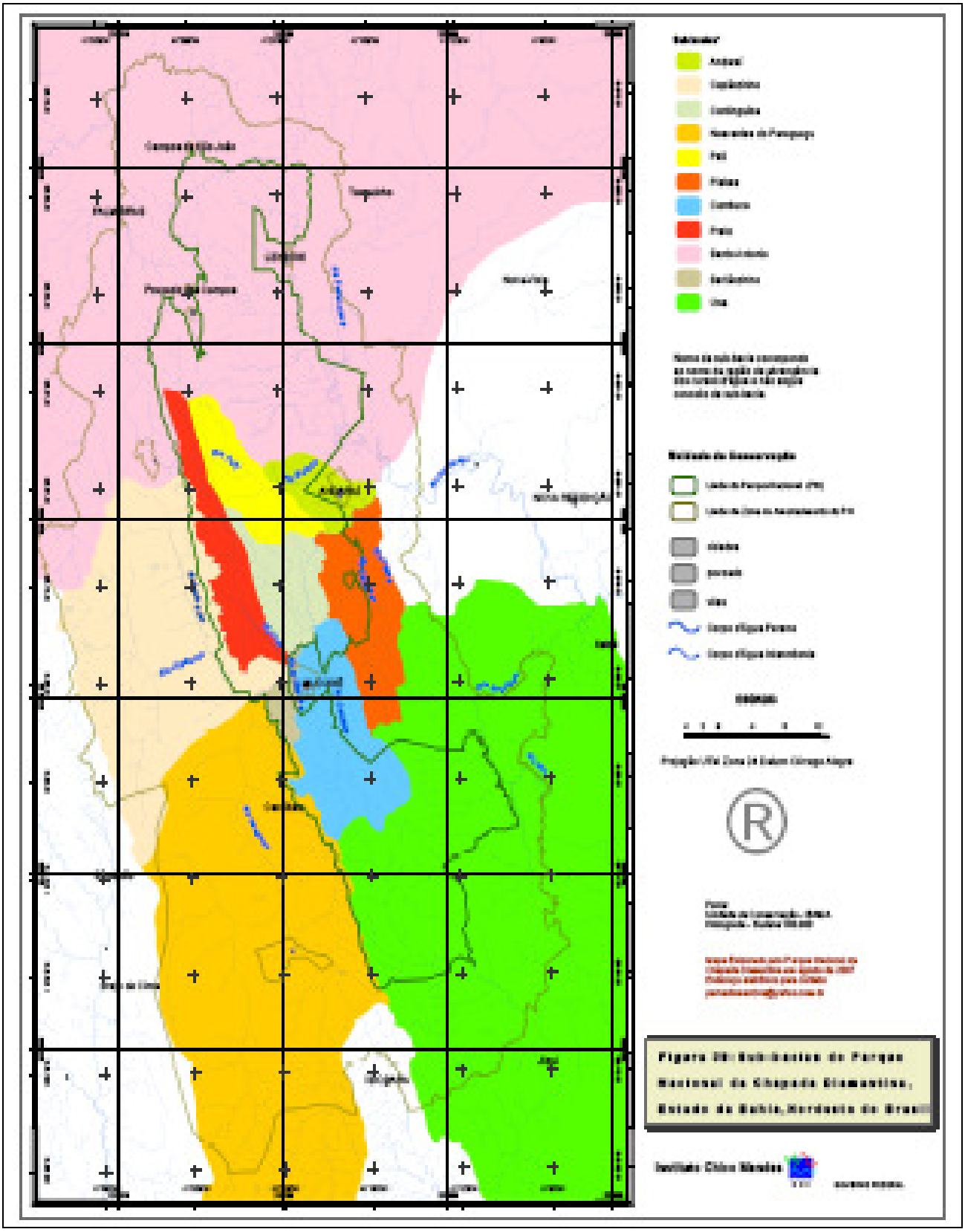


Figura 39: Sub-bacias do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.



As três áreas estudadas, quais sejam, florestas do Remanso, da Estiva e da BR-242, são muitos similares entre si, apresentando um grupo de onze espécies registradas nos três sítios e não encontradas nos demais, como: o angico *Anadenanthera colubrina*, o olho-de-pomba *Casearia arborea*, a copaíba *Copaifera langsdorfii*, o coração-de-negro *Eremanthus incanus*, a sapucaia *Eschweilera tetrapetala*, uma parente da pitanga E*ugenia florida*, o pau-de-leite ou sucuubinha *Himatanthus lancifolius*, a goiabinha *Myrcia detergens* e outras com nomes populares não identificados, que são *Hymenolobium janeirense*, *Micropholis gardneriana* e *Schoepfia obliquifolia*.

Tabela 26: Espécies Arbóreas Características dos Diferentes Tipos de Formação Florestal da Chapada Diamantina, Segundo Funch *et alii* (2005).

Tipo de Floresta	Espécies Características (Nome Científico)	Espécies Características (Nome Popular)
Matas Ciliares	*Tapirira guianensis*	Pau-pombo
	Clusia nemorosa	Mocó
	Balizia pedicellaris	
	Vochysia pyramidalis	Cedro-d'água
Mata de Encosta (até 800m)	*Diospyros sericea*	
	Bowdichia virgilioides	Sucupira-preta
	Maprounea guianensis	
Mata de Encosta (acima de 1.000m)	*Podocarpus lambertii*	Pinheiro-bravo
	Hedyosmum brasiliensis	
	Weinmannia paulliniifolia	
	Drimys brasiliensis	
Mata de Grotão	*Hedyosmum brasiliensis*	
	Clethra scabra	
	Cabralea canjerana subsp. *canjerana*	
	Podocarpus sellowii	Pinheiro-bravo
	Urera baccifera	Urtigão
	Drimys brasiliensis	
Matas de Planalto	*Copaifera lansgdorfii*	Copaíba (ou pau-d'óleo)
	Pogonophora schomburgkiana	
	Protium heptaphyllum	Amescla
	Pouteria ramiflora	Abiu (baquete ou massaranduba)
	Aspidosperma discolor	Quina (pereiro ou pau-pereiro ou peroba-de-gomo)

Já as florestas do segundo grupo – matas ciliares ao longo dos vales dos rios, no interior do PNCD - estão submetidas a condições de solo e relevo mais diverso e, por estarem localizadas em vales profundos no interior do maciço montanhoso, são provavelmente menos afetadas pelas secas periódicas comuns na região. Nestas áreas a riqueza e a heterogeneidade florística foram maiores, com apenas uma espécie, a *Heisteria perianthomega*, comum aos três ambientes analisados e não encontrada nas matas de planalto. A análise mostra a variabilidade florística do estrato arbóreo das formações florestais do PNCD e reforça a necessidade de se amostrar um número maior de áreas para verificar se o padrão apontado realmente reflete a diversidade ecológica das florestas da região.

Continuando a análise dos dados apresentados no Anexo II, é possível constatar as famílias com o maior número de espécies nas áreas amostradas foram Myrtaceae (30 espécies) e Fabaceae (29). De um total de 51 famílias, 19 foram representadas apenas por uma espécie cada. Este padrão está de acordo com o encontrado em outras áreas florestais da cadeia do Espinhaço, onde Myrtaceae e Fabaceae também são famílias importantes (Meguro *et alii*, 1996). Os gêneros da goiabinha *Myrcia* (05 espécies) e do ingá *Inga* (04) foram os mais diversos, excluindo-se as espécies não

identificadas até o nível específico. Do total de 120 gêneros encontrados, 88 (73,3%) apresentaram apenas uma espécie.

O mapa de vegetação (Figura 40) mostra um grande número de fragmentos florestais e corredores ripários que ainda não foram amostrados em nenhum trabalho botânico. Durante os trabalhos de campo para a elaboração deste plano de manejo, os servidores do PNCD constataram a existência de matas ciliares na serra do Sincorá, próximas ao Distrito de Guiné, no Município de Mucugê, onde as árvores predominantes pertencem a uma espécie de Asteraceae, provavelmente do gênero *Paralychnophora*, conhecida como candeia-de-mocó, com cerca de 2 a 3m de altura.

Tais formações possivelmente representam um estágio inicial de ocupação dos leitos dos riachos pela vegetação arbórea, mas também podem representar um tipo vegetacional diferenciado. Faltam, ainda, dados sobre a vegetação não arbórea associada às matas ciliares, incluindo plantas herbáceas, arbustivas, lianas, parasitas e epífitas vasculares. Uma compilação de dados sobre epífitas vasculares é apresentada no Anexo III, juntamente com dados obtidos durante a elaboração deste Plano de Manejo. O número de espécies – 72 - é surpreendentemente alto. Como a maioria das áreas listadas são matas ciliares, os fatores que estão influenciando esta distribuição provavelmente são relacionados à grande umidade encontrada nos vales e nas proximidades dos rios da região, além de indicar um bom estado de conservação das matas.

As lianas e plantas herbáceas terrestres são menos representadas, mas apresentam particularidades como o sininho *Gaylussacia harleyi* ou uma das várias espécies de sempre-viva, o botãozinho *Paepalanthus hispidissimus*, ambas espécies endêmicas da chapada Diamantina. Nos trabalhos em que as matas ciliares do interior do Parque foram amostradas, no entanto, grande parte dos arbustos e ervas encontrados foi de plantas comuns aos campos rupestres da região (Stradmann, 1997).

3.2.7.3 - Cerrado

Não há nenhum levantamento efetuado até o momento em áreas de Cerrado dentro dos limites do PNCD. Os dados apresentados por Funch (2006) mostram a existência de áreas de cerrado senso estrito apenas na borda oeste do PNCD (Figura 40). As áreas conhecidas localmente como gerais, por outro lado, caracterizados por Harley *et alii* (2005) como campos limpos ou campos sujos, formam a segunda cobertura vegetal em extensão no PNCD, abrangendo 13,4% (20.421,6ha) de sua área.

Nestas áreas de Cerrado ocorrem algumas espécies que são endêmicas deste tipo de formação, como a crista-de-galo *Spigelia pulchella*, o pratudo (ou para-tudo ou pra-tudo) *Gomphrena mollis*, o *Acritopappus confertus* e a arnica *Lychnophora salicifolia*. A maioria delas também foi registrada em áreas de transição entre os campos limpos ou campos sujos e os campos rupestres.

Harley *et alii* (2005) informam que os cerrados da região da chapada Diamantina são mais diversificados e complexos que os amostrados em outras áreas do bioma. A falta de levantamentos no interior do Parque, no entanto, prejudica a caracterização e a análise destas formações e, como no caso das matas, mostra a necessidade premente de se efetuarem estudos específicos nestas formações vegetais dentro do PNCD.

3.2.7.4 - Áreas Alagadas

O PNCD apresenta pelo menos quatro áreas alagadas, os brejos, que cobrem 0,7% (1.066,8ha) de sua área: um trecho do rio Riachão, situado nos gerais do Machobongo, no sul da UC; uma área de baixada na serra da Chapadinha, próxima à localidade de Colônia, no Município de Itaetê; um trecho da planície aluvial do rio Paraguaçu, próximo à Cidade de Mucugê, e a região do marimbus, na planície de inundação do rio Santo Antônio e seus contribuintes. Esta última é a mais importante delas, ocupando uma grande área nos limites do PNCD.

No marimbus predominam macrófitas aquáticas, tais como o papiro *Cyperus giganteus,* a planta carnívora (insetívora) *Utricularia* spp., o aguapé *Pontederia* sp., aguapé *Eichornia* sp., ninféias como *Nymphea* spp. e *Nymphoides indica,* entre outras. As demais áreas alagadas têm,

provavelmente, uma composição florística similar. No marimbus encontram-se, ainda, pequenas ilhas de vegetação, onde se destaca uma palmeira que é, provavelmente, uma espécie do gênero *Attalea*, ao qual pertence o coco-catolé. Como no caso das formações de cerrado, também não há estudos abordando esta vegetação na área do PNCD.

3.2.7.5 - Ambientes Transicionais

Cerca de 7,3% da área do PNCD (11.125,2ha) são ocupados por ambientes de transição natural. Segundo Funch (2006), grande parte destas formações é de origem antrópica, fruto da remoção de camadas de solo no passado, durante os processos de mineração de diamantes, e da ação continuada de incêndios florestais.

Há transições entre campos rupestres e florestas, que podem se formar quando há o desenvolvimento de uma camada de solo suficientemente profunda (cambissolos e solos litólicos), a ponto de permitir o desenvolvimento de espécies arbóreas. Estas áreas, no entanto, devido as suas características pedológicas, são mais susceptíveis ao ressecamento em épocas de seca e, desta forma, mais sujeitas à destruição por incêndios. Estes fenômenos podem eliminar a vegetação arbórea em desenvolvimento, fazendo com a haja uma regressão no estágio sucessional estas formações.

Outro tipo de ambiente de transição encontrado no PNCD é entre campo rupestre e campos sujos ou campos limpos (cerrado). Em ambos os casos, normalmente são ambientes de solo incipiente, pouco profundo, onde a vegetação herbáceo-arbustiva contém elementos das duas formações citadas. Como no caso das transições floresta-campo rupestre, há uma forte influência de fatores antrópicos, tais como o uso pretérito de tais áreas para pastoreio de animais e a ocorrência de incêndios.

3.2.7.6 - Áreas com Vegetação Alterada pela Ação Antrópica

Extensas áreas do PNCD já sofreram ação antrópica. Registros da exploração garimpeira e estudos das alterações geológicas provocadas pela extração do diamante dão conta que praticamente toda a região leste da serra do Sincorá já foi retrabalhada e teve seus atributos originais modificados (Nolasco, 2003). Mais recentemente, as florestas que ocupavam as áreas de solo mais profundo, que já haviam sofrido um processo histórico de exploração madeireira, foram quase inteiramente removidas para a criação de pastagens. Em outras áreas, como no Vale do Pati, a cultura do café imperou no passado.

Na área do PNCD, até 2003, grande quantidade de bovinos era colocada nos gerais durante o período de estiagem, trazendo uma série de danos à vegetação e à fauna local. A suspensão destes processos tem permitido que a vegetação lentamente se regenere e volte a ter características próximas das originais. Após a década de 1960, por exemplo, o forte declínio da lavoura cafeeira levou a vegetação do vale do Pati a se recompor até tornar-se uma floresta em estágio médio (ou mesmo avançado) de regeneração. Nesta área, atualmente, restam pequenas roças de subsistência e algumas áreas de pasto que ocorrem junto ou próximo às residências dos moradores. Situação similar ocorre em praticamente todas as povoações humanas dentro da área do PNCD, onde são freqüentes pequenas roças de subsistência ou áreas abandonadas em processo de regeneração, freqüentemente com uma grande ocorrência de samambaia-preta *Pteridium aquilinum*.

Atualmente, os trechos ainda ocupados por atividades humanas equivalem a 1,6% (2.438,4ha) da área do PNCD. Na região próxima ao rio São José, no Município de Lençóis, e na área próxima à foz dos rios Roncador e Garapa, no Município de Andaraí, principalmente, são encontradas áreas submetidas à exploração garimpeira, tanto manual como mecanizada, que são caracterizadas pelo afloramento de piçarra (ou seja, áreas de rochas ou cascalhos em processo de intemperização), onde poucas plantas conseguem medrar. Outra marca da exploração garimpeira são praias de areia que se depositou junto à foz dos rios referidos acima, e onde também não cresce praticamente nenhuma planta. Somadas, estas áreas abrangem 0,5% (762ha) da extensão do PNCD.

Na Figura 42, encontram-se algumas imagens dos tipos e espécies da vegetação do PNCD.

3.2.8 - Fauna

O estudo mais extensivo levantamento faunístico realizado na região da chapada Diamantina, e que incluiu o PNCD, foi a já citada AER realizada pela UEFS, com o apoio de outras instituições (Juncá *et alii*, 2005).

Ainda, para efeitos de elaboração deste Plano de Manejo, mais recentemente foi contratado um levantamento rápido de mamíferos de médio e grande portes, especificamente para a área do PNCD e para o seu entorno imediato, que constitui o relatório de Borges (2007), no qual se baseia praticamente toda a discussão que se seguirá. Tal detalhamento deveu-se ao fato de existir mais dados para os mamíferos de pequeno porte, especialmente aqueles conduzidos na AER por Oliveira & Pessôa (2005) e os que vêm sendo feitos por Lena Geise, pesquisadora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

No que se refere à AER, os grupos que incluíram áreas do PNCD em suas amostragens foram os peixes (Santos, 2005), os anuros (Juncá, 2005) e os mamíferos de pequeno porte (Oliveira & Pessôa, 2005). As aves, por sua vez, foram amostradas em outro estudo, conduzido intensivamente por Carvalhaes (2001). Os peixes e os anuros, assim como as aves, apresentam endemismos na região da serra do Sincorá ou da chapada Diamantina, embora as espécies não sejam restritas ao PNCD. As aves são, de longe, o grupo mais diversificado e com alta riqueza de espécies entre os vertebrados na região, com 370 espécies (Carvalhaes & Machado, no prelo, citados por Machado, 2005). Os mamíferos, por sua vez, embora não apresentem espécies endêmicas na chapada Diamantina, mostraram um número relativamente grande de espécies na serra do Sincorá, com 23 espécies de pequeno porte (Oliveira & Pessôa, 2005).

No seu levantamento, Borges (2007) utilizou diversas técnicas de inventário, incluindo identificação de espécies atropeladas, para abranger diversas fontes de confirmação de espécies para o PNCD e o seu entorno. O *status* da espécie foi descrito e refere-se às categorias descritas para espécies ameaçadas de extinção da lista do IBAMA.

Tal autor registrou 44 espécies de mamíferos no PNCD e entorno (Anexo IV). As espécies pertencem a oito diferentes ordens. Do total, onze constam de listas de espécies ameaçadas de extinção, todas na categoria vulnerável. Entre as espécies encontradas, algumas do Anexo IV, já podem ser consideradas extintas na região, como o tamanduá-bandeira *Myrmecophaga tridactyla*, o *Priodontes maximus* e a anta *Tapirus terrestris*.

Neste contexto, chama a atenção o número de espécies de carnívoros registrados, ou seja, dezesseis espécies, incluindo sete de felinos. Destes últimos, destacam-se a sussuarana *Puma concolor* e a onça-pintada (ou onça-preta) *Panthera onca*, registradas em diversos pontos próximos do PNCD e no seu interior. A onça-preta, forma melânica de *P. onca*, curiosamente é a forma mais citada desta espécie para a região. Duas razões podem ser aventadas para este fenômeno: i) a forma melânica é efetivamente mais comum na região, devido talvez a um efeito denominado efeito do fundador ou a algum fenômeno parecido; ii) a onça-preta é mais facilmente avistável nos ambientes abertos da região da região pelo contraste de sua coloração com a da flora e das rochas locais.

A ordem Edentata apresentou nove espécies registradas, sendo duas consideradas extintas na região, o tatu-canastra e o tamanduá-bandeira, e uma listada como vulnerável: o tatu-bola *Tolypeutes tricinctus*. Por outro lado, algumas espécies deste grupo são bastante comuns, como é o caso do tatu-verdadeiro *Dasypus novencictus* e do tatu-peba *Euphractus sexcinctus*.

A terceira ordem em número de espécies foi a de roedores Rodentia, com oito espécies. Nenhuma espécie deste grupo está ameaçada de extinção, embora algumas não sejam comuns na área do PNCD, como é o caso da capivara *Hydrochoerus hydrochaeris*, típica de ambientes alagados e registrada com freqüência apenas no marimbus e em áreas de várzea dos rios que cortam os gerais da chapada Diamantina. Outras espécies são alvo de caça intensiva, com é o caso do mocó *Kerodon rupestris*, do rabudo *Thrichomys inermis*, da cutia *Dasyprocta prymnolopha* e da paca *Cuniculus paca*, o que pode ameaçar a sua ocorrência em longo prazo.

A ordem Artiodactyla apresentou cinco espécies, quatro raras e uma considerada extinta, o veado-campeiro *Ozotocerus bezoarticus*. Todos os artiodáctilos são objeto de caça intensiva, pois sua carne é muito apreciada pelos moradores locais.

Os primatas foram representados por quatro espécies: barbado (ou bugio) *Alouatta caraya,* guigó *Calicebus personatus*, sagui (ou mico) *Calitrix penicillata* e macaco-prego *Cebus apella*. É possível que a última espécie seja, na verdade, o macaco-prego-do-peito-amarelo *Cebus xanthosternos*, observada no campo, nos levantamentos de atrativos do PNCD, por dois técnicos do IBAMA (um do Parque e outro da DIREC) e do seu guia naquele momento. Neste caso, trata-se de uma espécie também ameaçada de extinção, como também o é o guigó. No caso do guigó, os registros de ocorrência da espécie foram em áreas fora dos limites do PNCD, mas é possível que o mesmo também ocorra no Parque.

Finalmente, as ordens Perissodactyla, Lagomorpha e Marsupialia foram representadas por apenas uma espécie cada: a anta *Tapirus terrestris*, o tapiti *Silvilagus brasiliensis* e o gambá *Didelphis albiventris*. A primeira espécie é considerada localmente extinta. As outras duas são bastante comuns, embora sejam caçadas intensivamente.

Os dados de Oliveira & Pessôa (2005) mostram um número maior de espécies em diversas ordens de mamíferos, totalizando 58 espécies, enquanto no estudo desenvolvido por (Borges, 2007) encontrou-se 44 espécies. Porém, além de abranger uma área maior, o primeiro estudo citado abordou grupos não tratados no segundo, como os morcegos Chiroptera, para a qual foram registradas 23 espécies, sendo nove da serra do Sincorá.

Outros grupos foram amostrados de forma mais extensiva, como é o caso dos marsupiais, para os quais Oliveira & Pessôa (2005) registraram oito espécies, contra apenas um encontrado por Borges (2007). Por outro lado, Borges (2007) registrou 16 espécies de Carnívoros, enquanto Oliveira & Pessôa (*2005*) registraram apenas quatro.

Quando os resultados destes dois estudos são integrados, o número total de espécies encontradas na região da chapada Diamantina chega a noventa. Considerando apenas a serra do Sincorá, onde fica o PNCD, o número de espécies fica em 61. No entanto, como referido anteriormente, não há registros da ocorrência de endemismos para esta classe de vertebrados na região da chapada Diamantina.

Para melhorar a amostragem da fauna de mamíferos do PNCD e do seu entorno, Borges (2007) também levou em conta o que encontrou nos diversos sítios arqueológicos com pinturas rupestres, os quais retratam espécies da fauna da região. É sabido que os antigos povos representavam com enorme perfeição situações de seu dia-a-dia, daí porque considerar tais dados. O que causou bastante curiosidade foi a quantidade de pinturas rupestres mostrando a ema *Rhea americana*, o que pode indicar sua ocorrência pretérita na região. O autor fotografou uma cena em que conjectura a predação de duas emas por uma onça-pintada. Entretanto, durante todo o levantamento, nenhum entrevistado, especialmente os moradores, comentou que tal espécie já existiu na região, e como não consta mais do repertório da população, mesmo a mais idosa, isso também pode indicar o longo tempo em que a espécie já teria desaparecido.

Como outros animais de grande porte que foram extintos no Parque, o autor acredita que a ema pode perfeitamente ter habitado a região, chegando a conjecturar que ela poderia ter fácil readaptação em um possível processo de reintrodução. Por outro lado, considera que tal medida poderia viabilizar também a maior chance de sobrevivência de animais como a onça-pintada *Panthera onca*, considerada um dos predadores naturais da ema.

A Figura 43 mostra áreas que sofrem pressão de caça intensiva dentro do PNCD e no seu entorno, conforme resultados obtidos nos levantamento feitos por Borges (2007).

Figura 40: Vegetação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

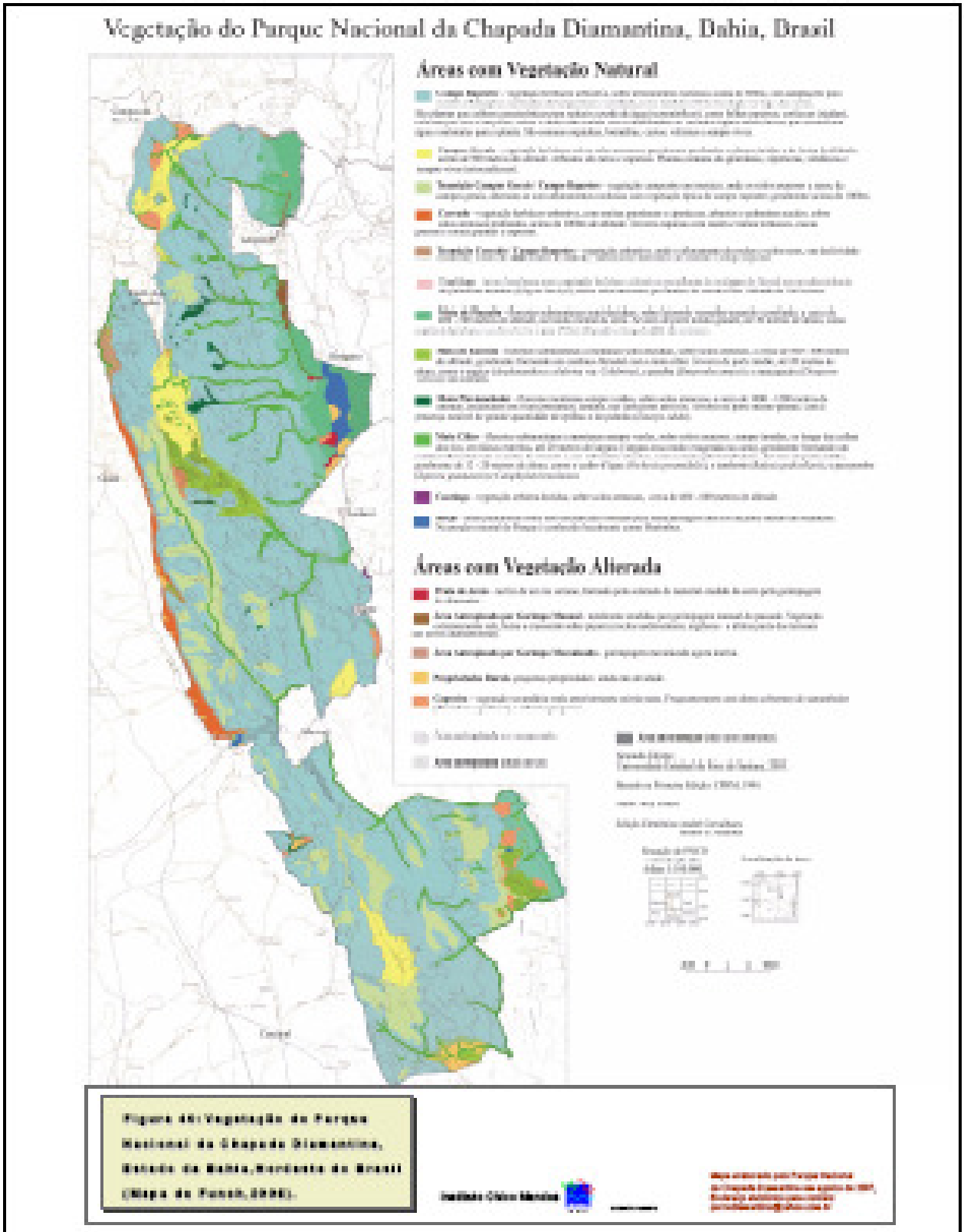


Figura 41: Diagrama de Ordenação dos Dados (eixos 1 – 45,68% – e 2 – 24,37%) das Espécies Arbóreas Florestais de Seis Áreas (losangos) do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

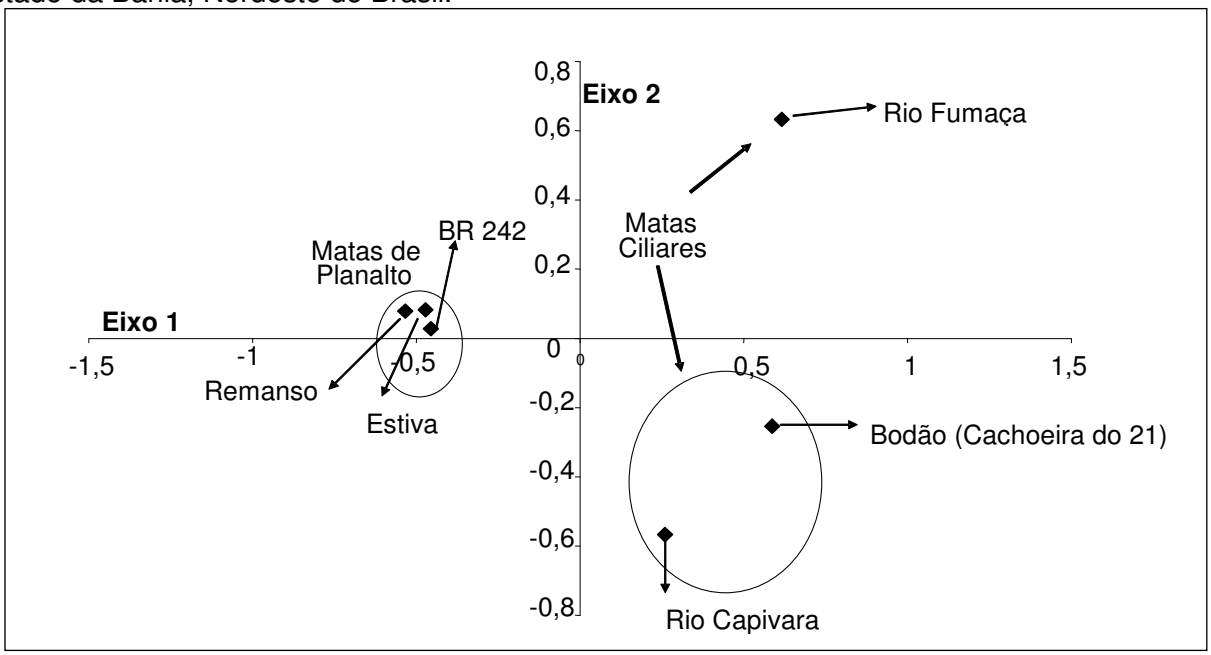


Figura 42: Tipos de Vegetação e Espécies do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

Floresta ciliar do vale do Cachoeirão, vizinho ao vale do Pati, Mucugê (Foto: Valquíria Gonçalves).

Mussambé *Terminalia* sp, árvore característica das florestas que ocorrem no PNCD (Foto: Cristiane F. de Azevedo-Gonçalves).

Bromélia *Aechmea bromeliifolia*, planta epífita (cresce sobre outras plantas) encontrada nas florestas da chapada Diamantina (Foto: Cristiane F. de Azevedo-Gonçalves).

Campo limpo (gerais) com mata ciliar ao fundo na região do Machobongo, Ibicoara. Em primeiro plano, xique-xique *Arrojadoa* sp. (Foto: Valquiria Gonçalves).

Bromélia *Aechmea* sp vegetando em área de solo raso nos gerais (Foto: Cristiane F. de Azevedo-Gonçalves).

Capim-flecha *Rynchospora* sp., uma das espécies que formam a cobertura herbácea predominante nos gerais (Foto: Cristiane F. de Azevedo-Gonçalves).

Campo rupestre próximo à cachoeira da Fumacinha, Ibicoara (Foto: Valquiria Gonçalves).

Cápsula de pau-de-mocó *Clusia obdeltifolia* aberta e mostrando as sementes com revestimento vermelho (Foto: Cristiane F. de Azevedo-Gonçalves).

Inflorescência de begônia *Begonia grisea*, com flores femininas (Foto: Cristiane F. de Azevedo-Gonçalves).

3.3 - Patrimônio Cultural Material e Imaterial

Como apontado no Encarte 2, há poucas informações científicas sobre a presença de sítios arqueológicos no PNCD e em sua área circundante antes de se começar a elaboração deste plano de manejo, embora fosse do conhecimento da própria equipe de planejamento que a região apresenta um grande número de sítios, especialmente de arte rupestre (Figura 44).

Diante disso, por solicitação da equipe de elaboração deste PM, foi contratado um estudo rápido, como já foi dito, especialmente para subsidiar os trabalhos, o qual apontou quatorze sítios arqueológicos na região, oito dos quais nos limites do PNCD. Além destes, outros nove pontos na UC são prováveis sítios arqueológicos, sendo praticamente todos eles locais de manifestações rupestres. Assim, as informações sobre os sítios apresentados a seguir são, na sua quase totalidade, de Silva (2007). A pesquisadora, em função da urgência dos dados e a pouca disponibilidade de recursos financeiros, utilizou o procedimento metodológico denominado levantamento oportunístico, que envolve o reconhecimento de áreas a partir de fontes orais e documentais, bem como de informações provenientes de pesquisas previamente realizadas na região do estudo.

3.3.1 - Sítios Arqueológicos

3.3.1.1 - Sitio Mucugezinho

O sítio foi identificado pela equipe do PNCD e informado à pesquisadora. Trata-se de um sítio com manifestações rupestres distribuídas em três paredões e um cânion próximo ao rio Mucugezinho, em área de vegetação de campo rupestre. De acordo com as informações do PNCD, um dos locais possui solo para a abertura de sondagens, uma vez que “em baixo de uma abóbada contém pinturas no teto, as quais se prolongam até uma altura de aproximadamente 50cm”.

As pinturas caracterizam-se pela presença de motivos abstratos e lineares de coloração predominantemente vermelha, sendo também observadas pinturas com bicromia (vermelho e amarelo). Pelas características das pinturas apresentadas, pôde-se observar que estas manifestações possuem afinidades temáticas com as tradições Agreste e São Francisco.

Devido à intensa exposição das pinturas às intempéries, elas estão parcialmente comprometidas pela presença de desplacamento da rocha e casas de insetos. Estes últimos podem comprometer ainda mais as pinturas, sendo assim, são necessárias pesquisas mais detalhadas (intensivas) neste sítio.

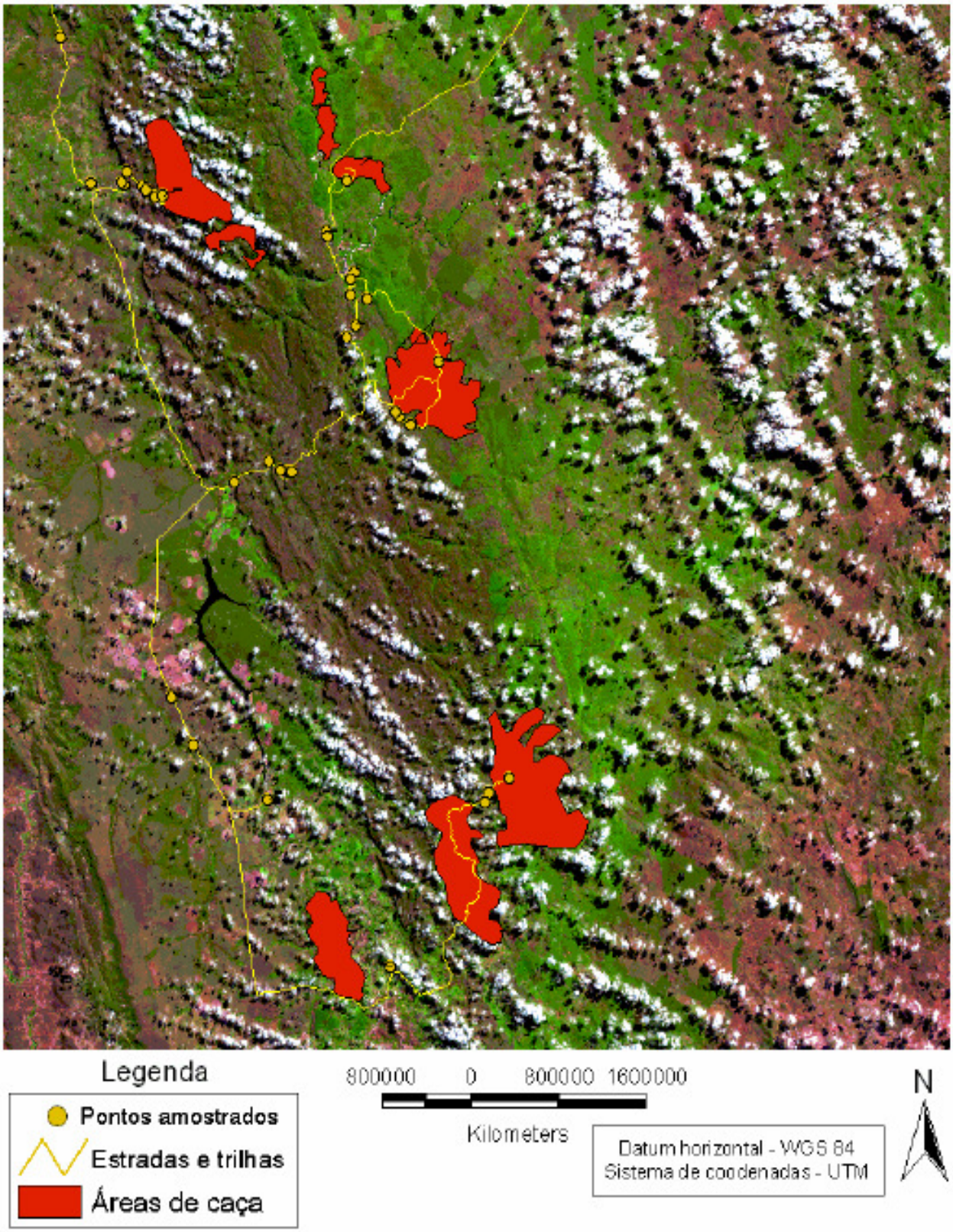
3.3.1.2 - Sítio Cachoeira do Roncador

Encontra-se localizado no Município de Lençóis, em um pequeno afloramento rochoso, com aproximadamente 4m de altura e sem solo para abertura de sondagens, junto à margem direita do rio Roncador, no sopé da serra do Sincorá. Este sítio foi identificado e cadastrado pelo Pesquisador Marcos A. Torres de Souza, em 1998. Trata-se de um sítio com um conjunto de manifestações rupestres nas colorações laranja, vermelha e em menores proporções preto. Apresenta temática

com motivos geométricos e abstratos.

Pelas representações rupestres observadas neste sítio, torna-se difícil efetuar qualquer filiação ou correlação com as tradições rupestres estabelecidas para a região nordeste. Sendo assim, recomendam-se pesquisas mais detalhadas para esta localidade, uma vez que há indícios de representações com semelhanças temáticas às tradições Agreste e São Francisco.

Figura 43: Áreas de Pressão de Caça Intensiva no Interior do Parque Nacional da Chapada Diamantina e no seu Entorno, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil, Conforme Borges (2007).



3.3.1.3 - Sítio Serra do Beco

O sítio Serra do Beco, foi localizado na subida da serra para o povoado do Pati, no Distrito de Guiné, no Município de Mucugê. Trata-se de um pequeno afloramento em quartzito voltado para oeste, onde foi identificado remanescente de pintura rupestre na coloração vermelha, temática geométrica, seriamente comprometida, em parte, pela retirada da vegetação arbustiva que cobre o local, que fica próximo à trilha de acesso ao povoado do Pati e pela ação do vento e das chuvas. Devido ao estado de conservação ruim das pinturas, torna-se impossível tentar fazer qualquer correlação com as tradições rupestres da região nordeste e seu entorno.

3.3.1.4 - Sítio Serra do Pati

O sítio Serra do Pati, encontra-se no alto da serra de subida para o povoado do Pati, no Distrito de Guiné, no Município de Mucugê. O sítio apresenta-se voltado para oeste e não possui solo para abertura de sondagens, apenas manifestações rupestres de coloração vermelha, e provavelmente amarela, temáticas antropomorfas (formas humanas), zoomorfas (formas animais) e abstratas sobre um bloco desprendido do afloramento. O local é visitado por turistas com freqüência, uma vez que no local a paisagem e o pôr-do-sol podem ser contemplados. Ressalta-se, que o sítio se encontra comprometido pela ação direta do sol, que acelera o desplacamento na rocha e pela ação das chuvas Acredita-se que as representações observadas neste sítio possuem fortes semelhanças com as pinturas presentes na tradição Agreste, mas serão necessárias pesquisas mais detalhadas para confirmar tal indicação.

3.3.1.5 - Sitio Mucugê

Localiza-se nas proximidades do Município de Mucugê e por isso já esta sendo objeto de visitação desordenada e conseqüentemente degradação, por parte do seu mau uso. Possui aproximadamente 2,5mx2m e trata-se de um sítio com manifestações rupestres nas colorações vermelha, branca e, eventualmente, preta, onde pode-se observar as temáticas abstratas, geométricas, zoomorfas, antropomorfas e prováveis fitomorfos (formas de vegetais) distribuídas pelas paredes do abrigo. Também foi possível observar pinturas em negativo e positivo nas colorações vermelho e, provavelmente, amarelo, em uma temática semelhante a borboletas, até então pouco conhecida para esta região.

Sobre a ocorrência desta temática, foram efetuadas consultas a pesquisadores que desenvolvem pesquisas no entorno da área do Parque e fora do Estado, constando-se que este é um elemento totalmente novo na arte rupestre local. Com exceção da última temática, semelhante a borboletas, a maioria das representações possui afinidades com as tradições São Francisco, Nordeste e Agreste.

Este sítio possui um pequeno segmento onde é possível efetuar a abertura de sondagens, apensar de não ser observada a ocorrência, em superfície, de material arqueológico (lítico ou cerâmico).

3.3.1.6 - Sítio Serra da Chapadinha 1

Este sítio, com certeza, foi o que apresentou maior diversidade temática nas manifestações rupestres. Trata-se de um abrigo sob rocha em área de difícil acesso no alto da serra da Chapadinha. O abrigo possui aproximadamente 12m de altura por 10m de extensão, e foi o único sítio com possibilidades de abertura de sondagens em subsuperfície, apesar de não ser observado, em superfície, presença de material cerâmico ou lítico.

Caracteriza-se pelo expressivo número de pinturas rupestres, nas colorações vermelha, laranja, amarelo, preto e branco, com temáticas geométricas, abstratas, antropomorfas, astronômicas, provavelmente fitomorfas e zoomorfas. Algumas das figuras antropomorfas apresentam-se em cenas de movimento e em tamanhos reduzidos, aproximadamente 5cm. Também foi observada a presença de traços, que percorrem toda a parte superior deste abrigo, assim como intensa sobreposição de pinturas em alguns segmentos. Estas manifestações possuem grande afinidade com as manifestações rupestres da tradição Nordeste, assim como elementos das tradições Agreste e São Francisco.

Antes da chegada neste abrigo, foram identificadas duas pinturas antropomorfas de coloração vermelha, provavelmente com elementos da tradição Agreste. Este local não foi classificado, neste

momento, como um sítio isolado e sim arte integrante do sítio Chapadinha 1.

As pinturas estão distribuídas do teto até quase a base, onde é possível se observar a diversidade cultural do local. Tal característica permite-se aventar a hipótese de que este sítio tenha sido ocupado por diferentes grupos e até mesmo em diferentes períodos, o que pode ser explicado por pesquisas detalhadas. Ressalte-se que informações locais dão conta da ocorrência de um vasilhame cerâmico, no sopé da serra da Chapadinha, retirado da área na década de 1990, por um pesquisador sem a devida licença da DIREC e levado para local ignorado.

3.3.1.7 - Sítio Serra da Chapadinha 2

Tal sítio encontra-se no mesmo afloramento rochoso do sítio Serra da Chapadinha 1, distando poucos metros um do outro. Foi considerado, em um primeiro momento, como outro sítio, porém no decorrer de pesquisas poderá ser integrado ao contexto do sítio Serra da Chapadinha 1.

O sítio apresenta-se em menores proporções, assim como as pinturas que se apresentam somente na parte inferior do paredão, nas colorações amarela e vermelha. A temática das pinturas difere um pouco do sítio Serra da Chapadinha 1, representado, a priori, um predomínio de figuras geométricas e zoomorfas, semelhantes às figuras das tradições Agreste, Nordeste e provavelmente elementos da Tradição São Francisco.

Assim como no sítio Serra da Chapadinha 1, o Serra da Chapadinha 2, que também é um abrigo, possui um pequeno segmento de solo, onde poderia ser efetuada a abertura de sondagens, sendo que em superfície não foi identificada a ocorrência de vestígios culturais em superfície.

3.3.2 - Sítios Arqueológicos Prováveis ou Sítios Citados na Literatura

Um ponto provável seria a Lapa do Machobongo (denominado lapa da Maxambomba no relatório de Silva, 2007), observado na literatura consultada. O local é mencionado pelo naturalista que viajou pela Bahia e passou pela região da chapada Diamantina, Theodoro Sampaio. Quando ele passou pelos gerais de Mucugê e viu o exuberante ambiente com formações rochosas assemelhadas a pilastras e algumas manifestações rupestres, acreditou ter encontrado o “elo da cidade perdida” mencionado pelo Cônego Benigno José de Carvalho e Cunha em suas viagens no sertão da Bahia em 1841.

O local não foi visitado durante o levantamento arqueológico, tendo em vista que os guias consultados, principalmente de Igatu e Mucugê, desconheciam o seu acesso. Entretanto, é possível resgatar algumas imagens das manifestações rupestres na Lapa do Machobongo na literatura já existente, como mencionado acima. De acordo com as imagens resgatadas, pode-se observar a presença de pinturas em vários tons de vermelho, temáticas zoomorfas e geométricas, representadas por traços retilíneos e curvilíneos.

Na localidade de Pedra do Chapéu, no PNCD, houve informações sobre a presença de manifestações rupestres nos abrigos calcários da região, assim como a ocorrência de fragmentos cerâmicos e líticos (lâminas de machado polidas e adornos labiais) no rio Capivara e na serra do Capivara. Hoje, muitas das peças encontradas em áreas de atividades de garimpo de diamantes encontram-se no poder de um morador da Cidade de Lençóis, o Mestre Oswaldo, ex- garimpeiro da região. Ele sempre se interessou pelo que chama “objetos” dos antigos povos que ocuparam a região da chapada Diamantina, e os reuniu em seu acervo particular, que ele próprio chama de museu. Entre as peças que mais chamaram a atenção, pode-se destacar a presença de um tembetá - tipo de adorno labial - confeccionado em quartzo verde.

Na fazenda Roncador, Município de Andaraí, foram obtidas informações sobre a ocorrência de fragmentos cerâmicos no local chamado Sítio do Grotão. O local está a 2h de caminhada, aproximadamente, a partir da sede da Fazenda, em direção ao rio Garapa, dentro do Parque. Esta informação foi extremamente importante, uma vez que os sítios cerâmicos são pouco conhecidos nessa região. Entretanto, a vistoria não foi possível, pois o informante não sabia dar os dados precisos sobre a localização do sítio.

De acordo com as informações obtidas com alguns moradores e guias de Igatu, nas proximidades da serra da Chapadinha, mais precisamente no seu sopé, onde o relevo se apresenta mais plano e com solo, na década de 1990, teria estado na região um pesquisador que encontrou um vasilhame inteiro e com tampa, o qual foi retirado e levado para outro lugar. Eles não souberam dar maiores informações sobre o pesquisador e nem sobre o local para onde foi levado o vasilhame.

Outras informações colhidas em campo remeteram a sítios com manifestações rupestres na área conhecida como Pedra do Caboclo, possivelmente no interior do PNCD, nas proximidades da localidade de Campo Alegre, no seu entorno. De acordo com os informantes, há pinturas na coloração vermelha e temática antropomorfa. Ainda se faz necessário verificar, em campo, a localização destes sítios em relação ao Parque.

Figura 44: Sítios Pré-históricos de Manifestações Rupestres no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil, conforme Silva (2007). Fotos: Rosiclér T. da Silva.

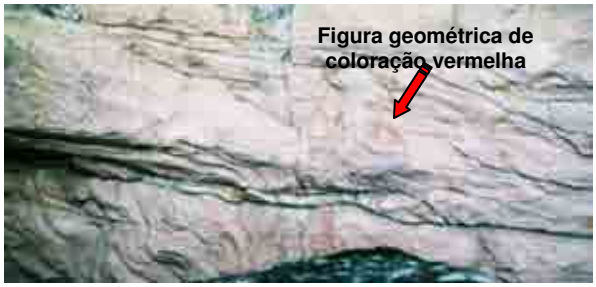
Sítio Cachoeira do Roncador

Detalhe das manifestações rupestres no sítio arqueológico. Município de Andaraí.

Sítio Chapadinha 2

Presença de policromia (vermelho e amarelo) e temáticas zoormorfa e abstrata. Município de Andaraí.

Sítio Serra do Pati



Manifestação rupestre na coloração vermelha e seriamente comprometida devido à retirada de vegetação. Município de Mucugê.

Sítio Serra do Beco

Vista geral do sítio arqueológico Serra do Beco, na comunidade Pati. Município de Mucugê.

Sítio Mucugê 1

Detalhe da diversidade temática (abstratos e zoomorfos) e presença de policromia (branco, vermelho e amarelo) no Sítio Mucugê 1. Município de Mucugê.

Sítio Chapadinha 1

Diversidade temática das manifestações rupestres (geométricos, astronômicos antropomorfos estilizados) com presença de bicromia (amarela e vermelha). Município de Andaraí.

3.3.3 - Patrimônio Arqueológico Histórico

Na área do Parque foi identificada uma série de ocorrências, aqui agrupadas em sítios de mineração, sítios rurais e sítios de pintura rupestre moderna. Conforme exposto na metodologia, apenas os sítios arqueológicos rurais identificados foram cadastrados, tendo-se encontrado um sítio referente ao período da mineração e outro, de ocupação mais antiga, datando, possivelmente, entre a segunda metade do século XVIII e início do século XIX.

3.3.3.1 - Sítios de Mineração

Entre os vestígios referentes ao período histórico, as evidências quantitativamente mais expressivas ligam-se às atividades do garimpo do diamante e do carbonado, aqui genericamente agrupados como sítios de mineração.

Entre as evidências encontradas nessa categoria, incluem-se os locais de exploração, compondo diferentes tipos de sistemas. A atividade de garimpo, conforme praticada no período histórico, era realizada sem o auxílio de maquinário, o que se convencionou denominar de garimpo tradicional, o que recebia a denominação de serviço, catra ou faisqueira. Tipologicamente, Nolasco (2003) agrupou os tipos de garimpo existentes na região em quatro categorias: i) os garimpos tradicionais a seco, ii) os garimpos de serra úmidos, iii) os garimpos de barranco e, mais recentemente, iv) os garimpos de draga.

No século XIX, o naturalista Theodoro Sampaio identificou dois tipos de garimpo: i) as lavras a céu aberto que, quando pequenos, recebiam a denominação de grupiaras e ii) aqueles feitos em grunas (túneis subterrâneos) ou lapas.

Funch (2002) também apresentou uma classificação dos tipos de garimpo, inteiramente baseada em critérios êmicos, ou seja, a partir da fonética popular. Entre os tipos ligados às técnicas tradicionais, incluem-se:

- cascalhão: barrancos altos e de areia explorados pelo transporte de água para a parte alta dos barrancos por meio de regos (explicação abaixo);
- barranco: constituindo-se em um barranco alto de barro com fina camada de cascalho embaixo e desmontado com o auxílio de água e ferramentas manuais;
- brejo: localizado em áreas baixas, onde o cascalho é coberto por pouco solo;
- grupiara: onde o cascalho apresenta-se exposto para o trabalho;
- emburrada: onde o cascalho fica entre blocos maiores de pedras;
- curriolo: garimpo feito em leito de rio com cascalho e pedras soltas onde são feitas corridas (explicação abaixo) no sentido da corrente para a apuração;
- engrunada: garimpo feito por meio de túneis, sendo que quando encontrado o cascalho, ele é levado à superfície para ser purificado;
- gruta: garimpo feito em cavidades naturais e que não demandam a abertura de túneis;
- serviço a seco: garimpo onde não há água disponível; após a redução do cascalho, ele é transportado para onde haja água corrente;
- bater lavagem: re-garimpagem de áreas previamente exploradas;
- faísca: garimpo pequeno feito em um dia.

Entre as estruturas relacionadas com esses diferentes tipos de garimpo, estão aquelas destinadas ao represamento ou desvio de água (Figura 45). Essas estruturas associam-se a procedimentos essenciais para a criação de áreas de exploração e lavagem do cascalho. De acordo com informantes da região, entre as estruturas de represamento de água encontram-se também os açudes e tanques. Os açudes são formados por arranjos de pedras que eram destinados à retenção da água que era geralmente jogada nos tanques que, por sua vez, represavam a água a ser em seguida usada na lavagem do cascalho. Entre aquelas destinadas ao desvio de água, encontram-se os diques, que eram estruturas escavadas no leito do rio destinadas a transportar a água no leito através de uma canaleta profunda. Essas estruturas capturavam a água dos rios, permitindo, assim, que a parte alta fosse mantida a seco. Uma estrutura desse tipo foi descrita por Theodoro Sampaio em sua passagem pelas lavras da Nova Sibéria, situadas próximo a Mucugê, em 1880. Na sua descrição, o trabalho nessa mina consistia em “desviar as águas por meio de diques transversais e

longitudinais combinados de modo a manter-se em seco, ou em remanso a parte do leito do rio cujo cascalho deve ser lavado".

Outras estruturas envolvendo o deslocamento de água incluem ainda aquelas usadas para transportar a água para fora do leito do rio. Aqui estão incluídos os regos que eram destinados ao transporte de água, geralmente dos rios para os tanques e que podiam apresentar-se com alguns quilômetros de extensão, e as corridas, que se constituíam em trechos de rego mais estreitos para que a água corresse mais rápida e houvesse a seleção de sedimentos (Nolasco & Macedo, 2005; Funch, 2002).

Essas estruturas podem apresentar canais de pedras como vestígios, muitas vezes vedados por cimentação, e escavações na rocha. Associando-se a essas estruturas encontram-se degraus de pedra que formavam pequenas cascatas e poços, conhecidos como frevidores (Funch, 2002) e, como levantado por meio de informação oral, as lavadeiras, que se constituem em pequenos poços nos rios destinadas à lavagem do cascalho e os bicanos, que eram destinados ao transporte de água em locais, onde o relevo apresenta depressões ou em pequenos vales. De acordo com o informante, a canaleta dos bicanos era geralmente construída de madeira, apresentando como testemunhos perenes os pilares de pedra, destinados à sustentação da canaleta.

Os resíduos da atividade de garimpagem formam um conjunto significativo de evidências ligadas ao garimpo na área. Tais resíduos são compostos, majoritariamente pelo cascalho, que pode receber diferentes denominações de acordo com seu estado, o que, consequentemente, influencia o seu arranjo final e a forma como ele será encontrado.

De acordo com informações obtidas no levantamento de campo, o cascalho pode ser classificado localmente como paiol, que é um monte de cascalho que ainda será garimpado; brugalhau, composto por montes de cascalho; rabo de corrida, que é o cascalho já garimpado e que, algumas vezes, pode sofrer regarimpagem e cherém, que é o cascalho apurado (Funch, 2002). Outras formas de resíduo incluem fragmentos de rocha quebrados durante processos de seleção. Essas evidências incluem os mundibus e muntueiras. Tanto os diferentes tipos de cascalho quanto as rochas fragmentadas são encontrados em profusão nas áreas de garimpo, aparecendo empilhados ou alinhamentos próximos às áreas de exploração para uma chave de identificação dessas evidências do ponto de vista da geologia (Nolasco & Macedo, 2005).

É importante destacar que, associando-se aos vestígios materiais da atividade de garimpo, encontram-se alterações significativas na paisagem, compostas por voçorocas, ravinas, falésias, alterações nos cursos dos rios e superfícies alteradas, conforme descreveram Nolasco & Macedo (2005). Essas evidências associam-se contextualmente aos vestígios materiais da atividade de garimpo, compondo um elemento igualmente importante para sua compreensão em uma perspectiva mais ampla.

Os aglomerados das moradias ocupadas pelos garimpeiros e seus escravos situavam-se próximos às áreas de exploração. Pelo menos dois tipos de aglomerados relacionados à essa atividade podem ser identificados: i) vilas e povoados e ii) tocas. No primeiro grupo situam-se os núcleos urbanos que podiam variar de pequenos aglomerados de casas com área entre 5.000 e 10.000m², até vilas maiores, como o caso de Mucugê, Andaraí e Lençóis, cujos centros urbanos foram tombados pelo IPHAN.

Silva (2007), com base em outros autores, indica que, no caso dos povoados de Lençóis e Mucugê, há referências de que esses centros urbanos contaram com mais de 15.000 habitantes no final do século XIX. Nesses núcleos, predomina a arquitetura de pedras, o que favoreceu a preservação das estruturas de muitos dos antigos edifícios após seu abandono. A autora indica também que encontrou registros na literatura de um prolífico número de antigos povoados (a maioria inexistentes atualmente) menores na região do Parque ou em suas imediações, concentrados, principalmente, na sua área norte e nas imediações do morro do Pai Inácio, havendo menção, nessa área, aos povoados de como Cravada, Mucugezinho, Mandassaia, Lapão, Bicas, Caldeirões, Brejo, São José, Ribeirão, Raimundão, Filadélfia, Acaba-Saco e Rabudo. Há também menção a povoados

localizados no caminho que ligava, durante a época do garimpo, Lençóis e Andaraí, incluindo Capivara, Marco, Comercinho, Roncador e Veneno. Ao sul de Andaraí, há registros dos povoados de Passagem, Perdizes, Capa Bode, Criminoso, Igrejinha e Coisa Boa.

Nos povoados menores, aparecem muitas vezes aglomerações de pequenos edifícios, possivelmente residenciais. Este é o caso de um conjunto de pequenos núcleos situado às margens do rio Roncador, com uma área aproximada de 6.000m². Esse núcleo constituindo-se no que, provavelmente, foi o povoado conhecido como Roncador, teria sido criado em meados do século XIX. Alguns dos seus edifícios ainda encontram-se de pé, tendo sido construídos em pedra seca, diretamente sobre o substrato rochoso, com cobertura de duas águas e dimensões reduzidas (Figura 45). Os edifícios apresentam uma área média de 40m², contando com um único cômodo que invariavelmente apresentava uma estrutura de fogão.

Nos povoados visitados foi identificado material arqueológico em superfície, mas em baixa freqüência. Uma das razões dessa ausência de material deve-se ao fato de que, muitas das vezes, as residências eram construídas diretamente sobre o substrato rochoso, e as áreas de deposição de refugo eram, por conseguinte, concentradas em pontos mais afastados. Uma exceção foi identificada no antigo bairro Luis dos Santos, em Igatu, já abandonado, sendo parte dele inserida no PNCD. Aí foram identificados fragmentos de vidro, louça, metais e cerâmica comum.

A partir dos fragmentos de vidro identificados, foi possível estimar uma faixa cronológica aproximada para esse material, que se situa nas primeiras décadas do século XX, o que possivelmente corresponde ao período terminal de ocupação do bairro. Tendo em vista que o solo no local onde o material foi encontrado apresenta poucas perturbações, é possível que os vestígios referentes aos períodos de ocupação mais antigos desse bairro encontram-se em nível profundo.

O caso do bairro Luis dos Santos serve também para caracterizar uma relação de estreita proximidade entre as áreas de habitação e de exploração, à exemplo do que ocorreu em outras áreas de mineração brasileiras, o que se prendia a uma preocupação em se ter uma facilidade de acesso às áreas de atividade. No caso da chapada Diamantina, observou-se que o garimpo podia atingir as bordas das áreas de habitação, chegando, algumas vezes, a mutilar aquelas abandonadas.

Os abrigos eram usados ordinariamente como habitações temporárias ou permanentes, bem como para a guarda de objetos, sendo encontrados ora no contexto dos núcleos urbanos, conjugando-se aos demais tipos de edificação, ora destacadamente situando-se nas imediações de abrigos ou em locais propícios à caça (Figura 45). Tais abrigos tiveram sua eficácia nas estratégias de sobrevivência empregadas pelos antigos garimpeiros e constituem-se, assim como os povoados, em importantes vestígios materiais do período histórico no PCND, sendo alguns deles, inclusive, tombados pelo IPAC, como é o caso da Loca do Bambulim e Loca do Bairro Luis Santos, em Igatu – sendo o primeiro fora do PNCD.

Embora as construções de pedra sejam características bem marcantes das vilas e povoados do período da mineração na chapada Diamantina, não é possível afirmar que seus métodos e técnicas construtivas foram utilizados por todos os indivíduos que compuseram a sociedade na época. Considerando que esse tipo de edificação demandava investimentos significativos de esforço e tempo, é possível que os segmentos menos privilegiados da população não tivessem suas casas construídas da mesma forma, o que é particularmente válido para o caso dos escravos. Essa possibilidade é reforçada pelo fato de que, ainda hoje, um número significativo de afro-descendentes utiliza técnicas e métodos construtivos bem distintos na região, não sendo de pedras. Esse é o caso de edificações recentes que podem ser observadas nas comunidades Estrada Velha do Garimpo e Fazenda Velha, construídas de pau-a-pique (técnica conhecida localmente como enchimento), com cobertura de palha e planta bastante simplificada, sem janelas e composta por um único cômodo, com área aproximada de 30m².

Esse tipo de construção é característico da arquitetura tradicional das senzalas, tendo sofrido fortes influências da arquitetura vernacular Yorubá. É bastante provável que essa arquitetura tenha

penetrado na região por influência dos grupos escravos e se popularizado na região durante o período da mineração. A identificação de sítios arqueológicos históricos dessa natureza, no entanto, apresenta visibilidade arqueológica muito mais baixa, o que se deve, sobretudo, aos tipos de materiais empregados na sua construção, que não se conservam no solo. Sítios dessa natureza só são usualmente identificados por meio de achados fortuitos ou em levantamentos probabilísticos envolvendo prospecções subsuperficiais.

Outra categoria de edificações encontradas são os antigos cemitérios que serviam tanto aos mineradores quanto aos seus escravos, que se somam aos restos de garimpo, vilas e povoados como parte de um sistema associado à mineração. Há indícios na área do Parque de alguns cemitérios, presentes nas imediações das vilas e povoados, muitas vezes situados ao longo dos caminhos. Entre eles há um curioso, em Igatu, denominado Cemitério dos Bexiguentos, que servia à população durante os períodos em que a região era acometida por epidemias, valendo citar que o termo bexiguento era dado, naquela época, aos acometidos por varíola.

Relacionando-se aos demais vestígios da atividade minerária incluem-se ainda os antigos caminhos e pontes que desempenharam um papel de relevância na articulação de diferentes sistemas ligados à mineração. Na área do Parque, existiram no contexto da mineração alguns caminhos bastante freqüentados. A cidade de Lençóis, um dos mais importantes pólos urbanos da região, possuía diferentes ramificações: uma à noroeste, que a ligava a Palmeiras, uma ao norte, que seguia em direção a Estiva (atual Afrânio Peixoto), passando por Licurioba e Pedra Cravada, e outra, muito conhecida localmente, que seguia em direção a Andaraí, atualmente denominada Estrada Velha do Garimpo. Esse trecho passava pelos povoados de Marco, Capivaras e Comercinho e seguia longitudinalmente em relação ao rio São José, pelo sopé da serra do Sincorá.

A Cidade de Andaraí, outro importante pólo, articulava-se por caminhos ainda à leste, cruzando a localidade conhecida hoje como Pati, seguindo até Guiné e, ao sul, em direção a Santa Izabel (atual Mucugê), passando por Passagem, Xique-Xique (atual Igatu) e Capa Bode. De Santa Izabel partia um dos caminhos mais freqüentados da região, que seguia, à leste, em direção a Salvador, e a oeste, em direção a Bom Jesus, passando pelo Comércio de Fora, com uma ramificação que seguia margeando a borda sudoeste da serra do Sincorá, em direção a Sincorá. Uma variante desse último trajeto partia de Santa Izabel e seguia em direção ao sul, em uma região pouco freqüentada. Esse caminho margeava o rio Mucugê, daí seguindo para Mundo Novo e Sincorá.

Do ponto de vista da arqueologia, a maioria desses caminhos apresenta pouca ou nenhuma visibilidade arqueológica, o que se deve ao fato de que eles se constituíram, muitas vezes, em picadas. Em alguns casos, no entanto, existiam calçamentos de pedra, como é o caso de alguns trechos que ligavam Igatu a Coisa-Boa. Em relação às pontes, destaca-se a ponte sobre o rio Lençóis, fora do PNCD, tombada pelo IPAC.

Os sítios de mineração, em sua totalidade, situam-se cronologicamente entre o ano de 1844 que, conforme exposto na contextualização histórica, marca o início da ocupação garimpeira na serra do Sincorá, e a segunda metade do século XX, quando a mineração tradicional foi quase que totalmente extinta.

3.3.3.2 - Sítios Rurais

Definem-se aqui como assentamentos rurais aqueles dedicados à produção de gêneros ligados à criação de gado bovino ou plantio de alimentos. Durante o levantamento arqueológico, foram identificados e cadastrados dois sítios que se incluem nessa categoria: a Fazenda Roncador, situada na área do Parque, e Campo Alegre, situado na área de entorno do Parque. O segundo sítio foi descrito no Encarte 2. Segue a caracterização da Fazenda Roncador.

3.3.3.2.1 - Fazenda Roncador

Localiza-se na área do Parque, próximo à margem direita do rio Roncador, no sopé da borda leste da serra do Sincorá, com uma área aproximada de 8.000m². O edifício-sede da fazenda sofreu algumas remodelações, mas ainda se encontra de pé. As remodelações incluíram mudanças na planta do edifício em uma das suas laterais. Nos fundos da Fazenda existem ainda remanescentes

de alguns arrimos, alicerces e uma casa de farinha.

Na área frontal da propriedade, não foram identificados alicerces visíveis em superfície, tendo sofrido, essa parte da propriedade, movimentos de solo recentes, conforme foi observado em uma comparação de fotografias da área frontal da fazenda atual e da década de 1980 (Figura 46). Segundo o atual ocupante da fazenda Roncador, as antigas senzalas situavam-se em uma das laterais da sua área frontal, mas não foram identificados vestígios de superfície que confirmasse essa possibilidade. Depois de realizada uma vistoria da área do sítio, não foram identificados materiais arqueológicos em superfície.

Figura 45: Sítios de Mineração do Patrimônio Arqueológico Histórico do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil, conforme Silva (2007). Fotos: Rosiclér T. da Silva.

Açude localizado no rio Piabas.

Tanque localizado na margem esquerda do rio Roncador. Município de Lençóis.

Remanescentes de pequeno povoado situado na margem direita do rio Roncador, avistando-se, no primeiro plano, amontoados de pedras decorrentes do colapso de alguns edifícios e, ao fundo, alguns testemunhos ainda preservados.

Pedra lapeada com adição de outras pedras para a formação de um abrigo, no entorno do Distrito de Igatu, Município de Andaraí.

Esse sítio situa-se à margem da Estrada Velha do Garimpo, tendo sido criado, provavelmente, no contexto da mineração na serra do Sincorá, após 1844. Devido sua posição, foi provavelmente um entreposto de comercialização de gêneros alimentícios de alguma importância no contexto local, sobretudo considerando-se que na região do rio Roncador houve um povoado e intensa atividade minerária ao longo do século XIX.

Para o caso dos sítios rurais, as informações existentes não permitem uma estimativa segura no que se refere à sua dispersão e densidade. Para que isso seja possível, será necessário obter dados por meio de um levantamento oportunístico. Pode-se, de modo geral, considerar que a área do Pati concentre um número maior de sítios rurais, em função de ai ter sido feito o cultivo do café

no período compreendido entre o final do século XIX e primeira metade do século XX. As áreas baixas, localizadas no entorno da serra do Sincorá, por apresentarem solos mais propícios ao cultivo, podem apresentar também sítios dessa natureza em maior densidade, o que deverá ser confirmado por meio de levantamentos probabilísticos.

Quanto à estimativa de evidências ligadas à mineração, é possível a determinação, em linhas gerais, das áreas de maior densidade de ocorrências, especialmente ao norte de Mucugê, porção norte do PNCD. Para a definição da área, foram levadas em conta: fontes documentais e orais, estudos pré-existentes sobre a atividade de garimpo na região ao longo do tempo, e observações feitas em campo. Pode-se observar, na região, uma maior densidade de evidências ligadas ao garimpo no entorno dos núcleos urbanos, com destaque para Mucugê, Igatu, Andaraí e, especialmente, Lençóis. Desse modo, a idéia de que as áreas de atividade minerária tendiam a gravitar em torno dos núcleos urbanos, como foi visto na literatura, se aplica com propriedade para o caso em apreço. Apesar dessas altas concentrações de evidências no entorno dos núcleos urbanos, evidências ligadas ao garimpo podem ser mais indistintamente identificadas na área indicada.

Figura 46: Sítios Rurais do Patrimônio Arqueológico Histórico do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil, conforme Silva (2007). Fotos: Rosiclér T. da Silva.

Vista da fachada da casa-sede da ex-fazenda Roncador, em 1988. Município de Andaraí.

Vista atual da fachada da casa-sede da ex-fazenda Roncador; uma das laterais do edifício, à esquerda, sofreu algumas remodelações recentes. Município de Andaraí.

3.4 - Socioeconomia

3.4.1 - Descrição Geral das Comunidades Situadas no Interior do Parque Nacional da Chapada Diamantina

Esse item é quase todo baseado no estudo contratado pela TSN junto à MRS, especificamente com vistas à elaboração do presente Plano de Manejo, e está contido em Castro, Pereira & Adamo (2007b).

Nos dias atuais há aproximadamente 150 famílias morando dentro dos limites do PNCD, distribuídas nas diversas comunidades locais, sendo que algumas são ocupações de mais de 150 anos. Assim, foram excluídas algumas áreas principalmente próximas a Lençóis, invadidas recentemente. Excetuando a comunidade do Vale do Pati (ou Pati como também é chamado), que está localizada no centro, as demais comunidades encontram-se próximas aos limites do Parque.

Assim, para efeitos deste PM, são oito as comunidades existentes dentro do PNCD, a saber (Figura 47):

a) Poném, no Município de Lençóis;
b) Toalhas, no Município de Lençóis;
c) Estrada Velha do Garimpo, nos Municípios de Lençóis e Andaraí;
d) Fazenda Velha, no Município de Andaraí;
e) Pati, nos Municípios de Andaraí e Mucugê;
f) São Pedro, no Município de Mucugê;

g) Capão do Correia, no Município de Mucugê, e
h) Baixão, no Município de Ibicoara.

3.4.1.1 - Poném

A comunidade localiza-se no Município de Lençóis e tem esse nome devido a uma antiga moradora, Albertina Poném. A comunidade é muito pequena, sendo constituída por apenas quatro famílias que moram no local, perto do morro Pai Inácio, e vivem da agricultura de subsistência.

Um dos entrevistados, que ainda mantém sua posse no local, morou no local por quarenta anos, mas mudou-se para o povoado de Campos de São João, Município de Palmeiras, onde vive atualmente. Criou os filhos no local, vivia do garimpo e da roça. Em função da idade avançada, ele não lida mais com a terra. Sua área possui alguns pés de manga, abacate e caju. Disse que possui escritura de suas terras e que paga os impostos todos os anos.

Um outro morador é artesão, reutiliza pneus fazendo chinelo de dedo e sapatilhas. Vive da roça e do artesanato, mora no local há cerca de 50 anos. A propriedade em que mora está em nome de sua mãe, e ele possui mais três irmãos, com os quais dividirá a indenização que receberá do Parque.

Um terceiro está no local há 10 anos. Possui a maior roça da região, de mais de 1ha, a qual é roça mista de mandioca, abacaxi, milho, mamona, batata doce e cana-de-açúcar.

O último morador entrevistado maneja uma pequena roça mista, de uma tarefa (uma tarefa corresponde a 0,435ha ou a 4.356m², na Bahia) de mandioca, batata doce, abacaxi, milho, mamona e cana. A casa da propriedade é grande, de cerca de 100², dividida em vários cômodos.

Os moradores têm uma mesma opinião sobre indenizações que deverão receber no processo de regularização fundiária do PNCD. Afirmaram gostar de onde vivem, mas concordam com a desapropriação, desde que a indenização seja justa.

3.4.1.2 - Toalhas

A comunidade Toalhas está localizada no Município de Lençóis e dista apenas de 5km da Cidade. O acesso à comunidade é por meio de trilhas, com dois caminhos possíveis. O primeiro fica na saída de Lençóis, em direção ao rio Lapão de Baixo. A trilha começa no cemitério, é bem aberta, com 5km de caminhada, depara-se com o rio Lapão. A aproximadamente 100m à frente, pode ser encontrada a primeira propriedade. O segundo caminho é iniciado na margem da estrada de Lençóis, em uma entrada com um banco de gravetos na frente. Segue-se uma trilha estreita até o encontro com o rio Toalhas, sendo que a primeira residência pode ser encontrada a, aproximadamente, 100m.

Todas as benfeitorias foram construídas dentro das terras de um único proprietário, que não reside na região, mas que, segundo os entrevistados, não se incomodaria em “emprestar” suas terras a essas pessoas (cerca de 4.000ha). A área apresenta vegetação bem conservada, pois as áreas ocupadas são pequenas, até duas tarefas (0,870ha) e distantes, no mínimo, 300m entre si.

Existem, aproximadamente, cinco famílias residentes nessa comunidade, sendo que quatro foram entrevistadas. Apenas um dos entrevistados mora na localidade desde nascido. A média de idade das pessoas é de 42 anos. O nível de escolaridade entre os entrevistados é baixo. Um deles é analfabeto e três têm entre um a três anos de estudo.

As residências têm estruturas de pau-a-pique, com três cômodos e dois quartos, em média, sem sanitários. Também não fazem uso de sanitário externo, evidenciando a falta de saneamento básico. Não existe coleta de resíduos sólidos na comunidade, sendo que os moradores queimam os resíduos secos e o molhado é reutilizado como adubo.

As moradias não têm acesso à luz elétrica, e a água é levada por meio da gravidade em uma dos quatro entrevistados. Para as outras três moradias, a água é retirada diretamente dos cursos de rios próximos. Não existem linhas telefônicas fixas, mas devido à proximidade de Lençóis, é possível o uso de celulares.

A comunidade não dispõe de escolas, e não foram encontradas crianças em idade escolar. As mais próximas são encontradas na Cidade de Lençóis, não existindo transporte escolar. Entre os quatro entrevistados, um é aposentado e nenhum recebe o benefício governamental denominado bolsa-família.

A agricultura é basicamente voltada para consumo familiar, mas algumas propriedades cultivam principalmente a mandioca para produção de farinha. Não há criação de gado bovino no local, mas criam apenas aves, como galinhas e gansos, além de animais de estimação, como gatos e cachorros.

Entre os quatro entrevistados, dois moradores afirmaram dizem ter sido informados da criação da UC há 15 anos, enquanto os outros dois souberam há cerca de cinco anos. Os primeiros afirmam que não identificaram mudanças ocorridas após a criação do Parque. Todos têm consciência de que suas áreas estão dentro do PNCD e que serão desapropriados, mas demonstraram vontade de permanecer no local.

Para um dos entrevistados, o Parque representa proteção à natureza; para outro, insegurança, e para dois, tranqüilidade. A tranqüilidade também é foi uma das vantagens da comunidade, além do aumento do comércio pelo movimento turístico. Todavia, um deles disse não ter vantagens. Quanto às desvantagens, um deles citou a desapropriação; outro citou a impossibilidade de aumentar o seu plantio e dois não identificaram nenhuma desvantagem.

Quando questionados sobre as possíveis providências para melhoria do Parque, eles responderam unanimemente que preferem deixar como está, ou seja, que não sejam desapropriados. Os entrevistados gostariam de permanecer no local, mas não apresentaram grande resistência. Deixaram transparecer a insegurança, pois não são donos das terras, e a indenização pode não chegar a eles. No entanto, todos concordam com a realização de acordos, desde que sejam respeitadas as opiniões de ambas as partes.

Um dos entrevistados comentou sobre o interesse de construir uma casa de farinha, mas nenhum dos moradores quer fazer parceria, por isso diz que vai construir sozinho, e não vai ajudar os demais depois. Todos os entrevistados portavam um facão pendurado na cintura e criavam cachorros, contudo nenhum assumiu realizar a caça atualmente. Dois dos moradores admitiram realizar práticas de garimpo.

3.4.1.3 - Estrada Velha do Garimpo

A comunidade Estrada Velha do Garimpo situa-se nos Municípios de Lençóis e Andaraí, distante cerca de 18km do primeiro. As moradias estão localizadas praticamente ao longo da estrada, de mesmo nome, a qual não possui pavimentação e, nos seus 32km de extensão, é cortada por três rios: Capivara, Roncador (determina a divisão entre os municípios de Lençóis e Andaraí na metade da estrada) e Garapa. Por ter seus leitos muito degradados pelo garimpo de dragas realizado até metade da década de 1990, o assoreamento dos rios é nítido. A passagem pela estrada é feita por meio de veículo com tração nas quatro rodas.

A estrada foi percorrida no sentido Lençóis – Andaraí, sendo entrevistadas sete famílias das cerca de trinta que vivem na comunidade. Quase todos (86%) nasceram em Lençóis, mas moram no local, em média, há 32 anos. A média de idade dos entrevistados é de 47 anos. Entre os entrevistados, 29% são alfabetos, 43% possuem de três a cinco anos de estudo e 14% têm mais de cinco anos de estudo.

As residências têm estruturas de pau-a-pique, com três cômodos e um quarto, em média, sem sanitário interno. Também não há sanitário externo, portanto, sem qualquer estrutura de saneamento básico. Não existe coleta de resíduos sólidos na comunidade, sendo que os moradores queimam os resíduos secos e o molhado é reutilizam como adubo. Excetua-se, neste caso, a casa-sede da fazenda Roncador, em adobe, bem conservada, grande e muitos recursos diferenciados das demais moradias.

A comunidade não tem acesso à luz elétrica. A água chega por meio da gravidade em 29% das casas, os 71% restantes dependem dos cursos de rios próximos. Não existem linhas telefônicas. Há uma escola que oferece os quatro primeiros anos do ensino fundamental na comunidade. Para os demais anos e o ensino médio, é necessário o deslocamento até as Cidades de Andaraí ou Lençóis, e não há transporte escolar. Dos entrevistados, 29% são aposentados e 14% recebem a bolsa-família.

A agricultura é basicamente voltada para consumo familiar, sendo que algumas famílias cultivam mandioca para comercializar, não havendo de gado bovino no local, apenas galinhas e animais de estimação, como cachorros e gatos.

A atividade mais comum entre os moradores da comunidade Estrada Velha do Garimpo é o garimpo manual. Entre os entrevistados, 71% confirmaram a sua prática. No entanto, dizem que, da maneira que é feito, não é prejudicial à natureza, pois são remexidos apenas cascalhos retirados pelas dragas, há dez anos. Argumentaram, ainda, que o garimpo foi responsável pelo desenvolvimento de toda região, faz parte da cultura local, portanto, e que não haveria motivos para proibi-lo. Um dos garimpeiros da comunidade costuma fazer demonstrações do processo de garimpo manual para turistas. Outra atividade de destaque é o atendimento aos turistas, feito por apenas um dos moradores, na sede da fazenda Roncador, que transformou a casa em uma espécie de pousada, que funciona informalmente.

Entre os moradores, 57% disseram que foram informados sobre a criação da UC, há mais de vinte anos, os demais, 43%, sabem há, aproximadamente, dez anos. Todos estão cientes das condições determinadas pelo posicionamento de suas propriedades, mas demonstraram vontade de permanecer no local.

Para 71% dos entrevistados, o Parque representa tranqüilidade; para 14%, representa proteção à natureza, e para 14%, indenização. Um total de 14% afirma que não identificaram mudanças ocorridas após a criação do Parque. No entanto, os demais (86%) relatam que a principal mudança foi a maior conscientização dos moradores quanto ao fogo, à caça, ao garimpo e/ou ao desmatamento.

Citam como vantagens em morar na localidade a tranqüilidade (86%) e o aumento do comércio pelo movimento turístico (14%). Quanto às desvantagens, foram citadas por 29% a desapropriação; 57% a impossibilidade de aumentar o plantio; e por 14% não foi identificada nenhuma desvantagem.

Quando questionados sobre as possíveis providências para melhoria do Parque, responderam: 29% preferem deixar como está; 57% sugeriram fazer dos moradores, fiscais, e 14% sugerem mais campanhas de conscientização dos moradores. No entanto, todos concordam com a realização de acordos, desde que sejam respeitadas as opiniões de ambas as partes.

Os garimpeiros afirmam conhecer a mata como poucos, sabendo se deslocar sem se perder. Por isso, questionam a decisão do IBAMA em contratar jovens da cidade, que não conhecem o local para participar da brigada de incêndios florestais. Propõem que o contrato seja feito com eles, pois, como precisam de ajuda financeira, não teriam mais a necessidade de garimpar e se tornariam fiscais do Parque.

É uma região com densa ocupação, a qual continua crescendo, que sofreu assoreamentos pelo processo do garimpo, principalmente o de dragas, o que descaracterizou o ambiente natural. Há registro de residências na localidade há quase dois séculos; servia tanto de ponto de parada dos tropeiros viajantes, como era a localidade que oferecia apoio para abastecimento dos garimpeiros que se encontravam na serra naquela região.

3.4.1.4 - Fazenda Velha

A comunidade Fazenda Velha encontra-se no Município de Andaraí, distante cerca de 35km da Cidade. O acesso à comunidade é facilitado por estrada de terra. Localizada na margem leste da região alagada conhecida por marimbus, a área da comunidade tem vegetação bem alterada. As

ocupações são pequenas e próximas umas das outras, intensificando o uso da terra. Ainda, as benfeitorias das propriedades têm infra-estruturas contrastantes.
Existem, aproximadamente, 28 famílias residentes na comunidade. Destas, sete foram entrevistadas. Apenas 29% não moram na comunidade desde nascidos. A média de idade dos entrevistados é de 55 anos. Os entrevistados têm escolaridade entre analfabetos, os quais correspondem a 86%, e outros 14% têm apenas um ano de estudo.

As residências têm estruturas de pau-a-pique, com quatro cômodos e dois quartos, em média. Sanitários não foram encontrados. É comum o uso de fossas negra e seca, evidenciando a falta de saneamento básico. Não existe coleta de resíduos sólidos na comunidade, sendo que os moradores queimam os resíduos secos e o molhado é reutilizam como adubo.

A comunidade não tem acesso à luz elétrica. Nas propriedades com maior infra-estrutura (29%), a água é bombeada das lagoas próximas e armazenada em caixas d'água; nas demais (71%) esse acesso é feito diretamente das lagoas. Não existem linhas telefônicas.
A comunidade não conta com escolas, nem com transporte escolar. Normalmente as esposas residem na cidade – Andaraí ou Lençóis - com os filhos, em idade escolar, enquanto os maridos permanecem na comunidade para trabalhar na lavoura e na pesca.

Entre os entrevistados, 43% são aposentados e nenhum recebe a bolsa-família. A agricultura é basicamente voltada para consumo familiar. Não há criação de gado bovino no local, apenas galinhas. A pesca é bastante intensificada devido ao alagado do marimbus e a piscicultura é praticada por um único dos moradores entrevistados.

Os dois moradores mais antigos (29%) disseram saber da criação do Parque há vinte anos. Outros três (43%), disseram que foram informados da UC há dez anos, os demais (28%) afirmaram que souberam há cerca de três anos, depois de terem adquirido a propriedade. No entanto, todos sabem que deverão ser indenizados para deixarem o Parque, mas demonstraram vontade de permanecer no local. O Parque representa proteção à natureza para 28% dos entrevistados e tranqüilidade para 72%.

Dos cinco moradores mais antigos (72%), todos identificaram a principal mudança ocorrida após a criação do Parque, como a impossibilidade de aumentar o plantio. Citam como vantagens em morar na localidade: tranqüilidade (43%) e a possibilidade de contribuir com a proteção a natureza (43%). Todavia, 14% dizem não ter vantagens. Quanto às desvantagens, 43% citaram a desapropriação; 29% a impossibilidade de aumentar o plantio e para 28% não há desvantagem.

Quando questionados sobre as possíveis providências para melhoria do Parque, 57% preferem deixar como está (sem desapropriação) e 43% gostariam que a desapropriação fosse prioridade e resolvida mais rapidamente. No entanto, todos concordam com a realização de acordos, desde que sejam respeitadas as opiniões de ambas as partes.

Muitos moradores estão deixando o local e deixando suas casas abandonadas, como foi observado no local. Ao mesmo tempo, foram também encontradas construções recentes de casas de alvenaria, às margens do marimbus, em área de preservação permanente (APP), sendo uma delas com dois andares. Sabe-se que algumas das moradias novas e em construção são de moradores de Andaraí, inclusive de pessoas que têm total consciência da existência do PNCD, sendo que algumas deverão funcionar como moradia de lazer como foi apurado rapidamente pela equipe de elaboração deste PM.

A comunidade apresenta certa organização, já tendo constituído uma associação de moradores. Seu representante tem assento no conselho consultivo do Parque, freqüenta praticamente todas as reuniões e passa as informações para os associados. Recentemente a associação solicitou autorização da DIREC/IBAMA para instalação de rede elétrica e construção de sanitários para as casas das residências da comunidade. A autorização para a rede elétrica não foi dada, pelas especificações da proposta, e está em finalização para os sanitários.

Conjuntamente, o IBAMA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) avaliam a possibilidade de transferir a comunidade para uma área próxima, fora do PNCD. Seis moradores entrevistados (86%) afirmaram temer pela qualidade das terras que vão encontrar. Dois (29%) aceitariam sair e os outros cinco (71%) têm resistência, mas dizem que "lei é lei", desde que a indenização, por dinheiro ou por outra propriedade, seja justa. Na finalização deste PM, a iniciativa de realocação tinha mudado, pois como o INCRA estava prestes a assentar vários sem-terra, por reivindicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) em parte de uma fazenda vizinha, fora do PNCD – fazenda Capim Gordura -, foi negociado para que parte da comunidade que lá já vive também fosse beneficiada pela mesma medida. Tudo indicava, ao final do fechamento deste PM, que o INCRA reassentaria somente os moradores da comunidade Fazenda Velha.

3.4.1.5 - Vale do Pati (ou Pati)

A comunidade Pati (ou Vale do Pati) está localizada nos Municípios de Andaraí e Mucugê, distante cerca de 35km dessas Cidades. As pessoas residentes são descendentes da época áurea do café (década de 1940), quando alcançou um total de cerca de dois mil habitantes (cerca de 337 famílias).

O acesso à comunidade é feito a pé em animais de montaria e carga. Localizada em um vale, apresenta vegetação conservada, a qual é substituída por plantios de pastos, café, mandioca e bananas próximos às casas.

Existem, aproximadamente, treze famílias residentes na comunidade. Do total, foram entrevistadas cinco. Todos nasceram e moram no Pati. A média de idade dos entrevistados é de 51 anos. Entre os entrevistados 80% são analfabetos e 20% têm quatro anos de estudo.

As residências têm estruturas de pau-a-pique e adobe, com dez cômodos e cinco quartos, em média. As residências possuem banheiros com sanitários, sendo comum o uso de fossas, evidenciando a falta de saneamento básico. Não existe coleta de resíduos sólidos na comunidade e, segundo informaram, os moradores levam os resíduos secos quando vão às cidades e o molhado é reutilizado como adubo.

A comunidade não tem acesso à luz elétrica. A água chega por meio de gravidade, por encanamentos feitos pelos moradores para direcionar a água de minas ou cursos de rio próximos (nesse caso). Não existem linhas telefônicas. Há uma escola que leciona os quatro primeiros anos do ensino fundamental na comunidade, e para cursar os demais anos e o ensino médio, os alunos têm que ir até as Cidades de Andaraí e Mucugê, e não existe transporte escolar.

Entre os entrevistados, 20% são aposentados e 20% recebem bolsa-família. A agricultura é basicamente voltada para consumo familiar, e algumas propriedades cultivam principalmente a mandioca, café e banana. Há criação de animais de tração (jegues), para transporte de pessoas e/ou cargas, o que implica em possíveis desmatamentos e focos de incêndio para a manutenção pastos. Também há criação de galinhas. Mais recentemente, alguns se dedicam à prestação de serviços de apoio à visitação pública do PNCD, como infra-estrutura para pernoite e alimentação de visitantes.

Em média, os moradores dizem que foram informados sobre a criação da UC há 20 anos. Todos têm consciência de que deverão ser indenizados e retirados do PNCD, mas demonstraram vontade de permanecer no local.

Para 40% dos entrevistados, o Parque representa proteção à natureza e 60% o considera como fonte de renda. Todos identificaram a impossibilidade de aumentar o plantio como a maior mudança ocorrida após a criação do Parque. Para eles, as vantagens de morar no Pati são o aumento do comércio pelo movimento turístico (80%), pois prestam serviços à visitação pública do Parque, e a tranqüilidade do lugar (20%). Quanto às desvantagens, 80% citaram a impossibilidade de aumentar a fonte de renda, por meio de mais casas para atendimento aos turistas, e 20% indicaram a dificuldade de acesso.

Quando questionados sobre as possíveis providências para melhoria do Parque, 80% sugeriram

colocar os moradores como fiscais do Parque e 20% querem a desapropriação. No entanto, todos concordam com a realização de acordos, desde que sejam respeitadas as opiniões de ambas as partes.

Quando perguntados sobre quais as dificuldades encontradas no Pati, apontaram as dificuldades de acesso à comunidade e, por isso, sugerem a criação de uma estrada, mesmo sabendo que isso é quase impossível, em função da topografia dos terrenos. Alguns comentaram que o "acesso de carro facilitaria e aumentaria o turismo". Ainda, reivindicaram a exclusividade da guiagem dos turistas dentro do Vale do Pati, pois consideram que "nós nativos fazemos parte da história do Parque".

Outro problema levantado pelos moradores do Pati é com relação à falta de comunicação com as cidades mais próximas, Mucugê e Andaraí e, nesse sentido, solicitaram a disponibilização de uma estação de radiocomunicação e comentaram que os "turistas se acidentam e podem passar dias esperando socorro".

Há um único morador que declarou querer se mudar o mais rápido possível do Pati, indicando três motivos para tal: i) tem que visitar periodicamente seu médico na cidade, ii) não tem mais condições de trabalhar na lavoura e iii) não presta serviços para turistas no local, o que poderia motivar a sua permanência. Segundo relato dos entrevistados, a comunidade existe no local há quase dois séculos.

Durante o trabalho de campo, opiniões e sugestões foram dadas com relação à situação da população do Pati como, por exemplo, realizar um acordo escrito com os moradores que não querem sair para se tornarem guardas florestais do Parque ou outra modalidade de trabalho relacionado diretamente à área ambiental, bem como para catalogar e identificar ervas e outras plantas locais junto a pesquisadores.

3.4.1.6 - São Pedro

A comunidade São Pedro está situada no Município de Mucugê, a 12km da Cidade. Encontra-se nas duas margens de um trecho da estrada de terra que liga Mucugê ao seu Distrito de Guiné, na zona oeste do Parque. Entretanto, somente uma parte da comunidade encontra-se dentro do PNCD, a qual compreende um trecho de São Pedro e um trecho do chamado Libânio, neste PM considerados juntos como comunidade São Pedro. Apenas em determinadas áreas a vegetação está alterada.

Existem, aproximadamente, 25 famílias residentes na comunidade, mas apenas três foram entrevistadas. A média de idade dos entrevistados foi de 35 anos, considerada jovem em relação às demais comunidades do PNCD. Entre eles, 33,3% cursaram o ensino fundamental completo e 66,6% cursaram de dois a quatro anos apenas. Há uma escola de ensino fundamental na comunidade, onde é possível cursar do 1º. ao 4º. ano. Para os demais e, inclusive o ensino médio, é necessário o deslocamento para Mucugê, feito por meio de transporte escolar disponível.

As residências normalmente são de adobe com reboco e pintadas, havendo, ainda, casas de alvenaria, com sete cômodos e três quartos, em média. Os banheiros, com sanitários, encontram-se no interior das residências, mas ainda são utilizadas fossas secas, evidenciando a falta de saneamento básico. Não existe coleta de resíduos sólidos na comunidade, sendo que os resíduos secos são queimados o molhado é reutilizado como adubo.

A comunidade é bem estruturada, e as residências têm acesso à luz elétrica. Algumas residências têm eletrodomésticos modernos e móveis novos. A água chega por meio de gravidade, por encanamentos feitos pelos moradores para direcionar água de minas. Não existem linhas telefônicas.

Nenhum dos entrevistados é aposentado, e 33,3% recebem a bolsa-família. Nos três casos, os entrevistados possuíam automóveis particulares e afirmam deslocarem-se diariamente para Mucugê. A agricultura não teve destaque, foi encontrada apenas uma horta, para consumo

doméstico, em apenas uma das três propriedades (33,3%). Há rebanhos de gado bovino em uma outra propriedade (33,3%) e na terceira havia gado caprino e galinhas (33,3%), o que implica possíveis desmatamentos e focos de incêndio para a manutenção de pastos.

Apenas um dos entrevistados disse saber sobre a existência do PNCD há cerca de cinco anos, os demais não tinham conhecimento do fato (66,6%) e justificaram tal desconhecimento por morarem há pouco tempo na localidade (três anos em média). Quando esclarecidos sobre as condições de indenização e saída dos limites da UC, demonstraram vontade de permanecer no local. Citam a tranqüilidade como vantagem em morar na localidade. Não foi identificada nenhuma desvantagem.

Quando questionados sobre as possíveis providências para melhoria do Parque, eles responderam que preferem deixar como está, sem que sejam desapropriados e tenham que sair do local. No entanto, todos concordam com a realização de acordos, desde que sejam respeitadas as opiniões de ambas as partes.

A comunidade São Pedro caracteriza-se como comunidade-dormitório para alguns chefes de família, pois passam o dia trabalhando na Cidade de Mucugê. Isto a diferencia das demais comunidades, pois os chefes de família não vivem do que produzem na propriedade. Neste sentido, São Pedro não tem desenvolvimento agrário.

3.4.1.7 - Capão do Correia

A comunidade está localizada no Município de Mucugê, distando cerca de 19km da Cidade e 5km de Caraíbas, a comunidade mais próxima, mas que está fora dos limites do PNCD. O acesso pode ser feito de automóvel, saindo de Mucugê e seguindo para o sul, em direção a Cascave, Distrito do Município de Ibicoara. Em Caraíbas, logo após a sétima casa, pega-se a esquerda. Seguindo a estrada, chega-se em uma porteira de uma antiga fazenda, onde está Capão do Correia. Localizada em um vale, apresenta vegetação escassa, sendo substituída por áreas desmatadas e plantações (café e banana).

Existem cinco famílias na comunidade, mas foram entrevistadas apenas três famílias, que nasceram no local. Os outros não entrevistados teriam adquirido as suas áreas recentemente e as utiliza apenas para plantação, pois moram em Caraíbas. A média de idade dos entrevistados é de 44 anos, e todos são analfabetos.

As residências têm estruturas de adobe, com seis cômodos e dois quartos, em média. Há sanitários na localidade, mas com o uso de fossa seca. Tais fossas são escavadas no terreno, sem revestimento, cujas paredes são revestidas de tábuas não aparelhadas e cobertas na altura do piso por uma laje, onde é instalado um vaso sanitário. Não há saneamento básico. A comunidade não possui coleta de resíduos sólidos, e os moradores queimam os resíduos secos e o molhado é reutilizado como adubo.

A comunidade não tem acesso à luz elétrica. A água chega por meio de gravidade, por encanamentos feitos pelos moradores para direcionar água de minas (nesse caso) ou cursos de rio próximos. Não existem linhas telefônicas. A escola mais próxima fica em Caraíbas, oferecendo do 1º. ao 4º. ano do ensino fundamental. As demais séries e o ensino médio estão disponíveis somente em Mucugê, e não há transporte escolar. Apenas uma pessoa possui veículo na comunidade, uma moto.

Um dos três entrevistados é aposentado (33,3%) e dois recebem a bolsa-família (66,6%). Foi possível apurar que os cinco proprietários cultivam o café, além da agricultura de frutas e hortaliças para consumo familiar. A colheita do café contribui para o incremento da renda anual das famílias. Há criação de galinhas e gado bovino no local, o que implica em desmatamentos e focos de incêndio na manutenção de pastagens.

Em média, os moradores sabem da criação do PNCD há 20 anos. Disseram que têm consciência das condições de indenização e posterior saída do local e não demonstraram resistência contra a desapropriação, pelo contrário, um deles cobrou-a enfaticamente.

O Parque representa proteção à natureza para 66,6% dos entrevistados e tranqüilidade para 33,3%. Todos identificaram mudanças ocorridas após a criação do Parque, como a impossibilidade de aumentar o plantio (33,3%) e a falta de orientação sobre o que pode ser feito e como (66,6%).

Para eles, a principal vantagem em morar na localidade é a tranqüilidade. Quanto às desvantagens, foram citadas por 66,6% a lentidão do processo de desapropriação e por 33,3% a impossibilidade do aumento do plantio.

Quando questionados sobre as possíveis providências para melhoria do Parque, eles responderam que a desapropriação deveria ser tomada como prioridade e resolvida mais rapidamente. Todos concordam com a realização de acordos, desde que sejam respeitadas as opiniões de ambas as partes.

3.4.1.8 - Baixão

A comunidade Baixão encontra-se dentro do Município de Ibicoara, distante cerca de 35km da Cidade. O acesso à comunidade é facilitado por estrada de terra. Localizada em um vale, apresenta vegetação conservada próximo às primeiras casas. A partir de então, passa a ficar escassa, sendo substituída por pastos e plantações de café, mandioca e bananas.

Existem, aproximadamente, 28 famílias residentes na comunidade, das quais foram entrevistadas apenas sete. Todos moram no Baixão desde nascidos. A média de idade dos entrevistados é de 63 anos, considerada alta em relação às demais comunidades. Entre os entrevistados, 43% são analfabetos e 57% têm de um a três anos de estudo. Existe transporte escolar tanto no período da manhã, para crianças que vão para Ibicoara cursar os quatro últimos anos do ensino fundamental, como no da tarde, para as crianças que vão para Mundo Novo (comunidade próxima, fora do Parque) estudar os quatro primeiros também do ensino fundamental.

As residências têm estruturas de pau-a-pique e adobe, com seis cômodos e três quartos, em média e não possuem sanitários, sendo comum o uso de fossa negra, sistema de escavação sem revestimento interno onde os dejetos caem no terreno, parte se infiltrando e parte sendo decomposta na superfície de fundo. Não existe nenhum deflúvio. São dispositivos perigosos que só devem ser empregados em último caso, mesmo assim, apenas 57% as têm, evidenciando a falta de saneamento básico. A comunidade não possui coleta de resíduos sólidos, e os moradores queimam os resídos secos e o molhado é reutilizado.

A comunidade tem acesso à luz elétrica. A água chega por meio de gravidade, por encanamentos feitos pelos moradores para direcionar água de minas (nesse caso) ou cursos de rio próximos. Não existem linhas telefônicas. Há um mercadinho de secos e molhados no Baixão, com mesa de sinuca, no qual a comunidade local faz seus encontros. Apenas uma pessoa possui veículo na comunidade, uma caminhonete, utilizando-a também para transporte de passageiros até Ibicoara, cobrando R$10,00 (dez reais) por pessoa.

Entre os entrevistados, 71,4% são aposentados e 42,8% recebem a bolsa-família. A agricultura é basicamente voltada para consumo familiar. No entanto, algumas famílias cultivam principalmente mandioca para a produção de farinha e polvilho, sendo que há uma casa-de-farinha coletiva na comunidade, bem como café, cana-de-açúcar e milho.

Há criação de gado bovino no local, o que implica em possíveis desmatamentos e focos de incêndio para a manutenção de pastagens. Ainda, criam galinhas e alguns animais de tração (jegues), utilizados para transporte de pessoas e/ou cargas. Outro tipo de ocupação é a guiagem de visitantes, feita pelos mais jovens da comunidade, principalmente os homens, que trabalham em Ibicoara.

Em média, os moradores dizem que foram informados acerca da criação da UC há apenas nove anos. Todos sabem da desapropriação e da conseqüente saída do PNCD, mas demonstraram vontade de permanecer no local. O Parque representa proteção à natureza para 71,4% dos

entrevistados e insegurança para 28,6%. Por outro lado, 28% afirmam que não identificaram mudanças ocorridas após a criação do Parque. No entanto, as demais relatam mudanças (72%). Destes, 60 % identificaram como mudança uma maior conscientização dos moradores quanto ao fogo, à caça, ao garimpo e/ou ao desmatamento; 20% relataram maiores investimentos do governo em projetos sociais como a bolsa-família, melhoria de estradas e energia; e 20% apontaram a impossibilidade de aumentar o plantio.

Como vantagens citaram a tranqüilidade de morar no local (43%) e aumento do comércio pelo movimento turístico (14%). Todavia, 43% dizem não ter vantagens. Quanto às desvantagens, foram citadas por 43% a desapropriação e a impossibilidade de aumentar o plantio por 43%, sendo que 14% não identificaram nenhuma desvantagem.

Quando questionados sobre as possíveis providências para melhoria do Parque, 43% apontaram a necessidade de mudança nos limites do Parque, para retirar o Baixão do seu interior, e 57%, preferem deixar como está, sem que sejam desapropriados. No entanto, todos concordam com a realização de acordos, desde que sejam respeitadas as opiniões de ambas as partes.

3.4.2 - População

Considerando que a média de habitantes por domicílio seja igual a três, conforme obtido nos levantamentos, e que haja aproximadamente 150 famílias vivendo no interior do PNCD, pode-se estimar que o total de moradores é de cerca de 450 habitantes. Como a amostragem dos entrevistados refere-se a 36 famílias, de núcleo de três pessoas, este total representa 108 pessoas ou 24% da população estimada que é de 450 pessoas vivendo dentro do PNCD.

Nas entrevistas realizadas com 36 famílias das comunidades locais, a caracterização da população foi a seguinte: 59,4% são do sexo masculino e 40,6% são do sexo feminino. O que foi observado na pesquisa de campo é que a estrutura familiar nas comunidades dentro do Parque tem se alterado em função do êxodo rural. Esta é uma situação observada nas comunidades Pati, Fazenda Velha e Estrada Velha do Garimpo, pois parte dos estudantes, acompanhados das mães, tem se mudado para cidades ou distritos mais próximos (Andaraí, Mucugê ou Guiné) para continuar os estudos. Nas comunidades Baixão e São Pedro, as famílias têm condições de permanecer na localidade, pois como há transporte escolar, seus filhos podem freqüentar a escola em outras localidades.

Os homens permanecem na zona rural, desenvolvendo atividades de agricultura, pesca ou garimpo. Eles falam da dificuldade de ficar na terra sem o apoio da família nas atividades diárias, mas acreditam que este é o melhor caminho para o futuro dos filhos. Isso explica a maior porcentagem de homens dentro do Parque e também a variação na faixa etária da população.

Outro fator de motivação do êxodo rural é a busca dos jovens por melhores condições de vida que seus pais e avós tiveram. Os jovens não têm a cultura do garimpo e não desejam seguir o caminho dos seus ancestrais. Tentam, assim, romper com uma tradição familiar secular de exploração do diamante e tentar na cidade outras formas de vida. Nas cidades, os jovens tornam-se guias, brigadistas ou trabalham no comércio. Normalmente cursam até o ensino médio e não têm como continuar os estudos, pois não há faculdades e nem universidades próximas, as quais possam ter acesso gratuito.

Muitos jovens encontram uma adversidade inesperada na área urbana, que é o desemprego, mas acreditam que estão vivendo melhor do que se estivessem na área rural, pois acham desgastante e com pouco retorno material, pessoal e emocional o serviço nas roças. Diante destes dados, poder-se-ia inferir que os mais velhos é que gostariam de permanecer morando no interior do Parque.

3.4.3 - Educação

Há três escolas dentro do PNCD, as quais oferecem os quatro primeiros anos do ensino fundamental. Uma está na comunidade São Pedro, que durante a visita de campo estava desativada; a segunda é no Pati, a qual atende a apenas cinco alunos, e tem funcionamento irregular, pois às vezes encontra-se desativada; e a terceira funciona na comunidade Estrada Velha

do Garimpo, a qual atende a apenas com sete alunos. Assim, a maioria dos moradores em idade escolar freqüenta as escolas fora do Parque (66,6%).

Do total dos entrevistados, 41,1% são analfabetos; 42,46% têm de um a quatro anos de estudo e 16,44% têm de cinco a nove anos de estudo. Nenhum dos entrevistados ou de sua família tem mais de nove anos de estudo. A comunidade cujos habitantes têm a maior média em anos de estudo foi São Pedro, com 5,3 anos. Por outro lado, em Capão do Correia a taxa de analfabetismo é de 100%.

3.4.4 - Saúde

Os moradores de dentro do Parque são atendidos nas estruturas mantidas pela prefeitura do município ao qual se vincula a comunidade. Um dos pontos relevantes abordados pelos pesquisados é com relação ao acesso a serviços de saúde pelos moradores das comunidades, principalmente as mais distantes dos municípios como Baixão, Fazenda Velha e Pati. Neste último, os doentes são carregados em redes até a cidade - Mucugê ou Andaraí – e afirmam que “nunca tivemos visitas médicas”. Pelo que foi observado, tal testemunho vale para todas as outras comunidades.

Os problemas de saúde mais comumente relatados pelos moradores de dentro do PNCD, de acordo com dados de alguns postos de atendimento à população local, são: pressão alta, problemas coronários, diabetes, verminoses, alcoolismo e, em alguns casos, conseqüências pelo uso de drogas ilícitas, principalmente pelos mais jovens. Cite-se que a questão de tais drogas parece seguir o padrão de outras regiões similares, que têm influência do turismo, o qual contribui para a introdução e disseminação de tal hábito e facilita a sua manutenção ao longo do tempo.

Com relação ao uso de ervas medicinais, a população tem amplo conhecimento, passado pelos seus ancestrais e cultivados até hoje. Neste sentido, no primeiro momento a população local faz uso das ervas medicinais antes de se buscar a medicina tradicional, bem como busca por benzedeiras e benzedores e curandeiros, apesar de tal prática ter diminuído bastante na região. Assim, são resolvidos pequenos problemas como picadas de insetos, dores de barriga e feridas no corpo de maneira simples.

3.4.5 - Saneamento Básico

As residências das comunidades locais de dentro do Parque não possuem esgoto e nem o mais simples tratamento da água. Em todos os casos entrevistados, os resíduos secos são queimados em terrenos próximos à moradia. Em 36% das residências havia sanitários com fossa (seca ou negra), enquanto 64% não têm nenhum tipo de sanitário.

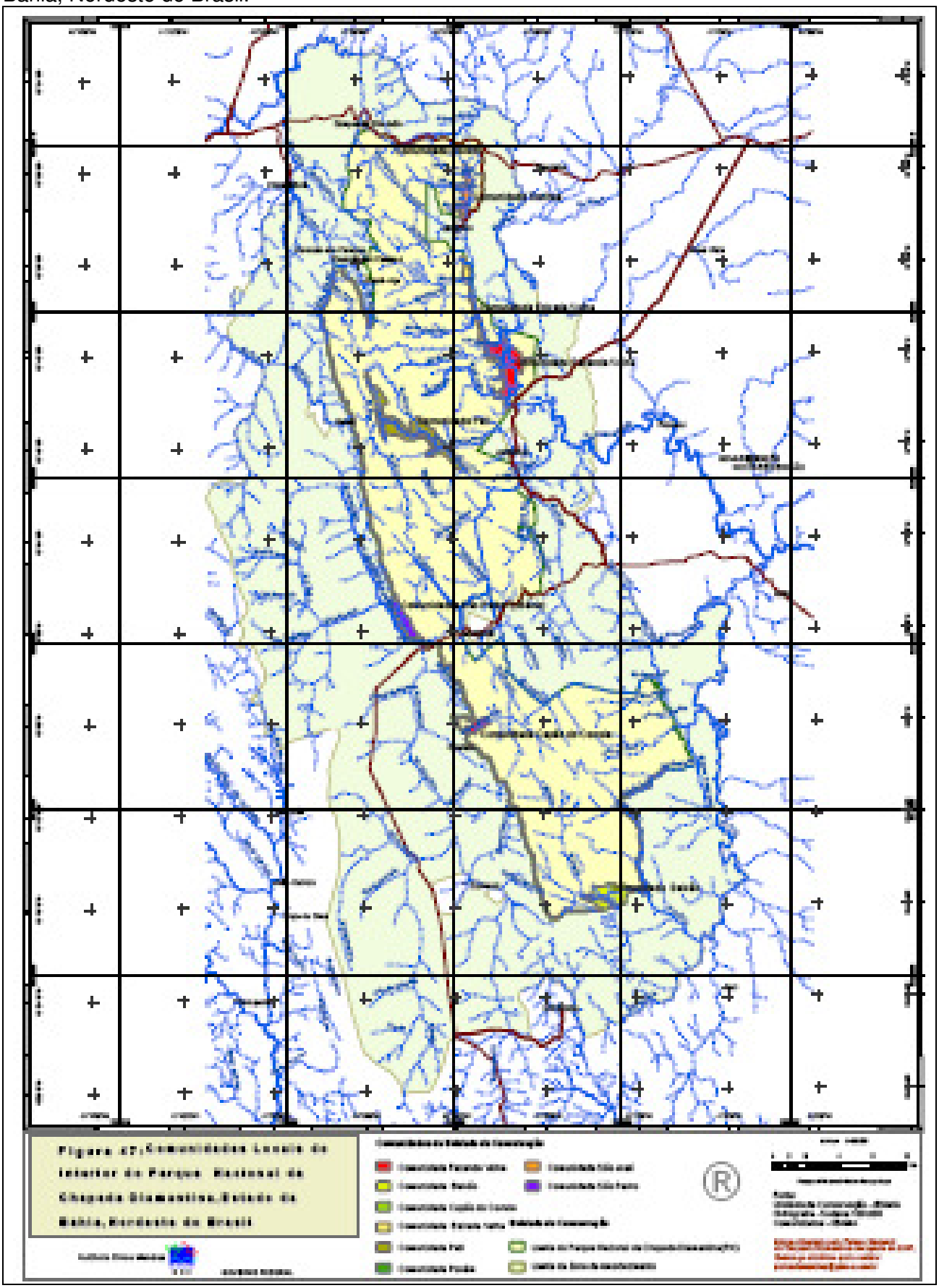
Tais problemas são bastante relevantes, pois aumentam o impacto negativo sobre os recursos do PNCD, principalmente nos períodos de alta temporada da visitação no seu interior. Inclusive, moradores das comunidades Pati e Estrada Velha do Garimpo reclamaram de visitantes que acampam na beira dos rios, deixam resíduos sólidos e fazem uso das imediações como sanitário e, com isso, desestimulam novos visitantes. Afirmaram que, periodicamente, eles próprios – os moradores - limpam tais áreas.

3.4.6 - Uso Atual da Terra

As principais atividades de uso da terra dentro do PNCD são: agricultura, pecuária, garimpo e extrativismo vegetal e, em menor escala, o turismo, que faz uso de parte das residências e seu entorno. No caso do turismo, há de se mencionar o caso do Pati, cujos moradores disponibilizam suas residências como equipamentos de hospedagem e alimentação, bem como o caso da sede da ex-sede da fazenda Roncador, na Estrada Velha do Garimpo, que, mais recentemente, também passou a oferecer serviços similares e é chamada de pousada.

A agricultura familiar é mais comum. São atividades realizadas de forma manual, que ainda utilizam a queimada, fazem o sistema de rodízio da terra e trabalham de forma consorciada. Nas comunidades também há muitas plantas perenes frutíferas como banana, mamão, goiaba, abacate, jaca e manga.

Figura 47: Comunidades Locais do Interior do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.



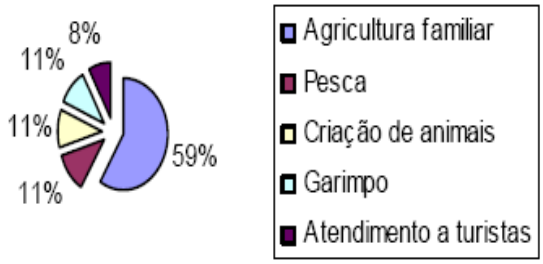
De um total de 83% dos moradores que praticam de alguma forma a agricultura familiar, 59% a têm como prática principal; 11% praticam também a pesca; 11% fazem a criação de animais; outros 11% ainda trabalham com o garimpo de diamante e os últimos 8% têm como principal prática o atendimento aos turistas (Gráfico 31).

As propriedades ou as áreas ocupadas dentro do Parque são pequenas, assim como as áreas plantadas (em média 1,5ha – de acordo com os levantamentos de campo). A principal cultura é a da mandioca (64%), seguida da cultura do café (14%), normalmente consorciadas com frutas e hortaliças usadas para subsistência.

Das famílias entrevistadas, 84% não utilizam qualquer forma de agrotóxico ou fertilizante em suas plantações. As famílias ainda utilizam conhecimentos dos antepassados para o plantio, como observar as fases da lua e a variação climática sazonal no manejo das plantações.

Os pequenos agricultores quase não têm rebanhos. Entre os entrevistados que criam animais, 20% criam gado bovino, exclusivamente para o consumo próprio, do leite, principalmente; 41% criam aves, como galinhas e/ou gansos, e 29% criam animais de tração, como cavalos, burros ou jegues, para transporte de pessoas e cargas.

Gráfico 31: Principais Usos da Terra nas Comunidades Internas do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.



As terras do Parque ainda são utilizadas para pastagem, 49% dos moradores criam gado bovino, eqüino ou caprino contando com tais pastagens. Esta atividade pode ser considerada significante e, portanto, de impacto negativo, pois pode causar incêndios florestais, a partir da queima do terreno para renovação do pasto. Essa estatística pode aumentar, considerando-se o fato de que alguns pecuaristas ainda usam terras do PNCD - os gerais – como pasto, no período da seca. No Distrito de Guiné, Município de Mucugê, podem ser vistas trilhas de gado na encosta rochosa (paredão) que dá acesso aos gerais, no Parque.

O garimpo manual ainda persiste, principalmente nas regiões da estrada Velha do Garimpo, onde os garimpeiros, segundo afirmam, remexem o aterro formado durante a mineração pelas dragas, desativadas em 1996, e em Igatu, Distrito do Município de Andaraí.

O extrativismo vegetal pela retirada de madeira nativa do Parque para a produção de estacas, moirões, uso na construção das residências e como combustível. É importante observar que os dados do IBGE não englobam a quantidade de lenha extraída e vendida clandestinamente, nem tampouco a lenha extraída para uso próprio das comunidades locais. Das famílias entrevistadas, 81% que moram dentro do Parque, utilizam fogão à lenha e todas afirmaram que evitam cortar árvores, pegando lenha do chão, ou seja, gravetos.

Outro tipo de extrativismo vegetal tradicional, que ocorre no PNCD, é da sempre-viva-de-mucugê. Sua prática também provoca inúmeros incêndios no Parque, como já foi explicado antes. Recentemente um extrator foi preso em flagrante dentro do Parque, no mês de setembro de 2006, no Município de Mucugê, mostrando que a prática ainda permanece, apesar de estar claro para a

população do Parque e do seu entorno a condição irregular da ação.

A caça ainda é uma atividade praticada na região do Parque, principalmente por pessoas mais velhas, tanto da zona rural quanto urbana. Na cidade, os mais jovens, em geral, têm um perfil diferente, vêem o Parque como uma potencialidade para o turismo, e muitos filhos de garimpeiros e caçadores hoje são condutores de visitantes. Já na zona rural, em geral, os mais jovens também praticam a caça. São comuns os indícios e as notícias da ação de caçadores dentro do Parque. Tais evidências foram claramente observadas nos trabalhos de levantamento dos mamíferos de médio e grande portes para este PM, no qual o pesquisador conseguiu levantar e mostrar com muita propriedade as diferentes técnicas e os artefatos bastante engenhosos ainda utilizados pelos caçadores.

Existem indícios de que a população residente no Parque, tendo condições, desmata para ampliar o seu roçado e/ou criar gado bovino. Nas comunidades Estrada Velha do Garimpo, Baixão e Toalhas, isso foi constatado. Uma das reclamações mais freqüentes dos moradores entrevistados, com relação às desvantagens de se morar dentro do Parque, é a impossibilidade de aumentar a plantação. Porém, percorrendo-se a área do PNCD, ainda é possível observar pequenas áreas recém-abertas para novas roças no seu interior.

Um grande problema evidenciado pelas famílias entrevistadas é com relação ao seu papel legal de detentor da terra da qual faz uso. Muitos afirmam que são proprietários e dizem não possuir a escritura da área. Há situações de heranças cujos inventários não foram feitos, o que dificulta qualquer forma de financiamento agrícola ou empréstimo e também de indenização. Por outro lado, mesmo a maioria dos posseiros também não têm documentação regular.

Conseqüentemente, tanto os proprietários quanto os posseiros de dentro do Parque, nestas condições, têm sérias dificuldades para serem indenizados, já que a documentação de vínculo com a terra é fundamental. Inclusive, tal situação irregular tem sido a principal causa do impedimento da regularização fundiária das terras do Parque, nas inúmeras tentativas que se tem feito para tal e para o que possui uma razoável quantia de recursos financeiros. Isso tem levado os seus ocupantes, em geral, a não entenderem o porquê não são indenizados e a desacreditar na real intenção de tais indenizações e compras, sendo grandes as exigências legais para que uma instituição pública como o órgão gestor do PNCD possa adquirir terras e benfeitorias.

3.4.7 - Economia

Entre as famílias que residem no Parque, 25% recebem os benefícios da bolsa-família, o que, em algumas situações, é sua única renda em pecúnia, e 32% das famílias têm algum membro que recebe aposentadoria. Porém, a base da economia dentro do Parque é a agricultura familiar, como já mencionado, e o turismo, no caso do Pati.

Os moradores na área rural não têm interesse em vender suas terras, mas ao mesmo tempo faltam recursos para torná-las mais produtivas. Dessa forma, muitos proprietários trabalham para outras pessoas, principalmente pecuaristas ou agricultores da região, para manter a renda familiar.

A idéia de trabalhar em cooperativa ou em parceria é pouco usual na região. O que se verificou é que nos casos de atividades que envolvem as mulheres, as possibilidades de cooperação são maiores, sendo exemplo disso as casas-de-farinha. Foi visitada uma casa-de-farinha utilizada pela comunidade Baixão, que está dentro de uma propriedade particular, fora do Parque, mas que foi cedida para tornar-se uma atividade da coletividade. Há uma organização não-formal de agenda para a utilização da casa-de-farinha. Normalmente, até dez famílias podem usá-la em um único dia. O produto - a farinha ou o polvilho - é dividido entre elas de forma proporcional à farinha cedida.

O turismo hoje é objeto de interesse dos seis municípios que compõem o PNCD, visto como oportunidade de incrementar a economia local. A população das comunidades pode ser favorecida por meio da geração de empregos direta ou indiretamente ligados a atividades demandadas pelos turistas, como setor de condução e guiagem de visitantes, equipamentos de hospedagem, transporte, alimentação, vagas no comércio de produtos correlatos, entre outros.

No contexto do turismo, a estrada Velha do Garimpo, que liga Lençóis a Andaraí, com 32km, é passagem de veículos tracionados, motocicletas ou bicicletas. Juntamente com a trilha Pai Inácio – Lençóis, compõem um trecho da Estrada Real, relativa ao ciclo do diamante. Assim, a Estrada tem papel histórico, passando pela antiga vila do Barro Branco e a gruta do Lapão, com as modalidades de turismo de aventura, como *cave jumping*, rapel e travessia de caverna. Como atrativo, ao longo da Estrada existe um ponto de parada, na metade da travessia, próximo ao rio Roncador, na antiga sede da fazenda Roncador que, como já foi dito, oferece aos visitantes acomodações para pernoite, descanso, comida, bebida e produtos alimentícios artesanais (mel, farinha de mandioca e puba).

O Pati – outra opção tradicional do turismo no PNCD - é a comunidade de mais difícil acesso, o que lhe confere mais atração. Localizada totalmente dentro do Parque, é um dos seus principais atrativos turísticos. A principal trilha de acesso ao Pati – Capão (ou Caeté-Açu) – Andaraí, é considerada uma das mais bonitas do Brasil e do mundo, com até 70km de extensão percorridos entre três a seis dias. No entanto, por exigir preparo físico, desestimula o turismo em massa, o que contribui para a proteção dos atributos naturais, inclusive cênicos, do local.

Em função do turismo, os moradores do Pati mudaram as suas atividades econômicas. Antes praticavam a agricultura de subsistência e hoje as famílias transformaram suas casas em ponto de atendimento aos turistas para pernoite e alimentação. Como o Parque ainda não possui infra-estrutura interna, os moradores viram aí uma oportunidade para aumentar a sua renda, fazendo de suas residências locais para dormir, tomar banho e fazer refeições, mas nos moldes em que ocorre a visitação atualmente. Porém, apesar da existência de tais pontos de apoio durante as caminhadas, alguns turistas ainda acampam próximos aos cursos d'água, sem qualquer estrutura, poluindo o local.

3.4.8 - Visão da População sobre o Parque

Em diversos momentos da elaboração do presente PM, fazendo parte da metodologia da sua elaboração, as populações residentes no PNCD tiveram chance de expressar sua visão sobre o Parque, bem como sobre o que esperam dele, o que podem fazer por ele e seus principais problemas ambientais, por meio das consultas feitas nas chamadas reuniões abertas. Além disso, foi conduzido um levantamento específico junto a tais populações, veiculando outros pontos de interesse para subsidiar os trabalhos e a base de definição das ações que serão empreendidas no manejo da UC.

As reuniões abertas, como são chamadas as primeiras tentativas de ouvir a população local, foram realizadas com acesso totalmente aberto e livre, como diz o seu nome, com praticamente todas as populações do interior do PNCD, durante pelo menos dois anos do período que levou a elaboração deste PM. Os resultados das reuniões abertas estão discutidos mais adiante.

Quanto ao levantamento específico, que utilizou questionários e entrevistas, encontrou algumas dificuldades, em um primeiro momento, pois quando foi informado que o questionário seria utilizado como subsídio para elaboração do PM do Parque, os entrevistados recearam pelas informações que seriam transmitidas. Mesmo parecendo não saber ao certo o que seja um PM, os temas relacionados ao Parque pareciam deixá-los inseguros. Após a explicação da finalidade e da importância das informações transmitidas, o questionário foi conduzido.

Para os moradores do Parque a situação de insegurança e preocupação com relação a sua situação legal com a terra é grande, por faltar-lhes esclarecimento sobre o processo de desapropriação e indenização de benfeitorias. Os últimos 22 anos foram repletos de informações imprecisas e pouco explicadas e também pouco entendidas, até mesmo pela sua complexidade, causando-lhes insatisfação e frustração.

A criação do Parque trouxe novidades em relação às normas de utilização das propriedades e ao crescimento do turismo na região. Todos dependem da agricultura familiar para a subsistência e o excedente é vendido nas feiras das cidades próximas. As normas limitam suas pretensões de incrementar a renda. Quanto à atividade turística, apenas a comunidade Pati a tem como base, valendo lembrar aquele morador da Estrada Velha do Garimpo, que explora a ex-sede da fazenda

Roncador como uma pousada informal, como já foi dito.

Quando indagados sobre o sentimento que lhes é despertado ao se referirem ao Parque, demonstraram-se confusos: 25% não identificaram nenhum sentimento pelo Parque; 14% sentem tristeza pela possibilidade da desapropriação; 19% não se sentem mais donos de suas terras; 8% sentem que foi um progresso econômico para região; outros 25% sentem responsabilidade por ser um recurso natural que está protegido e os últimos 9% cobram a indenização.

Levando em consideração o que foi verificado em campo, 83% dos moradores não gostariam de sair da sua localidade, sendo que foi observado tal sentimento especialmente nas pessoas mais velhas. As exceções são cinco moradores: dois no Capão do Correia, um na Fazenda Velha, um na Estrada Velha do Garimpo e um no Pati. Entre as comunidades, apenas a Fazenda Velha encontra-se em processo mais avançado de negociação entre o IBAMA e o INCRA, para a realocação de parte dos moradores, como já foi explicado.

Na visão dos moradores, eles estão em harmonia com a natureza e retiram dela somente o necessário para sobrevivência e continuam a desenvolver as mesmas técnicas agrícolas que aprenderam com seus antepassados, sendo a queimada controlada – como a entendem - uma delas. Moradores do Pati e da Estrada Velha do Garimpo sugeriram, como forma de melhoria do Parque, colocá-los como fiscais. Isso, pois sentem que pode ser uma alternativa às atividades que praticam, por sentirem que podem colaborar em tal função e também por considerarem que não causam danos à natureza.

O que pode ser apreendido do que foi levantado, mas feito em interpretação livre, é que para as pessoas que nasceram e cresceram na região da chapada Diamantina, as expressões normas ambientais, leis ambientais, multas ambientais e as restrições que elas representam, bem como um novo referencial para suas vidas, surgiram com a criação do Parque.

Em geral, a população entende que a legislação ambiental e suas sanções só estão sendo aplicadas e cobradas em função da criação do PNCD, e ainda que todas as restrições, privações, mudanças na economia e nas suas vidas, as faltas dos serviços públicos, entre outros, teriam ocorrido e ocorrem somente porque o Parque foi criado neste local.

Assim, por falta de uma ação simultânea entre os diversos órgãos responsáveis pelos assuntos que dizem respeito à devida inserção desta população na sociedade brasileira, infelizmente, todas as falhas são creditadas ao órgão ambiental que, também por mandato da sociedade, tem o papel de criar e manejar as UC e fica com todos os ônus dos problemas, sem distinção.

Famílias questionam, por exemplo, porque aquela região teria que se tornar um Parque, já que havia pessoas morando ali há séculos. Perguntam quem fez a delimitação do Parque, pois nunca viram ninguém fazendo estudos prévios ou visitas em suas moradias para definir a delimitação do Parque. Comentam, como se fosse folclore, que tudo foi realizado pelo pessoal de Brasília em um helicóptero: “Como podem demarcar algo de helicóptero”, “Nunca vieram aqui falar com a gente, até parecem que têm medo da gente”. No documento de área temática Aspectos Culturais e Históricos, dos Estudos Técnicos para subsidiar a elaboração do Plano de Manejo Parque Nacional da Chapada Diamantina, é feito um histórico detalhado sobre a criação e demarcação do Parque.

A comunidade que apresentou receio pelo órgão foi na Estrada Velha do Garimpo, pois um assunto bem comentado durante 50% das entrevistas foi um episódio ocorrido há anos (sem precisão de tempo decorrido, entre 2 a 4 anos), onde funcionários do IBAMA teriam sido agressivos ao apreenderam os materiais e multarem dois garimpeiros.

A sensibilização dos moradores do Parque, que vivem na e da natureza, é um caminho para a cooperação entre os atores envolvidos. Programas de educação ambiental continuada, elaborados e implantados tanto pela sociedade civil organizada quanto pelo Poder Público, podem ser úteis para a solução dos problemas apontados ao longo do texto. A cooperação pode surgir a partir da compreensão do porquê das proibições e a com a possibilidade de criação de alternativas

econômicas.

Quanto aos resultados obtidos na consulta popular, feita por meio das chamadas reuniões abertas, foram realizados 29 eventos tanto no entorno, como no interior do PNCD. Elas ocorrem no período compreendido entre junho de 2004 a maio de 2006. Do total de consultas populares ocorridas, cinco foram realizadas nas sedes municipais dos municípios abrangidos pelos limites do Parque - Andaraí, Itaetê, Ibicoara, Lençóis e Mucugê. A reunião aberta da sede municipal de Palmeiras foi marcada duas vezes, mas não foi realizada, pois ninguém apareceu, apesar da ampla divulgação e das tentativas feitas. Além das cinco citadas, outras 24 foram feitas nas comunidades locais, sendo cinco delas de Andaraí, seis de Itaetê, quatorze de Ibicoara, duas de Lençóis, quatro de Mucugê e dez de Palmeiras, totalizando 41 comunidades ouvidas.

Os resultados estão registrados no Anexo V. Todas as comunidades foram ouvidas, valendo lembrar que o local da reunião não corresponde exatamente a cada comunidade que, por ser muito pequena, às vezes foi incluída em uma outra área. Além do mais, pela proximidade entre os locais e entre estes e as sedes municipais, era comum observar uma mesma pessoa presente em mais de uma reunião. Como local da realização das reuniões, tem-se como local que sediou as reuniões no interior do PNCD: Baixão, Capão do Correia, Fazenda Velha, São Pedro (que inclui Libânio) e Pati. Ocorreu reunião também na área da Serra da Chapadinha, que não aparece como comunidade do interior do Parque, pois lá não existem moradores, que apenas fazem suas roças no local. Mas todas as outras comunidades foram ouvidas em outras reuniões, como pode ser visto nas listas de presença.

A visão das comunidades locais do interior do PNCD é variada, de acordo com os resultados obtidos na consulta popular feita a elas, considerando somente os resultados obtidos nas reuniões cujo local escolhido foi a própria comunidade. Entre os moradores do Pati, há aqueles que acham que o Parque tem o papel de proteger a natureza, aqueles que o vêem como impedimento de fazerem sua lavoura e de trabalharem na terra, sem que fossem dadas alternativas a eles e outros que o vêem como renda. Para os presentes na reunião aberta da Chapadinha, há quase uma unanimidade sobre o que o PNCD representa para eles: é visto como grande patrimônio ambiental, fonte de vida, é para futuras gerações e para exploração pelo turismo e para pesquisas. Em um dos momentos que os moradores do Baixão foram ouvidos, afirmaram que o PNCD é uma área de preservação, bom para o município, pois gera renda e traz benefício para todos. Para os poucos moradores do Capão do Correia, o Parque é visto como o local que mais gostam, podendo-se atribuir a isso, pelo fato de residirem lá, onde a maioria nasceu. Para outros, de São Pedro (e Libânio), o Parque é visto como preservação do meio ambiente e voltada para a vida.

De um modo geral, os resultados mostram uma certa confusão na maneira como o PNCD é visto. Há visões que a associação com a proteção da natureza aparece, bem como seu papel para o turismo e renda das populações; há visão de que ele teria que prover meios para ajudar na agricultura; que oferece possibilidades para educação ambiental; fonte geradora de empregos; fonte de problemas para quem mora na comunidade; outros conseguiram associar o PNCD com a proteção de belezas naturais, biodiversidade e qualidade de vida; fonte de proibições, entre outras. Isso indica, claramente, caminhos para a concepção de iniciativas que os envolvam na sensibilização e conscientização ambientais e em alternativas de desenvolvimento.

Atualmente não existem programas específicos destinados às comunidades residentes no Parque, mas apenas um projeto para a Fazenda Velha e Estrada Velha do Garimpo (nos Municípios de Andaraí e Lençóis), como já foi dito, para realocação de famílias interessadas para áreas fora da UC com o acompanhamento técnico. Assim, muito ainda terá de ser construído para que seja estabelecida uma relação de confiança entre o PNCD e as comunidades residentes, voltada para a consolidação da função de um Parque Nacional, como prevê o SNUC.

3.5 - Situação Fundiária

Em 1998, o IBAMA contratou a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FAEPE), instituição ligada à Universidade Federal de Lavras (UFLA), para realizar o levantamento da situação fundiária do PNCD (IBAMA, 1998). O documento elaborado mostra que nenhuma área do

Parque estava escriturada e nem registrada no patrimônio do IBAMA. Após este levantamento fundiário, os dados obtidos foram organizados em volumes específicos de cada uma das áreas levantadas e foram apensados documentos obtidos nos cartórios locais.

A partir de 2004 foram reiniciados os trabalhos para completar e atualizar o levantamento da documentação cartorial das áreas e de analisar as cadeias dominiais (ou sucessórias), buscando subsidiar a análise da situação de cada imóvel pela Procuradoria Jurídica do IBAMA.

Assim, principalmente com base nos dados de IBAMA (1998), bem como a partir dos trabalhos do PNCD e dos levantamentos para a elaboração deste PM, que possibilitou algumas atualizações, tem-se um panorama da situação fundiária do PNCD (Figura 55).

3.5.1 - Terras Devolutas

Aproximadamente 45% da área do PNCD seriam compostos por terras devolutas, pertencentes à União. Estas áreas estão localizadas, ao norte do PNCD, nas imediações do Capão; no centro-norte, próximo ao Pati e, ao sul da cidade de Mucugê, na área conhecida por Machobongo.

3.5.2 - Grandes Imóveis

Cerca de 50% da área do PNCD seriam compostos por grandes imóveis, considerados neste PM aquelas acima de 200ha. Em sua maior parte, estes imóveis encontram-se abandonados ou subutilizados e desabitados.

Cerca de cinco áreas têm títulos de terra do Estado da Bahia, as demais têm escrituras públicas ou particulares, com cadeias sucessórias que abrangem períodos variados (20, 40, 60 anos ou mais), porém a titularidade está em análise. Os problemas para regularizar a situação destas áreas dizem respeito à: natureza dos documentos; complexidade das cadeias sucessórias; definição dos limites e da extensão dos imóveis; definição de quem são efetivamente os proprietários; entre outros. Frequentemente, dois ou mais dos problemas listados são encontrados na mesma área.

Atualmente, há dois processos judiciais nos quais é pedida a indenização de algumas propriedades, havendo um outro que pede o ressarcimento de danos causados à sua lavoura, que teria sido destruída para a construção da sede para o PNCD, hoje abandonada.

Nos demais casos, os documentos estão sendo analisados na esfera administrativa, o que tem demandado muito tempo em função da complexidade do assunto e dos problemas na documentação.

3.5.3 - Pequenos Imóveis

Em geral os pequenos imóveis são áreas no interior do PNCD, representando cerca de 2% da UC, sendo, em muitos casos, constituídas de posses, nas quais, em geral, há ocupação humana permanente. A situação mais comumente encontrada nestes casos é que a maioria das famílias faz agricultura de subsistência e não possui documentação adequada das áreas em que reside e trabalha, o que dificulta, em muito, a indenização dos imóveis e benfeitorias.

No entanto, há casos de posse com ocupação sazonal, como visto na região da serra da Chapadinha (Município de Andaraí), nas proximidades do Distrito de Rumo (no Município de Itaetê), onde todas as ocupações são sazonais, ou seja, as posses são utilizadas em alguns períodos do ano e os ocupantes residem nas comunidades vizinhas, fora do PNCD.

Pelo que já foi levantado mais recentemente, pela equipe do PNCD, praticamente em todos os aglomerados de pequenos imóveis há famílias que trabalham sazonalmente nas suas posses e moram fora do Parque. Este é o caso da comunidade Poném, em que dos cinco ocupantes, os quais se autodeclararam posseiros, um mora no povoado Campos de São João (Município de Palmeiras), fora do PNCD.

O mesmo ocorre na comunidade Capão do Correia, em que dois dos cinco posseiros fazem suas plantações na área, mas moram fora do PNCD, na comunidade Caraíbas. Na comunidade, o que

se sabe é que todos seriam oriundos de um mesmo núcleo familiar original. A área era uma fazenda de café e tem cerca de 170ha. Apenas recentemente foi possível obter uma escritura pública do imóvel, a qual está em análise.

Na região do rio São José, na comunidade Toalhas, próximo a Lençóis, a terra seria de um único titular, e a ocupação tem se dado por pessoas que residem na Cidade, mas fazem pequenas roças dentro do Parque, com exceção de quatro, que residem permanentemente na área.

Na outras comunidades do PNCD, o que se sabe é que a maioria dos posseiros reside na área, como no caso das comunidades Estrada Velha do Garimpo, Fazenda Velha, Pati, São Pedro (que inclui Libânio) e Baixão.

O Pati é uma área que se estende por mais de 12km no centro-norte do PNCD. Na área existem dois núcleos principais de ocupação conhecidos como Pati de Cima, situado a oeste do Vale, e Cachoeirão, a leste. A área só pode ser acessada a pé e difere das demais por possuir uma intensa atividade turística. Os moradores, na maioria, possuem uma ou mais áreas com escritura pública ou algum tipo de registro no cartório de imóveis e não mais se ocupam da agricultura de subsistência, pois a maior parte da sua renda provém de serviços de apoio ao turismo, como venda de hospedagem e alimentação, bem como aluguel de animais de carga e montaria. No Pati também há alguns posseiros originários de outras regiões, inclusive estrangeiros.

No caso da comunidade Fazenda Velha, a maior parte mora no local, mesmo que alguns sejam proveniente de outra região. Outros (que seriam seis) moram em Andaraí ou outras cidades, mas adquiriram áreas e construíram no local para residência de final de semana. Todos estariam inteiramente inseridos no interior da fazenda Jaboticaba, e seus proprietários informam ter havido a doação da área para a comunidade, o que não teria sido devidamente registrado em cartório. Como já foi dito, os moradores da comunidade estão em processo de realocacão pelo INCRA.

Como já foi mencionado anteriormente para o caso de realocação de populações residentes no PNCD, as comunidades Fazenda Velha e Estrada Velha do Garimpo estão envolvidas na primeira iniciativa em andamento pelo INCRA, que os realocaria para a fazenda Capim Gordura, com acompanhamento pelo Parque.

3.5.4 - Terras do Banco do Brasil

Seriam nove áreas (IBAMA, 1998), localizadas no Pati, as quais totalizariam cerca de 180ha, são de propriedade do Banco do Brasil, que as arrecadou por meio de antigos financiamentos inadimplentes. A doação de tais áreas para o Parque já foi formalmente solicitada, e o processo está em tramitação há algum tempo.

3.5.5 - Recursos

Por meio de recursos próprios do IBAMA, no final do ano de 2006, após um longo e difícil caminho, foram adquiridas as primeiras duas posses no interior do PNCD, totalizando cerca de 84ha, localizadas na região conhecida como Passagem Funda, entre o povoado Campos de São João e o morro do Selim (Morrão), no Município de Palmeiras. Entretanto, o domínio das áreas ainda não foi esclarecido e somente a aquisição da posse está registrada em cartório no nome do IBAMA.

Porém, há recursos oriundos de duas compensações ambientais, os quais estão disponíveis para a regularização fundiária do PNCD. Os recursos oriundos da compensação ambiental permitem a regularização fundiária do PNCD, incluindo aí as ações de demarcação de limites, sinalização, busca cartorial de documentos e outras ações que se fizerem necessárias.

3.6 - Fogos e Outras Ocorrências Excepcionais

3.6.1 - Fogo

O uso do fogo está ligado a quase todas as atividades tradicionais da região, econômicas ou não, inclusive no interior do PNCD. Utilizado sem as devidas precauções, o fogo trouxe grandes problemas para todo o PNCD, bem para a chapada Diamantina.

Os incêndios são recorrentes e também o são as histórias de incêndios que duraram meses, queimando as serras de fora a fora, só sendo extinto pelas chuvas. Em meados dos anos 90, com o apoio do movimento ambientalista, é que foram iniciadas as primeiras ações para o controle dos incêndios. Primeiramente, as ações eram isoladas e ocorriam por iniciativas de alguns ambientalistas, tendo surgido mais tarde as brigadas voluntárias de combate a incêndios, formando verdadeiros exércitos em defesa da natureza. Anos depois, o IBAMA criou um setor especializado na prevenção e no combate a incêndios florestais, o PREVFOGO, que assumiu todas as atribuições correlatas, inclusive aportando recursos para que as UC pudessem formar e contratar brigadas para serviços temporários.

3.6.1.1 - Histórico de Ocorrência do Fogo

Os incêndios ocorrem principalmente no período de agosto a março. Apesar da época seca ser de agosto a novembro, o período de maior risco se prolonga até março, pois os terrenos precisam ter recebido chuva suficiente para não pegar fogo. Além da seca, os ventos mais intensos também contribuem para aumentar a intensidade e a extensão dos incêndios. Na época úmida, também ocorre incêndio, porém com menor incidência de focos e sem a mesma força e velocidade de propagação.

Os incêndios no Parque são predominantemente de origem antrópica, com motivações variadas. Os incêndios de causa natural geralmente ocorrem devido a relâmpagos e têm características de localização bem definida, geralmente nos cumes das serras e locais de difícil acesso, não chegam a 1% das ocorrências e geralmente são extintos pela chuva. Entre as causas antrópicas podem ser destacados os incêndios causados por piromaníacos, criadores de gado bovino, coletores de sempre-vivas, coletores de lenha, caçadores, agricultores, garimpeiros, turistas, incêndios de beira de estrada e até mesmo como disputa entre pessoas e grupos opostos.

Em algumas áreas do Parque é possível perceber a predominância de alguns agentes causadores de incêndios. Por exemplo, a maioria dos incêndios ocorridos na porção oeste do PNCD e nas cercanias de Mucugê é causada por criadores de gado bovino que insistem em usar os campos gerais como pastagem. Eles ateiam fogo na vegetação para a rebrota do capim, pois o capim velho não é consumido pelos animais. Vários dos incêndios na região sul são provocados por coletores de sempre-vivas que, após a coleta, ateiam fogo nas áreas de ocorrência destas plantas com o propósito de que isso produz boas flores no próximo ano. Incêndios causados por agricultores não são muito significativos em número, porém atingem áreas sensíveis como as exuberantes matas da região da Chapadinha (Município de Itaetê) e na área do marimbus. Na região leste do Parque, em áreas da porção norte e nas proximidades do Capão, alguns dos incêndios são causados, possivelmente, por garimpeiros que ainda trabalham na serra. Nas proximidades do Capão, de Mucugê, da Volta da Serra (Município de Palmeiras) são comuns os incêndios causados por disputas ou por piromaníacos. Criadores de muares têm sido apontados como os responsáveis por incêndios nas proximidades do Pati, Gerais do Rio Preto, Gerais dos Vieiras e do morro do Selim (Morrão).

3.6.1.2 - Gestão do Fogo

O órgão gestor do PNCD tem se concentrado na gestão do fogo, até porque esse é o seu problema mais significante. No início da vida do Parque as ações foram incipientes ou inexistentes. Vários são os depoimentos de que incêndios, mesmo depois de criado o PNCD, duravam semanas e não havia nenhuma forma de combate. Aos poucos o IBAMA começou a atuar. Isso foi mais ou menos paralelo ao surgimento dos primeiros brigadistas. Então, já eram comuns o transporte e a alimentação dos brigadistas por parte do IBAMA.

Para se ter uma idéia da evolução dos esforços, quando o PREVFOGO começou a contratação de brigadistas, em 2001, o PNCD teve 21 contratados. Nos dois anos seguintes, em 2002 e 2003, foram contratados 28 brigadistas em cada ano e de 2004 a 2006 foram contratados 35. Finalmente agora, em 2007, foram contratados 42 brigadistas.

As condições de trabalho melhoraram em muito, sendo que servidores de outros setores IBAMA vieram especificamente para dar apoio ao PNCD em alguns grandes incêndios. Até mesmo o uso

helicópteros do Núcleo de Operações Aéreas (NOA), da Diretoria de Fiscalização do IBAMA (DIPRO) e do governo do Estado, passou a fazer parte das operações de combate aos incêndios. Voltando ao ano de 2001, tem-se o início das primeiras reuniões interagências de prevenção e combate aos incêndios da chapada Diamantina – reuniões entre instituições governamentais e não-governamentais que têm interface com esse tipo de trabalho e com potencial de apoio e parceria. Em agosto de 2002 foi montada a primeira base de apoio em Mucugê, para a brigada contratada, o PREVFOGO disponibilizou um veículo e servidor durante a temporada e a SUPES/BA um servidor. A partir do ano de 2004, o controle das áreas queimadas começa a contar com o uso de aparelho do Sistema de Posicionamento Global (GPS, da sigla em inglês). Em 2005 foi feito o primeiro plano de prevenção e combate do PNCD. Nesta ocasião, ainda não havia um bom sistema de radiocomunicação, impossibilitando levar à cabo ações de monitoramento.

A averiguação e a perícia das causas e causadores dos incêndios são muito difíceis. Em 2005, quando foi feita uma perícia em uma área queimada próxima ao Capão, encontrou-se um dispositivo de ignição com retardo, rústico, corroborando uma antiga suspeita: boa parte dos incendiários do PNCD utiliza destes dispositivos e, portanto, quando o fogo realmente começa e pode ser detectado, o infrator já está muito distante do local, dificultando ou impossibilitando o flagrante.

Na temporada 2006/2007, o sistema de radiocomunicação foi melhorado e, assim, foi possível começar os trabalhes de controle e monitoramento nos mirantes. Os melhores resultados de todos os tempos - da história do PNCD - foram conseguidos nesta temporada. O sistema de monitoramento funcionou muito bem, contribuindo para os bons resultados alcançados. Vale mencionar que, como resultado do monitoramento, até mesmo um incendiário chegou a ser flagrado e autuado. Por outro lado, parte do mérito também pode ser atribuída ao fato das chuvas terem sido mais intensas na temporada.

O controle estatístico dos incêndios vem sendo aprimorado nos últimos anos, tanto na detecção de ocorrências como na precisão da medição da extensão das áreas queimadas. Na temporada de 2005/2006 foram registrados 152 focos de incêndios no PNCD e no seu entorno e uma área queimada de cerca de 11.000ha; já na temporada de 2006/2007 o número caiu para menos de 80 focos e área queimada de pouco mais de 1.000ha. A metodologia utilizada para tais medições inclui a experiência de alguns brigadistas e o uso de GPS, com o apoio de consultas às de imagens de satélite disponíveis.

Atualmente a quase totalidade dos incêndios que ocorrem na região é combatida pelas brigadas voluntárias e pelo IBAMA. Isso ocorre porque o setor público está pouco representado na região e órgãos públicos estaduais e municipais estão mal aparelhados e têm muitas outras prioridades. O grupamento de bombeiros militares existente no Distrito de Tanquinho (Município de Lençóis) só consegue atender às exigências legais relativas à proteção do aeroporto local, sem o quê este não poderá funcionar. O contingente é pequeno e não consegue atender adequadamente a outras demandas e necessidades, como o combate a incêndios florestais.

Estima-se que, atualmente, existam cerca de 150 brigadistas voluntários na região envolvidos com a prevenção e o combate a incêndios no Parque e no seu entorno, desempenhando um papel fundamental na preservação da chapada Diamantina. Eles estão organizados em 15 brigadas voluntárias, a saber:

a) Brigada Voluntária da Associação de Condutores de Visitantes de Andaraí (ACVA), de Andaraí;
b) Brigada Voluntária de Igatu, de Andaraí;
c) Brigada Voluntária BRAVOS, de Barra da Estiva;
d) Brigada Voluntária da Associação de Condutores de Visitantes de Ibicoara (ACVIB), de Ibicoara;
e) Brigada Bicho do Mato, de Ibicoara;
f) Brigada Voluntária da Colônia, de Itaetê;
g) Brigada Voluntária do Rumo, de Itaetê;
h) Brigada Voluntária de Lençóis (BVL), de Lençóis;

i) Brigada de Resgate Ambiental de Lençóis (BRAL), de Lençóis;
j) Brigada Voluntária da Associação de Condutores de Visitantes de Mucugê (ACVM), de Mucugê;
k) Brigada Voluntária Marchas e Combates, de Mucugê;
l) Brigada Voluntária de Guiné, de Mucugê;
m) Brigada Voluntária de Campos de São João, de Palmeiras;
n) Brigada Voluntária do Grupo Ambientalista de Palmeiras (GAP) e colaboradores, de Palmeiras;
o) Brigada Voluntária da Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão (ACV-VC), de Palmeiras.

Todos os anos 42 brigadistas são escolhidos dentre os voluntários, para formar a brigada contratada pelo IBAMA/PREVFOGO, para atuar, temporariamente, nos seis meses de maior ocorrência de risco de incêndios. Um contratado, por força legal, só pode ser recontratado após um período de dois outros contratos, ou seja: um brigadista contratado, por exemplo, em agosto de 2005, só se torna elegível para novo contrato em agosto de 2008.

Apesar das brigadas – voluntárias e contratada – os incêndios são uma preocupação premente na gestão do PNCD que, mesmo com muitas limitações, precisa dividir seus esforços também em iniciativas de prevenção, que ainda são incipientes. Há deficiência de pessoal e de outros recursos para a execução de ações de prevenção e combate. Nesse sentido, está sendo colocada em prática a escolha de mirantes naturais em pontos mais altos do PNCD e no seu entorno. Tal estratégia permite que, destes pontos, alguns dos brigadistas contratados pelo IBAMA/PREVFOGO controlem grandes extensões, ampliando a cobertura na proteção da UC. Por outro lado, esta presença e controle constantes possibilitam o constrangimento de ações furtivas dos incendiários. Entretanto, sabe-se que, sozinhas, tais ações não são suficientes, exigindo que o PNCD promova a constante conscientização e a educação da população, para que sejam reduzidos ou eliminados os riscos e as incidências de incêndios criminosos. Outro desdobramento do controle a partir dos mirantes é uma maior eficiência no combate aos incêndios, pois a detecção dos focos é mais rápida.

Para apoiar a gestão do fogo no PNCD e seu entorno, em 2005 foi constituída, no âmbito do CONPARNA-CD, a Câmara Técnica do Fogo, composta por representantes das brigadas voluntárias e outras pessoas com conhecimento e experiência no tema. Com a experiência alcançada, as lições aprendidas e com o inestimável apoio das brigadas – voluntária e contratada -, o PNCD passou a fazer o planejamento para o manejo de toda a situação que envolve o combate e a prevenção de incêndios, constituindo o chamado Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais do PNCD, elaborado pela Câmara Técnica do Fogo, do CONPARNA-CD, em conjunto com a equipe do PNCD. Um folheto foi elaborado no escopo deste Plano como uma das ferramentas de sensibilização e prevenção, cujo público-alvo é a população local. O Plano compõe o Encarte 5 deste PM, que é o de projetos específicos.

3.6.1.3 - Impactos Causados pelos Incêndios

Mesmo com todo o esforço envolvido nos combates aos incêndios, qualquer que seja o tamanho da área queimada o impacto ambiental negativo é imensurável. Pesquisas científicas têm demonstrado que o aumento da freqüência de incêndios e a sua reincidência em uma mesma área levam à perda de biodiversidade, à homogeneização da vegetação e à diminuição das áreas de florestas e matas ciliares.

Mesmo que a vegetação pareça adaptada ao fogo, resistindo aos incêndios, isso só poderia ser considerado pertinente em caso de incêndios naturais, que têm freqüência e intensidade baixas, correspondendo a menos de 1% do total de focos registrados atualmente.

No caso dos incêndios no PNCD, os quais, em sua grande maioria, não são naturais, já há indícios de que algumas espécies mais sensíveis estão sendo substituídas por outras mais resistentes e de menor importância ecológica. Neste processo, algumas espécies raras, suscetíveis ou endêmicas perdem espaço para outras mais comuns ou até mesmo exóticas, invasoras ou contaminantes biológicas. Do mesmo modo, áreas de matas ciliares e outras florestadas, mais diversificadas, são

substituídas por ambientes abertos e menos diversificados, como os campos gerais. Mesmo sendo ambientes naturais, nativos da região, os campos invadem as bordas da mata queimada tomando seu lugar, devido à sua rápida regeneração e necessidade de alta radiação solar.

Por sua vez, os campos gerais também sofrem significativos impactos ambientais negativos com os incêndios. Exemplo disso está na alteração do regime hidrológico destas áreas. Normalmente, os campos são locais de acúmulo de água e, quando queimados, perdem a proteção formada pela vegetação, deixando o solo exposto e enegrecido. Tais condições aumentam a incidência do sol e a ação do vento, causando intensa evaporação e conseqüente diminuição do volume de água. O resultado é a diminuição significativa do volume de alguns cursos d´água e até mesmo sua extinção, fenômeno relatado por algumas comunidades do entorno do Parque, as quais, após sucessivos grandes incêndios, tiveram o seu abastecimento de água comprometido pela extinção de nascentes.

Diante do comentado sobre as perdas causadas pelos incêndios, pode-se inferir os prejuízos para a fauna, uma vez que depende da vegetação e dos corpos d´água. Por exemplo, as aves são afetadas diretamente pela queima de filhotes, ovos e ninhos; igualmente, insetos, pequenos répteis e anfíbios têm suas populações alteradas drasticamente. Cobras são comumente encontradas mortas após os incêndios, enquanto animais de médio e grande raramente são vistos.

3.6.2 - Trombas d´Água

Um fenômeno excepcional que ocorre no PNCD, na época das chuvas, são as chamadas trombas d'água. Em várias outras regiões do mundo este fenômeno também ocorre, embora sua denominação varie localmente (enchentes, cabeços, cabeços de cheias ou cabeça d´água, por exemplo). Ocorre quando há muita chuva nas partes mais altas das micro-bacias (nas cabeceiras de determinado rio) e a velocidade de absorção desta água pelo solo é menor do que a quantidade e velocidade de água que cai com a chuva, ocasionando grande volume de água escorrendo superficialmente (evento muito perceptível na Chapada, quando se vê água por todo lado). Todo este volume se concentra em um único corpo d´água (o rio principal da micro-bacia em questão), geralmente um rio em cânion, durante ou imediatamente após as chuvas nas cabeceiras. O aumento repentino e brusco do volume d´água deste rio causa uma verdadeira onda fluvial, que, confinada, torna-se muito perigosa e violenta. Já houve casos de acidentes na área do Parque por causa das tombas d´água, alguns deles fatais.

Apesar de serem eventos naturais, há fortes evidências de que a atividade garimpeira pretérita tenha proporcionado um aumento na intensidade e freqüência destes episódios. Isso porque foram alteradas a estrutura dos solos e a cobertura vegetal das áreas altas (cabeceiras) e, portanto, a sua função de absorver, acumular e regularizar a velocidade de vazão da água foi prejudicada, chegando inclusive a diminuir a alimentação dos aqüíferos naturais. Um outro desdobramento excepcional dessa conjunção de fatores, observado comumente na região, é o fenômeno de que durante as chuvas há rios com grandes volumes d´água, mas, pouco tempo após o fim da chuva, estes rios perdem o seu volume muito rapidamente, chegando mesmo a secar (cortar o rio, na denominação local).

3.7 - Atividades Desenvolvidas no Parque Nacional da Chapada Diamantina

3.7.1 - Atividades Apropriadas

3.7.1.1 - Fiscalização

A fiscalização é feita de modo esporádico nos locais onde já são conhecidos os problemas ambientais ou por denúncias, por equipes formadas por no mínimo dois fiscais. Operações maiores são montadas com o apoio de outros setores do IBAMA, como o Escritório Regional (ESREG) de Seabra e/ou SUPES/BA, bem como por ações de equipes eventuais da DIPRO.

Em 2006, por exemplo, foram emitidos dezesseis autos de infração, a maioria deles relativa a ilícitos cometidos fora dos limites do Parque. As ações desenvolvidas atualmente são incipientes e insuficientes, não conseguindo dar vazão à demanda, uma vez que o Parque não está devidamente aparelhado para estes trabalhos. Dentro da UC existem graves problemas, como o garimpo de diamantes e cristais, a caça, o fogo, o tráfico de animais e a extração de plantas nativas, e, mesmo

assim, têm sido pouco atendidos em função das limitações citadas e das especificidades dos ilícitos e do terreno.

3.7.1.2 - Pesquisa

A complexidade socioambiental da região onde se insere o PNCD, referida ao longo deste documento, faz com que haja um grande interesse da comunidade científica. A maioria das pesquisas que o IBAMA tem registro, no entanto, abrange aspectos da biologia local, em especial da botânica. Trabalhos abordando a fauna ainda são restritos e relativamente recentes, embora já tenham trazido valiosas contribuições, como é o caso do conhecimento a respeito de mosquitos conhecidos como borrachudos Simuliidae (Hamada *et alii*, 2006; Pepinelli *et alii*, 2006) ou da herpetofauna e da anurofauna, ou seja, dos répteis e anfíbios (Juncá, 2005). No caso das pesquisas abordando aspectos socioambientais, tanto o número de trabalhos como as abordagens ainda são restritos.

Uma análise de parte das licenças concedidas para pesquisa, baseada no material disponível no PNCD, mostra que os estudos científicos realizados podem ser divididos em duas categorias: pesquisas abordando grupos taxonômicos de ampla distribuição (normalmente gêneros ou outros grupos mais restritos) e que incluem o PNCD como uma das áreas de coleta (29 estudos), bem como estudos regionais, centrados no PNCD e região próxima, abordando grupos taxonômicos maiores (famílias ou grupos mais amplos, tanto botânicos como zoológicos, 17 estudos). O Quadro 4 apresenta uma compilação das pesquisas licenciadas na chapada Diamantina. Dos projetos listados, 16 ainda estão em fase de execução, cinco apresentaram relatório final ou parcial, e 22 possivelmente já foram concluídos, mas ainda não foram entregues os relatórios parciais ou finais. Alguns destes estudos foram apresentados no Seminário de Pesquisadores que embasou este plano de manejo.

É interessante que seja estimulada a realização de novos projetos de pesquisa no PNCD e seu entorno buscando esclarecer uma série de questões ainda em aberto, em especial em áreas como a biogeografia da chapada Diamantina como um todo; o levantamento e o acompanhamento de longo prazo da vegetação do PNCD, com ênfase nas florestas e na região sul do PNCD, áreas abordadas por um número pequeno de estudos; a dinâmica do fogo na vegetação da região; e em aspectos da ecologia da região, em especial as interações entre a fauna e a flora local.

Quadro 4: Lista de Pesquisas Licenciadas pelo IBAMA para o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil e seu Entorno.

Pesquisador	Título da Pesquisa	Ano de Início
1. Norberto P. Lopes	Análise das Variações Interespecíficas, Populacionais, Sazonais e Cicardianas dos Metabólitos Secundários de Espécies dos Gêneros *Lychnophora* e *Eremanthus*.	Sem informação.
Rafael B. Louzada	Taxonomia e Citogenética das Espécies de Inflorescência Séssil do Gênero *Orthophytum* Beer (Bromeliaceae).	Março/2006
2. Ricardo P. da Rocha	Estudo Sistemático e Biogeográfico da Escorpiofauna do Brasil.	Março/2006
3. Alfredo A. C. Alves	Formação de Banco de Germoplasma de *Manihot* e Avaliação para a Resistência a Estresses Bióticos e Abióticos.	Janeiro/2006
4. Flora A. Juncá	Anurofauna do Serra do Sincorá, Chapada Diamantina, Brasil.	Dezembro/2005
5. Leonardo de M. Vêrsieux	Revisão Taxonômica e Filogenia de *Alcantarea* (E. Morren ex Mez) Harms, Bromelicaceae, Tillandoideae.	Novembro/2005
6. José F. M. Valls	Estudos Sistemáticos e Filogenéticos no Gênero *Paspalun* L. (Poaceae).	Setembro/2005
7. Neusa Hamada	Espécies de Simulliidae (Insecta, Diptera) e Insetos Associados do PNCD.	Junho/2005

continua...

Pesquisador	Título da Pesquisa	Ano de Início
8. Ligia S. Funch	Chapada Diamantina – Biodiversidade – Monitoramento da Vegetação do PNCD.	Maio/2005
9. Cândida M. L. Aguiar	Diversidade de Abelhas e Moscas (Insecta) da Chapada Diamantina.	Março/2005
10. Micheline C. Silva	Sistemática de *Peperomia* Ruiz & Pav. Subgênero *Rhyncophorum* Miq.(Piperaceae).	Setembro/2004
11. Rodrigo O. Pessoa	Filogenia Molecular do Gênero *Conophaga* (Aves, Conophagidae) da Mata Atlântica Brasileira.	Setembro/2004
12. Rogério Bertani	Sistemática e Zoogeografia de Aranhas Terafosídeas Neotropicais (Araneae, Mygalomorphae, Theraphosidae).	Julho/2004
13. Vinícios C. Souza	Revisão e Filogenia de *Gloxinia* L'Hér.	Junho/2004
14. Lena Geise	Fauna de Mamíferos da Mata Atlântica: Uma Análise Sistemática e Biogeográfica.	Abril/2004
15. Ricardo P. Louro	Diversidade e Conservação de Espécies Raras (*Phyllanthus*).	Março/2004
16. Marcos M. Coelho	Sistemática, Biogeografia e História Populacional do Gênero *Phyriglena* (Aves: Thamnophilidae).	Janeiro/2004
17. Maria B. Lovato	Diversidade Genética e Ecologia em Espécies Arbóreas da Mata Atlântica e do Cerrado.	Agosto/2003
18. Fabíola Feres	Filogeografia de Espécies da Cadeia do Espinhaço e das Serras de Goiás.	Junho/2003
19. Ana M. Giulietti	Instituto do Milênio do Semiárido: Biodiversidade, Bioprospecção e Conservação dos Recursos Naturais.	Abril/2003
20. Mariana E. Mansanares	Estudo Citotaxonômico de Espécies do Gênero *Lychnophora* Mart. (Lychnophorinae: Vernonieae: Asteraceae).	Março/2003
21. Carolina de A. Spínola	Planejamento do Turismo em Espaços Naturais de Proteção Integral.	Julho/2002
22. André O. Simões	Sistemática Filogenética dos Gêneros *Mandevilla* Lindl., *Macrosiphonia* Muell.Arg. e *Telosiphonia* Henrickson (Apocynaceae, Mesechiteae).	Janeiro/2002
23. Ligia Q. Matias	Alismataceae do Nordeste Brasileiro.	Dezembro/2001
24. Maria C. Kieruff	Avaliação das Populações do Macaco-prego-do-peito-amarelo (*Cebus xanthosternos*) e Proposta de Estratégia para Manejo e Conservação da Espécie.	Dezembro/2001
25. Adriana Margutti	Flora da Mata da Cachoeira da Fumaça.	Julho/2001
26. Alexandre C. de A. Santos	Ictiofauna da Chapada Diamantina da Bahia.	Julho/2001
27. Helmut Schwartz	Uma Concepção para o Ecoturismo no Vale do Pati, Chapada Diamantina.	Junho/2001
28. Antonio D. Brescovit	Revisão dos Gêneros da Subfamília Anyphaeninae, Caraneae, na Região Neotropical.	Julho/2001
29. Silvana A. de Godoy	Revisão do Gênero *Siphocampylus* Dohl para o Brasil	Janeiro/2000
30. Rosane G. C. Pereira	Variabilidade Genética em *Caryocar brasiliensis* Camb.: Efeito da Fragmentação do Cerrado e Subsídios para a Conservação.	Setembro/1996
31. Abel A. Conceição	Ecologia da Vegetação em Afloramentos Rochosos na Chapada Diamantina.	1998 / 2002
32. Maria T. S. Stradmann	Vegetação arbórea do Vale do Rio Capivara.	Sem informação.

continua...

Pesquisador	Título da Pesquisa	Ano de Início
33. Tarcísio Figueiras	Gramíneas dos Cerrados Brasileiros.	Sem informação
34. Ana M. Giulietti	Flora da Candeia do Espinhaço.	Sem informação.
35. José C. Dianese	Fungos do Cerrado.	Sem informação.
36. Ângelo B.N. Machado	Levantamento da Odonatofauna do PNCD.	Sem informação.
37. Maria J. S. Lopes	Variabilidade Genética de Acridoidea.	Sem informação.
38. Maria L. S. Guedes	Estudo Fitossociológico de Mata Ciliar.	Sem informação.
39. Ligia S. Funch	Estudo Florísticos do PNCD – Família Myrtaceae.	Sem informação.
40. Abel A. Conceição	Comunidades Vegetais na Chapada Diamantina.	Sem informação.
41. Ângelo B. Martins	Estudos Citológicos e Químicos das Melastomataceae do Brasil.	Sem informação.
42. Eraldo M. C. Neto	Etnozoologia Lençoense: Conhecimento e Usos Nativos de Animais na Chapada Diamantina.	Sem informação
43. Iara C. Crepaldi	Micropropagação de Orquídeas e de Eriocaulaceae da Chapada Diamantina.	Sem informação.
44. Ligia S. Funch	Estudos Florísticos em Matas na Região de Lençóis.	Sem informação.
45. Eduardo L. Borba	Biossistemática, Fitogeografia e Conservação de Espécies de Campos Rupestres e Caatinga.	Sem informação.
46. Lia A. P. Miranda	Análise do Potencial Ornamental de Espécies de Bignonaceae da Chapada Diamantina.	Sem informação.
47. Caio G. M. Santos	Os Atributos Florestais das Espécies de Plantas Visitadas por Beija-flores em Áreas de Campo Rupestre.	Sem informação.
48. Marjorie C. Nolasco	Conversão e Sistematização de Dados e Informações Geoambientais para a Base Caatinga do Semi-árido.	Sem informação.
49. Onildo R. David	História, Cultura e Ação Social na Chapada Diamantina.	Sem informação.

3.7.1.3 - Conscientização Ambiental

As ações de conscientização ambiental, entendidas aqui como ações que promovam a internalização de conceitos sobre conservação ambiental em setores da população, são realizadas de forma esporádica pela equipe do PNCD. Ações como palestras e visitas a entidades comunitárias ou de classe são raras e não estão embasadas em nenhum plano estruturado. As visitas a comunidades e assentamentos também são raras, embora algumas comunidades já tenham manifestado interesse na presença do IBAMA para esclarecer questões ligadas à preservação ambiental. Algumas iniciativas foram tomadas na busca de parcerias, como ações conjuntas com a Escola Família Agrícola (EFA) da Colônia, Município de Itaetê, mas não foi possível dar continuidade ao trabalho. As limitações para este tipo de ação são a falta de pessoal, em número e qualificação, e a inexistência de outros recursos especificamente para este fim.

Uma das iniciativas para a sensibilização foi a criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental e Comunicação Social do CONPARANA-CD, cuja primeira ação foi a elaboração de uma lista de ações necessárias. A primeira das ações foi apresentada às escolas dos municípios que compõe o PNCD, qual seja: a elaboração, por parte dos professores da rede pública municipal de ensino e alunos, de um almanaque da região do Parque. O almanaque pretende que sejam colecionados e relatados os mais diversos aspectos culturais e sociais da população da Chapada, inclusive sua inserção no contexto ambiental da região. A idéia é que, ao final, os próprios atores possam perceber que todas as relações interagem entre si e não estão desvinculadas do meio ambiente. Seria como se eles próprios estivessem fazendo o seu auto-retrato, com as mais sutis nuances sociais, culturais e ambientais. Há a pretensão de que o almanaque possa ser utilizado nas próprias

escolas, como material para-didático e, portanto, como ferramenta de sensibilização ambiental destas populações.

3.7.1.4 - Relações Públicas e Divulgação

A imagem do IBAMA e do PNCD é desgastada por diversas ações, principalmente as ocorridas no passado, e que, embora tenham sido promovidas no sentido de garantir a preservação dos recursos ambientais, tiveram impacto direto em vários setores da sociedade. Em geral, o padrão de execução destas ações prioriza a coibição sem, contudo, levar em consideração a necessidade do acompanhamento de ações de esclarecimento, conscientização e sensibilização.

Notoriamente, a tentativa de combate a graves problemas ambientais criou grande impacto negativo sobre a população local, cuja repercussão permanece até os dias atuais. Entre eles o combate ao garimpo ilegal, tanto de draga como manual, da década de 1990, gerou sérias reações em grande parte da população. A retirada do gado dos limites do PNCD chegou a provocar a revolta de alguns moradores do Distrito de Guiné, do Município de Mucugê, e da Cidade de Jussiape. Da mesma forma, algumas ações no sentido de exigir o licenciamento ambiental dos empreendimentos agropecuários do Pólo Agrícola também afetam a imagem do órgão junto a populações dos Municípios de Mucugê e Ibicoara por contrariar muitos interesses. Um último exemplo, mas cuja reação tem menores proporções, resulta da aplicação de multas aos agricultores que fazem desmatamento sem licença, o que chega a ser visto até mesmo como um certo exagero por alguns dos envolvidos, pois argumentam que existem problemas mais graves que devem ser priorizados.

Infelizmente, muitos destes conflitos são inevitáveis, já que a proteção ambiental implica em contrariar uma série de interesses, especialmente os econômicos. Ações que procuram ordenar e conservar a natureza geralmente são vistas como entraves por muitos cidadãos da sociedade, para quem o progresso econômico é visto como indispensável, mesmo nos moldes como é promovido.

Por outro lado, é necessário que o órgão gestor do PNCD desenvolva ações de esclarecimento da sociedade quanto à importância desta UC na manutenção da biodiversidade e do patrimônio histórico-cultural. Por outro lado, a sociedade precisa ser mais bem informada que uma UC como o PNCD é uma alternativa econômica importante para que o desenvolvimento ocorra de forma planejada, ordenada e duradoura.

A divulgação do PNCD também ocorre de forma tímida. Até o momento, apenas um folheto foi produzido no escopo da série Guia Philips Parques Nacionais do Brasil, na parceria da Revista Horizonte Geográfico e IBAMA, sendo este o principal material impresso que o PNCD dispõe para divulgar a UC. Em 2006 o PNCD, juntamente com as brigadas voluntárias, elaborou um folheto sobre incêndios para compor o conjunto de ações do Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais.

Iniciativas pontuais, como a confecção de placas indicativas dos limites e das normas do PNCD, já foram conduzidas, buscando associar idéias de divulgação, indicação de atividades incompatíveis com a existência da UC, como a presença do gado, problemas com o fogo e materialização de limites. Atualmente estas placas se encontram desgastadas ou depredadas, necessitando ser substituídas.

3.7.1.5 - Visitação

A visitação turística ocorre a partir de todos os municípios do entorno, sendo os mais procurados Lençóis, Capão e Mucugê. As épocas de maior visitação ocorrem no Ano Novo, Carnaval e nos dias que envolvem os festejos de São João. Um segundo período de grande visitação corresponde aos meses de dezembro a fevereiro, no verão, e nas férias escolares de junho ou julho, no inverno. O restante do ano corresponde à baixa temporada, sendo os meses de abril, maio e de agosto a novembro os de menor visitação.

Apesar do Parque ainda não ter conseguido se aparelhar para atender à visitação, os visitantes contam com nove associações de condutores de visitantes espalhadas por todo o entorno da UC, agências e operadores de turismo – em Lençóis existem dezenas delas, mas Andaraí, Ibicoara,

Mucugê e Capão contam com uma cada - e associações de empresários do turismo (uma em Lençóis e outra no Capão).

Pela infra-estrutura turística existente, a diversificada oferta de serviços e atrativos no entorno e pelo volume da visitação no PNCD e seu entorno, o turismo se configura como uma importante fonte geradora de emprego e renda para a população local.

Entretanto, o IBAMA não tem provido o PNCD de meios para que ele consiga se organizar para controlar a visitação e alguns problemas têm surgido e dificultado a sua gestão, tornando-a uma atividade conflitante e que requererá muitos esforços para o seu controle e manejo, objetivos deste PM.

3.7.2 - Atividades ou Situações Conflitantes

O PNCD foi criado há 22 anos e, contudo, ainda enfrenta vários problemas existentes desde então. Além deles, existem outros que são intrínsecos à existência de uma UC e cujas características acompanham a evolução do conhecimento, da tecnologia e da rapidez da divulgação da informação.

Alguns dos que persistem são a pecuária extensiva em pasto nativo, geralmente os campos gerais; a coleta ilegal de sempre-vivas e outras plantas ornamentais; o garimpo de diamante e cristal de quartzo; a extração de pedra e areia para a construção civil; a caça de animais silvestres e os incêndios florestais. Todos, de alguma forma, já abordados anteriormente neste PM.

O uso do pasto nativo é prática muito comum entre os pecuaristas de todo o país, situação que se verifica, também, na área do PNCD. Também é comum que os criadores se utilizem das áreas de terceiros, normalmente em áreas cujo dono não viva no local ou quando acreditam que não haja dono, nem controle. As áreas dos campos gerais do PNCD sempre foram utilizadas para estes propósitos por permanecerem úmidas o ano todo, situação importante e desejada para os criadores que têm áreas em lugares que enfrentam forte período de seca. Depois de longos anos dessa prática tradicional, algumas ações do IBAMA praticamente a erradicaram, embora, esporadicamente, saiba-se da existência de alguns animais domésticos nos gerais do PNCD. A prática provoca sérios impactos ambientais negativos onde ocorre, como compactação do solo e nascentes, pisoteio de plantas, formação de sulcos e, conseqüente aumento na suscetibilidade dos terrenos para erosão, alteração nas condições de umidade do solo e do papel dos gerais no regime hidrológico, favorecimento de algumas espécies em detrimento de outras, disseminação de doenças para mamíferos silvestres, contaminação da água pelas fezes dos animais, presença de pessoas estranhas ao funcionamento da UC e aumento na ocorrência de incêndios.

A coleta de sempre-vivas e de outras plantas ornamentais na área do PNCD também é outro problema antigo e recorrente. No passado era sabido e constava até mesmo de notícias veiculadas em jornais do Estado e até mesmo nacionais, que empresas do sul do país vinham à região buscar toneladas de flores. Há indicação de que hoje ainda empresas estrangeiras chegam à região para adquirir o produto e levar para o exterior. Um dos maiores problemas associados ao fato é que a principal espécie coletada é endêmica do campo rupestre da chapada Diamantina, ocorrendo no PNCD e, portanto, com distribuição muito restrita e com maiores riscos de extinção. Outro agravante é que o fogo também é parte do manejo destes coletores, pois é prática comum entre eles atear fogo na vegetação, uma vez que acreditam que os indivíduos vêm com mais vigor no próximo ano. Com isso, além da ameaça à espécie se sempre-viva se intensificar, todo o ambiente de sua ocorrência sofre igualmente. São conhecidas as principais áreas de coleta, como nos gerais do Gobira e do Machobongo, nos Municípios de Mucugê e Ibicoara. Também há algumas informações sobre quem seriam os principais infratores.

O garimpo de diamantes - atividade histórica e que originou a ocupação pós-indígena da região - foi uma prática econômica cujos vestígios e impactos ambientais negativos têm maior visibilidade na área do PNCD, haja vista a drástica alteração geomorfológica, vegetacional, hidrológica e em todos os processos ecológicos que os integra. Chamam a atenção o assoreamento de rios, alguns cujo leito já está completamente coberto de areia, e o comprometimento da qualidade da água. Sua

marca foi deixada em grandes porções da UC, sobretudo em sua região norte e leste, nas áreas dos Municípios de Andaraí, Lençóis, Mucugê e Palmeiras. Nos primeiros anos após a criação do PNCD o garimpo continuou no seu interior, inclusive com utilização de dragas; contudo, em 1996, houve uma grande operação coordenada por órgãos governamentais estaduais e federais para fechar os garimpos da região. A partir de então, a intensidade do garimpo diminui significativamente sem, no entanto, jamais se extinguir completamente. Existem informações e relatos dando notícias de que a atividade vem aumentando na área do Parque, inclusive com a utilização de maquinário. Além dos impactos ambientais negativos da atividade *per se*, existem outras a ela relacionadas, como o fogo usado para limpar a área em que vão trabalhar, a caça feita pelos garimpeiros de serra nos longos períodos que passam longe de casa e a introdução de espécies exóticas no interior da UC. Um evento mais recente é o garimpo de cristais de quartzo, vendidos localmente, inclusive para turistas, e extraídos, principalmente, no alto da serra do Sobradinho (com denominação recente de serra dos Cristais), nas proximidades do Capão. Este garimpo traz conseqüências semelhantes aos do diamante, mesmo que com atores e circunstâncias novas, com as quais o órgão gestor do PNCD terá que lidar.

Outras atividades minerais existentes no interior do PNCD são a extração de pedras, areia e argila para a construção civil. Em geral, são realizadas nas margens de rios e por pequenas iniciativas. Normalmente as minas já são conhecidas pela população, que extrai estes materiais nos mesmos pontos. Em muitos casos os extratores são profissionais, dependem desta atividade como a única fonte de renda, embora haja os casos de extração para demandas domésticas. Alguns destes pontos estão localizados na periferia ou no limite do Parque, onde é possível o acesso de veículos automotores (em geral caminhões tipo caçamba). Em 2004, IBAMA, CRA e DNPM realizaram algumas vistorias e reuniões com Prefeituras e extratores com o objetivo de regulamentar a atividade no entorno do Parque. Entre os problemas inerentes a este tipo de atividade, tem-se a degradação da APP, o assoreamento e a poluição dos cursos d´água, o trânsito de veículos e pessoas estranhas e sem autorização na UC e o risco de novas invasões para fixação de trabalhadores no local, em moradias improvisadas. Com isso, pode-se inferir um outro desdobramento da fixação e da presença mais constantes de pessoas em um local que seria a prática da caça de animais nativos e a introdução e a manutenção de espécies exóticas no local como cachorros, gatos, galinhas, frutíferas, ornamentais, entre outras.

A caça, por sua vez, ainda é praticada na área do PNCD por moradores e por pessoas que o acessam para tal finalidade. Sabe-se que alguns indivíduos das comunidades locais ainda praticam a caça para aumentar a quantidade de proteína na sua dieta, em geral, por dificuldade - distância e falta de recursos - de acesso às fontes convencionais. A caça também está relacionada ao garimpo e aos coletores de sempre-viva. Por outro lado, ainda, não se pode descartar os casos em que os caçadores venham de ocupações vizinhas, como no caso dos moradores de assentamentos ou outros núcleos populacionais, e entrem no PNCD somente com esta motivação. Como já foi dito, os caçadores da região utilizam um conjunto de artefatos desenvolvidos e utilizados com especificidade para cada tipo de animal que se deseja apanhar. Como observado em outros pontos do país, já são consagradas as espécies que são alvo dos caçadores. Animais de maior porte são os mais visados, mas também há peculiaridades como espécies que são caçadas na ausência das preferidas ou em épocas de menor ocorrência de outras. A caça tem sido um dos principais motivos que levam as espécies à extinção; mesmo a simples remoção de alguns indivíduos de uma população provoca alterações no equilíbrio ecológico de determinado ecossistema, envolvendo também outras espécies da fauna e flora.

Mesmo a recente atividade do turismo, por meio de toda a dinâmica de visitação do PNCD, tem provocado, ao longo dos anos de uso, um conjunto de impactos ambientais negativos. Alguns exemplos disso são vistos ao longo de trilhas, como a erosão, especialmente onde há desnível no terreno e solos mais frágeis, a alteração no escorrimento superficial da água, o alargamento do seu leito, a compactação do solo, especialmente de áreas úmidas, o pisoteio e remoção de plantas, perda de solo, o afundamento de terreno com conseqüente alagamento. Também nas áreas utilizadas para acampamento observam-se, ainda, a contaminação do solo e da água devida a má destinação dos resíduos sólidos, especialmente o orgânico, e dos excrementos gerados, perturbações na fauna, principalmente pela atração pelos alimentos e restos deixados no local, o

que já chega a provocar alguns incidentes como destruição de barracas, mochilas e vestuário dos visitantes. São vistos, ainda, pichações, sinais de fogueiras e depredações em vários atrativos e locais, como em abrigos e cavernas. A abertura de novos acessos e a busca de novos atrativos para ofertar aos visitantes são práticas comuns dentro do Parque, quando já existe uma grande quantidade de opções as quais já requerem e demandam bastantes esforços para controle e normatização, o que ocupou muita atenção deste PM. Por fim, como já é debatido em outras regiões turísticas do mundo, as alterações na identidade e cultura de algumas comunidades envolvidas com o PNCD já podem ser observadas e despertam grande preocupação, devendo ser endereçadas nas iniciativas deste Plano.

Existe um outro conjunto de atividades que se desenvolvem dentro do Parque e, portanto, se tornam conflitantes, como as linhas de transmissão de energia, captações e estação de tratamento de água e estradas vicinais não pavimentadas e uma rodovia estadual asfaltada (a BA-142). Todas estas atividades foram retratadas no zoneamento, constituindo a Zona de Uso Conflitante. A maioria delas está ligada a serviços públicos, para os quais o manejo da UC teve que considerar, até que sejam retirados para outro local, a deliberação de soluções quanto à presença de pessoas estranhas aos objetivos do Parque, à manutenção da infra-estrutura e ao tipo de resíduos que geram nestes espaços.

As linhas de transmissão demandam limpezas periódicas das faixas de servidão, onde a vegetação deve ter altura controlada, bem como representam uma poluição visual por parte das estruturas. As estradas, devido ao trânsito de veículos, são fonte de emissão de gases poluentes e metais pesados e de atropelamento da fauna nativa, além de significarem uma barreira para o fluxo de algumas espécies da biota; no caso da rodovia asfaltada esses fatores são potencializados e há uma impermeabilidade no seu leito, modificando o regime natural de escoamento da água nas suas proximidades; nas estradas não-asfaltadas, existe o problema das partículas sólidas em suspensão (poeira), que atrapalha a respiração da vegetação marginal, além de perder solo que ocasiona o assoreamento e a turbidez de cursos d'água próximos. A Estação de Tratamento de Água de Mucugê e todas as captações de água, mantidas as proporções, diminuem a vazão do corpo d'água à jusante, atrapalham a movimentação de espécies aquáticas, contribuem para a eutrofização do corpo d'água, leva ao trânsito de pessoas estranhas e, com algumas das construções, causam poluição visual, impermeabilização do solo, geram efluentes e resíduos.

Os incêndios florestais são tratados com detalhes e sob outros pontos de vista em outros itens deste PM, inclusive no Encarte 5, que contém o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais no PNCD. Para efeito deste item, deve-se enfocar o fato de que os incêndios têm motivações peculiares, estando associado também com outras diversas situações conflitantes acima mencionadas (gado, garimpo, coleta de sempre-viva, caça, turismo e estradas).

Ocorrem, no PNCD, algumas atividades eventuais que são conflitantes com os seus objetivos e que, em seu conjunto, demandam a atenção do Parque para que seu impacto ambiental negativo seja minimizado. Citam-se, como exemplo: eventos esportivos não-autorizados; corridas de aventura; trânsito de grupos de motocicletas e veículos fora-de-estrada; rituais e cerimônias religiosas e de conotação filosófica; uso de imagens do PNCD sem atender à Instrução Normativa que a rege; pesquisas científicas sem licenciamento; prospecção clandestina de minerais; ocupação humana sem regulamentação; ampliação de áreas já ocupadas; novas invasões; manobras e treinamentos militares, sendo conhecido ao menos um caso de uma jornada de instrução militar (JIM), entre outros.

Na margem da rodovia BR-242, no Km 232, próximo e dentro do limite norte do PNCD, está localizado o Posto e Pousada Pai Inácio - um posto comercial de abastecimento de combustíveis, com uma pousada e um restaurante. O posto por si só representa graves problemas de contaminação do solo, ar e água das imediações, porém, além do posto, os outros empreendimentos comerciais anexos ampliam os impactos ambientais negativos do conjunto, impondo à administração da UC que busque as soluções. Já estão definidas, neste PM, medidas para amenizar, enquanto não removida, o funcionamento desta estrutura.

3.8 - Aspectos Institucionais do Parque Nacional da Chapada Diamantina

3.8.1 - Pessoal

A equipe do PNCD é composta por quatro servidores do IBAMA, ingressados na equipe em 2002 e 2003, todos analistas ambientais, com formação em ciências biológicas (3) e engenharia agronômica (1). Porém, no fechamento deste PM, dois analistas tinham saído de licença sem vencimentos por mais de um ano (Quadro 5). Um dos analistas responde, como chefe-substituto da UC, o biólogo Cezar Neubert Gonçalves.

Quadro 5: Situação,de Agosto de 2007, do Quadro de Pessoal do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

Nome do Funcionário	Função	Formação / Qualificação	Tempo de Serviço
Servidores			
Cezar Neubert Gonçalves	Chefe-substituto	Biólogo, Mestre e Doutor em Botânica	5 anos
Juliana Garcia Ferreira	Analista Ambiental	Engenheira Agronôma	4 anos e meio
Luiz Antonio Coslope	Analista Ambiental	Biólogo	5 anos
Pablo Lacaze de Camargo Casella	Analista Ambiental	Biólogo	5 anos
Terceirizados			
Cristiano Macedo Rodrigues	Vigilante Patrimonial	Ensino Médio	10
Edmar de Lima de Carvalho	Vigilante Patrimonial	Ensino Médio	6 anos e 8 meses
José Milton Alves Nepomuceno	Vigilante Patrimonial	Ensino Médio	10 anos
Luzilane Profeta Oliveira	Auxiliar Administrativa	Graduanda em Pedagogia	6 anos e 8 meses
Márcio Souza Oliveira	Vigilante Patrimonial	Ensino Médio	3 anos
Maristela Souza Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	Graduanda em Administração	2 anos e 7 meses
Brigada Contratada			
42 Brigadistas	Serviços Ambientais (principalmente prevenção e combate a incêndios)	Ensino Fundamental e Médio	Não se aplica

3.8.2 - Infra-estrutura, Equipamentos e Serviços

O Parque conta com uma infra-estrutura precária e insuficiente. A sede administrativa, localizada na sede do município de Palmeiras - portanto fora dos limites da UC - foi cedida pela Companhia de Energia Elétrica do Estado da Bahia SA (COELBA), está em mau estado de conservação, apesar da pequena reforma que sofreu em abril de 2006, com conserto de telhado, forro e pintura. A Sede conta com 4 salas para técnicos, 3 com banheiro privativo; 1 sala ampla para recepção e reuniões, com banheiro social; uma copa/cozinha; e com frente avarandada. É pequena para acomodar os funcionários e equipamentos (Quadro 6), porém possui um amplo espaço externo utilizado como garagem para os veículos.

Quadro 6: Situação de Agosto de 2007 dos Equipamentos do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

Quantidade	Tipo	Especificações	Conservação
1	Conexão de internet	Interligada à rede do Ibama via satélite	Razoável
1	Telefone com linha independente	Ibratel e Master	Razoável

continua...

Quantidade	Tipo	Especificações	Conservação
1	Telefax com linha independente	Brother Professional Fax275	Bom
9	Bases fixas de radiocomunicação	Motorola PRO	Bom
1	Base móvel de radiocomunicação	Motorola EM 200	Bom
2	Base móvel de radiocomunicação	Motorola PRO 3100	Bom
1	Base móvel de radiocomunicação	Motorola PRO 5100	Bom
47	Rádio portátil do tipo HT	Motorola PRO3150 e EP450	Parte Boa, Parte Precária (necessita reparos)
3	Repetidoras de radiocomunicação	Cada uma composta por 2 bases fixas Motorola PRO, placa solar, 1 bateria e 1 antena	1 Boa, 1 Razoável, 1 Precário (necessita reparos)
1	Computador de mesa	80 GB, gravador de DVD e CD, monitor de 19 polegadas	Bom
1	Computador de mesa	20 GB, gravador de CD, monitor de 14 polegadas	Precário (necessita reparos)
1	Computador de mesa	75 GB, gravador de CD, monitor de 14 polegadas	Bom
1	Computador de mesa	11 GB, leitor de CD, monitor de 14 polegadas	Precário (necessita reparos)
1	Nobreak	SMS Net 3	Bom
2	Nobreak	Ragtech Seniun Vio	Bom
1	Nobreak	Ragtech Infinium digital	Bom
1	Notebook	Toshiba Satellite A75-S1253 55GB	Bom
1	Notebook	Toshiba Satellite A75-S211 75 GB	Bom
1	Impressora	LexMark E 330	Boa
1	Impressora	Deskjet 890 C	Boa
1	Impressora	Deskjet 660 C	Precário (necessita reparos)
1	Impressora	Deskjet 695 C	Precário (necessita reparos)
1	Impressora	Epson Stylus C 67	Precário (necessita reparos)
1	Impressora	Epson Stylus Color 777	Precário (necessita reparos)
1	Impressora	Epson Stylus C 80	Precário (necessita reparos)
1	Projetor multimídia	InFocus	Precário (necessita reparos)

continua...

Quantidade	Tipo	Especificações	Conservação
1	Aparelho GPS	Garmin Map 76S	
1	Projetor de eslaides		Razoável (necessita reparos)
1	Aparelho GPS	Garmin eTrex Legend	Bom
2	Aparelho GPS	Garmin 12 XL	1 Bom, 1 Precário (necessita reparos)
1	Televisor	Philco 29 polegadas	Razoável
1	Videocassete	BrokSonic 4 cabeças	Precário
1	Fogão	Dako Vedete Plus	Razoável
1	Geladeira	Brastemp 2 portas Frost Free	Boa
1	Geladeira	Sem marca	Inservível
1	Caminhonete	Nissan Frontier 4x4	Precário (necessita reparos)
1	Caminhonete	Mitsubishi L200 GL 4x4	Precário (necessita reparos)
1	Caminhonete	Mitsubishi L200 Savana 4x4	Bom
1	Caminhonete	Toyota Bandeirantes 4x4	Razoável
1	Motocicleta	Beta	Precário
1	Caminhão	VolksWagen 8.150, Rodofogo, transporte de tropa, com 16 assentos	Bom
1	Moto-bomba	WildFire Marck 3	Bom
3	Moto-bomba	WildFire Mini-Striker	2 Boas, 1 Razoável
Várias	Bomba-costal flexível	Guarani e Indiano	Bom a precário
Vários	EPI (calça, gandola, macacão, bota, boné, capacete, cinto, luva, óculos, lanterna) brigadistas	Várias	Não se aplica
Vários	Abafador de borracha	Lona de borracha com cabo de madeira	Bom a inservível
Vários	Equipamento de acampamento(barracas, saco de dormir, fogareiro etc.)	Várias	Bom a precário
Vários	Acervo Bibliográfico	Cerca de 250 títulos, com livros, filmes e fotografias	Bom a razoável

O PNCD possui inúmeras vias de acesso partindo de todos os municípios abrangidos, são antigos caminhos utilizados por criadores de gado, garimpeiros, caçadores, coletores de plantas, e outros. Vários levam a algum atrativo turístico e por esta razão estão detalhados no zoneamento que consta nas Figuras 48, 49, 50, 51, 52 do Encarte 4.

3.8.3 - Estrutura Organizacional

A equipe do Parque, desde o início de 2004, trabalha em sistema de tomada de decisões a partir da discussão dos assuntos pelos servidores (chefe e analistas ambientais) e então é designado um focalizador que dará prosseguimento a questão. Esse sistema permite maior agilidade e coesão, refletidas na postura e ações da equipe. Porém, para assuntos recorrentes e questões maiores as responsabilidades são divididas na equipe, como mostrado no Quadro 7. A comunicação desta UC com outros setores do órgão gestor do PNCD, tais como demais UC, ESREG, SUPES/BA e

diversas Diretorias, bem como IBAMA é realizada principalmente pela chefia ou pelo focalizador do assunto em questão.

Quadro 7: Estrutura Organizacional Vigente, em agosto de 2007, no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

Cargo	Função	Número
Chefe	Contato intra e inter-institucional	Cargo vago
Chefe-substituto	Responder pela chefia na ausência do chefe	1 (respondendo pela chefia atualmente)
Analistas Ambientais	Geoprocessamento e Gerente do fogo Administração financeira Regularização fundiária Licenças de pesquisa Fiscalização	4 (1 respondendo como chefe-substituto e 2 licenciados)
Auxiliar Administrativo	Suporte administrativo	1 (terceirizado)
Auxiliar de Serviços Gerais	Apoio geral	1 (terceirizado)
Vigilante Patrimonial	Vigilância patrimonial	4 (terceirizados)

3.8.4 - Recursos Financeiros

O PNCD recebe recursos exclusivamente do IBAMA, através de sua unidade gestora, a Superintendência Estadual, por meio de suprimentos de fundo, pedidos de compra ou solicitação de serviços. Outros setores do IBAMA, como o PREVFOGO e a DIREC, também repassam recursos em casos extremos de incêndios florestais ou na falta de recursos da unidade gestora para a execução de atividades imprescindíveis. Na Tabela 27 estão mostrados os valores recebidos para a realização de todas as atividades da UC, entre os anos de 2003 e agosto de 2007.

Tabela 27: Recursos Financeiros Recebidos entre os Anos de 2003 a Agosto de 2007 pelo Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil*.

Ano	Despesa Realizada (em reais)
2003	60.000,00**
2004	62.064,08
2005	61.719,14
2006	47.787,00
2007 (até agosto)	25.852,00

*Os valores referem-se somente ao que é repassado diretamente para o PNCD, pela DIREC, não sendo computados, por exemplo, os recursos do PREVFOGO.
**Valor aproximado.

3.8.5 - Cooperação Institucional

Apesar de informal, a cooperação existente entre o PNCD e as brigadas voluntárias do seu entorno desponta como das mais importantes, conforme descrito no item Gestão do Fogo. Desde o surgimento das primeiras brigadas que estas vêm atuando na prevenção, combate e sensibilização relacionados ao fogo e a outros problemas ambientais da UC. Algumas das quinze brigadas existentes não têm, ainda, sua formalização institucional por meio do CNPJ, mas pode-se ver uma tendência no sentido de se formalizarem.

Outro conjunto de instituições com o qual o PNCD tem cooperação é o das Associações de Condutores de Visitantes (ACV). Várias das ACV têm atuação também como brigadas, o que traz certa sobreposição em algumas atividades de cooperação. Contudo, é no escopo das tentativas de manejo e adequação da visitação do Parque que esta relação é mais peculiar. Algumas ACV

contribuíram, inclusive, com informações valiosas para a elaboração deste PM.

Dentre as atividades de cooperação entre o PNCD e as ACV, destaca-se a primeira cooperação formalmente constituída entre a UC e uma instituição não-governamental, no caso com a ACV-VC. O objetivo da cooperação é o Manejo Emergencial da Trilha da Cachoeira da Fumaça por Cima, sendo esta Associação a responsável, voluntariamente, pelo controle da visitação nesta Trilha há cerca de sete anos, dando continuidade ao trabalho iniciado em 1982 por uma família de moradores do povoado dos Campos, no Capão. Este controle pôde fornecer dados estatísticos sobre a visitação àquela Cachoeira e já chegou a permitir identificar que alguns visitantes haviam se perdido ou, até mesmo, suicidado.

No ano de 2004 o PNCD apresentou uma solicitação de apoio à Fundação O Boticário de Proteção à Natureza (FBPN) para execução do projeto "Parque e populações: um modelo de realocação humanizado e sustentável", conforme detalhado no item Segmento Fazenda Velha da Área Estratégica Interna Marimbus do Encarte 4 e o item Potencialidades de Cooperação do Encarte 1 deste PM. A FBPN aprovou a solicitação, embora o projeto ainda não tenha se iniciado por questões alheias ao PNCD e a Fundação ainda aguarda os desdobramentos necessários para se confirmar como uma instituição de cooperação com a UC.

Um acordo de adequação firmado entre a SUPES/BA e a Prefeitura Municipal de Mucugê, com a participação do PNCD, por força da irregularidade da Estação de Tratamento de Água daquela Cidade (localizada no interior do PNCD), resultou no apoio da Prefeitura ao Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios do PNCD, por meio da locação de um imóvel na Cidade que sedia a brigada contratada pelo IBAMA/PREVFOGO no período de agosto a fevereiro.

A UEFS foi proponente do projeto Chapada Diamantina: Biodiversidade, aprovado pelo PROBIO, que realizou um amplo levantamento da fauna e flora da UC por meio de uma AER, importante fonte de informações para o manejo do PNCD utilizadas, inclusive, como subsídios para este PM. Por sua vez, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) iniciou uma cooperação com a UC, no ano de 2004, enviando alguns graduandos para um estágio no PNCD.

Em algumas ações do PNCD, o apoio policial se faz necessário, seja em operações de fiscalização ostensiva, seja na investigação sigilosa de alguns assuntos estratégicos. Nesse sentido, a Polícia Militar da Bahia tem tido importante atuação com a UC, enquanto a Policia Federal esteve presente em investigações pontuais recentes, relacionadas ao tráfico de espécies nativas, ao garimpo ou aos incêndios criminosos. Neste tema, inclusive, a presença e atuação do 11º. Grupamento de Bombeiros Militares da Bahia, ligados à Polícia Militar, no combate a alguns incêndios ocorridos dentro do PNCD ou no seu entorno deve ser destacada como importante cooperação desta instituição, que chegou a articular a vinda, em diversas ocasiões, de helicópteros do governo do Estado da Bahia para o combate a alguns incêndios de grandes proporções.

Recentemente, a Coordenação de Defesa Civil da Bahia (CORDEC) também uniu esforços para o combate aos incêndios, apoiando, com roupas, utensílios de cozinha, fogão e colchões algumas brigadas voluntárias do entorno do Parque.

Pela grande presença de projetos de assentamentos de reforma agrária no entorno e Zona de Amortecimento do PNCD, uma relação de parceria e entendimento com o INCRA se faz imprescindível, sobretudo se considerado o fato de ambos serem entidades do Governo Federal. O diálogo com o INCRA foi intensificado na ocasião da proposta do projeto "Parque e populações: um modelo de realocação humanizado e sustentável", já citado acima, quando também houve um primeiro entendimento sobre a regularização ambiental dos assentamentos na região. Atualmente a cooperação, ainda não formalizada, já é uma realidade e os assentamentos receberão apoio conjunto dos órgãos federais para sua adequação socioambiental.

3.9 - Declaração de Significância

Respeitada a escala, pode-se dizer que o PNCD mostra um mesmo padrão do Estado da Bahia, que apresenta uma grande diversidade ecológica e ambiental em seu território continental,

abrangendo, por exemplo, três biomas brasileiros: Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga. Apesar do PNCD não contar com manchas do bioma Caatinga, possui algumas de suas espécies associadas a outros ambientes.

A cadeia do Espinhaço tem prolongamento no Estado, onde recebe o nome de chapada Diamantina. Por sua vez, a Chapada tem uma ramificação – a serra do Sincorá -, que constitui toda a área do Parque, caracterizando-se por grandes elevações, as quais vão proporcionar a ocorrência de numerosas peculiaridades, como é o caso das vegetações rupestres. Elas formam um tipo peculiar de fitofisionomia, o campo rupestre, a paisagem mais comumente encontrada no Parque. Os remanescentes da Mata Atlântica e do Cerrado do PNCD também aparecem com particularidades.

O bioma Mata Atlântica está representado no PNCD por matas pluvio-nebulares, matas de encosta, além de matas ciliares e de grotão, todas predominantemente perenifoliadas e concentradas, principalmente, ao longo de alguns vales de rios que cortam a serra do Sincorá. Também estão presentes matas de planalto, que ocorrem na vertente leste da serra do Sincorá e que são semideciduais, em sua maioria. Associadas especialmente às condições de relevo e clima, as matas do PNCD são exemplos de situações únicas quando comparadas à área mais típica do Bioma, nas suas áreas de ocorrência do Sudeste e do Sul.

Não se pode esperar que as manchas de Cerrado, senso restrito, encontrado no PNCD também sejam amostra típicas do Bioma, o qual ocorre em pequenas porções do oeste da UC. Em geral as áreas não são de Cerrado característico, aparecem mescladas com outros elementos e estão representados, principalmente, por ambientes abertos, os chamados campos limpos e campos sujos que, não por acaso, recebem denominação local de gerais e, claro, ocorrem sobre as serras, em extensas áreas por todo a UC. Assim, os gerais do PNCD não guardam semelhança com os gerais do sudoeste da Bahia, na divisa como o noroeste do Estado de Minas Gerais.

Deixando de lado as discussões acadêmicas sobre os campos rupestres serem parte ou não do Cerrado, eles predominam no PNCD, ocupando área de cerca de 60%. Apresentam heterogeneidade florística e ambiental tão surpreendentes que têm contribuído para uma produção científica de grande relevância para o Brasil. Os campos rupestres do PNCD já somam uma grande coleção de espécies endêmicas, algumas recém-descritas e inúmeras outras em processo de descrição. Estas novas descobertas do mundo científico podem despertar diferentes interesses de estudos na região do Parque.

Como área de confluências naturais tão especiais, no PNCD encontram-se, ainda, extensas áreas de ambientes de transição e situações únicas de áreas alagadas, destacando-se a região conhecida como Marimbus, - o pantanal da chapada Diamantina. Outra característica não menos importante, diante de tantas exclusividades do PNCD, os ambientes atualmente antropizados são a minoria, correspondendo a menos de 2% da área da UC. Em geral, ocorrem associados às comunidades residentes e mais próximos à periferia dos limites da UC.

A variabilidade fitofisionômica está bem retratada na riqueza florística do PNCD. Em apenas seis pontos de amostragem da vegetação arbórea, foram encontradas mais de duzentas espécies, número muito superior à maioria de estatísticas similares para outros ambientes tropicais do Brasil e do mundo, elevando o patamar de sua importância e da responsabilidade que é devida à sua proteção.

Da mesma forma, foram encontradas 250 espécies da vegetação em um único levantamento nos campos rupestres do PNCD. Entre elas, um grande número é de espécies endêmicas da chapada Diamantina, como um todo, ou da serra do Sincorá, o que torna ainda mais restrita a área de ocorrência de tais espécies. A compilação preliminar de endemismos, feita para a elaboração deste PM, chega a cerca de 180 espécies, um destaque que ganhará ainda mais relevância se aumentados os esforços de pesquisas, consideradas tímidas para estes ambientes.

Para ilustrar tamanha riqueza, elegendo-se apenas alguns representantes do surpreendente endemismo do PNCD, podem ser destacadas algumas espécies da flora, como as populares

sempre-vivas e, entre elas, a sempre-viva-de-mucugê *Syngonanthus mucugensis* e o botãozinho *Paepalanthus spathulatus*; a palmeira côco-de-vaqueiro *Syagrus harleyi*; os jacarandás *Jacaranda irwinii* e *Jacaranda morii*; as bromélias *Alcantarea nahoumii*, *Cryptanthus diamantinensis, Neoregelia mucugensis, Orthophytum amoenu*, entre elas, a conhecida raio-de-sol *Orthophytum burle-marxii*; os cactos *Pierrebraunia bahiensis* e *Pilosocereus glaucochrous* mandacaru); as orquídeas *Adamantinia miltonioides, Sophronitis sincorana, S. bahiensis, S. pfisterii, Cattleya tenuis*, *Thelyschista ghillanyi* e *Veyretia sincorensis*; a polígala *Polygala sincorense*; o candombá *Vellozia sincorana,* a canela-de-ema *Vellozia punctulata*; a pimentinha *Xyris sincorana*; a malva *Rayleya bahiensis*; o lírio-vermelho *Hippeastrum solandrifolium*; o são-joão *Chamaecrista sincorana*; as caliandras *Calliandra sincorana* e *Calliandra mucugeana*; o velame *Croton sincorensis*; o ruibarbo *Trimezia sincorana*; *Oxydectes sincorensis,* entre outras.

Como seria de se esperar, a fauna do PNCD também reflete a complexidade vegetacional. Na região, há elementos faunísticos típicos dos três biomas encontrados na chapada Diamantina, como o macaco-prego-do-peito-amarelo *Cebus xanthosternos* e o pequeno roedor *Oxymycterus dasythricus*, característicos da Mata Atlântica, e o marsupial *Monodelphis umbristriata*, o qual pode ser encontrado em áreas de Caatinga e de Cerrado. Espécies comuns aos três biomas também estão presentes no Parque, e entre os grandes felinos podem ser citadas a onça-pintada *Panthera onca*, a onça-parda ou suçuarana *Puma concolor*, o raro cachorro-do-mato-vinagre *Speothos venaticus*, o veado-catingueiro *Mazama goazoupira*, o tamanduá-bandeira *Myrmecophaga tridactyla* e o tatu-canastra *Priodontes maximus*.

Em geral, o número de endemismos da fauna é relativamente menor do que o encontrado entre as plantas. Mesmo assim, alguns grupos como peixes ou anuros têm um número significativo de endemismos. Em relação aos peixes, são conhecidas quatorze espécies endêmicas, sendo que duas delas: *Copionodon orthiocarinatus* e *Copionodon pecten*, representam um gênero exclusivo pertencente à subfamília Copionodontinae, da família dos caracídeos, com ocorrência restrita a uma região próxima a Lençóis. Entre os anuros, há citação da existência de pelo menos oito espécies endêmicas. Os répteis aparecem com duas espécies endêmicas, podendo-se destacar o lagarto-camaleão *Enyalius erythroceneus*, descrito recentemente em uma área limítrofe ao PNCD, podendo-se esperar que ocorra no Parque, pela proximidade da área. As aves contribuem com três espécies endêmicas, sendo mais conhecido o beija-flor-de-gravata-vermelha, também conhecido como gravatinha-vermelha *Augastes lumachellus*. Entre os mamíferos não há registro de endemismo, mas até agora foram identificadas 61 espécies na área da serra do Sincorá, incluindo um grande número de espécies ameaçadas de extinção. Sem levar em conta os endemismos para os mamíferos, o levantamento feito para subsidiar a elaboração deste PM, listou 44 espécies de mamíferos de médio e grande porte no PNCD, contudo, se considerados os mamíferos de pequeno porte, este número aumenta em muito.

Geologicamente, o PNCD contém porções dos terrenos mais antigos do mundo. O tempo e o clima se ocuparam de esculpir os topos das elevações e o resultado de todos os processos deixou testemunhos retratados nas chapadas, cânions e vales, bem como nas variadas cores dos seixos originados de diversas rochas. Os terrenos têm substrato de granitos e gnaisses, sobre os quais se está a chapada Diamantina. O PNCD e a Chapada, como um todo, caracterizam-se, predominantemente, por terrenos sedimentares em camadas empilhadas, retrato dos eventos geológicos mais recentes. Tais camadas resultam da alternância de ambientes geológicos que prevaleceram no passado. Antigos desertos, rios e suas desembocaduras, praias, lagos e ambientes marinhos alternavam-se sucessivamente ao longo do tempo geológico. Os calcários, originados de antigos mares ou lagos, também estão presentes no PNCD e, nos terrenos de sua ocorrência, são responsáveis pela formação de incontáveis cavidades naturais, como cavernas, grutas e dolinas, moldando os ambientes subterrâneos e contribuindo ainda mais para a diversidade local. Paredões de arenito dão prova interessante de vestígios das dunas dos antigos desertos. Ainda mais instigante é a presença de alguns blocos de rochas (seixos argilosos) que ocorrem em locais inesperados, testemunhas de que, no passado distante, foram transportados por geleiras flutuantes e se desprenderam aleatoriamente durante a viagem.

A serra do Sincorá, como já foi dito, é ramo da chapada Diamantina e, juntas, constituem parte da

cadeia do Espinhaço, que se prolonga, com esse nome, até o sul do Estado de Minas Gerais. Todo este sistema é resultado de um antigo processo de enrugamento da crosta terrestre, parecido com o que resultou nas montanhas dos Andes, embora tenham ocorrido em épocas bem distintas. Tanto essa gênese, quanto os processos erosivos posteriores, fizeram com que o relevo local fosse pródigo em contrastes. Todo o movimento do relevo se manifesta pelos planaltos, escarpas, elevações, blocos e picos rochosos, com alturas variadas e altitudes que variam entre 380 e 1.700m dentro do Parque. Somente para citar as elevações com mais de 1.600m de altura, conforme a denominação local, tem-se o morro do Esbarrancado, pico culminante do PNCD, os morros do Zeca, do Sobrado e do Miguel e, por fim, a serra da Águia. Os cânions profundos, com suas cachoeiras espetaculares, que são símbolos consagrados do PNCD. No caso, pode ser citada a cachoeira da Fumaça, com mais de 340m de altura, sendo a mais famosa do PNCD, entre outras como as cachoeiras Encantada, com mais de 200m de altura, a do Herculano, que tem duas quedas caindo em um anfiteatro, e a da Fumacinha, com várias quedas em degraus, formando uma impressionante cascata.

A hidrografia local, como resultado da formação geológica descrita acima, é complexa. Há um incontável número de nascentes formadoras de centenas de outros cursos d'água, que descem a serra do Sincorá e drenam para fora dos limites do PNCD, alimentando diversos rios perenes. Praticamente todas as nascentes do Parque fornecem água para o rio Paraguaçu, em cuja bacia o Parque está totalmente inserido. O rio Paraguaçu, que depende da proteção dos recursos hídricos propiciada pelo PNCD, bem como de suas águas do PNCD para se avolumar no seu alto curso, fornece água para inúmeros municípios da Bahia ao longo do seu percurso e abastece cerca de 60% da população metropolitana de Salvador. As águas dos cursos do Parque, que drenam para o seu exterior, abastecem comunidades e cidades da região, constituindo-se em fontes fundamentais para os ambientes semi-áridos do entorno da UC. É graças a esta característica hidrológica que a área próxima ao PNCD pode ser considerada um oásis no semi-árido baiano.

Também o clima mostra peculiaridades no PNCD. As temperaturas amenas, as neblinas quase constantes nas madrugadas da serra, as chuvas orográficas e as condições de alta umidade propiciam condições únicas para o aparecimento de tipos vegetacionais e espécies raras e endêmicas, que tornam o Parque uma área única no cenário federal e internacional. Inclusive, o diferencial climático torna a UC um ambiente aprazível para o turismo, diferente das condições de extremo calor das áreas litorâneas ou da seca de outras regiões do interior da Bahia.

A profusa dinâmica ambiental contribuiu também para a formação, no PNCD, de uma zona de planície e depressão situada na borda leste, abrigando os vales dos rios Santo Antônio e São José. A planície é formada por relevo de extensos vales pouco encaixados e pouco profundos, o que dificulta a drenagem, formando as várzeas alagadas e alagáveis do Marimbus. Tal situação confere outra peculiaridade ao PNCD, uma vez que nesta região de grandes diferenciais hídricos, uma área permanentemente inundada proporciona a ocorrência de espécies de plantas, peixes, aves e mamíferos característicos de áreas úmidas. O Marimbus também condicionou o modo de vida das suas populações ribeirinhas, introduzindo, no interior da Chapada, uma cultura própria de comunidades pescadoras, distinta das observadas nas garimpeiras e pecuaristas.

Outro aspecto relevante do PNCD, brevemente citado acima, é a presença de cavidades naturais no seu interior, como as cavernas, grutas, abrigos e outras. Apesar de sua formação arenítica predominante, as cavidades têm uma importância ecológica que, apesar de pouco estudada, já dão indicativo de novidades científicas, como exemplares da fauna encontrados e ainda não conhecidos pela ciência. Além da contribuição que podem dar para a ciência, as cavidades são recursos usados para enriquecer a visitação pública. Entre as seis cavidades encontradas, três já têm uso turístico, quais sejam, a Gruta do Lapão, em Lençóis, a Gruta do Castelo, no Pati, e a Gruna do Brejo, em Igatu. Muitas outras têm potencial prioritário para a pesquisa e a preservação, não sendo apropriadas à visitação.

Não bastassem tantos atributos geomorfológicos e ecológicos, o PNCD também conta com a presença de sítios arqueológicos pré-históricos, oriundos da ocupação pré-colombiana, representados por pinturas rupestres, bem como de sítios históricos, que são vestígios da ocupação

garimpeira e pecuarista pós-indígena. O conhecimento das condições destas ocupações pretéritas ainda é pequeno, mas já existem indicações de haver diferenças significativas, quando o patrimônio arqueológico é comparado com o conhecimento de outras situações do Nordeste brasileiro. O conhecimento gerado na elaboração deste PM identificou nove sítios arqueológicos pré-colombianos nos limites do PNCD e mais outros sete localizados próximos aos seus limites. Há probabilidade da ocorrência de mais oito sítios, pelo menos seis deles dentro do PNCD. Praticamente todos os sítios encontrados possuem pinturas rupestres que podem estar associadas a quatro tradições diferentes. Apenas um sítio está registrado no IPHAN, apontando para o ineditismo das informações que os sítios guardam, podendo-se esperar informações surpreendentes.

Os sítios arqueológicos históricos, como principal testemunho, retratam a história de ocupação e exploração das terras do PNCD, são muito ricos e têm extenso material para estudos, que vão gerar conhecimento sobre a nossa história e de como se davam as relações da exploração de recursos naturais com a economia da época. Todo este acervo encontra condições de proteção na UC e uma parte representativa de tudo que o envolve está sendo proposto neste PM para uso nos materiais e nas atividades de visitação pública, contribuindo para que a população brasileira possa se conhecer pelo que encontrará e conhecerá no local. Sem dúvida que o acervo arqueológico e histórico-cultural só tem a enriquecer as condições de riqueza ambiental do PNCD.

O PNCD já é destino turístico consagrado em âmbito nacional e mesmo internacional. O próprio governo do Estado da Bahia tem utilizado há anos imagens do PNCD como marcas do Estado. Por outro lado, isso se deve ao apelo que tais atrativos têm para as atividades ligadas a uma natureza conservada. Algumas comunidades locais já têm nos atrativos e nos serviços para os visitantes uma importante fonte de emprego e renda. Em alguns municípios a visitação e o turismo são essenciais no desenvolvimento local.

Desde o final de década de 1970 e início da década de 1980 do século passado, o turismo tem crescido em importância na região da chapada Diamantina, especialmente no PNCD, pois os principais atrativos estão situados em seu interior. Os apelos para a atração dos turistas são as belezas cênicas e peculiaridades ecológicas da região, embora, aos poucos os aspectos ligados à cultura local e ao patrimônio histórico e arqueológico têm, crescentemente, despertado a atenção dos visitantes.

A plena implantação do PNCD constitui-se, ainda mais, em um importante impulso para o desenvolvimento regional. Entre outros resultados, a ordenação do turismo levará à redução nos impactos ambientais negativos da atividade e favorecer, por meio da adequação e divisão do fluxo de visitantes, o desenvolvimento mais equânime das cidades que cercam o PNCD. A regulação das atividades da zona de amortecimento, como a pesca na região do Marimbus, a ocupação da região do pólo agrícola de Mucugê e Ibicoara, e a regularização dos assentamentos agrícolas vizinhos ao PNCD, entre outras ações, permitirão o fortalecimento e a sustentabilidade da economia regional.

Com tantos atributos presentes no PNCD, sua repercussão tem até mesmo extrapolado seu escopo como UC do sistema federal brasileiro, compondo estratégias internacionais no esforço de conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida, como é o caso das reservas da biosfera, estabelecidas pela UNESCO. O Parque está inserido nas Reservas da Biosfera (RB) da Caatinga e da Mata Atlântica, sendo que faz parte da zona-núcleo de ambas. Existem indicações de que futuramente as áreas de Cerrado do PNCD comporão a Fase IV da RB do Cerrado, bem como, em pouco tempo, deverá fazer parte da RB da Cadeia do Espinhaço, representando seu extremo norte.

Como já foi contextualizado, o PNCD representa uma situação ecológica única dentro do SNUC, não havendo situação similar presente em outra UC de proteção integral federal. Daí porque sua área, com tamanha diversidade, recebeu diferentes classificações para esforços de proteção de diferentes biomas. Foi considerada como extremamente prioritária, em âmbito nacional, para a conservação da Caatinga e prioritária para a conservação do Cerrado, condições reconhecidas pelo governo federal nos estudos que conduziu para identificar as áreas prioritárias para concentrar seus esforços oficiais.

Por tudo o que já foi dito, o PNCD apresenta um conjunto peculiar de atributos ambientais representados por sua fauna, flora, geologia, geomorfologia, hidrografia, espeleologia, história e arqueologia que não têm similares no Brasil. A gestão destes atributos deve ser realizada de forma a garantir sua conservação, a ampliar o conhecimento científico e a permitir que a população conheça e usufrua desse patrimônio ordenada e responsavelmente. Por outro lado, há que se propiciar a conciliação desta proteção com as possibilidades de geração de emprego e renda para a população local, sendo um vetor do desenvolvimento da economia local e regional.

Análise da Região da Unidade de Conservação

- ✓ Descrição
- ✓ Caracterização Ambiental
- ✓ Aspectos Históricos-culturais
- ✓ Uso e Ocupação da Terra e Problemas Ambientais Decorrentes
- ✓ Aspectos Socioeconômicos dos Municípios do Entorno
- ✓ Visão das Comunidades sobre o Parque Nacional
- ✓ Alternativas de Desenvolvimento Econômico Sustentável
- ✓ Legislações Federal, Estadual e Municipal Pertinentes
- ✓ Potencial de Apoio ao Parque Nacional

ENCARTE 3 - ANÁLISE DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA

3.1 - Informações Gerais sobre o Parque Nacional da Chapada Diamantina

3.1.1 - Acessos

O acesso ao Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD), pode ser feito por via aérea ou estradas federais e estaduais, partindo-se de todas as capitais brasileiras até a Cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia. O aeroporto de Salvador é servido por vôos comerciais freqüentes e regulares. Ainda por via aérea, a partir de Salvador, pode-se chegar à Cidade de Lençóis, pelo seu aeroporto, conhecido como Tanquinho, cuja rota é operada por empresa regional. Neste caso, porém, é preciso consultar o aeroporto, pois a empresa que opera tal rota costuma suspender os vôos em épocas de baixa temporada de visitação ao Parque.

Por terra, o acesso à região do PNCD, a partir de Salvador, é feito pela estrada federal BR-324, que liga a Capital a Feira de Santana. A partir de Feira de Santana, há duas opções, uma a partir da estrada BR-116 até a Cidade de Itaberaba, e a segunda pela estrada estadual BA-052, conhecida como Estrada do Feijão, até Ipirá e daí até Itaberaba. De Itaberada segue-se pela BR-242 (estrada Brasília – Salvador), no sentido Salvador/Brasília, até chegar-se à região da chapada Diamantina. A distância entre Salvador e Lençóis é de 409km.

Uma vez na região, o acesso ao PNCD pode ser feito pelas principais cidades do entorno, quais sejam: Andaraí, Mucugê e Ibicoara podem ser acessadas pela BA-142**,** que começa no trevo desta estrada com a BR-242. A partir deste ponto, são 52km até Andaraí, 86km até Mucugê e 142km até Ibicoara. A Cidade de Lençóis é acessada pela BA-850, que se inicia no Km 215 da BR-242, e tem cerca de 12km de extensão até a Cidade. O acesso a Itaetê pode ser feito a partir da BA-142 até o trevo que fica no Km 65. A partir daí, toma-se a BA-245 e percorre-se cerca de 35km até a sede municipal. Finalmente, o acesso a Palmeiras, onde fica a sede do Parque, é feito pela BR-242, até o Km 253, onde se toma a BA-851, em uma extensão de 8km. A distância entre Salvador e a atual sede do PNCD, em Palmeiras, é de 448km, enquanto que a distância entre Brasília e Palmeiras é de cerca de 1.100km.

O acesso ao PNCD também é possível a partir de Vitória da Conquista, seguindo até Itaetê pelas estradas BR-116 e 330 e pela BA-245, em um trecho de 306km. O acesso a partir de Vitória da Conquista também é possível via Anajé, Tanhaçu e Barra da Estiva, pela BA-142, chegando-se a Ibicoara ou Mucugê, em um trecho de 223 ou 261km, respectivamente.

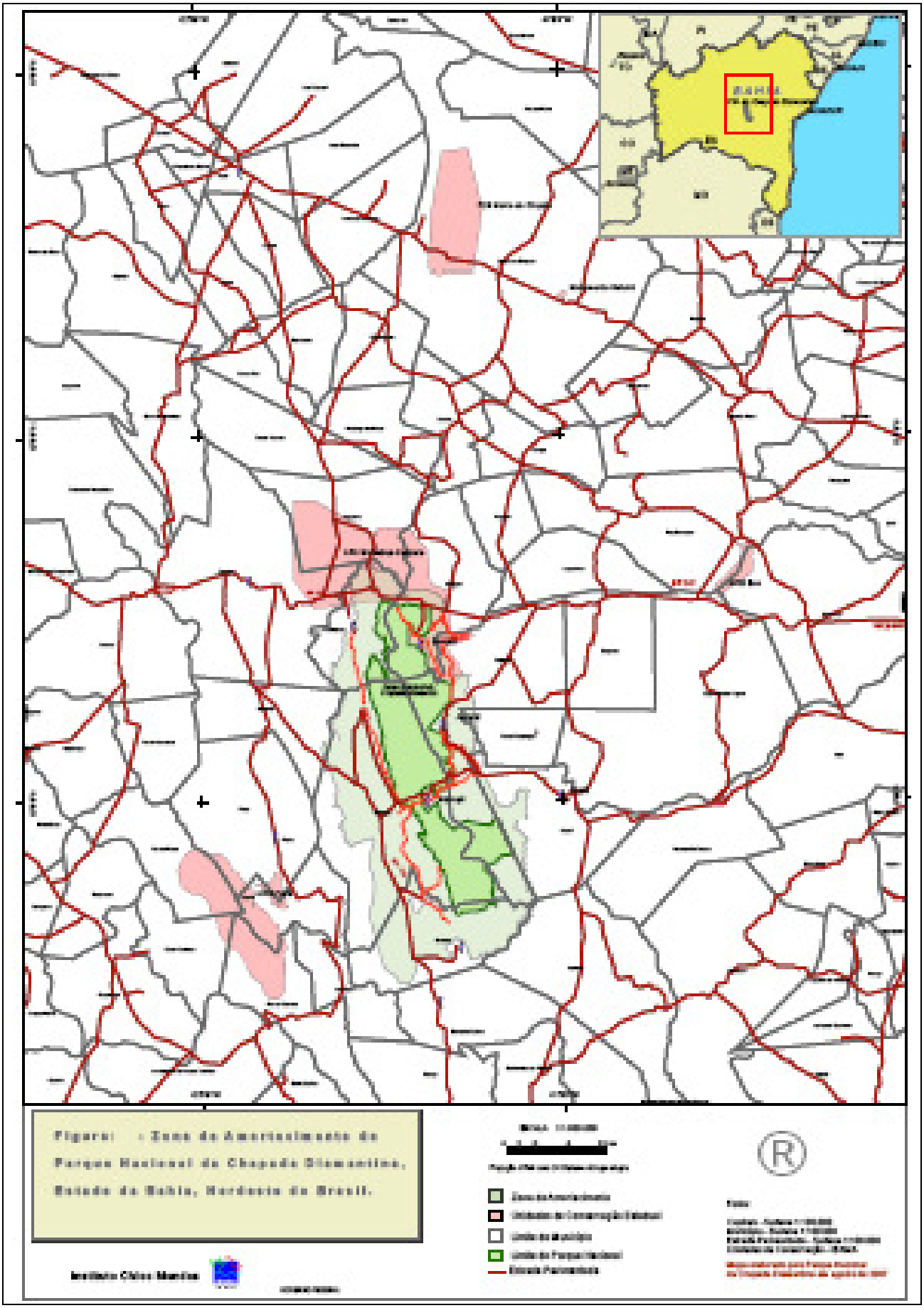
A partir de Brasília, além de vôos regulares para Salvador, o acesso terrestre tem início na BR-020, em um trecho de 293km até Posse e depois Alvorada do Norte e Rosário, todas na BR-020. Logo depois de Rosário, na divisa dos Estados de Goiás e Bahia, toma-se a direção de Luis Eduardo de Magalhães, onde a BR-020 encontra a BR-242. Seguindo por esta estrada, passa-se por Barreiras, Ibotirama, Seabra e daí até o entroncamento desta BR-242 para Palmeiras, Lençóis e Andaraí, nesta orem, neste sentido.

Ainda a partir de Brasília, por há uma segunda opção terrestre, que é tomar o acesso, na BR-020, logo depois da divisa entre Goiás e Bahia, para São Desidério e Santa Maria da Vitória, tomando-se a BR-349, chegando-se a Barreiras onde se volta para a BR-242, passando-se por Ibotirama e Seabra.

A partir de todas as cidades do entorno do PNCD, o acesso para o seu interior é feito por incontáveis trilhas e caminhos, a maioria deles históricos e centenários, em todo o seu perímetro. Cite-se que praticamente não há como o Parque ser acessado por carro, em função dos impedimentos causados pela topografia. Até o fechamento do presente PM, não havia nenhuma estrutura do IBAMA que funcionasse como portaria ou controle de acesso ao Parque, o que está sendo previsto neste PM.

A Figura 32 mostra as possibilidades de como o PNCD pode ser acessado de diversos pontos citados no texto ou a partir das referências que ele mostra.

Figura 32: Acessos ao Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.



3.1.2 - Origem do Nome e Histórico de Criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina

3.1.2.1 - Origem do Nome

O Parque tem o mesmo nome da chapada Diamantina, por se encontrar totalmente dentro da Chapada. Porém, tudo indica que o nome Chapada Diamantina seja uma referência à atividade garimpeira do diamante, uma das primeiras e mais importantes economias da região do Parque.

Uma única informação foi encontrada acerca do momento na história em que a serra do Espinhaço, em seu prolongamento na Bahia, passou a ser chamada chapada Diamantina. Trata-se de uma publicação do ano de 1980 do então Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) do Estado da Bahia, acerca da região onde está inserido o PNCD. Assim, conforme Azevedo (1980), a denominação da chapada como Diamantina remonta ao período em que os garimpeiros originários do Estado de Minas Gerais começaram a migrar para a região, depois da descoberta do ouro em Rio de Contas pelos paulistas, o que teria acontecido no início do século XVIII, bem no início do ano de 1700. Até então, aparentemente, a denominação era serra do Espinhaço. Os mineiros, que migravam para a direção nordeste, em função dos achados de ouro, primeiramente, chegavam à região pelo vale do rio São Francisco ou pelas cumeadas da serra do Espinhaço para, então, atingir a "chapada que mais tarde seria adjetivada de diamantina" (Azevedo, 1980, p. 9 e 10).

Após isso, já em documentos do século XVIII há referência às lavras diamantíferas daquela região do Estado da Bahia que, no conjunto, foi denominada historicamente Lavras Diamantinas. As Lavras Diamantinas eram formadas por diversas vilas, localidades e povoados, os quais tiveram papel muito importante em toda a história regional e local, relativa à exploração de diamantes, à formação do seu povo e da sua cultura. Sua importância e força chegaram a compor fatos históricos de âmbito nacional, bem como a serem importantes centros da economia brasileira à época (Moraes, 1984; Nolasco, 2002). Parte dos povoados e das localidades mais importantes formou, por exemplo, os Municípios de Andaraí, Lençóis, Mucugê e Palmeiras (Nolasco, 2002), entre outros, igualmente importantes para o PNCD.

O termo chapada para a região do PNCD é utilizado não somente como uma denominação geomorfológica, mas também para se referir a uma região administrativa do Estado da Bahia (BA). Na geomorfologia, chapada é uma referência às formações de origem sedimentar que foram erodidas naturalmente e, como resultado, apresenta o topo aplainado, elevado, com bordas escarpadas. Como fenômeno geomorfológico, a chapada Diamantina é composta por vários planaltos (ou relevos serranos) e estende-se do vale do rio de Contas até as proximidades do rio São Francisco, próximo à Cidade de Xique-Xique (Nolasco, 2002).

Porém, o PNCD ocupa apenas a área norte da serra do Sincorá. No Parque, isso abrange a área de seis municípios: Andaraí, Ibicoara, Itaetê, Lençóis, Mucugê e Palmeiras. Assim, a chapada Diamantina, propriamente dita, abrange uma área muito mais extensa que a área do Parque Nacional, chegando a englobar entre 33 e 58 municípios, dependendo da abordagem, que pode ser geomorfológica ou região administrativa da BA.

3.1.2.2 - Histórico de Criação do Parque

Para reconstituir a história relativa à criação do PNCD, foram consultados diversos documentos e materiais dos arquivos da DIREC e do Parque, bem com o que existe na literatura publicada sobre o assunto. A reconstituição incluiu, também, conversas com duas pessoas que foram muito importantes na criação do Parque, pois fizeram parte da equipe técnica deste processo. São o botânico Roy Funch e o Engenheiro Agrônomo Sérgio Brant Rocha, este último um dos técnicos do governo federal, que trabalharam na criação do PNCD.

Ainda para reconstituir a história de criação do PNCD, foram considerados, também, os relatórios de aspectos histórico-culturais e de socioeconomia, contratados pela Transmissora Sudeste Nordeste (TSN) junto à empresa MRS Estudos Ambientais Ltda, especificamente para apoio à elaboração do presente PM, os quais constam de Castro *et alii* (2007a) e Castro *et alii* (2007b) e foram contratados como fruto de recursos oriundos de compensação ambiental.

Quanto ao papel do Sérgio Brant, como é mais conhecido, ele era funcionário do então Instituto

Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF), instituição responsável pela política ambiental brasileira, inclusive pelo Sistema de Unidades de Conservação (SNUC), que incluía (e ainda hoje inclui) a criação e implementação das UC. Cite-se que a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) já tinha sido criada nesta época e tinha a atribuição de cuidar das questões de poluição e outras ações de regulamentações ambientais nas áreas urbanas, mesmo que depois tenha também começado a criar UC. Assim, toda a história que envolve a criação do PNCD tem o IBDF à frente do processo. Em 1989, quando foi criado, o IBAMA absorveu as atribuições do IBDF.

A chapada Diamantina foi estudada por alguns pesquisadores nos séculos XIX e XX, podendo-se citar os naturalistas Martius, Teodoro Sampaio e Spix. Todos atestaram a riqueza natural e a diversidade desta região singular, alertando, já àquela época, para os riscos da devastação da região, o que veio a se confirmar mais tarde. Anos depois, na segunda metade do século XX, destaca-se a participação do Ornitólogo brasileiro Augusto Ruschi, especialista em beija-flores, que defendeu a necessidade da criação de uma UC para preservar o beija-flor-de-gravata-vermelha *Augastes lumachellus* (também conhecido como gravatinha-vermelha), endêmico da Chapada.

Alguns anos mais tarde, a proteção, na forma de unidade de conservação, da chapada Diamantina foi indicada pela equipe do Projeto RADAMBRASIL de Levantamento dos Recursos Naturais do Brasil, que estudou a região, no início dos anos 80, para elaboração do volume relativo à região, denominado Folha SD.24 (RADAMBRASIL, 1981a). Mas a atuação do Projeto RADAMBRASIL não parou por aí. Em função do conhecimento gerado pelos seus trabalhos na chapada Diamantina, o IBDF solicitou ao Projeto RADAMBRASIL, também em 1981, a elaboração de um relatório específico como parte dos levantamentos e caracterização da área, de modo a subsidiar os trabalhos de criação do Parque (RADAMBRASIL, 1981b).

O mencionado levantamento do Projeto RADAMBRASIL foi muito importante, pois continha informações e conclusões valiosas sobre a área que hoje constitui o PNCD. Foi exposto no documento que as áreas sobre as quais se constituiriam o Parque não possuíam vocação agrícola e não deviam ser indicadas para pastagem plantada, pela má qualidade dos solos e explicava que tais condições tornavam-se piores com a associação aos fatores climáticos adversos, característicos da região. O relatório indicava que as áreas deveriam ser recomendadas para preservação dos recursos naturais. Descrevendo a vegetação da área, o relatório afirmava que o interesse científico sobre a biota é imenso e que o tesouro florístico e ecológico deveria ser protegido, defendido e preservado (RADAMBRASIL, 1981a).

A criação do PNCD também passou por diversas manifestações defendendo a necessidade da proteção da Chapada. Nesse sentido, têm-se os esforços do movimento ambientalista da chapada Diamantina, que surgiu no início da década de 1980 e se fortalecia na região, sendo a defesa da criação de um parque nacional na Chapada uma das suas bandeiras de trabalho. Cite-se que a iniciativa local que ganhou mais espaço na região e na mídia baiana foi encabeçada pelo ambientalista Humberto Brandão de Souza, de Mucugê. Ele elaborou um projeto onde defendia a proteção da chapada Diamantina, por meio da criação de um parque nacional, justificando impedir a extinção da fauna e da flora locais. Na sua proposta, o Parque deveria ter uma área com cerca de 500km², ficando restrita ao norte de Mucugê.

Humberto conseguiu chamar atenção e ter apoio da população local, autoridades governamentais e não-governamentais, chegando inclusive a ser convidado para vários eventos públicos comemorativos do meio ambiente para, junto com o botânico Roy Funch, também ferrenho e notório defensor da criação do Parque, e junto com a representação estadual do IBDF na Bahia, debater e explicar as propostas de criação do parque. O projeto e a militância de Humberto Brandão ganharam notoriedade, para além da região, sendo que ele chegou a ser convocado para ir a Brasília, ao IBDF, para expor e defender suas idéias. Até hoje ele guarda farto material sobre o assunto e sobre o projeto, tendo contribuído bastante nos trabalhos que, a partir de determinado ponto, ficam mais especificamente restritos à equipe do IBDF, juntamente com Roy Funch.

A publicação mais conhecida, porém, que trata especificamente da necessidade de criação de um parque nacional na região da chapada Diamantina é de 1982, escrito pelo já citado Roy Funch

(Funch, 1982). Ele é um botânico norte-americano que veio ao Brasil como voluntário do Corpo da Paz (do inglês, *Peace Corps*) para trabalhar com o IBDF. Terminada sua missão, decidiu ficar no Brasil e foi morar na Cidade de Lençóis.

Além de botânico e especializado em fitofisiologia e na vegetação e ecologia da Chapada, Roy é bioquímico. Ele continua gerando e acumulando conhecimento sobre a ecologia da região, tendo concluído recentemente seu doutoramento, o qual inclui estudos sobre os tipos de vegetação da Chapada, e base para a discussão e a indicação de alterações dos limites atuais do PNCD, propostos por ele.

Voltando a esse primeiro livro do Roy, sobre a chapada Diamantina, ele objetivou, com a abordagem sobre a região e suas principais características ambientais e histórico-culturais, sensibilizar e sugerir ao IBDF "uma delimitação da maior extensão possível de área a ser preservada e talvez institucionalizada como Parque Nacional" (Funch, 1982, p.10).

Funch (1982) apresentou estudos preliminares sobre geologia, mineralogia, clima, vegetação, fauna, indicação da área prioritária para preservação e importância de sua proteção, uso e posse da terra e ainda, mapas e fotos aéreas. Quanto aos minerais da região, que já tinham feito de Lençóis um das cidades mais ricas da Bahia, Funch (1982) relatou que o diamante, após quase um século e meio de exploração intensiva, estava praticamente esgotado e que existiam poucas chances de novas ocorrências minerais de valor comercial (p.14). Sua proposta para os limites do Parque, assim como a do Humberto, também indicava uma área entre Mucugê e Campos de São João, próximo a Palmeiras, o que corresponde à atual área norte do PNCD.

No seu livro, Funch relata que, com o fim do ciclo da mineração na região, pequenos grupos de garimpeiros ainda prosseguiam na busca de diamantes, e complementa que muitos garimpeiros "já em idade avançada e sem qualificação para exercer atividades em outras áreas, permanecem na garimpagem por absoluta falta de opção" (p.32), apesar de cada vez com menos rendimentos, devido à escassez da pedra. Cite-se que os dados históricos da literatura consultada afirmam que já em 1871, a produção diamantífera da região entrou em decadência (e.g. Moraes, 1984; Bomfim & Cavedon, 1994; Nolasco, 2002), que não foi mais catastrófica por causa da repentina valorização do carbonado, encontrado em abundância na região. O carbonado é um mineral amorfo, de composição química e dureza do diamante (Nolasco, 2002) e que também tem muitas aplicações industriais.

A mobilização popular a favor da criação do PNCD e outros fatos paralelos tornaram a sua história um caso único e muito especial, quando comparada à criação de outras UC, pelo IBDF e pela SEMA naquela época. Os dados mostram que o Parque foi criado com grande mobilização social e eventos técnico-científicos de esclarecimentos para a sociedade, especialmente local, criação esta feita a partir de uma demanda da região (Teixeira & Linsker, 2005). Por isso, sem dúvida alguma, o PNCD pode ser considerado o primeiro parque nacional brasileiro a ser criado com consulta popular, mesmo que não tenham sido os moldes do que hoje é chamado consulta pública, como define a Lei do SNUC (Lei № 9.985/2000).

Segundo Teixeira & Linsker (2005) pela farta documentação encontrada, a criação do PNCD resultou "de uma grande mobilização de ambientalistas e moradores da região da Chapada Diamantina", especialmente porque havia uma "forte preocupação" com a proteção da sua fauna e da sua flora, em função da ameaça constante pelas "atividades predatórias, como o garimpo ou ainda a criação extensiva de gado" bovino (p. 18). Tais autores reconhecem, ainda, que a criação do PNCD também beneficiou "as cidades, protegendo seu rico patrimônio histórico e cultural" (p. 18).

A área sugerida para tornar-se parque nacional, de acordo com Funch (1982) e dados do IBDF (Rocha, 1985) era aquela que apresentava baixa densidade populacional. Sendo que, segundo este autor, à época as comunidades de Caeté Açu (o Capão, que hoje é distrito do Município de Palmeiras) e Vale do Pati (abrangido pelo PNCD) eram os mais populosos, com um total aproximado de 300 habitantes. Porém, o Capão acabou ficando fora dos limites definidos para o PNCD.

Em relação à ocupação na época dos estudos de criação do Parque, os dados de Funch (1982) mostram o seguinte cenário, dentre dos limites que ele propunha como Parque: um total de oito chamadas zonas habitadas: Caeté-Açu (o Capão); Rio Grande (povoado entre a Cidade de Palmeiras e Caeté Açu); áreas entre Palmeiras, Guiné e Mucugê; Pati (que acabou ficando dentro dos limites do Parque); Barro Branco; Pai Inácio e Campos de São João. O Capão tinha entre trinta e quarenta casas; uma escola e cerca de trinta pequenas roças no vale. Já o Rio Grande tinha cerca de dez casas e muitas roças nas margens do rio Preto, mas o lugarejo não está incluído na serra do Sincorá. A área entre Palmeiras, Guiné e Mucugê continha muitas roças e fazendas, mas também não estava contida na serra do Sincorá. Já no que chamou de área do Pati, descreve-a como um vale profundo, nas cabeceiras do rio Cachoeirão, próximo à Andaraí, contendo os povoados de Pati, Cachoeirão, Piabas e Ruinha, com várias pequenas roças. Menciona que as terras estavam abandonadas e que haviam sido arrecadadas (adquiridas) pelo Banco do Brasil como pagamento de financiamentos para o plantio de café, os quais os tomadores não conseguiram pagar. No que se refere ao Barro Branco, uma serra atrás da Cidade de Lençóis, havia apenas oito casas com uma área cultivada menor que 5ha, enquanto Pai Inácio era menor ainda, com apenas três ou quatro roças, próximas ao morro do Pai Inácio, junto à estrada BR-242, no Km 232. Já para Campos de São João, situado no Km 236 da mesma estrada, BR-242, o autor não chegou a mencionar números para sua ocupação.

Os estudos e pesquisas do IBDF para a criação do Parque também incluíram um levantamento amostral da situação da titularidade nas terras da região, inclusive do custo do hectare, mostrando a total desvalorização das terras, já que não possuíam aptidão para a agricultura e nem para a pecuária, em função da baixa fertilidade dos solos e topografia muito acidentada, excetuando-se uma determinada região plana próxima à Cidade de Mucugê (Rocha, 1985). Um sobrevôo realizado pela equipe de criação do Parque, do IBDF, na qual o Roy Funch participou ativamente, constatou que mais de 90% da área que seria objeto de proposta de criação do parque nacional estavam sem qualquer tipo de ocupação humana.

Entre os esforços para a criação do Parque, necessidade de esclarecimentos à população e convencimento das autoridades, o IBDF, o governo estadual, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a UEFS e diversos líderes populares de Lençóis publicaram e distribuíram para a população uma carta explicativa sobre os fatos e convidando-a para um simpósio programado para ocorrer em Lençóis, em novembro de 1983, onde um conjunto de apresentações detalharia os acontecimentos e passaria conhecimento sobre a importância da chapada Diamantina e do Parque.

A carta foi confeccionada na forma de um folheto chamado *Parque Nacional da Chapada Diamantina - Carta Informativa*. A carta continha um breve resumo sobre a serra do Sincorá, como algumas de suas características ambientais e socioeconômicas mais importantes, especialmente como as contribuições sobre as condições de clima ameno, recarga de água para os principais rios que drenam milhares de quilômetros até desaguarem na Baía de Todos os Santos, a inviabilidade econômica do garimpo manual, a condição de viabilidade do garimpo somente se mecanizado e em grandes rios a leste da Chapada, o crescente interesse científico sobre a Chapada e sua principal vocação para o turismo.

Assim, foi realizado na Cidade de Lençóis o Simpósio sobre a Preservação do Patrimônio Natural da Chapada Diamantina, promovido pelo IBDF e pelo Governo do Estado da Bahia, com o apoio da UFBA, da UEFS e da Prefeitura Municipal de Lençóis. O evento teve uma importância tão grande, ambiental, e política, que contou na sua abertura com o Presidente do IBDF, Mauro Silva Reis, com o Governador do Estado da Bahia, João Durval Carneiro, e com dois representantes do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, seu Diretor, Carlos Alberto Ribeiro de Xavier, e a Botânica Graziela Maciel Barroso.

As apresentações do Simpósio, aberto à população local, como foi dito acima, contaram com um conjunto variado de apresentações sobre a chapada Diamantina e sobre políticas governamentais, estaduais e federais, de questões relativas à região e ao Parque, todas conduzidas por convidados ilustres do Estado, da região e de outros estados. As apresentações tiveram a seguinte abordagem: i) aspectos culturais e econômicos da chapada Diamantina; ii) promoção do desenvolvimento da

região da Chapada; iii) atividades de mineração na Chapada; iv) política estadual de preservação dos recursos naturais; v) aproveitamento do potencial turístico da Chapada e interiorização do turismo no Estado da Bahia; vi) aspectos históricos e socioeconômicos da Chapada; vii) caracterização geográfica e geológica da Chapada; viii) legislação de proteção ambiental; ix) potencial florístico da Chapada; x) apresentação sobre a descoberta e descrição de uma espécie nova de planta da Chapada; xi) orquídeas nativas da Bahia em extinção; xii) a vegetação da Chapada; xiii) memória do ciclo do garimpo; xiv) política de preservação do patrimônio artístico e cultural; xv) levantamento faunístico da Chapada e sua preservação; xvi) compatibilização dos usos do solo e qualidade ambiental na Chapada e xvii) o projeto de criação do Parque na Chapada pelo IBDF, que apresentou e discutiu com os presentes os limites propostos. O evento contou, também, com a apresentação de um audiovisual sobe a chapada Diamantina, saídas de campo para visitar alguns dos atrativos da área e apresentações da Filarmônica e grupos folclóricos.

O Simpósio pretendeu não somente levar conhecimento sobre a importância da chapada Diamantina, mas também tornar pública a iniciativa governamental sobre a criação do Parque, pois serviu para apresentar e discutir os limites já indicados pelos estudos e pesquisas das mais diversas fontes. Vale destacar que estavam presentes, além da população local, o Prefeito de Lençóis, que assinava o apoio ao evento no seu folheto de divulgação, bem como os Prefeitos de Andaraí e Mucugê, que tinham sido convidados formalmente para o Simpósio. Após as apresentações, os participantes, inclusive os Prefeitos, endossaram a proposta do IBDF, sem restrições, conforme pode ser constatado nos documentos dos arquivos da DIREC. Por outro lado, outro resultado do Simpósio foi a recomendação do combate à instalação de garimpos na região.

Portanto, diante do que foi exposto acima, não resta dúvida sobre o papel do Simpósio como consulta popular para a criação do PNCD, caráter de vanguarda no processo de criação de uma UC na época, quando tal procedimento não era demandado como o é hoje, por meio da Lei do SNUC.

Após o Simpósio, no final do ano de 1983, por meio do Ofício Nº. 407/83-P, de 01 de dezembro de 1983, o Presidente do IBDF, Mauro Silva Reis, encaminhou ao Secretário de Agricultura do Estado da Bahia, Fernando Cincurá de Andrade, cópia da proposta de criação do PNCD, constituída da exposição de motivos e do projeto de decreto de criação, objetivando obter uma manifestação acerca dos limites propostos para o Parque. Ao mesmo tempo solicitou providências junto ao Instituto de Terras da Bahia (ITERBA) para realização do levantamento fundiário da área, mas isso nunca chegou a acontecer.

Ainda em relação à mobilização social a favor da criação do Parque, em julho de 1985, o Prefeito de Lençóis, Emmanoel Calmon Maciel, encaminhou ao Governador do Estado da Bahia, João Durval Carneiro, uma carta, de 08 de julho de 1985, que recebeu da sociedade local, com um abaixo assinado de sete páginas e com uma declaração a favor da criação do Parque, e na qual pedia o seu encaminhamento ao Governador.

Em 12 de julho de 1985, a Presidente do IBDF, Maria Tereza Jorge Pádua, enviou um ofício (Of. Nº. 800/85-P) ao Ministro da Agricultura, Pedro Simon, com o projeto de decreto para criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, bem como a sua caracterização e justificativa para criação, contendo características básicas do relevo, solos, hidrografia, vegetação, fauna, situação fundiária, história e atividades econômicas da região.

Entre as razões expostas pelo IBDF, nas justificativas de criação do Parque, estava a relevância dos aspectos naturais e histórico-culturais, principalmente em razão do passado de mineração da região. Foram ressaltados na caracterização e na justificativa para criação do Parque: a beleza cênica, a fauna diversificada, a importância de proteção dos recursos hídricos, a decadência da mineração e a conseqüente falta de alternativas econômicas da região, o provável potencial turístico, a geração de empregos na região, e o fato de a área apresentar-se “praticamente sem ocupação humana, sendo que cerca de 90% da mesma não possui um único habitante” (Rocha, 1985).

Diante de todos os esforços empreendidos para que o PNCD fosse criado, em 17 de setembro de

1985, o decreto de criação foi assinado pelo Presidente da República, José Sarney, e, um dia após, foi publicado no Diário Oficial da União sob o número 91.655.

Concluindo, pelos documentos analisados, pode-se perceber que os estudos e a justificativa para criação do Parque foram tanto centrados no apelo popular, quanto nos estudos socioeconômicos e turísticos, na preservação da beleza cênica e do patrimônio histórico-cultural, na diversidade biológica e na preservação dos recursos hídricos.

3.2 - Caracterização dos Fatores Abióticos e Bióticos

3.2.1 - Clima

O clima na área do PNCD é do tipo tropical semi-úmido, o que o faz totalmente diferente do clima característico do seu entorno, o qual é claramente árido (Teixeira & Linsker, 2005). Apresenta variações de úmido a subúmido, condicionado especialmente pelo relevo. Nos planaltos, o clima é de transição entre semi-úmido a semi-árido, dependendo da localização da área em relação às montanhas, que retêm naturalmente a umidade (Teixeira & Linsker, 2005).

O contraste climático que existe na região – PNCD (na serra do Sincorá, em plena chapada Diamantina) e o seu entorno deve-se ao fato da chapada Diamantina funcionar como uma barreira natural que segura as nuvens que vêm do mar e que, não encontrando resistência alguma na região conhecida como Sertão, passam direto e chegam com muita umidade até o topo das montanhas e, portanto, no Parque (Teixeira & Linsker, 2005). Assim, de acordo com tais autores, os topos das montanhas mais altas barram as nuvens carregadas de chuva que vêm do oceano Atlântico, provocando muitas chuvas nas encostas, planaltos adjacentes e nos vales, o que os tornam verdes durante quase todo o ano. Estas condições têm mais influência na área leste do PNCD, deixando o oeste mais seco, o qual chega a ter ambientes típicos da Caatinga.

A precipitação na área do PNCD é especialmente resultante do efeito das chuvas orográficas, ou seja, nuvens carregadas de água do mar chegam à região e, barradas pelas elevações da serra do Sincorá, sobem e são resfriadas nas partes mais altas do relevo. A diferença de temperatura faz com que a umidade seja perdida na forma de chuva. Tal efeito produz um alto índice pluviométrico, com maior intensidade no leste do Parque e menor no oeste.

A área do Parque possui praticamente duas estações: uma chuvosa – o verão - e uma seca – o inverno. Os meses mais chuvosos são de novembro a maio, sendo dezembro o mês com maior índice pluviométrico, quando podem ocorrer até mesmo tempestades. No verão são comuns os dias com sol intenso e elevada radiação (Vale *et alii*, 2007). O período seco - o inverno propriamente dito – vai de maio a outubro. Os meses mais secos são agosto, setembro, outubro e novembro, porém as condições de tempo no PNCD são bem amenas em função da altitude (Funch, 1982; Teixeira & Linsker, 2005).

Tomando-se os dados do entorno, pode-se dizer que as precipitações são mais intensas na região entre a Cidade de Lençóis e o rio Garapa, no Município de Andaraí, com médias acima de 1.400mm anuais. Na maior parte do Parque, as precipitações variam entre 1.000 e 1.300mm. Apenas uma pequena porção em seu extremo sudeste, na serra da Chapadinha, e outra área compreendida entre o Morro Azul, no Município de Mucugê, e a serra do Candombá, no Município de Palmeiras, apresentam precipitações da ordem de 900mm. Especialmente pela manhã, são comuns chuvas orográficas e garoas, estas últimas conhecidas localmente como neve ou neblinas.

Embora não haja registros meteorológicos no interior do PNCD, os dados das estações de Cascavel e de Lençóis mostram a variabilidade climática regional (Gráficos 29 e 30), o que se aplica à área da UC. Assim, tomando por base os dados das duas estações, pode-se dizer que a média anual é de 745mm na primeira e de 1.215mm na segunda. A temperatura média registrada em Lençóis é de 22,9°C, mas há grandes variações sazonais. Assim, como já foi dito, as condições climáticas do PNCD estão condicionadas ao seu relevo. Para Teixeira & Linsker (2005), a altitude do PNCD contribui para a ocorrência de temperaturas amenas, com médias anuais entre 20ºC e 24ºC.

As menores altitudes ocorrem na borda leste, enquanto há intensa variação de norte para o sul. A

borda oeste é mais homogênea, sendo composta, em sua maior extensão, pelos contrafortes da serra do Sincorá, e um alto paredão acantilado apresenta temperaturas mais baixas, neblina mais constante e chuvas no seu limite são indicativas de eventos conhecidos como trombas d'água. As trombas d'água são uma onda fluvial confinada, extremamente perigosa, pois promove uma subida imediata no nível dos rios, chegando a causar acidentes fatais.

Gráfico 29: Precipitação Pluviométrica Mensal do Município de Lençóis, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil, Utilizando-se as Médias dos Anos de 1999 a 2004.

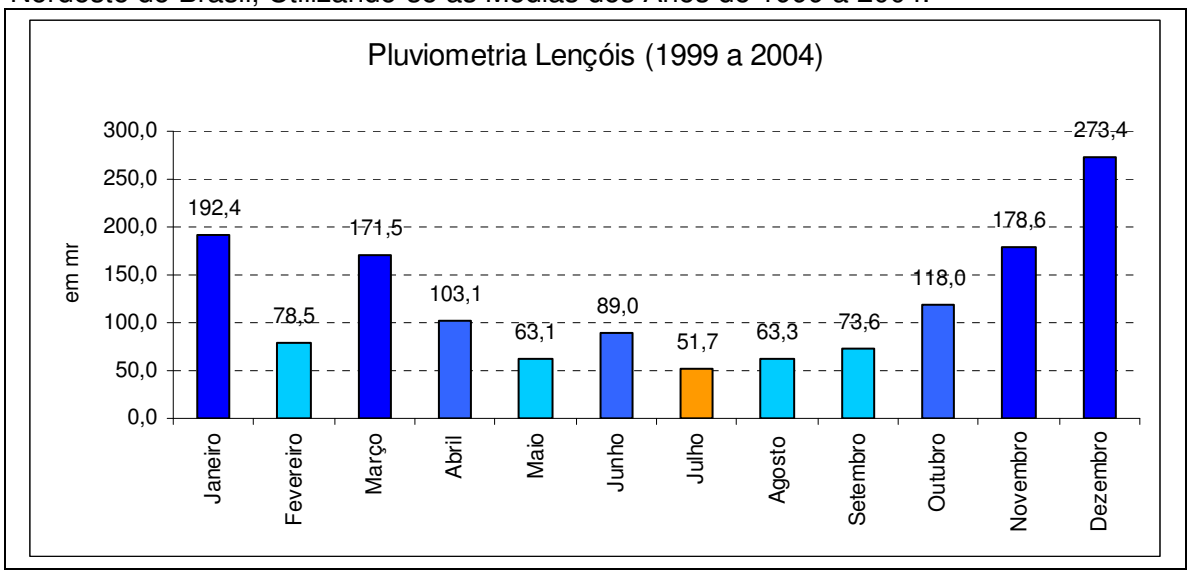
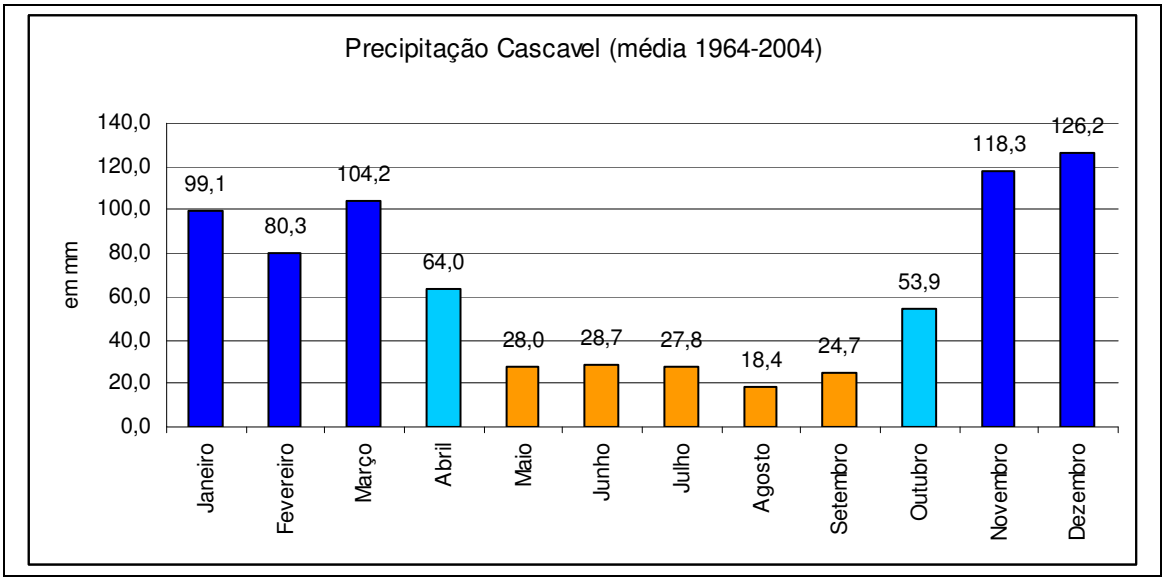


Gráfico 30: Precipitação Pluviométrica Mensal do Distrito de Cascavel, do Município de Ibicoara, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil, Utilizando-se as Médias dos Anos de 1964 a 2004.



3.2.2 - Geologia

3.2.2.2 - Aspectos Históricos (Geológicos e Antrópicos)

A geologia do PNCD retrata uma dinâmica bastante antiga e peculiar (Figura 33). As rochas mais antigas que ocorrem no Parque Nacional pertencem ao grupo Paraguaçu. São siltitos e argilitos, com arenitos e conglomerados subordinados. Há cerca de 1,6 bilhões de anos, no que hoje é a porção oeste do Parque, iniciou-se a implantação de uma planície aluvial com rios entrelaçados, associada lateralmente a um deserto, onde predominavam dunas e interdunas com inúmeros lagos temporários. Nesse estágio foram depositados areias e cascalhos de origem fluvial, intercalados com areias transportadas pelo vento, de dunas e outros ambientes. Em seguida esses sedimentos

foram recobertos por sedimentos transicionais e marinhos, depositados na forma de lamas, com siltes e areias mais subordinados.

Acima dos sedimentos do grupo Paraguaçu, encontra-se a formação Tombador, composta de arenitos e conglomerados diamantíferos, originados da movimentação tectônica que gerou o levantamento da "cordilheira" formada pela serra de Jacobina e pelo "complexo geológico" de Contendas-Mirante. Durantes os períodos de maior instabilidade do terreno, leques de cascalhos eram produzidos pela erosão dos blocos alçados da crosta formando os conglomerados considerados como fonte de diamantes. Os conglomerados são formados por seixos de arenitos, quartzo e quartzito verde. O salão de areias coloridas, em Lençóis, é formado pela alteração de seixos de diversas composições.

Entre 1,3 bilhões e 1,2 bilhões de anos atrás, o mar Caboclo invadiu a formação Tombador, retrabalhando os sedimentos continentais. Prova desta invasão está nas marcas de ondas simétricas e estratificações cruzadas, tipo "espinha de peixe", encontradas nos arenitos da formação Caboclo na estreita faixa que baliza a serra do Sincorá entre Lençóis e Andaraí. Há 970 milhões de anos, a acumulação de sedimentos foi interrompida por uma glaciação, responsável pelos conglomerados e pelitos da formação Bebedouro e também pela inundação marinha que atingiu a área que constitui, atualmente, a porção leste do Parque, criando condições necessárias para a implantação da plataforma carbonática da formação Salitre, representada pelos calcários e dolomitos existentes nos vales do Paraguaçu, Una e Utinga.

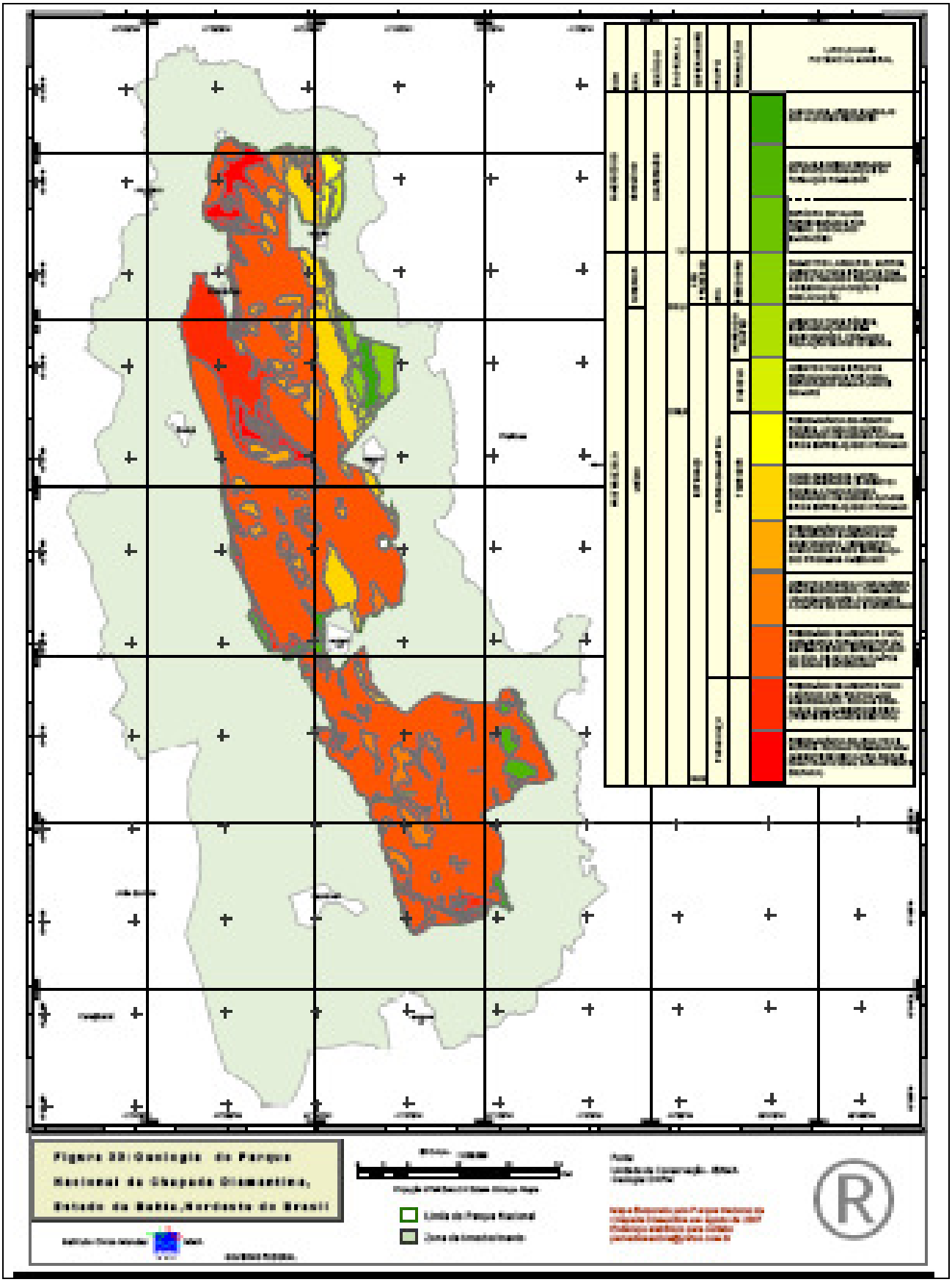
Recentemente, desde 250 anos atrás, devido à descoberta do diamante, houve uma gigantesca modificação na paisagem iniciada nos leitos e margens dos rios, onde se encontravam os conglomerados da formação Tombador, até as encostas das serras. Todo o solo foi retirado e abriram-se cicatrizes profundas, extraindo os cascalhos ricos em diamantes e carbonado. Isso transformou as matas ciliares e matas de encostas em campos rupestres, mais resistentes às condições ambientais desfavoráveis. Essas cicatrizes podem ser facilmente observadas em Lençóis, Andaraí e Igatu. Outros locais muito modificados pela ação antrópica foram os barrancos latossólicos ricos principalmente em carbonados. Os maiores são os de Igatu (barranco dos Morais) e de Lençóis (barranco das Companhias). Pode-se concluir que foi a ação dos garimpeiros que modelou a paisagem deixando-a como ela é hoje. A macro-estrutura foi gerada pelas transformações geomorfológicas, facilmente visíveis a partir do topo do morro do Pai Inácio, porém dentro das falhas e fraturas, nos locais de acumulação de diamantes, foi o homem que revolveu cascalho deixando montoeiras de fragmentos de rochas e muito pouco solo armazenador de água.

3.2.3 - Geomorfologia

A chapada Diamantina, enquanto unidade de relevo, compreende 33 municípios e está localizada na região central da Bahia, com uma superfície de 41.994km². É constituída, geologicamente, por rochas quartzíticas, areníticas, siltíticas e conglomerados, pertencentes às formações Paraguaçu, Tombador, Caboclo, Morro do Chapéu e Bebedouro, do grupo Chapada Diamantina, como detalhado no item anterior. O topo da Chapada é aplainado, caracterizando-se como um chapadão, com exuberantes escarpas nos dois lados. As altitudes variam entre 500 a 1.000m, formando um divisor natural de águas. Nas regiões escarpadas, diversos picos atingem entre 1.600 e 1.800m, com alguns pontos acima de 2.000m. Por um lado, deságuam na bacia do São Francisco e por outro, na própria região, onde nascem os dois maiores rios baianos: o de Contas e o Paraguaçu. A região escarpada, situada a leste do platô referido acima, constitui a serra do Sincorá, onde se encontra, predominantemente, a área do PNCD. O relevo e outros aspectos da geomorfologia do PNCD são mostrados nas Figuras 34 e 35.

A serra do Sincorá representa um planalto em estruturas dobradas e subhorizontais fortemente erodidas. Alonga-se no sentido norte-sul, com largura média de 25km, sendo que três feições principais de relevo são encontradas no PNCD, como se segue:

Figura 33: Geologia do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.



a) superfície de topo: superfície estrutural originária das formações do grupo Chapada Diamantina, inclinada para leste e seccionada por vales estruturais escavados a partir de suas fraturas, chegando a atingir 400m de profundidade. O relevo é aplainado com trechos de topografia irregular com cristas salientes e ressaltos erosivos, que formam escarpas secundárias de menor extensão, mas com mais de 200m de altura. Os solos são litólicos e muito raros devido aos afloramentos de rocha e ao fato de não haver acumulações aluviais;

b) escarpas frontais: são divididas em duas subfeições, paredão rochoso e tálus. A primeira compreende a parte superior da escarpa, de alta declividade quase vertical e com secções de fraturas verticais, com um desnível que chega até 400m na escarpa ocidental do Parque Nacional, que é praticamente contínua de norte a sul. A escarpa oriental é mais suave, uma série de patamares inclinados que vão decaindo de altitude. O tálus apresenta inclinação em torno de 45° e é constituído por matacões desprendidos do paredão. Assim como os paredões, o tálus é mais desenvolvido do lado oeste;

c) alvéolos: são vales resultantes de erosão fluvial em zonas de maior fraqueza estrutural e litológica, que se alargaram formando microrregiões rebaixadas de relevo ondulado e circundadas por encostas escarpadas que foram formadas. Os alvéolos mais importantes da região do Parque Nacional são o do rio Mucugezinho (ao norte do Parque), o do Capão (região centro-norte) e o do Campo Redondo (extremo sul).

Além do relevo planáltico, no Parque Nacional encontra-se também uma zona de planície e depressão situada na borda leste abrigando os vales dos rios Santo Antônio e seu afluente, São José, em Lençóis, ambos afluentes do rio Paraguaçu. Esta planície é formada por relevo de extensos interflúvios tabulares de rochas do grupo Una, de baixo gradiente, o que dificulta a drenagem e forma a área pantanosa conhecida como marimbus. O marimbus, portanto, são planícies alagadas, comumente chamadas várzeas alagadas, possuindo também trechos alagáveis. Além dos rios mencionados, o marimbus inclui também parte do curso do rio Utinga (um dos afluentes do rio Santo Antônio) também em Lençóis, e do rio Paraguaçu, em Andaraí (MINTER/SUDENE, 1976; Moraes, 1984).

3.2.4 - Solos

A nomenclatura dos solos adotada neste PM é mais antiga, bem como a sua descrição para o PNCD, e está baseada em Bomfim & Cavedon (1994).

O solo é um corpo natural organizado, com características próprias em permanente evolução, formando um sistema dinâmico e complexo. Pode ser considerado um ecossistema por abrigar espécies vegetais e animais, as quais alteram sua biologia, assim como as mudanças externas de temperatura e umidade que mudam as condições físico-químicas internas.

No Parque predominam solos pouco profundos e arenosos, muito frágeis e susceptíveis à erosão, principalmente nas áreas atingidas por incêndios, chuvas intensas, ciclos sazonais de umidade e seca e pisoteio pelo gado, principalmente bovino (Figura 36).

3.2.4.1 - Latossolos

São solos minerais, ácidos, não hidromórficos, com horizontes A e B latossólicos subdivididos em subhorizontes espessos com transição gradual e difusa entre eles. São considerados em estágio avançado de evolução, ricos em argila, óxidos de ferro e alumínio. Ocorrem sob vegetação florestal, ocupam a parte nordeste do Parque, em relevo suave ondulado a ondulado, horizonte A moderado e textura argilosa. Também são encontrados ao sul, no Baixão e a sudoeste, no Capão do Correia, por estarem em zonas mais úmidas com temperaturas mais amenas apresentam horizonte A proeminente e são mais ricos em matéria orgânica. Na região de Lençóis, ocorrem associados a areias quartzozas originadas da formação Tombador.

Figura 34: Relevo do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

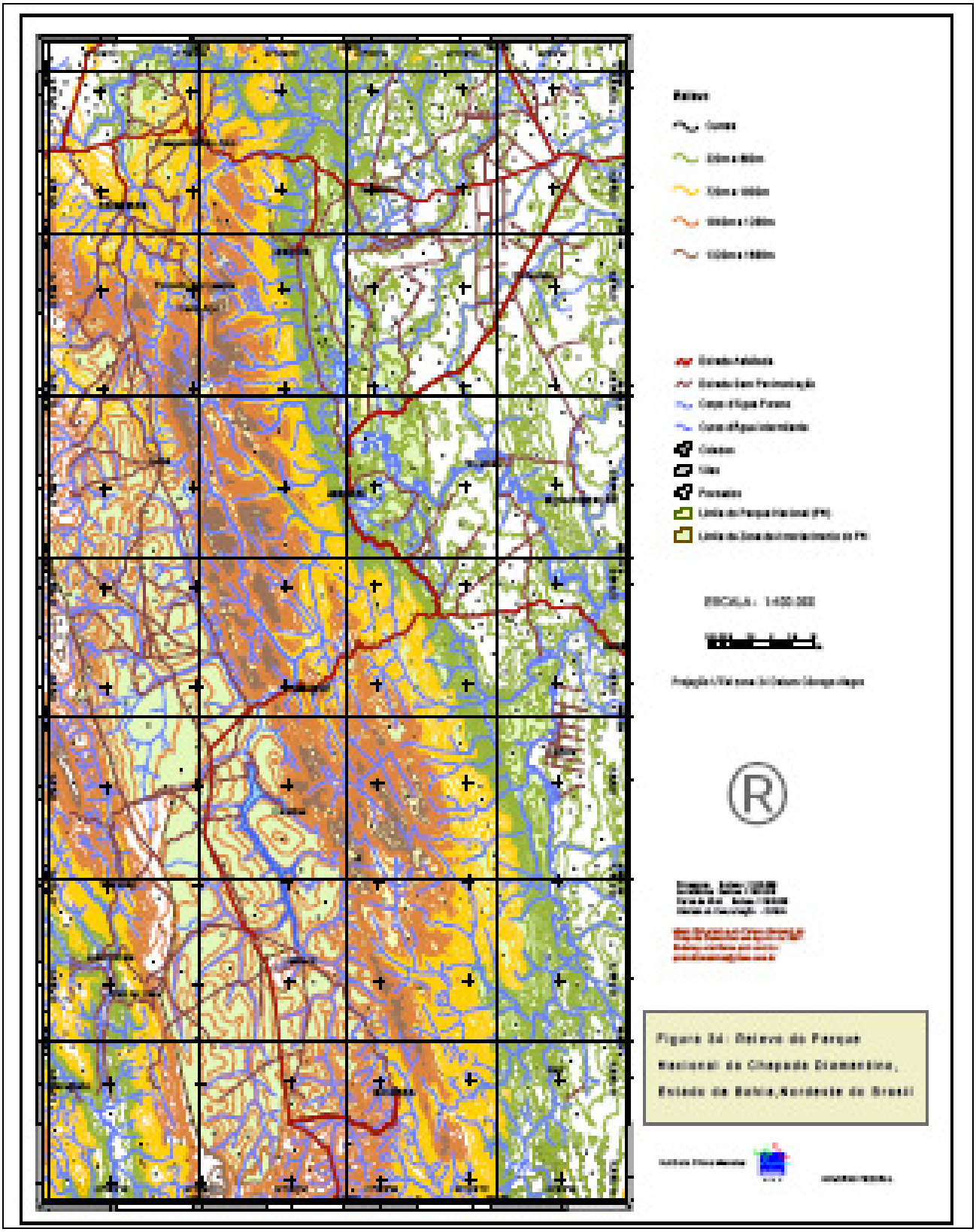
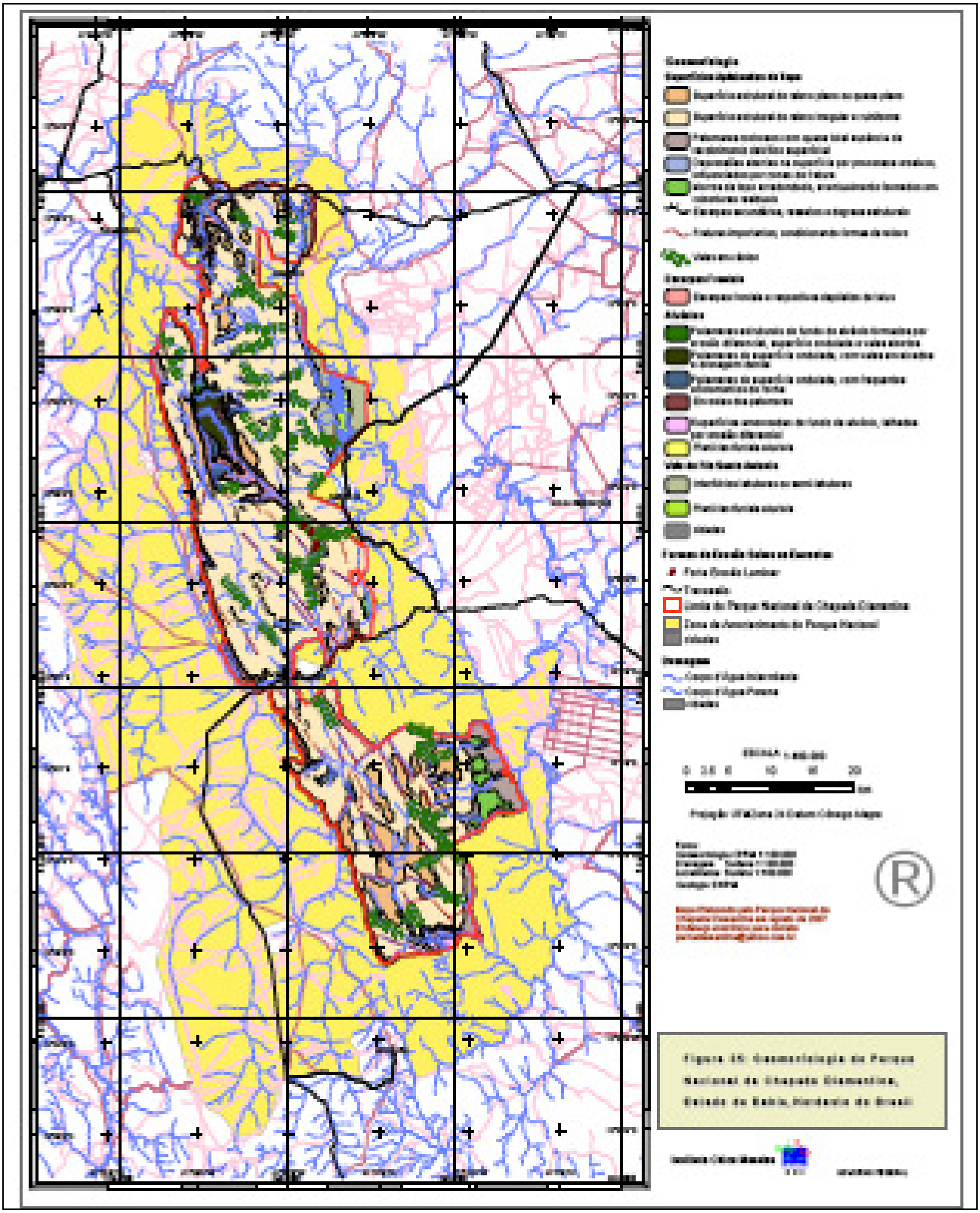


Figura 35: Geomorfologia do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.



3.2.4.2 - Cambissolos

Solos minerais com horizonte B incipiente, sua espessura depende da localização e posição na paisagem. Na maioria são álicos, ácidos e muito susceptíveis à erosão. É comum encontrarem-se matacões e fragmentos de rocha na superfície do solo. São encontrados no vale do Pati, onde são relativamente profundos nas vertentes muito íngremes cobertas por florestas, de coloração bruno-amarelada e estrutura moderada em blocos sub-angulares. Quando secos tem consistência dura e molhados são plásticos e pegajosos. Nos gerais dos Vieira são menos profundos, de coloração amarelada, com grande influência do material de origem na estrutura e consistência, o horizonte B é de estrutura maciça menos desenvolvida que no vale do Pati; horizonte A moderado e, às vezes, proeminente.

Nas partes de relevo suave ondulado e ondulado, de vegetação campestre e matas de galeria ao longo dos córregos, ocorre o Cambissolo húmico, com grande quantidade de matéria orgânica superficial e de cor preta a cinza escuro. Nas regiões vizinhas a Lençóis e Andaraí encontra-se Cambissolos latossólicos, com horizonte B mais espesso, estrutura maciça porosa ou em blocos subangulares, coloração vermelha, horizonte A moderado, profundo, argiloso e sob, invariavelmente, vegetação florestal, constituindo refúgios de flora e fauna. Também existem Cambissolos álicos associados à latossolos no limite do Parque, a leste e no sopé das escarpas onde afloram rochas do grupo Paraguaçu em relevo fortemente acidentado e grande susceptibilidade à erosão, sob vegetação campestre, com muitos matacões de arenito expostos.

3.2.4.3 - Solos Litólicos

Solos minerais, rasos (máximo 50cm), pouco desenvolvidos, com horizonte A e C, sem horizonte B. A vegetação é rasteira, típica de campos rupestres ou de campos de altitude. O solo exibe coloração preta devido ao acumulo de matéria orgânica. Os solos são álicos, quando originários de rochas areníticas, e são distróficos, quando provém de siltitos e argilitos do grupo Paraguaçu. Ocorrem em toda a área do Parque, em todas as formas de relevo, e ocupa a maior área mapeada na serra do Sincorá.

3.2.4.4 - Solos Podzólicos

Solos minerais, com horizontes A, B enriquecido por matéria orgânica ou húmus e C. o horizonte A se subdivide em A1 e A2, este bastante arenoso por perder toda a matéria orgânica para o horizonte B por lixiviação. Ocorrem em áreas altas, são provenientes das rochas da formação Tombador, cobertos por vegetação campestre junto a pequenos córregos e em manchas nos gerais do Machobongo. São susceptíveis à erosão em sulcos ou voçorocas, facilmente degradados em relevo plano ou suave ondulado, portanto devem-se evitar trilhas sobre esse tipo de solo. As sempre-vivas-de-mucugê crescem, preferencialmente, sobre podzólicos associados a litólicos húmicos.

3.2.4.5 - Solos Aluviais

São pouco desenvolvidos e originam-se de sedimentos aluviais não consolidados, em camadas estratificadas, com horizonte A sobre C. Ocorrem nas várzeas dos rios Santo Antônio e Paraguaçu e no marimbus.

3.2.5 - Espeleologia

As áreas vizinhas ao Parque Nacional, especialmente no norte e no leste, onde predominam solos e formações calcárias, são ricas em cavidades naturais subterrâneas. No PNCD, ainda faltam estudos sistemáticos sobre o tema. Entretanto, objetivando uma caracterização preliminar, foi feito um levantamento rápido, por amostragem, especificamente voltado para o presente PM, o qual foi conduzido por um técnico do IBAMA, do Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo das Cavernas (CECAV), da DIREC, com o apoio de um outro da equipe do PNCD, cujos dados constam de Ferreira (2005). Como nem todas as cavidades puderam ser visitadas e avaliadas, aquelas visitadas são descritas de modo a dar subsídios ao seu futuro manejo, para o que é exigência legal que seja elaborado um plano de manejo espeleológico para cada cavidade natural, a qual venha ser objeto de uso: proteção direcionada, pesquisa e visitação, por exemplo (Figura 37).

3.2.5.1 - Descrição das Cavernas Localizadas no Interior do Parque Nacional da Chapada Diamantina

3.2.5.1.1 - Caverna do Mastruz (ou da Paz)

Trata-se de uma caverna essencialmente estrutural em arenito fino intercalado com arenito em textura média da formação Paraguaçu. Aparentemente, o arenito nesta camada possui cimento acentuadamente cálcico, uma vez que além de ser uma caverna de característica estrutural, apresenta alto componente dissolutivo evidenciado, sobretudo, pelo aspecto desgastado das rochas e pela deposição sob forma de espeleotemas clássicos. O cimento cálcico, em questão, seria o elemento de agregação dos sedimentos arenosos. Este material tanto pode ter origem no momento da formação da rocha quanto em épocas tardias. Por causa da composição cálcica, tendem a sofrer o processo de dissolução, comum nos calcários. Este processo é acelerado dependendo da característica mais ou menos ácida das águas de percolação (infiltração). O cimento dissolvido em um ponto pode ser acumulado sob a forma de espeleotemas em outro local. A alternância entre camadas finas e grossas parece ter favorecido o processo de intemperismo e dissolução, o que ocasionou pequenos buracos na rocha com texturas mais grossas, possivelmente por interferência de liquens e comunidades pioneiras.

O desenvolvimento da cavidade aproveita uma fissura vertical de cerca de 10m, altura aproximada da boca (entrada). A largura da entrada aproxima-se dos 4m e o desenvolvimento linear dos 15m. Está situada no topo da encosta escarpada da serra do Mastruz, onde é bastante provável a presença de outras cavidades similares. Em alguns setores desta cavidade percebeu-se a presença de água nas paredes, escoando principalmente por exsudação. Foram encontrados poucos pontos com goteiras e apenas uma poça de pequeno tamanho. Ao que tudo indica, a cavidade não está diretamente conectada com o sistema hidrológico local, servindo no máximo de recarga secundária ao aqüífero. Contudo, foi encontrado em seu trecho final um depósito sob a forma de fluxo de detritos. Este indica que possivelmente a caverna participara de forma ativa no sistema hidrológico local e que, por ocasião de um escorregamento e chuvas intensas, foi interrompida.

Ainda sobre a deposição e fenômenos correlatos, percebe-se na cavidade um fator dissolutivo acentuado para este tipo de litologia, como já mencionado. Foram encontrados espeleotemas do tipo coralóide (principalmente) e algumas poucas estalactites, de 4cm em média. Tais espeleotemas, apesar de aparentemente verdadeiros, possuem coloração acentuadamente escura e desenvolvimento incipiente. O aspecto enegrecido de tais formações tanto pode ser oriundo de impurezas no momento da deposição, como matéria orgânica, quanto pode ser fruto de interferência de queimadas na boca da cavidade, com a conseqüente contaminação por fuligem (hipótese mais provável).

Quanto aos aspectos biológicos, aparentemente possui pouca representatividade. Foram encontrados um pequeno artrópode amarelo-claro (aparentemente um opilião), o roedor mocó e teias cônicas de aranha. Já por outro lado, devido à luminosidade em seu interior, ocorrem musgos e outros tipos de organismos clorofilados.

3.2.5.1.2 - Gruta (Caverna) do Lapão

Esta caverna constitui-se basicamente de arenitos intercalados com conglomerados. Por vezes tem-se a impressão de que os conglomerados predominam na cavidade, constituindo na maioria das vezes depósitos sob a forma de caos de blocos. Situa-se no interior da formação Tombador, com indicação de evento deposicional referente a conglomerados sendo que possivelmente ocorreu incisão até os arenitos.

O desenvolvimento desta caverna é surpreendente, sobretudo se analisada a litologia na qual está inserida. Em linha reta são 620m e, aproximadamente, 900m em extensão real. Não se trata de uma cavidade labiríntica, mas preferencialmente linear. Possui salões amplos, cujos tetos superam por vezes os 20m de altura. Também são percebidos vários abismos que, somados aos inúmeros depósitos em caos de blocos, torna o percurso mais inseguro. São duas as entradas para a caverna.

Uma menor e mais discreta, situada a montante. A segunda, cuja abertura supera os 45m de altura

e 30m de largura, situa-se a jusante, onde o rio já se encontra descoberto.

Dividindo-se a caverna em duas metades: i) montante 1 e ii) jusante (2), percebe-se na segunda metade o aparecimento do fluxo de água que, segundo informações, é perene e pode se avolumar rapidamente nas ocasiões de grandes precipitações, fato este evidenciado pelas marcas nas paredes da caverna e pelos grandes fluxos de detritos observados.

Quanto à ornamentação da cavidade, percebe-se um acúmulo maior de espeleotemas próximo à entrada de menor envergadura (montante 1), porém com ocorrência esparsa em toda a caverna. Verifica-se a presença, sobretudo, de coralóides incipientes, várias proto-estalactites e algumas estalagmites. Os primeiros ocorrem predominantemente em blocos abatidos, podendo haver um componente biológico em sua formação, que seria em função da proximidade da entrada da caverna e da luz. Apresentam-se mais ou menos desenvolvidos e esbranquiçados. Apenas em um setor específico da caverna (trecho médio) encontram-se espeleotemas coralóides com coloração escura a negra. As estalactites apresentam também coloração clara, com tamanhos nunca superiores a 4cm e com exemplares relativamente bem dispersos pela caverna do Lapão.

Também foram encontradas duas formações aparentemente de deposição pavimentária verdadeira, ou seja, estalagmites cálcicas. A dúvida paira pelo fato delas estarem danificadas e com aspecto muito similar a cristais de quartzo (brilho, dureza e cor). Contudo, a existência de círculos concêntricos permite inferir tratar-se de estalagmites verdadeiras. Apresentam também deposição nas laterais em forma de couve-flor, e sua projeção vertical indica pequenas estalactites. Por último, por se tratar de uma feição de interesse, ressalta-se a existência de uma clarabóia logo na entrada jusante 2 da caverna. Somando-se à grande envergadura desta entrada, o efeito que a clarabóia produz é muito belo, sendo um atrativo à parte.

Os aspectos faunísticos da gruta do Lapão foram muito pouco explorados. Talvez por este motivo não se tenha obtido um número tão grande de exemplares, condizentes com o grande tamanho da cavidade. Foram observados alguns poucos morcegos, duas espécies de aranha, um besouro e, segundo relatos, em sua entrada havia um ninho de gavião. Ao que parece, já foi encontrado também um espécime de escorpião despigmentado por um pesquisador que, por não estar devidamente licenciado para pesquisa, não há dados para averiguação do fato, por enquanto.

3.2.5.1.3 - Mina do Brejo (zona urbana do Distrito de Igatu)

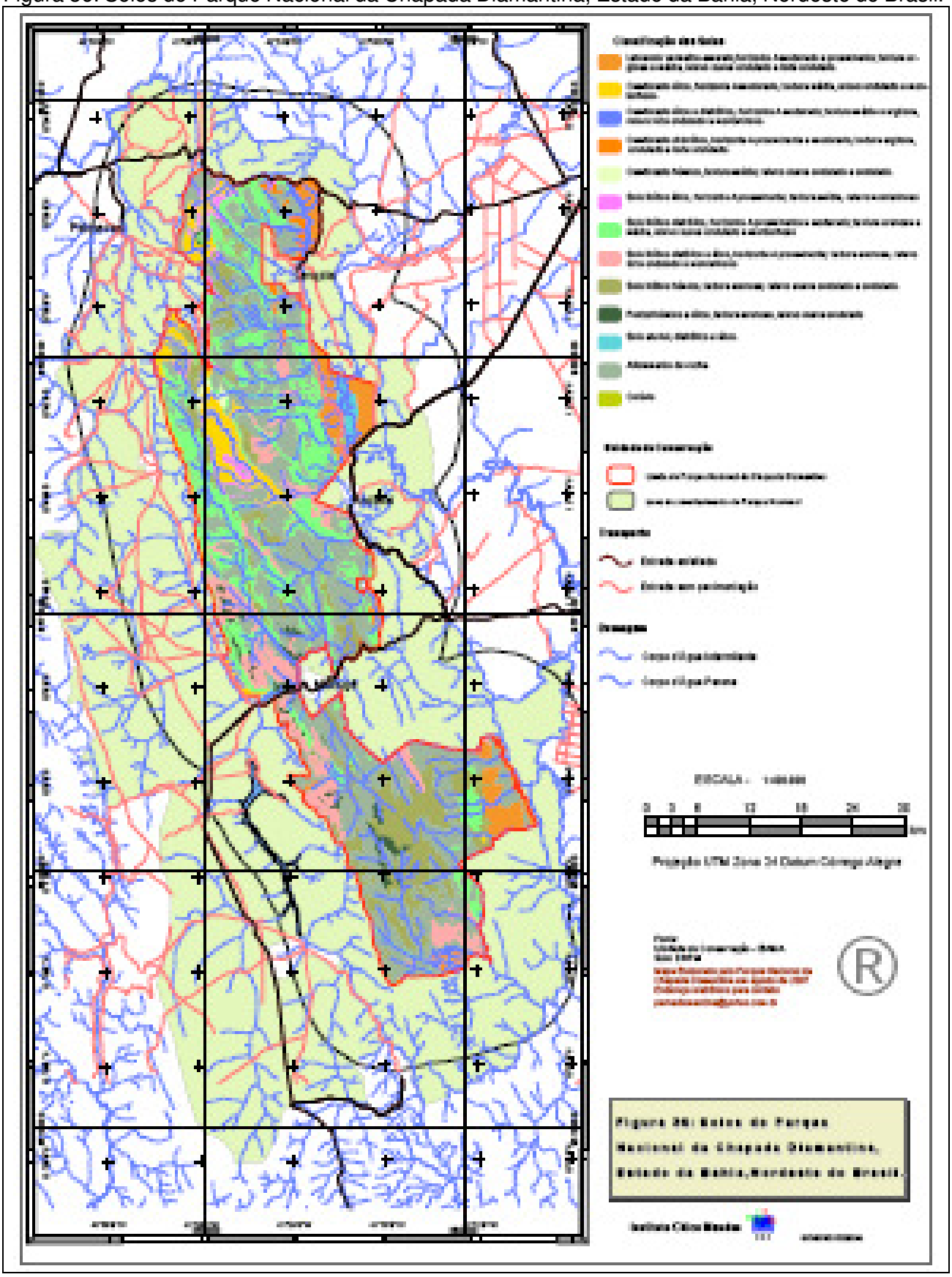
A entrada aberta e em exploração, atualmente, encontra-se na zona urbana do Distrito de Iguatu, fora do PNCD, enquanto o seu desenvolvimento e a outra entrada estão no Parque, do Município de Andaraí. Esta gruna, ou seja, mina explorada pelo garimpo subterrâneo, não apresenta qualquer indício de origem natural. É possível que antes da ação antrópica possuísse algum desenvolvimento natural, onde os garimpeiros iniciaram seu trabalho de escavação.

Atualmente se trata de uma mina, de razoável prolongamento, apresentando amplos salões de desabamentos e a presença de um fluxo d'água perene em seu interior. Em sua entrada mais próxima da área urbana de Igatu, encontra-se um pequeno poço, provavelmente construído para o represamento dos sedimentos e diamantes. Sua outra abertura, que não foi visitada em virtude da obstrução do conduto, situa-se no interior do PNCD. Segundo o relato do guia, não há mais trabalho de garimpo neste local. Hoje, a perspectiva é de sua utilização para o turismo, uma vez que se refere historicamente a um momento muito rico do passado da região. Além disso, está muito próxima do núcleo urbano e turístico de Igatu. Por fim, trata-se de um passeio instigante, similar ao espeleoturístico.

3.2.5.1.4 - Complexo Caverna do Criminoso

Este complexo cavernícola encontra-se nas proximidades de Igatu, envolto pela área do Parque. Foram encontradas várias entradas para acessar as cavidades. Trata-se de uma região com muitos afloramentos recortados pela drenagem e pelo garimpo (antigo e atual) aonde predominam arenitos e conglomerados intercalados da formação Tombador, com conglomerados isolados em relevos residuais.

Figura 36: Solos do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.



Morfologicamente, a área condiz com um grande campo de rochas aflorantes com encaixamento proeminente da drenagem e fluxo, ora superficial, ora subterrâneo. Muitos blocos abatidos demonstram que a área é propícia a quedas de matacões e desmoronamentos. São inúmeros os buracos e fendas entre as rochas, demonstrando a potencialidade para a descoberta de novas entradas de cavernas. Aparentemente, o aspecto paisagístico sugere que todos os cavernamentos que por ventura sejam encontrados fazem parte, juntamente com os já conhecidos, do mesmo sistema hidrológico.

O eixo principal drena em direção aos rios Piabas e Paraguaçu, sendo que as cavidades servem de afluentes e os maciços de área de recarga. A presença constante de indícios de garimpos, recentes ou pretéritos, mostra que a área ainda é muito cobiçada pela abundante riqueza contida entre suas rochas. Do ponto de vista histórico e cultural, este elemento valoriza a área. Contudo, do ponto de vista ambiental, traz conseqüências gravíssimas à manutenção do ecossistema cavernícola. Foi possível observar, por exemplo, a grande diferença entre a água que drena um garimpo e a que se origina de uma região preservada, a primeira mostrando muito sedimento em suspensão, com conseqüente alteração na cor da água.

A investigação da caverna especificamente revelou um quadro de grande atividade espeleogenética, ou seja, de franco desenvolvimento. Este fato torna tais ambientes mais sensíveis, requisitando maiores cuidados em seu manejo. A medida prioritária nestas condições é zelar pela qualidade das águas que penetram e modelam estas cavernas. O sistema cavernícola do local, além de muito interligado entre si e com a drenagem superficial, também se encontra em uma fase transitória entre sua estruturação básica e a deposição, ou seja, de fase freática para vadosa. Por isso, não foi possível encontrar espeleotemas ou demais indícios de deposição química. As paredes encontram-se lavadas e os únicos sedimentos encontrados são se origem terrígena (areia, cascalho e blocos). Por outro lado, foram observados alguns representantes da fauna cavernícola, como um opilião e um besouro ligeiramente despigmentado.

3.2.5.1.5 - Caverna da Araponga

Situada no vale onde se inserem os chamados Três Irmãos (Passagem Funda, Vale do Rio Lençóis), a caverna da Araponga desenvolve-se próxima ao topo da segunda escarpa, ou seja, a serra dos Cristais, em altura similar a de diversas outras cavidades descritas aqui. Tal fato pode evidenciar a conjunção de dois fatores que resultaram na formação destas cavernas.

O primeiro fator refere-se provavelmente à composição química dos sedimentos que compuseram as rochas nestes locais (tanto o cimento, quanto os clastos), dada pelo evento deposicional. Neste caso, a lixiviação causada pela água de percolação poderia criar uma desestruturação de certas camadas, intensificando a erosão subterrânea e por fim originando cavernas em tais pontos. O segundo fator relaciona-se ao tempo, indicando que as cavidades que ora se situam no topo, estão relativamente envelhecidas, no estágio final da evolução normal. Ou seja, o avanço dos processos erosivos na região teria encaixado a drenagem e alçado relativamente a caverna. Sendo assim, o tempo de vida destas formações estaria se esgotando, predispondo-as a desmoronamentos.

O acesso à caverna é por trilha até uma fazenda próxima, de onde se segue pelo depósito de sopé da escarpa, sem trilha marcada, em subida íngreme e com vegetação densa. Chegando-se às imediações da caverna, a trilha redefine-se, sendo possível visualizar o vale abaixo. A entrada da cavidade é bem estreita, aproveitando o acamamento do maciço arenítico, em interseção com uma falha vertical, possuindo blocos abatidos junto à boca. O maciço arenítico é homogêneo, de textura média a fina, pertencente à formação Tombador.

A poucos metros abaixo da entrada, o salão toma forma, ampliando-se. Desenvolve-se então seguindo o leito de um córrego interno, tanto a montante quanto a jusante. Percebe-se logo a presença de deposição química, especialmente no teto. Predominam espeleotemas do tipo coralóide. A montante, à medida que se caminha, aumenta a presença de espeleotemas, tanto em quantidade quanto em variedade. Foram encontrados exemplares de estalactites (algumas espiraladas), estalagmites, coralóides, cortinas (incipientes), capas calcíticas (teto e pavimento) e formações similares a bolhas.

O desenvolvimento a partir da entrada para montante supera os 60m, com a presença de um córrego ora aparente, ora subjacente. Já a jusante, bifurca em Y, dando ambos os braços em um abismo de falha, cujo desnível não foi possível averiguar. Aparenta possuir uma profundidade considerável, uma vez que o tempo de queda do cascalho supera os 5 segundos. No abismo deságua o córrego subterrâneo supracitado.

Quanto à fauna, foram encontrados exemplares relevantes, contudo pouco abundantes. Teias em cone, sons de grilos, outros insetos diversos e, especialmente, girinos aparentemente despigmentados, os quais se encontravam em uma poça de fraco escoamento. Seria necessária a análise por um bioespeleólogo, para aferir a importância de tais espécimes.

3.2.5.1.6 - Caverna da Lapinha (do Castelo)

Caverna situada no alto da serra da Lapinha (também chamada de morro do Castelo), no Vale do Pati, com trilha de acesso bem íngreme. Sua posição no maciço aproxima-se do topo, possuindo uma entrada principal de grande envergadura e duas bocas (entradas) adicionais, no lado oposto da Serra. Assim como na maioria das demais cavidades encontradas no PNCD, esta caverna desenvolve-se em arenito bem homogêneo, com um forte controle estrutural que lhe conforma o aspecto de seus condutos.

Seu desenvolvimento prolonga-se por mais de 160m, levando-se em conta os dois braços que desembocam nas entradas distais. Possui salões amplos, com muitos blocos abatidos e areia depositada. Sedimentos de origem química (espeleotemas) não foram encontrados em demasia (apenas coralóides e pequenas estalactites). Contudo, identificou-se em trechos do pavimento da caverna minerais disformes de cor clara e brilhante. Analisando-se detidamente, foi possível observar clivagens paralelas nestes pequenos minerais (4cm, no máximo). Aparentemente sugerem tratar-se de deposição de calcita, sendo que em contraposição não se apresentavam coesos ao pavimento e sim granulados sobre sedimentos finos inconsolidados.

A caverna encontra-se bem seca, sem formação atual de espeleotemas. Existe um pequeno fluxo de água em exsudação na parede lateral, próxima à entrada principal. Contudo, sua importância é restrita, uma vez que a água é tragada pelos sedimentos arenosos do pavimento. Em virtude das aberturas em lados opostos da Serra, há também um fluxo de ar importante, garantindo uma renovação constante pelo vento.

Foram observados poucos exemplares da fauna. Teias de aranha em cone e andorinhas que utilizam a caverna como abrigo para ninhos foram os únicos indícios de utilização da caverna pela fauna. Em sua entrada, observou-se um pequeno roedor entre os blocos e um bando de pássaros multicoloridos.

3.2.6 - Hidrografia

3.2.6.1 - Aspectos Gerais

Como já foi abordado antes, o PNCD possui rica bacia hidrográfica, com importância que transcende somente a sua área, sendo fundamental para a ecologia do bioma Caatinga (Figura 38).

O PNCD está inserido totalmente na bacia do rio Paraguaçu, a qual drena uma área total de 56.300km², sendo que a chapada Diamantina representa, sozinha, quase a quarta parte desta área total (Bomfim & Cavedon, 1994). O PNCD engloba grande parte dos contribuintes do alto curso da bacia, entre eles os mais volumosos, como os rios Santo Antônio – o afluente mais importante do rio Paraguaçu (Bomfim & Cavedon, 1994), Cumbuca, Una e Preto. Ao entrar no Parque, o rio Paraguaçu não passa de um pequeno córrego e, ao sair de seus limites, apresenta-se como um rio caudaloso.

Porém, os rios Paraguaçu e Santo Antônio, antes de entrarem no PNCD, drenam uma área de 7.500km², aproximadamente, passando por núcleos urbanos, áreas de plantio de soja, feijão e arroz com intensa irrigação (Bomfim & Cavedon, 1994). Tal situação requer atenção no manejo, especialmente no que se refere à manutenção das condições de qualidade da água da UC. É preciso atenção aos rios que entram no Parque, tais como, os rios Mucugezinho, Lençóis, São José,

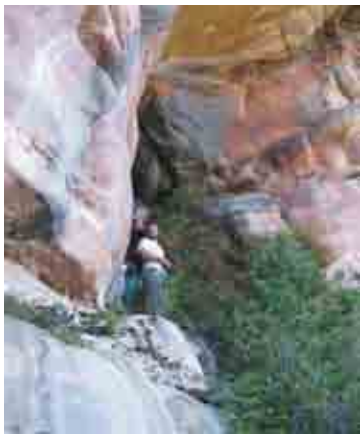
Grande, Utinga, Lavrinha e Capivara, entre inúmeros outros, pois trazem variados graus de contaminação, inclusive por altas taxas de coliformes fecais (Bomfim & Cavedon, 1994). Tais autores analisaram, preliminarmente, toda a área do PNCD e parte do seu entorno e constataram que a qualidade da água é de excelente a boa na região mais alta do Parque, enquanto a maior contaminação por coliformes fecais está relacionada a uma maior concentração de moradias locais e ao uso intenso pelo turismo.

Os rios do Parque apresentam algumas características comuns. A maioria deles é encaixada em fraturas e falhas nos arenitos e conglomerados do grupo Tombador, possuindo alta energia. Seus leitos geralmente são preenchidos por matacões e seixos, apresentam número incomum de cachoeiras e cascatas, os maiores atrativos do Parque. Os rios sofreram grande ação garimpeira, apresentando ainda hoje cicatrizes, como blocos rolados, antigos barramentos e profundos poços originados pela retirada de sedimentos das cavidades naturais na rocha do leito do rio (as chamadas marmitas).

Figura 37: Cavidades Naturais (Cavernas, Grutas e Outras) do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil (Fotos: Cristiano F. Ferreira).

Caverna do Mastruz (ou da Paz)

Posição da caverna do Mastruz, no topo da vertente. Seta indica entrada (boca) da caverna.



Detalhe da entrada da caverna do Mastruz, com controle estrutural evidenciado pela verticalidade. Ao mesmo tempo, percebem-se paredes com evidências de dissolução.

Percebe-se um tipo de formação inusitada, formada na parede da cavidade, provavelmente por erosão diferencial (não se trata de deposição química) e que pode ter sido desenvolvida em decorrência de comunidades pioneiras (bioácidos).

Gruta (Caverna) do Lapão

Entrada da caverna do Lapão, com impressionante envergadura para cavidade arenítica/conglomerática.

Clarabóia existente logo na maior entrada da caverna, compondo o belo cenário.

Vista da maior entrada, com depósitos em caos sob o qual flui córrego. Turistas no canto, à direita.

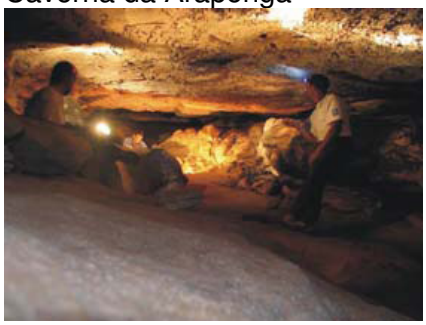
Complexo Caverna do Criminoso

Entrada "a" da caverna do Criminoso. Notar aspecto disforme, com muitos blocos abatidos e alternância entre arenitos e conglomerados (mais abundantes).

Conduto com rio canalizado e marcas de espuma nas paredes. Indicativo de repentinas e volumosas inundações, tornando-a arriscada para fins turísticos.

Pequeno inseto despigmentado encontrado em zona afótica.

Caverna da Araponga



Salão na caverna da Araponga, com espeleotemas no teto.

Espeleotemas do tipo cortina entremeados com coralóides.

Exemplares de espeleotemas, similares a estalactites, contudo com aspecto espiralado (de 3 a 4 centímetros).

Caverna da Lapinha (do Castelo)

Percebe-se a entrada da caverna do Castelo. Situada próximo ao topo do maciço, possui grande envergadura (turistas no centro da foto).

Detalhe da entrada, com blocos abatidos em primeiro plano.

É possível observar o caráter eminentemente estrutural da caverna, com o acamamento condicionando o teto e o pavimento e fissuras verticais as paredes.

Alguns rios do Parque apresentam outras características um pouco distintas, como o rio São José e o rio Preto (de Palmeiras). Neles deságuam os rios que descem da serra, que se caracterizam por apresentarem menor energia que os primeiros e estarem inseridos em relevo de menor declividade. São estes os rios que sofreram as maiores transformações decorrentes do garimpo, tanto pela deposição dos sedimentos decorrentes de garimpos dos rios de serra, como também pela brutal ação das dragas, que abriram imensas crateras (catras) em seus leitos e também contribuíram para

o seu assoreamento.

Outro ponto incomum da hidrografia local é a já citada área pantanosa, o marimbus. Trata-se de um tipo de pantanal, formado pelo baixo curso dos rios Santo Antônio e São José e, para alguns autores, também formado pelo rio Utinga. O marimbus possui características distintas de qualquer outro lugar da chapada Diamantina, tanto em termos hidrográficos, vegetacionais e faunísticos. É uma região extremamente plana, extensa e alagada, acrescida de outras periodicamente alagáveis, bem como de inúmeras lagoas formadas pelos antigos meandros do rio Santo Antônio. É ponto de reprodução dos peixes que sobem o rio Paraguaçu e local de alta concentração de indivíduos de espécies da fauna, como aves, mamíferos, répteis e anfíbios.

Os rios do Parque caracterizam-se por períodos de cheias, as quais são seguidas de períodos secos, dentro do ciclo de precipitação anual, ou seja, permanecem cheios de novembro a abril e secos de maio a outubro. Por serem regiões com solos pouco profundos e muitos afloramentos rochosos e também em razão das grandes modificações causadas pelo garimpo, grande parte da água desce direto para os rios, causando cheias repentinas, sendo comum a ocorrência das chamadas trombas d'água, ou seja, elevação subida, veloz e perigosa do nível da água. De maneira similar, alguns rios também secam com extrema rapidez devido à pequena retenção de água no subsolo de algumas áreas do Parque, fruto também das modificações pelo garimpo.

Os rios mais expressivos do PNCD são o rio Paraguaçu e o rio Santo Antônio, de acordo com Bomfim & Cavedon (1994). Segundo tais autores, o rio Paraguaçu corta o Parque na sua parte central, em um trecho de cerca de 20km, e o rio Santo Antônio corta a área do Parque a leste, em uma extensão inferior a 10km. Tais autores ainda caracterizam a hidrografia do Parque comentando acerca dos principais afluentes dos rios Paraguaçu e Santo Antônio, cujas nascentes estão no interior da UC. Entre os afluentes destacam-se: i) o rio São José, que corre de norte para sul, com inúmeros contribuintes pela margem direita, ii) o rio Preto, que corre de noroeste para sudeste, e iii) o rio Mucugê, na parte sul do Parque. Ainda no sul, merecem destaque os formadores do rio Una, os quais deságuam no rio Paraguaçu próximo a Itaetê.

3.2.6.2 - Sub-bacias Hidrográficas do Parque Nacional da Chapada Diamantina e Região

Para efeito do presente PM, adotou-se a divisão do alto curso da bacia do rio Paraguaçu em sub-bacias, conforme mostrado na Figura 39. Considerou-se também, para efeitos didáticos, a bacia do rio Paraguaçu antes de entrar no PNCD como uma sub-bacia à parte, chamada de Nascentes do Rio Paraguaçu.

3.2.6.2.1 - Sub-bacia do Rio Santo Antônio

Agrega todos os rios da parte norte, nordeste e leste do Parque, até a foz do rio Santo Antônio. É a maior em área no interior do Parque. Praticamente todos os rios desta bacia foram garimpados no passado. Nesta sub-bacia estão alguns dos atrativos naturais mais visitados, como: a cachoeira da Fumaça, a cachoeira do Sossego, a cachoeira do Roncador, a cachoeira da Primavera, o balneário Mucugezinho, o Poço do Diabo e o marimbus.

3.2.6.2.2 - Sub-bacia do Rio Preto

O rio Preto, da região de Mucugê, é afluente do rio Paraguaçu, pela sua margem esquerda (Bomfim & Cavedon, 1994). A sub-bacia compreende a extensa região dos gerais do rio Preto até a sua foz no rio Paraguaçu (porção oeste do Parque). Caracteriza-se principalmente pela grande área de captação destes gerais alagadiços que, mesmo não possuindo solos muito profundos, serve como um considerável reservatório de água, contribuindo com quantidade significativa de água para o rio Paraguaçu durante todo o ano. Apesar de seu baixo curso ter sido fortemente explorado pelo garimpo, seu médio e alto cursos praticamente não foram garimpados, mas sofreram considerável impacto ambiental negativo em função da criação de gado, especialmente bovinos. O rio Preto possui inúmeras cachoeiras.

3.2.6.2.3 - Sub-bacia do Pati

É composta pelos rios do Vale do Pati, sendo os mais importantes o rio Piabas, o rio Calixto e o rio Cachoeirão. É uma sub-bacia onde a agricultura familiar e o turismo predominam como principal

atividade. Nestes rios encontram-se diversos atrativos como a cachoeira Cachoeirão, a cachoeira do Calixto, a cachoeira dos Funis e a foz do rio Pati, avistada do mirante natural chamado Rampa do Caim.

3.2.6.2.4 - Sub-bacia de Andaraí

Constituída pelos rios da vertente leste do Parque, que deságuam no rio Paraguaçu nas proximidades de Andaraí, esta sub-bacia, que é de pequenas dimensões, tem como um de seus principais rios o rio Baiano. Foi uma área fortemente explorada pelo garimpo. As cachoeiras do Ramalho e do Bocório estão inseridas nesta sub-bacia.

3.2.6.2.5 - Sub-bacia Cotinguiba

Esta sub-bacia encontra-se no centro do Parque e é constituída de alguns córregos que descem das áreas elevadas da serra e deságuam no rio Paraguaçu, ao sul da sub-bacia do Pati e a leste da sub-bacia do rio Preto.

3.2.6.2.6 - Sub-bacia do Rio Piabas

É composta pelo rio Piabas e seus afluentes, como o rio Coisa Boa e outros da região de Igatu e dos gerais da área denominada Capa Bode. Foi uma das áreas mais exploradas pelo garimpo no passado. Como principais atrativos turísticos destacam-se as cachoeiras das Três Barras e dos Cristais.

3.2.6.2.7 - Sub-bacia do Rio Capãozinho

A sub-bacia é constituída do rio Capãozinho e seus afluentes, a oeste do Parque e com poucos rios provenientes de seu interior. Caracteriza-se por uma extensa planície, onde predominam a agricultura familiar e a pecuária. Entretanto, existe uma nova tendência e uma forte pressão para a entrada da agricultura irrigada nesta sub-bacia.

3.2.6.2.8 - Sub-bacia do Rio Sertãozinho

Corresponde a uma pequena área drenada pelo rio Sertãozinho e seus afluentes, a sudoeste da Cidade de Mucugê.

3.2.6.2.9 - Sub-bacia do Rio Cumbuca

A sub-bacia é composta pelos rios Cumbuca (afluente do rio Paraguaçu pela margem direita) e Mucugê e seus afluentes. O rio Cumbuca também é citado como Cumbucas, Combuca, Combucas, Cambuca ou Cambucas, grafias que podem ser vistas em diferentes mapas e outros materiais já publicados. A sub-bacia situa-se ao sul e a leste da Cidade de Mucugê. Foi nesta região onde foram encontrados os primeiros diamantes da chapada Diamantina. Nesta sub-bacia são encontradas as cachoeiras do Cardoso, dos Funis e das Andorinhas, todas no rio Cumbuca.

3.2.6.2.10 - Sub-bacia do Rio Una

Corresponde a toda a área sul e sudeste do Parque e é formada pela grande área de captação que forma os gerais de Machobongo, pelos diversos rios que descem a vertente sudeste do Parque e pelos demais afluentes do rio Uma, situados ao sul e sudeste do Parque, fora de seus limites. Além do rio Una, destacam-se também os rios Riachão, Samina, Timbó, Timbozinho, Invernada, Santo Antônio e Mucugezinho. Cite-se que o rio Jibóia é parte da sub-bacia, sendo afluente do rio Una (Bomfim & Cavedon, 1994). Dentre os atrativos desta sub-bacia destacam-se a cachoeira Encantada (no rio Samina), a cachoeira do Herculano, a cachoeira Roncadeira, a cachoeira Invernada, a cachoeira Bom Jardim, a cachoeira Fumacinha, a cachoeira Véu de Noiva, a cachoeira Escondida, o lago do Baixão, a cachoeira do Buracão e a cachoeira do Licuri.

3.2.6.2.11 - Sub-bacia Nascentes do Rio Paraguaçu

Corresponde à porção do alto Paraguaçu antes de sua entrada no Parque. Corresponde ao amplo planalto localizado a sudoeste do Parque, área onde predomina a agricultura irrigada, encabeçada por grandes agroempresas monocultoras, que produzem principalmente batata. Pelo tipo de cultivo empregado, torna-se emergencial uma análise séria do grau de contaminação dos corpos d'água superficiais e dos lençóis freáticos da região. Outro item de destaque desta sub-bacia é a barragem do Apertado, construída pelo governo do Estado da Bahia de maneira altamente polêmica como,

por exemplo, sem retirada da vegetação da área inundada e sem finalizar o processo de licenciamento ambiental. Tal barragem propiciou o início da expansão agrícola da região. Porém, existem inúmeras barragens menores nos rios e córregos que compõem a sub-bacia.

3.2.7 - Vegetação do Parque Nacional da Chapada Diamantina

O PNCD está situado na serra do Sincorá, porção oriental da chapada Diamantina e prolongamento da serra do Espinhaço. Todo o complexo da serra do Espinhaço é também conhecido como cadeia do Espinhaço. Como a maior parte do Parque está situada em altitudes acima de 900m, a área apresenta um clima mais úmido do que a média da região, fator que condiciona muito os tipos de vegetação encontrados no PNCD (Bomfim & Cavedon, 1994).
Os primeiros dados sobre a vegetação na serra do Sincorá remontam a Sampaio (1955) e a Luetzelburg (1922). No entanto, a primeira compilação da vegetação da região foi apresentada por Harley & Simmons (1986), que abordaram a região de Mucugê e arredores, dando ênfase aos campos rupestres locais. Como referido no Encarte 2, os autores mostraram a existência um grande número de espécies endêmicas na flora local. Levantamentos mais recentes têm demonstrado que este endemismo está provavelmente ligado à existência de refúgios durante as glaciações ocorridas no Pleistoceno. Mostram, ainda, que são necessários mais estudos para determinar até que ponto as espécies são endêmicas da região da serra do Sincorá, da chapada Diamantina ou de toda a cadeia do Espinhaço (Encarte 2).

O primeiro mapeamento da vegetação do PNCD consta de Bomfim & Cavedon (1994), cujos dados foram atualizados posteriormente por Funch (2006), como parte de sua tese de doutoramento. Ele apresentou um mapa detalhado dos tipos de vegetação do PNCD (Figura 40), a partir do qual seguem a discussão e os dados abaixo, com adaptações e modificações seguindo Juncá *et alii* (2005), em especial quanto às tipos, ou fisionomias, florestais.

3.2.7.1 - Campos Rupestres

Os campos rupestres estão entre os tipos de vegetação mais típicos da chapada Diamantina, cobrindo extensas áreas ao longo das serras e escarpas da região. No PNCD, eles representam 63,4% da área (91.440ha) da cobertura vegetal (Funch, 2006). Também são deste autor, todas as referências aos percentuais que cada fisionomia vegetal ocupa da área do PNCD, apresentadas neste texto (Funch, 2006).

Os campos rupestres são caracterizados por apresentarem vegetação predominantemente herbácea ou arbustiva, que cresce sobre afloramentos rochosos ou solos rasos. A composição florística nestes ambientes é fortemente condicionada pelo relevo, pelo substrato e por outros fatores ambientais, como a altitude e a precipitação. Desta forma, a variação encontrada de local para local costuma ser alta. Conceição *et alii.* (2005) demonstraram que, de 272 espécies encontradas em seis pontos com campo rupestre da serra do Sincorá (três dentro do PNCD), 242 são restritas à Serra.

Mesmo comparando-se apenas os pontos amostrados no interior do Parque (região da cachoeira da Fumaça, gerais da Fumaça e Guiné), a similaridade entre elas ficou abaixo de 50%. Esta grande heterogeneidade é devida à presença de muitas espécies com baixa freqüência (raras). Por outro lado, há casos em que uma espécie é localmente abundante, mas sua ocorrência é restrita a poucas áreas ou a uma região determinada, constituindo microendemismos (ver Encarte 2). Estão nesta categoria diversas espécies de canelas-de-ema do gênero *Vellozia*, cujas sementes normalmente são autocóricas (ou, aquelas que independem, para a dispersão, de outros agentes) e apresentam pequeno poder dispersivo (Garcia & Diniz, 2003). Duas outras espécies enquadram-se neste grupo, como a sempre-viva-de-mucugê *Syngonanthus mucugensis*, restrita a uma região da serra do Sincorá entre Mucugê e Ibicoara, e a orquídea *Adamantinia miltonioides*. No caso da orquídea, a exata distribuição geográfica não é divulgada devido ao risco que isto representa para a sua conservação.

Na região do PNCD e no seu entorno, um campo rupestre, em geral, pode ocorrer em três ambientes diferentes, segundo Conceição (2003). Primeiramente, sobre afloramento rochoso, com plantas crescendo diretamente sobre a rocha, colonizando a área e formando as chamadas ilhas de

vegetação, normalmente com plantas herbáceas das famílias Velloziaceae, Bromeliaceae, Orchidaceae, Eriocaulaceae, Cyperaceae e com arbustos das famílias Lamiaceae, Clusiaceae, Melastomataceae, entre outras. As plantas pioneiras, no entanto, são geralmente briófitas, que colonizam fendas ou áreas mais protegidas, além de fungos liquenizados que recobrem as rochas nuas (Conceição *et alii*., 2005).

O terceiro e último ambiente de ocorrência do campo rupestre são valas ou fendas nas rochas, normalmente profundas, que permitem o desenvolvimento de uma vegetação de porte arbustivo e arbóreo. Em tais locais, onde as condições permitem maior acúmulo de solo, pode se constituir em uma verdadeira floresta, a chamada mata de grotão (Conceição, 2003).

3.2.7.2 - Florestas

A cobertura florestal da chapada Diamantina está ligada à presença de cursos d'água e a ambientes mais altos, desde que o solo seja suficientemente profundo para permitir o desenvolvimento das árvores. Desta forma, no PNCD, as florestas ocorrem nos vales e em alguns topos de morro. Há, ainda, uma extensa área florestal que acompanha a vertente leste da serra do Sincorá, entre as Cidades de Lençóis e Andaraí. Ao todo, as florestas cobrem 13,1% (19.964,4ha) da área do PNCD.

Há diferenças nas tipologias florestais encontradas no PNCD e, baseando-se na classificação de Funch *et alii* (2005), são elas:

a) <u>matas ciliares</u>: são florestas perenifólias que acompanham as calhas dos rios, geralmente com largura inferior a 25m;

b) <u>matas de encosta</u>: estão localizadas nas encostas das serras, em áreas de declividade acentuada, tornando-se gradualmente menos úmidas até atingir o topo das elevações; apresentam uma deciduidade maior do que a encontrada nas matas ciliares;

c) <u>matas de grotão</u>: são as florestas perenifólias, associadas às fendas estreitas e profundas nas encostas, ocorrendo em áreas de solos arenosos e ácidos, com muita matéria orgânica;

d) <u>matas de planalto</u>: são aquelas que ocupavam a face leste da chapada Diamantina e que agora se encontram muito devastadas; são marcantemente deciduais e ocorrem sobre latossolo vermelho-amarelo.

Com base nos estudos sobre os tipos da vegetação, Funch *et alii* (2005) descrevem as espécies que são mais características de cada uma, conforme consta da Tabela 26. Por outro lado, com base na compilação dos dados obtidos de seis áreas florestais localizadas no interior do PNCD ou próximas, tem-se os resultados apresentados no Anexo II, onde estão listadas 212 espécies arbóreas.

Os estudos mostram que há diferenças sensíveis na composição florística das florestas amostradas, mas os dados devem ser vistos com alguma cautela, pois observa-se um grande número de táxons não identificados até o nível específico e, por outro lado, houve uma diferença sensível no esforço amostral dos levantamentos realizados pela AER em comparação com os levantamentos realizados nos vales dos rios Capivara, Fumaça e Bodão.

Para entender melhor as diferenças, uma matriz com dados das espécies que ocorram em mais de um dos seis sítios listados no Anexo II, excluindo as não determinadas, foi avaliada utilizando técnicas de análise multivariada (Jaccard como medida de semelhança e análise de coordenadas principais para ordenação). O resultado da análise é mostrado na Figura 41 onde pode ser visualizada a dispersão dos pontos nos dois lados do diagrama, com as matas de planalto da região leste da chapada Diamantina na esquerda e as matas ciliares ao longo dos vales dos rios, no interior do PNCD, à direita. No primeiro grupo – matas de planalto da região leste da chapada Diamantina -, as florestas foram, provavelmente, submetidas a uma ação antrópica mais intensa que no segundo. Por outro lado, os ambientes ocupados por estas florestas são mais homogêneos, com solos profundos e um clima marcado pela estacionalidade.

Figura 38: Hidrografia do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

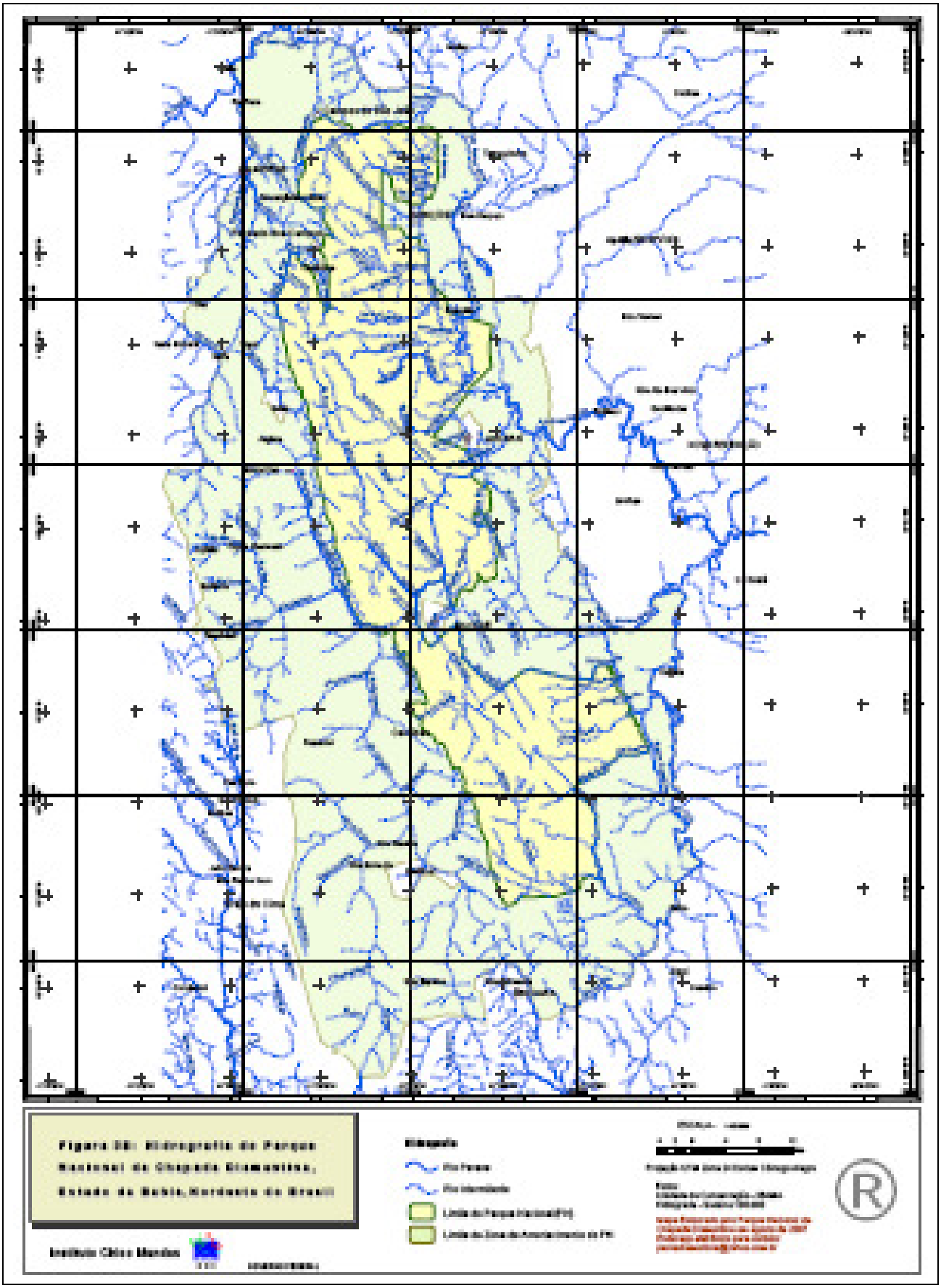
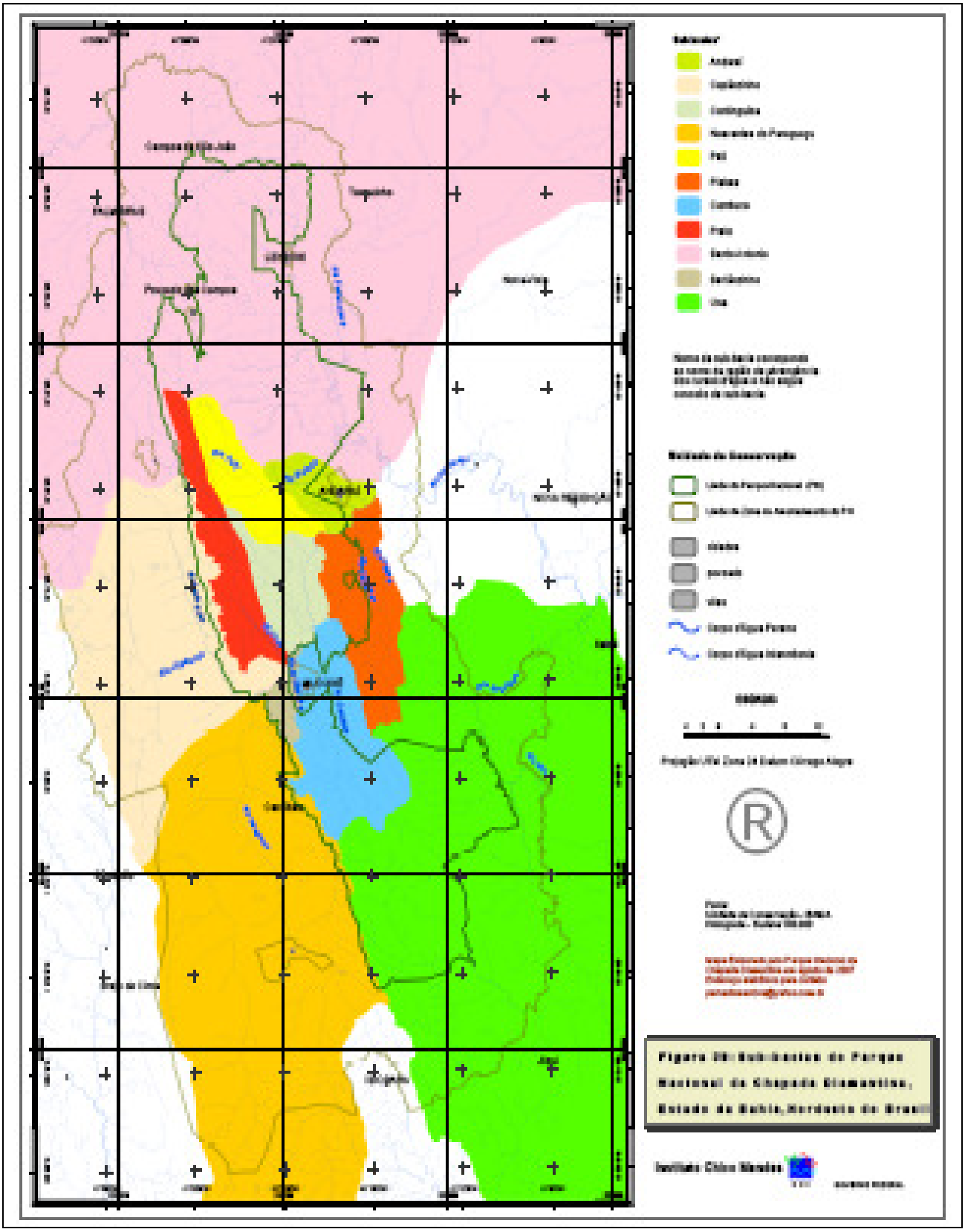


Figura 39: Sub-bacias do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.



As três áreas estudadas, quais sejam, florestas do Remanso, da Estiva e da BR-242, são muitos similares entre si, apresentando um grupo de onze espécies registradas nos três sítios e não encontradas nos demais, como: o angico *Anadenanthera colubrina*, o olho-de-pomba *Casearia arborea*, a copaíba *Copaifera langsdorfii*, o coração-de-negro *Eremanthus incanus*, a sapucaia *Eschweilera tetrapetala*, uma parente da pitanga E*ugenia florida*, o pau-de-leite ou sucuubinha *Himatanthus lancifolius*, a goiabinha *Myrcia detergens* e outras com nomes populares não identificados, que são *Hymenolobium janeirense*, *Micropholis gardneriana* e *Schoepfia obliquifolia*.

Tabela 26: Espécies Arbóreas Características dos Diferentes Tipos de Formação Florestal da Chapada Diamantina, Segundo Funch *et alii* (2005).

Tipo de Floresta	Espécies Características (Nome Científico)	Espécies Características (Nome Popular)
Matas Ciliares	*Tapirira guianensis*	Pau-pombo
	Clusia nemorosa	Mocó
	Balizia pedicellaris	
	Vochysia pyramidalis	Cedro-d'água
Mata de Encosta (até 800m)	*Diospyros sericea*	
	Bowdichia virgilioides	Sucupira-preta
	Maprounea guianensis	
Mata de Encosta (acima de 1.000m)	*Podocarpus lambertii*	Pinheiro-bravo
	Hedyosmum brasiliensis	
	Weinmannia paulliniifolia	
	Drimys brasiliensis	
Mata de Grotão	*Hedyosmum brasiliensis*	
	Clethra scabra	
	Cabralea canjerana subsp. *canjerana*	
	Podocarpus sellowii	Pinheiro-bravo
	Urera baccifera	Urtigão
	Drimys brasiliensis	
Matas de Planalto	*Copaifera lansgdorfii*	Copaíba (ou pau-d'óleo)
	Pogonophora schomburgkiana	
	Protium heptaphyllum	Amescla
	Pouteria ramiflora	Abiu (baquete ou massaranduba)
	Aspidosperma discolor	Quina (pereiro ou pau-pereiro ou peroba-de-gomo)

Já as florestas do segundo grupo – matas ciliares ao longo dos vales dos rios, no interior do PNCD - estão submetidas a condições de solo e relevo mais diverso e, por estarem localizadas em vales profundos no interior do maciço montanhoso, são provavelmente menos afetadas pelas secas periódicas comuns na região. Nestas áreas a riqueza e a heterogeneidade florística foram maiores, com apenas uma espécie, a *Heisteria perianthomega*, comum aos três ambientes analisados e não encontrada nas matas de planalto. A análise mostra a variabilidade florística do estrato arbóreo das formações florestais do PNCD e reforça a necessidade de se amostrar um número maior de áreas para verificar se o padrão apontado realmente reflete a diversidade ecológica das florestas da região.

Continuando a análise dos dados apresentados no Anexo II, é possível constatar as famílias com o maior número de espécies nas áreas amostradas foram Myrtaceae (30 espécies) e Fabaceae (29). De um total de 51 famílias, 19 foram representadas apenas por uma espécie cada. Este padrão está de acordo com o encontrado em outras áreas florestais da cadeia do Espinhaço, onde Myrtaceae e Fabaceae também são famílias importantes (Meguro *et alii*, 1996). Os gêneros da goiabinha *Myrcia* (05 espécies) e do ingá *Inga* (04) foram os mais diversos, excluindo-se as espécies não

identificadas até o nível específico. Do total de 120 gêneros encontrados, 88 (73,3%) apresentaram apenas uma espécie.

O mapa de vegetação (Figura 40) mostra um grande número de fragmentos florestais e corredores ripários que ainda não foram amostrados em nenhum trabalho botânico. Durante os trabalhos de campo para a elaboração deste plano de manejo, os servidores do PNCD constataram a existência de matas ciliares na serra do Sincorá, próximas ao Distrito de Guiné, no Município de Mucugê, onde as árvores predominantes pertencem a uma espécie de Asteraceae, provavelmente do gênero *Paralychnophora*, conhecida como candeia-de-mocó, com cerca de 2 a 3m de altura.

Tais formações possivelmente representam um estágio inicial de ocupação dos leitos dos riachos pela vegetação arbórea, mas também podem representar um tipo vegetacional diferenciado. Faltam, ainda, dados sobre a vegetação não arbórea associada às matas ciliares, incluindo plantas herbáceas, arbustivas, lianas, parasitas e epífitas vasculares. Uma compilação de dados sobre epífitas vasculares é apresentada no Anexo III, juntamente com dados obtidos durante a elaboração deste Plano de Manejo. O número de espécies – 72 - é surpreendentemente alto. Como a maioria das áreas listadas são matas ciliares, os fatores que estão influenciando esta distribuição provavelmente são relacionados à grande umidade encontrada nos vales e nas proximidades dos rios da região, além de indicar um bom estado de conservação das matas.

As lianas e plantas herbáceas terrestres são menos representadas, mas apresentam particularidades como o sininho *Gaylussacia harleyi* ou uma das várias espécies de sempre-viva, o botãozinho *Paepalanthus hispidissimus*, ambas espécies endêmicas da chapada Diamantina. Nos trabalhos em que as matas ciliares do interior do Parque foram amostradas, no entanto, grande parte dos arbustos e ervas encontrados foi de plantas comuns aos campos rupestres da região (Stradmann, 1997).

3.2.7.3 - Cerrado

Não há nenhum levantamento efetuado até o momento em áreas de Cerrado dentro dos limites do PNCD. Os dados apresentados por Funch (2006) mostram a existência de áreas de cerrado senso estrito apenas na borda oeste do PNCD (Figura 40). As áreas conhecidas localmente como gerais, por outro lado, caracterizados por Harley *et alii* (2005) como campos limpos ou campos sujos, formam a segunda cobertura vegetal em extensão no PNCD, abrangendo 13,4% (20.421,6ha) de sua área.

Nestas áreas de Cerrado ocorrem algumas espécies que são endêmicas deste tipo de formação, como a crista-de-galo *Spigelia pulchella*, o pratudo (ou para-tudo ou pra-tudo) *Gomphrena mollis*, o *Acritopappus confertus* e a arnica *Lychnophora salicifolia*. A maioria delas também foi registrada em áreas de transição entre os campos limpos ou campos sujos e os campos rupestres.

Harley *et alii* (2005) informam que os cerrados da região da chapada Diamantina são mais diversificados e complexos que os amostrados em outras áreas do bioma. A falta de levantamentos no interior do Parque, no entanto, prejudica a caracterização e a análise destas formações e, como no caso das matas, mostra a necessidade premente de se efetuarem estudos específicos nestas formações vegetais dentro do PNCD.

3.2.7.4 - Áreas Alagadas

O PNCD apresenta pelo menos quatro áreas alagadas, os brejos, que cobrem 0,7% (1.066,8ha) de sua área: um trecho do rio Riachão, situado nos gerais do Machobongo, no sul da UC; uma área de baixada na serra da Chapadinha, próxima à localidade de Colônia, no Município de Itaetê; um trecho da planície aluvial do rio Paraguaçu, próximo à Cidade de Mucugê, e a região do marimbus, na planície de inundação do rio Santo Antônio e seus contribuintes. Esta última é a mais importante delas, ocupando uma grande área nos limites do PNCD.

No marimbus predominam macrófitas aquáticas, tais como o papiro *Cyperus giganteus,* a planta carnívora (insetívora) *Utricularia* spp., o aguapé *Pontederia* sp., aguapé *Eichornia* sp., ninféias como *Nymphea* spp. e *Nymphoides indica,* entre outras. As demais áreas alagadas têm,

provavelmente, uma composição florística similar. No marimbus encontram-se, ainda, pequenas ilhas de vegetação, onde se destaca uma palmeira que é, provavelmente, uma espécie do gênero *Attalea*, ao qual pertence o coco-catolé. Como no caso das formações de cerrado, também não há estudos abordando esta vegetação na área do PNCD.

3.2.7.5 - Ambientes Transicionais

Cerca de 7,3% da área do PNCD (11.125,2ha) são ocupados por ambientes de transição natural. Segundo Funch (2006), grande parte destas formações é de origem antrópica, fruto da remoção de camadas de solo no passado, durante os processos de mineração de diamantes, e da ação continuada de incêndios florestais.

Há transições entre campos rupestres e florestas, que podem se formar quando há o desenvolvimento de uma camada de solo suficientemente profunda (cambissolos e solos litólicos), a ponto de permitir o desenvolvimento de espécies arbóreas. Estas áreas, no entanto, devido as suas características pedológicas, são mais susceptíveis ao ressecamento em épocas de seca e, desta forma, mais sujeitas à destruição por incêndios. Estes fenômenos podem eliminar a vegetação arbórea em desenvolvimento, fazendo com a haja uma regressão no estágio sucessional estas formações.

Outro tipo de ambiente de transição encontrado no PNCD é entre campo rupestre e campos sujos ou campos limpos (cerrado). Em ambos os casos, normalmente são ambientes de solo incipiente, pouco profundo, onde a vegetação herbáceo-arbustiva contém elementos das duas formações citadas. Como no caso das transições floresta-campo rupestre, há uma forte influência de fatores antrópicos, tais como o uso pretérito de tais áreas para pastoreio de animais e a ocorrência de incêndios.

3.2.7.6 - Áreas com Vegetação Alterada pela Ação Antrópica

Extensas áreas do PNCD já sofreram ação antrópica. Registros da exploração garimpeira e estudos das alterações geológicas provocadas pela extração do diamante dão conta que praticamente toda a região leste da serra do Sincorá já foi retrabalhada e teve seus atributos originais modificados (Nolasco, 2003). Mais recentemente, as florestas que ocupavam as áreas de solo mais profundo, que já haviam sofrido um processo histórico de exploração madeireira, foram quase inteiramente removidas para a criação de pastagens. Em outras áreas, como no Vale do Pati, a cultura do café imperou no passado.

Na área do PNCD, até 2003, grande quantidade de bovinos era colocada nos gerais durante o período de estiagem, trazendo uma série de danos à vegetação e à fauna local. A suspensão destes processos tem permitido que a vegetação lentamente se regenere e volte a ter características próximas das originais. Após a década de 1960, por exemplo, o forte declínio da lavoura cafeeira levou a vegetação do vale do Pati a se recompor até tornar-se uma floresta em estágio médio (ou mesmo avançado) de regeneração. Nesta área, atualmente, restam pequenas roças de subsistência e algumas áreas de pasto que ocorrem junto ou próximo às residências dos moradores. Situação similar ocorre em praticamente todas as povoações humanas dentro da área do PNCD, onde são freqüentes pequenas roças de subsistência ou áreas abandonadas em processo de regeneração, freqüentemente com uma grande ocorrência de samambaia-preta *Pteridium aquilinum*.

Atualmente, os trechos ainda ocupados por atividades humanas equivalem a 1,6% (2.438,4ha) da área do PNCD. Na região próxima ao rio São José, no Município de Lençóis, e na área próxima à foz dos rios Roncador e Garapa, no Município de Andaraí, principalmente, são encontradas áreas submetidas à exploração garimpeira, tanto manual como mecanizada, que são caracterizadas pelo afloramento de piçarra (ou seja, áreas de rochas ou cascalhos em processo de intemperização), onde poucas plantas conseguem medrar. Outra marca da exploração garimpeira são praias de areia que se depositou junto à foz dos rios referidos acima, e onde também não cresce praticamente nenhuma planta. Somadas, estas áreas abrangem 0,5% (762ha) da extensão do PNCD.

Na Figura 42, encontram-se algumas imagens dos tipos e espécies da vegetação do PNCD.

3.2.8 - Fauna

O estudo mais extensivo levantamento faunístico realizado na região da chapada Diamantina, e que incluiu o PNCD, foi a já citada AER realizada pela UEFS, com o apoio de outras instituições (Juncá *et alii*, 2005).

Ainda, para efeitos de elaboração deste Plano de Manejo, mais recentemente foi contratado um levantamento rápido de mamíferos de médio e grande portes, especificamente para a área do PNCD e para o seu entorno imediato, que constitui o relatório de Borges (2007), no qual se baseia praticamente toda a discussão que se seguirá. Tal detalhamento deveu-se ao fato de existir mais dados para os mamíferos de pequeno porte, especialmente aqueles conduzidos na AER por Oliveira & Pessôa (2005) e os que vêm sendo feitos por Lena Geise, pesquisadora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

No que se refere à AER, os grupos que incluíram áreas do PNCD em suas amostragens foram os peixes (Santos, 2005), os anuros (Juncá, 2005) e os mamíferos de pequeno porte (Oliveira & Pessôa, 2005). As aves, por sua vez, foram amostradas em outro estudo, conduzido intensivamente por Carvalhaes (2001). Os peixes e os anuros, assim como as aves, apresentam endemismos na região da serra do Sincorá ou da chapada Diamantina, embora as espécies não sejam restritas ao PNCD. As aves são, de longe, o grupo mais diversificado e com alta riqueza de espécies entre os vertebrados na região, com 370 espécies (Carvalhaes & Machado, no prelo, citados por Machado, 2005). Os mamíferos, por sua vez, embora não apresentem espécies endêmicas na chapada Diamantina, mostraram um número relativamente grande de espécies na serra do Sincorá, com 23 espécies de pequeno porte (Oliveira & Pessôa, 2005).

No seu levantamento, Borges (2007) utilizou diversas técnicas de inventário, incluindo identificação de espécies atropeladas, para abranger diversas fontes de confirmação de espécies para o PNCD e o seu entorno. O *status* da espécie foi descrito e refere-se às categorias descritas para espécies ameaçadas de extinção da lista do IBAMA.

Tal autor registrou 44 espécies de mamíferos no PNCD e entorno (Anexo IV). As espécies pertencem a oito diferentes ordens. Do total, onze constam de listas de espécies ameaçadas de extinção, todas na categoria vulnerável. Entre as espécies encontradas, algumas do Anexo IV, já podem ser consideradas extintas na região, como o tamanduá-bandeira *Myrmecophaga tridactyla*, o *Priodontes maximus* e a anta *Tapirus terrestris*.

Neste contexto, chama a atenção o número de espécies de carnívoros registrados, ou seja, dezesseis espécies, incluindo sete de felinos. Destes últimos, destacam-se a sussuarana *Puma concolor* e a onça-pintada (ou onça-preta) *Panthera onca*, registradas em diversos pontos próximos do PNCD e no seu interior. A onça-preta, forma melânica de *P. onca*, curiosamente é a forma mais citada desta espécie para a região. Duas razões podem ser aventadas para este fenômeno: i) a forma melânica é efetivamente mais comum na região, devido talvez a um efeito denominado efeito do fundador ou a algum fenômeno parecido; ii) a onça-preta é mais facilmente avistável nos ambientes abertos da região da região pelo contraste de sua coloração com a da flora e das rochas locais.

A ordem Edentata apresentou nove espécies registradas, sendo duas consideradas extintas na região, o tatu-canastra e o tamanduá-bandeira, e uma listada como vulnerável: o tatu-bola *Tolypeutes tricinctus*. Por outro lado, algumas espécies deste grupo são bastante comuns, como é o caso do tatu-verdadeiro *Dasypus novencictus* e do tatu-peba *Euphractus sexcinctus*.

A terceira ordem em número de espécies foi a de roedores Rodentia, com oito espécies. Nenhuma espécie deste grupo está ameaçada de extinção, embora algumas não sejam comuns na área do PNCD, como é o caso da capivara *Hydrochoerus hydrochaeris*, típica de ambientes alagados e registrada com freqüência apenas no marimbus e em áreas de várzea dos rios que cortam os gerais da chapada Diamantina. Outras espécies são alvo de caça intensiva, com é o caso do mocó *Kerodon rupestris*, do rabudo *Thrichomys inermis*, da cutia *Dasyprocta prymnolopha* e da paca *Cuniculus paca*, o que pode ameaçar a sua ocorrência em longo prazo.

A ordem Artiodactyla apresentou cinco espécies, quatro raras e uma considerada extinta, o veado-campeiro *Ozotocerus bezoarticus*. Todos os artiodáctilos são objeto de caça intensiva, pois sua carne é muito apreciada pelos moradores locais.

Os primatas foram representados por quatro espécies: barbado (ou bugio) *Alouatta caraya,* guigó *Calicebus personatus*, sagui (ou mico) *Calitrix penicillata* e macaco-prego *Cebus apella*. É possível que a última espécie seja, na verdade, o macaco-prego-do-peito-amarelo *Cebus xanthosternos*, observada no campo, nos levantamentos de atrativos do PNCD, por dois técnicos do IBAMA (um do Parque e outro da DIREC) e do seu guia naquele momento. Neste caso, trata-se de uma espécie também ameaçada de extinção, como também o é o guigó. No caso do guigó, os registros de ocorrência da espécie foram em áreas fora dos limites do PNCD, mas é possível que o mesmo também ocorra no Parque.

Finalmente, as ordens Perissodactyla, Lagomorpha e Marsupialia foram representadas por apenas uma espécie cada: a anta *Tapirus terrestris*, o tapiti *Silvilagus brasiliensis* e o gambá *Didelphis albiventris*. A primeira espécie é considerada localmente extinta. As outras duas são bastante comuns, embora sejam caçadas intensivamente.

Os dados de Oliveira & Pessôa (2005) mostram um número maior de espécies em diversas ordens de mamíferos, totalizando 58 espécies, enquanto no estudo desenvolvido por (Borges, 2007) encontrou-se 44 espécies. Porém, além de abranger uma área maior, o primeiro estudo citado abordou grupos não tratados no segundo, como os morcegos Chiroptera, para a qual foram registradas 23 espécies, sendo nove da serra do Sincorá.

Outros grupos foram amostrados de forma mais extensiva, como é o caso dos marsupiais, para os quais Oliveira & Pessôa (2005) registraram oito espécies, contra apenas um encontrado por Borges (2007). Por outro lado, Borges (2007) registrou 16 espécies de Carnívoros, enquanto Oliveira & Pessôa (*2005*) registraram apenas quatro.

Quando os resultados destes dois estudos são integrados, o número total de espécies encontradas na região da chapada Diamantina chega a noventa. Considerando apenas a serra do Sincorá, onde fica o PNCD, o número de espécies fica em 61. No entanto, como referido anteriormente, não há registros da ocorrência de endemismos para esta classe de vertebrados na região da chapada Diamantina.

Para melhorar a amostragem da fauna de mamíferos do PNCD e do seu entorno, Borges (2007) também levou em conta o que encontrou nos diversos sítios arqueológicos com pinturas rupestres, os quais retratam espécies da fauna da região. É sabido que os antigos povos representavam com enorme perfeição situações de seu dia-a-dia, daí porque considerar tais dados. O que causou bastante curiosidade foi a quantidade de pinturas rupestres mostrando a ema *Rhea americana*, o que pode indicar sua ocorrência pretérita na região. O autor fotografou uma cena em que conjectura a predação de duas emas por uma onça-pintada. Entretanto, durante todo o levantamento, nenhum entrevistado, especialmente os moradores, comentou que tal espécie já existiu na região, e como não consta mais do repertório da população, mesmo a mais idosa, isso também pode indicar o longo tempo em que a espécie já teria desaparecido.

Como outros animais de grande porte que foram extintos no Parque, o autor acredita que a ema pode perfeitamente ter habitado a região, chegando a conjecturar que ela poderia ter fácil readaptação em um possível processo de reintrodução. Por outro lado, considera que tal medida poderia viabilizar também a maior chance de sobrevivência de animais como a onça-pintada *Panthera onca*, considerada um dos predadores naturais da ema.

A Figura 43 mostra áreas que sofrem pressão de caça intensiva dentro do PNCD e no seu entorno, conforme resultados obtidos nos levantamento feitos por Borges (2007).

Figura 40: Vegetação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

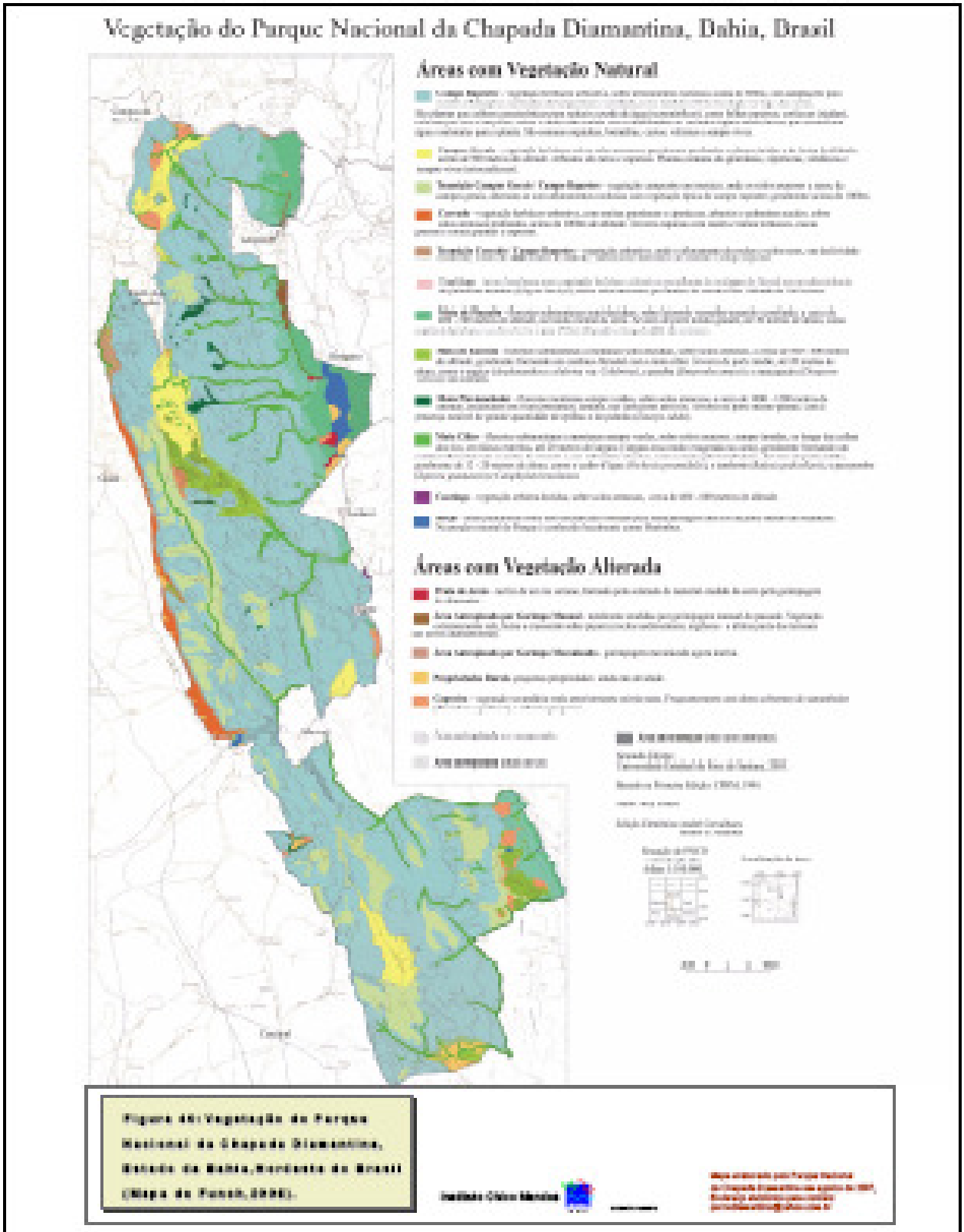


Figura 41: Diagrama de Ordenação dos Dados (eixos 1 – 45,68% – e 2 – 24,37%) das Espécies Arbóreas Florestais de Seis Áreas (losangos) do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

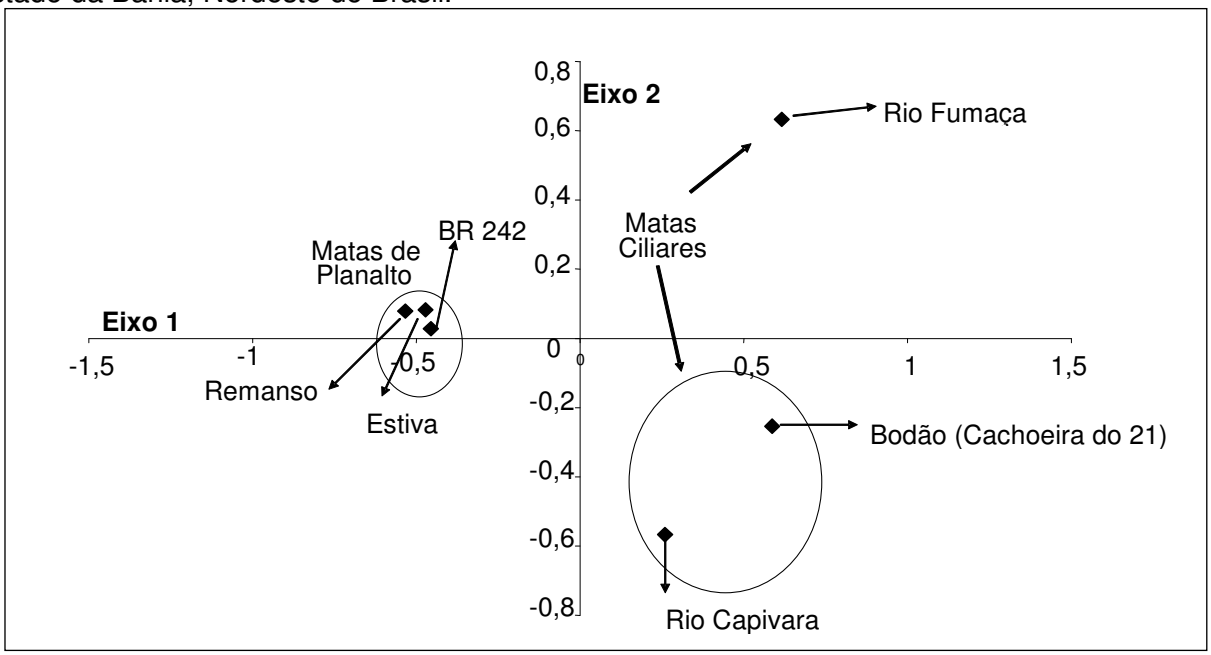


Figura 42: Tipos de Vegetação e Espécies do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

Floresta ciliar do vale do Cachoeirão, vizinho ao vale do Pati, Mucugê (Foto: Valquíria Gonçalves).

Mussambé *Terminalia* sp, árvore característica das florestas que ocorrem no PNCD (Foto: Cristiane F. de Azevedo-Gonçalves).

Bromélia *Aechmea bromeliifolia*, planta epífita (cresce sobre outras plantas) encontrada nas florestas da chapada Diamantina (Foto: Cristiane F. de Azevedo-Gonçalves).

Campo limpo (gerais) com mata ciliar ao fundo na região do Machobongo, Ibicoara. Em primeiro plano, xique-xique *Arrojadoa* sp. (Foto: Valquiria Gonçalves).

Bromélia *Aechmea* sp vegetando em área de solo raso nos gerais (Foto: Cristiane F. de Azevedo-Gonçalves).

Capim-flecha *Rynchospora* sp., uma das espécies que formam a cobertura herbácea predominante nos gerais (Foto: Cristiane F. de Azevedo-Gonçalves).

Campo rupestre próximo à cachoeira da Fumacinha, Ibicoara (Foto: Valquiria Gonçalves).

Cápsula de pau-de-mocó *Clusia obdeltifolia* aberta e mostrando as sementes com revestimento vermelho (Foto: Cristiane F. de Azevedo-Gonçalves).

Inflorescência de begônia *Begonia grisea*, com flores femininas (Foto: Cristiane F. de Azevedo-Gonçalves).

3.3 - Patrimônio Cultural Material e Imaterial

Como apontado no Encarte 2, há poucas informações científicas sobre a presença de sítios arqueológicos no PNCD e em sua área circundante antes de se começar a elaboração deste plano de manejo, embora fosse do conhecimento da própria equipe de planejamento que a região apresenta um grande número de sítios, especialmente de arte rupestre (Figura 44).

Diante disso, por solicitação da equipe de elaboração deste PM, foi contratado um estudo rápido, como já foi dito, especialmente para subsidiar os trabalhos, o qual apontou quatorze sítios arqueológicos na região, oito dos quais nos limites do PNCD. Além destes, outros nove pontos na UC são prováveis sítios arqueológicos, sendo praticamente todos eles locais de manifestações rupestres. Assim, as informações sobre os sítios apresentados a seguir são, na sua quase totalidade, de Silva (2007). A pesquisadora, em função da urgência dos dados e a pouca disponibilidade de recursos financeiros, utilizou o procedimento metodológico denominado levantamento oportunístico, que envolve o reconhecimento de áreas a partir de fontes orais e documentais, bem como de informações provenientes de pesquisas previamente realizadas na região do estudo.

3.3.1 - Sítios Arqueológicos

3.3.1.1 - Sitio Mucugezinho

O sítio foi identificado pela equipe do PNCD e informado à pesquisadora. Trata-se de um sítio com manifestações rupestres distribuídas em três paredões e um cânion próximo ao rio Mucugezinho, em área de vegetação de campo rupestre. De acordo com as informações do PNCD, um dos locais possui solo para a abertura de sondagens, uma vez que “em baixo de uma abóbada contém pinturas no teto, as quais se prolongam até uma altura de aproximadamente 50cm”.

As pinturas caracterizam-se pela presença de motivos abstratos e lineares de coloração predominantemente vermelha, sendo também observadas pinturas com bicromia (vermelho e amarelo). Pelas características das pinturas apresentadas, pôde-se observar que estas manifestações possuem afinidades temáticas com as tradições Agreste e São Francisco.

Devido à intensa exposição das pinturas às intempéries, elas estão parcialmente comprometidas pela presença de desplacamento da rocha e casas de insetos. Estes últimos podem comprometer ainda mais as pinturas, sendo assim, são necessárias pesquisas mais detalhadas (intensivas) neste sítio.

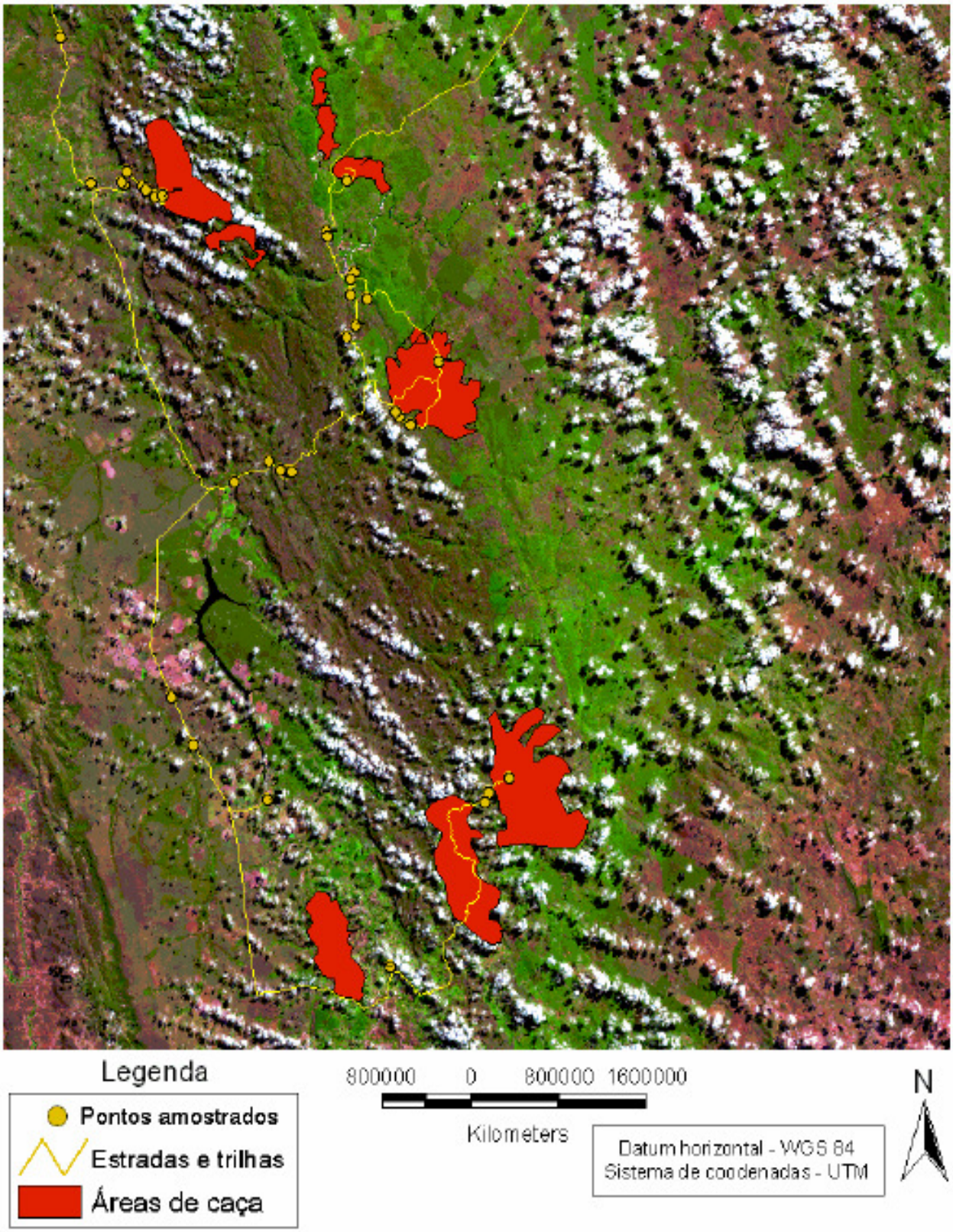
3.3.1.2 - Sítio Cachoeira do Roncador

Encontra-se localizado no Município de Lençóis, em um pequeno afloramento rochoso, com aproximadamente 4m de altura e sem solo para abertura de sondagens, junto à margem direita do rio Roncador, no sopé da serra do Sincorá. Este sítio foi identificado e cadastrado pelo Pesquisador Marcos A. Torres de Souza, em 1998. Trata-se de um sítio com um conjunto de manifestações rupestres nas colorações laranja, vermelha e em menores proporções preto. Apresenta temática

com motivos geométricos e abstratos.

Pelas representações rupestres observadas neste sítio, torna-se difícil efetuar qualquer filiação ou correlação com as tradições rupestres estabelecidas para a região nordeste. Sendo assim, recomendam-se pesquisas mais detalhadas para esta localidade, uma vez que há indícios de representações com semelhanças temáticas às tradições Agreste e São Francisco.

Figura 43: Áreas de Pressão de Caça Intensiva no Interior do Parque Nacional da Chapada Diamantina e no seu Entorno, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil, Conforme Borges (2007).



3.3.1.3 - Sítio Serra do Beco

O sítio Serra do Beco, foi localizado na subida da serra para o povoado do Pati, no Distrito de Guiné, no Município de Mucugê. Trata-se de um pequeno afloramento em quartzito voltado para oeste, onde foi identificado remanescente de pintura rupestre na coloração vermelha, temática geométrica, seriamente comprometida, em parte, pela retirada da vegetação arbustiva que cobre o local, que fica próximo à trilha de acesso ao povoado do Pati e pela ação do vento e das chuvas. Devido ao estado de conservação ruim das pinturas, torna-se impossível tentar fazer qualquer correlação com as tradições rupestres da região nordeste e seu entorno.

3.3.1.4 - Sítio Serra do Pati

O sítio Serra do Pati, encontra-se no alto da serra de subida para o povoado do Pati, no Distrito de Guiné, no Município de Mucugê. O sítio apresenta-se voltado para oeste e não possui solo para abertura de sondagens, apenas manifestações rupestres de coloração vermelha, e provavelmente amarela, temáticas antropomorfas (formas humanas), zoomorfas (formas animais) e abstratas sobre um bloco desprendido do afloramento. O local é visitado por turistas com freqüência, uma vez que no local a paisagem e o pôr-do-sol podem ser contemplados. Ressalta-se, que o sítio se encontra comprometido pela ação direta do sol, que acelera o desplacamento na rocha e pela ação das chuvas Acredita-se que as representações observadas neste sítio possuem fortes semelhanças com as pinturas presentes na tradição Agreste, mas serão necessárias pesquisas mais detalhadas para confirmar tal indicação.

3.3.1.5 - Sitio Mucugê

Localiza-se nas proximidades do Município de Mucugê e por isso já esta sendo objeto de visitação desordenada e conseqüentemente degradação, por parte do seu mau uso. Possui aproximadamente 2,5mx2m e trata-se de um sítio com manifestações rupestres nas colorações vermelha, branca e, eventualmente, preta, onde pode-se observar as temáticas abstratas, geométricas, zoomorfas, antropomorfas e prováveis fitomorfos (formas de vegetais) distribuídas pelas paredes do abrigo. Também foi possível observar pinturas em negativo e positivo nas colorações vermelho e, provavelmente, amarelo, em uma temática semelhante a borboletas, até então pouco conhecida para esta região.

Sobre a ocorrência desta temática, foram efetuadas consultas a pesquisadores que desenvolvem pesquisas no entorno da área do Parque e fora do Estado, constando-se que este é um elemento totalmente novo na arte rupestre local. Com exceção da última temática, semelhante a borboletas, a maioria das representações possui afinidades com as tradições São Francisco, Nordeste e Agreste.

Este sítio possui um pequeno segmento onde é possível efetuar a abertura de sondagens, apensar de não ser observada a ocorrência, em superfície, de material arqueológico (lítico ou cerâmico).

3.3.1.6 - Sítio Serra da Chapadinha 1

Este sítio, com certeza, foi o que apresentou maior diversidade temática nas manifestações rupestres. Trata-se de um abrigo sob rocha em área de difícil acesso no alto da serra da Chapadinha. O abrigo possui aproximadamente 12m de altura por 10m de extensão, e foi o único sítio com possibilidades de abertura de sondagens em subsuperfície, apesar de não ser observado, em superfície, presença de material cerâmico ou lítico.

Caracteriza-se pelo expressivo número de pinturas rupestres, nas colorações vermelha, laranja, amarelo, preto e branco, com temáticas geométricas, abstratas, antropomorfas, astronômicas, provavelmente fitomorfas e zoomorfas. Algumas das figuras antropomorfas apresentam-se em cenas de movimento e em tamanhos reduzidos, aproximadamente 5cm. Também foi observada a presença de traços, que percorrem toda a parte superior deste abrigo, assim como intensa sobreposição de pinturas em alguns segmentos. Estas manifestações possuem grande afinidade com as manifestações rupestres da tradição Nordeste, assim como elementos das tradições Agreste e São Francisco.

Antes da chegada neste abrigo, foram identificadas duas pinturas antropomorfas de coloração vermelha, provavelmente com elementos da tradição Agreste. Este local não foi classificado, neste

momento, como um sítio isolado e sim arte integrante do sítio Chapadinha 1.

As pinturas estão distribuídas do teto até quase a base, onde é possível se observar a diversidade cultural do local. Tal característica permite-se aventar a hipótese de que este sítio tenha sido ocupado por diferentes grupos e até mesmo em diferentes períodos, o que pode ser explicado por pesquisas detalhadas. Ressalte-se que informações locais dão conta da ocorrência de um vasilhame cerâmico, no sopé da serra da Chapadinha, retirado da área na década de 1990, por um pesquisador sem a devida licença da DIREC e levado para local ignorado.

3.3.1.7 - Sítio Serra da Chapadinha 2

Tal sítio encontra-se no mesmo afloramento rochoso do sítio Serra da Chapadinha 1, distando poucos metros um do outro. Foi considerado, em um primeiro momento, como outro sítio, porém no decorrer de pesquisas poderá ser integrado ao contexto do sítio Serra da Chapadinha 1.

O sítio apresenta-se em menores proporções, assim como as pinturas que se apresentam somente na parte inferior do paredão, nas colorações amarela e vermelha. A temática das pinturas difere um pouco do sítio Serra da Chapadinha 1, representado, a priori, um predomínio de figuras geométricas e zoomorfas, semelhantes às figuras das tradições Agreste, Nordeste e provavelmente elementos da Tradição São Francisco.

Assim como no sítio Serra da Chapadinha 1, o Serra da Chapadinha 2, que também é um abrigo, possui um pequeno segmento de solo, onde poderia ser efetuada a abertura de sondagens, sendo que em superfície não foi identificada a ocorrência de vestígios culturais em superfície.

3.3.2 - Sítios Arqueológicos Prováveis ou Sítios Citados na Literatura

Um ponto provável seria a Lapa do Machobongo (denominado lapa da Maxambomba no relatório de Silva, 2007), observado na literatura consultada. O local é mencionado pelo naturalista que viajou pela Bahia e passou pela região da chapada Diamantina, Theodoro Sampaio. Quando ele passou pelos gerais de Mucugê e viu o exuberante ambiente com formações rochosas assemelhadas a pilastras e algumas manifestações rupestres, acreditou ter encontrado o “elo da cidade perdida” mencionado pelo Cônego Benigno José de Carvalho e Cunha em suas viagens no sertão da Bahia em 1841.

O local não foi visitado durante o levantamento arqueológico, tendo em vista que os guias consultados, principalmente de Igatu e Mucugê, desconheciam o seu acesso. Entretanto, é possível resgatar algumas imagens das manifestações rupestres na Lapa do Machobongo na literatura já existente, como mencionado acima. De acordo com as imagens resgatadas, pode-se observar a presença de pinturas em vários tons de vermelho, temáticas zoomorfas e geométricas, representadas por traços retilíneos e curvilíneos.

Na localidade de Pedra do Chapéu, no PNCD, houve informações sobre a presença de manifestações rupestres nos abrigos calcários da região, assim como a ocorrência de fragmentos cerâmicos e líticos (lâminas de machado polidas e adornos labiais) no rio Capivara e na serra do Capivara. Hoje, muitas das peças encontradas em áreas de atividades de garimpo de diamantes encontram-se no poder de um morador da Cidade de Lençóis, o Mestre Oswaldo, ex- garimpeiro da região. Ele sempre se interessou pelo que chama “objetos” dos antigos povos que ocuparam a região da chapada Diamantina, e os reuniu em seu acervo particular, que ele próprio chama de museu. Entre as peças que mais chamaram a atenção, pode-se destacar a presença de um tembetá - tipo de adorno labial - confeccionado em quartzo verde.

Na fazenda Roncador, Município de Andaraí, foram obtidas informações sobre a ocorrência de fragmentos cerâmicos no local chamado Sítio do Grotão. O local está a 2h de caminhada, aproximadamente, a partir da sede da Fazenda, em direção ao rio Garapa, dentro do Parque. Esta informação foi extremamente importante, uma vez que os sítios cerâmicos são pouco conhecidos nessa região. Entretanto, a vistoria não foi possível, pois o informante não sabia dar os dados precisos sobre a localização do sítio.

De acordo com as informações obtidas com alguns moradores e guias de Igatu, nas proximidades da serra da Chapadinha, mais precisamente no seu sopé, onde o relevo se apresenta mais plano e com solo, na década de 1990, teria estado na região um pesquisador que encontrou um vasilhame inteiro e com tampa, o qual foi retirado e levado para outro lugar. Eles não souberam dar maiores informações sobre o pesquisador e nem sobre o local para onde foi levado o vasilhame.

Outras informações colhidas em campo remeteram a sítios com manifestações rupestres na área conhecida como Pedra do Caboclo, possivelmente no interior do PNCD, nas proximidades da localidade de Campo Alegre, no seu entorno. De acordo com os informantes, há pinturas na coloração vermelha e temática antropomorfa. Ainda se faz necessário verificar, em campo, a localização destes sítios em relação ao Parque.

Figura 44: Sítios Pré-históricos de Manifestações Rupestres no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil, conforme Silva (2007). Fotos: Rosiclér T. da Silva.

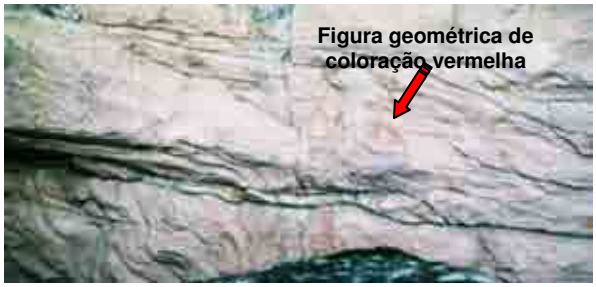
Sítio Cachoeira do Roncador

Detalhe das manifestações rupestres no sítio arqueológico. Município de Andaraí.

Sítio Chapadinha 2

Presença de policromia (vermelho e amarelo) e temáticas zoormorfa e abstrata. Município de Andaraí.

Sítio Serra do Pati



Manifestação rupestre na coloração vermelha e seriamente comprometida devido à retirada de vegetação. Município de Mucugê.

Sítio Serra do Beco

Vista geral do sítio arqueológico Serra do Beco, na comunidade Pati. Município de Mucugê.

Sítio Mucugê 1

Detalhe da diversidade temática (abstratos e zoomorfos) e presença de policromia (branco, vermelho e amarelo) no Sítio Mucugê 1. Município de Mucugê.

Sítio Chapadinha 1

Diversidade temática das manifestações rupestres (geométricos, astronômicos antropomorfos estilizados) com presença de bicromia (amarela e vermelha). Município de Andaraí.

3.3.3 - Patrimônio Arqueológico Histórico

Na área do Parque foi identificada uma série de ocorrências, aqui agrupadas em sítios de mineração, sítios rurais e sítios de pintura rupestre moderna. Conforme exposto na metodologia, apenas os sítios arqueológicos rurais identificados foram cadastrados, tendo-se encontrado um sítio referente ao período da mineração e outro, de ocupação mais antiga, datando, possivelmente, entre a segunda metade do século XVIII e início do século XIX.

3.3.3.1 - Sítios de Mineração

Entre os vestígios referentes ao período histórico, as evidências quantitativamente mais expressivas ligam-se às atividades do garimpo do diamante e do carbonado, aqui genericamente agrupados como sítios de mineração.

Entre as evidências encontradas nessa categoria, incluem-se os locais de exploração, compondo diferentes tipos de sistemas. A atividade de garimpo, conforme praticada no período histórico, era realizada sem o auxílio de maquinário, o que se convencionou denominar de garimpo tradicional, o que recebia a denominação de serviço, catra ou faisqueira. Tipologicamente, Nolasco (2003) agrupou os tipos de garimpo existentes na região em quatro categorias: i) os garimpos tradicionais a seco, ii) os garimpos de serra úmidos, iii) os garimpos de barranco e, mais recentemente, iv) os garimpos de draga.

No século XIX, o naturalista Theodoro Sampaio identificou dois tipos de garimpo: i) as lavras a céu aberto que, quando pequenos, recebiam a denominação de grupiaras e ii) aqueles feitos em grunas (túneis subterrâneos) ou lapas.

Funch (2002) também apresentou uma classificação dos tipos de garimpo, inteiramente baseada em critérios êmicos, ou seja, a partir da fonética popular. Entre os tipos ligados às técnicas tradicionais, incluem-se:

- cascalhão: barrancos altos e de areia explorados pelo transporte de água para a parte alta dos barrancos por meio de regos (explicação abaixo);
- barranco: constituindo-se em um barranco alto de barro com fina camada de cascalho embaixo e desmontado com o auxílio de água e ferramentas manuais;
- brejo: localizado em áreas baixas, onde o cascalho é coberto por pouco solo;
- grupiara: onde o cascalho apresenta-se exposto para o trabalho;
- emburrada: onde o cascalho fica entre blocos maiores de pedras;
- curriolo: garimpo feito em leito de rio com cascalho e pedras soltas onde são feitas corridas (explicação abaixo) no sentido da corrente para a apuração;
- engrunada: garimpo feito por meio de túneis, sendo que quando encontrado o cascalho, ele é levado à superfície para ser purificado;
- gruta: garimpo feito em cavidades naturais e que não demandam a abertura de túneis;
- serviço a seco: garimpo onde não há água disponível; após a redução do cascalho, ele é transportado para onde haja água corrente;
- bater lavagem: re-garimpagem de áreas previamente exploradas;
- faísca: garimpo pequeno feito em um dia.

Entre as estruturas relacionadas com esses diferentes tipos de garimpo, estão aquelas destinadas ao represamento ou desvio de água (Figura 45). Essas estruturas associam-se a procedimentos essenciais para a criação de áreas de exploração e lavagem do cascalho. De acordo com informantes da região, entre as estruturas de represamento de água encontram-se também os açudes e tanques. Os açudes são formados por arranjos de pedras que eram destinados à retenção da água que era geralmente jogada nos tanques que, por sua vez, represavam a água a ser em seguida usada na lavagem do cascalho. Entre aquelas destinadas ao desvio de água, encontram-se os diques, que eram estruturas escavadas no leito do rio destinadas a transportar a água no leito através de uma canaleta profunda. Essas estruturas capturavam a água dos rios, permitindo, assim, que a parte alta fosse mantida a seco. Uma estrutura desse tipo foi descrita por Theodoro Sampaio em sua passagem pelas lavras da Nova Sibéria, situadas próximo a Mucugê, em 1880. Na sua descrição, o trabalho nessa mina consistia em “desviar as águas por meio de diques transversais e

longitudinais combinados de modo a manter-se em seco, ou em remanso a parte do leito do rio cujo cascalho deve ser lavado".

Outras estruturas envolvendo o deslocamento de água incluem ainda aquelas usadas para transportar a água para fora do leito do rio. Aqui estão incluídos os regos que eram destinados ao transporte de água, geralmente dos rios para os tanques e que podiam apresentar-se com alguns quilômetros de extensão, e as corridas, que se constituíam em trechos de rego mais estreitos para que a água corresse mais rápida e houvesse a seleção de sedimentos (Nolasco & Macedo, 2005; Funch, 2002).

Essas estruturas podem apresentar canais de pedras como vestígios, muitas vezes vedados por cimentação, e escavações na rocha. Associando-se a essas estruturas encontram-se degraus de pedra que formavam pequenas cascatas e poços, conhecidos como frevidores (Funch, 2002) e, como levantado por meio de informação oral, as lavadeiras, que se constituem em pequenos poços nos rios destinadas à lavagem do cascalho e os bicanos, que eram destinados ao transporte de água em locais, onde o relevo apresenta depressões ou em pequenos vales. De acordo com o informante, a canaleta dos bicanos era geralmente construída de madeira, apresentando como testemunhos perenes os pilares de pedra, destinados à sustentação da canaleta.

Os resíduos da atividade de garimpagem formam um conjunto significativo de evidências ligadas ao garimpo na área. Tais resíduos são compostos, majoritariamente pelo cascalho, que pode receber diferentes denominações de acordo com seu estado, o que, consequentemente, influencia o seu arranjo final e a forma como ele será encontrado.

De acordo com informações obtidas no levantamento de campo, o cascalho pode ser classificado localmente como paiol, que é um monte de cascalho que ainda será garimpado; brugalhau, composto por montes de cascalho; rabo de corrida, que é o cascalho já garimpado e que, algumas vezes, pode sofrer regarimpagem e cherém, que é o cascalho apurado (Funch, 2002). Outras formas de resíduo incluem fragmentos de rocha quebrados durante processos de seleção. Essas evidências incluem os mundibus e muntueiras. Tanto os diferentes tipos de cascalho quanto as rochas fragmentadas são encontrados em profusão nas áreas de garimpo, aparecendo empilhados ou alinhamentos próximos às áreas de exploração para uma chave de identificação dessas evidências do ponto de vista da geologia (Nolasco & Macedo, 2005).

É importante destacar que, associando-se aos vestígios materiais da atividade de garimpo, encontram-se alterações significativas na paisagem, compostas por voçorocas, ravinas, falésias, alterações nos cursos dos rios e superfícies alteradas, conforme descreveram Nolasco & Macedo (2005). Essas evidências associam-se contextualmente aos vestígios materiais da atividade de garimpo, compondo um elemento igualmente importante para sua compreensão em uma perspectiva mais ampla.

Os aglomerados das moradias ocupadas pelos garimpeiros e seus escravos situavam-se próximos às áreas de exploração. Pelo menos dois tipos de aglomerados relacionados à essa atividade podem ser identificados: i) vilas e povoados e ii) tocas. No primeiro grupo situam-se os núcleos urbanos que podiam variar de pequenos aglomerados de casas com área entre 5.000 e 10.000m², até vilas maiores, como o caso de Mucugê, Andaraí e Lençóis, cujos centros urbanos foram tombados pelo IPHAN.

Silva (2007), com base em outros autores, indica que, no caso dos povoados de Lençóis e Mucugê, há referências de que esses centros urbanos contaram com mais de 15.000 habitantes no final do século XIX. Nesses núcleos, predomina a arquitetura de pedras, o que favoreceu a preservação das estruturas de muitos dos antigos edifícios após seu abandono. A autora indica também que encontrou registros na literatura de um prolífico número de antigos povoados (a maioria inexistentes atualmente) menores na região do Parque ou em suas imediações, concentrados, principalmente, na sua área norte e nas imediações do morro do Pai Inácio, havendo menção, nessa área, aos povoados de como Cravada, Mucugezinho, Mandassaia, Lapão, Bicas, Caldeirões, Brejo, São José, Ribeirão, Raimundão, Filadélfia, Acaba-Saco e Rabudo. Há também menção a povoados

localizados no caminho que ligava, durante a época do garimpo, Lençóis e Andaraí, incluindo Capivara, Marco, Comercinho, Roncador e Veneno. Ao sul de Andaraí, há registros dos povoados de Passagem, Perdizes, Capa Bode, Criminoso, Igrejinha e Coisa Boa.

Nos povoados menores, aparecem muitas vezes aglomerações de pequenos edifícios, possivelmente residenciais. Este é o caso de um conjunto de pequenos núcleos situado às margens do rio Roncador, com uma área aproximada de 6.000m². Esse núcleo constituindo-se no que, provavelmente, foi o povoado conhecido como Roncador, teria sido criado em meados do século XIX. Alguns dos seus edifícios ainda encontram-se de pé, tendo sido construídos em pedra seca, diretamente sobre o substrato rochoso, com cobertura de duas águas e dimensões reduzidas (Figura 45). Os edifícios apresentam uma área média de 40m², contando com um único cômodo que invariavelmente apresentava uma estrutura de fogão.

Nos povoados visitados foi identificado material arqueológico em superfície, mas em baixa freqüência. Uma das razões dessa ausência de material deve-se ao fato de que, muitas das vezes, as residências eram construídas diretamente sobre o substrato rochoso, e as áreas de deposição de refugo eram, por conseguinte, concentradas em pontos mais afastados. Uma exceção foi identificada no antigo bairro Luis dos Santos, em Igatu, já abandonado, sendo parte dele inserida no PNCD. Aí foram identificados fragmentos de vidro, louça, metais e cerâmica comum.

A partir dos fragmentos de vidro identificados, foi possível estimar uma faixa cronológica aproximada para esse material, que se situa nas primeiras décadas do século XX, o que possivelmente corresponde ao período terminal de ocupação do bairro. Tendo em vista que o solo no local onde o material foi encontrado apresenta poucas perturbações, é possível que os vestígios referentes aos períodos de ocupação mais antigos desse bairro encontram-se em nível profundo.

O caso do bairro Luis dos Santos serve também para caracterizar uma relação de estreita proximidade entre as áreas de habitação e de exploração, à exemplo do que ocorreu em outras áreas de mineração brasileiras, o que se prendia a uma preocupação em se ter uma facilidade de acesso às áreas de atividade. No caso da chapada Diamantina, observou-se que o garimpo podia atingir as bordas das áreas de habitação, chegando, algumas vezes, a mutilar aquelas abandonadas.

Os abrigos eram usados ordinariamente como habitações temporárias ou permanentes, bem como para a guarda de objetos, sendo encontrados ora no contexto dos núcleos urbanos, conjugando-se aos demais tipos de edificação, ora destacadamente situando-se nas imediações de abrigos ou em locais propícios à caça (Figura 45). Tais abrigos tiveram sua eficácia nas estratégias de sobrevivência empregadas pelos antigos garimpeiros e constituem-se, assim como os povoados, em importantes vestígios materiais do período histórico no PCND, sendo alguns deles, inclusive, tombados pelo IPAC, como é o caso da Loca do Bambulim e Loca do Bairro Luis Santos, em Igatu – sendo o primeiro fora do PNCD.

Embora as construções de pedra sejam características bem marcantes das vilas e povoados do período da mineração na chapada Diamantina, não é possível afirmar que seus métodos e técnicas construtivas foram utilizados por todos os indivíduos que compuseram a sociedade na época. Considerando que esse tipo de edificação demandava investimentos significativos de esforço e tempo, é possível que os segmentos menos privilegiados da população não tivessem suas casas construídas da mesma forma, o que é particularmente válido para o caso dos escravos. Essa possibilidade é reforçada pelo fato de que, ainda hoje, um número significativo de afro-descendentes utiliza técnicas e métodos construtivos bem distintos na região, não sendo de pedras. Esse é o caso de edificações recentes que podem ser observadas nas comunidades Estrada Velha do Garimpo e Fazenda Velha, construídas de pau-a-pique (técnica conhecida localmente como enchimento), com cobertura de palha e planta bastante simplificada, sem janelas e composta por um único cômodo, com área aproximada de 30m².

Esse tipo de construção é característico da arquitetura tradicional das senzalas, tendo sofrido fortes influências da arquitetura vernacular Yorubá. É bastante provável que essa arquitetura tenha

penetrado na região por influência dos grupos escravos e se popularizado na região durante o período da mineração. A identificação de sítios arqueológicos históricos dessa natureza, no entanto, apresenta visibilidade arqueológica muito mais baixa, o que se deve, sobretudo, aos tipos de materiais empregados na sua construção, que não se conservam no solo. Sítios dessa natureza só são usualmente identificados por meio de achados fortuitos ou em levantamentos probabilísticos envolvendo prospecções subsuperficiais.

Outra categoria de edificações encontradas são os antigos cemitérios que serviam tanto aos mineradores quanto aos seus escravos, que se somam aos restos de garimpo, vilas e povoados como parte de um sistema associado à mineração. Há indícios na área do Parque de alguns cemitérios, presentes nas imediações das vilas e povoados, muitas vezes situados ao longo dos caminhos. Entre eles há um curioso, em Igatu, denominado Cemitério dos Bexiguentos, que servia à população durante os períodos em que a região era acometida por epidemias, valendo citar que o termo bexiguento era dado, naquela época, aos acometidos por varíola.

Relacionando-se aos demais vestígios da atividade minerária incluem-se ainda os antigos caminhos e pontes que desempenharam um papel de relevância na articulação de diferentes sistemas ligados à mineração. Na área do Parque, existiram no contexto da mineração alguns caminhos bastante freqüentados. A cidade de Lençóis, um dos mais importantes pólos urbanos da região, possuía diferentes ramificações: uma à noroeste, que a ligava a Palmeiras, uma ao norte, que seguia em direção a Estiva (atual Afrânio Peixoto), passando por Licurioba e Pedra Cravada, e outra, muito conhecida localmente, que seguia em direção a Andaraí, atualmente denominada Estrada Velha do Garimpo. Esse trecho passava pelos povoados de Marco, Capivaras e Comercinho e seguia longitudinalmente em relação ao rio São José, pelo sopé da serra do Sincorá.

A Cidade de Andaraí, outro importante pólo, articulava-se por caminhos ainda à leste, cruzando a localidade conhecida hoje como Pati, seguindo até Guiné e, ao sul, em direção a Santa Izabel (atual Mucugê), passando por Passagem, Xique-Xique (atual Igatu) e Capa Bode. De Santa Izabel partia um dos caminhos mais freqüentados da região, que seguia, à leste, em direção a Salvador, e a oeste, em direção a Bom Jesus, passando pelo Comércio de Fora, com uma ramificação que seguia margeando a borda sudoeste da serra do Sincorá, em direção a Sincorá. Uma variante desse último trajeto partia de Santa Izabel e seguia em direção ao sul, em uma região pouco freqüentada. Esse caminho margeava o rio Mucugê, daí seguindo para Mundo Novo e Sincorá.

Do ponto de vista da arqueologia, a maioria desses caminhos apresenta pouca ou nenhuma visibilidade arqueológica, o que se deve ao fato de que eles se constituíram, muitas vezes, em picadas. Em alguns casos, no entanto, existiam calçamentos de pedra, como é o caso de alguns trechos que ligavam Igatu a Coisa-Boa. Em relação às pontes, destaca-se a ponte sobre o rio Lençóis, fora do PNCD, tombada pelo IPAC.

Os sítios de mineração, em sua totalidade, situam-se cronologicamente entre o ano de 1844 que, conforme exposto na contextualização histórica, marca o início da ocupação garimpeira na serra do Sincorá, e a segunda metade do século XX, quando a mineração tradicional foi quase que totalmente extinta.

3.3.3.2 - Sítios Rurais

Definem-se aqui como assentamentos rurais aqueles dedicados à produção de gêneros ligados à criação de gado bovino ou plantio de alimentos. Durante o levantamento arqueológico, foram identificados e cadastrados dois sítios que se incluem nessa categoria: a Fazenda Roncador, situada na área do Parque, e Campo Alegre, situado na área de entorno do Parque. O segundo sítio foi descrito no Encarte 2. Segue a caracterização da Fazenda Roncador.

3.3.3.2.1 - Fazenda Roncador

Localiza-se na área do Parque, próximo à margem direita do rio Roncador, no sopé da borda leste da serra do Sincorá, com uma área aproximada de 8.000m². O edifício-sede da fazenda sofreu algumas remodelações, mas ainda se encontra de pé. As remodelações incluíram mudanças na planta do edifício em uma das suas laterais. Nos fundos da Fazenda existem ainda remanescentes

de alguns arrimos, alicerces e uma casa de farinha.

Na área frontal da propriedade, não foram identificados alicerces visíveis em superfície, tendo sofrido, essa parte da propriedade, movimentos de solo recentes, conforme foi observado em uma comparação de fotografias da área frontal da fazenda atual e da década de 1980 (Figura 46). Segundo o atual ocupante da fazenda Roncador, as antigas senzalas situavam-se em uma das laterais da sua área frontal, mas não foram identificados vestígios de superfície que confirmasse essa possibilidade. Depois de realizada uma vistoria da área do sítio, não foram identificados materiais arqueológicos em superfície.

Figura 45: Sítios de Mineração do Patrimônio Arqueológico Histórico do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil, conforme Silva (2007). Fotos: Rosiclér T. da Silva.

Açude localizado no rio Piabas.

Tanque localizado na margem esquerda do rio Roncador. Município de Lençóis.

Remanescentes de pequeno povoado situado na margem direita do rio Roncador, avistando-se, no primeiro plano, amontoados de pedras decorrentes do colapso de alguns edifícios e, ao fundo, alguns testemunhos ainda preservados.

Pedra lapeada com adição de outras pedras para a formação de um abrigo, no entorno do Distrito de Igatu, Município de Andaraí.

Esse sítio situa-se à margem da Estrada Velha do Garimpo, tendo sido criado, provavelmente, no contexto da mineração na serra do Sincorá, após 1844. Devido sua posição, foi provavelmente um entreposto de comercialização de gêneros alimentícios de alguma importância no contexto local, sobretudo considerando-se que na região do rio Roncador houve um povoado e intensa atividade minerária ao longo do século XIX.

Para o caso dos sítios rurais, as informações existentes não permitem uma estimativa segura no que se refere à sua dispersão e densidade. Para que isso seja possível, será necessário obter dados por meio de um levantamento oportunístico. Pode-se, de modo geral, considerar que a área do Pati concentre um número maior de sítios rurais, em função de ai ter sido feito o cultivo do café

no período compreendido entre o final do século XIX e primeira metade do século XX. As áreas baixas, localizadas no entorno da serra do Sincorá, por apresentarem solos mais propícios ao cultivo, podem apresentar também sítios dessa natureza em maior densidade, o que deverá ser confirmado por meio de levantamentos probabilísticos.

Quanto à estimativa de evidências ligadas à mineração, é possível a determinação, em linhas gerais, das áreas de maior densidade de ocorrências, especialmente ao norte de Mucugê, porção norte do PNCD. Para a definição da área, foram levadas em conta: fontes documentais e orais, estudos pré-existentes sobre a atividade de garimpo na região ao longo do tempo, e observações feitas em campo. Pode-se observar, na região, uma maior densidade de evidências ligadas ao garimpo no entorno dos núcleos urbanos, com destaque para Mucugê, Igatu, Andaraí e, especialmente, Lençóis. Desse modo, a idéia de que as áreas de atividade minerária tendiam a gravitar em torno dos núcleos urbanos, como foi visto na literatura, se aplica com propriedade para o caso em apreço. Apesar dessas altas concentrações de evidências no entorno dos núcleos urbanos, evidências ligadas ao garimpo podem ser mais indistintamente identificadas na área indicada.

Figura 46: Sítios Rurais do Patrimônio Arqueológico Histórico do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil, conforme Silva (2007). Fotos: Rosiclér T. da Silva.

Vista da fachada da casa-sede da ex-fazenda Roncador, em 1988. Município de Andaraí.

Vista atual da fachada da casa-sede da ex-fazenda Roncador; uma das laterais do edifício, à esquerda, sofreu algumas remodelações recentes. Município de Andaraí.

3.4 - Socioeconomia

3.4.1 - Descrição Geral das Comunidades Situadas no Interior do Parque Nacional da Chapada Diamantina

Esse item é quase todo baseado no estudo contratado pela TSN junto à MRS, especificamente com vistas à elaboração do presente Plano de Manejo, e está contido em Castro, Pereira & Adamo (2007b).

Nos dias atuais há aproximadamente 150 famílias morando dentro dos limites do PNCD, distribuídas nas diversas comunidades locais, sendo que algumas são ocupações de mais de 150 anos. Assim, foram excluídas algumas áreas principalmente próximas a Lençóis, invadidas recentemente. Excetuando a comunidade do Vale do Pati (ou Pati como também é chamado), que está localizada no centro, as demais comunidades encontram-se próximas aos limites do Parque.

Assim, para efeitos deste PM, são oito as comunidades existentes dentro do PNCD, a saber (Figura 47):

a) Poném, no Município de Lençóis;
b) Toalhas, no Município de Lençóis;
c) Estrada Velha do Garimpo, nos Municípios de Lençóis e Andaraí;
d) Fazenda Velha, no Município de Andaraí;
e) Pati, nos Municípios de Andaraí e Mucugê;
f) São Pedro, no Município de Mucugê;

g) Capão do Correia, no Município de Mucugê, e
h) Baixão, no Município de Ibicoara.

3.4.1.1 - Poném

A comunidade localiza-se no Município de Lençóis e tem esse nome devido a uma antiga moradora, Albertina Poném. A comunidade é muito pequena, sendo constituída por apenas quatro famílias que moram no local, perto do morro Pai Inácio, e vivem da agricultura de subsistência.

Um dos entrevistados, que ainda mantém sua posse no local, morou no local por quarenta anos, mas mudou-se para o povoado de Campos de São João, Município de Palmeiras, onde vive atualmente. Criou os filhos no local, vivia do garimpo e da roça. Em função da idade avançada, ele não lida mais com a terra. Sua área possui alguns pés de manga, abacate e caju. Disse que possui escritura de suas terras e que paga os impostos todos os anos.

Um outro morador é artesão, reutiliza pneus fazendo chinelo de dedo e sapatilhas. Vive da roça e do artesanato, mora no local há cerca de 50 anos. A propriedade em que mora está em nome de sua mãe, e ele possui mais três irmãos, com os quais dividirá a indenização que receberá do Parque.

Um terceiro está no local há 10 anos. Possui a maior roça da região, de mais de 1ha, a qual é roça mista de mandioca, abacaxi, milho, mamona, batata doce e cana-de-açúcar.

O último morador entrevistado maneja uma pequena roça mista, de uma tarefa (uma tarefa corresponde a 0,435ha ou a 4.356m², na Bahia) de mandioca, batata doce, abacaxi, milho, mamona e cana. A casa da propriedade é grande, de cerca de 100², dividida em vários cômodos.

Os moradores têm uma mesma opinião sobre indenizações que deverão receber no processo de regularização fundiária do PNCD. Afirmaram gostar de onde vivem, mas concordam com a desapropriação, desde que a indenização seja justa.

3.4.1.2 - Toalhas

A comunidade Toalhas está localizada no Município de Lençóis e dista apenas de 5km da Cidade. O acesso à comunidade é por meio de trilhas, com dois caminhos possíveis. O primeiro fica na saída de Lençóis, em direção ao rio Lapão de Baixo. A trilha começa no cemitério, é bem aberta, com 5km de caminhada, depara-se com o rio Lapão. A aproximadamente 100m à frente, pode ser encontrada a primeira propriedade. O segundo caminho é iniciado na margem da estrada de Lençóis, em uma entrada com um banco de gravetos na frente. Segue-se uma trilha estreita até o encontro com o rio Toalhas, sendo que a primeira residência pode ser encontrada a, aproximadamente, 100m.

Todas as benfeitorias foram construídas dentro das terras de um único proprietário, que não reside na região, mas que, segundo os entrevistados, não se incomodaria em “emprestar” suas terras a essas pessoas (cerca de 4.000ha). A área apresenta vegetação bem conservada, pois as áreas ocupadas são pequenas, até duas tarefas (0,870ha) e distantes, no mínimo, 300m entre si.

Existem, aproximadamente, cinco famílias residentes nessa comunidade, sendo que quatro foram entrevistadas. Apenas um dos entrevistados mora na localidade desde nascido. A média de idade das pessoas é de 42 anos. O nível de escolaridade entre os entrevistados é baixo. Um deles é analfabeto e três têm entre um a três anos de estudo.

As residências têm estruturas de pau-a-pique, com três cômodos e dois quartos, em média, sem sanitários. Também não fazem uso de sanitário externo, evidenciando a falta de saneamento básico. Não existe coleta de resíduos sólidos na comunidade, sendo que os moradores queimam os resíduos secos e o molhado é reutilizado como adubo.

As moradias não têm acesso à luz elétrica, e a água é levada por meio da gravidade em uma dos quatro entrevistados. Para as outras três moradias, a água é retirada diretamente dos cursos de rios próximos. Não existem linhas telefônicas fixas, mas devido à proximidade de Lençóis, é possível o uso de celulares.

A comunidade não dispõe de escolas, e não foram encontradas crianças em idade escolar. As mais próximas são encontradas na Cidade de Lençóis, não existindo transporte escolar. Entre os quatro entrevistados, um é aposentado e nenhum recebe o benefício governamental denominado bolsa-família.

A agricultura é basicamente voltada para consumo familiar, mas algumas propriedades cultivam principalmente a mandioca para produção de farinha. Não há criação de gado bovino no local, mas criam apenas aves, como galinhas e gansos, além de animais de estimação, como gatos e cachorros.

Entre os quatro entrevistados, dois moradores afirmaram dizem ter sido informados da criação da UC há 15 anos, enquanto os outros dois souberam há cerca de cinco anos. Os primeiros afirmam que não identificaram mudanças ocorridas após a criação do Parque. Todos têm consciência de que suas áreas estão dentro do PNCD e que serão desapropriados, mas demonstraram vontade de permanecer no local.

Para um dos entrevistados, o Parque representa proteção à natureza; para outro, insegurança, e para dois, tranqüilidade. A tranqüilidade também é foi uma das vantagens da comunidade, além do aumento do comércio pelo movimento turístico. Todavia, um deles disse não ter vantagens. Quanto às desvantagens, um deles citou a desapropriação; outro citou a impossibilidade de aumentar o seu plantio e dois não identificaram nenhuma desvantagem.

Quando questionados sobre as possíveis providências para melhoria do Parque, eles responderam unanimemente que preferem deixar como está, ou seja, que não sejam desapropriados. Os entrevistados gostariam de permanecer no local, mas não apresentaram grande resistência. Deixaram transparecer a insegurança, pois não são donos das terras, e a indenização pode não chegar a eles. No entanto, todos concordam com a realização de acordos, desde que sejam respeitadas as opiniões de ambas as partes.

Um dos entrevistados comentou sobre o interesse de construir uma casa de farinha, mas nenhum dos moradores quer fazer parceria, por isso diz que vai construir sozinho, e não vai ajudar os demais depois. Todos os entrevistados portavam um facão pendurado na cintura e criavam cachorros, contudo nenhum assumiu realizar a caça atualmente. Dois dos moradores admitiram realizar práticas de garimpo.

3.4.1.3 - Estrada Velha do Garimpo

A comunidade Estrada Velha do Garimpo situa-se nos Municípios de Lençóis e Andaraí, distante cerca de 18km do primeiro. As moradias estão localizadas praticamente ao longo da estrada, de mesmo nome, a qual não possui pavimentação e, nos seus 32km de extensão, é cortada por três rios: Capivara, Roncador (determina a divisão entre os municípios de Lençóis e Andaraí na metade da estrada) e Garapa. Por ter seus leitos muito degradados pelo garimpo de dragas realizado até metade da década de 1990, o assoreamento dos rios é nítido. A passagem pela estrada é feita por meio de veículo com tração nas quatro rodas.

A estrada foi percorrida no sentido Lençóis – Andaraí, sendo entrevistadas sete famílias das cerca de trinta que vivem na comunidade. Quase todos (86%) nasceram em Lençóis, mas moram no local, em média, há 32 anos. A média de idade dos entrevistados é de 47 anos. Entre os entrevistados, 29% são alfabetos, 43% possuem de três a cinco anos de estudo e 14% têm mais de cinco anos de estudo.

As residências têm estruturas de pau-a-pique, com três cômodos e um quarto, em média, sem sanitário interno. Também não há sanitário externo, portanto, sem qualquer estrutura de saneamento básico. Não existe coleta de resíduos sólidos na comunidade, sendo que os moradores queimam os resíduos secos e o molhado é reutilizam como adubo. Excetua-se, neste caso, a casa-sede da fazenda Roncador, em adobe, bem conservada, grande e muitos recursos diferenciados das demais moradias.

A comunidade não tem acesso à luz elétrica. A água chega por meio da gravidade em 29% das casas, os 71% restantes dependem dos cursos de rios próximos. Não existem linhas telefônicas. Há uma escola que oferece os quatro primeiros anos do ensino fundamental na comunidade. Para os demais anos e o ensino médio, é necessário o deslocamento até as Cidades de Andaraí ou Lençóis, e não há transporte escolar. Dos entrevistados, 29% são aposentados e 14% recebem a bolsa-família.

A agricultura é basicamente voltada para consumo familiar, sendo que algumas famílias cultivam mandioca para comercializar, não havendo de gado bovino no local, apenas galinhas e animais de estimação, como cachorros e gatos.

A atividade mais comum entre os moradores da comunidade Estrada Velha do Garimpo é o garimpo manual. Entre os entrevistados, 71% confirmaram a sua prática. No entanto, dizem que, da maneira que é feito, não é prejudicial à natureza, pois são remexidos apenas cascalhos retirados pelas dragas, há dez anos. Argumentaram, ainda, que o garimpo foi responsável pelo desenvolvimento de toda região, faz parte da cultura local, portanto, e que não haveria motivos para proibi-lo. Um dos garimpeiros da comunidade costuma fazer demonstrações do processo de garimpo manual para turistas. Outra atividade de destaque é o atendimento aos turistas, feito por apenas um dos moradores, na sede da fazenda Roncador, que transformou a casa em uma espécie de pousada, que funciona informalmente.

Entre os moradores, 57% disseram que foram informados sobre a criação da UC, há mais de vinte anos, os demais, 43%, sabem há, aproximadamente, dez anos. Todos estão cientes das condições determinadas pelo posicionamento de suas propriedades, mas demonstraram vontade de permanecer no local.

Para 71% dos entrevistados, o Parque representa tranqüilidade; para 14%, representa proteção à natureza, e para 14%, indenização. Um total de 14% afirma que não identificaram mudanças ocorridas após a criação do Parque. No entanto, os demais (86%) relatam que a principal mudança foi a maior conscientização dos moradores quanto ao fogo, à caça, ao garimpo e/ou ao desmatamento.

Citam como vantagens em morar na localidade a tranqüilidade (86%) e o aumento do comércio pelo movimento turístico (14%). Quanto às desvantagens, foram citadas por 29% a desapropriação; 57% a impossibilidade de aumentar o plantio; e por 14% não foi identificada nenhuma desvantagem.

Quando questionados sobre as possíveis providências para melhoria do Parque, responderam: 29% preferem deixar como está; 57% sugeriram fazer dos moradores, fiscais, e 14% sugerem mais campanhas de conscientização dos moradores. No entanto, todos concordam com a realização de acordos, desde que sejam respeitadas as opiniões de ambas as partes.

Os garimpeiros afirmam conhecer a mata como poucos, sabendo se deslocar sem se perder. Por isso, questionam a decisão do IBAMA em contratar jovens da cidade, que não conhecem o local para participar da brigada de incêndios florestais. Propõem que o contrato seja feito com eles, pois, como precisam de ajuda financeira, não teriam mais a necessidade de garimpar e se tornariam fiscais do Parque.

É uma região com densa ocupação, a qual continua crescendo, que sofreu assoreamentos pelo processo do garimpo, principalmente o de dragas, o que descaracterizou o ambiente natural. Há registro de residências na localidade há quase dois séculos; servia tanto de ponto de parada dos tropeiros viajantes, como era a localidade que oferecia apoio para abastecimento dos garimpeiros que se encontravam na serra naquela região.

3.4.1.4 - Fazenda Velha

A comunidade Fazenda Velha encontra-se no Município de Andaraí, distante cerca de 35km da Cidade. O acesso à comunidade é facilitado por estrada de terra. Localizada na margem leste da região alagada conhecida por marimbus, a área da comunidade tem vegetação bem alterada. As

ocupações são pequenas e próximas umas das outras, intensificando o uso da terra. Ainda, as benfeitorias das propriedades têm infra-estruturas contrastantes.
Existem, aproximadamente, 28 famílias residentes na comunidade. Destas, sete foram entrevistadas. Apenas 29% não moram na comunidade desde nascidos. A média de idade dos entrevistados é de 55 anos. Os entrevistados têm escolaridade entre analfabetos, os quais correspondem a 86%, e outros 14% têm apenas um ano de estudo.

As residências têm estruturas de pau-a-pique, com quatro cômodos e dois quartos, em média. Sanitários não foram encontrados. É comum o uso de fossas negra e seca, evidenciando a falta de saneamento básico. Não existe coleta de resíduos sólidos na comunidade, sendo que os moradores queimam os resíduos secos e o molhado é reutilizam como adubo.

A comunidade não tem acesso à luz elétrica. Nas propriedades com maior infra-estrutura (29%), a água é bombeada das lagoas próximas e armazenada em caixas d'água; nas demais (71%) esse acesso é feito diretamente das lagoas. Não existem linhas telefônicas.
A comunidade não conta com escolas, nem com transporte escolar. Normalmente as esposas residem na cidade – Andaraí ou Lençóis - com os filhos, em idade escolar, enquanto os maridos permanecem na comunidade para trabalhar na lavoura e na pesca.

Entre os entrevistados, 43% são aposentados e nenhum recebe a bolsa-família. A agricultura é basicamente voltada para consumo familiar. Não há criação de gado bovino no local, apenas galinhas. A pesca é bastante intensificada devido ao alagado do marimbus e a piscicultura é praticada por um único dos moradores entrevistados.

Os dois moradores mais antigos (29%) disseram saber da criação do Parque há vinte anos. Outros três (43%), disseram que foram informados da UC há dez anos, os demais (28%) afirmaram que souberam há cerca de três anos, depois de terem adquirido a propriedade. No entanto, todos sabem que deverão ser indenizados para deixarem o Parque, mas demonstraram vontade de permanecer no local. O Parque representa proteção à natureza para 28% dos entrevistados e tranqüilidade para 72%.

Dos cinco moradores mais antigos (72%), todos identificaram a principal mudança ocorrida após a criação do Parque, como a impossibilidade de aumentar o plantio. Citam como vantagens em morar na localidade: tranqüilidade (43%) e a possibilidade de contribuir com a proteção a natureza (43%). Todavia, 14% dizem não ter vantagens. Quanto às desvantagens, 43% citaram a desapropriação; 29% a impossibilidade de aumentar o plantio e para 28% não há desvantagem.

Quando questionados sobre as possíveis providências para melhoria do Parque, 57% preferem deixar como está (sem desapropriação) e 43% gostariam que a desapropriação fosse prioridade e resolvida mais rapidamente. No entanto, todos concordam com a realização de acordos, desde que sejam respeitadas as opiniões de ambas as partes.

Muitos moradores estão deixando o local e deixando suas casas abandonadas, como foi observado no local. Ao mesmo tempo, foram também encontradas construções recentes de casas de alvenaria, às margens do marimbus, em área de preservação permanente (APP), sendo uma delas com dois andares. Sabe-se que algumas das moradias novas e em construção são de moradores de Andaraí, inclusive de pessoas que têm total consciência da existência do PNCD, sendo que algumas deverão funcionar como moradia de lazer como foi apurado rapidamente pela equipe de elaboração deste PM.

A comunidade apresenta certa organização, já tendo constituído uma associação de moradores. Seu representante tem assento no conselho consultivo do Parque, freqüenta praticamente todas as reuniões e passa as informações para os associados. Recentemente a associação solicitou autorização da DIREC/IBAMA para instalação de rede elétrica e construção de sanitários para as casas das residências da comunidade. A autorização para a rede elétrica não foi dada, pelas especificações da proposta, e está em finalização para os sanitários.

Conjuntamente, o IBAMA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) avaliam a possibilidade de transferir a comunidade para uma área próxima, fora do PNCD. Seis moradores entrevistados (86%) afirmaram temer pela qualidade das terras que vão encontrar. Dois (29%) aceitariam sair e os outros cinco (71%) têm resistência, mas dizem que "lei é lei", desde que a indenização, por dinheiro ou por outra propriedade, seja justa. Na finalização deste PM, a iniciativa de realocação tinha mudado, pois como o INCRA estava prestes a assentar vários sem-terra, por reivindicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) em parte de uma fazenda vizinha, fora do PNCD – fazenda Capim Gordura -, foi negociado para que parte da comunidade que lá já vive também fosse beneficiada pela mesma medida. Tudo indicava, ao final do fechamento deste PM, que o INCRA reassentaria somente os moradores da comunidade Fazenda Velha.

3.4.1.5 - Vale do Pati (ou Pati)

A comunidade Pati (ou Vale do Pati) está localizada nos Municípios de Andaraí e Mucugê, distante cerca de 35km dessas Cidades. As pessoas residentes são descendentes da época áurea do café (década de 1940), quando alcançou um total de cerca de dois mil habitantes (cerca de 337 famílias).

O acesso à comunidade é feito a pé em animais de montaria e carga. Localizada em um vale, apresenta vegetação conservada, a qual é substituída por plantios de pastos, café, mandioca e bananas próximos às casas.

Existem, aproximadamente, treze famílias residentes na comunidade. Do total, foram entrevistadas cinco. Todos nasceram e moram no Pati. A média de idade dos entrevistados é de 51 anos. Entre os entrevistados 80% são analfabetos e 20% têm quatro anos de estudo.

As residências têm estruturas de pau-a-pique e adobe, com dez cômodos e cinco quartos, em média. As residências possuem banheiros com sanitários, sendo comum o uso de fossas, evidenciando a falta de saneamento básico. Não existe coleta de resíduos sólidos na comunidade e, segundo informaram, os moradores levam os resíduos secos quando vão às cidades e o molhado é reutilizado como adubo.

A comunidade não tem acesso à luz elétrica. A água chega por meio de gravidade, por encanamentos feitos pelos moradores para direcionar a água de minas ou cursos de rio próximos (nesse caso). Não existem linhas telefônicas. Há uma escola que leciona os quatro primeiros anos do ensino fundamental na comunidade, e para cursar os demais anos e o ensino médio, os alunos têm que ir até as Cidades de Andaraí e Mucugê, e não existe transporte escolar.

Entre os entrevistados, 20% são aposentados e 20% recebem bolsa-família. A agricultura é basicamente voltada para consumo familiar, e algumas propriedades cultivam principalmente a mandioca, café e banana. Há criação de animais de tração (jegues), para transporte de pessoas e/ou cargas, o que implica em possíveis desmatamentos e focos de incêndio para a manutenção pastos. Também há criação de galinhas. Mais recentemente, alguns se dedicam à prestação de serviços de apoio à visitação pública do PNCD, como infra-estrutura para pernoite e alimentação de visitantes.

Em média, os moradores dizem que foram informados sobre a criação da UC há 20 anos. Todos têm consciência de que deverão ser indenizados e retirados do PNCD, mas demonstraram vontade de permanecer no local.

Para 40% dos entrevistados, o Parque representa proteção à natureza e 60% o considera como fonte de renda. Todos identificaram a impossibilidade de aumentar o plantio como a maior mudança ocorrida após a criação do Parque. Para eles, as vantagens de morar no Pati são o aumento do comércio pelo movimento turístico (80%), pois prestam serviços à visitação pública do Parque, e a tranqüilidade do lugar (20%). Quanto às desvantagens, 80% citaram a impossibilidade de aumentar a fonte de renda, por meio de mais casas para atendimento aos turistas, e 20% indicaram a dificuldade de acesso.

Quando questionados sobre as possíveis providências para melhoria do Parque, 80% sugeriram

colocar os moradores como fiscais do Parque e 20% querem a desapropriação. No entanto, todos concordam com a realização de acordos, desde que sejam respeitadas as opiniões de ambas as partes.

Quando perguntados sobre quais as dificuldades encontradas no Pati, apontaram as dificuldades de acesso à comunidade e, por isso, sugerem a criação de uma estrada, mesmo sabendo que isso é quase impossível, em função da topografia dos terrenos. Alguns comentaram que o "acesso de carro facilitaria e aumentaria o turismo". Ainda, reivindicaram a exclusividade da guiagem dos turistas dentro do Vale do Pati, pois consideram que "nós nativos fazemos parte da história do Parque".

Outro problema levantado pelos moradores do Pati é com relação à falta de comunicação com as cidades mais próximas, Mucugê e Andaraí e, nesse sentido, solicitaram a disponibilização de uma estação de radiocomunicação e comentaram que os "turistas se acidentam e podem passar dias esperando socorro".

Há um único morador que declarou querer se mudar o mais rápido possível do Pati, indicando três motivos para tal: i) tem que visitar periodicamente seu médico na cidade, ii) não tem mais condições de trabalhar na lavoura e iii) não presta serviços para turistas no local, o que poderia motivar a sua permanência. Segundo relato dos entrevistados, a comunidade existe no local há quase dois séculos.

Durante o trabalho de campo, opiniões e sugestões foram dadas com relação à situação da população do Pati como, por exemplo, realizar um acordo escrito com os moradores que não querem sair para se tornarem guardas florestais do Parque ou outra modalidade de trabalho relacionado diretamente à área ambiental, bem como para catalogar e identificar ervas e outras plantas locais junto a pesquisadores.

3.4.1.6 - São Pedro

A comunidade São Pedro está situada no Município de Mucugê, a 12km da Cidade. Encontra-se nas duas margens de um trecho da estrada de terra que liga Mucugê ao seu Distrito de Guiné, na zona oeste do Parque. Entretanto, somente uma parte da comunidade encontra-se dentro do PNCD, a qual compreende um trecho de São Pedro e um trecho do chamado Libânio, neste PM considerados juntos como comunidade São Pedro. Apenas em determinadas áreas a vegetação está alterada.

Existem, aproximadamente, 25 famílias residentes na comunidade, mas apenas três foram entrevistadas. A média de idade dos entrevistados foi de 35 anos, considerada jovem em relação às demais comunidades do PNCD. Entre eles, 33,3% cursaram o ensino fundamental completo e 66,6% cursaram de dois a quatro anos apenas. Há uma escola de ensino fundamental na comunidade, onde é possível cursar do 1º. ao 4º. ano. Para os demais e, inclusive o ensino médio, é necessário o deslocamento para Mucugê, feito por meio de transporte escolar disponível.

As residências normalmente são de adobe com reboco e pintadas, havendo, ainda, casas de alvenaria, com sete cômodos e três quartos, em média. Os banheiros, com sanitários, encontram-se no interior das residências, mas ainda são utilizadas fossas secas, evidenciando a falta de saneamento básico. Não existe coleta de resíduos sólidos na comunidade, sendo que os resíduos secos são queimados o molhado é reutilizado como adubo.

A comunidade é bem estruturada, e as residências têm acesso à luz elétrica. Algumas residências têm eletrodomésticos modernos e móveis novos. A água chega por meio de gravidade, por encanamentos feitos pelos moradores para direcionar água de minas. Não existem linhas telefônicas.

Nenhum dos entrevistados é aposentado, e 33,3% recebem a bolsa-família. Nos três casos, os entrevistados possuíam automóveis particulares e afirmam deslocarem-se diariamente para Mucugê. A agricultura não teve destaque, foi encontrada apenas uma horta, para consumo

doméstico, em apenas uma das três propriedades (33,3%). Há rebanhos de gado bovino em uma outra propriedade (33,3%) e na terceira havia gado caprino e galinhas (33,3%), o que implica possíveis desmatamentos e focos de incêndio para a manutenção de pastos.

Apenas um dos entrevistados disse saber sobre a existência do PNCD há cerca de cinco anos, os demais não tinham conhecimento do fato (66,6%) e justificaram tal desconhecimento por morarem há pouco tempo na localidade (três anos em média). Quando esclarecidos sobre as condições de indenização e saída dos limites da UC, demonstraram vontade de permanecer no local. Citam a tranqüilidade como vantagem em morar na localidade. Não foi identificada nenhuma desvantagem.

Quando questionados sobre as possíveis providências para melhoria do Parque, eles responderam que preferem deixar como está, sem que sejam desapropriados e tenham que sair do local. No entanto, todos concordam com a realização de acordos, desde que sejam respeitadas as opiniões de ambas as partes.

A comunidade São Pedro caracteriza-se como comunidade-dormitório para alguns chefes de família, pois passam o dia trabalhando na Cidade de Mucugê. Isto a diferencia das demais comunidades, pois os chefes de família não vivem do que produzem na propriedade. Neste sentido, São Pedro não tem desenvolvimento agrário.

3.4.1.7 - Capão do Correia

A comunidade está localizada no Município de Mucugê, distando cerca de 19km da Cidade e 5km de Caraíbas, a comunidade mais próxima, mas que está fora dos limites do PNCD. O acesso pode ser feito de automóvel, saindo de Mucugê e seguindo para o sul, em direção a Cascave, Distrito do Município de Ibicoara. Em Caraíbas, logo após a sétima casa, pega-se a esquerda. Seguindo a estrada, chega-se em uma porteira de uma antiga fazenda, onde está Capão do Correia. Localizada em um vale, apresenta vegetação escassa, sendo substituída por áreas desmatadas e plantações (café e banana).

Existem cinco famílias na comunidade, mas foram entrevistadas apenas três famílias, que nasceram no local. Os outros não entrevistados teriam adquirido as suas áreas recentemente e as utiliza apenas para plantação, pois moram em Caraíbas. A média de idade dos entrevistados é de 44 anos, e todos são analfabetos.

As residências têm estruturas de adobe, com seis cômodos e dois quartos, em média. Há sanitários na localidade, mas com o uso de fossa seca. Tais fossas são escavadas no terreno, sem revestimento, cujas paredes são revestidas de tábuas não aparelhadas e cobertas na altura do piso por uma laje, onde é instalado um vaso sanitário. Não há saneamento básico. A comunidade não possui coleta de resíduos sólidos, e os moradores queimam os resíduos secos e o molhado é reutilizado como adubo.

A comunidade não tem acesso à luz elétrica. A água chega por meio de gravidade, por encanamentos feitos pelos moradores para direcionar água de minas (nesse caso) ou cursos de rio próximos. Não existem linhas telefônicas. A escola mais próxima fica em Caraíbas, oferecendo do 1º. ao 4º. ano do ensino fundamental. As demais séries e o ensino médio estão disponíveis somente em Mucugê, e não há transporte escolar. Apenas uma pessoa possui veículo na comunidade, uma moto.

Um dos três entrevistados é aposentado (33,3%) e dois recebem a bolsa-família (66,6%). Foi possível apurar que os cinco proprietários cultivam o café, além da agricultura de frutas e hortaliças para consumo familiar. A colheita do café contribui para o incremento da renda anual das famílias. Há criação de galinhas e gado bovino no local, o que implica em desmatamentos e focos de incêndio na manutenção de pastagens.

Em média, os moradores sabem da criação do PNCD há 20 anos. Disseram que têm consciência das condições de indenização e posterior saída do local e não demonstraram resistência contra a desapropriação, pelo contrário, um deles cobrou-a enfaticamente.

O Parque representa proteção à natureza para 66,6% dos entrevistados e tranqüilidade para 33,3%. Todos identificaram mudanças ocorridas após a criação do Parque, como a impossibilidade de aumentar o plantio (33,3%) e a falta de orientação sobre o que pode ser feito e como (66,6%).

Para eles, a principal vantagem em morar na localidade é a tranqüilidade. Quanto às desvantagens, foram citadas por 66,6% a lentidão do processo de desapropriação e por 33,3% a impossibilidade do aumento do plantio.

Quando questionados sobre as possíveis providências para melhoria do Parque, eles responderam que a desapropriação deveria ser tomada como prioridade e resolvida mais rapidamente. Todos concordam com a realização de acordos, desde que sejam respeitadas as opiniões de ambas as partes.

3.4.1.8 - Baixão

A comunidade Baixão encontra-se dentro do Município de Ibicoara, distante cerca de 35km da Cidade. O acesso à comunidade é facilitado por estrada de terra. Localizada em um vale, apresenta vegetação conservada próximo às primeiras casas. A partir de então, passa a ficar escassa, sendo substituída por pastos e plantações de café, mandioca e bananas.

Existem, aproximadamente, 28 famílias residentes na comunidade, das quais foram entrevistadas apenas sete. Todos moram no Baixão desde nascidos. A média de idade dos entrevistados é de 63 anos, considerada alta em relação às demais comunidades. Entre os entrevistados, 43% são analfabetos e 57% têm de um a três anos de estudo. Existe transporte escolar tanto no período da manhã, para crianças que vão para Ibicoara cursar os quatro últimos anos do ensino fundamental, como no da tarde, para as crianças que vão para Mundo Novo (comunidade próxima, fora do Parque) estudar os quatro primeiros também do ensino fundamental.

As residências têm estruturas de pau-a-pique e adobe, com seis cômodos e três quartos, em média e não possuem sanitários, sendo comum o uso de fossa negra, sistema de escavação sem revestimento interno onde os dejetos caem no terreno, parte se infiltrando e parte sendo decomposta na superfície de fundo. Não existe nenhum deflúvio. São dispositivos perigosos que só devem ser empregados em último caso, mesmo assim, apenas 57% as têm, evidenciando a falta de saneamento básico. A comunidade não possui coleta de resíduos sólidos, e os moradores queimam os resídos secos e o molhado é reutilizado.

A comunidade tem acesso à luz elétrica. A água chega por meio de gravidade, por encanamentos feitos pelos moradores para direcionar água de minas (nesse caso) ou cursos de rio próximos. Não existem linhas telefônicas. Há um mercadinho de secos e molhados no Baixão, com mesa de sinuca, no qual a comunidade local faz seus encontros. Apenas uma pessoa possui veículo na comunidade, uma caminhonete, utilizando-a também para transporte de passageiros até Ibicoara, cobrando R$10,00 (dez reais) por pessoa.

Entre os entrevistados, 71,4% são aposentados e 42,8% recebem a bolsa-família. A agricultura é basicamente voltada para consumo familiar. No entanto, algumas famílias cultivam principalmente mandioca para a produção de farinha e polvilho, sendo que há uma casa-de-farinha coletiva na comunidade, bem como café, cana-de-açúcar e milho.

Há criação de gado bovino no local, o que implica em possíveis desmatamentos e focos de incêndio para a manutenção de pastagens. Ainda, criam galinhas e alguns animais de tração (jegues), utilizados para transporte de pessoas e/ou cargas. Outro tipo de ocupação é a guiagem de visitantes, feita pelos mais jovens da comunidade, principalmente os homens, que trabalham em Ibicoara.

Em média, os moradores dizem que foram informados acerca da criação da UC há apenas nove anos. Todos sabem da desapropriação e da conseqüente saída do PNCD, mas demonstraram vontade de permanecer no local. O Parque representa proteção à natureza para 71,4% dos

entrevistados e insegurança para 28,6%. Por outro lado, 28% afirmam que não identificaram mudanças ocorridas após a criação do Parque. No entanto, as demais relatam mudanças (72%). Destes, 60 % identificaram como mudança uma maior conscientização dos moradores quanto ao fogo, à caça, ao garimpo e/ou ao desmatamento; 20% relataram maiores investimentos do governo em projetos sociais como a bolsa-família, melhoria de estradas e energia; e 20% apontaram a impossibilidade de aumentar o plantio.

Como vantagens citaram a tranqüilidade de morar no local (43%) e aumento do comércio pelo movimento turístico (14%). Todavia, 43% dizem não ter vantagens. Quanto às desvantagens, foram citadas por 43% a desapropriação e a impossibilidade de aumentar o plantio por 43%, sendo que 14% não identificaram nenhuma desvantagem.

Quando questionados sobre as possíveis providências para melhoria do Parque, 43% apontaram a necessidade de mudança nos limites do Parque, para retirar o Baixão do seu interior, e 57%, preferem deixar como está, sem que sejam desapropriados. No entanto, todos concordam com a realização de acordos, desde que sejam respeitadas as opiniões de ambas as partes.

3.4.2 - População

Considerando que a média de habitantes por domicílio seja igual a três, conforme obtido nos levantamentos, e que haja aproximadamente 150 famílias vivendo no interior do PNCD, pode-se estimar que o total de moradores é de cerca de 450 habitantes. Como a amostragem dos entrevistados refere-se a 36 famílias, de núcleo de três pessoas, este total representa 108 pessoas ou 24% da população estimada que é de 450 pessoas vivendo dentro do PNCD.

Nas entrevistas realizadas com 36 famílias das comunidades locais, a caracterização da população foi a seguinte: 59,4% são do sexo masculino e 40,6% são do sexo feminino. O que foi observado na pesquisa de campo é que a estrutura familiar nas comunidades dentro do Parque tem se alterado em função do êxodo rural. Esta é uma situação observada nas comunidades Pati, Fazenda Velha e Estrada Velha do Garimpo, pois parte dos estudantes, acompanhados das mães, tem se mudado para cidades ou distritos mais próximos (Andaraí, Mucugê ou Guiné) para continuar os estudos. Nas comunidades Baixão e São Pedro, as famílias têm condições de permanecer na localidade, pois como há transporte escolar, seus filhos podem freqüentar a escola em outras localidades.

Os homens permanecem na zona rural, desenvolvendo atividades de agricultura, pesca ou garimpo. Eles falam da dificuldade de ficar na terra sem o apoio da família nas atividades diárias, mas acreditam que este é o melhor caminho para o futuro dos filhos. Isso explica a maior porcentagem de homens dentro do Parque e também a variação na faixa etária da população.

Outro fator de motivação do êxodo rural é a busca dos jovens por melhores condições de vida que seus pais e avós tiveram. Os jovens não têm a cultura do garimpo e não desejam seguir o caminho dos seus ancestrais. Tentam, assim, romper com uma tradição familiar secular de exploração do diamante e tentar na cidade outras formas de vida. Nas cidades, os jovens tornam-se guias, brigadistas ou trabalham no comércio. Normalmente cursam até o ensino médio e não têm como continuar os estudos, pois não há faculdades e nem universidades próximas, as quais possam ter acesso gratuito.

Muitos jovens encontram uma adversidade inesperada na área urbana, que é o desemprego, mas acreditam que estão vivendo melhor do que se estivessem na área rural, pois acham desgastante e com pouco retorno material, pessoal e emocional o serviço nas roças. Diante destes dados, poder-se-ia inferir que os mais velhos é que gostariam de permanecer morando no interior do Parque.

3.4.3 - Educação

Há três escolas dentro do PNCD, as quais oferecem os quatro primeiros anos do ensino fundamental. Uma está na comunidade São Pedro, que durante a visita de campo estava desativada; a segunda é no Pati, a qual atende a apenas cinco alunos, e tem funcionamento irregular, pois às vezes encontra-se desativada; e a terceira funciona na comunidade Estrada Velha

do Garimpo, a qual atende a apenas com sete alunos. Assim, a maioria dos moradores em idade escolar freqüenta as escolas fora do Parque (66,6%).

Do total dos entrevistados, 41,1% são analfabetos; 42,46% têm de um a quatro anos de estudo e 16,44% têm de cinco a nove anos de estudo. Nenhum dos entrevistados ou de sua família tem mais de nove anos de estudo. A comunidade cujos habitantes têm a maior média em anos de estudo foi São Pedro, com 5,3 anos. Por outro lado, em Capão do Correia a taxa de analfabetismo é de 100%.

3.4.4 - Saúde

Os moradores de dentro do Parque são atendidos nas estruturas mantidas pela prefeitura do município ao qual se vincula a comunidade. Um dos pontos relevantes abordados pelos pesquisados é com relação ao acesso a serviços de saúde pelos moradores das comunidades, principalmente as mais distantes dos municípios como Baixão, Fazenda Velha e Pati. Neste último, os doentes são carregados em redes até a cidade - Mucugê ou Andaraí – e afirmam que “nunca tivemos visitas médicas”. Pelo que foi observado, tal testemunho vale para todas as outras comunidades.

Os problemas de saúde mais comumente relatados pelos moradores de dentro do PNCD, de acordo com dados de alguns postos de atendimento à população local, são: pressão alta, problemas coronários, diabetes, verminoses, alcoolismo e, em alguns casos, conseqüências pelo uso de drogas ilícitas, principalmente pelos mais jovens. Cite-se que a questão de tais drogas parece seguir o padrão de outras regiões similares, que têm influência do turismo, o qual contribui para a introdução e disseminação de tal hábito e facilita a sua manutenção ao longo do tempo.

Com relação ao uso de ervas medicinais, a população tem amplo conhecimento, passado pelos seus ancestrais e cultivados até hoje. Neste sentido, no primeiro momento a população local faz uso das ervas medicinais antes de se buscar a medicina tradicional, bem como busca por benzedeiras e benzedores e curandeiros, apesar de tal prática ter diminuído bastante na região. Assim, são resolvidos pequenos problemas como picadas de insetos, dores de barriga e feridas no corpo de maneira simples.

3.4.5 - Saneamento Básico

As residências das comunidades locais de dentro do Parque não possuem esgoto e nem o mais simples tratamento da água. Em todos os casos entrevistados, os resíduos secos são queimados em terrenos próximos à moradia. Em 36% das residências havia sanitários com fossa (seca ou negra), enquanto 64% não têm nenhum tipo de sanitário.

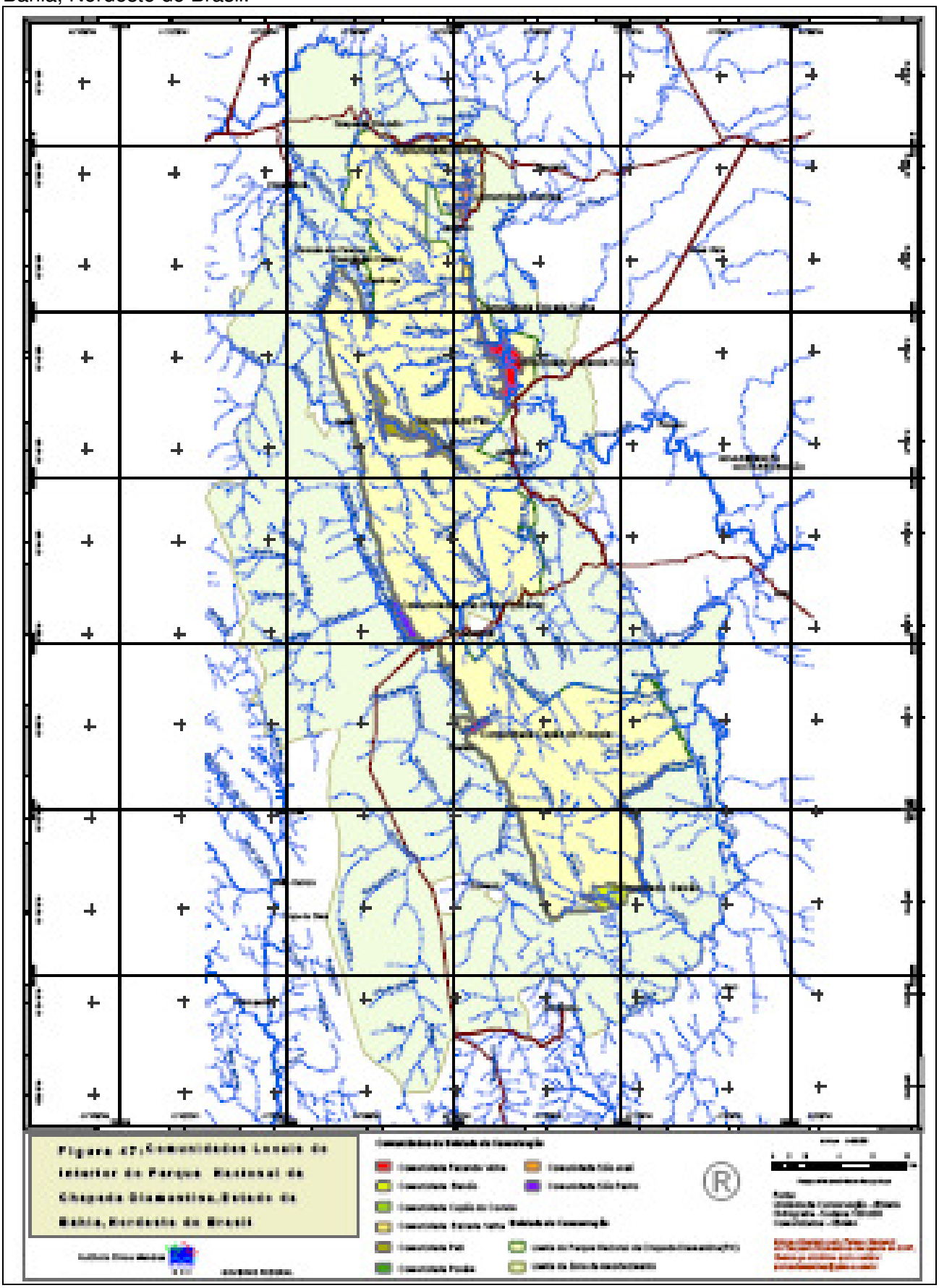
Tais problemas são bastante relevantes, pois aumentam o impacto negativo sobre os recursos do PNCD, principalmente nos períodos de alta temporada da visitação no seu interior. Inclusive, moradores das comunidades Pati e Estrada Velha do Garimpo reclamaram de visitantes que acampam na beira dos rios, deixam resíduos sólidos e fazem uso das imediações como sanitário e, com isso, desestimulam novos visitantes. Afirmaram que, periodicamente, eles próprios – os moradores - limpam tais áreas.

3.4.6 - Uso Atual da Terra

As principais atividades de uso da terra dentro do PNCD são: agricultura, pecuária, garimpo e extrativismo vegetal e, em menor escala, o turismo, que faz uso de parte das residências e seu entorno. No caso do turismo, há de se mencionar o caso do Pati, cujos moradores disponibilizam suas residências como equipamentos de hospedagem e alimentação, bem como o caso da sede da ex-sede da fazenda Roncador, na Estrada Velha do Garimpo, que, mais recentemente, também passou a oferecer serviços similares e é chamada de pousada.

A agricultura familiar é mais comum. São atividades realizadas de forma manual, que ainda utilizam a queimada, fazem o sistema de rodízio da terra e trabalham de forma consorciada. Nas comunidades também há muitas plantas perenes frutíferas como banana, mamão, goiaba, abacate, jaca e manga.

Figura 47: Comunidades Locais do Interior do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.



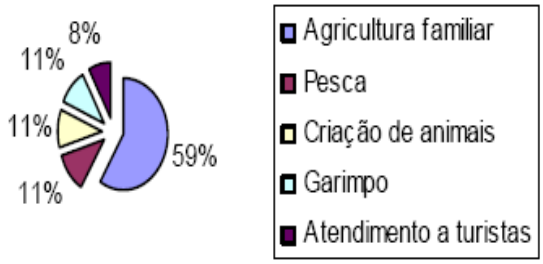
De um total de 83% dos moradores que praticam de alguma forma a agricultura familiar, 59% a têm como prática principal; 11% praticam também a pesca; 11% fazem a criação de animais; outros 11% ainda trabalham com o garimpo de diamante e os últimos 8% têm como principal prática o atendimento aos turistas (Gráfico 31).

As propriedades ou as áreas ocupadas dentro do Parque são pequenas, assim como as áreas plantadas (em média 1,5ha – de acordo com os levantamentos de campo). A principal cultura é a da mandioca (64%), seguida da cultura do café (14%), normalmente consorciadas com frutas e hortaliças usadas para subsistência.

Das famílias entrevistadas, 84% não utilizam qualquer forma de agrotóxico ou fertilizante em suas plantações. As famílias ainda utilizam conhecimentos dos antepassados para o plantio, como observar as fases da lua e a variação climática sazonal no manejo das plantações.

Os pequenos agricultores quase não têm rebanhos. Entre os entrevistados que criam animais, 20% criam gado bovino, exclusivamente para o consumo próprio, do leite, principalmente; 41% criam aves, como galinhas e/ou gansos, e 29% criam animais de tração, como cavalos, burros ou jegues, para transporte de pessoas e cargas.

Gráfico 31: Principais Usos da Terra nas Comunidades Internas do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.



As terras do Parque ainda são utilizadas para pastagem, 49% dos moradores criam gado bovino, eqüino ou caprino contando com tais pastagens. Esta atividade pode ser considerada significante e, portanto, de impacto negativo, pois pode causar incêndios florestais, a partir da queima do terreno para renovação do pasto. Essa estatística pode aumentar, considerando-se o fato de que alguns pecuaristas ainda usam terras do PNCD - os gerais – como pasto, no período da seca. No Distrito de Guiné, Município de Mucugê, podem ser vistas trilhas de gado na encosta rochosa (paredão) que dá acesso aos gerais, no Parque.

O garimpo manual ainda persiste, principalmente nas regiões da estrada Velha do Garimpo, onde os garimpeiros, segundo afirmam, remexem o aterro formado durante a mineração pelas dragas, desativadas em 1996, e em Igatu, Distrito do Município de Andaraí.

O extrativismo vegetal pela retirada de madeira nativa do Parque para a produção de estacas, moirões, uso na construção das residências e como combustível. É importante observar que os dados do IBGE não englobam a quantidade de lenha extraída e vendida clandestinamente, nem tampouco a lenha extraída para uso próprio das comunidades locais. Das famílias entrevistadas, 81% que moram dentro do Parque, utilizam fogão à lenha e todas afirmaram que evitam cortar árvores, pegando lenha do chão, ou seja, gravetos.

Outro tipo de extrativismo vegetal tradicional, que ocorre no PNCD, é da sempre-viva-de-mucugê. Sua prática também provoca inúmeros incêndios no Parque, como já foi explicado antes. Recentemente um extrator foi preso em flagrante dentro do Parque, no mês de setembro de 2006, no Município de Mucugê, mostrando que a prática ainda permanece, apesar de estar claro para a

população do Parque e do seu entorno a condição irregular da ação.

A caça ainda é uma atividade praticada na região do Parque, principalmente por pessoas mais velhas, tanto da zona rural quanto urbana. Na cidade, os mais jovens, em geral, têm um perfil diferente, vêem o Parque como uma potencialidade para o turismo, e muitos filhos de garimpeiros e caçadores hoje são condutores de visitantes. Já na zona rural, em geral, os mais jovens também praticam a caça. São comuns os indícios e as notícias da ação de caçadores dentro do Parque. Tais evidências foram claramente observadas nos trabalhos de levantamento dos mamíferos de médio e grande portes para este PM, no qual o pesquisador conseguiu levantar e mostrar com muita propriedade as diferentes técnicas e os artefatos bastante engenhosos ainda utilizados pelos caçadores.

Existem indícios de que a população residente no Parque, tendo condições, desmata para ampliar o seu roçado e/ou criar gado bovino. Nas comunidades Estrada Velha do Garimpo, Baixão e Toalhas, isso foi constatado. Uma das reclamações mais freqüentes dos moradores entrevistados, com relação às desvantagens de se morar dentro do Parque, é a impossibilidade de aumentar a plantação. Porém, percorrendo-se a área do PNCD, ainda é possível observar pequenas áreas recém-abertas para novas roças no seu interior.

Um grande problema evidenciado pelas famílias entrevistadas é com relação ao seu papel legal de detentor da terra da qual faz uso. Muitos afirmam que são proprietários e dizem não possuir a escritura da área. Há situações de heranças cujos inventários não foram feitos, o que dificulta qualquer forma de financiamento agrícola ou empréstimo e também de indenização. Por outro lado, mesmo a maioria dos posseiros também não têm documentação regular.

Conseqüentemente, tanto os proprietários quanto os posseiros de dentro do Parque, nestas condições, têm sérias dificuldades para serem indenizados, já que a documentação de vínculo com a terra é fundamental. Inclusive, tal situação irregular tem sido a principal causa do impedimento da regularização fundiária das terras do Parque, nas inúmeras tentativas que se tem feito para tal e para o que possui uma razoável quantia de recursos financeiros. Isso tem levado os seus ocupantes, em geral, a não entenderem o porquê não são indenizados e a desacreditar na real intenção de tais indenizações e compras, sendo grandes as exigências legais para que uma instituição pública como o órgão gestor do PNCD possa adquirir terras e benfeitorias.

3.4.7 - Economia

Entre as famílias que residem no Parque, 25% recebem os benefícios da bolsa-família, o que, em algumas situações, é sua única renda em pecúnia, e 32% das famílias têm algum membro que recebe aposentadoria. Porém, a base da economia dentro do Parque é a agricultura familiar, como já mencionado, e o turismo, no caso do Pati.

Os moradores na área rural não têm interesse em vender suas terras, mas ao mesmo tempo faltam recursos para torná-las mais produtivas. Dessa forma, muitos proprietários trabalham para outras pessoas, principalmente pecuaristas ou agricultores da região, para manter a renda familiar.

A idéia de trabalhar em cooperativa ou em parceria é pouco usual na região. O que se verificou é que nos casos de atividades que envolvem as mulheres, as possibilidades de cooperação são maiores, sendo exemplo disso as casas-de-farinha. Foi visitada uma casa-de-farinha utilizada pela comunidade Baixão, que está dentro de uma propriedade particular, fora do Parque, mas que foi cedida para tornar-se uma atividade da coletividade. Há uma organização não-formal de agenda para a utilização da casa-de-farinha. Normalmente, até dez famílias podem usá-la em um único dia. O produto - a farinha ou o polvilho - é dividido entre elas de forma proporcional à farinha cedida.

O turismo hoje é objeto de interesse dos seis municípios que compõem o PNCD, visto como oportunidade de incrementar a economia local. A população das comunidades pode ser favorecida por meio da geração de empregos direta ou indiretamente ligados a atividades demandadas pelos turistas, como setor de condução e guiagem de visitantes, equipamentos de hospedagem, transporte, alimentação, vagas no comércio de produtos correlatos, entre outros.

No contexto do turismo, a estrada Velha do Garimpo, que liga Lençóis a Andaraí, com 32km, é passagem de veículos tracionados, motocicletas ou bicicletas. Juntamente com a trilha Pai Inácio – Lençóis, compõem um trecho da Estrada Real, relativa ao ciclo do diamante. Assim, a Estrada tem papel histórico, passando pela antiga vila do Barro Branco e a gruta do Lapão, com as modalidades de turismo de aventura, como *cave jumping*, rapel e travessia de caverna. Como atrativo, ao longo da Estrada existe um ponto de parada, na metade da travessia, próximo ao rio Roncador, na antiga sede da fazenda Roncador que, como já foi dito, oferece aos visitantes acomodações para pernoite, descanso, comida, bebida e produtos alimentícios artesanais (mel, farinha de mandioca e puba).

O Pati – outra opção tradicional do turismo no PNCD - é a comunidade de mais difícil acesso, o que lhe confere mais atração. Localizada totalmente dentro do Parque, é um dos seus principais atrativos turísticos. A principal trilha de acesso ao Pati – Capão (ou Caeté-Açu) – Andaraí, é considerada uma das mais bonitas do Brasil e do mundo, com até 70km de extensão percorridos entre três a seis dias. No entanto, por exigir preparo físico, desestimula o turismo em massa, o que contribui para a proteção dos atributos naturais, inclusive cênicos, do local.

Em função do turismo, os moradores do Pati mudaram as suas atividades econômicas. Antes praticavam a agricultura de subsistência e hoje as famílias transformaram suas casas em ponto de atendimento aos turistas para pernoite e alimentação. Como o Parque ainda não possui infra-estrutura interna, os moradores viram aí uma oportunidade para aumentar a sua renda, fazendo de suas residências locais para dormir, tomar banho e fazer refeições, mas nos moldes em que ocorre a visitação atualmente. Porém, apesar da existência de tais pontos de apoio durante as caminhadas, alguns turistas ainda acampam próximos aos cursos d'água, sem qualquer estrutura, poluindo o local.

3.4.8 - Visão da População sobre o Parque

Em diversos momentos da elaboração do presente PM, fazendo parte da metodologia da sua elaboração, as populações residentes no PNCD tiveram chance de expressar sua visão sobre o Parque, bem como sobre o que esperam dele, o que podem fazer por ele e seus principais problemas ambientais, por meio das consultas feitas nas chamadas reuniões abertas. Além disso, foi conduzido um levantamento específico junto a tais populações, veiculando outros pontos de interesse para subsidiar os trabalhos e a base de definição das ações que serão empreendidas no manejo da UC.

As reuniões abertas, como são chamadas as primeiras tentativas de ouvir a população local, foram realizadas com acesso totalmente aberto e livre, como diz o seu nome, com praticamente todas as populações do interior do PNCD, durante pelo menos dois anos do período que levou a elaboração deste PM. Os resultados das reuniões abertas estão discutidos mais adiante.

Quanto ao levantamento específico, que utilizou questionários e entrevistas, encontrou algumas dificuldades, em um primeiro momento, pois quando foi informado que o questionário seria utilizado como subsídio para elaboração do PM do Parque, os entrevistados recearam pelas informações que seriam transmitidas. Mesmo parecendo não saber ao certo o que seja um PM, os temas relacionados ao Parque pareciam deixá-los inseguros. Após a explicação da finalidade e da importância das informações transmitidas, o questionário foi conduzido.

Para os moradores do Parque a situação de insegurança e preocupação com relação a sua situação legal com a terra é grande, por faltar-lhes esclarecimento sobre o processo de desapropriação e indenização de benfeitorias. Os últimos 22 anos foram repletos de informações imprecisas e pouco explicadas e também pouco entendidas, até mesmo pela sua complexidade, causando-lhes insatisfação e frustração.

A criação do Parque trouxe novidades em relação às normas de utilização das propriedades e ao crescimento do turismo na região. Todos dependem da agricultura familiar para a subsistência e o excedente é vendido nas feiras das cidades próximas. As normas limitam suas pretensões de incrementar a renda. Quanto à atividade turística, apenas a comunidade Pati a tem como base, valendo lembrar aquele morador da Estrada Velha do Garimpo, que explora a ex-sede da fazenda

Roncador como uma pousada informal, como já foi dito.

Quando indagados sobre o sentimento que lhes é despertado ao se referirem ao Parque, demonstraram-se confusos: 25% não identificaram nenhum sentimento pelo Parque; 14% sentem tristeza pela possibilidade da desapropriação; 19% não se sentem mais donos de suas terras; 8% sentem que foi um progresso econômico para região; outros 25% sentem responsabilidade por ser um recurso natural que está protegido e os últimos 9% cobram a indenização.

Levando em consideração o que foi verificado em campo, 83% dos moradores não gostariam de sair da sua localidade, sendo que foi observado tal sentimento especialmente nas pessoas mais velhas. As exceções são cinco moradores: dois no Capão do Correia, um na Fazenda Velha, um na Estrada Velha do Garimpo e um no Pati. Entre as comunidades, apenas a Fazenda Velha encontra-se em processo mais avançado de negociação entre o IBAMA e o INCRA, para a realocação de parte dos moradores, como já foi explicado.

Na visão dos moradores, eles estão em harmonia com a natureza e retiram dela somente o necessário para sobrevivência e continuam a desenvolver as mesmas técnicas agrícolas que aprenderam com seus antepassados, sendo a queimada controlada – como a entendem - uma delas. Moradores do Pati e da Estrada Velha do Garimpo sugeriram, como forma de melhoria do Parque, colocá-los como fiscais. Isso, pois sentem que pode ser uma alternativa às atividades que praticam, por sentirem que podem colaborar em tal função e também por considerarem que não causam danos à natureza.

O que pode ser apreendido do que foi levantado, mas feito em interpretação livre, é que para as pessoas que nasceram e cresceram na região da chapada Diamantina, as expressões normas ambientais, leis ambientais, multas ambientais e as restrições que elas representam, bem como um novo referencial para suas vidas, surgiram com a criação do Parque.

Em geral, a população entende que a legislação ambiental e suas sanções só estão sendo aplicadas e cobradas em função da criação do PNCD, e ainda que todas as restrições, privações, mudanças na economia e nas suas vidas, as faltas dos serviços públicos, entre outros, teriam ocorrido e ocorrem somente porque o Parque foi criado neste local.

Assim, por falta de uma ação simultânea entre os diversos órgãos responsáveis pelos assuntos que dizem respeito à devida inserção desta população na sociedade brasileira, infelizmente, todas as falhas são creditadas ao órgão ambiental que, também por mandato da sociedade, tem o papel de criar e manejar as UC e fica com todos os ônus dos problemas, sem distinção.

Famílias questionam, por exemplo, porque aquela região teria que se tornar um Parque, já que havia pessoas morando ali há séculos. Perguntam quem fez a delimitação do Parque, pois nunca viram ninguém fazendo estudos prévios ou visitas em suas moradias para definir a delimitação do Parque. Comentam, como se fosse folclore, que tudo foi realizado pelo pessoal de Brasília em um helicóptero: “Como podem demarcar algo de helicóptero”, “Nunca vieram aqui falar com a gente, até parecem que têm medo da gente”. No documento de área temática Aspectos Culturais e Históricos, dos Estudos Técnicos para subsidiar a elaboração do Plano de Manejo Parque Nacional da Chapada Diamantina, é feito um histórico detalhado sobre a criação e demarcação do Parque.

A comunidade que apresentou receio pelo órgão foi na Estrada Velha do Garimpo, pois um assunto bem comentado durante 50% das entrevistas foi um episódio ocorrido há anos (sem precisão de tempo decorrido, entre 2 a 4 anos), onde funcionários do IBAMA teriam sido agressivos ao apreenderam os materiais e multarem dois garimpeiros.

A sensibilização dos moradores do Parque, que vivem na e da natureza, é um caminho para a cooperação entre os atores envolvidos. Programas de educação ambiental continuada, elaborados e implantados tanto pela sociedade civil organizada quanto pelo Poder Público, podem ser úteis para a solução dos problemas apontados ao longo do texto. A cooperação pode surgir a partir da compreensão do porquê das proibições e a com a possibilidade de criação de alternativas

econômicas.

Quanto aos resultados obtidos na consulta popular, feita por meio das chamadas reuniões abertas, foram realizados 29 eventos tanto no entorno, como no interior do PNCD. Elas ocorrem no período compreendido entre junho de 2004 a maio de 2006. Do total de consultas populares ocorridas, cinco foram realizadas nas sedes municipais dos municípios abrangidos pelos limites do Parque - Andaraí, Itaetê, Ibicoara, Lençóis e Mucugê. A reunião aberta da sede municipal de Palmeiras foi marcada duas vezes, mas não foi realizada, pois ninguém apareceu, apesar da ampla divulgação e das tentativas feitas. Além das cinco citadas, outras 24 foram feitas nas comunidades locais, sendo cinco delas de Andaraí, seis de Itaetê, quatorze de Ibicoara, duas de Lençóis, quatro de Mucugê e dez de Palmeiras, totalizando 41 comunidades ouvidas.

Os resultados estão registrados no Anexo V. Todas as comunidades foram ouvidas, valendo lembrar que o local da reunião não corresponde exatamente a cada comunidade que, por ser muito pequena, às vezes foi incluída em uma outra área. Além do mais, pela proximidade entre os locais e entre estes e as sedes municipais, era comum observar uma mesma pessoa presente em mais de uma reunião. Como local da realização das reuniões, tem-se como local que sediou as reuniões no interior do PNCD: Baixão, Capão do Correia, Fazenda Velha, São Pedro (que inclui Libânio) e Pati. Ocorreu reunião também na área da Serra da Chapadinha, que não aparece como comunidade do interior do Parque, pois lá não existem moradores, que apenas fazem suas roças no local. Mas todas as outras comunidades foram ouvidas em outras reuniões, como pode ser visto nas listas de presença.

A visão das comunidades locais do interior do PNCD é variada, de acordo com os resultados obtidos na consulta popular feita a elas, considerando somente os resultados obtidos nas reuniões cujo local escolhido foi a própria comunidade. Entre os moradores do Pati, há aqueles que acham que o Parque tem o papel de proteger a natureza, aqueles que o vêem como impedimento de fazerem sua lavoura e de trabalharem na terra, sem que fossem dadas alternativas a eles e outros que o vêem como renda. Para os presentes na reunião aberta da Chapadinha, há quase uma unanimidade sobre o que o PNCD representa para eles: é visto como grande patrimônio ambiental, fonte de vida, é para futuras gerações e para exploração pelo turismo e para pesquisas. Em um dos momentos que os moradores do Baixão foram ouvidos, afirmaram que o PNCD é uma área de preservação, bom para o município, pois gera renda e traz benefício para todos. Para os poucos moradores do Capão do Correia, o Parque é visto como o local que mais gostam, podendo-se atribuir a isso, pelo fato de residirem lá, onde a maioria nasceu. Para outros, de São Pedro (e Libânio), o Parque é visto como preservação do meio ambiente e voltada para a vida.

De um modo geral, os resultados mostram uma certa confusão na maneira como o PNCD é visto. Há visões que a associação com a proteção da natureza aparece, bem como seu papel para o turismo e renda das populações; há visão de que ele teria que prover meios para ajudar na agricultura; que oferece possibilidades para educação ambiental; fonte geradora de empregos; fonte de problemas para quem mora na comunidade; outros conseguiram associar o PNCD com a proteção de belezas naturais, biodiversidade e qualidade de vida; fonte de proibições, entre outras. Isso indica, claramente, caminhos para a concepção de iniciativas que os envolvam na sensibilização e conscientização ambientais e em alternativas de desenvolvimento.

Atualmente não existem programas específicos destinados às comunidades residentes no Parque, mas apenas um projeto para a Fazenda Velha e Estrada Velha do Garimpo (nos Municípios de Andaraí e Lençóis), como já foi dito, para realocação de famílias interessadas para áreas fora da UC com o acompanhamento técnico. Assim, muito ainda terá de ser construído para que seja estabelecida uma relação de confiança entre o PNCD e as comunidades residentes, voltada para a consolidação da função de um Parque Nacional, como prevê o SNUC.

3.5 - Situação Fundiária

Em 1998, o IBAMA contratou a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FAEPE), instituição ligada à Universidade Federal de Lavras (UFLA), para realizar o levantamento da situação fundiária do PNCD (IBAMA, 1998). O documento elaborado mostra que nenhuma área do

Parque estava escriturada e nem registrada no patrimônio do IBAMA. Após este levantamento fundiário, os dados obtidos foram organizados em volumes específicos de cada uma das áreas levantadas e foram apensados documentos obtidos nos cartórios locais.

A partir de 2004 foram reiniciados os trabalhos para completar e atualizar o levantamento da documentação cartorial das áreas e de analisar as cadeias dominiais (ou sucessórias), buscando subsidiar a análise da situação de cada imóvel pela Procuradoria Jurídica do IBAMA.

Assim, principalmente com base nos dados de IBAMA (1998), bem como a partir dos trabalhos do PNCD e dos levantamentos para a elaboração deste PM, que possibilitou algumas atualizações, tem-se um panorama da situação fundiária do PNCD (Figura 55).

3.5.1 - Terras Devolutas

Aproximadamente 45% da área do PNCD seriam compostos por terras devolutas, pertencentes à União. Estas áreas estão localizadas, ao norte do PNCD, nas imediações do Capão; no centro-norte, próximo ao Pati e, ao sul da cidade de Mucugê, na área conhecida por Machobongo.

3.5.2 - Grandes Imóveis

Cerca de 50% da área do PNCD seriam compostos por grandes imóveis, considerados neste PM aquelas acima de 200ha. Em sua maior parte, estes imóveis encontram-se abandonados ou subutilizados e desabitados.

Cerca de cinco áreas têm títulos de terra do Estado da Bahia, as demais têm escrituras públicas ou particulares, com cadeias sucessórias que abrangem períodos variados (20, 40, 60 anos ou mais), porém a titularidade está em análise. Os problemas para regularizar a situação destas áreas dizem respeito à: natureza dos documentos; complexidade das cadeias sucessórias; definição dos limites e da extensão dos imóveis; definição de quem são efetivamente os proprietários; entre outros. Frequentemente, dois ou mais dos problemas listados são encontrados na mesma área.

Atualmente, há dois processos judiciais nos quais é pedida a indenização de algumas propriedades, havendo um outro que pede o ressarcimento de danos causados à sua lavoura, que teria sido destruída para a construção da sede para o PNCD, hoje abandonada.

Nos demais casos, os documentos estão sendo analisados na esfera administrativa, o que tem demandado muito tempo em função da complexidade do assunto e dos problemas na documentação.

3.5.3 - Pequenos Imóveis

Em geral os pequenos imóveis são áreas no interior do PNCD, representando cerca de 2% da UC, sendo, em muitos casos, constituídas de posses, nas quais, em geral, há ocupação humana permanente. A situação mais comumente encontrada nestes casos é que a maioria das famílias faz agricultura de subsistência e não possui documentação adequada das áreas em que reside e trabalha, o que dificulta, em muito, a indenização dos imóveis e benfeitorias.

No entanto, há casos de posse com ocupação sazonal, como visto na região da serra da Chapadinha (Município de Andaraí), nas proximidades do Distrito de Rumo (no Município de Itaetê), onde todas as ocupações são sazonais, ou seja, as posses são utilizadas em alguns períodos do ano e os ocupantes residem nas comunidades vizinhas, fora do PNCD.

Pelo que já foi levantado mais recentemente, pela equipe do PNCD, praticamente em todos os aglomerados de pequenos imóveis há famílias que trabalham sazonalmente nas suas posses e moram fora do Parque. Este é o caso da comunidade Poném, em que dos cinco ocupantes, os quais se autodeclararam posseiros, um mora no povoado Campos de São João (Município de Palmeiras), fora do PNCD.

O mesmo ocorre na comunidade Capão do Correia, em que dois dos cinco posseiros fazem suas plantações na área, mas moram fora do PNCD, na comunidade Caraíbas. Na comunidade, o que

se sabe é que todos seriam oriundos de um mesmo núcleo familiar original. A área era uma fazenda de café e tem cerca de 170ha. Apenas recentemente foi possível obter uma escritura pública do imóvel, a qual está em análise.

Na região do rio São José, na comunidade Toalhas, próximo a Lençóis, a terra seria de um único titular, e a ocupação tem se dado por pessoas que residem na Cidade, mas fazem pequenas roças dentro do Parque, com exceção de quatro, que residem permanentemente na área.

Na outras comunidades do PNCD, o que se sabe é que a maioria dos posseiros reside na área, como no caso das comunidades Estrada Velha do Garimpo, Fazenda Velha, Pati, São Pedro (que inclui Libânio) e Baixão.

O Pati é uma área que se estende por mais de 12km no centro-norte do PNCD. Na área existem dois núcleos principais de ocupação conhecidos como Pati de Cima, situado a oeste do Vale, e Cachoeirão, a leste. A área só pode ser acessada a pé e difere das demais por possuir uma intensa atividade turística. Os moradores, na maioria, possuem uma ou mais áreas com escritura pública ou algum tipo de registro no cartório de imóveis e não mais se ocupam da agricultura de subsistência, pois a maior parte da sua renda provém de serviços de apoio ao turismo, como venda de hospedagem e alimentação, bem como aluguel de animais de carga e montaria. No Pati também há alguns posseiros originários de outras regiões, inclusive estrangeiros.

No caso da comunidade Fazenda Velha, a maior parte mora no local, mesmo que alguns sejam proveniente de outra região. Outros (que seriam seis) moram em Andaraí ou outras cidades, mas adquiriram áreas e construíram no local para residência de final de semana. Todos estariam inteiramente inseridos no interior da fazenda Jaboticaba, e seus proprietários informam ter havido a doação da área para a comunidade, o que não teria sido devidamente registrado em cartório. Como já foi dito, os moradores da comunidade estão em processo de realocacão pelo INCRA.

Como já foi mencionado anteriormente para o caso de realocação de populações residentes no PNCD, as comunidades Fazenda Velha e Estrada Velha do Garimpo estão envolvidas na primeira iniciativa em andamento pelo INCRA, que os realocaria para a fazenda Capim Gordura, com acompanhamento pelo Parque.

3.5.4 - Terras do Banco do Brasil

Seriam nove áreas (IBAMA, 1998), localizadas no Pati, as quais totalizariam cerca de 180ha, são de propriedade do Banco do Brasil, que as arrecadou por meio de antigos financiamentos inadimplentes. A doação de tais áreas para o Parque já foi formalmente solicitada, e o processo está em tramitação há algum tempo.

3.5.5 - Recursos

Por meio de recursos próprios do IBAMA, no final do ano de 2006, após um longo e difícil caminho, foram adquiridas as primeiras duas posses no interior do PNCD, totalizando cerca de 84ha, localizadas na região conhecida como Passagem Funda, entre o povoado Campos de São João e o morro do Selim (Morrão), no Município de Palmeiras. Entretanto, o domínio das áreas ainda não foi esclarecido e somente a aquisição da posse está registrada em cartório no nome do IBAMA.

Porém, há recursos oriundos de duas compensações ambientais, os quais estão disponíveis para a regularização fundiária do PNCD. Os recursos oriundos da compensação ambiental permitem a regularização fundiária do PNCD, incluindo aí as ações de demarcação de limites, sinalização, busca cartorial de documentos e outras ações que se fizerem necessárias.

3.6 - Fogos e Outras Ocorrências Excepcionais

3.6.1 - Fogo

O uso do fogo está ligado a quase todas as atividades tradicionais da região, econômicas ou não, inclusive no interior do PNCD. Utilizado sem as devidas precauções, o fogo trouxe grandes problemas para todo o PNCD, bem para a chapada Diamantina.

Os incêndios são recorrentes e também o são as histórias de incêndios que duraram meses, queimando as serras de fora a fora, só sendo extinto pelas chuvas. Em meados dos anos 90, com o apoio do movimento ambientalista, é que foram iniciadas as primeiras ações para o controle dos incêndios. Primeiramente, as ações eram isoladas e ocorriam por iniciativas de alguns ambientalistas, tendo surgido mais tarde as brigadas voluntárias de combate a incêndios, formando verdadeiros exércitos em defesa da natureza. Anos depois, o IBAMA criou um setor especializado na prevenção e no combate a incêndios florestais, o PREVFOGO, que assumiu todas as atribuições correlatas, inclusive aportando recursos para que as UC pudessem formar e contratar brigadas para serviços temporários.

3.6.1.1 - Histórico de Ocorrência do Fogo

Os incêndios ocorrem principalmente no período de agosto a março. Apesar da época seca ser de agosto a novembro, o período de maior risco se prolonga até março, pois os terrenos precisam ter recebido chuva suficiente para não pegar fogo. Além da seca, os ventos mais intensos também contribuem para aumentar a intensidade e a extensão dos incêndios. Na época úmida, também ocorre incêndio, porém com menor incidência de focos e sem a mesma força e velocidade de propagação.

Os incêndios no Parque são predominantemente de origem antrópica, com motivações variadas. Os incêndios de causa natural geralmente ocorrem devido a relâmpagos e têm características de localização bem definida, geralmente nos cumes das serras e locais de difícil acesso, não chegam a 1% das ocorrências e geralmente são extintos pela chuva. Entre as causas antrópicas podem ser destacados os incêndios causados por piromaníacos, criadores de gado bovino, coletores de sempre-vivas, coletores de lenha, caçadores, agricultores, garimpeiros, turistas, incêndios de beira de estrada e até mesmo como disputa entre pessoas e grupos opostos.

Em algumas áreas do Parque é possível perceber a predominância de alguns agentes causadores de incêndios. Por exemplo, a maioria dos incêndios ocorridos na porção oeste do PNCD e nas cercanias de Mucugê é causada por criadores de gado bovino que insistem em usar os campos gerais como pastagem. Eles ateiam fogo na vegetação para a rebrota do capim, pois o capim velho não é consumido pelos animais. Vários dos incêndios na região sul são provocados por coletores de sempre-vivas que, após a coleta, ateiam fogo nas áreas de ocorrência destas plantas com o propósito de que isso produz boas flores no próximo ano. Incêndios causados por agricultores não são muito significativos em número, porém atingem áreas sensíveis como as exuberantes matas da região da Chapadinha (Município de Itaetê) e na área do marimbus. Na região leste do Parque, em áreas da porção norte e nas proximidades do Capão, alguns dos incêndios são causados, possivelmente, por garimpeiros que ainda trabalham na serra. Nas proximidades do Capão, de Mucugê, da Volta da Serra (Município de Palmeiras) são comuns os incêndios causados por disputas ou por piromaníacos. Criadores de muares têm sido apontados como os responsáveis por incêndios nas proximidades do Pati, Gerais do Rio Preto, Gerais dos Vieiras e do morro do Selim (Morrão).

3.6.1.2 - Gestão do Fogo

O órgão gestor do PNCD tem se concentrado na gestão do fogo, até porque esse é o seu problema mais significante. No início da vida do Parque as ações foram incipientes ou inexistentes. Vários são os depoimentos de que incêndios, mesmo depois de criado o PNCD, duravam semanas e não havia nenhuma forma de combate. Aos poucos o IBAMA começou a atuar. Isso foi mais ou menos paralelo ao surgimento dos primeiros brigadistas. Então, já eram comuns o transporte e a alimentação dos brigadistas por parte do IBAMA.

Para se ter uma idéia da evolução dos esforços, quando o PREVFOGO começou a contratação de brigadistas, em 2001, o PNCD teve 21 contratados. Nos dois anos seguintes, em 2002 e 2003, foram contratados 28 brigadistas em cada ano e de 2004 a 2006 foram contratados 35. Finalmente agora, em 2007, foram contratados 42 brigadistas.

As condições de trabalho melhoraram em muito, sendo que servidores de outros setores IBAMA vieram especificamente para dar apoio ao PNCD em alguns grandes incêndios. Até mesmo o uso

helicópteros do Núcleo de Operações Aéreas (NOA), da Diretoria de Fiscalização do IBAMA (DIPRO) e do governo do Estado, passou a fazer parte das operações de combate aos incêndios. Voltando ao ano de 2001, tem-se o início das primeiras reuniões interagências de prevenção e combate aos incêndios da chapada Diamantina – reuniões entre instituições governamentais e não-governamentais que têm interface com esse tipo de trabalho e com potencial de apoio e parceria. Em agosto de 2002 foi montada a primeira base de apoio em Mucugê, para a brigada contratada, o PREVFOGO disponibilizou um veículo e servidor durante a temporada e a SUPES/BA um servidor. A partir do ano de 2004, o controle das áreas queimadas começa a contar com o uso de aparelho do Sistema de Posicionamento Global (GPS, da sigla em inglês). Em 2005 foi feito o primeiro plano de prevenção e combate do PNCD. Nesta ocasião, ainda não havia um bom sistema de radiocomunicação, impossibilitando levar à cabo ações de monitoramento.

A averiguação e a perícia das causas e causadores dos incêndios são muito difíceis. Em 2005, quando foi feita uma perícia em uma área queimada próxima ao Capão, encontrou-se um dispositivo de ignição com retardo, rústico, corroborando uma antiga suspeita: boa parte dos incendiários do PNCD utiliza destes dispositivos e, portanto, quando o fogo realmente começa e pode ser detectado, o infrator já está muito distante do local, dificultando ou impossibilitando o flagrante.

Na temporada 2006/2007, o sistema de radiocomunicação foi melhorado e, assim, foi possível começar os trabalhes de controle e monitoramento nos mirantes. Os melhores resultados de todos os tempos - da história do PNCD - foram conseguidos nesta temporada. O sistema de monitoramento funcionou muito bem, contribuindo para os bons resultados alcançados. Vale mencionar que, como resultado do monitoramento, até mesmo um incendiário chegou a ser flagrado e autuado. Por outro lado, parte do mérito também pode ser atribuída ao fato das chuvas terem sido mais intensas na temporada.

O controle estatístico dos incêndios vem sendo aprimorado nos últimos anos, tanto na detecção de ocorrências como na precisão da medição da extensão das áreas queimadas. Na temporada de 2005/2006 foram registrados 152 focos de incêndios no PNCD e no seu entorno e uma área queimada de cerca de 11.000ha; já na temporada de 2006/2007 o número caiu para menos de 80 focos e área queimada de pouco mais de 1.000ha. A metodologia utilizada para tais medições inclui a experiência de alguns brigadistas e o uso de GPS, com o apoio de consultas às de imagens de satélite disponíveis.

Atualmente a quase totalidade dos incêndios que ocorrem na região é combatida pelas brigadas voluntárias e pelo IBAMA. Isso ocorre porque o setor público está pouco representado na região e órgãos públicos estaduais e municipais estão mal aparelhados e têm muitas outras prioridades. O grupamento de bombeiros militares existente no Distrito de Tanquinho (Município de Lençóis) só consegue atender às exigências legais relativas à proteção do aeroporto local, sem o quê este não poderá funcionar. O contingente é pequeno e não consegue atender adequadamente a outras demandas e necessidades, como o combate a incêndios florestais.

Estima-se que, atualmente, existam cerca de 150 brigadistas voluntários na região envolvidos com a prevenção e o combate a incêndios no Parque e no seu entorno, desempenhando um papel fundamental na preservação da chapada Diamantina. Eles estão organizados em 15 brigadas voluntárias, a saber:

a) Brigada Voluntária da Associação de Condutores de Visitantes de Andaraí (ACVA), de Andaraí;
b) Brigada Voluntária de Igatu, de Andaraí;
c) Brigada Voluntária BRAVOS, de Barra da Estiva;
d) Brigada Voluntária da Associação de Condutores de Visitantes de Ibicoara (ACVIB), de Ibicoara;
e) Brigada Bicho do Mato, de Ibicoara;
f) Brigada Voluntária da Colônia, de Itaetê;
g) Brigada Voluntária do Rumo, de Itaetê;
h) Brigada Voluntária de Lençóis (BVL), de Lençóis;

i) Brigada de Resgate Ambiental de Lençóis (BRAL), de Lençóis;
j) Brigada Voluntária da Associação de Condutores de Visitantes de Mucugê (ACVM), de Mucugê;
k) Brigada Voluntária Marchas e Combates, de Mucugê;
l) Brigada Voluntária de Guiné, de Mucugê;
m) Brigada Voluntária de Campos de São João, de Palmeiras;
n) Brigada Voluntária do Grupo Ambientalista de Palmeiras (GAP) e colaboradores, de Palmeiras;
o) Brigada Voluntária da Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão (ACV-VC), de Palmeiras.

Todos os anos 42 brigadistas são escolhidos dentre os voluntários, para formar a brigada contratada pelo IBAMA/PREVFOGO, para atuar, temporariamente, nos seis meses de maior ocorrência de risco de incêndios. Um contratado, por força legal, só pode ser recontratado após um período de dois outros contratos, ou seja: um brigadista contratado, por exemplo, em agosto de 2005, só se torna elegível para novo contrato em agosto de 2008.

Apesar das brigadas – voluntárias e contratada – os incêndios são uma preocupação premente na gestão do PNCD que, mesmo com muitas limitações, precisa dividir seus esforços também em iniciativas de prevenção, que ainda são incipientes. Há deficiência de pessoal e de outros recursos para a execução de ações de prevenção e combate. Nesse sentido, está sendo colocada em prática a escolha de mirantes naturais em pontos mais altos do PNCD e no seu entorno. Tal estratégia permite que, destes pontos, alguns dos brigadistas contratados pelo IBAMA/PREVFOGO controlem grandes extensões, ampliando a cobertura na proteção da UC. Por outro lado, esta presença e controle constantes possibilitam o constrangimento de ações furtivas dos incendiários. Entretanto, sabe-se que, sozinhas, tais ações não são suficientes, exigindo que o PNCD promova a constante conscientização e a educação da população, para que sejam reduzidos ou eliminados os riscos e as incidências de incêndios criminosos. Outro desdobramento do controle a partir dos mirantes é uma maior eficiência no combate aos incêndios, pois a detecção dos focos é mais rápida.

Para apoiar a gestão do fogo no PNCD e seu entorno, em 2005 foi constituída, no âmbito do CONPARNA-CD, a Câmara Técnica do Fogo, composta por representantes das brigadas voluntárias e outras pessoas com conhecimento e experiência no tema. Com a experiência alcançada, as lições aprendidas e com o inestimável apoio das brigadas – voluntária e contratada -, o PNCD passou a fazer o planejamento para o manejo de toda a situação que envolve o combate e a prevenção de incêndios, constituindo o chamado Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais do PNCD, elaborado pela Câmara Técnica do Fogo, do CONPARNA-CD, em conjunto com a equipe do PNCD. Um folheto foi elaborado no escopo deste Plano como uma das ferramentas de sensibilização e prevenção, cujo público-alvo é a população local. O Plano compõe o Encarte 5 deste PM, que é o de projetos específicos.

3.6.1.3 - Impactos Causados pelos Incêndios

Mesmo com todo o esforço envolvido nos combates aos incêndios, qualquer que seja o tamanho da área queimada o impacto ambiental negativo é imensurável. Pesquisas científicas têm demonstrado que o aumento da freqüência de incêndios e a sua reincidência em uma mesma área levam à perda de biodiversidade, à homogeneização da vegetação e à diminuição das áreas de florestas e matas ciliares.

Mesmo que a vegetação pareça adaptada ao fogo, resistindo aos incêndios, isso só poderia ser considerado pertinente em caso de incêndios naturais, que têm freqüência e intensidade baixas, correspondendo a menos de 1% do total de focos registrados atualmente.

No caso dos incêndios no PNCD, os quais, em sua grande maioria, não são naturais, já há indícios de que algumas espécies mais sensíveis estão sendo substituídas por outras mais resistentes e de menor importância ecológica. Neste processo, algumas espécies raras, suscetíveis ou endêmicas perdem espaço para outras mais comuns ou até mesmo exóticas, invasoras ou contaminantes biológicas. Do mesmo modo, áreas de matas ciliares e outras florestadas, mais diversificadas, são

substituídas por ambientes abertos e menos diversificados, como os campos gerais. Mesmo sendo ambientes naturais, nativos da região, os campos invadem as bordas da mata queimada tomando seu lugar, devido à sua rápida regeneração e necessidade de alta radiação solar.

Por sua vez, os campos gerais também sofrem significativos impactos ambientais negativos com os incêndios. Exemplo disso está na alteração do regime hidrológico destas áreas. Normalmente, os campos são locais de acúmulo de água e, quando queimados, perdem a proteção formada pela vegetação, deixando o solo exposto e enegrecido. Tais condições aumentam a incidência do sol e a ação do vento, causando intensa evaporação e conseqüente diminuição do volume de água. O resultado é a diminuição significativa do volume de alguns cursos d´água e até mesmo sua extinção, fenômeno relatado por algumas comunidades do entorno do Parque, as quais, após sucessivos grandes incêndios, tiveram o seu abastecimento de água comprometido pela extinção de nascentes.

Diante do comentado sobre as perdas causadas pelos incêndios, pode-se inferir os prejuízos para a fauna, uma vez que depende da vegetação e dos corpos d´água. Por exemplo, as aves são afetadas diretamente pela queima de filhotes, ovos e ninhos; igualmente, insetos, pequenos répteis e anfíbios têm suas populações alteradas drasticamente. Cobras são comumente encontradas mortas após os incêndios, enquanto animais de médio e grande raramente são vistos.

3.6.2 - Trombas d´Água

Um fenômeno excepcional que ocorre no PNCD, na época das chuvas, são as chamadas trombas d'água. Em várias outras regiões do mundo este fenômeno também ocorre, embora sua denominação varie localmente (enchentes, cabeços, cabeços de cheias ou cabeça d´água, por exemplo). Ocorre quando há muita chuva nas partes mais altas das micro-bacias (nas cabeceiras de determinado rio) e a velocidade de absorção desta água pelo solo é menor do que a quantidade e velocidade de água que cai com a chuva, ocasionando grande volume de água escorrendo superficialmente (evento muito perceptível na Chapada, quando se vê água por todo lado). Todo este volume se concentra em um único corpo d´água (o rio principal da micro-bacia em questão), geralmente um rio em cânion, durante ou imediatamente após as chuvas nas cabeceiras. O aumento repentino e brusco do volume d´água deste rio causa uma verdadeira onda fluvial, que, confinada, torna-se muito perigosa e violenta. Já houve casos de acidentes na área do Parque por causa das tombas d´água, alguns deles fatais.

Apesar de serem eventos naturais, há fortes evidências de que a atividade garimpeira pretérita tenha proporcionado um aumento na intensidade e freqüência destes episódios. Isso porque foram alteradas a estrutura dos solos e a cobertura vegetal das áreas altas (cabeceiras) e, portanto, a sua função de absorver, acumular e regularizar a velocidade de vazão da água foi prejudicada, chegando inclusive a diminuir a alimentação dos aqüíferos naturais. Um outro desdobramento excepcional dessa conjunção de fatores, observado comumente na região, é o fenômeno de que durante as chuvas há rios com grandes volumes d´água, mas, pouco tempo após o fim da chuva, estes rios perdem o seu volume muito rapidamente, chegando mesmo a secar (cortar o rio, na denominação local).

3.7 - Atividades Desenvolvidas no Parque Nacional da Chapada Diamantina

3.7.1 - Atividades Apropriadas

3.7.1.1 - Fiscalização

A fiscalização é feita de modo esporádico nos locais onde já são conhecidos os problemas ambientais ou por denúncias, por equipes formadas por no mínimo dois fiscais. Operações maiores são montadas com o apoio de outros setores do IBAMA, como o Escritório Regional (ESREG) de Seabra e/ou SUPES/BA, bem como por ações de equipes eventuais da DIPRO.

Em 2006, por exemplo, foram emitidos dezesseis autos de infração, a maioria deles relativa a ilícitos cometidos fora dos limites do Parque. As ações desenvolvidas atualmente são incipientes e insuficientes, não conseguindo dar vazão à demanda, uma vez que o Parque não está devidamente aparelhado para estes trabalhos. Dentro da UC existem graves problemas, como o garimpo de diamantes e cristais, a caça, o fogo, o tráfico de animais e a extração de plantas nativas, e, mesmo

assim, têm sido pouco atendidos em função das limitações citadas e das especificidades dos ilícitos e do terreno.

3.7.1.2 - Pesquisa

A complexidade socioambiental da região onde se insere o PNCD, referida ao longo deste documento, faz com que haja um grande interesse da comunidade científica. A maioria das pesquisas que o IBAMA tem registro, no entanto, abrange aspectos da biologia local, em especial da botânica. Trabalhos abordando a fauna ainda são restritos e relativamente recentes, embora já tenham trazido valiosas contribuições, como é o caso do conhecimento a respeito de mosquitos conhecidos como borrachudos Simuliidae (Hamada *et alii*, 2006; Pepinelli *et alii*, 2006) ou da herpetofauna e da anurofauna, ou seja, dos répteis e anfíbios (Juncá, 2005). No caso das pesquisas abordando aspectos socioambientais, tanto o número de trabalhos como as abordagens ainda são restritos.

Uma análise de parte das licenças concedidas para pesquisa, baseada no material disponível no PNCD, mostra que os estudos científicos realizados podem ser divididos em duas categorias: pesquisas abordando grupos taxonômicos de ampla distribuição (normalmente gêneros ou outros grupos mais restritos) e que incluem o PNCD como uma das áreas de coleta (29 estudos), bem como estudos regionais, centrados no PNCD e região próxima, abordando grupos taxonômicos maiores (famílias ou grupos mais amplos, tanto botânicos como zoológicos, 17 estudos). O Quadro 4 apresenta uma compilação das pesquisas licenciadas na chapada Diamantina. Dos projetos listados, 16 ainda estão em fase de execução, cinco apresentaram relatório final ou parcial, e 22 possivelmente já foram concluídos, mas ainda não foram entregues os relatórios parciais ou finais. Alguns destes estudos foram apresentados no Seminário de Pesquisadores que embasou este plano de manejo.

É interessante que seja estimulada a realização de novos projetos de pesquisa no PNCD e seu entorno buscando esclarecer uma série de questões ainda em aberto, em especial em áreas como a biogeografia da chapada Diamantina como um todo; o levantamento e o acompanhamento de longo prazo da vegetação do PNCD, com ênfase nas florestas e na região sul do PNCD, áreas abordadas por um número pequeno de estudos; a dinâmica do fogo na vegetação da região; e em aspectos da ecologia da região, em especial as interações entre a fauna e a flora local.

Quadro 4: Lista de Pesquisas Licenciadas pelo IBAMA para o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil e seu Entorno.

Pesquisador	Título da Pesquisa	Ano de Início
1. Norberto P. Lopes	Análise das Variações Interespecíficas, Populacionais, Sazonais e Cicardianas dos Metabólitos Secundários de Espécies dos Gêneros *Lychnophora* e *Eremanthus*.	Sem informação.
Rafael B. Louzada	Taxonomia e Citogenética das Espécies de Inflorescência Séssil do Gênero *Orthophytum* Beer (Bromeliaceae).	Março/2006
2. Ricardo P. da Rocha	Estudo Sistemático e Biogeográfico da Escorpiofauna do Brasil.	Março/2006
3. Alfredo A. C. Alves	Formação de Banco de Germoplasma de *Manihot* e Avaliação para a Resistência a Estresses Bióticos e Abióticos.	Janeiro/2006
4. Flora A. Juncá	Anurofauna do Serra do Sincorá, Chapada Diamantina, Brasil.	Dezembro/2005
5. Leonardo de M. Vêrsieux	Revisão Taxonômica e Filogenia de *Alcantarea* (E. Morren ex Mez) Harms, Bromelicaceae, Tillandoideae.	Novembro/2005
6. José F. M. Valls	Estudos Sistemáticos e Filogenéticos no Gênero *Paspalun* L. (Poaceae).	Setembro/2005
7. Neusa Hamada	Espécies de Simulliidae (Insecta, Diptera) e Insetos Associados do PNCD.	Junho/2005

continua...

Pesquisador	Título da Pesquisa	Ano de Início
8. Ligia S. Funch	Chapada Diamantina – Biodiversidade – Monitoramento da Vegetação do PNCD.	Maio/2005
9. Cândida M. L. Aguiar	Diversidade de Abelhas e Moscas (Insecta) da Chapada Diamantina.	Março/2005
10. Micheline C. Silva	Sistemática de *Peperomia* Ruiz & Pav. Subgênero *Rhyncophorum* Miq.(Piperaceae).	Setembro/2004
11. Rodrigo O. Pessoa	Filogenia Molecular do Gênero *Conophaga* (Aves, Conophagidae) da Mata Atlântica Brasileira.	Setembro/2004
12. Rogério Bertani	Sistemática e Zoogeografia de Aranhas Terafosídeas Neotropicais (Araneae, Mygalomorphae, Theraphosidae).	Julho/2004
13. Vinícios C. Souza	Revisão e Filogenia de *Gloxinia* L'Hér.	Junho/2004
14. Lena Geise	Fauna de Mamíferos da Mata Atlântica: Uma Análise Sistemática e Biogeográfica.	Abril/2004
15. Ricardo P. Louro	Diversidade e Conservação de Espécies Raras (*Phyllanthus*).	Março/2004
16. Marcos M. Coelho	Sistemática, Biogeografia e História Populacional do Gênero *Phyriglena* (Aves: Thamnophilidae).	Janeiro/2004
17. Maria B. Lovato	Diversidade Genética e Ecologia em Espécies Arbóreas da Mata Atlântica e do Cerrado.	Agosto/2003
18. Fabíola Feres	Filogeografia de Espécies da Cadeia do Espinhaço e das Serras de Goiás.	Junho/2003
19. Ana M. Giulietti	Instituto do Milênio do Semiárido: Biodiversidade, Bioprospecção e Conservação dos Recursos Naturais.	Abril/2003
20. Mariana E. Mansanares	Estudo Citotaxonômico de Espécies do Gênero *Lychnophora* Mart. (Lychnophorinae: Vernonieae: Asteraceae).	Março/2003
21. Carolina de A. Spínola	Planejamento do Turismo em Espaços Naturais de Proteção Integral.	Julho/2002
22. André O. Simões	Sistemática Filogenética dos Gêneros *Mandevilla* Lindl., *Macrosiphonia* Muell.Arg. e *Telosiphonia* Henrickson (Apocynaceae, Mesechiteae).	Janeiro/2002
23. Ligia Q. Matias	Alismataceae do Nordeste Brasileiro.	Dezembro/2001
24. Maria C. Kieruff	Avaliação das Populações do Macaco-prego-do-peito-amarelo (*Cebus xanthosternos*) e Proposta de Estratégia para Manejo e Conservação da Espécie.	Dezembro/2001
25. Adriana Margutti	Flora da Mata da Cachoeira da Fumaça.	Julho/2001
26. Alexandre C. de A. Santos	Ictiofauna da Chapada Diamantina da Bahia.	Julho/2001
27. Helmut Schwartz	Uma Concepção para o Ecoturismo no Vale do Pati, Chapada Diamantina.	Junho/2001
28. Antonio D. Brescovit	Revisão dos Gêneros da Subfamília Anyphaeninae, Caraneae, na Região Neotropical.	Julho/2001
29. Silvana A. de Godoy	Revisão do Gênero *Siphocampylus* Dohl para o Brasil	Janeiro/2000
30. Rosane G. C. Pereira	Variabilidade Genética em *Caryocar brasiliensis* Camb.: Efeito da Fragmentação do Cerrado e Subsídios para a Conservação.	Setembro/1996
31. Abel A. Conceição	Ecologia da Vegetação em Afloramentos Rochosos na Chapada Diamantina.	1998 / 2002
32. Maria T. S. Stradmann	Vegetação arbórea do Vale do Rio Capivara.	Sem informação.

continua...

Pesquisador	Título da Pesquisa	Ano de Início
33. Tarcísio Figueiras	Gramíneas dos Cerrados Brasileiros.	Sem informação
34. Ana M. Giulietti	Flora da Candeia do Espinhaço.	Sem informação.
35. José C. Dianese	Fungos do Cerrado.	Sem informação.
36. Ângelo B.N. Machado	Levantamento da Odonatofauna do PNCD.	Sem informação.
37. Maria J. S. Lopes	Variabilidade Genética de Acridoidea.	Sem informação.
38. Maria L. S. Guedes	Estudo Fitossociológico de Mata Ciliar.	Sem informação.
39. Ligia S. Funch	Estudo Florísticos do PNCD – Família Myrtaceae.	Sem informação.
40. Abel A. Conceição	Comunidades Vegetais na Chapada Diamantina.	Sem informação.
41. Ângelo B. Martins	Estudos Citológicos e Químicos das Melastomataceae do Brasil.	Sem informação.
42. Eraldo M. C. Neto	Etnozoologia Lençoense: Conhecimento e Usos Nativos de Animais na Chapada Diamantina.	Sem informação
43. Iara C. Crepaldi	Micropropagação de Orquídeas e de Eriocaulaceae da Chapada Diamantina.	Sem informação.
44. Ligia S. Funch	Estudos Florísticos em Matas na Região de Lençóis.	Sem informação.
45. Eduardo L. Borba	Biossistemática, Fitogeografia e Conservação de Espécies de Campos Rupestres e Caatinga.	Sem informação.
46. Lia A. P. Miranda	Análise do Potencial Ornamental de Espécies de Bignonaceae da Chapada Diamantina.	Sem informação.
47. Caio G. M. Santos	Os Atributos Florestais das Espécies de Plantas Visitadas por Beija-flores em Áreas de Campo Rupestre.	Sem informação.
48. Marjorie C. Nolasco	Conversão e Sistematização de Dados e Informações Geoambientais para a Base Caatinga do Semi-árido.	Sem informação.
49. Onildo R. David	História, Cultura e Ação Social na Chapada Diamantina.	Sem informação.

3.7.1.3 - Conscientização Ambiental

As ações de conscientização ambiental, entendidas aqui como ações que promovam a internalização de conceitos sobre conservação ambiental em setores da população, são realizadas de forma esporádica pela equipe do PNCD. Ações como palestras e visitas a entidades comunitárias ou de classe são raras e não estão embasadas em nenhum plano estruturado. As visitas a comunidades e assentamentos também são raras, embora algumas comunidades já tenham manifestado interesse na presença do IBAMA para esclarecer questões ligadas à preservação ambiental. Algumas iniciativas foram tomadas na busca de parcerias, como ações conjuntas com a Escola Família Agrícola (EFA) da Colônia, Município de Itaetê, mas não foi possível dar continuidade ao trabalho. As limitações para este tipo de ação são a falta de pessoal, em número e qualificação, e a inexistência de outros recursos especificamente para este fim.

Uma das iniciativas para a sensibilização foi a criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental e Comunicação Social do CONPARANA-CD, cuja primeira ação foi a elaboração de uma lista de ações necessárias. A primeira das ações foi apresentada às escolas dos municípios que compõe o PNCD, qual seja: a elaboração, por parte dos professores da rede pública municipal de ensino e alunos, de um almanaque da região do Parque. O almanaque pretende que sejam colecionados e relatados os mais diversos aspectos culturais e sociais da população da Chapada, inclusive sua inserção no contexto ambiental da região. A idéia é que, ao final, os próprios atores possam perceber que todas as relações interagem entre si e não estão desvinculadas do meio ambiente. Seria como se eles próprios estivessem fazendo o seu auto-retrato, com as mais sutis nuances sociais, culturais e ambientais. Há a pretensão de que o almanaque possa ser utilizado nas próprias

escolas, como material para-didático e, portanto, como ferramenta de sensibilização ambiental destas populações.

3.7.1.4 - Relações Públicas e Divulgação

A imagem do IBAMA e do PNCD é desgastada por diversas ações, principalmente as ocorridas no passado, e que, embora tenham sido promovidas no sentido de garantir a preservação dos recursos ambientais, tiveram impacto direto em vários setores da sociedade. Em geral, o padrão de execução destas ações prioriza a coibição sem, contudo, levar em consideração a necessidade do acompanhamento de ações de esclarecimento, conscientização e sensibilização.

Notoriamente, a tentativa de combate a graves problemas ambientais criou grande impacto negativo sobre a população local, cuja repercussão permanece até os dias atuais. Entre eles o combate ao garimpo ilegal, tanto de draga como manual, da década de 1990, gerou sérias reações em grande parte da população. A retirada do gado dos limites do PNCD chegou a provocar a revolta de alguns moradores do Distrito de Guiné, do Município de Mucugê, e da Cidade de Jussiape. Da mesma forma, algumas ações no sentido de exigir o licenciamento ambiental dos empreendimentos agropecuários do Pólo Agrícola também afetam a imagem do órgão junto a populações dos Municípios de Mucugê e Ibicoara por contrariar muitos interesses. Um último exemplo, mas cuja reação tem menores proporções, resulta da aplicação de multas aos agricultores que fazem desmatamento sem licença, o que chega a ser visto até mesmo como um certo exagero por alguns dos envolvidos, pois argumentam que existem problemas mais graves que devem ser priorizados.

Infelizmente, muitos destes conflitos são inevitáveis, já que a proteção ambiental implica em contrariar uma série de interesses, especialmente os econômicos. Ações que procuram ordenar e conservar a natureza geralmente são vistas como entraves por muitos cidadãos da sociedade, para quem o progresso econômico é visto como indispensável, mesmo nos moldes como é promovido.

Por outro lado, é necessário que o órgão gestor do PNCD desenvolva ações de esclarecimento da sociedade quanto à importância desta UC na manutenção da biodiversidade e do patrimônio histórico-cultural. Por outro lado, a sociedade precisa ser mais bem informada que uma UC como o PNCD é uma alternativa econômica importante para que o desenvolvimento ocorra de forma planejada, ordenada e duradoura.

A divulgação do PNCD também ocorre de forma tímida. Até o momento, apenas um folheto foi produzido no escopo da série Guia Philips Parques Nacionais do Brasil, na parceria da Revista Horizonte Geográfico e IBAMA, sendo este o principal material impresso que o PNCD dispõe para divulgar a UC. Em 2006 o PNCD, juntamente com as brigadas voluntárias, elaborou um folheto sobre incêndios para compor o conjunto de ações do Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais.

Iniciativas pontuais, como a confecção de placas indicativas dos limites e das normas do PNCD, já foram conduzidas, buscando associar idéias de divulgação, indicação de atividades incompatíveis com a existência da UC, como a presença do gado, problemas com o fogo e materialização de limites. Atualmente estas placas se encontram desgastadas ou depredadas, necessitando ser substituídas.

3.7.1.5 - Visitação

A visitação turística ocorre a partir de todos os municípios do entorno, sendo os mais procurados Lençóis, Capão e Mucugê. As épocas de maior visitação ocorrem no Ano Novo, Carnaval e nos dias que envolvem os festejos de São João. Um segundo período de grande visitação corresponde aos meses de dezembro a fevereiro, no verão, e nas férias escolares de junho ou julho, no inverno. O restante do ano corresponde à baixa temporada, sendo os meses de abril, maio e de agosto a novembro os de menor visitação.

Apesar do Parque ainda não ter conseguido se aparelhar para atender à visitação, os visitantes contam com nove associações de condutores de visitantes espalhadas por todo o entorno da UC, agências e operadores de turismo – em Lençóis existem dezenas delas, mas Andaraí, Ibicoara,

Mucugê e Capão contam com uma cada - e associações de empresários do turismo (uma em Lençóis e outra no Capão).

Pela infra-estrutura turística existente, a diversificada oferta de serviços e atrativos no entorno e pelo volume da visitação no PNCD e seu entorno, o turismo se configura como uma importante fonte geradora de emprego e renda para a população local.

Entretanto, o IBAMA não tem provido o PNCD de meios para que ele consiga se organizar para controlar a visitação e alguns problemas têm surgido e dificultado a sua gestão, tornando-a uma atividade conflitante e que requererá muitos esforços para o seu controle e manejo, objetivos deste PM.

3.7.2 - Atividades ou Situações Conflitantes

O PNCD foi criado há 22 anos e, contudo, ainda enfrenta vários problemas existentes desde então. Além deles, existem outros que são intrínsecos à existência de uma UC e cujas características acompanham a evolução do conhecimento, da tecnologia e da rapidez da divulgação da informação.

Alguns dos que persistem são a pecuária extensiva em pasto nativo, geralmente os campos gerais; a coleta ilegal de sempre-vivas e outras plantas ornamentais; o garimpo de diamante e cristal de quartzo; a extração de pedra e areia para a construção civil; a caça de animais silvestres e os incêndios florestais. Todos, de alguma forma, já abordados anteriormente neste PM.

O uso do pasto nativo é prática muito comum entre os pecuaristas de todo o país, situação que se verifica, também, na área do PNCD. Também é comum que os criadores se utilizem das áreas de terceiros, normalmente em áreas cujo dono não viva no local ou quando acreditam que não haja dono, nem controle. As áreas dos campos gerais do PNCD sempre foram utilizadas para estes propósitos por permanecerem úmidas o ano todo, situação importante e desejada para os criadores que têm áreas em lugares que enfrentam forte período de seca. Depois de longos anos dessa prática tradicional, algumas ações do IBAMA praticamente a erradicaram, embora, esporadicamente, saiba-se da existência de alguns animais domésticos nos gerais do PNCD. A prática provoca sérios impactos ambientais negativos onde ocorre, como compactação do solo e nascentes, pisoteio de plantas, formação de sulcos e, conseqüente aumento na suscetibilidade dos terrenos para erosão, alteração nas condições de umidade do solo e do papel dos gerais no regime hidrológico, favorecimento de algumas espécies em detrimento de outras, disseminação de doenças para mamíferos silvestres, contaminação da água pelas fezes dos animais, presença de pessoas estranhas ao funcionamento da UC e aumento na ocorrência de incêndios.

A coleta de sempre-vivas e de outras plantas ornamentais na área do PNCD também é outro problema antigo e recorrente. No passado era sabido e constava até mesmo de notícias veiculadas em jornais do Estado e até mesmo nacionais, que empresas do sul do país vinham à região buscar toneladas de flores. Há indicação de que hoje ainda empresas estrangeiras chegam à região para adquirir o produto e levar para o exterior. Um dos maiores problemas associados ao fato é que a principal espécie coletada é endêmica do campo rupestre da chapada Diamantina, ocorrendo no PNCD e, portanto, com distribuição muito restrita e com maiores riscos de extinção. Outro agravante é que o fogo também é parte do manejo destes coletores, pois é prática comum entre eles atear fogo na vegetação, uma vez que acreditam que os indivíduos vêm com mais vigor no próximo ano. Com isso, além da ameaça à espécie se sempre-viva se intensificar, todo o ambiente de sua ocorrência sofre igualmente. São conhecidas as principais áreas de coleta, como nos gerais do Gobira e do Machobongo, nos Municípios de Mucugê e Ibicoara. Também há algumas informações sobre quem seriam os principais infratores.

O garimpo de diamantes - atividade histórica e que originou a ocupação pós-indígena da região - foi uma prática econômica cujos vestígios e impactos ambientais negativos têm maior visibilidade na área do PNCD, haja vista a drástica alteração geomorfológica, vegetacional, hidrológica e em todos os processos ecológicos que os integra. Chamam a atenção o assoreamento de rios, alguns cujo leito já está completamente coberto de areia, e o comprometimento da qualidade da água. Sua

marca foi deixada em grandes porções da UC, sobretudo em sua região norte e leste, nas áreas dos Municípios de Andaraí, Lençóis, Mucugê e Palmeiras. Nos primeiros anos após a criação do PNCD o garimpo continuou no seu interior, inclusive com utilização de dragas; contudo, em 1996, houve uma grande operação coordenada por órgãos governamentais estaduais e federais para fechar os garimpos da região. A partir de então, a intensidade do garimpo diminui significativamente sem, no entanto, jamais se extinguir completamente. Existem informações e relatos dando notícias de que a atividade vem aumentando na área do Parque, inclusive com a utilização de maquinário. Além dos impactos ambientais negativos da atividade *per se*, existem outras a ela relacionadas, como o fogo usado para limpar a área em que vão trabalhar, a caça feita pelos garimpeiros de serra nos longos períodos que passam longe de casa e a introdução de espécies exóticas no interior da UC. Um evento mais recente é o garimpo de cristais de quartzo, vendidos localmente, inclusive para turistas, e extraídos, principalmente, no alto da serra do Sobradinho (com denominação recente de serra dos Cristais), nas proximidades do Capão. Este garimpo traz conseqüências semelhantes aos do diamante, mesmo que com atores e circunstâncias novas, com as quais o órgão gestor do PNCD terá que lidar.

Outras atividades minerais existentes no interior do PNCD são a extração de pedras, areia e argila para a construção civil. Em geral, são realizadas nas margens de rios e por pequenas iniciativas. Normalmente as minas já são conhecidas pela população, que extrai estes materiais nos mesmos pontos. Em muitos casos os extratores são profissionais, dependem desta atividade como a única fonte de renda, embora haja os casos de extração para demandas domésticas. Alguns destes pontos estão localizados na periferia ou no limite do Parque, onde é possível o acesso de veículos automotores (em geral caminhões tipo caçamba). Em 2004, IBAMA, CRA e DNPM realizaram algumas vistorias e reuniões com Prefeituras e extratores com o objetivo de regulamentar a atividade no entorno do Parque. Entre os problemas inerentes a este tipo de atividade, tem-se a degradação da APP, o assoreamento e a poluição dos cursos d´água, o trânsito de veículos e pessoas estranhas e sem autorização na UC e o risco de novas invasões para fixação de trabalhadores no local, em moradias improvisadas. Com isso, pode-se inferir um outro desdobramento da fixação e da presença mais constantes de pessoas em um local que seria a prática da caça de animais nativos e a introdução e a manutenção de espécies exóticas no local como cachorros, gatos, galinhas, frutíferas, ornamentais, entre outras.

A caça, por sua vez, ainda é praticada na área do PNCD por moradores e por pessoas que o acessam para tal finalidade. Sabe-se que alguns indivíduos das comunidades locais ainda praticam a caça para aumentar a quantidade de proteína na sua dieta, em geral, por dificuldade - distância e falta de recursos - de acesso às fontes convencionais. A caça também está relacionada ao garimpo e aos coletores de sempre-viva. Por outro lado, ainda, não se pode descartar os casos em que os caçadores venham de ocupações vizinhas, como no caso dos moradores de assentamentos ou outros núcleos populacionais, e entrem no PNCD somente com esta motivação. Como já foi dito, os caçadores da região utilizam um conjunto de artefatos desenvolvidos e utilizados com especificidade para cada tipo de animal que se deseja apanhar. Como observado em outros pontos do país, já são consagradas as espécies que são alvo dos caçadores. Animais de maior porte são os mais visados, mas também há peculiaridades como espécies que são caçadas na ausência das preferidas ou em épocas de menor ocorrência de outras. A caça tem sido um dos principais motivos que levam as espécies à extinção; mesmo a simples remoção de alguns indivíduos de uma população provoca alterações no equilíbrio ecológico de determinado ecossistema, envolvendo também outras espécies da fauna e flora.

Mesmo a recente atividade do turismo, por meio de toda a dinâmica de visitação do PNCD, tem provocado, ao longo dos anos de uso, um conjunto de impactos ambientais negativos. Alguns exemplos disso são vistos ao longo de trilhas, como a erosão, especialmente onde há desnível no terreno e solos mais frágeis, a alteração no escorrimento superficial da água, o alargamento do seu leito, a compactação do solo, especialmente de áreas úmidas, o pisoteio e remoção de plantas, perda de solo, o afundamento de terreno com conseqüente alagamento. Também nas áreas utilizadas para acampamento observam-se, ainda, a contaminação do solo e da água devida a má destinação dos resíduos sólidos, especialmente o orgânico, e dos excrementos gerados, perturbações na fauna, principalmente pela atração pelos alimentos e restos deixados no local, o

que já chega a provocar alguns incidentes como destruição de barracas, mochilas e vestuário dos visitantes. São vistos, ainda, pichações, sinais de fogueiras e depredações em vários atrativos e locais, como em abrigos e cavernas. A abertura de novos acessos e a busca de novos atrativos para ofertar aos visitantes são práticas comuns dentro do Parque, quando já existe uma grande quantidade de opções as quais já requerem e demandam bastantes esforços para controle e normatização, o que ocupou muita atenção deste PM. Por fim, como já é debatido em outras regiões turísticas do mundo, as alterações na identidade e cultura de algumas comunidades envolvidas com o PNCD já podem ser observadas e despertam grande preocupação, devendo ser endereçadas nas iniciativas deste Plano.

Existe um outro conjunto de atividades que se desenvolvem dentro do Parque e, portanto, se tornam conflitantes, como as linhas de transmissão de energia, captações e estação de tratamento de água e estradas vicinais não pavimentadas e uma rodovia estadual asfaltada (a BA-142). Todas estas atividades foram retratadas no zoneamento, constituindo a Zona de Uso Conflitante. A maioria delas está ligada a serviços públicos, para os quais o manejo da UC teve que considerar, até que sejam retirados para outro local, a deliberação de soluções quanto à presença de pessoas estranhas aos objetivos do Parque, à manutenção da infra-estrutura e ao tipo de resíduos que geram nestes espaços.

As linhas de transmissão demandam limpezas periódicas das faixas de servidão, onde a vegetação deve ter altura controlada, bem como representam uma poluição visual por parte das estruturas. As estradas, devido ao trânsito de veículos, são fonte de emissão de gases poluentes e metais pesados e de atropelamento da fauna nativa, além de significarem uma barreira para o fluxo de algumas espécies da biota; no caso da rodovia asfaltada esses fatores são potencializados e há uma impermeabilidade no seu leito, modificando o regime natural de escoamento da água nas suas proximidades; nas estradas não-asfaltadas, existe o problema das partículas sólidas em suspensão (poeira), que atrapalha a respiração da vegetação marginal, além de perder solo que ocasiona o assoreamento e a turbidez de cursos d'água próximos. A Estação de Tratamento de Água de Mucugê e todas as captações de água, mantidas as proporções, diminuem a vazão do corpo d'água à jusante, atrapalham a movimentação de espécies aquáticas, contribuem para a eutrofização do corpo d'água, leva ao trânsito de pessoas estranhas e, com algumas das construções, causam poluição visual, impermeabilização do solo, geram efluentes e resíduos.

Os incêndios florestais são tratados com detalhes e sob outros pontos de vista em outros itens deste PM, inclusive no Encarte 5, que contém o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais no PNCD. Para efeito deste item, deve-se enfocar o fato de que os incêndios têm motivações peculiares, estando associado também com outras diversas situações conflitantes acima mencionadas (gado, garimpo, coleta de sempre-viva, caça, turismo e estradas).

Ocorrem, no PNCD, algumas atividades eventuais que são conflitantes com os seus objetivos e que, em seu conjunto, demandam a atenção do Parque para que seu impacto ambiental negativo seja minimizado. Citam-se, como exemplo: eventos esportivos não-autorizados; corridas de aventura; trânsito de grupos de motocicletas e veículos fora-de-estrada; rituais e cerimônias religiosas e de conotação filosófica; uso de imagens do PNCD sem atender à Instrução Normativa que a rege; pesquisas científicas sem licenciamento; prospecção clandestina de minerais; ocupação humana sem regulamentação; ampliação de áreas já ocupadas; novas invasões; manobras e treinamentos militares, sendo conhecido ao menos um caso de uma jornada de instrução militar (JIM), entre outros.

Na margem da rodovia BR-242, no Km 232, próximo e dentro do limite norte do PNCD, está localizado o Posto e Pousada Pai Inácio - um posto comercial de abastecimento de combustíveis, com uma pousada e um restaurante. O posto por si só representa graves problemas de contaminação do solo, ar e água das imediações, porém, além do posto, os outros empreendimentos comerciais anexos ampliam os impactos ambientais negativos do conjunto, impondo à administração da UC que busque as soluções. Já estão definidas, neste PM, medidas para amenizar, enquanto não removida, o funcionamento desta estrutura.

3.8 - Aspectos Institucionais do Parque Nacional da Chapada Diamantina

3.8.1 - Pessoal

A equipe do PNCD é composta por quatro servidores do IBAMA, ingressados na equipe em 2002 e 2003, todos analistas ambientais, com formação em ciências biológicas (3) e engenharia agronômica (1). Porém, no fechamento deste PM, dois analistas tinham saído de licença sem vencimentos por mais de um ano (Quadro 5). Um dos analistas responde, como chefe-substituto da UC, o biólogo Cezar Neubert Gonçalves.

Quadro 5: Situação,de Agosto de 2007, do Quadro de Pessoal do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

Nome do Funcionário	Função	Formação / Qualificação	Tempo de Serviço
Servidores			
Cezar Neubert Gonçalves	Chefe-substituto	Biólogo, Mestre e Doutor em Botânica	5 anos
Juliana Garcia Ferreira	Analista Ambiental	Engenheira Agronôma	4 anos e meio
Luiz Antonio Coslope	Analista Ambiental	Biólogo	5 anos
Pablo Lacaze de Camargo Casella	Analista Ambiental	Biólogo	5 anos
Terceirizados			
Cristiano Macedo Rodrigues	Vigilante Patrimonial	Ensino Médio	10
Edmar de Lima de Carvalho	Vigilante Patrimonial	Ensino Médio	6 anos e 8 meses
José Milton Alves Nepomuceno	Vigilante Patrimonial	Ensino Médio	10 anos
Luzilane Profeta Oliveira	Auxiliar Administrativa	Graduanda em Pedagogia	6 anos e 8 meses
Márcio Souza Oliveira	Vigilante Patrimonial	Ensino Médio	3 anos
Maristela Souza Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	Graduanda em Administração	2 anos e 7 meses
Brigada Contratada			
42 Brigadistas	Serviços Ambientais (principalmente prevenção e combate a incêndios)	Ensino Fundamental e Médio	Não se aplica

3.8.2 - Infra-estrutura, Equipamentos e Serviços

O Parque conta com uma infra-estrutura precária e insuficiente. A sede administrativa, localizada na sede do município de Palmeiras - portanto fora dos limites da UC - foi cedida pela Companhia de Energia Elétrica do Estado da Bahia SA (COELBA), está em mau estado de conservação, apesar da pequena reforma que sofreu em abril de 2006, com conserto de telhado, forro e pintura. A Sede conta com 4 salas para técnicos, 3 com banheiro privativo; 1 sala ampla para recepção e reuniões, com banheiro social; uma copa/cozinha; e com frente avarandada. É pequena para acomodar os funcionários e equipamentos (Quadro 6), porém possui um amplo espaço externo utilizado como garagem para os veículos.

Quadro 6: Situação de Agosto de 2007 dos Equipamentos do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

Quantidade	Tipo	Especificações	Conservação
1	Conexão de internet	Interligada à rede do Ibama via satélite	Razoável
1	Telefone com linha independente	Ibratel e Master	Razoável

continua...

Quantidade	Tipo	Especificações	Conservação
1	Telefax com linha independente	Brother Professional Fax275	Bom
9	Bases fixas de radiocomunicação	Motorola PRO	Bom
1	Base móvel de radiocomunicação	Motorola EM 200	Bom
2	Base móvel de radiocomunicação	Motorola PRO 3100	Bom
1	Base móvel de radiocomunicação	Motorola PRO 5100	Bom
47	Rádio portátil do tipo HT	Motorola PRO3150 e EP450	Parte Boa, Parte Precária (necessita reparos)
3	Repetidoras de radiocomunicação	Cada uma composta por 2 bases fixas Motorola PRO, placa solar, 1 bateria e 1 antena	1 Boa, 1 Razoável, 1 Precário (necessita reparos)
1	Computador de mesa	80 GB, gravador de DVD e CD, monitor de 19 polegadas	Bom
1	Computador de mesa	20 GB, gravador de CD, monitor de 14 polegadas	Precário (necessita reparos)
1	Computador de mesa	75 GB, gravador de CD, monitor de 14 polegadas	Bom
1	Computador de mesa	11 GB, leitor de CD, monitor de 14 polegadas	Precário (necessita reparos)
1	Nobreak	SMS Net 3	Bom
2	Nobreak	Ragtech Seniun Vio	Bom
1	Nobreak	Ragtech Infinium digital	Bom
1	Notebook	Toshiba Satellite A75-S1253 55GB	Bom
1	Notebook	Toshiba Satellite A75-S211 75 GB	Bom
1	Impressora	LexMark E 330	Boa
1	Impressora	Deskjet 890 C	Boa
1	Impressora	Deskjet 660 C	Precário (necessita reparos)
1	Impressora	Deskjet 695 C	Precário (necessita reparos)
1	Impressora	Epson Stylus C 67	Precário (necessita reparos)
1	Impressora	Epson Stylus Color 777	Precário (necessita reparos)
1	Impressora	Epson Stylus C 80	Precário (necessita reparos)
1	Projetor multimídia	InFocus	Precário (necessita reparos)

continua...

Quantidade	Tipo	Especificações	Conservação
1	Aparelho GPS	Garmin Map 76S	
1	Projetor de eslaides		Razoável (necessita reparos)
1	Aparelho GPS	Garmin eTrex Legend	Bom
2	Aparelho GPS	Garmin 12 XL	1 Bom, 1 Precário (necessita reparos)
1	Televisor	Philco 29 polegadas	Razoável
1	Videocassete	BrokSonic 4 cabeças	Precário
1	Fogão	Dako Vedete Plus	Razoável
1	Geladeira	Brastemp 2 portas Frost Free	Boa
1	Geladeira	Sem marca	Inservível
1	Caminhonete	Nissan Frontier 4x4	Precário (necessita reparos)
1	Caminhonete	Mitsubishi L200 GL 4x4	Precário (necessita reparos)
1	Caminhonete	Mitsubishi L200 Savana 4x4	Bom
1	Caminhonete	Toyota Bandeirantes 4x4	Razoável
1	Motocicleta	Beta	Precário
1	Caminhão	VolksWagen 8.150, Rodofogo, transporte de tropa, com 16 assentos	Bom
1	Moto-bomba	WildFire Marck 3	Bom
3	Moto-bomba	WildFire Mini-Striker	2 Boas, 1 Razoável
Várias	Bomba-costal flexível	Guarani e Indiano	Bom a precário
Vários	EPI (calça, gandola, macacão, bota, boné, capacete, cinto, luva, óculos, lanterna) brigadistas	Várias	Não se aplica
Vários	Abafador de borracha	Lona de borracha com cabo de madeira	Bom a inservível
Vários	Equipamento de acampamento(barracas, saco de dormir, fogareiro etc.)	Várias	Bom a precário
Vários	Acervo Bibliográfico	Cerca de 250 títulos, com livros, filmes e fotografias	Bom a razoável

O PNCD possui inúmeras vias de acesso partindo de todos os municípios abrangidos, são antigos caminhos utilizados por criadores de gado, garimpeiros, caçadores, coletores de plantas, e outros. Vários levam a algum atrativo turístico e por esta razão estão detalhados no zoneamento que consta nas Figuras 48, 49, 50, 51, 52 do Encarte 4.

3.8.3 - Estrutura Organizacional

A equipe do Parque, desde o início de 2004, trabalha em sistema de tomada de decisões a partir da discussão dos assuntos pelos servidores (chefe e analistas ambientais) e então é designado um focalizador que dará prosseguimento a questão. Esse sistema permite maior agilidade e coesão, refletidas na postura e ações da equipe. Porém, para assuntos recorrentes e questões maiores as responsabilidades são divididas na equipe, como mostrado no Quadro 7. A comunicação desta UC com outros setores do órgão gestor do PNCD, tais como demais UC, ESREG, SUPES/BA e

diversas Diretorias, bem como IBAMA é realizada principalmente pela chefia ou pelo focalizador do assunto em questão.

Quadro 7: Estrutura Organizacional Vigente, em agosto de 2007, no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

Cargo	Função	Número
Chefe	Contato intra e inter-institucional	Cargo vago
Chefe-substituto	Responder pela chefia na ausência do chefe	1 (respondendo pela chefia atualmente)
Analistas Ambientais	Geoprocessamento e Gerente do fogo Administração financeira Regularização fundiária Licenças de pesquisa Fiscalização	4 (1 respondendo como chefe-substituto e 2 licenciados)
Auxiliar Administrativo	Suporte administrativo	1 (terceirizado)
Auxiliar de Serviços Gerais	Apoio geral	1 (terceirizado)
Vigilante Patrimonial	Vigilância patrimonial	4 (terceirizados)

3.8.4 - Recursos Financeiros

O PNCD recebe recursos exclusivamente do IBAMA, através de sua unidade gestora, a Superintendência Estadual, por meio de suprimentos de fundo, pedidos de compra ou solicitação de serviços. Outros setores do IBAMA, como o PREVFOGO e a DIREC, também repassam recursos em casos extremos de incêndios florestais ou na falta de recursos da unidade gestora para a execução de atividades imprescindíveis. Na Tabela 27 estão mostrados os valores recebidos para a realização de todas as atividades da UC, entre os anos de 2003 e agosto de 2007.

Tabela 27: Recursos Financeiros Recebidos entre os Anos de 2003 a Agosto de 2007 pelo Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil*.

Ano	Despesa Realizada (em reais)
2003	60.000,00**
2004	62.064,08
2005	61.719,14
2006	47.787,00
2007 (até agosto)	25.852,00

*Os valores referem-se somente ao que é repassado diretamente para o PNCD, pela DIREC, não sendo computados, por exemplo, os recursos do PREVFOGO.
**Valor aproximado.

3.8.5 - Cooperação Institucional

Apesar de informal, a cooperação existente entre o PNCD e as brigadas voluntárias do seu entorno desponta como das mais importantes, conforme descrito no item Gestão do Fogo. Desde o surgimento das primeiras brigadas que estas vêm atuando na prevenção, combate e sensibilização relacionados ao fogo e a outros problemas ambientais da UC. Algumas das quinze brigadas existentes não têm, ainda, sua formalização institucional por meio do CNPJ, mas pode-se ver uma tendência no sentido de se formalizarem.

Outro conjunto de instituições com o qual o PNCD tem cooperação é o das Associações de Condutores de Visitantes (ACV). Várias das ACV têm atuação também como brigadas, o que traz certa sobreposição em algumas atividades de cooperação. Contudo, é no escopo das tentativas de manejo e adequação da visitação do Parque que esta relação é mais peculiar. Algumas ACV

contribuíram, inclusive, com informações valiosas para a elaboração deste PM.

Dentre as atividades de cooperação entre o PNCD e as ACV, destaca-se a primeira cooperação formalmente constituída entre a UC e uma instituição não-governamental, no caso com a ACV-VC. O objetivo da cooperação é o Manejo Emergencial da Trilha da Cachoeira da Fumaça por Cima, sendo esta Associação a responsável, voluntariamente, pelo controle da visitação nesta Trilha há cerca de sete anos, dando continuidade ao trabalho iniciado em 1982 por uma família de moradores do povoado dos Campos, no Capão. Este controle pôde fornecer dados estatísticos sobre a visitação àquela Cachoeira e já chegou a permitir identificar que alguns visitantes haviam se perdido ou, até mesmo, suicidado.

No ano de 2004 o PNCD apresentou uma solicitação de apoio à Fundação O Boticário de Proteção à Natureza (FBPN) para execução do projeto "Parque e populações: um modelo de realocação humanizado e sustentável", conforme detalhado no item Segmento Fazenda Velha da Área Estratégica Interna Marimbus do Encarte 4 e o item Potencialidades de Cooperação do Encarte 1 deste PM. A FBPN aprovou a solicitação, embora o projeto ainda não tenha se iniciado por questões alheias ao PNCD e a Fundação ainda aguarda os desdobramentos necessários para se confirmar como uma instituição de cooperação com a UC.

Um acordo de adequação firmado entre a SUPES/BA e a Prefeitura Municipal de Mucugê, com a participação do PNCD, por força da irregularidade da Estação de Tratamento de Água daquela Cidade (localizada no interior do PNCD), resultou no apoio da Prefeitura ao Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios do PNCD, por meio da locação de um imóvel na Cidade que sedia a brigada contratada pelo IBAMA/PREVFOGO no período de agosto a fevereiro.

A UEFS foi proponente do projeto Chapada Diamantina: Biodiversidade, aprovado pelo PROBIO, que realizou um amplo levantamento da fauna e flora da UC por meio de uma AER, importante fonte de informações para o manejo do PNCD utilizadas, inclusive, como subsídios para este PM. Por sua vez, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) iniciou uma cooperação com a UC, no ano de 2004, enviando alguns graduandos para um estágio no PNCD.

Em algumas ações do PNCD, o apoio policial se faz necessário, seja em operações de fiscalização ostensiva, seja na investigação sigilosa de alguns assuntos estratégicos. Nesse sentido, a Polícia Militar da Bahia tem tido importante atuação com a UC, enquanto a Policia Federal esteve presente em investigações pontuais recentes, relacionadas ao tráfico de espécies nativas, ao garimpo ou aos incêndios criminosos. Neste tema, inclusive, a presença e atuação do 11º. Grupamento de Bombeiros Militares da Bahia, ligados à Polícia Militar, no combate a alguns incêndios ocorridos dentro do PNCD ou no seu entorno deve ser destacada como importante cooperação desta instituição, que chegou a articular a vinda, em diversas ocasiões, de helicópteros do governo do Estado da Bahia para o combate a alguns incêndios de grandes proporções.

Recentemente, a Coordenação de Defesa Civil da Bahia (CORDEC) também uniu esforços para o combate aos incêndios, apoiando, com roupas, utensílios de cozinha, fogão e colchões algumas brigadas voluntárias do entorno do Parque.

Pela grande presença de projetos de assentamentos de reforma agrária no entorno e Zona de Amortecimento do PNCD, uma relação de parceria e entendimento com o INCRA se faz imprescindível, sobretudo se considerado o fato de ambos serem entidades do Governo Federal. O diálogo com o INCRA foi intensificado na ocasião da proposta do projeto "Parque e populações: um modelo de realocação humanizado e sustentável", já citado acima, quando também houve um primeiro entendimento sobre a regularização ambiental dos assentamentos na região. Atualmente a cooperação, ainda não formalizada, já é uma realidade e os assentamentos receberão apoio conjunto dos órgãos federais para sua adequação socioambiental.

3.9 - Declaração de Significância

Respeitada a escala, pode-se dizer que o PNCD mostra um mesmo padrão do Estado da Bahia, que apresenta uma grande diversidade ecológica e ambiental em seu território continental,

abrangendo, por exemplo, três biomas brasileiros: Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga. Apesar do PNCD não contar com manchas do bioma Caatinga, possui algumas de suas espécies associadas a outros ambientes.

A cadeia do Espinhaço tem prolongamento no Estado, onde recebe o nome de chapada Diamantina. Por sua vez, a Chapada tem uma ramificação – a serra do Sincorá -, que constitui toda a área do Parque, caracterizando-se por grandes elevações, as quais vão proporcionar a ocorrência de numerosas peculiaridades, como é o caso das vegetações rupestres. Elas formam um tipo peculiar de fitofisionomia, o campo rupestre, a paisagem mais comumente encontrada no Parque. Os remanescentes da Mata Atlântica e do Cerrado do PNCD também aparecem com particularidades.

O bioma Mata Atlântica está representado no PNCD por matas pluvio-nebulares, matas de encosta, além de matas ciliares e de grotão, todas predominantemente perenifoliadas e concentradas, principalmente, ao longo de alguns vales de rios que cortam a serra do Sincorá. Também estão presentes matas de planalto, que ocorrem na vertente leste da serra do Sincorá e que são semideciduais, em sua maioria. Associadas especialmente às condições de relevo e clima, as matas do PNCD são exemplos de situações únicas quando comparadas à área mais típica do Bioma, nas suas áreas de ocorrência do Sudeste e do Sul.

Não se pode esperar que as manchas de Cerrado, senso restrito, encontrado no PNCD também sejam amostra típicas do Bioma, o qual ocorre em pequenas porções do oeste da UC. Em geral as áreas não são de Cerrado característico, aparecem mescladas com outros elementos e estão representados, principalmente, por ambientes abertos, os chamados campos limpos e campos sujos que, não por acaso, recebem denominação local de gerais e, claro, ocorrem sobre as serras, em extensas áreas por todo a UC. Assim, os gerais do PNCD não guardam semelhança com os gerais do sudoeste da Bahia, na divisa como o noroeste do Estado de Minas Gerais.

Deixando de lado as discussões acadêmicas sobre os campos rupestres serem parte ou não do Cerrado, eles predominam no PNCD, ocupando área de cerca de 60%. Apresentam heterogeneidade florística e ambiental tão surpreendentes que têm contribuído para uma produção científica de grande relevância para o Brasil. Os campos rupestres do PNCD já somam uma grande coleção de espécies endêmicas, algumas recém-descritas e inúmeras outras em processo de descrição. Estas novas descobertas do mundo científico podem despertar diferentes interesses de estudos na região do Parque.

Como área de confluências naturais tão especiais, no PNCD encontram-se, ainda, extensas áreas de ambientes de transição e situações únicas de áreas alagadas, destacando-se a região conhecida como Marimbus, - o pantanal da chapada Diamantina. Outra característica não menos importante, diante de tantas exclusividades do PNCD, os ambientes atualmente antropizados são a minoria, correspondendo a menos de 2% da área da UC. Em geral, ocorrem associados às comunidades residentes e mais próximos à periferia dos limites da UC.

A variabilidade fitofisionômica está bem retratada na riqueza florística do PNCD. Em apenas seis pontos de amostragem da vegetação arbórea, foram encontradas mais de duzentas espécies, número muito superior à maioria de estatísticas similares para outros ambientes tropicais do Brasil e do mundo, elevando o patamar de sua importância e da responsabilidade que é devida à sua proteção.

Da mesma forma, foram encontradas 250 espécies da vegetação em um único levantamento nos campos rupestres do PNCD. Entre elas, um grande número é de espécies endêmicas da chapada Diamantina, como um todo, ou da serra do Sincorá, o que torna ainda mais restrita a área de ocorrência de tais espécies. A compilação preliminar de endemismos, feita para a elaboração deste PM, chega a cerca de 180 espécies, um destaque que ganhará ainda mais relevância se aumentados os esforços de pesquisas, consideradas tímidas para estes ambientes.

Para ilustrar tamanha riqueza, elegendo-se apenas alguns representantes do surpreendente endemismo do PNCD, podem ser destacadas algumas espécies da flora, como as populares

sempre-vivas e, entre elas, a sempre-viva-de-mucugê *Syngonanthus mucugensis* e o botãozinho *Paepalanthus spathulatus*; a palmeira côco-de-vaqueiro *Syagrus harleyi*; os jacarandás *Jacaranda irwinii* e *Jacaranda morii*; as bromélias *Alcantarea nahoumii*, *Cryptanthus diamantinensis, Neoregelia mucugensis, Orthophytum amoenu*, entre elas, a conhecida raio-de-sol *Orthophytum burle-marxii*; os cactos *Pierrebraunia bahiensis* e *Pilosocereus glaucochrous* mandacaru); as orquídeas *Adamantinia miltonioides, Sophronitis sincorana, S. bahiensis, S. pfisterii, Cattleya tenuis*, *Thelyschista ghillanyi* e *Veyretia sincorensis*; a polígala *Polygala sincorense*; o candombá *Vellozia sincorana,* a canela-de-ema *Vellozia punctulata*; a pimentinha *Xyris sincorana*; a malva *Rayleya bahiensis*; o lírio-vermelho *Hippeastrum solandrifolium*; o são-joão *Chamaecrista sincorana*; as caliandras *Calliandra sincorana* e *Calliandra mucugeana*; o velame *Croton sincorensis*; o ruibarbo *Trimezia sincorana*; *Oxydectes sincorensis,* entre outras.

Como seria de se esperar, a fauna do PNCD também reflete a complexidade vegetacional. Na região, há elementos faunísticos típicos dos três biomas encontrados na chapada Diamantina, como o macaco-prego-do-peito-amarelo *Cebus xanthosternos* e o pequeno roedor *Oxymycterus dasythricus*, característicos da Mata Atlântica, e o marsupial *Monodelphis umbristriata*, o qual pode ser encontrado em áreas de Caatinga e de Cerrado. Espécies comuns aos três biomas também estão presentes no Parque, e entre os grandes felinos podem ser citadas a onça-pintada *Panthera onca*, a onça-parda ou suçuarana *Puma concolor*, o raro cachorro-do-mato-vinagre *Speothos venaticus*, o veado-catingueiro *Mazama goazoupira*, o tamanduá-bandeira *Myrmecophaga tridactyla* e o tatu-canastra *Priodontes maximus*.

Em geral, o número de endemismos da fauna é relativamente menor do que o encontrado entre as plantas. Mesmo assim, alguns grupos como peixes ou anuros têm um número significativo de endemismos. Em relação aos peixes, são conhecidas quatorze espécies endêmicas, sendo que duas delas: *Copionodon orthiocarinatus* e *Copionodon pecten*, representam um gênero exclusivo pertencente à subfamília Copionodontinae, da família dos caracídeos, com ocorrência restrita a uma região próxima a Lençóis. Entre os anuros, há citação da existência de pelo menos oito espécies endêmicas. Os répteis aparecem com duas espécies endêmicas, podendo-se destacar o lagarto-camaleão *Enyalius erythroceneus*, descrito recentemente em uma área limítrofe ao PNCD, podendo-se esperar que ocorra no Parque, pela proximidade da área. As aves contribuem com três espécies endêmicas, sendo mais conhecido o beija-flor-de-gravata-vermelha, também conhecido como gravatinha-vermelha *Augastes lumachellus*. Entre os mamíferos não há registro de endemismo, mas até agora foram identificadas 61 espécies na área da serra do Sincorá, incluindo um grande número de espécies ameaçadas de extinção. Sem levar em conta os endemismos para os mamíferos, o levantamento feito para subsidiar a elaboração deste PM, listou 44 espécies de mamíferos de médio e grande porte no PNCD, contudo, se considerados os mamíferos de pequeno porte, este número aumenta em muito.

Geologicamente, o PNCD contém porções dos terrenos mais antigos do mundo. O tempo e o clima se ocuparam de esculpir os topos das elevações e o resultado de todos os processos deixou testemunhos retratados nas chapadas, cânions e vales, bem como nas variadas cores dos seixos originados de diversas rochas. Os terrenos têm substrato de granitos e gnaisses, sobre os quais se está a chapada Diamantina. O PNCD e a Chapada, como um todo, caracterizam-se, predominantemente, por terrenos sedimentares em camadas empilhadas, retrato dos eventos geológicos mais recentes. Tais camadas resultam da alternância de ambientes geológicos que prevaleceram no passado. Antigos desertos, rios e suas desembocaduras, praias, lagos e ambientes marinhos alternavam-se sucessivamente ao longo do tempo geológico. Os calcários, originados de antigos mares ou lagos, também estão presentes no PNCD e, nos terrenos de sua ocorrência, são responsáveis pela formação de incontáveis cavidades naturais, como cavernas, grutas e dolinas, moldando os ambientes subterrâneos e contribuindo ainda mais para a diversidade local. Paredões de arenito dão prova interessante de vestígios das dunas dos antigos desertos. Ainda mais instigante é a presença de alguns blocos de rochas (seixos argilosos) que ocorrem em locais inesperados, testemunhas de que, no passado distante, foram transportados por geleiras flutuantes e se desprenderam aleatoriamente durante a viagem.

A serra do Sincorá, como já foi dito, é ramo da chapada Diamantina e, juntas, constituem parte da

cadeia do Espinhaço, que se prolonga, com esse nome, até o sul do Estado de Minas Gerais. Todo este sistema é resultado de um antigo processo de enrugamento da crosta terrestre, parecido com o que resultou nas montanhas dos Andes, embora tenham ocorrido em épocas bem distintas. Tanto essa gênese, quanto os processos erosivos posteriores, fizeram com que o relevo local fosse pródigo em contrastes. Todo o movimento do relevo se manifesta pelos planaltos, escarpas, elevações, blocos e picos rochosos, com alturas variadas e altitudes que variam entre 380 e 1.700m dentro do Parque. Somente para citar as elevações com mais de 1.600m de altura, conforme a denominação local, tem-se o morro do Esbarrancado, pico culminante do PNCD, os morros do Zeca, do Sobrado e do Miguel e, por fim, a serra da Águia. Os cânions profundos, com suas cachoeiras espetaculares, que são símbolos consagrados do PNCD. No caso, pode ser citada a cachoeira da Fumaça, com mais de 340m de altura, sendo a mais famosa do PNCD, entre outras como as cachoeiras Encantada, com mais de 200m de altura, a do Herculano, que tem duas quedas caindo em um anfiteatro, e a da Fumacinha, com várias quedas em degraus, formando uma impressionante cascata.

A hidrografia local, como resultado da formação geológica descrita acima, é complexa. Há um incontável número de nascentes formadoras de centenas de outros cursos d'água, que descem a serra do Sincorá e drenam para fora dos limites do PNCD, alimentando diversos rios perenes. Praticamente todas as nascentes do Parque fornecem água para o rio Paraguaçu, em cuja bacia o Parque está totalmente inserido. O rio Paraguaçu, que depende da proteção dos recursos hídricos propiciada pelo PNCD, bem como de suas águas do PNCD para se avolumar no seu alto curso, fornece água para inúmeros municípios da Bahia ao longo do seu percurso e abastece cerca de 60% da população metropolitana de Salvador. As águas dos cursos do Parque, que drenam para o seu exterior, abastecem comunidades e cidades da região, constituindo-se em fontes fundamentais para os ambientes semi-áridos do entorno da UC. É graças a esta característica hidrológica que a área próxima ao PNCD pode ser considerada um oásis no semi-árido baiano.

Também o clima mostra peculiaridades no PNCD. As temperaturas amenas, as neblinas quase constantes nas madrugadas da serra, as chuvas orográficas e as condições de alta umidade propiciam condições únicas para o aparecimento de tipos vegetacionais e espécies raras e endêmicas, que tornam o Parque uma área única no cenário federal e internacional. Inclusive, o diferencial climático torna a UC um ambiente aprazível para o turismo, diferente das condições de extremo calor das áreas litorâneas ou da seca de outras regiões do interior da Bahia.

A profusa dinâmica ambiental contribuiu também para a formação, no PNCD, de uma zona de planície e depressão situada na borda leste, abrigando os vales dos rios Santo Antônio e São José. A planície é formada por relevo de extensos vales pouco encaixados e pouco profundos, o que dificulta a drenagem, formando as várzeas alagadas e alagáveis do Marimbus. Tal situação confere outra peculiaridade ao PNCD, uma vez que nesta região de grandes diferenciais hídricos, uma área permanentemente inundada proporciona a ocorrência de espécies de plantas, peixes, aves e mamíferos característicos de áreas úmidas. O Marimbus também condicionou o modo de vida das suas populações ribeirinhas, introduzindo, no interior da Chapada, uma cultura própria de comunidades pescadoras, distinta das observadas nas garimpeiras e pecuaristas.

Outro aspecto relevante do PNCD, brevemente citado acima, é a presença de cavidades naturais no seu interior, como as cavernas, grutas, abrigos e outras. Apesar de sua formação arenítica predominante, as cavidades têm uma importância ecológica que, apesar de pouco estudada, já dão indicativo de novidades científicas, como exemplares da fauna encontrados e ainda não conhecidos pela ciência. Além da contribuição que podem dar para a ciência, as cavidades são recursos usados para enriquecer a visitação pública. Entre as seis cavidades encontradas, três já têm uso turístico, quais sejam, a Gruta do Lapão, em Lençóis, a Gruta do Castelo, no Pati, e a Gruna do Brejo, em Igatu. Muitas outras têm potencial prioritário para a pesquisa e a preservação, não sendo apropriadas à visitação.

Não bastassem tantos atributos geomorfológicos e ecológicos, o PNCD também conta com a presença de sítios arqueológicos pré-históricos, oriundos da ocupação pré-colombiana, representados por pinturas rupestres, bem como de sítios históricos, que são vestígios da ocupação

garimpeira e pecuarista pós-indígena. O conhecimento das condições destas ocupações pretéritas ainda é pequeno, mas já existem indicações de haver diferenças significativas, quando o patrimônio arqueológico é comparado com o conhecimento de outras situações do Nordeste brasileiro. O conhecimento gerado na elaboração deste PM identificou nove sítios arqueológicos pré-colombianos nos limites do PNCD e mais outros sete localizados próximos aos seus limites. Há probabilidade da ocorrência de mais oito sítios, pelo menos seis deles dentro do PNCD. Praticamente todos os sítios encontrados possuem pinturas rupestres que podem estar associadas a quatro tradições diferentes. Apenas um sítio está registrado no IPHAN, apontando para o ineditismo das informações que os sítios guardam, podendo-se esperar informações surpreendentes.

Os sítios arqueológicos históricos, como principal testemunho, retratam a história de ocupação e exploração das terras do PNCD, são muito ricos e têm extenso material para estudos, que vão gerar conhecimento sobre a nossa história e de como se davam as relações da exploração de recursos naturais com a economia da época. Todo este acervo encontra condições de proteção na UC e uma parte representativa de tudo que o envolve está sendo proposto neste PM para uso nos materiais e nas atividades de visitação pública, contribuindo para que a população brasileira possa se conhecer pelo que encontrará e conhecerá no local. Sem dúvida que o acervo arqueológico e histórico-cultural só tem a enriquecer as condições de riqueza ambiental do PNCD.

O PNCD já é destino turístico consagrado em âmbito nacional e mesmo internacional. O próprio governo do Estado da Bahia tem utilizado há anos imagens do PNCD como marcas do Estado. Por outro lado, isso se deve ao apelo que tais atrativos têm para as atividades ligadas a uma natureza conservada. Algumas comunidades locais já têm nos atrativos e nos serviços para os visitantes uma importante fonte de emprego e renda. Em alguns municípios a visitação e o turismo são essenciais no desenvolvimento local.

Desde o final de década de 1970 e início da década de 1980 do século passado, o turismo tem crescido em importância na região da chapada Diamantina, especialmente no PNCD, pois os principais atrativos estão situados em seu interior. Os apelos para a atração dos turistas são as belezas cênicas e peculiaridades ecológicas da região, embora, aos poucos os aspectos ligados à cultura local e ao patrimônio histórico e arqueológico têm, crescentemente, despertado a atenção dos visitantes.

A plena implantação do PNCD constitui-se, ainda mais, em um importante impulso para o desenvolvimento regional. Entre outros resultados, a ordenação do turismo levará à redução nos impactos ambientais negativos da atividade e favorecer, por meio da adequação e divisão do fluxo de visitantes, o desenvolvimento mais equânime das cidades que cercam o PNCD. A regulação das atividades da zona de amortecimento, como a pesca na região do Marimbus, a ocupação da região do pólo agrícola de Mucugê e Ibicoara, e a regularização dos assentamentos agrícolas vizinhos ao PNCD, entre outras ações, permitirão o fortalecimento e a sustentabilidade da economia regional.

Com tantos atributos presentes no PNCD, sua repercussão tem até mesmo extrapolado seu escopo como UC do sistema federal brasileiro, compondo estratégias internacionais no esforço de conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida, como é o caso das reservas da biosfera, estabelecidas pela UNESCO. O Parque está inserido nas Reservas da Biosfera (RB) da Caatinga e da Mata Atlântica, sendo que faz parte da zona-núcleo de ambas. Existem indicações de que futuramente as áreas de Cerrado do PNCD comporão a Fase IV da RB do Cerrado, bem como, em pouco tempo, deverá fazer parte da RB da Cadeia do Espinhaço, representando seu extremo norte.

Como já foi contextualizado, o PNCD representa uma situação ecológica única dentro do SNUC, não havendo situação similar presente em outra UC de proteção integral federal. Daí porque sua área, com tamanha diversidade, recebeu diferentes classificações para esforços de proteção de diferentes biomas. Foi considerada como extremamente prioritária, em âmbito nacional, para a conservação da Caatinga e prioritária para a conservação do Cerrado, condições reconhecidas pelo governo federal nos estudos que conduziu para identificar as áreas prioritárias para concentrar seus esforços oficiais.

Por tudo o que já foi dito, o PNCD apresenta um conjunto peculiar de atributos ambientais representados por sua fauna, flora, geologia, geomorfologia, hidrografia, espeleologia, história e arqueologia que não têm similares no Brasil. A gestão destes atributos deve ser realizada de forma a garantir sua conservação, a ampliar o conhecimento científico e a permitir que a população conheça e usufrua desse patrimônio ordenada e responsavelmente. Por outro lado, há que se propiciar a conciliação desta proteção com as possibilidades de geração de emprego e renda para a população local, sendo um vetor do desenvolvimento da economia local e regional.

Planejamento

- ✓ Visão Geral do Processo de Planejamento
- ✓ Histórico do Planejamento
- ✓ Avaliação Estratégica
- ✓ Objetivos Específicos do Manejo
- ✓ Zoneamento
- ✓ Normas Gerais
- ✓ Planejamento por Áreas de Atuação
- ✓ Cronograma Físico

ENCARTE 4 – PLANEJAMENTO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA

4.1 - Visão Geral do Processo de Planejamento

O Encarte 4 aborda o planejamento da Unidade de Conservação (UC), abrangendo também a sua zona de amortecimento. O diagnóstico feito nos encartes 2 e 3 sobre a região e área do PNCD, bem como os seus contextos internacional, nacional e estadual, retratados no encarte 1, serviram de base para o planejamento constante do Encarte 4.

Para o planejamento do Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD) foram utilizadas, além dos conhecimentos expressos nos encartes anteriores, os resultados obtidos no Seminário com os Pesquisadores, realizado no período de 14 a 18 de setembro de 2004, na cidade de Feira de Santana, Bahia (Anexo VI), na Oficina de Planejamento Participativo (OPP) realizada no período de 24 a 26 de novembro de 2004, no município de Andaraí (Anexo VII), nas reuniões abertas ocorridas em 35 localidades da área circundante da UC (Anexo V), nas contribuições oferecidas por alguns segmentos da sociedade, por meio da Câmara Técnica do Plano de Manejo do Conselho Consultivo (CONPARNA-CD) do Parque (Anexo VIII) e no conhecimento e vivência da equipe de planejamento sobre a realidade local.

Neste encarte são abordados os seguintes temas: i) o histórico do planejamento do Parque; ii) a análise estratégica da UC e sua região; iii) os objetivos específicos de manejo; iv) o zoneamento da unidade, atribuindo usos diferenciados para a área; v) a normatização que irá nortear os procedimentos gerais na UC e em sua zona de amortecimento; vi) as ações de manejo; e vii) o cronograma de implantação do PM.

O planejamento das ações está estruturado em uma abordagem programática (programas temáticos) para as atividades gerais internas e externas; e espacial (áreas estratégicas internas e externas) para atividades específicas. Estas ações estão também sistematizadas em uma matriz que permite destacar as propostas para áreas estratégicas ou programas temáticos de forma rápida e independente com vistas a sua implementação.

Dentro da concepção de planejamento como um processo, as propostas desenvolvidas para o Parque têm um horizonte temporal de cinco anos de implementação, distribuídas em um cronograma físico, no qual também são apontados os potenciais parceiros.

Algumas ações definidas neste PM necessitarão de um maior detalhamento para sua implantação. Tratam-se aqui de Projetos Específicos que comporão o Encarte 5, parte integrante deste documento e destinado à fase de implementação do planejamento.

Ainda considerando a construção processual do planejamento, a monitoria e avaliação do plano de manejo, que serão realizadas ao longo dos cinco anos de sua implementação, irão compor o Encarte 6 e fornecerão informações que, aliadas aos novos conhecimentos obtidos sobre o Parque e sua região, subsidiarão as revisões sucessivas, culminando em um ciclo de planejamento e proporcionando, assim, oportunidades de avanço constante.

4.2 - Histórico do Planejamento

Muito embora o PNCD tenha sido criado em 1985, pelo Decreto Federal Nº. 91.655, sua implantação vem ocorrendo de forma lenta e sem o suporte de um planejamento que oriente e normatize as atividades desenvolvidas na área, afora a legislação pertinente.

Em novembro de 2003, o IBAMA deu inicio ao Plano de Manejo do PNCD visando instrumentalizar a Unidade no atendimento aos objetivos preconizados para a sua categoria de manejo, quais sejam: a preservação dos recursos naturais e proteção aos sítios histórico-culturais inseridos na área, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento das atividades de recreação e lazer em contato com a natureza, educação ambiental e pesquisa científica.

A partir da década de 1980 uma política do Governo do Estado da Bahia, por meio da divulgação e instalação de infra-estrutura de apoio ao turismo e de ações da iniciativa privada estabelecida e

atuante na região, atraiu turistas nacionais e internacionais para a chapada Diamantina em busca de turismo de aventura e contato com a natureza. O incremento do turismo na área do Parque sem um planejamento adequado trouxe para a UC diversos problemas.

Este contexto determinou a urgência de se iniciar os levantamentos do PM pelos atrativos turísticos mais utilizados pelo público visitante. A partir disso, foi desenvolvido, pela equipe de elaboração do PM, um planejamento rápido para organizar a visitação pública, chamado Plano Emergencial de Uso Público (PEUP), como instrumento temporário de ordenamento da atividade e, mediante sua implantação e seu monitoramento, obter subsídios para as propostas de manejo da visitação no Parque.

O PEUP foi elaborado como documento preliminar contendo uma estratégia de controle da visitação mediante a normatização do uso de 25 atrativos naturais e três atividades esportivas que permaneceriam abertas ao público no PNCD. A sua utilização seria feita com agendamento prévio e dentro de uma capacidade de suporte pré-estabelecida. O monitoramento das atividades daria base para a definição futura da capacidade de absorção dessa atividade no Parque.

A partir deste Plano, foi promovida uma OPP envolvendo os setores ligados às atividades turísticas da região, bem como representantes das prefeituras locais e técnicos do IBAMA e contou com a participação de 32 pessoas na discussão do tema.

Dentre as propostas apresentadas e discutidas, cinco atrativos e duas atividades esportivas foram aprofundadas e escolhidas para compor o PEUP, em uma fase experimental de três meses. Após este período, os resultados seriam avaliados e o plano complementado com outros atrativos num processo de construção gradual e participativo.

O PEUP ficou restrito às seguintes áreas: Travessia Fumaça por Baixo, Trilha da Fumaça por Cima, Travessia Capão-Lençóis, Travessia do Vale do Pati e Cachoeira do Sossego. Os critérios de escolha foram a pressão de uso e a necessidade de intervenções. As atividades de escalada e rapel, em pontos específicos do Parque, foram também normatizadas.

Muito embora tenha havido a preocupação do envolvimento da sociedade na construção de uma proposta de ordenamento da atividade de visitação na UC, esta não veio a ser concretizada, em função da mobilização de grupos de interesses contrários ao Plano. O Ibama entendeu ser estratégico aguardar a conclusão do Plano de Manejo para a efetiva normatização do uso público na área do Parque.

Paralelo ao PEUP, foi dado início aos levantamentos de dados para o plano de manejo, que se concretiza nesta oportunidade trazendo contribuições de diferentes momentos de participação social e incluindo também algumas proposições constantes do planejamento anterior.

4.3 - Avaliação Estratégica do Parque Nacional da Chapada Diamantina

Uma análise da situação interna do PNCD e das condições da região onde este se insere propicia uma avaliação dos fatores que impulsionam ou dificultam a UC cumprir com os objetivos de sua criação, proporcionando assim uma avaliação estratégica da área.

A situação interna do PNCD tem sua avaliação baseada nos pontos fracos (problemas) e nos pontos fortes (condições favoráveis) identificados na UC, que dificultam ou favorecem, respectivamente, o cumprimento de seus objetivos.

De forma similar, a análise do cenário externo à UC, considerando aqui as abrangências local, regional, nacional e internacional, identifica as ameaças e oportunidades que podem comprometer ou favorecer o cumprimento dos objetivos de um Parque Nacional.

À luz das forças impulsoras e restritivas, identificadas para a UC e sua região, são traçadas premissas ofensivas ou de avanço e defensivas ou de recuperação, orientando assim as grandes linhas de ação do planejamento.

Os fatores que compõem a avaliação estratégica do PNCD foram levantados por ocasião da OPP ocorrida em Andaraí, que contou com a participação de representantes da sociedade civil organizada, prefeituras locais, órgãos estaduais e federais, universidades, moradores, produtores e operadores de turismo locais.

Discussões realizadas ao longo do processo de planejamento, observações repassadas pela comunidade local nas diversas reuniões abertas e contribuições da comunidade científica aportadas na Oficina de Pesquisadores permitiram aprofundar a análise dos fatores que compõem a avaliação estratégica e traçar as premissas que serviram de base para o Planejamento.

4.3.1 - Matriz de Avaliação Estratégica

O Quadro 8 sistematiza a avaliação estratégica do PNCD em uma matriz na qual o ambiente interno e externo são analisados sob o ponto de vista de suas forças restritivas e impulsoras, em um cruzamento que aponta as premissas defensivas ou de recuperação e as ofensivas ou de avanço.

4.3.2 - Análise da Situação Atual do Parque Nacional da Chapada Diamantina

Analisando a Matriz de Avaliação Estratégica pode-se verificar a presença de diversas forças restritivas e impulsionadoras tanto no ambiente interno quanto no ambiente externo da UC, que refletem as características que lhe são intrínsecas, as deficiências, os conflitos, o envolvimento da sociedade e o grau de conservação do meio ambiente da UC e seu entorno que favorecem ou dificultam o seu manejo.

4.3.2.1 - Ambiente Interno

4.3.2.1.1 - Forças Restritivas

Foram identificadas, no ambiente interno da UC, deficiências de pessoal, financeira e administrativa, que contribuem para uma insuficiência nas suas ações, tanto na proteção e manejo da área, quanto na interação com seu entorno.

A cultura do fogo, a criação extensiva de gados e o desmatamento, que persistem nas comunidades residentes e circunvizinhas, aliados à insuficiência de ações de educação e sensibilização ambiental, à deficiência de infra-estrutura e ao pouco entendimento entre o Parque e as comunidades, favorecem a grande incidência de queimadas na área do Parque, consumindo grande parte dos seus esforços operacionais.

As belezas naturais existentes na área, refletidas nas inúmeras cachoeiras, cavernas, sítios histórico-arqueológicos e ambientes propícios à prática de esportes da natureza, vêm atraindo cada vez mais visitantes ao Parque. Por este não se encontrar estruturado e planejado para receber a visitação, a mesma tem ocorrido de forma desordenada. A falta de informação, de controle e a ausência de limites no número de pessoas nas trilhas e nos abrigos naturais (tocas, lapas, cavernas etc.) trazem significativos impactos ambientais negativos à UC.

Na região da chapada Diamantina, as atividades garimpeiras remontam ao século XIX. A mineração foi a grande propulsora da ocupação da região, levando a profundas modificações na paisagem. Muito embora a existência do Parque implique na proibição destas atividades em sua área, ainda hoje ocorrem o uso de dragas, em menor escala que no passado, e de garimpos manuais. Sua ocorrência pode ser atribuída à deficiência estrutural da UC, que dificulta o controle e a fiscalização em seus limites.

Pelos motivos expostos no parágrafo anterior, também permanecem ações de extração de plantas nativas, notadamente sempre-vivas e orquídeas, bem como pressões de caça e pesca dentro da UC.

Quadro 8: Matriz de Avaliação Estratégica para o Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

Matriz de Avaliação Estratégica			
	Ambiente Interno	**Ambiente Externo**	**Premissas**
	Pontos Fracos	**Ameaças**	**Defensivas ou de Recuperação**
Forças Restritivas	Deficiência de pessoal, financeira e administrativa para a gestão do Parque.	Deficiência na fiscalização ambiental e sanitária.	Fortalecer a UC por meio da ampliação de pessoal capacitado e do aparelhamento para o desenvolvimento de suas atividades.
	Insuficiência de ações de educação ambiental para as comunidades locais.	Informações e educação ambiental insuficientes para a população do entorno.	Elaborar e implantar um programa amplo de educação ambiental voltado para as questões do Parque e seu entorno.
	Ações incendiárias praticadas pela população do entorno e deficiência de políticas de prevenção de incêndios.	Cultura do fogo e do desmatamento existente na região.	Desenvolver ações de prevenção, perícia e responsabilização, sensibilização e combate as questões do fogo.
	Uso turístico desordenado, em especial a ausência de limites para a visitação nas trilhas e nos abrigos naturais (tocas, lapas, cavernas etc.).	Estímulo de órgãos públicos estaduais e municipais, além de entidades privadas, para o turismo no Parque, mesmo sem normas de uso público.	Ordenar a visitação e estruturar o Parque de acordo com seu potencial, para atender às demandas turística e ambiental.
	Inexistência de infra-estrutura, controle e informação, visando o apoio ao visitante.	Ocorrência de turismo de massa e turismo desordenado.	Associar-se a instituições de turismo municipais, estaduais e federais no desenvolvimento de políticas de turismo de baixo impacto para a região.
	Inexistência de estudos e projetos para a recuperação de áreas degradadas.	Deficiência no apoio a projetos de recuperação de áreas degradadas e de conservação ambiental.	Definir políticas e programas para a recuperação de áreas degradadas e para a adoção de práticas de conservação ambiental.
	Ocorrência de desmatamento.	Não-estabelecimento e manutenção das reservas legais e desrespeito as áreas de preservação permanente (APP) na maioria das propriedades do entorno.	Promover e apoiar ações voltadas para o estabelecimento de reservas legais e para a manutenção de APP na região do Parque, bem como manter o controle sobre estas áreas e a UC.
	Existência de garimpo (diamante), especialmente com utilização de dragas, e retirada de cristais.	Reinício de atividades mineradoras.	Articular junto aos órgãos responsáveis pela extração mineral no país para controlar o licenciamento, a pesquisa e a extração mineral no entorno do Parque.

continua...

Matriz de Avaliação Estratégica			
	Ambiente Interno	**Ambiente Externo**	**Premissas**
	Pontos Fracos	**Ameaças**	**Defensivas ou de Recuperação**
Forças Restritivas	Existência de pesquisa ilegal de minério no Parque.	Existência de pesquisa ilegal de minério no entorno da UC.	Articular com instituições de pesquisa para o desenvolvimento de técnicas de cultivo de espécies nativas exploradas comercialmente no Parque e na região, para apoio a definição e adoção de medidas de controle dos seus usos.
	Retirada de plantas, como sempre-vivas e orquídeas.	Retirada de plantas, como sempre-vivas e orquídeas.	Intensificar a ação fiscalizatória da UC e região e a sensibilização ambiental junto as populações residentes e do entorno.
	Ocorrência de caça e pesca no Parque	Ocorrência de caça e pesca no entorno da UC	Desenvolver ações no sentido de melhorar a aproximação e o entendimento do Parque com as comunidades e cidades da região.
	Pouco entendimento entre o Parque e as comunidades.	Práticas incorretas de agricultura irrigada e uso inadequado de agrotóxicos nas propriedades do entorno.	Proceder à regularização das terras do Parque, repassando o seu controle para a administração da UC, assegurando a sua total desocupação.
	Situação fundiária não regularizada.	Inexistência de saneamento básico e de gestão de resíduos sólidos nas cidades e comunidades do entorno da UC.	Divulgar junto aos agropecuaristas práticas alternativas de baixo impacto para estas atividades na região.
	Existência de gado (bovino, eqüino e caprino) no interior do Parque.	Inexistência de planos diretores / política ambiental na maioria dos municípios do entorno do Parque.	Articular com governos e organizações não-governamentais (ONG) a implantação de políticas adequadas para o saneamento básico.
		Ocorrência de especulação imobiliária e ocupação desordenada no entorno (loteamentos, assentamentos, agricultores, pecuaristas, invasões e outros).	Incentivar o estabelecimento, pelas prefeituras locais, de políticas adequadas de uso e ocupação do solo e outras práticas conservacionistas.
		Pouca oferta de emprego e baixa renda das comunidades locais.	Buscar alternativas econômicas para a região.

continua...

Matriz de Avaliação Estratégica			
	Ambiente Interno	**Ambiente Externo**	**Premissas**
	Pontos Fortes	**Oportunidades**	**Ofensivas e de Avanço**
Forças Impulsoras	Alta biodiversidade existente na área do Parque e preservação de ecossistemas específicos em mosaicos, inclusive refúgio ecológico.	Proteção da bacia do rio Paraguaçu, como bem estratégico para o mundo, o Brasil e, em especial, o Estado da Bahia.	Zelar para que a UC cumpra os objetivos pelos quais foi criada, em especial a proteção e a pesquisa científica.
	Existência de nascentes de vários rios da bacia do rio Paraguaçu dentro do Parque.	Presença de atrativos turísticos de grande beleza em todo o entorno da UC.	Assegurar a proteção do potencial hídrico da região do Alto Paraguaçu e envolver-se com os comitês de bacias, integrando-os.
	Área propícia para ecoturismo, turismo de aventura e científico.	Interesse do entorno em desenvolver o turismo cultural, rural e agroturismo.	Estabelecer ações voltadas à visitação de mínimo impacto, potencializando diferenças e interesses e harmonizando o uso dos atrativos naturais da região.
	Existência de trilhas históricas e consagradas.		Dar destaque ao patrimônio histórico e cultural da região, por meio da sua proteção, pesquisa e visitação.
	Inacessibilidade ou dificuldade de acesso a determinadas áreas, contribuindo para a proteção da UC.	Tombamento das localidades e monumentos culturais e naturais no entorno da UC.	Conciliar interesse da UC e entorno com as ações das instituições de pesquisa, extensão, ensino e educação ambiental que atuam na região e outras que tenham potencial para tal.
	Ocorrência de sítios arqueológicos e históricos, bem como edificações históricas.	Existência de projetos de pesquisa, extensão e educação ambiental da UEFS e outras instituições de ensino superior e pesquisa na região.	Manter e exercitar filosofia participativa e outras formas de parceria na gestão da UC.
	Área propícia e com alto potencial para pesquisa.	Possibilidade de parcerias nos setores público e social para gestão do Parque.	Incentivar, ampliar e fortalecer o voluntariado na UC, especialmente no caso das brigadas de combate a incêndios.
	Sociedade civil organizada protetora do Parque: brigadas, ecologistas, associações de condutores de visitantes etc.		
	Gestão participativa em implantação.		
	Existência e atuação das brigadas voluntárias de combate a incêndios florestais.		

continua...

Matriz de Avaliação Estratégica			
	Ambiente Interno	**Ambiente Externo**	**Premissas**
	Pontos Fortes	**Oportunidades**	**Ofensivas e de Avanço**
Forças Impulsoras	Motivação e qualificação dos funcionários da UC.	Cultura popular e conhecimento não-acadêmico da comunidade do entorno.	Inserir o conhecimento popular nas atividades do Parque e entorno.
		Existência da prática de agrofloresta e meliponicultura no entorno do Parque.	Apoiar iniciativas governamentais e da sociedade civil no fortalecimento das comunidades agrícolas e as práticas produtivas de baixo impacto, como alternativas de geração de emprego e renda.
		Existência do Programa Escola Família Agrícola (EFA) na região.	Zelar pela manutenção da auto-estima e bom desempenho da equipe do Parque, por meio de fortalecimento institucional e incentivos funcionais.

Dentre as deficiências estruturais referidas acima, a falta de regularização da situação fundiária é uma restrição fundamental que tem dificultado a implantação do Parque. Sem ela, não é possível implantar infra-estrutura, implementar o uso público ordenado na UC, recuperar áreas degradadas, entre outras ações de manejo que assegurem a preservação dos ambientes existentes na área.

4.3.2.1.2 - Forças Impulsoras

O PNCD é caracterizado por apresentar uma alta biodiversidade, com mosaicos de ecossistemas, incluindo refúgios ecológicos. Também é onde se localizam numerosas nascentes de rios da bacia do rio Paraguaçu, o qual abastece a região metropolitana de Salvador. Em seus domínios ocorrem diversos sítios arqueológicos e históricos. Estes valores justificaram a sua criação e demandam um amplo esforço para manter protegida esta área.

O Parque possui grande potencial para a realização de pesquisas científicas, contudo ainda há pouco conhecimento científico dos seus aspectos bióticos e abióticos. A ampliação deste conhecimento, que poderá subsidiar o manejo da UC, pode ser favorecida pela presença de universidades na região e pelo interesse da comunidade científica em buscar esta área para o desenvolvimento de seus estudos.

As belezas cênicas e os atributos naturais descritos acima tornam esta área propícia para o ecoturismo, o turismo de aventura e o turismo científico. Soma-se a isto a existência de trilhas históricas, muitas das quais já consagradas pelo uso turístico.

Apesar das deficiências estruturais apontadas anteriormente, a inacessibilidade ou a dificuldade de acesso a determinadas áreas contribuem para a preservação da UC. Além disso, a existência e atuação das brigadas voluntárias de combate a incêndios florestais e de outros setores da sociedade civil organizada, como ecologistas e associações de condutores de visitantes favorecem a proteção do Parque.

A filosofia de gestão do PNCD e o controle social, exercido principalmente pelo Conselho Consultivo, dão suporte às ações e projetos da Unidade, aproximam a sociedade e favorecem o entendimento dos objetivos da UC.

4.3.2.2 - Ambiente Externo

4.3.2.2.1 - Ameaças

Existe, na área circundante ao Parque, uma deficiência nas ações de fiscalização ambiental. Por se tratar de competência de todas as instâncias governamentais e, ao mesmo tempo, não haver estrutura física e de pessoal suficiente destas instituições para atender à demanda, tem-se uma grande pressão sobre os recursos naturais da região.

Além da fiscalização ambiental, percebe-se o mesmo contexto em relação à fiscalização sanitária, o que implica em prejuízo à qualidade de vida das populações do entorno do Parque.

A falta de oferta de emprego e a baixa renda predominante na região levam a população a praticar atividades impactantes como a mineração, o turismo desordenado, o extrativismo vegetal, a caça, entre outras.

O uso de fogo nas práticas agropecuárias e para limpeza de áreas para outros fins é uma atividade ancestral que permanece até os dias de hoje, causando sérios danos ao solo, à flora e a fauna. A deficiência de políticas de difusão de alternativas ao uso do fogo e ações insuficientes de prevenção de queimadas propiciam a ocorrência de incêndios que ameaçam a integridade do PNCD.

O turismo de massa que ocorre hoje na Chapada Diamantina pressiona a UC com uma sobrecarga de visitantes em locais mais acessíveis, impactando de forma intensa os ecossistemas locais.

Embora haja a previsão legal de que as propriedades rurais tenham que estabelecer e manter reservas legais e áreas de preservação permanente (quando cabível), a maioria não cumpre com estes preceitos legais. Este fato potencializa o isolamento ecológico dos ambientes do PNCD. Além disto, iniciativas de projetos de recuperação de áreas degradadas e de conservação ambiental são inexpressivas ou deficientes.

Práticas incorretas de agricultura irrigada, o uso inadequado de agrotóxicos nas propriedades do entorno, a inexistência de saneamento básico e a gestão deficitária de resíduos sólidos urbanos podem comprometer os recursos hídricos que cruzam o PNCD.

Ocorrência de especulação imobiliária e ocupação desordenada no entorno (loteamentos, assentamentos, invasões e outros) são uma conseqüência da inexistência ou do desrespeito aos planos diretores e de políticas ambientais na maioria dos municípios do entorno do Parque. Tais fatores contribuem para a redução da biodiversidade da região e para o isolamento ecológico da UC.

4.3.2.2.2 - Oportunidades

A presença de atrativos turísticos no entorno, como os monumentos culturais e naturais de grande beleza cênica, potencializam o interesse turístico pela região e possibilita uma interação do PNCD com os municípios da região, por meio da promoção de oportunidades de lazer e empregos, fortalecendo a economia regional e auxiliando a reduzir a pressão sobre os recursos naturais do Parque. Diversos setores do entorno já manifestaram interesse em desenvolver o turismo cultural e rural, bem como o agroturismo.

A atuação das instituições acadêmicas, por meio da pesquisa, ensino e educação ambiental, aliada ao conhecimento não-acadêmico das comunidades do entorno podem subsidiar o aprimoramento do manejo do PNCD.

A possibilidade de parcerias com o setor público e privado para a gestão do Parque favorece a ampliação da capacidade operacional do PNCD.

O programa Escola Família Agrícola (EFA), que promove a educação entre as famílias de agricultores de baixa renda, pode ser um excelente parceiro na difusão de técnicas agrícolas ambientalmente corretas, como a agrofloresta, a agricultura orgânica, a meliponicultura, entre outras. Tais técnicas começam a ser aplicadas nas comunidades rurais do entorno e aparecem como uma possibilidade de mudança de atitude na população rural.

4.3.2.2.3 - Premissas

Considerando o cenário interno e externo, foram estabelecidas para este Plano de Manejo, 35 premissas, descritas no Quadro 8, que serviram de orientação na construção da estratégia de manejo do Parque.

4.4 - Objetivos Específicos de Manejo

- Proteger uma grande e única amostra de ambientes onde ocorrem simultaneamente os biomas Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica, especialmente suas áreas de contato (ecótono, transição ou tensão) de alta biodiversidade.
- Proteger extensas e ricas áreas de campos rupestres e suas diferentes fitofisionomias consideradas específicas da Chapada Diamantina, centro de dispersão deste tipo vegetacional.
- Garantir a proteção das espécies endêmicas de sempre-viva, em especial a sempre-viva-de-mucugê Syngonanthus mucugensis, que ocorrem somente na região do PNCD.
- Garantir a proteção de espécies de plantas endêmicas da serra do Sincorá, na qual o PNCD está inserido, como: as orquídeas *Sophronitis sincorana, Sophronitis pfisterii, Thelyschista ghillanyi* e *Adamantinia miltonioides*; a malva *Rayleya bahiensis*; o côco-de-vaqueiro *Syagrus harleyi*; as bromélias *Cryptanthus diamantinensis, Orthophythum albopictum* e *Neoregelia mucugensis*; o cacto *Pierrebraunia bahiensis*; o lírio-vermelho *Hippeastrum solandrifolium*; o são-joão *Chamaecrista sincorana*; as caliandras *Calliandra sincorana* e *Calliandra*

mucugeana; o velame *Croton sincorensis*; o ruibarbo *Trimezia sincorana*; *Oxydectes sincorensis; Eriope sincorana, Cuphea sincorana, Heteropterys sincorensis, Cambessedesia sincorensis, Lavoisiera mucugensis, Microlicia mucugensis, Rhexia sincorensis, Sauvagesia nitida, Phyllanthus sincorensis*, a canela-de-ema *Vellozia sincorana* e *Xyris sincorana*, entre outras.

- Ampliar o conhecimento e valorizar as diferenças e similaridades entre os ambientes graminosos do Parque, denominados campos gerais, especialmente os gerais do Rio Preto, dos Veiras, do Machobongo e do Gobira.
- Garantir a proteção e manutenção dos remanescentes das diversas fisionomias de Mata Atlântica – floresta estacional semidecidual (mata de planalto) e floresta ombrófila (de encosta e de grotão) e matas ciliares existentes.
- Ampliar o conhecimento e definir as diferenças e similaridades existentes entre os fragmentos florestais do Parque.
- Garantir a proteção das diversas fitofisionomias de Cerrado, tanto das áreas de campos limpos e campos sujos – os campos gerais referidos acima – como das áreas de cerrado estrito senso existentes junto à encosta oeste da serra do Sincorá.
- Ampliar o conhecimento e garantir a preservação das espécies de epífitas vasculares existentes tanto nas áreas florestais como sobre as canelas-de-ema *Vellozia* spp.
- Propiciar condições para atrair pesquisas científicas que identifiquem os fatores que determinaram a evolução e conseqüente formação do mosaico da cobertura vegetal existente.
- Assegurar os processos ecológicos naturais que vigoram e garantem a existência do Marimbus, área alagada e brejosa a leste do Parque, ambiente único também chamado de pantanal da Chapada Diamantina.
- Garantir a conservação da rica drenagem do Parque, fornecedor de água para a região e ainda o seu papel como área de coleta e recarga do rio Paraguaçu, o mais importante supridor de água para cerca de oitenta municípios da Bahia, além da capital Salvador.
- Promover o detalhamento dos estudos do patrimônio arqueológico, especialmente os sítios de arte rupestre das tradições São Francisco, Planalto, Agreste e Nordeste.
- Proporcionar aos visitantes, o acesso ao rico potencial natural do Parque, único a associar diferentes graus de dificuldade e distância para caminhadas e escaladas, assim como outras atividades de convívio com a natureza de grande beleza cênica.
- Explorar os recursos cênicos no desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental.
- Oferecer e associar oportunidades turísticas como alternativas ao desenvolvimento econômico da população, potencializando o papel do Parque como deflagrador de setores da economia local e regional.
- Contribuir com o desenvolvimento econômico do entorno em bases sustentáveis, principalmente por meio da difusão do aproveitamento dos serviços ambientais em bases mais justas, às quais deverão ser praticadas na Zona de Amortecimento, servindo como modelo.
- Garantir a conservação das espécies da fauna nativa, em especial daquelas ameaçadas ou em perigo de extinção, como suçuarana Puma concolor, onça-pintada *Panthera onca*, macaco-prego-do-peito-amarelo *Cebus xanthosternos*, barbado *Allouatta caraya*, meleiro *Eira barbara*, caititu *Tayassu tajacu* e tamanduá-bandeira *Myrmecophaga tridactyla*, entre outros.
- Ampliar o conhecimento e definir estratégias de manejo e preservação do beija-flor-gravata-vermelha *Augastes lumachella*.
- Difundir o papel histórico das áreas onde ocorreu a mineração de diamantes, principal responsável pela formação das cidades e da cultura do povo da região.
- Preservar extensas paisagens e monumentos geológicos de inigualável beleza cênica nos cenários nacional e internacional.
- Proteger o patrimônio geológico e suas expressões nas diversas formações existentes no Parque, especialmente os relacionados ao período Tercio-quaternário.
- Assegurar a integridade dos ambientes onde há ocorrência de diamantes e cristais.
- Ampliar o conhecimento do patrimônio espeleológico de modo a preservá-lo e propiciar a visitação em algumas de suas expressões.

- Garantir que o Parque seja visto e entendido como um símbolo harmonizador das relações entre os seres humanos e a natureza, contribuindo, também, nas questões ambientais globais.

4.5 - Zoneamento

O zoneamento de uma unidade de conservação é um instrumento de planejamento que objetiva diferenciar os usos atribuídos a sua área conforme suas características, potencialidades, e usos atuais.

O entendimento dado para o zoneamento na Lei Nº. 9.985, de 18/07/2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), traz no Art. 2º, Inciso XVI: "definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz".

A mesma Lei estabelece para as UC de proteção integral a exigência da definição da zona de amortecimento (ZA) no seu entorno. A ZA pode ser definida no ato de criação ou posteriormente. Por outro lado, a Lei indica que o PM tem que fazer uma abordagem sobre a ZA.

O Roteiro Metodológico de Planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica (Galante *et alii*, 2002) insere no zoneamento da UC a descrição e normatização da sua ZA.

O zoneamento do PNCD abrangerá a área da UC e seu entorno, definindo aqui uma proposta de limite para a ZA e as normas de uso e ocupação do solo.

4.5.1 - Organização do Zoneamento

O Parque foi dividido em dez categorias de zoneamento (Figura 48, 49, 50, 51, 52). Todas estas, com exceção da Zona Primitiva, foram subdivididas em segmentos por não serem constituídas por áreas contíguas. O zoneamento do PNCD aborda as definições, objetivos e normas de cada zona, que são extensivos a cada um de seus segmentos.

4.5.1.1 - Zona Intangível

Definição

A Zona Intangível (ZI) caracteriza-se pelo mais alto grau de conservação ambiental em relação às outras zonas, onde o meio natural, físico e biótico, permanece o mais preservado possível, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação. Seus ecossistemas, flora e fauna, têm altos valores ligados à biodiversidade, como valor para a herança humana, para o equilíbrio do ambiente, ético, científico ou mesmo pelo próprio desconhecimento que se tem sobre eles. Funciona como matriz de repovoamento de outras zonas, nas quais são permitidas atividades humanas regulamentadas.

Objetivo Geral

Essa zona é dedicada à proteção integral de ecossistemas e dos recursos genéticos. O seu objetivo básico de manejo é a preservação, garantindo a evolução natural, a preservação máxima dos ecossistemas sobre diferentes tipos de relevo, em terrenos susceptíveis e contendo diversas nascentes. Sua ação fundamental é o monitoramento ambiental.

Objetivos Específicos

- Proteger nascentes dos rios Garapa, Roncador, Caldeirão, Samina, Timbozinho, Invernada, entre outros, importantes contribuintes da bacia hidrográfica do alto curso do rio Paraguaçu, e assegurar os padrões normais da sua qualidade de água.
- Proteger amostras de vegetação típica de campos rupestres, matas ciliares, pluvionebulares, estacionais semideciduais e deciduais, além de transições entre estes tipos vegetacionais.
- Assegurar a preservação e sobrevivência de populações de espécies da fauna como a onça-pintada *Panthera onca* e o barbado *Alouatta caraya*, ambas espécies ameaçadas na região da Chapada Diamantina.

- Assegurar a preservação dos ambientes de ocorrência de espécies da flora características de remanescentes da área core da Mata Atlântica, como o palmito Euterpe sp. e as bromélias *Vriesea* spp., *Alcantarea nahoumii* e *Orthophytum* spp.
- Proteger os ambientes de ocorrência de espécies da flora sensíveis, tais como a sempre-viva-de-mucugê *Syngonanthus mucugensis*, as caliandras *Calliandra leptopoda*, *C. mucugeana* e *C. sincorana*, o são-joão *Chamecrista sincorana*, o velame *Croton sincorensis*, o ruibarbo *Trimezia sincorana*, as orquídeas *Sophronitis* spp., *Thelyschista ghillanyi* e *Veyretia sincorensis* e as canelas-de-ema *Vellozia sincorana* e *V. punctulata*.
- Garantir a preservação de amostras de feições geomorfológicas e aspectos cênicos de significativa beleza e característicos da chapada Diamantina.

Normas

- A fiscalização deve ser constante, periódica e sempre que houver indícios de alguma irregularidade.
- As atividades de fiscalização devem ser por terra, a pé e aérea.
- Não são permitidas quaisquer instalações de infra-estrutura física e/ou facilidades, com exceção daquelas eventuais que forem estritamente necessárias para ações de resgate, contenção de erosão, deslizamentos e outras imprescindíveis para a proteção da Zona.
- Os pesquisadores e funcionários devem conduzir todo os resíduos sólidos (orgânico e inorgânico) que produzirem nessas áreas para local adequado fora do PNCD.
- As atividades de pesquisa e monitoramento deverão ser devidamente autorizadas pelo órgão gestor da Unidade e devem ser direcionadas para atingir os objetivos da UC, sendo vedada qualquer forma de visitação pública.
- A abertura de trilhas e/ou picadas e o uso de fogueiras não serão permitidos.
- Somente serão admitidas coletas botânicas, zoológicas, geológicas, pedológicas e arqueológicas (exceto escavações) quando não sejam possíveis em quaisquer outras áreas e desde que comprovada cientificamente suas excepcionalidades, não afetando a estrutura e dinâmica das espécies, populações e comunidades biológicas, bem como a estrutura geomorfológica.
- As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais.

Descrição da Zona

A ZI do PNCD está subdivida em três segmentos a saber:

a) Segmento Machobongo: Tem início na nascente oeste do Rio Jibóia no ponto 255374; 8538521 (ponto 1); Segue por este rio até encontrar a cota de altitude de 1080m no ponto 257780; 8539391 (ponto 2); Segue por esta cota até o ponto 258786.400; 8539877.400 (ponto 3) de onde segue uma linha reta sentido norte – nordeste até o pico de 1117m no ponto 258909.739; 8542166.529 (ponto 4); Daí segue por linha reta sentido leste-nordeste até encontrar a cota de altitude de 840m no ponto 261734.500; 8542613.900 (ponto 5); Segue por esta cota, sentido norte, até o ponto 259429.605; 8553158.849 (ponto 6); daí segue linha reta, sentido oeste, até a cota de 880m no ponto 259146.500; 8553114.200 (ponto 7); Segue por esta cota até o ponto 258080.908; 8553876.669 (ponto 8); segue em linha reta, sentido oeste, até a cota de altitude de 1240m no ponto 254879.440; 8554179.898 (ponto 9); Segue por esta cota até o ponto 253664.200; 8554263.500 (ponto 10); Segue em linha reta sentido sudoeste até encontrar a cota de altitude de 1.120m no ponto 251044.000; 8552353.900 (ponto 11); Segue por esta cota até o ponto 249900.530; 8551782.872 (ponto 12); Segue em linha reta, sentido oeste-sudoeste, até atingir um rio no ponto 249269.435; 8551571.348 (ponto 13); Segue por este rio, sentido sudoeste, até sua intersecção com outro rio no ponto 248094.000; 8550270.000 (ponto 14); Segue por este rio, sentido sudeste, até sua nascente no ponto 250541.900; 8546031.400 (ponto 15); Segue em linha reta, sentido sul, até encontrar a cota de altitude de 1.240m no ponto 250644.797; 8544081.473 (ponto 16); segue por esta cota, sentido sudeste, até o ponto 254955.000; 8538590.000 (ponto 17); Daí segue em linha reta, sentido leste, até encontrar o ponto 1.

b) Segmento Serra da Contigüiba: tem início na nascente de um rio no ponto 238600; 8568237 (ponto 1). Segue por este rio até seu encontro com outro rio no ponto 243424.449; 8568042.313 (ponto 2); daí segue por este rio, sentido norte-noroeste, até o ponto 242219.523; 8569723.967

(ponto 3); segue em linha reta, sentido norte, até atingir a cota de altitude de 960m no ponto 242063.299; 8570609.459 (ponto 4); segue por esta cota, sentido norte, até o ponto 241611.087; 8574056.984 (ponto 5); segue em linha reta, sentido norte, até atingir a cota de altitude de 840m no ponto 241546.847; 8574397.661 (ponto 6); segue por esta cota, sentido oeste, até o ponto 239602.001; 8579915.999 (ponto 7); segue em linha reta, sentido noroeste, até o ponto 238426.000; 8580654.000 (ponto 8), na cota de 1.280m; segue por esta cota, sentido noroeste, e depois sul até o ponto 235888.000; 8575689.000 (ponto 9); segue em linha reta, sentido sul, até a cota de 1.240m no ponto 235940.408; 8574426.142 (ponto 10); segue por esta cota até o ponto 238107.800; 8568125.900 (ponto 11), de onde segue em linha reta, sentido leste, até encontrar o ponto 1.

c) Segmento Vale do Roncador: Inicia-se no ponto 241773.600; 8589077.016 (ponto 1) na cota de 840m e segue por esta cota, sentido norte até o ponto 241554.900; 8589412.700 (ponto 2); segue em linha reta até sentido noroeste o ponto 241344.500 ; 8589522.900 (ponto 3) na mesma cota de altitude; segue por esta cota até o ponto 241138.154; 8589994.236 (ponto 4); Segue em linha reta sentido noroeste até o ponto 240572.640; 8590340.843 (ponto 5), na mesma cota; continua pela cota até o ponto 239643.644; 8592806.911 (ponto 6); segue em linha reta sentido norte nordeste até o pico de 962 m no ponto 239120.067; 8594898.185 (ponto 7); daí segue linha reta sentido noroeste até o ponto 238197.900; 8596425.400 (ponto 8) na cota de altitude de 880m; segue por esta cota até encontrar o rio Caldeirão no ponto 236723.364; 8597398.124 (ponto 9); segue em linha reta, sentido noroeste, até a cota de altitude de 1200m, no ponto 236332.300; 8598218.000 (ponto 10); segue por esta cota até o ponto 236346.700; 8599191.300 (ponto 11); daí segue em linha reta sentido nordeste até o ponto 236648.010; 8599639.364 (ponto 12) na nascente de um rio; segue por este rio em sentido norte até sua foz em outro curso d'água no ponto 236323.800; 8601071.900 (ponto 13); segue daí em linha reta sentido noroeste até o ponto 235137.466; 8602548.958 (ponto 14) localizado na cota de altitude de 1160m. daí segue linha reta sentido oeste- noroeste até atingir a cota de altitude de 1280m no ponto 233285.111; 8603490.296 (ponto 15); segue por esta cota até atingir o ponto 231458.900; 8600931.100 (ponto 16); daí segue em linha reta sentido sudeste até o ponto 232088.400; 8600214.800 (ponto 17) na cota de altitude de 1360m; segue por esta cota sentido sul até o ponto 232486.600; 8597330.400 (ponto 18); segue em linha reta sentido sul até o ponto 232625.499; 8594531.265 (ponto 19) onde encontra a cota de altitude de 1360m; segue por esta cota até o ponto 232388.840; 8593050.824 (ponto 20). Daí segue por linha reta, sentido sudeste, até a cota de altitude de 1280m no ponto 233498.827; 8592095.277 (ponto 21); segue por esta cota até o ponto 235083.352; 8587973.777 (ponto 22), de onde segue linha reta sentido sudeste passando pelo pico de 1296m no ponto 235814.051; 8587614.136 (ponto 23), e pelo pico de 1450m no ponto 236853.012; 8586894.855 (ponto 24); Daí segue em linha reta sentido leste até o ponto 238771.702; 8586723.479 (ponto 25), na nascente de um rio; daí segue linha reta sentido nordeste até o ponto 240718.100; 8587996.000 (ponto 26); e daí segue a nordeste até encontrar o ponto 1.

4.5.1.2 - Zona Primitiva

Definição

A Zona Primitiva (ZP) agrupa áreas naturais bem conservadas, com pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico e alto valor ligado à biodiversidade, como valor para a herança humana, para o equilíbrio do ambiente, ético, científico, pelo próprio desconhecimento que se tem sobre eles. Possui características de filtro para a Zona Intangível. Pelas características próprias e pelos objetivos gerais da Zona, são incluídos valores estéticos, que levam à contemplação, observação, exploração dos sentidos e para pesquisa científica e educacional.

Objetivo Geral

O objetivo geral do manejo é a preservação do ambiente natural e, ao mesmo tempo, facilitar as atividades de pesquisa científica e educação ambiental, permitindo-se formas primitivas de recreação e lazer, restringidas à travessia a pé pelas trilhas ocorrentes nestas zonas.

Objetivos Específicos

- Preservar as áreas de recarga e principais nascentes do rio Preto (de Mucugê), cuja bacia se encontra integralmente no Parque.
- Preservar a maior parte das nascentes dos rios Mucugê, Riachão e Pati.
- Garantir a preservação de populações da sempre-viva-de-mucugê *Syngonanthus mucugensis*, espécie ameaçada e endêmica da Chapada Diamantina.
- Preservar amostras significativas de campo rupestre, vegetação predominante do PNCD.
- Preservar amostras de matas de grotão, de encosta e de planalto, bem como de campos gerais (campos sujos e limpos).
- Assegurar a integridade da Zona Intangível.
- Permitir pesquisas científicas e o monitoramento ambiental, ambos de baixo impacto.
- Servir como banco genético para as demais zonas.
- Proteger sítios históricos, arqueológicos e espeleológicos existentes na área.
- Proporcionar atividades de recreação, de forma rústica, e interpretação ambiental, propiciando ao visitante uma experiência/vivência do ambiente natural e com isso levá-lo a valorizar a importância da conservação dos ambientes naturais.

Normas

- Serão permitidas nesta zona atividades de fiscalização, pesquisa, monitoramento e visitação pública.
- As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais.
- A fiscalização nesta zona será permanente e sistemática, podendo ocorrer a pé e aérea.
- O uso de fogueiras é proibido, independentemente da finalidade proposta.
- Não é permitida a abertura de novas trilhas e/ou picadas, para quaisquer finalidades, além das previstas neste plano de manejo, bem como nos casos de resgate, combate a incêndios e outras atividades consideradas imprescindíveis para a proteção dessa Zona.
- Caso seja necessário abrir novas picadas para o desenvolvimento das atividades de pesquisa, controle e fiscalização, estas deverão ocorrer de modo a minimizar seu impacto.
- Os visitantes, pesquisadores e os funcionários devem conduzir todo o lixo (orgânico e inorgânico) que produzirem nessas áreas para local adequado fora do PNCD.
- As atividades de visitação pública devem ser de caráter rústico e primitivo e restritas somente aos locais definidos neste Plano.
- Todas as atividades que envolvam interpretação, informação e educação devem ser feitas por meio de recursos indiretos (impressos ou oral).
- Não são permitidas quaisquer instalações de infra-estrutura física e/ou facilidades, com exceção daquelas eventuais que forem estritamente necessárias para ações de resgate, contenção de erosão, deslizamentos e outras imprescindíveis para a proteção da Zona.
- Para as atividades de pesquisa, onde se comprove a necessidade de fixação de equipamentos e instalações para o bom desenvolvimento do trabalho, estes devem constar no projeto de solicitação da licença e ser retirados da área findada a pesquisa.
- É proibido o uso de veículos ou de animais de montaria, exceto para os casos excepcionais imprescindíveis para a proteção da Zona.

Descrição da Zona

Apesar de não ser uma área contínua, a ZP do PNCD foi tratada como um único segmento correspondente às áreas do Parque que não são ocupadas pelas outras zonas.

4.5.1.3 - Zona de Uso Extensivo

Definição

A Zona de Uso Extensivo (ZUEx) é aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar alguma alteração humana. Caracteriza-se como uma zona de transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo.

Objetivo Geral

O objetivo do manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso e facilidades ao público para fins educativos e recreativos, garantindo o

uso público e a visitação controlada de trilhas e atrativos naturais, procurando harmonizar as atividades humanas permitidas com a preservação dos ambientes.

Objetivos Específicos

- Propiciar atividades de visitação pública, em baixa intensidade tanto em número de pessoas, quanto na presença de infra-estrutura e facilidades.
- Diversificar as atividades de visitação pública, ofertando a navegação no pantanal do Marimbus (entre a comunidade do Remanso e o rio Roncador), associada aos aspectos históricos e socioculturais daquela comunidade.
- Diversificar as atividades de visitação pública, ofertando a navegação no rio Preto (de Mucugê), passando pela toca do Caboclo, até próximo do córrego do Café.
- Ordenar a visitação pública em trilhas que já se encontram em uso e que apresentam sinais de impactos negativos e promover a contenção de erosão, adequação de leito e outras medidas necessárias para garantir a conservação da qualidade ambiental das áreas.
- Proteger sítios históricos, arqueológicos e espeleológicos existentes na área e promover a visitação pública a eles associada.

Normas

- As áreas abertas à visitação pública de baixo impacto serão monitoradas e controladas, de acordo com as especificações descritas nas Áreas Estratégicas Internas.
- Será permitido somente o uso de embarcações não-motorizadas, com exceção de eventuais ações indispensáveis para a fiscalização.
- A sinalização admitida é aquela considerada indispensável à proteção dos recursos do Parque e à segurança do visitante.
- A construção e instalação de infra-estrutura e outras facilidades permitidas são aqueles indispensáveis às atividades de controle, fiscalização, pesquisa e visitação pública, em conformidade com as especificações deste Plano.
- O uso de veículos é permitido para as atividades essenciais de controle e fiscalização, pesquisa e combate a incêndios, bem como nas áreas abertas à visitação pública (cachoeiras do Cardoso, das Andorinhas e Córrego de Pedras).
- O uso de animais de montaria é permitido somente em casos excepcionais imprescindíveis à proteção da Zona e quando se tratar do acesso das populações residentes no interior do Parque, até que sejam indenizados e realocados.
- Serão erradicadas as espécies exóticas e invasoras encontradas nesta Zona, dando-se prioridade àquelas definidas em estudos específicos.
- Os visitantes, pesquisadores e funcionários devem conduzir todo o lixo (orgânico e inorgânico) que produzirem nessas áreas para local adequado fora do PNCD.

Descrição da Zona

A ZUEx do PNCD está subdividida em 33 segmentos a saber:

- Segmento Trilha Pai Inácio - Barro Branco: Faixa de 200m ao longo da trilha Pai Inácio - Barro Branco iniciando nos limites do Parque, próximo ao Barro Branco, entre os pontos 236599.804; 8615226.719 (ponto 1) e 236600.000; 8614999.881 (ponto 2); e termina no limite da zona de uso intensivo CV Pai Inácio entre os pontos 232496.176; 8620119.569 (ponto 3) e 232599.822; 8620322.544 (ponto 4).

- Segmento Trilha Capão - Pai Inácio: Faixa de 200m ao longo da trilha Capão – Pai Inácio iniciando – se no limite da zona de uso intensivo segmento CV Pai Inácio entre os pontos 232113.938; 8620327.177 (ponto 1) e 232467.587; 8620086.895 (ponto 2); segue por toda a extensão da trilha até encontrar os limites do parque nos pontos 229849.920; 8610494.955 (ponto 3) e 229728.325; 8610905.418(ponto 4). Engloba também uma área na região das Águas Claras onde será regulamentada a área de acampamento.

- Segmento Trilha Conceição dos Gatos – Trilha Capão – Pai Inácio – Faixa de 200m ao longo da trilha Conceição dos Gatos – trilha Capão – Pai Inácio: Inicia-se no limite do PNCD próximo do Povoado da conceição dos Gatos entre os pontos 226639.966; 8612914.710 (ponto 1) e

226621.906; 8613246.367 (ponto 2); segue margeando a trilha até a sua junção na trilha Capão Pai Inácio, entre os pontos 229733.228; 8615986.019 (ponto 3) e 229704.615; 8615677.200 (ponto 4).

- Segmento Trilha Lençóis – Capão - Faixa de 200m ao longo da trilha Lençóis – Capão: Iniciando-se nos limites do PNCD, próximo de Lençóis, entre os pontos 236600.000; 8609057.472 (ponto 1) e 236600.000; 8608763.192 (ponto 2); segue margeando a trilha até a sua junção na trilha Capão Pai Inácio, entre os pontos 230422.064; 8611953.418 (ponto 3) e 230373.189; 8611646.240 (ponto 4).

- Segmento Trilha da Gruta do Lapão: Inicia-se no limite do parque, próximo a Lençóis nos pontos 238677.168; 8611844.288 (ponto 1) e 238982.104; 8611870.106 (ponto 2); segue para norte como uma faixa de 200m (100m de cada lado da trilha) por toda a trilha até encontrar a boca menor da gruta do Lapão e também a boca maior da gruta.

- Segmento Trilha da Cachoeira do Sossego: Inicia-se no limite do parque, próximo a lençóis entre os pontos 239438.810; 8607464.173 (ponto 1) e 239827.314; 8607273.152 (ponto 2). Segue como uma faixa de 500m (250m para cada lado da trilha) ao longo de toda a trilha até chegar na cachoeira do Sossego. Engloba também uma área circular ao redor da cachoeira de 500m de diâmetro.

- Segmento Trilha da Cachoeira do Bodão (21): Inicia-se na junção da trilha que leva à cachoeira do Bodão, também conhecida como cachoeira do Vinte e Um, com a zona de uso intensivo segmento Trilha da Fumaça por Cima, entre os pontos 232853.932; 8605844.623 (ponto 1) e 233114.234; 8605835.828 (ponto 2); segue como uma faixa de 200m (100m para cada lado da trilha) ao longo de toda a trilha até encontrar a zona de uso extensivo segmento Lençóis - Capão entre os pontos 235824.262; 8608766.398 (ponto 3) e 236002.578; 8608608.225 (ponto 4).

- Segmento Trilha da Cachoeira da Fumaça de Frente: Inicia-se na junção da zona de uso extensivo segmento trilha do 21, com a trilha da Fumaça de frente, entre os pontos 233146.418; 8606872.283 (ponto 1) e 233310.836; 8607097.838 (ponto 2). Segue ao longo de toda a trilha com uma faixa de 200m (100m para cada lado da trilha) até o encontro da trilha com a zona de uso extensivo segmento Fumaça por baixo, tocando este segmento entre os pontos 236710.480; 8603955.128 (ponto 3) e 237067.703; 8603802.648 (ponto 4). Este segmento também engloba a faixa de 200m ao longo da trilha ao mirante da fumaça de frente e uma área circular de 200m de diâmetro ao redor do mirante.

- Segmento Trilha da Cachoeira da Fumaça por Baixo: Inicia-se na intersecção entre a zona de uso intensivo segmento Ribeirão do Meio e a trilha da Fumaça por Baixo nos pontos 239980.502; 8607088.367 (ponto 1) e 240098.798; 8606922.725 (ponto 2); segue como uma faixa de 200m ao longo de toda a trilha que leva à cachoeira da Fumaça por Baixo e também a trilha de acesso à cachoeira da Fumaça por Cima (ladeira do Macaco), até encontrar o segmento Trilha da Cachoeira da Fumaça por Cima, da Zona de Uso Intensivo, tocando este segmento nos pontos 232901.368; 8605642.906 (ponto 3) e 233102.184; 8605636.121 (ponto 4). Engloba também áreas circulares com 200m de diâmetro em torno dos pontos de acampamento da toca do Macaco e toca do Capivara bem como em torno da cachoeira do Palmital e Queima Baeta.

- Segmento Trilha das Cachoeiras do Capivari e Michila: Inicia-se na intersecção da trilha que leva a cachoeira do Capivari por cima e a zona de uso intensivo segmento estrada velha do garimpo, tocando esta zona entre os pontos 241903.001; 8601933.706 (ponto 1) e 241924.128; 8601722.798 (ponto 2); Segue por toda a extensão da trilha da cachoeira do Capivari como uma faixa de 200m (100m para cada lado da trilha) e acompanha a trilha que leva a cachoeira do Michila também como uma faixa de 200m. Este segmento é composto também por áreas circulares com 200m de diâmetro ao redor das cachoeiras do Capivari e Michila.

- Segmento Trilha Capão – Mucugê: Inicia-se próximo do distrito de Caeté-Açu, tocando o limite do PNCD entre os pontos 230151.955; 8598725.890 (ponto 1) e 230362.614; 8598787.887 (ponto

2); acompanha a trilha Capão – Mucugê em uma faixa de 200m (100m para cada lado da trilha) até o ponto 237442.074; 8568041.185 (ponto 3), próximo de Mucugê, deste ponto segue em linha reta no sentido sudoeste até a margem direita do rio Preto no ponto 237115.432; 8567865.268 (ponto 4); daí acompanha o rio em uma faixa de 200m a partir da sua margem direita até encontrar o limite do PNCD entre os pontos 240739.492; 8564302.312 (ponto 5) e 240783.257; 8563698.622 (ponto 6).

- Segmento Trilha Guiné – Pati: Inicia-se na trilha Guiné – Pati, próximo do povoado do Guiné, no limite do PNCD, entre os pontos 227041.759; 8588285.981 (ponto 1) e 227155.570; 8587934.891 (ponto 2); segue pela trilha em uma faixa de 200m (100m para cada lado da trilha) até encontrar o segmento Trilha Capão - Mucugê entre os pontos 230540.336 ; 8586744.872 (ponto 3) e 230544.773; 8586543.004 (ponto 4).

- Segmento Trilha Andaraí – Pati: Inicia-se onde a trilha do Arrodeio se encontra com o segmento Trilha Capão – Mucugê entre os pontos 231838.255; 8583899.156 (ponto 1) e 231993.771; 8583690.660 (ponto 2); segue pela trilha do vale do rio Pati, em uma faixa de 200m (100m para cada lado da trilha), passando pela Igrejinha, pelo Pati de Cima, cruza a ponte sobre o rio Pati, segue pela ladeira do Império até tocar os limites do PNCD, próximo de Andaraí, entre os pontos 243158.752; 8583780.980 (ponto 3) e 243310.713; 8583973.563 (ponto 4).

- Segmento Trilha Pati - Gerais dos Vieiras: Inicia-se entre os pontos 231256.960; 8586604.159 (ponto 1) e 231087.334; 8586380.367 (ponto 2) do segmento Trilha do Pati – Andaraí (próximo da Igrejinha, no vale do Pati); daí segue em uma faixa de 200m (100m para cada lado da trilha) ao longo de toda a trilha até tocar o segmento Trilha Capão - Mucugê (nos gerais dos Vieiras), entre os pontos 229667.420; 8592695.877 (ponto 3) e 229477.311; 8592767.412 (ponto 4)

- Segmento Trilha do Cachoeirão por Baixo: Inicia-se entre os pontos 237844.505; 8583529.139 (ponto 1) e 237931.174; 8583335.547 (ponto 2) do segmento Trilha Pati – Andaraí; segue em uma faixa de 200m (100m para cada lado da trilha) ao longo de toda a trilha até o fim do cânion, onde está o Cachoeirão.

- Segmento Trilha do Cachoeirão por Cima: Inicia-se entre os pontos 233096.512; 8582192.577 (ponto 1) e 233260.387; 8582035.860 (ponto 2) do segmento Trilha Capão - Mucugê; segue em uma faixa de 200m (100m para cada lado da trilha) ao longo de toda a trilha até o ponto em que o rio forma a queda do Cachoeirão.

- Segmento Trilha da Cachoeira do Ramalho: Inicia-se entre os pontos 244261.494; 8585173.292 (ponto 1) e 244455.326; 8585418.415 (ponto 2), do limite do PNCD próximo de Andaraí; daí segue a trilha para a cachoeira do Ramalho em uma faixa de 200m (100m para cada lado da trilha) até o poço da cachoeira.

- Segmento Trilha da Cachoeira da Sibéria – Localizada no município de Mucugê: Inicia-se no ponto 244595.149; 8567951.283 (ponto 1), na cota de altitude de 960 m, segue por esta cota sentido norte até o ponto 243627.677; 8571399.853 (ponto 2); deste ponto segue em linha reta sentido oeste sudoeste até o ponto 242760.552; 8571219.557 (ponto 3), na cota de altitude de 840m; segue por esta cota sentido sul até o ponto onde esta encontra com o rio Paraguaçu nas coordenadas 243761.991; 8568132.998 (ponto 4); daí segue em linha reta sentido sul-sudoeste até encontrar o Segmento Mar de Espanha, da Zona de Uso Intensivo, no ponto 243707.133; 8567712.686 (ponto 5); deste ponto segue em linha reta sentido nordeste até reencontrar o ponto 1, fechando o polígono.

- Segmento Trilha da Cachoeira das Andorinhas: Inicia-se na intersecção do limite do PNCD com o rio Mucugê, no ponto 243408.359; 8559007.073 (ponto1); segue subindo o rio no sentido sudeste até o ponto 245799.109; 8555249.010 (ponto 2); segue em linha reta sentido nordeste até encontrar o rio Cumbuca no ponto 247027.838; 8555836.915 (ponto 3); segue descendo o rio e pelo limite do PNCD, no sentido noroeste, até o encontro deste com um corpo d'água no ponto

245620.933; 8560920.413 (ponto 4); segue deste ponto, pelo limite do PNCD, no sentido sudoeste até reencontrar o ponto 1, fechando o polígono.

- Segmento Trilha da Cachoeira da Fumacinha por Cima: Inicia-se entre os pontos 249239.565; 8534105.106 (ponto 1) e 249261.321 (ponto 2) do limite do PNCD, próximo ao povoado de Campo Alegre, município de Ibicoara; segue pela trilha que leva à toca do Vaqueiro em uma faixa de 200 m (100m para cada lado da trilha) até encontrar o rio Riachão, no ponto 252719,100; 8536497,620 (ponto 3); segue pelo rio em uma faixa de 200m (100m para cada lado do rio) até o ponto em que este forma a queda da cachoeira da Fumacinha.

- Segmento Trilha da Cachoeira do Véu de Noiva: Inicia-se no povoado do Baixão, onde a estrada principal do povoado cruza com o limite do PNCD, entre os pontos 258963.899; 8528361.068 (ponto 1) e 259173.170; 8528427.337 (ponto 2); segue pela estrada carroçável em uma faixa de 200m de largura (100m para cada lado desta) até o seu final, onde se inicia a trilha para a cachoeira do Véu de Noiva; daí continua pela trilha em uma faixa de 200m de largura (100m para cada lado desta), passando pelo lago do Baixão, até encontrar com a cachoeira do Véu de Noiva.

- Segmento Encostas da Chapadinha: Inicia-se na intersecção da cota de altitude de 680m com o limite do PNCD no ponto 261799.740; 8554398.274 (ponto 1); deste ponto, acompanha os limites do PNCD primeiro no sentido leste até o ponto 264906.337; 8544713.922 (ponto 2), prosseguindo no sentido noroeste até encontrar com o rio Bom Jardim e, ainda pelo limite do PNCD, no sentido oeste até o ponto que este se encontra novamente com a cota de 680m; daí segue por esta cota, no sentido sudeste, até reencontrar o ponto 1, fechando o polígono.

- Segmento Marimbus: Inicia-se na intersecção do rio Santo Antônio com o limite do PNCD, próximo da comunidade do Remanso, no Marimbus; segue pela planície de inundação deste rio, em uma faixa de 600m (300m para cada lado do leito principal do rio), até as proximidades da foz do rio Roncador.

- Segmento Trilha do Poço do Gavião: Inicia-se na intersecção da trilha de acesso ao poço do Gavião, nas proximidades das Rodas, Vale do Capão, município de Palmeiras, com o limite do PNCD, no ponto 226947; 8604328 (ponto 1); segue em uma faixa de 200m ao longo desta trilha (100m para cada lado desta) até o poço do Gavião, no ponto 225707; 8602139 (ponto 2).

- Segmento Trilha do Esbarrancado: Inicia-se na intersecção da trilha de acesso ao pico do Esbarrancado, nas proximidades do povoado Sítio Novo, município de Palmeiras, com o limite do PNCD, no ponto 223846; 8599471 (ponto 1); segue em uma faixa de 200m ao longo desta trilha (100m para cada lado desta) até encontrar com a trilha Capão - Pati, no ponto 229218; 8592337 (ponto 2).

- Segmento Parede Serra do Vento: Abrange uma faixa de 400m de largura (200m para cada lado do ponto 228800; 8616300) da parede rochosa da serra do Vento, também conhecida como morro da Cara Suja.

- Segmento Parede do Beco da Sinhá: Abrange uma faixa de 600m de largura (300m para cada lado do ponto 229264; 8580240) da parede rochosa da serra do Sincorá, nas proximidades do local conhecido como beco da Sinhá.

- Segmento Paredes do São Pedro: Abrange uma faixa de 2.400m de largura (1.200m para cada lado do ponto 235770; 8561234) da parede rochosa da serra do Sincorá, nas proximidades dos povoados do São Pedro e Libânio, bem como a trilha de acesso à parede.

- Segmento Serra Alta: Abrange uma faixa de 600m de largura (300m para cada lado do ponto 245280; 8572560) da parede rochosa da serra Alta, nas proximidades do distrito de Igatu, município de Andaraí.

➢ Segmento Califórnia: Abrange uma faixa de 500m de largura (250m para cada lado do ponto 248621; 8575521) na região do Califórnia, nas proximidades do distrito de Igatu, município de Andaraí, bem como a trilha de acesso ao local que deriva da trilha Andaraí – Igatu.

➢ Segmento Paredes do Capão do Correia: Abrange uma faixa de cerca de 100m de altura das paredes rochosas da serra do Sincorá, no morro do Gobira, com início no ponto 240506; 8550131; daí segue no sentido sul até próximo à estrada de acesso ao vale do Capão do Correia e circunda este vale prosseguindo até retornar ao ponto próximo à estrada de acesso, de onde segue no sentido sul, no morro do Sobrado, até o ponto 241739; 8548052.

➢ Segmento Paredes do Baixão: Abrange uma faixa de 3.000m de largura (1.500m para cada lado do ponto 257879; 8530886) das paredes rochosas ao norte da comunidade do Baixão, no município de Ibicoara.

➢ Segmento Serra da Larguinha: Abrange uma faixa de 400m de largura (200m para cada lado do ponto 230021; 8605048) das paredes rochosas da serra da Larguinha, nas proximidades da trilha da Cachoeira da Fumaça por Cima e do povoado dos Campos, no Vale do Capão, município de Palmeiras.

4.5.1.4 - Zona de Uso Conflitante

Definição

A Zona de Uso Conflitante (ZUC) corresponde a espaços estabelecidos dentro do PNCD, antes da criação do mesmo, cujos usos e finalidades conflitam com o objetivo de conservação da área protegida.

Objetivo Geral

Minimizar os impactos negativos decorrentes da presença de linhas de transmissão, da rodovia BA-142 e das diversas captações de água, existentes no interior do Parque.

Objetivos Específicos

- Regulamentação das diversas captações de água que ocorrem no interior da UC, priorizando as captações oficiais de Andaraí e Lençóis.
- Estabelecimento de normas para a operação e funcionamento da Estação de Tratamento de Água de Mucugê, conforme definições dos respectivos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), a serem firmadas com as partes e interveniência do Ministério Público Federal.
- Estabelecimento de normas para a operação e funcionamento das linhas de transmissão, do interior do Parque, conforme definições de respectivos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), a serem firmadas com as partes e interveniência do Ministério Público Federal.
- Normatização do uso, adequação e manutenção da rodovia BA-142 no trecho em que ela cruza o PNCD.
- Remoção definitiva das linhas de transmissão e das diversas captações de água, estabelecendo um cronograma de ações com as partes envolvidas.

Normas

- Serão realizados estudos específicos que apontem alternativas para a retirada das diversas captações de água e linhas de transmissão de dentro da UC.
- O órgão responsável pela rodovia BA-142 deverá elaborar um projeto específico para a normatização do uso, adequação e manutenção desta, que subsidiará o TAC a ser firmado entre as partes e com a interveniência do Ministério Público Federal.
- Até que sejam realocadas, o órgão responsável pelas linhas de transmissão dentro do Parque deverá elaborar um projeto específico para a normatização do uso, adequação e manutenção destas, que subsidiará TAC a ser firmado entre as partes e com a interveniência do Ministério Público Federal.
- Os TAC firmados deverão prever a adequação das captações de água e linhas de transmissão que não puderem ser realocadas por motivos técnicos comprovados.

Descrição da Zona
A ZUC do PNCD está subdividida em 5 segmentos a saber:

a) Segmento Linha de Transmissão de Energia Norte: Corresponde a uma faixa que acompanha a linha de transmissão de energia que entrecorta o Parque próximo às rodovias BR-242 e BA-850 (que liga Lençóis à BR-242), com 100m de largura (50m para cada lado da linha) e 19.403m de extensão total (somados todos os trechos).

b) Segmento Linhas de Transmissão de Energia Município de Andaraí: Corresponde a faixas ao longo das linhas de transmissão que cruzam o PARNA em pequenos trechos do município de Andaraí, como: nas proximidades da Toca do Morcego; próximo do povoado de Igatu e ao longo da rodovia BA–142 no trecho que liga Andaraí a Mucugê. As faixas têm 100m de largura cada (50m para cada lado da linha) e 4.878m de extensão total (somados todos os trechos).

c) Segmento Linha de Transmissão de Energia Baixão: Corresponde a uma faixa que acompanha a linha de transmissão de energia do povoado do Baixão com 100m de largura (50m para cada lado da linha) e 2.744m de extensão.

d) Segmento Rodovia BA-142: Inicia-se na intersecção dos limites do PNCD com a rodovia BA-142 no ponto 236125.623; 8559487.865 (ponto 1); segue a leste pelos limites do Parque até o ponto 238042.247; 8560131.691 (ponto 2); daí segue margeando a rodovia BA-142, no sentido leste, em uma faixa de 100m de largura ao sul desta rodovia, até encontrar os limites do PNCD no ponto 240763.013; 8560926.937 (ponto 3) próximo de Mucugê; daí segue pelos limites do PNCD, no sentido norte, até encontrar o rio Paraguaçu no ponto 240852.900; 8561857.900 (ponto 4); segue pelo rio, no sentido oeste, até encontrar com os limites do PNCD no ponto 236099.958; 8559831.368 (ponto 5); daí segue pelos limites do PNCD, no sentido sul, até reencontrar o ponto 1 fechando o polígono. Este segmento abrange a estação de tratamento de água oficial da cidade de Mucugê, um trecho de 5,2km da rodovia BA-142, algumas estradas sem pavimentação e a linha de transmissão de energia que margeia a rodovia BA-142.

e) Segmento Captações de Água: São pontos diversos dentro do PNCD, a saber: i) captação oficial para a cidade de Lençóis, correspondente a uma área circular de 300 m de diâmetro ao redor dos poços de captação de água para a cidade de Lençóis próximos do rio São José, aproximadamente nas coordenadas 241273; 8611700; ii) captação oficial de água para o distrito de Igatu, correspondente a uma área circular de 300 m de diâmetro ao redor da captação de água da Embasa, para o distrito de Igatu aproximadamente nas coordenadas 248843; 8573054; iii) captações não-oficiais de água para Lençóis, Capão, Igatu, fazendas Capim Gordura e Jaboticaba (próximo da comunidade de Fazenda Velha), Mucugezinho, área acima da cachoeira Bom Jardim, entre diversos outros pontos ainda não mapeados.

4.5.1.5 - Zona de Ocupação Temporária

Definição
A Zona de Ocupação Temporária (ZOT) engloba as áreas onde se encontram concentrações de populações humanas residentes no interior do PNCD e suas respectivas áreas de uso.

Objetivo Geral
A harmonização da presença das populações residentes no interior do PNCD até que sejam indenizadas e realocadas conforme previsto pela Lei Federal Nº. 9.985/00.

Objetivos Específicos
- Garantia de que a permanência das populações locais nas suas respectivas áreas de moradia e uso ocorra sem prejuízo do seu modo de vida e sobrevivência, em harmonia com o funcionamento do PNCD, até sua indenização e realocação.
- Regulamentação e controle das atividades desenvolvidas pelas populações em áreas identificadas e acordadas em conjunto, de modo a diminuir o impacto de sua presença no interior da UC.

- Estabelecimento de direitos e deveres para a permanência das comunidades do interior do PNCD, até sua indenização e realocação, por meio de Termos de Compromisso (TC) a serem firmados entre as partes.

Normas

- Os Termos de Compromissos a serem firmados entre o órgão gestor do PNCD e as famílias residentes no interior da UC, em conformidade com a Lei Federal N° 9.985/00 e o Decreto Federal N° 4.340/02, devem ser ações prioritárias para essa Zona.
- A atualização da situação fundiária e respectiva regularização das famílias residentes no interior do Parque devem ser ações prioritárias para essa Zona.
- Os projetos de realocação das comunidades devem ser elaborados de forma participativa entre o órgão gestor do PNCD e as famílias residentes no interior da UC.
- É permitido o acesso de veículos motorizados e animais de montaria que sejam intrínsecos às atividades tradicionais dessas populações, bem como a permanência de animais domésticos necessários aos serviços e à alimentação.

Descrição da Zona

A ZOT do PNCD está subdividida em 6 segmentos a saber:

a) Segmento Baixão: Inicia-se na intersecção da cota de altitude de 920m com os limites da Zona de Uso Especial que acompanha os limites do PNCD no ponto 257504.165; 8528161.054 (ponto 1). Segue por esta cota, no sentido noroeste, até o ponto 255021,297; 8529411,180 (ponto 2). Daí segue em linha reta, no sentido nordeste, até encontrar a cota de altitude 880m no ponto 255292,893; 8529916,447 (ponto 3). Segue por esta cota de altitude, no sentido leste, até o ponto 260071,368; 8531043,178 (ponto 4); Deste ponto segue em linha reta, no sentido leste-sudeste, até encontrar com os limites da Zona de Uso Especial que acompanha os limites do PNCD no ponto 261224.858; 8530520.899 (ponto 5). Segue pelos limites da Zona de Uso Especial, no sentido sudoeste, até reencontrar o ponto 1, fechando o polígono. Esta zona é entrecortada pelo segmento Trilha da Cachoeira do Véu de Noiva, da Zona de Uso Extensivo, e pelo segmento Linha de Transmissão do Baixão da Zona de Uso Conflitante.

b) Segmento Capão do Correia: Este segmento corresponde à área totalmente circundada pelo segmento Paredes do Capão do Correia da Zona de Uso Extensivo.

c) Segmento Toalhas: Inicia-se na intersecção da cota de altitude de 440m com a Zona de Uso Especial que acompanha os limites do PNCD no ponto 240509.250; 8611650.000 (ponto 1); segue por esta cota, no sentido norte, até o ponto 241019.885; 8617559.682 (ponto 2); deste ponto, segue em linha reta, no sentido nordeste, até encontrar a mesma cota de 440m no ponto 241274.242 ; 8617708.692 (ponto 3); segue por esta cota, no sentido sudeste, até o ponto 241647.300; 8617347.100 (ponto 4); deste segue em linha reta, no sentido sul, cruzando um afluente do rio São José, até reencontrar a mesma cota no ponto 241684.989; 8616998.419 (ponto 5); continua por esta até o ponto 241676.409; 8616500.389 (ponto 6); deste ponto segue em linha reta, no sentido sul, até o rio São José no ponto 241693.408; 8616278.773 (ponto 7); segue pelo rio, no sentido sul, até reencontrar a Zona de Uso Especial no ponto 241466.081; 8611651.245 (ponto 8); daí, acompanha o limite desta zona, em linha reta, no sentido oeste, até reencontrar o ponto 1, fechando o polígono.

d) Segmento Estrada Velha do Garimpo: Este Segmento abrange as comunidades da Estrada Velha do Garimpo e da Fazenda Velha. Seus limites iniciam-se na intersecção da cota de altitude de 400m com a Zona de Uso Especial que acompanha os limites do PNCD no ponto 240949.146 8606397.831 (ponto 1), próximo ao Ribeirão do Meio, em Lençóis; segue por esta cota inicialmente no sentido oeste até cruzar um corpo d´água, de onde prossegue pela mesma cota, predominantemente no sentido sudeste, cruzando os rios Capivara, Caldeirão, Roncador até encontrar um afluente do rio Garapa no ponto 244048.988; 8590868.473 (ponto 2); segue por este afluente até encontrar o rio Garapa e a cota de altitude de 360m, no ponto 244436.208; 8590322.748 (ponto 3); segue por esta cota até o ponto 245831.142; 8588725.345 (ponto 4); deste ponto segue em linha reta, no sentido sudeste, até encontrar com a Zona de Uso Especial,

no ponto 246227.462; 8588062.786 (ponto 5); deste ponto segue pelo limite da Zona de Uso Especial, em linha reta no sentido nordeste, cruzando a estrada Velha do Garimpo, até encontrar o rio Santo Antonio no ponto 246721.026; 8588687.013 (ponto 6); segue pelo rio, no sentido norte, até o ponto 247279,540; 8592860,154 (ponto 7); deste ponto, segue em linha reta, no sentido sudeste, até o pico de 380m no ponto 247951,946; 8592494,465 (ponto 8); deste, prossegue em linha reta, no sentido nordeste, até o pico de 343m no ponto 248136,671; 8593293,047 (ponto 9); deste pico, segue em linha reta, no sentido norte-noroeste, até encontrar o ponto 247898,836; 8594042,854 (ponto 10), situado a 100m ao sul da estrada de acesso à Fazenda Velha; daí, segue paralelo ao leito da estrada, a 100m ao sul deste, no sentido leste, até encontrar o limite da Zona de Uso Especial no ponto 249530,129; 8594237,458 (ponto 11); acompanha o limite da Zona de Uso Especial, no sentido norte, até o ponto 249535,841; 8594437,077 (ponto 12); deste, segue em paralelo ao leito da estrada, a 100m ao norte deste, no sentido oeste, até o ponto 247837,855; 8594235,105 (ponto 13); de onde segue, em linha reta, no sentido norte-noroeste, até o pico de 362m no ponto 247798,836; 8594358,118 (ponto 14); deste, segue em linha reta, no sentido nordeste, até o pico de 355m, no ponto 247909,763; 8594958,452 (ponto 15); daí, prossegue, em linha reta, no sentido noroeste, até encontrar a margem de uma lagoa no ponto 246834,700; 8595690,900 (ponto 16); deste ponto, acompanha a margem sul da lagoa, no sentido oeste, até encontrar a confluência com o rio São José no ponto 245539.400; 8596327.000 (ponto 17); segue subindo o rio São José até encontrar o limite da Zona de Uso Especial que acompanha os limites do PNCD no ponto 242305.437; 8601513.050 (ponto 18); deste, segue pelos limites desta zona até reencontrar o ponto 1. Excluem-se deste segmento trechos dos segmentos: Estrada Velha do Garimpo (Zona de Uso Intensivo), Marimbus (Zona de Uso Extensivo) e Trilha das Cachoeiras do Capivari e Michila (Zona de Uso Extensivo).

e) Segmento Vale do Pati: Inicia-se na confluência da trilha Andaraí – Pati com a cota de altitude 840m, no ponto 240081; 8582730 (ponto 1); segue esta cota, no sentido sudeste, até o ponto 242181;8580568 (ponto 2); deste ponto, segue em linha reta, no sentido oeste-noroeste, até a cota de altitude 840m, no ponto 240061; 8580996 (ponto 3); deste ponto, segue pela cota até o ponto 236656; 8582418 (ponto 4); deste ponto, segue em linha reta atravessando o rio Cachoeirão, no sentido norte-noroeste, até encontrar com a cota de altitude 960m, no ponto 236360; 8582995 (ponto 5); prossegue nesta cota até encontrar com a Zona de Uso Extensivo (que abrange a trilha de acesso ao vale do Pati pelo Arrodeio), no ponto 231844; 8585235 (ponto 6); deste ponto, cruza esta zona em linha reta até o ponto 231655; 8585157 (ponto 7); deste ponto, segue o limite da Zona de Uso Extensivo no sentido sul, até encontrar com o segmento Trilha Capão – Mucugê, da Zona de Uso Extensivo, no ponto 231621; 8584313 (ponto 8); segue pelo limite deste segmento, no sentido norte, até o ponto 230244; 8589688 (ponto 9); segue, em linha reta, no sentido sudeste, até encontrar com o rio das Piabas e a cota de altitude 1.120m no ponto 230566; 8589776 (ponto 10); segue por esta cota até o ponto 234620; 8586678 (ponto 11); deste ponto, segue em linha reta, cruzando o rio Calixto, até encontrar a cota de altitude 1.120m no ponto 235347; 8587297 (ponto 12); prossegue nesta cota, sentido sudeste, até o ponto 238495; 8584382 (ponto 13); deste, segue em linha reta, no sentido sudeste, até reencontrar com o ponto 1. Excluem-se destes limites as áreas da Zona de Uso Extensivo correspondentes às trilhas Andaraí – Pati, Guiné – Pati, Mucugê – Pati via Arrodeio, Capão – Pati via Gerais dos Vieiras e Cachoeirão por Baixo.

f) Segmento São Pedro: Inicia-se na cota de altitude de 1160m no ponto 232992.759; 8565701.950 (ponto 1). Segue por esta cota, no sentido sul, até encontrar o limite do segmento Paredes do São Pedro, da Zona de Uso Extensivo, no ponto 235513; 8561279 (ponto 2); acompanha o limite deste Segmento, no sentido sul, até encontrar com o limite da Zona de Uso Especial no ponto 235617; 8560763 (ponto 3); segue primeiramente no sentido oeste, depois no sentido noroeste e por último nordeste, sempre pelos limites da Zona de Uso Especial, até reencontrar com o ponto 1 fechando o polígono.

4.5.1.6 - Zona de Uso Intensivo

Definição

A Zona de Uso Intensivo (ZUI) é constituída por áreas naturais ou antropizadas. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, devendo conter centro de visitantes, museus e outras facilidades e serviços.

Objetivo Geral

O objetivo desta zona é facilitar o desenvolvimento de atividades de visitação pública intensivas em harmonia com o meio e oferecer infra-estrutura e equipamentos para as atividades de administração e proteção.

Objetivos Específicos

- Construção, implantação e manutenção das Sedes Administrativas e Centros de Visitantes Pai Inácio e Capa Bode.
- Disponibilização, para o visitante de informações sobre o Parque, bem como sobre outros assuntos relacionados à conservação ambiental, ao ar livre e nos Centros de Visitantes.
- Promoção da visitação pública intensiva por meio de caminhadas, trilhas interpretativas, banhos, natação, passeios de barcos, bicicletas, veículos automotores, entre outros.
- Ampliação, diversificação e oferta de mais atividades de visitação pública em áreas específicas e de fácil acesso, de modo a diminuir sua concentração e seu impacto sobre outros recursos da UC.
- Inserção da comunidade do entorno no desenvolvimento de atividades de uso público na área do pantanal Marimbus, como alternativa de geração de renda.
- Implantação dos serviços necessários à manutenção das facilidades instaladas.

Normas

- O uso do trecho da Estrada Velha do Garimpo que está contido nas poligonais do PNCD será regido pelas normas estabelecidas por este Plano de Manejo, sendo seu uso restrito ao trânsito de veículos a serviço da unidade ou de veículo de parceiro habilitado.
- Também será permitido o acesso dos moradores da comunidade, utilizando veículo motorizado e sem caráter comercial.
- Não é permitido o acesso a Estrada Velha do Garimpo de veículos que não estiverem de acordo com as normas aqui estabelecidas.
- Esta área deverá ser intensamente fiscalizada.
- O controle de visitação deverá ser rigorosamente cumprido.
- A coleta e a destinação dos resíduos sólidos gerados e encontrados nesta Zona deverão seguir normas especificadas neste Plano.
- Não serão permitidas atividades e instalações em conflito com os objetivos do Parque.
- As construções deverão estar harmonizadas e integradas a paisagem local.
- As trilhas, caminhos e estradas serão de boa qualidade, funcionais e, quando couber, pavimentação adequada a uma UC, e oferecerão segurança aos visitantes, pesquisadores e funcionários.
- O uso de fogueiras não é permitido em hipótese alguma.
- Será utilizada a sinalização indicada nas respectivas AEI.

Descrição da Zona

A ZUI do PNCD está subdividida em 9 segmentos a saber:

- Segmento Pai Inácio: Corresponde ao polígono da propriedade denominada como P003 pelo levantamento fundiário do PNCD executado pela UFLA em 1998 (IBAMA/FAEPE, 1998). Inicia-se nos limites do PNCD as margens da rodovia BR-242 no ponto 231899.416; 8621137.825 (ponto 1), Segue pelos limites do PNCD sentido leste até o ponto 232831.263; 8620799.148 (ponto 2); daí segue linha reta sentido sudoeste até o ponto 232510.068; 8620135.446 (ponto 3); deste ponto segue linha reta sentido sudoeste até o ponto 232467.587; 8620086.895 (ponto 4); daí segue linha reta sentido noroeste até o ponto 231735.595; 8620582.202 (ponto 5); deste ponto segue em linha reta sentido nordeste até o ponto 1, nos limites do PNCD.

- Segmento Ribeirão do Meio: Área semi-circular de 800m de diâmetro ao redor do Ribeirão do Meio, que encontra os limites do PNCD nos pontos 239956.710; 8607263.776 (ponto 1) e 240751.471; 8607274.584 (ponto 2).

- Segmento Estrada Velha do Garimpo: Faixa de 100m para cada lado da Estrada Velha do Garimpo, cruzando os limites do PNCD entre os pontos 241397.267; 8605820.934 (ponto 1) e 241648.198; 8605751.166 (ponto 2) no seu extremo norte; e entre os pontos 246377.227; 8587849.438 (ponto 3) e 246505.872; 8588013.346 (ponto 4) no seu extremo sul. Neste segmento está inserida a faixa de 100m para cada lado do caminho que liga a Estrada Velha do Garimpo à lagoa onde fica o atracadouro de barco do rio Santo Antonio.

- Segmento Trilha da Cachoeira da Fumaça por Cima: Faixa de 100m para cada lado da trilha da Cachoeira da Fumaça por Cima, iniciando-se nos limites do PNCD entre os pontos 229149.300; 8605886.287 (ponto 1); e 229378.578; 8606000.513 (ponto 2), até os mirantes da Cachoeira da Fumaça por Cima.

- Segmento Cachoeira da Donana: Inicia–se na confluência da margem esquerda do rio Paraguaçu, com o limite do PNCD e a rodovia BA-142 (proximidades do ponto 247930.621; 8579369.590); segue no sentido oeste, em uma faixa de 500m de extensão paralela à margem esquerda do rio Paraguaçu e com 200m de largura.

- Segmento Capa Bode: Inicia-se na confluência da estrada de acesso à antiga cascalheira (conhecida como Planetário), a rodovia BA-142 e o limite do PNCD, entre os pontos 248276.636; 8566470.964(ponto 1) e 248210.662; 8566466.260 (ponto 2); segue, no sentido norte, em uma faixa de 200m de largura ao longo desta estrada (100m para cada lado desta) até o local da antiga cascalheira no ponto 247638; 8568282 (ponto 3); por fim, expande-se como uma área circular de 300m de raio ao redor deste ponto.

- Segmento Mar de Espanha: Inicia-se nos limites do PNCD, na intersecção da rodovia BA-142 com a cota de altitude de 960m, no ponto 245399.309; 8563466.793 (ponto 1); segue por esta cota de altitude, no sentido noroeste até o ponto 244595.149; 8567951.283 (ponto 2); daí segue em linha reta, no sentido oeste- sudoeste até o ponto 243707.133; 8567712.686 (ponto 3); deste ponto segue em linha reta, no sentido sul, até encontrar a cota de altitude de 880m no ponto 243651.200; 8567284.200 (ponto 4); segue por esta cota, no sentido sul, até o ponto 243536.200; 8566103.900 (ponto 5); daí segue em linha reta, no sentido sudeste, até encontrar os limites do PNCD no ponto 243628.100; 8565940.000 (ponto 6). Deste ponto segue pelos limites do PNCD até reencontrar o ponto 1, fechando o polígono.

- Segmento Trilha da Cachoeira do Córrego de Pedra: Inicia-se no rio Paraguaçu, no limite do segmento BA-142 da Zona de Uso Conflitante, entre os pontos 240590; 8561743 (ponto 1) e 240077; 8561718 (ponto 2); segue em uma faixa de 200m ao longo da trilha de acesso à cachoeira do Córrego de Pedra (100m para cada lado desta), no sentido noroeste, por 1.600m de extensão, até encontrar o poço desta cachoeira.

- Segmento Trilha das Cachoeiras das Rodas e Rio Preto: Inicia-se na confluência da trilha de acesso às cachoeiras das Rodas e do Rio Preto com o limite do PNCD, nas proximidades da localidade Rodas, no Vale do Capão, município de Palmeiras, no ponto 226664; 8605026 (ponto 1); segue em uma faixa de 200m ao longo desta trilha (100m para cada lado desta), no sentido oeste-noroeste, até alcançar a cachoeira das Rodas, no ponto 225762; 8605583(ponto 2), ou até alcançar a cachoeira do Rio Preto, no ponto 225644; 8605449 (ponto 3); a partir do ponto 226319; 8605222 (ponto 4), da trilha principal, deriva uma faixa de 200m ao longo da antiga trilha Capão – Volta da Serra (100m para cada lado dela), no sentido sudoeste, até encontrar com o rio Preto e com o limite do PNCD, no ponto 225629; 8604845 (ponto 5).

4.5.1.7 - Zona Histórico-cultural

Definição

A Zona Histórico-cultural (ZHC) é aquela onde são encontradas manifestações históricas, culturais e arqueológicas, que serão preservadas, estudadas, restauradas e interpretadas para o público, servindo à pesquisa, à educação e ao monitoramento.

Objetivo Geral

Preservação e proteção dos sítios e manifestações pré-históricas, históricas e culturais, em harmonia com o meio ambiente, para pesquisa, estudos, educação e interpretação.

Objetivos Específicos

- Proteção e conservação das ruínas ao redor de Igatu, do sítio Rabudo e da Pedra do Urubu.
- Incremento da pesquisa histórica e arqueológica nas ruínas ao redor de Igatu, do sítio Rabudo e da Pedra do Urubu para subsidiar ações de conservação desse patrimônio e para o desenvolvimento de atividades de visitação pública.
- Resgate e valorização da cultura garimpeira.
- Assegurar a integridade da Zona Primitiva no entorno de Igatu.
- Visitação aos sítios de forma controlada, em harmonia com as manifestações histórico-culturais, com o meio ambiente e com a população de Igatu.

Normas

- A fiscalização deve ser constante, periódica e sempre que houver indícios de alguma irregularidade.
- Esforços de conservação das ruínas devem ser concentrados em casos de degradação evidente como: invasão do espaço e desagregação das estruturas pela vegetação, desabamento, processos de erosão que ameacem as estruturas, entre outros.
- Espécies exóticas e invasoras devem ser removidas, especialmente espécies como o capim-gordura, algumas aráceas e figueiras, prioritariamente nas proximidades com as ruínas.
- As pesquisas a serem conduzidas devem respeitar as normas específicas do órgão gestor do PNCD e de órgãos responsáveis pelo patrimônio histórico-cultural.
- As pesquisas levarão em conta os cuidados para evitar alteração e todas as formas de descaracterização definitiva dos sítios, ressalvando-se casos excepcionais autorizados e devidamente licenciados pelo órgão gestor do PNCD de escavação do entorno das estruturas.
- Nas ações de interpretação e estruturação das ruínas para visitação pública, não podem ser utilizadas espécies exóticas e invasoras, tais como grama, flores, arbustos e árvores, dando-se exclusividade ao uso de espécies nativas locais.
- Os visitantes não poderão pichar, alterar e nem usar de qualquer outra possibilidade de descaracterização do patrimônio histórico-cultural, bem como não poderão retirar ou remover qualquer conteúdo das evidências das ocupações pretéritas.

Descrição

A ZHC do PNCD está subdividida em 3 segmentos a saber:

a) Segmento Igatu – Compreende uma área de 1km de raio ao redor do centro do sítio urbano do distrito de Igatu, no município de Andaraí. Derivam desta área uma faixa de 1.200m de largura ao longo da trilha Andaraí – Igatu (600m para cada lado desta), no sentido norte, até os limites do PNCD na rodovia BA-142; uma faixa de 200m de largura ao longo da trilha de acesso para a rampa do Caim (100m para cada lado desta), no sentido noroeste, até o mirante da rampa do Caim; e uma faixa de 200m de largura ao longo da Trilha Capa Bode - Igatu (100m para cada lado desta), no sentido sul, até encontrar o segmento Capa Bode da Zona de Uso Intensivo. Este segmento abrange, ainda, o cemitério dos Bixiguentos e as cachoeiras Taramba e dos Pombos. Exclui-se deste segmento o segmento Califórnia da Zona de Uso Extensivo.

b) Segmento Trilhas Pedra do Urubu: Inicia-se na confluência da trilha de acesso à Pedra do Urubu com o limite do PNCD, nas proximidades da rodovia BA-142, no ponto 246610; 8581720

(ponto 1); segue em uma faixa de 200m ao longo desta trilha (100m para cada lado desta), no sentido sudoeste, até o mirante da Pedra do Urubu, no ponto 244689; 8579584 (ponto 2); a partir do ponto 245096; 8580549 (ponto 3), deriva desta, uma faixa de 200m ao longo de outra trilha de acesso à Pedra do Urubu (100m para cada lado dela), no sentido nordeste, até encontrar com o limite do PNCD, no ponto 245553; 8582127 (ponto 4).

c) Segmento Rabudo: Consiste em uma área circular de 300m de raio a partir do ponto 242432; 8598005; que corresponde, aproximadamente, ao centro do sítio histórico do Rabudo, no município de Andaraí.

4.5.1.8 - Zona de Recuperação

Definição

A Zona de Recuperação (ZR) é aquela que contém áreas consideravelmente antropizadas. Trata-se de zona provisória que, uma vez restaurada, será transformada em uma das zonas permanentes.

Objetivo Geral

Paralisação e interrupção da degradação dos recursos, restauração e recuperação da área.

Objetivos Específicos

- Identificação, fiscalização, controle e monitoramento das atividades degradadoras.
- Recuperação natural das áreas atingidas por incêndios na vegetação, degradadas pelas ações de mineração e pelos processos erosivos.
- Recuperação induzida da vegetação atingida por incêndios, em parceria com a comunidade local.
- Recuperação induzida de algumas das áreas mineradas.
- Contenção e recuperação dos processos erosivos, prioritariamente na região próxima ao morro do Selim (Morrão) e à serra do Sobradinho.

Normas

- A fiscalização nesta zona será permanente e sistemática, podendo ocorrer a pé e aérea.
- As ações de recuperação induzida, objetivos específicos dessa Zona, deverão ser precedidas de projeto especifico para cada situação, a ser elaborado em conjunto e aprovado pelo órgão gestor do PNCD.
- As espécies exóticas e invasoras deverão ser removidas e a recuperação ou restauração deverá ser natural ou induzida.
- A visitação pública a esta zona será limitada à educação, relacionada ao caráter da Zona ou às ações aí implementadas.
- As ações de contenção dos processos erosivos deverão ser precedidas de projeto especifico para cada situação, a ser elaborado em conjunto e aprovado pelo órgão gestor do PNCD, excetuando-se as pequenas intervenções necessárias nas vias de circulação e outras áreas de visitação pública.
- O uso de fogueiras é proibido, independentemente da finalidade proposta.
- O uso de animais de montaria é permitido somente em casos excepcionais imprescindíveis à proteção da Zona e quando se tratar do acesso das populações residentes no interior do Parque, até que sejam indenizados e realocados.
- Não é permitida a abertura de novas trilhas e/ou picadas, para quaisquer finalidades, além das previstas neste plano de manejo e aquelas necessárias nos casos de resgate, combate a incêndios e outras atividades consideradas imprescindíveis para a proteção dessa Zona.

Descrição

A ZR do PNCD está subdividida em 3 segmentos a saber:

- Segmento Encostas da Estrada Velha: Inicia-se na junção da cota de altitude de 600m com o segmento Trilha da Cachoeira do Ramalho, da Zona de Uso Extensivo, nas proximidades do rio Baiano, no ponto 243902; 8585417 (ponto 1); segue por esta cota de altitude, no sentido nordeste,

até o ponto 242624; 8589459 (ponto 2); daí segue em linha reta, no sentido noroeste, até atingir a cota de altitude de 640m, no ponto 242496.769; 8589554.227 (ponto 3); segue por esta cota, no sentido noroeste, até o ponto onde esta encontra o riacho Fundo no ponto 240980.562; 8590634.373 (ponto 4); segue em linha reta no sentido norte–nordeste, cruzando o riacho Fundo, até o ponto 241083.200; 8591253.300 (ponto 5), na cota de altitude de 760m; segue esta cota, no sentido norte, cruzando os rios Garapa, Roncador e Caldeirão, até o ponto 240016.386; 8598397.552 (ponto 6); daí segue, em linha reta, no sentido sudeste, até atingir a cota de altitude de 600m no ponto 241197.456; 8598164.242 (ponto 7); segue por esta cota, no sentido norte, cruzando o rio Capivari, até o ponto 238814.500; 8603175.800 (ponto 8); deste, segue em linha reta, no sentido noroeste, cruzando o rio Capivara, até atingir a cota de altitude 600m no ponto 238565.900; 8603471.000 (ponto 9); segue por esta cota, inicialmente no sentido leste e depois no sentido norte, até atingir o limite do segmento Trilha da Cachoeira da Fumaça por Baixo, da Zona de Uso Extensivo, no ponto 239659.266; 8606558.457 (ponto 10); segue pelos limites desta zona, no sentido nordeste até encontrar com o limite do segmento Ribeirão do Meio, da Zona de Uso Intensivo; contorna este segmento até encontrar a Zona de Uso Especial que acompanha os limites do PNCD; segue por ela até a cota de altitude de 400m, no ponto 240949.141; 8606397.850 (ponto 11); deste, prossegue por esta cota, inicialmente no sentido oeste e depois no sentido sul, até encontrar um afluente do rio Garapa, no ponto 244048.984; 8590868.490 (ponto 12); segue por este afluente, no sentido sudeste, até a cota de altitude de 360m, nas proximidades da confluência com o rio Garapa, no ponto 244435.700; 8590322.200 (ponto 13); prossegue por esta cota, no sentido sul, até o ponto 245831.142; 8588725.345 (ponto 14); daí segue em linha reta, no sentido sudeste, até encontrar com a Zona de Uso Especial que acompanha os limites do PNCD, no ponto 246227.462; 8588062.786 (ponto 15); deste ponto, segue em linha reta, no sentido sudoeste, acompanhando o limite da Zona de Uso Especial, até atingir o segmento Trilha da Cachoeira do Ramalho, da Zona de Uso Extensivo, no ponto 244200.549; 8585499.282 (ponto 16); por fim, segue pelos limites deste segmento até reencontrar com o ponto 1, fechando o polígono.

b) Segmento Área Norte: Corresponde a toda a área do PNCD ao norte do segmento Trilha Lençóis – Capão, da Zona de Uso Extensivo, excluindo-se desta: os segmentos Cumes (serra do Mucugezinho, serra dos Ventos, serra da Bacia, serra dos Cristais e serra do Lapão) e Perímetro da UC, da Zona de Uso Especial; o segmento Toalhas, da Zona de Ocupação Temporária; os segmentos Trilha Capão- Pai Inácio, Trilha Conceição dos Gatos - Pai Inácio, Trilha Pai Inácio - Barro Branco, Trilha da Gruta do Lapão e Parede da Serra do Vento, todos da Zona de Uso Extensivo; segmento Pai Inácio, da Zona de Uso Intensivo; e o segmento Linha de Transmissão de Energia Norte, da Zona de Uso Conflitante.

- Segmento Área Leste: Inicia-se na intersecção do segmento Marimbus, da Zona de Uso Extensivo, com o segmento Perímetro da UC, da Zona de Uso Especial, no ponto 246881.308; 8597325.670 (ponto 1); segue pelos limites deste segmento, no sentido leste-sudeste, até encontrar o rio Santo Antonio, no ponto 246721.038; 8588687.029 (ponto 2); acompanha o rio, no sentido norte, até o ponto 247279.540; 8592860.154 (ponto 3); daí segue em linha reta, no sentido sudeste, até o pico de 380m no ponto 247951.946; 8592494.465 (ponto 4); deste pico, segue em linha reta, no sentido norte-nordeste, até o pico de 343m no ponto 248136.671; 8593293.047 (ponto 5); deste ponto segue, em linha reta, no sentido norte-noroeste, até o pico de 362m no ponto 247798; 8594358 (ponto 6); daí segue em linha reta, no sentido norte-nordeste, até o pico de 355m no ponto 247909; 8594958 (ponto 7); deste ponto, segue em linha reta, no sentido noroeste, até um ponto nas margens de uma lagoa no rio Santo Antonio, no ponto 246834; 8595690 (ponto 8); daí segue em linha reta até os limites do segmento Marimbus, da Zona de Uso Extensivo, no ponto 246706.586; 8595731.127 (ponto 9); acompanha os limites deste segmento, no sentido nordeste, até reencontrar o ponto 1. Exclui-se deste segmento, um trecho do segmento Estrada Velha do Garimpo, da Zona de Ocupação Temporária, correspondente a uma faixa de 200m ao longo da estrada de acesso à Fazenda Velha.

4.5.1.9 - Zona de Uso Especial

Definição

A Zona de Uso Especial (ZUEsp) é aquela que contém áreas necessárias à administração, manutenção e serviços do PNCD, abrangendo alojamentos, postos de fiscalização, oficinas e outras. Estas áreas devem ser escolhidas e controladas de forma a não conflitarem com o caráter natural da UC, devendo localizar-se na sua periferia.

Objetivo Geral

Minimização dos impactos ambientais negativos da implantação das estruturas, ou os efeitos das obras no ambiente natural ou histórico-cultural da UC.

Objetivos Específicos

- Garantia da integridade dos limites do PNCD e de todas as suas zonas internas.
- Localização de estruturas, facilidades e serviços para as diversas atividades necessárias à administração, manutenção e serviços do PNCD.
- Efetivação do sistema de radiocomunicação do PNCD, por meio de antenas repetidoras e outros equipamentos ou estruturas instalados para este fim.
- Efetivação dos sistemas de apoio às ações de proteção da UC e de prevenção e combate a incêndios.

Normas

- As atividades de fiscalização serão permanentes, periódicas e sistemáticas, devendo ser por terra, a pé e aérea.
- Somente circularão e permanecerão nessa Zona as pessoas que, de alguma forma, estejam relacionadas às atividades de administração, manutenção e serviços do PNCD.
- O acesso e o desenvolvimento das atividades intrínsecas à esta Zona serão exclusivamente aqueles necessários à administração, manutenção e serviços do PNCD.
- A instalação, construção, manutenção e o uso das estruturas deverão alterar minimamente o ambiente local.
- É proibida a permanência de baterias e outros materiais inservíveis, especialmente nas estruturas de radiocomunicação. Demais resíduos sólidos obedecerão o disposto neste Plano.
- O uso de fogueiras não é permitido em hipótese alguma, sendo que o preparo eventual de alimentos deve ser feito por meio de fogões ou fogareiros.
- O acesso e a circulação de veículos motorizados serão restritos aos casos previstos neste Plano.

Descrição

A ZUEsp do PNCD está subdividida em 2 segmentos a saber:

a) Segmento Perímetro da UC: corresponde a uma faixa de 250m de largura que acompanha todo o perímetro do PNCD, excetuando-se os trechos em que outras zonas ocupam tal espaço.

b) Segmento Cumes: corresponde a áreas circulares com 300m de diâmetro, localizadas em 20 cumes do Parque para atender demandas de monitoramento do PNCD e também abrigar instalações estratégicas como, por exemplo, antenas do sistema de radiocomunicação. São eles:

- pico próximo a rodovia BR-242 (Mucugezinho), de 1.107m, ponto 234484; 8619287;
- pico na serra da Bacia, de 1.280m, ponto 230535; 8620077;
- pico da serra do Vento, de 1.258m, ponto 228723; 8616257;
- pico da serra do Lapão, de 1.196m, ponto 234872; 8614303;
- pico da serra dos Cristais, de 1.309m, ponto 231454; 8613272;
- pico próximo da trilha da Fumaça de Frente, de 1.250m, ponto 235188; 8606979;
- pico atrás do Morro Branco, de 1.590m, no ponto 231828; 8599296;
- morro da Moitinha, de 1.565m, no ponto 230810; 8597079;
- morro do Mastruz, de 1.636m, no ponto 226007; 8597887;
- morro do Esbarrancado, de 1.700m, no ponto 226003; 8593612;
- morro da Frincha, próximo ao morro do Beco do Guiné, de 1.592m, ponto 227425; 8589729;

- Morro Branco do Pati, de 1.580m, no ponto 232226; 8587870;
- monte do Miguel, de 1.630m, no ponto 231040; 8580252;
- monte Zeca, de 1.695m, no ponto 231848; 8577418;
- monte Piaba, de 1.555m, no ponto 230822; 8573483;
- morro do Pina, de 1.568m, no ponto 234690; 8568438;
- pico da serra Alta de 1.229m no ponto 244939; 8572324;
- pico do morro do Sobrado, no Capão do Correia, de 1.650m, no ponto 240775; 8550312;
- morro do Chapéu, próximo da Chapadinha, de 1.170m, no ponto 258388; 8538765;
- serra da Águia, próximo de Ibicoara, de 1.610m, no ponto 251671; 8527690.

4.5.1.10 - Zona de Amortecimento

Definição

Esta zona engloba o entorno imediato do PNCD, onde as atividades humanas estarão sujeitas as normas e restrições específicas estabelecidas para esta área. A descrição de seus limites consta do Encarte 2.

Objetivo Geral

Reduzir o impacto das atividades antrópicas sobre o PNCD.

Objetivos Específicos

- Promover o cumprimento das legislações ambientais vigentes para o território da Zona de Amortecimento do Parque Nacional da Chapada Diamantina (ZA), sobretudo em relação às áreas de preservação permanente, às reservas legais e às supressões de vegetação.
- Contribuir com o desenvolvimento humano, atual e futuro, das populações desta ZA.
- Adequar a utilização dos recursos naturais na ZA aos parâmetros condizentes com a sustentabilidade ambiental e econômica.

Normas Gerais da ZA

São definidas as seguintes normas gerais, a serem aplicadas em toda a extensão da ZA:

- O licenciamento de atividades potencialmente impactantes ao meio ambiente ou poluidoras deverá ser precedido de anuência prévia do órgão gestor do PNCD, ouvida a administração da UC. Aplica-se para estes casos as normas da Resolução CONAMA 13/90, que regulamentou o artigo 27 do Decreto Federal 99274/90.
- Na anuência para o licenciamento de novos empreendimentos na ZA deverá ser considerado o grau de comprometimento da conectividade dos fragmentos de vegetação nativa.
- A construção, a manutenção e o asfaltamento de estradas ou rodovias na ZA necessitarão da anuência do Parque, que observará, dentre outros critérios, o comprometimento dos recursos hídricos e a fragmentação da vegetação nativa.
- Na anuência para o licenciamento de novas indústrias e agroindústrias na ZA, deve-se exigir adequados sistemas de tratamento e disposição dos efluentes líquidos e dos resíduos sólidos e o não comprometimento dos cursos d'agua. As mesmas exigências devem ser feitas para os empreendimentos desta natureza já instalados na área.
- As queimadas controladas nas propriedades limítrofes ao PNCD deverão ser agendadas para acompanhamento por funcionários da UC. As demais propriedades deverão comunicar à administração do Parque a área, a data e o horário previsto da queima, para eventual intervenção.
- A produção de carvão vegetal, em toda a área da ZA, dependerá de anuência prévia do PNCD, sem prejuízo dos demais procedimentos de licenciamento pertinentes.
- A criação de novos assentamentos na ZA dependerá de prévia anuência do PNCD, além dos processos de licenciamento pertinentes.
- A prática de atividades de exploração mineral, de qualquer natureza, somente poderá ser licenciada mediante a apresentação de estudos que demonstrem a intensidade dos impactos ambientais e de Programa de Recuperação de Área Degradada (PRAD), sem prejuízo de outras exigências legais, com anuência prévia do PNCD.

- As propriedades rurais nas quais se fizer necessário a recuperação da ARL, deverá proceder-se de acordo com o parágrafo 2 do artigo 10º da Lei Estadual 6569/94, sem prejuízo de outros instrumentos legais pertinentes.
- Será estimulada a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural em ARL e APP.
- Nas propriedades limítrofes ao PNCD, a averbação das ARL deverá ser preferencialmente em áreas adjacentes a UC. As demais ARL deverão ser orientadas para a formação de corredores ecológicos.
- A construção de qualquer nova barragem, independente de seu porte, nos rios contidos na ZA, só será realizada após processo de licenciamento ambiental, com anuência do PNCD.
- É permitida a introdução de espécies exóticas, desde que não sejam consideradas espécies invasoras e que não venham a causar contaminação biológica.
- A norma anterior não se aplica a liberação de alevinos ou peixes exóticos em rios e cursos d'água, prática conhecida como "peixamento", a qual fica proibida.
- A introdução de espécies já reconhecidas cientificamente como contaminantes biológicos dependerá de análise e autorização específica do IBAMA, ouvido o PNCD, devendo ser considerada a lista destas espécies divulgada periodicamente pelos órgãos competentes. São listados, a seguir, exemplos de contaminantes biológicos:
  - Espécies vegetais: *Pinus* spp., *Eucalyptus* spp., *Brachiaria* spp., capim-anoni *Eragrotis plana*, capim-gordura *Mellinis minutiflora*, capim colonião *Panicum maximum* capim-elefante *Pennisetum purpureum*, casuarina *Casuarina equisetifolia*, cinamomo *Melia azedarach* e uva-do-japão *Hovenia dulcis*, lírio-do-brejo *Hedychium coronarium* entre outras;
  - Espécies animais: abelha africanizada *Apis mellifera*, grande-caramujo-africano *Achatina fulica*, carpa *Cyprinus carpio*, bagre-africano *Clarias gariepinus*, tilápia *Oriochromis niloticus* e *black-bass Micropterus salmoides*, entre outras.
- Nos casos de existência de criação ou cultivo, na ZA, anterior a expedição desta norma, de alguma das espécies da lista oficial divulgada pelo órgão competente, deverá haver processos de licenciamento específicos ou a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o IBAMA e os criadores/plantadores ou entidades que os representem, conforme o caso. Para o Setor 1, descrito abaixo, o zoneamento Agro-Ambiental definirá as condições específicas para o cultivo ou criação das espécies listadas no item anterior.
- É vedada a urbanização de áreas da ZA, exceto nos casos referidos para o setor "5" descrito abaixo.
- A utilização de defensivos agrícolas químicos (agrotóxicos, fertilizantes e biocidas) na ZA é condicionada ao receituário agronômico devendo o proprietário disponibilizar a documentação sempre que requisitada pela fiscalização.
- No raio de 10km a partir do perímetro do UC, a utilização de aeronaves para aplicação de defensivos agrícolas químicos só será permitida se precedida de estudo específico e anuência do órgão gestor do PNCD, ouvida a sua administração.

Figura 48: Zoneamento do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

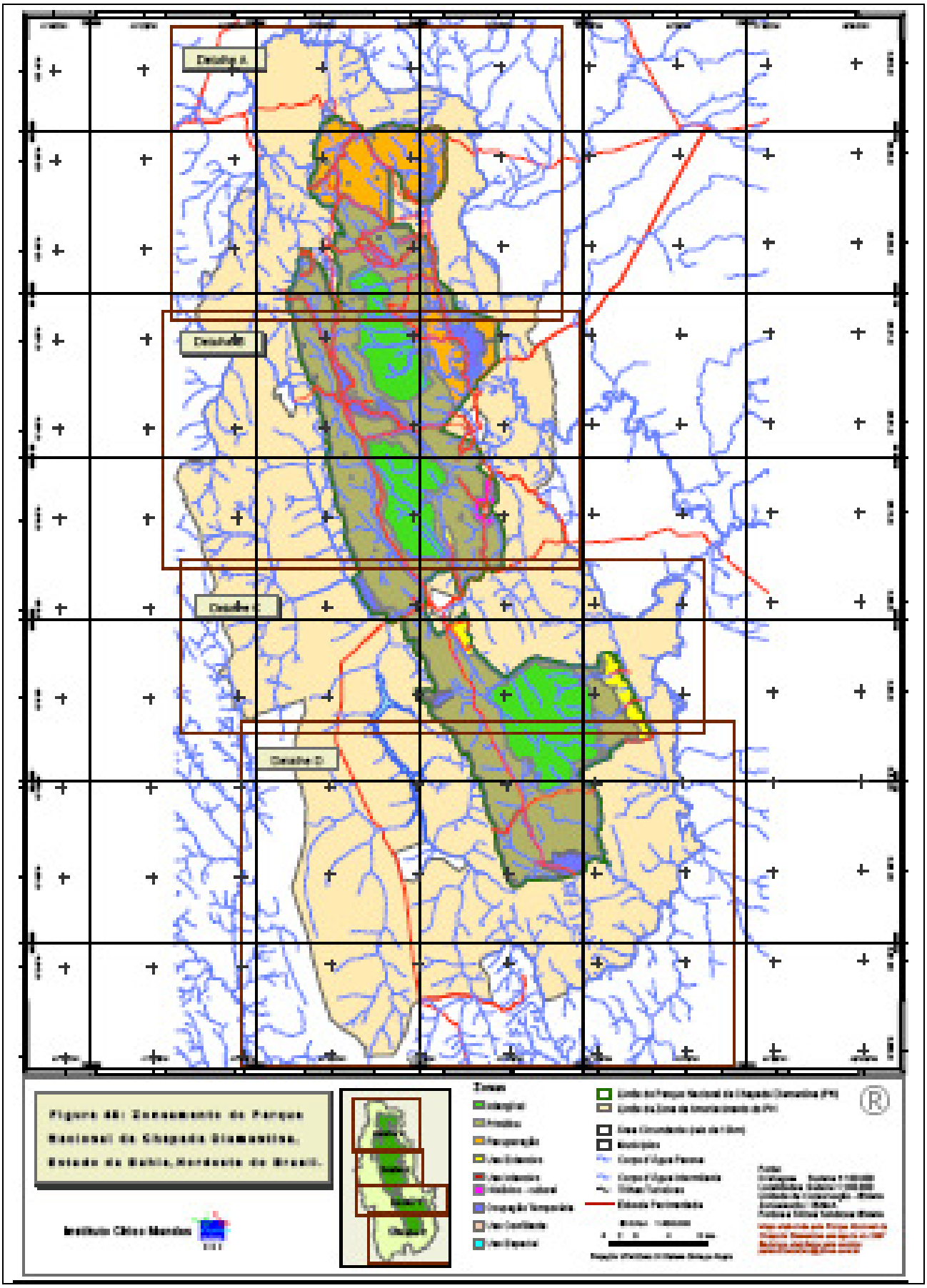


Figura 49: Zoneamento, Detalhe A, do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

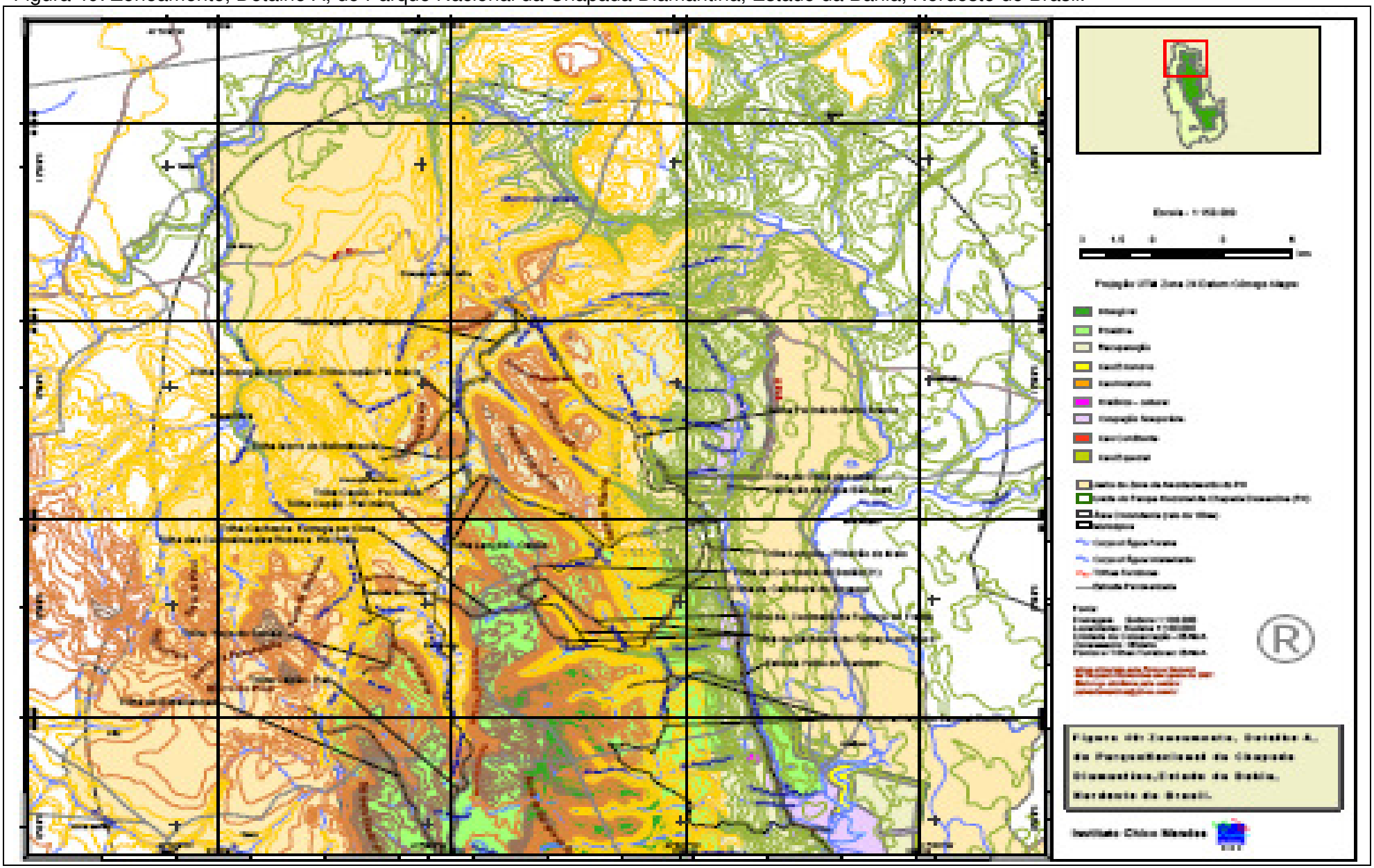


Figura 50: Zoneamento, Detalhe B, do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

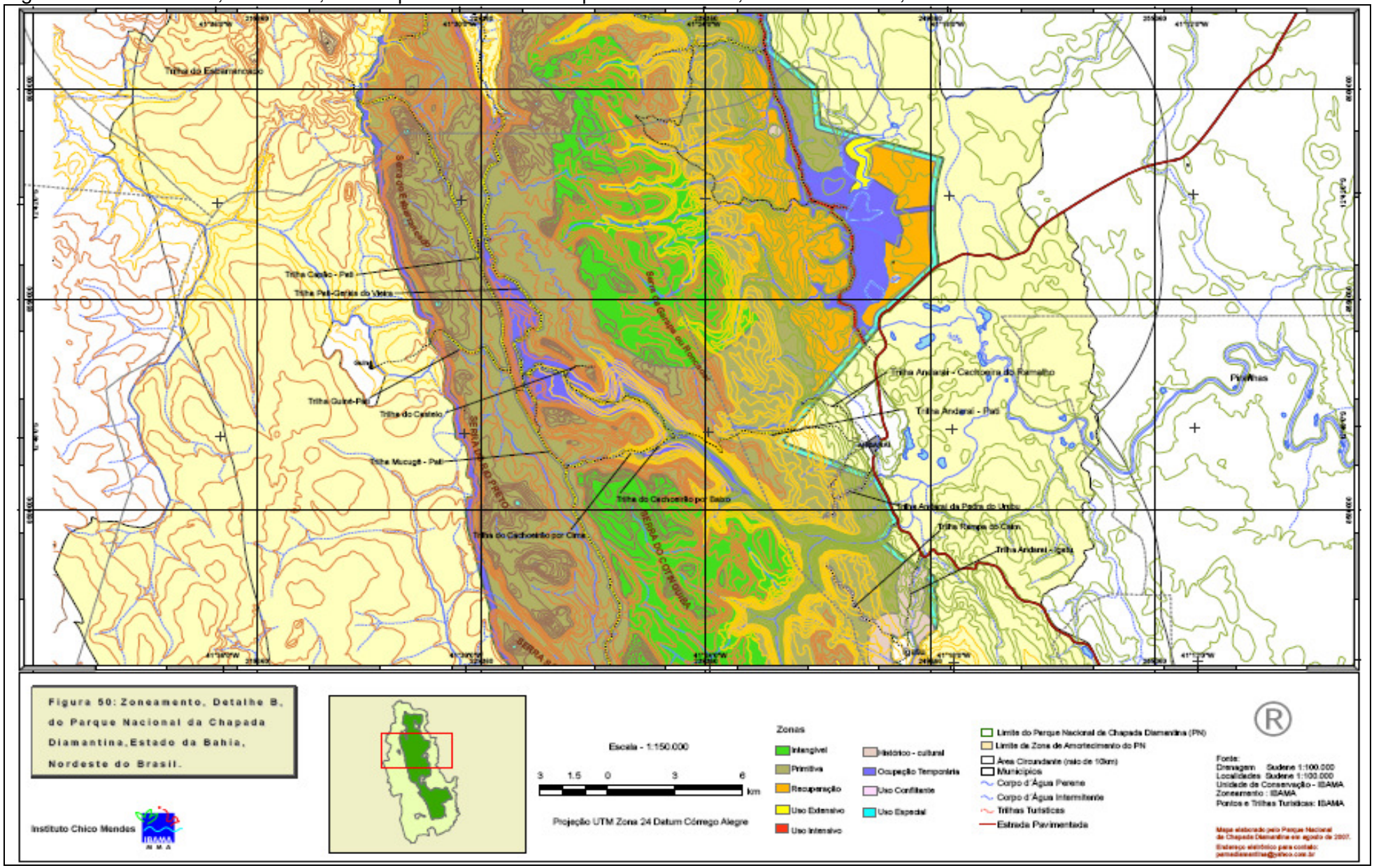


Figura 51: Zoneamento, Detalhe C, do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

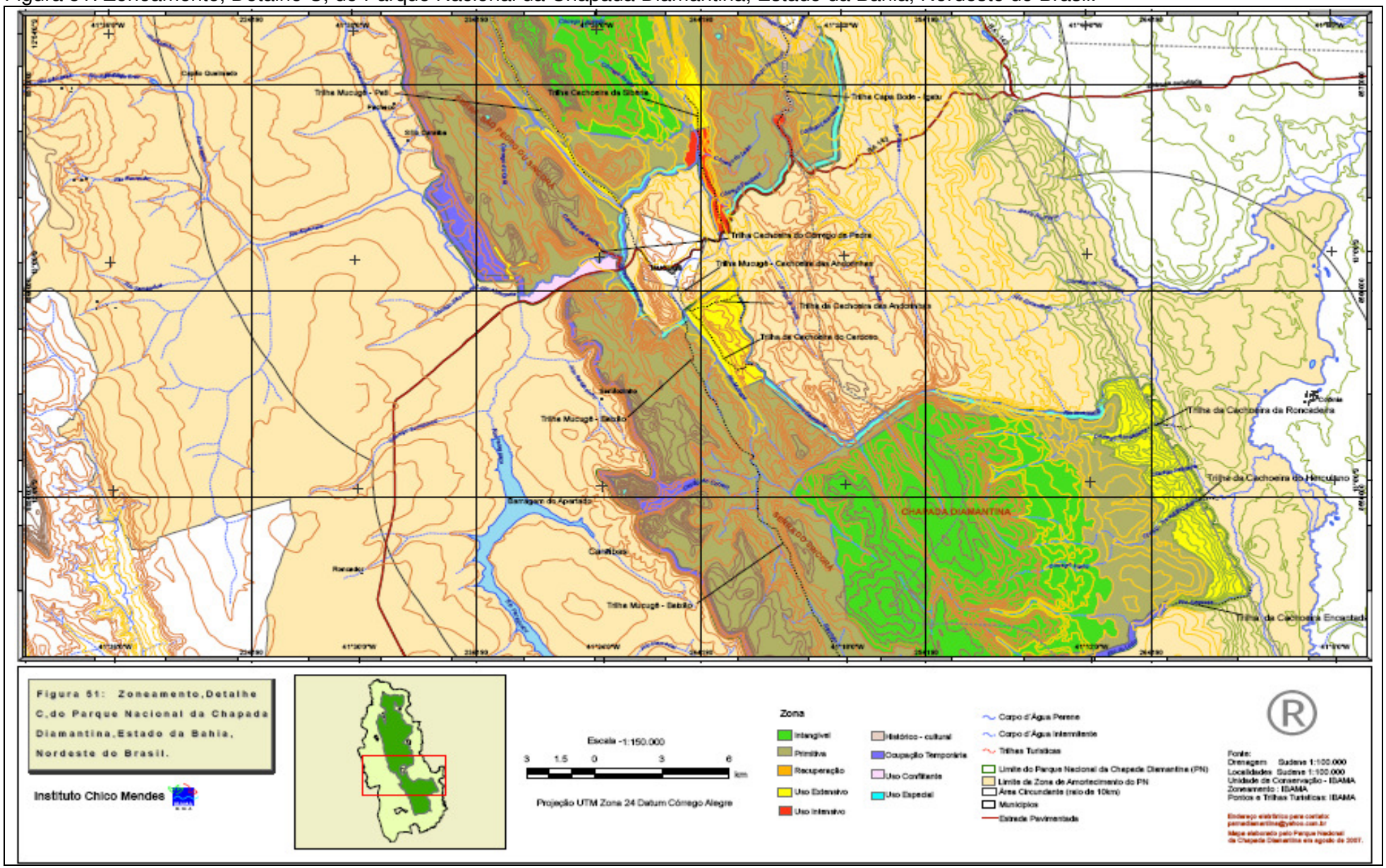


Figura 52: Zoneamento, Detalhe D, do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

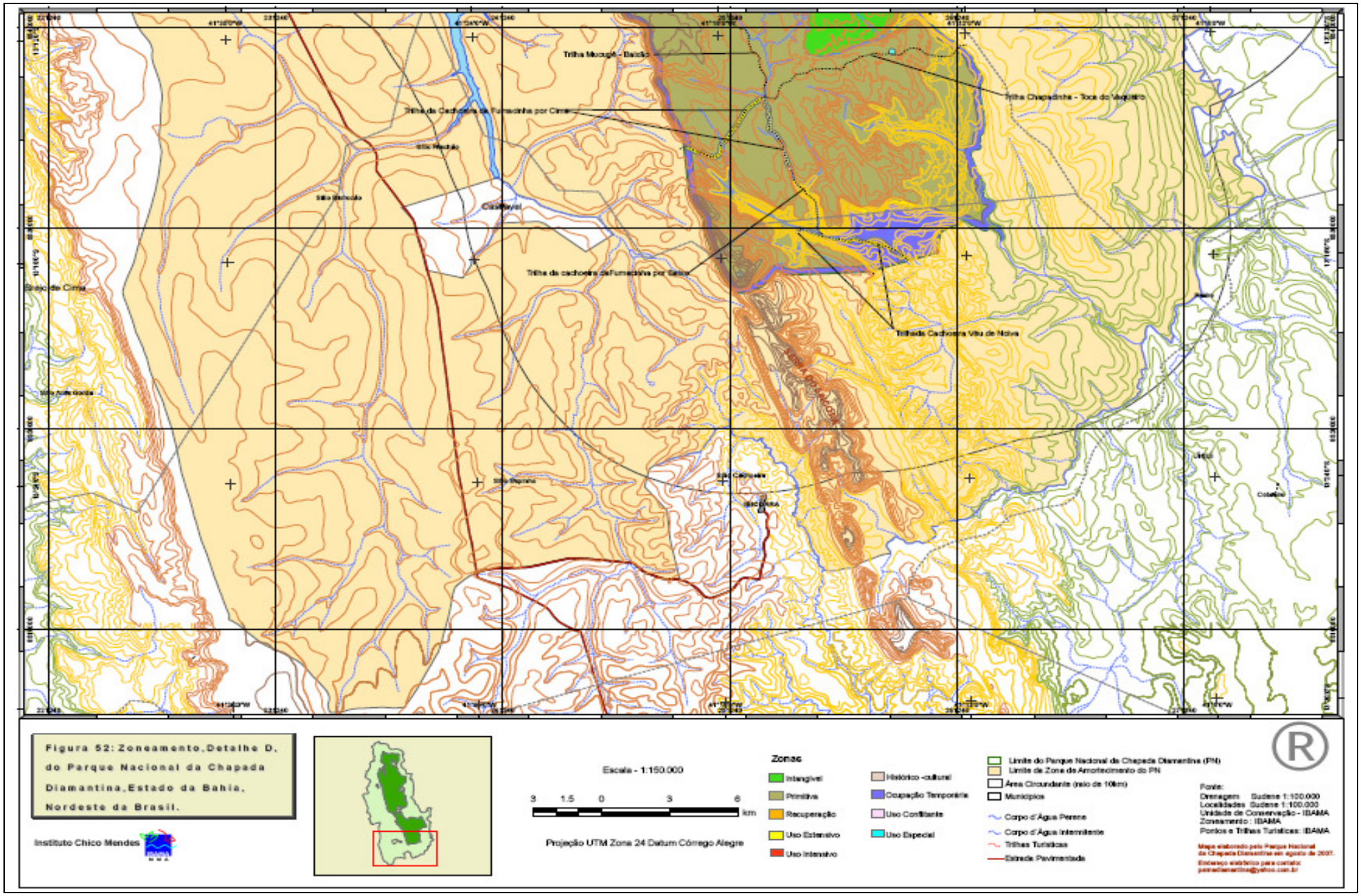


Figura 52: Zoneamento, Detalhe D, do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

4.5.2 - Quadro Síntese do Zoneamento

Quadro 9: Resumo da definição do zoneamento do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

ZONA INTANGÍVEL						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
Segmento Machobongo	1.Grau de conservação da vegetação 2.Variabilidade ambiental 3.Riqueza de espécie 4. Áreas de transição 5. Suscetibilidade 6. Presença de Infra-estrutura 7. Uso conflitante 8.Presença de população	A A A M B I I I	Topos aplainados cercados por encostas ruiniformes e vale em cânion.	Predominância de campos rupestres com área de transição entre C.R e campos gerais. Apresenta ainda matas ciliares e mata de encosta.	Inexistente	Pesquisas científicas e monitoramento ambiental restritos, controle e fiscalização.
Segmento Serra da Contiguiba	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Riqueza de espécie 4. Áreas de transição. 5. Suscetibilidade 6. Presença de Infra-estrutura. 7. Uso conflitante. 8.Presença da população 9. Representatividade ambiental.	A A A A B I I I A	- Estrutura de terreno irregular e ruiniformes, com vales em cânion. - Depressões abertas na superfícies por processos erosivos influenciados por zonas de fatura. - Escarpas secundárias, ressaltos e degraus estruturais.	- Mata pluvionebular. Campo rupestre. Transição de campos gerais para campos rupestre.	Inexistente	Pesquisas científicas e monitoramento ambiental restritos, controle e fiscalização.

continua...

ZONA INTANGÍVEL						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
Segmento Vale do Roncador	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Riqueza de espécie 4. Áreas de transição. 5. Suscetibilidade 6. Presença de Infra-estrutura. 7. Uso conflitante. 8.Presença da população 9. Representatividade ambiental.	A A A A B I I I A	- Estrutura de terreno irregular ruiniforme, com vale em cânion. - Depressões abertas na superfície por processos erosivos influenciados por zonas de fatura. - Escarpas secundárias, ressaltos e degraus.	Predomina de campos rupestres e manchas de matas de encostas, mata ciliar e mata fluviomebular.	Inexistente	Pesquisas científicas e monitoramento ambiental restritos, controle e fiscalização

continua...

ZONA PRIMITIVA						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
Único	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental 4.Riqueza de espécie 5. Áreas de transição. 6. Suscetibilidade 7. Potencial visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença da população	A A A A A B A A B M B	- Superfície estrutural de relevo plano ou quase plano e de relevo irregular e ruiniforme. - Depressão aberta na superfície por processos erosivos influenciados por zonas de fraturas. - Escarpas secundárias, ressaltos e degraus estruturais. - Escarpas frontais e respectivos depósitos de talus. - Patamares de superfície ondulada; rochosos com quase total ausência de recobrimento detrítico superficial; e estruturais de fundo de alvéolos formado por erosão diferencial. - Morros de topo arredondado, eventualmente formados em coberturas residuais.	- Transição entre campos gerais e campos rupestres. - Campo rupestre. - Campos gerais. - Matas ciliares. - Mata pluvionebular. - Mata de encosta. - Transição mata de encosta e campo rupestre. - Capoeira. - Transição cerrado e campo rupestre. - Cerrado. - Brejo	Coleta de sempre-vivas; queimadas ; caça; pastagem; visitação sem normas.	Visitação, pesquisa e monitoramento.

continua...

ZONA DE USO EXTENSIVO						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
Encostas da Chapadinha	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental 4.Riqueza de espécie 5. Área de transição 6. Suscetibilidade 7. Potencial visitação. 8.Potenc. conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença de população	A A A A A M A A B B B	- Patamares rochosos com quase total ausência de recobrimento detrítico superficial.	- Transição entre mata de encosta e campo rupestre; - Mata de planalto	Inexistente	Visitação, Pesquisa e Monitoramento
Trilha da Cachoeira da Fumacinha por Cima	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental 4.Riqueza de espécie 5. Área de transição 6. Suscetibilidade 7. Potencial visitação. 8.Potenc. conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença da população	A A A A M M A A B B B	- Superfícies estruturais de relevo plano ou quase plano e de relevo irregular e ruiniforme; - Escarpas frontais e respectivos depósitos de talus; - Escarpas secundárias, ressaltos e degraus estruturais.	- Campo rupestre; - Transição entre campos gerais e campos rupestres; - Mata ciliar.	Coleta de sempre-vivas, caça, fogo e pastagem.	Visitação, Pesquisa e Monitoramento

continua...

ZONA DE USO EXTENSIVO						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
Trilha da Cachoeira das Andorinhas	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental 4.Riqueza de espécie 5. Área de transição 6.Suscetibilidade 7.Potencial de visitação 8.Potencial para conscientização. 9.Infra-estrutura,. 10.Uso conflitante. 11.Presença de população	A A A A B B A A I I I	- Superfície estrutural de relevo irregular e ruiniforme; - Escarpas secundárias, degraus e ressaltos estruturais; - Vales em cânion.	- Campos rupestres e matas ciliares.	Inexistente	Visitação, Pesquisa e Monitoramento.
Trilha da Cachoeira do Véu de Noiva	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental 4.Riqueza de espécie 5. Área de transição 6. Suscetibilidade 7.Potencial de visitação 8.Potencial para concientização 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante 11.Presença de população	A A A A M M A A I I I	- Planícies aluviais fluviais; - Superfícies amorreadas de fundo de alvéolo, talhadas por erosão diferencial; - Escarpas frontais e respectivos depósitos de talus; - Escarpas secundárias, ressaltos e degraus estruturais.	Matas ciliares e campos rupestres.	Inexistente	Visitação, Pesquisa e Monitoramento.

continua...

ZONA DE USO EXTENSIVO						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
Trilha Guiné – Pati	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental 4.Riqueza de espécie 5. Área de transição 6. Suscetibilidade 7. Potencial visitação. 8.Potencialidade para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11. Presença da população	M A A A A M A A B M I	-Escarpas frontais e respectivos depósitos de talus. - Escarpas secundárias, ressaltos e degraus estruturais. - superfície estrutural de irregular e ruiniforme. - Superfície estrutural de relevo plano ou quase plano. - Patamares de superfície ondulada com freqüência afloramentos de rocha.	c)Cerrado. d) Campo rupestre. e) Transição entre campos gerais e campos rupestres. f) Mata ciliar.	Visitação sem normas.	Visitação, pesquisa e monitoramento.
Trilha Andaraí – Pati	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental 4.Riqueza de espécie 5. Área de transição 6. Suscetibilidade 7. Potencial visitação. 8.Potenc. conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença da população	A A A A M B A A M M I	Superfície estruturais de relevo irregular e ruim escarpas frontais e respectivas depósitos de talus.	g) campo rupestre h) mata ciliar	Visitação sem normatização.	Visitação, pesquisa e monitoramento.

continua...

ZONA DE USO EXTENSIVO						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
Trilha Conceição dos Gatos - Trilha Capão – Pai Inácio e Trilha Capão – Pai Inácio	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental 4.Riqueza de espécie 5. Área de transição 6. Suscetibilidade 7. Potencial visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença da população	M A A A A M A A B M I	- Superfícies amorreadas de fundo alvéolo, talhadas por erosão diferencial. - Superfície estrutural de relevo irregular e ruiniforme. - Escarpas secundárias ressaltos e degraus estruturais.	Campo rupestre, campos gerais e mata ciliar.	Visitação sem normas	Visitação, pesquisa e monitoramento.
Trilha Pai Inácio - Branco e Trilha da Gruta do Lapão	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental 4.Riqueza de espécie 5. Área de transição 6. Suscetibilidade 7. Potencial visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença da população	M A A A A M A A M M I	- Escarpas frontais e respectivos depósitos de Talus. - Escarpas Secundárias, Ressaltos E Degraus Estruturais. - Vales em cânion. - Superfície estrutural de relevo irregular e ruiniforme.	Mata ciliar, campos gerais e campo rupestre.	Visitação sem normas.	Visitação, pesquisa e monitoramento.

continua...

ZONA DE USO EXTENSIVO						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
Trilha Lençóis - Capão	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental 4.Riqueza de espécie 5. Área de transição 6. Suscetibilidade 7. Potencial visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10.Uso conflitante 11.Presença da população	M A A A A B A A B M I	- Escarpas frontais e respectivos depósitos de talus. - Superfície estrutural de relevo plano ou quase plano. - Superfície estrutural de relevo. - Vale em cânion. - Escarpas secundárias, ressaltos e degraus estruturais.	Campo rupestre, campo gerais e mata ciliar.	Visitação sem normas.	Visitação, pesquisa e monitoramento.
Trilha da Cachoeira da Fumaça por Baixo e Trilha da Cachoeira da Fumaça de Frente	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental 4.Riqueza de espécie 5. Área de transição 6. Suscetibilidade 7. Potencial visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença da população	A A A A A B A A B M I	- Superfície estrutural de relevo irregular e ruiniforme. - vales em cânion	- Transição entre mata de encosta e campo rupestre. - Campo rupestre. - Mata ciliar. - Mata pluvionebular.	Visitação sem normas.	Visitação, pesquisa e monitoramento.

continua...

ZONA DE USO EXTENSIVO						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
Trilha Capão – Mucugê e Trilha Pati – Gerais dos Vieiras	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental 4.Riqueza de espécie 5. Área de transição 6. Suscetibilidade 7. Potencial para visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença da população	A A A A A M A A B M I	- Superfície estrutural de relevo plano ou quase plano. - Patamares estruturais de fundo de alvéolo formados por erosão diferencial, superfície ondulada e vales aberto. - Patamares de superfície ondulada com vales encaixados e drenagem densa. - Escarpas frontais e respectivos depósitos de talus.	- Campo gerais. - Mata ciliar. - Mata de encosta capoeira.	Visitação sem normas.	Visitação, pesquisa e monitoramento.
Trilha da Cachoeira do Sossego	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental 4.Riqueza de espécie 5. Área de transição 6. Suscetibilidade 7. Potencial visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença da população	M A A A B B A A B M B	- Superfície estrutural de relevo irregular e ruiniforme. - Vales em cânion.	- Mata ciliar. - Transição entre mata de encosta e campo rupestre. - Campo rupestre.	Visitação sem normas.	Visitação, pesquisa e monitoramento.

continua...

ZONA DE USO EXTENSIVO						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
Trilha das Cachoeiras do Capivari e Michila	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental 4.Riqueza de espécie 5. Área de transição 6. Suscetibilidade. 7. Potencial para visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença de população.	M A A A A B A A M M M	- Superfície estrutural de relevo irregular e ruiniforme.	- Campo rupestre. - Mata ciliar. - Transição entre mata de encosta e campo rupestre.	Visitação sem normas e garimpo.	Visitação, pesquisa e monitoramento.
Trilha da Cachoeira do Bodão (21)	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental 4.Riqueza de espécie 5. Área de transição 6. Suscetibilidade 7. Potencial para visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença de população	A A A A A A A A I B I	- Superfície estrutural de relevo movimentado, pequenos e médios vales.	- Mata ciliar. - Transição entre mata de encosta e campo rupestre. - Campo rupestre.	Visitação sem normas e caça e garimpo em baixa intensidade.	Visitação, pesquisa e monitoramento

continua...

ZONA DE USO EXTENSIVO						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
Trilha do Cachoeirão por Baixo	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental 4.Riqueza de espécie 5. Área de transição 6. Suscetibilidade 7. Potencial para visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença de população	A B A A B A A A I B I	- Vale encaixado na forma de cânion.	- Mata ciliar e mata Atlântica de encosta.	Visitação sem normas em baixa intensidade; caça e retirada de palmito eventuais.	Visitação, pesquisa e monitoramento.
Trilha do Cachoeirão por Cima	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental 4.Riqueza de espécie 5. Área de transição 6. Suscetibilidade 7. Potencial para visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença de população	M A M A A A A A I B I	- Superfície estrutural de relevo irregular e ruiniforme.	- Campos gerais (transição entre campo limpo e sujo). - Campos rupestres. - Mata ciliar.	Visitação sem normas em média intensidade.	Visitação, pesquisa e monitoramento.

continua...

ZONA DE USO EXTENSIVO						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
Trilha da Cachoeira do Ramalho	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental 4.Riqueza de espécie 5. Área de transição 6. Suscetibilidade 7. Potencial para visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença de população	M B M M I M A A B B I	- Vale encaixado na forma de cânion.	- Mata ciliar.	Visitação sem normas em média intensidade; captação de água; área de agricultura.	Visitação, pesquisa e monitoramento.
Trilha da Cachoeira da Sibéria	1.Grau de conservação da vegetação 2.Variabilidade ambiental 3.Representatividade ambiental 4.Riqueza de espécie 5. Área de transição 6. Suscetibilidade 7. Potencial para visitação 8.Potencial para conscientização 9. Infra-estrutura 10. Uso conflitante 11.Presença de população	M M B M M M A A I M I	- Superfície estrutural de relevo irregular e ruiniforme; vale aberto, sendo o ambiente todo alterado por ações do garimpo.	- Campo rupestre e vegetação ciliar secundária.	Visitação sem normas, em média intensidade;garimpo manual; ocorrência de fogo e caça.	Visitação, pesquisa e monitoramento.

continua...

ZONA DE USO EXTENSIVO						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
Marimbus	1.Grau de conservação da vegetação 2.Variabilidade ambiental 3.Representatividade ambiental 4.Riqueza de espécie 5. Área de transição 6. Suscetibilidade 7. Potencial para visitação 8.Potencial para conscientização 9. Infra-estrutura 10. Uso conflitante 11.Presença de população	M M A A B A A A B M B	- Planície fluvial aluvial, com variação clara no nível do alagamento durante a seca e as chuvas.	- Vegetação ciliar e alagada, com presença de macrófitas.	Visitação sem normas, em baixa intensidade; ocorrência de caça e pesca.	Visitação, pesquisa, monitoramento e sensibilização envolvendo as comunidades locais.
Paredes para escaladas (serra do Vento, serra da Larguinha, beco da Sinhá, Califórnia, serra Alta, São Pedro, Capão do Correia e Baixão)	1.Grau de conservação da vegetação 2.Variabilidade ambiental 3.Representatividade ambiental 4.Riqueza de espécie 5. Área de transição 6. Suscetibilidade 7. Potencial para visitação 8.Potencial para conscientização 9. Infra-estrutura 10. Uso conflitante 11.Presença de população	A B A M M M A A B B I	- Escarpas secundárias, ressaltos e degraus estruturais.	- Campo rupestre, briófitas e liquens epilíticos.	Visitação sem normas, em muito baixa intensidade.	Visitação, pesquisa, monitoramento.

continua...

ZONA DE USO EXTENSIVO						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
Trilha do Poço do Gavião	1.Grau de conservação da vegetação 2.Variabilidade ambiental 3.Representatividade ambiental 4.Riqueza de espécie 5. Área de transição 6. Suscetibilidade 7. Potencial para visitação 8.Potencial para conscientização 9. Infra-estrutura 10. Uso conflitante 11.Presença de população	M B M M B A A A B M I	- Superfície estrutural de relevo irregular e ruiniforme. - Escarpas frontais e respectivos depósitos de talus. - Escarpas secundárias, ressaltos e degraus estruturais.	- Campo rupestre, briófitas e liquens epilíticos.; - Campos gerais (transição entre campo limpo e sujo).	Visitação sem normas, em baixa intensidade, caça, queimadas.	Visitação, pesquisa, monitoramento.
Trilha do Esbarrancado	1.Grau de conservação da vegetação 2.Variabilidade ambiental 3.Representatividade ambiental 4.Riqueza de espécie 5. Área de transição 6. Suscetibilidade 7. Potencial para visitação 8.Potencial para conscientização 9. Infra-estrutura 10. Uso conflitante 11.Presença de população	M B M M B A M A B M I	- Superfície estrutural de relevo irregular e ruiniforme. - Superfície estrutural de relevo plano e quase plano. - Escarpas frontais e respectivos depósitos de talus.	- Campo rupestre, briófitas e liquens epilíticos.; - Campos gerais (transição entre campo limpo e sujo).	Visitação sem normas, em muito baixa intensidade, caça, queimadas.	Visitação, pesquisa, monitoramento.

continua...

ZONA DE USO CONFLITANTE						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
Rodovia BA-142 (inclui a Estação de Tratamento de Água de Mucugê e uma linha de transmissão de energia)	1. Uso conflitante.	A	Não se aplica	Não se aplica	- Estrada pavimentada BA-142 - Estação de tratamento de água para a população de Mucugê - Linha de transmissão de energia	Aqueles intrínsecos ao funcionamento e manutenção dos serviços e acordados com o gestor do PNCD
OBS: para efeito da escolha desta Zona, o Uso Conflitante é o critério decisivo, por isso os demais não foram considerados.						
Linha de Transmissão de Energia Norte, Linha de Transmissão de Energia Município de Andaraí e Linha de Transmissão de Energia Baixão	1. Uso conflitante.	A	Não se aplica	Não se aplica	Linha de transmissão de energia	Aqueles intrínsecos ao funcionamento e manutenção dos serviços e acordados com o gestor do PNCD
OBS: para efeito da escolha desta Zona, o Uso Conflitante é o critério decisivo, por isso os demais não foram considerados.						

continua...

ZONA DE USO CONFLITANTE						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
Captações de Água	1. Uso conflitante.	A	Não se aplica	Não se aplica	- Barramen_ tos de cursos d'água. - Captações de água. - Distribui_ ção da água.	Aqueles intrínsecos ao funcionamento e manutenção dos serviços e acordados com o gestor do PNCD
OBS: para efeito da escolha desta Zona, o Uso Conflitante é o critério decisivo, por isso os demais não foram considerados.						

continua...

ZONA DE OCUPAÇÂO TEMPORÁRIA						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
Vale do Pati	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental 4.Riqueza de espécie 5. Áreas de transição. 6. Suscetibilidade 7. Potencial para visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença de população	M A M M A A A A A A A	- Escarpas frontais e respectivos depósitos de talus. - Escarpa secundária, ressaltos e degraus estruturais.	Mata de encosta e mata ciliar.	- Popula_ ção residente; - Uso do fogo; - Caça; - Presença de animais domésticos -Desma_ tamento; -Assorea_ mento de curso d'água.	Atividades tradicionais necessárias à sobrevivência e ao modo de vida, visitação e pesquisa.
Estrada Velha do Garimpo	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental 4.Riqueza de espécie 5. Área de transição 6. Suscetibilidade 7.Potencial para visitação 8.Potencial para concientização 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante 11.Presença de população	Médio Baixo Médio Baixo Baixo Alto Alto Alto Médio Alto Alto	- Interflúvios tabulares ou semi-tabulares. - Planícies aluviais e fluviais	Mata de planalto, areal e brejo	População residente uso do fogo, caça, presença de animais domésticos ,desmatam ento, assoreame nto de curso d'água.	Atividades tradicionais necessárias a sobrevivência e ao modo de vida, visitação e pesquisa.
OBS. Inclui também a área da comunidade da Fazenda Velha.						

continua...

ZONA DE OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
São Pedro	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental 4.Riqueza de espécie 5. Áreas de transição. 6. Suscetibilidade 7. Potencial para visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença da população	Médio Médio Médio Baixo Médio Baixo Baixo Baixo Alto Alto Alto	-Parlamentares rochosos com quase total ausência de recobrimento detrítico surperfícial.	Cerrado	População residente uso do fogo, caça, presença de animais domésticos , desmatamento, assoreamento de curso d'água	Atividades tradicionais necessárias a sobrevivência e ao modo de vida, visitação e pesquisa.
Capão do Correia	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental. 4.Riqueza de espécie. 5. Áreas de transição. 6. Suscetibilidade. 7. Potencial para visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença da população.	B M M M M B M M M M M	Depressões abertas na superfície da Chapada por processos erosivos influenciados por zonas de fatura.	Mata pluvionebular e capoeira.	População residente uso do fogo, caça, presença de animais domésticos , desmatamento, assoreamento de curso d'água.	Atividades tradicionais necessárias a sobrevivência e ao modo de vida, visitação e pesquisa

continua...

ZONA DE OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
Baixão	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental. 4.Riqueza de espécie. 5. Áreas de transição. 6. Suscetibilidade. 7. Potencial para visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença da população.	B M B M M M A A A A A	-Superfícies amorreados de fundo de alvéolo, trabalhadas por erosão diferencial. - Planícies fluviais aluviais.	Mata de encosta, mata ciliar.	População residente uso do fogo, caça, presença de animais domésticos , desmatamento, assoreamento de curso d'água.	Atividades tradicionais necessárias à sobrevivência e ao modo de vida, visitação e pesquisa.
Toalhas	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental. 4.Riqueza de espécie. 5. Área de transição. 6. Suscetibilidade. 7.Potencial para visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença de população.	M B M M B B M M M A M	- Superfície estrutural de relevo irregular e ruiniforme	- Mata de planalto	População residente uso do fogo, caça, presença de animais domésticos , desmatamento, assoreamento de curso d'água.	Atividades tradicionais necessárias à sobrevivência e ao modo de vida, visitação e pesquisa.

continua...

ZONA DE USO INTENSIVO						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
Trilha da Cachoeira da Fumaça por Cima	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental. 4.Riqueza de espécie. 5. Área de transição. 6. Suscetibilidade. 7.Potencial para visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença de população.	M A A A A M A A B M I	- Escarpas frontais e respectivos depósitos de talus. - Escarpas secundárias, ressaltos e degraus estruturais. - Superfícies estruturais de relevo irregular e ruiniforme. - Superfície de relevo plano ou quase plano.	- Campo rupestre - Campos gerais - Transição entre campo rupestre, campos gerais e mata ciliar.	Visitação e normalização.	Visitação, pesquisa e monitoramento.
Capa Bode	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental. 4.Riqueza de espécie. 5. Área de transição. 6. Suscetibilidade. 7.Potencial para visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença de população.	B B B B B B A A A B I	- Superfície estrutural de relevo plano ou quase plano.	Campos Gerais.		Visitação, alojamento, pesquisa e monitoramento.

continua...

ZONA DE USO INTENSIVO						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
Pai Inácio	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental. 4.Riqueza de espécie. 5. Área de transição. 6. Suscetibilidade. 7.Potencial para visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença de população.	M B B B B M A A A A B	- Superfície amorreada de fundo de alvéolo, talhada por erosão diferencial.	Capoeira	Posto de abastecimento e hotel.	Visitação, pesquisa e monitoramento.
Mar de Espanha	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental. 4.Riqueza de espécie 5. Área de transição. 6. Suscetibilidade. 7.Potencial para visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante 11.Presença de população.	M A A A M B A A M M I	Superfície de relevo irregular e ruiniforme.	Campo rupestre e mata ciliar.	Visitação sem normas	Visitação, pesquisa e monitoramento.

continua...

ZONA DE USO INTENSIVO						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
Ribeirão do Meio	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental. 4.Riqueza de espécie. 5. Área de transição. 6. Suscetibilidade. 7.Potencial para visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença de população.	M B B M B M A A I A I	- Superfície estrutural de relevo irregular e ruiniforme.	- Vegetação de mata ciliar alterada.	-Visitação intensa e sem normas, com a presença de comércio ambulante, churrasqueiras improvisadas, uso de aparelhos sonoros e instrumentos musicais. - Entrada de animais domésticos	Visitação, pesquisa e monitoramento.
Estrada Velha do Garimpo	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental. 4.Riqueza de espécie. 5. Área de transição. 6. Suscetibilidade. 7.Potencial para visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença de população.	M M M M B A A A M A M	- Planície fluvial aluvial. - Interflúvio tabular ou semi-tabular.	- Matas de planalto e ciliar com alterações.	- Visitação intensa sem normas. - Eventos esportivos sem autorização. - Erosão e assoreamento de cursos d'água. - Garimpo. - Espécies exóticas e invasoras. - Animais domésticos. - Caça.	Visitação, pesquisa, monitoramento, controle e fiscalização.

continua...

ZONA DE USO INTENSIVO						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
Trilha da Cachoeira do Córrego de Pedra	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental. 4.Riqueza de espécie. 5. Área de transição. 6. Suscetibilidade. 7.Potencial para visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença de população.	M M B M B A A M I I I	- Planície fluvial aluvial e pequeno vale sobre substrato rochoso.	- Campos gerais e vegetação ciliar.	- Visitação sem normas e incipiente.	Visitação, pesquisa e monitoramento.
Cachoeira da Donana	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental. 4.Riqueza de espécie. 5. Área de transição. 6. Suscetibilidade. 7.Potencial para visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença de população.	B B B M B M A A M A B	- Superfície estrutural de relevo irregular e ruiniforme e vale em cânion.	- Campos rupestres e vegetação ciliar alterados.	- Visitação sem normas e intensa. - Barragem no rio Paraguaçu. - Edificações residencial e comercial não autorizadas.	Visitação, pesquisa e monitoramento.

continua...

ZONA DE USO INTENSIVO						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
Trilha das Cachoeiras das Rodas e Rio Preto	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental. 4.Riqueza de espécie. 5. Área de transição. 6. Suscetibilidade. 7.Potencial para visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença de população.	M M M M B M A A B M I	- Superfície estrutural de relevo irregular e ruiniforme. - Escarpas frontais e respectivos depósitos de talus. - Escarpas secundárias, ressaltos e degraus estruturais.	- Campo rupestre, briófitas e liquens epilíticos.; - Campos gerais (transição entre campo limpo e sujo).	- Visitação sem normas muito intensa.	Visitação, pesquisa e monitoramento.

continua...

ZONA HISTÓRICO-CULTURAL						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
Igatu	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental. 4.Riqueza de espécie. 5. Área de transição. 6. Suscetibilidade. 7.Potencial para visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença de população.	B B M A I M A A M A M	- Superfície estrutural de relevo plano ou quase plano. - Superfície estrutural de relevo irregular e ruiniforme. - Escarpas secundárias, ressaltos e degraus estruturais.	Campo rupestre com diferentes graus de conservação.	- Visitação sem normas em média intensidade. - Garimpo. - Fogo. - Ocupações temporárias. - Depredação do patrimônio histórico-cultural.	Visitação, pesquisa, monitoramento, controle e fiscalização.
Trilhas Pedra do Urubu	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental. 4.Riqueza de espécie. 5. Área de transição. 6. Suscetibilidade. 7.Potencial para visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença de população.	M A A A M A M A B A I	- Superfície estrutural de relevo irregular e ruiniforme.	- Campo rupestre em diferentes graus de alteração.	- Visitação sem normas em baixa intensidade. - Garimpo intenso. - Caça. - Fogo.	Visitação, pesquisa e monitoramento.

continua...

ZONA HISTÓRICO-CULTURAL						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
Rabudo	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental. 4.Riqueza de espécie. 5. Área de transição. 6. Suscetibilidade. 7.Potencial para visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença de população.	A B M A I M A A I B I	- Superfície estrutural de relevo irregular e ruiniforme.	- Campo rupestre oriundo de regeneração.	Visitação sem normas, em baixa intensidade.	Visitação, pesquisa e monitoramento.
Encostas da Estrada Velha	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental. 4.Riqueza de espécie. 5. Área de transição. 6. Suscetibilidade. 7.Potencial para visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença de população.	B M M A B M A A I M I	- Patamares rochosos da chapada com ausência de recobrimento detrítico superficial; - Patamares de superfície ondulada com freqüentes afloramentos de rochas; - Interflúvios tabulares; - Planícies fluviais e aluviais; - Superfícies estruturais de relevo irregular e ruiniforme.	- Transição entre mata de encosta e campo rupestre, mata ciliar, areal e mata de planalto.	- Caça e desmatamento	- Pesquisa, monitoramento e recuperação.

continua...

ZONA DE RECUPERAÇÃO						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
Área Norte	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental. 4.Riqueza de espécie. 5. Área de transição. 6. Suscetibilidade. 7.Potencial para visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença de população.	M A A A A M Alto Alto Baixo Médio Baixo	- Superfície estrutural de relevo irregular e ruiniforme e de relevo plano ou quase plano. - Escarpas frontais e respectivos depósitos de talus. - Escarpas secundárias, ressaltos e degraus estruturais. - Vales em cânion. - Superfícies amorreadas de fundo de alvéolo, talhados por erosão diferencial.	Campo rupestre, campos gerais, transição entre campo geral e campo rupestre, capoeira, mata ciliar, mata de planalto,mata pluvionebular e mata de encosta.	Desmatamento, fogo, caça e população residente.	Pesquisa, monitoramento e recuperação.
Área Leste	1.Grau de conservação da vegetação. 2.Variabilidade ambiental. 3.Representatividade ambiental. 4.Riqueza de espécie. 5. Área de transição. 6. Suscetibilidade. 7.Potencial para visitação. 8.Potencial para conscientização. 9. Infra-estrutura. 10. Uso conflitante. 11.Presença de população.	M B M M I A B M B A I	Patamares rochosos com quase total ausência de recobrimento detrítico superficial.	Predomina a mata de planalto, com algumas áreas antropizadas.	- Presença de gado bovino. - Corte seletivo de madeira. - Apicultura. - Pesca. - Caça.	Pesquisa, manejo e monitoramento.

continua...

ZONA DE USO ESPECIAL						
Segmento	**Critérios de Zoneamento**	**Valores A/M/B/I**	**Caracterização geral**		**Principais conflitos**	**Usos permitidos**
			Meio Físico	**Meio Biológico**		
Cumes	• Altitude • Localização	A A	- Topos aplainados entre 1.107 e 1.700m. - Superfície estrutural de relevo irregular e ruiniforme.	- Campos rupestres	Não há.	- Radiocomunicação. - Monitoramento ambiental. - Prevenção e combate a incêndios. - Controle e fiscalização.
OBS: para efeito da escolha deste Segmento os critérios decisivos foram a altitude e a localização, por isso os demais não foram considerados.						
Perímetro da UC	1. Localização	A	- Diversos	- Diversos	- Diversos	- demarcação de limites; - controle e fiscalização; - edificações; - instalação de estruturas;
OBS: para efeito da escolha deste Segmento o critério decisivo foi a localização periférica em relação a poligonal do PNCD, por isso os demais não foram considerados.						

4.6 - Normas Gerais do Parque Nacional da Chapada Diamantina

- O Parque é aberto para o acesso à visitação pública durante todos os dias da semana, das 8:00h às 18:00h, ressalvadas as atividades excepcionais indicadas nesse Plano de Manejo. Casos de fechamento eventual de áreas serão avisados com antecedência ao público externo.
- Os recursos naturais e histórico-culturais do interior da UC não podem ser apropriados, explorados, ou alterados com exceção daqueles considerados fundamentais para a gestão do próprio PNCD ou para o sucesso de alguma pesquisa científica devidamente autorizada, conforme legislação vigente. São exemplos disso:
  - os recursos hídricos, subterrâneos ou superficiais, por meio de poços, represamentos, barramentos, canalizações, tubulações, ou outras formas de captação de água;
  - os minerais de qualquer natureza, como areia, argila, pedras, cristais, incluídos os minerais considerados preciosos ou semi-preciosos;
  - flora, considerando-se os indivíduos, componentes, ou seus derivados tais como: frutos, folhas, raízes, cascas, palmitos, carvão, madeira, lenha, estacas, moirões, palhas, cocos, cápsulas, fibras, seivas, óleos ou outros;
  - fauna, considerando-se os indivíduos, componentes e seus derivados, tais como: penas, dentes, garras, ossos, olhos, ferrões, ovos, peles, ninhos, couros, mel, sangue, ou outros;
  - outros componentes e partes dos recursos do Parque, inclusive os patrimônios genético, molecular e químico, entre outros;
  - artefatos históricos, pré-históricos, arqueológicos, paleo-arqueológicos, paleontológicos, culturais e similares;
  - os casos omissos serão resolvidos individualmente pelo órgão gestor do PNCD, respeitadas as normas e legislações vigentes.
- Escavações e outras atividades / intervenções relacionadas a pesquisas do meio biótico, meio físico, históricas e arqueológicas deverão utilizar metodologias de mínimo impacto;
- A introdução ou reintrodução de espécies ou indivíduos da fauna ou flora somente será permitida quando orientada por projeto técnico específico, autorizado formalmente pelo órgão gestor do PNCD, conforme legislação vigente.
- Deverão ser erradicadas as espécies exóticas e invasoras encontradas, dando-se prioridade àquelas definidas em estudos específicos.
- A visitação pública aos sítios arqueológicos e cavernas existentes - já conhecidas ou que venham a ser encontrados - no PNCD ficará condicionada a realização de estudos específicos e as recomendações de manejo por eles indicadas.
- A abertura física, o uso e a oficialização de trilhas, picadas e caminhos, previstos nesse Plano de Manejo, só serão permitidos após a publicação da sua aprovação e desde que reunidas as condições de implantação, atribuições exclusivas do órgão gestor do PNCD.
- Todas as intervenções devem levar em conta a adoção de alternativas de baixo impacto ambiental.
- Cada trilha terá normas próprias para o uso público, conforme explicitado nas áreas estratégicas internas onde as mesmas estiverem inseridas.
- O tratamento de esgoto a ser implantado nas instalações do PNCD deverá estar apto às condições dos solos, relevo, pluviosidade, variações do lençol freático, as altas temperaturas e alta umidade relativa do ar.
- O modelo de saneamento deverá considerar a necessidade de eliminação das fossas sem maiores prejuízos para o meio ambiente.
- Não é permitido o comércio de alimentos ou bebidas no interior do Parque, salvo aquele realizado por moradores ainda não indenizados, que exploram esta atividade em suas próprias residências e nos locais indicados neste Plano de Manejo.
- Não será permitida a realização de eventos de cunho religioso e político partidário na área indenizada da UC. Nas áreas ainda não indenizadas o assunto será objeto do TC.
- Serão estimuladas atividades de educação voltadas à formação de uma ética ambiental e interpretação do meio ambiente
- O consumo de bebida alcoólica ou de drogas ilícitas não é permitido na área do Parque.
- O uso de cigarros e palitos de fósforo deverá merecer cuidados especiais, ficando a cargo de seus usuários a retirada dos resíduos do interior da UC.
- São proibidos o ingresso e a permanência na Unidade, de pessoas portando armas, materiais ou instrumentos destinados ao corte, caça, pesca ou a quaisquer outras atividades

relacionadas à degradação da fauna ou da flora. Excetuam-se pesquisadores e funcionários ou parceiros com autorização expressa do PNCD.

- São proibidos o ingresso e a permanência na Unidade, de pessoas acompanhadas por animais domésticos, como cachorros, gatos, aves, cavalos, burros, bois entre outros animais exóticos e/ou domesticados. No caso dos moradores ainda não indenizados, a permanência de animais domésticos será tolerada somente em suas propriedades e em seus traslados.
- O pernoite de visitantes só é permitido nas áreas para acampamento determinadas neste PM e em conformidade com as demais regras do Parque e com o agendamento da atividade.
- Deverá ser estabelecido um Termo de Compromisso (TC) com as populações residentes no Parque, o qual definirá as normas específicas de uso temporário, até a conclusão do processo de desapropriação, indenização e de reassentamento;
- A hospedagem de visitantes no Parque, nas residências dos moradores ainda não indenizados, deverá passar pelo mesmo procedimento de agendamento previsto para os atrativos da UC.
- A utilização de aparelhos sonoros coletivos e de instrumentos musicais não é permitida na área do Parque, excetuando-se o uso pelos moradores ainda não realocados em suas propriedades.
- É terminantemente proibido o uso de fogueiras dentro da área do Parque, seja para cozinhar, aquecer, iluminar ou outra finalidade qualquer.
- É permitido o uso de contra-fogo no combate a incêndios quando não houver alternativa técnica para controle do foco, e quando recomendado pelo coordenador de operações responsável.
- Não é permitida a utilização de produtos de limpeza ou cosméticos nos cursos d'água da UC, tais como sabonetes, xampus, cremes, sabões, detergentes e afins.
- Todo lixo gerado pelos visitantes, ao longo das trilhas, é de responsabilidade destes e/ou dos seus condutores e deverá ser retirado do Parque pelos mesmos.
- As atividades de visitação só poderão ocorrer mediante prévio agendamento, a ser realizado pelo visitante ou por parceiros habilitados e dentro dos procedimentos estabelecidos para a exploração destes serviços.
- O acesso dos visitantes, acompanhados ou não de servidores do PNCD ou de parceiros habilitados, conforme a trilha, deverá ser precedido dos devidos esclarecimentos sobre as normas de segurança pré-determinadas;
- Nos atrativos guiados, a atividade de guiagem ou condução de visitantes será feita obrigatória e exclusivamente por funcionário do órgão gestor do PNCD ou por parceiro habilitado.
- O responsável pelo grupo receberá um registro de acesso na entrada, devendo devolvê-lo imediatamente após sua saída do PNCD, no PIC, PI, portaria ou CV mais próximo, para controle e segurança do visitante.
- O grupo e seu responsável só poderão confirmar um novo agendamento após a restituição do registro de acesso de uma visita anterior.
- A guiagem deverá considerar a segurança dos visitantes. O responsável pela guiagem deverá manter os visitantes sob sua guarda até o final da atividade. No caso de acidentes, o responsável deverá adotar os procedimentos estabelecidos em uma estratégia de resgate para as diversas atividades pertinentes.
- Os atrativos autoguiados poderão ser visitados sem o acompanhamento de funcionários do órgão gestor do PNCD ou por parceiros habilitados. Para tanto, tais atrativos deverão ser devidamente sinalizados e adequados para que ofereçam segurança ao visitante e ao ambiente natural.
- Poderão ser instaladas infra-estruturas simples para a interpretação ambiental e de apoio à visitação e pesquisa, desde que se preserve a harmonia com a paisagem e em condições de mínimo impacto.
- A infra-estrutura a ser instalada na Unidade limitar-se-á àquela necessária para o seu adequado manejo.
- Fica proibida a instalação de qualquer placa ou aviso que não conste do projeto de sinalização do PNCD, excetuando-se aqueles relacionados às rodovias, em suas áreas de servidão, instalados pelos órgãos responsáveis por estas. Até que o projeto seja elaborado será admitida a sinalização de interesse e iniciativa do Parque e dentro dos padrões constantes do Guia do Chefe.

- Placas de cunho publicitário, político ou de interesses particulares em geral não serão admitidos na área da UC.
- Sempre que viável, deverá ser dada prioridade à instalação de fontes alternativas de energia para as edificações do Parque. Quando for necessário a instalação de linha de transmissão de energia para atendimento às instalações do PNCD, esta deverá ser preferencialmente subterrânea.
- Áreas com riscos de enchentes ou trombas d'água terão seu acesso restrito quando houver indicativos destes eventos.
- Sempre que ocorrer focos de incêndios em área que envolva um atrativo ou atividade de visitação pública, a visitação será suspensa até que seja extinto o foco.
- Não são permitidas atividades competitivas no interior da UC, bem como eventos esportivos ou desportivos com a participação e/ou concentração de muitos praticantes simultaneamente, tais como corridas de aventura, torneios de esportes de natureza, ralis, festivais, enduros de regularidade, entre outros.
- Não são permitidos eventos culturais, com exceção daqueles promovidos pelo órgão gestor do PNCD e os recomendados neste PM nos locais especificados para esta finalidade.
- Será obrigatório, para os passeios de bicicleta, nas áreas onde a atividade é permitida, o uso dos equipamentos de segurança indicados pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN).
- A prática dos esportes de natureza previstos neste PM fica condicionada ao uso de equipamentos de segurança inerentes à cada atividade, em conformidade com as normas específicas existentes ou com as previstas pelos respectivos estudos específicos.
- Os parceiros habilitados deverão fornecer aos visitantes informações sobre todas as normas e procedimentos definidos para a visitação ao Parque, dando especial enfoque as normas pertinentes aos atrativos a que se destinarem.
- A ampliação ou construção de infra-estrutura, nas propriedades ainda não indenizadas, ficarão restritas àquelas definidas pelos Termos de Compromisso (TC).
- O uso de áreas para cultivos ou pastagens, nas propriedades ainda não indenizadas, ficará restrito àquelas com vegetação natural já suprimida, até à publicação deste Plano de Manejo e conforme estabelecido nos TC.
- As atividades agrícolas e pastoris das propriedades não-indenizadas ficarão restritas àquelas estabelecidas nos TC e deverão considerar as práticas de mínimo impacto.
- As pesquisas dentro do Parque só serão autorizadas quando observados os dispositivos que regulamentam o assunto.
- Todo e qualquer material utilizado para pesquisa dentro da Unidade deverá ser retirado e o local reconstituído após a finalização dos estudos.
- O espaço aéreo da UC fica limitado a 2.000m (cerca de 6.561pés) de altitude. Os sobrevôos com fins turísticos, neste espaço, deverão estar em conformidade com as normas da Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC) e ser autorizados pela administração do Parque.
- O pouso ou a decolagem no interior da UC só serão permitidos nos sobrevôos para atividades de proteção, pesquisa e monitoramento do Parque.
- Não é permitida qualquer atividade no subsolo do Parque, com exceção da visitação às cavernas e outras cavidades naturais, que forem regulamentadas por planos de manejo espeleológicos específicos, e de pesquisas científicas que não envolvam a prospecção mineral.
- É vedada a construção de quaisquer obras de engenharia ou infra-estrutura (tais como rodovias, barragens, aquedutos, linhas de transmissão, dentre outras) que não sejam de interesse exclusivo do próprio Parque.

4.7 - Planejamento por Área de Atuação

O planejamento das ações constantes deste PM abrange o PNCD e a sua Zona de Amortecimento. Quando as ações têm abrangência geral, dentro ou fora da UC, elas integram as Ações Gerenciais Gerais, Internas ou Externas, e estão agrupadas em Programas Temáticos. No caso de ações pertinentes a espaços físicos específicos do PNCD e seu entorno, elas são reunidas nas Áreas Estratégicas Internas ou Externas, abordando, também, os mesmos Programas Temáticos.

Neste PM, os Programas Temáticos abordados foram: proteção e manejo, pesquisa e monitoramento, sensibilização ambiental, integração externa, alternativas de desenvolvimento e operacionalização. Por sua vez, considerando as características do Parque e da região, o planejamento do PNCD considerou agrupar as ações de manejo em 20 Áreas Estratégicas Internas (AEI) e em 19 Áreas Estratégicas Externas (AEE) da sua ZA.

4.7.1 Ações Gerenciais Gerais

4.7.1.1 Ações Gerenciais Gerais Internas – AGGI

Proteção e Manejo

1 – Adotar a estratégia de fiscalização por setor.

1.1 – Implantar os seguintes setores de fiscalização (SF): Pai Inácio, Guiné, Roncador, Capa Bode, Campo Alegre, Colônia e Baixão.

- A estratégia deve seguir a divisão observada na Figura 53.
- A fiscalização dos setores ficará a cargo do seu respectivo Posto de Fiscalização (PF), conforme previsto nas AEI e listados abaixo.
- Será priorizada a implantação de três PF: o da Sede Administrativa Pai Inácio, o da Sede Administrativa Capa Bode e o de Campo Alegre.
- Até que todos os PF sejam construídos e implantados, os três PF citados anteriormente funcionarão como centros de coordenação para a fiscalização, abrangendo: i) Sede Administrativa Pai Inácio, respondendo pelos Setores de Fiscalização (SF) Pai Inácio e Roncador, ii) Sede Administrativa Capa Bode, respondendo pelos SF Capa Bode, Guiné e Colônia e iii) Campo Alegre, respondendo pelos SF Campo Alegre e Baixão.
- O SF Pai Inácio será vinculado ao PF da Sede Administrativa Pai Inácio, localizado na AEI Pai Inácio, no Município de Palmeiras, e será responsável pela fiscalização das AEI Pai Inácio, Serra do Sobradinho, Morro do Selim (Morrão), Candombá e Mandassaia, bem como pelas AEE Cercado, Lençóis, Seabra, Palmeiras e Capão.
- O SF Guiné será vinculado ao PF Guiné, no Distrito homônimo, Município de Mucugê, e será responsável pela fiscalização da AEI Pati, bem como das AEE Guiné e parte do Pólo Agrícola.
- O SF Roncador será vinculado ao PF Roncador, localizado na estrada Velha do Garimpo, no local onde hoje existe uma casa histórica, próxima à cachoeira do Roncador, na AEI Roncador, no Município de Andaraí, e será responsável pela fiscalização das AEI Roncador e Pedra do Urubu, bem como pelas AEE Marimbus, Capim Gordura e parte da Andaraí.
- O SF Capa Bode será vinculado ao PF da Sede Administrativa Capa Bode, localizada na AEI Capa Bode, Município de Mucugê, e será responsável pela fiscalização das AEI Capa Bode, Ruínas de Igatu, Andorinhas, São Pedro, Paraguaçu e parte da Sempre-Viva, bem como pelas AEE Mucugê, Igatu, Assentamentos, parte da Andaraí e da Pólo Agrícola.
- O SF Campo Alegre será vinculado ao PF Machobongo, localizado na entrada da Trilha Fumacinha por Cima, na AEI Baixão, no Município de Mucugê no limite com Ibicoara, e será responsável pela fiscalização das AEI Capão do Correia, parte da Baixão, parte da Sempre-viva, bem como pelas AEE Cafeeira e parte do Pólo Agrícola.
- O SF Colônia será vinculado ao PF Colônia, localizado no povoado de mesmo nome, na AEE Colônia/Rumo, no Município de Itaetê, e será responsável pela fiscalização da AEI Encostas da Chapadinha, bem como das AEE Colônia/Rumo e Chapadinha.
- O SF Baixão será vinculado ao PF Baixão, localizado na comunidade do Baixão, na AEI Baixão, no Município de Ibicoara, e será responsável pela fiscalização de parte da AEI Baixão e da AEE Brejão.

1.2 – Estabelecer e implementar rotina de fiscalização para cada setor.

- A rotina de fiscalização deverá considerar as necessidades e especificidades das Áreas Estratégicas que o setor abrange, realizando no mínimo uma operação por mês em cada Área.

1.3 - Realizar fiscalização periódica nas áreas abertas à visitação registrando e notificando as irregularidades identificadas.

- A fiscalização a estas áreas deverá observar o elemento surpresa e procurar identificar: grupos de visitantes sem o acompanhamento do guia ou condutor, em atividades cujas normas exijam sua presença; visitantes sem o ingresso correspondente à atividade ou fora

do período de validade; transgressões às normas de visitação; presença de visitantes em áreas fechadas a visitação; excesso de visitantes nas áreas; dentre outros aspectos.

- O guia ou condutor de visitantes que for identificado em procedimentos irregulares, em desacordo com as normas do PNCD, será advertido e, de acordo com a gravidade, deixará de ser recomendado para guiar visitantes no Parque.

2 – Elaborar anualmente o planejamento das atividades de fiscalização.

- Este planejamento deverá prever apoio externo e operações especiais.
- Enquanto o PNCD não obtiver o número de agentes de fiscalização ambiental suficiente para a unidade, as demandas fiscalizatórias deverão ser priorizadas pela chefia da UC e o coordenador de proteção, observado o planejamento anual de fiscalização e as rotinas de cada Setor.
- A priorização das demandas fiscalizatórias deverá seguir os critérios de localização, pelos quais os setores que abranjam a Zona Intangível e a Zona Primitiva são prioritários – e de significância ambiental – pelos quais são prioritários os remanescentes de mata Atlântica, as questões de incêndios florestais, a caça, os campos de sempre-viva (nas áreas de campos rupestres) e as principais nascentes do PNCD.
- As ações fiscalizatórias que demandarem sigilo estratégico deverão ser elaboradas pelo chefe ou responsável pela fiscalização do PNCD, sendo divulgados para os agentes de fiscalização ambiental somente no momento da ação.
- A fiscalização da UC deverá ocorrer todos os dias, com ênfase nos finais de semana e feriados, em especial nas áreas de uso público mais demandadas, bem como nos horários noturnos principalmente onde haja acampamento e histórico de caça.
- O planejamento das ações de fiscalização deverá incluir o sistema de patrulhamentos volantes e com missões especiais eventuais e periódicos, bem como contar com o fator surpresa no seu escopo.
- As equipes de fiscalização devem ser constituídas de, no mínimo, dois agentes de fiscalização ambiental, podendo, sempre que necessário, contar com o apoio de policiais, agentes de fiscalização de outros órgãos ambientais ou agentes ambientais voluntários devidamente credenciados e capacitados.
- As equipes de fiscalização que encontrarem artefatos, armadilhas, acampamentos ou outras estruturas que evidenciem ações de degradação ambiental no interior da UC têm a premissa de apreenderem e/ou destruírem tais instrumentos, desde que não se caracterizem como patrimônio histórico ou arqueológico, ou que a sua destruição não cause maior dano ambiental.

3 – Adotar relatório padrão de fiscalização para ser preenchido sempre que uma operação for executada.

- As equipes de fiscalização deverão enviar relatórios de cada ação fiscalizatória para o chefe ou responsável pela fiscalização da unidade, imediatamente após o término da operação.
- As informações dos relatórios deverão ser sistematizadas para subsidiar o planejamento anual de fiscalização.

4 – Desenvolver uma estratégia de retirada do gado introduzido na UC por criadores de outras localidades.

4.1 – Desenvolver campanha de divulgação na região, informando da proibição da utilização do Parque como área de pastagem.

- A campanha deve ser permanente, enquanto persistir o problema.
- Durante a campanha, os criadores serão notificados para providenciarem a retirada de seu gado em prazo pré-determinado.

4.2 – Instalar placas informativas e sistemas do tipo mata-burro nas principais vias de acesso às áreas de soltura de gado dentro do Parque.

4.3 – Solicitar aos órgãos de fomento, capacitação em técnicas alternativas de pecuária, para os criadores de gado da região, visando suprir a carência de utilizar as áreas do Parque como pastagens.

4.4 – Promover operações de retirada do gado e autuar os proprietários.

5 – Estabelecer operações estratégicas de fiscalização conjuntas com a Polícia Federal para coibir ações ilegais de pessoas ou grupos no interior da UC.

- As operações serão voltadas, principalmente, para a eliminação da coleta e do tráfico de sempre-vivas, para eliminar a caça, a captura e o tráfico de animais silvestres, deter ações de biopirataria e eliminar a mineração.

6 – Cercar os limites do Parque, onde couber e, especialmente, nas áreas que permitam fácil acesso.

- O cercamento ocorrerá logo após a regularização fundiária de cada propriedade localizada nos limites da UC.

7 – Demarcar o perímetro do PNCD de modo que os seus limites possam ser visualizados claramente pela comunidade.

- Tal demarcação deve ser precedida por um projeto técnico, que indique: os tipos de marcos físicos adequados para cada trecho específico do perímetro; os cuidados para que não haja poluição visual; os cuidados para que os marcos físicos não criem barreiras ao fluxo biológico; os materiais adequados para a confecção destes marcos; entre outros aspectos relacionados ao tema;

8 – Elaborar e implementar anualmente o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais do PNCD, conforme projeto específico constante do Encarte 5, priorizando as ações de prevenção.

- A autoridade federal responsável pela prevenção e combate a incêndios e a Câmara Técnica de Prevenção e Combate a Incêndios do Conselho Consultivo do PNCD deverão ser envolvidos no planejamento e na implementação do Plano de Prevenção.
- O Plano de Prevenção deverá prever o incentivo às Brigadas Voluntárias para atuar nas ações de combate à incêndios.
- Preverá, ainda, parcerias com corpo de bombeiros, polícia militar e outros órgãos para o apoio às atividades.
- Os dados dos incêndios ocorridos deverão ser sistematizados e utilizados em planejamentos posteriores.
- Anualmente, ao final da temporada de incêndios, os dados deverão ser consolidados de modo a formar uma série histórica da incidência dos incêndios na área do Parque.
- Apesar dos esforços para prevenção serem prioritários, na ocorrência de um eventual incêndio florestal todos os meios e recursos devem ser empregados pelo órgão gestor da UC, bem como por seus parceiros, para o pronto combate ao incêndio;

9 – Contratar, temporariamente, brigadistas para o período seco do ano (agosto a fevereiro), em número condizente com as demandas apresentadas pelo Plano de Prevenção e Combate a Incêndios anual.

- Os brigadistas contratados devem prestar seus serviços para a proteção ambiental da Unidade, podendo ser destinados a outros serviços de relevância ao PNCD além dos relacionados aos incêndios florestais.

10 - Promover anualmente cursos de capacitação e aperfeiçoamento para ações de prevenção, controle e combate a incêndios.

- Estes cursos deverão ser ministrados, anualmente, para os candidatos à contratação temporária de brigadistas e para os voluntários que se interessem nesta capacitação.
- Preferencialmente deverão ser selecionados para participar do curso pessoas que residam na região e que conheçam a área do PNCD.
- O treinamento dos brigadistas deverá ocorrer até o mês de junho, após o qual será realizada a seleção daqueles que serão contratados.

11 – Proceder ao controle e combate aos incêndios identificados na área do Parque, observando a estratégia definida para esta ação.

- Em se tratando de combate, os esforços devem se concentrar na necessidade de que o primeiro combate se realize o mais rápido possível, mesmo que este se dê com um pequeno grupamento de brigadistas. Os demais grupos para reforço desta brigada de primeiro combate poderão ser viabilizados posteriormente.
- Deverão ser acionados os parceiros sempre que a situação dos incêndios requerer maior capacidade operacional além da disponível na UC.
- Um grupamento de brigadistas deve ser destinado especificamente para o rescaldo e monitoramento da área queimada. Somente após esse trabalho o incêndio será considerado extinto.

12 – Buscar apoio financeiro para a formação e fortalecimento de brigadas.

- Deverão ser identificadas fontes financiadoras que aportem recursos para ações de proteção na UC.

13 – Adquirir os equipamentos necessários ao bom desempenho das ações do Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais do PNCD.

- Deverão ser adquiridos anualmente: kits de primeiros-socorros; equipamentos de combate a incêndios (abafadores, bombas costais flexíveis, facões, foices, pás, enxadas, enxadões, pinga-fogos, rastelos, entre outros); equipamentos de proteção individual (botas, meias, calças, cintos, camisetas, gandolas, bonés, óculos de proteção, máscaras, luvas, cantis e lanternas), em número suficiente para a quantidade de brigadistas contratados.

13.1 – Renovar periodicamente os veículos para transporte de brigada; os equipamentos do sistema de rádio-comunicação e bombas d'água motorizadas.

- Os equipamentos de radiocomunicação são: rádios portáteis, baterias, bases fixas e bases móveis.
- Deverão estar sempre disponíveis e em bom estado de conservação no mínimo 3 veículos e 3 bombas d'água motorizadas para as atividades de prevenção e combate a incêndios.
- Todas as bases de apoio do PNCD deverão dispor de equipamentos do sistema de rádio-comunicação, em bom estado de conservação e funcionando interligados adequadamente.

14 – Instalar abrigos nos diversos segmentos da AEI Cumes para os brigadistas que desempenham a função de monitoramento nos pontos de observação de incêndios.

- Os abrigos deverão conter proteção contra intempéries, ser elevado do nível do solo a uma altura suficiente para a visualização da área a ser monitorada e ter dimensão suficiente para abrigar duas pessoas.

14.1 – Construir, prioritariamente, 8 abrigos para monitoramento.

- Os abrigos devem ser construídos nos seguintes locais: i) Três Morrinhos, ii) Gobira, iii) Capa Bode, iv) Morro do Chapéu, v) gerais do rio Preto, vi) morro Branco, vii) serra do Mucugezinho e viii) serra dos Cristais.

15 – Estabelecer estratégia de prevenção de incêndio, principalmente para os períodos críticos.

- Deverão ser destacados 2 brigadistas contratados para permanecer nos abrigos e bases do PNCD, equipados com rádio, no período critico, em regime de plantões.
- Deve haver sempre um grupamento de brigadistas contratados em alerta, durante o período crítico, para formar a brigada de primeiro combate da forma mais rápida possível.

16 – Designar um coordenador geral para as atividades de prevenção e combate a incêndios do PNCD, denominado atualmente de Gerente do Fogo.

- O coordenador terá sua base de trabalho na central de operações da Sede Administrativa Capa Bode e ficará vinculado ao Setor de Proteção do PNCD podendo acumular a coordenação deste setor.

17 – Elaborar uma estratégia de resgate para atendimentos emergenciais no interior do Parque, que assegure a proteção dos usuários da UC.

- A estratégia deverá prever o atendimento e a retirada das pessoas que necessitarem de auxílio médico ou que estejam perdidas dentro da UC.

- Os Centros de Operação de Prevenção e Combate a Incêndios localizados no Pai Inácio e Capa Bode deverão ser equipados com medicamentos e equipamentos para primeiros socorros, veículo para transporte de vítimas e pessoal treinado para este atendimento.
- Os guias ou condutores e funcionários do PNCD deverão receber orientação sobre os procedimentos de primeiros socorros para atendimento emergencial ao visitante.

18 – Identificar, mapear e sinalizar, principalmente nas áreas de visitação, os trechos dos rios com risco de ocorrência de trombas d'água.

- A identificação deverá ser precedida por estudos que apontem as áreas e respectivos períodos de risco.
- A sinalização deverá identificar os locais de risco e as opções de fuga em caso de tromba d'água.
- No período de maior risco de ocorrência de trombas d'água, a visitação a estas áreas só deverá ocorrer em dias de estiagem, ficando suspensa a visitação pública nos dias nublados ou chuvosos.
- Os pernoites próximos a estas áreas serão proibidos nos períodos de risco.

19 – Solicitar à Agência Nacional de Águas (ANA) a instalação de um sistema de alerta de nível de água para o monitoramento dos rios com potencial de ocorrência de trombas d'água e instalá-lo.

20 – Desenvolver programa de manejo e controle de espécies vegetais exóticas e invasoras em diferentes pontos da UC.

- À medida que as propriedades forem adquiridas deverá ser elaborado e implantado projeto de erradicação das espécies exóticas.
- A recuperação das áreas deverá ocorrer de forma natural, com exceção daquelas onde se necessita de maiores intervenções.

21 – Adotar medidas de preservação dos sítios de pinturas rupestres localizados no interior do PNCD, baseados nas recomendações de estudos específicos.

22 - Buscar parcerias específicas com outras instituições para suprir as necessidades da fiscalização.

- Devem ser envovidas as polícias Militar, Civil e Federal.

23 – Implantar e manter, no PNCD, o programa de Agentes Ambientais Voluntários.

Pesquisa e Monitoramento

1 – Estabelecer procedimentos para a realização de pesquisas no PNCD, em consonância com o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO).

- Todo pesquisador deverá portar o controle de acesso específico, a ser estabelecida pelo PNCD, quando estiver no interior da UC em suas atividades de pesquisa.
- Antes de cada expedição o pesquisador deverá informar ao PNCD o roteiro diário pretendido, visando medidas de segurança.
- O acesso do pesquisador à UC só será permitido mediante o acompanhamento de servidor ou parceiro habilitado do PNCD.
- Os pesquisadores deverão ser informados de que, em determinadas circunstâncias, seus materiais e equipamentos poderão ser averiguados por servidor do PNCD, como forma de prevenção à biopirataria.

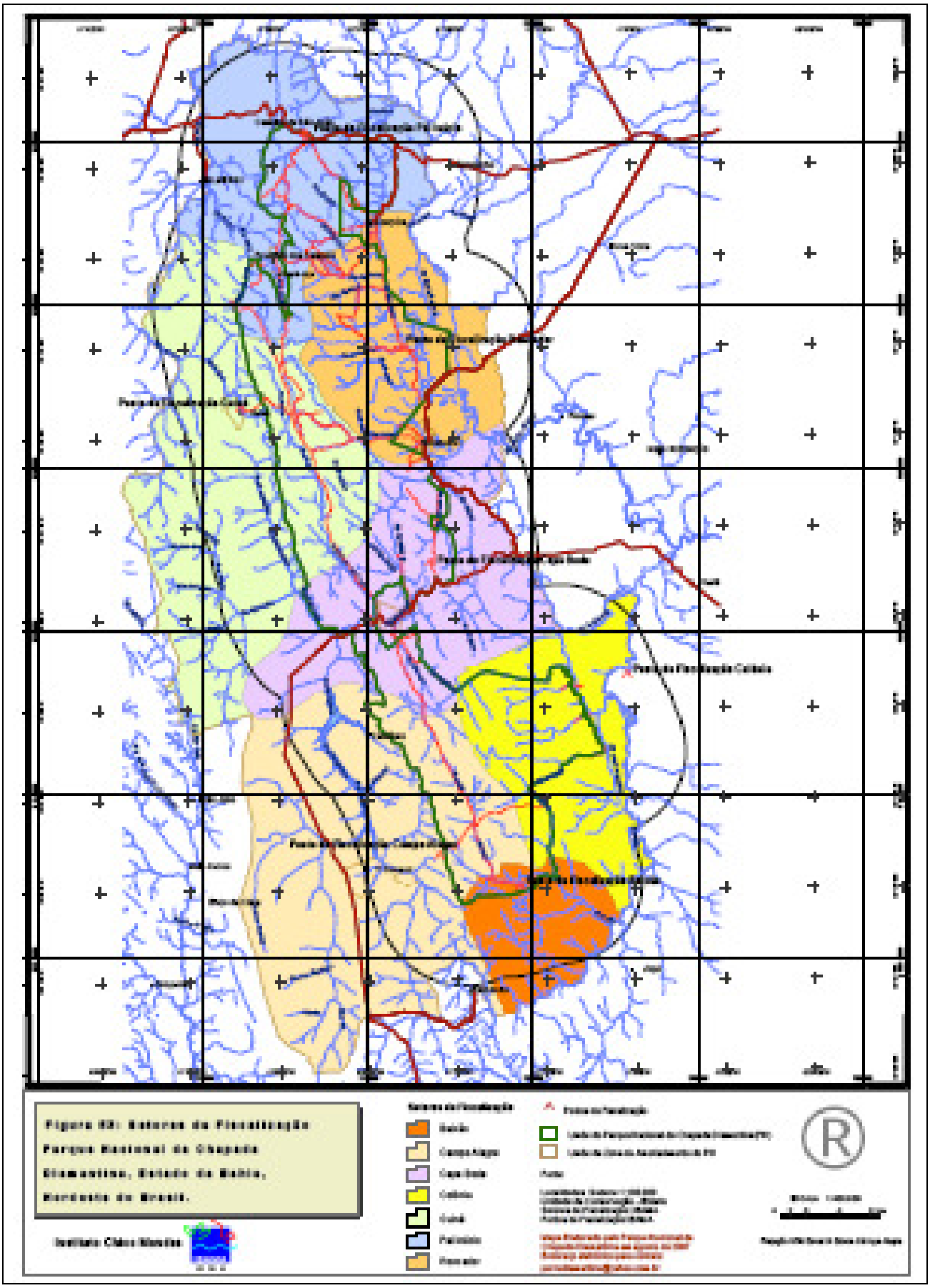
2 – Elaborar estudo hidrológico e hidrográfico do Parque.

- O órgão gestor do PNCD procurará assessoramento da ANA e de instituições de pesquisa para a elaboração e execução de projeto de pesquisa.

2.1 – Montar um sistema de monitoramento da qualidade da água nos principais cursos d'água existentes no PNCD, cujas nascentes estejam à montante da UC.

- Deve ser dada ênfase nos rios: Paraguaçu, Capãozinho, São José, Cumbuca e Santo Antonio.

Figura 53: Setores de Fiscalização do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.



O monitoramento dará ênfase à identificação da presença e ao acompanhamento dos níveis de produtos químicos, em especial agrotóxicos e fertilizantes.

3 – Implantar, no mínimo, duas estações meteorológicas no Parque.

- O órgão gestor do PNCD contatará a ANA e o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) para a elaboração de projeto específico para a instalação das estações meteorológicas.

3.1 - Identificar os locais mais adequados para a instalação das estações meteorológicas.

- Preferencialmente, as estações meteorológicas deverão estar localizadas próximo a uma das bases do PNCD e distribuídas de forma a obter dados da porção norte e porção sul do Parque

3.2 - Identificar modelos que permitam a leitura e o monitoramento dos dados à distância.

4 - Sistematizar os dados climáticos obtidos e disponibiliza-los para consulta, subsidiando pesquisas e o programa de prevenção e combate a incêndios do PNCD.

5 – Realizar pesquisas arqueológicas intensivas.

- As pesquisas devem abranger o diagnóstico e o levantamento de todos os sítios arqueológicos na área do Parque.
- A partir das pesquisas, devem ser propostas ações para o salvamento e a divulgação de resultados, incluindo a definição dos sítios e suas trilhas de acesso que serão abertos ao uso público.

6 – Dar continuidade ao inventário dos sítios espeleológicos do PNCD.

- O inventário deve definir as cavidades naturais passíveis de visitação pública, bem como as normas e acessos para essa atividade.

7 – Estimular pesquisas do patrimônio cultural arqueológico, histórico e histórico-cultural.

- As pesquisas do patrimônio cultural devem, necessariamente, ser elaborados por equipes reconhecidas pelo IPHAN, de acordo com a portaria SPHAN nº. 07 de 01/12/1988.
- Os programas e projetos a serem desenvolvidos nos sítios arqueológicos também deverão ser obrigatoriamente aprovados pelo IPHAN.
- Os sítios históricos e arqueológicos identificados deverão ser registrados no IPHAN.

8 – Criar base de dados que centralize as informações sobre pesquisas arqueológicas e históricas.

- Deve-se abranger pesquisas realizadas no escopo de projetos, teses e artigos científicos, resoluções de uso etc.
- Esta base de dados conterá referências completas, listas (com créditos dos autores/executores) disponíveis para o público e poderá ser elaborada em conjunto com instituições de pesquisa.

9 – Realizar estudos de longa duração para a avaliação e o monitoramento da vegetação do PNCD.

- Os estudos deverão contemplar no mínimo:
  - O diagnóstico da diversidade florística e o estado de conservação da vegetação.
  - O uso de parcelas permanentes para o acompanhamento dos diversos tipos de comunidades vegetais.
  - Avaliação da estrutura, fenologia, dispersão e polinização nas comunidades vegetais.
  - Estudos sobre a germinação de sementes e desenvolvimento de mudas de espécies nativas para possível reintrodução em áreas degradadas.
  - Estudos sobre a viabilidade do cultivo de espécies submetidas ao extrativismo, como, por exemplo, a sempre-viva-de-mucuge *Syngonanthus mucugensis*, a batata-da-serra *Ipomoea* sp., o mucugê *Couma rigida*, o buriti *Mauritia vinifera*, entre outras.

10 – Realizar pesquisas de fauna dando continuidade ao levantamento realizado para o PM.

- As pesquisas deverão contemplar, no mínimo:

- Avaliação da existência de endemismos e grau de variabilidade genética de populações de grupos faunísticos.
- Análise da relação da fauna com a vegetação, incluindo padrões de distribuição.
- Análise da biologia e da ecologia das espécies nativas.
- Avaliação das populações e proposição de medidas de controle de espécies exóticas e invasoras.
- Inventário da ictiofauna, visando conhecer a biologia (aspectos da reprodução, alimentação e relações interespecíficas) das espécies de peixes, os efeitos da mineração sobre as espécies, medidas para eliminação das exóticas, medidas de manejo necessárias para a manutenção das espécies nativas encontradas no PNCD.
- Estudos para o conhecimento do status populacional da onça-pintada *Panthera onca* e sussuarana *Puma concolor* na área do PNCD e na sua ZA.
- Levantamento de fauna na porção sul do Parque visando conhecer as espécies ocorrentes e seu estado de conservação.

11 - Realizar estudos sobre o público visitante do PNCD, de forma continuada, para subsidiar o manejo da UC.

- Os estudos devem quantificar e qualificar os visitantes do PNCD, quanto: variações de intensidade da visitação ao longo do ano; local de origem; como teve conhecimento do Parque; nível de satisfação após a visita; a percepção dos impactos ambientais decorrentes da visitação; entre outros aspectos pertinentes ao tema.

12 - Organizar um banco de dados com os trabalhos técnicos e científicos realizados sobre o Parque e sua região.

12.1 – Sistematizar algumas informações oriundas destes trabalhos em uma compilação que contribua para o manejo do PNCD.

- As informações, sempre que possível, serão georreferenciadas.

13 – Elaborar o mapa das pressões e ameaças sobre o Parque.

- O mapa deve subsidiar o aprimoramento do manejo da UC, visando:
  - As áreas críticas e os tipos de pressões em cada uma delas;
  - discriminar as estradas, trilhas e principais acessos.
  - entradas que facilitam o acesso de caçadores;
  - locais de extração seletiva da flora;
  - locais de ocorrência da fauna e flora ameaçada de extinção;
  - outras informações geradas pelo monitoramento, fiscalização e pesquisas.
- A atualização do mapa será constante e baseada, principalmente, nos relatórios das equipes de fiscalização.

14 – Adquirir, anualmente, imagens de satélite de alta resolução da área do Parque e sua ZA.

- Deverá ser solicitado ao Centro de Sensoriamento Remoto (CSR) o tratamento das imagens e seu envio para a UC.
- A partir das imagens adquiridas, deverá ser feito o acompanhamento anual das alterações ambientais que ocorram no Parque e na ZA e registrado no banco de dados da UC.

15 – Utilizar os segmentos da AEI Cumes para monitoria de outros aspectos ligados a proteção e a pesquisa do Parque.

16 - Elaborar mapeamento geológico em escala detalhada caracterizando as diversas formações existentes.

- Deve ser dada atenção especial àquelas relacionadas aos períodos tércio-quaternário e recente, incluindo a ação tecnogênica, seus depósitos e cicatrizes.

17 – Levantar a história ambiental do PNCD e as modificações decorrentes da ação antrópica.

- Este levantamento deve definir critérios, prioridades e estratégias de recuperação para as áreas impactadas negativamente.

18 – Mapear, modelar e avaliar os aqüíferos e a situação de águas superficiais das micro-bacias.

- Estas ações devem levar em consideração os processos de modificação humana impetrados, fazendo uma comparação ao longo dos últimos 200 anos, de modo a construir e apontar propostas de recuperação adequadas para cada local.

19 - Realizar estudo para o conhecimento dos efeitos das linhas de transmissão de energia no meio biótico e na paisagem do Parque.

20 – Monitorar os processos erosivos, em especial nas áreas de uso público, para subsidiar ações de manejo.

21 – Divulgar as pesquisas prioritárias estabelecidas para a UC na mídia especializada e na Internet.

- A divulgação deverá atingir o meio acadêmico e centros de pesquisa, de forma a despertar o interesse das instituições em desenvolver seus trabalhos na UC.

22 - Designar um analista ambiental, do Setor Funcional Técnico, para acompanhamento de pesquisas.

- Este servidor será responsável pela análise das solicitações de pesquisa encaminhadas ao PNCD, solicitação de resultados de pesquisa e organização de banco de dados da UC, bem como o acompanhamento de pesquisadores em campo.

23 - Estabelecer parcerias com instituições de ensino e pesquisa para que o PNCD seja o objeto de expedições cientificas para a formação acadêmica de graduandos e pós-graduandos.

Visitação

1 – Estabelecer sistema de cobrança de ingresso para as atividades de visitação ao PNCD.

- A cobrança de ingresso se dará a partir da regularização fundiária das áreas de visitação e da instalação de no mínimo uma das infra-estruturas do Parque destinadas a este fim.
- A compra do ingresso dará direito a uma pulseira colorida que identificará o atrativo e o tempo de permanência no Parque do visitante.
- A pulseira, de material plástico reciclável, resistente e inviolável, conterá a data de validade e será inutilizada após o término da visitação.

1.1 - Regulamentar as isenções de pagamento de ingresso.

- Além dos casos previstos na portaria ministerial, deverá ser solicitada a isenção para os alunos de escolas públicas e comunidades do entorno, quando inseridos no Programa de Sensibilização Ambiental.

1.2 - Definir ingresso diferenciado, como estímulo, para os moradores de baixa renda do entorno.

2 - Desenvolver mecanismos para operacionalizar o agendamento das atividades de uso público do PNCD, em conformidade com as indicações das AEI.

- O sistema de agendamento deverá ser informatizado e operar em rede permitindo assim que possa ser processado nos vários locais destinados a este fim como PIC, CV e PI.
- Excepcionalmente o guia ou condutor de visitantes e seu grupo poderão ingressar na UC antes do horário previsto para o funcionamento de determinada atividade de visitação pública, mediante comunicação prévia no momento do agendamento.
- Para desenvolver as atividades, o visitante deverá agendá-la e comprar o ingresso nos diversos PIC, nos CV do PNCD ou pela Internet.
- Não é permitido a um mesmo emissor de grupos (pessoa física ou jurídica) agendar seguidamente entradas de visitantes para uma mesma atividade, salvo exceções indicadas abaixo;
- O agendamento para as atividades deve ter dois momentos: o pré-agendamento e a confirmação do agendamento.
- No pré-agendamento de uma atividade um emissor de visitantes (pessoa física ou jurídica) reserva o dia de início da visita, o local de partida dos grupos e o número de pessoas, podendo-se se inscrever em uma lista de espera a ser criada pelo PNCD para uso das vagas em seqüência e pelo mesmo acesso em dias seguidos daquela mesma atividade.

- Para a confirmação do agendamento são necessários: i) o fornecimento dos nomes e dados pessoais dos visitantes de cada grupo (incluindo os do guia ou condutor), ii) a data de uso da atividade, iii) o local de acesso, iv) a informação do Parque sobre a autorização de emissão de grupos em seqüência e pelo mesmo acesso em dias seguidos, v) a condição do grupo estar presente na região entre uma semana antes e até às 16:00h da véspera do dia da realização da atividade – salvo exceções que serão consideradas pelo PNCD em cada caso e vi) o emissor deve retirar materiais informativos e de controle necessários às atividades em um dos PIC ou CV do PNCD;
- O agendamento é considerado provisório até que sejam atendidas as exigências indicadas acima;
- Quando houver dois ou mais emissores concorrendo pelo mesmo período de uso de uma mesma atividade, são critérios de prioridade: i) data de emissão de grupos para a atividade em período anterior, sendo favorecido aquele que emitiu grupos há mais tempo; ii) ordem de pré-agendamento; e iii) atendimento das exigências para a confirmação do agendamento;
- Dos concorrentes, o priorizado será o titular da reserva, os demais vão para a lista de espera;
- A lista de espera será aberta a partir das 16:00h do dia anterior à realização das atividades, quando se encerra o prazo para confirmação do pré-agendamento;

3 – Contratar consultoria para o desenvolvimento de um sistema (*software*) para manejo e controle da visitação pública e pesquisa.

- O programa deve permitir que todas as unidades (PIC, portarias, CV, PF, PI) do PNCD: sejam interligadas em rede; promovam o registro; consultem o sistema de agendamento, os dados dos visitantes, a assinatura dos termos de responsabilidade e ciência, o sistema de reservas, a lista de espera e as prioridades dos emissores de visitantes; identifiquem quem está no PNCD em determinado momento, quantas pessoas ao mesmo tempo se encontram no interior da UC, o status das facilidades, as condições das placas, trilhas e etc.; e acionem operações de resgate.

4 - Elaborar e implantar projeto de sinalização para o Parque.

- O projeto deve contemplar a sinalização indicativa, informativa e interpretativa, observando as normas estabelecidas no Guia do Chefe, as recomendações contidas nas Áreas Estratégicas e em outros projetos específicos do PM para a interpretação dos recursos naturais, histórico-culturais e arqueológicos.
- Deverá ser promovida a reparação ou renovação das placas de sinalização que apresentarem algum problema.
- As placas atuais que não estiverem dentro do padrão estabelecido no projeto de sinalização deverão ser removidas.
- Fica proibida a instalação de qualquer placa ou aviso que não conste do projeto de sinalização.

5 - Implantar atividades guiadas para os atrativos que ofereçam maior dificuldade ou exigências de conhecimentos específicos.

- Estas atividades devem seguir as recomendações das AEI.
- Estas atividades serão conduzidas por funcionários do Parque ou parceiros habilitados.

6 - Estabelecer visitas autoguiadas aos atrativos que apresentem maior facilidade de acesso.

- Para a realização da visita autoguiada o usuário deverá contar com informações precisas quanto a sua localização, tempo de percurso, grau de dificuldade e condições exigidas para a visitação bem como orientações técnicas para a escolha do roteiro.
- O atrativo e seus acessos devem ser sinalizados.
- O Parque deverá repassar as informações necessárias para a visitação à estas áreas.

6.1 - Elaborar livreto contendo todas as trilhas autoguiadas com as informações necessárias para sua realização.

- Os folhetos estarão disponíveis nos CV, PIC, portarias e demais estruturas do Parque.

7 – Divulgar as atividades de uso público da UC nos CV, PIC, e PI localizados nas sedes dos municípios que compõe o Parque.

- A divulgação do PNCD deverá se estender ainda a Seabra e Salvador, no âmbito do Estado da Bahia, com o apoio da Prefeitura Municipal e da Empresa de Turismo da Bahia S/A (Bahiatursa) respectivamente.

8 - Implementar os procedimentos de visitação pública em conformidade com o especificado nas AEI.

- A compra de ingressos deverá ser efetuada na bilheteria do CV ou PIC, após escolha do roteiro.
- O visitante deverá ser alertado sobre as normas de visitação.
- Será exigido do visitante a assinatura de um termo de responsabilidade e/ou de ciência dos riscos da atividade pretendida por ocasião da retirada de seu ingresso.

8.1 – Elaborar modelo de termos de responsabilidade e/ou de ciência dos riscos inerentes às atividades de visitação pública no PNCD.

- O termo deverá abordar situações gerais, inerentes às atividades desenvolvidas em ambientes naturais, e conteúdo específico para as atividades que exigem condições especiais para seu desenvolvimento.
- O conteúdo geral citará situações tais como: riscos de acidentes com abelha, formiga, cobra, aranha, mordida por mamíferos (rabudo, sariguê, etc.), doenças transmitidas por vetores silvestres, afogamentos, tromba dágua, escorregões, torções, escoriações, arrranhões, fraturas, taquicardia, queda de pressão, hipoglicemia, histeria, estresse físico e mental, bolhas, calos, dentre outras possíveis de serem vivenciadas.
- Os conteúdos específicos abordarão as situações de riscos inerentes ao desenvolvimento de atividades como: saltos na água, aproximação de cachoeiras, rapel, escalada, vôo livre, mergulho, visita à cavidades naturais, canionismo, cachoeirismo, ciclismo, canoagem, *bungge jump*, *rope swing*, entre outros.

9 - Promover e apoiar a capacitação de condutores para acompanhamento à visitação do PNCD.

- Os condutores deverão obter capacitação sobre técnicas de mínimo impacto, primeiros socorros, estratégias de resgate, história natural, ecologia, arqueologia, espeleologia, além das informações específicas sobre os atrativos do PNCD.
- Os cursos deverão ser periódicos propiciando capacitar o maior número de condutores, buscando atender as demandas e a reciclagem continua dos interessados.
- O PNCD manterá um cadastro dos condutores capacitados para indicá-los aos visitantes, quando solicitado.
- Esses cursos podem ser aplicados por profissionais das áreas de conhecimento apontadas acima. O Parque deve buscar apoio das universidades e centros especializados.
- Os parceiros habilitados devem ser igualmente capacitados e, quando pertinente, devem promover a capacitação do pessoal a eles vinculados, sendo imprescindível a participação do Parque na orientação do conteúdo exigido.

10 – Regulamentar a atividade de visitação existente, promovendo um controle sobre esta, até que ocorra a regularização fundiária das áreas em que ocorre e a implantação da infra-estrutura necessária.

- A visitação do Parque, de caráter provisório (piloto), deverá ser realizada com datas agendadas/autorizadas pelo órgão gestor do Parque.
- Os condutores locais passarão por uma capacitação mínima e serão avaliados quanto ao cumprimento das normas do PNCD e seu desempenho será registrado. A partir desses dados, o PNCD divulgará uma lista na qual recomenda os condutores mais aptos a desenvolverem atividades dentro da UC.
- Este desempenho será medido por avaliações surpresa em operações de fiscalização, por amostragem, feitas pelo Parque e por questionários que serão aplicados aos visitantes periodicamente.
- A lista ficará a disposição dos visitantes, nas instalações do PNCD.

10.1 – Desenvolver e aplicar questionário aos visitantes, periodicamente.

- O questionário levantará informações sobre o perfil do visitante, o desempenho do condutor, a impressão sobre o Parque e as sugestões para aprimorar a experiência da visita.

10.2 – Inibir iniciativas de identificação de novos atrativos de visitação pública.

- A estratégia de inibição deve contar com a divulgação das novas regras do Parque, bem como de ações fiscalizatórias com este objetivo.
- Durante a vigência deste PM só poderão ser considerados os novos atrativos decorrentes de estudos promovidos pelo Parque, principalmente aqueles identificados aptos pelas áreas de arqueologia e espeleologia e uso público nas condições recomendadas.
- Os novos atrativos serão incorporados ao PM mediante uma monitoria por parte do órgão gestor do PNCD e a avaliação do projeto específico de implantação.

10.3 - Inserir nos TC, a serem estabelecidos com os proprietários e posseiros das áreas não-indenizadas do PNCD, os procedimentos necessários para as atividades de visitação pública que são realizadas em seus imóveis.

11 – Identificar, analisar e proceder ao fechamento temporário ou definitivo de trilhas que não ofereçam segurança ou condições de uso no interior do Parque.

- As trilhas não indicadas neste Plano e que apresentam risco para a proteção e manejo do Parque devem ser fechadas prioritariamente.
- Serão priorizadas para fechamento as trilhas que entram na Zona Intangível e os diversos acessos secundários das demais zonas.

12 – Proporcionar condições para a visitação pública dos portadores de necessidades especiais e pessoas da terceira idade nas áreas dos CV e em atrativos de fácil acesso.

13 - Oferecer, através de terceirização, serviços que demandem habilidades, equipamentos, conhecimentos específicos para sua realização e mão de obra especializada não disponível no quadro de pessoal do órgão gestor do PNCD.

- Serão terceirizados os serviços de áreas de estacionamento, transporte no interior da UC, aluguel de bicicleta e canoas, lanchonetes, lojas de souvenir, áreas de acampamento e algumas atividades de uso público indicadas nas respectivas AEI.
- Todo e qualquer serviço de terceirização deverá receber acompanhamento direto do setor administrativo.
- Os contratos de terceirização deverão ser avaliados anualmente, verificando os pontos fracos e fortes, procedendo-se as medidas corretivas quando necessárias.
- Deverá ser incluído nos contratos de terceirização o estabelecimento de cobrança de multa diária por negligência na manutenção de equipamentos e instalações de uso público que estejam sob a tutela de terceiros.
- Os prestadores de serviço terão que estar capacitados para oferecer informações corretas e precisas sobre o ambiente no qual estão trabalhando mencionando claramente a existência do Parque e seu papel na atividade desenvolvida.
- Todo material de divulgação produzido e utilizado pelos concessionários e demais parceiros será submetido à aprovação da administração do Parque.
- Qualquer material de divulgação feito pelos concessionários deverá destacar, clara e obrigatoriamente, sua inter-relação com o Parque.

14 – Elaborar cartas celestes para cada estação do ano, como ferramenta de apoio para a interpretação em atividades de visitação pública noturnas, previstas neste Plano.

- Estas cartas serão vendidas para os visitantes interessados ou disponibilizadas para os grupos de visitantes de escolas públicas que vierem especificamente para estas atividades de interpretação noturna.

15 – Promover atividades de visitação pública que divulguem as lendas e outras estórias locais e regionais.

- Estas atividades serão complementares às atividades interpretativas, especialmente noturnas, nas áreas de acampamento, nos CV e diversos PIC, por meio da figura de um contador de histórias e causos, encenações e outras formas de transmissão oral e cênica.

16 - Zelar para que os visitantes abandonem a prática de saltar do alto de pedras para poços de cachoeiras.

- A proibição desta prática deve ser amplamente divulgada juntamente com as outras normas de visitação pública do PNCD, conforme o estabelecido no item de Sensibilização Ambiental das AGGI.
- Esta divulgação deve atingir hotéis, pousadas, restaurantes, associações de condutores e agências de viagens da região.
- É obrigatória a declaração de responsabilidade para o desenvolvimento das atividades neste Segmento, que inclui a ciência da proibição da prática dos saltos.
- Os visitantes desta Trilha devem ser informados da proibição dos saltos, por meio do painel informativo da sua entrada, do folheto interpretativo e pelo guia ou condutor na modalidade guiada.
- Nas proximidades do poço da cachoeira, deve haver sinalização da proibição e riscos de saltos, bem como da isenção de responsabilidade do órgão gestor do PNCD neste caso.
- Deve ser mantida vigilância junto ao poço da cachoeira, nos períodos de alta temporada, para coibir a prática dos saltos.
- Deve-se buscar parcerias para a realização desta vigilância, como por exemplo com o Corpo de Bombeiros Militares, Brigadas Voluntárias, entre outros.

17 - Estimular pesquisadores e especialistas a produzirem guias ilustrados temáticos sobre o PNCD.

- Os temas devem abordar aspectos da biota (fauna e flora) ou do meio abiótico (geologia, cachoeiras, relevo etc.) e aspectos históricos e culturais (incluindo arqueologia).
- Serão disponibilizados espaços nos CV, PIC e PI para a comercialização dos guias produzidos.

Sensibilização Ambiental

1 – Elaborar e implantar um Programa de Sensibilização Ambiental para o PNCD.

- O Programa deve se voltar para as comunidades do interior e entorno do PNCD, enfocando a importância da UC e dos patrimônios natural, histórico-cultural e arqueológico que ela protege.
- A Câmara Técnica de Educação Ambiental e Comunicação Social do Conselho Consultivo do PNCD (CONPARNA-CD) pode ser envolvida no processo de elaboração desse plano.
- Deve prever o envolvimento de agentes multiplicadores das próprias comunidades, com o objetivo de ampliar a abrangência do Programa.
- Deve contemplar a realização de palestras, cursos, treinamentos e outros eventos, para os agentes multiplicadores e comunidades.
- Deve-se considerar a utilização de diferentes meios de comunicação, como folheto, cartilhas, cartazes, dentro outros julgados apropriados.
- Escolas e outras instituições da sociedade civil organizada devem ser objeto estratégico do Programa.
- Moradores do interior do PNCD devem ser alvo de uma abordagem específica e constituir outro foco prioritário do Programa.
- Serão estimuladas atividades de sensibilização voltadas à formação de uma ética ambiental e interpretação do meio ambiente
- Preferencialmente, o Programa deverá enfocar:
  - Importância da conservação dos ecossistemas que compõe o Parque;
  - Desdobramentos da conservação do PNCD nas comunidades locais;
  - Proteção dos recursos hídricos, poluição das águas e seus efeitos;
  - Os benefícios ambientais e econômicos advindos do uso adequado dos espaços protegidos.
  - Animais e plantas existentes no PNCD, ameaçados de extinção;
  - Animais peçonhentos e vetores biológicos;
  - Sítios arqueológicos, paleontológicos e espeleológicos;
  - Controle de atividades degradantes do meio ambiente;
  - Lixo e poluição;
  - Saneamento e saúde pública;

- Práticas ambientalmente sustentáveis;
- Queimadas e seus efeitos negativos para o meio ambiente;

1.1 – Elaborar material educativo, informativo e de divulgação da UC.

- Os materiais devem lançar mão de diferentes meios, tais como cartilhas, jogos, folhetos, cartazes, mapas, postais e audiovisuais.
- A Câmara Técnica de Educação Ambiental e Comunicação Social do Conselho Consultivo do PNCD (CONPARNA-CD) poderá ser envolvida no processo de elaboração desses materiais.
- Os conteúdos deverão estar adaptados às especificidades de cada público alvo e ou localidade;
- Os materiais educativos deverão ser utilizados nos eventos promovidos pelo Parque e disponibilizados para venda nos CV, PIC e PI.

1.2 – Promover eventos de sensibilização.

- Os eventos devem objetivar temas relacionados à importância do PNCD na vida da população local e geral.
- Os eventos devem ter naturezas distintas, como reuniões, debates, oficinas, seminários, cursos, visitas orientadas, palestras, comemorações, representações teatrais, eventos musicais, exposições dentre outros envolvendo as comunidades residentes e do entorno.

2 – Promover campanhas de sensibilização sobre incêndios florestais, com enfoque no PNCD e seu entorno, nos períodos que antecedem a época de seca.

2.1 - Elaborar folheto sobre o fogo e suas implicações ao meio ambiente.

- O folheto deve indicar medidas preventivas e ser utilizado nas campanhas de sensibilização deste tema.
- Os folheto deverá informar também como o cidadão deve proceder em casos de detecção de incêndios na região do Parque.

3 – Desenvolver atividades culturais voltadas ao público infanto-juvenil abordando as questões ambientais.

- Nestas atividades poderão ser usados recursos, tais como: peças infantis, teatrais, mamulengo, dentre outros julgados apropriados.

4 - Elaborar calendário de eventos, palestras, visitas orientadas, cursos, oficinas e outros.

- Serão considerados os principais eventos culturais regionais e datas comemorativas relativas ao meio ambiente, como: Dia da Árvore, Dia da Água, Semana do Meio Ambiente, aniversário do PNCD e outros, na elaboração do calendário, como oportunidades para aplicação das atividades de sensibilização ambiental.
- Considerar também o período de férias escolares para a promoção de visitas orientadas com os jovens das comunidades residentes.

5 – Estimular escolas para promover visitas orientadas ao PNCD.

- As visitas devem ter caráter educativo e de sensibilização às questões ambientais.
- O público deve incluir os alunos, professores e demais envolvidos com as escolas.
- Estas visitas devem realizar agendamento prévio.

6 - Organizar visitas orientadas de lideranças comunitárias e outros segmentos ou grupos interessados ao PNCD.

- As visitas deverão ser organizadas dentro do calendário de eventos e acompanhadas por funcionários do Parque.
- O objetivo das visitas é o conhecimento *in loco* da UC, visando o pleno entendimento do público-alvo sobre a necessidade de sua preservação.

7 – Confeccionar material informativo, contendo o resumo das normas gerais do PNCD e outras informações, de forma compreensível, destinada aos visitantes.

- O material informativo deverá ser divulgado em hotéis, pousadas, restaurantes, associações de condutores e agências de viagens da região, de forma a orientar os visitantes quanto aos

procedimentos para visitar a unidade de conservação, bem como divulgar os atrativos disponíveis no Parque Nacional.
- Este material estará disponível também nas sedes administrativas, centros de visitantes, postos de informação e controle, portarias e demais áreas de atendimento ao visitante.
- Deverá ser solicitado o apoio das demais UC da região para a divulgação do material informativo do PNCD.

8 – Desenvolver um programa de informação e sensibilização voltado para o setor turístico da região, com enfoque na preservação dos recursos naturais protegidos pelo Parque.
- O Programa deverá sensibilizar os condutores de visitantes para a adoção de práticas de mínimo impacto nas atividades em contato com ambientes naturais.
- Encontros entre ambientalistas e empresários do turismo deverão ser promovidos periodicamente, buscando harmonia e troca de experiências.
- Treinamentos específicos para condutores de visitantes locais e profissionais ligados ao setor turístico que, atuam no Parque e em sua região, deverão ser promovidos no sentido de instruí-los sobre a importância dos sítios arqueológicos e necessidade de preservá-los;

9 – Articular, junto às rádios locais, espaço para a veiculação de matérias sobre o PNCD e suas campanhas.

10 – Buscar parcerias para o apoio técnico e logístico na execução do Programa de Sensibilização Ambiental.
- Deve-se buscar o apoio junto às prefeituras, iniciativa privada, universidades, ONG e outras UC da região.

Operacionalização Interna

1 - Promover a regularização fundiária do Parque (Figura 55).
1.1 - Estabelecer parcerias com a Coordenação do Desenvolvimento Agrário (CDA), da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia, para realização de ação discriminatória ou instrumento similar.
1.2 - Promover a divulgação, nos meios de comunicação locais, da realização da ação discriminatória ou instrumento similar, para que os interessados apresentem documentação pertinente.
1.3 – Desenvolver pesquisa cartorial nos cartórios da região.
1.4 – Concluir as transferências das terras devolutas e as do Banco do Brasil para o órgão gestor do PNCD.
1.5 - Indenizar os proprietários cuja documentação estiver habilitada e os posseiros.
1.6 - Proceder à desocupação das terras.
1.7 – Registrar os títulos e tornar o órgão gestor do PNCD detentor das titulações.
1.8 - Negociar com o INCRA a possível realocação das comunidades residentes para áreas próximas à UC.
1.9 - Reunir e organizar no Parque um arquivo com cópia da documentação das terras da UC, incluindo os dados da demarcação.

2 - Proceder ao cadastramento de todos os residentes do Parque.
- O cadastro deverá conter o nome dos residentes e o local da residência, seus costumes, modos de vida e atividades de subsistência de forma a subsidiar a elaboração do Termo de Compromisso.

3 - Elaborar e implementar Termos de Compromisso (TC) com os residentes do Parque, até que a situação fundiária seja resolvida.
- Os TC devem seguir os dispostos na Lei Federal N°. 9.985/2000 e Decreto Federal N°. 4.340/2002.
- A população residente no Parque deverá ser realocada gradativamente e durante este processo deverão ser implantados projetos de realocação que garantam nas áreas assentadas, assistência técnica, energia elétrica, saneamento básico e programa de educação ambiental.

- Deverá ser estabelecida, no TC, a restrição de uso dos recursos naturais e de criação de animais enquanto não ocorrer a realocação.
- Os residentes serão informados e orientados sobre atos proibitivos como a caça, pesca, queimadas, desmatamento e demais atividades de potencial impacto à UC, bem como sobre os problemas decorrentes da incineração do lixo e do depósito irregular dos mesmos e orientados à prática adequada.
- Os criadores de animais domésticos (aves, caprinos, suínos, bovinos, eqüinos e muares) existentes no interior da UC, serão orientados para que procedam ao confinamento dos mesmos e, nos casos possíveis, que o confinamento seja fora da área do Parque.
- A rotação de cultura deve ser considerada a forma de uso adequada para as atividades de subsistência e, portanto, a exigida nas áreas do interior do PNCD.
- A entrada e o trânsito dos residentes no interior do Parque ficam liberados, até que sejam indenizados, mediante identificação específica para estes.
- Os familiares e visitantes que desejarem entrar no Parque com destino a uma das residências deverão se identificar nas Portarias ou demais instalações do PNCD para obter a identificação específica que propicie seu trânsito na UC.
- Os moradores serão informados quanto às restrições da comercialização no interior da UC, em especial, à venda de bebidas alcoólicas.

4 - Realizar reuniões comunitárias periódicas com os residentes da UC.

- As reuniões têm como objetivo permitir a participação dos comunitários nos processos de gestão do PNCD que lhes dizem respeito, tais como: a regularização fundiária, os projetos de reassentamento e os TC.

5 - Avaliar, indicar e orientar tecnicamente o sistema de fossa sanitária mais adequado para instalação nas residências do interior da UC que ainda não a possuam.

6 - Elaborar o Regimento Interno do Parque.

- O Regimento Interno deverá contemplar as normas administrativas da UC, horário de funcionamento, atribuições dos diferentes setores de gestão, perfil das funções do organograma, normas de pesquisa, normas de ocupação das suas instalações (residências, alojamento, acampamentos), procedimentos administrativos, dentre outros.
- O Regimento será elaborado pela administração do Parque e submetido à aprovação pelo órgão gestor da UC.
- O estabelecimento do Regimento Interno será efetivado por Portaria da Presidência do órgão gestor, como previsto no artigo 56 do Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros.

7 - Implementar o sistema de gestão do PNCD em Segmentos Administrativos.

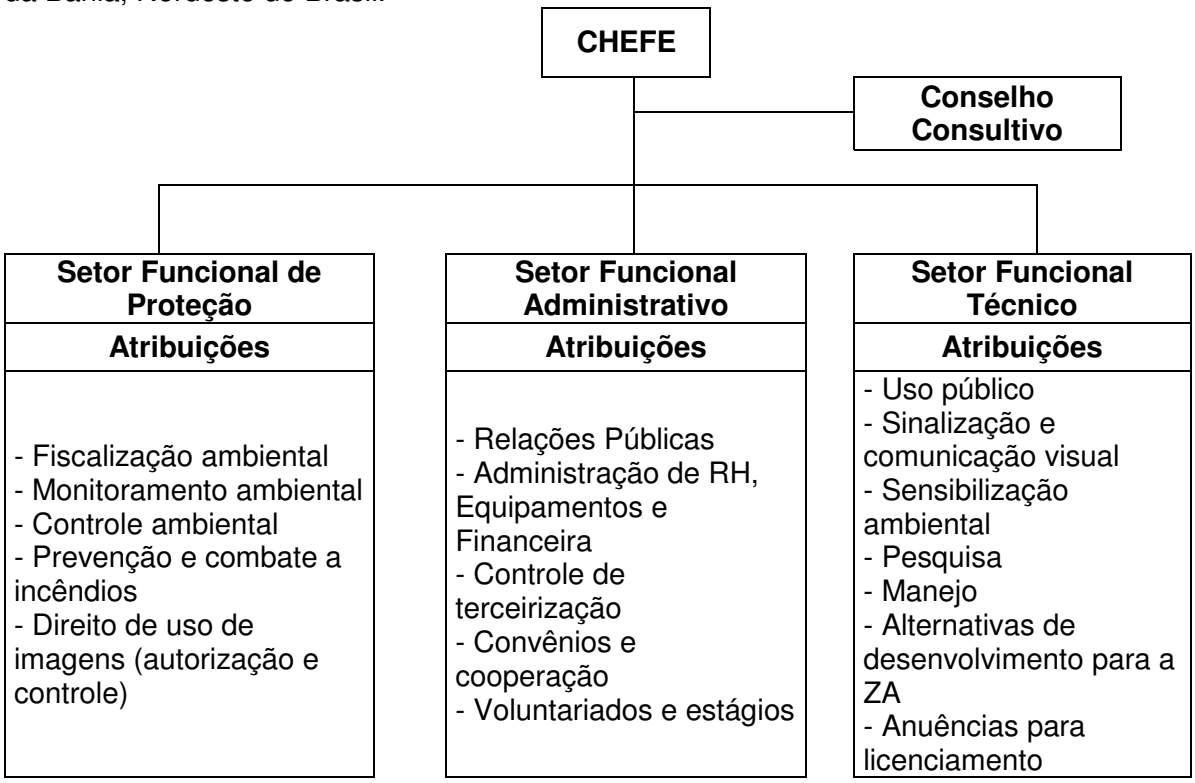
- O PNCD deve ser dividido em dois Segmentos Administrativos a saber: Segmento Administrativo Norte e Segmento Administrativo Sul.
- A segmentação administrativa deve propiciar agilidade e facilidade dos procedimentos da UC em relação ao atendimento aos usuários, tendo em vista as dificuldades de deslocamento e as grandes distâncias.
- A Sede Administrativa Pai Inácio concentrará as decisões administrativas de toda UC, mas atende prioritariamente às demandas do Segmento Administrativo Norte.
- A Sede Administrativa Capa Bode atenderá, principalmente, as demandas do Segmento Administrativo Sul.
- O chefe do PNCD deve concentrar sua atuação na Sede Administrativa Pai Inácio, enquanto o chefe-substituto, na Sede Administrativa Capa Bode.

8 – Estruturar o Organograma Funcional do Parque (Figura 54):

- O chefe da UC é o responsável pela comunicação com o Conselho Consultivo e com a imprensa.
- O quadro de pessoal do PNCD deve ser dividido em três Setores Funcionais, a saber: Setor Funcional de Proteção, Setor Funcional Administrativo e Setor Funcional Técnico.
- Os setores devem se remeter sempre ao chefe da UC.
- A atuação dos setores abrangerá o interior da UC e sua ZA, no que couber.

- O coordenador do Setor Administrativo é o chefe-substituto da UC.
- As decisões sobre os assuntos considerados mais complexos e relevantes para o manejo do Parque devem envolver os coordenadores dos três setores e o chefe da UC e, preferencialmente, o Conselho Consultivo.

Figura 54**:** Organograma funcional do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.



9 - Complementar o quadro de pessoal do PNCD.

- O quadro de pessoal (Quadro 10) deve atender às demandas definidas no Organograma Funcional definido acima, bem como àquelas decorrentes de outros itens deste PM.
- O quadro de pessoal previsto poderá ser suprido pelo remanejamento de funcionários do órgão gestor e por funcionários cedidos por parceiros habilitados, Prefeituras, ONG e outras organizações.
- Os funcionários cedidos trabalharão subordinados à administração do PNCD, respeitando as mesmas premissas a que estão sujeitos os funcionários do órgão gestor.
- O serviço de voluntariado poderá atender a demandas específicas do Parque desde que orientados e sob a supervisão de funcionários da UC.

10 - Criar e implementar o Programa de Estagiários do PNCD.

- Estruturar os Setores Funcionais do PNCD para receberem estagiários.
- Os estagiários são pessoas vinculadas a instituições de ensino, pesquisa ou organização da sociedade civil, que se interessem em complementar sua formação acadêmica e humana desenvolvendo atividades no PNCD. Podem estar ligados ao ensino médio, à graduação ou à pós-graduação.
- Os estagiários podem desenvolver projetos próprios, desde que aprovados pelo órgão gestor do Parque, ou acompanhar o andamento de pesquisas científicas que já estejam em andamento na área do PNCD, quando autorizados pelo responsável pela pesquisa.

11 - Criar e implementar o Programa de Voluntários do Parque de acordo com a legislação vigente.

- Estruturar os Setores Funcionais do PNCD para receberem os voluntários.
- Divulgar o Programa na região e no Estado.
- Formalizar a participação dos voluntários, certificando-os pela sua participação.

- Os voluntários podem desenvolver suas atividades nos Setores Funcionais do PNCD que melhor atendam aos seus interesses.
- Os voluntários podem atuar, também, nos PIC e PI para o atendimento aos visitantes e ao público em geral.

12 - Envolver os voluntários nos programas de capacitação do PNCD

13 - Contratar serviços terceirizados para atender demandas específicas, tais como: manutenção, limpeza e vigilância.

14 – Propiciar treinamentos e capacitação para todos os funcionários do Parque.

- Os treinos e capacitações devem objetivar melhorar o desempenho de suas atividades em temas como: sensibilização e educação ambiental, mediação de conflitos, relações públicas, legislação ambiental, noções de ecologia e conservação dos recursos naturais, noções de administração pública, procedimentos de vistoria técnica, dentre outros.
- Os cursos e oficinas deverão contar com especialistas das diferentes áreas de conhecimento, com pessoal especializado do setor de recursos humanos do órgão gestor do PNCD e quando necessário, analistas ambientais de outras UC identificados como especialistas na área de conhecimento desejado.
- A capacitação deverá ser contínua dentro de um processo evolutivo de aprendizado e a reciclagem incentivada.
- Os treinos e capacitações podem ser realizados pelo próprio órgão gestor do PNCD ou por outra instituição de atuação nos temas de interesse.
- A participação dos funcionários e servidores em eventos dessas naturezas deve ser incentivada e motivada.
- Os funcionários e servidores graduados no ensino superior devem ser incentivados e motivados a iniciar, ou a continuar, cursos de pós-graduação e/ou especialização nas áreas do conhecimento que representem avanços no manejo da UC.
- A participação de funcionários e servidores do PNCD em congressos deve ser estimulada como outra forma de capacitação e atualização.
- A produção de trabalhos técnicos e científicos sobre o PNCD deve ser estimulada, inclusive com o objetivo de divulgação para outras UC e nos congressos nos quais os servidores participam.

14.1 – Promover o intercâmbio com funcionários de outras UC.

- Este tipo de intercâmbio deve ser considerado como uma forma estratégica de treinamento e capacitação e, portanto, deve ser incentivada.
- O intercâmbio a que se refere esta subatividade pode ser feito pelo envio de funcionários e servidores do PNCD para outras UC do país ou fora dele, bem como pela vinda de funcionários de outras UC ao PNCD.
- O escopo destes intercâmbios pode ser algum tema específico de gestão de UC, como também de forma mais ampla e generalizada.

14.2 - Treinar funcionários para desenvolver as atividades de monitoramento indicadas pelo PM.

- Além dos funcionários, o treinamento em tela deve ser feito com estagiários e voluntários que desejam contribuir com tais tarefas.

14.3 - Capacitar servidores como agentes de fiscalização.

- Os agentes de fiscalização devem ser treinados como fiscais-educadores para que, além da atividade fiscalizatória, exerçam uma atividade educativa e de orientação aos visitantes e aos residentes do Parque.
- Todos os agentes de fiscalização devem passar por oficinas de atualização em legislação e ação fiscalizatória.
- A abordagem dos cursos deverá focar os seguintes aspectos:
  - Domínio de instrumentos usados nas ações de fiscalização, tais como: GPS, rádios, mapas, *auto-trac,* dentre outros.
  - Primeiros socorros e resgate
  - Identificação de alterações e/ou evolução na conformação das atuais áreas ocupadas por residentes a fim de impedir a implantação de novas ocupações.

Quadro 10: Pessoal Necessário para o Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

Unidade	Cargo/Função	Número	
		Nível superior	Nível médio
Sede Administrativa & CV Pai Inácio	Chefe da Unidade	01	
	Coord. Setor Funcional Técnico	01	
	Coord. Setor Funcional Proteção	01	
	Coordenador do CV	01	
	Gerente de Fogo	01	
	Equipe Fogo		01
	Fiscais	03	04
	Equipe Administrativa		04
	Vigilância Patrimonial		04
	Serviço de Manutenção Interna		02
	Serviço de Manutenção Externa		02
Sede Administrativa & CV Capa Bode	Coord. Setor Func. Administrativo*	01	
	Coordenador CV	01	01
	Equipe Fogo	02	02
	Fiscais	01	02
	Equipe Educação Ambiental		04
	Equipe Administrativa		04
	Vigilância Patrimonial		02
	Serviço de Manutenção Interna		02
	Serviço de Manutenção Externa		
Postos de Fiscalização: Guiné, Roncador, Baixão, Colônia e, Fumacinha.	Fiscais	15	
	Vigilância Patrimonial		10
Postos de Informação e Controle: Capão, Lençóis, Andaraí, Igatu, Ibicoara	Coordenador do PIC	05	
	Apoio Administrativo		10
	Vigilância Patrimonial		10
Postos de Informação: Palmeiras, Roncador, Mucugê, Cascavel, Itaetê	Coordenador do PI		05
	Apoio Administrativo		05
Portarias: Barro Branco, Fumaça por Baixo, Fumaça por Cima, Estrada Velha, Pati, Mar de Espanha, Andorinhas	Responsável pela Portaria		14
TOTAL		34	88
		122	

* O coordenador do Setor Funcional Administrativo é o chefe-substituto do PNCD.

- Reconhecimento da atual ocupação da Zona de Uso Temporário a fim de controlar as construções e melhorias que venham a serem permitidas.
- Orientação aos visitantes e residentes sobre a correta disposição e destino dos resíduos sólidos gerados.
- Reconhecimento das áreas e trilhas permitidas e indicadas por este Plano de Manejo, para uso público e circulação dos residentes a fim de orientá-los e controlá-los.

• Reconhecimento da conformação de áreas que sofreram alterações ambientais, por meio de queimadas, caça, desmatamentos e outras.
• Reconhecimento e identificação das áreas de nidificação, a fim de interromper, ocasionalmente, nestes locais, as atividades de uso público.
• Reconhecimento e identificação de pegadas e rastros de animais.
• Reconhecimento dos locais que apresentam risco de ocorrência de acidentes com banhistas, a fim de orientá-los, caso necessário, sobre o perigo.
• Reconhecimento das principais áreas e pontos de entradas de caçadores e lenhadores, a fim de coibir sua atuação.
• Identificação dos tipos de armadilhas e esperas construídas para a prática da caça.
• Orientação aos residentes sobre a impossibilidade de criação de animais domésticos, introdução de peixes nos cursos d'água, plantio de espécies exóticas, utilização de agrotóxicos e outros insumos pelos agricultores, além de outras atividades.

15 – Proceder, anualmente, a monitoria do PM, avaliando as suas ações e propondo redirecionamentos quando necessário.

- Os coordenadores dos setores de proteção, administrativo e técnico, o Conselho Consultivo, juntamente com o chefe da UC, deverão fazer avaliações periódicas sobre o andamento e implantação do Plano de Manejo de acordo com o Cronograma estipulado.
- As mudanças deverão ser aprovadas pela direção do órgão gestor do Parque.

16 - Estabelecer escalas de plantão no Parque para os finais de semana e feriados.

- O chefe da UC e os coordenadores de setor deverão se revezar nos plantões, ficando responsáveis pelas decisões que eventualmente necessitem ser tomadas.

17 – Providenciar, periodicamente, uniformes para os funcionários.

- O modelo e a cor do uniforme dos funcionários do Parque deverão seguir os padrões estabelecidos pelo órgão gestor da UC.
- Os funcionários terceirizados devem usar uniformes de acordo com a sua função, portar crachás com a sua identificação pessoal e funcional e com a indicação de que trabalham a serviço do PNCD.

18 - Manter em bom estado de conservação as instalações físicas que se encontram sob a administração direta do Parque.

19 – Elaborar projeto para definir um padrão de lixeiras para resíduos sólidos a serem instaladas na UC.

- O projeto deverá considerar os diferentes locais a serem instaladas para que sejam adequadas ao isolamento dos resíduos do ambiente e do alcance de animais silvestres. O padrão deverá respeitar a integração visual com o ambiente.
- O projeto deverá prever a separação dos resíduos sólidos por tipo de material, nos CV, PIC, PI e PF.
- O tamanho das lixeiras deverá ser proporcional ao volume de resíduos que armazenará, considerando a capacidade suporte das trilhas e a rotina de coletas.

20 – Instalar lixeiras e zelar pela retirada dos resíduos sólidos das instalações do PNCD.

- Nos complexos ligados às Sedes Administrativas, o PNCD deve conduzir os resíduos aos locais destinados a este fim nos municípios de Lençóis e Mucugê.
- Nas instalações do PNCD localizadas nas sedes municipais, o recolhimento será conforme os procedimentos da administração municipal.
- Nas instalações localizadas nas áreas rurais, o PNCD se encarregará de transportar o lixo para a sede municipal mais próxima depositando no local destinado a este fim.

21 – Criar e manter um sítio na Internet com informações sobre o PNCD.

- O sítio deve conter informações gerais sobre a UC e, em especial, aquelas sobre as atividades de uso público e a lista de pesquisas desenvolvidas ou em andamento no Parque.
- O sítio deve ser periodicamente atualizado.

- O sítio deve conter arquivos sobre o PNCD disponíveis à sociedade, como um resumo deste PM, as normas de visitação, bancos de dados sobre a fauna, flora, geologia e outros temas do PNCD.

22 - Interligar os computadores dos CV, Sedes Administrativas, PI, PIC e PF, em rede, possibilitando o acesso às informações *on line*.

23 – Fortalecer a ação do Conselho Consultivo do PNCD envolvendo-o, por meio de suas câmaras técnicas, nos programas e projetos contidos neste Plano de Manejo.

- Deverá ser estimulada a participação dos conselheiros representantes das comunidades internas do Parque nas reuniões do conselho.

24 - Fomentar a participação dos jovens das comunidades residentes, em fóruns de discussão sobre a temática ambiental.

4.7.1.2 - Ações Gerenciais Gerais Externas (AGGE)

Proteção e Manejo

1 - Efetivar e intensificar a fiscalização na ZA do PNCD.

- A fiscalização dará prioridade a:
  - Queimadas nas propriedades vizinhas;
  - O combate à caça de animais silvestres, à coleta de plantas e ao desmatamento.
  - O controle de atividades poluentes nas propriedades vizinhas.
  - O cumprimento de exigências ambientais e legislação relativa às Áreas de Preservação Permanente (APP), ao uso de agrotóxicos, à exploração mineral, às Áreas de Reservas Legais (ARL), dentre outras.

1.1 - Verificar o cumprimento, nas propriedades, das normas ambientais e de uso e ocupação do solo da ZA.

- A fiscalização atentará para os aspectos das normas de usos da ZA, estabelecidos neste Plano e na legislação pertinente.
- A fiscalização terá, sempre que possível, uma abordagem educativa e de orientação.
- Equipes de fiscalização devem percorrer periodicamente a área da ZA.

2 – Registrar, no relatório de fiscalização, as ocorrências verificadas na ZA, conforme modelo de ficha do Anexo VIII.

3 - Estabelecer um programa para efetivação das ARL nas propriedades localizadas na ZA.

- O programa deverá contemplar a divulgação das normas e legislações pertinentes para o estabelecimento de reservas legais.
- Esse programa deverá ser viabilizado através de parceria com universidades e instituições correlatas, dentro da proposta de realização de atividades de extensão, observando-se corredores ecológicos e áreas prioritárias para a conectividade de remanescentes.
- As propriedades lindeiras ao PNCD que dispõem de vegetação nativa em qualquer grau de alteração deverão ter prioridade como áreas sujeitas a serem adquiridas com fins de compor reservas legais em consórcio.
- Nas propriedades onde as ARL e APP estejam degradadas, fazer cumprir a legislação sobre a recomposição das mesmas.
- Estas ações serão precedidas de reuniões de esclarecimento com os proprietários e deverão ser amplamente divulgadas na mídia.
- Sempre que possível, os proprietários receberão informações sobre as opções de recursos e outras formas de apoio disponíveis.

4 - Articular com outras instituições estaduais, municipais e proprietários a criação de UC.

- Para a criação destas UC, deverão ser observadas as indicações de Rocha et al. (2005) e por Funch (2006).

5 - Apoiar e orientar a implantação de projetos de recuperação das margens dos rios da Bacia do Paraguaçu.

- Na recomposição das margens desses rios serão utilizadas espécies florestais, arbustivas e arbóreas nativas, na tentativa de restaurar a composição original.

5.1 - Articular com o governo do Estado da Bahia a retomada das ações do Projeto Nascentes do Paraguaçu, desenvolvido pelo Centro de Recursos Ambientais (CRA) e pela Superintendência de Recursos Hídricos (SRH), ou a elaboração de novo projeto que contemple as ações previstas na proposta acima referida.
5.2 – Incentivar e apoiar ONG e outras instituições que tenham como objetivo a preservação e conservação da natureza em projetos de recuperação das margens dos rios.
5.3 - Desenvolver ações para envolver os proprietários das áreas localizadas na bacia do rio Paraguaçu na recuperação e proteção das respectivas APP.

6 - Estabelecer cooperação técnica entre o PNCD e os órgãos ambientais estaduais para efetivar a gestão e proteção da ZA.

- A cooperação técnica visará ações conjuntas relativas a:
  - Acompanhamento de emissão de licenciamentos ambientais para o estabelecimento de empreendimentos industriais, agrícolas e turísticos.
  - Licenciamento para obras de infra-estrutura como estradas, barragens, linhas de transmissão dentre outros
  - Aplicação do Código Florestal (Lei Federal N°. 4.771/1965 e suas alterações), quanto ao impedimento do uso e ocupação das APP.
  - Cumprimento das exigências legais determinadas pela legislação ambiental na implantação das atividades potencialmente poluidoras tais como posto de combustível, matadouros, curtume e outros.

7 - Acompanhar o cumprimento das licenças ambientais emitidas pelo órgão competente, com anuência do PNCD.

8 - Acompanhar a execução de projetos de produção de carvão vegetal licenciados, com a anuência do PNCD, na ZA.
8.1 - Solicitar informações sobre licenças para a produção de carvão vegetal expedidas para os municípios da região da UC.
8.2 – Realizar vistorias periódicas nas carvoarias da ZA.

9 - Estabelecer parcerias com os gestores das UC existentes na ZA para ações de fiscalização conjunta.

- Nas áreas da ZA onde houver sobreposição com a APA Marimbus-Iraquara, o PNCD estabelecerá parceria para a fiscalização e o monitoramento ambiental.

10 - Promover a universalização da autorização para queima controlada entre as propriedades da ZA.

- Para as propriedades limítrofes ao PNCD, as queimadas controladas serão acompanhadas, conforme agendamento efetuado pelo proprietário.

11 - Executar a abertura de aceiros nas rodovias limítrofes ao PNCD, em parceria com os órgãos responsáveis pela administração das rodovias.

12 - Executar ações de erradicação ou controle de espécies exóticas que ocorram como subespontâneas na ZA.

13 - Diagnosticar a utilização de agrotóxicos nas propriedades da ZA e identificar o tratamento e destinação de suas embalagens.

- Os resultados apurados no levantamento comporão um banco de dados, com as informações dos agricultores, nome da propriedade, culturas plantadas, agrotóxicos utilizados, sazonalidade de plantio e produtos utilizados em todas as etapas, uso de fertilizantes, práticas agrícolas utilizadas, tipo de estrutura existente para armazenamento de embalagens vazias, área cultivada, entre outras informações.

- Após o diagnostico da destinação das embalagens, exigir os cumprimento da Legislação que dispõe sobre o assunto.

14 - Incentivar o uso de práticas agrícolas adequadas e de mínimo impacto na região da UC.

Pesquisa e Monitoramento

1 - Apoiar estudos para o levantamento de fauna e flora dos remanescentes vegetacionais da ZA.

- Deverá ser feito gestão junto a UEFS para desenvolver pesquisas nestes remanescentes dando continuidade aos trabalhos da AER desenvolvida por esta universidade na chapada Diamantina.
- Devem ser estimulados outros centros de pesquisa e universidades para estes levantamentos.
- Deverá ser dada ênfase a alguns levantamentos específicos, em diversos pontos da ZA, para a ictiofauna, herpetofauna, avifauna, mastofauna e vegetação.
- Os estudos faunístico e florístico dos remanescentes dentro da ZA devem subsidiar uma avaliação do fluxo gênico entre os remanescentes e a UC.
- Esse levantamento deve ser contínuo (ao longo das estações) e ter duração mínima de 2 anos.

2 – Buscar parceiros para a realização de estudos sobre os tipos de defensivos químicos, principalmente agrotóxicos, utilizados nas propriedades da ZA e seus efeitos sobre o meio.

- Deverá ser estimulada, junto a Universidades, Centros de Pesquisa e laboratórios, a realização de pesquisas com o objetivo de identificar espécies indicadoras para o controle e monitoramento de agrotóxicos.
- Os estudos indicarão, com base nas informações colhidas, medidas preventivas e mais restritivas, que deverão ser aplicadas para sanar eventuais problemas verificados.

2.1 - Apoiar a realização de estudos de condicionantes limnológicos e respostas fisiológicas de grandes grupos de organismos aquáticos afetados pelos produtos agrícolas.

- Os estudos devem objetivar a manutenção da biodiversidade de espécies em função da realidade limnológica do ambiente.

3 - Impedir o plantio de organismos geneticamente modificados (OGM) na ZA.

- O PNCD deve informar aos órgãos pertinentes sobre a proibição destes plantios na ZA.

4 - Monitorar periodicamente a ZA para verificar a implantação de empreendimento potencialmente impactantes ou poluidores.

5 - Monitorar a qualidade da água dos principais rios da bacia hidrográfica do rio Paraguaçu da região do PNCD.

- Deve-se buscar o apoio de ouros órgãos públicos, estaduais ou federais, com afinidade ao tema, para a realização deste monitoramento.
- O monitoramento deve focar a análise da água quanto à presença de derivados de agroquímicos (agrotóxicos e fertilizantes), elementos decorrentes de efluentes domésticos e metais pesados.

6 - Solicitar ao Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas (CECAV) a identificação e vistoria das cavidades naturais localizadas na ZA.

- O objetivo deste trabalho deve ser a elaboração de um cadastro das cavidades.
- O cadastro deve subsidiar a normatização dos usos das cavidades, assegurando a proteção do patrimônio espeleológico.

7 – Incentivar e apoiar estudos que visem o levantamento do patrimônio arqueológico localizado na ZA.

Integração Externa

1 – Estabelecer, em parceria com o órgão ambiental estadual, procedimentos para o licenciamento e anuência dos empreendimentos.

- Deve-se dar especial atenção às atividades potencialmente e/ou efetivamente poluidoras.
- O órgão deverá ser informado dos limites da ZA e das normas que regem o uso e a ocupação de sua área.

2 - Avaliar a situação das indústrias e fábricas instaladas na ZA, com relação ao seu licenciamento ambiental.

3 – Fazer gestão junto às instituições financeiras para que não incentivem atividades incompatíveis com as normas da ZA.

4 - Firmar parceria com outras UC para o desenvolvimento conjunto de atividades no tocante a pesquisa, monitoramento, sensibilização ambiental e outros temas de interesse.

- Deve-se focar as ações com as APA Estaduais Marimbus-Iraquara e Serra do Barbado, ARIE Estadual Nascentes do Rio das Contas, FLONA Contendas do Sincorá e as UC municipais da região.

5 – Avaliar a viabilidade e funcionalidade ambiental dos corredores ecológicos Sul e Oeste.

- O Corredor Sul deve interligar o PNCD com a Floresta Nacional Contendas do Sincorá.
- O Corredor Oeste deve ligar o PNCD à Área de Proteção Ambiental Estadual Serra do Barbado e à Área de Relevante Interesse Ecológico Estadual Nascentes do Rio de Contas.
- Os corredores devem ser estabelecidos conforme a sugestão do artigo 25, da Lei Federal n° 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).
- O estabelecimento dos corredores deve ser precedido por estudos científicos específicos.
- Na eventualidade de se efetivarem os corredores ecológicos citados acima, deve-se buscar a aplicação dos recursos disponíveis pelo projeto “Corredores Ecológicos da Caatinga”;
- Devem ser observados, no estabelecimento destes corredores ecológicos: a garantia de manutenção dos serviços e da qualidade ambiental que os ecossistemas a serem inseridos nestes corredores ainda possuem; a proteção da continuidade sul da Serra do Sincorá; a proteção da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu, na área dos campos gerais de Mucugê, Boninal, Piatã e Abaíra; e possibilitar que a biota do PNCD tenha troca gênica com as áreas adjacentes.

6 – Apoiar eventos de valorização cultural que apresentem afinidade com os objetivos do PNCD.

- Os eventos apoiados devem ter o envolvimento da comunidade e servir de meio para a aproximação da UC com o seu entorno.

7 – Estabelecer mecanismo de comunicação com as comunidades do entorno para esclarecimento de dúvidas e procedimentos relativos à regularização fundiária, visitação ao Parque, queimadas no entorno, licenciamento no entorno, entre outros.

8 – Agendar, periodicamente, visitas de analistas ambientais do PNCD, acompanhados pelo chefe da UC quando possível, às prefeituras dos municípios da ZA.

- As visitas devem objetivar a aproximação institucional do órgão gestor do PNCD com as Prefeituras Municipais.
- Outro escopo das visitas deve ser o acompanhamento, por parte das partes, do cumprimento das normas estabelecidas para a ZA e da legislação ambiental como um todo.
- Por fim, as visitas devem, quando oportuno, objetivar auxiliar na implementação da gestão ambiental municipal plena.

9 - Agendar, periodicamente, visitas de analistas ambientais do PNCD, acompanhados pelo chefe da UC quando possível, às comarcas do Ministério Público Estadual existentes na ZA.

10 – Promover a integração do PNCD com as diversas instituições existentes nos municípios que compõem a ZA.

10.1 - Mapear as diversas escolas, órgãos e entidades públicas e privadas, envolvidas com a questão socioambiental que atuam na ZA;
10.2 - Propor atividades conjuntas para a ZA nas áreas de atuação correlatas.

11 - Promover a divulgação intensiva e com periodicidade definida as ações desenvolvidas pelo Parque.
- Deve-se buscar diversificar os meios para essa divulgação.
- O CONPARNA-CD deve ser solicitado para contribuir com esta atividade.

12 - Organizar e divulgar na mídia reuniões com proprietários para tratar da efetivação de APP e ARL.

Alternativas de Desenvolvimento
1 - Incentivar projetos que busquem modificar o sistema agrícola tradicional por técnicas alternativas de produção de alimentos, sem a utilização de produtos químicos.
- Os projetos devem ser focados, principalmente, nos pequenos agricultores.

2 - Incentivar a instalação de criatórios de animais nativos da região, devidamente licenciados e acompanhados pelo órgão competente.
2.1 - Produzir material de divulgação sobre os procedimentos para a instalação de criadouros de animais nativos.
2.2 - Promover palestras nos municípios para difundir a idéia de criadouros e as normas para seu estabelecimento.
2.3 – Identificar as potenciais fontes de financiamento para esta atividade e difundi-las para os interessados.

3 – Incentivar a criação de abelhas nativas, sem ferrão, a chamada meliponicultura.
- A meliponicultura deve servir como estímulo para a substituição, gradual, da apicultura em áreas próximas ao PNCD, devido aos riscos e ameaças ambientais que as abelhas africanizadas representam à UC.

3.1 - Produzir material de divulgação sobre as técnicas de meliponicultura.
3.2 - Promover palestras nos municípios para difundir a meliponicultura.
3.3 - Promover cursos de capacitação aos interessados.
3.4 - Identificar as potenciais fontes de financiamento para esta atividade e difundi-las para os interessados.

4 - Incentivar o plantio comercial de árvores e outras plantas nativas.
- Deve-se respeitar as determinações legais para este tipo de atividade.
- Deve-se buscar o apoio da FLONA Contendas do Sincorá para esta atividade.
- Deve-se dar ênfase às práticas de silvicultura para o suprimento de energia das comunidades rurais existentes na ZA, por meio das chamadas roças de madeira, fontes renováveis e sustentáveis de lenha, carvão e madeira.

4.1 – Buscar a participação de outros órgãos públicos, municipais e estaduais, para capacitação, estímulo e criação de florestas municipais e estaduais.
- As florestas municipais objetivam o manejo sustentável da vegetação nativa e de florestas plantadas.

4.2 – Estimular, por meio da capacitação, a implantação de projetos comunitários de silvicultura.

5 - Incentivar a adoção de técnicas pecuárias que permitam a criação intensiva de animais.
- As técnicas devem permitir que os pecuaristas criem seus animais exclusivamente em suas propriedades, fora da UC.

6 - Estimular a implantação de agricultura orgânica na ZA.
- Deve-se buscar o envolvimento de órgãos públicos de extensão rural para a capacitação e divulgação das técnicas de agricultura orgânica, dirigidas aos interessados.

6.1 – Articular com as prefeituras a realização de oficinas de técnicas de produção orgânica.

7 - Estabelecer parcerias para o desenvolvimento de um programa de descentralização do fluxo turístico na região da UC.

- As parcerias devem ser feitas com os órgãos oficiais de turismo, prefeituras, empresários e condutores.

8 - Estimular a capacitação dos profissionais envolvidos com o turismo para inserção de suas atividades nos princípios do ecoturismo.

- Deve-se focalizar a capacitação dos agentes de viagens, guias, condutores, profissionais dos meios de hospedagem, transportadores entre outros.
- Instituições como SESC, SEBRAE e SENAC deverão ser convidadas para a realização desta atividade.

9 - Fomentar eventos de divulgação de tecnologias e de capacitação de moradores em diferentes atividades produtivas, voltados para peculiaridades das comunidades, com vistas à construção de condutas e economias de bases sustentáveis na ZA.

- Os eventos de divulgação poderão adotar o formato de feiras ambientais, onde haja demonstrações praticas de alternativas sustentáveis e de equipamentos e materiais de baixo custo.
- Os eventos poderão incluir, ainda, informações sobre temas relevantes para a comunidade, como, por exemplo, técnicas de purificação de água, construção de sanitários, noções de higiene e saneamento, e outros apontados pelos moradores.

Sensibilização Ambiental

1 – Desenvolver e implementar um programa de sensibilização ambiental para a ZA.

- O programa deverá trazer o público a ser atingido, devendo contemplar os proprietários do entorno e os alunos das escolas rurais do entorno do PNCD.
- Esse programa deve fornecer ao público informações sobre o PNCD, seu objetivo, os atributos naturais que abriga, sua importância para a conservação da biodiversidade local, regional e nacional, os tipos de problemas que enfrenta e as soluções que estão sendo adotadas para contorná-los, entre outros.
- A linguagem a ser adotada deverá ser compatível com o público-alvo, devendo fazer uso de todos os meios de comunicação disponíveis, de forma a despertar seu interesse na conservação do PNCD.
- O programa deverá prever a disseminação, mediante cartilhas, de práticas de saneamento básico, disposição e armazenamento de lixo e uso e armazenamento de agrotóxicos.
- Esse programa deverá favorecer a disseminação de uma racionalidade ecológica;
- Os estagiários do Programa de Estagiários do PNCD devem ser inseridos nas atividades do Programa de Sensibilização para a ZA.

1.1 - Identificar possíveis parceiros para implementar tais atividades.

2 - Fomentar a capacitação de interessados das comunidades em novas técnicas agrícolas que prescindam do fogo.

3 - Fomentar a organização dos jovens da ZA em fóruns comunitários de discussões socioambientais.

4 - Elaborar e implementar o projeto Espaços Pedagógicos.

- Deve-se buscar conjugar estes Espaços com as instalações do PNCD, onde couber.
- Nos Espaços Pedagógicos devem ser disponibilizados os meios que permitam a interlocução entre o PNCD e as comunidades da ZA.
- O projeto também deve focar a transmissão de informações ambientais, especialmente aquelas ligadas ao PNCD, aos comunitários.
- Os Espaços Pedagógicos também devem servir como espaço físico para os coletivos comunitários de discussão socioambiental.

5 - Criar e divulgar material impresso sobre a ZA, com normas aplicáveis nesta área.

- Este material deve ter o formato de uma cartilha, veiculando informações para o morador desta Zona quanto às normas e condutas pertinentes.
- A cartilha devera conter, ainda, informações sobre o Parque.
- A divulgação da Cartilha do Entorno será realizada nos CV, Sedes administrativas, PIC, PI, espaços pedagógicos do PNCD, assim como em hotéis, pousadas, restaurantes, associações, agências de viagens, aeroporto, rodoviárias, Prefeituras, locais públicos, escolas, sindicatos, grupos religiosos, entre outros pontos estratégicos.

6 - Criar e implementar a agenda permanente de encontros de sensibilização ambiental com as escolas e associações comunitárias da ZA.

7 - Implementar campanhas periódicas alertando para os riscos das práticas danosas ao ambiente.

- As campanhas devem enfatizar práticas como a caça; a captura de aves silvestres; a produção ilegal de carvão; o extrativismo predatório; dentre outras.

8 - Divulgar a Lei do SNUC, o Código Florestal e a Lei de Crimes Ambientais.

- A divulgação desta legislação deverá atingir, de forma especial, os proprietários rurais da ZA, em especial os que se encontram vizinhos ou próximos ao Parque.
- A divulgação da Lei do SNUC dará ênfase ao controle ambiental que os órgãos gestores das UC devem fazer em suas respectivas zonas de amortecimento.

8.1 – Distribuir exemplares da legislação nas prefeituras, órgãos oficiais, sindicatos, associações, dentre outros.

8.2 - Elaborar material didático contendo esta legislação com vistas a esclarecer a população sobre as funções da UC e ZA.

- O material, em formato de cartilha, deve enfatizar a importância da UC e da sua ZA, bem como a conduta adequada para com o meio ambiente, de maneira simples e em linguagem apropriada.

9 - Apoiar ações de treinamento e capacitação de professores da rede escolar na área ambiental.

- O PNCD deverá colaborar no treinamento e capacitação de pessoal e professores da rede escolar em educação ambiental.
- O PNCD deve ser incluído como tema de estudo nas disciplinas durante os treinamentos e capacitações no qual estiver apoiando.

10 - Procurar conhecer, apoiar e participar de eventos educativos na ZA.

11 - Desenvolver campanha para sensibilizar a população local a colaborar com o PNCD através de denúncias telefônicas sobre qualquer tipo de ilícitos ambiental presenciada por seus membros.

- Os denunciantes poderão utilizar os telefones do PNCD e da Linha Verde do IBAMA: 0800 618080.
- Os números dos telefones e o mecanismo da Linha Verde serão divulgados através do sistema de comunicação visual do PNCD e em todos os meios de divulgação e educação produzidos sobre o PNCD.

12 - Realizar programas de divulgação nos meios de comunicação local.

- A divulgação deve lançar mão dos diferentes meios de comunicação, tais como rádio, TV e jornais impressos.

13 - Informar aos proprietários de áreas da ZA, acerca das áreas de preservação permanente e suas normas.

- A informação deve enfocar o *status* de proteção e a necessidade da recuperação e manutenção destas áreas.

14 - Desenvolver campanha, na ZA, estimulando o aproveitamento dos resíduos orgânicos oriundos das culturas.

15 – Estimular o desenvolvimento de campanhas, na ZA, de redução da geração, separação, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos.

- As prefeituras e organizações da sociedade civil, a exemplo da Associação Grupo Ambientalista de Palmeiras (GAP) deverão ser envolvidos na campanha buscando locais apropriados para o armazenamento e a oferta de capacitação para a reciclagem.

16 – Desenvolver ações visando orientar e prevenir danos ambientais na ZA provenientes do uso de agrotóxicos.

- Os produtores rurais do entorno deverão ser orientados através de uma cartilha quanto aos riscos do uso de agrotóxicos para os recursos naturais e para sua própria saúde.

16.1 – Solicitar, aos órgãos responsáveis, maior controle e fiscalização no comércio e uso de agrotóxicos.
16.2 - Estabelecer parceria com a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA) para realizar campanhas de orientação quanto ao uso de defensivos agrícolas.

17 - Desenvolver atividades educativas e preventivas de incêndios nas áreas contíguas ao PNCD

- Será dedicada especial atenção a estas áreas nos períodos de maiores riscos de queimadas.

17.1 - Manter a orientação para os agricultores sobre a prática das queimadas controladas.

- Deve-se enfatizar os danos que elas acarretam ao meio ambiente, reiterando a possibilidade de propagação do fogo para a Unidade de Conservação.

17.2 - Solicitar aos agentes financiadores que incluam na Agenda do Produtor Rural o período ideal para a solicitação de queimadas controladas.
17.3 - Fazer gestão junto à EBDA para divulgação dos procedimentos necessários para o uso das queimadas, bem como outras técnicas alternativas ao uso do fogo.
17.4 - Solicitar à EMBRAPA e ao PREVFOGO folhetos informativos para o uso correto do fogo, bem como normas para a realização das queimadas, para fins de distribuição.

18 - Divulgar o Plano de Manejo do PNCD junto aos municípios e proprietários da ZA.

- As divulgações poderão ocorrer por meio de mídia falada ou escrita, em reuniões abertas à comunidade e em reuniões técnicas a serem agendadas com os proprietários.
- As reuniões devem aproveitar, sempre que possível, os eventos comemorativos das cidades, para atingir o maior público possível.

18.1 - Preparar e divulgar material didático-pedagógico sobre os objetivos e normas deste Plano de Manejo contendo ainda os limites da ZA e suas restrições;
18.2 - Informar ao órgão ambiental do Estado da Bahia a delimitação da ZA e as normas estabelecidas em seu Plano de Manejo.

19 – Fomentar a formação de outras associações de apoio ao Parque nos municípios que lhe são limítrofes.

20 - Registrar e difundir, com objetivo histórico e didático, as atividades dos projetos realizados no PNCD e imediações.

21 - Estabelecer, em conjunto com as autoridades locais, programa de valorização da cultura da região.

- Palestras, seminários e reuniões deverão ser realizadas em conjunto com a comunidade, visando à divulgação e à implantação deste programa.

22 - Elaborar e implementar um Programa de Educação Patrimonial para a ZA.

- O Programa deve focalizar os seguintes temas:
  - Preservação da memória e da identidade das comunidades existentes na ZA.
  - Proteção dos sítios arqueológicos e históricos existentes na ZA.
  - Adoção de procedimentos para a proteção dos sítios arqueológicos e históricos, em conformidade com as legislações pertinentes.
  - Preservação e valorização do patrimônio cultural material e imaterial da ZA.
  - Importância das manifestações culturais populares.

- Relações sociais, éticas e estéticas como o patrimônio cultural imaterial.
- O Programa deve lançar mão de diversos meios, tais como: realização de cursos, oficinas, debates, fóruns de deliberação sobre temas relativos aos interesses locais e regionais, dentre outros.
- O Programa será direcionado para o público em geral e em especial para educadores.
- As atividades deste Programa podem ser desenvolvidas, quando adequado, juntamente com as atividades do Programa de Sensibilização Ambiental, de forma a otimizar custos operacionais e garantir o necessário elo conceitual que une patrimônio cultural e natural.

Operacionalização

1 – Informar às instituições financeiras a existência deste Plano de Manejo, salientando as normas da ZA.

2 - Auxiliar na elaboração de projetos de apoio e assistência às famílias que foram realocadas do interior do PNCD.

3 - Suspender a emissão de anuências para uso alternativo do solo e/ou usos decorrentes na região do Pólo Agrícola, até que esteja finalizado o Zoneamento Agro-Ambiental.

- O Zoneamento subsidiará as análises de licença de uso alternativo do solo emitidas pelo órgão ambiental estadual e as análises de pedidos de anuência.

4 - Articular com os órgãos ambientais do estado da Bahia as ações conjuntas previstas neste Plano de Manejo.

- Deverá ser solicitado a outras esferas do órgão gestor do PNCD a realização de reuniões com os órgãos ambientais do Estado da Bahia para discutir as ações conjuntas previstas neste Plano de Manejo e os instrumentos legais para a sua efetivação.

5 - Articular com os órgãos de extensão rural e pesquisa agropecuária que atuam no Estado da Bahia reuniões para discutir as ações conjuntas previstas neste Plano de Manejo e os instrumentos legais para a sua efetivação.

4.7.2 - Áreas Estratégicas Internas (AEI)

Algumas áreas do PNCD, devido às suas afinidades ambientais e de demanda de manejo, foram consideradas estratégicas do ponto de vista das ações de manejo, denominadas de Áreas Estratégicas Internas (AEI), conforme as Figuras 56, 57, 58, 59 e 60.

4.7.2.1 - AEI Pai Inácio

Inserção no Zoneamento

A Área Estratégica Pai Inácio esta inserida nas Zonas de Uso Intensivo, Extensivo, Ocupação Temporária e Uso Conflitante. Inclui os segmentos Sede Administrativa e Centro de Visitantes Pai Inácio, na ZUI, Trilha Pai Inácio – Barro Branco, na ZUE, Posto de Abastecimento Pai Inácio e Linha de Transmissão Norte, na ZUC.

Descrição

Localizada no extremo norte do Parque, entre as cidades de Palmeiras e Lençóis, junto à rodovia BR-242, defronte ao vale do Cercado e próximo ao morro do Pai Inácio, segue em direção sudeste e sudoeste, ao longo da trilha do Barro Branco. O acesso é pela rodovia BR-242, que liga a rodovia BR-116 ao oeste do Estado da Bahia.

Esta área estratégica abrange Sede Administrativa, Centro de Visitantes (CV), Centro de Operações de Prevenção e Combate a Incêndios, alojamentos para funcionários, convidados e pesquisadores, posto de fiscalização. Além disso, a trilha Pai Inácio – Barro Branco, o Posto de Abastecimento Pai Inácio, Linha de Transmissão e algumas ocupações na região conhecida como Poném.

Esta Área é constituída pelos seguintes segmentos: Sede Administrativa e Centro de Visitantes Pai Inácio, Trilha Pai Inácio – Barro Branco, Posto de Abastecimento Pai Inácio, Comunidade Poném e Linha de Transmissão Subestação Lençóis-Campos de São João.

Resultados Esperados

- ✓ Problemas fundiários regularizados;
- ✓ Termo de Compromisso estabelecido com os moradores da área e com o Posto de Abastecimento Pai Inácio;
- ✓ Linha de transmissão transferida para fora dos limites do PNCD;
- ✓ Conhecimento dos atributos naturais, culturais e históricos por parte dos visitantes obtido;
- ✓ Maior eficiência nas atividades de prevenção e combate a incêndios;
- ✓ Trilha implantada;
- ✓ Informações, serviços e atividades disponíveis no Parque implantados e divulgados aos visitantes;
- ✓ Visitação pública em andamento e monitorada, com avaliação dos diferentes tipos de impacto;
- ✓ Áreas degradadas recuperadas e em recuperação;
- ✓ Matas ciliares do rio Mucugezinho recuperadas;
- ✓ Diminuição de focos de incêndio provenientes da faixa de domínio da rodovia BR-242;
- ✓ Sinalização dos limites do PNCD na rodovia BR-242 implantada;
- ✓ Projetos específicos para visitação pública elaborados e infra-estrutura necessária instalada.

Indicadores

- o Aumento da porcentagem dos problemas fundiários regularizados;
- o Quantidade de ocorrências de fogo e área queimada reduzidas;
- o Número de acessos irregulares ao PNCD controlado;
- o Diminuição do número de impactos ambientais da área;
- o Número de edificações em bom estado de conservação;
- o Número de agendamento para a visitação a Trilha Pai Inácio - Barro Branco;
- o Número de publicações distribuídas;
- o Número de atendimentos aos visitantes no CV.
- o Necessidades administrativas atendidas de forma satisfatória;
- o Número de equipamentos disponíveis para o desenvolvimento dos trabalhos.

4.7.2.1.1 - Segmento Sede Administrativa e Centro de Visitantes Pai Inácio

Localizada às margens da rodovia BR-242, coordenadas aproximadas UTM 24L 8620895N e 232572E, na área ocupada na antiga sede do PNCD.

Serão instalados neste segmento, a Sede Administrativa e o Centro de Visitantes Pai Inácio, estacionamento, entrada para visitantes e funcionários, alojamentos para pesquisadores, brigadistas e funcionários, Centro de Operações do Fogo, garagem, espaço para limpeza e manutenção de veículos, heliponto.

Neste segmento serão desenvolvidas atividades de administração, comunicação, alojamento, proteção, monitoramento, pesquisa, venda de serviços e materiais, recreação, informação, reserva, venda e controle de ingressos, triagem de visitantes, contemplação, educação ambiental e interpretação.

O local da sede e do centro de visitantes é plano, coberto por campos gerais antropizados.

Atividades, Subatividades e Normas

1 - Regularizar a situação fundiária da propriedade onde funcionou a Sede Administrativa do Parque na década de 90.

2 - Elaborar e implantar projeto de reforma e adaptação da antiga sede, para a retomada da atividade de administração do Parque.

- O projeto deverá prever os seguintes espaços: salas para a chefia, para técnicos, para reuniões, para um centro de documentação e para radiocomunicação; recepção; copa; cozinha; sanitários masculino e feminino; depósitos para materiais e equipamentos; garagem e estacionamento; espaço para executar pequenos reparos e limpeza de veículos; entre outras.
- O centro de documentação reunirá todo o material bibliográfico sobre o Parque, região e temas afins, com as pesquisas desenvolvidas ou em desenvolvimento na UC, sendo que todo o material original deverá estar em meio eletrônico, quando possível, e reservados.
- A reforma deverá levar em conta a demanda para equipamentos eletrônicos, telefonia, Internet e similares, prevendo instalações adequadas ao funcionamento destes.

3 - Rever as instalações elétricas e a captação e suprimento de água potável para as instalações da sede e ampliá-los para as demais edificações do Segmento.

- Os sistemas de captação e suprimento de água deve considerar alternativas tecnológicas de baixo impacto e aproveitamento de água da chuva, se necessário.

4 - Equipar a Sede Administrativa com mobiliário, equipamentos e materiais, necessários para o desenvolvimento das atividades administrativas.

- A Sede Administrativa Pai Inácio deve ser equipado de acordo com os itens do Quadro 10.

5 - Elaborar projeto e construir Centro de Operações de Prevenção e Combates a Incêndios.

- O Centro deve conter alojamento para a brigada de incêndios; depósito para os equipamentos de combate ao incêndio; copa/cozinha; sanitários; vestiário; chuveiros; garagem; e heliponto.

6 - Equipar o Centro de Operações de Prevenção e Combate a Incêndios com mobiliário, equipamentos e materiais, necessários para o seu funcionamento.

- O Centro de Operações deve ser equipado de acordo com os itens do Quadro 12.

7 - Eliminar, em todo o segmento, espécies exóticas e invasoras.

- Devem ser eliminadas as espécies como pinheiros, capim braquiária, mangueira, jaqueira, sisal, entre outros.
- Para o paisagismo das instalações do Segmento devem ser usadas espécies nativas.

8 - Elaborar e implantar projeto arquitetônico do Centro de Visitantes (CV) Pai Inácio, em área próxima à Sede Administrativa Pai Inácio.

- O projeto deverá considerar os seguintes ambientes: uma sala para o coordenador do CV com sanitário privativo; uma sala para técnicos; local para cobrança de ingresso; reservas e serviços; recepção; uma sala multiuso; sala para oficinas ambientais com bancadas e pias; um auditório para 50 pessoas; quatro sanitários masculinos e quatro femininos; espaço para exposições, concertos, lançamentos de livros, campanhas e outras correlatas à questão ambiental com cerca de 150m2; um depósito e espaços externos ao CV destinados à lanchonete, venda de souvenires, estruturas tipo quiosques para descanso e piquenique; quiosque para guias, condutores e outros parceiros; estacionamento e jardim.
- O projeto arquitetônico do CV contemplará espaços e estruturas que proporcionem aos visitantes a contemplação das belezas cênicas dos morros Pai Inácio e Três Irmãos;
- A sala de exposição também funcionará como galeria de artes, priorizando a exposição dos produtos e trabalhos artísticos da região.
- O auditório destina-se a apresentações de vídeos, treinamentos, apresentações sobre a temática ambiental, dando, sempre que possível enfoque ao Parque.
- No espaço destinado à recepção, o visitante receberá todas as informações sobre as atividades que podem ser desenvolvidas no local, bem como nas demais áreas do Parque.
- A sala multiuso proporcionará apoio logístico a grupos que estejam desenvolvendo atividades referentes ao Parque, como reuniões com a comunidade, treinamentos, eventos de capacitação, dentre outros.
- A lanchonete e a loja de souvenires serão exploradas por terceiros (concessionários);

- Os concessionários citados acima serão responsáveis pela limpeza e manutenção da área explorada e do CV (áreas interna e externa), bem com pelo recolhimento, deposição e retirada dos resíduos sólidos para fora do Parque.
- Os resíduos sólidos serão obrigatoriamente retirados dessa área após o encerramento diário das atividades, devendo permanecer em contêineres fechados e nunca fora da edificação.

Quadro 11: Mobiliário, Equipamentos e Materiais Necessários à Sede Administrativa Pai Inácio, Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

Mobiliários, equipamentos e materiais	Quantidade
Mesa de escritório com cadeira para sala do técnico	05
Armário com chaves para a sala do técnico	05
Cofre para valores, documentos e instrumentos	01
Mesa para aparelho de telefone e fax	02
Cadeira para a mesa de telefone e fax	02
Mesa de reunião	01
Cadeiras para mesa de reunião	10
Mesa para computador	05
Cadeira digitador para mesa de computador	05
Mesa para scanner e impressora	01
Estante para os aparelhos de televisão, VHS e DVD	01
Armário com chaves para guardar material	03
Balcão para recepção	01
Cadeiras para recepção	03
Mural grande para a recepção	01
Cadeiras para auditório	50
Quadro branco	02
Computador e kits multimídia (gravador de CD/DVD)	05
Nobreak e estabilizador	05
Impressora jato de tinta	01
Scanner	01
Projetor multimídia (*data show*)	01
Tela móvel para projeção	01
Aparelho de telefone com fax e secretária eletrônica digital	01
Aparelho televisor	01
Aparelho reprodutor/gravador de DVD	01
Filmadora portátil	01
Máquina fotográfica digital	01
Flipp-charter	01
Filtro para água potável refrigerado	03
Aparelho de ar condicionado com controle remoto (sala de reuniões)	01
Grampeador para volumes acima de 100 folhas de papel	01
Grampeador pequeno	01
Lixeira para escritório	10
Furador de papel	01
Furador volumes acima de 100 folhas de papel	01
Kits para mesa de escritório	05
Material de escritório	Diversos
Pen drive 4GB de memória mínima	01

- Até que seja aprimorado o índice da capacidade de suporte, pelo VIM ou outro método, tal número fica limitado a 50 veículos de passeio, 5 ônibus no estacionamento e 500 pessoas por dia.

8.1 - Dotar as instalações do CV Pai Inácio de mobiliário, equipamentos e materiais, necessários ao seu funcionamento.

- O CV deve ser equipado de acordo com os itens do Quadro 12.
- Esses equipamentos serão de uso exclusivo das atividades de Uso Público, que poderão ser desenvolvidas dentro e fora das instalações do CV, desde que estejam sempre sob a coordenação do mesmo.

Quadro 12: Mobiliário, Equipamentos e Materiais Necessários Para o Centro de Operações Pai Inácio, Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

Mobiliários, equipamentos e materiais	Quantidade
Aparelho de telefone com fax e secretária eletrônica digital	01
Aparelho de televisão	01
Aparelho reprodutor/gravador de DVD	01
Filmadora portátil	01
Máquina fotográfica digital	01
Quadro branco	01
Flipp-charter	01
Filtro para água potável refrigerado	02
Mesa para reuniões	01
Mesa para refeições	02
Cadeiras para a mesa de reuniões	10
Cadeiras para as mesas de refeições	20
Beliches	06
Fogão industrial 6 bocas com dois botijões	01
Geladeira grande com freezer	01
Armário de cozinha	01
Utensílios de cozinha	Diversos
Estante para a base do sistema de radiocomunicação	01
Base do sistema de radiocomunicação	01
Nobreak	02
Computador com kit multimídia (gravador de CD/DVD)	01
Impressora	01
Mesa para computador	01
Cadeira para a mesa de computador	01
Mesa para impressora	01
Mesa de escritório	01
Cadeira para mesa de escritório	04
Estante para livros, CD e DVD	01
Estante com 12 escaninhos com chaves	01
Lixeiras	05
Grampeador pequeno	01
Kits para mesa de escritório	01
Material de escritório	Diversos

9 - Implantar sistemas de iluminação, segurança, para todo o segmento.

- Nas dependências da Sede Administrativa e CV, além dos itens citados acima, deve-se implantar sistemas de refrigeração e acústica adequados às atividades previstas nos mesmos.
- O sistema de condução de energia elétrica do segmento deverá ser subterrâneo.

10 - Instalar na área externa do CV um painel informativo com todas as atividades de uso público do Parque.

- Os serviços de recepção e informação deverão ser realizados pelo menos em português, inglês e espanhol;

- Fazer estudo para identificar a necessidade da inclusão de outro idioma nos serviços de recepção e informação.

11 - Implantar a sinalização do Segmento, de acordo com os padrões estabelecidos no projeto específico indicado na AGGI.

12 - Confeccionar e instalar placas indicativas e de limites do Parque na rodovia BR-242.
- Devem ser respeitadas as normas e padrões existentes para instalações deste tipo na rodovia.

13 - Elaborar projeto e construir acesso da rodovia BR-242 a este segmento.
- Devem ser respeitadas as normas e padrões existentes para construções deste tipo na rodovia.

14 - Dotar todas as edificações deste segmento e suas áreas correlatas de acessos e facilidades para portadores de necessidades especiais.
- Deve-se prever a instalação de rampas, a eliminação de degraus, a existência de portas largas, placas e folhetos em braile, informações sonoras, sanitários adaptados, entre outros.

15 - Solicitar à empresa telefônica a instalação de quatro telefones públicos juntos ao CV.

16 - Instalar lixeiras próximas ao estacionamento.
- Deve-se observar as recomendações apresentadas nas Ações Gerenciais Gerais.

17 - Realizar procedimentos legais para concessão da lanchonete e da loja de suvenir.
- Os concessionários serão responsáveis pela montagem e manutenção das instalações;
- Será restrita a venda na lanchonete de produtos elaborados e semi-elaborados, ficando proibidas a preparação e comercialização de refeições;
- O concessionário manterá lixeiras nas áreas externa e interna da lanchonete, conforme padrão especificado neste Plano, zelando pela limpeza de suas instalações e retirada de resíduos sólidos diariamente de modo a evitar a proliferação de macro e microvetores;
- O concessionário da loja de suvenir deverá comercializar produtos vinculados à imagem e ao nome do Parque, sendo obrigada a veiculação correta dos dados, após a aprovação pelo órgão gestor do PNCD.

18 - Desenvolver projeto de exposição do CV.
- Este projeto deverá contemplar as possibilidades de exposições fixas e temporárias.
- As exposições no CV desenvolverão temas socioambientais, com os aspectos da diversidade biológica, cênica, ecológica, arqueológica, paleontológica, histórica-cultural, bem como do cenário de degradação global e seus desdobramentos e ligação com o local.
- Renovar periodicamente as exposições do CV, atualizando e oferecendo, sempre que possível, novos aspectos relevantes do Parque e região.

19 - Elaborar e disponibilizar, para venda nos CV, folhetos informativos, educativos e interpretativos sobre o PNCD e região.
- O folheto informativo apresentará um mapa com a indicação e localização das áreas de visitação pública, além dos horários de funcionamento, sistema de compra e reserva de ingressos e serviços, endereço para contatos e outras informações afins.

20 - Identificar e estimular manifestações artísticas locais e regionais para exposições temporárias no CV.

21 - Elaborar projeto e construir um portão de entrada do PNCD neste segmento.
- O projeto contemplará a construção de duas entradas independentes, uma para visitantes separando o acesso para ônibus, automóveis e pedestres, e uma exclusiva para serviço.
- O projeto contemplará estruturas compatíveis com os aspectos cênicos do PNCD, os materiais e tecnologias regionais e sem o superdimensionamento das estruturas.

22 - Fazer aceiros, cercar e implantar marcos no limite do PNCD ao longo da rodovia BR-242.

23 - Adquirir veículos para atender as atividades deste segmento.

- Os veículos devem ser adquiridos conforme mostrado no Quadro 13.

Quadro 13: Veículos Necessários para o Seguimento Sede Adminsitrativa, Centro de Visitantes Pai Inácio, Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil

Veículos	Quantidade
Veículo utilitário para transporte de passageiros, mínimo 16 lugares	01
Caminhonete cabine dupla, 4x4	02
Caminhão para transporte de tropas	01
Automóvel 4 portas com porta-malas grande	01

24 - Elaborar projeto e construir alojamento para pesquisadores e funcionários.

- O alojamento deve conter quarto masculino com banheiros privativo; quarto feminino com banheiros privativos; sala de refeições; sala de descanso com TV; área de serviço; cozinha; despensa; depósito; e sala de trabalho com bancadas e pias.

24.1 - Dotar as instalações do alojamento de mobiliário, equipamentos e materiais necessários ao seu funcionamento.

- O alojamento deve ser equipado de acordo com os itens do Quadro 14.
- Esses equipamentos serão de uso exclusivo das atividades dos pesquisadores e funcionários alojados, restritos a essa área.

Quadro 14: Mobiliário, Equipamentos e Materiais para o Alojamento Pai Inácio, Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

Mobiliários, equipamentos e materiais	Quantidade
Aparelho de televisão	01
Aparelho reprodutor/gravador de DVD	01
Estante para televisor e DVD	
Quadro branco	01
Filtro para água potável refrigerado	01
Mesa com 4 lugares para refeições	05
Cadeiras para as mesas de refeições	20
Beliches	10
Armário de quarto aberto	02
Fogão industrial 6 bocas com dois botijões	01
Geladeira grande com freezer	01
Armário de cozinha	01
Utensílios de cozinha	Diversos
Lixeiras	05
Estantes	03

25 - Adquirir contêineres laváveis com tampa de diferentes cores para armazenamento de resíduos sólidos gerados na AEI.

- Os resíduos devem ser removidos pelo PNCD para a cidade de Palmeiras, em dias alternados.

4.7.2.1.2 - Segmento Trilha Pai Inácio - Barro Branco

Descrição

Este segmento é composto pela trilha que liga o CV Pai Inácio ao povoado do Barro Branco, Município de Lençóis. Tem extensão de 7km e o tempo médio para percorrê-la é de 3h num único sentido. Pode ser percorrida no sentido Pai Inácio – Barro Branco ou no sentido inverso.

Este segmento apresenta potencialidades para o desenvolvimento de atividades como banhos, caminhadas, ciclismo, observação de vida silvestre e eventos geológicos e geomorfológicos,

contemplação, fotografia, filmagem, interpretação e educação ambiental, pesquisas científicas e monitoramento ambiental.

Atividades, Subatividades e Normas

1 - Regularizar a situação fundiária das áreas que compõem a Trilha, conforme descrito no item Ações Gerenciais Gerais.

1.1 - Demarcar e cercar os limites do PNCD nas áreas que compõem esse Segmento.

2 - Implantar ações de proteção neste Segmento.

- A fiscalização deste segmento, realizada pela Sede Administrativa Pai Inácio, deverá ser à pé ou aérea, permanente e intensificada nos períodos de alta temporada de visitação, feriados e finais de semana.
- Os fiscais exigirão dos condutores e visitantes, quando necessário, a apresentação do ingresso a esta área.
- São proibidos a entrada e o trânsito de animais domésticos no Segmento, incluindo-se os animais de montaria e carga.
- A proteção e o controle deste Segmento dependem do PIC de Lençóis e Sede Administrativa Pai Inácio.

3 - Implantar a visitação pública no segmento.

- A Trilha poderá ser realizada de forma guiada por funcionários do PNCD ou por parceiros habilitados ou de forma autoguiada por folheto;
- Para percorrer a Trilha os visitantes deverão agendá-la previamente e comprar o ingresso nos diversos PIC ou nos CV do PNCD;
- Não é permitido o pernoite nem o uso de fogueiras na Trilha.
- Ficam proibidos o acesso e o trânsito de veículos automotores (carros ou motos).
- Todos os resíduos sólidos, inclusive restos de alimentos, deverão ser removidos da Trilha e depositados em local indicado pelo PNCD.

3.1 - Adotar uma das metodologias de manejo do impacto da visitação para a Trilha e aplicar as ferramentas indicadas por ela, de modo a aprimorar os números de visitantes no Segmento e seus atrativos.

- Enquanto não tiver início a aplicação da metodologia de manejo do impacto da visitação para a Trilha, serão adotados os seguintes números iniciais: permanência de no máximo 40 pessoas por dia, em grupos de no máximo 10 pessoas, incluindo o guia ou condutor nesse total; permanência de no máximo e 15 bicicletas por dia, em grupos de no máximo 5 bicicletas.

3.2 - Implantar sistema de acesso à Trilha no seu início próximo ao Barro Branco.

- O acesso deverá ser instalado em local estratégico nos limites do PNCD.
- O acesso da Trilha, a partir do Barro Branco, será controlado pelo sistema rústico denominado localmente como passa-um, até que seja implantada a solução proposta pelo projeto específico.

3.3 - Elaborar projeto específico para a visitação pública deste Segmento.

- O projeto específico deve considerar a necessidade de: desativar os diversos acessos e atalhos, sinalizar e controlar o acesso oficial, sinalização, educação e interpretação ambiental da Trilha, recuperação de alguns trechos com erosão e intervenções para a adequação da visitação pública, como por exemplo soluções de transposição de áreas alagadas e pequenos cursos d´água.
- O projeto deverá considerar o traçado que já vem sendo utilizado para esta Trilha tentando aproveita-lo ao máximo e sempre que possível desviar das áreas úmidas ou alagadas. No seu trecho final, sentido Barro Branco – Pai Inácio, o seu traçado deverá ser modificado, de modo que termine no CV Pai Inácio.
- A identificação das áreas úmidas deverá levar em consideração os períodos de chuva e seca na região.
- Quando não for possível evitar a passagem do leito da Trilha por trechos alagados deverá ser indicada a implantação de trilha elevada nestes trechos, evitando maiores impactos negativos na área.

- O projeto deverá indicar as coordenadas geográficas das trilhas secundárias que deverão ser fechadas após a definição do leito principal da Trilha, devendo também ser indicados o material e técnica a serem utilizados para tal.
- O material para construção e implantação da infra-estrutura a ser proposta, sempre que tecnicamente viável, deverá ser ambientalmente correto, resistente, suportar altas temperaturas e passível de ser harmonizado ao ambiente local, como por exemplo a chamada madeira plástica ou similares.

3.4 - Sinalizar as entradas dos acessos secundários a essa Trilha com placas informativas e educativas sobre a recuperação ambiental que será promovida.
3.5 - Instalar placa informativa nas duas extremidades da.

- A placa deve ter informações sobre a extensão e trajeto da Trilha, cuidados a serem tomados, tempo estimado para realização, principais atrativos no seu percurso, dentre outros.

3.6 – Implantar, preliminarmente, até indicação final pelo projeto específico, uma área de descanso no percurso da Trilha.

- Esta área deverá ser implantada próxima ao rio Mucugezinho e deverá ser chamada de Área de Descanso Mucugezinho;
- Não deverá ser instalada nenhuma facilidade na Área de Descanso.
- A Área de Descanso deverá ser localizada em local com sombreamento natural.
- A sinalização da Área de Descanso será contemplada no projeto de sinalização de toda a Trilha.

3.7 - Elaborar e implantar projeto específico para a sinalização interpretativa e educativa da Trilha.
3.8 - Implantar sinalização preliminar na Trilha, até sua definição final pelo projeto.
3.9 - Elaborar e implantar projeto de interpretação ambiental e histórico-cultural para a Trilha.

- A interpretação da Trilha deverá ser realizada durante todo o seu percurso, devendo haver pontos de parada para uma interpretação mais direcionada;
- Quando a visitação for guiada, o projeto levará em conta as possibilidades de interpretação ambiental pelo guia ou condutor de visitantes, por meio de um folheto interpretativo da Trilha.
- Quando o projeto previr, os instrumentos interpretativos a serem fixados na Trilha deverão ter baixo impacto visual e harmonizar com o ambiente.

3.10 - Elaborar e disponibilizar um folheto interpretativo para a orientação dos visitantes que forem percorrer a Trilha de forma autoguiada.

- O uso do folheto é obrigatório para os visitantes que farão a Trilha de forma autoguiada, sendo facultativo para os visitantes que a percorrerem de forma guiada.
- O folheto deve ser comprado nos PIC e nos CV do PNCD.
- O folheto também deve ser utilizado como apoio ao trabalho de interpretação pelos guias ou condutores.

4 - Implantar ações de recuperação ambiental no Segmento.
4.1 - Elaborar e implantar projeto de recuperação da vegetação da mata ciliar do rio Mucugezinho, especialmente nas proximidades da Área de Descanso.
4.2 - Construir e instalar um painel educativo nas proximidades da Área de Descanso, abordando os trabalhos de recuperação da mata ciliar do rio Mucugezinho.
4.3 - Favorecer a regeneração natural por meio de recuperação do solo nos locais onde for necessário e desviar a visitação pública destes locais, pelo menos enquanto durarem as intervenções.
4.4 - Promover, prioritariamente, ações de contenção de erosão nos trechos declivosos deste Segmento e desviar a visitação pública destes locais, pelo menos enquanto durarem as intervenções.
4.5 - Realizar contenção temporária dos processos erosivos presentes no leito da Trilha até que o projeto específico indique melhores soluções.

4.7.2.1.3 - Segmento Posto de Abastecimento Pai Inácio

Trata-se de um estabelecimento comercial em funcionamento irregular dentro do PNCD, localizado junto à rodovia BR-242, em frente ao morro do Pai Inácio e junto à Sede Administrativa Pai Inácio. Constituído de um posto de abastecimento de combustíveis, borracharia, pousada, lanchonete e restaurante.

Atividades, Subatividades e Normas
1 - Regularizar a situação fundiária da propriedade onde se encontra o complexo do Posto de Abastecimento Pai Inácio.

2 - Atuar junto ao Ministério Público Federal para dar andamento ao processo de adequação do funcionamento do complexo do Posto de Abastecimento Pai Inácio, até que seja realizada a regularização fundiária da área.

3 - Realizar, juntamente com órgãos estaduais e federais, responsáveis pela regulamentação e funcionamento das atividades desenvolvidas na área, uma vistoria inicial, de modo a analisar a situação atual de operação dos empreendimentos e a subsidiar a elaboração de documento para a convivência entre a UC e o empreendedor;

4 - Acionar os órgãos competentes para que realizem vistorias semestrais no complexo do Posto de Abastecimento Pai Inácio, visando impedir acidentes ou irregularidades que venham a comprometer o meio ambiente.

5 - Incorporar ao PNCD e dar destinação adequada às instalações do complexo Posto de Abastecimento Pai Inácio, após a regularização fundiária da área.

4.7.2.1.4 - Segmento Linha de Transmissão Subestação Lençóis-Campos de São João
Trecho da linha de transmissão entre a subestação de Lençóis (no entroncamento da rodovia BR-242 e a estrada secundária que leva à cidade de Lençóis) e o povoado de Campos de São João, que cruza esta AEI.

Atividades, Subatividades e Normas
1 - Despender esforços para a retirada da linha de transmissão (LT) do interior do PNCD.

2 - Zelar para que as atividades da manutenção da LT causem o mínimo impacto ambiental negativo às áreas do PNCD afetadas.
- É proibido o uso de produtos químicos nas atividades de poda na área de servidão da LT.
- É proibido deixar qualquer resíduo sólido inerente as atividades de manutenção da LT.
- É proibida a abertura de novos acessos para a área de servidão da LT.

3 - Exigir soluções técnicas para diminuir as intervenções de poda na área de servidão da LT, até que sejam retiradas.

4 - Comunicar à empresa responsável pela LT que solicite autorização por escrito para a realização de atividades relacionadas à LT, indicando nominalmente o pessoal autorizado, identificação funcional, datas e período das ações e acompanhamento de funcionário ou parceiro habilitado do PNCD.

5 - Exigir que a empresa responsável pela LT retire todo o material lenhoso oriundo das podas da área de servidão e deposite em local indicado pelo PNCD.

6 - Utilizar, prioritariamente, o material lenhoso oriundo das podas em atividades para a proteção e serviços do PNCD.

7 - Promover a doação deste material para entidades sem fins lucrativos de cunho socioambiental, no caso de excedentes ou materiais inservíveis ao PNCD.

4.7.2.1.5 - Segmento Poném
Conjunto de algumas ocupações rurais situadas entre a rodovia BR-242 e o rio Mucugezinho, nas proximidades dos limites dos municípios de Lençóis e Palmeiras.

Atividades, Subatividades e Normas
1 - Regularizar a situação fundiária das ocupações.

2 - Firmar o termo de compromisso entre as populações e o PNCD, até que sejam indenizados.

3 - Procurar inserir os moradores da comunidade no Programa de Sensibilização Ambiental do PNCD, especialmente em técnicas de agricultura alternativa.

4 - Demolir as construções e recuperar a área, após a formalização das indenizações e retiradas das famílias.

4.7.2.2 - AEI Mandassaia

Inserção no Zoneamento

Esta área estratégica é constituída majoritariamente pela ZR, mas abrange também o segmento Toalhas da ZOT, o segmento Lapão da ZUE, parte do segmento Linha de Transmissão Norte da ZUC e todo o trecho da ZUEsp que acompanha os limites do PNCD nesta AEI.

Descrição

Inclui a trilha e a gruta do Lapão, a comunidade Toalhas, parte da linha de transmissão que acompanha a rodovia BA-851. É delimitada ao norte pela rodovia BR-242, ao leste pela rodovia BA-851 e ao sudoeste pela trilha Pai Inácio – Barro Branco.

Nesta AEI serão desenvolvidas ações de controle, fiscalização, recuperação, sensibilização ambiental, visitação pública, regularização fundiária e demarcação de limites.

Esta Área é constituída pelos seguintes segmentos: i) Mandassaia, ii) Comunidade Toalhas, iii) Linha de Transmissão Lençóis e iv)Trilha e Gruta do Lapão. Exclui-se desta AEI o Segmento Capão Preto da AEI Cumes.

Resultados Esperados

- ✓ Problemas fundiários regularizados;
- ✓ Termo de Compromisso estabelecido com os moradores;
- ✓ Maior eficiência nas atividades de prevenção e combate a incêndios;
- ✓ Trilhas implantadas com a visitação pública ocorrendo de forma adequada;
- ✓ Visitação pública monitorada, com avaliação dos diferentes tipos de impacto;
- ✓ Áreas degradadas recuperadas e em recuperação;
- ✓ Diminuição de focos de incêndio provenientes da faixa de domínio da rodovia BA-142;
- ✓ Sinalização dos limites do PNCD na BA-142 implantada;
- ✓ Projetos específicos para visitação pública elaborados e infra-estrutura necessária instalada;
- ✓ Atividades de rapel e *bungee jump* avaliados e implantados;
- ✓ Linha de transmissão transferida para fora dos limites do PNCD;
- ✓ Plano de manejo espeleológico da Gruta do Lapão elaborado e implementado;
- ✓ Área aberta para visitação pública;

Indicadores

- o Aumento da porcentagem dos problemas fundiários regularizados;
- o Quantidade de ocorrências de fogo e área queimada reduzidas;
- o Número de acessos irregulares ao PNCD controlado;
- o Diminuição do número de impactos ambientais da área;
- o Número de agendamento para a visitação a Trilha da Gruta do Lapão e atividades de rapel e *bungee jump*;
- o Número de equipamentos disponíveis para o desenvolvimento dos trabalhos.
- o Desaparecimento das clareiras e roças;
- o Presença de espécies vegetais secundárias e climáxicas;
- o Trilhas não definidas para visitação pública desativadas.

4.7.2.2.1 - Segmento Mandassaia

Descrição

Abrange a maior parte desta AEI, excluindo-se os pequenos trechos que compõe os outros segmentos. A vegetação deste segmento apresenta-se bastante alterada pela ação antrópica, em

especial nas áreas do vale do rio São José, mas inclui remanescentes florestais em estágio médio de regeneração e diversas manchas de campo rupestre. Inclui o sítio arqueológico Mucugezinho, com pinturas rupestres.

Atividades, Subatividades e Normas

1 - Regularizar a situação fundiária do Parque, conforme descrito no item Ações Gerenciais Gerais.

2 - Demarcar e, quando possível, cercar os limites do PNCD, em especial ao longo das rodovias BR-242 e BA-851.

3 - Desenvolver ações que promovam a recuperação da vegetação local, em especial das áreas florestais que existiam no vale do rio São José, bem como das áreas com processos erosivos, prioritariamente nos trechos declivosos e com voçorocas.

4 - Implantar ações de proteção neste segmento.

- A fiscalização deste segmento, realizada pela Sede Administrativa Pai Inácio, deverá ser a pé ou aérea, permanente e diuturnamente, intensificada nos feriados e finais de semana.
- O pernoite também é permitido nos casos autorizados de pesquisas científicas e monitoramento ambiental.
- Os fiscais exigirão, quando necessário, a apresentação da permissão de acesso a esta área aos pesquisadores.
- São proibidos a entrada e o trânsito de animais domésticos no Segmento, incluindo-se os animais de montaria e carga.
- Não é permitido o uso de fogueiras pela fiscalização ou pelos pesquisadores. O preparo de alimentos deve ser feito em fogareiros adequados para acampamentos.
- Ficam proibidos o acesso e o trânsito de veículos automotores (carros ou motos).
- Todos os resíduos sólidos, inclusive restos de alimentos, deverão ser removidos do Segmento e depositados em local indicado pelo Plano.
- Desativar as diversas vias de circulação deste Segmento, tais como: acessos, atalhos, picadas, caminhos e trilhas.
- Só é permitida a abertura de novas vias de circulação nos casos de resgate, combate a incêndios e outras atividades consideradas imprescindíveis para a proteção do Segmento.

5 - Incentivar pesquisas que subsidiem as ações de manejo para a recuperação da área.

6 - Identificar e contatar pesquisadores realizar pesquisa sobre o sítio arqueológico Mucugezinho.

7 - Desenvolver ações que levem à diminuição e ao controle dos incêndios no Segmento.

4.7.2.2.2 - Segmento Comunidade Toalhas

Descrição

Conjunto de algumas ocupações rurais situadas ao longo do vale do rio São José, no município de Lençóis, paralelo à rodovia BA-851. Inclui a captação de água no rio São José para a cidade de Lençóis, junto ao limite do PNCD.

Atividades, Subatividades e Normas

1 - Regularizar a situação fundiária das ocupações.

2 - Firmar o Termo de Compromisso (TC) entre as populações e o PNCD, até que sejam indenizados.

3 - Procurar inserir os moradores da comunidade no Programa de Sensibilização Ambiental do PNCD, especialmente em técnicas de agricultura alternativa.

4 - Assegurar à comunidade o direito de remover os materiais das suas residências e áreas de uso, uma vez indenizada e realocada.

4.1 - Demolir as construções e benfeitorias porventura ainda existentes no Segmento, após a indenização e realocação da comunidade.
4.2 - Retirar para fora do PNCD os materiais inservíveis oriundos das demolições.
4.3 - Cercar e desativar os acesso da comunidade à suas áreas de ocupação, uma vez indenizada e realocada, especialmente no limite do PNCD, sinalizando-o.

5 - Implantar ações de proteção neste segmento.

- A fiscalização deste segmento, realizada pela Sede Administrativa Pai Inácio, deverá ser a pé ou aérea, permanente e diuturnamente, intensificada nos feriados e finais de semana.
- O pernoite também é permitido nos casos autorizados de pesquisas científicas e monitoramento ambiental.
- Os fiscais exigirão, quando necessário, a apresentação da permissão de acesso a esta área aos pesquisadores.
- A entrada e o trânsito de animais domésticos, incluindo-se os animais de montaria e carga, no Segmento ficam restritos àqueles relacionados às atividades da comunidade, previstas no TC.
- Não é permitido o uso de fogueiras pela fiscalização ou pelos pesquisadores. O preparo de alimentos deve ser feito em fogareiros adequados para acampamentos. No caso da comunidade, o uso do fogo fica restrito aos casos acordados no TC.
- Ficam proibidos o acesso e o trânsito de veículos automotores (carros ou motos).
- Todos os resíduos sólidos, inclusive restos de alimentos, gerados por funcionários do PNCD e por pesquisadores deverão ser removidos do Segmento e depositados em local indicado pelo Plano.
- Desativar as diversas vias de circulação deste Segmento, tais como: acessos, atalhos, picadas, caminhos e trilhas.
- Só é permitida a abertura de novas vias de circulação nos casos de resgate, combate a incêndios e outras atividades consideradas imprescindíveis para a proteção do Segmento.

5.1 - Desenvolver e implantar sistema alternativo para o recolhimento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos e efluentes da comunidade.

- Estas ações dependerão da adesão e participação ativa da comunidade nos trabalhos.
- O sistema levará em conta alternativas de mínimo impacto como aproveitamento da gravidade, sistemas mecânicos simplificados, entre outros.
- O sistema deve levar em conta a sua fácil desativação quando indenizada e realocada a comunidade.

5.2 - Desenvolver e implantar sistema de captação e distribuição de água potável para a comunidade.

- Estas ações dependerão da adesão e participação ativa da comunidade nos trabalhos.
- O sistema levará em conta alternativas de mínimo impacto como aproveitamento da gravidade, sistemas mecânicos simplificados, entre outros.
- O sistema deve levar em conta a sua fácil desativação quando indenizada e realocada a comunidade.

6 - Desenvolver ações que promovam a recuperação ambiental do Segmento.
6.1 - Recuperar a vegetação local, em especial das áreas florestais que existiam no vale do rio São José.
6.2 - Proceder à contenção de áreas com processos erosivos, prioritariamente nos trechos declivosos e com voçorocas.
6.3 - Promover a recuperação da área das residências e áreas de uso da comunidade após a demolição e retirada dos materiais inservíveis.

4.7.2.2.3 - Segmento Linha de Transmissão Lençóis

Descrição

O Segmento envolve a linha de transmissão entre a subestação de Lençóis (no entroncamento da rodovia BR-242 com a rodovia BA-851) e a cidade de Lençóis, que acompanham os limites do PNCD, ora invadindo, ora saindo da sua área.

Atividades, Subatividades e Normas

1 - Despender esforços para a retirada da linha de transmissão (LT) do interior do PNCD, a qual poderia ser realocada ao longo da área de servidão da rodovia BA-851, que se encontra fora da UC.

2 - Zelar para que as atividades da manutenção da LT causem o mínimo impacto ambiental negativo às áreas do PNCD afetadas.

- É proibido deixar qualquer resíduo sólido inerente às atividades de manutenção da LT.
- É proibida a abertura de novos acessos para a área de servidão da LT.

3 - Comunicar à empresa responsável pela LT que solicite autorização por escrito para a realização de atividades relacionadas à LT, indicando nominalmente o pessoal autorizado, identificação funcional, datas e período das ações e acompanhamento de funcionário ou parceiro habilitado do PNCD.

4 - Exigir soluções técnicas para diminuir as intervenções de poda na área de servidão da LT, até que sejam retiradas.

- É proibido o uso de produtos químicos nas atividades de poda na área de servidão da LT.

5 - Exigir que a empresa responsável pela LT retire todo o material lenhoso oriundo das podas da área de servidão e deposite em local indicado pelo PNCD.

5.1 - Utilizar, prioritariamente, o material lenhoso oriundo das podas em atividades para a proteção e serviços do PNCD.

5.2 - Promover a doação deste material para entidades sem fins lucrativos de cunho socioambiental, no caso de excedentes ou materiais inservíveis ao PNCD.

6 - Implantar ações de proteção neste Segmento.

- A fiscalização deste Segmento, realizada pela Sede Administrativa Pai Inácio, deverá ser a pé ou aérea, permanente e intensificada durante as intervenções procedidas pela empresa responsável pela LT.

7 - Desenvolver ações que promovam a recuperação ambiental do Segmento após a retirada da LT do interior do PNCD.

7.1 - Exigir da empresa responsável pela LT a remoção dos materiais inservíveis após a retirada da Linha do interior do PNCD.

4.7.2.2.4 - Segmento Trilha e Gruta do Lapão

Descrição

Este Segmento é composto pela trilha que leva à gruta do Lapão, incluindo-a. O início da Trilha é próximo à cidade de Lençóis. A trilha tem cerca de 3km e o tempo médio para desenvolvê-la ida e volta é de 5h, aproveitando-se seus diversos atrativos.

Este Segmento apresenta potencialidades para o desenvolvimento de atividades de visitação pública como banhos, caminhadas, observação de vida silvestre e de eventos geológicos, geomorfológicos e espeleológicos, contemplação, fotografia, filmagem, interpretação e educação ambiental, assim como para pesquisas científicas e monitoramento ambiental.

Atividades, Subatividades e Normas

1 - Regularizar a situação fundiária das áreas que compões a Trilha, conforme descrito no item Ações Gerenciais Gerais.

1.1 - Demarcar e cercar os limites do PNCD nas áreas que compõe este Segmento.

2 - Implantar ações de proteção neste segmento.

- A fiscalização deste segmento, realizada pela Sede Administrativa Pai Inácio, deverá ser à pé ou aérea, permanente e intensificada nos períodos de alta temporada de visitação, feriados e finais de semana.

- Os fiscais exigirão dos condutores e visitantes, quando necessário, a apresentação do ingresso a esta área.
- São proibidos a entrada e o trânsito de animais domésticos no Segmento, incluindo-se os animais de montaria e carga.
- A proteção e o controle deste Segmento dependem do PIC de Lençóis e Sede Administrativa Pai Inácio.

3 - Implantar a visitação pública no Segmento.

- Esta Trilha deve ser guiada por funcionários do PNCD ou por parceiros habilitados.
- Para a realização da Trilha os visitantes deverão agenda-la previamente e comprar o ingresso nos diversos PIC ou nos CV.
- O pernoite não será permitido em nenhum trecho da Trilha, nem tampouco na Gruta.
- Não é permitido o uso de fogueiras.
- Ficam proibidos o acesso e o trânsito de veículos automotores (carros ou motos).
- Todos os resíduos sólidos, inclusive os restos de alimentos, deverão ser removidos do Segmento e levados de volta à cidade de Lençóis.

3.1 - Adotar uma das metodologias de manejo do impacto da visitação para a Trilha e aplicar as ferramentas indicadas por ela, de modo a aprimorar os números de visitantes no Segmento e seus atrativos.

- Enquanto não tiver início a aplicação da metodologia de manejo do impacto da visitação para a Trilha, serão adotados os seguintes números iniciais: permanência de no máximo 60 pessoas por dia, em grupos de no máximo 10 pessoas, incluindo o guia ou condutor nesse total.
- A entrada e demais atividades na Gruta ficam proibidas até a elaboração do plano de manejo espeleológico, o qual definirá também os números iniciais de visitantes no seu interior por dia.

3.2 - Implantar sistema de acesso à Trilha no seu início próximo ao Barro Branco.

- O acesso deverá ser instalado em local estratégico nos limites do PNCD.
- O acesso da Trilha será controlado pelo sistema rústico denominado localmente como passa-um, até que seja implantada a solução proposta pelo projeto específico.

3.3 - Elaborar projeto específico para a visitação pública deste Segmento.

- O projeto específico deve considerar a necessidade de: desativar os diversos acessos e atalhos, sinalizar e controlar o acesso oficial, sinalização, educação e interpretação ambiental da Trilha, recuperação de alguns trechos com erosão e intervenções para o acesso ao local denominado Geladeira.
- O projeto deverá considerar o traçado que já vem sendo utilizado para esta Trilha tentando aproveita-lo ao máximo e sempre que possível desviar das áreas úmidas ou alagadas.
- A identificação das áreas úmidas deverá levar em consideração os períodos de chuva e de seca na região.
- Quando não for possível evitar a passagem do leito da Trilha por trechos alagados deverá ser indicada a implantação de trilha elevada nestes trechos, evitando maiores impactos negativos na área.
- O projeto deverá indicar as coordenadas geográficas das trilhas secundárias que deverão ser fechadas após a definição do leito principal da Trilha, devendo também ser indicados o material e técnica a serem utilizados para tal.
- O material para construção e implantação da infra-estrutura a ser proposta, sempre que tecnicamente viável, deverá ser ambientalmente correto, resistente, suportar altas temperaturas e passível de ser harmonizado ao ambiente local, como por exemplo a chamada madeira plástica ou similares.

3.4 - Sinalizar as entradas dos acessos secundários a essa área com placas informativas sobre a sua desativação.

3.5 - Instalar placa informativa nas duas extremidades da Trilha com informações sobre a sua extensão e trajeto, cuidados a serem tomados, tempo estimado para realização, principais atrativos no seu percurso, dentre outros.

3.6 - Realizar contenção temporária dos processos erosivos presentes no leito da Trilha, até que o projeto específico indique melhores soluções.

3.7 - Elaborar e implantar projeto específico para a sinalização do Segmento.

3.8 - Implantar sinalização preliminar no Segmento, até sua definição final pelo projeto.
3.9 - Elaborar e implantar projeto de interpretação ambiental e histórico-cultural para o Segmento.

- A interpretação da Trilha deverá ser realizada durante todo o seu percurso, devendo haver pontos de parada para uma interpretação mais direcionada;
- O projeto levará em conta as possibilidades de interpretação ambiental pelo guia ou condutor de visitantes, por meio de um folheto interpretativo do Segmento.
- Quando o projeto previr, os instrumentos interpretativos a serem fixados na Trilha deverão ter baixo impacto visual e harmonizar com o ambiente.
- A interpretação para a Gruta deve ser contemplada no plano de manejo espeleológico.

3.10 - Elaborar e disponibilizar um folheto interpretativo para a Trilha.

- O folheto deve ser utilizado como apoio ao trabalho de interpretação pelos guias ou condutores.
- O uso do folheto é facultativo para os visitantes.
- O folheto deve ser comprado nos PIC e nos CV do PNCD.

3.11 - Elaborar projeto específico para o detalhamento da atividade de rapel nas proximidades e na Gruta do Lapão.

- O projeto específico só poderá ser realizado após o plano de manejo espeleológico da Gruta, no caso deste apontar a pertinência da atividade do rapel.

4 - Implantar ações de recuperação ambiental no Segmento.
4.1 - Favorecer a regeneração natural por meio de recuperação do solo nos locais onde for necessário e desviar a visitação pública destes locais, pelo menos enquanto durarem as intervenções.
4.2 - Promover, prioritariamente, ações de contenção de erosão nos trechos declivosos deste Segmento e desviar a visitação pública destes locais, pelo menos enquanto durarem as intervenções.
4.3 - Realizar contenção temporária dos processo erosivos presentes no leito da Trilha até que solução definitiva seja indicada tecnicamente.

5 - Elaborar o plano de manejo espeleológico da Gruta.

- O plano deve analisar e subsidiar eventuais atividades de visitação pública, tais como o número de visitantes por dia, o tamanho do grupo, o roteiro da visita, a possibilidade da travessia da Gruta, o acesso a canais e condutos, o sentido da entrada e saída, a possibilidade de banho no rio Lapão e os aspectos para interpretação ambiental e histórico-cultural.
- Também deve ser feita a análise de riscos para as atividades de visitação pública da Gruta, tais como desabamentos, pedras soltas e inundações.
- O plano deve enfatizar o levantamento da fauna relacionada à Gruta, especialmente a macrofauna e esclarecimentos sobre a ocorrência de um escorpião despigmentado.
- Também deve ser objeto do plano a avaliação de eventuais impactos ambientais negativos decorrentes da atividade de rapel sobre o patrimônio espeleológico.

4.7.2.3 - AEI Morro do Selim (Morrão)

Inserção no Zoneamento

Esta área estratégica é constituída majoritariamente pela ZR, mas abrange também os seguintes segmentos da ZUE: Trilha Conceição dos Gatos – Águas Claras, Trilha Capão – Pai Inácio, Trilha Capão – Lençóis e Área de Acampamento, bem como todo o trecho da ZUEsp que acompanha os limites do PNCD nesta AEI.

Descrição

A Área Estratégica Interna Morro do Selim (ou Morrão) inclui o morro do Selim, propriamente dito, um morro-testemunho do processo erosivo que formou a macro paisagem atual da Chapada Diamantina e as áreas próximas que se encontram erodidas. A vegetação predominante é de campos gerais e rupestres.

Por estar inserida em uma Zona de Recuperação, esta área se destina à recuperação da vegetação que sofreu intensos danos causados pela presença de gado, incêndios e pelo turismo

desordenado. As atividades permitidas referem-se à proteção, pesquisa científica, monitoramento ambiental, visitação pública e controle e fiscalização.

Esta Área é constituída pelos seguintes segmentos: Trilha Conceição dos Gatos – Trilha Capão – Pai Inácio, Trilha Capão – Pai Inácio, Trilha Lençóis – Capão, Morro do Selim (Morrão) e Área de Acampamento.

Resultados Esperados

- ✓ Problemas fundiários regularizados;
- ✓ Maior eficiência nas atividades de prevenção e combate a incêndios;
- ✓ Trilhas implantadas com a visitação pública ocorrendo de forma adequada;
- ✓ Visitação pública monitorada, com avaliação dos diferentes tipos de impacto;
- ✓ Trilhas secundárias e atalhos fechados;
- ✓ Áreas degradadas recuperadas e em recuperação;
- ✓ Pressão de caça sobre a fauna nativa minimizada;
- ✓ Animais domésticos removidos da área;

Indicadores

- Aumento da porcentagem dos problemas fundiários regularizados;
- Quantidade de ocorrências de fogo e área queimada reduzidas;
- Número de acessos irregulares ao PNCD controlado;
- Diminuição do número de impactos ambientais da área;
- Número de agendamento para a visitação nas trilhas desta AEI;
- Desaparecimento das clareiras e roças;
- Presença de espécies vegetais secundárias e climáxicas;
- Ausência de trilhas não definidas para visitação pública.

4.7.2.3.1 - Segmento Trilha Conceição dos Gatos – Trilha Capão – Pai Inácio

Descrição

Este segmento é composto pela trilha que liga o povoado da Conceição do Gatos até a Trilha Capão – Pai Inácio. Uma vez na Trilha Capão – Pai Inácio pode-se seguir até a Sede Administrativa e CV Pai Inácio. O início da Trilha é entre o povoado da Conceição dos Gatos e o povoado Bom Jardim. Inclui uma variação que é a possibilidade de sair da trilha principal (Conceição dos Gatos até a trilha Capão – Pai Inácio) até o Acampamento Águas Claras, passando pelo Morro do Selim (Morrão).

O trecho Conceição dos Gatos até a Trilha Capão - Pai Inácio tem cerca de 5km.
O trecho Conceição dos Gatos até o Acampamento Águas Claras, passando pelo Morro do Selim, tem cerca de 7km e o tempo médio para desenvolvê-lo ida e volta é de um dia, sem a subida ao Morro do Selim. Decidindo-se subir o morro do Selim, há necessidade de um pernoite no Acampamento Águas Claras, de modo a aproveitar seus diversos atrativos e retorno a Conceição dos Gatos ou seguindo até o Capão.

Este segmento apresenta potencialidades para o desenvolvimento de atividades de visitação pública como banhos, caminhadas, observação de vida silvestre e de eventos geológicos e geomorfológicos, contemplação, fotografia, filmagem, interpretação e educação ambiental, assim como para pesquisas científicas e monitoramento ambiental.

Atividades, Subatividades e Normas

1 - Regularizar a situação fundiária das áreas que compõem a Trilha, conforme descrito no item Ações Gerenciais Gerais.
1.1 - Demarcar e cercar os limites do PNCD nas áreas que compõem este Segmento.

2 - Implantar ações de proteção neste segmento.

- ➢ A fiscalização deste segmento, realizada pela Sede Administrativa Pai Inácio, deverá ser à pé ou aérea, permanente e intensificada nos períodos de alta temporada de visitação, feriados e finais de semana.

- Os fiscais exigirão dos condutores e visitantes, quando necessário, a apresentação do ingresso a esta área.
- São proibidos a entrada e o trânsito de animais domésticos no Segmento, incluindo-se os animais de montaria e carga.
- A proteção e o controle deste Segmento dependem dos PIC do Vale do Capão e de Palmeiras e Sede Administrativa Pai Inácio.

3 - Implantar a visitação pública no Segmento.

- Esta Trilha pode ser guiada por funcionários do PNCD ou por parceiros habilitados ou de forma autoguiada por folheto.
- Para a realização da Trilha os visitantes deverão agendá-la previamente e comprar o ingresso nos diversos PIC e nos CV.
- O pernoite será permitido somente no Acampamento Águas Claras, para o qual as normas se encontram na descrição do respectivo segmento.
- Não é permitido o uso de fogueiras.
- A visitação pública ao morro do Selim deve observar as atividades e normas estabelecidas na descrição do respectivo Segmento.
- Os moradores de Conceição dos Gatos estão isentos de usar guia ou condutor, quando fizerem tais deslocamentos sem conotação de visitação.
- Todos os resíduos sólidos, inclusive os restos de alimentos, deverão ser removidos do Segmento e depositados em local indicado pelo PNCD.

3.1 - Adotar uma das metodologias de manejo do impacto da visitação para a Trilha e aplicar as ferramentas indicadas por ela de modo a aprimorar os números iniciais de visitantes na Trilha e seus atrativos.

- Enquanto não tiver início a aplicação da metodologia de manejo do impacto da visitação para a Trilha, serão adotados os seguintes números iniciais: permanência de no máximo 20 pessoas por dia, em grupos de no máximo 10 pessoas, incluindo o guia ou condutor neste total.

3.2 - Implantar sistema de acesso à Trilha, no seu início próximo a Conceição dos Gatos.

- O acesso deverá ser instalado em local estratégico, nos limites do Parque;
- O acesso da Trilha será controlado pelo sistema rústico denominado localmente como passa-um, até que seja implantada a solução proposta pelo estudo específico.

3.3 - Elaborar projeto específico para a visitação pública deste Segmento.

- O projeto específico deve considerar a necessidade de: desativar os diversos acessos secundários e atalhos, sinalizar e controlar o acesso oficial, sinalização, educação e interpretação ambiental da Trilha, recuperação de alguns trechos com erosão e intervenções para a adequação da visitação pública, como por exemplo soluções de transposição de áreas alagadas e pequenos cursos d´água.
- O projeto deverá considerar o traçado que já vem sendo utilizado para esta Trilha, tentando aproveita-lo ao máximo, e, sempre que possível, desviar das áreas úmidas e/ou alagadas;
- A identificação das áreas úmidas deverá levar em consideração os períodos de chuva e de seca na região.
- Quando não for possível evitar a passagem do leito da Trilha por trechos alagados, deverá ser indicada a implantação, nestes trechos, de trilha elevada, evitando maiores impactos negativos na área.
- O projeto deverá indicar as coordenadas geográficas das trilhas secundárias que deverão ser fechadas após a definição do leito principal da Trilha, devendo também ser indicados o material e técnica a serem utilizados para tal.
- O material para a construção e implantação da infra-estrutura a ser proposta, sempre que tecnicamente viável, deverá ser ambientalmente correto, resistente, suportar altas temperaturas e passível de ser harmonizado ao ambiente local, como por exemplo a chamada madeira plástica ou similares.

3.4 - Sinalizar as entradas dos acessos secundários a essa área com placas informativas e educativas sobre a recuperação ambiental que será promovida.

3.5 - Instalar placa informativa nas duas extremidades da Trilha com informações sobre a sua extensão e trajeto, cuidados a serem tomados, tempo estimado para realização, principais atrativos no seu percurso, dentre outros.

3.6 - Realizar contenção temporária dos processos erosivos presentes no leito da Trilha, até que o projeto específico indique melhores soluções.
3.7 - Implantar preliminarmente, até indicação final pelo projeto específico, uma área de descanso no percurso da Trilha.

- Esta área deverá ser implantada próxima ao córrego nas proximidades da trilha que dá acesso ao morro do Selim; esta área deverá adotar o nome deste córrego.
- Não deverá ser instalada nenhuma facilidade na Área de Descanso.
- A Área de Descanso deverá ser localizada em local com sombreamento natural.
- A sinalização da Área de Descanso será contemplada no projeto de sinalização de toda a Trilha.

3.8 - Elaborar e implantar projeto específico para a sinalização da Trilha.
3.9 - Implantar sinalização preliminar na Trilha, até sua definição final pelo projeto.
3.10 - Elaborar e implantar projeto de interpretação ambiental para a Trilha.

- A interpretação da Trilha deverá ser realizada durante todo o seu percurso, devendo haver pontos de parada para uma interpretação mais direcionada;
- O projeto levará em conta as possibilidades de interpretação ambiental pelo guia ou condutor de visitantes, por meio de um folheto interpretativo da Trilha.
- Quando o projeto previr, os instrumentos interpretativos a serem fixados na Trilha deverão ter baixo impacto visual e harmonizar com o ambiente.

3.11 - Elaborar e disponibilizar um folheto interpretativo para orientação dos visitantes que forem percorrer a Trilha de forma autoguiada.

- O uso do folheto é obrigatório para os visitantes que farão a Trilha de forma autoguiada, sendo facultativo para os que a percorrem de forma guiada.
- O folheto deve ser comprado nos PIC e nos CV do PNCD.
- O folheto é para ser usado também como apoio ao trabalho de interpretação pelos guias ou condutores.

4 - Implantar ações de recuperação ambiental no Segmento.
4.1 - Elaborar e implantar projeto de recuperação da vegetação da mata ciliar, especialmente do córrego nas proximidades da área de descanso.
4.2 - Construir e instalar um painel educativo nas proximidades da área de descanso, abordando os trabalhos de recuperação da mata ciliar próxima.
4.3 - Favorecer a regeneração natural por meio de recuperação do solo nos locais onde for necessário e desviar a visitação pública destes locais, pelo menos enquanto durarem as intervenções.
4.4 - Promover, prioritariamente, ações de contenção de erosão nos trechos declivosos e nas voçorocas deste Segmento e desviar a visitação pública destes locais, pelo menos enquanto durarem as intervenções.
4.5 - Realizar contenção temporária dos processos erosivos presentes no leito da Trilha até que o projeto específico indique melhores soluções.

4.7.2.3.2 - Segmento Trilha Capão - Pai Inácio

Descrição

Este segmento é composto pela Trilha que liga o Capão à Sede Administrativa e CV Pai Inácio. Apresenta duas possibilidades alternativas para a visitação pública, quais sejam: o Acampamento Águas Claras e a subida ao morro do Selim (Morrão).

A Trilha tem início no Capão, tem 11km de extensão e o tempo médio para percorre-la é de um dia até o CV Pai Inácio. É possível percorrê-la do Capão até o morro do Selim, com pequena parada para banho no Acampamento Águas Claras, e retornar ao Capão em um dia de caminhada intensa. Outra opção é realizar este roteiro com um pernoite no Acampamento. Decidindo-se subir o morro do Selim e seguir para o CV Pai Inácio há necessidade de um pernoite no Acampamento, de modo a aproveitar seus diversos atrativos nas situações indicadas. O trecho entre o Acampamento e o morro do Selim tem cerca de 4km e pode ser percorrido em 3h. Outra derivação desta Trilha é o acesso à área com potencialidades de escalada do morro do Vento.

Este segmento apresenta potencialidades para o desenvolvimento de atividades de visitação pública como banhos, caminhadas, escaladas, observação de vida silvestre e de eventos geológicos e geomorfológicos, contemplação, fotografia, filmagem, interpretação e educação ambiental, assim como para pesquisas científicas e monitoramento ambiental.

Atividades, Subatividades e Normas

1 - Regularizar a situação fundiária das áreas que compõem a Trilha, conforme descrito no item Ações Gerenciais Gerais.

1.1 - Demarcar e cercar os limites do PNCD no início deste Segmento, principalmente no local denominado Solta do Capão.

2 - Implantar ações de proteção neste segmento.

- A fiscalização deste segmento, realizada pela Sede Administrativa Pai Inácio, deverá ser a pé ou aérea, permanente e intensificada nos períodos de alta temporada de visitação, feriados e finais de semana.
- Os fiscais exigirão dos condutores e visitantes, quando necessário, a apresentação do ingresso a esta área.
- São proibidos a entrada e o trânsito de animais domésticos no Segmento, incluindo-se os animais de montaria e carga.
- A proteção e o controle deste Segmento dependem dos PIC do Vale do Capão e de Palmeiras e Sede Administrativa Pai Inácio.

3 - Implantar a visitação pública no segmento.

- Esta Trilha poderá ser guiada por funcionários do PNCD ou por parceiros habilitados ou de forma autoguiada por folheto.
- Para percorrer a Trilha os visitantes deverão agendá-la previamente e comprar o ingresso nos diversos PIC ou nos CV do PNCD.
- O pernoite será permitido somente no acampamento Águas Claras, para o qual as normas se encontram na descrição do respectivo segmento.
- Não é permitido o uso de fogueiras.
- Todos os resíduos sólidos, inclusive restos de alimentos, deverão ser removidos da Trilha e depositados em local indicado pelo PNCD.
- A visitação pública ao morro do Selim deve observar as atividades e normas estabelecidas na descrição do respectivo Segmento.

3.1 - Adotar uma das metodologias de manejo do impacto da visitação para a Trilha e aplicar as ferramentas por ela indicada, de modo a aprimorar os números de visitantes no Segmento e seus atrativos.

- Enquanto não tiver início a aplicação da metodologia de manejo do impacto da visitação para a atividade, serão adotados os seguintes números iniciais: permanência de no máximo 40 pessoas por dia, em grupos de no máximo 10 pessoas, incluindo o guia ou condutor neste total.

3.2 - Implantar sistema de acesso à Trilha, no seu início próximo ao Capão.

- O acesso deverá ser instalado em local estratégico, nos limites do Parque;
- Fica proibido o acesso e o trânsito de veículos automotores (carros ou motos), devendo ser desativada a estrada recém-aberta no início desta Trilha;
- O acesso da Trilha será controlado pelo sistema rústico denominado localmente como passa-um, até que seja implantada a solução proposta pelo estudo específico.

3.3 - Elaborar projeto específico para a visitação pública deste Segmento.

- O projeto específico deve considerar a necessidade de: desativar os diversos acessos secundários e atalhos, sinalizar e controlar o acesso oficial, sinalização, educação e interpretação ambiental da Trilha, recuperação de alguns trechos com erosão e intervenções para a adequação da visitação pública como, por exemplo, soluções de transposição de áreas alagadas e pequenos cursos d'água.
- O projeto deverá considerar o traçado que já vem sendo utilizado para esta Trilha, tentando aproveitá-lo ao máximo, e, sempre que possível, desviar das áreas úmidas e/ou alagadas;
- A identificação das áreas úmidas deverá levar em consideração os períodos de chuva e de seca na região.

- Quando não for possível evitar a passagem do leito da Trilha por trechos alagados, deverá ser indicada a implantação, nestes trechos, de trilha elevada, evitando maiores impactos negativos na área.
- O projeto deverá indicar as coordenadas geográficas das trilhas secundárias que deverão ser fechadas após a definição do leito principal da Trilha, devendo também ser indicados o material e técnica a serem utilizados para tal.
- O material para a construção e implantação da infra-estrutura a ser proposta, sempre que tecnicamente viável, deverá ser ambientalmente correto, resistente, suportar altas temperaturas e passível de ser harmonizado ao ambiente local como, por exemplo, a chamada madeira plástica ou similares.
- O projeto deverá levar em conta a necessidade da instalação de, pelo menos, dois mirantes ao longo desta Trilha, um explorando o melhor ponto de observação do morro do Selim e outro do morro do Pai Inácio, contextualizando-os na paisagem.

3.4 - Sinalizar as entradas dos acessos secundários a esta Trilha com placas informativas sobre a sua desativação.

3.5 - Instalar placa informativa nas duas extremidades da Trilha com informações sobre o seu comprimento e trajeto, cuidados a serem tomados, tempo estimado para realização, principais atrativos no seu percurso (Acampamento Águas Claras e morro do Selim, por exemplo), dentre outros.

3.6 - Realizar contenção temporária dos processos erosivos presentes no leito da Trilha até que o projeto específico indique melhores soluções.

3.7 - Implantar, preliminarmente, até indicação final pelo projeto específico, áreas de descanso ao longo desta Trilha.

- Deve-se considerar as seguintes possibilidades: i) Acampamento Águas Claras, ii) na confluência de um córrego que vem do morro do Selim e o rio Mucugezinho, no trecho médio do percurso e iii) próximo ao rio Mucugezinho, no trecho final do percurso.
- Não deverá ser instalada nenhuma facilidade nas áreas de descanso;
- As áreas mais indicadas para descanso devem levar em conta a existência de sombreamento natural;
- As áreas definidas para descanso deverão ser sinalizadas.

3.8 - Elaborar projeto específico para a sinalização da Trilha.

3.9 - Implantar sinalização preliminar na Trilha até sua definição final pelo projeto.

3.10 - Elaborar e implantar projeto de interpretação ambiental para a Trilha.

- A interpretação da Trilha deverá ser realizada durante todo o seu percurso, devendo haver pontos de parada para uma interpretação mais direcionada;
- O projeto levará em conta as possibilidades de interpretação ambiental pelo guia ou condutor de visitantes, por meio de um folheto interpretativo da Trilha.
- Quando o projeto previr, os instrumentos interpretativos a serem fixados na Trilha deverão ter baixo impacto visual e harmonizar com o ambiente.

3.11 - Elaborar e disponibilizar um folheto interpretativo para orientação dos visitantes que forem percorrer a Trilha de forma autoguiada.

- O uso do folheto é obrigatório para os visitantes que farão a Trilha de forma autoguiada, sendo facultativo para os que a percorrem de forma guiada.
- O folheto deve ser comprado nos PIC e nos CV do PNCD.
- O folheto é para ser usado também como apoio ao trabalho de interpretação pelos guias ou condutores.

4 - Implantar ações de recuperação ambiental no Segmento.

4.1 - Elaborar e implantar projeto de recuperação das áreas de mata ciliar ao longo da trilha, nas áreas em que ocorriam acampamentos clandestinos, entre outras.

4.2 - Construir e instalar um painel educativo nas proximidades das áreas de descanso, abordando os trabalhos de recuperação ao longo da Trilha.

4.3 - Favorecer a regeneração natural por meio de recuperação do solo nos locais onde for necessário e desviar a visitação pública destes locais, pelo menos enquanto durarem as intervenções.

4.4 - Promover, prioritariamente, ações de contenção de erosão nos trechos declivosos deste Segmento e desviar a visitação pública destes locais, pelo menos enquanto durarem as intervenções.

4.7.2.3.3 - Segmento Trilha Lençóis – Capão

Descrição

Este segmento é composto pela trilha histórica que liga o Capão à cidade de Lençóis, desde o início da formação destes centros populacionais. A Trilha tem início no Capão, com cerca de 9km de extensão e o tempo médio para percorrê-la é de um dia, contando-se somente a ida.

Este segmento apresenta potencialidades para o desenvolvimento de atividades de visitação pública como banhos, caminhadas, observação de vida silvestre e de eventos geológicos e geomorfológicos, contemplação, fotografia, filmagem, interpretação e educação ambiental, assim como para pesquisas científicas e monitoramento ambiental.

Atividades, Subatividades e Normas

1 - Regularizar a situação fundiária das áreas que compõem a Trilha, conforme descrito no item Ações Gerenciais Gerais.

1.1 - Demarcar e cercar os limites do PNCD nas áreas que interceptam este Segmento.

2 - Implantar ações de proteção neste segmento.

- A fiscalização deste segmento, realizada pela Sede Administrativa Pai Inácio, deverá ser a pé ou aérea, permanente e intensificada nos períodos de alta temporada de visitação, feriados e finais de semana.
- Os fiscais exigirão dos condutores e visitantes, quando necessário, a apresentação do ingresso a esta área.
- São proibidos a entrada e o trânsito de animais domésticos no Segmento, incluindo-se os animais de montaria e carga.
- A proteção e o controle deste Segmento dependem dos PIC do Vale do Capão, de Palmeiras e de Lençóis e Sede Administrativa Pai Inácio.

3 - Implantar a visitação pública no segmento.

- Esta Trilha pode ser guiada por funcionários do PNCD ou por parceiros habilitados ou autoguiada por folheto.
- Para percorrer a Trilha os visitantes deverão agendá-la previamente e comprar o ingresso nos diversos PIC ou nos CV do PNCD.
- O pernoite só será permitido nos casos em que os visitantes optarem por utilizar o Acampamento Águas Claras.
- As atividades do Acampamento Águas Claras e morro do Selim não fazem parte do percurso desta Trilha, porém se os visitantes desejarem desenvolvê-las as suas normas se encontram na descrição dos respectivos segmentos.
- Não é permitido o uso de fogueiras.
- Ficam proibidos o acesso e o trânsito de veículos automotores (carros ou motos).
- Todos os resíduos sólidos, inclusive restos de alimentos, deverão ser removidos da Trilha e depositados em local indicado pelo PNCD.

3.1 - Adotar uma das metodologias de manejo do impacto da visitação para a Trilha e aplicar as ferramentas por ela indicada, de modo a aprimorar os números de visitantes no Segmento e seus atrativos.

- Enquanto não tiver início a aplicação da metodologia de manejo do impacto da visitação para a atividade, serão adotados os seguintes números iniciais: permanência de no máximo 44 pessoas por dia, em grupos de no máximo 10 pessoas, incluindo o guia ou condutor neste total.

3.2 - Implantar sistema de acesso à Trilha, no seu início próximo ao Capão.

- O acesso desta Trilha é o mesmo da Trilha Capão – Pai Inácio, devendo, portanto, ser instalado em local estratégico, nos limites do Parque.
- O acesso da Trilha será controlado pelo sistema rústico denominado localmente como passa-um, até que seja implantada a solução proposta pelo projeto específico.

3.3 - Elaborar projeto específico para a visitação pública deste Segmento.

- O projeto específico deve considerar a necessidade de: desativar os diversos acessos secundários e atalhos, sinalizar e controlar o acesso e o percurso oficiais, sinalização, educação e interpretação ambiental da Trilha, recuperação de alguns trechos com erosão e intervenções para a adequação da visitação pública como, por exemplo, soluções de transposição de áreas alagadas e pequenos cursos d'água.
- O projeto deverá considerar o traçado que já vem sendo utilizado para esta Trilha, tentando aproveitá-lo ao máximo, e, sempre que possível, desviar das áreas úmidas e/ou alagadas;
- A identificação das áreas úmidas deverá levar em consideração os períodos de chuva e de seca na região.
- Quando não for possível evitar a passagem do leito da Trilha por trechos alagados, deverá ser indicada a implantação, nestes trechos, de trilha elevada, evitando maiores impactos negativos na área.
- O projeto deverá indicar as coordenadas geográficas das trilhas secundárias que deverão ser fechadas após a definição do leito principal da Trilha, devendo também ser indicados o material e técnica a serem utilizados para tal.
- O material para a construção e implantação da infra-estrutura a ser proposta, sempre que tecnicamente viável, deverá ser ambientalmente correto, resistente, suportar altas temperaturas e passível de ser harmonizado ao ambiente local, como, por exemplo, a chamada madeira plástica ou similares.
- O projeto deverá levar em conta a necessidade da instalação de, pelo menos, dois mirantes ao longo desta Trilha, um explorando o melhor ponto de observação da cidade de Lençóis e outro no local denominado Toca dos Noivos, contextualizando-os na paisagem.

3.4 - Sinalizar as entradas dos acessos secundários à esta Trilha com placas informativas sobre a sua desativação.

3.5 - Instalar placa informativa nas duas extremidades da Trilha com informações sobre a sua extensão e trajeto, cuidados a serem tomados, tempo estimado para realização, principais atrativos no seu percurso, dentre outros.

3.6 - Implantar, preliminarmente, até indicação final pelo projeto específico, um mirante natural no local conhecido como Toca dos Noivos.

- A área deverá ser implantada próxima à Toca dos Noivos e deverá ser chamada de Mirante Toca dos Noivos;
- O mirante deverá permanecer o mais natural possível, não sendo recomendada a implantação de nenhum equipamento facilitador;
- Deverá ser instalado um painel interpretativo neste mirante, promovendo a interpretação da visão panorâmica de alguns cânions, como o da cachoeira do Bodão (também conhecida como 21), bem como abordando acontecimentos histórico-culturais ocorridos naquelas proximidades.

3.7 - Implantar, preliminarmente, até indicação final pelo projeto específico, área de descanso próxima ao rio Piabinha, que se chamará Área de Descanso Piabinha.

- Não deverá ser instalada nenhuma facilidade nas áreas de descanso.
- A área mais indicada para descanso deve levar em conta a existência de sombreamento natural.
- A área definida para descanso deve ser sinalizada.

3.8 - Elaborar e implantar projeto específico para a sinalização da Trilha.

3.9 - Implantar sinalização preliminar na Trilha, até a sua definição final pelo projeto.

3.10 – Elaborar e implantar projeto de interpretação ambiental e histórico-cultural para a Trilha.

3.11 - Implantar preliminarmente, até que o projeto específico seja elaborado, a interpretação ambiental e histórico-cultural da Trilha.

- A interpretação deve levar em considerando as seguintes definições:
  - A interpretação desta Trilha deverá ser realizada durante todo o seu percurso, devendo haver pontos de parada para uma interpretação mais direcionada nos seguintes locais: no Mirante da Toca dos Noivos, onde deverá ser dada maior ênfase aos aspectos histórico-culturais que envolveram a Trilha, tais como a passagem de tropeiros e histórias locais como a que deu nome à referida Toca; e na Área de Descanso Piabinha, onde deverão ser enfatizados os aspectos ambientais observados durante o percurso;

• A colocação de painel interpretativo só deverá ocorrer no Mirante Toca dos Noivos e na Área de Descanso Piabinha.
• Quando a visitação for guiada, o projeto levará em conta as possibilidades de interpretação ambiental pelo condutor de visitantes, por meio de um folheto interpretativo da Trilha.
• Os instrumentos de interpretação a serem fixados na Trilha deverão ter baixo impacto visual e harmonizar com o ambiente.

3.12 - Elaborar e disponibilizar um folheto interpretativo para a orientação dos visitantes que forem percorrer a Trilha de forma autoguiada.

- O uso do folheto é obrigatório para os visitantes que farão a Trilha de forma autoguiada, sendo facultativo para os visitantes que a percorrerem de forma guiada.
- O folheto deve ser comprado nos PIC e CV do PNCD.
- O folheto também deve ser utilizado como apoio ao trabalho de interpretação pelos guias ou condutores.

4 - Implantar ações de recuperação ambiental no Segmento.
4.1 - Realizar contenção temporária dos processos erosivos presentes no leito da Trilha até que o projeto específico indique melhores soluções.
4.2 - Favorecer a regeneração natural por meio de recuperação do solo nos locais onde for necessário e isolamento da área para o uso público.
4.3 - Sinalizar as entradas dos acessos secundários a essa área com placas informativas sobre a sua desativação.
4.4 - Promover, prioritariamente, ações de contenção de erosão nos trechos declivosos deste Segmento e desviar a visitação pública destes locais, pelo menos enquanto durarem as intervenções.

4.7.2.3.4 - Segmento Morro do Selim (Morrão)

Descrição

Este Segmento é composto pelo morro do Selim (Morrão) propriamente dito, incluído seu topo, talus e a trilha que leva ao seu cume, que passa a ser denominada Trilha do Morro do Selim (Morrão). No topo do morro a trilha bifurca-se levando aos dois picos do morro, um ao sul e outro ao norte. A ida e a volta são pelo mesmo caminho. Esta Trilha tem extensão de cerca de 2km, considerando-se a partir do ponto em que se deixa a Trilha Capão – Pai Inácio, e o tempo médio para subi-la é de 2h.

Este Segmento apresenta potencialidades para o desenvolvimento de atividades como: caminhada em ambiente íngreme, observação de vida silvestre e eventos geológicos e geomorfológicos no cenário da Chapada Diamantina, fotografia, filmagem, outras atividades de visitação pública com ênfase na educação relacionada às ações de recuperação, pesquisas científicas e monitoramento ambiental.

Atividades, Subatividades e Normas

1 - Regularizar a situação fundiária das áreas que compõem a Trilha, conforme descrito no item Ações Gerenciais Gerais.

2 - Implantar ações de proteção neste segmento.

- A fiscalização deste segmento, realizada pela Sede Administrativa Pai Inácio, deverá ser a pé ou aérea, permanente e intensificada nos períodos de alta temporada de visitação, feriados e finais de semana.
- Os fiscais exigirão dos condutores e visitantes, quando necessário, a apresentação do ingresso a esta área.
- A proteção e o controle deste Segmento dependem dos PIC do Vale do Capão, de Palmeiras e de Lençóis e Sede Administrativa Pai Inácio.

3 - Implantar a visitação pública na Trilha do Selim.

- Esta Trilha deve ser somente guiada por funcionários do PNCD ou por parceiros habilitados, pois seu trajeto é todo em Zona de Recuperação, a qual permite atividades de visitação pública somente para a educação.

- Para percorrer a Trilha os visitantes deverão agendá-la previamente e comprar o ingresso nos diversos PIC ou nos CV do PNCD.
- O pernoite só será permitido nos casos em que os visitantes optarem por utilizar o Acampamento Águas Claras.
- As atividades do Acampamento Águas Claras não fazem parte do percurso desta Trilha, porém se os visitantes desejarem desenvolvê-las as suas normas se encontram na descrição dos respectivos segmentos.
- Não é permitido o uso de fogueiras.
- Todos os resíduos sólidos, inclusive restos de alimentos, deverão ser removidos da Trilha e depositados em local indicado pelo PNCD.

3.1 - Adotar uma das metodologias de manejo do impacto da visitação para a Trilha e aplicar as ferramentas por ela indicada, de modo a aprimorar os números de visitantes no Segmento e seus atrativos.

- Enquanto não tiver início a aplicação da metodologia de manejo do impacto da visitação para a atividade, serão adotados os seguintes números iniciais: permanência de no máximo 20 pessoas por dia, em grupos de no máximo sete pessoas, incluindo o guia ou condutor neste total.

3.2 - Elaborar projeto específico para a visitação pública deste Segmento.

- O projeto específico deve considerar a necessidade de: desativar possíveis acessos secundários e atalhos, sinalizar e controlar o acesso e o percurso oficiais, sinalização, educação e interpretação ambiental da Trilha, recuperação de alguns trechos com erosão e intervenções para a adequação da visitação pública como, por exemplo, soluções de transposição de áreas alagadas e pequenos cursos d'água.
- O projeto deverá considerar o traçado que já vem sendo utilizado para esta Trilha, avaliando se este é o melhor traçado, propondo desativação, adequações, melhorias etc.
- Até que o projeto indique o melhor traçado, o que está em uso será mantido preliminarmente.
- A identificação das áreas úmidas, especialmente as do topo, deverá levar em consideração os períodos de chuva e de seca na região.
- Quando não for possível evitar a passagem do leito da Trilha por trechos alagados, deverá ser indicada a implantação, nestes trechos, de trilha elevada, evitando maiores impactos negativos na área.
- O material para a construção e implantação da infra-estrutura a ser proposta, sempre que tecnicamente viável, deverá ser ambientalmente correto, resistente, suportar altas temperaturas e passível de ser harmonizado ao ambiente local, como, por exemplo, a chamada madeira plástica ou similares.
- O projeto deverá levar em conta a necessidade da adequação de dois mirantes naturais no topo do Morro, mirante do pico norte e mirante do pico sul.

3.3 - Instalar painel informativo no início da subida com dados sobre a sua extensão e trajeto, grau de dificuldade, cuidados a serem tomados, tempo estimado para realização, finalidade educativa da trilha, principais atrativos, dentre outros.

3.4 - Elaborar e implantar projeto específico para a sinalização da Trilha.

3.5 - Implantar sinalização preliminar na Trilha, até a sua definição final pelo projeto.

3.6 – Elaborar e disponibilizar um folheto educativo para a Trilha.

- O folheto é para ser usado como apoio ao trabalho de interpretação pelos guias ou condutores.
- O uso do folheto é facultativo para os visitantes.
- O folheto deve ser comprado nos PIC e nos CV do PNCD.

3.7 – Instalar preliminarmente, até definição pelo projeto específico, pequenas facilidades que minimizem os impactos ambientais negativos na Trilha e aumentem a segurança do visitante.

- As estruturas devem ser rústicas e pequenas, em pontos específicos necessários para alavancar o corpo e frear a descida.
- Os materiais utilizados para estas facilidades devem seguir as orientações dadas acima.

4 - Implantar ações de recuperação ambiental no Segmento.

4.1 - Realizar contenção temporária dos processos erosivos presentes no leito da Trilha até que o projeto específico indique melhores soluções.

4.2 - Favorecer a regeneração natural por meio de recuperação do solo nos locais onde for necessário e isolamento da área para o uso público.
4.3 - Sinalizar as entradas dos acessos secundários a essa área com placas informativas sobre a sua desativação.
4.4 - Promover, prioritariamente, ações de contenção de erosão nos trechos declivosos deste Segmento e desviar a visitação pública destes locais, pelo menos enquanto durarem as intervenções.

4.7.2.3.5 - Segmento Acampamento Águas Claras
Descrição
Este segmento abrange a área para acampamento localizada nas proximidades da trilha Capão – Pai Inácio e do local denominado Águas Claras.

Este Segmento apresenta potencialidades para o desenvolvimento de atividades como: vivência em íntimo contato com a natureza, banhos, observação de vida silvestre e eventos geológicos e geomorfológicos, contemplação, fotografia, filmagem, interpretação e educação ambiental, pesquisas científicas e monitoramento.

Atividades, Subatividades e Normas
1 - Regularizar a situação fundiária da área que compõe este Segmento, conforme descrito no item Ações Gerenciais Gerais.

2 - Implantar ações de proteção neste segmento.
- A fiscalização deste segmento, realizada pela Sede Administrativa Pai Inácio, deverá ser a pé ou aérea, permanente e intensificada nos períodos de alta temporada de visitação, feriados e finais de semana.
- Os fiscais exigirão dos condutores e visitantes, quando necessário, a apresentação do ingresso a esta área.
- São proibidos a entrada e o trânsito de animais domésticos no Segmento, incluindo-se os animais de montaria e carga.
- A proteção e o controle deste Segmento dependem dos PIC de Lençóis, Palmeiras e Capão e Sede Administrativa Pai Inácio.
- Não haverá lixeiras na Trilha, no acampamento ou no interior dos sanitários em atenção às condições de higiene do local e para evitar a atração e manuseio por animais silvestres.
- Cada visitante – guia ou condutor e seu grupo – tem responsabilidade individual e como grupo na remoção de todos os resíduos sólidos (incluindo restos de alimentos) gerados no percurso da Trilha, na área do acampamento e, inclusive, nos sanitários.
- Os resíduos sólidos devem ser removidos e depositados no CV Pai Inácio, no PIC Lençóis ou outro local fora da UC.
- Os funcionários do PNCD devem realizar vistorias periódicas no percurso da Trilha, no acampamento e nos sanitários para avaliar as condições de limpeza nestes locais.

3 - Implantar a visitação pública na Área de Acampamento Águas Claras.
- O acesso e a permanência no acampamento só poderão ocorrer de maneira guiada, ficando limitado a grupos de no máximo 10 pessoas, incluindo o guia ou condutor neste total.
- São necessários o agendamento e a reserva para o uso do acampamento, o que poderá ser feito nos PIC de Lençóis, Palmeiras e Capão e na Sede Administrativa Pai Inácio.
- Não é permitido o uso de fogueiras. O preparo de alimentos deve ser feito em fogareiros adequados para acampamentos.
- Ficam proibidos o acesso e o trânsito de veículos automotores (carros e motos).
- Todos os resíduos sólidos, inclusive restos de alimentos, proveniente do desenvolvimento das atividades no acampamento deverão ser removidos da área e depositados em local indicado pelo PNCD.
- Os visitantes, guias ou condutores, pesquisadores e funcionários devem seguir as seguintes regras na área de acampamento:

• A técnica de escavação de canaletas ao redor das barracas para escoamento da água da chuva é proibida, bem como a fixação de qualquer objeto ou amarrações que causem injúrias na vegetação (especialmente nos troncos, galhos e raízes);
• Não fazer ruídos, especialmente à noite, em respeito à fauna local e aos demais campistas;
• Não tomar banho nos cursos d'água quando utilizar produtos como sabonete, sabão, xampu, creme de corpo e para cabelo, protetor solar, repelente, bronzeador e afins;
• Excetuam-se na situação anterior os produtos desenvolvidos a partir de saponáceos naturais, cientificamente comprovados, os quais devem ser usados com parcimônia;
• No caso dos visitantes não conseguirem evitar banhos com produtos comuns, o guia ou o condutor deve zelar para que o banho ocorrerá fora do leito do curso d'água;
• Além de ser obrigatória a retirada de restos orgânicos para fora da UC, os campistas não podem deixar, sob hipótese alguma, restos de alimentos (crus ou manipulados) dentro dos cursos d'água, em respeito ao equilíbrio natural da biota aquática que deve ser minimamente perturbado;
• A higienização das louças e utensílios deve ser obrigatoriamente feita no local indicado para isso, conforme descrito abaixo;
• Os campistas poderão fazer suas necessidades fisiológicas somente nos sanitários do acampamento;
• Conforme previsto na Lei Federal nº 9605/98 (a Lei de Crimes Ambientais) é proibido alimentar animais silvestres;
• Deixar víveres (mantimentos), em qualquer quantidade, no acampamento ou suas proximidades para o reaproveitamento posterior é proibido;

3.1 - Adotar uma das metodologias de manejo do impacto da visitação para o Acampamento e aplicar as ferramentas indicadas por ela de modo a aprimorar os números de visitantes na Área e seus atrativos.

- Enquanto não tiver início a aplicação da metodologia de manejo do impacto da visitação para o Acampamento, serão adotados os seguintes números iniciais: um pernoite máximo por grupo, oito barracas ao mesmo tempo no acampamento, sem ultrapassar 16 pessoas, devendo ocupar obrigatoriamente as baias demarcadas.

3.2 - Elaborar projeto específico para a visitação pública deste Segmento.

- O projeto específico deve considerar a necessidade de: desativar os diversos acessos e atalhos, sinalizar e controlar o acesso oficial, sinalização, educação e interpretação ambiental, recuperação de alguns trechos com erosão, intervenções para a adequação da área para acampamento.
- O projeto específico deve levar em conta as demais definições que se aplicam à visitação pública nesta AEI.
- O projeto deve considerar a localização espacial das barracas no Acampamento, mantendo distância das áreas úmidas, alagadas e cursos d'água.
- A identificação das áreas úmidas deverá levar em consideração os períodos de chuva e seca na região.
- O material para construção e implantação da infra-estrutura a ser proposta, sempre que tecnicamente viável, deverá ser ambientalmente correto, resistente, suportar altas temperaturas e passível de ser harmonizado ao ambiente local como, por exemplo, a chamada madeira plástica ou similares.

3.3 - Elaborar projeto e construir banheiros (sanitários, pias e chuveiros) feminino e masculino e área para lava-pratos.

- O projeto deve levar em conta a necessidade de que estas estruturas e facilidades estejam conjugadas e ocupem o menor espaço possível, adotando tecnologias alternativas de mínimo impacto.
- A arquitetura e a localização das estruturas devem considerar os aspectos paisagísticos associados com os locacionais, de modo a melhor aproveitar os espaços naturais nas rochas e na topografia, camuflando-as, quando possível, no cenário.
- As construções devem, sempre que possível, adotar as tecnologias de aproveitamento e harmonização características construtivas da cultura garimpeira local.

- O projeto deve levar em conta as possibilidades de captação natural de água e tratamento e destinação final dos efluentes, bem como alternativas de baixo custo de remoção dos efluentes e manutenção das estruturas.
- As janelas e elementos vazados dos sanitários devem permitir ventilação, iluminação e serem telados.
- As portas dos sanitários não devem ter espaços junto às paredes, tetos e pisos para dificultar a entrada de animais silvestres.
- As portas dos sanitários devem dispor de um sistema de fechamento e travamento automáticos, em atenção aos animais silvestres – que não devem, sob hipótese alguma, ter acesso ao interior dos sanitários.

3.4 – Elaborar e implantar projeto específico para sinalização do Acampamento.
3.5 – Implantar sinalização preliminar no Acampamento até sua definição final pelo projeto.
3.6 – Construir e implantar, preliminarmente, painel educativo no Acampamento.

- O painel deve tratar de questões relacionadas à conduta responsável (de mínimo impacto) em ambientes naturais, abordando as normas do Segmento de forma didática e sintética.

4 - Implantar ações de recuperação ambiental no Segmento.
4.1 - Realizar contenção temporária dos processos erosivos por ventura presentes no Acampamento e suas proximidades, até que o projeto específico indique melhores soluções.
4.2 - Favorecer a regeneração natural por meio de recuperação do solo nos locais onde for necessário e isolamento da área para o uso público.
4.3 - Sinalizar os antigos locais de acampamento com placas informativas sobre a sua desativação.
4.4 – Promover ações de recuperação das antigas áreas utilizadas para acampamento, prioritariamente, nas margens do córrego das Águas Claras.
4.5 - Promover, prioritariamente, ações de contenção de erosão nos trechos declivosos deste Segmento e desviar a visitação pública destes locais, pelo menos enquanto durarem as intervenções.

4.7.2.4 - AEI Cumes

Inserção no Zoneamento

Toda esta AEI, incluída a totalidade de seus segmentos, está inserida na ZUEsp.

Descrição

Esta é uma AEI criada com a finalidade de reunir todas as áreas onde já existem e, por ventura, existirão estruturas, facilidades e serviços relacionados ao sistema de radiocomunicação, às ações de prevenção e combate a incêndios e apoio ao controle e fiscalização do PNCD.

Cada segmento corresponde a áreas circulares com cerca de 300m de diâmetro, cujos centros são o ponto mais alto destes cumes. Os segmentos foram escolhidos por sua posição estratégica para atender às demandas descritas acima.

Atualmente dois dos segmentos (serra da Águia e morro do Miguel) já têm estações repetidoras do sistema de radiocomunicação e outros são utilizados como pontos de observação nas ações de prevenção e combate a incêndios em plantões de brigadistas.

Esta Área é constituída pelos seguintes segmentos: i) Mucugezinho (1.107m, próximo à rodovia BR-242), ii) pico na serra da Bacia (1.280m), iii) serra do Vento (1.258m), iv) serra do Lapão (1196m), v) serra dos Cristais (1309m), vi) Fumaça de Frente (1250m), vii) morro Branco (1590m), viii) morro da Moitinha (1565m), ix) morro do Mastruz (1636m), x) morro do Esbarrancado (1700m), xi) morro da Frincha (1592, próximo ao beco do Guiné), xii) morro Branco do Pati (1580m), xiii) morro Zeca (1630m), xiv) morro do Pina (1568m), xv) serra Alta (1229m), xvi) morro do Sobrado (1650m, no Capão do Correia) e xvii) morro do Chapéu (1170m, próximo da Chapadinha), xviii) morro do Miguel (1630m), xix) serra da Águia (1610m) e xx) morro das Piabas (1555m).

Resultados Esperados

- ✓ Sistema de radiocomunicação em funcionamento pleno;
- ✓ Diminuição do número e no tempo de detecção de incidentes ambientais (incêndios e outras infrações);
- ✓ Infra-estrutura de apoio ao monitoramento instalada;
- ✓ Aumento no controle e proteção do PNCD.

Indicadores

- Número das unidades do sistema de radiocomunicação em comunicação plena;
- Número de incidentes ambientais detectados;
- Tempo de detecção de incidentes ambientais.

Atividades, Subatividades e Normas

1 - Regularizar a situação fundiária das áreas que compõem os segmentos, conforme descrito no item Ações Gerenciais Gerais.

2 – Implantar ações de proteção nos segmentos.

- A proteção e o controle dos segmentos dependem das Sedes Administrativas Pai Inácio e Capa Bode, bem como os diversos PIC do PNCD.
- As ações nestes segmentos serão feitas a pé e, eventualmente, aérea, quando houver helicóptero à disposição da UC.
- É permitido o uso excepcional e eventual de animais de carga para o transporte dos materiais de construção e equipamentos para instalação e funcionamento dos segmentos, na impossibilidade do uso de outro meio.

2.1 - Implantar as ações de prevenção e combate a incêndios florestais, conforme previsto no projeto específico do Encarte 5.

2.2 – Realizar o monitoramento do Parque, prioritariamente, nos cumes: Mucugezinho, morro Branco, morro da Frincha, morro Zeca, morro do Chapéu, morro do Miguel e serra da Águia.

3 – Elaborar projeto para ampliação e adaptação do sistema de radiocomunicação do PNCD, conforme previsto nas AGGI deste Plano.

- O projeto deve levar em consideração o sistema já existente, procurando aproveitá-lo ao máximo.
- O projeto deve contemplar as novas instalações previstas neste Plano, tais como as sedes administrativas, os PIC, os PF, os PI, entre outras previsões indicadas nas AGGI.

3.1 - Aprimorar as estruturas de alvenaria que abrigam as estações repetidoras do sistema de radiocomunicação dos segmentos Serra da Águia e Morro do Miguel, tornando-as mais seguras.

3.2 – Efetuar revisão e manutenção semestral das estruturas e equipamentos dos segmentos.

3.3 – Construir e instalar, caso previsto pelo projeto, as novas edificações.

4 – Elaborar projeto e construir os pequenos abrigos que abrigarão as ações nos segmentos.

- Devem ser construídos, prioritariamente, abrigos nos segmentos citados na subatividade 2.2 acima.
- O projeto deve levar em conta os casos em que será necessário o pernoite de funcionários e brigadistas, prevendo soluções para o suprimento de água e questões de esgoto.
- Caso previstas pelo projeto, as construções devem ser feitas com material tecnicamente viável, ambientalmente correto, harmonizadas com o meio ambiente e resistentes às intempéries dos locais em que serão instaladas.
- Todos os resíduos resultantes das construções, reformas, adaptações e funcionamento das edificações devem ser totalmente removidos dos segmentos e levados para os locais indicados neste Plano.

5 – Implantar sistema de monitoramento eletrônico interligado a satélites, utilizando câmeras, para aprimorar o controle e a vigilância do PNCD.

- O sistema será implementado, experimentalmente, em pelo menos um dos segmentos desta AEI.

- Os resultados do uso do sistema de monitoramento eletrônico serão avaliados ao longo de um ano para determinar sua eficiência.
- Após a avaliação dos resultados, caso seja comprovada a eficiência, o sistema será estendido para os demais mirantes.

4.7.2.5 - AEI Escaladas

Inserção no Zoneamento

Toda esta AEI, incluída a totalidade de seus segmentos, está inserida na ZUE.

Descrição

Esta é uma AEI criada com a finalidade de reunir todas as áreas onde já existem e, por ventura, existirão atividades de escalada na área do PNCD. Cada segmento corresponde a parede na qual há vias atuais e potenciais para escalada.

Esta Área é constituída pelos seguintes segmentos: i) serra do Vento, ii) cânion do Paraguaçu, iii) morro do Beco, iv) beco da Sinhá, v) Califórnia, vi) serra Alta, vii) paredes do São Pedro, viii) Capão do Correia, ix) paredes do Baixão e x) serra da Larguinha.

Resultados Esperados

- ✓ Problemas fundiários regularizados;
- ✓ Atividade de escalada ocorrendo de forma ordenada e sendo monitorada, com avaliação e correção dos diferentes tipos de impacto;

Indicadores

- Aumento da porcentagem dos problemas fundiários regularizados;
- Número de agendamento para a realização da atividade de escalada;
- Número de croquis das vias de escalada abertas durante a realização da atividade.

Atividades, Subatividades e Normas

1 - Regularizar a situação fundiária das áreas que compõem os segmentos, conforme descrito no item Ações Gerenciais Gerais.

2 - Implantar ações de proteção neste segmento.

- A fiscalização deste segmento, realizada pelas sedes administrativas Pai Inácio e Capa Bode e nos diversos PIC do PNCD, deverá ser a pé ou aérea, permanente e intensificada nos períodos de alta temporada de visitação, feriados e finais de semana.
- Os fiscais exigirão dos condutores e visitantes, quando necessário, a apresentação do ingresso a esta área.
- É proibido o uso de animais de montaria e carga nas atividades destes segmentos.

3 - Implantar a visitação pública nos segmentos, conforme previsto no projeto específico no Encarte 5.

- A visitação pública deve ser priorizada nos seguintes segmentos: cânion do Paraguaçu, morro do Beco, Califórnia e Capão do Correia.
- Estas trilhas podem ser guiadas por funcionários do PNCD ou por parceiros habilitados ou autoguiadas por folheto.
- Os visitantes deverão agendar previamente e comprar ingressos e serviços nos diversos PIC ou nos CV do PNCD.
- O pernoite e acampamento só serão permitidos nos casos previstos no projeto específico de escalada, Encarte 5 deste Plano.
- Não é permitido o uso de fogueiras, sendo que o preparo de alimentos deve ser feito em fogareiros adequados para a atividade.
- Todos os resíduos sólidos, inclusive restos de alimentos, deverão ser removidos da Trilha e depositados em local indicado pelo PNCD.
- É obrigatória a entrega de um croqui de uma via conquistada no PNCD, conforme convenção nacional e internacional.

- O PNCD fechará as possibilidades de abertura de novas vias de escalada em um determinado segmento, após submissão de tal proposta pela comunidade de escaladores da região.
- Uma vez fechada a abertura de novas vias em um determinado segmento, este fechamento é válido para todo e qualquer escalador.
- As previsões e normas para instalação de facilidades inerentes à atividade constam no projeto específico, Encarte 5.
- Demais deliberações, previsões, normas e atividades constam no projeto específico de escalada, Encarte 5 deste Plano.

3.1 - Adotar uma das metodologias de manejo do impacto da visitação para os segmentos e aplicar as ferramentas por ela indicada, de modo a aprimorar os números de visitantes nos segmentos e seus atrativos, conforme especificado no projeto específico, Encarte 5.

3.2 – Elaborar e disponibilizar um guia informativo sobre as escaladas do PNCD.

- O folheto informativo apresentará um mapa com a indicação e localização das vias, croquis, acessos, grau de dificuldade, sua inserção na área do PNCD, requisitos exigidos para o desenvolvimento da atividade, normas gerais, horários de funcionamento, sistema de compra e reserva de ingressos e serviços, endereço para contatos e outras informações afins.
- O folheto deve ser comprado nos PIC e nos CV do PNCD.

3.3 – Elaborar e disponibilizar ficha para a declaração de assunção de risco.

- A declaração é obrigatória no PNCD e inerente ao desenvolvimento das atividades.
- Os escaladores terão que preencher a declaração de assunção de risco e entregá-las, antes de suas atividades, em um dos CV ou diversos PIC do PNCD.

3.4 - Elaborar e disponibilizar ficha de autodeclaração de competência e aptidão.

- A declaração é obrigatória no PNCD e inerente ao desenvolvimento das atividades.
- Os escaladores terão preencher a declaração competência e aptidão e entregá-las, antes de suas atividades, em um dos CV ou diversos PIC do PNCD.

4.7.2.6 - AEI Serra do Sobradinho

Inserção no Zoneamento

A Área Estratégica Serra do Sobradinho esta inserida, predominantemente, na ZP, abrangendo também os segmentos Trilha da Cachoeira da Fumaça por Cima e Ribeirão do Meio, da ZUI, e os segmentos: Trilha da Cachoeira da Fumaça por Baixo, Trilha da Cachoeira da Fumaça de Frente, Trilha da Cachoeira do Sossego e Trilha da Cachoeira do Bodão (21), da ZUEx.

Descrição

Localizada no trecho norte do Parque, entre a cidade de Lençóis e o distrito do Capão. Nesta AEI serão desenvolvidas ações de controle, fiscalização, recuperação, sensibilização ambiental, visitação pública, regularização fundiária e demarcação de limites.

Esta Área é constituída pelos seguintes segmentos: Trilha da Cachoeira da Fumaça por Cima, Trilha da Cachoeira da Fumaça por Baixo, Trilha da Cachoeira da Fumaça de Frente, Trilha da Cachoeira do Sossego, Trilha da Cachoeira do Bodão (21) e Ribeirão do Meio.

Contígua a esta AEI está a AEE Capão, na qual funcionarão as instalações necessárias ao apoio e atendimento das funções desta AEI. Assim, a descrição das atividades e normas de funcionamento destas não constam nesta AEI, mas naquela AEE.

Resultados Esperados

- ✓ Problemas fundiários regularizados;
- ✓ Trilhas implantadas com a visitação pública ocorrendo de forma adequada;
- ✓ Visitação pública monitorada, com avaliação dos diferentes tipos de impacto;
- ✓ Trilhas secundárias e atalhos fechados;
- ✓ Áreas degradadas recuperadas e em recuperação;
- ✓ Pressão de caça sobre a fauna nativa minimizada;
- ✓ Animais domésticos removidos da área;

Indicadores

- Aumento da porcentagem dos problemas fundiários regularizados;
- Número de acessos irregulares ao PNCD controlado;
- Diminuição do número de impactos ambientais da área;
- Número de agendamento para a visitação nas trilhas desta AEI;
- Desaparecimento das clareiras e roças;
- Presença de espécies vegetais secundárias e climáxicas;
- Ausência de trilhas não definidas para visitação pública.

4.7.2.6.1 - Segmento Trilha da Cachoeira da Fumaça por Cima

Descrição

Este segmento é composto pela trilha histórica originalmente usada como acesso aos garimpos e para os locais com maior abundância de caça. Posteriormente a área, conhecida como serra da Larguinha, passou a ser utilizada como área de pasto natural pelos criadores de gado desta região.

A Trilha parte do povoado dos Campos, no distrito do Capão, e segue para o alto da serra, passando pelo Curral de Pedras – antigo ponto de confinamento do gado - até chegar ao rio da Fumaça, no topo de onde cai a mais famosa cachoeira da chapada.

A Trilha tem cerca de 6km de extensão e o tempo médio para percorrê-la é de 2 horas somente o percurso de ida. A volta, que é feita pelo mesmo traçado, leva menos tempo, pois é praticamente só declive.

No topo existem mirantes naturais de onde é possível se observar toda a queda dágua. A cachoeira tem cerca de 380m do ponto em que verte ao seu poço, mas há locais que do topo ao poço chegam a medir 420m de altura.

Este segmento apresenta potencialidades para o desenvolvimento de atividades de visitação pública como banhos, caminhadas, observação de vida silvestre e de eventos geológicos e geomorfológicos, contemplação, fotografia, filmagem, interpretação e educação ambiental, assim como para pesquisas científicas e monitoramento ambiental.

Atividades, Subatividades e Normas

1 - Regularizar a situação fundiária das áreas que compõem a Trilha, conforme descrito no item Ações Gerenciais Gerais.

1.1 - Demarcar e cercar os limites do PNCD nas áreas que compõem este Segmento.

2 - Implantar ações de proteção neste Segmento.

- A fiscalização deste segmento, realizada pelo PF Pai Inácio, localizado na Sede Administrativa Pai Inácio, e apoio do PIC Capão, deverá ser a pé ou aérea, permanente e intensificada nos períodos de alta temporada de visitação, feriados e finais de semana.
- Os fiscais exigirão dos condutores e visitantes, quando necessário, a apresentação do ingresso a esta área.
- São proibidas a entrada e a permanência de pessoas acompanhadas de animais domésticos e/ou de estimação, conforme indicado nas Normas Gerais do PNCD para todas as áreas do Parque.
- É permitido o uso eventual de animais de carga e montaria, pelos funcionários do PNCD, nos casos excepcionais imprescindíveis para a proteção do Segmento.
- A proteção e o controle deste Segmento dependem da Sede Administrativa Pai Inácio com o apoio do PIC Capão.
- Não haverá lixeiras na Trilha nem no interior dos sanitários, em atenção às condições de higiene do local e para evitar a atração e manuseio por animais silvestres.
- Cada visitante – guia ou condutor e seu grupo – tem responsabilidade individual e como grupo na remoção de todos os resíduos sólidos (incluindo restos de alimentos) gerados no percurso da Trilha e, inclusive, nos sanitários.
- Os resíduos sólidos devem ser removidos e depositados na Portaria Fumaça.

- Os funcionários do PNCD devem realizar vistorias periódicas no percurso da Trilha e nos sanitários para avaliar as condições de limpeza nestes locais.

3 - Implantar a visitação pública no segmento.

- Esta Trilha pode ser guiada por funcionários do PNCD ou por parceiros habilitados ou autoguiada por folheto.
- O horário de funcionamento da Trilha será das 8:00 às 17:00h, sendo que a subida será permitida até no máximo às 14:00h e a descida deve se iniciar até no máximo às 16:00h.
- Para percorrer a Trilha os visitantes deverão agendá-la previamente e comprar o ingresso nos diversos PIC ou nos CV do PNCD.
- Não é permitido o pernoite nem o uso de fogueiras neste Segmento.
- Ficam proibidos o acesso e o trânsito de veículos automotores (carros ou motos), bem como de bicicletas.
- É proibido o comércio de quaisquer produtos, inclusive alimentos e água, em qualquer ponto desta Trilha.

3.1 - Adotar uma das metodologias de manejo do impacto da visitação para a Trilha e aplicar as ferramentas por ela indicada, de modo a aprimorar os números de visitantes no Segmento e seus atrativos.

- Enquanto não tiver início a aplicação da metodologia de manejo do impacto da visitação para o Segmento, serão adotados os seguintes números iniciais: permanência de no máximo 120 pessoas por dia, em grupos de no máximo 10 pessoas, incluindo o guia ou condutor neste total, considerando-se somente a Trilha propriamente dita.
- Além desse total de 120 pessoas (que farão a trilha Capão – Cachoeira da Fumaça por Cima – Capão), podem ser somados os totais máximos de 12 pessoas provenientes da trilha da cachoeira do Bodão (21), de 12 pessoas provenientes da Trilha da Cachoeira da Fumaça por Baixo e de 20 pessoas provenientes da Trilha da Cachoeira da Fumaça de Frente. Isso ocorre porque estas três trilhas se superpõem, em parte, à Trilha da Cachoeira da Fumaça por Cima. Assim, a capacidade máxima será de 164 pessoas por dia percorrendo a Trilha ou partes dela.

3.2 - Elaborar projeto arquitetônico e implantar sistema de acesso à Trilha, no seu início próximo ao Capão.

- O acesso da Trilha será controlado por uma portaria, implantada nos limites da UC, conforme indicado na AEE Capão.
- Esta Portaria deverá ser denominada Portaria da Fumaça.
- O projeto desta Portaria deverá incluir as estruturas do PIC Capão, conforme previstas na AEE Capão.
- O projeto da Portaria deve prever as seguintes instalações: portal (pórtico) de entrada; guarita (com espaço para serviços de estatística, venda de ingresso, controle da visitação e vigilância patrimonial) e cancela para o controle do acesso.
- As edificações a serem propostas deverão seguir o padrão arquitetônico da região.
- O projeto deverá indicar o paisagismo e o sistema de comunicação visual que deverá ser implantado nesta Portaria.
- Para o paisagismo da área só poderão ser propostas espécies nativas da região.

3.3 - Dotar a Portaria Fumaça dos equipamentos necessários ao seu funcionamento.

- Deverão ser adquiridos os seguintes equipamentos: 01 rádio portátil (tipo HT), mesa e cadeira para recepção e controle da visitação, 01 filtro para água potável refrigerado e lixeira.

3.4 – Elaborar projeto e implantar um sistema de comunicação visual para a Portaria Fumaça.

- O sistema deve abranger a sinalização e a identificação da Portaria e deve estar em consonância com a identificação da UC como um todo.

3.5 – Elaborar projeto e implantar painel informativo na Portaria Fumaça.

- O painel será instalado em área externa, ao ar livre, em local estratégico visível para todos os visitantes, sem comprometer o trânsito de pessoas e veículos.
- O painel deve conter um mapa do PNCD, destacando-se os atrativos e horários de funcionamento das trilhas que podem se iniciar por esta Portaria, as atividades possíveis e suas normas, facilidades existentes, cuidados a serem tomados no desenvolvimento das atividades, condutas de mínimo impacto, comprimentos das trilhas, tempo estimado para a

realização de cada uma das atividades, contatos com outros setores do PNCD, dentre outras.

3.6 - Elaborar projeto específico para a visitação pública deste Segmento.

- O projeto específico deve considerar a necessidade de: desativar os diversos acessos secundários e atalhos, sinalizar e controlar o acesso e o percurso oficiais, sinalização, educação e interpretação ambiental da Trilha e recuperação de alguns trechos.
- O projeto deverá considerar o traçado que já vem sendo utilizado para esta Trilha, tentando aproveitá-lo ao máximo, e, sempre que possível, desviar das áreas úmidas e/ou alagadas e amenizar os trechos mais íngremes.
- A identificação das áreas úmidas deverá levar em consideração os períodos de chuva e de seca na região.
- Quando não for possível evitar a passagem do leito da Trilha por trechos alagados, deverá ser indicada a implantação, nestes trechos, de trilha elevada, evitando maiores impactos negativos na área.
- O projeto deverá indicar as coordenadas geográficas das trilhas secundárias que deverão ser fechadas após a definição do leito principal da Trilha, devendo também ser indicados o material e técnica a serem utilizados para tal.
- O material para a construção e implantação da infra-estrutura a ser proposta, sempre que tecnicamente viável, deverá ser ambientalmente correto, resistente, suportar altas temperaturas e passível de ser harmonizado ao ambiente local como, por exemplo, a chamada madeira plástica ou similares.
- O projeto deverá levar em conta a necessidade da instalação de mirantes ao longo desta Trilha.
- Deverão ser instalados sanitários feminino e masculino próximos do ponto de confluência desta Trilha com a trilha da Cachoeira da Fumaça por Baixo, aproveitando-se reentrâncias naturais das rochas para locação das estruturas, de modo a harmonizá-los à paisagem.

3.7 – Confeccionar e instalar soluções de transposição das áreas úmidas e alagadas existentes ao longo da Trilha, de modo a diminuir o impacto do pisoteio da visitação sobre o terreno.

- As soluções devem levar em conta a necessidade de transpor diferentes níveis e larguras dos cursos d'água entre as épocas de chuva e seca.
- Deve-se evitar o superdimensionamento das estruturas, buscando que elas não se sobressaiam na paisagem local, apenas se harmonizem com ela.
- Devem ser observadas as mesmas normas do item anterior em relação aos materiais a serem utilizados nestas soluções.

3.8 - Manter em bom estado de conservação e zelar pela funcionalidade das soluções de transposição das áreas úmidas e alagadas, bem como das contenções dos processos erosivos nos diversos pontos da Trilha, indicadas abaixo.

3.9 - Sinalizar as entradas dos acessos secundários à esta Trilha com placas informativas sobre a sua desativação, incluindo as áreas desativadas no final da Trilha, no topo da elevação onde se encontra a cachoeira.

3.10 - Implantar, preliminarmente, até indicação final pelo projeto específico: i) um mirante natural no local hoje utilizado como ponto de visualização do Vale do Capão; ii) um mirante no final de uma subida de onde se tem a melhor visão do morro do Selim (Morrão).

- A área dos mirantes deverá ser demarcada, sendo permitidas apenas intervenções de baixo impacto, proporcionando às áreas permanecerem o mais natural possível.
- Estas áreas deverão ser objeto de interpretação ambiental utilizando painel interpretativo, promovendo a interpretação da visão panorâmica que se tem nestes pontos da UC.
- A previsão e implantação de um mirante no alto da cachoeira da Fumaça serão consideradas e somente serão confirmadas pelo projeto específico.
- O projeto deve considerar a possibilidade do mirante no alto da cachoeira da Fumaça ser em balanço, de modo a possibilitar a melhor visualização da cachoeira, devendo prever espaço para no mínimo 6 pessoas e máximo de 10 pessoas ao mesmo tempo no mirante.
- Os mirantes deverão permanecer o mais natural possível.
- O projeto também considerará a implantação de guarda-corpo no alto da cachoeira nos locais onde hoje são utilizados como mirantes naturais para o vale do rio da Fumaça.

3.11 - Implantar, preliminarmente, até indicação final pelo projeto específico, duas áreas de descanso na Trilha.

- Uma área deverá ser implantada no local conhecido como Curral de Pedras.
- Outra área deverá ser implantada próximo ao mirante do alto da cachoeira.
- As áreas deverão ser implantadas de maneira a não causar impacto visual no local de sua instalação, devendo ser utilizado materiais harmônicos à paisagem regional.
- O material para construção e implantação da infra-estrutura a ser proposta, sempre que tecnicamente viável, deverá ser ambientalmente correto, resistente, suportar altas temperaturas e passível de ser harmonizado ao ambiente local como, por exemplo, a chamada madeira plástica ou similares.
- Os bancos das áreas de descanso deverão ser aproveitados unicamente das pedras existentes no local, já fixas ou móveis, aproveitando os locais com sombreamento natural (árvores, tocas, abrigos etc.).
- O modelo dos sanitários deve levar em conta alternativas de baixo impacto adequadas para o Segmento e soluções para o esgoto gerado, que permita a eliminação do papel higiênico usado com a descarga, como por exemplo sanitário seco ou do tipo Sanetec.
- As janelas e elementos vazados dos sanitários devem permitir ventilação, iluminação e serem telados.
- As portas dos sanitários não devem ter espaços junto às paredes, tetos e pisos para dificultar a entrada de animais silvestres.
- As portas dos sanitários devem dispor de um sistema de fechamento e travamento automáticos, em atenção aos animais silvestres – que não devem, sob hipótese alguma, ter acesso ao interior dos sanitários.
- É permitida a colocação de lixeiras somente no interior dos sanitários.
- Nas áreas de descanso deverá ser promovida a interpretação ambiental e histórico-cultural da região.
- A interpretação ambiental nestas áreas deve ser realizada por meio de painéis interpretativos.

3.12 – Contratar serviço para análise da qualidade da água do local conhecido como Geladeira, ponto utilizado normalmente para coleta de água potável na Trilha.

- A Geladeira deve ser sinalizada após concluída a análise da qualidade da água.

3.13 – Elaborar projeto e implantar ponte para travessia do rio da Fumaça no local do acesso atual à área de descanso e ao mirante descritos acima.

- O projeto arquitetônico da ponte deverá associar funcionalidade e beleza, respeitando o princípio de harmonização da estrutura na paisagem.
- O material a ser utilizado na construção da ponte deverá ser ambientalmente correto, resistente e durável, suportar variações de temperaturas, umidade e intempéries e passível de ser harmonizado ao ambiente local.
- A princípio, a tecnologia construtiva deve considerar soluções como o estilo garimpeiro da região, aproveitamento de materiais naturais (como pedra ou madeira) e materiais reciclados (como a madeira plástica), mas sempre observando um traço artístico.
- O projeto levará em conta a adequação da estrutura em relação às diferenças de nível da água e largura do leito do rio nas épocas de chuva e seca, à ocorrência das enchentes bruscas e volumosas (trombas d'água), à necessidade de um pavimento aderente sem irregularidades bruscas para a circulação segura do visitante e à necessidade de estruturas como guarda-corpo e corrimão, por exemplo.
- A construção deve favorecer as ações de manutenção posterior da ponte, tais como acesso e limpeza dos componentes e partes, verificação da estabilidade da estrutura, troca de materiais e retirada de galhos, folhas, areia e pedras em eventuais enchentes e trombas d'água.

3.14 - Fazer a manutenção periódica da ponte, conforme recomendações do projeto e proceder às ações necessárias à sua segurança e durabilidade.

3.15 – Criar e implantar solução para impedir o acesso do visitante ao trecho do rio entre a ponte e a garganta da cachoeira.

3.16 – Sinalizar a Trilha para conduzir o visitante na travessia sobre a ponte e evitar a travessia por dentro do rio.

3.17 - Elaborar e implantar projeto de interpretação ambiental e histórico-cultural para a Trilha.

3.18 - Implantar preliminarmente, até que o projeto específico seja elaborado, a interpretação ambiental e histórico-cultural da Trilha.

- A interpretação deve considerar as seguintes definições:
  - A interpretação deve ser realizada durante todo o percurso da Trilha, devendo haver pontos de parada nos mirantes e nas áreas de descanso para uma interpretação mais direcionada por meio de painéis, os quais estarão indicados no folheto interpretativo.
  - Os guias ou condutores de visitantes farão a interpretação ambiental com o apoio dos painéis e folheto interpretativos.
  - A colocação de painel interpretativo deverá ocorrer nas áreas de descanso, nos mirantes e no local da Geladeira.
  - O painel da Geladeira deve abordar a qualidade da água, sua possível nascente ou caminho que percorre até este ponto e as possíveis razões da sua temperatura.

3.19 - Elaborar e disponibilizar um folheto interpretativo para a orientação dos visitantes que forem percorrer a Trilha de forma autoguiada.

- O uso do folheto é obrigatório para os visitantes que farão a Trilha de forma autoguiada, sendo facultativo para os visitantes que a percorrerem de forma guiada.
- O folheto deve ser comprado no PIC Capão, bem como nos outros PIC e nos CV do PNCD.
- O folheto também deve ser utilizado como apoio ao trabalho de interpretação pelos guias ou condutores.
- O folheto deve conter mensagens educativas acerca da conduta de visitantes que alimentam animais, especialmente o pássaro maria-preta e o mocó.

3.20 – Elaborar e implantar projeto específico para a sinalização da Trilha.

3.21 - Implantar sinalização preliminar na Trilha, até a sua definição final pelo projeto.

- A sinalização indicativa será colocada apenas nos pontos da Trilha onde o visitante possa ter dúvidas sobre qual caminho tomar.

3.22 – Delimitar e sinalizar a área permitida para banho e natação no rio da Fumaça, somente entre a ponte e a toca da Maternidade.

- O banho e natação devem ser suspensos em dias chuvosos e com riscos de trombas d'água.

3.23 – Realizar a limpeza da toca da Maternidade e sinalizá-la.

- Todos os resíduos sólidos decorrentes da limpeza da toca devem ser removidos para o PIC Capão.
- A sinalização deve indicar as condutas adequadas neste local.

4 - Implantar ações de recuperação ambiental no Segmento.

- As ações de recuperação devem priorizar o início da Trilha, no seu trecho mais íngreme, e as áreas úmidas e alagadas.
- As ações devem incluir medidas para desviar, quando possível, escorrimentos de água da chuva do leito da trilha, ou, ao menos, diminuir a sua velocidade.

4.1 - Promover, prioritariamente, ações de contenção de erosão nos trechos declivosos deste Segmento e desviar a visitação pública destes locais, pelo menos enquanto durarem as intervenções.

4.2 - Favorecer a regeneração natural por meio de recuperação do solo nos locais onde for necessário e desviar a visitação pública destes locais, pelo menos enquanto durarem as intervenções.

4.3 - Sinalizar as entradas dos acessos secundários a essa área com placas informativas sobre a sua desativação.

4.4 - Avaliar periodicamente a efetividade das medidas de recuperação, de modo a adequar ou modificar, se for o caso, o sistema utilizado para conter tais processos de degradação.

4.7.2.6.2 - Segmento Trilha da Cachoeira da Fumaça por Baixo

Descrição

Este segmento é composto pela trilha que originalmente era utilizada pela população local para acesso aos garimpos, os locais com maior abundância de caça, extração de palmitos e cultivos de roças. Posteriormente a Trilha, que também faz a ligação Capão - Lençóis, passou a ser conhecida e utilizada por visitantes.

A Trilha, no sentido Capão – Lençóis, parte da trilha da Cachoeira da Fumaça por Cima e segue em direção ao vale do rio da Fumaça, passando pelo córrego com um poço para banho conhecido

como Queima Baeta e pela descida da serra do Macaco até a confluência do rio da Fumaça com o rio Capivara, onde há a toca do Cesário (conhecida também como toca do Macaco, primeiro ponto de pernoite). Do ponto de pernoite tem-se uma pequena trilha para o poço da cachoeira da Fumaça – maior atrativo da Trilha -, com ida e volta pela margem do rio da Fumaça, portanto, pelo mesmo caminho. De volta à toca do Macaco, a Trilha continua pelo rio Capivara até chegar à cachoeira do Capivara, onde está a toca do Capivara, local do segundo pernoite. Daí continua a descida do rio Capivara até chegar ao rio Palmital e à cachoeira do Palmital, local do terceiro pernoite. Desta cachoeira volta para o rio Capivara, segue pelo seu vale, passa pelo córrego da Muriçoca, serra do Veneno, rio Ribeirão do Meio até alcançar a cidade de Lençóis.

A Trilha também pode ser percorrida no sentido Lençóis – Capão, com o primeiro pernoite na cachoeira do Palmital, o segundo na toca do Capivara e o terceiro na toca do Macaco.

A Trilha tem cerca de 25km de extensão, incluindo-se neste total o trecho da Trilha da Cachoeira da Fumaça por Cima (4,5km), a ida e volta ao poço da cachoeira da Fumaça (6km) e o trecho fora do PNCD até Lençóis (2km) e o tempo para percorrê-la é de 4 dias com 3 pernoites.

Este segmento apresenta potencialidades para o desenvolvimento de atividades de visitação pública como banhos, caminhadas, acampamento, observação de vida silvestre e de eventos geológicos, geomorfológicos e hidrológicos, contemplação, atividades noturnas com uso de cartas celestes, fotografia, filmagem, interpretação e educação ambiental, assim como para pesquisas científicas e monitoramento ambiental.

Atividades, Subatividades e Normas

1 - Regularizar a situação fundiária das áreas que compõem a Trilha, conforme descrito no item Ações Gerenciais Gerais.

2 - Implantar ações de proteção neste Segmento.

- A proteção e o controle deste Segmento dependem da Sede Administrativa Pai Inácio com o apoio dos PIC Capão e Lençóis.
- A fiscalização deste segmento, realizada pelo PF Pai Inácio, localizado na Sede Administrativa Pai Inácio, e apoio dos PIC Capão e Lençóis, deverá ser a pé ou aérea, permanente e intensificada nos períodos de alta temporada de visitação, feriados e finais de semana.
- Os fiscais exigirão dos condutores e visitantes, quando necessário, a apresentação do ingresso a esta área.
- São proibidas a entrada e a permanência de pessoas acompanhadas de animais domésticos e/ou de estimação, conforme indicado nas Normas Gerais do PNCD para todas as áreas do Parque.
- É permitido o uso eventual de animais de carga e montaria, pelos funcionários do PNCD, nos casos excepcionais imprescindíveis para a proteção do Segmento, eventuais resgates e transporte de materiais durante a construção e manutenção das infra-estruturas.
- Não haverá lixeiras na Trilha, nos acampamentos ou no interior dos sanitários em atenção às condições de higiene do local e para evitar a atração e manuseio por animais silvestres.
- Cada visitante – guia ou condutor e seu grupo – tem responsabilidade individual e como grupo na remoção de todos os resíduos sólidos (incluindo restos de alimentos) gerados no percurso da Trilha, nas áreas de acampamento e, inclusive, nos sanitários.
- Os resíduos sólidos devem ser removidos e depositados na Portaria Fumaça ou no PIC Lençóis.
- Os funcionários do PNCD devem realizar vistorias periódicas no percurso da Trilha, no acampamento e nos sanitários para avaliar as condições de limpeza nestes locais.

3 - Implantar a visitação pública no segmento.

- Esta Trilha deve ser guiada por funcionários do PNCD ou por parceiros habilitados.
- O horário máximo de entrada no PNCD para início da caminhada na Trilha, nos dois sentidos, é 10:00h.

- Excepcionalmente o guia ou condutor de visitantes e seu grupo poderão entrar na Trilha antes do horário de funcionamento da UC, mediante comunicação prévia no momento do agendamento.
- Para percorrer a Trilha os visitantes deverão agendá-la e comprar o ingresso nos diversos PIC, nos CV do PNCD ou pela Internet.
- Não é permitido a um mesmo emissor de grupos (pessoa física ou jurídica) agendar seguidamente entradas de visitantes, salvo exceções indicadas abaixo;
- O agendamento para esta Trilha deve ter dois momentos: o pré-agendamento, e a confirmação do agendamento;
- No pré-agendamento um emissor de visitantes (pessoa física ou jurídica) reserva o dia de início da visita, o local de partida dos grupos (Lençóis ou Capão) e o número de pessoas, podendo-se se inscrever em uma lista de espera a ser criada pelo PNCD para uso das vagas em seqüência e pelo mesmo acesso em dias seguidos;
- Para a confirmação do agendamento são necessários: i) o fornecimento dos nomes e dados pessoais dos visitantes de cada grupo (incluindo os do guia ou condutor), ii) a data de uso da Trilha, iii) o local de acesso, iv) a informação do Parque sobre a autorização de emissão de grupos em seqüência e pelo mesmo acesso em dias seguidos, v) a condição do grupo estar presente na região entre uma semana antes e até às 16:00h da véspera do dia do uso da Trilha – salvo exceções que serão consideradas pelo PNCD em cada caso e vi) o emissor deve retirar materiais informativos e de controle necessários às atividades da Trilha em um dos PIC ou CV do PNCD;
- Em função das características desta Trilha, o agendamento é considerado provisório até que sejam atendidas as exigências indicadas acima;
- Quando houver dois ou mais emissores concorrendo pelo mesmo período de uso desta Trilha, são critérios de prioridade: i) data de emissão de grupos para esta Trilha em período anterior, sendo favorecido aquele que emitiu grupos há mais tempo; ii) ordem de pré-agendamento; e iii) atendimento das exigências para a confirmação do agendamento;
- Dos concorrentes, o priorizado será o titular da reserva, os demais vão para a lista de espera;
- A lista de espera será aberta a partir das 16:00h do dia anterior à realização das atividades na Trilha, quando se encerra o prazo para confirmação do pré-agendamento;
- Não é permitido o uso de fogueiras neste Segmento. O preparo de alimentos deve ser feito em fogareiros adequados para acampamentos.
- O pernoite nesta Trilha será permitido somente nas áreas de acampamento previstas (toca do Macaco, toca do Capivara e cachoeira do Palmital), para o qual as normas se encontram nas respectivas descrições abaixo.
- Ficam proibidos o acesso e o trânsito de veículos automotores (carros ou motos), bem como de bicicletas.
- É proibido o comércio de quaisquer produtos, inclusive alimentos e água, em qualquer ponto desta Trilha.

3.1 – Implantar sistema de acesso à Trilha, no seu início próximo à Lençóis.

- O acesso da Trilha será controlado pelo sistema rústico denominado localmente como passa-um, até que seja implantada a solução proposta pelo projeto específico.

3.2 – Proceder ao fechamento do trecho entre a Trilha principal (definido como percurso oficial neste PM) e o rio da Fumaça, que passa pelo local conhecido como Fenda, bem como à interdição da toca mais próxima ao poço da cachoeira da Fumaça, conhecida como toca da Fumaça e utilizada eventualmente por alguns guias e condutores de visitantes e seus grupos para pernoite.

- O fechamento deve ser sinalizado no local e amplamente divulgado nos PIC, CV, portarias e materiais publicados do PNCD e para todos os interessados na visitação pública do Parque.
- Deve ser feita uma comunicação escrita, informando o fechamento, direcionada a todos os guias, condutores, ACV, associações de empresas do turismo, prefeituras municipais, órgãos governamentais de turismo, agências, outros operadores de turismo, aos meios de hospedagem e principais estabelecimentos comerciais freqüentados e voltados aos visitantes em toda a região.

3.3 - Adotar uma das metodologias de manejo do impacto da visitação para a Trilha e aplicar as ferramentas por ela indicada, de modo a aprimorar os números de visitantes no Segmento e seus atrativos.

- Enquanto não tiver início a aplicação da metodologia de manejo do impacto da visitação para o Segmento, serão adotados os seguintes parâmetros iniciais:
  - grupos de no máximo 06 pessoas, incluindo o guia ou condutor neste total;
  - entrada de no máximo 06 pessoas (incluído o guia ou condutor) por dia, partindo por Lençóis ou pelo Capão, ou seja, não ocorrerão saídas por Lençóis e pelo Capão no mesmo dia;
  - o número máximo de pessoas em cada área de acampamento é de 12 pessoas (incluindo aí os guias ou condutores);
  - só é permitido um pernoite por grupo em cada área de acampamento;
  - as entradas por Lençóis e pelo Capão ocorrerão em dias alternados, ou seja, o PNCD reserva entradas por Lençóis nos dias 1, 3 e 5, enquanto que pelo Capão nos dias 2, 4 e 6, ou vice-versa, de forma a não ocorrer o encontro de mais de 12 pessoas numa mesma área de acampamento;
  - não ocorrendo demanda para partida de grupos por uma das entradas, haverá liberação para a partida de grupos em dias seguidos pela outra entrada;
  - para emitir visitantes para a Trilha pela mesma entrada em dias seguidos, o responsável pelo grupo deve se inscrever numa lista de espera no momento do pré-agendamento, cuja confirmação depende da desistência dos grupos que têm direito de entrada naquele dia pelo outro acesso ou da não existência de outro interessado;
  - permanência de no máximo 18 pessoas por dia, ao mesmo tempo, na Trilha toda.

3.4 - Elaborar projeto específico para a visitação pública deste Segmento.

- O projeto específico deve considerar a necessidade de: desativar os diversos acessos secundários e atalhos, sinalizar e controlar o acesso e o percurso oficiais, sinalização, educação e interpretação ambiental da Trilha e recuperação de alguns trechos.
- O projeto deverá considerar o traçado que já vem sendo utilizado para esta Trilha, tentando aproveitá-lo ao máximo, e, sempre que possível, desviar das áreas úmidas e/ou alagadas e amenizar os trechos mais íngremes.
- A identificação das áreas úmidas deverá levar em consideração os períodos de chuva e de seca na região.
- Quando não for possível evitar a passagem do leito da Trilha por trechos alagados, deverá ser indicada a implantação, nestes trechos, de trilha elevada, evitando maiores impactos negativos na área.
- O projeto deverá indicar as coordenadas geográficas das trilhas secundárias que deverão ser fechadas após a definição do leito principal da Trilha, devendo também ser indicados o material e técnica a serem utilizados para tal.
- O material para a construção e implantação da infra-estrutura a ser proposta, sempre que tecnicamente viável, deverá ser ambientalmente correto, resistente, suportar altas temperaturas e passível de ser harmonizado ao ambiente local como, por exemplo, a chamada madeira plástica ou similares.
- O projeto deverá levar em conta a necessidade da instalação de mirantes ao longo desta Trilha, sendo um deles na toca da Onça e outro na serra do Macaco, no local em que se tem a melhor vista para o vale do rio Capivara, descritos a seguir.

3.5 - Confeccionar e instalar soluções de transposição das áreas úmidas e alagadas existentes ao longo da Trilha, de modo a diminuir o impacto do pisoteio da visitação sobre o terreno.

- Deve-se evitar o superdimensionamento das estruturas, buscando que elas não se sobressaiam na paisagem local, apenas se harmonizem com ela.
- Devem ser observadas as mesmas normas do item anterior em relação aos materiais a serem utilizados nestas soluções.

3.6 – Manter em bom estado de conservação e zelar pela funcionalidade das soluções de transposição das áreas úmidas e alagadas, bem como das contenções dos processos erosivos nos diversos pontos da Trilha, indicadas abaixo.

3.7 – Sinalizar as entradas dos acessos secundários à esta Trilha com placas informativas sobre a sua desativação.

3.8 - Implantar, preliminarmente, até indicação final pelo projeto específico, um mirante natural na toca da Onça e um mirante na serra do Macaco.

- A área dos mirantes deverá ser demarcada, sendo permitidas apenas intervenções de baixo impacto, proporcionando às áreas permanecerem o mais natural possível.
- Os mirantes deverão permanecer o mais natural possível.

3.9 – Implantar, preliminarmente, até indicação final pelo projeto específico, três áreas de descanso na Trilha.

- Uma área deve ser implantada no alto da serra do Veneno.
- Outra área deve ser implantada próxima ao poço da cachoeira da Fumaça.
- A terceira deve ser implantada no local conhecido como Queima Baeta (ou Santuário).
- As áreas deverão ser implantadas de maneira a não causar impacto visual no local de sua instalação, devendo ser utilizado materiais harmônicos à paisagem regional.
- As áreas devem ser, preferencialmente, em locais com sombreamento natural (árvores, tocas, abrigos etc.) e pedras para se sentar.

3.10 – Implantar a interpretação ambiental e histórico-cultural da Trilha.

- A interpretação deve considerar as seguintes definições:
  - A interpretação deve ser realizada durante todo o percurso da Trilha, devendo haver pontos de parada nos mirantes e nas áreas de descanso para uma interpretação mais direcionada por meio de painéis.
  - Os guias ou condutores de visitantes farão a interpretação ambiental com o apoio dos painéis.
  - A colocação de painéis interpretativos deverá ocorrer somente nas áreas de descanso e nos mirantes.
  - Nas áreas de descanso do poço da cachoeira e do Queima Baeta deve ser promovida a interpretação ambiental, por meio de painéis interpretativos.
  - Na área de descanso da serra do Veneno deve ser promovida a interpretação ambiental e histórico-cultural da área, atentando para as edificações garimpeiras abandonadas do local.
  - As áreas dos mirantes deverão ser objeto de interpretação ambiental utilizando painel interpretativo, promovendo a interpretação da visão panorâmica que se tem nestes pontos da UC, sendo que na toca da Onça o painel também deve interpretar aspectos histórico-culturais.
  - Devem ser temas da interpretação: a beleza cênica, bacias hidrográficas, histórias que envolvem a cachoeira da Fumaça, processos geológicos e variabilidade ambiental.

3.11 – Avaliar a necessidade da elaboração de um folheto interpretativo para apoio aos guias ou condutores e orientação dos visitantes e, se elaborado, deve obedecer às seguintes considerações:

- A compra do folheto é facultativa para os visitantes.
- O folheto deve ser vendido nos CV do PNCD e nos diversos PIC, principalmente nos PIC Lençóis e Capão.
- O folheto também deve ser utilizado como apoio ao trabalho de interpretação pelos guias ou condutores.

3.12 - Elaborar e implantar projeto específico para a sinalização da Trilha.

3.13 - Implantar sinalização preliminar na Trilha, até a sua definição final pelo projeto.

- A sinalização deve indicar as principais facilidades da Trilha e suas distâncias, a delimitação das áreas de acampamento, as áreas de banho e de natação, os principais atrativos, rios com risco de trombas d'água, entre outros.

3.14 – Implantar as áreas de acampamento da cachoeira do Palmital, toca da Capivara e toca do Macaco.

- A área da cachoeira do Palmital deve ser implantada na margem direita do rio, nas áreas de solo nu existentes no local, hoje já utilizadas.
- A área da toca da Capivara deve ser implantada na margem direita do rio Capivara, em frente à toca, a qual não deve mais ser utilizada para pernoite.
- A área da toca do Macaco deve ser implantada na margem direita do rio Fumaça, próxima da toca, no entanto esta não deve mais ser utilizada para pernoite.
- Todos os resíduos sólidos, inclusive restos de alimentos, provenientes do desenvolvimento das atividades no acampamento deverão ser removidos dos acampamentos, levados para fora da UC e depositados nos PIC Lençóis ou Capão.

- O número máximo de barracas permitidas ao mesmo tempo em cada acampamento é de 12.
- As barracas devem ocupar obrigatoriamente as baias demarcadas.
- As baias devem ser demarcadas mantendo distância das áreas úmidas, alagáveis e dos cursos d'água.
- A demarcação das baias não deve causar impacto visual no local da sua instalação, devendo-se utilizar materiais que apresentem sintonia com o local.
- Os visitantes, guias ou condutores, pesquisadores e funcionários devem seguir as seguintes regras nas áreas de acampamento:
  - A técnica de escavação de canaletas ao redor das barracas para escoamento da água da chuva é proibida, bem como a fixação de qualquer objeto ou amarrações que causem injúrias na vegetação (especialmente nos troncos, galhos e raízes);
  - Não fazer ruídos, especialmente à noite, em respeito à fauna local e aos demais campistas;
  - Não tomar banho nos cursos d'água quando utilizar produtos como sabonete, sabão, xampu, creme de corpo e para cabelo, protetor solar, repelente, bronzeador e afins;
  - Excetuam-se na situação anterior os produtos desenvolvidos a partir de saponáceos naturais, cientificamente comprovados, os quais devem ser usados com parcimônia;
  - No caso dos visitantes não conseguirem evitar banhos com produtos comuns, o guia ou o condutor deve zelar para que o banho ocorrerá fora do leito do curso d'água;
  - Além de ser obrigatória a retirada de restos orgânicos para fora da UC, os campistas não podem deixar, sob hipótese alguma, restos de alimentos (crus ou manipulados) dentro dos cursos d'água, em respeito ao equilíbrio natural da biota aquática que deve ser minimamente perturbado;
  - A higienização das louças e utensílios deve ser obrigatoriamente feita no local indicado para isso, conforme descrito abaixo;
  - Os campistas poderão fazer suas necessidades fisiológicas somente nos sanitários do acampamento;
  - Conforme previsto na Lei Federal nº 9605/98 (a Lei de Crimes Ambientais) é proibido alimentar animais silvestres;
  - Deixar víveres (mantimentos), em qualquer quantidade, no acampamento ou suas proximidades para o reaproveitamento posterior é proibido;

3.15 - Elaborar projeto e construir sanitários feminino e masculino, pias e área para lava-pratos nos acampamentos.

- O projeto deve levar em conta a necessidade de que estas estruturas e facilidades estejam conjugadas e ocupem o menor espaço possível, adotando tecnologias alternativas de mínimo impacto.
- A arquitetura e a localização das estruturas devem considerar os aspectos paisagísticos associados com os locacionais, de modo a melhor aproveitar os espaços naturais nas rochas e na topografia, camuflando-as, quando possível, no cenário.
- As construções devem, sempre que possível, adotar as tecnologias de aproveitamento e harmonização características construtivas da cultura garimpeira local.
- O modelo dos sanitários deve levar em conta alternativas de baixo impacto adequadas para o Segmento e soluções para o esgoto gerado, que permita a eliminação do papel higiênico usado com a descarga, como por exemplo sanitário seco ou do tipo Sanetec.
- É permitida a colocação de lixeiras somente no interior dos sanitários.
- O projeto deve levar em conta as possibilidades de captação natural de água e tratamento e destinação final dos efluentes, bem como alternativas de baixo custo de remoção dos efluentes e manutenção das estruturas.
- O material para construção e implantação da infra-estrutura a ser proposta, sempre que tecnicamente viável, deverá ser ambientalmente correto, resistente, suportar altas temperaturas e passível de ser harmonizado ao ambiente local como, por exemplo, a chamada madeira plástica ou similares.
- As janelas e elementos vazados dos sanitários devem permitir ventilação, iluminação e serem telados.
- As portas dos sanitários não devem ter espaços junto às paredes, tetos e pisos para dificultar a entrada de animais silvestres.

- As portas dos sanitários devem dispor de um sistema de fechamento e travamento automáticos, em atenção aos animais silvestres – que não devem, sob hipótese alguma, ter acesso ao interior dos sanitários.

3.16 – Construir e implantar painel interpretativo-educativo nos acampamentos.

- Quanto à interpretação, o painel deve abordar aspectos relativos: à vegetação do local, os principais atrativos e geomorfologia, por exemplo.
- Quanto à educação, o painel deve tratar das questões relacionadas à conduta responsável (de mínimo impacto) em ambientes naturais, abordando, sobretudo, as normas do acampamento.

3.17 – Realizar a limpeza das tocas e áreas de acampamento existentes neste Segmento.

- Todos os resíduos sólidos decorrentes da limpeza das tocas devem ser removidos para o PIC Capão e Lençóis.

4 - Implantar ações de recuperação ambiental no Segmento.

- As ações de recuperação devem priorizar as serras do Veneno e do Macaco.
- As ações devem incluir medidas para desviar, quando possível, os escorrimentos de água da chuva do leito da trilha, ou, ao menos, diminuir a sua velocidade.

4.1 - Promover, prioritariamente, ações de contenção de erosão nos trechos declivosos deste Segmento e desviar a visitação pública destes locais, pelo menos enquanto durarem as intervenções.

4.3 - Favorecer a regeneração natural por meio de recuperação do solo nos locais onde for necessário e desviar a visitação pública destes locais, pelo menos enquanto durarem as intervenções como, por exemplo, nas áreas utilizadas para acampamento cuja desativação foi indicada por este PM.

4.4 - Sinalizar as entradas dos acessos secundários a essa área com placas informativas sobre a sua desativação.

4.5 - Avaliar periodicamente a efetividade das medidas de recuperação, de modo a adequar ou modificar, se for o caso, o sistema utilizado para conter tais processos de degradação.

4.7.2.6.3 - Segmento Trilha da Cachoeira da Fumaça de Frente

Descrição

Este segmento é composto por uma derivação da trilha da cachoeira da Fumaça por Cima que dá acesso ao mirante da cachoeira da Fumaça de Frente.

A Trilha tem cerca de 4km de extensão – considerando-se a distância medida entre o ponto em que ela deixa a trilha da Cachoeira da Fumaça por Cima e o mirante da cachoeira da Fumaça de Frente - o tempo médio para percorrê-la é de 1hora e meia somente um sentido. A volta é feita pelo mesmo caminho com o mesmo tempo médio para percorrê-la.

Este segmento apresenta potencialidades para o desenvolvimento de atividades de visitação pública como caminhadas, observação de vida silvestre e de eventos geológicos e geomorfológicos, contemplação, fotografia, filmagem, interpretação e educação ambiental, assim como para pesquisas científicas e monitoramento ambiental.

Atividades, Subatividades e Normas

1 - Regularizar a situação fundiária das áreas que compõem a Trilha, conforme descrito no item Ações Gerenciais Gerais.

2 - Implantar ações de proteção neste Segmento.

- A proteção e o controle deste Segmento dependem da Sede Administrativa Pai Inácio com o apoio do PIC Capão.
- A fiscalização deste segmento, realizada pelo PF Pai Inácio, localizado na Sede Administrativa Pai Inácio, e apoio do PIC Capão, deverá ser a pé ou aérea, permanente e intensificada nos períodos de alta temporada de visitação, feriados e finais de semana.
- Os fiscais exigirão dos condutores e visitantes, quando necessário, a apresentação do ingresso a esta área.

- São proibidas a entrada e a permanência de pessoas acompanhadas de animais domésticos e/ou de estimação, conforme indicado nas Normas Gerais do PNCD para todas as áreas do Parque.
- É permitido o uso eventual de animais de carga e montaria, pelos funcionários do PNCD, nos casos excepcionais imprescindíveis para a proteção do Segmento, eventuais resgates e transporte de materiais durante a construção e manutenção das infra-estruturas.
- Todos os resíduos sólidos, inclusive restos de alimentos, deverão ser removidos da Trilha e depositados na Portaria Fumaça.

3 - Implantar a visitação pública no segmento.

- Esta Trilha deve ser guiada por funcionários do PNCD ou por parceiros habilitados.
- O horário de funcionamento da Trilha será das 8:00 às 17:00h, sendo que a subida será permitida até no máximo às 12:00h e a descida deve se iniciar até no máximo às 14:30h.
- Para percorrer a Trilha os visitantes deverão agendá-la previamente e comprar o ingresso nos diversos PIC ou nos CV do PNCD.
- Não é permitido o pernoite nem o uso de fogueiras neste Segmento.
- Ficam proibidos o acesso e o trânsito de veículos automotores (carros ou motos), bem como de bicicletas.
- É proibido o comércio de quaisquer produtos, inclusive alimentos e água, em qualquer ponto desta Trilha.
- Excepcionalmente o guia ou condutor de visitantes e seu grupo poderão entrar na Trilha antes do horário de funcionamento da UC, mediante comunicação prévia no momento do agendamento.

3.1 - Adotar uma das metodologias de manejo do impacto da visitação para a Trilha e aplicar as ferramentas por ela indicada, de modo a aprimorar os números de visitantes no Segmento e seus atrativos.

- Enquanto não tiver início a aplicação da metodologia de manejo do impacto da visitação para o Segmento, serão adotados os seguintes números iniciais: permanência de no máximo 20 pessoas por dia, em grupos de no máximo 08 pessoas, incluindo o guia ou condutor neste total.

3.2 - Elaborar projeto específico para a visitação pública deste Segmento.

- O projeto específico deve considerar a necessidade de: desativar os diversos acessos secundários e atalhos, sinalizar e controlar o acesso e o percurso oficiais, sinalização, educação e interpretação ambiental da Trilha e recuperação de alguns trechos.
- O projeto deverá considerar o traçado que já vem sendo utilizado para esta Trilha, tentando aproveitá-lo ao máximo, e, sempre que possível, desviar das áreas úmidas e/ou alagadas e amenizar os trechos mais íngremes.
- A identificação das áreas úmidas deverá levar em consideração os períodos de chuva e de seca na região.
- Quando não for possível evitar a passagem do leito da Trilha por trechos alagados, deverá ser indicada a implantação, nestes trechos, de trilha elevada, evitando maiores impactos negativos na área.
- O projeto deverá indicar as coordenadas geográficas das trilhas secundárias que deverão ser fechadas após a definição do leito principal da Trilha, devendo também ser indicados o material e técnica a serem utilizados para tal.
- O material para a construção e implantação da infra-estrutura a ser proposta, sempre que tecnicamente viável, deverá ser ambientalmente correto, resistente, suportar altas temperaturas e passível de ser harmonizado ao ambiente local como, por exemplo, a chamada madeira plástica ou similares.
- O projeto deverá levar em conta a necessidade da instalação de um mirante no final da Trilha.

3.3 – Avaliar a necessidade e implantar soluções de transposição das áreas úmidas e alagadas existentes ao longo da Trilha, de modo a diminuir o impacto do pisoteio da visitação sobre o terreno.

- As soluções devem levar em conta a necessidade de transpor diferentes volumes d'água entre as épocas de chuva e seca.

- Deve-se evitar o superdimensionamento das estruturas, buscando que elas não se sobressaiam na paisagem local, apenas se harmonizem com ela.
- Devem ser observadas as mesmas normas do item anterior em relação aos materiais a serem utilizados nestas soluções.

3.4 – Manter em bom estado de conservação e zelar pela funcionalidade das soluções de transposição das áreas úmidas e alagadas, bem como das contenções dos processos erosivos nos diversos pontos da Trilha, indicadas abaixo.
3.5 – Sinalizar as entradas dos acessos secundários à esta Trilha com placas informativas sobre a sua desativação.
3.6 - Implantar, preliminarmente, até indicação final pelo projeto específico um mirante natural no local hoje utilizado como ponto de visualização para a cachoeira da Fumaça de Frente.

- A área do mirante deverá ser demarcada, sendo permitidas apenas intervenções de baixo impacto, proporcionando à área permanecer o mais natural possível.

3.7 – Elaborar e implantar projeto de interpretação ambiental para o Segmento.

- A interpretação ao longo da Trilha deve ser realizada pelo guia ou condutor com o apoio de um folheto interpretativo.
- Na área do mirante, a interpretação ambiental deve ser apoiada por um painel interpretativo que aborde a visão panorâmica que se tem dali e os atributos ambientais da área.

3.8 - Elaborar e disponibilizar um folheto interpretativo para a Trilha.

- O folheto deve ser utilizado como apoio ao trabalho de interpretação pelos guias ou condutores.
- O uso do folheto é facultativo para os visitantes.
- O folheto deve ser comprado nos PIC e nos CV do PNCD.

3.9 - Implantar sinalização preliminar na Trilha, até a sua definição final por projeto específico.

- A sinalização deve indicar os atrativos da Trilha, locais com água potável e distâncias.

4 - Implantar ações de recuperação ambiental no Segmento.

- As ações devem incluir medidas para desviar, quando possível, os escorrimentos de água da chuva do leito da trilha, ou, ao menos, diminuir a sua velocidade.

4.1 - Promover, prioritariamente, ações de contenção de erosão nos trechos declivosos deste Segmento e desviar a visitação pública destes locais, pelo menos enquanto durarem as intervenções.
4.2 - Favorecer a regeneração natural por meio de recuperação do solo nos locais onde for necessário e desviar a visitação pública destes locais, pelo menos enquanto durarem as intervenções.
4.3 - Sinalizar as entradas dos acessos secundários a essa área com placas informativas sobre a sua desativação.
4.4 - Avaliar periodicamente a efetividade das medidas de recuperação, de modo a adequar ou modificar, se for o caso, o sistema utilizado para conter tais processos de degradação.

4.7.2.6.4 - Segmento Trilha da Cachoeira do Sossego

Descrição

Este segmento é composto pela trilha que dá acesso à cachoeira do Sossego, a partir do local na cidade de Lençóis que tem as entradas para o rio Ribeirão do Meio e para a Trilha da Cachoeira da Fumaça por Baixo. A entrada e a saída da Trilha são feitas por Lençóis.

A Trilha tem cerca de 5km de extensão e o tempo médio para percorrê-la é de 2h para ida. O retorno é feito pelo mesmo trajeto e com o mesmo tempo médio para percorrê-lo.

Este segmento apresenta potencialidades para o desenvolvimento de atividades de visitação pública como banhos, caminhadas, observação de vida silvestre e de eventos geológicos e geomorfológicos, contemplação, fotografia, filmagem, interpretação e educação ambiental, assim como para pesquisas científicas e monitoramento ambiental.

Atividades, Subatividades e Normas

1 - Regularizar a situação fundiária das áreas que compõem a Trilha, conforme descrito no item Ações Gerenciais Gerais.

1.1 - Demarcar e cercar os limites do PNCD nas áreas que compõem este Segmento.

2 - Implantar ações de proteção neste Segmento.

- A proteção e o controle deste Segmento dependem da Sede Administrativa Pai Inácio com o apoio do PIC Lençóis.
- A fiscalização deste segmento, realizada pelo PF Pai Inácio, localizado na Sede Administrativa Pai Inácio, e apoio do PIC Lençóis, deverá ser a pé ou aérea, permanente e intensificada nos períodos de alta temporada de visitação, feriados e finais de semana.
- Os fiscais exigirão dos condutores e visitantes, quando necessário, a apresentação do ingresso a esta área.
- São proibidas a entrada e a permanência de pessoas acompanhadas de animais domésticos e/ou de estimação, conforme indicado nas Normas Gerais do PNCD para todas as áreas do Parque.
- É permitido o uso eventual de animais de carga e montaria, pelos funcionários do PNCD, nos casos excepcionais imprescindíveis para a proteção do Segmento, eventuais resgates e transporte de materiais durante a construção e manutenção das infra-estruturas.
- Não haverá lixeiras na Trilha nem no interior dos sanitários, em atenção às condições de higiene do local e para evitar a atração e manuseio por animais silvestres.
- Cada visitante – guia ou condutor e seu grupo – tem responsabilidade individual e como grupo na remoção de todos os resíduos sólidos (incluindo restos de alimentos) gerados no percurso da Trilha e, inclusive, nos sanitários.
- Os resíduos sólidos devem ser removidos e depositados no PIC Lençóis.
- Os funcionários do PNCD devem realizar vistorias periódicas no percurso da Trilha e nos sanitários para avaliar as condições de limpeza nestes locais.
- A visitação pública da Trilha deve ser suspensa em dias chuvosos e com riscos de trombas d'água.
- O guia ou condutor de visitantes deve assegurar que todos os componentes do seu grupo de visitantes estão cientes das normas e condutas exigidas para o desenvolvimento da Trilha e que assinaram os termos de responsabilidade e ciência cabíveis.
- Deve ser mantida vigilância junto ao poço da cachoeira, nos períodos de alta temporada, para coibir a prática dos saltos.
- Deve-se buscar parcerias para a realização desta vigilância, como por exemplo com o Corpo de Bombeiros Militares, Brigadas Voluntárias, entre outros.

3. Implantar a visitação pública no segmento.

- Esta Trilha pode ser guiada por funcionários do PNCD ou por parceiros habilitados ou autoguiada por folheto.
- O horário de funcionamento da Trilha será das 8:00 às 17:00h, sendo que a subida será permitida até no máximo às 14:00h e a descida deve se iniciar até no máximo às 16:00h.
- Para percorrer a Trilha os visitantes deverão agendá-la previamente e comprar o ingresso nos diversos PIC, especialmente no PIC Lençóis, ou nos CV do PNCD.
- Não é permitido o pernoite nem o uso de fogueiras neste Segmento.
- Ficam proibidos o acesso e o trânsito de veículos automotores (carros ou motos), bem como de bicicletas.
- É proibido o comércio de quaisquer produtos, inclusive alimentos e água, em qualquer ponto desta Trilha.
- As estruturas de comércio irregular de bebidas e alimentos existentes na Trilha devem ser desativadas e retirados os materiais inservíveis para fora da UC.

3.1 - Adotar uma das metodologias de manejo do impacto da visitação para a Trilha e aplicar as ferramentas por ela indicada, de modo a aprimorar os números de visitantes no Segmento e seus atrativos.

- Enquanto não tiver início a aplicação da metodologia de manejo do impacto da visitação para o Segmento, serão adotados os seguintes números iniciais: permanência de no máximo 50 pessoas por dia, em grupos de no máximo 10 pessoas, incluindo o guia ou condutor neste total, considerando-se somente a Trilha propriamente dita.

3.2 – Implantar sistema de acesso à Trilha, no seu início próximo à Lençóis.

- O acesso da Trilha será controlado pelo sistema rústico denominado localmente como passa-um, até que seja implantada a solução proposta pelo projeto específico.

3.3 - Elaborar projeto específico para a visitação pública deste Segmento.

- O projeto específico deve determinar claramente o percurso a ser seguido pelo visitante, sobretudo no trajeto pelo leito do rio Ribeirão onde os visitantes costumam se dispersar amplamente.
- O projeto específico deve considerar a necessidade de: desativar os diversos acessos secundários e atalhos, sinalizar e controlar o acesso e o percurso oficiais, sinalização, educação e interpretação ambiental da Trilha e recuperação de alguns trechos.
- O projeto deverá considerar o traçado que já vem sendo utilizado para esta Trilha, tentando aproveitá-lo ao máximo, e, sempre que possível, desviar das áreas úmidas e/ou alagadas e amenizar os trechos mais íngremes.
- A identificação das áreas úmidas deverá levar em consideração os períodos de chuva e de seca na região.
- Quando não for possível evitar a passagem do leito da Trilha por trechos alagados, deverá ser indicada a implantação, nestes trechos, de trilha elevada, evitando maiores impactos negativos na área.
- O projeto deverá indicar as coordenadas geográficas das trilhas secundárias que deverão ser fechadas após a definição do leito principal da Trilha, devendo também ser indicados o material e técnica a serem utilizados para tal.
- O material para a construção e implantação da infra-estrutura a ser proposta, sempre que tecnicamente viável, deverá ser ambientalmente correto, resistente, suportar altas temperaturas e passível de ser harmonizado ao ambiente local como, por exemplo, a chamada madeira plástica ou similares.

3.4 – Confeccionar e instalar soluções de transposição das áreas úmidas e alagadas existentes ao longo da Trilha, de modo a diminuir o impacto do pisoteio da visitação sobre o terreno.

- As soluções devem levar em conta a necessidade de transpor diferentes volumes d'água entre as épocas de chuva e seca.
- Deve-se evitar o superdimensionamento das estruturas, buscando que elas não se sobressaiam na paisagem local, apenas se harmonizem com ela.
- Devem ser observadas as mesmas normas do item anterior em relação aos materiais a serem utilizados nestas soluções.

3.5 – Manter em bom estado de conservação e zelar pela funcionalidade das soluções de transposição das áreas úmidas e alagadas, bem como das contenções dos processos erosivos nos diversos pontos da Trilha, indicadas abaixo.

3.6 - Sinalizar as entradas dos acessos secundários à esta Trilha com placas informativas sobre a sua desativação.

3.7 – Implantar, preliminarmente, até indicação final pelo projeto específico, uma área de descanso na Trilha.

- A área deverá ser implantada nas proximidades do chamado Quiosque do Usquinha, onde a trilha passa a ser sobre o leito do rio.
- A área deve ser implantada de maneira a não causar impacto visual no local de sua instalação, devendo ser utilizados materiais harmônicos à paisagem regional.
- O material para construção e implantação da infra-estrutura a ser proposta, sempre que tecnicamente viável, deverá ser ambientalmente correto, resistente, suportar altas temperaturas e passível de ser harmonizado ao ambiente local como, por exemplo, a chamada madeira plástica ou similares.
- Os bancos das áreas de descanso deverão ser aproveitados unicamente das pedras existentes no local, já fixas ou móveis, aproveitando os locais com sombreamento natural (árvores, tocas, abrigos etc.).
- Na área de descanso deverá ser promovida a interpretação ambiental e histórico-cultural da região.
- A interpretação ambiental e histórico-cultural nesta área deve ser realizada por meio de painel interpretativo.

3.8 - Instalar sanitários feminino e masculino em local a ser definido por estudo específico entre a área de descanso e o poço da cachoeira.

- Verificada a impossibilidade técnica locacional de sanitários neste trecho da Trilha, os sanitários devem ser definidos na área de descanso.
- Os sanitários devem ser instalados aproveitando-se reentrâncias naturais das rochas para locação das estruturas, de modo a harmonizá-los à paisagem.
- O modelo dos sanitários deve levar em conta alternativas de baixo impacto adequadas para o Segmento e soluções para o esgoto gerado, que permita a eliminação do papel higiênico usado com a descarga, como por exemplo sanitário seco ou do tipo Sanetec.
- As janelas e elementos vazados dos sanitários devem permitir ventilação, iluminação e serem telados.
- As portas dos sanitários não devem ter espaços junto às paredes, tetos e pisos para dificultar a entrada de animais silvestres.
- As portas dos sanitários devem dispor de um sistema de fechamento e travamento automáticos, em atenção aos animais silvestres – que não devem, sob hipótese alguma, ter acesso ao interior dos sanitários.

3.9 - Contratar serviço para análise da qualidade da água de pontos utilizados normalmente para coleta de água potável na Trilha.

- Estes pontos devem ser sinalizados depois de concluída a análise da qualidade da água.

3.10 - Elaborar e implantar projeto de interpretação ambiental e histórico-cultural para a Trilha.

3.11 - Implantar preliminarmente, até que o projeto específico seja elaborado, a interpretação ambiental e histórico-cultural da Trilha, considerando as seguintes definições:

- A interpretação deve ser realizada durante todo o percurso da Trilha, devendo haver parada na área de descanso para uma interpretação mais direcionada por meio de painel, os quais estarão indicados no folheto interpretativo.
- Os guias ou condutores de visitantes farão a interpretação ambiental com o apoio do painel e folheto interpretativo.
- A colocação de painel interpretativo deverá ocorrer na área de descanso.

3.12 - Transformar a casa próxima ao local chamado toca da Chica em um sítio de interpretação histórico-cultural relativo aos aspectos do garimpo, uma vez que a casa e tocas da região foram utilizadas por garimpeiros.

3.13 – Elaborar e disponibilizar um folheto interpretativo para a orientação dos visitantes que forem percorrer a Trilha de forma autoguiada.

- O uso do folheto é obrigatório para os visitantes que farão a Trilha de forma autoguiada, sendo facultativo para os visitantes que a percorrerem de forma guiada.
- O folheto deve ser comprado no PIC Lençóis, bem como nos outros PIC e nos CV do PNCD.
- O folheto também deve ser utilizado como apoio ao trabalho de interpretação pelos guias ou condutores.
- O folheto deve conter, ainda, a informação da proibição da prática de saltos a partir do alto de pedras para o poço da cachoeira.

3.14 – Elaborar e implantar projeto específico para a sinalização da Trilha.

3.15 – Implantar sinalização preliminar na Trilha, até a sua definição final pelo projeto.

- A sinalização indicativa será colocada apenas nos pontos da Trilha onde o visitante possa ter dúvidas sobre qual caminho tomar.
- A sinalização deve indicar as principais facilidades da Trilha e suas distâncias, os principais atrativos, o risco de trombas d'água, entre outros.
- Nas proximidades do poço da cachoeira, deve haver sinalização da proibição e riscos de saltos, bem como da isenção de responsabilidade do órgão gestor do PNCD neste caso.

3.16 – Instalar painel informativo na entrada da Trilha.

- O painel deve conter informações como: comprimento da Trilha, trajeto, cuidados a serem tomados, tempo estimado para realização da atividade, condutas de mínimo impacto, facilidades existentes, horários de visitação, contatos do PNCD, dentre outros.
- O painel deve conter, ainda, a informação da proibição da prática de saltos a partir do alto de pedras para o poço da cachoeira.

4 - Implantar ações de recuperação ambiental no Segmento.

- As ações de recuperação devem priorizar as áreas atualmente utilizadas pelo comércio irregular e as áreas com erosão no trecho inicial da Trilha.

- As ações devem incluir medidas para desviar, quando possível, os escorrimentos de água da chuva do leito da trilha, ou, ao menos, diminuir a sua velocidade.

4.1 - Promover ações de contenção de erosão nos trechos íngremes das margens da Trilha.
4.2 - Favorecer a regeneração natural por meio de recuperação do solo nos locais onde for necessário e desviar a visitação pública destes locais, pelo menos enquanto durarem as intervenções.
4.3 - Sinalizar as entradas dos acessos secundários a essa área com placas informativas sobre a sua desativação.
4.4 - Avaliar periodicamente a efetividade das medidas de recuperação, de modo a adequar ou modificar, se for o caso, o sistema utilizado para conter tais processos de degradação.

4.7.2.6.5 - Segmento Trilha da Cachoeira do Bodão (21)
Descrição
Este segmento é composto pelo trecho entre a Trilha Lençóis – Capão à Trilha da Fumaça por Cima, passando pela cachoeira do Bodão (conhecida também como cachoeira do 21). Portanto, para efeitos deste PM, os trechos de superposição com a Trilha Lençóis – Capão e com a Trilha da Cachoeira da Fumaça por Cima não são considerados como parte do presente Segmento. Originalmente era uma via de acesso utilizada pela população local para acesso aos garimpos.

A Trilha, no sentido Lençóis – Capão, parte da confluência entre o rio Ribeirão e o rio da cachoeira do Bodão e segue por este até a cachoeira do Fundão, a qual é transposta com dificuldade. À montante da cachoeira do Fundão é feito o pernoite da Trilha. Do local do pernoite segue-se, ainda pelo leito do rio, até a cachoeira do Bodão, que também é transposta. A partir daí, a Trilha passa a percorrer o leito de um córrego chamado Córrego Branco e depois outro, o Córrego Verde, até que se alcance as áreas elevadas de uma serra nas proximidades da Trilha da Cachoeira da Fumaça por Cima, conhecido como Lajedão. A Trilha também pode ser feita no sentido inverso.

A Trilha tem cerca de 7km de extensão, contando somente o Segmento. No entanto, o percurso total (entre Lençóis e Capão) inclui cerca de 1km da Trilha Lençóis – Capão (até os limites do PNCD) e cerca de 4,5km da Trilha da Cachoeira da Fumaça por Cima. O tempo para percorrê-la é de 2 dias com 1 pernoite.

Este segmento apresenta potencialidades para o desenvolvimento de atividades de visitação pública como banhos, caminhadas, acampamento, observação de vida silvestre e de eventos geológicos, geomorfológicos e hidrológicos, contemplação, atividades noturnas com uso de cartas celestes, fotografia, filmagem, interpretação e educação ambiental, assim como para pesquisas científicas e monitoramento ambiental.

Atividades, Subatividades e Normas
1 - Regularizar a situação fundiária das áreas que compõem a Trilha, conforme descrito no item Ações Gerenciais Gerais.

2 - Implantar ações de proteção neste Segmento.
- A proteção e o controle deste Segmento dependem da Sede Administrativa Pai Inácio com o apoio dos PIC Capão e Lençóis.
- A fiscalização deste segmento, realizada pelo PF Pai Inácio, localizado na Sede Administrativa Pai Inácio, e apoio dos PIC Capão e Lençóis, deverá ser a pé ou aérea, permanente e intensificada nos períodos de alta temporada de visitação, feriados e finais de semana.
- Os fiscais exigirão dos condutores e visitantes, quando necessário, a apresentação do ingresso a esta área.
- São proibidas a entrada e a permanência de pessoas acompanhadas de animais domésticos e/ou de estimação, conforme indicado nas Normas Gerais do PNCD para todas as áreas do Parque.

- É permitido o uso eventual de animais de carga e montaria, pelos funcionários do PNCD, nos casos excepcionais imprescindíveis para a proteção do Segmento, eventuais resgates e transporte de materiais durante a construção e manutenção das infra-estruturas.
- Não haverá lixeiras na Trilha, no acampamento ou no interior dos sanitários em atenção às condições de higiene do local e para evitar a atração e manuseio por animais silvestres.
- Cada visitante – guia ou condutor e seu grupo – tem responsabilidade individual e como grupo na remoção de todos os resíduos sólidos (incluindo restos de alimentos) gerados no percurso da Trilha, na área do acampamento e, inclusive, nos sanitários.
- Os resíduos sólidos devem ser removidos e depositados na Portaria Fumaça ou no PIC Lençóis.
- Os funcionários do PNCD devem realizar vistorias periódicas no percurso da Trilha, no acampamento e nos sanitários para avaliar as condições de limpeza nestes locais.

3 - Implantar a visitação pública no segmento.

- Esta Trilha deve ser guiada por funcionários do PNCD ou por parceiros habilitados.
- O horário máximo de entrada no PNCD para início da caminhada na Trilha, nos dois sentidos, é 10:00h.
- Excepcionalmente o guia ou condutor de visitantes e seu grupo poderão entrar na Trilha antes do horário de funcionamento da UC, mediante comunicação prévia no momento do agendamento.
- Para percorrer a Trilha os visitantes deverão agendá-la e comprar o ingresso nos diversos PIC ou nos CV do PNCD.
- Não é permitido a um mesmo emissor de grupos de visitantes (pessoa física ou jurídica) agendar seguidamente entradas de visitantes, salvo exceções indicadas abaixo;
- O agendamento para esta Trilha deve ter dois momentos: o pré-agendamento, e a confirmação do agendamento;
- No pré-agendamento um emissor de visitantes reserva o dia de início da visita, o local de partida dos grupos (Lençóis ou Capão) e o número de pessoas, podendo-se se inscrever em uma lista de espera a ser criada pelo PNCD para uso das vagas em seqüência e pelo mesmo acesso em dias seguidos;
- Para a confirmação do agendamento são necessários: i) o fornecimento dos nomes e dados pessoais dos visitantes de cada grupo (incluindo os do guia ou condutor), ii) a data de uso da Trilha, iii) o local de acesso, iv) a informação do Parque sobre a autorização de emissão de grupos em seqüência e pelo mesmo acesso em dias seguidos, v) a condição do grupo estar presente na região entre uma semana antes e até às 16:00h da véspera do dia do uso da Trilha – salvo exceções que serão consideradas pelo PNCD em cada caso e vi) o emissor deve retirar materiais informativos e de controle necessários às atividades da Trilha em um dos PIC ou CV do PNCD;
- Em função das características desta Trilha o agendamento é considerado provisório até que sejam atendidas as exigências indicadas acima;
- Quando houver dois ou mais emissores concorrendo pelo mesmo período de uso desta Trilha, são critérios de prioridade: i) data de emissão de grupos para esta Trilha em período anterior, sendo favorecido aquele que emitiu grupos há mais tempo; ii) ordem de pré-agendamento; e iii) atendimento das exigências para a confirmação do agendamento;
- Dos concorrentes, o priorizado será o titular da reserva, os demais vão para a lista de espera;
- A lista de espera será aberta a partir das 16:00h do dia anterior à realização das atividades na Trilha, quando se encerra o prazo para confirmação do pré-agendamento;
- Não é permitido o uso de fogueiras neste Segmento. O preparo de alimentos deve ser feito em fogareiros adequados para acampamentos.
- O pernoite nesta Trilha será permitido somente na área de acampamento entre as cachoeiras do Fundão e do Bodão, para o qual as normas se encontram nas respectivas descrições abaixo.
- Ficam proibidos o acesso e o trânsito de veículos automotores (carros ou motos), bem como de bicicletas.
- É proibido o comércio de quaisquer produtos, inclusive alimentos e água, em qualquer ponto desta Trilha.

3.1 – Proceder ao fechamento da bifurcação da Trilha que leva para um ponto da Trilha da Cachoeira da Fumaça por Cima mais próximo ao Capão (ramificação da direita no sentido Lençóis - Capão), devendo permanecer aberta a ramificação que leva para um ponto mais próximo do mirante da cachoeira da Fumaça por Cima.

- O fechamento deve ser sinalizado no local e amplamente divulgado nos PIC, CV, portarias e materiais publicados do PNCD e para todos os interessados na visitação pública do Parque.
- Deve ser feita uma comunicação escrita, informando o fechamento, direcionada a todos os guias, condutores, ACV, associações de empresas do turismo, prefeituras municipais, órgãos governamentais de turismo, agências, outros operadores de turismo, aos meios de hospedagem e principais estabelecimentos comerciais freqüentados e voltados aos visitantes em toda a região.

3.2 – Proceder à interdição da toca à montante da cachoeira do Bodão (chamada por alguns de toca do 21), bem como à desativação da área de acampamento mais próxima ao poço desta cachoeira, a 50m de distância.

- A interdição e a desativação devem ser sinalizadas no local e amplamente divulgadas nos PIC, CV, portarias e materiais publicados do PNCD e para todos os interessados na visitação pública do Parque.
- Deve ser feita uma comunicação escrita, informando a interdição e desativação, direcionada a todos os guias, condutores, ACV, associações de empresas do turismo, prefeituras municipais, órgãos governamentais de turismo, agências, outros operadores de turismo, aos meios de hospedagem e principais estabelecimentos comerciais freqüentados e voltados aos visitantes em toda a região.

3.3 – Adotar uma das metodologias de manejo do impacto da visitação para a Trilha e aplicar as ferramentas por ela indicada, de modo a aprimorar os números de visitantes no Segmento e seus atrativos.

- Enquanto não tiver início a aplicação da metodologia de manejo do impacto da visitação para o Segmento, serão adotados os seguintes parâmetros iniciais:
  - grupos de no máximo 06 pessoas, incluindo o guia ou condutor neste total;
  - entrada de no máximo 06 pessoas (incluído o guia ou condutor) por dia, partindo por Lençóis ou pelo Capão, ou seja, não ocorrerão saídas por Lençóis e pelo Capão no mesmo dia;
  - o número máximo de pessoas em cada área de acampamento é de 06 pessoas (incluindo aí os guias ou condutores);
  - só é permitido um pernoite por grupo no acampamento;
  - as entradas por Lençóis e pelo Capão ocorrerão em dias alternados, ou seja, o PNCD reserva entradas por Lençóis nos dias 1, 3 e 5, enquanto que pelo Capão nos dias 2, 4 e 6, ou vice-versa, de forma a não ocorrer o encontro de mais de 12 pessoas na área de acampamento;
  - não ocorrendo demanda para partida de grupos por uma das entradas, haverá liberação para a partida de grupos em dias seguidos pela outra entrada;
  - para emitir visitantes para a Trilha pela mesma entrada em dias seguidos, o responsável pelo grupo deve se inscrever numa lista de espera no momento do pré-agendamento, cuja confirmação depende da desistência dos grupos que têm direito de entrada naquele dia pelo outro acesso ou da não existência de outro interessado;
  - permanência de no máximo 12 pessoas por dia, ao mesmo tempo, na Trilha toda.

3.3 - Elaborar projeto específico para a visitação pública deste Segmento.

- O projeto específico deve considerar a necessidade de: desativar os diversos acessos secundários e atalhos, sinalizar e controlar o acesso e o percurso oficiais, sinalização, educação e interpretação ambiental da Trilha e recuperação de alguns trechos.
- O projeto deverá considerar o traçado que já vem sendo utilizado para esta Trilha, tentando aproveitá-lo ao máximo, e, sempre que possível, desviar das áreas úmidas e/ou alagadas e amenizar os trechos mais íngremes.
- A identificação das áreas úmidas deverá levar em consideração os períodos de chuva e de seca na região.
- Quando não for possível evitar a passagem do leito da Trilha por trechos alagados, deverá ser indicada a implantação, nestes trechos, de trilha elevada, evitando maiores impactos negativos na área.

- O projeto deverá indicar as coordenadas geográficas das trilhas secundárias que deverão ser fechadas após a definição do leito principal da Trilha, devendo também ser indicados o material e técnica a serem utilizados para tal.
- O material para a construção e implantação da infra-estrutura a ser proposta, sempre que tecnicamente viável, deverá ser ambientalmente correto, resistente, suportar altas temperaturas e passível de ser harmonizado ao ambiente local como, por exemplo, a chamada madeira plástica ou similares.

3.4 - Confeccionar e instalar soluções de transposição das áreas úmidas e alagadas existentes ao longo da Trilha, de modo a diminuir o impacto do pisoteio da visitação sobre o terreno.

- Deve-se evitar o superdimensionamento das estruturas, buscando que elas não se sobressaiam na paisagem local, apenas se harmonizem com ela.
- Devem ser observadas as mesmas normas do item anterior em relação aos materiais a serem utilizados nestas soluções.

3.5 - Manter em bom estado de conservação e zelar pela funcionalidade das soluções de transposição das áreas úmidas e alagadas, bem como das contenções dos processos erosivos nos diversos pontos da Trilha, indicadas abaixo.

3.6 – Sinalizar as entradas dos acessos secundários à esta Trilha com placas informativas sobre a sua desativação.

3.7 – Implantar, preliminarmente, até indicação final pelo projeto específico, 04 áreas de descanso na Trilha.

- Uma área deve ser implantada na confluência do rio da cachoeira do Bodão com o rio Ribeirão.
- Uma área deve ser implantada próxima ao poço da cachoeira do Fundão.
- Outra área deve ser implantada no início do percurso do córrego Verde, no sentido Lençóis – Capão.
- A quarta área deve ser implantada no início do trecho que percorre as áreas de campo rupestre, com inúmeros caminhos secundários, nas proximidades da Trilha da Cachoeira da Fumaça por Cima.
- As áreas deverão ser implantadas de maneira a não causar impacto visual no local de sua instalação, devendo ser utilizado materiais harmônicos à paisagem regional.
- As áreas devem ser, preferencialmente, em locais com sombreamento natural (árvores, tocas, abrigos etc.) e pedras para se sentar.

3.8 - Implantar a interpretação ambiental da Trilha, considerando as seguintes definições:

- A interpretação deve ser realizada durante todo o percurso da Trilha, devendo haver pontos de parada nas áreas de descanso para uma interpretação mais direcionada por meio de painéis.
- Os guias ou condutores de visitantes farão a interpretação ambiental com o apoio dos painéis.
- A colocação de painéis interpretativos deverá ocorrer somente nas áreas de descanso.
- Devem ser temas da interpretação: a beleza cênica, bacias hidrográficas, tipos de vegetação, musgos e epífitas, fauna e flora associadas às cachoeiras, situações de micro-clima como as do córrego Verde e Branco, processos geológicos e geomorfológicos e variabilidade ambiental.

3.9 – Avaliar a necessidade da elaboração de um folheto interpretativo para apoio aos guias ou condutores e orientação dos visitantes e, se elaborado, deve obedecer às seguintes considerações:

- A compra do folheto é facultativa para os visitantes.
- O folheto deve ser vendido nos CV do PNCD e nos diversos PIC, principalmente nos PIC Lençóis e Capão.
- O folheto também deve ser utilizado como apoio ao trabalho de interpretação pelos guias ou condutores sem substituir o papel do guia ou condutor na interpretação oral.

3.10 – Elaborar e implantar projeto específico para a sinalização da Trilha.

3.11 – Implantar sinalização preliminar na Trilha, até a sua definição final pelo projeto.

- A sinalização deve indicar as principais facilidades da Trilha e suas distâncias, a delimitação da área de acampamento, as áreas de banho e de natação, os principais atrativos, rios com risco de trombas d'água, entre outros.

3.12 - Implantar a área de acampamento próxima à cachoeira do Fundão.

- A área deve ser implantada na margem esquerda do rio, nas áreas de solo nu existentes no local, hoje já utilizadas.
- Todos os resíduos sólidos, inclusive restos de alimentos, provenientes do desenvolvimento das atividades no acampamento deverão ser removidos do acampamento, levados para fora da UC e depositados nos PIC Lençóis ou Capão.
- O número máximo de barracas permitidas, ao mesmo tempo, no acampamento é de 06.
- As barracas devem ocupar obrigatoriamente as baias demarcadas.
- As baias devem ser demarcadas mantendo distância das áreas úmidas, alagáveis e dos cursos d'água.
- A demarcação das baias não deve causar impacto visual no local da sua instalação, devendo-se utilizar materiais que apresentem sintonia com o local.
- Os visitantes, guias ou condutores, pesquisadores e funcionários devem seguir as seguintes regras na área de acampamento:

  • A técnica de escavação de canaletas ao redor das barracas para escoamento da água da chuva é proibida, bem como a fixação de qualquer objeto ou amarrações que causem injúrias na vegetação (especialmente nos troncos, galhos e raízes);

  • Não fazer ruídos, especialmente à noite, em respeito à fauna local e aos demais campistas;

  • Não tomar banho nos cursos d'água quando utilizar produtos como sabonete, sabão, xampu, creme de corpo e para cabelo, protetor solar, repelente, bronzeador e afins;

  • Excetuam-se na situação anterior os produtos desenvolvidos a partir de saponáceos naturais, cientificamente comprovados, os quais devem ser usados com parcimônia;

  • No caso dos visitantes não conseguirem evitar banhos com produtos comuns, o guia ou o condutor deve zelar para que o banho ocorrerá fora do leito do curso d'água;

  • Além de ser obrigatória a retirada de restos orgânicos para fora da UC, os campistas não podem deixar, sob hipótese alguma, restos de alimentos (crus ou manipulados) dentro dos cursos d'água, em respeito ao equilíbrio natural da biota aquática que deve ser minimamente perturbado;

  • A higienização das louças e utensílios deve ser obrigatoriamente feita no local indicado para isso, conforme descrito abaixo;

  • Os campistas poderão fazer suas necessidades fisiológicas somente nos sanitários do acampamento;

  • Conforme previsto na Lei Federal nº 9605/98 (a Lei de Crimes Ambientais) é proibido alimentar animais silvestres;

  • Deixar víveres (mantimentos), em qualquer quantidade, no acampamento ou suas proximidades para o reaproveitamento posterior é proibido;

3.13 - Elaborar projeto e construir sanitários feminino e masculino e lava-pratos na área do acampamento.

- Os sanitários devem ser instalados na margem direita do rio, em frente à área do acampamento, entre as rochas existentes no local, um dos dois locais considerados como sanitários pelos campistas.
- O projeto deve levar em conta a necessidade de que estas estruturas e facilidades ocupem o menor espaço possível, adotando tecnologias alternativas de mínimo impacto.
- A arquitetura e a localização das estruturas devem considerar os aspectos paisagísticos associados com os locacionais, de modo a melhor aproveitar materiais naturais, os espaços entre as rochas e a topografia, camuflando-as, quando possível, no cenário, como nos moldes garimpeiros da região.
- O modelo dos sanitários deve levar em conta alternativas de baixo impacto adequadas para o Segmento e soluções para o esgoto gerado, que permita a eliminação do papel higiênico usado com a descarga, como por exemplo sanitário seco ou do tipo Sanetec.
- O lava-pratos deve ser simples e rústico, com estrutura vazada, e sua preocupação fundamental deve ser a filtragem dos efluentes da higienização de louças e utensílios, feita em caixa de cascalho e areia,
- A estrutura do lava-pratos deve ser fixa, sem água encanada, portanto sem torneiras, em lugar que impeça o contato dos efluentes com o curso d'água.
- É necessário que os campistas levem a água manualmente para a utilização do lava-pratos.

- As janelas e elementos vazados dos sanitários devem permitir ventilação, iluminação e serem telados.
- As portas dos sanitários não devem ter espaços junto às paredes, tetos e pisos para dificultar a entrada de animais silvestres.
- As portas dos sanitários devem dispor de um sistema de fechamento e travamento automáticos, em atenção aos animais silvestres – que não devem, sob hipótese alguma, ter acesso ao interior dos sanitários.
- O projeto deve levar em conta as possibilidades de captação natural de água e tratamento e destinação final dos efluentes, bem como alternativas de baixo custo de remoção dos efluentes e manutenção das estruturas.
- O material para construção e implantação da infra-estrutura a ser proposta, sempre que tecnicamente viável, deverá ser ambientalmente correto, resistente, suportar altas temperaturas e passível de ser harmonizado ao ambiente local como, por exemplo, a chamada madeira plástica ou similares.

3.14 – Construir e implantar painel educativo no acampamento.

- O painel deve tratar das questões relacionadas à conduta responsável (de mínimo impacto) em ambientes naturais, abordando, as normas do acampamento, as instruções de uso do lava-pratos e dos sanitários.
- Também devem ser abordados os diversos impactos negativos decorrentes dos resíduos sólidos.

3.15 - Realizar a limpeza da toca interditada e da área de acampamento desativada, bem como do acampamento indicado para uso.

- Todos os resíduos sólidos decorrentes da limpeza dos locais devem ser removidos para a Portaria Fumaça ou para o PIC Lençóis.

3.16 – Instalar estrutura de apoio aos visitantes para vencer a pequena escalada existente na Trilha, entre as cachoeiras do Fundão e do Bodão.

- A estrutura deve atender aos requisitos exigidos neste Segmento quanto ao material construtivo, harmonização ao local e segurança do visitante.

4 - Implantar ações de recuperação ambiental no Segmento.

- As ações de recuperação devem priorizar os trechos da Trilha, com processos erosivos, nas proximidades das cachoeiras do Fundão e Bodão e entre elas.
- As ações devem incluir medidas para desviar, quando possível, os escorrimentos de água da chuva do leito da trilha, ou, ao menos, diminuir a sua velocidade.

4.1 – Favorecer a regeneração natural por meio de recuperação do solo nos locais onde for necessário e desviar a visitação pública destes locais, pelo menos enquanto durarem as intervenções como, por exemplo, nas áreas utilizadas para acampamento cuja desativação foi indicada por este PM.

4.2 – Sinalizar as entradas dos acessos secundários a essa área com placas informativas sobre a sua desativação.

4.3 - Avaliar periodicamente a efetividade das medidas de recuperação, de modo a adequar ou modificar, se for o caso, o sistema utilizado para conter tais processos de degradação.

4.7.2.6.6 - Segmento Ribeirão do Meio

Descrição

Este Segmento é composto pela margem direita do balneário do rio Ribeirão do Meio, cujo acesso e margem esquerda estão fora dos limites do PNCD e dentro da AEE Lençóis.

O Segmento corresponde a uma área de 800m ao redor do balneário do rio Ribeirão do Meio, que dista cerca de 2,5km da cidade de Lençóis, sendo um atrativo utilizado intensivamente tanto pelos moradores da cidade, quanto por visitantes de outras localidades.

Este segmento apresenta potencialidades para o desenvolvimento de atividades de visitação pública como banhos, caminhadas, observação de vida silvestre e de eventos geomorfológicos, contemplação, fotografia, filmagem, interpretação e educação ambiental, assim como para pesquisas científicas e monitoramento ambiental.

Atividades, Subatividades e Normas

1 - Regularizar a situação fundiária das áreas que compõem o Segmento, conforme descrito no item Ações Gerenciais Gerais.

1.1 - Demarcar e cercar os limites do PNCD na área.

1.2 - Identificar o proprietário da área do balneário, contígua ao Segmento.

2 - Empreender esforços para formalizar termo de parceria com o proprietário do balneário para implementação de atividades de forma conjunta, pois o uso indevido do balneário causa impacto negativo direto ao Segmento PNCD.

- Os esforços devem incluir ações de sensibilização junto ao proprietário sobre a importância e necessidade de regulamentar o uso do balneário e o que isso representa para o PNCD.
- O termo de parceria não pode envolver a cessão de área e nem de serviços do PNCD para terceiros sem o atendimento à legislação vigente.
- O PNCD deve, sob efeito da parceria, dar assistência ao proprietário para o correto planejamento e manejo da visitação pública do balneário como, por exemplo, nas ações relacionadas à proteção, infra-estrutura física, facilidades para o uso público e recuperação da área.

2.1 – Levar o proprietário a conhecer as definições, atividades e normas indicadas abaixo para o Segmento e aplicá-las, conjuntamente, na área do balneário.

- O proprietário deve conhecer, também, as outras definições do PM aplicáveis ao balneário.

2.2 - Negociar com o proprietário, no escopo da parceria, a cessão de áreas para a construção de sanitários públicos e uma estrutura de controle de acesso na área do balneário.

- Os custos de construção dos sanitários e do posto correrão por conta do órgão gestor do PNCD.
- O funcionamento e manutenção das estruturas são responsabilidade do proprietário do balneário.

3 - Implantar ações de proteção neste Segmento.

- A proteção e o controle deste Segmento dependem da Sede Administrativa Pai Inácio com o apoio do PIC Lençóis.
- A fiscalização deste segmento, realizada pelo PF Pai Inácio com o apoio do PIC Lençóis, deverá ser a pé ou aérea, permanente e intensificada nos períodos de alta temporada de visitação, feriados e finais de semana.
- Os fiscais exigirão dos condutores e visitantes, quando necessário, a apresentação do ingresso a esta área.
- São proibidas a entrada e a permanência de pessoas acompanhadas de animais domésticos e/ou de estimação, conforme indicado nas Normas Gerais do PNCD para todas as áreas do Parque.
- Não deve haver lixeiras no Segmento, as quais devem ser restritas à área do balneário.
- Cada visitante – guia ou condutor e seu grupo – tem responsabilidade individual e como grupo na remoção de todos os resíduos sólidos (incluindo restos de alimentos) gerados na utilização do Segmento.
- Os resíduos sólidos devem ser removidos do PNCD e depositados no PIC Lençóis.
- A parceria com o balneário deve prever a rotina de retirada dos resíduos sólidos das lixeiras, observando os riscos de atração da fauna silvestre e doméstica, mudança no seu comportamento e doenças que podem sofrer e transmitir.
- Os funcionários do PNCD devem realizar vistorias periódicas no Segmento para avaliar as suas condições de limpeza.
- A segurança dos banhistas é responsabilidade do proprietário do balneário, que deve disponibilizar socorristas nos dias de maior visitação.

4 - Implantar a visitação pública no Segmento e arredores.

- Este Segmento pode ser guiado por funcionários do PNCD ou por parceiros habilitados ou autoguiado por folheto.
- O horário de funcionamento do Segmento é das 8:00 às 17:00h, sendo que a entrada será permitida até no máximo às 16:00h e a saída deve se iniciar até no máximo às 16:30h.
- Não é permitido o pernoite nem o uso de fogueiras neste Segmento.

PROJETO ESPECÍFICO:
FOGO

5.1 - Identificação do Projeto

Título: Prevenção e Combate a Incêndios no Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD)
Autoria: Alessandro Marcuzzi – Geográfo, ex-Chefe do PNCD.
Localização: O projeto se aplica a toda a área do PNCD e a região da UC.

5.2 - Objetivos do Projeto

5.2.1 - Objetivo Geral

- Diminuição da área queimada do PNCD e seu entorno.

5.2.2 - Objetivos Específicos em Prevenção

- Diminuir o número de focos de incêndio no PNCD e seu entorno.
- Ampliar o espectro de ações de prevenção.
- Reformular o sistema de monitoramento do Parque.
- Iniciar o trabalho de sensibilização ambiental nas comunidades envolvidas com o PNCD (em escolas, associações comunitárias e entidades de categorias).

5.2.3 - Objetivos Específicos em Combates

- Minimizar o tempo de detecção dos focos de incêndio.
- Minimizar o tempo de resposta das brigadas contratadas e voluntárias, após a detecção dos focos.
- Minimizar o tempo de deslocamento das brigadas até o local do incêndio.
- Apurar as causas e os responsáveis pelos incêndios.

5.3 - Justificativa

Diversos são os obstáculos para o efetivo cumprimento dos objetivos do Parque, cita-se: o garimpo, a caça, o tráfico de animais, a extração de minerais, a pecuária, a agricultura de subsistência, o turismo desordenado, a extração de plantas, o isolamento ecológico do Parque, a contaminação de rios por agrotóxicos e, o mais feroz, deles o fogo.

De fato, incêndios florestais podem ser considerados como elemento participante de várias das atividades acima citadas. Assim, por exemplo, o garimpo, a caça, a pecuária, a extração de sempre-vivas, queimas agrícolas irresponsáveis e, mais raramente, o turismo irregular podem promover incêndios. Afora a essas, há uma nova e surpreendente suspeita que deve ser considerada com relevância – a piromania. Especula-se que essa causa possa ter participação majoritária nos episódios de fogo na Chapada Diamantina.

Frente ao cenário apresentado, a extinção do fogo na região parece ser uma realidade muito distante. Práticas consagradas como sensibilização das comunidades não parecem surtir efeito no caso de piromaníacos, haja vista se tratar de uma psicopatologia intratável com as metodologias usuais. Cabe ao PNCD duas opções de ação: combater os incêndios ou preveni-los.

5.4 - Contextualização

O Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD) foi criado pelo Decreto N.º 91.655 de 17 de setembro de 1985 com o objetivo de proteger amostras dos ecossistemas da Serra do Sincorá, na Chapada Diamantina, assegurando a preservação de seus recursos naturais e proporcionando oportunidades controladas para a visitação, a pesquisa científica, a conservação de sítios e a estruturas de interesse histórico-cultural.

O PNCD possui uma área de aproximadamente 152.000ha, tendo 110km de comprimento e 27km de largura máximos. Seu perímetro externo é de cerca de 370km. Está localizado no centro do Estado da Bahia, entre as coordenadas 12°24’23’’S e 13°11’57’’S; 41°35’38’’W e 41°05’45’’W, distribuindo-se pelos municípios de Andaraí, Ibicoara, Itaetê, Lençóis, Mucugê e Palmeiras.

A preservação dos ecossistemas da serra do Sincorá (que abrange áreas de cerrado, caatinga, campo rupestre, mata atlântica e brejos) propicia a manutenção de um banco genético importantíssimo para a pesquisa científica e para a manutenção da biodiversidade brasileira. O PNCD é o único no mundo a estar inserido na zona núcleo de três Reservas da Biosfera (Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga). Outro aspecto importante seria a proteção das principais nascentes da bacia hidrográfica do rio Paraguaçu que é uma forte contribuição para a unidade e para o estado da Bahia, haja vista ser essa a principal bacia hidrográfica estadual (abastecendo dezenas de cidades, entre elas a capital Salvador), com a incrível marca de que 80% das águas da Bahia nascem na Chapada.

Em termos de regularização fundiária, a unidade ainda não realizou a indenização de toda a área, o que dificulta a gestão do Parque, por meio do controle das atividades desenvolvidas em seu interior.

A equipe do IBAMA/PNCD é composta por quatro analistas ambientais, sendo um deles o chefe da unidade e de dois analistas com licença por um período superior a dois anos, uma auxiliar administrativa (terceirizada), uma auxiliar de serviços gerais (terceirizada), quatro vigilantes (terceirizados), além de 42 (quarenta e dois) brigadistas contratados temporariamente (por três meses, renováveis por mais três) pelo IBAMA/PREVFOGO no período crítico.

5.4.1 - Clima

Infelizmente há poucos dados sobre clima na região. As informações de precipitação com séries históricas disponíveis são oriundas das estações pluviométricas de Lençóis e Cascavel. Em Lençóis (Gráfico 32), a temperatura média anual apurada foi de 22,9°C e a precipitação média anual foi de 1.215 mm. Na região de Cascavel (Gráfico 33), distrito de Ibicoara, foi possível obter dados apenas para a precipitação média anual, que ficou em 745 mm. Apesar das diferenças nos valores das médias, os padrões de pluviosidade são similares, com estação chuvosa entre os meses de novembro a março e seca entre abril e outubro. Neste período, a pluviosidade média fica entre 51,0 e 103,1 mm, em Lençóis, e entre 18,4 e 64,0 mm, em Cascavel.

Gráfico 32: Gráfico da Precipitação Pluviométrica Mensal de Lençóis, Utilizando-se as Médias dos Anos de 1999 a 2004.

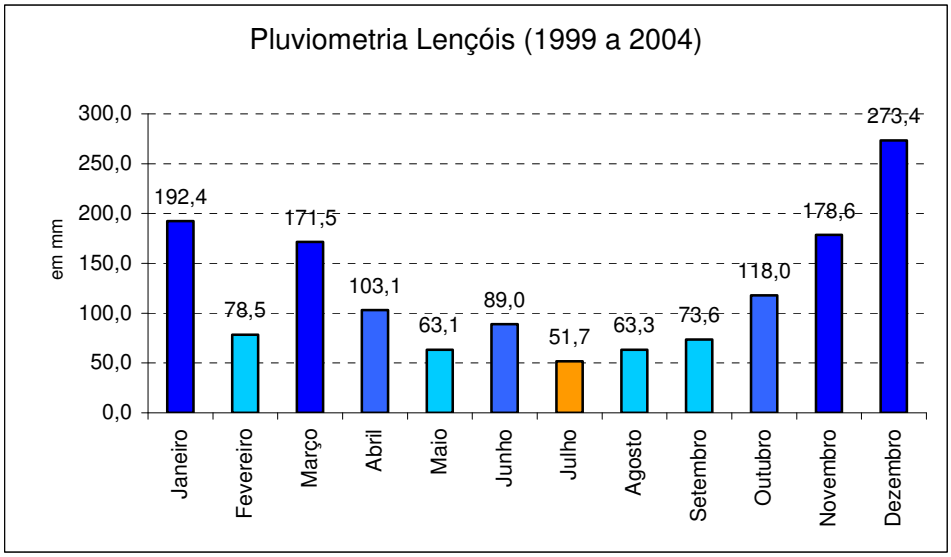
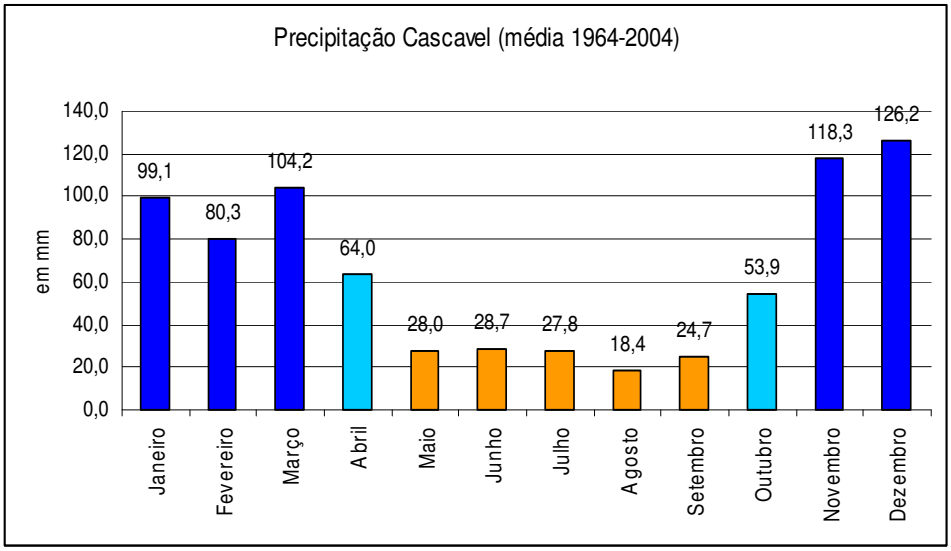


Gráfico 33: Gráfico da Precipitação Pluviométrica Mensal de Cascavel, Utilizando-se as Médias dos Anos de 1964 a 2004.



5.5 - Descrição do Projeto

5.5.1 - Prevenção

As ações de prevenção serão basicamente de sensibilização da comunidade quanto aos incêndios florestais, seus perigos e conseqüências para a própria comunidade e o monitoramento da área do Parque e do seu entorno imediato nos períodos de risco de ocorrência de fogo (agosto a fevereiro).

Deverão ser confeccionados alguns impressos que tratem da problemática local, em linguagem especifica e direcionada a, no mínimo, dois públicos distintos: i) as crianças e os adolescentes das escolas, e ii) aos adultos das comunidades. Este material impresso será elaborado conjuntamente pelas brigadas voluntárias e o PNCD; a sua impressão será de responsabilidade do órgão gestor do PNCD, enquanto a divulgação dos mesmos será de responsabilidade das brigadas.

Estes impressos servirão de material auxiliar em palestras ministradas pelos brigadistas (voluntários e contratados), contando, esporadicamente, com a participação da equipe do PNCD.

Além dos impressos, poderão ser elaboradas vinhetas para veiculação nas rádios comunitárias locais, enfocando os problemas do fogo. Já foram detectados potenciais parceiros, entre as rádios locais, para elaboração de tais vinhetas.

Poderá contar, também, com material informativo/educativo fornecido pelo PREVFOGO, como apostilas que expliquem os melhores métodos para a queima controlada dentre outros.

Por fim, será elaborada uma carta aberta às comunidades do entorno, na qual serão informados pontos da legislação referentes às questões de incêndio. Estes textos impressos serão fixados em lugares onde se tenha alto fluxo de pessoas como os bares, os mercados, as praças, as associações comunitárias e afins.

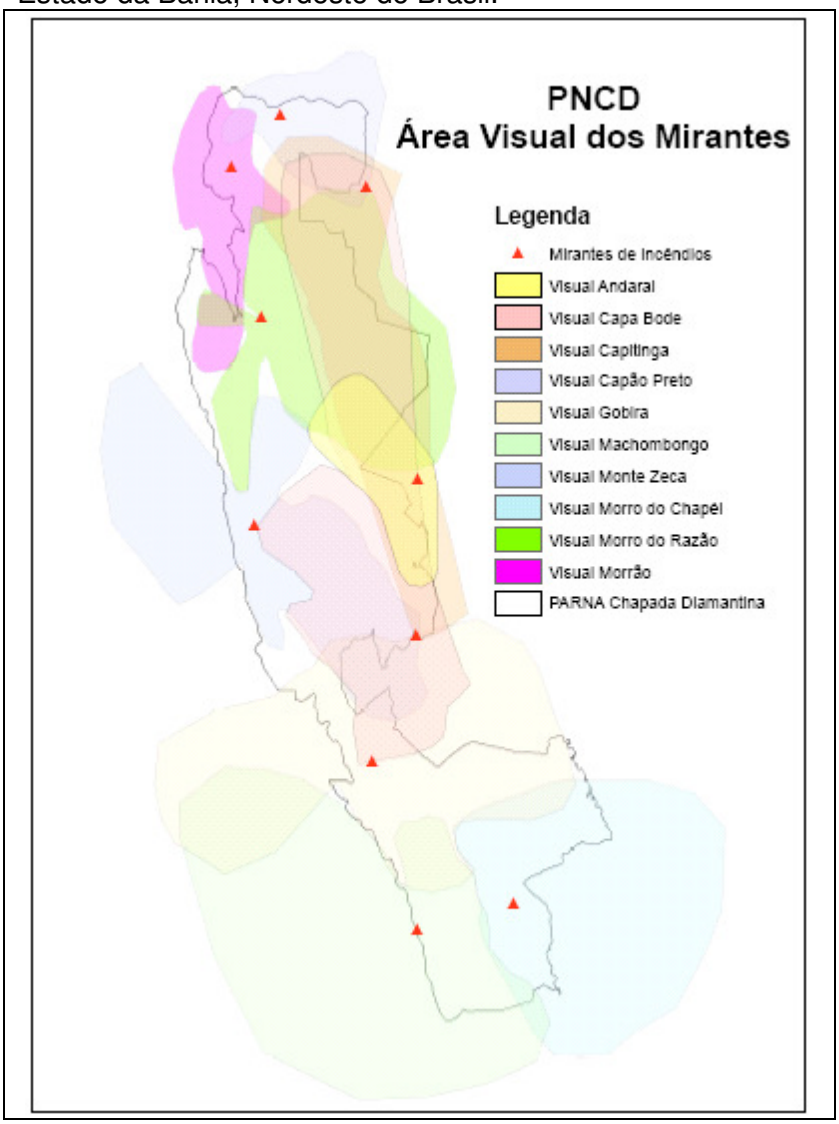
O monitoramento da área do Parque e do seu entorno imediato ocorrerá em pontos de observação com vigilância permanente. Foram eleitos 20 pontos de **monitoramento**, conforme descrito abaixo, sendo que 10 pontos foram selecionados para a implantação no ano de 2007, (Figura 61).

Pontos de monitoramento: i) Mucugezinho (1.107m, próximo à rodovia BR-242), ii) pico na serra da Bacia (1.280m), iii) serra do Vento (1.258m), iv) serra do Lapão (1196m), v) serra dos Cristais (1309m), vi) Fumaça de Frente (1250m), vii) morro Branco (1590m), viii) morro da Moitinha

(1565m), ix) morro do Mastruz (1636m), x) morro do Esbarrancado (1700m), xi) morro da Frincha (1592, próximo ao beco do Guiné), xii) morro Branco do Pati (1580m), xiii) morro Zeca (1630m), xiv) morro do Pina (1568m), xv) serra Alta (1229m), xvi) morro do Sobrado (1650m, no Capão do Correia) e xvii) morro do Chapéu (1170m, próximo da Chapadinha), xviii) morro do Miguel (1630m), xix) serra da Águia (1610m) e xx) morro das Piabas (1555m).

Os 10 pontos selecionados para a implantação imediata oferecem um controle visual de toda a área do parque e de seu entorno (*bufffer* interno) (Figura 62). Os demais pontos atuarão de forma complementar e serão implantados a medida em que houver necessidade de respostas mais precisas e o PNCD dispuser de um número maior de pessoal contratado.

Figura 61: Alcance Visual de Cada Ponto de Monitoramento.do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.



Nos mirantes, estarão sempre dois brigadistas (monitores) com exceção de três pontos (mirantes Capitinga, Torre de Andaraí e Capa Bode) onde é possível a permanência de apenas um brigadista, já que são pontos próximos de cidades. Para que esse monitoramento funcione será necessário um contingente de 34 brigadistas contratados, trabalhando em turnos de 3 dias, onde ocorrerão revezamentos para que o mirante nunca fique vazio.

Os monitores estarão munidos de rádios para comunicação, binóculos e equipamentos para acampamento. Ao detectarem fumaça, os monitores comunicarão o fato por meio de rádio a uma das sedes do Parque, e estas farao contatos com outros mirantes para a triangulação e

localização exata do incêndio. Com a localização exata a brigada de primeiro combate será enviada para a área do incêndio.

Serão instalados nos mirantes pequenos abrigos, elevados do nível do solo a uma altura suficiente para a visualização da área a ser monitorada, contendo proteção contra intempéries, tendo dimensão suficiente para abrigar duas pessoas. Estes mirantes poderão ser equipados, ainda, com sistemas de monitoramento eletrônico a distância, utilizando câmeras, que permitirão ampliar o período de acompanhamento, principalmente quando não estiverem vigendo os contratos temporários. Este sistema poderá ser instalado, prioritariamente, nos mirantes do morro do Sobrado, do morro do Chapéu e do Machobongo. A partir da instalação deste sistema nestes três mirantes, será feita uma avaliação de sua eficácia, para possível expansão do sistema.

5.5.2 - Combates

O plano de combate visa minimizar o tempo de resposta do IBAMA e das brigadas em relação aos incêndios florestais, impedindo assim que os incêndios tomem grandes proporções.

Além dos brigadistas temporários contratados (42 no ano de 2007), o PNCD conta com o apoio das 14 brigadas voluntárias da Chapada Diamantina citadas no Quadro 19 abaixo, o que representa um contingente aproximado de 150 (cento e cinqüenta) pessoas para atuar nas frentes de combate a incêndios. Estas brigadas são acionadas de acordo com a localização do fogo, e atuam de forma voluntária, requerendo para tanto o transporte e as ferramentas de combate do PNCD.

Quadro 19: Brigadas Voluntárias do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

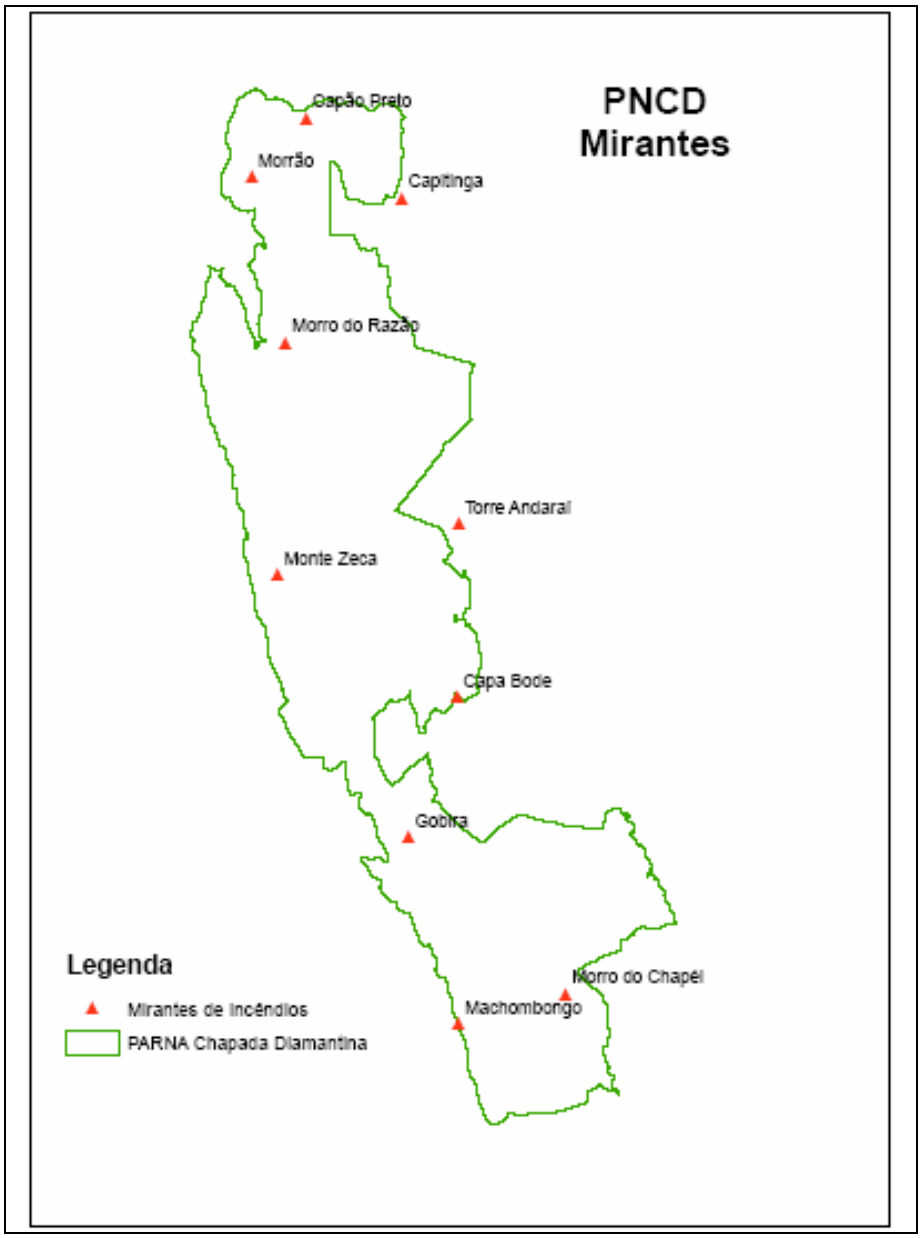
Município	Brigada
Andaraí	Associação de Condutores de Visitantes de Andaraí (ACVA)
	Associação de Condutores de Visitantes de Xique-xique de Igatu (ACV-XI)
Ibicoara	Associação de Condutores de Visitantes de Ibicoara (ACVIB)
	Brigada Voluntária Bicho do Mato
Itaetê	Brigada Voluntária de Colônia
	Brigada Voluntária do Rumo
Lençóis	Brigada Voluntária de Lençóis (BVL)
	Brigada de Resgate Ambiental de Lençóis (BRAL)
Mucugê	Associação de Condutores de Visitantes de Mucugê (ACVM)
	Brigada Voluntária de Guiné
	Marchas e combates
Palmeiras	Grupo Ambientalista de Palmeiras (GAP)
	Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão (ACV-VC)
	Brigada Voluntária de Campos de São João

Para a minimização do tempo de resposta, é necessária a operacionalização de uma base avançada na cidade de Mucugê (Figura 03), onde se concentrarão 8 brigadistas contratados, prontos para combate em tempo integral. Estes brigadistas, junto com voluntários integrarão um esquadrão de primeiro ataque. Ocasionalmente, os monitores poderão também auxiliar no primeiro combate a focos de incêndio.

A localização da base em Mucugê justifica-se por estar próxima a uma área centralizada do Parque. É necessário para a consolidação desta base, a permanência de um servidor do PNCD e de um veículo com tração 4x4, dando apoio à campanha. Após a instalação do Centro de Operações de Prevenção e Combate a Incêndios na Sede Administrativa do Capa Bode a base de Mucugê será desativada.

A referida base, também tem papel importante como ponto de suporte para diversas operações na região, possuindo leito para até 14 pessoas, e contando com toda infra-estrutura de cozinha, rádio VHF, local para guarda de equipamentos e ferragens, garagem, e telefone público em frente.

Figura 62: Localização dos Mirantes de Incêndios no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.



Além da Base de Mucugê, a sede do PNCD também atuará nos combates, organizando e coordenando as operações, inclusive com um caminhão para transporte de tropas, caso necessário, que ficará sediado na cidade de Palmeiras para dar suporte ao deslocamento das brigadas voluntárias da cidade e dos municípios próximos. A localização do comando das operações e do caminhão será transferida para a Sede Administrativa Pai Inácio quando esta estiver instalada.

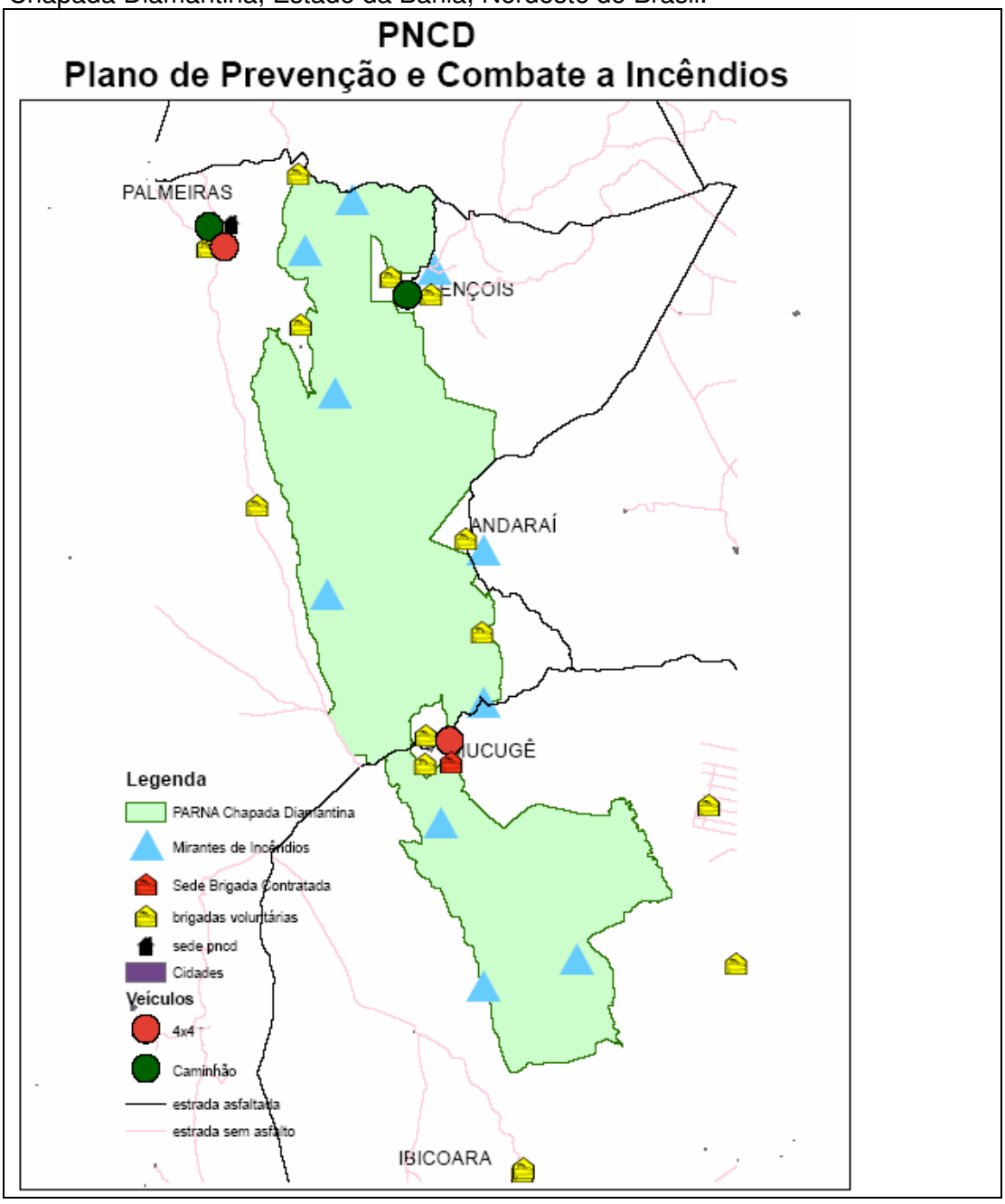
É imprescindível que seja garantido o aporte de recursos destinados à alimentação e ao transporte das brigadas voluntárias nos incêndios.

5.5.3 - Fiscalização

A ação de fiscalização para inibir novos incêndios deve ser considerada no planejamento anual da Prevenção e Combate a Incêndios do PNCD. A equipe de fiscalização deverá dedicar grandes esforços para a apuração e responsabilização de incendiários.

É fundamental a ação de inteligência de uma equipe de investigação prévia aos incêndios, para levantar possíveis incendiários. Também é necessária uma ação de fiscalização posterior aos incêndios para a autuação de responsáveis, se possível. ou para que se tenha a presença institucional na área inibindo ações futuras. No período crítico de incêndios (julho a dezembro), serão necessárias equipes de investigação, de fiscalização e de perícia. O PNCD deverá solicitar apoio do órgão gestor para ser auxiliado com pessoas especializadas nestas ações. Será necessário contar com a presença de dois fiscais preparados em ações de fogo, dois policiais federais e dois peritos. Esta equipe exercerá uma presença em campo o que poderá intimidar os incendiários (Figura 63).

Figura 63: Mapa de Localização das Brigadas, Mirantes e Distribuição de Veículos, Durante a Temporada de Risco de Incêndios no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.



5.6 - Insumos Necessários

Anualmente é necessário adquirir ou repor material de consumo e equipamentos para atuação das brigadas na prevenção e combate a incêndios no PNCD. A avaliação será feita por ocasião da elaboração do planejamento anual e deverá considerar os elementos listados no Quadro 20, abaixo como referência.

Quadro 20: Material de Consumo e Equipamentos do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

Descrição	Unidade	N.º Necessário
Abafadores com cabo	unidade	35
Barraca para acampamento (1 lugar)	unidade	15
Bomba costal flexível 20 l	unidade	25
Caixa de primeiros socorros	unidade	32
Cantil	unidade	35
Cinto NA	unidade	30
Enxada	unidade	10
Facão com bainha	unidade	35
Foice	unidade	6
Machado	unidade	15
Máscara contra fumaça	unidade	100
Oculos de segurança	unidade	100
Panela, prato e talher	kit	16
Rastelo	unidade	10
Gandolas	unidade	130
Calças	unidade	130
Camisetas	unidade	130
Meias	par	130
Luvas de vaqueta	par	130
Bota 40	pares	20
Bota 41	pares	25
Bota 42	pares	30
Bota 43	Pares	30
Bota 44	Pares	25
Kit de equipamentos de proteção individual (gandola, bota, calça, meia, boné e camiseta) para os brigadistas voluntários.	Unidade	150
Sistema eletrônico de monitoramento com câmeras via satélite	Unidade	03

Os veículos necessitarão de revisão antes e depois do período crítico de fogo, e de novas aquisições sempre que novas bases do PNCD sejam instaladas.

Deverão ser previstos ainda recursos para alimentação dos brigadistas voluntários quando atuando no Parque e de diárias para os funcionários em campanhas de sensibilização.

Recursos para a aquisição de combustível é fundamental para o sucesso das ações de prevenção e de combate.

PROJETO ESPECÍFICO: ESCALADA EM ROCHA

5.7 – Identificação do Projeto

Título: Escalada em rocha
Autoria: Luiz Antônio Coslope
Localização: Parque Nacional da Chapada Diamantina
O Projeto Específico de Escalada em Rocha detalha a atividade que poderá ser desenvolvida nas seguintes localidades:

a) **Beco do Guiné** - Localiza-se próximo ao povoado do Guiné, às margens da trilha Guiné - Pati

b) **Paredes do São Pedro** – Abrange uma faixa de 2.400m de largura (1.200m para cada lado do ponto 235770; 8561234) da parede rochosa da serra do Sincorá, nas proximidades dos povoados do São Pedro e Libânio.

c) **Cânion do Paraguaçu** - Localizado no cânion do rio Paraguaçu, à jusante da cachoeira da Sibéria.

d) **Paredes do Capão do Correia** – Abrange uma faixa de cerca de 100m de altura das paredes rochosas da serra do Sincorá, no morro do Gobira, com início no ponto 240506; 8550131; daí segue no sentido sul até próximo à estrada de acesso ao vale do Capão do Correia e circunda este vale prosseguindo até retornar ao ponto próximo à estrada de acesso, de onde segue no sentido sul, no morro do Sobrado, até o ponto 241739; 8548052.

e) **Serra Alta** – Abrange uma faixa de 600m de largura (300m para cada lado do ponto 245280; 8572560) da parede rochosa da serra Alta, nas proximidades do distrito de Igatu, município de Andaraí.

f) **Califórnia** – Abrange uma faixa de 500m de largura (250m para cada lado do ponto 248621; 8575521) na região do Califórnia, nas proximidades do distrito de Igatu, município de Andaraí.

g) **Sossego** – Localizado ao redor da cachoeira do Sossego, no município de Lençóis, e na trilha de acesso à cachoeira.

h) **Paredes do Baixão** – Abrange uma faixa de 3.000m de largura (1.500m para cada lado do ponto 257879; 8530886) das paredes rochosas ao norte da comunidade do Baixão, no município de Ibicoara.

i) **Parede da Serra do Vento** – Abrange uma faixa de 400m de largura (200m para cada lado do ponto 228800; 8616300) da parede rochosa da serra do Vento, também conhecida como morro da Cara Suja. Localizada próximo ao Morro do Selim (Morrão), no Município de Palmeiras.

j) **Serra da Larguinha** - Abrange uma faixa de 400m de largura (200m para cada lado do ponto aproximado 230021; 8605048) das paredes rochosas da serra da Larguinha, nas proximidades da trilha da Cachoeira da Fumaça por Cima e do povoado dos Campos, no Vale do Capão, município de Palmeiras.

k) **Parede do Beco da Sinhá** – Abrange uma faixa de 600m de largura (300m para cada lado do ponto 229264; 8580240) da parede rochosa da serra do Sincorá, nas proximidades do local conhecido como beco da Sinhá.

5.8 – Objetivos do Projeto

- ✓ Propiciar oportunidade aos praticantes da escalada em rocha de superar seus próprios limites, em contato íntimo com a natureza, em áreas destinadas para esta finalidade, no interior do PNCD.

- ✓ Ordenar a atividade de escalada em rocha no PNCD, estabelecendo procedimentos e normas para o seu desenvolvimento.

5.9 – Justificativa do Projeto

A atividade de escalada em rocha consiste em subir paredes rochosas utilizando técnicas e equipamentos específicos para o seu desenvolvimento. A sua prática requer conhecimento específico e altamente especializado.

Como toda atividade exercida em ambientes naturais a escalada em rocha possui inúmeros riscos inerentes à atividade, tais como: acidentes com animais (picadas, doenças transmitidas, etc.); exposição a condições climáticas extremas (frio, calor, chuvas, insolação, relâmpagos, etc); quedas com risco de ferimento e morte; deslocamento de rochas e blocos soltos que podem atingir os escaladores; falhas no equipamento de segurança; falhas humanas; incertezas quanto à possibilidade de uso das proteções fixas; dentre outros. O escalador deve ter consciência deste riscos e assumi-los como conseqüências de sua atividade, buscando, no entanto, minimiza-los adotando procedimentos de segurança e equipamentos em bom estado de conservação. No Brasil o registro de óbito é muito baixo, correspondendo a menos de um por ano.

A escalada em rocha é uma atividade que vem evoluindo por mais de um século, sendo que no Brasil, os primeiros registros de escalada e conquista nas montanhas brasileiras datam da década de 1940.

Na chapada Diamantina o primeiro registro que se tem de vias de escalada datam da década de 1980, no morro do Pai Inácio, Município de Palmeiras. No entanto, seu desenvolvimento tornou-se mais expressivo na década de 1990 e inicio dos anos 2000, sendo o Município de Lençóis o primeiro a concentrar grande número de vias.

O PNCD, por suas características geológicas e geomorfológicas é uma UC propícia à prática de todas as modalidades de escalada em rocha. O grande número de fraturas e fendas propiciam a utilização de proteções móveis e o desenvolvimento da chamada Escalada Limpa, aquela com a utilização mínima ou nenhuma de proteções fixas.

Suas paredes e blocos de arenito, meta-arenito e quartizito oferecem condições variáveis para a escalada. Algumas regiões possuem rochas extremamente sólidas e propícias para a atividade, enquanto outras possuem rochas muito quebradiças ou com grande quantidade de blocos soltos não sendo recomendo para este esporte.

Entretanto, mesmo nas paredes onde a escalada é possível, é necessária grande atenção dos escaladores quanto a blocos soltos, principalmente na conquista de novas vias de escalada.

É necessário, portanto, estabelecer as áreas onde será permitida a escalada no interior do PNCD e as condições em que esta poderá ocorrer, de forma a assegurar a proteção da UC e de seus visitantes.

5.10 – Descrição do Projeto

Neste PM foram levantadas áreas específicas para a prática de escalada, considerando aquelas onde já havia vias de escalada e onde existia potencial para abertura de novas vias. Os locais não levantados aqui podem vir a ser incorporados nas revisões futuras do PM, caso indicados por estudos específicos posteriores que indiquem sua viabilidade e conformidade com o zoneamento do PNCD.

Foram indicadas para a prática de escalada no PNCD 11 setores, abaixo descritos, com suas respectivas vias.

Para a caracterização das vias, este Projeto se utilizou da seguinte convenção:

Caruara 6º VII E3 70m 3 enf.
Conq: Luiz Coslope, Gregório 2002
Equipamento necessário: 1 jogo de *friends*, 1 jogo de *nuts*

Legenda:
Caruara = Nome da via
6º = Grau de dificuldade geral
VII = Maior grau de dificuldade (*crux*)
E3 = Grau de exposição
70m = Extensão da via em metros
3 enf. = Número de enfiadas
Luiz Coslope e Gregório = Nome dos conquistadores
2002 = Ano da conquista
1 jogo de *friends* e 1 jogo de *nuts* = Equipamentos necessários

a) Setor Beco do Guiné
O acesso à parede de escalada do Beco do Guiné é feito por duas trilhas rústicas que sobem da trilha principal em direção ao pé das vias e não apresentam sinais de erosão até o momento. Recomenda-se, no entanto, pequenas intervenções de contenção ara esta área como medidas de prevenção.

Existem, até o momento, 4 vias abertas nesta localidade, das quais uma delas e parte de outra estão em área interditada para escalada. A interdição de parte da parede (Figura 64) justifica-se pela grande concentração de vegetação e pela baixa qualidade da rocha nesta área. As vias seguem o estilo tradicional e possuem proteções fixas apenas nas paradas, conforme sinalizado na Figura 65.

Recomendações Gerais:
- Não será permitido o acesso ao cume, para que não se danifique a vegetação, portanto, a descida das vias é feita por rapel.
- Ao escalar as vias desta parede é necessária atenção à blocos soltos e à qualidade das fendas onde serão instaladas as proteções móveis.
- Há possibilidade para abertura de novas vias no setor.
- O uso de furadeiras não é permitido.

Relação de Vias do Setor

- ✓ **Via 1**
  Charlieficial 5º VI E2 - 70m 3 enf.
  Conquistadores: André Valadão, Luiz Coslope, Carlos “Charlie” Alves 2002
  equipamento necessário: 1 jogo de *friends* , 1 jogo de *nuts*

Obs.: para voltar da P3 para P2 é necessário deixar corda fixa

A Figura 66 esquematiza a via de escalada e poderá ser objeto de folheto para os escaladores que desejarem explorar a parede do Beco do Guiné.

Figura 64: Parede do Beco do Guiné com Traçado das Vias e da Área Interditada no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

Figura 65: Detalhe das Vias. O "x" Representa as Proteções Fixas e o Triângulo Paradas Móveis no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

- ✓ **Via 2**
  Caruara 5 VIIa E3 - 70m
  Conquistadores: Luiz Coslope, Gregório, 2002

Obs.: Para voltar da P3 para P2 é necessário deixar corda fixa

A Figura 67 esquematiza a via de escalada e poderá também fazer parte de folheto para os escaladores que desejarem explorar a parede do Beco do Guiné.

- ✓ **Via 3**
  Bissedão 6º VII b E2 35 m 1 enf
  Conquistadores : Bruno "Cabeção" da Matta, Rafael "Rasta" 2003

O acesso à Bissedão deve ser feito, obrigatoriamente, pela primeira enfiada da via Caruara com uma travessia horizontal pelo platô, ficando a primeira parte da Bissedão interditada. A segunda parte desta inicia-se no platô no meio da parede. Sua parada é em pítons e também possui uma proteção fixa na virada do teto e outra no final.

b) Setor de escalada Paredes do São Pedro

Setor localizado na encosta oeste do PNCD, facilmente visualizado do entroncamento da rodovia BA-142 com a estrada Mucugê - Guiné, próximo aos povoados do São Pedro e Libânio. Seu acesso se dá pelo povoado do Libânio, pela porteira da fazenda que está situada em frente à ponte. A trilha de acesso ao paredão é pouco definida.

Recomendações Gerais:

- É necessário que sejam feitas algumas intervenções na trilha de acesso para minimizar futuras erosões.
- A parede apresenta blocos soltos, o que requer da escalada uma atenção redobrada.
- O retorno das vias se da por rapel.

Figura 66: Representação Gráfica da Via de Escalada 1 da Parede do Beco do Guiné no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

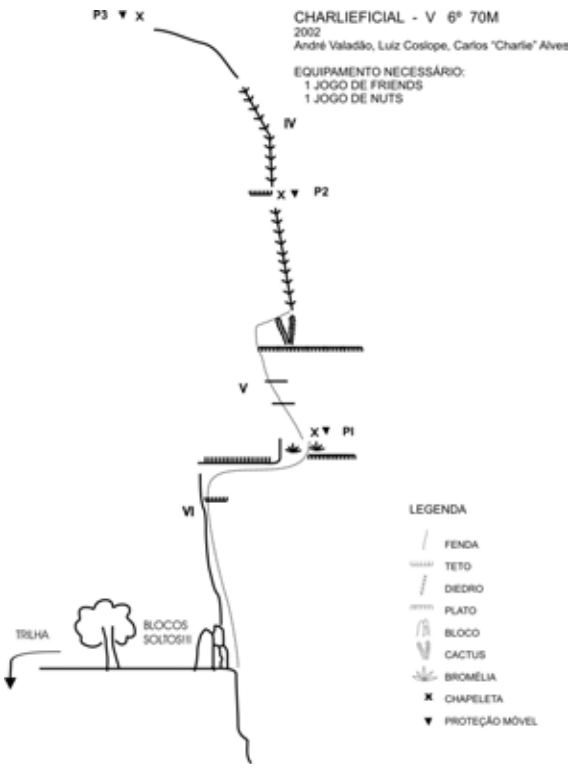
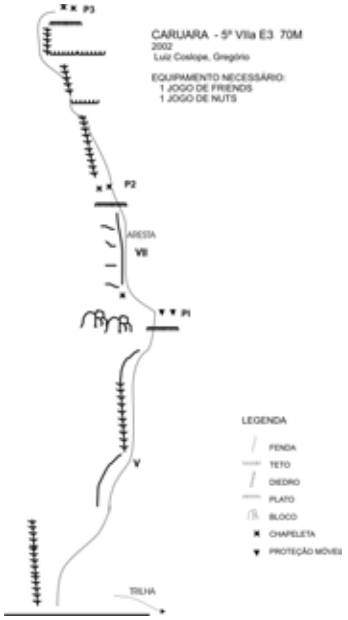


Figura 67: Representação Gráfica da Via de Escalada 2 da Parede do Beco do Guiné no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.



Relação das vias

Existem até o momento 3 vias conquistadas conforme pode ser visto na Figura 68. No entanto, o setor apresenta grande potencial para abertura de novas vias.

- ✓ **Via 1**
  Fogueira das Vaidades 6º VIIa E2 50m 2 enf.
  Conquistadores: Carlos "Charlie" Alves e Luiz Coslope 2006
  Equipamento necessário: 1 jogo de *friends* e 1 jogo de *nuts*

Inicia-se por uma fenda (Figura 69) e segue à direita até o final do teto, de onde sobe verticalmente pela seqüência natural de fendas até a primeira parada. Daí segue pelas fendas verticais e tende levemente para a direita até sua parada final (P2), logo abaixo do início de uma chaminé estreita. A descida é pela própria via, em apenas um rapel com duas cordas de 50 metros.

A via é feita em proteções móveis, as paradas possuem apenas uma chapeleta e devem ser utilizadas também proteções móveis complementares. O início da via pode ser visto na Figura 7.

Figura 68: Vias de Acesso e Escalada das Paredes do São Pedro no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

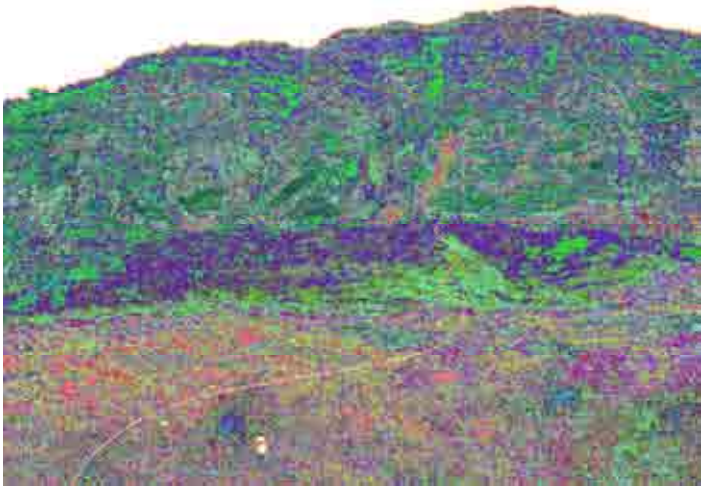


Figura 69: Detalhe das Vias 1 e 2 no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

- ✓ **Via 2**
  Pra Não Ficar a Toa – 5º VI sup E2 – 40 metros – 1 enf
  Conquistador: Daniel Stassi 2006
  Equipamento necessário: 1 jogo de *friends* e 1 jogo de *nuts*

Inicia-se em uma canaleta/chaminé e depois segue pela aresta e face da rocha. Com proteções escassas e delicadas, o crux está a 2 metros da parada que é a mesma P2 da via Fogueira das Vaidades.

- ✓ **Via 3 –**
  Estrela da Manhã – 5º VI E2 – 45 metros – 1 enf
  Conquistador: Luiz Coslope 2006

A via segue pelo diedro, tendendo a direita até alcançar os tetos, onde termina em uma parada com apenas 1 chapeleta. A parada é mista, ou seja, requer proteções móveis complementares. A parede é em geral bem sólida e as proteções são de fácil colocação. A descida é pela própria via, em um rapel com duas cordas de 50 metros. Esta via está ilustrada nas Figuras 70 e 71.

c) Setor de escalada Cânion do Paraguaçu

Este setor de escalada está localizado no cânion do rio Paraguaçu, a jusante da cachoeira da Sibéria. Seu acesso é feito descendo o leito do rio por sua margem esquerda, a partir da cachoeira. As vias de escalada estão distribuídas ao longo do rio, ora em blocos do leito, ora nas paredes do cânion.

Figura 70: Inicio da Via Fogueira das Vaidades no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

Figura 71: Via Estrela da Manhã no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

As rochas do local apresentam qualidade variável, mas em geral são bem sólidas e com boas fendas para proteções e praticamente não possuem vegetação. Esta é uma área propícia à prática das diversas modalidades da escalada em rocha. Há inúmeras possibilidades de *boulders*, vias esportivas em móvel e até mesmo vias esportivas com proteções fixas e de alto grau de dificuldade. Apresenta também grande potencial para abertura de novas vias

Recomendações Gerais

- O uso de furadeiras pode ser tolerado.
- Em épocas de chuva, quando o rio Paraguaçu está cheio ou apresenta riscos de tromba d´água, o local deve ser fechado à visitação.
- Há possibilidades de pernoite nas tocas existentes no leito do rio.
- O uso do tubo higiênico (*shit tube*) é obrigatório.

Relação de vias do Setor

Este setor apresenta 12 vias já conquistadas que poderão ser visualizadas nas Figuras 72 (vias 1, 2 e 3), 73 (vias 4 e 5), 74 (vias 6 e 7), 75 (via 8), 76 (vias 9, 10 e 11) e 77 (via 12). Abaixo a descrição das vias:

- ✓ **Via 1**
  Asa Caída 6º sup 20m
  Conq: Bruno "Cabeça" da Mata
  Equip: *Friends* e *nuts*

- ✓ **Via 2 –**
  Chaminé Mole- Mole 5º 20m
  Conq: Florisvaldo Júnior
  Equip: *friends* e *nuts*
- ✓ **Via 3 –**
  Edson Egípicio 7ºa 20 m
  Conq: Bruno "Cabeça" da Mata
  Equip: *friends*

Figura 72: Vias 1, 2 e 3 do Varandão no Cânion do rio Paraguaçu no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

Figura 73: Via 4 (Liseba) e 5 (Sebosa) no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

- ✓ **Via 4 –**
  Liseba 7ºc 10m
  Conq: Luiz Coslope e Bruno "Cabeça" da Mata
  Equipo: *Friends* e *nuts*

- ✓ **Via 5 –**
  Sebosa 8º a 10 m
  Conq: Florisvaldo Junior
  Equip. *Friends* e *nuts*

- ✓ **Via 6 –**
  Bum-bum de Elefante 4º 12 metros
  Top Rope

- ✓ **Via 7 –**
  Rede de Intrigas 7ºa 15 metros
  Equip: 7 costuras

- ✓ **Via 8-**
  Saci Perereco 7º a 12 m
  Conq: Carlos "Charlie" Alves
  Equip: *friends* e *nuts*

Obs : Localizada à frente da via Rede de Intrigas.

Figura 74: 6) Via Bumbum de Elefante e 7) Rede de Intrigas no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

Figura 75: Via 8) Saci Perereco no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

- ✓ **Via 9 –**
  Tabacudo 5ºsup 10m
  Conq: André Valadão
  Equipo: Camalot nº 1 (opcional)

- ✓ **Via 10 –**
  Hidroapelão 5º sup 10m
  Conq: Luiz Coslope
  Equipo: Camalot nº 1 (opcional)

- ✓ **Via 11 –**
  Xixi de garimpeiro 4º 12 m
  Conq: Luiz Coslope
  Equipo: *Friends* e *nuts*

- ✓ **Via 12 –**
  Beija flor 8ºa 20m
  Conq: Daniel Stassi
  Equip: *Friends* e *nuts*

d) Setor de escalada Paredes do Capão do Correia

Localizadas ao redor da comunidade do Capão do Correia, as inúmeras paredes apresentam qualidade da rocha variável e alguns blocos soltos. No local existem 3 vias até o momento conquistadas, no estilo tradicional e esportivo em móvel. As rochosas oferecem grande potencial para abertura de novas vias como pode ser visto na Figura 78. Há possibilidade de pernoite na comunidade.

Figura 76: Vias 9) Tabacudo, 10) Hidroapelão e 11) Xixi de Garimpeiro no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

Figura 77: Via 12) Beija-flor no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

Figura 78: Paredões Rochosos do Capão do Correia com Potencial para Abertura de Vias de Escalada no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

Relação de vias do Setor

- ✓ **Via1 –**
  Via do Arco 5º VIIa E2 70m^2 enf.
  Conquistadores: Luiz Coslope, Gregório e Felix Oliveira 2003

Localizada no morro do Sobrado, a via é de difícil acesso, devido à trilha fechada, tomada por samambaias. A via inicia-se do lado esquerdo de um grande tótem e atravessa por baixo de um arco de pedra antes de chegar na primeira parada. As paradas possuem proteções fixas e o retorno é por rapel na mesma via. A via está inacabada até o momento. Esta via requer atenção aos blocos soltos e à qualidade das fendas. O esquema da via pode ser observado na Figura 79.

Figura 79: Via do Arco Localizada no Capão do Correia no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

- ✓ **Via 2**
  Juelinho 5º E2 15 m
  Conquistador: André Valadão

Localizada próximo às primeiras casas da comunidade do Capão do Correia, é considerada uma via fácil, em proteções móveis e rocha sólida e não possui proteções fixas. É possível ser feito o *top rope* em móvel e laçando bicos de pedra. A descida é feita por trás da pedra. A Figura 17 ilustra esta via.

- ✓ **Via 3**
  Golpe Ninja 5º VI 20m
  Conquistador: Daniel Stassi

Localizada próximo às primeiras casas da comunidade, a via é feita em proteções móveis, segue pela seqüência de fendas, contorna o teto pela direita e segue para cima. Não possui proteções fixas e a descida é feita por trilha. A representação da via pode ser observada na Figura 80.

e) Setor Serra Alta

Localizado próximo ao povoado de Igatu, o acesso se faz pelo próprio povoado, por trilha de aproximadamente 1 hora. No local já existem vias conquistadas, todas no estilo esportivo em proteções fixas. Há possibilidades para abertura de novas vias, e deve-se priorizar a utilização de proteções móveis. A rocha apresenta qualidade variável, mas em geral é sólida.

Recomendação Geral

- ➢ O uso de furadeira para abertura de novas vias esta vetado.

Figura 80: Vias de Escalada 2 (Juelinho) e 3 (Golpe Ninja) Próximas da Estrada, no Capão do Correia no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

f) Setor Califórnia

O setor Califórnia está localizado no cânion do rio Coisa Boa, na região denominada Califórnia, próximo ao povoado de Igatu. O acesso ocorre a partir da trilha Andaraí – Igatu e as vias estão a 15 minutos de caminhada a partir da trilha principal. As 5 vias do setor já conquistadas são de escalada esportiva, em proteções fixas, em geral, apresentam rocha bem sólidas. Existe potencial para abertura de novas via em proteções fixas e móveis. A Figura 81 ilustra as vias 1 (Vai Que Dá), 2 (Fuga pela Aresta) e 3 (Aqui Tem) e a Figura 82 esquematiza as vias 4 (Crotalus) e 5 (Bothrops).

Recomendação Geral

- O acesso às vias deve ser guiado por pessoas que conheçam o local, devido à dificuldade de identificação do caminho.
- O uso de furadeira para abertura de novas vias é tolerado no local.

Relação das vias

- ✓ **Via** 1
  Vai que dá 5ºsup 12m
  Conq: José Luis Hartman
  Equip: 6 costuras

- ✓ **Via** 2
  Fuga Pela Aresta 6º 12m
  Conq: José Luis Hartman
  Equip: 6 costuras
  Obs.: É possível vencer o teto protegendo em móvel. Desta maneira deve-se descer por trilha, do contrário, deve-se parar na última chapeleta da via.

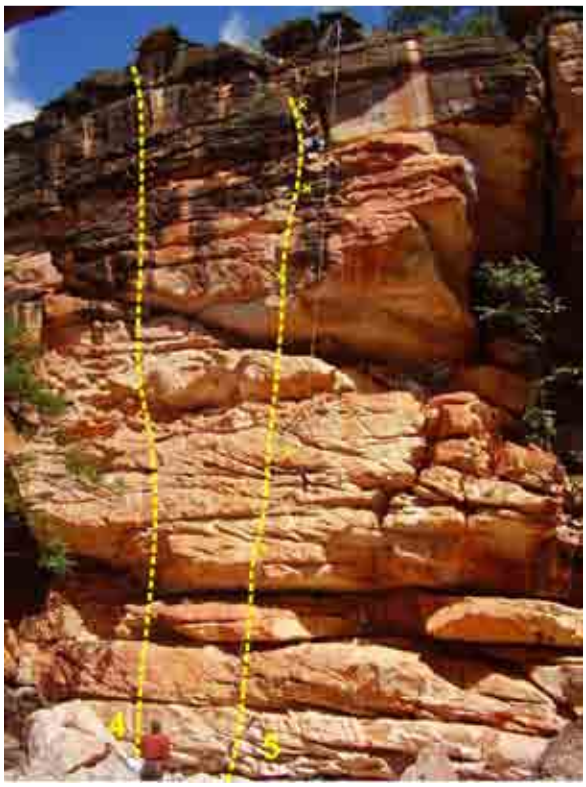
- ✓ **Via** 3 –
  Aqui tem 7 10m
  Conq: Bonga

- ✓ **Via** 4
  Crotalus 7? 20 m
  Conq: José Luis Hartman
  Top Rope

- ✓ **Via 5 –**
  Bothrops 8ª 20m
  Conq: José Luis Hartman
  Equip 6 costuras

Figura 81: Via 1 (Vai que dá), Via 2 (Fuga Pela Aresta) e Via 3 (Aqui tem) do Setor Califórnia no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.

Figura 82: Via 4 (Crotalus) e Via 5 (Bothrops) do Setor Califórnia no Parque Nacional da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, Nordeste do Brasil.



g) Setor de escalada Sossego
A trilha da cachoeira do Sossego é repleta de blocos e paredes com potencial para a escalada. No local existem 3 vias conquistadas até o momento, sendo 2 delas no córrego da Onça, próximo aos limites da UC. A área de escalada possibilita a abertura de novas vias e *boulders*.

Recomendação Geral
- ➢ Em épocas de chuva, quando o risco de trombas d´água é grande, o local deve ser fechado à visitação.

h) Setor Paredes do Baixão
Localizadas ao redor do povoado do Baixão, ainda não existem vias conquistadas no local, mas o potencial para aberturas de vias de escalada é grande, com vocação para vias tradicionais em suas paredes. A parede apresenta qualidade variável e blocos soltos, como as outras áreas de escalada do PNCD.

Recomendação Geral
- ➢ O uso de furadeira para abertura de novas vias esta vetado.

i) Setor Parede da Serra do Vento (Morro da Cara Suja)
Localizado ao norte do PNCD, próximo ao povoado Bom Jardim, Município de Palmeiras, o acesso pode ser feito pelo Capão ou pelo povoado de Conceição dos Gatos. A parede apresenta possibilidades para abertura de vias, porém com baixo potencial. Local para vias tradicionais. A

rocha varia de qualidade e é necessária muita atenção em novas conquistas, sobretudo pela presença de abelhas e vespas na parede.

Recomendação Geral

- O uso de furadeira para abertura de novas vias está vetado nesta parede.
- A rocha é muito variável o que exige muita atenção em novas conquistas.
- Local com possibilidades de ocorrer abelhas e vespas, requerendo atenção do escalador.

j) Setor Serra da Larguinha

Este Setor está localizado no norte do PNCD, nas proximidades da trilha da Cachoeira da Fumaça por Cima. O acesso é feito por uma pequena derivação de cerca de 200m desta trilha até a parede rochosa da serra da Larguinha. Não existem vias abertas no Setor, mas há médio potencial para vias de escalada esportiva, com paredes curtas, de até 60m de altura, para as quais seria necessário o uso de proteções fixas, devido à inexistência de boas fendas para proteção móvel. Existem algumas pedras soltas, exigindo atenção dos escaladores e, principalmente, dos conquistadores.

Recomendação Geral

- O uso de furadeiras elétricas pode ser tolerado no Setor.

k) Setor Beco da Sinhá

Este Setor está localizado a oeste do PNCD, nos limites da UC, próximo ao monte Azul. O acesso é feito por trilha antiga que sobe a serra neste ponto. A parede apresenta possibilidade para abertura de novas vias, com potencial médio e rocha de qualidade variável. Local para vias tradicionais.

Recomendação Geral

- O uso de furadeira para abertura de novas vias esta vetado nesta parede.

5.11 – Recomendações Técnicas e Normas

Os escaladores que pretendem exercer atividade de escalada em rocha no PNCD devem seguir algumas regras explicitadas abaixo:

Procedimentos Administrativos

- Os escaladores devem agendar a atividade de escalada nas Sedes Administrativas, nos Centros de Visitantes (CV) ou nos Postos de Informação e Controle (PIC) do PNCD e retirar seu ingresso por ocasião de sua entrada no Parque.
- Ao obter o ingresso, o escalador deverá assinar um termo de controle, onde conste o nome de cada integrante do grupo, com CPF, RG, data da entrada, local onde será feita a atividade, telefones de contato, permanência prevista na área e data da saída e o local.
- Para a prática da atividade de escalada na rocha será obrigatória a assinatura do termo de reconhecimento e assunção de risco, no qual estará explicitado os riscos aos quais os escaladores estão expostos.
- Será obrigatória a assinatura, também, de declaração do escalador de se encontrar em condições técnicas e físicas para exercer a atividade prevista.
- A atividade de escalada poderá ser guiada ou autoguiada de acordo com as condições estabelecidas anteriormente neste Projeto.
- Os grupos de escalada devem conter no máximo 6 escaladores.
- Não devem ser abertas novas trilhas de acesso às vias de escalada.
- Todo o resíduo sólido gerado pelos escaladores deve ser retirado do interior do PNCD.
- Nas vias onde seja necessário o pernoite na parede, é obrigatório o uso de tubos higiênicos (*Shit tubes*) para o armazenamento dos dejetos humanos.
- Para a atividade devem ser usados equipamentos apropriados e em boas condições de uso.
- O PNCD manterá um banco de dados com informações sobre as vias e disponibilizará para consulta pelos escaladores.

Conquista de novas vias de escalada

A exploração de novas vias de escalada é crucial aos valores da escalada, e está geralmente associada a um alto grau de aventura e exploração. Escalar vias previamente desconhecidas pode levar aos limites da habilidade do escalador. Em áreas remotas, o isolamento e a intimidade com a natureza são altamente valorizados como parte da vivência de escalar novas vias.

A conquista de novas vias de escalada corresponde, geralmente, a uma pequena parte da atividade de escalada e deve ser permitida, desde que não afetem os objetivos da UC.

Para tanto a abertura de novas vias devem seguir algumas regras:

- O escalador que desejar conquistar novas vias devera pedir autorização ao PNCD, informando:
  - Localização aproximada da via pretendida (montanha, face da montanha, setor de escalada, etc)
  - Detalhes da localização (vias próximas, pontos de referencia na parede como chaminés, diedros , etc.)
  - Descrição do acesso à base da via e rota de descida
  - Lista com todos os participantes da conquista e seus dados pessoais (CPF e contatos, por exemplo).
  - Data prevista da conquista.
  - Termo de compromisso, assinado pelo escalador, comprometendo-se a repassar ao PNCD as informações sobre a via escalada.

- Após a conquista, os responsáveis devem deixar para o PNCD um croqui completo da via, no qual conste:
  - O acesso e o traçado da nova via, com sua extensão aproximada;
  - o grau de dificuldade da escalada;
  - os equipamentos necessários para a escalada;
  - localização das proteções fixa;
  - tempo aproximado para a repetição da via;
  - nome dos conquistadores;
  - se possível fotos da parede com o traçado da via.
- A abertura de novas vias não deve afetar a vegetação das paredes, devendo, portanto, ser escolhidas paredes com o mínimo de vegetação.
- Não serão permitidas aberturas de novas vias em locais onde sejam detectadas áreas de nidificação de aves, ou de reprodução de qualquer outro animal.
- Na abertura de novas vias devem ser priorizadas as proteções móveis ou naturais, minimizando o uso de proteções fixas (que são deixadas permanentemente na rocha) e respeitando as possibilidades de proteção proporcionadas pela rocha como fendas e bicos de pedra. As proteções fixas devem estar restritas às essenciais para garantir a segurança do escalador.
- A utilização de furadeiras para a instalação de proteções fixas fica vetada na maioria dos setores de escalada, exceto nos setores Cânion do Paraguaçu, Califórnia e Sossego, onde existe a possibilidade de aberturas de vias de escalada esportiva. Porém a instalação de proteções fixas só deverá ocorrer caso não haja outra possibilidade.
- Para as proteções fixas, devem ser utilizados *parabolts* de 3/8, preferencialmente de metal inoxidável e chapeletas apropriadas à atividade de escalada em rocha.
- Os pontos de parada das vias, quando utilizados para a descida, devem conter pelo menos dois pontos de ancoragem e, de preferência, estar equipados para o rapel.

Recomendações gerais

- A inspeção, manutenção e substituição de proteções fixas ficam a cargo dos escaladores que utilizam as vias do Parque, ou de associações de escaladores, quando percebam a necessidade de substituição das proteções.

- A nova instalação de proteções fixas das vias de escalada antigas (regrampeação), deve ser autorizada pelo PNCD e deve respeitar as características originais da via em termos das proteções fixas, ou seja, não deve excluir ou adicionar pontos de ancoragem. No caso onde isso seja necessário é preciso o consentimento do conquistador da via e da comunidade escaladora local.
- Fica proibida a retirada de vegetação das paredes de escalada.
- As paredes onde ocorram nidificação de aves, ou locais de reprodução de qualquer outro animal, devem ser interditadas à escalada.
- Não devem ser abertas novas trilhas para acesso as vias.

5.12 - Glossário

Ancoragem - Qualquer um dos dispositivos usados para prender o sistema de segurança, o escalador ou a corda de rapel à rocha

Ancoragem natural - Ancoragem montada apenas com uma fita, atada a uma árvore ou a um bico de pedra, por exemplo.

Big wall - Modalidade de escalada praticada em grandes paredões verticais, com uso intenso de progressão em artificial e pernoite na parede.

Boulder - Bloco de pedra com alguns poucos metros de altura. Modalidade de escalada praticada sem corda e sempre perto do chão.

Chapeleta - Peça metálica que vai presa ao grampo de expansão. Possui um orifício para engate de um mosquetão.

Conquista - Estabelecimento de uma nova via de baixo para cima, em partes da parede nunca antes escaladas.

Costura - Conjunto de uma fita e dois mosquetões empregado para ligar a corda ao ponto de ancoragem (proteção)

Cordada - Sessão de uma via entre duas paradas.

Croquis - Diagrama que representa a via. Deve indicar o caminho a seguir na parede, o tipo de proteção a ser usado, o grau de dificuldade de cada trecho, os pontos de parada, eventuais patamares para bivaque e as possíveis vias de descida.

Crux - O lance mais difícil da via.

Enfiada de corda - Em vias mais longas do que o comprimento da corda, o guia escala até um determinado ponto e, então monta uma parada e passa a dar segurança para o participante, até que ele também chegue nesse ponto. Esse processo é repetido quantas vezes for necessário, até o final da via. Cada um dos trechos entre duas paradas é uma enfiada de corda

Escalada artificial - Técnica em que o escalador se apóia no equipamento para progredir

Escalada Esportiva - Modalidade atlética em rocha . É praticada em vias curtas (geralmente de apenas uma cordada), de dificuldade técnica variada e sempre bem protegidas, com chapeletas ou pinos “P” já fixados na rocha.

Escalada limpa - Escalada com o uso prioritáriamente de proteção móvel.

Escalada livre - Técnica em que o escalador se apóia apenas nas saliências naturais da rocha para progredir. Veja também escalada artificial.

Escalada Tradicional ou Clássica - Na escalada livre tradicional, o objetivo é escalar a via no melhor estilo possível. A proteção móvel é empregada sempre que possível (ou seja, sempre que existirem fendas adequadas) e pode haver trechos sem proteção nenhuma na via.

Friend - Modelo de SLCD fabricado pela Wild Country. Sistema de abas rotativas que se expandem e se encaixam em fendas, utilizado para proteger as quedas do escalador.

Nut - Entalador em forma de cunha.

Parabolts - É formado por um pino e bucha metálica que se expande durante a instalação, prendendo-se fortemente à rocha. Existe em vários tamanhos, adequados a diferentes tipos de rocha. Os melhores são de aço inoxidável

Ponto de parada: ao final de cada enfiada de corda monta-se um ponto de parada, constituí-se de ancoragens possantes onde o guia para e dá segurança ao(s) companheiro(s) para que se juntem a ele. .

Proteção - Em geral, esse termo se refere aos pontos de costura a ser utilizados na montagem do sistema de segurança.

Proteção fixa - Aquela que é instalada pelo conquistador (na escalada tradicional) ou pela pessoa que equipou a via (na escalada esportiva) e não mais retirada. Em geral, é feita com grampos.

Proteção móvel - Aquela que é colocada por um dos escaladores e retirada pelo outro. Em geral, é feita com entaladores.

Diedro - Parte côncava da rocha ou parede de escalada.

SLCD - Spring Loaded Camming Device, tipo de entalador que se prende à rocha por um sistema de abas rotativas tracionadas por molas. Há uma enorme variedade de modelos com nomes como Friend (o primeiro e o mais conhecido), Camalot, TCU, FCU, Alien, QuadCam etc. É comum chamar todos os SLCDs de *Friends*.

Top rope - Sistema de segurança em que a corda que protege o escalado vem de cima, de modo que não há possibilidade de quedas com choque.

Via - O caminho por onde se escala.

BIBLIOGRAFIA

Accioly, A. M. R. (Org.) 2000. *Brasil 500 Pássaros*. Eletronorte S.A. Brasília, 251p.

Aguiar, C. M. L., Gimenes, M. & Rebouças, P. L. de O. 2005. Abelhas (Hymenoptera, Apoidea). *In*: Juncá, F.A., Funch, L. & Rocha, W. (Org.). 2005. *Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina*. Série Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, p:259-281.

Araújo, A.; Rocha, R.; Alger, K. & Mesquita, C. A. B. 1998. *A Mata Atlântica do Sul da Bahia: Situação Atual, Ações e Perspectivas*. Série Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, n. 8. CNRBMA e SEMA/SP. São Paulo, 35p.

Azevedo, Paulo O. de. 1980. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural. Monumentos e Sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina*. Secretaria da Indústria e Comércio do Estado da Bahia / Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC). Salvador.

Bandeira, Renato Luiz. 2004. *O Enigma de Uma Cidade Perdida no Sertão da Bahia. Mito ou Realidade?* Angel Editora, Salvador.

Barberi, Maira. Arqueologia. 1995. In: *CPRM. Projeto Mapas Municipais. Morro do Chapéu (BA). Informações Básicas para Planejamento e Administração do Meio Físico*. Ministério de Minas e Energia, Campanhia de Recursos Minerais, Prefeitura de Morro do Chapéu. Salvador, p:183-193.

Berg, Cássio van den & Azevedo, Cecília O. 2005. Orquídeas. *In*: Juncá, Flora A., Funch, Lígia, Rocha & Washington (Org.). 2005. *Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina*, Série Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, p:195-208.

Berg, Cássio van den & Gonçalves, Cezar N. 2004. *Adamantinia*: a new showy genus from eastern Brazil. *Orchid Digest*, vol. 68, n. 4, pp. 230-232.

Berg, Cássio van den; Smidt, E. C. & Marçal, S. 2005. *Leptotes vellozicola*: a new species of Orchidaceae from Bahia, Brazil. *Journal of Neotropical Biodiversity*, n. 1, pp. 1-5.

Bo, J. B. L. 2003. *Proteção do Patrimônio na UNESCO: Ações e Significado*. UNESCO. Brasília, 186p.

Bomfim, Luiz Fernando Costa & Cavedon, Ari Délcio (Coord.). 1994. *Projeto Chapada Diamantina: Parque Nacional da Chapada Diamantina – BA: Informações Básicas para a Gestão Territorial: Diagnóstico do Meio Físico e da Vegetação*. CPRM/IBAMA. Salvador, 104p.

Borges, Paulo André Lima. 2007. *Estudos Temáticos para Subsidiar a Elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada Diamantina – BA. Área Temática: Mastofauna de Médio e Grande Portes*. IBAMA/TSN/MRS. Brasília, 55p.

Bravo, Freddy, Vieira, Rodrigo & Castro, Ivan. 2005. Dípteros Asilídeos (Asilidae). *In*: Juncá, Flora A., Funch, Lígia & Rocha, Washington (Org.). 2005. *Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina*, Série Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, p:299-309.

Calderón, Valentin. 1983. *Estudos de Arqueologia e Etnologia*. Centro Editorial e Didático da UFBA. Salvador, 52p.

Câmara, Ibsen de G. 1996. *Plano de Ação para a Mata Atlântica: Roteiro para Conservação de Sua Biodiversidade*. Série Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, n. 6. CNRBMA e SEMA/SP. São Paulo, 34p.

Carvalhaes, A. M. P. 2001. *Dinâmica da Comunidade de Aves do Parque Nacional da Chapada*

Diamantina. Universidade Estadual Paulista. Botucatu. Tese de Doutorado.

Carvalhaes, A. M. P. & Machado, Caio Graco. No prelo. As Aves da Chapada Diamantina. In: Funch, Lígia (Org.). *História Natural do Parque Nacional da Chapada Diamantina*. São Paulo.

Castro, Vanessa Maria de; Pereira, Polyana Faria & Adamo, Luciana Arutim. 2007a. *Estudos Técnicos para Subsidiar a Elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada Diamantina (BA). Área Temática: Aspectos Culturais e Históricos*. IBAMA/TSN/MRS. Brasília, 112p.

Castro, Vanessa Maria de; Pereira, Polyana Faria & Adamo, Luciana Arutim. 2007b. *Estudos Técnicos para Subsidiar a Elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada Diamantina (BA). Área Temática: Socioeconomia*. IBAMA/TSN/MRS. Brasília,129p.

Cavalcanti, Roberto B. *et alii*. 1999. *Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal*. FUNATURA/Conservation International/Fundação Biodiversitas/Universidade de Brasília. Brasília, 26p

Cencig, M. O. 2004. *Construção do Sistema de Gestão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica*. Série Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, n. 24. CNRBMA. São Paulo, 88p.

Conceição, Abel A. 2003. *Ecologia da Vegetação em Afloramentos Rochosos na Chapada Diamantina Bahia – Brasil*. Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, Departamento de Botânica. São Paulo, 262p. Tese de Doutorado.

Conceição, Abel A.; Rapini, Alessandro; Pirani, José R.; Giulietti, Ana M.; Harley, Raymond; Silva, Tânia R. S.; Santos, Andréa K. A.; Correia, Cosme; Andrade, Ivanilza M.; Costa, Jorge A. S.; Souza, Luisa R. S.; Andrade, Maria José G.; Funch, Roy R.; Freitas, Tamara A.; Freitas, Ângela M. M. & Oliveira, Alexa A. 2005. Campos Rupestres. In: Juncá, Flora A., Funch, Lígia & Rocha, Washington (Org.). 2005. *Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina*. Série Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, p:153-180.

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga. 2004. *Cenários para o Bioma Caatinga*. SECTMA. Recife, 283p.

Costa-Neto, J. de B. (Org.). 1997. *A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de São Paulo*. Série Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, n. 5. CNRBMA. São Paulo, 46p.

Costa, J. P. de O. 1997. *Avaliação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica Cinco Anos Depois de Seu Reconhecimento pelo Programa MaB-UNESCO*. Série Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, n. 6. CNRBMA. São Paulo, 48p.

CPRM. 2003. *Projeto Chapada Diamantina. Parque Nacional da Chapada Diamantina – BA. Informações Básicas para a Gestão Territorial*. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)/Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Salvador, CD-ROM.

CRA. 2003. *Chapada, Recôncavo e Sertão. Áreas de Proteção Ambiental*. Volume 4. Centro de Recursos Ambientais (CRA). Salvador, 160p.

Cristobál, C. L. 1981. Rayleya, Nueva Sterculiaceae de Bahia – Brasil. *Bonplandia*, vol. 5, n. 5, pp. 43-50.

Drumond, Marcos A.; Kiill, Lúcia H. P.; Lima, Paulo C. F.; Oliveira, Martiniano C. de; Oliveira, Visêldo R. de; Albuquerque, Severino G. de; Nascimento, Clóvis E. de S. & Cavalcanti, Josias. 2004. Estratégias para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Caatinga. In: Silva, José Maria C. da; Tabarelli, Marcelo; Fonseca, Mônica T. da & Lins, Lívia V. (Org.). 2004. *Biodiversidade da*

Caatinga: Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação. Ministério do Meio Ambiente/Universidade Federal de Pernambuco. Brasília, p:329-340.

Felfili, J. M. & Silva-Júnior, M. C. (Org.). 2001. *Biogeografia do Bioma Cerrado. Estudo Fitofisionômico da Chapada do Espigão Mestre do São Francisco*. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 152p.

Funch, Roy. 1982. *Chapada Diamantina. Uma Reserva Natural*. Salvador, 47p.

Funch, Roy. 2002. *Um Guia para a Chapada Diamantina*. 3ª. Edição. Cruz das Almas, Bahia, 194p.

Funch, Roy R. 2006. *Avaliação dos limites do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Bahia, Brasil, através de análise da vegetação*. Programa de Pós-Graduação em Botânica, Universidade de Feira de Santana. Feira de Santana, 270p. Tese de Doutorado.

Funch, Lígia S.; Funch, Roy R.; Harley, R.; Giulietti, Ana M.; Queiroz, Luciano P. de; França, Flávio; Melo, Efigênia de; Gonçalves, Cezar N. & Santos, Tânia dos. 2005. Florestas Estacionais Semideciduais. In: Junca, Flora A.; Funch, Lígia S. & Rocha, Washington. (Org.). 2005. *Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina*. Série Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, p:181-193.

Galante, Maria Luíza Vicente *et alii*. 2002. *Roteiro Metodológico de Planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica*. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)/Diretoria de Ecossistemas (DIREC). Brasília, 135p.

Garcia, Q. S. & Diniz, I. S. S. 2003. Comportamento Germinativo de Três Espécies de *Vellozia* da Serra do Cipó – MG. *Revista Brasileira de Botânica*, vol. 17, n. 4, p:487-494.

Giulietti, Ana M.; Bocage-Neta, Ana Luíza Du; Paula, Antônio R. L. de; Barbosa, Dilosa C.; Nogueira, Eliana; Sampaio, Everado V. S. B.; Silva, Grécia C. da; Machado, Isabel C.; Virgínio, Jair F.; Maia, Leonor C.; Griz, Luciana M. S.; Queiroz, Luciano P. de; Lima, José Luciano S.; Silva, Marcelo A.; Figueiredo, Maria Angélica; Rodal, Maria de Jesus N.; Barradas, Maria Mércia; Barbosa, Maria Regina de V.; Harley, Raymond M. & Chaves, Sérgio de M. 2004. Vegetação: Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação da Caatinga. In: Silva, J. M. C. da; Tabarelli, M.; Fonseca, M. T. da & Lins, L. V. (Org.). *Biodiversidade da Caatinga: Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação*. Ministério do Meio Ambiente/Universidade Federal de Pernambuco. Brasília, p:113-131.

Giulietti, Ana M. & Pirani, J. R. 1988. Patterns of Geographic Distribuition of Some Plant Species from the Espinhaço Range, Minas Gerais and Bahia, Brazil. *In:* Vanzolini, P. E. & Heyer, W. R. (Eds.). *Proceedings of a Workshop on Neotropical Distribution Patterns*. Academia Brasileira de Ciências. Rio de Janeiro, p:39-69.

Giulietti, Ana M.; Pirani, J. R. & Harley, R. M. 1997. Espinhaço Range Region, Eastern Brazil. In: Davis, S. D.; Heywood, V. H.; Herrera-Macbryde, O.; Villa-Lobos, J. & Hamilton, A. C. (Ed.). *Centres of Plant Diversity. A Guide and Strategy for their Conservation. Vol. 3. The Américas*. IUCN Publication Unity. Cambridge, p:397-404.

Grillo, Alexandre. 2000. *Aspectos Pedológicos, Ecológicos e Florísticos de Uma Área de Cerrado no Município de Palmeiras, Chapada Diamantina, Bahia*. Universidade de São Paulo. São Paulo, Dissertação de Mestrado.

Gusmão, L. F. P.; Góes-Neto, A., Cruz, A. C. R. da. 2005. Fungos. *In*: Juncá, Flora A.; Funch, Lígia & Rocha, Washington (Org.). 2005. *Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina*. Série Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, p:225-240.

Hamada, Neusa. 2005. *Espécies de Simuliidae (Insecta, Díptera) e Insetos Aquáticos Associados do Parque Nacional da Chapada Diamantina*. INPA. Manaus, 15p. Relatório de Pesquisa para o IBAMA.

Hamada, Neusa; Hernandez, Luis M.; Luz, Sergio Luiz Bessa & Pepinelli, Mateus. 2006. *Simulium* (*Chisrostilbia*) *jefersoni*, a New Species of Black Fly (Díptera: Simuliidae) from the State of Bahia, Brazil. *Zootaxa* 1123: 21-37.

Harley, R. 1995. Introdução. *In:* Stannard, B. L. (Ed.). *Flora of the Pico das Almas, Chapada Diamantina, Bahia, Brazil.* Royal Botanic Gardens Kew. Londres, p:43-78.

Harley, Raymond; Giulietti, Ana M.; Grilo, Alexandre S.; Silva, Tânia R. S.; Funch, Lígia S.; Funch, Roy R.; Queiroz, Luciano P. de; França, Flávio; Melo, Efigência; Gonçalves, Cezar N. & Nascimento, Francisco H. F. do. 2005. Cerrado. In: Junca, Flora A.; Funch, Lígia S. & Rocha, Washington. (Org.). 2005. *Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina*. Série Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, p:121-152.

Harley, Raymond & Simmons, N. A. 1986. *Florula of Mucugê, Chapada Diamantina – Bahia, Brazil*. Kew, Royal Botanic Gardens. 228p.

IBAMA. 2006. *Relatório Resumido das RPPN por Estado*. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/rppn/download.php>. Data de acesso: 15/junho/2006.

IBAMA. 2007. *Estatísticas Relativas às UC Federais*. Disponível em: http://www.ibama.gov.br>. Data de acesso: 14/junho/2007.

IBAMA/FAEPE. 1998. *Levantamento Fundiário do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Relatório Final*. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)/Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FAEPE) – Universidade Federal de Lavras (UFLA). Lavras, (96p).

IBGE. 2000. *Censo Demográfico*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

IBGE. 2002. *Assistência Médica Sanitária*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

IBGE. 2003. *Cadastro Central de Empresas*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

IBGE. 2004. *Produção Agrícola Municipal*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

IBGE. 2004. *Produção Pecuária Municipal*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

INEP. 2004. *Censo Educacional*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

Juncá, Flora A. 2005. Anfíbios e Répteis. In: Junca, Flora A.; Funch, Lígia S. & Rocha, Washington. (Org.). 2005. *Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina*. Série Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, p: 337-356.

Juncá, Flora A., Funch, Lígia & Rocha, Washington (Org.). 2005. *Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina*. Série Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 435p.

Leitão-Filho, H. F. *Ecologia da Mata Atlântica em Cubatão (SP)*. 1993. Editora da Universidade Estadual Paulista e Editora da Universidade de Campinas. São Paulo, Campinas, 184p.

Lino, C. F., Dias, H., Albuquerque, J. L. & Cencig, M. O. (Org.). 2003. *Planejamento Estratégico da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – 2003*. Série Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, n. 25. CNRBMA. São Paulo, 54p.

Little, P. E. 2002. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por Uma Antropologia da Territorialidade*. Anuário Antropológico 322:2-31.

Lopes, Priscila P., Louzada, Júlio N. C. 2005. Besouros (Scarabeidae e Histeridae). *In*: Juncá, Flora A., Funch, Lígia & Rocha, Washington. (Org.). 2005. *Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina*. Série Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, p:283-298.

Luetzelburg, P. 1922. *Estudo Botânico do Nordeste*. Vol. 1. Inspetoria de Obras Contra a Seca. Rio de Janeiro, 108p.

Macedo, L. M. de F. C.; Rossi, W. C. & Gomes, A. C. O. B. 2003. *Relatório Técnico de Avaliação da Qualidade da Água: Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu*. Centro de Recursos Ambientais (CRA)/Ministério do Meio Ambiente, PNMA II.

Machado, Caio Graco. 2005. Aves. In: Junca, Flora A.; Funch, Lígia S. & Rocha, Washington. (Org.). 2005. *Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina*. Série Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, p: 357-375.

Mattei, V. G. (Coord.). 2006. *Plano de Manejo da Floresta Nacional de Contendas do Sincorá*. Volume 1: Informações Gerais sobre a Floresta Nacional. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)/Diretoria de Florestas (DIREF). Brasília, 90 p.

Meguro, M. ; Pirani, J. R. ; Mello-Silva, R. & Giulietti, Ana M. 1996. Estabelecimento de Matas Ripárias e Capões nos Ecossistemas Campestres da Cadeia do Espinhaço, Minas Gerais. *Boletim de Botânica da Universidade de São Paulo*, v. 15, p:1-11.

Melo, André C., Santos, Gilberto M. de M., Cruz, Jucelho D. da, Marques, Oton M. 2005. Vespas Sociais (Vespidae). In: Juncá, F.A., Funch, L., Rocha, W. (Org.). 2005. *Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina*. Série Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, p:243-257.

MMA. 1992. *Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento*.

MMA. 2004. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei №. 9.985, de 18 de julho de 2000, e Decreto Federal № 4.340, de 22 de agosto de 2002*. 5ª. Edição. Ministério do Meio Ambiente (MMA)/Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF). Brasília, 56p.

MINTER/SUDENE. 1976. *Região Nordeste do Brasil. 1:100.000. Folhas: Seabra (SD.24-V-A-I), Mucugê (SD.24-V-C-II), Utinga (SD.24-V-A-II), Palmeiras (SD.24-V-A-IV) e Lençóis (SD.24-V-A-V)*. Primeira Edição, Primeira Impressão. Ministério do Interior (MINTER)/Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Convênio SUDENE/Governo do Estado da Bahia – Secretaria do Saneamento e Desenvolvimento Urbano. Projeto Bacia do Paraguaçu.

Moraes, Walfrido. Jagunços e Heróis. 1984. *A Civilização do Diamante nas Lavras da Bahia*. 3ª. Edição (revisada e ampliada). Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações. Brasília, 217p.

Nolasco, Marjorie Csëko. 2002. *Registros Geológicos Gerados pelo Garimpo, Lavras Diamantinas – Bahia*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Porto Alegre, 363p. Tese de Doutorado.

Nolasco, Marjorie Csëko. 2003. *História Ambiental da Chapada Diamantina – Lavras Diamantinas,*

Bahia, Brasil - 1842-2001. Trabalho Apresentado no 51º. Congresso Internacional de Americanistas. Universidade do Chile, Santiago.

Nolasco, Marjorie Csëko & Macedo, Anísio. 2005. *Registros Geológicos Garimpeiros a Diamantes – Chaves de Identificação de Cicatrizes Erosivas e Depósitos Tecnogênicos*. Trabalho Apresentado no X Congresso da ABEQUA. Guarapari.

Nonato, Fabiana R. 2005. Pteridófitas. In: Juncá, Flora A., Funch, Lígia & Rocha, Wahington. (Org.). 2005. *Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina*, Série Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, p:209-223.

Oliveira, João A. de; Coimbra-Filho, Adelmar F.; Souto, Antônio; Bonvicino, Cibele R.; Scheibler, Daniel R.; Wolf, Frank & Rocha, Pedro L. B. 2004. Mamíferos: Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação da Caatinga. In: Silva, José Maria C. da; Tabarelli, Marcelo; Fonseca, Mônica T. da & Lins, Lívia V. (Org.). *Biodiversidade da Caatinga: Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação*. Ministério do Meio Ambiente/Universidade Federal de Pernambuco. Brasília, p:283-292.

Oliveira, João Alves de & Pessôa, Leila Maria. 2005. Mamíferos. In: Junca, Flora A.; Funch, Lígia S. & Rocha, Washington. (Org.). 2005. *Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina*. Série Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, p:377-405.

Pacheco, José Fernando; Nascimento, João Luiz X.; Silveira, Luís F.; Souza, Marcelo C. de; Marini, Miguel A. & Azevedo-Júnior, Severino M. de. 2004. Aves: Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação da Caatinga. In: Silva, José Maria C. da; Tabarelli, Marcelo; Fonseca, Mônica T. da & Lins, L. V. (Org.). *Biodiversidade da Caatinga: Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação*. Ministério do Meio Ambiente/Universidade Federal de Pernambuco. Brasília, p:251-262.

Pacheco, P. 2005. Diagnóstico Rápido Participativo e Georreferenciamento de Propriedades Sobrepostas com Terras do Parque Nacional da Chapada Diamantina. IBAMA.

Parrini, R.; Raposo, M. A.; Pacheco, J. F.; Carvalhaes, A. M. P.; Melo-Júnior, T. A.; Fonseca, S. M. & Minns, J. C. 1999. Birds of the Chapada Diamantina, Bahia, Brazil. *Cotinga,* vol. 2, pp. 86-95.

Passos, V. M. & França, F. 2003. Vochysiaceae da Chapada Diamantina, Bahia, Brasil. *Sitientibus Série Ciências Biológicas*, vol. 3, n. 1-2, pp. 35-43.

Pepinelli, Mateus; Hamada, Neusa & Luz, Sérgio Luiz Bessa. *Simulium* (*Inaequalium*) *margaritatum*, a New Species of Black Fly (Diptera: Simuliidae) from the Central Region of Bahia State, Brazil. *Zootaxa* 1167: 47-60.

PNUD. 2003. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Prado, Darién E. 2003. As Caatingas da América do Sul. In: Leal, Inara R.; Tabarelli, Marcelo & Silva, José Maria Cardoso (ed.). *Ecologia e Conservação da Caatinga*. Universitária da UFPE Ed. Recife, 822p.

Queiroz, Luciano P. de; França, Flávio; Giulietti, Ana M.; Melo, Efigênia de; Gonçalves, Cezar N.; Funch, Lígia S.; Harley, Raymond M.; Funch, Roy R. & Silva, Tânia S. 2005. Caatinga. In: Juncá, Flora A.; Funch, Lígia & Rocha, Washington. (Org.). 2005. *Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina*. Série Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, p:95-119.

RADAMBRASIL. 1981a. *Levantamento de Recursos Naturais - Folha SD.24 – Salvador: Geologia, Geomorfologia, Pedologia, Vegetação e Uso Potencial da Terra*. Ministério das Minas e Energia (MINTER) / Projeto RADAMBRASIL. Rio de Janeiro, 624p. il. 5 mapas.

RADAMBRASIL. 1981b. *Projeto RADAMBRASIL. Geologia, Relevo, Solos e Vegetação da Chapada Diamantina*. Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF). (Relatório para o IBDF). Salvador.

Ribeiro, José F., Walter, Bruno M. P. 1998. Fitofisionomia do Bioma Cerrado. In: Sano, S. M., Almeida, S. P. (Eds.). *Cerrado: Ambiente e Flora*. Embrapa-CPAC. Planaltina, p:89-116.

Robson, C. 1996. *Real World Research: a Resource for Social Scientist and Practitioner-researchers*. Blackwell. Oxford.

Rocha, Sérgio Brant. 1985. *Parque Nacional da Chapada Diamantina – Caracterização e Justificação*. Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF)/Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes (DN). Brasília, 127p. Relatório.

Rocha, Washington J. S. da F.; Chaves, Joselisa M.; Rocha, Cléa C. da; Funch, Lígia S. & Juncá, Flora A. 2005. Avaliação Ecológica Rápida da Chapada Diamantina. In: Juncá, Flora A.; Funch, Lígia & Rocha, Washington. (Org.). 2005. *Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina*. Série Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, p:29-45.

Rodrigues, Miguel T., Carvalho, Celso M. de; Borges-Nojosa, Diva M.; Freire, Eliza M. X.; Curcio, Felipe F.; Oliveira, Francisco F de; Silva, Hélio R. da & Dixo, Marianna B. de O. 2004. Anfíbios e Répteis: Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação da Caatinga. In: Silva, José M. C. da; Tabarelli, Marcelo; Fonseca, Mônica T. da & Lins, Lívia V. (Org.). *Biodiversidade da Caatinga: Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação*. Ministério do Meio Ambiente/Universidade Federal de Pernambuco. Brasília, p:181-188.

Rosa, Ricardo; Gomes-Filho, Gildo; Menezes, Naércio A.; Shibatta, Oscar A. & Costa, Wilson J. E. M. 2004. Biota Aquática: Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação da Caatinga. In: Silva, José Maria C. da; Tabarelli, Marcelo; Fonseca, Mônica T. da & Lins, Lívia V. (Org.). *Biodiversidade da Caatinga: Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação*. Ministério do Meio Ambiente/Universidade Federal de Pernambuco. Brasília, p:163-171.

Sampaio, T. 1955. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. 2ª. Edição. Livraria Progresso. Salvador, 278p.

Santilli, J. 2005. *Socioambientalismo e Novos Direitos*. Petrópolis. São Paulo.

Santos, Alexandre Clistenes de Alcântara. 2005. Peixes. In: Junca, Flora A.; Funch, Lígia S. & Rocha, Washington. (Org.). 2005. *Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina*. Série Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, p:311-331.

Santos, A. K. A. dos & Silva, T. R. S. 2005. A Família Melastomataceae do Município de Rio de Contas, Bahia, Brasil. *Sitientibus Série Ciências Biológicas*, vol. 5, n. 2, pp. 76-92.

SEI. 2006. *Mapa da Região Econômica da Chapada Diamantina*. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/geoambientais/cartogramas/regioes_eco/pdf/regecon_chap_diamant.pdf#search=%22%22Chapada%20Diamantina%22%22>. Data de acesso: 15/08/2006.

Silva, Rosiclér Theodoro da. 2007. *Estudos Técnicos para Subsidiar a Elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada Diamantina (BA). Área Temática: Arqueologia*. IBAMA/TSN/MRS. Brasília, 125p. + Anexos.

Silva, José Maria C. da; Tabarelli, Marcelo; Fonseca, Mônica. T. da & Lins, Lívia V. 2004a. Áreas e Ações prioritárias para a Conservação da Biodiversidade na Caatinga. In: Silva, José Maria C. da; Tabarelli, Marcelo; Fonseca, Mônica T. da & Lins, Lívia V. (Org.). *Biodiversidade da Caatinga:*

Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação. Ministério do Meio Ambiente/Universidade Federal de Pernambuco. Brasília, p:349-379.

Silva, José Maria C. da; Tabarelli, Marcelo; Fonseca, Mônica T. da & Lins, Lívia V. (Org.). 2004b. *Biodiversidade da Caatinga: Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação*. Ministério do Meio Ambiente/Universidade Federal de Pernambuco. Brasília, 382p.

Souza, E. R. & Queiroz, L. P. 2004. Duas Novas Espécies de *Calliandra* Benth. (Leguminosae - Mimosoideae) da Chapada Diamantina, Bahia, Brasil. *Revista Brasileira de Botânica*, vol. 27, n.4, pp. 615-619.

Stradmann, Maria Theresa Sopena. 1997. *Composição Florística de Um Trecho da Mata Ciliar da Trilha do Bodão e Estudo Quantitativo do Estrato Arbustivo Arbóreo – Rio Ribeirão – Parque Nacional da Chapada Diamantina*. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Biologia. Salvador, Monografia Apresentada ao Curso de Ciências Biológicas do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia, Como Requisito Parcial à Obtenção do Grau de Bacharel em Recursos Ambientais. 69 p. + Anexos.

SRH. 2004. *Livro das Bacias Hidrográficas da Bahia*. 1ª. Ed. Superintendência de Recursos Hídricos (SRH). Salvador, (versão em CD-ROM).

Teixeira, Wilson & Linsker, Roberto (Coord.). 2005. *Chapada Diamantina. Águas no Sertão*. Terra Virgem. São Paulo, 160p.

UNESCO. 2006. *Biosphere Reserves in Brazil*. Disponível no site <http://www2.unesco.org/mab/br/brdir/>. Data de acesso: 15/06/2006.

Vale, Raquel de Matos Cardoso; Nolasco, Marjorie Csëko; Franca-Rocha, Washington de Jesus Sant'Anna da & Lobão, Jocimara Souza Britto. 2007. *Zoneamento Ambiental do Setor Sul do Parque Nacional da Chapada Diamantina – PNCD/BA*. No prelo.

Velloso, Agnes L.; Sampaio, Everardo V. S. B.; Pareyn, Frans G. C. (ed.). 2002. *Ecorregiões: Propostas para o Bioma Caatinga*. 1ª. Ed. Associação Plantas do Nordeste/Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil. Recife, 76p.